



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2327

Sexta-feira - 25 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Abdon Batista	3	Galvão	168	Nova Erechim	369
Água Doce	4	Garopaba	169	Nova Trento	370
Anita Garibaldi	8	Garuva	186	Novo Horizonte	373
Antônio Carlos	9	Gaspar	187	Orleans	374
Apiuna	10	Governador Celso Ramos	192	Paial	379
Arabutã	11	Gravatal	194	Palhoça	380
Arroio Tinta	13	Guaraciaba	196	Palma Sola	381
Balneário Piçarras	16	Guaramirim	198	Papanduva	382
Bandeirante	17	Guarujá do Sul	202	Passos Maia	383
Barra Bonita	18	Guatambú	203	Paulo Lopes	384
Barra Velha	20	Herval d'Oeste	206	Penha	385
Bela Vista do Toldo	21	Ibicaré	210	Peritiba	428
Benedito Novo	22	Imarui	211	Pinheiro Preto	442
Biguaçu	23	Imbituba	213	Piratuba	474
Blumenau	25	Indaial	219	Planalto Alegre	475
Bom Jardim da Serra	30	Ipuacú	224	Pomerode	476
Bom Jesus do Oeste	31	Ipumirim	227	Porto Belo	479
Bom Retiro	32	Iraceminha	228	Porto União	483
Botuvera	37	Irani	229	Pouso Redondo	495
Braço do Trombudo	39	Irineópolis	231	Presidente Nereu	496
Brusque	40	Itá	239	Princesa	502
Caçador	44	Itapiranga	242	Rio do Sul	504
Caibi	47	Itapoá	243	Rio Fortuna	509
Camboriú	49	Ituporanga	244	Romelândia	516
Campo Alegre	50	Jaborá	245	Salto Veloso	517
Campo Erê	62	Jacinto Machado	246	Santa Helena	518
Campos Novos	63	Jaraguá do Sul	247	Santiago do Sul	519
Canelinha	65	Joaçaba	260	São Bento do Sul	520
Canoinhas	66	Lages	279	São Bonifácio	523
Capinzal	69	Laguna	280	São Carlos	525
Catanduvas	73	Lauro Muller	288	São João Batista	541
Cerro Negro	79	Lebon Regis	290	São João do Oeste	592
Chapadão do Lageado	80	Leoberto Leal	292	São João do Sul	593
Cocal do Sul	81	Lindóia do Sul	301	São Joaquim	594
Concórdia	93	Lontras	302	São José	595
Cordilheira Alta	96	Luzerna	304	São José do Cedro	598
Correia Pinto	100	Macieira	305	São Lourenço do Oeste	599
Corupá	116	Mafra	309	São Miguel da Boa Vista	600
Cunha Porã	118	Major Vieira	310	São Miguel do Oeste	601
Cunhataí	119	Maracajá	311	São Pedro de Alcântara	605
Curitibanos	140	Maravilha	312	Schroeder	607
Descanso	146	Massaranduba	313	Seara	618
Dionísio Cerqueira	149	Meleiro	314	Serra Alta	623
Doutor Pedrinho	154	Modelo	319	Sul Brasil	629
Ermo	156	Mondaí	320	Tangará	631
Faxinal dos Guedes	157	Monte Carlo	326	Timbó	632
Formosa do Sul	158	Morro da Fumaça	327	Três Barras	780
Forquilha	159	Morro Grande	335	Treze Tilias	784
Fraiburgo	161	Navegantes	336	Trombudo Central	785

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 1307, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC

<http://diariomunicipal.sc.gov.br>

Atendimento: Fone/Fax (48) 3321 5300

diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br





Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 2327

Sexta-feira - 25 de Agosto de 2017

Florianópolis/SC

Sumário

Tunápolis.....	815	Vargem Bonita	820	Xanxerê.....	833
Urupema	816	Vidal Ramos.....	825	Xavantina	834
Urussanga	817	Videira.....	826	Xaxim.....	835
Vargem	819	Vitor Meireles.....	830		

Associações

AMMVI	836
-------------	-----

Consórcios

CIGA	839
CIMCATARINA.....	840
CIMVI.....	843
CIS Nordeste	844
CISAM	844
CVC.....	846
CONSAD	848
CIRSURES.....	849



Abdon Batista

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 108/2017

MUNICIPIO DE ABDON BATISTA – SC

RESUMO EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO 135/2017

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL 108/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E MÃO DE OBRA PARA RECUPERAÇÃO DO CAMINHÃO PLACA MKU 3828, DA FROTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS.

TIPO :Menor preço por ITEM

Abertura da Sessão: 14:00hs. do dia 06 de setembro de 2017 Informações complementares e Edital obedecendo as normas e artigos da Lei 8.666/93, Lei 10.520/02 e suas alterações, estarão a disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações na Prefeitura Municipal sito à Rua João Santin nº30, Centro ou fone fax 49 3545 11 33, das 08:00 as 12:00 e das 13:00 as 17:00 hs. e site do município www.abdonbatista.sc.gov.br

Abdon Batista, SC, 23 de agosto de 2017

Lucimar Antonio Salmoria

Prefeito Municipal

Água Doce

PREFEITURA

298/2017

PORTARIA Nº 298/2017 – DE 24 DE AGOSTO DE 2017

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que os veículos, Micro-ônibus placa MIS 1247, Ônibus VW placa MLF 3047, Ônibus VW placa MIU 8581, Van Renault Master placa OKH 0809, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficarão à disposição da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, no dia 27 de agosto de 2017, para transporte da 3ª Idade para a Comunidade de Linha Nova Vicenza, interior do município de Água Doce - SC.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de agosto de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora Dpto Recursos Humanos

299/2017

PORTARIA Nº 299/2017 – DE 24 DE AGOSTO DE 2017

“CEDE PARA USO DA SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA, OS VEÍCULOS QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

ANTONIO JOSÉ BISSANI, Prefeito Municipal de Água Doce, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto na Lei Orgânica do Município e demais normas legais aplicáveis à matéria

RESOLVE:

Art. 1º Determinar que o veículo Van Renault Master placa KID 7862, da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, ficará à disposição da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda, no dia 25 de agosto de 2017, para transporte dos servidores municipais até a cidade Chapecó-SC, para realização de Curso referente à Nova Legislação sobre Regularização Fundiária.

Art. 2º As despesas decorrentes com a execução da presente Portaria serão por conta de dotações próprias do orçamento da Secretaria Municipal da Administração e Fazenda.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Água Doce, 24 de agosto de 2017.

ANTONIO JOSÉ BISSANI

LILIAN BITTENCOURT CHÜLER

Prefeito Municipal

Diretora Dpto Recursos Humanos

BALANCETE FINANCEIRO 07/17 FMAS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	1.430,00	ORÇAMENTÁRIAS	17.723,85
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.430,00	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	17.675,53
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	7.474,57
		OUTRAS DESPESAS CORRENTES	10.200,96
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	48,32
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	48,32
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	36.700,00		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	36.700,00		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	36.935,06	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	39.938,65
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.421,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	1.421,00
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	18.167,24	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	17.790,21
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	17.346,82	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	20.727,44
SALDOS ANTERIORES	157.176,91	SALDOS ATUAIS	174.579,47
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	144.928,66	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	167.666,58
BANCO C/ MOVIMENTO	12.248,25	BANCO C/ MOVIMENTO	6.912,89
TOTAL	232.241,97	TOTAL	232.241,97

AGUA DOCE, 31/07/2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO 07/17 FMS**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUN. DE SAUDE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	126.263,79	ORÇAMENTÁRIAS	496.669,10
RECEITA TRIBUTÁRIA	766,36	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	491.443,25
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	124.393,28	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	297.320,72
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	1.104,15	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	184.414,60
		INVESTIMENTOS	9.707,93
		DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	5.225,85
		PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.225,85
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	242.520,17		
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	242.520,17		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.090.803,29	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.194.553,08
DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	63.231,37	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	64.051,85
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	501.929,32	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	529.451,02
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	525.642,60	CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	601.050,21
SALDOS ANTERIORES	1.878.125,98	SALDOS ATUAIS	1.646.491,05
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.610.671,83	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	1.608.366,37
BANCO C/ MOVIMENTO	267.454,15	BANCO C/ MOVIMENTO	38.124,68
TOTAL	3.337.713,23	TOTAL	3.337.713,23

AGUA DOCE, 31/07/2017

MARLI ROSA SPAGNOL GUERREIRO
SECRETÁRIO MUN.SAÚDE E PROMOÇÃO

NEUSA M. C. S. BISSANI
CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

BALANCETE FINANCEIRO 07/17 SIMA**ESTADO DE SANTA CATARINA****FUNDO MUNIC. DE ASSISTENCIA DE AGUA DOCE**

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica - Despesa Empenhada

Betha Sistemas

Exercício de 2017

Período: Julho

Página: 1

RECEITA		DESPESA	
TÍTULOS	R\$	TÍTULOS	R\$
ORÇAMENTÁRIAS	60.083,29	ORÇAMENTÁRIAS	670,00
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.816,91	DESPESAS EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	670,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	8.036,73	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	670,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	18.229,65		
EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	1.240,00	EXTRA-ORÇAMENTÁRIAS	63.244,38
CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	670,00	DEMAIS OBRIGAÇÕES A CURTO PRAZO	33,73
CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	570,00	CRÉDITO EMPENHADO A LIQUIDAR	570,00
		CRÉDITO EMPENHADO LIQUIDADO A PAGAR	62.640,65
SALDOS ANTERIORES	2.228.221,54	SALDOS ATUAIS	2.225.630,45
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.228.221,54	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.225.630,45
TOTAL	2.289.544,83	TOTAL	2.289.544,83

AGUA DOCE, 31/07/2017

 JOSELI AP ROSA M. TRENTTO
 Presidente do SIMA

 NEUSA M. C. S. BISSANI
 CONTADORA CRC/SC 020388/O-0

Anita Garibaldi

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2017

MUNICÍPIO DE ANITA GARIBALDI

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 039/2017

Objeto:

A presente licitação tem por objeto o Registro de Preços para possível aquisição de COPOS, PRATOS E CUMBUCAS para atender as necessidades da Rede Municipal de Ensino do Município de Anita Garibaldi, em conformidade com as especificações constantes do Anexo "E" deste Edital.

Recebimento das propostas: até as 09h30 do dia 11/09/2017

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.anitagaribaldi.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Praça Paulino Granzotto, 20, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3543-0191.

Anita Garibaldi, SC, 24 de Agosto de 2017.

JOÃO CIDINEI DA SILVA

Prefeito Municipal

Antônio Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 102/2017

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº 102/2017; Modalidade: Pregão Presencial nº 074/2017; Tipo: Menor Preço Por Item; Objeto: A presente licitação tem por objeto a aquisição parcelada de leite em pó e alimentos especiais para crianças e adultos carentes e/ou com deficiência em caso grave de saúde do Município de Antônio Carlos/SC. Entrega dos envelopes e abertura: Dia 06 de setembro de 2017 as 09:00 horas na Sede desta Prefeitura. Obtenção do Edital e informações no setor de licitações da Prefeitura Municipal de Antônio Carlos, localizado na Praça Anchieta, nº 10, Centro, Antônio Carlos/SC, das 07:30 às 11:30 e das 13:00 às 17:00, pelo fone (48) 3272-8620 ou (48) 3272-8617, pelo e-mail licitacao@antoniocarlos.sc.gov.br.

Antônio Carlos, 24 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1537/2017

LEI 1.537/2017

Autoriza a Suplementação e Anulação de Dotações Orçamentárias e dá outras providências.

GERALDO PAULI, Prefeito Municipal de Antônio Carlos em exercício, faz saber a todos os habitantes que a Câmara aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica Suplementada na importância de até R\$ 25.000,00 (Vinte e cinco mil reais) a Dotação da Verba do Orçamento vigente abaixo relacionado:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.028 – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.2.064.000076 – Ações com agentes Comunitários de Saúde

69 – Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Art. 2º A Despesa resultante do disposto no Artigo anterior correrá à conta da Anulação da seguinte Dotação:

11.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.027 – 3.1.90.00.00.00.00.00 0.2.064.000076 – Ações de Saúde da Família

14 – Aplicações Diretas

R\$ 25.000,00

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Art. 4º Registre-se, Publique-se e Cumpra-se

Antônio Carlos, 22 de agosto de 2017.

GERALDO PAULI

Prefeito Municipal

Apiuna

PREFEITURA

EDITAL TOMADA DE PREÇOS N° 07/2017 FMS

Fundo Municipal de Saúde de Apiúna

Aviso de Licitação Tomada de Preço para Obras e Serviços de Engenharia nº 07/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE DUAS NOVAS SALAS NA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE CENTRO, APIÚNA/SC, COM ÁREA TOTAL DE 32,84 M²

Local de Protocolo, Abertura e Julgamento: Prefeitura de Apiúna, Rua Quintino Bocaiúva, 204, térreo, sala 05, centro, 89.135-000, Apiúna/SC

Data/ Hora entrega e protocolo dos envelopes: 11/09/2017 até às 14 horas

Data/Hora da Abertura e Julgamento: 11/09/2017 – Após às 14 horas

Maiores Informações Fone 47 3353 2000

Jose Gerson Gonçalves/Prefeito de Apiúna

Arabutã

PREFEITURA

1º ADITIVO CONTRATO ACT 08/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE TRABALHO TEMPORÁRIO Nº. 08/2017

Primeiro termo aditivo ao contrato de trabalho temporário que entre si fazem, de um lado, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ e de outro lado, KATIA SKOLAUDE, , celebrado em 16 de fevereiro de 2017.

Pelo presente termo aditivo, o MUNICÍPIO DE ARABUTÃ, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua Lauro Muller, 210, nesta cidade, inscrita no CNPJ sob o nº 95.995.221/0001-53, neste ato representado pela Prefeita Municipal, Sra. LEANI KAPP SCHMITT, brasileira, casada, professora, inscrita no CPF sob o nº. 492.348.549-34, residente e domiciliada em Linha Unidos, neste Município, adiante identificado apenas como MUNICÍPIO e de outra parte a Senhora KATIA SKOLAUDE, inscrita no CPF/MF sob o nº. 026.682.310-60, doravante denominado CONTRATADO têm justos e contratados as seguintes alterações do contrato primitivamente celebrado:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Na Cláusula Segunda: Da Vigência, fica rescindido a vigência contratual no dia 24 de agosto de 2017 conforme requerimento da contratada protocolado em 23/08/2017 sob nº 2390.

CLAUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas e condições do contrato permanecem inalteradas.

CLAUSULA SEGUNDA

Por estarem, assim, justas e contratadas, as partes firmam o presente termo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Arabutã/SC, 24 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE ARABUTÃ
Leani Kapp Schmitt – Prefeita

CONTRATADA
Katia Skolaude

Testemunhas:

Maila Krebin Joana Carine Goldmeyer
CPF/MFnº. 093.293.199-55 CPF/MFnº. 039.438.729-55

DECRETO 2099

DECRETO N° 2099, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do Superávit Financeiro do exercício 2016 no valor de R\$ 45.636,82, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arabutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras

providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:

Órgão
9
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS

Unidade
01
Fundo Municipal de Saúde - FMS

Projeto Atividade
1.041
Aquis. de Mobiliário e Equipamentos - Atenção Básica

Modalidade	
55	
449000000000000000030559	
Aplicações Diretas	
45.636,82	

TOTAL	45.636,82
-------	-----------

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro no balanço patrimonial do exercício de 2016:

Descrição da Fonte: 0.3.0559 – Cofinanciamento ESF
 R\$ 45.636,82
 TOTAL R\$
 45.636,82

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 24 de Agosto de 2017.
Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se
Em, 24 de Agosto de 2017.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

DECRETO 2100

DECRETO N° 2100, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Abre crédito suplementar adicional por conta do Superávit Financeiro do exercício 2016 no valor de R\$ 15.910,62, no Orçamento do Fundo Municipal de Saúde.

LEANI KAPP SCHMITT, Prefeita do Município de Arbutã, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e nos termos das

Leis 873 de 28 de outubro de 2016, que dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária de 2017 – LDO e dá outras providências, e 880 de 16 de Dezembro de 2016, que estima a Receita e Fixa a Despesa, da Administração Direta e Descentralizada, do Município de Arabutã, para o exercício de 2017, e dá outras providências – LOA, combinado com o inciso I, § 1º do art. 43 da Lei Federal 4.320/64,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito adicional suplementar:	
Órgão	
9	
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	
Unidade	
01	
Fundo Municipal de Saúde - FMS	
Projeto Atividade	
2.084	
Disponibilização de Medicamentos – Farmácia Básica	
Modalidade	
56	
3390000000000000030330	
Aplicações Diretas	
6.426,65	
Modalidade	
57	
3390000000000000030331	
Aplicações Diretas	
9.483,97	
TOTAL	
15.910,62	

Art. 2º O crédito adicional suplementar constante do art. 1º deste Decreto será aberto por conta da seguinte fonte de recurso:

Fonte Financiadora: Superávit financeiro no balanço patrimonial do exercício de 2016:

Descrição da Fonte: 0.3.0330 – SUS União Assistência. FarmacêuticaR\$ 6.426,65
0.3.0331 - SUS Estado Farmácia Básica
R\$ 9.483,97
TOTALR\$
15.910,62

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Arabutã - SC, 24 de Agosto de 2017.

Leani Kapp Schmitt
Prefeita

Registra-se e Publica-se
Em, 24 de Agosto de 2017.

Glaucia Pottratz
Responsável Pelas Publicações

Arroio Trinta

PREFEITURA

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO. PREGÃO PRESENCIAL Nº 0003/2017 - PR. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA.

MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA.
PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

JULGAMENTO DE RECURSO ADMINISTRATIVO EM LICITAÇÃO

Processo Administrativo nº:

0005/2017 - FMSAT

Pregão Presencial nº: 0003/2017 - PR

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES, VEÍCULO ZERO KM, COMPUTADORES, MOBILIÁRIO, CONDICIONADOR DE AR ENTRE OUTROS, PARA MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DE ARROIO TRINTA, CONFORME PROPOSTA DE AQUISIÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE Nº 10479.381000/1160-01.

Recorrente: Comércio e Refrigeração MJ LTDA - ME

Recorrido: Pregoeiro / Paulo Cezar Cividini Eireli EPP

1. Trata-se de Recurso Administrativo interposto tempestivamente, através do protocolo no Departamento de Compras e Licitações deste Município, pela licitante COMÉRCIO E REFRIGERAÇÃO MJ LTDA - ME, doravante RECORRENTE, devidamente qualificada em sua peça inicial, com fundamento no art. 4º, XVIII, da Lei 10.520/02, por meio de seu representante legal, através dos meios regularmente previstos, em face da decisão do Pregoeiro que inabilitou-a, tornando a empresa PAULO CEZAR CIVIDINI EIRELI EPP, doravante RECORRIDA, vencedora do item 32 do Pregão Presencial nº 0003/2017 – PR.

I – PRELIMINARMENTE

2. Em sede de admissibilidade recursal, foram preenchidos, tanto por parte da recorrente quanto da recorrida, os pressupostos de legitimidade, interesse processual, fundamentação e tempestividade, com fundamento na Lei Federal nº 10.520/2002 e no Decreto Federal nº 5.450/2005, subsidiados pela Lei Federal nº 8.666/93.

II – DAS FORMALIDADES LEGAIS.

3. Cumpridas as formalidades legais, nos termos postos, como forma de dar continuidade ao procedimento em tela, registre-se que foi dada a publicidade exigida por lei, estando o texto das razões de recurso disponível a qualquer interessado, no link: <http://www.arroiotrinta.sc.gov.br/licitacoes/index/detalhes/codMapaItem/54031/codLicitacao/99232>

III – DAS RAZÕES RECURSAIS

4. A Recorrente alega, em apertada síntese, que:

- a) A certidão apresentada pela Recorrida referente ao item 5.2.14.1 do edital difere das atividades objeto do item 32 do edital, afrontando as normas do Conselho Profissional competente, qual seja, o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Santa Catarina – Crea SC;
- b) Para atuar na área de climatização, os objetivos sociais da empresa devem prever tal atividade;
- c) Além dos objetivos sociais compatíveis, a empresa deve contar

com um responsável técnico com atribuição na área com a titulação de Engenheiro Mecânico ou Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado”.

A Recorrente cita, ainda, grande número de resoluções técnicas e legislações correspondentes ao assunto, além de trazer, anexa, cópia da resolução 218 do CONFEA, e e-mail de consulta ao departamento técnico do CREA-SC

5. A Recorrente requer:

- a) Que o Pregoeiro reveja sua decisão que habilitou a empresa recorrida, inabilitando-a, pelo não atendimento ao item 5.2.14.1 do edital, e pelo objeto social da referida empresa não ser compatível com o objeto a que se refere o item 32 do presente certame.

IV – DAS CONTRARRAZÕES AO RECURSO:

6. Conforme e-mail presente às fls. 653 e 654 dos autos, a empresa Recorrida preferiu não apresentar contrarrazões, declarando apenas que considera não valer a pena o embate por conta da documentação, e que tem ART e Técnico devidamente credenciado junto ao CREA-SC, não especificamente na área de refrigeração.

V– ANÁLISE DO MÉRITO DAS RAZÕES RECURSAIS.

7. Com base nos documentos contidos nos autos, e com fulcro na legislação pertinente, passa-se à análise das razões e contrarrazões recursais:

8. Quanto à incompatibilidade entre o objeto social da empresa Paulo Cezar Cividini e o objeto do item 32 – Fornecimento e instalação de aparelhos condicionadores de ar.

É princípio da licitação a ampla concorrência. Assim, a desclassificação de licitantes exclusivamente pelas diferenças entre o objeto social da licitante e o objeto do certame licitatório não encontra respaldo em nossa legislação.

No Direito Brasileiro não vigora o princípio da especialidade da pessoa jurídica, de tal modo que o contrato social não confere “poderes” para a pessoa jurídica praticar atos dentro de limites precisos. A pessoa jurídica tem personalidade ilimitada.

A fixação do objeto social destina-se tão somente a produzir efeitos de fiscalização da atividade dos administradores da sociedade, ou no caso de áreas de atuação que exijam autorização de órgãos específicos, (Susep, no caso de seguros, Anvisa, no caso de medicamentos, Fatma, no caso de comércio de combustíveis, por exemplo), garante que a empresa possa obter a autorização de funcionamento perante esses órgãos.

A empresa Paulo Cezar Cividini tem o seguinte objeto: Comércio varejista de material elétrico. Instalação e Manutenção Elétrica e Comércio Varejista de Utilidades Domésticas. Logo, vê-se que a empresa pode tanto comercializar mercadorias, quanto prover a sua instalação. Ainda que não conste especificamente o termo “ar condicionado”, seria injusta a inabilitação da empresa por este motivo.

Da mesma forma, para fins de esclarecer, cito o exemplo da própria empresa recorrente, que tem o seguinte objeto social: Comércio varejista de eletrodomésticos, comércio varejista de peças e acessórios para eletrodomésticos, comércio varejista de peças e acessórios para eletrodomésticos, comércio varejista de móveis e utensílios e manutenção e reparação de máquinas e eletrodomésticos. Ora, conforme se vê, a empresa recorrente em nenhum momento cita, em seu objeto social, a prestação de serviços ou o comércio

de mercadorias na área de refrigeração. Da mesma forma, nada fala em instalações elétricas. O edital exige que os condicionadores de ar sejam entregues instalados e prontos para uso, o que inclui, também, instalação elétrica. Caberia então, ao pregoeiro, desclassificar a empresa Refrigeração MJ por incompatibilidade entre o seu objeto social e o objeto do processo licitatório? A mim, parece evidente que não.

Quando o Fundo Municipal de Saúde de Arroio Trinta exige, no item 2.1 do edital "ramo de atividade seja pertinente e compatível com o objeto da presente licitação". O faz pensando em evitar a participação de empresas aventureiras, que de fato, nada tenham a ver com as atividades objeto do certame e que venham participar do mesmo graças ao calor da oportunidade. A exigência não tem por fim comprovar a capacidade técnica das empresas. Isto é feito exigindo-se o registro no conselho profissional competente.

No caso das empresas citadas neste julgamento, ambas já prestaram anteriormente serviços de climatização ao Município de Arroio Trinta, não havendo nada que desabone a reputação de ambas.

Por fim, cito jurisprudência do STJ, que já decidiu:

"1. As Regras do edital de procedimento licitatório devem ser interpretadas de modo que, sem causar qualquer prejuízo à Administração e aos interessados no certame, possibilitem a participação do maior número possível de concorrentes, a fim de que seja possibilitado se encontrar, entre várias propostas, a mais vantajosa.

2. Não há se prestigiar posição decisória assumida pela Comissão de Licitação que inabilita concorrente com base em circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, fazendo exigência sem conteúdo de repercussão para a configuração da habilitação jurídica, da qualificação técnica, da qualificação econômico-financeira e da regularidade fiscal".

(MS nº. 5.606/DF, Rel. Min. José Delgado, D.J.U 10.08.1998)

Assim, convicto de que tal posicionamento não causará nenhum prejuízo à Administração nem aos demais participantes (caso adotasse outro entendimento teria de desclassificar, também, a Refrigeração MJ), INDEFIRO o pedido da recorrente, mantendo a empresa Recorrida Habilitada no que se refere ao item 2.1 do Edital

9. Das alegações referentes ao item 5.2.14.1 do Edital.

Primeiramente, cabe ressaltar o conteúdo do item 5.2.14.1 do Edital:

"5.2.14.1: Certidão Atualizada de Registro ou Inscrição de Pessoa Jurídica expedida pelo CREA (Conselho Regional de Engenharia e Agronomia), sendo que os certificados expedidos por Conselhos de outras regiões, cuja circunscrição não seja o Estado de Santa Catarina, por ocasião da prestação dos serviços, deverão receber o visto do CREA/SC, com a identificação dos responsáveis técnicos" Pois bem. Ao analisar o texto editalício, percebe-se que o mesmo exigiu tão somente o registro da pessoa jurídica no Crea, sem ser específico quanto à área de formação do responsável técnico. Assim, estando presente no envelope da habilitação da recorrida a Certidão de Pessoa Jurídica com a validade em dia, este Pregoeiro decidiu por habilitar a referida empresa.

Entretanto, acima do edital está a legislação pátria. Assim, ao analisar os documentos que instruíram o recurso da Recorrente, e ao pesquisar as resoluções e decisões normativas do CONFEA que regem o assunto, constatei que, na verdade, o edital foi omissivo ao não exigir especificamente qual a formação do técnico responsável. Ressalte-se aqui que embora o edital não tenha exigido, a falta da exigência não desobriga a empresa a cumprir a lei.

Desta forma, é cristalino o conteúdo da resolução nº 218 do CONFEA, de 29 de Junho de 1973, em ser art. 18:

"Art. 12 - Compete ao ENGENHEIRO MECÂNICO ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO MECÂNICO E DE ARMAMENTO ou ao ENGENHEIRO DE AUTOMÓVEIS ou ao ENGENHEIRO INDUSTRIAL MODALIDADE MECÂNICA:

I - o desempenho das atividades 01 a 18 do artigo 1º desta Resolução, referentes a processos mecânicos, máquinas em geral; instalações industriais e mecânicas; equipamentos mecânicos e eletro-mecânicos; veículos automotores; sistemas de produção de

transmissão e de utilização do calor; sistemas de refrigeração e de ar condicionado; seus serviços afins e correlatos.

Também importante o conteúdo da decisão normativa nº 042 de 08 de Julho de 1992 do Plenário do Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia, que estabelece em seu item 3:

"3 - Por deliberação da Câmara Especializada de Engenharia Industrial e de acordo com o porte da empresa, as atividades de instalação e manutenção de sistemas condicionadores de ar e de frigorificação poderão ser executadas sob a responsabilidade técnica de Técnico de 2º Grau, legalmente habilitado."

Pela análise da legislação acima citada, é fácil concluir que, na verdade, os serviços de instalação de condicionadores de ar são de competência exclusiva do engenheiro mecânico ou do técnico em refrigeração. O próprio Crea-SC deixa isso bem claro em notícia relativamente recente publicada em seu portal oficial na internet, a qual anexamos na íntegra a este recurso, mas que reproduzimos apenas fragmento abaixo:

{...} "Os profissionais legalmente habilitados são o Engenheiro Mecânico e /ou o Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, conforme Decisão Normativa nº 042/92 do CONFEA e deliberação da CEEI do CREA-SC, em sua 458ª Reunião. No entanto, há uma variedade muito grande de titulações hoje, então a Câmara considera, além desses dois, os demais profissionais do sistema que comprovarem formação na área por meio da grade curricular e ementa das disciplinas cursadas, seja em seu curso técnico, de tecnologia ou de engenharia." {...}.

Desta maneira, e considerando que o responsável técnico da empresa recorrida, Paulo César Cividini, possui formação de Técnico em Eletrotécnica, cujas atribuições não correspondem ao objeto do edital, DECIDO por DEFERIR o requerimento da empresa Recorrente, no que se refere à inadequação do responsável técnico da empresa Recorrida, que resta inabilitada.

VI – DECISÃO

10. Isto posto, sem nada mais a evocar, respeitados os princípios constitucionais do Contraditório e da Ampla defesa, CONHEÇO do RECURSO apresentado pela licitante Comércio e Refrigeração MJ LTDA - ME para, NO MÉRITO, DAR-LHE PROVIMENTO PARCIAL, por todos os motivos discriminados acima, sobretudo pelo fato das instalações de aparelhos de ar condicionado serem de competência exclusiva do Engenheiro Mecânico e /ou o Técnico em Refrigeração e Ar Condicionado, titulação não compatível com o título do responsável técnico da Recorrida.

11. Ainda, FICA INABILITADA, a empresa Paulo Cezar Cividini Eireli – Me.

12. Finalmente, REFORMO MINHA DECISÃO, submetendo-a ao Sr. Claudio Spricigo, Prefeito Municipal, para a ratificação de que fala o art. 5º do Decreto Municipal nº 1809 de 07 de Junho de 2017.

13. Após a ratificação a que se refere o parágrafo anterior, retorne o processo a este Pregoeiro para abertura dos documentos de habilitação da empresa Recorrente e cumprimento das formalidades de publicidade previstas em lei.

14. Nada mais.

Arroio Trinta, 23 de Agosto de 2017.

Bruno Bertha

Pregoeiro do Município de Arroio Trinta

Nomeado pelo Decreto Municipal nº 1809/2017.

RATIFICAÇÃO DOS ATOS PRATICADOS.

Eu, Claudio Spricigo, Prefeito do Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que me são conferidas pela Lei nº 10.520/02, Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a

vista das informações prestadas pelo Pregoeiro do Município, Bruno Bertha, venho a decidir o que segue:

() Ratifico todos os atos praticados, dando a eles pleno efeito, ordenando a sua publicação.

() Não ratifico os atos praticados.

Arroio Trinta, 23 de Agosto de 2017.

CLAUDIO SPRICIGO

Prefeito Municipal

Balneário Piçarras

PREFEITURA

CONTRATO 11/2017 FME

MUNICÍPIO DE BALNEÁRIO PIÇARRAS

CONTRATO Nº 11/2017/FME DE 18/08/2017

REF. PROCESSO LICITATÓRIO N.º 11/2017/FME

HOMOLOGADO EM 18/08/2017

O objeto deste caracteriza-se pela obrigação do CONTRATADO, em prestar à CONTRATANTE serviços especializados em limpeza de fossa, caixa de gordura, hidrojateamento e desentupimento nas Unidades de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil do Município de Balneário Piçarras, nos termos do art. 67 da Lei n.º 8666/93, de acordo com as condições especificadas no Termo de Referência – Anexo I, parte integrante do Processo Licitatório nº 11/2017, Edital de Convite nº 1/2017-FME.

O valor total do presente Contrato para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários é de R\$ 41.032,00 (quarenta e um mil e trinta e dois reais). Os valores são fixos e irrevogáveis.

O fornecimento dos serviços objeto do presente instrumento deverá se dar durante o período de 12(doze) meses, a contar da assinatura do contrato e emissão de Autorização de Fornecimento/Ordem de Serviço.

Balneário Piçarras, 18 de agosto de 2017.

JM AMBIENTAL DESENTUPIDORA E TRANSPORTE DE RESÍDUOS - Contratada

LAURECI BERNADETE SCHNEIDER PEREIRA – Gestora do Fundo municipal de Educação

Bandeirante

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 76/2017 PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

CONTRATO Nº 76/2017

TERMO ADITIVO Nº 10 AO CONTRATO ORIGINAL 01/2014

Processo licitatório nº 68/2013

Pregão presencial nº 16/2013

Contratante: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

Contratado: CTS COMERCIO, TRANSPORTES E SERVIÇOS LTDA ME

Objeto: Prestação de serviços de horas máquinas de trator de pneu traçado, com no mínimo 75 CV, acompanhados de seus implementos agrícolas (arado subsolador, grade niveladora, grade leve, distribuidor de adubo orgânico líquido e sólido, espalhador de calcário, ensiladeira, carretão e outros afins) que forem necessários à plena prestação de serviços junto à propriedade do agricultor.

Do acréscimo: Com fundamento no Art. 65 §1º da Lei 8.666/93, ficam acrescentadas 600 horas de máquina ao originalmente contratado.

Valor: R\$ 73.680,00 (setenta e três mil seiscentos e oitenta reais)

Assinatura: 24 de agosto de 2017.

Bandeirante, SC, em 24 de agosto de 2017

Celso Biegelmeier - PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO 77/2017 PMB

MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

CONTRATO Nº 77/2017

TERMO ADITIVO Nº 01 AO CONTRATO ORIGINAL 42/2017

Processo licitatório nº 31/2017

Pregão presencial nº 20/2017

Contratante: MUNICÍPIO DE BANDEIRANTE

Contratado: MAXCOPY EQUIPAMENTOS E SUPRIMENTOS LTDA ME

Objeto: LOCAÇÃO DE IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS PARA O CENTRO ADMINISTRATIVO E ESCOLAS MUNICIPAIS, PARA O FORNECIMENTO DE CÓPIAS COLORIDAS PELO PERÍODO DE 12 MESES.

Do acréscimo: Com fundamento no Art. 65 §1º da Lei 8.666/93, ficam acrescentadas 10.000 cópias coloridas ao originalmente contratado.

Valor: R\$ 1.100,00 (mil e cem reais)

Assinatura: 24 de agosto de 2017.

Bandeirante, SC, em 24 de agosto de 2017

Celso Biegelmeier - PREFEITO MUNICIPAL

Barra Bonita

PREFEITURA

RELAÇÃO DAS SALAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA - ENSALAMENTO

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO Nº 002/2017

RELAÇÃO DAS SALAS PARA A REALIZAÇÃO DA PROVA OBJETIVA - ENSALAMENTO

MOACIR PIROCA, Prefeito Municipal de Barra Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, torna público o ENSALAMENTO dos candidatos, cujas inscrições foram homologadas, para os cargos previstos no Edital de Processo Seletivo nº 002/2017, e informa que:

1. DATA DA PROVA: 09 de setembro de 2017.
2. HORÁRIO: das 14h30min às 17 horas.
3. ABERTURA DOS PORTÕES: às 13h30min.
4. FECHAMENTO DOS PORTÕES: às 14h10min.
5. LOCAL DE PROVA: ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PROFESSORA CECÍLIA LOTIN, Travessa Itamarati, s/n – Centro, Barra Bonita – SC.

SALA 01 - 29 candidatos

Nº	Insc.	Candidato	Sala
1	98	Ana Paula De Menezes	Sala 01
2	105	Caroline Gomes Petry	Sala 01
3	103	Danuza Lapazini	Sala 01
4	48	Eduarda Da Silva	Sala 01
5	56	Eduardo Hubner	Sala 01
6	41	Francieli Cristina Wingert	Sala 01
7	106	Gabriana Maldaner	Sala 01
8	32	Gustavo Pivatto Dos Santos	Sala 01
9	49	Henrique Manorov Mohr	Sala 01
10	113	Joana Lopes Pires	Sala 01
11	86	Keli Cristina Barth	Sala 01
12	94	Lauren Mezzomo Alba	Sala 01
13	77	Miqueias Skowron	Sala 01
14	15	Paola Andressa Kohn	Sala 01

ORIENTADOR SOCIAL - Letra A até J

Nº	Insc.	Candidato	Sala
1	81	Adriana Carla Ferreira Christofoli	Sala 01
2	83	Ana Paula Cechet	Sala 01
3	116	Ângela Schneider	Sala 01
4	66	Anibal Kornowski Villalba	Sala 01
5	104	Arthur Leduk Antonioli	Sala 01
6	78	Carla Claudia Dos Santos	Sala 01
7	89	Cloe Spada	Sala 01
8	4	Elenice Cristiane Isotton Zorzi	Sala 01
9	51	Elizandro Da Silva Renosto	Sala 01
10	90	Elizete Roggia	Sala 01
11	91	Estefani De Bona	Sala 01
12	114	Fabiana Maria Boff	Sala 01
13	18	Jessica Andressa Zangalli	Sala 01

14	38	José Henrique Da Silveira	Sala 01
15	37	Juliana Turmina Da Silveira	Sala 01

SALA 02 - 29 candidatos

--	--	--	--

ENFERMEIRA

Nº	Insc.	Candidato	Sala
1	14	Alini AmabilBalbinot	Sala 02
2	26	Andréia Luiza Finger	Sala 02
3	36	Bruna Anzolin	Sala 02
4	27	Bruna Theis	Sala 02
5	100	Daiane Schuck	Sala 02
6	40	Daniela Festa	Sala 02
7	50	Danielly Ferrari Dos Santos	Sala 02
8	84	Dulce InesHanauerKraemer	Sala 02
9	109	Gleisson Fontes De Alcantara	Sala 02
10	52	Hellen Carolina Barella	Sala 02
11	44	Jéssica Cristina Segstater	Sala 02
12	107	Jucinia Ramos Da Silvaé	Sala 02
13	112	Laysa Cristina Dreyer	Sala 02
14	74	Letícia Fátima Zangalli	Sala 02
15	22	Micheli Cristina Schmitt	Sala 02
16	24	Miriane Pereira Drews	Sala 02
17	6	Patricia Barbieri	Sala 02
18	110	Patricia Tatiane Kuttner	Sala 02
19	108	Sahra Regina Da Silva	Sala 02
20	61	TaissanaDezanetti	Sala 02
21	17	Thays Carolina Alves Bukowski	Sala 02
22	23	Vanessa Mairi Pandolfo	Sala 02

ORIENTADOR SOCIAL - Letra A até J

Nº	Insc.	Candidato	Sala
1	88	Juliana Zanella	Sala 02
2	42	Luana De Oliveira Andrade	Sala 02
3	8	Marcia Pinheiro	Sala 02
4	92	Raquel Durrewald	Sala 02
5	33	Rubia Cristina Kosmann	Sala 02
6	75	Thais Flores Kowaleski	Sala 02
7	111	Vinícius De Oliveira Andrade	Sala 02

Barra Bonita/SC, 23 de agosto de 2017.

MOACIR PIROCA
Prefeito Municipal

Barra Velha

PREFEITURA

AD 002/029/2016 PMBV

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato n° 2016/029/002

Contratada: MERCOLUX COMERCIAL ELÉTRICA LTDA

Licitação: Proc. Administrativo 081/2016 - PP 065/2016

Objeto: Serviço de infra-estrutura elétrica nas escolas, CEIS e Unidades Básicas de Saúde do Município de Barra Velha incluindo fornecimento de material. Conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência

Alteração de valor na Planilha de orçamento global inicialmente prevista no contrato originário

Valor do Contrato: R\$: 17.357,16 (dezessete mil trezentos e cinquenta e sete reais e dezesseis centavos)

Data da assinatura: 01/08/2017

Data do vencimento: /08/2018

Barra Velha, 01 de agosto de 2017

LUIZ BUNKI OTSUKA –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

CONTRATO 009/2017 FMS

PREFEITURA DE BARRA VELHA

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Extrato de Contrato n° 2017/009

Contratada: LÓGICA ESCOLA DE COMPUTAÇÃO LTDA ME

Licitação: Proc. Administrativo 019/2017 - PP 013/2017

Objeto: Contratação de empresa especializada em manutenção de hardware e software para Secretaria de Saúde do município de Barra Velha, conforme especificações constantes do Anexo I – Termo de Referência.

Data da assinatura: 20/08/2017

Data do vencimento: 20/08/2018

Barra Velha, 20 de agosto de 2017

VICTOR EMMANUEL DE AGUIAR –

Pela Empresa Contratada

VALTER MARINO ZIMMERMANN -

Prefeito

Bela Vista do Toldo

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 06.2017

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
MUNICÍPIO DE BELA VISTA DO TOLDO

Resolução do CMAS nº 06/2017, 22 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a Aprovação do Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeiro do Sistema Único da Assistência Social dos anos de 2012 e 2016.

O Plenário do Conselho Municipal de Assistência Social de Bela Vista do Toldo, com base nas atribuições conferidas pela Lei Municipal de n.º 1.095 de 12 de junho de 2015 em Reunião Extraordinária ocorrida no dia 22 de agosto de 2017.

RESOLVE:

ARTIGO 1º – Apreciar e aprovar o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico- Financeira do Sistema Único da Assistência Social 2016, o qual é o instrumento de prestação de contas do cofinanciamento federal dos serviços continuados de Assistência Social, no SU-ASWEB, pactuados entre o Governo Federal e o Governo Municipal.

ARTIGO 2º - Aprovar em sua totalidade o Demonstrativo Sintético Anual da Execução Físico Financeira do Sistema Único da Assistência Social 2012 – Gestão Programa Bolsa Família – PBF, regularizando as pendencias existentes.

ARTIGO 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Bela Vista do Toldo, 22 de agosto de 2017.

Silvana do C. Dambroski

Presidente em exercício

Benedito Novo

PREFEITURA

ATA DE CONVOCAÇÃO PARA CONTINUAÇÃO DO CERTAME PP 67/2017

CONVOCAÇÃO PARA CONTINUAÇÃO DA LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 67/2017.

MODALIDADE: Pregão Presencial – 67/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE LINKS DE INTERNET POR MEIO DE CONEXÃO VIA FIBRA ÓPTICA E LINKS DE INTERNET POR MEIO DE CONEXÃO VIA RÁDIO.

Comunicamos as empresas licitantes e a todos os demais interessados que estaremos antecipando a data da sessão pública para continuação do certame marcada anteriormente para o dia 28/08/2017, para o dia 25/08/2017, às 9 horas na Sala de Reuniões, na sede da Prefeitura Benedito Novo, situada na Rua Celso Ramos, 5.070, Centro, Benedito Novo/SC.

Esta antecipação se faz necessária para que fique viabilizada a manutenção do prazo de validade das propostas apresentadas pelas licitantes que é de 60 (sessenta) dias.

Publique-se e intime-se.

PREGOEIRO E EQUIPE DE APOIO

SÉRGIO DÁRIO PASQUALI

Pregoeiro

MAURICIO STEFFEN

Equipe de Apoio

JOICE APARECIDA COSTA

Equipe de Apoio

DECRETO Nº 065/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR SUPERÁVIT FINANCEIRO, NO ORÇAMENTO VIGENTE

DECRETO Nº 065, DE 23 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Superávit Financeiro, No Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

04.002.0008.0244.0042.2020.3319000000000000 03350002
30.000,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á através do superávit financeiro do exercício anterior:

Superávit 03350002 30.000,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 23 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 065/2017 foi publicado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 23 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

DECRETO Nº 066/2017 - DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE

DECRETO Nº 066, DE 23 de agosto de 2017

Dispõe sobre a Abertura de Crédito Suplementar por Anulação e Suplementação no Orçamento Vigente.

JEAN MICHEL GRUNDMANN, Prefeito do Município de Benedito Novo - SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 70, Inciso I, aliena "c" da Lei Orgânica do município e pelo Art. 5º e 6º da Lei nº 1.841, de 30 de novembro de 2016.

Art. 1º - Fica o Executivo Municipal, autorizado a abrir crédito suplementar no Orçamento Geral do corrente exercício no valor de R\$ 23.000,00 (vinte três mil reais), conforme dotação orçamentária abaixo:

07.001.0020.0606.0071.2041.3339000000000000 01000000
500,00 03.001.0014.0422.0033.2013.3339000000000000
01000000 500,00 05.001.0012.0365.0051.2029.3339000000000000
0 01010000 1.000,00 04.002.0008.0243.0042.2023.333900000000
0000 01000000 200,00

Art. 2º - A cobertura ao Crédito Suplementar do artigo anterior dar-se-á pela anulação da dotação orçamentária abaixo:

07.001.0020.0606.0071.2041.3449000000000000 01000000
500,00 03.001.0014.0422.0033.2013.3449000000000000
01000000 500,00 05.001.0012.0365.0051.2029.3449000000000000
0 01010000 1.000,00 04.002.0008.0243.0042.2023.344900000000
0000 01000000 200,00

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Benedito Novo, aos 23 de agosto de 2017.

JEAN MICHEL GRUNDMANN

Prefeito de Benedito Novo

O Decreto nº 066/2017 foi publicado na forma da Lei. Benedito Novo, aos 23 de agosto de 2017.

Joice Aparecida Costa

Agente Administrativa

Biguaçu

PREFEITURA

DECRETO Nº 168/2017

DECRETO Nº 168/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

REGULAMENTA O ARTIGO 163 DA LEI COMPLEMENTAR 47/2011, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2011, QUE DISPÕE SOBRE O GRUPO DE SERVIÇOS DE APOIO À VIGILÂNCIA SANITÁRIA E AMBIENTAL.

Considerando a necessidade de se manter no município fiscalização sanitária de forma contínua, independentemente de horário de funcionamento das repartições públicas;

Considerando ser plenamente justificável a atuação da Vigilância Sanitária municipal em horários após o expediente, finais de semana e feriados, haja vista serem constantes a ocorrência de infrações sanitárias, além do funcionamento de empresas e eventos nestes períodos (bares, ambulantes, restaurantes, salões de beleza, atendimento de denúncias, entre outros);

Considerando a existência de previsão legal, estabelecida pelo artigo 163 da Lei 47/2011, possibilitando o pagamento de Adicional de Hora Plantão de Serviços de Apoio à Vigilância Sanitária e Ambiental (APSAVS) aos servidores detentores de cargo de provimento efetivo municipal, que sejam designados para atividades de apoio administrativo e operacional dos serviços da Vigilância Sanitária e Ambiental;

Considerando a carência de regulamentação para designar os servidores que compõem o grupo de atividades de apoio administrativo e operacional dos serviços da Vigilância Sanitária e Ambiental;

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, no uso de suas atribuições legais, em conformidade com art. 98, VII, da Lei Orgânica do Município de Biguaçu;

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para compor o Grupo de Serviços de Apoio à Vigilância Sanitária os seguintes servidores:

- a. Carlos Alberto Dunajski, matrícula funcional nº 16696-01;
- b. Lilian Barbosa Santos Rocha, matrícula funcional nº 10901-07;
- c. Simone Rossi Fermo, matrícula funcional nº 16425-01;
- d. Zaira Garcez de Souza, matrícula funcional nº 14838-01
- e. Zeli Zilda Manes, matrícula funcional 304-01

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando o Decreto nº 074/2015, de 18/05/2015 e demais disposições em contrário.

Biguaçu, 24 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Reg. Publ. n/data

Marivalde Inêz Kons
Escriturária

LEI Nº 3757/2017

LEI Nº 3757/017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A FIRMAR CONVÊNIO DE GESTÃO COMPARTILHADA COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, POR INTERMÉDIO DA POLÍCIA MILITAR, COM INTERVENIÊNCIA DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PARTICIPATIVA E DA ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL E CULTURAL DE BIGUAÇU - ACIBIG, OBJETIVANDO A COOPERAÇÃO DE ESFORÇOS NA PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BIGUAÇU, faz saber que a Câmara Municipal de Biguaçu aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar convênio de gestão compartilhada com o Estado de Santa Catarina, por intermédio da Polícia Militar, para cooperação de esforços na preservação da ordem pública no âmbito do Município de Biguaçu.

Parágrafo Único - A Secretaria de Planejamento e Gestão Participativa do Município participará do convênio na condição de intervenientes.

Art. 2º - O convênio de gestão compartilhada que trata o artigo 1º tem por objetivo a fiscalização do cumprimento das disposições da legislação municipal relativas aos estabelecimentos comerciais, industriais, de prestação de serviços, eventuais e o comércio de ambulantes no Município de Biguaçu, com a finalidade de preservar a ordem pública, nos termos do convênio anexo.

Art. 3º - O convênio poderá prever o rateio dos valores arrecadados com cobrança de alvarás e licenças emitidas pela Secretaria da Receita do Município, observado o percentual máximo de repasse à Polícia Militar do Estado de Santa Catarina de:

- I - até 30% (trinta por cento) sobre a arrecadação efetiva da referida taxa, nos meses de abril a dezembro de cada exercício, e 5% (cinco por cento) nos meses de janeiro, fevereiro e março;
- II - até 80% (oitenta por cento) sobre a arrecadação efetiva das multas e autuações realizadas por meio da Polícia Militar.

Parágrafo Único - Os valores de que trata este artigo deverão ser aplicados exclusivamente no Município de Biguaçu, em despesas destinadas à preservação da ordem pública, tais como equipamentos, veículos, serviços, cursos ou atividades.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Biguaçu, 23 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal
Lei nº 3757/2017, de 23/08/2017
Sancionada em 23/08/2017
Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

LEI Nº 3758/2017

LEI Nº 3758/017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A PUNIÇÃO PELA PRÁTICA DO ACIONAMENTO INDEVIDO DOS SERVIÇOS TELEFÔNICOS DE ATENDIMENTO A EMERGÊNCIAS da polícia militar 190, DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÉDICO DE URGÊNCIA 192 – SAMU e do CORPO DE BOMBEIROS 193, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RAMON WOLLINGER, Prefeito Municipal de Biguaçu, faz saber que a câmara de vereadores aprovou e sanciona a seguinte lei:

Art. 1º - Fica instituída a aplicação de multa ao proprietário da linha telefônica ou ao responsável pelo acionamento indevido dos serviços telefônicos de atendimento a emergências da Polícia Militar 190, do Serviço de Atendimento Médico de Urgência - SAMU 192 e do Corpo de Bombeiros 193.

Parágrafo Único - Entende-se por acionamento indevido aquele originado de má-fé ou que não tenha como objeto o atendimento a emergência ou situação real que venha a justificar o acionamento, salvo nos casos de erro justificável devidamente comprovado.

Art. 2º - A multa a que se refere o art. 1º desta Lei será de R\$ 1.000,00 (mil reais), podendo ser cobrada em dobro no caso de reincidência.

Art. 3º - Os órgãos responsáveis pela Polícia Militar 190, SAMU 192 e Corpo de Bombeiros 193 deverão anotar o número telefônico de onde se originou o trote e enviar ofício às empresas prestadoras de serviços telefônicos para que informem os dados do proprietário.

· 1º As ligações originadas de telefones públicos serão anotadas em relatório separado para futuro levantamento de incidência geográfica e posterior identificação pelo órgão competente, podendo ser adotadas medidas preventivas.

· 2º Havendo possibilidade da identificação do autor do acionamento indevido por telefones públicos, esse será responsabilizado e deverá ser penalizado na forma desta Lei.

Art. 4º - Identificados os proprietários da linha telefônica ou os responsáveis pelo acionamento indevido, na forma prevista no artigo anterior, será lavrado Auto de Infração contra o infrator e aplicada a multa correspondente.

Parágrafo Único - Após o recebimento do Auto de Infração, os proprietários da linha telefônica ou os responsáveis pelo acionamento indevido terão o prazo de 30 (trinta) dias para apresentar defesa por escrito junto ao órgão competente, que poderá acatar o pedido, cancelando a aplicação da multa que trata o caput.

Art. 5º - Não havendo o pagamento da multa pela via administrativa, o Município poderá realizar a cobrança pela via judicial.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Biguaçu, 23 de agosto de 2017.

Ramon Wollinger
Prefeito Municipal

Lei nº 3758/2017, de 23/08/2017

Sancionada em 23/08/2017

Reg. e publ.n/data

Marivalde Inez Kons
Escriturária

PORTARIA Nº 3047/2017

PORTARIA Nº 3047/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pelo Decreto nº 11 de 27 de janeiro de 2017.

RESOLVE:

CONCEDER ao (a) servidor (a), MONICA DE ABREU DOS SANTOS, ocupante do Cargo comissionado de DIRETOR ESCOLAR III – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, o afastamento de suas funções laborativas em virtude de Licença para Tratamento de Saúde, conforme processo nº 8322/2017 em anexo no período de 17/08/2017 a 23/08/2017.

Biguaçu, 23 de agosto de 2017.

DANIEL CÉSAR DA LUZ
Secretário Municipal de Administração

PP 185/2017 PMB

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 185/2017- PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS E EQUIPAMENTOS PARA USO NAS UNIDADES PRODUTORAS DE ALIMENTOS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COMPOSTA PELOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAIS (CEIMS) E ESCOLAS BÁSICAS MUNICIPAIS (EBM), DE FORMA A GARANTIR A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR DO MUNICÍPIO DE BIGUAÇU.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 06 de setembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 06 de setembro, 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: no site da Prefeitura de Biguaçu: bigua.atende.net

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8022. Biguaçu, 24 de agosto de 2017.

RAMON WOLLINGER
PREFEITO MUNICIPAL

Blumenau

PREFEITURA

LEI Nº 8.463/2017

LEI Nº 8.463, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DENOMINA DE "RUA DOMINGOS BERTOLDI", PROLONGAMENTO DE VIA PÚBLICA LOCALIZADA NO BAIRRO ITROUPAVA CENTRAL.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 59, V, da Lei Orgânica do Município de Blumenau, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º É denominado com o mesmo nome de Rua Domingos Bertoldi – anteriormente denominada pela Lei nº 2.896, de 29 de novembro de 1982 – o prolongamento da referida via pública em mais 34m (trinta e quatro metros), totalizando 180,00m (cento e oitenta metros) de extensão e término na Rua Leônicio João Deschamps, localizada no Bairro Itoupava Central.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 23 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 21.170/2017

PORTARIA Nº. 21.170, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

DEMITE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL L.A.L.H.

NAPOLEÃO BERNARDES, Prefeito Municipal de Blumenau, no uso das atribuições que lhe confere o art. 75, II, "a", da Lei Orgânica do Município, promulgada em 29 de março de 1990 e de acordo com o art. 201, I, da Lei Complementar nº. 660, de 28 de novembro de 2007, combinado com o art. 185, III, do mesmo diploma legal, resolve:

DEMITIR

L.A.L.H., matrícula nº. 19999-0, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação - SEMED, por infringir os arts. 176, VI; 177, XXII e XXIII, Lei Complementar nº. 660/07, e o art. 11 e inciso I da Lei Federal nº. 8.429/92, à vista do que consta do Relatório Final e do Julgamento prolatado nos autos do Processo Administrativo Disciplinar – PAD nº. 001/2017, que tramitou na 1ª CPASD.

PREFEITURA MUNICIPAL DE BLUMENAU, em 21 de agosto de 2017.
NAPOLEÃO BERNARDES
Prefeito Municipal

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONVENIO Nº 009/2014

EXTRATO – 5º TERMO ADITIVO AO CONVÊNIO nº 009/2014

PARTES: MUNICÍPIO DE BLUMENAU

E A

ASSOCIAÇÃO HOSPITALAR BENEFICENTE

MISERICÓRDIA DA VILA ITROUPAVA

OBJETO: Repasse de recursos financeiros a título de subvenções sociais para auxiliar no custeio e manutenção do hospital, bem como para prestação de Exames Laboratoriais, e conforme Plano de Trabalho previamente definido entre a SEMUS e a CONVENIADA, conforme Instrução Normativa N.TC – 14/2012 emitida pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 116 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e inciso IV do art. 3º, bem como artigos 84, II e 84-A da Lei 13.019/2014 e alterações e Lei Municipal nº 8.445/2017.

SECRETARIA GESTORA: Secretaria Municipal de Promoção da Saúde

VALOR DO CONVÊNIO: Suplementação de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), a partir de 01 de agosto até 31 de dezembro de 2017, totalizando o valor do convênio anual em R\$ 717.000,00 (setecentos e dezessete mil reais) em decorrência da inclusão de serviços em horas de plantão em atendimento de urgência e emergência no Pronto Socorro.

DATA: 03 de agosto de 2017.

RESOLUÇÃO CMAS Nº 25/2017

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 25/2017

APROVA O PLANO DE TRABALHO QUE DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA E DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTUDUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FEAS) E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (FMAS) DE BLUMENAU.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições, conferidas pela Lei Federal nº. 8.742, de 07 de dezembro de 1993; pela Lei Complementar nº. 425, de 21 de novembro de 2003 e alterações; pela Lei Complementar Municipal nº. 945, de 11 de novembro de 2014 e pelo Decreto Municipal nº. 10.598 de 30 de março de 2015, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e suas alterações, e de acordo com a deliberação da Plenária Ordinária realizada em 09 de Agosto de 2017.

CONSIDERANDO:

- o Decreto Municipal nº. 5.517, de 17 de Abril de 1996, que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social;
- o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social deve aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;
- a Resolução nº03 de Julho de 2017 do CEAS/SC que aprova critérios, prazos e procedimentos do repasse de recursos estaduais, alocados no Fundo Estadual de Assistência Social de Santa Catarina FEAS/SC, para cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica e Especial, Benefícios Eventuais no exercício de 2017, conforme publicado do DOE/SC nº20.575 de 17/07/2017;
- o parecer favorável das Comissões Permanentes de Financiamento

e Políticas de Assistência Social ao Plano de Trabalho/2017 para cofinanciamento de Recursos Estaduais, destinados aos Serviços Socioassistenciais do Sistema Único de Assistência Social do Município de Blumenau, para o exercício de 2017, conforme consta no Relatório de Reunião Intercomissões CPPAS e CPFAS nº. 04 /2017, de 07 de Junho de 2017;

- a aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, ao parecer da Intercomissões de Permanentes de Financiamento de Assistência Social e da Comissão Permanente de Políticas de Assistência Social, em Plenária Ordinária datada de 09 de Agosto de 2017, conforme consta na Ata CMAS nº. 15/2017;

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica de 07 (sete) Centros de Referência de Assistência Social – CRAS no valor de R\$170.270,24 (cento e setenta mil, duzentos e setenta reais e vinte e quatro centavos), e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, para 02 (dois) Centros de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS no valor total de R\$157.391,30 (cento e cinquenta e sete mil, trezentos e noventa e um reais e trinta centavos), e para 01 (um) Centro POP no valor de R\$43.333,33 (quarenta e três mil, trezentos e trinta e três reais e trinta e três centavos), totalizando R\$370.994,87 (trezentos e setenta mil, novecentos e noventa e quatro reais e oitenta e sete centavos), a serem transferidos para o FMAS referente ao ano de 2017, a serem executados conforme o percentual estabelecido no Plano;

Parágrafo Único: A proporção de destinação dos recursos foi estabelecida da seguinte forma: Proteção Social Básica: 50% para custeio e 50% para investimentos, Proteção Social Especial de Média Complexidade: 30% para custeio e 70% para investimentos.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Blumenau, 09 de agosto de 2017.

Patrícia Morastoni Sasse

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CONCORRÊNCIA Nº 03-2201/2016 - SAMAE

Concorrência 03-2201/2016

O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Blumenau - SC, com sede na Rua Bahia, 1530, torna público que, analisados os recursos e contrarrazões aos recursos acostados ao Edital em epígrafe, decide-se pela manutenção da inabilitação das recorrentes: RACLI LIMPEZA URBANA LTDA., PROACTIVA MEIO AMBIENTE BRASIL LTDA. e B.A. MEIO AMBIENTE LTDA., pela habilitação das recorridas: CAVO SERVIÇOS E SANEAMENTO S.A. e SANEPAV SANEAMENTO AMBIENTAL LTDA. e, reconsiderando-se a decisão anteriormente preferida, pela inabilitação das recorridas SERRANA ENGENHARIA LTDA. e T.O.S. OBRAS E SERVIÇOS LTDA. Por fim, mantém-se a habilitação da licitante: TERRACON CONSTRUÇÕES LTDA. Marca-se a abertura das propostas de preços para o dia 28/08/2017, às 9:00 horas, junto a Sala de Licitações do SAMAE/ETA II.

Blumenau (SC), 25/08/2017

Alexandro Eduardo Fernandes

Diretor Presidente

EXTRATO Nº 357/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 357/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 408/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Caput, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a PAGAMENTO DE SERVIÇO DE RECEPTIVO COM FORNECIMENTO DE ALIMENTAÇÃO NO ÂMBITO DO PROGRAMA RIEC/FURB - AMBIENTES DE CO-CRIAÇÃO PARA (ECO) FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES. Contratada: G.A WERLANG GESTÃO E AMBIENTE LTDA (CNPJ Nº 92.700.715/0003-57). Forma de Pagamento: Em até 15 (quinze) dias consecutivos, contados após a entrega da Nota Fiscal. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 1.750,00 (hum mil setecentos e cinquenta reais)/ 01.30.12.364.0076.2030 (Projetos Especiais)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.41 (Fornecimento de Alimentação).

Blumenau, 24 de agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 358/2017 - FURB

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU

Extrato nº. 358/2017

Inexigibilidade de Licitação nº. 400/2017

A Fundação Universidade Regional de Blumenau, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Antônio da Veiga, nº. 140, CNPJ nº. 82.662.958/0001-02, torna público que após o devido processo legal, dispensou o procedimento em epígrafe com fundamento no Artigo 25, Inciso II, da Lei Federal nº. 8.666/93 e demais alterações, para a PAGAMENTO DE RENOVAÇÃO ANUAL DAS LICENÇAS DO SOFTWARE PARA GERAÇÃO DE BOLETO BANCÁRIO. Contratada: BOLETOBANCARIO.COM TECNOLOGIA DE PAGAMENTOS LTDA (CNPJ Nº 21.018.182/0001-06). Forma de Pagamento: À vista. Valor Total/Programa de Trabalho/Elemento de Despesa/Rubrica: R\$ 2.358,00 (dois mil trezentos e cinquenta e oito reais)/ 01.09.12.364.0076.2009 (Pró Reitoria de Administração)/ 3.3.90.39 (Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica)/ 3.3.90.39.11 (Locação de Softwares).

Blumenau, 24 de agosto de 2017.

Prof. Dr. João Natel Pollonio Machado

Reitor da FURB

EXTRATO Nº 359/2017 - FURB**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Extrato nº. 359/2017****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA**

OBJETO: Registro de Preços para Aquisições futuras de Empresa Fornecedora de Cimento, Cal, Argamassa para manutenções nos diversos *campi* da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 300/2017 e Ata de Registro de Preços nº 215/2017 firmado em 25 de agosto de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (R\$)	Preço Total do Item (R\$)
2	7247	250	Saco	Saco de cal hidratada (CH-III) / saco de 20 kg.	Ouro Branco	8,40	2.100,00
3	25768	100	Saco	Argamassa colante / tipo II (AC-II) / validade de 6 meses / saco de 20kg	Certa	14,20	1.420,00
4	32072	100	Saco	Argamassa colante / tipo III (AC-III) / validade de 6 meses / saco de 20kg.	Certa	25,00	2.500,00
6	38453	80	Saco	Concreto fluído pronto de alta resistência (argamassa graute) - composta por cimento Portland, agregados minerais, aditivos e fluidificantes / resistência a compressão mínimo 45 MPa em 28 dias / saca com 25 kg. Referência: supergraute/Quartzolit.	Quartzolit	28,50	2.280,00
7	38454	80	Saco	Concreto moldável pronto de alta resistência (argamassa para reparos de estruturas de concreto) – composta de cimento Portland, agregados, aditivos, polímeros e inibidores de corrosão / resistência a compressão: mínimo 30 MPa em 28 dias / saca com 20 kg. Referência: reparo estrutural/Quartzolit.	Quartzolit	60,00	4.800,00
8	7408	100	Lata	Adesivo estrutural à base de resina epóxi / média viscosidade (fluído) bicomponente para ancoragem de ferragem ao concreto - lata com 1 kg. Produtos de referência: Sikadur 32 ou Compound Adesivo-Vedacit.	Vedacit – Otto Baumgart	38,50	3.850,00
9	33969	20	Lata	Adesivo estrutural à base de resina epóxi de alta viscosidade (tixotrópico) bicomponente, para colagem de azulejo em local molhado - lata com 1 kg. Produtos de referência: Sikadur 31 ou Compound Adesivo TIX-Vedacit.	Vedacit – Otto Baumgart	35,40	708,00
Valor Total (em R\$)				17.658,00			
Valor Total (em R\$ por extenso)				Dezessete mil, seiscentos e cinquenta e oito reais.			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva

Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 25/08/2017

EXTRATO Nº 360/2017 - FURB**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****Extrato nº. 360/2017****PARTES: FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE REGIONAL DE BLUMENAU****E****AGREMIX COMÉRCIO DE AGREGADOS LTDA**

OBJETO: Registro de Preços para Aquisições futuras de Empresa Fornecedora de Cimento, Cal, Argamassa para manutenções nos diversos *campi* da FURB.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Presencial (SRP) nº 300/2017 e Ata de Registro de Preços nº 216/2017 firmado em 25 de agosto de 2017.

PREÇO: O preço ofertado pela empresa signatária da presente Ata de Registro de Preços é o abaixo informado, de acordo com a respectiva classificação:

Item	Código FURB	Qtde.	Und.	Descrição do Item	Marca	Preço Unitário (R\$)	Preço Total do Item (R\$)
1	7243	500	Saco	Saco de cimento CP II-32 (norma NBR 11578) ou CP IV-32 (norma NBR 5736) / saco de 50 kg.	Nacional	21,10	10.550,00
5	15967	60	Saco	Saco de cimento CP V - ARI 40kg	Nacional	21,95	1.317,00
Valor Total (em R\$)				11.867,00			
Valor Total (em R\$ por extenso)				Onze mil, oitocentos e setenta e sete reais			

PAGAMENTO: O pagamento será efetuado em até 15 (quinze) dias consecutivos após a efetiva entrega (com descarga) dos materiais, desde que os mesmos estejam em perfeitas condições de uso, sejam aprovados pelo Gestor designado pela CONTRATANTE e sigam acompanhados da respectiva Nota Fiscal Eletrônica (NF-e), através de depósitos bancários (hipótese na qual a NF-e deverá conter os dados bancários da CONTRATADA) ou de boletos bancários (caso no qual tais documentos deverão acompanhar a NF-e).

PRAZO DE VIGÊNCIA: A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua assinatura.

DATA: 25/08/2017

Bom Jardim da Serra

PREFEITURA

PR 35/2017

Prefeitura Municipal de Bom Jardim da Serra/SC

Processo/ Ano nº 56/2017

Modalidade: Pregão presencial para registro de preços 35/2017

Objeto: Registro de preços para aquisição fracionada de material de limpeza e higiene em processo multientidade.

Forma de julgamento: menor preço por item

O Prefeito municipal no uso de suas atribuições legais juntamente com o pregoeiro(a), participam à todos os interessados que abrirá as propostas para aquisição/contratação do objeto em epígrafe dia 06/09/2017 às 14horas. O edital segue as Leis 10.520/02, LC 123/06 , 147/14 e subsidiariamente 8.666/93, estando em inteiro teor disponível no site www.bomjardimdaserra.sc.gov.br sem custo, ou ainda na sede da proponente.

Bom Jardim da Serra, 24 de agosto de 2017.

Serginho Rodrigues de Oliveira

Prefeito Municipal

Bom Jesus do Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 077/2017 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

MUNICIPIO DE BOM JESUS DO OESTE
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº 077/2017

O Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste/SC torna público que firmou o seguinte contrato:

Contratado: Bruxel Mecânica Ltda ME
Objeto: Aquisição de Implemento Distribuidor de Calçário.
Valor: R\$ 23.980,00 (vinte e três mil novecentos e oitenta reais).
Vigência: 22 de agosto de 2017 a 05 de setembro de 2017.
Bom Jesus do Oeste (SC), 22 de agosto de 2017.
Ronaldo Luiz Senger
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 5076/2017

DECRETO MUNICIPAL Nº 5076/2017,
DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE COMISSÃO ESPECIAL DE MONITORAMENTO, ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO DA CHAMADA PÚBLICA DESTINADA A CONTRATAÇÃO EMERGENCIAL DE PROFESSORES DA EDUCAÇÃO INFANTIL E DO ENSINO FUNDAMENTAL REGIDA PELO EDITAL Nº 007/2017 DA PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS DO OESTE - SC, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais estabelecidas na Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º. Nomear os membros da Comissão Especial de monitoramento, acompanhamento, fiscalização, avaliação e classificação da chamada pública destinada a contratação emergencial de professores da educação infantil e do ensino fundamental regida pelo Edital nº 007/2017 da Prefeitura Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC, destinado ao preenchimento de vagas para Cargo Público em caráter temporário de excepcional interesse público de Professores para o quadro de pessoal do magistério do município de Bom Jesus do Oeste - SC, formada pelas seguintes pessoas:

PRESIDENTE: Diretora Geral de Escola: SOLANGE ANDRÉIA BONI DE BASTIANE;

MEMBROS: Diretor de Escola: LEONIR SIMONETTI; Responsável pelos Recursos Humanos: MIRIAN SANCIGOLO; Assessor Jurídico: CÉSAR LUIS MAJOLO; Representante do Conselho Municipal de Educação: FABRÍCIO SCAPIN

Art. 2º. Compete a Comissão Especial acompanhar, fiscalizar e proceder a classificação dos inscritos na Chamada Pública regida pelo Edital nº 007/2017, bem como julgar os casos omissos ou duvidosos e coordenar as atividades necessárias ao bom andamento do certame.

Art. 3º. Este Decreto tem vigência na data de sua assinatura, condicionado a sua eficácia a publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do Art. 3º, do Decreto nº 4450, de 16 de setembro de 2013.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste - SC,
aos 23 de agosto de 2017.
RONALDO LUIZ SENER,
Prefeito Municipal

Registre-se
Publique-se
Cumpra-se.

PORTARIA 167/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 167/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR MUNICIPAL PARA FISCAL DE CONTRATOS E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RONALDO LUIZ SENER, Prefeito Municipal de Bom Jesus do Oeste, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Art. 67 da Lei Federal nº 8.666/93.

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR o servidor público municipal Sr. Marcio José Storck, inscrito no CPF sob nº 065.997.499-17, com matrícula sob nº 745-5, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente, para acompanhamento e fiscalização da execução do Contrato nº 077/2017, referente ao Processo Licitatório nº 1707/2017, sendo objeto a Aquisição de Implemento Distribuidor de Calçário.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º do Decreto nº 4450 de 16 de setembro de 2013.

Registre-se;

Publique-se;

Cumpra-se.

Paço Municipal, aos 24 de agosto de 2017.

RONALDO LUIZ SENER
Prefeito Municipal

Recebido: / /2017.

Bom Retiro

PREFEITURA

820.08.17 - P. PRORROGA LIC. TRAT. SAUDE LUCRECIA B. H. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 820/17 de 24.08.17

Prorroga Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Prorrogar a Licença de Tratamento de Saúde de acordo com o atestado médico apresentado até o dia 30 de agosto de 2017, a funcionária Lucrécia Barbara Heinz da Rosa, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Padrão I – Nível 22, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

821.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE TAYSE T. S. GERBER

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 821/17 de 24.08.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 21 de agosto de 2017, a funcionária Tayse Trento Serafim Gerber, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

822.08.17 - P.LIC. MOT. P. FAM. ZILMARA G. ROSAR

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 822/17 de 24.08.17

Concede Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família

O Prefeito Municipal de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 e 75 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para acompanhar familiar em consulta médica, no dia 21 de agosto de 2017, a funcionária Zilmara Gorges Rosar, Ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

823.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ELIZABETE W. MATEUS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 823/17 de 24.08.17

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 21 de agosto de 2017, a funcionária Elizabete Werlich Mateus, ocupante do cargo de Diretor de Departamento – Nível 32, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.

VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

824.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. HERARDT
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 824/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 10 (dez) dias de licença para realizar tratamento de saúde, a contar do dia 22 de agosto com término no dia 31 de agosto de 2017, período matutino, a funcionária Maria de Lourdes Herardt, Ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão I – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Núcleo Henrique Hemkmaier.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

825.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE MARIA L. OLIVEIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 825/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica, no dia 22 de agosto de 2017 no período matutino, a funcionária Maria Lunalva Henckmaier de Oliveira, ocupante do cargo de Professor I - 3 - Padrão 1 – Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Creche Irmã Paula e Pré Escolar São José.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

826.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ANDREIA C. O. DEUCHER
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 826/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 22 de agosto de 2017, a funcionária Andreia Cristina de Oliveira Deucher, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

827.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE NAIARA L. DEINANI
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 827/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento odontológico, no dia 22 de agosto de 2017, a funcionária Naiara Luci Deinani, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

828.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE VIVIANE R. PIRES

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 828/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde, no dia 22 de agosto de 2017, a funcionária Viviane Rosar Pires, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 30 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Centro de Educação Infantil Professor Alosir Moretti.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

829.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE IZABEL MICHELS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 829/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar consulta médica, no dia 22 de agosto de 2017, a funcionária Izabel Michels, ocupante do cargo de Professor I - 3 – Nível 22, 20 horas semanais, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Escola de Campo Cambará.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

830.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE ROSEMELIA G. ROSA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 830/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 23, 24 e 25 de agosto de 2017, a funcionária Rosemelia Gamba da Rosa, ocupante do cargo de Servente - Padrão I - Nível 1, do quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte – Ginásio de Esportes Nenzinho.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

831.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DELMA I. R. SANTOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 831/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Civis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar tratamento de saúde no dia 23 de agosto de 2017, a funcionária Delma Izabel Rabelo dos Santos, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

832.08.17 - P. LIC. TRAT. SAÚDE DELMA I. R. SANTOS
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 832/17 de 24.08.17
Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com os artigos 71 e 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 03 (três) dias de licença para realizar tratamento de saúde nos dias 24, 25 e 26 de agosto de 2017, a funcionária Delma Izabel Rabelo dos Santos, ocupante do cargo de Servente - Padrão 1 – Nível 1, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

833.08.17 - P. FÉRIAS JONAS I. PEREIRA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 833/17 de 24.08.17
Concede Férias Regulamentares

O Prefeito do Município de Bom Retiro – SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro – SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondente ao período de 2016 (Dois Mil e Dezesesseis) a 2017 (Dois Mil e Dezesete) ao funcionário Jonas Inocêncio Pereira, Ocupante do cargo de Trabalhador Braçal, Padrão I – Nível 1, do Quadro de Pessoal do Município, com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, a serem usufruídas da seguinte maneira: 10 (dez) dias convertidos em pecúnia, conforme requerimento n.º 078/2017 de 24 de agosto de 2017, e os 20 (vinte) dias restantes para gozá-las a contar do dia 02 de setembro com término no dia 22 de setembro de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
24 de agosto de 2017.
VILMAR JOSÉ NECKEL
Prefeito Municipal

MARIA MADALENA SILVEIRA
Responsável Sec. Mun. Administração e Fazenda

EXTRATO CONTRATOS 176 A191/20176
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO
AVISO DE PUBLICAÇÃO

Extrato Contrato 176/2017 Pregão Presencial 24/2017
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: DES Informática E Serviços Ltda- ME
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção em equipamentos de informática/hardware, para atender as necessidades da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes, Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social e Funrebow
Valor Total: R\$ 148.000,00 (cento e quarenta e oito mil reais).

Extrato Contrato 177/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Extramed Distribuidora de Medicamentos e Produtos Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 69,90 (sessenta e nove reais e noventa centavos)

Extrato Contrato 178/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Ciamed Distribuidora de Medicamentos Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 75.060,00 (setenta e cinco mil e sessenta reais)

Extrato Contrato 179/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Dimaster Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 9.563,00 (nove mil quinhentos e sessenta e três reais)

Extrato Contrato 180/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Comercial Cirúrgica Rioclarense Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 15.607,50 (quinze mil seiscentos e sete reais e cinquenta centavos)

Extrato Contrato 181/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Soma SC Produtos Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 91.269,00 (noventa e um mil duzentos e sessenta e nove reais).

Extrato Contrato 182/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Angai Distribuidora de Medicamentos Ltda
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e

saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 26.920,00 (vinte e seis mil novecentos e vinte reais)

Extrato Contrato 183/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Centermedi Comércio de Produtos Hospitalares Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 37.828,00 (trinta e sete mil oitocentos e vinte e oito reais)

Extrato Contrato 184/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Promefarma Representações Comerciais Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 38.757,00 (trinta e oito mil setecentos e cinquenta e sete reais)

Extrato Contrato 185/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Metromed Comercio de Material Médico Hospitalar Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 24.556,00 (vinte e quatro mil quinhentos e cinquenta e seis reais)

Extrato Contrato 186/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Inovamed Comercio de Medicamentos Ltda
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 24.505,00 (vinte e quatro mil quinhentos e cinco reais)

Extrato Contrato 187/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Angeomed Comércio de Produtos Médico Hospitalar Ltda
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 23.890,20 (vinte e três mil oitocentos e noventa reais e vinte centavos)

Extrato Contrato 188/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.
Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 68.959,37 (sessenta e oito mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos)

Extrato Contrato 188/2017 Pregão Presencial 10/2017 (FMS)
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Altermed Material Médico Hospitalar Ltda.

Objeto: Aquisição de Medicamentos padronizados para atendimento dos serviços de atenção básica, atendimento especializado e saúde mental, e aquisição de Material Médico Hospitalar, para atendimento dos postos de saúde do Município de Bom Retiro.
Valor Total: R\$ 68.959,37 (sessenta e oito mil novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e sete centavos)

Extrato Contrato 189/2017 Pregão Presencial 20/2017
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Pecalub Comércio de Peças, Equipamentos de Lubrificantes Ltda- ME.
Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social, para o exercício de 2017.
Valor Total: R\$ 825,00 (oitocentos e vinte e cinco reais)

Extrato Contrato 190/2017 Pregão Presencial 20/2017
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Trator Peças Comércio de Peças para Tratores Ltda. EPP
Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social, para o exercício de 2017.
Valor Total: R\$ 65,00 (sessenta e cinco reais)

Extrato Contrato 191/2017 Pregão Presencial 20/2017
Contratante: Município de Bom Retiro
Contratado: Globo Auto Center Ltda. ME
Objeto: Registro de preços para aquisição de filtros, lubrificantes, baterias, fluídos e graxas, para manutenção dos veículos da Secretaria de Administração, Secretaria de Educação, Secretaria de Agricultura, Secretaria de Transportes e Obras, Funrebom, Gabinete do Prefeito, Fundo de Saúde e Fundo de Assistência Social, para o exercício de 2017.
Valor Total: R\$ 1.660,36 (mil seiscentos e sessenta reais e trinta e seis centavos)

Bom Retiro, 25 de agosto de 2017.
Vilmar José Neckel
Prefeito Municipal

Botuvera

PREFEITURA

LEI Nº 1.396/2017

LEI Nº 1.396/2017

"DENOMINA VIA PÚBLICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada: Rua "ODAIR AUGUSTO COLZANI", a via que tem início na Rodovia Municipal Germano Barni (loteamento do Daio), (pontos: 27°11'50.76"S e 49° 7'49.75"O) e término em terras de Odair Augusto Colzani (pontos: 27°11'48.29"S e 49° 7'49.91"O).

Art. 2º - A referida possui extensão aproximada de 80,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 24 de AGOSTO de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.397/2017

LEI Nº 1.397/2017

"DENOMINA VIA PÚBLICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada: Rua "VITÓRIO VENZON", a via municipal que tem início no entroncamento da Rua Beira Rio com a Rua Guilherme Comandoli, (pontos: 27°11'5.57"S e 49° 7'16.82"O) e término no entroncamento da "Cruz" das estradas do Lageado Alto e do Lageado Baixo, (pontos: 27°10'40.12"S e 49° 7'23.37"O).

Art. 2º - A referida possui extensão aproximada de 1.000,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 24 de Agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

LEI Nº 1.398/2017

LEI Nº 1.398/2017

"DENOMINA VIA PÚBLICA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOTUVERÁ:

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada: SERVIDÃO DORVAL MAESTRI, a via pública que tem início na Rua Santino Colombi nos pontos: (27°12'16.74"S e 49° 4'28.65"O) e término no loteamento Santino Colombi (sem saída), (pontos: 27°12'18.73"S e 49° 4'29.02"O).

Art. 2º - A referida possui extensão aproximada de 70,00 metros.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Botuverá, 24 de Agosto de 2017.

JOSÉ LUIZ COLOMBI

Prefeito Municipal

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES BANCÁRIAS – DEVOLUÇÃO DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO 0

NOTA

O Município de Botuverá, considerando o cancelamento oficial do concurso público do edital 01/2017, comunica a todos os candidatos inscritos, que poderão solicitar a devolução dos valores das inscrições, preenchendo o formulário em anexo e, enviando para o endereço eletrônico: concurso@botuvera.sc.gov.br

RELATÓRIO DE INFORMAÇÕES BANCÁRIAS – DEVOLUÇÃO DE INSCRIÇÃO DO CONCURSO

Nº da inscrição	Nome completo do candidato(a)	Nome completo do titular da conta bancária	CPF do titular da conta bancária	Telefone do titular da conta bancária	Grau de parentesco do titular da conta bancária (pai ou mãe)	Nome do Banco	Número da agência (com DV)	Número da Conta Corrente	Valor a ser Restituído

Braço do Trombudo

PREFEITURA

DECRETO Nº 074 2017

DECRETO Nº. 074/2017.

Cria Crédito Suplementar no Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

NILDO MELMESTET, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, baseado na Lei nº 0875/2016 de 13.12.2016, etc...

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado um crédito adicional suplementar no valor de R\$ 39.400,00 (Trinta e nove mil e quatrocentos reais.), destinado a suplementar a seguinte dotação do orçamento vigente:

09 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

2.095 – Assistência Farmacêutica Básica

(34) – 3.3.93.00.00.00.00.00 0.3.0067.000000 – Aplicações Diretas R\$ 39.400,00

TOTAL R\$ 39.400,00

Art. 2º - Utilizar-se-á como fonte de recursos o superávit financeiro de 2016 do recurso 3.0067 – Assistência Farmacêutica Básica.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

BRAÇO DO TROMBUDO (SC), 23 de agosto de 2017.

NILDO MELMESTET

Prefeito Municipal

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 23/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRAÇO DO TROMBUDO

RESULTADO DE JULGAMENTO PREGÃO Nº 23/2017

O pregoeiro oficial do Município de Braço torna público o resultado de julgamento do Pregão Presencial nº 23/2017. Processo licitatório 34/2017. Objeto: Registro de preço para eventual contratação de serviços de recape de pneus para manutenção da frota de veículos, máquinas e tratores agrícolas da Secretaria de Obras. Estradas Sev. Urbanos E Agropecuários. Após análise e julgamento das propostas, foram declaradas vencedoras do certame:

EMPRESA	ITENS	R\$ VALOR
GRANDO PNEUS LTDA CNPJ: 03.562.696/0001-38	1,4,12,23,24 e 27	87.860,00
RECAUCHUTADORA DE PNEUS NERI LTDA EPP CNPJ: 82.989096/0001-27	3,9,11,13,14,16,17,22,25,26 e 28	150,749,00
VLK FABRICAÇÃO DE PNEUS ESPECIAIS LTDA EPP CNPJ: 24.018.340/0001-08	2,5,6,7,8,15,19,20 e 21	83.116,00

tornando-se, dessa forma, divulgado o resultado de julgamento do supracitado pregão. Alair Franz Hein - Pregoeira Oficial do Município de Braço do Trombudo. Em 24/08/2017.

Brusque

PREFEITURA

EDITAL Nº 007-2017 RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 007/2017

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 007/2017

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL em ordem de classificação do Processo Seletivo para o cargo de MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES, conforme segue:

MOTORISTA DE VEÍCULOS LEVES

		NOME
1	10,59	INGO VALDIR FISCHER JUNIOR
2	10,25	ALEXANDRE FRANCISCO
3	8,59	FABIO PEREIRA DA SILVA
4	7,84	JILVAN MATOS DOS SANTOS
5	7	DECIO IZAR BASTOS
6	6,67	EMERSON RODRIGO OLIVEIRA PEREIRA
7	6,5	WAGNER LAZER
8	6,34	EDERALDO DA SILVA
9	6,25	WELLINGTON POLOD LEAL
10	6,17	ALEX CARDOSO AMORIM
11	5,75	JONATAS SCHNEIDER
12	5,59	SIDINEI MARQUES
13	5,34	UHALACI LUIZ BATISTA RAMOS
-	FALTA	JOAO JUVENIL DOS SANTOS
-	FALTA	MAURICIO DE SAU CANUTES
-	FALTA	ORIDES BERTOLINI
-	*	AGEU RIBEIRO
-	*	ALAN ALVES PAZ
-	*	LUCKY WILK FEITOSA
-	*	WELINTON DOS SANTOS ROSA

* - candidatos não obtiveram a nota mínima na prova prática

Brusque, 24 de AGOSTO de 2017.
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

EDITAL Nº 09-2017- RESULTADO FINAL PROCESSO SELETIVO

Prefeitura Municipal de Brusque

Processo Seletivo Simplificado

EDITAL Nº 009/2017

RESULTADO FINAL - PROCESSO SELETIVO N. 009/2017

A Diretora, no uso de suas atribuições legais, PUBLICA RESULTADO FINAL em ordem alfabética do Processo Seletivo para o cargo de Médico Especialista em Nefrologia, conforme segue:

Médico Especialista em Nefrologia

		Nome
1	119,75	GUSTAVO MARTINS DOS SANTOS
2	52,0	MIRIAM DE SOUSA FARIA DE AZEVEDO MACHADO KRAWCZUN
3	-	LEONARDO PIANO

Brusque, 24 de AGOSTO de 2017.
ANELISE NAGEL KETZER DE SOUZA
Diretora

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002-2017

EXTRATO 1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 002/2017

ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo ao contrato nº 002/2017, entre o Município de Brusque e a empresa ANIRIO TABONI, em 10/08/2017. OBJETO: Alteração qualitativa do contrato, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA FÍSICA PARA APRESENTAÇÃO MUSICAL NA ABERTURA DOS JOGOS COMUNITÁRIOS DE BRUSQUE, VISANDO ATENDER A DEMANDA DA SECRETARIA DE ESPORTE - VALOR QUALITATIVO R\$ 900,00 - FUNDAMENTO LEGAL: Art. 58, inc. I da Lei 8.666/93. ORIGEM: Inexigibilidade nº 001/2017. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Ademir Luiz de Souza e Anírio Taboni.

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 072-2013

EXTRATO 5º TERMO ADITIVO AO CONTRATO 072-2013

ESPÉCIE: 5º Termo Aditivo, Contrato nº 072/2013, entre o Município de Brusque e COMÉRCIO DE MADEIRAS LIMOEIRO LTDA ME, em 11/08/2017. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência de 16/08/2017 a 15/11/2017 - valor: R\$ 308.475,00 - cujo objeto é a locação de máquinas, equipamentos e caminhão - FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 57, II da Lei 8.666/93 - ORIGEM: Pregão nº 054/2013. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Conforme processo administrativo. SIGNATÁRIOS: Ricardo José de Souza e Emílio Becker Junior.

EXTRATO CONTRATO Nº 005-2017

EXTRATO CONTRATO Nº 005-2017- FUMREBOM

Espécie: Contrato nº 005/2017 - entre o Município de Brusque e AÇOUGUE HARLE LTDA EPP, em 16/08/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE PRODUTOS CÂRNEOS PARA ATENDER A DEMANDA DA 3ª COMPANHIA DE BOMBEIROS MILITAR DE BRUSQUE - Valor: R\$ 5.130,00. Origem: Dispensa de Licitação n. 003/2017 - FUMREBOM. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 90 dias Signatários: Tenente HUGO MANFRIN DALLOSSI e RODRIGO HARLE.

EXTRATO CONTRATO Nº 069-2017

EXTRATO CONTRATO Nº 069-2017

Espécie: Contrato nº 069/2017 entre o Município de Brusque e CAÇAMBA CIDADE LIMPA LTDA ME, em 21/08/2017. Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, conforme especificações constantes no Termo de Referência – Anexo I, do edital Pregão n. 060/2017 e proposta comercial apresentada pela Contratada - Valor: R\$ 419.000,00 - Origem: Processo Licitatório n. 107/2017 – Pregão n. 060/2017. Dotação Orçamentária: Conforme processo administrativo. Vigência: 12 meses Signatários: Ricardo José de Souza e Jaime Flavio da Silva Cesari.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004-2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 004-2017 - FME. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 004/2017, em 21/08/2017 - OBJETO: aquisição de camisetas para atender a demanda do Fundo Municipal de Esporte - VALOR: R\$ 8.652,00 - ORIGEM: Processo Licitatório nº 008/2017 - Pregão nº 005/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: Fundação Municipal de Esportes ADEMIR LUIZ DE SOUZA.

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024-2017

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 024-2017. ESPÉCIE: Ata de Registro de Preços nº 024/2017, em 21/08/2017 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE MASSA ASFÁLTICA (CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE) FAIXA C DO DNIT, para atender as necessidades da Administração Pública - VALOR: R\$ 540.000,00 - ORIGEM: Processo Licitatório nº 104/2017 - Pregão nº 057/2017 - FUNDAMENTO LEGAL: artigo 15 da Lei 8.666/93. SIGNATÁRIO: RICARDO JOSÉ DE SOUZA.

EXTRATO PROCESSO LICITATORIO 020-2017-SAMAE

PROCESSO LICITATÓRIO 020/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL

Encontra-se aberta no SAMAE de Brusque/SC, o Processo Licitatório 020/2017, na modalidade de Pregão Presencial, para aquisição de conjuntos motobombas anfíbias. A abertura dos envelopes dar-se-á no dia 14 de setembro de 2017, às 13:00 horas.

O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados junto ao Setor de Compras do SAMAE, sito a Rua Doutor Penido, 297, Centro, Brusque, ou pelo site: www.samaebru.com.br

Quaisquer informações poderão ser obtidas no endereço acima ou pelo telefone 47 3255-0500, ramal 207.

Roberto Bolognini

Diretor Presidente

SAMAE – Brusque

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 079-2017

EXTRATO PROCESSO LICITATÓRIO

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRUSQUE/SC

PROCESSO LICITATÓRIO nº 079/2017

PREGÃO nº 045/2017

OBJETO: Exploração de Espaço Público para Prestação de Serviços de Fornecimento de Alimentação Típica Alemã.

RESULTADO DA LICITAÇÃO: Aberta a sessão pública no horário

definido no edital e, observado a publicação legal, houve interessados na participação do certame licitatório, contudo o objeto do edital foi fracassado, por não haverem licitantes habilitados.

22/08/2017

CHRISTIANE DOS SANTOS DA SILVA

Pregoeira da Administração Pública Municipal

PORTARIA Nº 2758-2017

PORTARIA Nº 2758/2017, de 14 de agosto de 2017.

“Instaura Processo de Sindicância, nomeia Comissão Processante e dá outras providências.”

A Secretária Municipal da Fazenda, designada através da Portaria nº 11.529/2017 para responder pela Secretaria de Orçamento e Gestão, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o art. 111, II, a e § 1º da Lei Orgânica Municipal, e da delegação prevista no art. 1º do Decreto 7.056/13 e no art. 212 da Lei Complementar 147/2009,

RESOLVE:

Art.1º - Instaurar Processo de Sindicância, com base no art. 208 e 210, II, da Lei Complementar 147/2009, c/c Decreto nº 7.056/2013, considerando e tendente para apurar os fatos constantes do expediente encaminhado à Secretaria de Orçamento e Gestão pelo Setor de Patrimônio desta Municipalidade, através do Memorando nº 168/2016, c/c Memorando nº 815/2017/RH, para apuração dos fatos envolvendo os Autos de Infração em anexo, bem como do despacho de 14/08/2017, exarado pela Secretaria de Orçamento e Gestão desta Municipalidade, na forma do art. 208 e 210, II da Lei Complementar 147/2009 c/c Decreto nº 7.056/2013, em virtude de necessidade de apuração dos fatos relatados em anexo, para demonstração de, em tese, afronta aos artigos: 174 (São deveres do servidor:), I (exercer com zelo e dedicação as atribuições do cargo, emprego ou função); (assiduidade); VI (observar as normas legais e regulamentares); e 175 (Ao servidor público é proibido:); XIX (proceder de forma desidiosa); e 188, I (crime contra a Administração Pública); IV (improbidade administrativa); observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade; que estão previstos no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Brusque c/c CF/88, para servidores que pratiquem infrações no exercício da função com os encaminhamentos pertinentes, devendo ser observados os princípios e garantias constitucionais do contraditório, ampla defesa e legalidade;

Art.2º - Designar os servidores públicos municipais abaixo relacionados para comporem a Comissão Processante, destinada a conduzir o referido processo administrativo, tendo como Presidente: Cristiano Bittencourt (matrícula nº 447544-0), Eduardo Arruda Costa (matrícula nº 4163257-0) e Simone Martins (matrícula nº 743585-0);

Art. 3º - A Comissão, ora constituída, terá acesso à toda documentação necessária à elucidação dos fatos, bem como deverá colher quaisquer depoimentos e informações que julgar pertinentes;

Parágrafo Primeiro: O(s) ora indiciado(s) poderão ser representado(s) por procurador constituído ao apresentar a defesa prévia e deverá indicar o endereço para receber intimações/notificações;

Parágrafo Segundo: Considerar-se-á revel o indiciado que, regularmente citado / intimado, não apresentar defesa no prazo legal;

Art. 4º - A Comissão ora constituída, terá o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentação do Relatório Final, podendo ser prorrogado a pedido da Comissão, quando as circunstâncias exigirem, possibilitando o contraditório e a ampla defesa (inciso LV, art. 5º, CF/88);

Art. 5º - Esta Portaria entrará em vigor na data de publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Prefeitura Municipal de Brusque, em 14 de agosto de 2017.

EDENA BEATRIS CENSI
Secretaria de Orçamento e Gestão
Responsável

RESOLUÇÃO ADMINISTRATIVA Nº 3 -2017- LEGISLATIVO

Resolução Administrativa Nº 3, de 23 de agosto de 2017.

Nomeia Membros para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, para investigar a ocorrência de suposta burla ao Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2017, realizado pela autarquia SAMAE.

O Presidente da Câmara Municipal de Brusque, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os Vereadores Marcos Deichmann, Ana Helena Boos, Rogério dos Santos, Deivis da Silva e Paulo Rodrigo Sestrem, para comporem a Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI, criada pelo Requerimento nº 101/2017, para investigar a ocorrência de suposta burla ao Processo Seletivo Simplificado – Edital nº 001/2017, realizado pela autarquia SAMAE.

Art. 2º As despesas decorrentes desta Resolução Administrativa, correrão à conta de dotações do Poder Legislativo.

Art. 3º Esta Resolução Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

Brusque, 23 de agosto de 2017.

Jean Daniel dos Santos Pirola
Presidente
Registre-se e Publique-se no Diário Oficial dos Municípios – DOM/SC
Jefferson Silveira
Diretor Geral

RESOLUÇÃO Nº 002-2017 - CGFHIS

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 17 DE AGOSTO DE 2017

ESTABELECE OS CRITÉRIOS PARA O PROCESSO DE SELEÇÃO E HIERARQUIZAÇÃO DAS FAMÍLIAS PARA UNIDADES HABITACIONAIS NO ÂMBITO DO PROGRAMA MINHA CASA MINHA VIDA

CONSIDERANDO as definições constantes na Lei Federal nº 11.977, de 07 de Julho de 2009, que dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas;

CONSIDERANDO o Decreto Federal nº 7.499, de 16 de junho de 2011, que regulamentou a Lei 11.977/09;

CONSIDERANDO a Portaria do Ministério das Cidades nº 163, de 06 de Maio de 2016, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Cadastro Habitacional – SNCH e aprova o Manual de Instruções para Seleção de Beneficiários do Programa Nacional de Habitação Urbana, no âmbito do Programa Minha casa Minha Vida;

CONSIDERANDO a necessidade de indicação de famílias para ocupação de unidades habitacionais desocupadas em virtude da

desistência de famílias;

RESOLVE:

Art. 1º Os critérios para o processo de seleção das famílias para o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV - Faixa 01) ficam estabelecidos na forma desta Resolução.

§ 1º O Município não se responsabiliza pelo indeferimento de inscrição da família selecionada que, por motivo de distorção cadastral ou exigência especial, não preencher integralmente os requisitos exigidos pelo programa habitacional específico, e pelo agente operador do programa, Caixa Econômica Federal.

§ 2º A inclusão da família no programa habitacional fica condicionada à aprovação do cadastro e à disponibilidade de unidades habitacionais.

Art. 2º Somente poderá participar do processo de seleção a família:

I - cuja renda mensal familiar seja de até 02 (dois) salários mínimos;

II - cujo titular - seu cônjuge ou companheira(o) - não seja proprietário, cessionário, promitente comprador, usufrutuário, arrendatário ou detentor de financiamento de imóvel residencial em qualquer local do país;

III - cujo titular seja brasileiro nato ou naturalizado ou tenha visto permanente no País, no caso de estrangeiro;

IV - cujo titular - seu cônjuge ou companheira(o) - seja inscrito no CADÚNICO do Governo Federal;

V - que nunca tenha acessado residência oriunda de programas habitacionais do Município, exceto se a residência objeto do programa tiver sido interdita definitivamente, sem possibilidade de reconstrução de acordo com Relatório Técnico de Vistoria de Interdição Definitiva do Imóvel, ou documento similar emitido pela Defesa Civil.

Parágrafo Único - As residências descritas no inciso V deverão ser permutadas em nome do município.

Art. 3º Para fins de seleção, priorização e hierarquização das famílias serão observados os seguintes critérios nacionais:

I - famílias residentes em áreas de risco ou insalubres ou que tenham sido desabrigadas, comprovado por declaração do ente público – 2 pontos;

II - famílias com mulheres responsáveis pela unidade familiar, comprovado por auto declaração – 1 ponto;

III - famílias de que façam parte pessoa(s) com deficiência, comprovado com a apresentação de laudo médico – 1 ponto;

Parágrafo Único - De forma a complementar aos critérios nacionais, os critérios adicionais a serem utilizados pelo município de Brusque para seleção dos candidatos são:

I - famílias em atendimento de "aluguel social", comprovado pelo ente público – 2 pontos;

II – famílias inscritas no cadastro habitacional do município por mais de 5 anos, desde que posterior a julho de 2009, independente das datas de atualização cadastral, comprovado por protocolo ou similar – 1 ponto;

III – Tempo de residência no município, comprovado com

apresentação de comprovante de residência:

- a) Residente há mais de 10 anos – 2 pontos;
 - b) Residente há mais de 8 a 9 anos – 1,5 pontos;
 - c) Residente há mais de 6 a 7 anos – 1 ponto;
 - d) Residente há mais de 5 anos – 0,5 ponto;
- § 1º Para hierarquização será considerada a pontuação.

Art. 4º - Ato do titular da Secretaria de Assistência Social e Habitação designará a equipe responsável pela coordenação e supervisão dos trabalhos, que será constituída por pelo menos dois servidores com ensino médio completo e no mínimo dois profissionais da área de Serviço Social.

Art. 5º No mínimo 3% (três por cento) das unidades habitacionais devem ser direcionadas para cada um dos seguintes segmentos:

- a) pessoas idosas, na condição de titulares do benefício habitacional, conforme o disposto no inciso I do art. 38 da Lei nº 10.741/2003, e suas alterações - Estatuto do Idoso;
- b) pessoas com deficiência, conforme disposto no inciso I, do artigo 32 da Lei 13.146, de 06 de julho de 2015, Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) ou famílias de que façam parte pessoas com deficiência.

Parágrafo Único: Os candidatos que não forem contemplados no preenchimento dos percentuais mínimos de idoso ou deficiente, concorrerão no processo geral de seleção.

Art. 6º Depois de descontadas as unidades habitacionais destinadas aos grupos prioritários, as unidades restantes serão distribuídas aos demais candidatos agrupados conforme segue:

- a) Grupo 1 – candidatos que atendam de 8 a 9 pontos concorrem a 60% das unidades habitacionais;
- b) Grupo 2 – candidatos que atendam de 6 a 7 pontos concorrem a 25% das moradias;
- c) Grupo 3 – candidatos que atendam até 5 pontos concorrem a 15% das habitações.

Art. 7º O titular da família que trabalhar como autônomo, sem vínculo empregatício, poderá comprovar sua renda mediante declaração formalizada ao Município, cujo formulário lhe será disponibilizado no momento do cadastramento.

Art. 8º O resultado da seleção e hierarquização será enviado à Caixa Econômica Federal para análise técnica e homologação do resultado.

Art. 9º O resultado final da seleção das famílias será publicado no âmbito da Secretaria de Assistência Social e Habitação, sítio eletrônico do Município, e em demais meios de comunicação do Município.

Art. 10º É assegurado às famílias o direito de recorrer do resultado da seleção no prazo de até trinta dias, contado da data da publicação do resultado final.

Parágrafo Único - O julgamento do recurso de que trata o caput dar-se-á no prazo de até trinta dias, contado da data de sua protocolização.

Art. 11º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Mariana Martins Resende da Silva
Presidente do Conselho Gestor do Fundo de
Habitação de Interesse Social - CGFHIS

Caçador

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO 82/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 43-2017-PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E/OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO 82/2017 – Pregão Presencial – 43-2017-PREFEITURA

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 43/2017

TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE PEÇAS PRÉ MOLDADAS, DESTINADAS A MONTAGEM DE GAVETÁRIO VERTICAL COM 60 GAVETAS PARA CEMITÉRIO DOS CORRÊAS DO MUNICÍPIO DE CAÇADOR

ENTREGA DOS ENVELOPES: 13/09/2017 às 16h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 13/09/2017 às 16h10min.

Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site caçador.sc.gov.br no ícone licitações - editais.

Caçador, 23 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2017 – TOMADA DE PREÇOS – 09/2017 – PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

LICITAÇÃO EXCLUSIVA PARA MICROEMPRESAS E/OU MICROEMPREENDEDORES INDIVIDUAIS

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 102/2017 – Tomada de Preços – 09/2017 – PREFEITURA, TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM, OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA HABILITADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE SONDAGEM DO TIPO SPT E MISTA. ENTREGA DOS ENVELOPES: 18/09/2017 às 14h00min. ABERTURA DOS ENVELOPES: 18/09/2017 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sito Av. Santa Catarina, 195, no horário de expediente em vigor e o Edital completo no site www.caçador.sc.gov.br no ícone licitações. Não será fornecida informação por telefone.

Caçador, 24 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

ERRATA EDITAL - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 93/2017 – PREGÃO 49/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR-SC

ERRATA

EDITAL: Processo Licitatório nº 93/2017 – Pregão 49/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE BLOCOS DE CONCRETO, MEIO FIO, PEDRISCO E AREIA DESTINADOS A EXECUÇÃO DE PASSEIOS NO MUNICÍPIO DE CAÇADOR/SC, com entrega para o período de 12 (doze) meses.

ONDE CONSTA:

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente memorial descritivo tem por objetivo descrever os materiais a serem fornecidos para execução dos passeios no Município de Caçador.

1 MEIO FIO

A execução do meio-fio será realizada antes da colocação dos blocos intertravados.

O meio-fio será em concreto armado nas dimensões 0,10x0,30m, chanfrado e deverá ficar 15cm abaixo da superfície do asfalto para fixação da sua base, seu nível superior deverá acompanhar o nível final da pavimentação de blocos formando uma superfície uniforme.

Deverá ser armado com 4 ferros de 5mm e estribos a cada 20cm e recobrimento mínimo de 2,5cm. O concreto utilizado não poderá ter FCK inferior a 35Mpa.

2 BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS

Os blocos de concreto intertravados possuirão dimensões de 10x10x6cm com resistência mínima de 35 Mpa na cor cinza concreto. Os blocos de concreto intertravados de tipo tátil (alerta e direcional) possuirão dimensões de 20x20x6cm com resistência mínima de 35 Mpa na cor vermelha.

A contratada deverá apresentar cópias do laudo de resistência e dos certificados de qualidade dos blocos.

Os blocos serão padronizados com características uniformes.

Não serão aceitos blocos fora de padrão e dos tamanhos especificados, quebrados, ou com partes danificadas, com rachaduras ou superfície desgastada.

3 AGREGADOS

Os agregados deverão constituir-se de materiais granulosos e inertes, substâncias minerais naturais ou artificiais, britadas ou não, duráveis e resistentes, com dimensões máximas características e formas adequadas ao serviço para o qual serão utilizados.

Os agregados miúdos não poderão apresentar substâncias nocivas, como torrões de argila e materiais orgânicos e apresentarão as seguintes dimensões:

Conforme NBR 9935:2011:

* Areia média: dimensão máxima entre 1,20 e 0,42mm;

* Areia fina: dimensão máxima entre 0,42 e 0,075mm.

Conforme NBR 7225:1993:

* Pedrisco médio: dimensão máxima entre 2,00 e 0,42mm.

5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

PASSA A SER:

MEMORIAL DESCRITIVO

O presente memorial descritivo tem por objetivo descrever os materiais a serem fornecidos para execução dos passeios no Município de Caçador.

1 MEIO FIO

A execução do meio-fio será realizada antes da colocação dos blocos intertravados.

O meio-fio será em concreto nas dimensões 0,10x0,30m, chanfrado e deverá ficar 15cm abaixo da superfície do asfalto para fixação da sua base, seu nível superior deverá acompanhar o nível final da pavimentação de blocos formando uma superfície uniforme.

O concreto utilizado não poderá ter FCK inferior a 35Mpa.
O comprimento mínimo de cada peça deverá ser de 0,80m e máximo de 1,00m. Todas as peças deverão ter comprimentos iguais.

2 BLOCOS DE CONCRETO INTERTRAVADOS

Os blocos de concreto intertravados possuirão dimensões de 10x20x6cm com resistência mínima de 35 Mpa na cor cinza concreto. Os blocos de concreto intertravados de tipo tático (alerta e direcional) possuirão dimensões de 20x20x6cm com resistência mínima de 35 Mpa na cor vermelha.

Os blocos serão padronizados com características uniformes.

Não serão aceitos blocos fora de padrão e dos tamanhos especificados, quebrados, ou com partes danificadas, com rachaduras ou superfície desgastada.

Entende-se por blocos de concreto intertravados como peças de concreto para pavimentação, conforme NBR 9781:2013.

As peças deverão atender os quesitos constantes na ABNT NBR 9781:2013, sendo assim, como comprovação de qualidade do produto deverá ser apresentado os laudos de ensaio de aceitação do produto ou certificação da qualidade do produto, conforme a referida norma.

3 AGREGADOS

Os agregados deverão constituir-se de materiais granulosos e inertes, substâncias minerais naturais ou artificiais, britadas ou não, duráveis e resistentes, com dimensões máximas características e formas adequadas ao serviço para o qual serão utilizados.

Os agregados miúdos não poderão apresentar substâncias nocivas, como torrões de argila e materiais orgânicos e apresentarão as seguintes dimensões:

Conforme NBR 9935:2011:

* Areia média: dimensão máxima entre 1,20 e 0,42mm;

* Areia fina: dimensão máxima entre 0,42 e 0,075mm.

Conforme NBR 7225:1993:

* Pedrisco médio: dimensão máxima entre 2,00 e 0,42mm.

ONDE CONSTA:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.0 74.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador, SC, no máximo até as 14h00min do dia 05 (CINCO) de SETEMBRO de 2017, para abertura no mesmo dia às 14h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA ITENS COM VALORES ESTIMADOS EM ATÉ R\$80.000 E COTA DE 25% PARA ITENS COM ESTIMADO ACIMA DE R\$80.000 - LEI COMPLEMENTAR 123/2006 consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis.

PASSA A SER:

O Município de Caçador, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 83.0 74.302/0001-31, representado neste ato pelo Prefeito Municipal Sr. SAULO SPEROTTO, comunica aos interessados que fará realizar Licitação na modalidade PREGÃO

PRESENCIAL visando à aquisição do objeto abaixo indicado. Os envelopes de proposta e documentação deverão ser entregues no Protocolo Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, localizado na sede deste Município - Av. Santa Catarina, nº 195, Centro, Caçador, SC, no máximo até as 16h00min do dia 06 (SEIS) de SETEMBRO de 2017, para abertura no mesmo dia às 16h10min, ocasião em que se dará início ao credenciamento e à abertura dos envelopes. A presente Licitação será do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESAS E/OU EMPRESAS DE PEQUENO PORTE PARA ITENS COM VALORES ESTIMADOS EM ATÉ R\$80.000 E COTA DE 25% PARA ITENS COM ESTIMADO ACIMA DE R\$80.000 - LEI COMPLEMENTAR 123/2006 consoante as condições estatuídas neste Edital, e será regida pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, bem como Lei 8.666/93 e a alterações subsequentes, Decreto Municipal nº 5.900/14 e demais legislações aplicáveis

Caçador, 24 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO

PROCESSO DE LICITAÇÃO 100/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 56-2017-PREFEITURA – COM COTA DE 25% PARA ME E EPP

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAÇADOR

PROCESSO DE LICITAÇÃO 100/2017 – PREGÃO PRESENCIAL – 56-2017-PREFEITURA – COM COTA DE 25% PARA ME E EPP

EDITAL: PREGÃO PRESENCIAL Nº 56/2017

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE MICRO COMPUTADORES CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO, DESTINADOS AO INSTITUTO DE PESQUISA E PLANEJAMENTO URBANO DE CAÇADOR.

ENTREGA DOS ENVELOPES: 12/09/2017 às 14h00min.

ABERTURA DOS ENVELOPES: 12/09/2017 às 14h10min. Maiores Informações poderão ser obtidos pessoalmente na Diretoria de Licitações e Contratos, Sítio Av. Santa Catarina, 195, e o Edital completo no site cacador.sc.gov.br no ícone licitações - editais, no horário de expediente em vigor.

Caçador, 24 de agosto de 2017.

SAULO SPEROTTO

PREFEITO MUNICIPAL

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE CAÇADOR - IPASC**ATA Nº 07-2017 COMITÊ DE INVESTIMENTOS**

ATA DE REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTOS

Data: 24/08/2017

Às dezessete horas do dia vinte e quatro de agosto de dois mil e dezessete, atendendo a convocação realizada via telefone, e tendo quorum necessário, reuniu-se o Comitê de Investimentos do IPASC em reunião ordinária, tendo por local o Auditório da sede do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos Municipais de Caçador, com a presença das seguintes membros: Diala Marchi Gonçalves Bridi, Eliete Catarina D' Agostini, Carolina Fruet de Lima e Fábio Deniz Casagrande. Dando início aos trabalhos o Diretor Administrativo e Financeiro repassou as demais presentes a posição da Carteira de Investimentos do IPASC com os valores obtidos até o dia trinta e um de julho do corrente ano, cujo patrimônio líquido atingiu o valor de R\$ 101.240.246,74 (Cento e um milhões, duzentos e quarenta mil, duzentos e quarenta e seis reais e setenta e quatro centavos) com rentabilidade mensal de R\$ 1.880.732,04 (Um milhão, oitocentos e oitenta mil, setecentos e trinta e dois reais e quatro centavos). No que tange as aplicações e resgates do mês de julho devido ao recebimento dos repasses precisados pela prefeitura bem como de compensação previdenciária, não houve a necessidade de complementação restando saldo positivo no valor de R\$ 522.701,86 (Quinhentos e vinte e dois mil, setecentos e um reais e oitenta e seis centavos) sendo acrescido ao Patrimônio Líquido do IPASC um valor total mensal de R\$ 2.403.433,90 (Dois milhões, quatrocentos e três mil, quatrocentos trinta e três reais e noventa centavos). Passada a palavra ao Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC, este apresentou o Fundo BB Prev. RF Perfil Fluxo FIC, do Banco do Brasil, o qual tem a estratégia de aplicar automaticamente quaisquer valores que permaneçam em conta corrente ao fim do expediente bancário, evitando perdas financeiras. O Comitê deliberou por aderir ao referido fundo por um período de no mínimo de 90 (noventa) dias, quando deverá ser novamente apreciado pelos membros deste Comitê. Nada mais tendo a tratar, aprovadas as deliberações por unanimidade dos membros presentes, encerrou-se a reunião. O Secretário do Comitê e Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC cientificará a Diretora Presidente do IPASC, acerca das decisões do Comitê de Investimentos.

FÁBIO DENIZ CASAGRANDE
Diretor Administrativo e Financeiro do IPASC (CPA 10)

ELIETE CATARINA D' AGOSTINI
Membra do Conselho Administrativo
(CPA 10)

DIALA BRIDI
Membra Servidora do IPASC
(CPA 10)

CAROLINA FRUET DE LIMA
Membra do Conselho Fiscal
(CPA 10)

Caibi

PREFEITURA

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 037/2016

Processo Licitatório nº 085/2016. Modalidade Pregão Presencial RP nº 045/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIBI PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2017. Órgão gerenciador: MUNICIPIO DE CAIBI. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
POSTO CENTRAL CAIBIENSE LTDA EPP	03.637.707/0001-00	Rua Marechal Floriano nº 591	Caibi -SC	89.888-00

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos valores dos combustíveis registrados.

§1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o aumento no preço dos combustíveis alterando o preço de R\$ 3,22(três reais e vinte e dois centavos) por litro de Óleo Diesel tipo S-10 para R\$ R\$ 3,27 (três reais e vinte e sete centavos) por litro, de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente a partir do dia 21 de Agosto de 2017

Caibi -SC 18 de Agosto de 2017

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

EXTRATO DO DÉCIMO TERMO ADITIVO
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 039/2016

Processo Licitatório nº 086/2016. Modalidade Pregão Presencial RP nº 046/2016

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE COMBUSTÍVEIS PARA O FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PARA O EXERCÍCIO DE 2017, COM VIGÊNCIA ATÉ 31/12/2017. Órgão gerenciador: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE. Conforme segue:

Nome	CNPJ	Endereço	Cidade	CEP
POSTO CENTRAL CAIBIENSE LTDA	03.637.707/0001-00	Rua Marechal Floriano nº 590	Caibi -SC	89.888-000

CLÁUSULA PRIMEIRA

O presente aditivo tem por objeto o reajuste dos valores dos combustíveis registrados.

§1º (primeiro) A alteração é devida tendo em vista o aumento no preço dos combustíveis alterando o preço de R\$ 3,22(três reais e vinte e dois centavos) por litro de Óleo Diesel tipo S-10 para R\$ R\$ 3,27 (três reais e vinte e sete centavos) por litro, de acordo com o previsto na alínea "d" do inciso II, artigo 65 caput da Lei Federal nº 8.666/93,

§ 2º (segundo): O aumento será concedido ao saldo existente a partir do dia 21 de Agosto de 2017

Caibi -SC 18 de Agosto de 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 131/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: MARCIANO PASQUALOTTO ME

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MINI ESCAVADEIRA PARA ABERTURA DE VALAS E CANALIZAÇÃO DE ÁGUA PARA IMPLANTAÇÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA DO RESERVATÓRIO CENTRAL DA CASAN ATÉ O BAIRRO NATAL NO MUNICÍPIO DE CAIBI -SC.

VALOR: 7.137,00(sete mil cento e trinta e sete reais)

FIRMADO: 18/08/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

PROCESSO Nº 088/2017

MODALIDADE: Dispensa por Limite Nº 027/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2017

EXTRATO DO CONTRATO Nº 132/2017

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE CAIBI

CONTRATADO: JOCIMAR PIOVEZANI MEI

OBJETO: UTILIZAÇÃO EM REGIME DE PERMISSÃO DE SERVIÇO E USO DE PARTE DO TERMINAL RODOVIÁRIO DE PASSAGEIROS DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE CAIBI LOCALIZADA NA RUA SALGADO FILHO, 532 ESQUINA COM AVENIDA PÁTRIA, COMPREENDENDO UM GUICHÊ COM ÁREA DE 15(QUINZE) M² E UMA SALA COMERCIAL COM ÁREA DE 65 (SESSENTA E CINCO) M², PARA EXPLORAÇÃO DE LOJA DE CONVENIÊNCIA.

VALOR: 110,00(cento e dez reais) mensais

FIRMADO: 21/08/2017

VIGÊNCIA: 21/08/2022

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2017

MODALIDADE: Concorrência Pública Nº 003/2017

Camboriú

PREFEITURA

PR 008/17 - FME

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 008/2017- FME - EXCLUSIVO PARA MICRO EMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ARBITRAGEM PARA OS JOGOS DE JECAM, PARA DIVERSAS MODALIDADES ESPORTIVAS (TORNEIOS/JOGOS) CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO GLOBAL.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:10 horas do dia 06 (Seis) de Setembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 24 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

PREGÃO 096/2017 - PMC

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 096/2017- PMC – EXCLUSIVO PARA MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

OBJETO: SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA SER UTILIZADO NAS SECRETARIAS, DEPARTAMENTOS E PAÇO MUNICIPAL DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ. CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO. JUSTIFICAMOS A REALIZAÇÃO DESTE CERTAME, TENDO EM VISTA QUE ESTES ITENS FORAM CONSIDERADOS FRACASSADOS NO PROCESSO 070/2017 PR 058/2017.

TIPO DE JULGAMENTO: MENOR PREÇO POR ITEM.

REGIME LEGAL: Mediante as especificações e condições previstas no Edital, sob a regência da Lei 10.520/2002, Lei Federal nº. 8.666 de 21/06/1993, e suas alterações e Lei Complementar 123/06 alterada pela lei 147/14.

ABERTURA DOS ENVELOPES: Iniciará às 14:15 horas do dia 11 (Onze) de Setembro de 2017, na sala de Reunião do Departamento de Compras situado na rua: Getúlio Vargas, Nº. 77, Centro de Camboriú/SC.

INFORMAÇÕES: Pessoalmente ou telefone: (47)3365-9500 ou no site: www.cidadedecamboriu.sc.gov.br.

Camboriú, 24 de Agosto de 2017.

ELCIO ROGÉRIO KUHNEN

Prefeito Municipal

Campo Alegre

PREFEITURA

1ª ALTERAÇÃO AO PREGÃO 65/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

1ª ALTERAÇÃO AO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 65/2017, PREGÃO PRESENCIAL

ALTERA-SE a descrição do item 6.1 do processo licitatório em epígrafe, conforme segue:

ONDE LÊ-SE "6.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem valer-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também (FORA dos Envelopes nºs 1 e 2), Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), comprovando o enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte.", passando a vigorar conforme abaixo:

LEIA-SE:

"6.1 As microempresas e empresas de pequeno porte que quiserem valer-se da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, deverão apresentar, também (FORA dos Envelopes nºs 1 e 2), Certidão Simplificada (emitida pela Junta Comercial do respectivo Estado), ou no caso de empresa de Sociedade Simples constituída em Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, esta deverá apresentar Declaração ou outro documento do Cartório de Registro de Pessoas Jurídicas, para comprovação de enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte.

Por último, ALTERAM-SE todas as datas de abertura, e consequentemente do recebimento dos envelopes contendo a documentação e proposta, e as datas limites para autenticação de documentos, conforme transcreve-se abaixo e que passa a vigorar:

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA A ENTREGA DOS ENVELOPES COM A DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: ATÉ AS 09 HORAS E 45 MINUTOS, DO DIA 18/09/2017, NO PROTOCOLO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

7ª ALTERAÇÃO AO CREDENCIAMENTO 01/2015

MUNICÍPIO DE CAMPO ALEGRE –SC

7ª ALTERAÇÃO AO CREDENCIAMENTO 01/2015

Necessário se faz a alteração do edital de credenciamento em epígrafe para alteração do valor da tabela 01 CONSULTAS MÉDICAS ESPECIALIZADAS e das quantidades mensais previstas, conforme os itens descritos na tabela abaixo, passando a vigorar conforme:

CREDENCIAMENTO 01/2015

CÓDIGO	CONSULTA	VALOR DIFERENCIADO	QTDE. PREVISTA
03.01.01.007-2	Consulta em neurologia	R\$ 82,20	10
03.01.01.007-2	Consulta em endocrinologia	R\$ 75,00	10

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Campo Alegre/SC, 24 de agosto de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA
Gestora do Fundo Municipal de Saúde

1.1.1.1 – A entrega dos envelopes no Serviço de Protocolo do Município é de total responsabilidade da empresa licitante, excluindo a responsabilidade do Município em receber os envelopes via Correios ou por outro meio, assim como de controlar a tramitação dos documentos até o Serviço de Protocolo do Município.

- DATA, HORÁRIO E LOCAL PARA INÍCIO DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

DIA: 18/09/2016

HORA: 10 HORAS

LOCAL: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPO ALEGRE, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre-SC.

4.5.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 4.5.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 18/09/2017, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

6.1.2.1.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item 6.1.2.1, somente poderá ser realizada até às 09 horas e 30 minutos do dia 18/09/2017, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

8.2.1 - A autenticação por servidor público de que trata o item anterior, somente poderá ser até às 09 horas e 30 minutos do dia 18/09/2017, na sede da Prefeitura Municipal de Campo Alegre.

As demais informações contidas no Edital do processo licitatório em epígrafe permanecem inalteradas e em vigor.

Publique-se esta alteração na imprensa oficial deste Município (DOM) e no site www.campoalegre.sc.gov.br.

Publique-se ainda o Edital consolidado com a 1ª alteração no site do Município www.campoalegre.sc.gov.br

Campo Alegre, 23 de agosto de 2017.

Lucilaine Mokfa Schwarz
Secretária Municipal de Administração

CONVOCAÇÃO Nº 162/2017

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO Nº 01/2017

CONVOCAÇÃO Nº 162/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. TIAGO MURILO DE SOUZA inscrito no CPF/MF sob nº 046.093.169-51, aprovado em 3º lugar no Concurso Público nº 01/2017, para o Cargo Público exercendo a Função de AGENTE ADMINISTRATIVO III, para assumir o respectivo cargo. O convocado deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 28 de agosto de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal na Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

CAROLINA DA COSTA TELMA

Secretário Municipal de Saúde

CONVOCAÇÃO Nº 163/2017

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2015

CONVOCAÇÃO Nº 163/2017

RUBENS BLASZKOWSKI, Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC., no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. LILIAN CRISTINA MASS, inscrita no CPF/MF sob nº 061.109.499-14, aprovada em 35º lugar no Processo Seletivo nº 001/2015-/PMCA, para o Cargo Público exercendo a Função de ATENDENTE DE SALA, para assumir o respectivo cargo. A convocada deverá comparecer no Serviço de Pessoal do Poder Executivo Municipal de Campo Alegre/SC., até as 17:00h do dia 28 de agosto de 2017, no Prédio Anexo Sede da Prefeitura Municipal, sito a Rua Cel. Bueno Franco, nº 292, Centro, Campo Alegre/SC., a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada.

Campo Alegre/SC., 24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LEDA CARINA MUNHOZ ODIA

Secretária Municipal de Educação

PORTARIA Nº 14.644 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.644 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, CRISTIANE MARIA OLES-COWITZ, Matrícula Funcional nº 000517, Registro no Sistema sob nº 954615, ocupante do Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 03 de março de 2015.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 1, Referência "A", para Nível de Vencimento 1, Referência "B", no valor de R\$ 1.794,91 (um mil, setecentos e noventa e quatro reais, trinta e nove centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 03 de março de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.645 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.645 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, ANGELA MARIA GSCHWENDTNER, Matrícula Funcional nº 000557, Registro no Sistema sob nº 954678, ao Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 02 de agosto de 2015.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 1, Referência "A", para Nível de Vencimento 1, Referência "B", no valor de R\$ 1.791,39 (um mil, setecentos e noventa e um reais, trinta e nove centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 02 de agosto de 2015.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,

24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no

endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.646 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.646 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, CARLA ALEXANDRE BAGNHUCK DA SILVEIRA, Matrícula Funcional nº 000474, Registro no Sistema sob nº 954480, no Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de novembro de 2016.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 2, Referência "A", para Nível de Vencimento 2, Referência "B", no valor de R\$ 2.230,86 (dois mil, duzentos e trinta reais, oitenta e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.647 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.647 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, GABRIELE QUOST TABERT, Matrícula Funcional nº 000520, Registro no Sistema sob nº 954618, no Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar lotada

na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 2, Referência "A", para Nível de Vencimento 2, Referência "B", no valor de R\$ 2.230,86 (dois mil, duzentos e trinta reais, oitenta e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.648 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.648 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, ALINE DAIANE LIEBL, Matrícula Funcional nº 000518, Registro no Sistema sob nº 954616, no Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 2, Referência "B", para Nível de Vencimento 2, Referência "C", no valor de R\$ 2.298,80 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais, oitenta centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.649 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.649 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, VERA LUCIA CARVALHO DE LIMA, Matrícula Funcional nº 000535, Registro no Sistema sob nº 954638, no Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 1, Referência "C", para Nível de Vencimento 1, Referência "D", no valor de R\$ 2.188,84 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais, oitenta centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 115,25 (cento e quinze reais, vinte e cinco centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês abril de 2017, já descontado o valor de R\$ 14,25 (quatorze reais, vinte e cinco centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 28,49 (vinte e oito reais, quarenta centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.650 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.650 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, SANDRA SCHWARZ, Matrícula Funcional nº 000522, Registro no Sistema sob nº 954620, no Cargo Público e exercendo a Função de Professor Auxiliar lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento 2, Referência "C", para Nível de Vencimento 2, Referência "D", no valor de R\$ 2.298,27 (dois mil, duzentos e noventa e oito reais, vinte e sete centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.651 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.651 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, LINDAMIR DA LUZ DOS SANTOS DREFHAL, Matrícula Funcional nº 000188, Registro no Sistema sob nº 302010, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de outubro de 2016.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "E", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "F", no valor de R\$ 3.278,61 (três mil, duzentos e setenta e oito reais, sessenta e um centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 1.001,79 (um mil, e um reais, setenta e nove centavos), correspondente aos valores das Progressões concedidas a partir do mês outubro de 2016, já descontado o valor de R\$ 119,88 (cento e dezenove reais, oitenta e oito centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 239,75 (duzentos e trinta e nove reais, setenta e cinco centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.652 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.652 DE 24 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, SANDRA ADRIANE PRESTES DE SOUZA INGLÊZ, Matrícula Funcional nº 000143, Registro no Sistema sob nº 104210, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de outubro de 2016.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "D", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "E", no valor de R\$ 3.183,12 (três mil, cento e oitenta e três reais, doze centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 1.058,04 (um mil, cinquenta e oito reais, quatro

centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês outubro de 2016, já descontado o valor de R\$ 126,94 (cento e vinte e seis reais, noventa e quatro centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 253,89 (duzentos e cinquenta e três reais, oitenta e nove centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de outubro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.653 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.653 DE 24 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, SILVIA SCHMANSKI BLASKOVSKI, Matrícula Funcional nº 000513, Registro no Sistema sob nº 954609, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "C", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "D", no valor de R\$ 3.293,76 (três mil, duzentos e noventa e três reais, setenta e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 427,47 (quatrocentos e vinte e sete reais, quarenta e sete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês março de 2017, já descontado o valor de R\$ 52,83 (cincoenta e dois reais, oitenta e três centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 105,67 (cento e cinco reais, sessenta e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.654 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.654 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, LEILA DE CASSIA MUNHOZ LARGURA, Matrícula Funcional nº 0169, Registro no Sistema sob nº 293301, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de abril de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "D", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "E", no valor de R\$ 3.392,57 (três mil, trezentos e noventa e dois reais, cinquenta e sete centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 352,04 (trezentos e cinquenta e dois reais, quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês abril de 2017, já descontado o valor de R\$ 43,51 (quarenta e três reais, cinquenta e um centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 87,02 (oitenta e sete reais, dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de abril de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.655 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.655 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, CLAUDIA ROBERTA KARVAT DRANKA, Matrícula Funcional nº 000396, Registro no Sistema sob nº 954248, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "E", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "F", no valor de R\$ 3.494,33 (três mil, quatrocentos e noventa e quatro reais, trinta e três centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 362,80 (trezentos e sessenta e dois reais, oitenta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês maio de 2017, já descontado o valor de R\$ 44,84 (quarenta e quatro reais, oitenta e quatro centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 89,68 (oitenta e nove reais, sessenta e oito centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.656 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.656 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, BRIGITTE SUELI VAN DEN

AKKER STEUERNAGEL, Matrícula Funcional nº 000475, Registro no Sistema sob nº 954481, Cargo Público de Professor IV, na Função de Professor de Inglês, exercendo a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica, na EMEB – Escola Municipal de Educação Básica Maria José Duarte Silva Bernardes, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de novembro de 2016.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P1, Sub nível 1, Referência "C", para Nível de Vencimento P1, Sub nível 1, Referência "D", no valor de R\$ 2.744,80 (dois mil, setecentos e quarenta e quatro reais, oitenta centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 720,24 (setecentos e vinte reais, vinte e quatro centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês novembro de 2016, já descontado o valor de R\$ 85,92 (oitenta e cinco reais, noventa e dois centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 171,84 (cento e setenta e um reais, oitenta e quatro centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.657 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.657 DE 24 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, CIRILA TELMA DRANKA, Matrícula Funcional nº 0152, Registro no Sistema sob nº 180501, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de março de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "D", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "E", no valor de R\$ 1.696,28 (um mil, seiscentos e noventa e seis reais, vinte e oito centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 220,17 (duzentos e vinte reais, dezessete centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês março de 2017, já descontado o valor de R\$ 27,14 (vinte e sete reais, quatorze centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 54,27 (cincoenta e quatro reais, vinte e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de março de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.658 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.658 DE 24 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, SIMONE IRENE FUCKNER WALTMANN, Matrícula Funcional nº 000596, Registro no Sistema Sob nº 954829, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "B", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "C", no valor de R\$ 3.197,82 (Três mil cento e noventa e sete reais, oitenta e dois centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 248,92 (duzentos e quarenta e oito reais, noventa e dois centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês maio de 2017, já descontado o valor de R\$ 30,77 (trinta reais, setenta e sete centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 61,53 (sessenta e um reais, cinquenta e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.659 DE 24 DE AGOSTO DE 2017
GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 14.659 DE 24 DE AGOSTO DE 2017
CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, JOICE LINZMEYER, Matrícula Funcional nº 000469, Registro no Sistema sob nº 954475, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de novembro de 2016.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "C", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "D", no valor de R\$ 3.293,76 (Três mil, duzentos e noventa e três reais, setenta e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 864,20 (oitocentos e sessenta e quatro reais, vinte centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês novembro de 2016, já descontado o valor de R\$ 103,10 (cento e três reais e dez centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 206,20 (duzentos e seis reais e vinte centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de novembro de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.660 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.660 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, SANDRA PAULA SCHWEDLER, Matrícula Funcional nº 000602, Registro no Sistema sob nº 954837, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de junho de 2016.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "A", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "B", no valor de R\$ 3.104,66 (Três mil, cento e quatro reais e sessenta e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 1.245,31 (um mil, duzentos e trinta e cinco reais e trinta e um centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês junho de 2016, já descontado o valor de R\$ 150,41 (cento e cinquenta reais e quarenta e um centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 300,83 (trezentos reais e oitenta e três centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de junho de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.661 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.661 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO HORIZONTAL POR DESEMPENHO E CAPACITAÇÃO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 202, da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Horizontal por Desempenho e Capacitação a Servidora Pública Municipal, SILVANA CORDEIRO DA CRUZ DE FREITAS, Matrícula Funcional nº 000542, Registro no Sistema sob nº 954648, ocupante do Cargo Público de Professor

I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação, a partir de 01 de maio de 2017.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de experiência profissional adquirida no cargo atual e, mediante a comprovação de pelo menos 80 (oitenta) horas de curso na área de atuação ou formação profissional, passando do Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "C", para Nível de Vencimento P2, Sub nível 2, Referência "D", no valor de R\$ 3.293,76 (Três mil, duzentos e noventa e três reais, setenta e seis centavos) mensais, do Anexo II – Tabela de Salários e Progressões da Lei Complementar Municipal nº 088, de 15 de março de 2012.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 256,36 (duzentos e cinquenta e seis reais e trinta e seis centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês maio de 2017, já descontado o valor de R\$ 31,68 (trinta e um reais e sessenta e oito centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 63,37 (sessenta e três reais, trinta e sete centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 01 de maio de 2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.662 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.662 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, REGIANE CRISTINA HÜBNER DE OLIVEIRA, Matrícula Funcional nº 000758, Registro no Sistema sob nº 955353, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Código de Vencimento P1 Nível 1 Referência A para o Código de Vencimento P2, Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de R\$ 3.014,23 (três mil, quatorze reais, vinte e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088/12, requerimento devidamente assinado pela Servidora e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 15 de maio de 2017 sob nº 9873.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 1.341,30 (um mil, trezentos e quarenta e um reais, trinta centavos), correspondente ao valor da Progressão

concedida a partir do mês maio de 2017, já descontado o valor de R\$ 165,78 (cento e sessenta e cinco reais, setenta e oito centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 331,56 (trezentos e trinta e um reais, cinquenta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 15 de maio de 2017.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.663 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.663 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, MARILUCI DOS SANTOS NUNES BUCHMANN, Matrícula Funcional nº 000722, Registro no Sistema sob o nº 955219, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Código de Vencimento P1 Nível 1 Referência A para o Código de Vencimento P2, Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de R\$ 3.014,23 (três mil, quatorze reais, vinte e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088/12, requerimento devidamente assinado pela Servidora e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 27 de abril de 2017 sob nº 9554.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 1.341,30 (um mil, trezentos e quarenta e um reais, trinta centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês maio de 2017, já descontado o valor de R\$ 165,78 (cento e sessenta e cinco reais, setenta e oito centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 331,56 (trezentos e trinta e um reais, cinquenta e seis centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de maio de 2017.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.664 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.664 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE FÉRIAS E AUTORIZA PAGAMENTO DE UM TERÇO DE FÉRIAS A AGENTE DE CONTROLE INTERNO.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art. 1º Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, CAMILA BRAUN MACHADO, Matrícula Funcional nº 000698, Registro no Sistema sob nº 955139, ocupante do Cargo Público, Função de Contador, exercendo a Função de Cargo de Provimento em Comissão Agente de Controle Interno, lotada no Gabinete do Prefeito, referente ao período aquisitivo 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Parágrafo único. Pagamento de um Terço de Férias referente ao período aquisitivo de 01 de janeiro de 2017 a 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º A Agente de Controle Interno gozará as férias no período de 18 de setembro de 2017 a 27 de setembro de 2017, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal e devidamente Protocolada pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 24 de agosto de 2017 sob nº 12500.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.665 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.665 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal, EROTIDES URBANEK PETROCEFSKI, Matrícula Funcional nº 000760, Registro no Sistema sob nº 955363, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Código de Vencimento P1 Nível 1 Referência A para o Código de Vencimento P2, Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de R\$ 3.014,23 (três mil, quatorze reais, vinte e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088/12, requerimento devidamente assinado pela Servidora e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 30 de junho de 2017 sob nº 11340.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 447,10 (quatrocentos e quarenta e sete reais e dez centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês julho de 2017, já descontado o valor de R\$ 55,26 (cincoenta e cinco reais, vinte e seis centavos), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 110,52 (cento e dez reais, cinquenta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de julho de 2017.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.666 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.666 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical a Servidora Pública Municipal MARQUIÉLLI APARECIDA ROSÁRIO DA CRUZ, Matrícula Funcional nº 000756, Registro no Sistema sob nº 955355, ocupante do Cargo Público de Professor I, exercendo a Função de Professor da Educação Infantil e Anos Iniciais, atualmente exercendo a Função Gratificada de Coordenadora Pedagógica, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Código de Vencimento P1 Nível 1 Referência A para o Código de Vencimento P2, Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de

R\$ 3.014,23 (três mil, quatorze reais, vinte e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provedimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088/12, requerimento devidamente assinado pela Servidora e protocolado pelo Serviço de Pessoal em data de 21 de julho de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de agosto de 2017.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.667 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 14.667 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE PROGRESSÃO VERTICAL AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL POR IMPLEMENTAÇÃO DE NOVA ESCOLARIDADE.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Artigo 192 da Lei Complementar Municipal nº 088 de 15 de março de 2012; Resolve:

Art. 1º Conceder Progressão Vertical ao Servidor Público Municipal, LUIS ROGÉRIO DE VARGAS VALÉRIO, Matrícula Funcional nº 000458, Registro no Sistema sob nº 954467, ocupante do Cargo Público de Professor V, exercendo a Função de Professor de Língua Portuguesa, lotado na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A Progressão que trata o Artigo anterior desta Portaria dá-se em razão de implementação de nova Escolaridade, passando do Código de Vencimento P1 Nível 1 Referência A para o Código de Vencimento P2, Nível 2, Referência A, com vencimentos no valor de R\$ 3.014,23 (três mil, quatorze reais, vinte e três centavos) mensais, do Anexo V – Tabela de Vencimento de Provedimento Efetivo da Lei Complementar Municipal nº 088/12, requerimento devidamente assinado pela Servidora e protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal em data de 16 de março de 2017 sob nº 8706.

Art. 3º Na folha de pagamento do mês de agosto de 2017, será pago o valor de R\$ 1.140,09 (um mil, cento e quarenta reais e nove centavos), correspondente ao valor da Progressão concedida a partir do mês maio de 2017, já descontado o valor de R\$ 140,91 (cento e quarenta reais, noventa e um centavos), referente a Contribuição do Servidor ao IPRECAL, o valor de R\$ 281,82 (duzentos e oitenta e um reais e oitenta e dois centavos) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de maio de 2017.

Art. 5º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.
RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

PORTARIA Nº 14.668 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 14.668 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

AUTORIZA PAGAMENTO DIFERENÇA DE VENCIMENTOS DA IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRESSÃO VERTICAL A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial ao Inciso VII do Artigo 71 da Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº 122 de 27 de abril de 2016; Resolve:

Considerando que a Servidora Pública Municipal, JOSIANE VALÉRIA FRITZEN ROELL, requereu por meio do Processo Administrativo nº 252/2017 autuado em data de 08 de março de 2017, revisão de vencimentos referente a diferença de vencimento da Progressão Vertical por Titulação "Implementação de Nova Escolaridade – Pós Graduação", Progressão esta concedida pela Portaria nº 13.910 de 16 de dezembro de 2016, com efeitos retroativos a partir de 01 de dezembro de 2016; razão pela qual a Servidora requer com efeitos retroativos a partir da data de 10 de junho de 2016;

Considerando que a Servidora Pública Municipal JOSIANE VALÉRIA FRITZEN ROELL, foi aprovada no Estágio Probatório, pela CAPE – Comissão de Avaliação de Estágio Probatório, a qual expediu ofício nº 008/CAPE/2016 de 30 de novembro de 2016, devidamente protocolado pelo Serviço de Protocolo do Poder Executivo Municipal sob nº 6911, comunicando o Resultado da Avaliação com efeitos retroativos a partir de 10 de junho de 2016; e por sua vez foi expedida a Portaria nº 13.574 em data de 30 de novembro de 2016, a qual Homologou o Resultado de Avaliação da CAPE referente ao Estágio Probatório da referida Servidora;

Considerando que a CAPE aguardou o retorno a atividade laboral da Servidora Pública Municipal, a qual encontrava-se na época em gozo de Licença Maternidade, porém, com o advento da Lei Complementar Municipal nº 122 de 27 de abril de 2016, passa ser considerado o tempo de efetivo exercício mesmo em Licença Maternidade;

Considerando ainda, o Parecer expedido e devidamente assinado pela Chefe do Serviço de Pessoal, o qual faz referência a revisão de pagamento referente a Homologação do Estágio Probatório mais especificamente a diferença no período de junho de 2016 a 30 de novembro de 2016, conforme Planilha de cálculo com a devida correção dos valores pelo índice INPC, documentos estes os quais integram o referido Processo Administrativo nº 252/2017.

Art. 1º Autorizar o pagamento da diferença dos vencimentos devidamente corrigidos pelo índice INPC, referente a implementação da Progressão Vertical concedida à Servidora Pública Municipal, JOSIANE VALÉRIA FRITZEN ROELL, Matrícula Funcional nº 000715, Registro no Sistema sob nº 955213, ocupante do Cargo Público de Professor VII, exercendo a Função de Professor de Ciências, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º A autorização do pagamento a que se refere o caput do

artigo 1º desta Portaria, será efetuada em data de 25 de agosto de 2017, pagamento no valor de R\$ 2.233,11 (dois mil, duzentos e trinta e três reais e onze centavos), correspondente ao valor da diferença de vencimentos referente ao período junho de 2016 a novembro de 2016, já descontado o valor de R\$ 276,00 (duzentos e setenta e seis reais), referente a Contribuição da Servidora ao IPRECAL, o valor de R\$ 552,00 (quinhentos e cinquenta e dois reais) refere-se a Contribuição Patronal ao IPRECAL.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogadas as demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC.,
24 de agosto de 2017.

RUBENS BLASZKOWSKI

Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ

Secretária Municipal de Administração

Publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 no endereço eletrônico: www.diariomunicipal.sc.gov.br em data de: 25/08/2017.

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA

Chefe de Gabinete do Prefeito

PREGÃO ELETRÔNICO 27/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAMPO ALEGRE - SC

AVISO DE LICITAÇÃO - PROCESSO LICITATÓRIO Nº 27/2017 FMS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO

A licitação tem como objeto a aquisição de medicamentos para farmácia básica das Unidades de Saúde do Município de Campo Alegre/SC, conforme tabela abaixo:

ITEM	QUANT	UNIDADE	DESCRIÇÃO	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO (R\$)	VALOR TOTAL ESTIMADO (R\$)
01	800	FRASCO/AMPOLA	BENZILPENICELINA BENZATINA 1200000 UI + DILUENTE	13,20	10.560,00
02	40.000	COMPRIMIDO	IBUPROFENO, 300MG, COMPRIMIDO	0,0941	3.764,00
03	80.000	CAPSULA	OMEPRAZOL, 20MG, CAPSULA embalagem com 14 unidades	0,0669	5.352,00
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 19.676,00

Critério julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM.

Recebimento das Propostas: das 0h do dia 25/08/2017 até as 09h45min do dia 13/09/2017.

Início da Sessão de Disputa de Preços: às 10h do dia 13/09/2017 no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília - DF.

As despesas oriundas das futuras aquisições correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Entidade	1	Prefeitura Municipal de Campo Alegre
Órgão	91.00	Fundo Municipal de Saúde
Unidade	91.06	Manutenção das Atividades de Assistência Farmacêutica
Função	10	Saúde
Subfunção	303	Suporte Profilático e Terapêutica
Programa	57	Assistência Farmacêutica
Projeto	2.029	Aquisição e Distribuição de Medicamentos Básicos
Elemento de Despesa	3.3.90.32.00.00.00.00	Material de Distribuição Gratuita

Qualquer informação, alteração, anulação, revogação ou complemento ao edital será disponibilizado no site do Município (www.campoalegre.sc.gov.br), e é de total responsabilidade da empresa participante a verificação no mesmo.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelo endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br. Outras informações referentes ao edital, poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Campo Alegre, sito a Rua Cel. Bueno Franco, 292, em Campo Alegre - SC, através do telefone (47) 3632-2266, Setor de Licitações, site: <http://www.campoalegre.sc.gov.br> e acessando o endereço: <http://www.portaldecompraspublicas.com.br> para dirimir as dúvidas referentes ao sistema operacional.

Campo Alegre, 25 de agosto de 2017.

CAROLINA DA COSTA TELMA

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Campo Erê

PREFEITURA

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISP. JUST. N. 1649/2017

MUNICÍPIO DE CAMPO ERÊ

PROCESSO LICITATÓRIO N.º: 1741/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º: 1649/2017

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Ratifico o ato da COMISSÃO DE LICITAÇÕES que dispensou a Licitação com fundamento na Lei Federal nº 8.666/93, suas respectivas alterações e demais legislações aplicáveis:

a) Dispensa de Licitação Nº 1649/2017

b) Objeto: O PRESENTE CERTAME TRATA DA CEDÊNCIA DE ESPAÇO PÚBLICO PARA INSTALAÇÃO DE UM POLO DA UNIVERSIDADE UNIASSELVI, PARA REALIZAR CURSO DE GRADUAÇÃO E PÓS GRADUAÇÃO;

c) Contratadas: EDUCAR SERVICOS EDUCACIONAIS LTDA ME

Publique-se.

Campo Erê, SC, 24 de agosto de 2017.

Odilson Vicente de Lima - Prefeito Municipal.

Campos Novos

PREFEITURA

DECRETO 7827/2017 - DISPOE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO, PELA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO.

DECRETO Nº 7827/17 de 23/08/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DA COMISSÃO INTERSETORIAL QUE SERÁ RESPONSÁVEL NO MUNICÍPIO PELA EXECUÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ADEQUAÇÃO DO PLANO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO.

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO, Prefeito do Município de Campos Novos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições privativas conferidas pelo art. 100, inciso VIII da Lei Orgânica do Município de Campos Novos,

DECRETA:

CONSIDERANDO o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo, destinado a regulamentar a forma como o Poder Público, por seus mais diversos órgãos e agentes, deverá prestar o atendimento especializado ao qual adolescentes autores de ato infracional têm direito;

CONSIDERANDO que o SINASE foi originalmente instituído pela Resolução nº 119/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, e foi aprovado pela Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que trouxe uma série de inovações no que diz respeito à aplicação e execução de medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, dispondo desde a parte conceitual até o financiamento do Sistema Socioeducativo, definindo papéis e responsabilidades;

CONSIDERANDO que com o advento da Lei nº 12.594/2012, passa a ser obrigatória a elaboração e implementação, nos municípios o Plano de Atendimento Socioeducativo (de abrangência decenal), com a oferta de serviços e programas destinados à execução das medidas socioeducativas em meio aberto (cuja responsabilidade ficou a cargo dos municípios) e privativas de liberdade (sob a responsabilidade dos estados), além da previsão de intervenções específicas junto às famílias dos adolescentes socioeducandos;

CONSIDERANDO que o objetivo do SINASE, é a efetiva implementação de uma política pública especificamente destinada ao atendimento de adolescentes autores de ato infracional e suas respectivas famílias, de cunho eminentemente intersetorial, que ofereça alternativas de abordagem e atendimento junto aos mais diversos órgãos e "equipamentos" públicos;

CONSIDERANDO que o SINASE, estabelece que a aplicação e execução das medidas socioeducativas a adolescentes autores de ato infracional, por ser norteadas, antes e acima de tudo, pelo "princípio da proteção integral à criança e ao adolescente", deve observar uma "lógica" completamente diversa da que orienta a aplicação e execução de penas a imputáveis (sem prejuízo, logicamente, do "garantismo" que, tanto na forma da lei quanto da Constituição Federal é assegurado indistintamente em qualquer dos casos), e que a verdadeira solução para o problema da violência infanto-juvenil, tanto no plano individual quanto coletivo, demanda o engajamento dos mais diversos órgãos, serviços e setores da Administração Pública, que não mais podem se omitir em assumir suas responsabilidades para com esta importante demanda;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo é uma tarefa complexa, que por força do disposto na própria Lei nº 12.594/2012, relativa ao SINASE, demanda uma abordagem eminentemente interdisciplinar, considerando,

inclusive, a necessidade de execução das ações a ele correspondentes de forma intersetorial;

CONSIDERANDO que a elaboração do Plano de Atendimento Socioeducativo depende de dados confiáveis acerca da demanda de atendimento e estes deverão ser colhidos junto às mais diversas fontes - Polícias Civil e Militar, Ministério Público, Poder Judiciário, Conselho Tutelar;

CONSIDERANDO que não é correto "delegar" exclusivamente ao CREAS a responsabilidade pela execução, fiscalização e adequação do "Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo", pois embora a área da assistência social seja muito importante tanto no processo de elaboração do "Plano", quanto no atendimento dos adolescentes autores de atos infracionais e suas famílias, o planejamento e execução das ações respectivas deve também ficar a cargo de outros setores da administração (assim como outros "atores" do "Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente"), que desta forma, precisam ser também chamados a participar, formando uma "comissão intersetorial" encarregada de executar, fiscalizar e adequar o "Plano Municipal";

CONSIDERANDO que o Plano de Atendimento Socioeducativo é uma construção coletiva, e exige uma a definição de uma "comissão intersetorial" que irá executá-lo e fiscalizá-lo;

CONSIDERANDO que a Comissão Intersectorial nomeada pelo Decreto nº 7.109/14 de 10/09/2014 encontra-se desatualizada, pois grande parte dos seus membros não pertencem mais as entidades a qual representavam;

DECRETA

Art. 1º. Nomear a Comissão Intersectorial responsável pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, conforme segue:

REPRESENTANTES DAS ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

Secretaria de Assistência Social

Titular: Maria Eliane de Moraes Lima.

Suplente: Lucimar Maria Baldissera Walter de Deus.

Secretaria de Educação e Cultura

Titular: Marilice Pegorini Gauger.

Suplente: Clevy Gonçalves Kemer.

Secretaria de Esportes e Lazer

Titular: Rafael Queiroz de Carvalho.

Suplente: Vinicius Luiz Toledo Maciel Machado.

Secretaria de Saúde

Titular: Paula Betina Pires.

Suplente: Caroline de Fátima Souza.

SINE

Titular: Dilse Bortoli.

Suplente: Viviane Kemer Pandolpho.

Polícia Civil

Titular: Barbara Redante.

Suplente: Aline de Souza Santana.

Polícia Militar

Titular: CB PM Dalmir Mocelin.

Suplente: CB PM Leonir José Serafini.

Fundação Cultural Camponovense
Titular: Roscely Andressa Scheffer Silva.
Suplente: Deize Ramela Roveda.

Corpo de Bombeiros
Titular: Sd. BM José Junior Corrêa de Deus.
Suplente: Sgt. BM Joanir da Silva.

REPRESENTANTES DE ENTIDADES NÃO GOVERNAMENTAIS

Conselho Tutelar
Titular: Karin Cristina Lazarotto.
Suplente: Jéssica Morgana Fagundes.

CMDCA
Titular: Marli Aparecida Machado Becker.
Suplente: Sabrina Ecco Zibetti.

COMAD
Titular: Gilberto Antônio Scussiato.
Suplente: Ana Paula da Silva Roveda.

AMA
Titular: Luciana Aparecida Pizzato da Cruz.
Suplente: Vera Ottonelli Durli.

ACADAV
Titular: Claudete Ozório.
Suplente: Alexsander Siviero.

APAE
Titular: Terezinha Lurdes Mazzuco.
Suplente: Marlene Machado.

OAB
Titular: Doraci Aparecida Rucks.
Suplente: Marilene Lopes Farias dos Santos.

Associação dos Alcoólicos Anônimos – AAA
Titular: Diomar Canuto.
Suplente: Ivo Varela.

Rotaract Club de Campos Novos
Titular: Guilherme Francisco Carneiro de Souza.
Suplente: Ana Laura Dotta.

Art. 2º. Nomear Diandra Mª Mazo Ribeiro como Coordenadora da Comissão Intersetorial do Plano Municipal de Atendimento

Socioeducativo.

Art. 3º. A Comissão Intersetorial terá a responsabilidade de executar, fiscalizar e adequar o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo será executado até novembro de 2023, ficando as entidades responsáveis por informarem novos representantes no caso de alteração de seus membros.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Comissão Intersetorial definirá conjuntamente o calendário de reuniões sistemáticas para o processo de execução do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor a partir da sua publicação.

Município de Campos Novos, registrado e publicado o presente Decreto em,
23 de agosto de 2017.
Silvio Alexandre Zancanaro
Prefeito Municipal

DISPENSA DE LICITAÇÃO 03/2017 AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO FUNDO MUNICIPAL DE ASSSITENCIA SOCIAL

Processo Licitatório Nº 21/2017
Dispensa de Licitação Nº 03/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REALIZAÇÃO DE CURSO DE NOÇÃO DE PREPARAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO PARA ADOLESCENTES E JOVENS COM FOCO NAS AREAS DE ELÉTRICA E MECÂNICA DE MANUTENÇÃO, COM ESTÍMULO A INOVAÇÃO E EMPREENDEDORISMO.PARA JOVENS DE 14 A 18 ANOS (QUE ESTEJAM CURSANDO O ENSINO FUNDAMENTAL) TURMA PARA 30 ALUNOS COM CARGA HORÁRIA DE 96 HORAS. ART. 24 INCISO XIII.

Valor Total: R\$ 16.320,00 (dezesseis mil trezentos e vinte reais)
Fornecedor: SERVIÇO NACIONAL DE APRENDIZADO INDUSTRIAL

SILVIO ALEXANDRE ZANCANARO
Prefeito Municipal.

CÂMARA MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 16/2017

EXTRATO DE CONTRATO - CMV Nº 16/2017

CONTRATANTE: CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE CAMPOS NOVOS

CONTRATADA: LANCER SOLUÇÕES EM INFORMÁTICA LTDA.

OBJETO: DIREITO DE USO, MANUTENÇÃO E SUPORTE DO SISTEMA LEGISLADOR WEB

VALOR MENSAL: R\$ 90,00

DATA: 04/09/2017

VIGÊNCIA: 31/12/2017

Canelinha

PREFEITURA

RESOLUÇÃO 002 CMDCA

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANELINHA, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Municipal nº 1.754, de 17 de maio de 2000 e suas alterações, e ainda, Considerando as nomeações previstas no Decreto Municipal nº 1788, de 20 de janeiro de 2016, RESOLVE:

Art. 1º Homologar o resultado da eleição dos cargos de direção do O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE CANELINHA – CMDCA para o biênio 2016/2018, ficando assim empossados:

I – Presidente: Maria das Neves Sousa

II – Vice-Presidente: Sueli Grimm

III – 1ª Secretária: Maria Bernadete Trainotti Orsi

IV – 2ª Secretária: Valdete Reis Moresco

Art. 2º As funções dos eleitos estão previstas no Regimento Interno do Conselho.

Art 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Canelinha/SC, 14 agosto de 2017.

Maria das Neves Sousa – Presidente.

Canoinhas

PREFEITURA

LEI Nº 6.076/2017

LEI Nº. 6.076/2017

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A REALIZAR A CESSÃO DE USO DE VEÍCULO A POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a cessão de uso, a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrito no CPNJ sob o nº. 83.931.550/0001-51, para utilização exclusiva do 3º Batalhão de Polícia Militar de Canoinhas, um veículo, modelo S10 LTZ CD FLEX, marca General Motors, combustível Álcool/gasolina cilindro: 206, ano de fabricação 2017 e modelo 2017, chassi nº 9BG148MA0HC452338, RENAVAL 1126728150, placas QIG-2157.

Art. 2º - Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a efetuar a cessão de uso, a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, inscrito no CPNJ sob o nº. 83.931.550/0001-51, para utilização exclusiva do 3º Batalhão de Bombeiro Militar de Canoinhas, um veículo, modelo S10 LTZ CD FLEX, marca General Motors, combustível Álcool/gasolina cilindro: 4, ano de fabricação 2016 e modelo 2017, chassi nº 9BG148MA0HC414197, RENAVAL 1126729318, placas QIU-8186.

Art. 3º - A cessão de uso dos bens descritos nos artigos 1º e 2º destina-se única e exclusivamente para uso do 3º Batalhão Polícia Militar de Canoinhas, pelo prazo de 05 (cinco) anos, podendo ser prorrogado por igual período.

Art. 3º - As despesas decorrentes da manutenção, conservação, licenciamento e utilização dos veículos serão arcadas pela Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º - Deverá responsabilizar-se a Polícia Militar do Estado de Santa Catarina pelo zelo e guarda do veículo, devendo comunicar o Município de Canoinhas sobre a ocorrência de qualquer sinistro. Parágrafo Único: É responsabilidade da Polícia Militar do Estado de Santa Catarina, responder por eventuais transgressões à legislação de trânsito.

Art. 5º - Fica expressamente vedado à alienação dos bens descritos no artigo primeiro e segundo, objeto da cessão de uso de que trata esta lei, a qualquer título, bem como fica proibida a alteração da destinação prevista no artigo anterior.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

LEI Nº 6.077/2017

LEI Nº. 6.077/2017

"PERMISSÃO E AUTORIZAÇÃO DE USO".

O Povo do Município de Canoinhas, por seus representantes na Câmara de Vereadores aprovou, e eu, GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito Municipal, em seu nome, sanciono a seguinte:

LEI

Art. 1º - Fica autorizado o Município de Canoinhas, através de ato do Poder Executivo, a permitir a utilização do "PARQUE MUNICIPAL DE EXPOSIÇÕES AGROPECOINDUSTRIAL OURO VERDE" a empresa AUTOSHOW SC VEÍCULOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 72.297.468/0001-09, para a realização do evento "1ª Feira de Carros de Canoinhas".

Parágrafo Único - A área contemplada pelo caput deste artigo refere-se ao espaço físico interno e externo para estacionamento, ginásio de esportes, sanitários e vias de acesso público. Estes espaços serão de inteira responsabilidade da parte organizadora na contratação de empresa terceirizada de segurança, visando proteger a população visitante.

Art. 2º - A autorização prevista na presente lei terá início às 08h00min do dia 25/08/2017, com o recebimento das dependências do Parque de Exposições, mediante vistoria, a qual deverá ser feita por um servidor público municipal indicado pela Secretaria Municipal de Planejamento e acompanhada por pessoa indicada pela Entidade Permissionária, tendo como término às 22h00min do mesmo dia, início às 08h00min do dia 26/08/2017 e término às 20h00min do mesmo dia, e início às 08h00min do dia 27/08/2017 e término às 20h00min, quando também, deverá ocorrer à devida vistoria com o intuito de averiguar o estado em que se encontram as dependências do Parque, especialmente as áreas abrangidas pela permissão, as quais deverão ser recebidas no estado em que foram entregues, conforme averiguações constatadas na vistoria inicial.

Art. 3º - Ficará a cargo da empresa AUTOSHOW SC VEÍCULOS LTDA, realizar o pagamento da contrapartida na importância de R\$ 100,00 (cem) reais por dia, totalizando o valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), além do pagamento, prévio, dos tributos referentes ao uso do espaço público, prestação de serviços e comércio ambulante, sendo, ainda, de responsabilidade do permissionário:

I - Eventual limpeza de fossas sépticas e outras que se fizerem necessárias;

II - Permitir a entrada livre de servidores do Município para solucionar eventuais problemas ocorridos;

III - Cuidados com a segurança dos equipamentos permanentes do Parque;

IV - Solicitação de vistoria dos Bombeiros;

V - Quitação das guias relacionadas às autorizações que se fizerem necessárias à realização do evento, devendo tal pagamento ser comprovado perante a Municipalidade até a data prevista para

realização do evento, devendo o permissionário assumir total e qualquer responsabilidade, junto aos respectivos órgãos;
VI - Implantar as suas expensas todos os sistemas de segurança solicitados pelo Corpo de Bombeiros, conforme atestado de vistoria para funcionamento, fornecido pelo Corpo de Bombeiros;
VII - Responsabilizar-se por qualquer dano causado ao patrimônio público, devendo entregá-lo nas mesmas condições em que recebeu;
VIII - Responsabilizar-se pelas despesas relativas à limpeza dos espaços cedidos;
IX - Somente usar a energia do Parque para barracas de acampamento, banheiros e iluminação das vias internas e externas do Parque;
X - A limpeza do Parque após o evento;
XI - Montar no local um ambulatório para prestação de primeiros socorros.

Parágrafo Primeiro - Havendo algum dano ao bem público, durante a realização do evento, deverá a permissionária promover o ressarcimento ao Município.

Parágrafo Segundo - As taxas à que se refere o caput deste artigo deverão ser quitadas previamente ao evento, as quais deverão ser retiradas junto ao Setor Tributário do Município de Canoinhas.

Art. 4º - Será de inteira responsabilidade da empresa AUTOSHOW SC VEÍCULOS LTDA, a segurança das pessoas que circularem nas dependências do parque durante o período da Permissão, ficando responsável único e exclusivamente a responder a qualquer ação judicial decorrente da realização do evento, inclusive com relação aos automóveis estacionados na área localizada em frente às dependências do parque.

Art. 5º - Poderá a empresa AUTOSHOW VEÍCULOS LTDA, promover a exploração de vendas de alimentos e bebidas nas dependências do Parque nos dias da realização do evento referido nesta Lei.

Art. 6º - Fica vedada, nas dependências do Parque, a pichação, inscrição a tinta e a veiculação de propaganda que possa ferir a moralidade e os bons costumes.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 23 de agosto de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Lei foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 23/08/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 752/2017

PORTARIA Nº 752/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e art. 110 da Lei n.º 2.305 de 03/07/1990, resolve:

CONCEDER FÉRIAS REMUNERADAS

Art. 1º - Fica autorizada a conversão de 10 (dez) dias de Férias em Dinheiro, ao servidor LUIS GUSTAVO VIEIRA DE BRITTO, efetivo no cargo de Agente Administrativo, junto à Secretaria Municipal

de Administração, Finanças e Orçamento, referente ao período aquisitivo de 2015/2016, conforme Comunicação Interna nº 338/DP/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de julho de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 755/2017

PORTARIA Nº. 755/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO, que a autoridade que tiver ciência de irregularidades no serviço público é obrigado a promover a sua imediata apuração, mediante a instauração de sindicância ou processo disciplinar, consoante disposição do artigo 163 Lei Municipal 2.305/90, resolve:

PRORROGAR PRAZO

Art.1º - Fica prorrogado, por igual período, o prazo fixado pela Portaria nº 576/2017, visando à conclusão dos trabalhos da Comissão Sindicante nomeada pela referida portaria para emissão do parecer conclusivo, conforme Comunicação Interna da Comissão de Sindicância.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de julho de 2017.
GILBERTO DOS PASSOS
Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI
Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 756/2017

PORTARIA Nº. 756/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município, resolve:

PRORROGAR

Art. 1º - Fica prorrogada a contratação de PALOMA SAMPAIO CRUZ, na função de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no

CEI Vinícius de Moraes, no período de 14/09/2017 a 21/12/2017, conforme comunicação interna nº 217/SME/2017.

Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de julho de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

PORTARIA Nº 757/2017

PORTARIA Nº. 757/2017

GILBERTO DOS PASSOS, Prefeito do Município de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o artigo 66, inciso VI da Lei Orgânica do Município e de acordo com o artigo 35 da Lei Municipal nº 2.305/1990;

CONSIDERANDO; a necessidade de adequações dos servidores públicos municipais, a fim de atender ao interesse público, resolve:

ALTERAR

Art. 1º - Fica alterado o local de trabalho da servidora ADRIANA GARCIA DA SILVA DROCZAK, contratada no cargo de Professor de Educação Infantil, junto ao Centro de Educação Infantil Pedro Ivo Olescovicz, a qual passará a atuar temporariamente no ano letivo de 2017, junto ao CEI Prefeito Antonio Souza Costa, a partir de 01/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 214/SME/2017.

Art. 2º - Fica alterado o local de trabalho do servidor PALOMA SAMPAIO CRUZ, na função de Monitor de Educação Infantil, 30 horas semanais, no CEI Vinícius de Moraes, a qual passará a atuar temporariamente no ano letivo de 2017, junto ao CEI Prefeito Antonio Souza Costa, a partir de 01/08/2017, conforme Comunicação Interna nº 218/SME/2017.

Art. 3º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogadas as disposições em contrário.

Canoinhas/SC, 31 de julho de 2017.

GILBERTO DOS PASSOS

Prefeito

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Orçamento em 31/07/2017.

RENATO JARDEL GURTINSKI

Secretário Municipal de Administração, Finanças e Orçamento Interino

Capinzal

PREFEITURA

PMC TA 002/2017 C181

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
EXTRATO CONTRATUAL	

Aditivo Nº : TA 002/2017 C181 - Contrato Nº: 0181/2016	
Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL	
Contratada...: CONSTRUÇOES HERVAL LTDA - EPP	
Valor : 0,00 (zero)	
Vigência : Início: 25/08/2017 Término: 26/12/2017	
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0007/2016 Processo_Licitatório.....: 0074 / 2016	
Recursos : Dotação:	
Objeto : Contratação de empresa especializada para Reforma e Adequação do Centro Comunitário do Loteamento Parizotto. Com Recursos do Fundo Social, descentralizados para ADR/Joaçaba	
Capinzal, 24 de Agosto de 2017	

PORTARIA 0779/2017

PORTARIA Nº 0779, DE 06 DE JULHO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Jeferson Luiz da Silva Santos, matrícula nº 410245/01, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, nas Escolas Municipais Bernardo Moro Sobrinho e Viver e Conhecer, em substituição a Wanessa Franco Sobral e Lucilene Pacheco dos Santos, que estão em atestado médico e Licença Maternidade, respectivamente.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 06 de julho a 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de julho de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TEREZINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0780/2017

PORTARIA Nº 0780, DE 07 DE JULHO DE 2017

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em

vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 07 de julho a 04 de setembro de 2017, conforme requerimento protocolado sob o nº 1218/2017, da servidora Adriana Aparecida Telles Lopes Duarte, matrícula nº 410053/03, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência A, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de junho de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0781/2017

PORTARIA Nº 0781, DE 07 DE JULHO DE 2017

Prorroga Licença Maternidade Especial à servidora

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme o art. 1º § 1º da Lei Complementar nº 136, de 28 de julho de 2010 e a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Prorrogar Licença Maternidade Especial, pelo período de 07 de julho a 04 de setembro de 2017, conforme requerimento protocolado sob o nº 1689/2017, da servidora Tailane Nara Faccin, matrícula nº 333700/01, ocupante do cargo de Auxiliar de Professor, nível 372, referência D, conforme o Anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 07 de junho de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0782/2017

PORTARIA Nº 0782, DE 11 DE JULHO DE 2017
Dispõe sobre Comissão Especial de Avaliação

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Dispor sobre a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, formada por:

I – Elaine Ribeiro de Avila, inscrita no CPF sob o nº 053.747.329-78
II – Maria Helena Maestri, inscrita no CREA sob o nº 023200-0;
III – Marcos Bressan, inscrito no CREA sob o nº 105219-2.

Art. 2º À Comissão compete, sob a presidência do primeiro,

formalizar avaliação dos seguintes imóveis, localizados em área de risco:

- I – Maria Irene Sobotka, localizada à Rua Anibal Ferro, s/nº;
- II – Idalina Martins de Avila, localizada à Rua Paulo Henrique Molinetti, 20, São Cristóvão;
- III – Isolde Kirst, localizada à Rua Eloi Lanhi, Loteamento Parizotto.

Art. 3º A Comissão terá um prazo de trinta (30) dias, a contar da presente data, para emitir termo conclusivo de avaliação.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor em 11 de julho de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0783/2017

PORTARIA Nº 0783, DE 13 DE JULHO DE 2017
Concede Progressão Funcional a servidor

Prefeito Municipal de Capinzal, no uso das atribuições legais e conforme o disposto nos artigos 34 e 35 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2422/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão por cursos de capacitação ao servidor Volmir Domingos Paza, matrícula nº 334340/01.

Art. 2º O servidor é ocupante do cargo de provimento efetivo de Motorista, nível 184, referência B, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 184, referência C, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 13 de julho de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

KAMILLE SARTORI BEAL
Secretária da Assistência Social, interina

PORTARIA 0784/2017

PORTARIA Nº 0784, DE 13 DE JULHO DE 2017
Concede Progressão Funcional a servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 29 a 33 da Lei Complementar nº 146 de 04 de abril de 2012 e conforme requerimento protocolado sob o nº 2397/2017, resolve:

Art. 1º Conceder progressão funcional à servidora Elaine Fatima Gotardo, matrícula nº 327999/02.

Art. 2º A servidora é ocupante do cargo de provimento efetivo de Escriturário, nível 153, referência D, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, e passa a ocupar o nível 153, referência F, do mesmo anexo.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor em 13 de julho de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

IVAIR LOPES RODRIGUES
Secretário da Administração e Finanças

PORTARIA 0785/2017

PORTARIA Nº 0785 DE 13 DE JULHO DE 2017

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Marcia Rosana Barth, matrícula nº 324124/13, ocupante do cargo de Professor 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Dr. Vilson Pedro Kleinubing, para atender os projetos ambientais da escola.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de trinta (30) horas semanais a contar de 13

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0786/2017

PORTARIA Nº 0786 DE 13 DE JULHO DE 2017

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em dez (10) horas semanais, da servidora Marisol Beatriz Alves, matrícula nº 230715/01, ocupante do cargo de Professor Nível Especial 1, classe 1, referência A, conforme o anexo I da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, na Escola Municipal Viver e Conhecer e Bernardo Moro Sobrinho, em substituição a titular Wanessa Franco Sobral que está em atestado médico.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de vinte (20) horas semanais a contar de 06 de julho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 06 de julho de 2017.
NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0787/2017

PORTARIA Nº 0787, DE 13 DE JULHO DE 2017

Cessa efeito de portaria

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Cessar efeito da portaria nº 0691, de 06 de junho de 2017, que afastou o servidor Omar Francisco Varela, matrícula nº 317101/01.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 01 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretário da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0788/2017

PORTARIA Nº 0788 DE 13 DE JULHO DE 2017

Aumenta carga horária de servidor

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem os artigos 18 e 38 da Lei Complementar nº 045 de 12 de dezembro de 2000, resolve:

Art. 1º Aumentar a carga horária, em caráter temporário, em vinte (20) horas semanais, da servidora Lucineia Breda de Siqueira, matrícula nº 407465/04, ocupante do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, no Centro Municipal de Educação Infantil Pinguinho de Gente, em substituição a titular Fatima Spiellmann da Silva, que está em atestado médico.

Parágrafo único: A servidora passa a ter carga horária de quarenta (40) horas semanais a contar de 03 de julho de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 03 de julho de 2017.

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0789/2017

PORTARIA Nº 0789, DE 14 DE JULHO DE 2017

Altera redação da portaria nº 095, de 05 de fevereiro de 2016, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB)

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a legislação em vigor, resolve:

Art. 1º Altera os incisos I e IV da portaria nº 095/2016 que nomeou os membros para comporem o Conselho Municipal de

Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), passando a vigorar com a seguinte redação:

I - Representante do Poder Executivo Municipal

Titular: Leandro Jaco Paza

Suplente: Maria Dagmar Wolff Surdi

II - Representante da Secretaria Municipal da Educação

Titular: Gisela Nara Martins

Suplente: Inês Rossetti Baron

III - Representantes dos professores das escolas públicas municipais

Titular: Taise Maria Campioni Rostirola

Rafaela Daros

Suplente: Luciane Albina Vieceli Thomazoni

Mary Terezinha Dalla Maria Tobaldini

IV - Representante dos diretores das escolas públicas municipais

Titular: Adriana Antunes da Costa Perin

Suplente: Lilian Aparecida Dorini Stiirmer

V - Representante dos servidores técnico - administrativos das escolas públicas municipais

Titular: Ana Paula Franceschi Savariz

Suplente: Belomi Maria Rossatto

VI - Representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais

Titular: Ana Paula Chiamolera

Ubiratan Valencio de Vargas

Suplente: Roberto Siviero

Alessandro Rosa

VII - Representantes dos estudantes da educação básica pública

Titular: Isabelle Rossatto Cesa

Gabriela Reck

Suplente: Maise Reck Fracasso

Jordana Côas Tavares Palaoro

VIII - Representantes do Conselho Municipal de Educação

Titular: Izoete dos Santos Riquetti

Suplente: Marcia Regina Melloto

IX - Representante do Conselho Tutelar

Titular: Marisa Salete de Almeida Vargas

Suplente: Rosangela Lopes de Abreu

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor em 14 de julho de 2017

NILVO DORINI

Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TERESINHA BONATO

Secretária da Educação, Cultura e Esportes

PORTARIA 0790/2017

PORTARIA Nº 0790, DE 14 DE JULHO DE 2017

Contrata servidor por tempo determinado

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei nº 2.178, de 23 de dezembro de 1999, alterada pela Lei nº 3.149, de 30 de outubro de 2014, resolve:

Art. 1º Contratar, por tempo determinado, Vanusa Aparecida Pereira da Silva, matrícula nº 334189/06, para exercer as funções do cargo de Professor Nível 1, classe 4, referência A, conforme o anexo IV da Lei Complementar nº 146, de 04 de abril de 2012, em regime de trabalho de vinte (20) horas semanais, na Escola Municipal Viver e Conhecer, em substituição a titular Wilzielene Franco Sobral da Costa, que está em atestado médico posteriormente, em Licença Maternidade.

Parágrafo único: A servidora fica contratada pelo período de 17 de julho a 14 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor em 17 de julho de 2017.

NILVO DORINI
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se.

MARCIA TEREZINHA BONATO
Secretária da Educação, Cultura e Esportes

Catanduvás

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.297, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO N. 2.297/2017, de 23 de agosto de 2017.

"DENOMINA QUADRAS CONSTANTES DO PERÍMETRO URBANO DE CATANDUVAS (SC)".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvás (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere o inciso VIII do artigo 103 da Lei Orgânica,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam denominadas as seguintes quadras situadas na Rua Pita, assim denominada através da Lei Municipal n. 2.510/2015 de 02 de setembro de 2015, conforme planta de desmembramento, com projeção de ruas na forma estabelecida no artigo 47, IV e V da Lei Complementar Municipal n. 125/2016:

- I - Quadra nº 327 com um lote, denominado lote nº 05;
- II - Quadra nº 328, com 4 (quatro) lotes, denominados lote nº 01; lote nº 02; lote nº 03 e lote nº 04.

Parágrafo Único. A localização das referidas quadras de que trata o presente artigo obedece a planta de desmembramento anexa, firmada por profissional devidamente habilitado, sendo parte integrante deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto em vigor na data de sua publicação, revoga as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 23 de agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em, 23 de agosto de 2017.

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração e Finanças

DECRETO Nº 2.299, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO nº 2.299, de 24 de agosto de 2017.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE SANEAMENTO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvás-SC, no uso das atribuições legais que lhe confere os incisos II e VIII do artigo 103 da Lei Orgânica do Município, e artigo 11 da Lei Complementar Municipal nº 60, de 21 de janeiro de 2010,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros para compor o Conselho Municipal de Saneamento de Catanduvás-SC, formado paritariamente

por representantes da sociedade civil e das Secretarias Municipais de Catanduvás, conforme segue:

Entidade	TITULAR	SUPLENTE
Secretarias Municipais		
Secretaria Municipal de Infraestrutura	Oslain Camilo Menghini	Cristiano de Britto
Secretaria Municipal de Assistência Social	Lara Cristina Salvador	Angela Putton
Secretaria Municipal de Saúde	Vanessa Cristine Funez	Elizangela Farias Filipp
Secretaria Municipal de Planejamento	Marcia Pasqualli	Débora Andrade
Secretaria Municipal de Educação	Luiz Henrique Mendes da Silva	Silvana Menegazzo
Secretaria Municipal de Administração e Finanças	Denise Eberhardt	Ronaldo Luvison
Representantes Sociedade Civil		
Câmara dos Dirigentes Lojistas	Eliane Maria Storti	Iago dos Santos
CASAN	Joel de Souza	Taivan Douglas Toniolo
Sindicato dos Servidores Públicos	Amarildo Rossoni	Allan Arndt
Rotary Clube Catanduvás	Leandro Guerra	Lauri Nora
Sindicato da Indústria do Mate	Aline Alba Guerra	Divo Guerra
Comitê Jacutinga	Paulo Constante Fuga	Priscila Cassiano de Almeida

Parágrafo 1º. O Conselho será presidido por um membro eleito entre os membros efetivos e terá caráter consultivo das atividades decorrentes da execução da Política Municipal de Saneamento, com mandato de dois (2) anos.

Parágrafo 2º. O Conselho deliberará em reunião própria, suas regras de funcionamento, que comporão seu regimento interno, a ser homologado pelo Executivo Municipal, onde constará, entre outras, a periodicidade de suas reuniões.

Art. 2º. Pela participação no Conselho nos membros não serão remunerados, sendo considerado serviço de relevância ao município.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvás (SC), 24 de agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em, 24 de agosto de 2017.

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração e Finanças

EXTRATO DO CONTRATO FMS Nº 0052/2017

TERMO DE CONTRATO FMS Nº 0052/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0008/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: JOSE MARIO RODRIGUES SILVA 018413441100

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa especializada para fornecimento de Software para Estoque/Farmácia e Transporte/Diárias.

VALOR: R\$ 1.625,00 (um mil seiscentos e vinte e cinco).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.091.3.3.90.00.00.00.00 (14) - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE SAÚDE

VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 17 de agosto de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

VANESSA CRISTINE FUNEZ

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0121/2017

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0121/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0008/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: CPL DESENVOLVIMENTO DE SOFTWARE LTDA – ME

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa especializada para fornecimento de Software de Movimento Econômico para realizar emissões de notas fiscais de produtores rurais com a praticidade de baixas com o leitor de código de barras.

VALOR: R\$ 3.250,00 (três mil duzentos e cinquenta reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.005.3390.00 - 100 - 7/2017 - MANUT. ATIVIDADES SECRET.ADMINIST.FINANÇAS

VIGÊNCIA: Até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 17 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0122/2017

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0122/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 0008/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0078/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: JOSE MARIO RODRIGUES SILVA 018413441100

OBJETO: O objeto do presente contrato consiste na Contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema desenvolvido para uso multi-plataforma [Linux e Windows], com banco de dados padrão SQL e ambiente WEB, para Biblioteca, Infraestrutura e Manutenção nos Servidores de Servidores de Aplicação e Linux.

VALOR: R\$ 3.125,00 (três mil cento e vinte e cinco reais).

CONSIGNAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.005.3390.00 - 100 - 7/2017 - MANUT. ATIVIDADES SECRET.ADMINIST.FINANÇAS

VIGÊNCIA: até 31 de dezembro de 2017.

Catanduvas – SC, 17 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

EXTRATO DO CONTRATO PMC Nº 0123/2017

TERMO DE CONTRATO PMC Nº 0123/2017

CONCORRÊNCIA Nº 0001/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0073/2017).

OUTORGANTE CONCEDENTE: O MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

OUTORGADO CONCESSIONÁRIA: TRANSMIDKE TRANSPORTES RODOVIARIOS LTDA

Objeto: O objeto do presente contrato é a concessão de direito real de uso do bem imóvel abaixo descrito, de propriedade do Município de Catanduvas, nos termos da Lei Municipal nº 1.378, de 17 de dezembro de 1997, e 2.580/2017 com a finalidade de instalação de empreendimento:

Descrição: Um terreno de n. 11, situado no Distrito Industrial I de Catanduvas, com 2.590,82 metros quadrados, sendo parte de uma área maior, com matrícula junto ao CRI da Comarca de Catanduvas (SC), sob n. 6.210, com as seguintes medidas e confrontações: FRENTE: 38,50 metros lineares com a Rua Projetada "C"; FUNDOS, 38,88 metros lineares com o Lote n. 09; LADO DIREITO, 69,76 metros lineares com o Lote n. 11-A; e LADO DIREITO, 64,82 metros lineares com o Lote n. 10, terreno este pertencente ao Município de Catanduvas (SC), para o programa de Incentivo a instalação de empresas no Município de Catanduvas(SC), criado pela Lei Municipal nº 1.378, de 17 de dezembro de 1997 e 2.580/2017.

Prazo: O prazo de vigência da presente concessão real de uso será de sete (sete) anos, a partir de sua assinatura.

Catanduvas – SC, 22 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0013/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO FMS Nº 0013/2017

PREGÃO Nº 0015/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0015/2017).

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONTRATADA: CARLINHOS DE MARTINI ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 16 de fevereiro de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – DO REAJUSTE

Reajustar os valores do item abaixo especificado no percentual de 7,9% (sete vírgula nove por cento) de acréscimo ao valor unitário para o item 1, passando a vigorar da seguinte forma:

Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
1	KM	Serviços de transporte diário de pacientes do município de Catanduvas-SC para o Município de Joaçaba-SC e Unoesc Campos 2 em Joaçaba-SC, Herval D'Oeste-SC e Luzerna-SC, e seus retornos nos períodos manhã, meio dia, 13h:00mins. e 17h:00mins. Com aproximadamente 180 km diários, com veículo com capacidade mínima para 17 lugares, com no máximo três anos de uso, ar condicionado, porta automática, assentos reclináveis, com registro no DETER em nome do Proponente, certificado do tacógrafo auferido pelo INMETRO e com Apólice de Seguro com responsabilidade civil obrigatório de R\$1.539,804, 00.	2,24	2,42

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo no art. 65, II, "d", da Lei Federal n.º 8.666 de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 16 de agosto de 2017.

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
VANESSA CRISTINE FUNEZ

EXTRATO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0076/2017

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PMC Nº 0076/2017

PREGÃO Nº 0031/2017 (PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0038/2017)

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE CATANDUVAS

CONTRATADA: MILENIUM COMERCIO DE MATERIAIS E SISTEMAS DE INFORMÁTICA LTDA - ME

Reportam-se ao contrato firmado entre as partes na data de 28 de março de 2017.

OBJETO: CLÁUSULA PRIMEIRA – Aditivar ao item 1, a importância de R\$ 170,00 (cento e setenta reais) mensais, referentes a inclusão de 02 (dois) pontos de Internet, um na Escola Augustinho Marcon e outro na Escola Alfredo Gomes, que corresponde a 18,58 % (dezoito vírgula cinquenta e oito por cento) de acréscimo ao valor contratual, conforme especificado na tabela abaixo:

Item	Unid.	Especificação	Preço Unit.	Preço Unit. Atualizado
1	MES	Secretaria de Educação : A empresa deverá distribuir nos seguintes pontos : " Casa da Cultura (Sec. de Educação) : 5mbs (Endereço : Avenida Coronel Rupp - Centro) " Escola Vítoldo Alexandre Czech e Creche Sonho de Criança : 5mbs (Endereço : Rua Fritz Carl - Sebaldo Kunz) " Creche Pato Donald : 2mbs (Endereço : Rua Sete de Abril - Cidade Jardim) " Ginásio de Esportes: 2mbs (Endereço : Rua Olavo Bilac - Centro) " Escola Augustinho Marcon: 5mbs (Rua Alfredo Gomes, - Cidade Jardim) " Escola Alfredo Gomes: 5mbs (Avenida Coronel Rupp – Bairro Centro Oeste)	300,00	470,00

CLÁUSULA SEGUNDA – O presente aditivo passa a vigorar a partir do dia 01 de setembro de 2017;

FUNDAMENTO JURÍDICO – O presente aditivo Contratual tem amparo na alínea b, inciso I, do art. 65, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de julho de 1993.

Catanduvas – SC, 23 de agosto de 2017.

MUNICÍPIO DE CATANDUVAS – SC
Dorival Ribeiro dos Santos

LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2017, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 138/2017 de 23 de agosto de 2017.

“DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 3º DA LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL N. 135/2017 DE 09 DE MARÇO DE 2017”.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS, Prefeito de Catanduvas (SC), no uso de suas atribuições legais que a Lei lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a presente LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. O artigo 3º da Lei Complementar Municipal n. 135/2017 de 09 de março de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 3º. A opção pelo REFIS poderá ser formalizada até o dia 31 de dezembro de 2020, mediante o preenchimento do “Termo de Opção pelo REFIS”, junto ao Setor de Tributação da Prefeitura.

§ 1º. Seja qual for a opção, o parcelamento não poderá ser superior a 31 de dezembro de 2020.

§ 2º. O contribuinte que optar pelo parcelamento até 31 de dezembro de 2017, terá anistia de juros e multa, e poderá pagar de forma parcelada sem qualquer acréscimo.

§ 3º. O contribuinte que optar pelo parcelamento dos débitos durante o exercício de 2018, terá o desconto de sessenta por cento (60%) nos juros e multa, desde que tenha efetuado o pagamento dos tributos referentes ao exercício de 2017.

§ 4º. O contribuinte que optar pelo parcelamento dos débitos durante o exercício de 2019, terá o desconto de trinta por cento (30%) nos juros e multa, desde que tenha efetuado o pagamento dos tributos referentes ao exercício de 2017 e 2018.

§ 5º. O contribuinte que optar pelo parcelamento dos débitos durante o exercício de 2020, terá o desconto de vinte por cento (20%), nos juros e na multa, desde que tenha efetuado o pagamento dos tributos referentes ao exercício de 2017 2018 e 2019.

§ 6º. Qualquer que seja o valor do débito, as parcelas não poderão ser inferiores a R\$ 80,00 (oitenta reais)”.

Art. 2º. Os contribuintes que já aderiram ao REFIS poderão valer-se da nova redação e solicitarem o parcelamento de acordo com as novas regras.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Catanduvas, 23 de agosto de 2017.
DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito

Registrada e publicada nesta Secretaria em 23 de agosto de 2017.

LUCIMARI SPADER
Secretária de Administração e Finanças

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 0001-2016

TERMO ADITIVO N.º 02/2017

SEGUNDO TERMO ADITIVO ao CONTRATO N.º 01/2016, firmado entre o MUNICÍPIO DE CATANDUVA, Estado de Santa Catarina, e o CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL – CIGA, para a prestação continuada de serviços de tecnologia da informação e comunicação pela CONTRATADA.

O Município de Catanduva, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob o n.º 82.939.414/0001-45, com sede à Rua Felipe Schmidt, 1.435, Centro, CEP 89.670-000, na cidade de Catanduvás, Estado de Santa Catarina, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor Doriva Ribeiro dos Santos, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 195.397.549-68, doravante denominada CONTRATANTE, e o Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal – CIGA, pessoa jurídica formada exclusivamente por entes da Federação, na forma da Lei n.º 11.107, de 06 de abril de 2005, que dispõe sobre normas gerais de contratação de consórcios públicos, e de seu Decreto regulamentador n.º 6.017, de 17 de janeiro de 2007, constituída como associação pública, com personalidade jurídica de direito público e natureza autárquica, inscrita no CNPJ sob o n.º 09.427.503/0001-12, com sede à Rua General Liberato Bittencourt, n.º 1885, Centro Executivo Imperatriz, Sala 1307, Bairro Canto, Florianópolis, Estado de Santa Catarina, CEP 88070-800, neste ato representada pelo Diretor Executivo, Senhor Gilsoni Lunardi Albino, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o n.º 912.833.619-49, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e daqui por diante designada simplesmente CONTRATADA, firmam o presente TERMO ADITIVO ao Contrato Administrativo n.º 01/2016, originário de Dispensa de Licitação, o que fazem com fundamento nas Cláusulas Primeira (DO OBJETO), Terceira (DO VALOR DO CONTRATO), Décima Nona (DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO) e Vigésima (DA PUBLICAÇÃO), e com fulcro na Lei n.º 8.666/93, mediante as seguintes disposições e condições:

DO OBJETO DESTE ADITIVO

Cláusula Primeira. A CONTRATADA passará a disponibilizar em relação ao 'Programa de Gestão Tributária – Integrador Municipal (REDESIM)' unicamente o sistema de tecnologia da informação e comunicação denominado 'Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM', solução desenvolvida pelo CIGA, que mantém inalteradas as funções básicas dos serviços já estabelecidos.

Parágrafo único. O sistema Gestão Tributária – Gestão do Cadastro Integrado Municipal – GCIM consiste na prestação de serviços continuados de tecnologia da informação e comunicação para a gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, referente ao suporte técnico, manutenção e evolução tecnológica dos sistemas que compõem a troca de dados da REDESIM, implantado e em operação no Estado de Santa Catarina e nos seus respectivos Municípios, sob a coordenação da Junta Comercial do Estado de Santa Catarina (JUCESC), bem como os respectivos módulos adicionais.

DO VALOR DESTE ADITIVO

Cláusula Segunda. O valor deste Termo Aditivo tem por base a Tabela de Preços da CONTRATADA para o Exercício 2017, para a Administração Pública, aprovada pela Assembleia Geral do CIGA e constante da Resolução n.º 109, de 14 de outubro de 2016, expedida pelo Presidente do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal.

Parágrafo único. O pagamento, pela CONTRATANTE, dos valores previstos neste Termo Aditivo não a eximem da obrigação de remunerar os serviços já disponibilizados e preditos no Contrato (e Aditivo, se houver) vigente.

DO VALOR CONTRATUAL REMANESCENTE

Cláusula Terceira. Diante das alterações descritas nas cláusulas anteriores, o valor contratual total dos serviços de tecnologia da informação e comunicação prestados pelo CIGA, para o período restante do exercício 2017, é R\$ 4.642,50(quatro mil seiscentos e quarenta e dois reais e cinquenta centavos), em 06 (seis) parcelas, no valor de R\$ 773,75(setecentos e setenta e três reais e setenta e cinco centavos), cada uma delas:

1. Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC - R\$ 2.550,00
2. Gestão Tributária - Gestão do Cadastro Integrado Municipal (GCIM) - R\$ 1.102,50
3. Gestão Tributária - Gestão do Simples Nacional- R\$ 990,00

Parágrafo único. Considerando a alteração do sistema atualmente disponibilizado, de REGIN para G-CIM, 'Programa de Gestão Tributária – Integrador Municipal (REDESIM)', já se encontra deduzido ,do valor contratual total acima mencionado,o montante antes previsto para o sistema REGIN, bem como os pagamentos já efetuados pela Contratante.

DA VIGÊNCIA DESTE ADITIVO

Cláusula Quarta. O presente Termo Aditivo passa a vigor em 03 de julho de 2017 até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado por sucessivos períodos, por conveniência das partes, observando o limite legal remanescente, nos termos do artigo 57 da Lei n.º 8.666/93, bem como em conformidade com o respectivo Contrato (e Aditivo, se houver) firmado pelas partes.

DA RATIFICAÇÃO

Cláusula Quinta. Com as alterações constantes das disposições antecedentes, ficam ratificadas todas as demais cláusulas e condições do aludido Contrato Administrativo (e Aditivo, se houver), salvo disposições em contrário.

DA PUBLICAÇÃO

Cláusula Sexta. O extrato deste Termo Aditivo será publicado no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

E, por estarem as partes justas e acordadas, assinam o presente instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para um único efeito, na presença de 02 (duas) testemunhas, abaixo nominadas.

Florianópolis – SC, 15 de agosto de 2017.

DORIVAL RIBEIRO DOS SANTOS
Prefeito de Catanduvas - SC
CONTRATANTE

GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

MICHEL CRISTOFFER FAVERO
Agente Administrativo

FERNANDA ROSA SOCAL
Assistente Administrativa do CIGA

Cerro Negro

PREFEITURA

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 004/2017

EXTRATO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO N. 004/2017

O Presidente da Comissão de Seleção, em cumprimento a ratificação procedida pelo Prefeito Municipal, pela emissão da DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO, faz publicar o presente extrato. Objeto: contratação da ASSOCIAÇÃO DE COMUNICAÇÃO E CULTURA DE CERRO NEGRO, para repasse de valores mensais. Valor total: R\$ 4.000,00. Período de duração: da data da assinatura do contrato até 31.08.2017 a 31.12.2017. Fundamentação Legal: Art. 30, Inciso VI, da Lei 13.019/2014, alterada pela 13.2014/2015. Justificativa: trata-se de requerimento para celebração de parceria com o município de Cerro Negro/SC, na qual pretende a entidade beneficiária, devidamente constituída sob a forma de associação civil, o repasse de valores mensais para auxílio nas despesas com a manutenção. Com o intuito de justificar a celebração do competente instrumento, pela organização civil foi apresentado plano de trabalho, do qual se depreende que a entidade desenvolve atividades de cientificação da população municipal através de informes e de horários disponibilizados para debates e disseminação de informações de interesse público e social de cunho administrativo, o que atinge diretamente a população rurícola do município de Cerro Negro/SC. Há que se destacar, ainda, que a maioria da população cerronegrense reside no meio rural, sendo o canal de comunicação da entidade forte aliado às políticas públicas desenvolvidas. Ademais, de se observar que o valor a ser repassado a Associação não compromete a dotação orçamentária municipal, aliado ao grande serviço de natureza essencial prestado pela entidade sem fins lucrativos, inclusive com reconhecimento público pela Lei municipal n. 459/2009 e 722/2017. Na forma do § 2º do art. 32 da lei 13.019/2014, fica aberto o prazo de 05 (cinco) dias para eventual impugnação, que deverá ser encaminhada pelo e-mail licitacao@cerronegro.sc.gov.br. Local, 22 de agosto de 2017. Júlia Elenice Pereira, Presidente Comissão de Seleção.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

363.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

PORTARIA N° 363/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, e em conformidade com a Lei Orgânica do Município de Chapadão do Lageado - SC, c/c com as Leis Complementares n° 007 de 23.12.99 e 008 de 23.12.99, e tendo em vista a homologação do Resultado do Concurso Público n° 01/2015;

RESOLVE:

Art. 1º Nomear o candidato aprovado no Concurso Público n° 01/2015, para preenchimento do cargo de provimento efetivo, conforme Anexo Único, adjunto a esta Portaria, e disposições do art. 8º, Anexos I, II, III e IV da Lei Complementar n° 007 de 23.12.99 e art. 13 da Lei Complementar n° 008 de 23.12.99.

Art. 2º A posse deverá ocorrer no prazo de até trinta dias contados da publicação deste ato nos meios oficiais de publicação, com apresentação dos documentos previstos no art. 15 da Lei Complementar n° 008 de 23.12.99.

Art. 3º O presente ato tornar-se-á sem efeito, se no decorrer do prazo fixado no art. 2º desta Portaria, o candidato não tomar posse, conforme determina o art. 14, §2º da Lei Complementar n° 008 de 23.12.99.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura do Município de Chapadão do Lageado, 24 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

ANEXO ÚNICO

NOME	CARGO
Newton Gama Netto	Engenheiro Agrônomo - 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 24 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 03.2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 03/2017

A Prefeita do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA por este Edital o candidato aprovado no Concurso Público 01/2015, a seguir relacionado, a comparecer no setor de pessoal, da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento, a fim de tomar posse no respectivo cargo.

Conforme art. 14 parágrafo 1º do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, o prazo para posse é de 30 (trinta) dias, contados da data da publicação do Ato de Nomeação.

Qualquer Dúvida entrar em contato através do telefone (47) 3537 00 72 ou por meio do e-mail: administracao@chapadaodolageado.sc.gov.br

NOME	CARGO
Newton Gama Netto	Engenheiro Agrônomo – 40 horas

Prefeitura Municipal de Chapadão do Lageado, 24 de agosto de 2017.

MARLI GORETTI KAMMERS

Prefeita Municipal

Cocal do Sul

PREFEITURA

DECRETO SAF/N. 389/17

DECRETO SAF/Nº. 389/17, de 17 de agosto de 2017.
NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE BENS MÓVEIS DECLARADOS INSERVÍVEIS E BENS IMÓVEIS DE INTERESSE DO MUNICÍPIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve

NOMEIA:

Art. 1º EVANDRO CIPRIANO, HOMERO DE BONA FILHO, LEONARDO DE BONNA, LAÉRCIO DE COSTA, LUIZ CARLOS GONÇALVES, NILSIONEI MAFIOLETT, RAFAEL UGGIONI COLOMBO, SOÊNIA MARIA ZACCARON BASTOS PINTO, MANOEL MARQUES DA SILVA, JHONYSON PONCIANO e PEDRINHO CAUDURO, para sob a presidência do primeiro, constituírem a Comissão de Avaliação de Bens Móveis Declarados Inservíveis e de Bens Imóveis de interesse do Município.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se os efeitos do Decreto SAF/Nº. 257/16, de 12 de abril de 2016.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 17 de agosto de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 390/17

DECRETO SAF/Nº. 390/17, de 18 de agosto de 2017.
NOMEIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE INVENTÁRIO DE BENS MÓVEIS, IMÓVEIS E INTANGÍVEIS DO MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

Considerando o art. 5º da Lei Orgânica Municipal e o art. 96 da Lei nº. 4.320/64 e demais normas aplicáveis ao controle de bens patrimoniais pertencentes à municipalidade,

DECRETA:

Art.1º Fica instituída a comissão municipal de inventário, para a realização do levantamento patrimonial anual do município de Cocal do Sul, procedendo-se se necessário a reavaliação de bens inventariados, em conjunto com a comissão municipal de avaliação de bens.

Parágrafo único. O representante titular da Câmara de Vereadores; Fundação Municipal do Meio Ambiente – FUNDAC e do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE, serão os responsáveis pelo levantamento dos bens e evidenciá-los, nos seus órgãos respectivos. O representante titular da Secretaria de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas será o responsável pelo levantamento de bens e evidenciá-los, nos órgãos da Administração Direta do Município: Secretarias de Administração, Planejamento, Fazenda e Finanças Públicas, Secretaria de Obras Viárias, Edificações, Saneamento Básico, Reforma Urbana, Transportes e

Serviços Públicos, Secretaria de Agricultura e Abastecimento, Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Meio Ambiente, Turismo e Comunicações, Secretaria de Saúde Pública, Secretaria de Ação Social e da Família e Secretaria de Educação, Esporte e Cultura:

Membros:

Representante da Câmara de Vereadores
Titular: Luiz Carlos Gonçalves

Representante da FUNDAC - Fundação Municipal de Meio Ambiente de Cocal do Sul
Titular: Josias Sorato

Representante do SAMAE – Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto
Titular: Nilsionei Mafioletti

Representantes da Secretaria de Administração, Planej., Fazenda e Finanças Públicas:
Titular: Evandro Cipriano
Auxiliar: Laércio de Costa
Auxiliar: Nelson Rosso.

Representantes da Secretaria de Obras - Engenharia
Auxiliar: Homero de Bona Filho
Auxiliar: Leonardo de Bona

Representante da Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Auxiliar: Luiz Fernando Mufatto

Representante da Secretaria de Desenvolvimento Econômico Meio Ambiente, Turismo e Comunicações
Auxiliar: Cledio Fachin

Representante da Secretaria de Saúde Pública
Auxiliar: Giane Carvalho Carniatto

Representante da Secretaria de Ação Social e da Família
Auxiliar: Sandra Quarezemim

Representante da Secretaria de Educação, Esporte e Cultura
Auxiliar: Cristina Denesio Correa

Art. 2º Fica estabelecido o levantamento imediato de todos os bens móveis, imóveis e intangíveis do Município de Cocal do Sul.

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revoga-se o Decreto SAF/N. 264/16, de 19 de abril de 2016

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 18 de agosto de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Admin. Planejamento, Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 391/17

DECRETO SAF/Nº. 391/17, de 21 de agosto de 2017.

EXONERA SERVIDOR POR ADERIR AO PDV- (Programa de Desligamento Voluntário).

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei nº. 265, de 18 de fevereiro de 1997, resolve,

EXONERAR A PEDIDO:

ELOI JOSÉ FERNANDES, MOTORISTA DE ÔNIBUS, por aderir ao PDV – Programa de Desligamento Voluntário, nomeado por Concurso Público, admitido em 12 de março de 2003, a partir de 17 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 392/17

DECRETO SAF/Nº. 392/17, de 21 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

EXONERAR

NILTON GONÇALVES, portador do CPF nº. 461.547.019-34, Engenheiro Agrônomo - ACT, 20 horas, para atuar na FUNDAC, nomeado pelo Decreto SAF/N. 356/10, de 01 de outubro de 2010, a partir de 21 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 393/17

DECRETO SAF/Nº. 393/17, de 21 de agosto de 2017.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições, resolve:

FAZER CESSAR

os efeitos do Decreto SAF/N. 17/17, de 02 de janeiro de 2017, que designou MARIÁ SILVA REUS ao cargo em comissão de Diretor Operacional da FUNDAC, a partir de 22 de agosto de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 394/17

DECRETO SAF/Nº. 394/17, de 21 de agosto de 2017.

NOMEIA SERVIDOR PARA CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Cocal do Sul, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art. 14, § 3º, da Lei nº 871, de 28 de dezembro de 2007,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado NILTON GONÇALVES, Engenheiro Agrônomo, para o cargo em comissão de Diretor Operacional da Fundação Municipal do Meio Ambiente de Cocal do Sul - FUNDAC, a partir de 22 de agosto de 2017.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revoga-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN

Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

DECRETO SAF/N. 395/17

DECRETO SAF/Nº. 395/17, de 21 de agosto de 2017.

DESIGNA MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições resolve,

DESIGNAR

Art. 1º Ficam designados SIMONI MARTINS DA SILVA, adjunto administrativo; FABIANO BOLSONI FRANCISCO, instrutor de informática; DANIEL FREITAS BRATTI, assistente administrativo; AMANDA CAROLINE COLOGNI, adjunto administrativo; NELSON ROSSO, instrutor de informática, SORAYA MONTEIRO AGUIAR, assistente administrativo; LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, assessor executivo, WILLIAN DAJORI DOS SANTOS, fiscal de obras, CINTIA BÚRIGO GAVA, diretor de departamento; NATACHA BORGES, diretor de departamento e LOURDETE CECHINEL MACCARI, monitor, para sob a presidência do primeiro, constituírem a COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO E JULGAMENTO criada pelo Decreto SA/Nº. 10/93, de 16 de fevereiro de 1993.

Parágrafo único. O presidente será substituído por um dos membros da comissão, na ordem em que figura o Art. 1º, em seus afastamentos, impedimentos legais ou regulamentares.

Art. 2º A ata da sessão pública indicará os membros da Comissão Permanente de Licitação que efetivamente atuaram no certame, sempre com um mínimo de três integrantes, incluindo o Presidente.

Art. 3º A investidura dos membros da Comissão de Licitação será a partir desta data, até 31 de dezembro de 2017.

Art. 4º Revoga-se o Decreto SAF/Nº. 08/17, de 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de agosto de 2017.

ADEMIR MAGAGNIN

Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda e
Finanças Públicas

Detalhes completos da ata no Site da Prefeitura: www.cocaldosul.sc.gov.br.

DECRETO SAF/N. 396/17

DECRETO SAF/Nº. 396/17, de 21 de agosto de 2017.

DESIGNA PREGOEIRO E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE COCAL DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos do Art. 45, I, da Lei Orgânica Municipal e Art. 3º., IV, da Lei Federal nº. 10.520, de 17 de julho de 2002, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Ficam designados os servidores públicos municipais DANIEL FREITAS BRATTI e FABIANO BOLSONI FRANCISCO, para atuarem como PREGOEIROS em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul.

Art. 2º Para atuarem como membros da Equipe de Apoio em Licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de Cocal do Sul, ficam designados os servidores: LEIDIANE MANGILLI MARCELLO CECCONI, AMANDA CAROLINE COLOGNI, WILLIAN DAJORI DOS SANTOS, NELSON ROSSO, SIMONE MARTINS DA SILVA, SORAYA MONTEIRO AGUIAR, CINTIA BÚRIGO GAVA, NATACHA BORGES e LOURDETE CECHINEL MACCARI.

Art. 3º A ata da sessão pública indicará o Pregoeiro e os membros da Equipe de Apoio que efetivamente atuaram no certame, sempre com um mínimo de três integrantes, incluindo o Pregoeiro.

Art. 4º A investidura dos Pregoeiros será a partir desta data, até 31 de dezembro de 2017.

Art. 5º A investidura dos membros da Equipe de Apoio será de 1 (um) ano, vedada a sua recondução total para o período subsequente.

Art. 6º Revoga-se o Decreto 09/17, de 02 de janeiro de 2017.

Paço Municipal Jarvis Gaidzinski, 21 de agosto de 2017.
ADEMIR MAGAGNIN
Prefeito Municipal

CLEDIO FACHIN
Secretário de Adm., Planej., Fazenda
e Finanças Públicas

EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 58/PMCS/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 58/2017.

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL.

DETENTORA DA ATA: K13 CONFECÇÕES LTDA – EPP.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 49/PMCS/2017.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41PMCS /2017.

Objeto: Registro de preços de uniformes e camisetas, para aquisições futuras, no atendimento as secretarias do Município de Cocal do Sul.

Assinatura: 18/08/2017.

Vigência: 12 (doze) meses a partir da data de assinatura.

Valor: R\$ 2.990,00 (dois mil e novecentos e noventa reais).

RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO 04/PMCS/2017 - ERRATA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE COCAL DO SUL

ERRATA DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 55/PMCS/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 04/PMCS/2017

Na publicação do Extrato de Ratificação de Dispensa de Licitação nº 04/PMCS/2017, veiculado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, Edição nº 2326, na data de 24 de agosto de 2017, onde se lê: "Valor: R\$ 1.939,50 (um mil novecentos e trinta e nove reais e cinquenta centavos)", leia-se: "Valor: R\$ 2.484,50 (dois mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e cinquenta centavos)".

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Cocal do Sul, 24 de agosto de 2017

ADEMIR MAGAGNIN

PREFEITO MUNICIPAL

CÂMARA MUNICIPAL**CONTROLE INTERNO 07/2017****CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL****CONTROLE INTERNO MÊS JULHO DE 2017.**

Relatório de Controle Interno da análise circunstanciada dos dados informados no mês em epígrafe, relativo a movimentação orçamentária e financeira, da Câmara Municipal de Cocal do Sul, conforme determina o § 3º art. 2º da Resolução nº TC-11/2004, que alterou o art. 5º da Resolução TC 16/94.

DETALHAMENTO DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS

<u>Títulos</u>	Orçado	Arrecadada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
Transf.Recebida	1.785.000,00	148.750,00	1.041.250,00	58,33%

Em nossa análise, foi constatado que o Executivo Municipal enviou ao Legislativo Municipal as transferências financeiras devidas dentro do prazo.

DETALHAMENTO DA DESPESA FIXADA POR UNIDADE ORÇAMENTÁRIA

Títulos	Orçado	Realizada		Percentual
		No Mês	Até o Mês	
CÂMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	1.785.000,00	102.817,41	- 717.016,25	40,17 %
CÂMARA DE VEREADORES	1.785.000,00	102.817,41	- 717.016,25	40,17 %
TOTAL DA ENTIDADE	1.785.000,00	102.817,41	- 717.016,25	40,17 %

A despesa Orçamentária liquidada até o mês importou o valor de R\$ 717.016,25 (Setecentos e dezessete mil, dezesseis reais e vinte e cinco centavos), Correspondendo a 40,17 % do orçamento da Camara Municipal.

E em nossa análise, e por amostragem, não constatamos quaisquer irregularidades sobre as despesas empenhadas até o mês.

TOTAL DA REMUNERAÇÃO DO VEREADOR

MÊS	REMUNERAÇÃO DOS VEREADORES	REMUNERAÇÃO DOS DEPUTADOS ESTADUAIS	%
Janeiro	5.567,26	25.322,25	21,99
Fevereiro	5.567,26	25.322,25	21,99
Março	5.567,26	25.322,25	21,99
Abril	5.567,26	25.322,25	21,99
Maio	5.567,26	25.322,25	21,99
Junho	5.789,39	25.322,25	22,86
Julho	5.789,39	25.322,25	22,86
Agosto			
Setembro			
Outubro			
Novembro			
Dezembro			

A Remuneração dos Vereadores não ultrapassou o limite de 30% referente ao numero de seus habitantes sobre a remuneração dos Deputados Estaduais ficando assim em acordo com o Art. 29, inciso V alínea b da CF/88.

b)= Em Município de 10.001 a 50.000 habitantes, os Subsídios maximo dos Vereadores corresponderá a 30% dos Subsídios dos Deputados Estaduais.

Limite máximo de 6% da Receita Corrente Líquida para gastos com pessoal do Poder Legislativo Municipal – Câmara Municipal – conforme especifica o Art. 20, II, 'a' da Lei Complementar 101/2000.

Componentes	Valor (R\$)	%
TOTAL DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA	49.711.867,70	100,00
LIMITE MAXIMO DE 6% DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA	2.982.712,06	6,00
TOTAL DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	1.104.816,18	2,22
TOTAL DAS DESPESAS PARA EFEITO DE CALCULO DAS DESPESAS COM PESSOAL DO PODER LEGISLATIVO	1.104.816,18	2,22
VALOR ABAIXO DO LIMITE	1.877.895,88	3,78

O Demonstrativo do **Poder Legislativo Municipal** identifica que foi aplicado 2,22% do total da receita corrente líquida em despesas com pessoal estando assim em cumprimento com as normas estabelecidas no Art. 20, III 'a' da Lei complementar 101/2000.

a) – 6% para o Legislativo, incluindo o Tribunal de contas do Município, quando houver.

A Camara Municipal de Cocal do sul através da mesa diretora autorizou a elaboração Projeto de Lei do Legislativo numero 03/2017 de 06 de Abril de 2017 e em decorrência foi aprovada a Lei numero 1.343/2017 de 20 de abril de 2017 concedendo aumento de salario somente a servidora efetiva Luciane Trombim Niehues matricula numero 18, excluindo os demais servidores dessa casa ferindo assim o Art. 37 da Constituição Federal e a lei Municipal numero 131/1995 Artigo 22 onde fala da data base das perdas salariais.

DEMONSTRATIVO DAS SUPLEMENTAÇÕES REALIZADAS

	No Mês	Até o Mês
Pela Reserva de Contingência	0,00	0,00
Pela Reserva Legal	0,00	0,00
Pelo Excesso de Arrecadação	0,00	0,00
Por Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00	0,00
Por Outros Casos	0,00	0,00
Outros Casos	0,00	0,00

O Demonstrativo da Dívida Fundada Interna teve no mês, teve a seguinte movimentação

Saldo do Mês Anterior	0,00
Nova Formação da Dívida no Mês	0,00
Amortização Verificada no Mês	0,00
Saldo Para o Mês Seguinte	0,00
Total Geral	0,00

O Balanço Financeiro Apresenta a seguinte movimentação até o mês

RECEITA ORÇAMENTARIA (I)	0,00	DESPESA ORÇAMENTARIA (VII)	1.235.336,02
Ordinaria	0,00	Ordinaria	1.235.336,02
Vinculada	0,00		
TRANSFERENCIA FINANCEIRA RECEBIDA (II)	1.041.250,00	TRANSF. FINANC.CONCEDIDA (VIII)	0,00
Transferencias Financeiras Recebidas	1.041.250,00	Transf.Financeiras Concedidas	0,00
RECEBIMENTOS EXTRAORDINARIOS (IV)	618.121,97	PAGAMENTO EXTRAORDINARIO (X)	82.420,36
	518.319,77		
Inscrição de Restos a Pagar não Processados	600.758,16	Demais Obrigações a Curto Prazo	82.420,36
Inscrição de Restos a Pagar Processados	4.292,98		
Demais Obrigações a Curto Prazo	95.209,22		
		SALDO ESPECIE EXERC.SEGUINTE(XI)	341.615,59
		Aplicação financeira Mercado Aberto	341.615,59
		Banco C/ Corrente	0,00
TOTAL (VI) = (I+II+III+IV+V)	1.659.371,97	TOTAL (XII) = (VII=+VIII+IX+XI)	1.659.371,97

O Balanço Patrimonial ate o mês teve a seguinte movimentação

ATIVO	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO	EXERCICIO ATUAL
ATIVO CIRCULANTE	343.594,28	PASSIVO CIRCULANTE	86.502,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	341.615,59	Obrig.Trab.Prev.e Essist a Pagar	70.547,82
.Demais Credito e Valores a Curto Prazo	800,00	Fornecedores e Contas a Pagar CP	2.865,52
Variação Patrim. Dimin.Pagas Antecipad	1.178,69	Demais Obrigações a curto prazo	13.088,86
ATIVO NÃO CIRCULANTE	141.495,02	TOTAL DO PASSIVO	86.502,20
Imobilizado	141.495,02	PATRIMONIO LIQUIDO	Exerc.Atual
		Patrimonio Social e Capital Social	127.809,37
		Resultados Acumulados	270.777,73
		* Resultado do Exercício	295.704,98
		Resultado de exerc.anteriores	-24.927,25
		TOTAL PATRIMONIO LIQUIDO	398.587,10
TOTAL	485.089,30	TOTAL	485.089,30
ATIVO FINANCEIRO	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO FINANCEIRO	EXERCICIO ATUAL
Ativo	341.615,59	PASSIVO PATRIMONIO LIQUIDO	17.381,84
Ativo Circulante	341.615,59	Passivo Circulante	17.381,84
Caixa e Equivalentes de Caixa	341.615,59	Obrig.Trab.Prev.Assist. AP CP	1.427,46
		Fornec.e Contas a Pagar a CP	2.865,52
		Demais Obrig. a Curto Prazo	13.088,86
TOTAL DO ATIVO FINANCEIRO	193.593,24	Creditos Empenhado a Liquidar	518.319,77
		TOTAL PASSIVO FINANCEIRO	535.701,61
ATIVO PERMANENTE	EXERCICIO ATUAL	PASSIVO PERMANENTE	EXERCICIO ATUAL
Ativo	143.473,71	Passivo e Patrimonio Liquido	69.120,36
Ativo Circulante	1.978,69	Passivo Circulante	69.120,36
Demais créditos e valores a curto prazo	800,00	Obrig.Trab.Prev.Assist. pagar CP	69.120,36
Var.Patr.Dimin.Pagas Antecipadamente	1.178,69		
ATIVO NÃO CIRCULANTE	141.495,02		
IMOBILIZADO	141.495,02	TOTAL PASSIVO PERMANENTE	69.120,36
TOTAL DO ATIVO PERMANENTE	143.473,71		
SALDO PATRIMONIAL			-119.732,67
COMPENSAÇÕES			
SALDOS DOS ATOS POTENCIAS ATIVOS	EXERCICIO ATUAL	SALDOS ATOS POT. PASSIVOS	EXERCICIO ATUAL
		Execução de Obrig. Contratuais	15.191,00

TOTAL	0,00	TOTAL	15.191,00
DEMONSTRATIVO DO SUPERAVID/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL			
DESTINAÇÃO DE RECURSOS		SUPERAVID/DIFICIT FINANANCEIRO	
Ordinario		-194.086,02	
TOTAL		-194.086,02	

DEMONSTRATIVO DAS DIARIAS CONCEDIDAS

EMPENHO/DATA	SERVIDORES / AGENTES POLITICOS	ROTEIRO DA VIAGEM	PRESTAÇÃO DE CONTAS
28 – 15/02/2017	ERIK PEREIRA ZEFERINO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 22/02/2017 A 22/02/2017 PARA PARTICIPAR DE UMA AUDIENCIA COM O DEPUTADO ESTADUAL CESAR VALDUGA PARA TRATAR ASSUNTOS SOBRE AQUISIÇÃO DE UMA AMBULANCIA, CONSTRUÇÃO DE UM COMPLEXO ESPORTIVO E SOBRE MANUTENÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS.	OK 01/03/2017
34 – 02/03/2017	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 02/03/2017 A 02/03/2017 NA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA EM AUDIENCIA COM OS DEPUTADOS JOÃO AMIM E JOSÉ MILTOM SCHERFER TRATANDO ASSUNTOS SOBRE LIBERAÇÃO DE EMENDAS PARLAMENTARES PARA VIABILIZAR PROJETOS SOCIAIS NO MUNICIPIO.	OK 09/03/2017
37 – 13/03/2017	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 13/03/2017 A 13/03/2017 ACOMPANHADO DO VEREADOR MOISES DOS SANTOS E DA VEREDORA GIOVANA GALATO SANTA ROSA PARA UMA AUDIENCIA COM O SECRETARIO DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADO A ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO NO MUNICIPIO.	OK 15/03/2017
38 – 13/03/2017	MOISES DOS SANTOS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 13/03/2017 A 13/03/2017 ACOMPANHADO DO VEREADOR LUIZ HENRIQUE BITEENCOURT E DA VEREDORA GIOVANA GALATO SANTA ROSA PARA UMA AUDIENCIA COM O SECRETARIO DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADO A ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO NO MUNICIPIO.	OK 15/03/2017
39 – 13/03/2017	GIOVANA GALATO SANTA ROSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 13/03/2017 A 13/03/2017 ACOMPANHADO DO VEREADOR LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT MOISES DOS SANTOS PARA UMA AUDIENCIA COM O SECRETARIO DE ESTADO DA ASSISTENCIA SOCIAL TRABALHO E HABITAÇÃO PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADO A ASSISTENCIA SOCIAL E HABITAÇÃO NO MUNICIPIO.	OK 15/03/2017
42 – 16/03/2017	MARCEL FREITAS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 15/03/2017 A 16/03/2017 PARTICIPAR DE UMA AUDIENCIA COM O DEPUTADO ESTADU AL DOIA PARA TRATAR ASSUNTOS RELACIONADOS A SINALIZAÇÃO DE T RANSITO É COM O SEC.DE SAUDE VICENTE	Ok

		CAROPRESO PARA TRATAR A SUNTOS SOBRE VEICULOS PARA AREA DA SAUDE DO MUNICIPIO DE COCAL DO SUL,	20/03/2017
48 – 30/03/2017	ADRIANO POSSAMAI DELLA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 30/03/2017 A 30/03/2017 PARA AUDIENCIA COM SEC.EDUCAÇÃO EDUARDO DESCHAMPS E COM O DEPUTADO DOIA GUGLIELME PARA SOLICITAR 02 PARQUES IN FANTIL E 8 APARELHOS CONDICIONADOR DE AR PARA ESCOLAS ESTADUAIS FCA BURIGO E PROF. PADRE SCHULER DESTE MUNICIPIO.	OK 31/03/2017
53 – 25/04/2017	ADRIANO POSSAMAI DELLA VERADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/04/2017 a 28/04/2017 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE INICIO DE MANDATO MODELO III - FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS A SE REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK 28/04/2017
54 – 25/04/2017	MOISES DOS SANTOS VEREAOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/04/2017 a 28/04/2017 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE INICIO DE MANDATO MODELO III - FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS A SE REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK 28/04/2017
55 – 25/04/2017	ERIK PEREIRA ZEVEIREINO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/04/2017 a 28/04/2017 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE INICIO DE MANDATO MODELO III - FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS A SE REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK 28/04/2017
56 – 25/04/2017	MARCEL DE FREITAS VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 26/04/2017 a 28/04/2017 PARA PARTICIPAR CURSO SOBRE PROGRAMA DE FORMAÇÃO DE INICIO DE MANDATO MODELO III - FISCALIZAÇÃO DAS CONTAS PUBLICAS A SE REALIZADO PELO CEAP NO CASTELMAR HOTEL	OK 28/04/2017
68 – 03/05/2017	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 03/05/2017 A 03/05/2017 ACOMPANHADO DA VEREADORA ROSENY CITTADIN BARBOSA PARA UMA AUDIENCIA COM O SR. FULVIO ROSA NETO DD. PRESIDENTE DO DETER SC PARA ENTREGA MOÇÃO DE APELO 1/2017 APROVADO POR UNANIMIDADE PELA CAMARA MUNICIPAL SOLICITANDO O LIMITE FINAL DO TERRITORIO MUNICIPAL PARA VALORES DE PASSAGEM DE ONIBUS NO PORTAL QUE DIVIDO O MUNICIPIO DE COCAL DO SUL A CRICIUMA	OK 04/05/2017
69 – 03/05/2017	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 03/05/2017 A 03/05/2017 ACOMPANHADO DA VEREADOR LUIZ HENRIQUE DE BITTENCORUT PARA UMA AUDIENCIA COM O SR. FULVIO ROSA NETO DD. PRESIDENTE DO DETER SC PARA ENTREGA MOÇÃO DE APELO 1/2017 APROVADO POR UNANIMIDADE PELA CAMARA MUNICIPAL SOLICITANDO O LIMITE FINAL DO TERRITORIO MUNICIPAL PARA VALORES DE PASSAGEM DE	OK

		ONIBUS NO PORTAL QUE DIVIDO O MUNICIPIO DE COCAL DO SUL A CRICIUMA	04/05/2017
74 – 17/05/2017	ADRIANO POSSAMAI DELA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A FPOLIS PERIODO DE 17/05/2017 A 17/05/2017 COM AUDIENCIA MARCADA COM O PRESIDENTE DA ARESC SR.RENO LUIZ CARAMORI PARA TRATAR ASSUNTOS REFERENTE AO PL 14/2017 DE 13/03/2017 QUE ELEGE O ENTE REGULADOR CISAM-SULREG DOS SERVIÇOS DE AGUA,ESGOTO,RESIDUOS SOLIDOS E DRENAGEM URBANA DO MUNICIPIO DE COCAL DO SUL PARA ADQUAÇÃO A LEI FEDERAL 11.445/2017,	OK 19/05/2017
79 – 23/05/2017	AGENOR BENATTI PEDROSO VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/05/2017 A 26/05/2017 PARTRICIPAR CURSO SOBRE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP,	OK 30/05/2017
80 – 23/05/2017	RICHARDSON VIEIRA VEREADOR	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/05/2017 A 26/05/2017 PARTRICIPAR CURSO SOBRE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP,	Ok 30/05/2017
81 – 23/05/2017	ROSENY CITTADIN BARBOSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/05/2017 A 26/05/2017 PARTRICIPAR CURSO SOBRE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP	OK 30/05/2017
82 – 23/05/2017	GIOVANA GALATO SANTAQ ROSA VEREADORA	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 24/05/2017 A 26/05/2017 PARTRICIPAR CURSO SOBRE REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO DA CAMARAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO PELO CEAP	OK 30/05/2017
88 – 19/06/2017	LUIZ CARLOS GONÇALVES TEC. CONTABIL	NA CONCESSÃO DE 03 DIARIAS A FPOLIS PRAIA DOS INGLESES PERIODO DE 20,21 E 22 DE JUNHO PARA PARTICIPAR 13o.CONGRESSO CATARINENSE DE SECRETARIOS DE FINAÇAS, CONTADORES PUBLICOS MUNICIPAIS E CONTROLADORES INTERNOS MUNICIPAIS E NO TRIBUNAL DE CONTAS TRATAR ASSUNTOS SOBRE RECESSO PARLAAMENTAR	OK 23/06/2017
96 – 22/06/2017	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR - PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 01 DIARIA A BOMBINHAS PERIODO DE 22/06/2017 A 22/06/2017 PARA PARTICIPAR 2o. CONGRESSO CATARINENSE DE CIDADES DIGITAIS QUE ACONTECERÁ NO PERIODO DE 22/06/2017 A 23/06/2017, ACOMPANHADO DO SR. PREFEITO VICE/PREFEITA E DIRETOR DE CULTURA DO MUNICIPIO	OK 23/06/2017
104 – 03/07/2017	LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT VEREADOR PRESIDENTE	NA CONCESSÃO DE 02 DIARIAS A FPOLIS PERIODO DE 06/07/2017 A 07/07/2017 PARA PARTICIPAR DO SEMINARIO DE QUALIFICAÇÃO DE LIDERANÇAS MUNICIPAIS A SER REALIZADO NA ASSEMBLEI LEGISLATIVA,	Ok 01/08/2017

O Total da despesa com a remuneração dos Vereadores não poderá ultrapassar o montante de 5% da receita do Município

TOTAL DA REMUNERAÇÃO COM VEREADORES

RECEITA TOTAL DO MUNICÍPIO	REMUNERAÇÃO TOTAL DOS VEREADORES	%
29.218.175,86	364.014,80	1,25

O Montante gasto com a remuneração dos Vereadores até o mês foi de R\$ 364.014,80 (Trezentos e sessenta e quatro mil, quatorze reais e oitenta centavos) representando assim 1,25% da receita do Município desta forma fica estabelecido o Art. 29, VII da CF/88.

DEMONSTRATIVO DOS CONTRATOS VIGENTES

CONTRATO / DATA	CONTRATADA	OBJETO DO CONTRATO	VALOR
002 = 02/01/2017	SEBOLD DESENVOLVIMENTO WEB DESIGN LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM MANUTENÇÃO E ALIMENTAÇÃO DE DADOS SÍTIO CAMARA MUNICIPAL	5.835,36
003 – 02/01/2017	INFOWAY COM.DE INFORMATICA E TELECOM LTDA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS POR MEIO DE PROVEDOR DE ACESSO A REDES DE COMUNICAÇÃO E SERVIÇOS DE MULTIMÍDIA COM ACESSO A INTERNET COM 10 MB SERVIÇOS DE DADOS LIVRES DE LINHA TELEFONICA PROVEDOR MODEM E 6 MB DE UPLOAD	1.318,80
004 = 02/01/2017	VIGILANCIA RADAR LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA REFERENTE MONITORAMENTO REMOTO DE ALARME PERÍODO DE 24 HORAS DE SEGUNDA A DOMINGO PRÉDIO SEDE CAMARA MUNICIPAL	1.555,68

		DE COCAL DO SUL	
005 = 04/01/2017	VIGILANCIA RADAR LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA NA LOCAÇÃO 01 PLACA DE ALARME 718 ULTRA,01 TECLADO ACIONAMENTO PS 624,01 CAIXA METALICA,01 TRANSFORMADOR 16V 2,0 AH,06 SENSORES INFRA VERMELHO 476, 01 FILTRO DE LINHA ADSL, 01 BATERIA 12V E 02 SIRENES 110 DB PARA USO SISTEMAS DE MONITORAMENTO DE ALARMES PREDIO SEDE CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	311,28
006 - 01/07/2017	BETHA SISTEMA LTDA	PELA DESPESA EMPENHADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS EM LOCAÇÃO SISTEMAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA, PATRIMONIO, COMPRAS E LICITAÇÃO, FOLHA DE PAGAMENTO E FLY TRANSPARENCIA PARA USO CAMARA MUNICIPAL DE COCAL DO SUL	16.572,00

Demonstrativo da despesa realizada com folha de pagamento

Transferência Financeira Orçada	Liquidado com Folha de Pagamento	%
1.785.000,00	627.249,42	35,14

O total da despesa com folha de pagamento do Poder Legislativo Municipal, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluindo os gastos com inativos não ultrapassará os 70% de sua receita com folha de pagamento, incluindo os gastos com subsídios de seus Vereadores conforme Art. 29-A § 1º Da C.F

Conforme Resolução 232/2017 de 31/05/2017 retroagindo seus efeitos a 01/01/2017, Fica nomeado o servidor de carreira sr. Luiz Carlos Gonçalves para responder temporariamente pelo controle interno da Camara Municipal de Cocal do Sul.

LUIZ HENRIQUE DE BITTENCOURT
PRESIDENTE

Luiz Carlos Gonçalves
Controle interno

Concórdia

PREFEITURA

APLICAÇÃO DE SANÇÕES ADMINISTRATIVO 50/2017-1

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC
APLICAÇÃO DE SANÇÕES
PROCESSO ADMINISTRATIVO 50/2017-1

Processo Licitatório nº 50/2015 PMC
Pregão Presencial nº 11/2017 PMC
Contrato nº 39/2017 PMC
Contratada: XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA.

Comunica-se a substituição da penalidade imposta à empresa XCMG BRASIL INDUSTRIA LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 14.707.364/0001-10, com sede na Rodovia Fernão Dias, BR 381, KM 854, S/N no Distrito Industrial do Município de Pouso Alegre – MG, CEP 3750-000, representada neste ato, pelo seu Procurador, Senhor Cláudio José Stramare, portador da Cédula de Identidade nº 14.096.889 SSP/MT e inscrito no CPF sob nº 588.985.650-20 após análise de pedido de reconsideração, na seguinte forma:

Substitui-se a penalidade de Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o Município de Concórdia, pelo prazo de 1 (um) ano, conforme Cláusula Décima, item 10.1.1.3 pela penalidade de:

- Pagamento De Multa de 2,5% (dois inteiros e cinco centésimos por cento), calculada sobre o valor do Contrato, resultando no montante de R\$ 25.750,00 (vinte e cinco mil, setecentos e cinquenta reais) conforme previsto no item 10.1.2.1 em caráter moratório.

Concórdia, SC, 24 de agosto de 2017.

ANGELO BENINI FANTIN
Gestor de Contratos

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE CONCORRÊNCIA Nº 2/2017 PMC – PERMISSÃO DE USO MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 2/2017 – PMC
Permissão de Uso

Objeto: Seleção de empresa para a outorga de permissão de uso de 02 (duas) salas localizadas no Terminal Rodoviário Municipal Prefeito Neudy Primo Massolini.

Tipo: Maior Oferta Mensal.

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 27/09/2017.

Abertura: dia 27/09/2017, às 14h00min

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 24 de agosto de 2017.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2017 PMC - AQUISIÇÃO DE BENS - REPUBLICADO

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 23/2017 – PMC

Aquisição de Bens
(REPUBLICADO)

Objeto: Aquisição de Gêneros Alimentícios para o preparo da merenda nas Escolas Básicas Municipais – EBMs e Centros Municipais de Educação Infantil – CMEIs, da Rede Pública Municipal de Ensino, em conformidade com o Programa Nacional de Alimentação Escolar PNAE/PNAC, conforme descrições constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Forma de Pregão: Eletrônico.

Tipo: Menor Preço Por Lote

Recebimento das propostas: até às 08h15min do dia 06/09/2017.

Início da Sessão: dia 06/09/2017, às 08h30min, no endereço eletrônico www.portaldecompraspublicas.com.br, horário de Brasília – DF.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br. Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras do Município de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo fone (0**49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 24 de agosto de 2017.

MARCIA MARLI VANZO CALDEROLLI
Secretária Municipal de Educação

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017 PMC – AQUISIÇÃO DE BENS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 46/2017 – PMC
AQUISIÇÃO DE BENS

Objeto: Aquisição e instalação de sistema eletrônico de segurança com câmeras de monitoramento, a serem instalados nas dependências do Aeroporto Municipal, Aterro Sanitário e Terminal Rodoviário Municipal, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Tipo: Menor Preço por Lote

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 11/09/2017.

Abertura: dia 11/09/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2164.

Concórdia, SC, 24 de agosto de 2017.

WAGNER ISIDORO SIMIONI

Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017 – PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA – SC

AVISO DE LICITAÇÃO MODALIDADE
PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017 – PMC
CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

Objeto: Contratação empresa especializada para prestação de serviço de Assessoria, Consultoria e Auditoria Fiscal, com objetivo de realizar levantamento de dados nos planos de contas descritivos, balancetes analíticos mensais e contas tributáveis pelo ISS em 04 (quatro) agências bancárias no Município de Concórdia, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Tipo: Menor Preço por Item

Recebimento das propostas: até as 10h00min do dia 06/09/2017.

Abertura: dia 06/09/2017 às 14h00min.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada na Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 08h00min às 11h30min e das 13h30min às 17h00min, ou pelo telefone (49) 3441-2205.

Concórdia, SC, 22 de agosto de 2017.

JACIR HERMÍNIO MAZOCCO

Secretário Municipal de Finanças

CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS 1 E 3 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 – PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017 – PMC

CONVOCAÇÃO PARA NOVA SESSÃO DE CLASSIFICAÇÃO DOS ITENS 1 E 3

Objeto: Aquisição de uma Escavadeira Hidráulica, um Rolo Compressor e uma Motoniveladora, todos novos, para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Transportes e Secretaria Municipal de Urbanismo e Obras, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" deste edital.

Em cumprimento ao disposto no §1º, artigo 109, da Lei Federal nº 8.666/1993, e posteriores alterações, o Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Concórdia que fora rescindido o Contrato 39/2017 firmado com a empresa XCMG Brasil Industria Ltda, tendo em vista a mesma não cumprir com as obrigações contratuais. Desta forma, convoca-se as segundas colocadas dos itens 1 e 3 para nova sessão de negociação, a ocorrer no dia 29 de agosto de 2017, às 08h30min, na sala de licitações.

Concórdia, SC, 24 de agosto de 2017.

ANGELO BENINI FANTIN

Pregoeiro

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017 MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 001/2017

CHAMADA DE CONCURSO PÚBLICO Nº 1/2015.

A Secretária Municipal de Administração deste Município, Sra. NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA, de acordo com as atribuições que lhe são conferidas, pelo Decreto nº 82/2017, CONVOCA, obedecida rigorosamente a ordem final de classificação, o candidato aprovado no Concurso Público para o provimento de vaga no nível inicial de cargo efetivo do Quadro de Pessoal do Município de Concórdia abaixo relacionada:

Nº CPF	Nome	Cargo
073.179.969-04	Francieli Regina Bortoli	Odontólogo Comunitário
053.976.569-41	Raquel da Silva Dias	Agente de serviços gerais

As candidatas acima relacionadas deverão, no prazo de 08 (oito) dias a contar da publicação deste, dirigir-se à Diretoria de Recursos Humanos do Município de Concórdia, localizada no Centro Administrativo Municipal, Rua Leonel Mosele, 62, Centro, Concórdia/SC, munidas dos documentos pessoais ou já informados. O não comparecimento na data prevista neste Edital implicará a perda do direito à nomeação ao cargo para o qual o candidato foi aprovado.

Concórdia, 24 de agosto de 2017.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Secretária Municipal de Administração

EXTRATO 1º TA CONTRATO Nº 219/2016 - PMC

Contrato Nº : 219/2016

Aditivo Nº : 1TA Ctr 219/2016/2017

Tipo Aditivo : Prorrogação

Contratante : MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

Contratada : CONCÓRDIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA LTDA ME

Licitação : Tomada de Preços para Contratação de Serviços 3/2016

Objeto : Contratação de empresa para prestação de serviços, em horas técnicas com profissional de engenharia mecânica, neste Município, com recursos oriundos do Salário Educação, de acordo com o Memorial Descritivo constante no Anexo "A" do Edital.

Vigência : Início: 14/08/2017 Término: 14/08/2018

Assinatura : 14/08/2017

Valor R\$: 16.759,00 (Dezesseis Mil e Setecentos e Cinquenta e Nove Reais)

Dotação : 46 - 06.002.2013.333903905000000.01010000

Dotação : 47 - 06.002.2013.333903905000000.01190000

Dotação : 173 - 11.001.2040.333903905000000.01000001

Dotação : 404 - 08.001.2029.333903905000000.03000001

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2017 - PMC CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

PREFEITURA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA - SC

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 25/2017

A Presidente do Serviço Municipal de Assistência à Saúde, torna público que ratificou o ato da Senhora Tania Maria Turcatel, escriturária servidora efetiva, que declarou inexigível a licitação, nos termos do artigo 25, caput, da Lei Federal nº 8.666/93 e posteriores alterações, homologada em 23 de agosto de 2017, para o credenciamento de empresas para prestação de serviços de saúde aos segurados e dependentes de acordo com a Lei complementar nº 163 de 26.07.1999, a favor das seguintes empresas: CLINIFISIO CLÍNICA DE FISIOTERAPIA LTDA ME, no valor total estimado de R\$ 8.000,00 (oito mil reais); FISIOTERAPIA SANTA CLARA LTDA, no valor total estimado de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

NEIVA JUSTINA BELUSSO PIOLA

Presidente do Serviço Municipal de Assistência à Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

RESOLUÇÃO 451/2017

--	--

RESOLUÇÃO Nº 451, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Concede licença a Vereadora Margarete Poletto Dalla Costa.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE CONCÓRDIA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e consoante deliberação do Plenário, promulga a seguinte Resolução.

Art. 1º Fica concedida licença de 30 (trinta) dias a Vereadora Margarete Poletto Dalla Costa, para tratar de assuntos de interesse particular, a partir do dia 1º de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Concórdia, 24 de agosto de 2017.

Artêmio Ortigara

Presidente

Cordilheira Alta

PREFEITURA

DECRETO Nº 620/2017

DECRETO Nº 620/2017, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

“DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.223/2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional suplementar no orçamento de 2017 no valor de até R\$ 536.000,00 (quinhentos e trinta e seis mil reais), os quais serão utilizados para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.020 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Adm., Fazenda e Planejamento.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 14
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 89.000,00

Projeto/Atividade: 12.365.2506.1.008 – Manutenção, Construção e Ampliação de Unidades Escolares.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 55
Fonte de Recursos: 10.01 – Ordinários – R\$ 282.000,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.2.005 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria de Cultura, e Esportes.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 69
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade: 12.365.2506.1.008 – Manutenção, Construção e Ampliação de Unidades Escolares.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 56
Fonte de Recursos: 10.58 – Vinculados – R\$ 157.000,00

Art. 2º Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias.

Projeto/Atividade: 04.122.2502.2.002 – Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito.
Modalidade de Aplicação: 339300 – 02
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 100.000,00

Projeto/Atividade: 04.122.2503.2.043 – Parcerias com Entidades Municipalistas.
Modalidade de Aplicação: 339300 – 21
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 14.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.001 – Aquisição de Equipamento e Material Permanente.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 23
Fonte de Recursos: 10.01 – Ordinários – R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 12.365.2508.1.008 – Construção e Equipamentos da Creche Educação Infantil.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 53
Fonte de Recursos: 10.01 – Ordinários – R\$ 10.000,00

Projeto/Atividade: 12.367.2506.2.071 – Apoio a Educação Especial.

Modalidade de Aplicação: 335000 – 59
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 112.366.2506.2.072 – Apoio Jovens e Adultos.
Modalidade de Aplicação: 335000 – 57
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade: 27.812.2508.1.021 – Aquisição de Material Esportivo.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 67
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade: 13.392.2507.2.065 - Feira, Eventos e Atrações Culturais, Recreativos, Calendário Anual.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 66
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 25.000,00

Projeto/Atividade: 20.606.2509.2.073 – Programa Troca Troca Sementes.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 73
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 15.452.2511.2.011 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Infraestrutura.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 106
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.006– Manutenção do Fundo de Assistência Social.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 116
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 16.481.2514.1.004 – Reforma e Melhoria de Unidades Habitacionais Rurais.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 132
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 3.500,00

Projeto/Atividade: 16.481.2514.1.004 – Reforma e Melhoria de Unidades Habitacionais Rurais.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 133
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 3.500,00

Projeto/Atividade: 16.481.2514.1.005 – Apoio e Execução de Projetos Habitacionais Urbanos.
Modalidade de Aplicação: 339000 – 135
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 2.000,00

Projeto/Atividade: 16.481.2514.1.005 – Apoio e Execução de Projetos Habitacionais Urbanos.
Modalidade de Aplicação: 449000 – 136
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 2.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 – Pagamento dos Encargos Gerais do Município.
Modalidade de Aplicação: 329000 – 139
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 20.000,00

Projeto/Atividade: 28.841.0000.0.001 – Pagamento dos Encargos Gerais do Município.
Modalidade de Aplicação: 469000 – 140
Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 8.000,00

Projeto/Atividade: 28.843.0000.0.004 – Precatórios e Ações de Pequeno Valor.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 142

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 50.000,00

Projeto/Atividade: 12.365.2506.1.008 – Manutenção, Construção e Ampliação de Unidades Escolares.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 24

Fonte de Recursos: 10.58 – Vinculados – R\$ 45.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.002 – Aquisição de Materiais Escolares. Didáticos, Pedagógicos e Livros.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 26

Fonte de Recursos: 10.58 – Vinculados – R\$ 21.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.013 – Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 29

Fonte de Recursos: 10.58 – Vinculados – R\$ 19.500,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.013 – Manutenção da Educação Básica.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 33

Fonte de Recursos: 10.58 – Vinculados – R\$ 40.000,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.025 – Cursos, Treinamentos e Capacitações para Professores, Serventes.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 45

Fonte de Recursos: 10.58 – Vinculados – R\$ 27.500,00

Projeto/Atividade: 12.361.2506.1.026 – Manutenção dos Projetos Pedagógicos.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 47

Fonte de Recursos: 10.58 – Vinculados – R\$ 4.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 23 de agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 621/2017

DECRETO Nº 621/2017

“EXONERA SERVIDOR, DECLARA VACÂNCIA DE CARGO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, em virtude da concessão do Benefício Previdenciário de Aposentadoria, a partir de 23/08/2017, do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, o Sr. LAUDIR ANTONIO PEDROSO, Matrícula nº 630301, com carga horária de 40h (quarenta horas) semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Em virtude da exoneração de que trata este Decreto, fica

declarado vago o cargo acima especificado, na forma prevista no artigo 32, inciso IV, da Lei Complementar Municipal nº 018/2001, de 04 de julho de 2001 - Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Cordilheira Alta.

Art. 3º As despesas decorrentes da aplicação do presente Decreto estão consignadas no Orçamento Municipal.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta/SC, 23 de Agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 622/2017

DECRETO Nº 622/2017

“NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR COMISSÃO TÉCNICA INTERPROFISSIONAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 70 da Lei Orgânica Municipal e demais legislações aplicáveis,

DECRETA:

Art. 1º Em atenção a Lei n. 910, de 16 de junho de 2010, que dispõe sobre o Programa de Acolhimento Domiciliar para crianças e adolescentes, idosos e pessoas com deficiência ou em situação de risco social, nos termos dos artigos 5º e 6º, ficam nomeados os membros da Comissão Técnica Interprofissional, conforme segue:

I - Psicólogo do quadro efetivo de servidores do Município de Cordilheira Alta: Elizete Renosto Seraglio, Matrícula nº 1354501;

II - Assistente Social do quadro efetivo de servidores do Município de Cordilheira Alta: Márcia Dalagasperina Boff, Matrícula nº 538601;

III - Enfermeiro do quadro efetivo de servidores do Município de Cordilheira Alta: Zenilda Malacarne Stakonski, Matrícula nº 1335801;

Parágrafo Único. Caberá ao Psicólogo do quadro efetivo de servidores do Município de Cordilheira Alta a coordenação das atividades desenvolvidas pela Comissão Técnica Interprofissional.

Art. 2º Os trabalhos da comissão serão considerados relevantes ao Município, não se atribuindo qualquer tipo de remuneração aos seus membros.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 314/2016.

Cordilheira Alta/SC, 23 de Agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

MAURO ARLINDO MORESCO

Secretário Municipal de Administração, Fazenda e Planejamento.

DECRETO Nº 623/2017

DECRETO Nº623/2017

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA, ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial contidas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Chamada Pública 03/2017, com resultado final homologado em 17 de agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica Contratada a partir de 24/08/2017, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, a Sra. ADRIANA APARECIDA ROMAN MARIANI na função de Professor (a), com carga horária de 20 horas semanais.

Art. 2º A Servidora se sujeitara ao disposto na Lei Municipal nº 468/2001, e subsidiariamente a Lei Complementar nº 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e Lei Complementar nº 92/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de Agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 624/2017

DECRETO Nº624/2017

"DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO DE PROFESSOR, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

CARLOS ALBERTO TOZZO, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, em especial contidas na Lei Orgânica Municipal, considerando o Edital de Chamada Pública 03/2017, com resultado final homologado em 17 de agosto de 2017.

DECRETA:

Art. 1º Fica Contratado, a partir de 24/08/2017, em caráter temporário por excepcional interesse público, para atendimento da Secretaria Municipal de Educação, o Sr. CARLOS EDUARDO VAZ na função de Professor (a), com carga horária de 10 horas semanais.

Art. 2º O Servidor se sujeitara ao disposto na Lei Municipal nº 468/2001, e subsidiariamente a Lei Complementar nº 18/2001 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Cordilheira Alta) e Lei Complementar nº 92/2013 (Plano de Carreira, Cargos e Vencimentos do Magistério de Cordilheira Alta).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 24 de Agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

DECRETO Nº 625/2017

DECRETO Nº 625 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

"DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

Carlos Alberto Tozzo, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em especial ao dispositivo no art. 70 – IV da Lei Orgânica Municipal, art. 42 da Lei 4.320/64 e Lei municipal nº 1.207/2016.

DECRETA:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), o qual será utilizado para suplementar as seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 339000 – 77

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 11.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.040 – Manutenção do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 319000 – 127

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 7.000,00

Art. 2º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 1º, será anulada parte das seguintes dotações orçamentárias:

Projeto/Atividade: 20.606.2510.2.009 – Manutenção das Ações e Projetos da Secretaria da Agricultura, Indústria e Comércio.

Modalidade de Aplicação: 449000 – 78

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 11.000,00

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.040 – Manutenção do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 449000 – 129

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 7.000,00

Art. 3º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a efetuar a abertura de Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 3.000,00 (três mil reais), o qual será utilizado para suplementar a seguinte dotação orçamentária:

Projeto/Atividade: 08.244.2504.2.040 – Manutenção do Conselho Tutelar

Modalidade de Aplicação: 319000 – 127

Fonte de Recursos: 10.00 – Ordinários – R\$ 3.000,00

Art. 4º. Para abertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o art. 3º, será utilizado superávit financeiro do exercício de 2016.

Art. 5º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º. Revogam-se as disposições em contrário.

Cordilheira Alta SC, 24 de agosto de 2017.

CARLOS ALBERTO TOZZO

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra.

EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO PROC. 98/2017**EXTRATO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO**

O Município de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, torna público o resultado da licitação coforme a baixo especifica:

MODALIDADE: Pregão Presencial para Registro de Preços nº39/2017

JULGAMENTO: Menor preço por item

PROCESSO: 98/2017

SOLICITANTES: GABINETE DO PREFEITO, SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO, SECRETARIA DE AGRICULTURA, SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO MUNICÍPIO.

VALOR TOTAL DO PROCESSO: R\$35.810,60(Trinta e Cinco mil oitocentos e dez reais com sessenta centavos).

ADJUDICAÇÃO: Decaído o direito de recorrer e considerada aceitável a melhor proposta, a Comissão de Licitações declara vencedora a empresa: HENRIQUE MARCONI ME, no valor total de R\$35.810,60; adjudicado em favor das empresas mencionadas, o objeto da licitação em epígrafe. Após publicado este resultado no órgão oficial de publicação do Município, os autos serão encaminhados para o Ordenador de Despesas para análise e homologação se assim o decidir;

Cordilheira Alta, SC, em 24 de Agosto de 2017.

Adriana De Cezaro Moresco
Pregoeiro

Correia Pinto

PREFEITURA

EDITAL 01/2017 FIA - RETIFICADO - RESOLUÇÃO 03 RESOLUÇÃO 03/2017- CMDCA

Regulamenta alterações na forma de ADITIVO ao Edital nº 01/2017 do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Correia Pinto / SC, que seleciona projetos de Organizações Governamentais e Não-Governamentais a serem financiados com recursos do FIA.

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA de Correia Pinto, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei nº 1.632 de 26 de novembro de 2010, e à deliberação realizada em reunião extraordinária, no dia 21 de agosto de 2017, e:

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº Lei nº 1.632 de 26 de novembro de 2010, que dispõe sobre o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente e Fundo Municipal para a Infância – FIA, e dá outras providências;

CONSIDERANDO que a Lei 13.019 de 31 de julho de 2014 conhecida como Lei do Marco Regulatório aplica-se também as parcerias a serem firmadas pelo FIA com organizações não-governamentais;

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes e adequação do Edital à legislação do Marco Regulatório e Resoluções do CONANDA afim de deixar claro às organizações as regras que estarão submetidas caso venham firmar termo de parceria.

CONSIDERANDO que em assembleia geral do CMDCA realizada no dia 21/08/2017, convocada para avaliar a percepção das organizações e o entendimento destas relacionado com o Edital 01/2017 foi de que havia necessidade de ajustes no Edital;

CONSIDERANDO que houve pouca divulgação do Edital 01/2017, dificultando o acesso das organizações e o seu entendimento e atendimento as exigências do mesmo, havendo assim necessidade de prorrogação do mesmo, de modo que alcance seus objetivos;

CONSIDERANDO que a Assembleia decidiu pela publicação de ADITIVO ao Edital com a finalidade de reformá-lo, nos termos que foram aprovados por unanimidade.

RESOLVE:

Art. 1º. Publicar e formalizar através desta resolução termo aditivo ao Edital 01/2017, que passará a vigorar na íntegra com a redação do documento anexo (íntegra do texto do edital bem como seus anexos).

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data da publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Correia Pinto, 21 de agosto de 2017.

Eder Mesquita Rita de Cássia Alves Júlio
Coordenador do CMDCA Gestora FIA
Secretária M. de Assistência Social e Habitação

EDITAL Nº 001/2017

O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Correia Pinto - SC, com base na Lei Municipal nº 1.632, de novembro de 2010 e no Decreto Municipal nº 0049 de 25 de outubro de 1993, com sede na Avenida Vitória Régia nº 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto / SC, no uso de suas atribuições, considerando a Lei Federal n. 8069/90, bem como as diretrizes e propostas priorizadas na Conferência Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente realizada em maio/2015, torna público o EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO com a abertura do processo de seleção de projetos voltados à área da infância e adolescência para organizações governamentais e não-governamentais registradas no CMDCA do Município de Correia Pinto - SC.

1. INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. O presente edital dispõe sobre a análise de projetos a serem financiados na forma de captação de recursos para o Fundo da Infância e Adolescência – FIA do município de Correia Pinto, devendo cada entidade proponente apresentar plano de trabalho, expondo detalhadamente o seu projeto.

1.1. O presente edital dispõe sobre a análise de projetos a serem financiados na forma de captação de recursos do Fundo da Infância e Adolescência – FIA do município de Correia Pinto, por organizações governamentais e não-governamentais (entidades privadas sem fins lucrativos), devendo a organização proponente apresentar plano de trabalho e demais documentos aqui exigidos, expondo detalhadamente o seu projeto.

1.2. Faz parte deste edital:

- 1.2.1. Anexo I – Ficha Cadastral;
- 1.2.2. Anexo II - Documentos exigidos;
- 1.2.3. Anexo III – Declarações;
- 1.2.4. Anexo IV – Termo de Referência (para entidades governamentais);
- 1.2.5. Anexo V – Formato/Roteiro do projeto;
- 1.2.6. Anexo VI – Plano de Trabalho;
- 1.2.7. Anexo VII – Quadro Síntese das deliberações da Conferência Municipal.

2. OBJETO

2.1. O presente instrumento visa regulamentar e tornar público o procedimento de inscrição e seleção de projetos por entidades governamentais e não governamentais voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, que serão considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), conforme o disposto nas deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Correia Pinto, Resolução n. 01 do CMDCA emitida em 8.8.2012.

1.1. O presente instrumento visa regulamentar e tornar público o procedimento de inscrição e seleção de projetos por entidades governamentais e não-governamentais voltadas à promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência, que serão considerados aptos a receber financiamento com os recursos do Fundo da Infância e Adolescência (FIA), conforme o disposto nas deliberações do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Correia Pinto.

2. DO OBJETIVO

3.1. Disponibilizar recursos para o desenvolvimento de ações que estejam voltadas para a criação e implementação dos serviços e estruturas, previstas na Lei Federal nº 8.069/90 - Estatuto da Criança e do Adolescente, visando o cumprimento da Política de Proteção Integral da Criança e do Adolescente.

3.2. Os projetos selecionados serão de cunho social, novos, com o objetivo de incentivar, apoiar, promover, atender, valorizar e dar visibilidade a práticas das entidades governamentais e não-governamentais registradas no CMDCA e que contribuam para a promoção, garantia, defesa, atendimento de crianças e adolescentes.

3. DO PÚBLICO ALVO

4.1. Crianças e adolescentes, e se necessário suas respectivas famílias, que estejam em situação de vulnerabilidade, risco social e pessoal, violência, abandono, deficiência física e/ou mental, atraso no desenvolvimento, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de Medidas Socioeducativas e adolescentes gestantes.

4. DO RECURSO FINANCEIRO

5.1. Os projetos serão financiados de acordo com a disponibilidade de recursos na conta do FIA, baseado na Lei de Diretrizes Orçamentárias do CMDCA 2017/2018; sendo que a dotação Orçamentária disponível no FIA para os projetos de 2017 é de R\$ 170.000,00 (Cento e setenta mil reais).

5.2. Cada entidade poderá apresentar mais de um projeto e em diferentes linhas de atuação da política pública aqui definida, porém a prioridade é contemplar um projeto por entidade, ficando os demais projetos, se necessário, em banco de projetos para financiamento futuro.

5.3. O apoio financeiro será formalizado entre a Prefeitura e as entidades proponentes selecionadas, sendo os recursos financeiros repassados do FIA diretamente para a conta bancária específica indicada pela organização

5.3. O apoio financeiro será formalizado entre o Município de Correia Pinto através do FIA e as organizações proponentes selecionadas, sendo os recursos financeiros transferidos do FIA diretamente para conta bancária específica indicada pela organização, que por sua vez, somente procederá pagamentos relacionados ao objeto da parceria mediante transferência bancária eletrônica, não sendo admitidos pagamentos em espécie ou cheques.

5.4. O financiamento não cobrirá despesas com:

5.4.1. Cerimonial (Exemplos: coffee-break, coquetéis, ornamentação, mestre de cerimônia, etc.);

5.4.2. Custos administrativos de manutenção e funcionamento da instituição proponente (Exemplos: luz, água, telefone, aluguel de imóvel, etc.);

5.4.3. Realização de despesas a título de taxa de administração, gerência ou similar;

5.4.4. Gratificação, consultoria, assistência técnica, coordenação ou qualquer espécie de remuneração a servidores públicos estaduais e/ou municipais integrantes da administração direta ou indireta;

5.4.5. Pagamento de taxas bancárias, multas, juros ou correção monetária, inclusive aquelas decorrentes de pagamento ou recolhimento fora do prazo.

5.5. Não serão financiados projetos de políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo próprio e ainda, pagamento de funcionários e equipamentos para o setor administrativo da entidade bem como aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e adolescência, de acordo com o Art. 16, parágrafo único, da Resolução 137/2010 do CONANDA.

5.6. O financiamento só poderá cobrir despesas que estiverem especificadas no plano de trabalho, e que atendam ao objetivo proposto no projeto, devidamente justificadas

5.6. O financiamento só poderá cobrir despesas que estiverem especificadas no plano de trabalho, e que atendam ao objetivo proposto no projeto, devidamente justificadas, poderá ainda cobrir as despesas previstas no artigo 46 da Lei 13.019/2014 com exceção do inciso IV, vedado pela resolução 137 do CONANDA.

5.7. Não serão financiados projetos com prazo de execução superior a 12 (doze) meses.

5. DOS EIXOS

6.1. O presente processo de seleção pública será regido, no que couber, pelos princípios: legalidade, moralidade, impessoalidade, publicidade, eficiência, razoabilidade, proporcionalidade, ampla defesa, contraditório, segurança jurídica, motivação e supremacia do interesse público, posto que será observado o procedimento formal, a publicidade dos atos, a isonomia entre os proponentes participantes, o sigilo na apresentação das propostas, a vinculação ao edital, e um julgamento objetivo.

6.2. Os projetos a serem apresentados para este Edital, devem estar pautados nos Direitos Fundamentais da Política de Proteção Integral da Criança e do Adolescente, conforme a Lei Federal n. 8.069, devendo contemplar, cumulativamente ou não, aspectos que envolvam necessariamente ações relacionadas a uma das políticas públicas, dispostas no Anexo VII.

6.3. Todos os projetos devem estar direcionados para o Município de Correia Pinto.

6. DO TERMO DE COMPROMISSO

7.1. A entidade proponente, aceita as condições estabelecidas por este Edital e responsabiliza-se por todas as informações contidas na sua proposta e no seu cadastramento, comprometendo-se a comprovar a veracidade destas quando for solicitada.

7.2. A entidade deverá utilizar placa fornecida pelo Conselho Municipal indicando que o referido projeto foi contemplado com recursos do FIA.

7.2 A organização que receber recursos através deste edital, deverá providenciar a colocação de PLACA na sede da entidade e no local onde acontecerá o projeto além de divulgar na internet (Art. 11 da Lei 13.019/94) a formalização da parceria, indicando o nome da organização executora; CNPJ da organização executora; nome do projeto; descrição do objeto da parceria; número do termo de parceria; data da assinatura do termo de parceria; data do início e fim do projeto; valor repassado; valor de contrapartida; valor total do projeto; entidades envolvidas e a expressão: PROJETO FINANCIADO COM RECURSOS DO FIA (CMDCA) DE CORREIA PINTO. Quando promover a publicidade nos meios de comunicação e redes sociais do projeto sempre fazer referência das informações aqui exigidas.

7.3. A não observância destas condições implica em cancelamento automático da proposta e na exclusão do proponente de qualquer solicitação futura pelo prazo de 05 (cinco) anos, estando também sujeita às penalidades previstas em lei.

7. DA REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO DO EDITAL

8.1. A qualquer tempo o presente Edital poderá ser revogado ou anulado, por motivo de interesse público, no todo ou em parte, sem que isso implique o direito à indenização ou reclamação de qualquer natureza.

8. DOS REQUISITOS PARA INSCRIÇÃO

9.1. Poderão participar desta seleção de projetos sociais as instituições governamentais e não-governamentais, desde que estejam com sua regularidade administrativa vigente;

9.1.1. Para comprovar a sua regularidade administrativa as organizações devem apresentar os documentos abaixo relacionados:

9.1.1. Para comprovar a sua regularidade administrativa, as organizações devem apresentar NO MOMENTO DA INSCRIÇÃO DO PROJETO os documentos a seguir relacionados:

9.1.1.1. Ficha cadastral devidamente preenchida (ANEXO I);

9.1.1.2. Cópia da ata do mandato da diretoria em exercício;

9.1.1.2. Cópia da ata eleição e posse da diretoria em exercício;

9.1.1.2.1. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles;

9.1.1.3. Cópia de exemplar dos estatutos

9.1.1.3. Cópia de exemplar dos estatutos e as eventuais alterações registradas em cartório;

9.1.1.4. Declaração de funcionamento regular da instituição atestado pelo Município;

9.1.1.4. Declaração de funcionamento regular da instituição atestado por Autoridade Municipal;

9.1.1.5. Cópia do CNPJ atualizado

9.1.1.5. Cópia do CNPJ atualizado comprovando pelo menos 1 (um) ano de constituição para organizações não-governamentais;

9.1.1.6. Cópia do CPF e da Carteira de Identidade do Presidente da entidade ou cargo equivalente;

9.1.1.7. Cópia da lei municipal que dispõe sobre a declaração de utilidade pública, quando for o caso;

9.1.1.8. Certidão Negativa de Débito Municipal, Estadual e Federal;

9.1.1.9. Se já houver projeto aprovado deve estar com a prestação de contas aprovada.

9.1.1.10. Anexo IV – Termo de referência se for o caso,

9.1.1.11. Anexo V – Roteiro do Projeto

9.1.1.12. Outros documentos exigidos no item 10 deste edital.

9.2. Todos os documentos devem ser apresentados em 1 (uma) via atualizada.

9.3. No caso das organizações não-governamentais, em seus atos constitutivos deverá estar previsto que em caso de dissolução, o patrimônio Líquido seja transferido à outra Pessoa Jurídica de igual natureza, preferencialmente com o mesmo objeto social e que preencha os requisitos da Lei 13.019/2014.

9.4. É vedado a participação de organizações que se enquadrem nas vedações previstas no Artigo 39 da Lei 13.019/2014, que também determina sem prejuízo das demais previsões: “que tenha como dirigente membro de Poder ou do Ministério Público, ou dirigente de órgão ou entidade da administração pública da mesma esfera governamental na qual será celebrado o termo de colaboração ou de fomento, estendendo-se a vedação aos respectivos cônjuges ou companheiros, bem como parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o segundo grau;”

9. DA INSCRIÇÃO

10.1. As entidades interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício seus projetos na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Avenida Vitória Régia, nº 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, no período de 27/07/2017 à 28/08/2017, devendo atender:

10.1. As entidades interessadas em participar do processo de seleção deverão protocolar por ofício seus projetos na sede do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente (CMDCA), sito à Avenida Vitória Régia, nº 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, no período de 27/07/2017 à 30/09/2017, devendo atender:

10.1.1. Enviar o Projeto no formato estabelecido no Anexo V em uma (01) via impressa, estando todas as suas páginas numeradas, rubricadas e a última assinada, e também em meio digital através do e-mail fmas@correiapinto.sc.gov.br;

10.1.2. Apresentar 03 (três) orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, nome, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física;

10.1.2. Apresentar 03 (três) orçamentos para cada objeto/profissionais a ser adquirido/contratados, com CNPJ/CPF, nome, papel timbrado e/ou carimbo da empresa/pessoa física, ou, na impossibilidade de apresentação de tais documentos justificativa que será analisada pela comissão especial avaliadora do projeto, que se necessário for, buscará assessoria jurídica para emissão de parecer sobre o acatamento da justificativa.

10.1.3. As entidades governamentais deverão ainda apresentar Termo de Referência estabelecido no Anexo IV e prever custos de publicação da licitação, caso contrário será arcado pela secretaria/fundação proponente.

10.2. Não serão aceitos documentos e projetos: enviados por fax ou correio postal, protocolados somente por correio eletrônico, projetos com itens e/ou componentes incompletos, e projetos elaborados em formulários diferentes daqueles divulgados para esta seleção.

10.3. No ato da inscrição, não será necessário anexar os documentos discriminados no Anexo II – “Documentos exigidos”.

10.3. No ato da inscrição, não será necessário anexar os documentos discriminados no Anexo II – “Documentos exigidos”, apenas os documentos descritos no item 9 além dos exigidos e relacionados no item 10,

10.4. Não haverá cobrança de taxa de inscrição.

10.5. Em caso de necessidade de diligências, quando as inscrições suscitarem dúvidas ou contiverem informações incompletas, os interessados terão prazo de 48 (quarenta e oito) horas para o envio das respostas necessárias ao esclarecimento de dúvidas ou complementação de informações, sob pena de desclassificação automática.

10.6. Com a inscrição do projeto, a entidade autoriza desde já, sem quaisquer ônus, a utilização do nome, imagem e voz dos dirigentes e demais profissionais envolvidos com a prática, bem como o projeto no todo ou em parte, seja para fins de pesquisa ou divulgação em qualquer meio de comunicação, por prazo indeterminado.

10.7. CABERÁ AO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE fornecer a declaração de responsabilidade pelo recebimento da documentação e da prestação de contas dos recursos financeiros do responsável pelo projeto.

10. DOS CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E AVALIAÇÃO

11.1. Os projetos serão avaliados pelo CMDCA, através da Comissão de Avaliação e Planejamento de Projetos, composta de 03 (três) conselheiros governamentais e 03 (três) conselheiros não governamentais.

11.1.1. É vedada a participação na Comissão de Avaliação e Planejamento de Projetos, pessoa que nos últimos 5 (cinco) anos manteve relação jurídica com ao menos uma das entidades participantes do chamamento na forma do artigo 27 da Lei 13.019/2014.

11.2. A Comissão Especial do CMDCA analisará o atendimento dos critérios de elegibilidade das proponentes e o enquadramento dos projetos nas normas deste Edital, nas seguintes etapas:

11.2.1. Abertura das propostas e análise dos projetos entre os dias 29/08/2017 à 11/09/2017, de modo a verificar os requisitos deste edital;

11.2.1. Abertura das propostas e análise dos projetos entre os dias 01/10/2017 à 10/10/2017, de modo a verificar os requisitos deste edital;

11.2.2. Visitas de campo, caso necessário, que ratificarão as informações prestadas e coletarão dados adicionais, se for o caso;

11.2.3. Os projetos habilitados passarão por deliberação em reunião plenária do CMDCA, até o dia 15/09/2017, de forma a garantir a adequação dos projetos inscritos aos objetivos deste Edital.

11.2.3. Os projetos habilitados, com parecer da comissão especial, seja pela aprovação ou rejeição, passarão por deliberação em reunião plenária do CMDCA, no dia 11.10.2017 que deliberará pelo acatamento ou não do parecer da comissão especial, aprovando ou não o projeto apresentado;

11.3. Em havendo projeto de alguma entidade cujo membro do CMDCA faça parte, ficará o mesmo impedido de votar sobre o seu projeto.

11.4. Os projetos aprovados pelo CMDCA serão encaminhados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação que procederá a publicação do resultado até o dia 19/09/2017 e providenciará a tramitação burocrática do termo de convenio/subvenção.

11.4. Os projetos aprovados pelo CMDCA serão encaminhados a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação que procederá a publicação do resultado até o dia 14/10/2017 e providenciará a tramitação burocrática do termo de parceria.

11.5. Constituem critérios de avaliação:

11.5.1. Cumprimento dos objetivos: adequação ao tema; qualidade técnica do Projeto, metodologia aplicada – clareza, pertinência e exequibilidade dos objetivos, atividades e resultados esperados – 30 pontos;

11.5.2. Impacto social da iniciativa: benefícios gerados com a implantação do projeto, a contribuição para o fortalecimento da Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e benefícios sociais gerados para o público diretamente ou indiretamente envolvido, e a participação da comunidade – 45 pontos;

11.5.3. Caráter econômico: benefícios econômicos gerados para a comunidade – 10 pontos;

11.5.4. Inovação Criatividade: práticas inovadoras que promovam a garantia de direitos – 15 pontos;

11.6. A pontuação total será de 0 a 100 (zero a cem) e serão escolhidos os projetos com maior pontuação.

11.7. O critério de desempate serão os elencados no item acima na ordem em que se encontram. Em persistindo o empate, será vencedora a instituição mais antiga.

11.8. Fica assegurado, no prazo de até 48 horas após a publicação do resultado da seleção, através de requerimento firmado pelo representante legal da organização, apresentar RECURSO ADMINISTRATIVO, contendo as razões de fato e de direito que motivam sua pretensão.

11.8.1. O recurso será endereçado ao CMDCA, protocolado junto a sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação;

11.8.2. Tão logo seja recebido o recurso, o Coordenador do CMDCA convocará comissão para avaliar o pedido, formado por 3 (três) conselheiros que não tiveram participação na avaliação do projeto recorrido, que após análise e ouvir quem julgar necessário, decidirá pelo acatamento ou não do recurso, publicando decisão devidamente fundamentada com o resultado.

11.8.3. Caso o resultado do recurso interfira na classificação geral dos projetos apresentados, a comissão convocada no item 11.8.2 elaborará e publicará novo resultado de classificação que deverá ser publicado, reabrindo o prazo de até 48 horas para apresentação de recursos de outras organizações que se sentirem prejudicadas pela alteração do resultado de classificação.

11.8.4. Não sendo apresentados recursos administrativos, o primeiro resultado publicado será considerado o definitivo.

11. DO ROTEIRO OBRIGATÓRIO DO PROJETO

12.1. O projeto deve ser apresentado no modelo fornecido no Anexo V denominado “Formato/Roteiro do Projeto”, deste Edital.

12. DO ACOMPANHAMENTO

13.1. O CMDCA, se necessário, realizará o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas organizações conveniadas, através do monitoramento e avaliação de relatórios, visitas em qualquer fase do desenvolvimento das atividades e reuniões com as organizações.

13. DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

14.1. O resultado da seleção estará disponível na página da Prefeitura www.correiapinto.sc.gov.br, e no mural da Prefeitura e da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, após aprovação em reunião plenária do CMDCA.

14.2. A entidade também será notificada por e-mail sobre a aprovação de seu projeto (salientando que será utilizado o e-mail informado no projeto).

14.3. Os projetos/instituições vencedoras receberão a importância a eles destinada de acordo com o cronograma de desembolso de cada um, ou seja, o desembolso poderá ser em parcelas.

14.3. Os projetos aprovados pelo plenário do CMDCA, receberão por meio de transferência bancária em conta corrente específica e exclusiva

ao projeto, os valores a eles destinados, levando em consideração o cronograma de desembolso apresentado pela organização no projeto, ficando garantido ao plenário do Conselho deliberar sobre alteração do cronograma de pagamento / desembolso, estabelecendo o parcelamento dos valores a serem repassados de forma diversa do solicitado, desde que não venha comprometer a exequibilidade do projeto / programa, sendo condicionado a liberação de parcelas mediante a efetiva comprovação e aprovação de contas na forma do item 16.1.

14. DOS DOCUMENTOS EXIGIDOS PARA ASSINATURA DO CONVENIO/SUBVENÇÃO

15.1. A partir da divulgação da aprovação do projeto, impreterivelmente a entidade terá até 15 (quinze) dias úteis, para protocolar a seguinte documentação por ofício, na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – Avenida Vitória Régia, n. 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h:

15.1.1. Documentação completa discriminada no Anexo II, em duas (02) vias e atualizada;

15.1.1. Documentação completa discriminada no Anexo II devidamente atualizada;

15.1.2. Plano de Trabalho estabelecido no Anexo VI, a ser entregue em uma via digital e será assinado quando solicitado pela SMASH;

15.1.3. Declarações estabelecidas no Anexo III, devidamente assinadas e em papel timbrado da instituição;

15.2. As entidades que não cumprirem a entrega da documentação completa no prazo aqui estabelecido perderão automaticamente o direito de recebimento do recurso no ano calendário deste Edital, salvo justificativa fundamentada e aprovada pelo Conselho Municipal.

15.3. Se houver necessidade nova documentação poderá ser requerida a entidade.

15.4. O termo de parceria estabelecerá regras para a execução do projeto contemplando necessariamente, sem prejuízo de outras, as cláusulas previstas no Artigo 42 da Lei 13.019/2014 que aqui é reproduzido:

"Art. 42. As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terá como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV - (revogado);

V - a contrapartida, quando for o caso, observado o disposto no § 1o do art. 35;

VI - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VII - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VIII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade ou, se for o caso, a indicação da participação de apoio técnico nos termos previstos no § 1o do art. 58 desta Lei;

IX - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

X - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

XI - (revogado);

XII - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XIII - (revogado);

XIV - quando for o caso, a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica, observado o disposto no art. 51;

XV - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas correspondente aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração ou a termos de fomento, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XVI - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias;

XVII - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XVIII - (revogado);

XIX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XX - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução.

Parágrafo único. Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

15. DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

16.1. Os projetos/entidades selecionados devem prestar contas, com toda a documentação comprobatória das alegações, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sito a Avenida Vitória Régia, n. 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, até trinta dias após a conclusão de cada etapa, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionada a aprovação da penúltima parcela.

16.1. As organizações que tiverem projetos selecionados e firmarem termo de parceria, devem prestar contas, com toda a documentação comprobatória das alegações, junto a Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, sito a Avenida Vitória Régia, n. 500, bairro Pró-Flor, Município de Correia Pinto, no horário de segunda a sexta-feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30h, até trinta dias após a conclusão de cada etapa, sendo que o repasse de nova parcela estará condicionada a aprovação da penúltima parcela. A prestação de contas final deverá contemplar todas as etapas do projeto e ser apresentada em conjunto com a da última parcela.

16.1.1. Fica garantido ao FIA a retenção de parcelas até o saneamento de impropriedades constatadas na forma dos incisos do Artigo 48 da Lei 13.019/2014. Sendo: I - quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida; II - quando

constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento; III - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

16.1.2. Caso o projeto seja desenvolvido em período que ultrapasse o exercício fiscal (31/12/2017), a organização deverá prestar contas dos valores recebidos e dos objetivos alcançados até a data, sem prejuízo da prestação de contas referentes as parcelas recebidas e futuras.

16.2. A prestação de contas será analisada em conjunto com o CMDCA.

16.2. A prestação de contas será analisada em conjunto com o CMDCA que ao receber a prestação de contas, designará comissão formada de 3 (três) membros conselheiros que no prazo de 15 (quinze) dias emitirá parecer acerca do cumprimento dos objetivos e metas apresentadas no plano de trabalho, além de outros requisitos relacionados no artigo 59 da Lei 13.019/2014.

16.3. Quando da prestação de contas, no caso de aquisição de materiais de consumo para a execução do projeto, deverá ser apresentada a nota fiscal original que relacione os bens adquiridos contendo marca, quantidade, preço unitário e preço total de cada item.

16.4. No caso de cursos e palestras deverá ser apresentada lista de presença dos participantes com numero do RG ou CPF, fotos do evento além de outros documentos comprobatórios que a entidade julgar pertinente apresentar para comprovar a realização do evento.

16.5. Ressalta-se que na conta bancária exclusiva não será admitida nenhuma movimentação financeira que não seja do projeto. E ainda a prestação de contas deve obedecer a Instrução Normativa 14/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, Lei 8.666/1993 e outras da Controladoria do Município.

16.6. A prestação de contas relativa à execução do termo de parceria dar-se-á mediante a análise dos documentos previstos no plano de trabalho, além dos seguintes relatórios que deverão ser emitidos pela organização executora: I - relatório de execução do objeto, elaborado pela organização, contendo as atividades ou projetos desenvolvidos para o cumprimento do objeto e o comparativo de metas propostas com os resultados alcançados; II - relatório de execução financeira do termo de parceria, com a descrição das despesas e receitas efetivamente realizadas e sua vinculação com a execução do objeto, na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho.

16.7 O CMDCA em conjunto com a Secretaria Municipal de Finanças e o Setor de Controle Interno do Município de Correia Pinto expedirá resolução ou termo aditivo ao presente edital que conterá orientações gerais sobre outras exigências que dizem respeito as formalidades da prestação de contas dos termos de parceria vinculados a este edital.

16.8. O CMDCA após receber o parecer da comissão indicado no item 16.2, julgará as contas apresentadas pela organização executora e, fará publicar o resultado conclusivo das contas prestadas na forma do disposto do item 7.2 que trata dos atos de publicidade.

16.9. A organização executora divulgará na internet e fixará em locais de acesso ao público tão logo receba o resultado das contas prestadas, informativo contendo os requisitos dispostos no item 7.2 e

16.9.1. A situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo.

16.9.2. Quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

16.10. As prestações de contas serão analisadas de acordo com o disposto nos artigos 63 a 72 da Lei 13.019/2014, prevalecendo as definições especiais e mais restritivas prescritas neste Edital.

16. DAS PENALIDADES

17.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do Plenário do CMDCA, das seguintes sanções, individuais e/ou cumulativas, independentemente da rescisão do Convênio, assegurando-se a defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias contados da data de ciência:

17.1. O descumprimento, total ou parcial, das obrigações assumidas acarretará a aplicação, a juízo do Plenário do CMDCA, das seguintes sanções, individuais e/ou cumulativas, independentemente da rescisão do Termo de Parceria, assegurando-se a defesa prévia, no prazo de 10 (dez) dias contados da data de ciência:

17.1.1. Advertência;

17.1.2. Suspensão do convênio;

17.1.2. Suspensão do termo de parceria firmado;

17.1.3. Suspensão temporária do direito de apresentar novos projetos junto ao CMDCA;

17.1.4. Nos casos apurados de má utilização dos recursos e/ou de desvio de finalidade, será obrigatória a devolução dos valores liberados, sem prejuízos das sanções criminais, cíveis e administrativas pertinentes;

17.1.5. Demais penalidades previstas em lei.

17.2. O CMDCA na forma do disposto no artigo 12 da Lei 13.019/2014 receberá DENÚNCIAS sobre a aplicação irregular dos recursos envolvidos na parceria através dos canais de contato disponibilizados no site do Município de Correia Pinto: <http://www.correiapinto.sc.gov.br/contatos/index/index/codMapaItem/12039>.

17.3. Salvo as disposições aqui definidas, aplicar-se-á o disposto nos artigos 73 da lei 13.019/2014, no que diz respeito a aplicação de penalidades às organizações.

17. DO CRONOGRAMA

18.1. Lançamento do Edital: 27/07/2017.

18.2. Apresentação dos projetos: até 28/08/2017.

18.3. Análise pela Comissão Especial: até o dia 11/09/2017.

18.4. Aprovação em reunião plenária do CMDCA: até 15/09/2017.

18.5. Divulgação dos resultados/projetos escolhidos: até 19/09/2017.

18.6. Entrega da documentação do convênio/subvenção: 15 (quinze) dias úteis após a publicação da aprovação pelo CMDCA.

18.1. Lançamento do Edital: 27/07/2017.

18.2. Apresentação dos projetos: até 30/09/2017.

18.3. Análise pela comissão especial: até o dia 10/10/2017.

18.4. Aprovação em reunião plenária do conselho no dia 11.10.2017.

18.5. Divulgação do resultado preliminar dos projetos escolhidos: até 14.10.2017.

18.6. Até 48 horas após a divulgação do resultado do item 18.5 é o prazo para interposição de recurso administrativo.

- 18.7. Divulgação do resultado definitivo até 5 dias úteis após divulgado o resultado de julgamento de recursos administrativos.
- 18.8. Entrega da documentação do termo de parceria: até 15 (quinze) dias úteis após a publicação da aprovação pelo CMDCA.
- 18.9. Encaminhamento de processo para emissão de parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município na forma do Artigo 35, VI da Lei 13.019/2014.
- 18.10. Formalização do termo de parceria caso sejam atendidos todos os requisitos deste edital.

18. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 19.1. Para os projetos aprovados neste edital, suas respectivas organizações terão prazo de 45 (quarenta e cinco) dias úteis para efetuarem a solicitação e assinatura dos convênios junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ficando sujeito ao não recebimento do convênio.
- 19.1. Para os projetos aprovados neste edital, suas respectivas organizações terão prazo de 45 (quarenta e cinco) dias da data prevista no item 18.8, caso não sejam convocadas, para efetuarem a solicitação e assinatura dos termos de parceria junto à Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, ficando sujeito ao não recebimento dos recursos.
- 19.2. A liberação da primeira parcela do recurso deverá acontecer até 15 (quinze) dias após a assinatura do convênio.
- 19.2. A liberação da primeira parcela do recurso deverá acontecer até 15 (quinze) dias após a assinatura do termo de parceria.
- 19.3. O descumprimento de qualquer uma das regras que regulamentam o presente edital acarretará a desclassificação da entidade.
- 19.4. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMDCA, bem como as decisões sobre seleção dos projetos serão irrecorríveis.
- 19.5. A qualquer momento durante a execução do projeto, este poderá ser fiscalizado pelos Conselheiros do CMDCA.
- 19.6. A publicidade dos atos decorrentes do presente edital se dará por meio da internet, no site www.correiapinto.sc.gov.br, e nos murais da Prefeitura Municipal de Correia Pinto e da Secretaria Municipal de Assistência Social.
- 19.7. Somente instituições cujas condições de funcionamento forem julgadas satisfatórias pelos órgãos oficiais de fiscalização terão projetos aprovados, condição prevista no artigo 17 da Lei 13.019/2017 que será verificada com a expedição do certificado de registro da organização ou serviço neste Conselho, oportunidade em que serão avaliadas tais condições.
- 19.8. O CMDCA fará publicar no prazo máximo de 180 dias após firmar os termos de parceria, a relação de parcerias celebradas e respectivos planos de trabalho na forma do disposto do item 19.6 contendo no mínimo as informações exigidas no item 7.2.
- 19.9. Caberá a organização executora, após firmar termo de parceria em prazo não superior a 15 (quinze) dias fazer publicar em seu site na internet, bem como fixar em mural de sua sede da organização e onde o projeto será executado, extrato do termo de parceria e indicando local onde o público possa consultar toda documentação referente ao projeto contendo no mínimo as informações exigidas no item 7.2.
- 19.10. A minuta do termo de parceria a ser firmado pelo FIA e a organização está a disposição para consulta das entidades interessadas na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação no horário de atendimento do órgão e no site do município de Correia Pinto / SC e no site da Prefeitura Municipal de Correia Pinto.
- 19.11. A homologação do resultado se dará mediante a publicação do resultado final do processo de seleção, porém, tal homologação não gera direitos para a organização executora à celebração da parceria, visto que a Administração Pública mediante justificativa poderá suspender ou cancelar a formalização dos termos de parceria na forma do artigo 27 da Lei 13.019/20014.
- 19.12. Na forma do que prevê a Lei 13.019/2014, os bens adquiridos para a execução do projeto são INALIENÁVEIS e retornarão à Administração Pública em caso de extinção da Organização executora do projeto. "Art. 35 §5º - Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção."
- 19.13. Caso haja interesse da organização, mediante requerimento, após deliberação na forma do artigo 36 da Lei 13.019/2014, os bens remanescentes adquiridos com recursos transferidos poderão ser doados à própria organização executora quando, após a consecução do objeto, não forem necessários para assegurar a continuidade do objeto pactuado.
- 19.14. Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de trinta dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.
- 19.15. A vigência da parceria poderá ser alterada mediante solicitação da organização, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao CMDCA em, no mínimo, trinta dias antes do termo inicialmente previsto. O pedido será submetido ao plenário do CMDCA.
- 19.15.1. A prorrogação de ofício da vigência do termo de parceria deve ser feita pelo CMDCA quando este der causa a atraso na liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso verificado.
- 19.16. O plano de trabalho da parceria poderá ser revisto para alteração de valores ou de metas, mediante termo aditivo ou por apostila ao plano de trabalho original.
- 19.17. Em caso de inexecução do objeto por culpa exclusiva da organização aplicar-se-á o disposto no Artigo 62 da Lei 13.019/2014, sem prejuízo das demais penalidade previstas em Lei e neste Edital.

Este edital entra em vigor na data de sua publicação.

Correia Pinto/SC, 27 de julho de 2017.

RITA DE CÁSSIA ALVES JULIO

Gestora do Fundo da Infância e Adolescência

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

MARCIA DE FÁTIMA DOS SANTOS

Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente

ANEXO I

FICHA CADASTRAL DAS ENTIDADES PROPONENTES

Entidade Recebedora:
CNPJ n.
Endereço:
CEP:
Bairro:
Cidade:
Estado:
Telefone para contato:
Endereço eletrônico (email):

Dirigente da Entidade:
Cargo que ocupa na Entidade:
CPF n.
Identidade (n./data/Órgão expedidor):
Endereço Residencial:
CEP:
Bairro:
Cidade:
Estado:
Telefone para contato:
Endereço eletrônico (email):
Endereço Profissional:
CEP:
Bairro:
Cidade:
Estado:
Telefone para contato:

Assinatura do Coordenador Proponente

ANEXO II

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE CONVÊNIO OU SUBVENÇÃO:
DOCUMENTOS NECESSÁRIOS PARA SOLICITAÇÃO DE TERMO DE PARCERIA

Providenciar 1 (uma) cópias desta documentação, atualizada.

1. Ofício de entrega da documentação, em papel timbrado da Entidade, à Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação;
1. Ofício de entrega da documentação, em papel timbrado da Entidade, endereçado ao CMDCA;
2. Plano de Trabalho preenchido, a ser enviado de forma digital, constante no Anexo VI (enviar também para o e-mail: fmas@correiapinto.sc.gov.br). Este plano posteriormente deverá ser assinado pela entidade, quando solicitado pelo setor responsável.
3. Declarações estabelecidas no Anexo III, devidamente assinadas (Declaração de Responsabilidade, Adimplência, Contrapartida).
4. CNPJ da Entidade - original impresso (internet) www.receita.fazenda.gov.br comprovando pelo menos 1 (um) ano de constituição para organizações não-governamentais;
5. Cópia do Certificado de Inscrição no CMDCA;
6. Cópia, do Estatuto Social da organização, devidamente registrado em Cartório com eventuais alterações ou Cópia da Lei que criou a organização governamental e suas alterações;
7. Cópia rubricada, do balancete financeiro do exercício anterior devidamente aprovado pelo Conselho Fiscal da Instituição;
8. Relatório de atividades a serem realizadas no período do convênio (plano de ação) com assinatura do presidente;
9. Cópia da lei de utilidade pública municipal ou Certidão da Câmara de Vereadores que reconheça a utilidade pública (quando aplicável);
10. Cópia da ata de eleição e Posse da atual Diretoria da entidade;
11. Cópia, do RG e CPF do presidente da Instituição;
- 11.1. Relação nominal atualizada dos dirigentes da entidade, com endereço, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB de cada um deles
12. Comprovante de residência do presidente da Entidade
- 12.1 Comprovação de que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado;
13. Certificado de Regularidade do FGTS – original impresso (internet) www.caixa.gov.br;
14. Certidão Negativa de Débitos do INSS – original impressa (internet);
15. Certidão Negativa de Débito Municipal;
16. Declaração de funcionamento regular da entidade à 2 (dois) anos, expedida pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município;
17. Certidão de regularidade da Secretaria da Receita Federal (SRF) e da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que pode ser obtida via internet, através do endereço <http://receita.fazenda.gov.br>;
18. Certidão de regularidade junto a Secretaria de Estado da Fazenda (SEF), que pode ser obtida via internet, através do endereço <http://www.sef.sc.gov.br>; (CND)
19. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, que pode ser obtida via Internet, através do endereço <http://www.tst.jus.br>;
20. Declaração de responsabilidade pelo recebimento, aplicação na forma do avençado e prestação de contas dos recursos públicos;
21. Cópia atualizada do Alvará Sanitário da unidade executora;
21. Cópia atualizada do Alvará Sanitário da unidade executora para organização de acolhimento;

22. Cópia atualizada do Alvará de localização da unidade executora;
 22. Cópia atualizada do Alvará de localização da unidade executora para organização de acolhimento;
 23. Certidão Negativa de Débito de Prestação de Contas a ser solicitado no órgão responsável pelo recebimento e análise das prestações de contas (Secretaria Municipal de Finanças);
 24. Comprovante de abertura de Conta Corrente com a seguinte identificação (ORGANIZAÇÃO – FIA – TERMO Nº XXXX) (Banco do Brasil).

ANEXO III

DECLARAÇÕES

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Na qualidade de representante legal do (a) _____, estabelecido(a) _____, inscrito (a) no CNPJ/MF sob o n.º _____, declaramos para os devidos fins que nos comprometemos a receber, aplicar e prestar contas dos recursos que nos forem concedidos pelo Governo Municipal através do Fundo da Infância e Adolescência, na forma de Termo de Parceria.

Para maior clareza, firmamos a presente declaração.

Correia Pinto(SC), _____ de _____ de 2017.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE ADIMPLÊNCIA

O _____ (nome e cargo do responsável), inscrito no CPF n.º _____, declara, sob as penas do art. 299 do Código Penal, de que não se encontra em mora e nem em débito junto a qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal Direta e Indireta.

Por ser expressão da verdade, firma a presente declaração.

Correia Pinto(SC), _____ de _____ de 2017.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

PAPEL TIMBRADO DA INSTITUIÇÃO

DECLARAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

_____ (nome e cargo do responsável pela Entidade), declara, que a _____ (entidade), dispõe de recursos próprios, no valor de R\$ _____, relativos à contrapartida no termo de parceria a ser celebrado com o Município/SMAS/FIA, visando atender o _____ (projeto/programa), neste Município.

Correia Pinto(SC), _____ de _____ de 2017.

Nome, cargo e assinatura do Presidente da Instituição.

ANEXO IV

TERMO DE REFERÊNCIA – SOMENTE PARA ENTIDADES GOVERNAMENTAIS

TERMO DE REFERÊNCIA (deve conter os seguintes Elementos):	
1. Indicação do objeto de forma precisa, suficiente e clara, vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem ou frustrem a competição ou sua realização;	
2. Critério de aceitação do objeto;	
3. Justificativa da necessidade da contratação;	
4. Estimativa do custo, diante de orçamento detalhado juntados aos autos, considerando os preços praticados no mercado;	
5. Definição dos métodos e estratégia de suprimento;	
6. Prazo de execução do objeto da licitação. Cronograma físico-financeiro, se for o caso;	
7. Deveres do contratado e do contratante;	
8. Procedimentos de fiscalização e gerenciamento do contrato;	
9. Sanções por inadimplemento.	

ANEXO V

FORMATO/ROTEIRO DO PROJETO

Redação: Conforme norma da ABNT.

1. Resumo do Projeto (deve estar sozinho na primeira pagina)

Entidade	Razão Social completa
Endereço	Rua, número, bairro
Telefone	Número
Responsável pelo projeto/fone/e-mail (deve conter 2 pessoas)	Nome completo
Nome do Projeto	Nome completo
Objetivo geral	Desenvolver a criatividade das crianças.(exemplo)
Objeto a ser financiado	Material pedagógico e lúdico (exemplo)
Público alvo/faixa etária	Criançasde7a14anos(exemplo)
Quantidade de atendimento	55 crianças (exemplo)
Horário de funcionamento do projeto	Matutino, vespertino ou noturno
Valor solicitado ao CMDCA	R\$1206,50(exemplo)
Valor Total do Projeto	R\$2.000,00(exemplo)

2.1 DADOS INSTITUCIONAIS

- 1.Nome do projeto / Título:
- 2.Instituição responsável e logotipo - se houver.
- 3.Endereço
- 4.Telefone
- 5.Ano de fundação da organização.
- 6.Missão da organização.
- 7.Diretoria.
- 8.Pessoas responsáveis pelo projeto.

Nome	Função	Telefone/ e-mail
Fulana de tal	Coordenação (exemplo)	3422 2222 - ppta@ig.com
Fulano	Orientadora	3422.2222 - bneve@entidade.org.br

2. IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

A entidade diz quem é e o que faz. Descreve as suas atividades. É um breve histórico.

3. APRESENTAÇÃO COM JUSTIFICATIVA DO PROJETO

O solicitante do recurso deve apresentar de uma forma clara, sucinta e objetiva o seu projeto para o financiador entendê-lo. O solicitante do recurso deve explicar e responder às questões: por que e para que executar o projeto? Deve descrever as demandas verificadas no contexto que levaram à elaboração deste projeto. Mencione dados específicos para justificar tais demandas.

Em atendimento ao inciso I do artigo 22 da Lei 13.019/2014 deverá a organização apresentar: descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas

3.1. OBJETO A SER FINANCIADO

Descrição do que será o objeto do financiamento. Isso deve estar claro, objetivo e especificando o tipo ("atendimento", aquisição de equipamento) desde que esteja de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA.

Atenção objeto é o que será comprado o que diferente de objetivo que significa o que pretende atender, o resultado esperado com o projeto.

4. PÚBLICO ALVO

Quem direta e indiretamente serão os beneficiários deste projeto. Quantos recebem 100% de gratuidade e quantos são os beneficiários diretos pagantes parcial ou integralmente (quando for o caso). De preferência deve quantificar os beneficiários diretos e indiretos. Enviar em anexo relação com os nomes e o percentual de desconto (gratuidade) da mensalidade recebido por cada beneficiário.

População	Nº de atendimento direto	Nº de atendimentos indireto	Quantidade de atendimentos gratuitos	Quantidade de atendimentos com gratuidade parcial	Quantidade de atendimentos pagamento integral
Crianças					
Adolescentes					
Jovens (18 a 25 anos)					
Adultos					
Famílias (se houver)					
Técnicos/profissionais					
Total					

5. OBJETIVOS

5.1. GERAL

Qual o impacto, mudança de contexto, que este projeto visa causar?

5.2. ESPECIFICOS

Informe quais são as condições/situações que serão contempladas devido à realização das ações propostas neste projeto. Os objetivos específicos devem ser claros e mensuráveis. O que vai ser feito para atingir o objetivo geral.

6. ATIVIDADES E METAS A SEREM ATINGIDAS / EXECUTADAS:

Em atendimento ao inciso II da Lei. 13.019/94.

Objetivo	Resultados Esperados		Atividades Principais	Período
	Quantitativos	Qualitativos		

7. METODOLOGIA

Descrever detalhadamente, passo a passo, a metodologia que será utilizada para realização das ações planejadas.

8. INDICADORES DE RESULTADOS

Para cada atividade principal, preencha a tabela abaixo informando quais são os indicadores que serão verificados para determinar o cumprimento dos objetivos específicos do projeto.

Os indicadores são verificações, acontecimentos, ocorrências ou dados mensuráveis que comprovam que o projeto teve efeitos e causou mudanças no grupo beneficiário. Por exemplo: Para mostrar que houve fortalecimento comunitário, um indicador possível é o aumento do número de associados na Associação da comunidade. Todo indicador precisa ser mensurável.

Atividade	Indicadores de Progresso	Meios de verificação

9. CRONOGRAMA DE ATIVIDADES

Exemplo

Atividade	Período											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
Aquisição de violão	X											
Contratar professor	X											
Aulas	X	X	X	X	X							

10. EQUIPE TECNICA DA ENTIDADE

Devem constar os nomes, formação e funções das pessoas envolvidas na elaboração do projeto. Se os profissionais são contratados com registro ou voluntários e a carga horária de cada um.

Nome	Formação	Função	Carga horária semanal	Vínculo empregatício

11. DESCRIÇÃO DA CONTRAPARTIDA

Descreva quais os recursos materiais, humanos e tecnológicos, espaço físico e parcerias com que a organização já conta e que serão utilizados na execução deste projeto

11.1 Contrapartida

Caso existir a contrapartida deve ser mencionado. Deve ser real e pode ser financeira ou não. Por exemplo: sala de aula para execução de curso...

11.2 Parceiros

Também deve mencionar outras parcerias estabelecidas para execução do projeto, fontes de apoio e de financiamento – caso existam, especificando as funções de cada uma.

Organização	Principais funções no projeto
Nome completo Nome completo	

12. SUSTENTABILIDADE

Descreva os elementos abaixo e outros que favoreçam a continuidade do projeto e de seus resultados em longo prazo.

13. FINANCEIRO

Presença de outras fontes de financiamento ou empreendimento de autofinanciamento. Deve constar os nomes.

13.1 TÉCNICO

Recursos humanos.

13.2 COMUNITÁRIO

Apropriação do projeto pela comunidade.

14. COMUNICAÇÃO DO PROJETO

Como a entidade solicitante de recursos irá divulgar suas ações aos parceiros, líderes, autoridades governamentais, público interno, sociedade em geral e formadores de opinião nos assuntos relacionados à criança e ao adolescente em Joinville.

É obrigação da entidade divulgar o recebimento de recursos do FIA por meio de comunicação visual (placa, "banner", ...) fornecido pelo CMDCA ou confeccionada pela entidade conforme modelo fornecido pelo CMDCA.

Por exemplo:

Tipo de Mídia	Quantidade
1. Folders, panfletos e outros impressos	XXXX
2. Mala direta	XXXX
3. Página na internet	XXXX

15 ORÇAMENTO

O orçamento deve conter os itens que serão adquiridos e os respectivos preços, se possível com descrição de marcas pesquisadas. Para cumprir as exigências legais, Lei 8.666/93, é importante que seja apresentado, em anexo, orçamentos de três fornecedores para cada produto a ser adquirido, em papel timbrado do fornecedor.

O orçamento deve estar de acordo com o preço de mercado porque o CMDCA analisa os custos reais da solicitação e, valores subfaturados ou superfaturados podem fazer com que o projeto não seja aprovado.

Ex.1:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
Palestrante	30 h	50,00	1.500,00
Apostila	40 un	30,00	1.200,00
Total			2.700,00

Ex.2:

Objeto	Quantidade	Valor unitário R\$	Valor total R\$
TV 29"	1 un	599,00	599,00
DVD	1 un	200,00	200,00
Instalar equipamento multimídia e revisar instalação elétrica	10 h eletricitista	15,00	150,00
Fio 10mm	100 m	4,00	400,00
TOTAL R\$			1.349,00

16. CRONOGRAMA

Desenvolver quadro sintético e de fácil visualização das etapas do projeto; definir o calendário com margem de segurança, representando capacidade física, organizacional e financeira da entidade.

Exemplo :

NATUREZA DA DESPESA	MÊS 1	MÊS 2	MÊS 3	MÊS 4	MÊS 5	MÊS 6	TOTAL 1o SEM
1. CUSTOS FIXOS							R\$
TOTAL GERAL R\$							
NATUREZA DA DESPESA	MÊS 7	MÊS 8	MÊS 9	MÊS 10	MÊS 11	MÊS 12	TOTAL 2o SEM
1. CUSTOS FIXOS							R\$

TOTAL GERAL R\$							

17. VALOR DO PROJETO

Deve constar o valor solicitado ao CMDCA para execução do projeto.

Ex:

Valor solicitado ao CMDCA: R\$

Valor da contrapartida: R\$ _____

Valor total do projeto: R\$

Correia Pinto, _____, _____ de 20__

Assinatura do responsável / Cargo

18. ANEXOS

Os anexos podem ser: relação de crianças e adolescentes atendidas; cópia dos orçamentos de fornecedores utilizados para elaborar o custo do projeto incluindo quantidades e as marcas orçadas, fotos, etc...

Obs.: Exemplos foram citados de forma fictícia

Anexo VI

PLANO DE TRABALHO

Órgão / Entidade Proponente - NOME DA ENTIDADE					CNPJ 00.000.000/000-00	
Endereço Rua xxxxx, Nº 000 – Bairro xxxx						
Cidade		UF	CEP		DDD / Telefone	
					Entidade Filantrópica Sem Fins Lucrativos	
Conta corrente		Banco		Agência		Praça de Pagamento Correia Pinto
Nome do Responsável NOME DO PRESIDENTE					CPF 000.000.000-00	
Cédula de Identidade / Órgão Expedidor 000.000 -SSP-SC					Função Presidente	
Endereço Do representante legal Rua xxxxx, Nº 000 – Bairro xxxx					CEP 89201-835	

2 – Descrição

Título: do Projeto		Período de Execução	
		Início – APE	Término – 8M APE
Objeto:			
Justificativa:			

APE – após a publicação do Extrato

3 – Metas

N.º	Descrição por tipo de atendimento	Quantidade
01	Crianças e Adolescentes entre 7 e 14 anos (Exemplo)	20

4 - Cronograma de Execução

Etapa	Especificação	Qtde	1º mês R\$	2º, 3º, 4º, 5º e 6º mês R\$	Total R\$	Início	Término

	TOTAL						
--	-------	--	--	--	--	--	--

5 - Plano de Aplicação

Natureza da Despesa		Concedente	Proponente	Valor Total
Código	Especificação	R\$	R\$	R\$
	NÃO PREENCHER			

6 - Cronograma de Desembolso

Concedente

Meta	1o Mês	2o Mês	3o Mês	4o Mês	5o Mês	6o Mês
Meta	7o Mês	8o Mês	9o Mês	10o Mês	11o Mês	12o Mês
	---	---	---	---	---	---

7 – Declaração

Na qualidade de representante legal do proponente, declaro, para fins de prova junto à Prefeitura Municipal de Joinville, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistente qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou quaisquer órgãos ou entidade da Administração Pública Municipal, que impeça a transferência de recursos oriundos de dotações consignadas nos orçamentos do Município, na forma deste Plano de Trabalho/Atendimento.

PEDE DEFERIMENTO.

Local e data: Correia Pinto, de de 2017.

Proponente:

FULANO DE TAL,
Presidente do XXXXX.

8 - Aprovado pelo Concedente

Local e data: Correia Pinto, de de 2017.	
Concedente:	
Nome do Prefeito, Prefeito Municipal.	Nome do Secretário, Secretária Municipal de Assistência Social e Gestora do FIA.

ANEXO VII

RELAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

QUADRO SÍNTESE DAS DELIBERAÇÕES DA CONFERÊNCIA

EIXO 1 – Promoção dos Direitos de Crianças e Adolescentes

Diretriz 01 – Promoção da cultura do respeito e da garantia dos direitos humanos de crianças e adolescentes no âmbito da família, da sociedade e do Estado, considerada as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política. Objetivo 1- Planejar e desenvolver cursos técnicos profissionalizantes, e atividades integradas (com cunho educativo, cultural, esportivo e recreativo) envolvendo a comunidade, aos finais de semana, no mínimo uma vez ao mês;

Objetivo 2 - Divulgar os programas, projetos e serviços da Política de Assistência Social, voltado às crianças e adolescentes e famílias. Fomentar a implantação de transporte coletivo público voltado, com acessibilidade.

Diretriz 02 – Universalização do acesso a políticas públicas de qualidade que garantam os direitos humanos de crianças, adolescentes e suas famílias e contemplem a superação das desigualdades, afirmação da diversidade com promoção da equidade e inclusão social.

Objetivo 1- Ampliar as políticas de segurança alimentar e nutricional para erradicar a fome e assegurar a alimentação adequada de crianças, adolescentes, gestantes e lactantes.

Objetivo 2 – Maior atuação dos Conselheiros Tutelar na orientação/prevenção familiar e não somente após a violação dos direitos da criança

e do adolescente.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar todos os segmentos da sociedade.

IMPLEMENTAÇÃO: Através de palestras, encontros educativos, cursos de orientação, material de divulgação.

MONITORAMENTO: Montar uma comissão envolvendo pais, adolescentes, conselheiros e gestores.

EIXO 2 – PROTEÇÃO E DEFESA DOS DIREITOS

Diretriz 03 – Proteção especial a crianças e adolescentes com seus direitos ameaçados ou violados, consideradas as condições de pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, de nacionalidade e de opção política. Objetivo 1 – Implementar mais programas voltados para a criança e o adolescente com o intuito de não deixá-los desassistidos, nem ociosos.

Objetivo 2 – Maior atuação das Políticas Públicas voltadas para a defesa e garantia dos direitos das crianças e adolescentes.

Diretriz 04 – Universalização e fortalecimento dos conselhos tutelares, objetivando a sua atuação qualificada.

Objetivo 1 - Informatizar o Conselho Tutelar e CMDCA, instalando o SIPIA WEB e divulgando-o para acesso dos atendimentos realizados, interligando as políticas públicas.

Objetivo 2 – Treinar conselheiros na ética profissional e prepará-los para a função, através de cursos de capacitação.

MOBILIZAÇÃO: Rádios, panfletos, mobilizando todos os segmentos da sociedade.

IMPLEMENTAÇÃO: Promover cursos, participação em capacitações, orientações através de palestras e debates.

MONITORAMENTO: Acompanhamento e cobrança das ações, dos programas, e dos recursos por parte de uma Comissão e do próprio Conselho de Direitos.

EIXO 3 – Protagonismo e Participação de Crianças e Adolescentes

Diretriz 06 – Fomento de estratégias e mecanismos que facilitem a participação organizada e a expressão livre de crianças e adolescentes, em especial sobre os assuntos a eles relacionados, considerando sua condição peculiar de desenvolvimento, pessoas com deficiência e as diversidades de gênero, orientação sexual, cultural, étnico-racial, religiosa, geracional, territorial, nacionalidade e opção política. Objetivo 1 – Promover o protagonismo e a participação de crianças e adolescentes nos espaços de convivência e de construção da cidadania, inclusive nos processos de formulação, deliberação, monitoramento e avaliação das políticas públicas.

Objetivo 2 – Ampliar o acesso de crianças e adolescentes, na sua diversidade, aos meios de comunicação para expressão e manifestação de suas opiniões.

Diretriz 05 – Universalização, em igualdade de condições, do acesso de crianças e adolescentes aos sistemas de justiça e segurança pública para a efetivação dos seus direitos.

Objetivo 1 – Universalizar o acesso de crianças e adolescentes a programas de esporte e lazer, levando em consideração as capacidades e limitações de cada um.

Objetivo 2 - Ampliar a divulgação das competências do Conselho Tutelar dentro da escola e demais instituições envolvidas com a criança e o adolescente. Parcerias com o Ministério Público e Instituto Paternidade Responsável.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar a Secretaria Municipal de Educação e a Fundação Municipal de Esporte e Cultura, também os Poderes Legislativo e Judiciário.

IMPLEMENTAÇÃO: Promover a participação de crianças e adolescentes em competições esportivas, apresentações culturais, festivais e também em sessões do Legislativo.

MONITORAMENTO: Participação de adolescentes nos Conselhos municipais e órgãos de fiscalização, para que cobrem as ações supracitadas das Secretarias envolvidas.

EIXO 4 – Controle Social da Efetivação dos Direitos

Diretriz 07 – Fortalecimento de espaços democráticos de participação e controle social, priorizando os conselhos de direitos da criança e do adolescente e assegurando seu caráter paritário, deliberativo, controlador e a natureza vinculante de suas decisões. Objetivo 1 – Universalizar os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente, qualificando suas atribuições de formular, acompanhar e avaliar as políticas públicas para crianças e adolescentes e de mobilizar a sociedade.

Objetivo 2 – Apoiar a participação da sociedade civil organizada em fóruns, movimentos, comitês e redes, bem como sua articulação nacional e internacional para a incidência e controle social das políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes e dos compromissos

multilaterais assumidos.

Diretriz 11 – Aperfeiçoamento de mecanismos e instrumentos de monitoramento e avaliação da Política e do Plano Decenal de Direitos Humanos e Crianças e Adolescentes, facilitado pela articulação de sistemas de informação.

Objetivo 1- Desenvolver metodologias e criar mecanismos institucionais de monitoramento e avaliação da política Nacional e do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes e do seu respectivo orçamento.

Objetivo 2 - Universalizar o Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA, mediante a corresponsabilidade do poder público, em articulação com outras bases de dados nacionais sobre crianças e adolescentes.

MOBILIZAÇÃO: Mobilizar os meios de comunicação para esclarecer a comunidade o real papel do Conselho Tutelar e do Conselho de Direitos.

IMPLEMENTAÇÃO: Através das Escolas, implantar projetos para pais e filhos, que os conscientize e os incentive na participação para construção da cidadania.

MONITORAMENTO: Montar uma comissão que tenha representantes de todas as áreas envolvidas, que cobre a implantação e continuidade dos projetos.

EIXO 5 – Gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes

Diretriz 08 – Fomento e aprimoramento de estratégias de gestão da Política Nacional dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes fundamentais nos princípios da indivisibilidade dos direitos, descentralização, intersetorialidade, participação, continuidade e corresponsabilidade dos três níveis de governo. Objetivo 1- Estabelecer mecanismos e instâncias para a articulação, coordenação e pactuação das responsabilidades de cada esfera de governo na gestão do Plano Decenal dos Direitos Humanos de Crianças e Adolescentes.

Objetivo 2 - Formular e implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo CONANDA, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial.

Diretriz 10 – Qualificação permanente de profissionais para atuarem na rede de promoção, proteção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

Objetivo 1 - Identificar, apoiar e difundir práticas inovadoras no campo da promoção, proteção e defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes, visando o intercâmbio de experiências para o aperfeiçoamento de políticas públicas.

Objetivo 2 - Formular e implementar uma política de formação continuada, segundo diretrizes estabelecidas pelo CONANDA, para atuação dos operadores do sistema de garantias de direitos, que leve em conta a diversidade regional, cultural e étnico-racial.

MOBILIZAÇÃO: Universalizar o sistema de informação para crianças e adolescentes e demais cidadãos.

IMPLEMENTAÇÃO: Os governantes devem tomar medidas que introduzam a tecnologia na Educação, promover programas de incentivo ao estudo, levando em conta a diversidade de cada região.

MONITORAMENTO: Acompanhar constantemente as decisões tomadas no município com relação à criança e ao adolescente e também as formas de gerenciamento dos Projetos destinados a esse público.

OBS: Alguns objetivos foram elaborados de acordo com a realidade e a necessidade do nosso município.

Corupá

PREFEITURA

DECRETO Nº 1346/2017

DECRETO Nº 1346/2017

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO COMITÊ MUNICIPAL DE MORTALIDADE MATERNO, INFANTIL E FETAL NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE CORUPÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOÃO CARLOS GOTTARDI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, tendo em vista a política do Ministério da Saúde e da Secretaria de Saúde do Estado de Santa Catarina, que prioriza a redução da mortalidade materna, infantil e fetal, e de acordo com o disposto do artigo 66, inciso VII, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica criado o Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal do Município de Corupá.

Parágrafo único: O Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal tem caráter eminente técnico, multiprofissional, congregando representantes do Sistema de Saúde local, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, com o objetivo de analisar as circunstâncias da ocorrência dos óbitos infantis, fetais, mulheres em idade fértil e maternos, identificando os fatores determinantes e condicionantes da mortalidade e propondo medidas que visem à melhoria da qualidade da assistência à saúde para redução da mortalidade infantil, fetal e materna.

Art. 2º - O Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal do Município de Corupá, terá a seguinte forma e composição:

I- 01 (um) representante da Vigilância Epidemiológica;

II- 01 (um) representante da Atenção Básica/ Saúde da Família;

III- 01 (um) Médico Clínico/ Saúde da Família;

IV- 01 (um) Médico Pediatra;

V- 01 (um) representante da Atenção Hospitalar.

Parágrafo único: A constituição do Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal deve estar em consonância com a estrutura organizacional do Município, dando prioridades as seguintes áreas: Vigilância Epidemiológica, Atenção Básica, Médico Pediatra e/ou Obstetra.

Art. 3º - São atribuições do Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal do Município de Corupá:

I- Estabelecer conduta de vigilância aos óbitos materno, infantil e fetal, incentivando a identificação dos mesmos, o conhecimento de suas causas e fatores determinantes;

II- Reunir dados levantados no município com a finalidade de examinar as tendências da mortalidade, e identificar os subgrupos de população de maior risco;

III- Elaborar relatório analítico anualmente e estudos de casos de óbitos maternos, infantis e fetais com as propostas de intervenção, objetivando a redução dos óbitos;

IV- Sensibilizar os gestores, prestadores de serviços, profissionais da saúde e usuários sobre a situação da mortalidade materno, infantil e fetal, visando a melhoria da qualidade da assistência à saúde da mulher e criança;

V- Desempenhar as funções básicas de um comitê: vigilância e investigação de óbito materno, infantil e fetal, educação, divulgação, assessoria e proposição de normas dos assuntos referente à saúde materna infantil;

VI- Avaliar a qualidade da assistência prestada à gestante e à

criança pelos serviços de saúde;

VII- Identificar os óbitos maternos, infantis e fetais evitáveis como eventos sentinela, ou seja, óbitos que não deveriam ocorrer com uma adequada assistência à saúde;

VIII- Construir um processo de aprendizagem crítico, contextualizado e transformador dos profissionais de saúde, por meio da responsabilização e discussão dos óbitos ocorridos na área de atuação dos serviços.

Art. 4º - Os membros do Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal do Município de Corupá terão mandato de 2 (dois) anos, permitindo uma única recondução sucessiva.

Art. 5º - O Comitê Municipal de Mortalidade Materno, Infantil e Fetal do Município de Corupá terá sua estrutura e funcionamento regulado por Regimento Interno.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá,
25 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na forma da Lei nº 1.891 de 10 de março de 2009.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 067/17

MUNICÍPIO DE CORUPÁ

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORUPÁ

AVISO LICITAÇÃO – REGISTRO DE PREÇO

Modalidade Pregão Presencial nº 067/17

Registro de Preço para eventual aquisição de um VEÍCULO 0 km, utilitário (tipo passeio) motor: 1.5, Administrativo/Operacional para atender as necessidades do Corpo de Bombeiros Militar de Jaraguá do Sul, conforme especificações contidas no Termo de Referência do Anexo I.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: DAS 08h00min do dia 25/08/2017 às 09h00min do dia 06/09/2017.

INICIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: 09h30min do dia 06/09/2017.

TIPO: Menor Preço por item.

INFORMAÇÕES E ENTREGA DO PROCESSO LICITATÓRIO: No endereço Prefeitura Municipal de Corupá – Av. Getulio Vargas, 443 e também no site [http:// www.corupa.sc.gov.br](http://www.corupa.sc.gov.br).

HORARIO: das 08h às 12h e das 13h30min às 16h30min

Telefone (47) 3375-6500

Corupá, 25 de agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 061/2017**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Dispensa de Licitação nº 061/2017

Processo Licitatório nº 152/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 24, inc. II, da Lei n. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a DISPENSA DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 152/2017, AUTORIZO a contratação por DISPENSA DE LICITAÇÃO sob o n.º 061/2017, da empresa CONRADI COMÉRCIO DE EMBAÇAGENS LTDA – EPP, inscrita no CNPJ sob nº 01.180.531/0001-76, visando o cumprimento do objeto CONTRATAÇÃO DE FORNECEDOR PARA AQUISIÇÃO DE “EMBALAGEM PLÁSTICA 0,40 X 0,60”, DESTINADA AO ACONDICIONAMENTO DOS PRODUTOS COMPONENTES DA CESTA BÁSICA, AS QUAIS SÃO DISTRIBUÍDAS ÀS PESSOAS ATENDIDAS PELO CRAS, DENTRO DO PROGRAMA DE BENEFÍCIO EVENTUAL, tendo como valor global, a monta de R\$ 230,66 (duzentos e trinta reais e sessenta e seis centavos).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: “a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da Lei 8.666/93.”. Contudo, vislumbra-se na redação da lei, que os valores até os limites fixados no art. 24, incisos I e II, não há a obrigatoriedade da publicação no DOU, porém, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO que a presente ratificação seja efetivada pela publicação do ato, nos termos da lei. Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 21 de Agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

TERMO DE RATIFICAÇÃO INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 016/2017**TERMO DE RATIFICAÇÃO**

Inexigibilidade de Licitação nº 016/2017

Processo Licitatório nº 146/2017

Considerando que o presente procedimento encontra-se em conformidade com a legislação pertinente (art. 25, inc. I, da Lei nº. 8.666/93) e, com arrimo no parecer jurídico, RATIFICO a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO, nos termos das razões lançadas no Processo Administrativo n.º 146/2017, AUTORIZO a contratação por INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO sob o n.º 016/2017, da empresa PARANÁ EQUIPAMENTOS S.A, inscrita no CNPJ sob nº 76.527.951/0021-29, visando o cumprimento do objeto, qual seja, “CONTRATAÇÃO DE CONCESSIONÁRIA AUTORIZADA DA MARCA CAT PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA O MAQUINÁRIO UTILIZADO JUNTO A SECRETARIA DE OBRAS E INFRAESTRUTURA”, tendo como valor global a ser pago a monta de R\$ 6.533,80 (seis mil quinhentos e trinta e três reais e oitenta centavos).

Ademais, de acordo com o Acórdão TCU nº 1.336/2006 – Plenário, têm-se o seguinte entendimento: “a eficácia dos atos de dispensa e inexigibilidade de licitação a que se refere o art. 26 da Lei 8.666/93 (art. 24, Incisos III a XXIV e Art. 25 da Lei 8.666/93), está condicionada a sua publicação na Imprensa Oficial, salvo se, em observância ao princípio da economicidade, os valores contratados estiverem dentro dos limites fixados nos art. 24, I e II da

Lei 8.666/93.”. Desta feita, visando garantir a eficácia dos atos, DETERMINO, que pelo presente TERMO DE RATIFICAÇÃO, seja efetivada a publicação do ato, nos termos da lei.

Publique-se e cumpra-se.

Corupá, 18 de Agosto de 2017.

JOÃO CARLOS GOTTARDI

PREFEITO MUNICIPAL

Cunha Porã

PREFEITURA

QUARTO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03/2017

MUNICIPIO DE CUNHA PORÃ

Quarto termo aditivo a ata de registro de preços nº 03/2017

Partes: Município de Cunha Porã e a Empresa SADI JOSE EBERHARDT ME.

Objeto: O presente Termo Aditivo tem por objeto acrescentar 04 quilômetros diários referentes ao trajeto disposto no item 01 da ata de Registro de Preços nº 03/2017.

Data: 21/08/2017.

Jairo Rivelino Ebeling –Prefeito Municipal

Cunhataí

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 082/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO N.º 082/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Municipal n.º 884 de 25 de Agosto de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Fica autorizada abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICIPIO CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 830.000,00 (Oitocentos e Trinta Mil Reais), e na Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, no valor de R\$ - 581.000,00 (Quinhentos e Oitenta e Um Mil Reais), perfazendo um valor total de R\$ - 1.411.000,00 (Um Milhão Quatrocentos e Onze Mil Reais), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CONTROLADORIA DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL	1
Atividade	Modernização e Manut. dos Serviços de Adm. Geral	2.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (11)
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (12)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Ensino Fundamental	2.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (34)
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (35)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	3
Função	Desporto e Lazer	27
Sub-Função	Desporto Comunitário	812
Programa	ESPORTE É VIDA, ESPORTE É SAÚDE	8
Atividade	Apoio ao Desporto Amador e Social	2.020
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (64)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11
Atividade	Manutenção das Atividades do Grupo de Idosos	2.028
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (115)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência ao Portador de Deficiência	242

Programa	ASSISTENCIA A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS		10
Atividade	Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais - APAE E Outros		2.030
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (93)	20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS		07
Unidade	Departamento de Transportes e Obras		1
Função	Transporte		26
Sub-função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	ESTRADAS VICINAIS		14
Atividade	Manutenção do Sistema Viário		2.045
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.00.000000- (81)	140.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		1
Função	Agricultura		20
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE		15
Atividade	Incentivo a Bovinocultura Leiteira e Corte		2.050
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (66)	90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Atividade	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS		2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (118)	27.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Saúde		2.065
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000 - (11)	121.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000 - (12)	400.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção do programa de saúde bucal		2.067
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000 - (16)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Apoio financeiro ao CIS AMERIOS e SAMU		2.070
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.93.00	Aplicação Direta Dec. De Op. entr	01.02.000000 - (23)	50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
---------------	---------------	--	--------

Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO		1
Função	Educação		12
Sub-Função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Atividade	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental		2.078
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (43)	68.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (44)	30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		1
Função	Agricultura		20
Sub-Função	Extensão Rural		606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE		15
Atividade	Incentivo através de concessão de bônus financeiro		2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (75)	30.000,00

Art. 2º. Para cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		1
Função	Encargos Especiais		28
Sub-Função	Outros Encargos Especiais		846
Programa	ENCARGOS GERAIS		18
Projeto	Amortização e Encargos da Dívida Pública		0.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.2.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (20)	10.000,00
4.6.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (21)	150.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		1
Função	Encargos Especiais		28
Sub-Função	Outros Encargos Especiais		846
Programa	ENCARGOS GERAIS		18
Projeto	Setenças Judiciais		0.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (22)	18.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Projeto	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário		1.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (10)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		2
Projeto	Aquisição de Móveis e Equipamentos		1.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (1)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08

Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Projeto	Construção do CRAS		1.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (107)	50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO		1
Função	Educação		12
Sub-Função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Projeto	Aquisição de Equipamentos de Ciências e Informática		1.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (31)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO		1
Função	Educação		12
Sub-Função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Projeto	Criação e Ampliação do Acervo Bibliográfico		1.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (32)	2.000,00
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (33)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA		2
Função	Cultura		13
Sub-Função	Difusão Cultural		392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA		7
Projeto	Ampliação do Acervo da Biblioteca Pública Municipal		1.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (57)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA		2
Função	Cultura		13
Sub-Função	Difusão Cultural		392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA		7
Projeto	Construção da Casa da Cultura		1.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (58)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE		10
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE		5
Projeto	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário		1.021
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (131)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Atividade	Cursos de Geração de Emprego e Renda		1.023
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor

3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (109)	2.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		1
Função	Urbanismo		15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS		13
Ptojeto	Pavimentação de Vias e Passeios Públicos		1.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (134)	20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS		07
Unidade	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS		1
Função	Transporte		26
Sub-Função	Transporte Rodoviário		782
Programa	ESTRADAS VICINAIS		14
Projeto	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Manutenção da Malha Viária		1.035
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (89)	140.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	DEPTO. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		1
Função	Saneamento		17
Sub-Função	Saneamento Básico Urbano		512
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE		15
Projeto	Construção e Manutenção de Rede de Abastecimento de Água		1.036
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (65)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Aquisição de Medicamentos		1.043
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (6)	15.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	DEPTO. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		2
Função	Indústria		22
Sub-Função	Promoção Industrial		661
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS		13
Projeto	Incentivo ao Comércio e Industria		1.049
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (78)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		2
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Projeto	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário		1.050
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (123)	1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		3
Função	Habitação		16
Sub-Função	Habitação Urbana		482

Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Projeto	Habitação Urbana		1.051
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (127)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		3
Função	Habitação		16
Sub-Função	Habitação Rural		481
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Projeto	Habitação Rural		1.052
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (125)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROLADORIA DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Atividade	Programa de Formação Continuada aos servidores, mediante criação de Escola de Governo		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (14)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DA FAZENDA		2
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Financeira		123
Programa	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA		4
Atividade	Manutenção das AtividadeContadoriaTributação e Finanças		2.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (25)	50.000,00
3.3.93.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (27)	5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Controle Interno		124
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		2
Atividade	Manutenção das Atividades da Controladoria Geral do Município		2.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (6)	7.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (7)	3.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		2
Atividade	Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.		2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (3)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		2
Atividade	Manut. das Atividades da Asses. Jurídica, Asses de Imprensa		2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (5)	15.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CONTROLADORIA DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DA FAZENDA	2
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	3
Atividade	Contribuição às Entidades Municipalistas	2.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.50.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (23)
		40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	10
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	5
Atividade	Manutenção das Atividades do FIA	2.009
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (132)
		14.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Ensino Infantil	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (52)
		251.600,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Ensino Médio	362
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio	2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (47)
		14.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Apoio ao Ensino de Jovens e Adultos	2.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (56)
		6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Implantação do Programa PROERD	2.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (41)
		2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2
Função	Cultura	13
Sub-Função	Difusão Cultural	392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA	7
Atividade	Apoio à Cultura	2.019

Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (60)	20.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	
Função	Assistência Social	8	
Sub-Função	Assistência Comunitária	244	
Programa	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	9	
Atividade	Manutenção do Programa de Serv. de Conv. e Fort. de Vinculos-SCFV	2.021	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (100)	7.000,00
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (101)	1.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	
Função	Assistência Social	8	
Sub-Função	Assistência Comunitária	244	
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11	
Atividade	Implantação e Manutenção dos Programas Sócio-Educativos	2.022	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (110)	1.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	
Função	Assistência Social	8	
Sub-Função	Assistência Comunitária	244	
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11	
Atividade	Ações Assistenciais de caráter emergencial	2.027	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (114)	16.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	
Função	Assistência Social	8	
Sub-Função	Assistência Comunitária	244	
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11	
Atividade	Programa Fome Zero	2.032	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (91)	2.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	09	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	1	
Função	Habitação	16	
Sub-Função	Habitação Urbana	482	
Programa	NOSSO SONHO TORNANDO-SE REAL	12	
Atividade	Manutenção das Atividades Administrativas do F.R.H.	2.033	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (130)	2.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	
Função	Assistência Social	8	
Sub-Função	Assistência Comunitária	244	
Programa	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	9	
Atividade	Manutenção do Programa Índices de Gestão Desc. - IGD-SUAS	2.034	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (103)	10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	

Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		9
Atividade	Manutenção do Programa Índices de Gestão Desc. B. Família-IGDBF		2.037
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (105)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		1
Função	Urbanismo		15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS		13
Atividade	Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		2.041
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (150)	40.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		1
Função	Energia		25
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS		13
Atividade	Ampliação e Manutenção das Redes de energia elétrica		2.043
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (151)	30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		1
Função	Agricultura		20
Sub-Função	Extensão Rural		606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE		15
Atividade	Controle de Formigas Cortadeiras		2.051
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (67)	1.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECI. E MEIO AMBIENTE		1
Função	Agricultura		20
Sub-Função	Extensão Rural		606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE		15
Atividade	Terceirização de Horas de Serviço de Máquinas para Conservação de Estradas		2.052
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (68)	100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECI. E MEIO AMBIENTE		1
Função	Agricultura		20
Sub-Função	Extensão Rural		606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE		15
Atividade	Incentivo ao Reflorestamento		2.057
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (74)	3.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		1
Função	Agricultura		20
Sub-Função	Extensão Rural		606
Programa	MEIO AMBIENTE		16
Atividade	Incentivo a instalação de Cisternas e Proteção de Fontes		2.060
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (76)	5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção da Estratégia da saúde da família - ESF		2.066
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (14)	60.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção do programa assistência farmacêutica básica		2.072
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (30)	50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Realização de Cursos na área de saúde		2.073
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (34)	6.900,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção de Convênio com entidades sem fins lucrativos para Atendimentos Hospitalares		2.074
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.50.00	Trans. a Instit. Privadas sem fins L	01.02.000000- (38)	100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção do Programa - ACS		2.079
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (35)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO		1
Função	Educação		12
Sub-Função	Ensino Médio		362
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Atividade	Apoio a Escolas Técnicas de Ensino Médio		2.080
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.50.00	Transf. a Instituições Privadas sem	01.01.000000 - (49)	6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		2
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11

Atividade	Manutenção das Atividades do FIA		2.082
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (124)	6.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		3
Função	Habitação		16
Sub-Função	Habitação Urbana		482
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Atividade	Manutenção das Atividades Administrativas do F.R.H.		2.083
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (129)	10.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Cunhataí – SC, em 25 de Agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LEI MUNICIPAL 883/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 883, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA DISPOSITIVO DA LEI N.º 834, DE 09 DE SETEMBRO DE 2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. O artigo 2º da Lei n. 834, de 09 de setembro de 2015 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 2º. O repasse mencionado no caput do artigo 1º será mensal e terá início em setembro de 2017, que será destinado ao pagamento de consultas, exames e cirurgias autorizados pela Secretaria Municipal de Saúde deste Município.

Parágrafo único. O Município contribuirá mensalmente com o valor de até R\$ 8,00 (Oito Reais) por habitante, conforme o censo de 2010, totalizando R\$ 15.056,00 (Quinze mil e cinquenta e seis Reais).

Art. 2º. Para atender as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos provenientes do orçamento municipal.

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cunhataí, em 25 de Agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 884/2017 DE 25 DE AGOSTO DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 884, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE CUNHATAÍ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

LUCIANO FRANZ, Prefeito Municipal de Cunhataí, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, Faz Saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica autorizada abertura de CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR no orçamento da Entidade n.º 01 – MUNICIPIO DE CUNHATAÍ, no valor de R\$ - 830.000,00 (Oitocentos e Trinta Mil Reais), e na Entidade n.º 02 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE – FMS, no valor de R\$ - 581.000,00 (Quinhentos e Oitenta e Um Mil Reais), perfazendo um valor total de R\$ - 1.411.000,00 (Um Milhão Quatrocentos e Onze Mil Reais), nas seguintes dotações:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROLADORIA DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Atividade	Modernização e Manut. dos Serviços de Adm. Geral		2.001
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor

3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (11)	75.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (12)	100.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04	
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1	
Função	Educação	12	
Sub-Função	Ensino Fundamental	361	
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6	
Atividade	Manutenção do Ensino Fundamental	2.011	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (34)	150.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (35)	30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04	
Unidade	DEPARTAMENTO DE ESPORTE E LAZER	3	
Função	Desporto e Lazer	27	
Sub-Função	Desporto Comunitário	812	
Programa	ESPORTE É VIDA, ESPORTE É SAÚDE	8	
Atividade	Apoio ao Desporto Amador e Social	2.020	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (64)	20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	
Função	Assistência Social	8	
Sub-Função	Assistência Comunitária	244	
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11	
Atividade	Manutenção das Atividades do Grupo de Idosos	2.028	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (115)	50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	
Função	Assistência Social	8	
Sub-Função	Assistência ao Portador de Deficiência	242	
Programa	ASSISTENCIA A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS	10	
Atividade	Apoio as Pessoas com Necessidades Especiais - APAE E Outros	2.030	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (93)	20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	07	
Unidade	Departamento de Transportes e Obras	1	
Função	Transporte	26	
Sub-função	Infra-Estrutura Urbana	451	
Programa	ESTRADAS VICINAIS	14	
Atividade	Manutenção do Sistema Viário	2.045	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	03.00.000000- (81)	140.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	06	
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1	
Função	Agricultura	20	
Sub-Função	Administração Geral	122	
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA - ECONOMIA FORTE	15	
Atividade	Incentivo a Bovinocultura Leiteira e Corte	2.050	
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (66)	90.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO	
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08	
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1	

Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11
Atividade	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS	2.059
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (118)
		27.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE	17
Atividade	Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Saúde	2.065
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000 - (11)
		121.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000 - (12)
		400.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE	17
Atividade	Manutenção do programa de saúde bucal	2.067
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000 - (16)
		10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE	17
Atividade	Apoio financeiro ao CIS AMERIOS e SAMU	2.070
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.93.00	Aplicação Direta Dec. De Op. entr	01.02.000000 - (23)
		50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Fundamental	2.078
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (43)
		68.000,00
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (44)
		30.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Incentivo através de concessão de bônus financeiro	2.081
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (75)
		30.000,00

Art. 2º. Para cobertura do CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, de que trata o Artigo 1º, será através da redução parcial ou total nas seguintes dotações orçamentárias:

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO	1
Função	Encargos Especiais	28

Sub-Função	Outros Encargos Especiais		846
Programa	ENCARGOS GERAIS		18
Projeto	Amortização e Encargos da Dívida Pública		0.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.2.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (20)	10.000,00
4.6.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (21)	150.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		1
Função	Encargos Especiais		28
Sub-Função	Outros Encargos Especiais		846
Programa	ENCARGOS GERAIS		18
Projeto	Setenças Judiciais		0.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (22)	18.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Projeto	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário		1.002
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (10)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO		02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR		2
Projeto	Aquisição de Móveis e Equipamentos		1.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (1)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Projeto	Construção do CRAS		1.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (107)	50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO		1
Função	Educação		12
Sub-Função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Projeto	Aquisição de Equipamentos de Ciências e Informática		1.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 – (31)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO		1
Função	Educação		12
Sub-Função	Ensino Fundamental		361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Projeto	Criação e Ampliação do Acervo Bibliográfico		1.011
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 – (32)	2.000,00
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 – (33)	2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2
Função	Cultura	13
Sub-Função	Difusão Cultural	392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA	7
Projeto	Ampliação do Acervo da Biblioteca Pública Municipal	1.016
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (57)
		2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2
Função	Cultura	13
Sub-Função	Difusão Cultural	392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA	7
Projeto	Construção da Casa da Cultura	1.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (58)
		10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	10
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	5
Projeto	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário	1.021
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (131)
		2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11
Atividade	Cursos de Geração de Emprego e Renda	1.023
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (109)
		2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.	11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.	1
Função	Urbanismo	15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana	451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS	13
Projeto	Pavimentação de Vias e Passeios Públicos	1.031
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (134)
		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUNICIPAL DE TRANSPORTES E OBRAS	07
Unidade	DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E OBRAS	1
Função	Transporte	26
Sub-Função	Transporte Rodoviário	782
Programa	ESTRADAS VICINAIS	14
Projeto	Aquisição de Máquinas e Equipamentos para Manutenção da Malha Viária	1.035
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (89)
		140.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	6
Unidade	DEPTO. AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1
Função	Saneamento	17
Sub-Função	Saneamento Básico Urbano	512
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Projeto	Construção e Manutenção de Rede de Abastecimento de Água	1.036

Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (65)	10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Aquisição de Medicamentos		1.043
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (6)	15.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE		6
Unidade	DEPTO. DE INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO		2
Função	Indústria		22
Sub-Função	Promoção Industrial		661
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS		13
Projeto	Incentivo ao Comércio e Industria		1.049
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (78)	10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		2
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Projeto	Aquisição de Máquinas, Equipamentos e Mobiliário		1.050
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (123)	1.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		3
Função	Habitação		16
Sub-Função	Habitação Urbana		482
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Projeto	Habitação Urbana		1.051
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (127)	10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		3
Função	Habitação		16
Sub-Função	Habitação Rural		481
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Projeto	Habitação Rural		1.052
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (125)	10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROLADORIA DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO		1
Função	Administração		4
Sub-Função	Administração Geral		122
Programa	ADMINISTRAÇÃO GERAL		1
Atividade	Programa de Formação Continuada aos servidores, mediante criação de Escola de Governo		2.003
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (14)	10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	CONTROL. DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO		03
Unidade	DEPARTAMENTO DA FAZENDA		2
Função	Administração		4

Sub-Função	Administração Financeira	123
Programa	ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA	4
Atividade	Manutenção das AtividadeContadoriaTributação e Finanças	2.004
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (25)
3.3.93.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (27)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO	1
Função	Administração	4
Sub-Função	Controle Interno	124
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	2
Atividade	Manutenção das Atividades da Controladoria Geral do Município	2.005
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (6)
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (7)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO	1
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	2
Atividade	Manutenção da Estrutura do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito Municipal.	2.006
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (3)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	GABINETE DO PREFEITO E VICE-PREFEITO	02
Unidade	GABINETE DE PREFEITO E VICE-PREFEITO	1
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR	2
Atividade	Manut. das Atividades da Asses. Jurídica, Asses de Imprensa	2.007
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000- (5)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	CONTROLADORIA DE GESTÃO EM ADM. E PLANEJAMENTO	03
Unidade	DEPARTAMENTO DA FAZENDA	2
Função	Administração	4
Sub-Função	Administração Geral	122
Programa	FORTALECIMENTO DO MUNICIPALISMO	3
Atividade	Contribuição às Entidades Municipalistas	2.008
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.50.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (23)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	10
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência à Criança e ao Adolescente	243
Programa	FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E ADOLESCENTE	5
Atividade	Manutenção das Atividades do FIA	2.009
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (132)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação Infantil	365
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Ensino Infantil	2.010
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 - (52)

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Ensino Médio	362
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Manutenção do Transporte Escolar Ensino Médio	2.012
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.01.000000 – (47)
		14.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Educação de Jovens e Adultos	366
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Apoio ao Ensino de Jovens e Adultos	2.017
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (56)
		6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO	1
Função	Educação	12
Sub-Função	Ensino Fundamental	361
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS	6
Atividade	Implantação do Programa PROERD	2.018
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (41)
		2.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER	04
Unidade	DEPARTAMENTO DE CULTURA	2
Função	Cultura	13
Sub-Função	Difusão Cultural	392
Programa	CULTURA – VALORIZAÇÃO DO POVO E SUA HISTÓRIA	7
Atividade	Apoio à Cultura	2.019
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (60)
		20.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL	9
Atividade	Manutenção do Programa de Serv. de Conv. e Fort. de Vínculos-SCFV	2.021
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (100)
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (101)
		7.000,00
		1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11
Atividade	Implantação e Manutenção dos Programas Sócio-Educativos	2.022
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 – (110)
		1.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO	08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	1
Função	Assistência Social	8
Sub-Função	Assistência Comunitária	244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL	11

Atividade	Ações Assistenciais de caráter emergencial		2.027
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (114)	16.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Atividade	Programa Fome Zero		2.032
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (91)	2.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		09
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO		1
Função	Habitação		16
Sub-Função	Habitação Urbana		482
Programa	NOSSO SONHO TORNANDO-SE REAL		12
Atividade	Manutenção das Atividades Administrativas do F.R.H.		2.033
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (130)	2.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		9
Atividade	Manutenção do Programa Índices de Gestão Desc. - IGD-SUAS		2.034
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (103)	10.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		1
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência Comunitária		244
Programa	CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTENCIA SOCIAL		9
Atividade	Manutenção do Programa Índices de Gestão Desc. B. Família-IGDBF		2.037
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (105)	2.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		1
Função	Urbanismo		15
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS		13
Atividade	Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública		2.041
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (150)	40.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		11
Unidade	SEC. MUN. INFRA-EST, OBRAS, SERV URB E DESENV.		1
Função	Energia		25
Sub-Função	Infra-Estrutura Urbana		451
Programa	PLANEJAMENTO E SERVIÇOS URBANOS		13
Atividade	Ampliação e Manutenção das Redes de energia elétrica		2.043
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
4.4.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (151)	30.000,00
CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE		06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE		1

Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Controle de Formigas Cortadeiras	2.051
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (67)
		1.500,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECI. E MEIO AMBIENTE	1
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Terceirização de Horas de Serviço de Máquinas para Conservação de Estradas	2.052
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (68)
		100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECI. E MEIO AMBIENTE	1
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	AGRICULTURA FORTALECIDA – ECONOMIA FORTE	15
Atividade	Incentivo ao Reflorestamento	2.057
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (74)
		3.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SEC. AGRICULTURA, ABASTECIM. E MEIO AMBIENTE	06
Unidade	DEPTO AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E MEIO AMBIENTE	1
Função	Agricultura	20
Sub-Função	Extensão Rural	606
Programa	MEIO AMBIENTE	16
Atividade	Incentivo a instalação de Cisternas e Proteção de Fontes	2.060
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (76)
		5.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE	17
Atividade	Manutenção da Estratégia da saúde da família - ESF	2.066
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (14)
		60.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE	17
Atividade	Manutenção do programa assistência farmacêutica básica	2.072
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (30)
		50.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO	CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO	5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde	1
Função	Saúde	10
Sub-Função	Atenção Básica	301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE	17
Atividade	Realização de Cursos na área de saúde	2.073
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (34)
		6.900,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção de Convênio com entidades sem fins lucrativos para Atendimentos Hospitalares		2.074
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.50.00	Trans. a Instit. Privadas sem fins L	01.02.000000- (38)	100.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE SAÚDE E SANEAMENTO		5
Unidade	Fundo Municipal de Saúde		1
Função	Saúde		10
Sub-Função	Atenção Básica		301
Programa	CUNHATAÍ CUIDANDO DE SUA SAÚDE		17
Atividade	Manutenção do Programa - ACS		2.079
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.1.90.00	Aplicação Direta	01.02.000000- (35)	10.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SEC. MUN. DE EDUCAÇÃO, CULT, ESPORTE E LAZER		04
Unidade	DEPARTAMENTO DE ENSINO		1
Função	Educação		12
Sub-Função	Ensino Médio		362
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA PARA TODOS		6
Atividade	Apoio a Escolas Técnicas de Ensino Médio		2.080
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.50.00	Transf. a Instituições Privadas sem	01.01.000000 - (49)	6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DA CRIANÇA E ADOLESCENTE		2
Função	Assistência Social		8
Sub-Função	Assistência à Criança e ao Adolescente		243
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Atividade	Manutenção das Atividades do FIA		2.082
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (124)	6.000,00

CLASSIFICAÇÃO	ESPECIFICAÇÃO		CÓDIGO
Órgão	SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL E HABITAÇÃO		08
Unidade	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		3
Função	Habitação		16
Sub-Função	Habitação Urbana		482
Programa	ASSISTENCIAL SOCIAL GERAL		11
Atividade	Manutenção das Atividades Administrativas do F.R.H.		2.083
Despesa	Modalidade de Aplicação	F. Recurso	Valor
3.3.90.00	Aplicação Direta	01.00.000000 - (129)	10.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Cunhataí – SC, em 25 de Agosto de 2017.

LUCIANO FRANZ
Prefeito Municipal

Curitibanos

CÂMARA MUNICIPAL

CONTRATO 8_2017

CONTRATO NÚMERO 8/2017

CONTRATO DE COMPRA E VENDA QUE ENTRE SI CELEBRAM A CÂMARA DE VEREADORES DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Rua Archias Ganz, 288, Centro, em Curitibanos (SC), inscrita no CNPJ sob nº 78.493.632/0001-21, neste ato representada por seu Presidente Vereador Ivan França Moreira, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE E A EMPRESA Restaurante Hikaru Ltda Me, estabelecida na Rua Coronel Vidal Ramos, nº 656, bairro centro, na cidade de Curitibanos/SC, CEP 89.520-000, fone 49 – 98435-6050, e-mail restaurantehikari@uol.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.156.902/0001-11, neste ato representada por Gerson Naoyuki Suzuki, cargo/função Administrador, portador do RG nº 1.911.236, expedida pela SSP/SC e CPF nº 571.074.750-53, residente e domiciliado na cidade de Curitibanos/SC, doravante denominada CONTRATADA.

As partes acima resolvem celebrar o presente contrato de compra e venda, decorrente do procedimento licitatório realizado na modalidade Pregão, nº 07/2017, do tipo Menor Preço Global, que se regerá pelos termos do Edital de Licitação e seus anexos;

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1. Contratação de empresa especializada para fornecimento de coquetéis, a serem servidos nos eventos solenes de entrega de Título de Cidadão Curitibanense e Comendas de Mérito que realizar-se-ão nesta Casa Legislativa no ano de 2017, conforme organograma, especificações técnicas e quantidades descritas no Anexo I - Termo de Referência - do Edital de Pregão Presencial 07/2017, e autorização de fornecimento em anexo.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA ENTREGA DOS OBJETOS

2.1. Os objetos e serviços contratados serão entregues na sede da Contratante ou em local a ser definido nesta localidade, nas datas e horários especificados no Anexo I - Termo de Referência - do Edital de Pregão Presencial 07/2017, com estrita observância ao que dispõe a proposta da CONTRATADA, aos termos deste Contrato e aos demais elementos constantes do Pregão Presencial nº 07/2017, que integram o presente instrumento, como se aqui transcritos estivessem.

2.1.1. Em caso de divergência entre o conteúdo da Proposta da CONTRATADA e o contido neste Contrato e demais elementos que o integram, prevalecerão estes últimos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

3.1. O contrato terá a vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado, mediante termo aditivo escrito, nos termos legais.

3.2. Os preços serão reajustados pelo IPCA, desde que ultrapassado o prazo de um ano, mediante acordo entre as partes.

3.3. O reequilíbrio econômico financeiro será executado a qualquer tempo desde que comprovado mediante documentação fiscal a época da emissão do contrato e atual, mediante também demonstração em planilhas.

CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS, CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DO FORNECIMENTO

4.1. O valor total ESTIMADO do contrato fica convencionado entre as partes em R\$ 14.700,00 (catorze mil e setecentos reais), no qual já se acham incluídos todos os tributos e encargos legais, assim como todas as despesas de administração e custos para fornecimento dos objetos, conforme indicação da proposta da CONTRATADA.

4.2. O pagamento dar-se-á até 30 (trinta) dias após a entrega dos objetos, mediante depósito em conta bancária a ser indicada pela Contratada. Para tanto, caberá a esta apresentar a Nota Fiscal/Fatura para as conferências e o atesto pelo Contratante.

4.2.1. Caso a Nota Fiscal/Fatura apresente alguma incorreção, o documento será devolvido à Contratada e o prazo de pagamento será prorrogado pelo mesmo tempo em que durar a correção, sem quaisquer ônus adicionais a Contratante.

4.3. Os dados bancários da CONTRATADA para pagamento são: Banco: 001, Ag. 0517-7, Conta nº: 31.640-7.

4.4 Do fornecimento:

FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE COMENDA DE MÉRITO À UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA – UFSC E ENTREGA DE TÍTULO DE CIDADÃO CURITIBANENSE AO SENHOR LUIZ CARLOS CANCELLIER DE OLIVO.				
Dia 28 de setembro de 2017, a partir das 20h30min.				
Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.				
	Cardápio	Valor unit.	Quantidade	Total

	Italiano	R\$ 1,85	100	R\$ 185,00
	Salmão curado cream cheese e gergelim torrado	R\$ 2,50	60	R\$ 150,00
	Camarão molho bechamel com parmesão gratinados	R\$ 2,50	80	R\$ 200,00
	Roll de ameixa com bacon	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Palmito com camarão	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
CANAPÉS	Pete de salmão	R\$ 1,50	60	R\$ 90,00
	Provologue com salame e limão	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
	Scalope ao molho malbec	R\$ 2,00	80	R\$ 160,00
	Torradas com queijo e tomate cereja	R\$ 1,70	60	R\$ 102,00
	Batata baby com ragu de bacon	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Tomate seco e rúcula	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Pepino e cani	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
SUSHI	Chocolate c/ morango	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	California	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
Ramekin	Escondidinho de carne	R\$ 6,00	50	R\$ 300,00
	Mini penne 4 queijos	R\$ 6,00	50	R\$ 300,00
	Risolis de frango	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Pastel de carne	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Salgadinhos	Enroladinho de salsicha	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Empadas de frango/palmito	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
Doces	Bombom trufados	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Doces comuns (brigadeiro, cajuzinho, beijinho...)	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Fondue de chocolate	Frutas da estação			R\$ 600,00
	Água sem gás 500 ml	R\$ 2,00	30	R\$ 60,00
Bebidas	Água com gás 500 ml	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
	Sucos Naturais e de Poupá 300 ml	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Refrigerantes 350 ml	R\$ 3,00	60	R\$ 180,00
Serviços	Garçons	R\$ 18,25	04	R\$ 73,00
	Valor máximo da proposta			R\$ 4.900,00

FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE COMENDA DE MÉRITO AO LYONS CLUBE CENTENÁRIO E AO LYONS CLUBE CENTRO

Dia 26 de outubro de 2017, a partir das 20h30min.

Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.

	Cardápio	Valor unit.	Quantidade	Total
	Italiano	R\$ 1,85	100	R\$ 185,00
	Salmão curado cream cheese e gergelim torrado	R\$ 2,50	60	R\$ 150,00
	Camarão molho bechamel com parmesão gratinados	R\$ 2,50	80	R\$ 200,00
	Roll de ameixa com bacon	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Palmito com camarão	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
CANAPÉS	Pete de salmão	R\$ 1,50	60	R\$ 90,00
	Provologue com salame e limão	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
	Scalope ao molho malbec	R\$ 2,00	80	R\$ 160,00
	Torradas com queijo e tomate cereja	R\$ 1,70	60	R\$ 102,00
	Batata baby com ragu de bacon	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Tomate seco e rúcula	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00

	Pepino e cani	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
SUSHI	Chocolate c/ morango	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	California	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
Ramekin	Escondidinho de carne	R\$ 6,00	50	R\$ 300,00
	Mini penne 4 queijos	R\$ 6,00	50	R\$ 300,00
	Risolis de frango	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Pastel de carne	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Salgadinhos	Enroladinho de salsicha	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Empadas de frango/palmito	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
Doces	Bombom trufados	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Doces comuns (brigadeiro, cajuzinho, beijinho...)	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Fondue de chocolate	Frutas da estação			R\$ 600,00
	Água sem gás 500 ml	R\$ 2,00	30	R\$ 60,00
Bebidas	Água com gás 500 ml	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
	Sucos Naturais e de Poupa 300 ml	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Refrigerantes 350 ml	R\$ 3,00	60	R\$ 180,00
Serviços	Garçons	R\$ 18,25	04	R\$ 73,00
	Valor máximo da proposta			R\$ 4.900,00

FORNECIMENTO DE COQUETEL PARA SOLENIDADE DE ENTREGA DE COMENDA DE MÉRITO AO HOSPITAL HÉLIO ANJOS ORTIZ.

Dia 30 de novembro de 2017, a partir das 20h30min.

Número Estimado de Pessoas: 100 pessoas.

	Cardápio	Valor unit.	Quantidade	Total
	Italiano	R\$ 1,85	100	R\$ 185,00
	Salmão curado cream cheese e gergelim torrado	R\$ 2,50	60	R\$ 150,00
	Camarão molho bechamel com parmesão gratinados	R\$ 2,50	80	R\$ 200,00
	Roll de ameixa com bacon	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Palmito com camarão	R\$ 3,50	100	R\$ 350,00
CANAPÉS	Pete de salmão	R\$ 1,50	60	R\$ 90,00
	Provologue com salame e limão	R\$ 2,00	100	R\$ 200,00
	Scalope ao molho malbec	R\$ 2,00	80	R\$ 160,00
	Torradas com queijo e tomate cereja	R\$ 1,70	60	R\$ 102,00
	Batata baby com ragu de bacon	R\$ 1,50	80	R\$ 120,00
	Tomate seco e rúcula	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	Pepino e cani	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
SUSHI	Chocolate c/ morango	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
	California	R\$ 1,75	100	R\$ 175,00
Ramekin	Escondidinho de carne	R\$ 6,00	50	R\$ 300,00
	Mini penne 4 queijos	R\$ 6,00	50	R\$ 300,00
	Risolis de frango	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Pastel de carne	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Salgadinhos	Enroladinho de salsicha	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
	Empadas de frango/palmito	R\$ 1,30	100	R\$ 130,00
Doces	Bombom trufados	R\$ 1,50	100	R\$ 150,00
	Doces comuns (brigadeiro, cajuzinho, beijinho...)	R\$ 1,00	100	R\$ 100,00
Fondue de chocolate	Frutas da estação			R\$ 600,00

	Água sem gás 500 ml	R\$ 2,00	30	R\$ 60,00
Bebidas	Água com gás 500 ml	R\$ 3,00	30	R\$ 90,00
	Sucos Naturais e de Poupá 300 ml	R\$ 3,50	60	R\$ 210,00
	Refrigerantes 350 ml	R\$ 3,00	60	R\$ 180,00
Serviços	Garçons	R\$ 18,25	04	R\$ 73,00
	Valor máximo da proposta			R\$ 4.900,00
	Valor total máximo da proposta			R\$ 14.700,00

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

5. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666 de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATANTE:

5.1. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA de acordo com o estabelecido neste instrumento.

5.2. Fornecer e colocar à disposição da CONTRATADA todos os elementos e informações que se fizerem necessários ao fornecimento dos objetos.

5.3. Formalizar, por escrito, os pedidos de alterações nos quantitativos dos objetos.

5.4. Informar a CONTRATADA, por escrito, as razões que motivaram eventual rejeição dos objetos entregues.

5.5. Notificar, formal e tempestivamente a CONTRATADA sobre as irregularidades observadas no cumprimento do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6. Além de outras obrigações estipuladas neste Instrumento ou estabelecidas em lei, particularmente na Lei nº 8.666, de 21/06/93, e legislação complementar, constituem, ainda, obrigações da CONTRATADA:

6.1. Cumprir o objeto deste contrato nos termos e condições constantes do Edital Pregão nº. 07/2017 e seus anexos, bem como da respectiva proposta de preços da CONTRATADA.

6.2. Entregar os objetos descritos no lote 1 do anexo I do Edital de Pregão nº 07/2017, nas condições previstas no Edital, em observância às recomendações aceitas pela boa técnica e de acordo com a legislação em vigor.

6.3. Manter, durante a vigência deste CONTRATO, todas as condições exigidas na ocasião da contratação (habilitação e proposta), comprovando, sempre que solicitado pelo Contratante, a regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS (CRS) e junto à Previdência Social (CND) do INSS, Certidão Negativa Municipal, Estadual, Federal, Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e Quanto a Dívida Ativa da União;

6.4. Prestar esclarecimentos, imediatamente e por escrito, ao CONTRATANTE, sempre que por este solicitado.

6.5. Cumprir com o dever de recolher todos os tributos relacionados com a aquisição dos objetos deste instrumento.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES E DA RESCISÃO

7.1. Pela inexecução parcial ou total do CONTRATO, excluídas as hipóteses de caso fortuito e força maior à CONTRATADA, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades, inclusive cumulativamente:

a) Advertência por escrito.

b) Multas, inclusive cumulativamente, sem prejuízo das perdas e danos decorrentes.

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o CONTRATANTE pelo prazo de até 2 (dois) anos.

7.2. Nas hipóteses de inexecução das obrigações, à CONTRATADA poderá ser aplicada multa diária de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor total do contrato enquanto perdurar o descumprimento.

7.3. A resolução do contrato motivada pelo inadimplemento de qualquer das partes ensejará a aplicação de multa à parte culpada no montante correspondente a 10% (dez por cento) do valor total do contrato, sem prejuízo de indenização por perdas e danos.

7.4. O atraso no pagamento, por culpa exclusiva do CONTRATANTE, implicará na incidência de multa de 0,2% (dois décimos percentuais) sobre o valor de cada fatura e juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês. Os juros serão calculados desde a data limite para o pagamento até a satisfação do débito.

7.5. A CONTRATADA deverá comunicar, por escrito e justificadamente, as ocorrências de caso fortuito ou força maior impeditivas da

prestação do serviço, no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis contados da data da ocorrência, sob pena de não poder alegá-los posteriormente.

7.6. As eventuais multas e outros valores devidos pela CONTRATADA ao CONTRATANTE poderão ser compensados de pagamentos devidos à CONTRATADA, vencidos ou por vencer, deduzido da garantia de execução contratual, caso tenha sido prestada, ou poderão ser cobradas judicialmente, se for o caso.

7.6.1. As multas poderão ser aplicadas tantas vezes quantas forem as irregularidades constatadas.

7.7. O inadimplemento da CONTRATADA dará ao CONTRATANTE o direito de considerar rescindido de pleno direito o CONTRATO, independentemente de prévia interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo a CONTRATADA, ainda, pelas penalidades e pelas perdas e danos decorrentes, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente comprovadas e impeditivas da prestação dos serviços.

7.8. Além de qualquer outro descumprimento de cláusula contratual, constituem causas de resolução, em qualquer tempo, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização, a qualquer título:

A) Ceder ou transferir, no todo ou em parte, o objeto do CONTRATO, sem a prévia autorização escrita do CONTRATANTE.

B) Deixar de cumprir as obrigações previstas no CONTRATO.

C) Ocorrer reincidência, por parte da CONTRATADA, em infração contratual que implique na aplicação de multa.

D) Ocorrer a decretação de falência, a liquidação judicial ou extrajudicial da CONTRATADA, ou ainda, o ingresso desta última em processo de recuperação judicial;

7.8.1. Em qualquer das situações elencadas nas alíneas do item 7.8, exceto o previsto na letra "D", a CONTRATADA ficará sujeita à multa resolutória prevista na Cláusula 7.3, cumulativamente, respondendo ainda, pelas perdas e danos decorrentes.

7.9. Se ocorrer a hipótese da resolução por parte do CONTRATANTE, caberá à CONTRATADA o direito ao recebimento das faturas correspondentes aos objetos recebidos e aceitos.

CLÁUSULA OITAVA – GESTOR DO CONTRATO

8.1. A gestão do contrato será realizada por meio do Setor de Secretaria do CONTRATANTE.

8.2. A gestão contratual realizada pelo CONTRATANTE não exclui e nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por quaisquer irregularidades, assim como não implica em corresponsabilidade do CONTRATANTE ou de seus agentes e/ou prepostos.

8.3. A fiscalização do contrato está sujeita a designação de servidor.

CLÁUSULA NONA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

9.1. As despesas correrão por conta dos seguintes Códigos Orçamentários:

Entidade 10 – Câmara Municipal de Curitiba

Órgão 01.00 – Poder Legislativo

Unidade 01.01 - Câmara Municipal de Vereadores

Projeto/Atividade 2.001 – Manutenção das Atividades da Câmara Municipal

3.3.90.30.15.00.00.00 – Material para Festividades e Homenagens

3.3.90.39.23.00.00.00 – Festividades e homenagens

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. A tolerância por qualquer das Partes, quanto ao descumprimento das condições aqui estipuladas, será interpretada como mera liberalidade, não podendo ser invocada como novação contratual ou renúncia de direitos.

10.2. É vedado a qualquer uma das partes delegarem ou transferirem a terceiros, total ou parcialmente, os direitos e deveres objeto do presente Contrato, sem a prévia autorização da outra Parte.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DOS DEMAIS DOCUMENTOS

11.1. É parte integrante e inseparável do presente CONTRATO, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

* Edital e Anexos do Pregão Presencial Nº 07/2017

* Proposta de Preços da CONTRATADA

* Demais documentos do processo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o foro da Comarca de Curitiba/SC, com preferência sobre qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões com fundamento neste contrato.

E, por estarem justas e acordadas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma, para um só efeito, na presença das testemunhas que também o assinam.

Curitibanos/SC, 24 de agosto de 2017.

IVAN FRANÇA MOREIRA

Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Curitibanos/SC

Restaurante Hikaru Ltda Me

CONTRATADA

PROCURADORIA GERAL DA CÂMARA

O presente contrato cumpre as exigências legais.

Curitibanos, 24/08/2017.

Rafael Gobbi

Procurador Jurídico da Câmara

Testemunhas:

Nome:		Nome:
CPF:		CPF:

Descanso

PREFEITURA

CREDENCIAMENTO 03 2017 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS ORTOPÉDICAS EM ATENDIMENTO A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE DESCANSO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 3/2017

Objeto: Encontra-se aberto credenciamento para contratação de serviços médico hospitalares para realização de cirurgias eletivas ortopédicas em atendimento a população do Município, de forma complementar ao SUS, com base na Lei Municipal nº 1133/2011, com recursos próprios, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação para Credenciamento a partir da publicação do presente, a qualquer tempo, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 24 de Agosto de 2017.

Cleber Luiz Rech
Gestor FMS

CREDENCIAMENTO 04 2017 CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO HOSPITALARES PARA REALIZAÇÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS GERAIS E DE GINECOLOGIA

MUNICÍPIO DE DESCANSO
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AVISO DE LICITAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 4/2017

Objeto: Encontra-se aberto credenciamento para contratação de serviços médico hospitalares para realização de cirurgias eletivas gerais e de ginecologia em atendimento a população do Município, de forma complementar ao SUS, com recursos próprios, conforme as especificações contidas no edital e em seus anexos. Recebimento dos envelopes de documentação para Credenciamento a partir da publicação do presente, a qualquer tempo, no Departamento de Licitações e Contratos do Município de Descanso - Prefeitura, sito a Avenida Marechal Deodoro, nº 146. A integral do Edital encontra-se no endereço eletrônico www.descanso.sc.gov.br Informações pelo fone (049) 3623 0161.

Descanso/SC, 24 de Agosto de 2017.

Cleber Luiz Rech
Gestor FMS

DECRETO 1881 2017 DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE DESCANSO

DECRETO Nº 1881/2017, de 24 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO MUNICIPAL DE DESCANSO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, SC, no exercício das atribuições legais, em especial que lhe confere o art. 86, IX, da Lei Orgânica do Município e,

Considerando, a antiguidade e a necessidade de melhoria da legislação municipal no que tange à Lei Geral de Estrutura, Código Tributário, Estatuto dos Servidores, Plano de Carreira e Estatuto do Magistério entre outras;

Considerando, o disposto no art. 5º, incisos IV e V, art. 7º, art. 8º, incisos I, II, III, V, X, XXIV, XXVI e XXXVII, art. 44, art. 86, I, XXIII e parágrafo único, art. 92, art. 155 e seguintes da Lei Orgânica Municipal;

Considerando, o disposto no art. 6º dos Atos Das Disposições Orgânicas Gerais e Transitórias da Lei Orgânica Municipal e, Considerando, ser evidente a necessidade de modernização dos atos de gestão, fiscalização e controle da administração pública; Considerando, a necessidade de expedição de atos legais visando tornar mais ágil, econômica e dinâmica a administração municipal no atendimento da população;

DECRETA:

Art. 1º Fica criado no âmbito da administração municipal de Descanso o programa de modernização denominado "DESCANSO SOLIDÁRIO E MODERNO".

Art. 2º O programa busca realizar estudos, implantar sistemas técnicos e legais para modernizar a administração pública de Descanso, visando a melhoria do atendimento à população.

Art. 3º A coordenação central do programa caberá à comissão geral, formada por 07 (sete) membros e encarregada de atuar e revisar os atos para posterior encaminhamento, sendo constituída com a seguinte formação:

- I – Prefeito;
- II – Vice-Prefeito;
- III – Secretaria Municipal de Administração;
- IV – Secretaria Municipal de Saúde;
- V – Setor de Tributação;
- VI – Procuradoria jurídica municipal;
- VII – Secretaria Municipal de Educação.

§1º As reuniões da comissão geral serão realizadas semanalmente, em horário a ser definido para análise e discussão do material apresentado pelas comissões técnicas.

§2º O não comparecimento em três reuniões sequenciadas, ou não, implicará na substituição do membro.

Art. 4º Além da comissão geral, ficam criadas as comissões técnicas para desenvolver o trabalho específico em cada área visando atingir a finalidade proposta, que serão constituídas por portaria específica expedida pelo Prefeito.

Art. 5º As comissões técnicas serão constituídas por 05 (cinco) membros de setores da administração municipal, Câmara de Vereadores e sociedade civil, no seguinte formato:

I. COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO:

- a) 2 representantes do setor de tributação;
- b) 1 membro da Associação Empresarial de Descanso;
- c) 1 membro da sociedade civil ligado ao setor contábil;
- d) 1 membro do setor de contabilidade municipal.

II. COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES:

- a) 3 representantes entre os servidores da administração pública;
- b) 1 representante do sindicato com atuação na região de abrangência;
- c) 1 representante da Câmara de Vereadores de Descanso.

III. COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO DA LEI ORGÂNICA E ESTRUTURA:

- a) 3 representantes da administração municipal;
- b) 1 representante da Câmara de Vereadores de Descanso;
- c) 1 representante da sociedade Civil com conhecimento técnico.

IV. COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO DO PLANO DE CARREIRA E ESTATUTO DO MAGISTÉRIO:

- a) 1 representante da administração municipal geral;
- b) 2 representantes públicos ligados à área da educação;
- c) 1 representante do sindicato com atuação na região de abrangência;
- d) 1 representante da sociedade civil ligado à área.

V. COMISSÃO DE MODERNIZAÇÃO DA LEI DE PARCELAMENTO, LEI DO CEMITÉRIO, CÓDIGO DE OBRAS E CÓDIGO DE POSTURAS.

- a) 1 representante do setor de saúde;
- b) 1 representante da Secretaria de Obras;
- c) 1 representante da Secretaria Municipal de Administração;
- d) 1 representante da sociedade civil ligado à área da engenharia;
- e) 1 representante do setor de tributação.

Art. 6º Caberá às comissões técnicas estudar, analisar, organizar, elaborar instrumentos legais e orientar procedimentos que serão encaminhados à comissão geral para análise e destino final das proposições.

Art. 7º O trabalho das comissões técnicas e da comissão geral poderá ser acompanhado pela assessoria jurídica municipal e pelo controle interno, quando necessários, visando adequação legal dos instrumentos e procedimentos sugeridos.

Art. 8º Cada comissão técnica realizará uma audiência pública para debater com a comunidade local as mudanças sugeridas, sendo que, ao final, a comissão geral realizará a audiência pública conclusiva.

Art. 9º Fica estabelecido o prazo de 6 (seis) meses para finalização dos trabalhos das comissões técnicas e de 9 (nove) meses para conclusão de todos os trabalhos, contados a partir da expedição do presente decreto.

Art. 10. O trabalho desenvolvido nas comissões criadas pelo presente decreto não exclui a possibilidade de encaminhamento de medidas de cunho urgente, emergenciais ou rotineiros necessários para manutenção normal das atividades públicas.

Art. 11. Os trabalhos prestados pelos membros das comissões são de relevância pública, não ensejando remuneração sob qualquer forma.

Art. 12. Esse Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Descanso - SC, 24 de agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Simone Pavan
Assessor Técnico – Adm. RH/DP

DECRETO 1882 2017 REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS INTERNOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

DECRETO Nº 1882/2017, de 24 de agosto de 2017.

REGULAMENTA OS PROCEDIMENTOS INTERNOS DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe conferem o inciso IX, do artigo 86, da Lei Orgânica do Município e considerando a necessidade de disciplinar, padronizar e aprimorar a fiscalização dos serviços de máquinas prestados por terceiros,

Art. 1º Este Decreto regulamenta, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Descanso - SC, os procedimentos para controle e fiscalização dos serviços de horas máquinas prestados por terceiros na manutenção e recuperação de estradas vicinais, acessos às propriedades e atuação em Programas de Incentivos Agropecuários, com base nas leis de incentivo e princípios fundamentais da Administração Pública Municipal, estabelece o seguinte:

I – Os serviços deverão ser requeridos, com antecedência, na Secretaria de Agricultura, mediante assinatura do formulário específico, devidamente datado, com identificação do beneficiário, localidade, finalidade do serviço, tipo de máquina ou implemento, quantidade de horas, para a devida programação e viabilização do cronograma de trabalho;

II – Respeitada a devida programação e viabilização do cronograma de trabalho, a municipalidade estima um prazo de 30 a 60 dias para a execução;

III – Ressalvadas as situações emergenciais e conveniências em virtude da localização, devidamente justificada, deverá ser cumprida ordem cronológica, por região ou comunidade;

IV – Deverá ser elaborado relatório, conforme Guia de Controle Anexo I do presente Decreto, contendo assinatura do beneficiado com os serviços e do servidor responsável pelo acompanhamento ou execução do serviço;

Art. 2º Objetivando controle das horas de serviço executadas por terceiros com a finalidade de manter e recuperar estradas vicinais, acessos até o ponto de carga e descarga de produção, fica estabelecido que a Secretaria Responsável deverá apresentar relatório conforme Guia de Controle Anexo II do presente Decreto, com identificação da quantidade de horas, localização/trecho, máquina utilizada, assinatura do servidor responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos serviços e representante da empresa contratada

Art. 3º O não atendimento do disposto no presente decreto implicará na adoção de medidas administrativas necessárias para o seu perfeito cumprimento, sem prejuízo de procedimento para apurar responsabilidades.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Descanso - SC, 24 de agosto de 2017.

Sadi Inácio Bonamigo
Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Simone Pavan
Assessor Técnico – Adm. RH/DP

ANEXO I
GUIA DE CONTROLE DE HORAS MÁQUINA TERCEIRIZADAS
Relatório de Serviços Prestados

FINALIDADE DOS SERVIÇOS:	Programas de Incentivos
--------------------------	-------------------------

EMPRESA CONTRATA:
OPERADOR/MOTORIZA:
MÁQUINA:
BENEFICIÁRIO:
LOCALIDADE:
NATUREZA DO SERVIÇO:
QUANTIDADE DE HORAS:
DATA DA SOLICITAÇÃO:
DATA DA EXECUÇÃO:

Servidor Fiscal:	Beneficiário:
------------------	---------------

Operador/Motorista Empresa Contratada ANEXO II
 GUIA DE CONTROLE DE SERVIÇOS PÚBLICOS - HORAS MÁQUINA
 TERCEIRIZADAS
 Relatório de Serviços Prestados

FINALIDADE DOS SERVIÇOS:	Manutenção e Recuperação de Estradas Vicinais e Acessos
EMPRESA CONTRATA:
OPERADOR/MOTORIZA:
MÁQUINA:
LOCALIDADE/TRECHO:
QUANTIDADE DE HORAS:
DATA DA EXECUÇÃO:

Servidor Fiscal:	Operador/Motorista Empresa Contratada:
------------------	--

proprietário reutilizar o espaço, observada a legislação maior.
 Art. 3º Fica determinada a expedição de ofício ao registro de imóveis da Comarca para que proceda a baixa do R-1-6.702, com fundamento no presente decreto.
 Art. 4º Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.
 Descanso - SC, 24 de agosto de 2017.
 Sadi Inácio Bonamigo
 Prefeito de Descanso

Certifico que publiquei o presente Decreto na data supra.

Simone Pavan
 Assessor Técnico – Adm. RH/DP

DECRETO 1883 EXTINGUE SERVIDÃO PERPÉTUA

DECRETO Nº 1883/2017, de 24 de agosto de 2017.

EXTINGUE SERVIDÃO PERPÉTUA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SADI INÁCIO BONAMIGO, Prefeito de Descanso, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 86, IV, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Tendo em vista restar cessada a finalidade originalmente proposta e face à ausência de interesse da administração pública no uso do espaço para outras finalidades, com fundamento no art. 86, VIII da Lei Orgânica Municipal, fica extinta a servidão perpétua instituída pelo Termo de Servidão Perpétua, constituído em 05 de dezembro de 2001 entre Mário José Salvador, Cleusa de Fátima Lunardi Salvador e o Município de Descanso, em relação a 337 m², de parte do lote rural n. 76-A, com área total de 40.000 m².

Art. 2º Em decorrência do estabelecido no art. 1º, poderá o

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

DECRETO Nº 5716/2017

DECRETO Nº 5716/2017.

INSTITUI O REGIMENTO INTERNO DO ABRIGO "BEIJA-FLOR" DE DIONÍSIO CERQUEIRA

O PREFEITO MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA – SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso VII do art. 84, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica instituído o Regimento Interno do Abrigo "Beija Flor" de Dionísio Cerqueira, nos termos do Anexo Único.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor a partir de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dionísio Cerqueira, Estado de Santa Catarina, 23 de agosto de 2017.

THYAGO WANDERLAN GNOATTO GONÇALVES

Prefeito Municipal

Certifico que o presente Decreto foi publicado nesta data no DOM – Diário Oficial dos Municípios – Dionísio Cerqueira, 23 de agosto de 2017

Normélio Pércio

Secretário Municipal de Administração

ANEXO ÚNICO

REGIMENTO INTERNO DO ABRIGO BEIJA-FLOR DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CAPITULO I

Da Natureza e Finalidade

Art. 1º O Abrigo Beija-Flor é um serviço que oferece acolhimento para crianças e adolescentes afastados do convívio familiar por meio de medida protetiva de abrigo (ECA, Art. 101), em função de abandono ou cujas famílias ou responsáveis encontram-se temporariamente impossibilitados de cumprir sua função de cuidado e proteção, até que seja viabilizado o retorno ao convívio com a família de origem ou, na sua impossibilidade, encaminhamento para família substituta.

Art. 2º A medida protetiva de abrigo não se confunde com a medida socioeducativa de privação ou restrição da liberdade, sendo que, objetiva-se a proteção integral da criança ou adolescente cujos direitos tenham sido violados ou ameaçados.

CAPITULO II

Do Acolhimento

Art. 3º Somente serão admitidos no Abrigo Beija-Flor, crianças e adolescentes com idade entre zero à dezessete anos, onze meses e vinte e nove dias, encaminhados pelo Conselho Tutelar do Município, bem como por determinação judicial, exceto em caráter excepcional ou de emergência, com comunicação imediata à autoridade competente; Art. 4º Se diagnosticado quadro clínico da criança ou adolescente que indique a necessidade de atendimento em ambiente diferenciado para a preservação da sua saúde, dos quais o Abrigo não disponha, este deverá ser encaminhado para Instituição Especializada.

Art. 5º Conforme determina o § 3º Art. 101 da Lei 12.010/09: Crianças e adolescentes somente poderão ser encaminhados às instituições que executam programas de acolhimento institucional, governamentais ou não, por meio de uma Guia de Acolhimento, expedida pela autoridade judiciária, na qual obrigatoriamente constará, dentre outros: I - Sua identificação e a qualificação completa de seus pais ou de seu

responsável, se conhecidos;

II - O endereço de residência dos pais ou do responsável, com pontos de referência;

III - os motivos da retirada ou da não reintegração ao convívio familiar.

Art. 6º Imediatamente após o acolhimento da criança ou do adolescente, a equipe técnica da entidade elaborará um plano individual de atendimento, (PIA) visando à reintegração familiar, ressalvada a existência de ordem escrita e fundamentada em contrário de autoridade judiciária competente, caso em que também deverá contemplar sua colocação em família substituta, observadas as regras e princípios da Lei 12.010/90.

Art. 7º O plano individual levará em consideração a opinião da criança ou do adolescente e a oitiva dos pais ou do responsável.

§ ÚNICO. Constarão do plano individual, dentre outros:

I - Os resultados da avaliação interdisciplinar;

II - Os compromissos assumidos pelos pais ou responsável; e

III - a previsão das atividades a serem desenvolvidas com a criança ou com o adolescente acolhido e seus pais ou responsável, com vista na reintegração familiar ou, caso seja esta vedada por expressa e fundamentada determinação judicial, as providências a serem tomadas para sua colocação em família substituta, sob direta supervisão da autoridade judiciária.

Art. 8º A criança ou adolescente será submetida à avaliação médica, realizada por profissionais disponíveis na rede municipal, sendo encaminhado para o tratamento e/ou acompanhamento quando necessário;

Art. 9º Além do Plano Individual, o acolhido terá um arquivo em seu nome, onde constará todos os dados pertinentes e servirá para registros do seu desenvolvimento dentro do abrigo, prontuários de saúde, acompanhamento escolar e demais documentos que digam respeito aos abrigados;

CAPITULO III

Da Saúde

Art. 10. Todo acolhido deve ter:

I.- Além da avaliação obrigatória no ingresso da instituição, deverá ocorrer acompanhamento médico de rotina a cada seis (06) meses ou sempre que assim necessitar, observando que seus resultados devem ser fixados em seus prontuários;

II.- Acompanhamento odontológico preventivo a cada seis (06) meses ou sempre que assim necessitar, observando que seus resultados devem ser fixados em seus prontuários;

III - Acompanhamento Psicológico semanal ou quinzenal, conforme avaliação de profissional especializado;

IV - Acompanhamento Neurológico e Psiquiátrico quando assim necessitar, observando que seus resultados devem ser fixados em seus prontuários;

V - Carteira de vacinação atualizada;

VI – Toda e qualquer demanda para qualquer necessidade de consulta de uma criança ou adolescente acolhida deve ser prontamente atendida, e deve ser entendida como questão prioritária por qualquer funcionário do Abrigo. E a primeira atitude para identificar e comunicar e encaminhar deve ser do cargo de Cuidadora/Monitora, e, na impossibilidade desta no momento, de sua Auxiliar.

Art. 11. A instituição deverá oferecer um cardápio alimentar compatível com as necessidades das crianças e adolescentes acolhidos e, se possível, com orientação de um profissional especializado em nutrição.

CAPITULO IV

Do Ensino

Art. 12. Toda criança com faixa etária escolar deve ser matriculada

e frequentar escola, de acordo com a legislação vigente.

Art. 13. A instituição deverá encaminhar os acolhidos a atividades complementares no turno inverso a escola regular, conforme os programas educacionais oferecidos no município.

Art. 14. A Coordenação do Abrigo deverá fazer acompanhamento escolar junto às escolas e professores dos abrigados. Anexar no prontuário de cada acolhido, informações importantes para o desenvolvimento da criança e adolescente.

Art. 15. Os acolhidos deverão ter horários específicos para fazerem a lição de casa ou trabalhos escolares.

Art. 16. Executar através dos profissionais da instituição, explicações diversas, periodicamente, com temas de higiene, drogas, sexo e outros.

Art. 17. As crianças até doze anos serão levadas na Escola com o veículo do Abrigo, acompanhadas por uma Cuidadora/Monitora, e as adolescentes com transporte público, sem acompanhamento, respeitando sua liberdade, responsabilidade e incentivo à autonomia, salvo identificado algum comprometimento pessoal que impeça, ou, se for o caso, de impedimento familiar devido a riscos, ou de impedimento judicial.

CAPÍTULO V

Da Assistência Social

Art. 18. Garantir a preservação e fortalecimento dos vínculos comunitários, propiciando o acesso e participação nas festividades e demais eventos da comunidade, atividades culturais, esportivas e de lazer, observando o interesse e as habilidades do acolhido.

Art. 19. Trabalho social com a famílias de origem, contribuindo no fortalecimento da capacidade da família para o desempenho do papel de cuidado e proteção; trabalhando a conscientização por parte da família dos motivos que levaram à retirada da criança ou adolescente, com vistas ao desenvolvimento de ações que contribuam para a superação de situações adversas ou padrões violadores que possam ter levado ao afastamento, fortalecendo os vínculos familiares.

Art. 20. Garantia de liberdade à crença e religião, respeitando os antecedentes religiosos da criança e adolescente.

Art. 21. É de responsabilidade da Secretaria Municipal de Assistência Social ofertar constantemente capacitação específica para a equipe de funcionários que atuam junto ao Abrigo Institucional Beija Flor.

CAPÍTULO VI

Das Normas

Art. 22. As normas institucionais serão regidas pelo presente regimento interno do Abrigo Beija-Flor, o qual somente poderá ser alterado por comissão interdisciplinar formada por profissionais de psicologia e assistência social em conjunto com a coordenação do abrigo, seguindo o rito disposto no art. 90 e parágrafo único do Estatuto da Criança e Adolescente.

Art. 23. As normas disciplinares têm por função indicar, claramente, limites à conduta individual, buscando o bem-estar coletivo, através do estabelecimento de regras de convivência que serão formuladas pela coordenação, equipe técnica, cuidadores e auxiliares de cuidador, registrado em documento anexo e assinado por todos.

Art. 24. O não cumprimento das regras de convivência acarretará em sanções cabíveis, descritas no documento em anexo, podendo ser instaurado procedimento administrativo ao funcionário que não cumprir as regras e/ou não desempenhar sua função dentro da ética e do sigilo profissional.

Art. 25. As normas que impõem as regras de convivência, deverá ser fixada em local visível e de fácil acesso aos acolhidos e funcionários, bem como poderão ser revistas de forma periódica em conjunto entre a equipe técnica, cuidador/monitores, auxiliares e acolhidos;

Art. 26. Poderão figurar como normas disciplinares institucionais do abrigo, os seguintes itens:

a) Horários para entrada, saída, refeições, higiene pessoal, lazer e rotina escolar;

b) Escalas para realização de atividades colaborativas na casa.

CAPÍTULO VII

Da Permanência

Art. 27. Toda criança ou adolescente que estiver inserido em programa de acolhimento institucional terá sua situação reavaliada, no máximo, a cada 6 (seis) meses, devendo a autoridade judiciária competente, com base em relatório elaborado por equipe interprofissional ou multidisciplinar, decidir de forma fundamentada pela possibilidade de reintegração familiar ou colocação em família substituta, em quaisquer das modalidades previstas no art. 28 da Lei 12.010/09.

Art. 28. A permanência da criança e do adolescente em programa de acolhimento institucional não se prolongará por mais de 02 anos, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária. (Em cumprimento ao artigo 19, §2º da Lei nº 8.069/1990 do ECA).

Art. 29. Durante a permanência no Abrigo, haverá organização de registros sobre a história de vida e desenvolvimento de cada criança / adolescente: Serão organizados registros diários da equipe de cuidador/monitores, nos quais conste relato sintético sobre a rotina interna do abrigo. A equipe técnica do Abrigo deverá organizar prontuários individuais com registros sistemáticos que incluam: histórico de vida, motivo do acolhimento, anamnese inicial, data de entrada e desligamento, documentação pessoal, informações sobre o desenvolvimento (físico, psicológico e intelectual), condições de saúde, etc. Além dessas, o prontuário deve conter as informações obtidas sobre a família de origem e resumo do trabalho desenvolvido com vistas à reintegração familiar (visitas, encaminhamentos, encontros da família com a criança ou adolescente, preparação para a reintegração, etc.). Esses registros devem ser consultados apenas por profissionais devidamente autorizados.

CAPÍTULO VIII

Da função Monitor/Cuidador

Art. 30. De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, o cargo de Monitor/Cuidador do Abrigo Beija-Flor deverá ser exercido por profissional com a formação em nível médio e, preferencialmente, capacitação específica e experiência em atendimento à crianças e adolescentes.

Art. 31. Sugere-se a permanência de um profissional para até 10 usuários, por turno. A quantidade de profissionais deverá ser aumentada quando houver usuários que demandem atenção específica (idade inferior a um ano). Para tanto, deverá ser adotada a seguinte relação: a) 1 cuidador para cada 8 usuários, quando houver 1 usuário com demandas específicas; b) 1 cuidador para cada 6 usuários, quando houver 2 ou mais usuários com demandas específicas.

Art. 32. Dentre as funções do Monitor/Cuidador, destaca-se:

a) Cuidados básicos com alimentação, higiene e vestuário das crianças e adolescentes, bem como a proteção dos mesmos;

b) Em conjunto com toda a equipe, formular a rotina diária do Abrigo, buscando sempre fortalecer o senso de responsabilidade e de respeito mútuo, guiando os acolhidos no cumprimento de seus deveres;

c) Organização do ambiente, espaço físico e atividades adequadas ao grau de desenvolvimento de cada criança ou adolescente;

d) Auxiliar e acompanhar as crianças e adolescentes nas suas atividades rotineiras, extraclasse e/ou trabalhos e estudos;

e) Observar o comportamento dos acolhidos, para que possa auxiliar em situações conflitantes que possam vir a existir, encaminhando para coordenação e equipe técnica, quando necessário, bem como, auxiliar os acolhidos a lidar com sua história de vida, com vistas à sua preservação e elaboração;

f) Colaborar nos trabalhos de assistência aos acolhidos nos casos de emergência, como acidentes ou moléstias repentinas;

g) Comunicar a coordenação os atos relacionados à indisciplina, bem como situações atípicas referente à rotina dos acolhidos;

h) Acompanhar os serviços de saúde, nas escolas e em outros

serviços requeridos pelo cotidiano;

i) Organizar fotografias e registros individuais sobre o desenvolvimento de cada criança ou adolescente, de modo a preservar sua história de vida;

j) Acompanhar na preparação para o desligamento, sendo orientado e supervisionado pela equipe técnica;

k) Realizar atendimento de até doze (12) crianças e adolescentes, e com escolaridade mínima de ensino médio para realizar tal função;

l) Manter relação afetiva e personalizada e individualizada com cada criança e adolescente;

m) elaborar relatório diário sobre a rotina do abrigo, datado e assinado.

CAPITULO IX

Do Auxiliar de Cuidador

Art. 33. Apoiar o cuidador no exercício de suas funções, cuidados com a moradia por meio da preparação de alimentos organização e limpeza do ambiente;

Art. 34 Responsabilizar-se pelos acolhidos na falta ou saída da Cuidadora/Monitora, e desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência;

Art. 35 Seguir o cronograma de limpeza e organização conforme a agenda elaborada por todos da função em conformidade com a Coordenação;

Art. 36 Não utilizar crianças e/ou adolescentes para executar suas funções, salvo as atividades de consenso em reunião e devidamente registradas em ata, que tem o intuito de ensinar tarefas diárias e aprendizagens de culinárias aos acolhidos.

Art. 37. Evitar desperdícios de materiais de limpeza e higiene e de alimentos, ajudando também no controle de gastos como água e luz, visando sempre a economia.

Art. 38. Realizar atendimento de até doze (12) crianças e adolescentes, e possuir no mínimo ensino fundamental para o exercício da função.

CAPITULO X

Do veículo e da função de motorista

Art. 39. O veículo do Abrigo poderá também ser solicitado pelo Conselho Tutelar, conforme a necessidade deste, conforme determinação judicial e documentação em anexo;

Art. 40. Transportar os acolhidos em atividades externas do abrigo, acompanhados pelo cuidador/monitor de plantão ou auxiliar, quando rotineiramente, ou o coordenador e/ou equipe técnica, quando necessário. A prioridade será transportes relativos à saúde, para todos, e transportes escolares, para as crianças, quando consenso provada a necessidade de uso de algum acolhido;

Art. 41. Transportar a coordenação e equipe técnica em atividades externas.

Art. 42. Zelar pela conservação, manutenção e limpeza do veículo, bem como, verificar abastecimento, troca de óleo e documentação.

Art. 43. O motorista deverá registrar diariamente a quilometragem percorrida, os locais de destino, e assinar o relatório ao final do dia, sendo que, ao final do mês, o relatório será encaminhado à Gestão de Assistência Social para controle interno.

Art. 44. Somente poderão dirigir o veículo os funcionários devidamente autorizados pela Gestão em documento registrado em cartório, e, as possíveis multas de trânsito deverão ser ressarcidas pelo motorista infrator.

CAPITULO XI

Da equipe técnica

Art. 45. Elaboração, em conjunto com o/a coordenador (a) e demais colaboradores, do Projeto Político Pedagógico do serviço.

Art. 46. Acompanhamento psicossocial dos acolhidos e suas respectivas famílias, com vistas à reintegração familiar.

Art. 47. Apoio, orientação e acompanhamento técnico do trabalho desenvolvido pelos monitores/cuidadores.

Art. 48. Encaminhamento, discussão e planejamento em conjunto com outros atores

da rede de serviços e do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente, as intervenções necessárias ao acompanhamento das crianças e adolescentes e suas famílias.

Art. 49. Organização das informações das crianças e adolescentes e respectivas

famílias, na forma de prontuário individual.

Art. 50. Elaboração, encaminhamento e discussão com a autoridade judiciária e

Ministério Público de relatórios semestrais sobre a situação de cada criança e adolescente apontando: as possibilidades de reintegração familiar; as necessidades de aplicação de novas medidas; ou, quando

esgotados os recursos de manutenção na família de origem, a necessidade de encaminhamento para adoção, quando esgotados os recursos de manutenção na família de origem.

Art. 51. Preparação, da criança / adolescente para o desligamento, em parceria

com a equipe de cuidadores/monitores.

Art. 52. Mediação, em parceria com o monitor/cuidador, do processo de aproximação e fortalecimento ou construção do vínculo com a família de origem ou adotiva, quando for o caso.

Art. 53. Inserir e manter atualizadas as informações da criança e do adolescente no Sistema de Informações de Atendimento na modalidade de Abrigo Institucional ou equivalente, para registro contínuo e recuperação de dados;

Art. 54. Realizar visitas domiciliares, quando necessário, em conjunto ou individualmente quando necessário, e, realizar estudos social e/ou psicológico, conforme a competência;

Art. 55. Realizar atendimento psicológico aos acolhidos pelo profissional psicólogo, e desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência;

Art. 56. Realizar atendimentos de até doze (12) crianças e adolescentes, para as duas funções, assistente social e psicólogo; e,

Art. 57. Elaborar e encaminhar projetos referentes ao Abrigo, em conjunto com a Coordenação.

CAPITULO XI

Da coordenação

Art. 58. De acordo com as Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, o cargo de coordenador (a) deverá ser exercido por profissional de nível superior, com experiência em função congênere.

Art. 59. De acordo com o ECA, Art. 92, Parágrafo Único: O dirigente de entidade de abrigo é equiparado ao guardião, para todos os efeitos de direito. Sendo a coordenação responsável legal pelas ações de assistência material, moral e educacional dos acolhidos.

Art. 60. É de responsabilidade da coordenação:

a) Gerir e supervisionar o funcionamento do Serviço, coordenando a equipe de trabalho, visando a excelência dos serviços prestados;

b) Aplicar as diretrizes de políticas de Assistência Social no âmbito do Serviço de Acolhimento Institucional, suprimindo também as necessidades da instituição e dos acolhidos;

c) Planejar, implementar, monitorar e avaliar as ações do Serviço de Acolhimento Institucional, cumprindo e fazendo cumprir o regimento interno da instituição bem como das normas de convivência pactuadas, em conformidade com a legislação vigente;

d) Elaborar, em conjunto com a equipe técnica e demais colaboradores, o Projeto Político-Pedagógico do Serviço;

e) Organizar e supervisionar os trabalhos desenvolvidos, acompanhando as atividades dos funcionários e acolhidos;

f) Articular com a rede intersetorial, tais como o SUS – Sistema Único de Saúde, o SUAS – Sistema Único de Assistência Social, o Sistema Educacional, outras políticas públicas e demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e Adolescente;

g) Atender à Secretaria Municipal de Assistência Social nos fluxos entre os serviços da Proteção Social Especial – Alta Complexidade;

h) Promover e participar de reuniões periódicas com representantes da rede de proteção, visando contribuir com o Município na articulação e avaliação dos serviços e acompanhar os encaminhamentos

efetuados;

- i) Definir, em conjunto com a equipe técnica que atua na unidade de acolhimento, o fluxo de entrada, o acompanhamento, o monitoramento, a avaliação e o desligamento das crianças e adolescentes;
- j) Definir, em conjunto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico-metodológicas de trabalho a serem utilizadas com as crianças e os adolescentes;
- k) Articular o processo de implantação, execução, monitoramento, registro e avaliação das ações, usuários e serviços;
- l) Realizar reuniões periódicas com a equipe técnica e o cuidador para a discussão dos casos e a avaliação das atividades desenvolvidas;
- m) Encaminhar à autoridade judiciária competente, trimestralmente, relatório circunstanciado elaborado pela equipe técnica acerca da situação de cada criança e adolescente acolhido, para fins de realização prevista no § 1º, do art. 19, da Lei nº 8.069, de 1990 e suas alterações;
- n) Estabelecer dias e horários de visitas, a fim de promover o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários;
- o) Com o auxílio da equipe técnica e cuidadoras/monitoras, manter as documentações atualizadas, acompanhar o desempenho escolar dos acolhidos, bem como, zelar pela saúde de todos, tomando as medidas necessárias para o bom desenvolvimento da criança e adolescente; e,
- p) Desenvolver outras atividades afins, no âmbito de sua competência, como representante legal dos acolhidos, responsabilizando-se pela instituição e pelas crianças e adolescentes que necessitam do serviço do Abrigo.

CAPITULO XII

Das Habilitações dos Cargos e da Carga Horária

Art. 61. O cargo de coordenador será exigido Ensino Superior completo nas áreas de Psicologia, Serviço Social, Sociologia e/ou Pedagogia, devendo cumprir quarenta horas semanais e, por ser cargo de provimento em comissão, deve estar disponível a sua presença quando solicitado para qualquer eventualidade fora do horário normal.

Art. 62. Os cargos de Psicólogo e Assistente Social são cargos de provimento efetivos e é exigido Ensino Superior específico na área de atuação, com registro nos devidos órgãos competentes fiscalizadores, devendo cumprir trinta (30) horas semanais.

Art. 63. Os cargos de Cuidador/Monitor é cargo de provimento efetivo e é exigido Ensino Médio completo, cumprindo quarenta (40) horas semanais, devendo estar disponível a escalas de trabalho de seis horas diárias, ou escalas de 12/36 ou 12/48 horas, ou ainda escalas de 24/72 ou 24/96, conforme a quantidade de funcionários disponíveis; sendo que as escalas devem estar devidamente registradas no Departamento de Recursos Humanos e comunicado ao Ministério Público; sendo que, o funcionário deve estar disponível para plantões aos finais de semana e/ou feriados, podendo receber horas extras e caso exceda a carga horária normal ou receber outros provimentos como adicional noturno.

Art. 64. O cargo de Auxiliar de Cuidador é cargo de provimento efetivo e é exigido Ensino Fundamental completo, cumprindo quarenta (40) horas semanais, devendo estar disponível a escalas de trabalho de seis horas diárias, ou escalas de 12/36 ou 12/48 horas, ou ainda escalas de 24/72 ou 24/96, conforme a quantidade de funcionários disponíveis; sendo que as escalas devem estar devidamente registradas no Departamento de Recursos Humanos e comunicado ao Ministério Público; sendo que, o funcionário deve estar disponível para plantões aos finais de semana e/ou feriados, podendo receber horas extras caso exceda a carga horária normal ou receber outros provimentos como adicional noturno.

Art.65. A função de motorista é necessária ao Abrigo e deverá ser fornecida um deslocamento de funcionário habilitado à função, através da Gestão da Secretaria da Assistência Social ou Administrativa da Prefeitura Municipal, ou utilização de funcionário apto a desempenhar a função, devidamente regularizado no

Departamento de Recursos Humanos.

CAPITULO XIII

Das Visitas a Instituição

Art. 66. Somente será permitida visitas de familiares aos acolhidos mediante autorização judicial.

§1º A equipe técnica e coordenação poderão estabelecer horários de visitas, a fim de evitar prejuízo à rotina dos acolhidos.

§2º As visitas terão a supervisão da equipe técnica ou cuidador/monitor do plantão, ou, na impossibilidade de agendamento aos horários de trabalho destes e para não prejudicar a família, a Cuidadora/Monitora plantonista fará a supervisão, sempre visando a ética, sem interferir na educação naquele momento, apenas observar e interagir o menos possível, deixando o espaço para a criança e família reconquistar vínculos, exceto havendo algum empecilho ou constrangimento, devendo agir em razão da criança.

Art. 67. Toda visita deverá ser registrada, sob forma de termo de visita no arquivo individual do acolhidos.

Art. 68. Toda visita eventual deverá ser agendada antecipadamente e comunicada a coordenação e equipe técnica.

CAPITULO XIV

Do Voluntariado

Art. 69. Toda pessoa que desejar realizar serviço voluntariado na instituição Abrigo Beija Flor deverá realizar entrevista com a equipe técnica.

Art. 70. Todo voluntário deve ser aprovado pela coordenação do Abrigo, bem como seu projeto de voluntariado, no qual deverá constar as tarefas que se pretende realizar, os objetivos que se quer alcançar e o cronograma de realização, quando corresponderem as necessidades apresentadas pela instituição.

Art. 71. Os trabalhos voluntários realizados no Abrigo, não acarretarão vínculos empregatícios entre a instituição mantenedora do Abrigo (Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira/SC) e a pessoa voluntária.

CAPITULO XV

Da Manutenção da Instituição

Art. 72. Cabe a coordenação do Abrigo a averiguação das necessidades básicas da instituição, tais como: Infraestrutura, alimentação, higiene e demais necessidades, das quais deverá suprir para manter a instituição em plenas condições de funcionamento.

Art.73. É responsabilidade da Prefeitura Municipal e da Gestão de Assistência Social manter a infraestrutura do Abrigo, disponibilizando recursos para a manutenção.

CAPITULO XVI

Das Doações

Art. 74. Toda e qualquer doação monetária realizada à instituição Abrigo Beija Flor de Dionísio Cerqueira, deverá ser feita por meio do Fundo Municipal da Criança e Adolescente, o qual deverá respeitar a legislação vigente e destinar de acordo com a necessidade da instituição.

Art. 75. As doações de bens materiais destinados aos colhidos, serão repassadas aos mesmos.

Parágrafo Único - Quando as doações forem monetárias e destinadas a acolhidos individualmente, a coordenação do Abrigo encarregar-se-á, pela abertura de uma conta bancária específica em nome do acolhido, sendo essa liberada ao uso em seu desligamento da instituição.

CAPITULO XVII

Do trabalho dos acolhidos

Art. 76. Todo o benefício ou salário que o acolhido receber, por trabalhos realizados fora do Abrigo, desde que esteja de acordo com a legislação vigente, terá uma parte depositada na conta bancária específica aberta pela Instituição em seu nome, podendo só fazer retirada quando o mesmo desligar-se da Instituição ou com a aprovação da coordenação em casos excepcionais, sendo que a outra

parte será repassada integralmente ao acolhido, e devidamente guardadas e anexadas as notas fiscais.

Art. 77. O trabalho não poderá prejudicar os estudos dos acolhidos.

CAPITULO XVIII

Do Desligamento

Art. 78. Todo acolhido desligar-se-á da instituição nos seguintes casos:

a) quando houver reintegração familiar, família extensa ou colocação em família substituta;

b) quando o acolhido atingir a maioridade.

Art. 79. Todo o desligamento da instituição ocorrerá mediante decisão judicial fundamentada.

Art. 80. Ao desligar-se da instituição, o acolhido deverá receber a documentação necessária para o exercício de sua cidadania, materiais escolares em uso, vestuários, álbum de fotos, bem como o acesso a conta bancária existente em seu nome.

Art. 81. Acompanhamento institucional por um semestre após o desligamento, sobre responsabilidade da Equipe Técnica, em conformidade com a Coordenação.

CAPITULO XIX

Assuntos Gerais

Art. 82. É terminantemente proibido a qualquer funcionário, acolhido ou visitante, fumar, ingerir bebidas alcoólicas ou fazer uso de substância entorpecente nas dependências da instituição.

Art. 83. Exercer sua função com zelo e responsabilidade, tendo como prioridade o bem estar dos acolhidos, e, se necessário aplicar algum castigo, que seja em conformidade com a Coordenação, sendo que, os castigos jamais serão aplicados sobre aspectos referentes à alimentação, esporte ou lazer e sobre internet a fim de estudos.

Art. 84. Todo funcionário deve desempenhar a sua, e apenas a sua, função, podendo apenas sugerir ou auxiliar outra função, sem imposição.

§ 1º. Sugestões referentes aos andamentos da instituição sobre qualquer função serão determinadas pela coordenação, ou de consenso deste ou determinadas através das reuniões de trabalho, sendo proibido a intervenção constante ou com característica de exposição constrangedora ou determinação impositiva dirigida entre funcionários, principalmente se exercido a algum funcionário na frente de outros funcionários ou acolhidos, será considerado como infração grave. Sendo assim, cada um será responsável pela sua função apenas, tendo espaços para sugestões no devido momento da reunião.

§ 2º. Cada funcionário deverá promover elos de proximidade e bom vínculo com os acolhidos, sempre prestes à escuta e orientação, e não apenas de discurso moral e impositor.

Art. 85. Todo funcionário deve promover um bom clima de trabalho, colaborando com o clima organizacional, com relacionamento amigável entre todos os funcionários, por entender que a relação de trabalho contrária interfere na vida e no comportamento dos acolhidos.

§ ÚNICO. Não serão admitidas rixas, brigas, intrigas, fofocas que desestabilizem o ambiente de trabalho.

Art. 86. É extremamente proibido qualquer tipo de violência ou agressão, física ou verbal, dirigida a qualquer acolhido, em qualquer hipótese.

Art. 87. Cada funcionário deverá comunicar imediatamente ao coordenador, sua falta de trabalho, possíveis atestados médicos ou falta em reuniões ou demais convocações de forma justificada e antecipadamente.

Art. 88. O uso do veículo e o uso do telefone do Abrigo deve ser utilizado necessariamente a trabalho e nunca para fins pessoais.

Art. 89. Será restrito o uso de celular nas dependências internas do Abrigo. O uso deverá ser preferencialmente externo, quando a trabalho e por necessidade de comunicação sobre o serviço. O mal uso, que não vise fins de trabalho, e/ou gravações de áudios ou fotos que desestabilizem ou extravasem o ambiente da instituição,

poderá desencadear advertência ou demissão por justa causa.

§ ÚNICO. A função de coordenador, equipe técnica e motorista será permitido o uso de aparelho celular pela necessidade de comunicação externa, ficando restrito o uso interno.

Art. 90. Deverá ser feito um controle de entrada e saída de todos os objetos ou mantimentos existentes no Abrigo Beija Flor, que deverá ser assinado pelo cuidador/monitor ou auxiliar que retirar.

Art. 91. Deverá ser realizado de forma periódica, ou sempre que necessário, capacitações aos profissionais do Abrigo e em acordo ao último Termo de Ajustamento de Conduta de fevereiro de 2016, pelo menos uma vez ao ano.

Art. 92. Situações não previstas neste regimento serão analisadas pela coordenação do abrigo, bem como pela equipe técnica, quando de sua competência.

Art. 93. Fica aprovado o Regimento Interno do Abrigo Beija-Flor de Dionísio Cerqueira/SC, conforme o disposto no art. 90 da Lei nº8.069/90 – Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº12.010/09 e Orientações Técnicas para os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes CONANDA e CNAS.

Art. 94. O Regimento Interno é parte integrante do presente Decreto e é extremamente proibido a qualquer funcionário descumprilo.

EXTRATO PREGÃO 11/2017 - FMAS

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017

O MUNICÍPIO DE DIONISIO CERQUEIRA, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02, promove Processo Licitatório nº 11/2017, Edital de Pregão Nº 11/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA REFORMA, COM SERVIÇO DE CONSTRUÇÃO DE CERCA, PINTURA E PISO DO CRAS DO BAIRRO TRES FRONTEIRAS, LOCALIZADO NA RUA VEREADOR ARGEMIRO PERREIRA, Nº 224, NO MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 12/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, Rua Santos Dumont, nº 413, Centro, Dionísio Cerqueira/SC. Informações complementares sobre o edital poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, no endereço supra citado, ou através do telefone (0xx49) 3644-6700 ou site: www.dionisiocerqueira.sc.gov.br. Dionísio Cerqueira/SC. THYAGO W. G. GONÇALVES PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO TOMADA DE PREÇO 43/2017 - PMDC

MUNICIPIO DE DIONISIO CERQUEIRA - SC.

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº 43/2017.

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 43/2017, Edital de Tomada de Preço Nº 43/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE OBRAS DE PAVIMENTAÇÃO ASFALTICA E SINALIZAÇÃO VIÁRIA NA RUA LEOBERTO LEAL – CENTRO, NA CIDADE DE DIONISIO CERQUEIRA - SC. O recebimento dos envelopes de habilitação e propostas fica até às 09:00 horas do dia 11/09/2017. Abertura dos envelopes às 09:00 horas do mesmo dia, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Santos Dumont, nº 413, Dionísio Cerqueira – SC, maiores informações, www.dionisiocerqueira.sc.gov.br, pelo e-mail– comprasdionisiocerqueira@hotmail.com, pelo telefone: 0xx49-36436700, no Depto de Compras, das 08:00h às 12:00h e das 13:30h às 17:30. Dionísio Cerqueira - SC. Thyago W. G. Gonçalves – Prefeito Municipal.

Doutor Pedrinho

PREFEITURA

LEI Nº 881/2017

LEI nº 881, de 14 de agosto de 2017.

Institui a semana municipal de sensibilização à criança, ao adolescente e à família, no município de Doutor Pedrinho, e dá outras providências.

A Prefeita do Município de Doutor Pedrinho, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e esta sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica instituída a Semana Municipal de Sensibilização e Apoio à Criança, ao Adolescente e à Família, no Município de Doutor Pedrinho.

Parágrafo Único – A Semana Municipal de Sensibilização e Apoio à Criança, ao Adolescente e à Família será realizada anualmente, na segunda quinzena de outubro, tendo como referência o dia 21 de outubro (Dia Nacional de Valorização da Família).

Art. 2º - São objetivos da Semana Municipal de Sensibilização e Apoio à Criança, ao Adolescente e à Família, sem prejuízos de outros que o Poder Executivo julgar necessário:

I - promover a participação efetiva da comunidade por meio da parceria com os pais e outros segmentos da sociedade, buscando criar condições para promoção de uma educação construtiva e justa através de um trabalho coletivo e educativo;

II - oportunizar a integração entre as famílias em vulnerabilidade econômica e social;

III - contribuir na mobilização dos diversos atores (sociedade civil, governo, escolas, empresas) para importância de se refletir a

questão dos direitos da criança e do adolescente e da defesa contra os maus tratos, violência nos seus diversos tipos de negligência;

IV - divulgar as iniciativas existentes no município em defesa dos direitos da criança e do adolescente;

V - contribuir na mobilização da sociedade como um todo no sentido de colaboração, para que esta possa assumir a responsabilidade social no que diz respeito às crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Art. 3º - Poderão ser convidados para palestras, seminários, exposições, orientações e outras atividades do gênero, sempre com intuito de colaboração com o Poder Público nessa iniciativa para o seu pleno sucesso, especialistas em orientações vocacionais e cidadãos das mais diversas áreas profissionais para discorrer sobre seus campos laborais.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Doutor Pedrinho, em 14 de agosto de 2017, 29º ano de Fundação; 28º ano de Emancipação Política.

SIMONI MÉRCIA MESCH NONES
Prefeita de Doutor Pedrinho/SC.

A presente Lei foi devidamente registrada e publicada na forma determinada pela legislação vigente nos locais da Prefeitura Municipal, aos 14 dias do mês de agosto de 2017.

TASSIANA OURIQUES BECKER
Agente Administrativo II.

CÂMARA MUNICIPAL

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA SESSÃO ORDINÁRIA

Ata da Vigésima Sétima Sessão Ordinária da Câmara de Vereadores de Doutor Pedrinho, do Segundo Período Ordinário, da Primeira Sessão Legislativa, da Oitava Legislatura do Município. Em vinte e dois de agosto de dois mil e dezessete (22/08/2017), com início às 19:30 hs, reuniu-se a Câmara de Vereadores do Município de Doutor Pedrinho, com a presença da totalidade de seus Vereadores, tendo na Presidência o Vereador Tony Tadeu Nones; 1º Secretário o Vereador Luizinho Pereira da Silva; e 2º Secretário o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho. Inicialmente, o Senhor Presidente cumprimentou os colegas Vereadores e demais presentes, e declarou aberta a Sessão Ordinária, com a invocação regimentalmente fixada. A seguir, no pequeno expediente, o Presidente registrou a prévia entrega de cópia da Ata da Vigésima Sexta Sessão Ordinária realizada no dia 15/08/2017 aos Senhores Vereadores, disponibilizado na própria sede e publicada no Diário Oficial dos Municípios (www.diariomunicipal.sc.gov.br), colocando-a em discussão, e, não havendo manifestações, submeteu a votação, sendo a mesma aprovada por unanimidade, passando-se para assinaturas. Dando continuidade, convidou o Senhor Vereador Luizinho Pereira da Silva, 1º Secretário, a fazer a leitura do expediente, assim constituído: a) Convite recebido do Poder Executivo para a Audiência Pública de

apresentação e discussão das metas de planejamento e aprovação final do projeto do Plano Plurianual, que será realizada no dia 23 de agosto, na Associação dos Servidores Públicos de Doutor Pedrinho, às 19hs; b) Convite recebido para a Solenidade de Inauguração do Novo Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó, que acontecerá no dia 28 de agosto, às 16hs, no Novo Quartel do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó; c) Convite recebido da E.E.B Frei Lucínio Korte, para as atividades cívicas de 07 de setembro, com início de programação às 09:30 hs, na sede da Escola; d) Indicação nº I-015/2017 apresentada pelo Vereador Nilton Florencio, sugerindo que seja efetuada a recapagem pista de rolamento da Ponte na localidade Salto Donner, justificada na necessidade de facilitar o acesso e compartilhamento entre os usuários da referida Ponte, pois dentre as diversas dificuldades também ocorre acúmulo de água de chuva que por vezes acabam molhando os pedestres que por lá transitam; e) Indicação nº I-016/2017 apresentada pelo Vereador Nilton Florencio, sugerindo que o Poder Executivo viabilize, através do departamento competente, dentro da legalidade, a continuação de reestruturação da estrada na propriedade do senhor Leonardo Hager, conforme Lei nº 68/1990 e Lei Orgânica Municipal, em seu artigo 128, inciso IV, que garantem manutenção das vias de acesso da propriedade para a via geral em benefício do

escoamento da produção; f) Requerimento nº R-04/2017 apresentado pelo Vereador Nilton Florencio, solicitando encaminhamento das informações recebidas do Deinfra, referente a possibilidade de instalação de proteção tipo guard-rail na Rodovia SC-477, Km 157, próximo à residência do Sr. Mário Bertoldi, em função de uma curva existente nesse ponto, onde vários motoristas já perderam o controle, acabando por cair em barranco abaixo, e mesmo que só seja de conhecimento danos materiais, sem a proteção os usuários não estão ilesos de danos vitais, sendo tal equipamento necessário como medida de prevenção, de extrema importância à segurança dos usuários; g) Ofício recebido do Poder Executivo em resposta ao Ofício nº PL-045/2017; O Senhor Presidente solicita leitura do Ofício pelo Primeiro Secretário, e após procedida a leitura, encaminha o Projeto de Lei Complementar nº 02/2017 para a Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação para nova apreciação, donde o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, Presidente da Comissão, em questão de ordem, convoca os membros da Comissão, Vereadores Américo Nones e Joel Mazzi, para que na próxima Sessão Ordinária, reúnam-se antes do horário da sessão nesta Casa para deliberação. Encerrado o expediente, seguiu-se ao grande expediente em tema livre, donde não houve vereadores inscritos, de forma que se prosseguiu na pauta da sessão, abrindo-se espaço para "Comunicação de Lideranças", também sem qualquer registro de manifestação pelos Líderes. Com uma proposição pautada para "Ordem do Dia", qual seja o Projeto de Resolução nº 08/2017, o Senhor Presidente, solicita leitura de Parecer da Comissão Permanente de Constituição, Justiça e Redação, donde após leitura do Presidente da Comissão, o Vereador Jackson Rodrigo de Castilho, passou-se a Primeira Discussão, e não havendo manifestações, passou-se a Primeira Votação, ficando o Projeto de Resolução nº 08/2017 aprovado pelos Vereadores presentes. Concluída a Ordem do dia, passou-se para a "Palavra Livre" pela ordem de inscrição, onde: a) o Vereador Joel comenta de uma situação que lhe foi trazida e até mesmo verificada pelo mesmo na localidade Capivari em frente à residência do Senhor Jorge Hager, onde crianças desembarcam do ônibus escolar e atravessam a Rua, muitas vezes sem nenhuma vigilância dos pais; O Vereador comenta que existe uma lombada próxima ao desembarque, mas esta, porém está mal sinalizada; Deste modo, solicita ao Senhor Presidente que se oficie a Secretária de Obras, para que o setor proceda uma pintura na lombada, para assim facilitar a sinalização e em consequência disso garantir uma maior segurança as crianças; O Senhor Presidente informa ao Vereador que será encaminhado ofício ao Poder Executivo com as suas solicitações; b) o Vereador Amélio Alves Fernandes transmite convite aos colegas Vereadores para a 2ª Noite Cristã, evento este que será realizado no Pavilhão de esportes da EEB Frei Lucício Korte, do dia 26/08/17, às 19hs, e que contará com todas as Igrejas presentes no Município; c) o Vereador Nilton Florencio agradece aos colegas Vereadores, em especial ao Vereador Luiz Henrique Stollmeier, pela grande oportunidade de exercer, mesmo que por um breve período o trabalho de Vereador; Comenta ainda que foi de grande valia o período que passou nesta Casa; O senhor Presidente agradece o Vereador Nilton pelo tempo que dedicou a esta Casa, convidando-o a sempre retornar para acompanhar os trabalhos realizados por seus colegas Vereadores. Terminadas as manifestações dos inscritos na "Palavra Livre", o Senhor Presidente agradeceu a presença de todos, convidando para a próxima Sessão Ordinária que se realizará no dia 05 de setembro do ano corrente, às 19:30 horas, na sede do Poder Legislativo, e em seguida encerrou a presente Sessão na forma regimental, da qual lavrou-se esta ata que será assinada por todos e publicada na forma da Lei.

PARECER COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

COMISSÃO PERMANENTE DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 08/2017

Institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar da Câmara dos Vereadores do Município de Doutor Pedrinho.

A proposição está fundamentada nos artigos 29, 30 e 31 da Constituição Federal e 28 e 29 da Lei Orgânica Municipal, regulamentado na forma dos artigos 90 a 95 e 216 do Regimento Interno desta Casa, e busca suprir uma necessidade pública interna deste Poder legislativo.

Com efeito, o Código de Ética e Decoro Parlamentar contém os princípios éticos e as regras básicas de decoro que devem orientar a conduta dos que sejam titulares ou que estejam no exercício de mandato de Vereador, bem como vem orientar o procedimento disciplinar e as penalidades aplicáveis no caso de descumprimento destas normas.

Desta forma, a proposição apresentada pela Mesa Diretora da Câmara dos Vereadores para o Código de Ética e Decoro Parlamentar atende aos parâmetros legais e compreende a reprodução sistematizada do dispositivo correlato aplicado pela Câmara dos Deputados.

Pelo exposto, esta Comissão de Constituição, Justiça e Redação é de PARECER FAVORÁVEL a tramitação do presente Projeto de Resolução, para que o mesmo seja submetido à apreciação, discussão e votação pelo Plenário desta Câmara.

Publique-se.

Registre-se.

Doutor Pedrinho - SC, 22 de agosto de 2017.

Jackson Rodrigo de Castilho
Presidente

Américo Nones
Vice-Presidente

Joel Mazzi
Membro

Ermo

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO N° 52/2017

CONTRATO n° 52/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: ALEX SANDER BRISTOT DE OLIVEIRA - ME

OBJETO: Contratação de uma empresa para realização dos serviços de elaboração de um estudo com intuito de criar um banco de dados relativos à avaliação dos imóveis para servir de auxílio na elaboração da nova planta genérica de valores do município.

PRAZO: 21/08/2017 à 31/12/2017.

VALOR ESTIMADO: R\$ 26.000,00 (vinte e seis mil reais).

Data da assinatura: 21/08/2017

EXTRATO DO CONTRATO N° 53/2017

CONTRATO n° 53/2017

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Ermo

CONTRATADO: Honizia Aparecida da Silva Sobieraj – ME

OBJETO: Prestação de serviços de estudo e pesquisa de benefícios relativos erros passados, sobre fator previdenciário, com atualização.

PRAZO: 23/08/2017 à 31/12/2017.

VALOR ESTIMADO: R\$ 49.800,00 (quarenta e nove mil e oitocentos reais).

Data da assinatura: 23/08/2017

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO 0077/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0077/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes/
Secretaria Municipal de Educação e Cultura

Contratado: VIVER – DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL LTDA - EPP

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA E ELABORAÇÃO DE ATIVIDADES COM CRIANÇAS E ADOLESCENTES, REDE DE ATENDIMENTO E DESENVOLVIMENTO DE TRABALHOS COM PROFESSORES, PAIS E RESPONSÁVEIS

Valor Global de R\$ 6.600,00 (seis mil e seiscentos reais).

Prazo de vigência até 31/12/2017.

Faxinal dos Guedes, SC, em 17 de Agosto de 2017.

CLEUSA BRUSAMARELLO

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA

EXTRATO DE CONTRATO 0078/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0078/2017

Credenciamento nº 0006/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Faxinal dos Guedes

Contratado: DAVI & MORENO CLÍNICA MÉDICA LTDA

Objeto: Serviços Médicos de Cardiologia

Prazo de vigência até 31/12/2017.

Faxinal dos Guedes, SC, em 21 de Agosto de 2017.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

SECRETARIA DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO 0079/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº 0079/2017

Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE FAXINAL DOS GUEDES

Contratado: SPB HEALTH SOLUTION LTDA

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ASSESSORIA E CONSULTORIA EM SAÚDE PÚBLICA

Valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), iguais, mensais e sucessivas, totalizando o importe global de R\$ 72.000,00 (setenta e dois mil reais).

Prazo de vigência até 31 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado nos termos do artigo 65, Incisos I e II da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 23 de Agosto de 2017.

ELIZETE ANA DEITOS GUSBERTI

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Formosa do Sul

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL N.º 093/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE FORMOSA DO SUL	
EXTRATO CONTRATUAL	
CONTRATO ADM. N.º: 093/2017 – ADITIVO N.º 09/2017	
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE FORMOSA DO SUL	
CONTRATADO: BRITTER RODOVIAS LTDA	
OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a adição do valor contratado originariamente, pelos motivos expostos na justificativa técnica em anexo, a qual fica fazendo parte integrante deste instrumento.	
VALOR: R\$ 3.852,65(três mil oitocentos e cinquenta e dois reais e sessenta e cinco centavos)	
FORMOSA DO SUL, 08 DE AGOSTO DE 2017.	
RUDIMAR CONTE	
PREFEITO MUNICIPAL	

Forquilha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO: CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº. 122/PMF/2017; AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Edital Concorrência Pública Nº. 122/PMF/2017

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SANTA CRUZ com área de 1.244,01m², localizado na Rua João José Bento, Bairro Santa Cruz, Município de Forquilha/SC.

DATA DE ABERTURA: Dia 27 de setembro de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 24 de agosto de 2017.

VALDECIR TISCOSKI

Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE LICITAÇÃO: PREGÃO PRESENCIAL Nº. 123/PMF/2017;

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE FORQUILHA
--

AVISO DE LICITAÇÃO
REGISTRO DE PREÇO

MODALIDADE: Edital Pregão Presencial Nº. 123/PMF/2017.

OBJETIVO: A presente licitação tem por objetivo REGISTRAR PREÇO para aquisição de móveis, equipamentos e eletrodomésticos para atender as necessidades da Secretaria de Ação Social do Município de Forquilha/SC, para o período de 12 meses.

DATA DE ABERTURA: Dia 20 de setembro de 2017 às 09:00 horas.

EDITAL: Completo e demais esclarecimentos poderão ser obtidos de segunda a sexta-feira no Departamento de Compras do Município de Forquilha, no Paço Municipal "26 de Abril" Edifício sede da Municipalidade na Avenida 25 de julho, 3400, no horário das 08:00 às 12:00; 13:00 às 17:00 horas, ou por e-mail: editais@forquilha.sc.gov.br ou <http://www.forquilha.sc.gov.br/>

Forquilha, 24 de agosto de 2017.

ERIKA DE LUCA TISCOSKI BACK
Pregoeira

LEI Nº 2.264, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 2.264, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS NAS CONDIÇÕES QUE MECIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV, do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para tramitação nessa Egrégia Casa Legislativa:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a conceder isenção de IPTU e Taxa de Coleta de Lixo, referente aos imóveis elencados no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único. Fica autorizado o Departamento de Tributação efetuar a baixa dos débitos em aberto dos cadastros relacionados no Anexo I.

Art. 2º A isenção de que trata a presente lei somente será concedida aos imóveis localizados dentro do período de alagamento definido no mapa do Anexo II e inscritos no Cadastro Imobiliário Fiscal do Município.

Parágrafo único. A concessão do benefício, para os imóveis do Anexo II, está condicionada à revisão de cadastro, com vistoria no local, a ser realizada pela autoridade administrativa, e inscrição no Cadastro Imobiliário Fiscal do Município dos possuidores e das edificações existentes nos respectivos lotes.

Art. 3º Os proprietários e/ou possuidores de imóveis que se enquadrarem nas condições especificadas no caput do artigo anterior, eventualmente não contemplados no Anexo I, poderão requerer administrativamente a sua inclusão no benefício de que trata esta Lei, desde que comprovem terem sido atingidos pela inundação.

Art. 4º Verificado, a qualquer tempo, que o benefício de que trata a presente Lei foi obtido de forma irregular, a isenção será revogada e os tributos serão devidos e cobrados pela Administração, corrigidos monetariamente e acrescidos dos encargos moratórios nos termos do Código Tributário Municipal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Forquilha/SC, 24 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

ANEXO I DA LEI Nº 2.264, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

ESTIMATIVA DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO

Cadastro	Iptu/Taxas
15771	3.447,41
15772	3.456,81
15773	4.064,43
15774	0,00
15357	22,54
15358	22,54
15359	22,55
15360	0,00

15361	47,44
15362	47,45
15363	303,16
15367	187,51
15369	836,36
15370	0,00
15371	74,77
15372	0,00
15373	22,54
15374	0,00
15375	74,77
25502	0,00
25503	112,15
25504	635,67
25505	635,96
25506	0,00
25507	236,66
25518	135,89
25519	0,00
25520	218,48
25521	708,46
25522	0,00
25523	56,52
25521	0,00
25525	0,00
29921	0,00
15786	1.710,13
15806	3.228,71
15807	2.739,57
15808	2.614,44

Estimativa total dos anos de 1992 à 2017: R\$ 25.662,92
ANEXO II DA LEI Nº 2.264, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 2.265, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 2.265, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.
DISPÕE SOBRE A LIBERAÇÃO DE ALVARÁ DE FUNCIONAMENTO, EM CARÁTER EXCEPCIONAL, SEM A COMPROVAÇÃO DE REGULARIDADE DO IMÓVEL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, especialmente o disposto no inciso IV, do art. 51 da Lei Orgânica Municipal, encaminha o presente Projeto de Lei para tramitação em regime de urgência nessa Egrégia Casa Legislativa:

Art. 1º O Município de Forquilha poderá conceder o alvará de localização e de funcionamento, podendo ser identificados como "EXCEPCIONAL", de estabelecimentos comerciais, industriais, profissionais liberais, prestadores de serviços e outros, em imóvel considerado irregular.

§ 1º O Requerente e o proprietário do imóvel terão um ano, a partir da concessão do alvará de funcionamento, para providenciar a regularização do imóvel.

§ 2º Findo o prazo disposto no parágrafo anterior, caso o imóvel permaneça em situação irregular, incidirá multa equivalente a cem por cento do valor da taxa de verificação de posturas e normas urbanísticas do exercício, a ser lançada de ofício.

§ 3º De ofício, a cada doze meses, caso não regularizado o imóvel, será lançada nova multa cujo valor será o dobro da multa do ano anterior.

§ 4º O Requerente e o proprietário do imóvel são solidariamente responsáveis pelo pagamento das multas dispostas nos §§ 2º e 3º deste artigo, que deverá ser paga nos termos da Legislação

Municipal vigente, sob pena de inscrição em dívida ativa.

§ 5º O Município de Forquilha não emitirá novo alvará de funcionamento para novas empresas em imóveis irregulares que já obtiveram um primeiro alvará de funcionamento em caráter excepcional.

§ 6º Nos termos desta Lei, entende-se como imóvel irregular, passível de multa, aquele que não possuir "habite-se".

§ 7º Os imóveis edificadas que apresentarem perigo à saúde pública e/ou estiverem em áreas de risco de inundação e/ou deslizamentos, que abriguem aglomeração de pessoas e sirvam como depósito ou manipulem produtos perigosos, inflamáveis, explosivos ou tóxicos, após análise da fiscalização de obras, de posturas, da vigilância sanitária e do corpo de bombeiros, nestes, não poderão ser fornecidos o alvará de funcionamento em caráter excepcional ou o "habite-se".

§ 8º O Município de Forquilha, em até 10 (dez) dias do protocolo do pedido, informará através do sistema de protocolo eletrônico, quanto a liberação ou não do alvará de funcionamento excepcional, para os imóveis considerados irregulares, devendo o interessado acompanhar a movimentação pelo sistema de protocolo eletrônico.

§ 9º Os processos de solicitação de alvará paralisados a mais de 90 (noventa) dias sem impulso do interessado serão indeferidos e extintos, independente de intimação, estando o interessado sujeito as penalidades cabíveis.

Art. 2º Decreto Municipal regulamentará as formas de aplicação desta Lei, quanto aos prazos de vistoria, comunicação e fiscalização.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 24 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 24 de agosto de 2017.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 08/PMF/2017

NOTA DE REVOGAÇÃO Nº. 08/PMF/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº. 117/PMF/2017

OBJETO: A presente licitação tem como objetivo a contratação de empresa especializada para construção das calçadas do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS com 417,40 m², localizado na Rua João Pedro Saturno, Bairro Saturno, Município de Forquilha/SC.

MOTIVO: Aos vinte e quatro dias do mês de agosto de dois mil e dezessete, o Secretário de Administração e Finanças Sr. Ademir Brandieli Pedro, certificou-se da inviabilidade na execução da referida obra neste momento, visto que está sendo discutida a possibilidade de construção da nova sede do CRAS incluindo o calçamento. Desta forma, a comissão decide por revogar o presente processo por motivos de força maior.

Forquilha/SC, 24 de agosto de 2017.

DIMAS KAMMER

Prefeito Municipal

Fraiburgo

PREFEITURA

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0039-2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0189/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0039/2017– PMF

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0039/2017, nos seguintes termos: Objeto: Aquisição de filtros diversos, óleo motor e mão de obra mecânica, para reposição referente a revisão da 500 H/T do rolo compactador, frota 327. Contratada: JHC LOCAÇÕES EIRELI-ME, inscrita no CNPJ sob nº 23.461.242/0001-88. Prazo de Vigência: 25 de agosto a 25 de setembro de 2017. Valor Total do Contrato: R\$ 2.703,20 (dois mil setecentos e três reais e vinte centavos), e será pago em uma única parcela. Fundamento Legal: Art. 24, XVII, da Lei nº 8.666/93. Fraiburgo(SC), 24 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0040-2017-PMF

MUNICÍPIO DE FRAIBURGO

PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO Nº 0190/2017 – PMF
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 0040/2017– PMF

A Prefeita de Fraiburgo (SC), torna público a Dispensa de Licitação nº 0040/2017, nos seguintes termos: Objeto: Contratação do serviço de apoio às micro e pequenas empresas de Santa Catarina – SEBRAE/SC para a execução do projeto uac – projeto de desenvolvimento do comércio de alimentos do meio oeste catarinense, com duração de 16 meses. Contratada: SERVIÇO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS DE SANTA CATARINA – SEBRAE/SC, inscrita no CNPJ sob nº 23.461.242/0001-88. Prazo de Vigência: 25 de agosto a 25 de setembro de 2017. Valor Total do Contrato: R\$ 25.700,00 (vinte e cinco mil e setecentos reais). Fundamento Legal: Art. 24, XIII, da Lei nº 8.666/93.

Fraiburgo(SC), 24 de agosto de 2017.

Claudete Gheller Mathias – Prefeita Municipal

CT17SF113-SF

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: CT17PMF113-SF

Contratante: AUTARQUIA MUN.SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada.: SERVICO NACIONAL APRENDIZAGEM INDUSTRIAL

Valor : R\$1.430,00 (um mil quatrocentos e trinta reais)

Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 15/08/2018

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 37/2017

Entid.Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE FRAIBURGO

Objeto : DISPENSA PARA A CONTRATAÇÃO, SOB O REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE 300 HORAS ESTIMADAS DE ENSINO PARA A CAPACITAÇÃO DOS SERVIDORES NOS DIVERSOS TEMAS A SEREM DEFINIDOS PELA ADMINISTRAÇÃO, PARA PARTICIPAÇÃO DO ÓRGÃO GERENCIADOR (PMF) E DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES (FMS E SANEFRAI).

Fraiburgo, 24 de Agosto de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

CT17SF27

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17SF27

Contratante.: AUTARQUIA MUN.SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada.: ITACIR RODRIGUES DOS SANTOS - ME

Valor : R\$3.400,00 (três mil e quatrocentos reais)

Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 31/10/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 26/2017

Objeto : A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS PARA INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE MONITORAMENTO NA GUARITA DA USA – UNIDADE DE SANEAMENTO AMBIENTAL, LOCALIZADA NO BAIRRO JARDIM AMÉRICA, CONSTANTES DO LOTE 1 DO EDITAL E DE SUA PROPOSTA COMERCIAL.

Fraiburgo, 24 de Agosto de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

CT17SF28

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: CT17SF28

Contratante.: AUTARQUIA MUN.SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada.: VIA D'ÁGUA COM. PROD. MEDIÇÃO, HIDR. SANEAMENTO LTDA

Valor : R\$22.709,98 (vinte e dois mil setecentos e nove reais e noventa e oito centavos)

Vigência : Início: 09/08/2017 Término: 31/10/2017

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 27/2017

Objeto : AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA REPOSIÇÃO NOS POÇOS ARTESIANOS DA SANEFRAI.

Fraiburgo, 24 de Agosto de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

CT17SF29

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº: CT17SF29

Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada.: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Valor : R\$14.000,00 (quatorze mil reais)

Vigência : Início: 11/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 6/2017

Objeto : O PRESENTE CONTRATO TEM POR OBJETO A EXECUÇÃO DE HORAS TÉCNICAS POR PROFISSIONAL DO CIMCATARINA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRABALHOS AMBIENTAIS E PLANEJAMENTO URBANO NO MUNICÍPIO DE FRAIBURGO.

Fraiburgo, 24 de Agosto de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

CT17SF30**EXTRATO CONTRATUAL**

Contrato Nº.: CT17SF30

Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada...: CONSORCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA

Valor : R\$39.375,00 (trinta e nove mil trezentos e setenta e cinco reais)

Vigência : Início: 14/08/2017 Término: 31/12/2017

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços

Nº.: 7/2017

Objeto : CONTRATAÇÃO DIRETA TEM POR OBJETO O REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS PELO CONTRATANTE PARA PAGAMENTO DAS DESPESAS DOS SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA PERFURAR POÇOS TUBULARES PARA CAPTAÇÃO DE ÁGUA, VISANDO AO BEM-ESTAR SOCIAL DE COMUNIDADES E AMENIZAR, PREVENIR OU CESSAR OS EFEITOS DA ESTIAGEM E DAS SECAS.

Fraiburgo, 24 de Agosto de 2017

ILDO LUCAS - Presidente

Decreto nº 200-2017

DECRETO Nº 200, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com o Art. 16 da Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil reais), nas seguintes dotações:

08.00 – Secretaria de Saúde		
08.01 – Fundo Municipal de Saúde		
10.303.0011.2.030 – Assistência Farmacêutica		
3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0400 (52)	R\$	130.000,00
TOTAL	R\$	130.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta do provável excesso de arrecadação a ser apurado até o final do exercício, nas rubricas abaixo relacionadas.

41722010100 – Cota-Parte do ICMS	R\$	130.000,00
TOTAL	R\$	130.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.

FRAIBURGO, 24 DE AGOSTO DE 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

Decreto nº 201-2017

DECRETO Nº 201, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, Estado de Santa Catarina no uso de suas atribuições legais; em conformidade com a Lei 2348 de 01 de Dezembro de 2016;

DECRETA:

Art.1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento do Município de Fraiburgo para o exercício de 2017 no valor de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), nas seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		

12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
4.4.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (81)	R\$	10.000,00
TOTAL		
	R\$	10.000,00

Art. 2º. Os recursos necessários para atendimento ao disposto no artigo 1º deste Decreto correrão à conta da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

07.00 – Secretaria de Educação		
07.01 – Educação Geral		
12.361.0005.2.015 – Manutenção do Ensino Fundamental		
3.1.90.00.00 – Aplicações Diretas 0.1.0300 (73)	R\$	10.000,00
TOTAL		
	R\$	10.000,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DA PREFEITA.
FRAIBURGO, 24 DE AGOSTO DE 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO 147-2017 (PROFESSORES ARTE)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO N. 147/2017

FICAM ESTABELECIDOS OS PROCEDIMENTOS PARA ESCOLHA DE VAGAS DOS CONTRATADOS TEMPORARIAMENTE PARA O ANO LETIVO DE 2017, E APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA CONTRATAÇÃO, NOS TERMOS DO EDITAL DE CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA N. 0029/2016.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES DE FRAIBURGO, no uso de suas atribuições legais;

FAZ SABER:

Ficam notificados todos classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016, para a escolha de vagas de acordo com os procedimentos e as condições estabelecidas neste Edital:

1 – DOS PROCEDIMENTOS

1.1 – Os classificados no Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão observar o calendário abaixo estabelecido para escolha de vagas para o ano letivo de 2017:

Código	Cargo	Convocados	Data Horário
08	Professor Artes – não- Habilitado	2º classificado	25/08/2017 as 9 horas

1.2 – A escolha de vagas e a contratação seguirão rigorosamente a ordem de classificação.

1.3 – Na data e horário estabelecido no item 1.1 os classificados até as colocações especificadas nos quadros acima, deverão dirigir-se à Secretaria de Educação, Cultura e Esportes de Fraiburgo, localizado na Avenida Arnaldo Frey, n. 179, Centro, Fraiburgo, SC., para efetivação da escolha de vagas para o ano letivo de 2017.

1.4 – O contrato administrativo poderá estabelecer carga horária de 12 a 40 horas semanais, variando de acordo com a necessidade e interesse do Município de Fraiburgo.

1.5 – As demais normas atinentes ao Edital de Contratação Temporária n. 0029/2016 deverão ser observadas.

2 – DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIDENCIAR DOCUMENTOS PARA POSSÍVEL CONTRATAÇÃO

2.1 – Ficam os classificados do Edital de Contratação em Caráter Temporário n. 0029/2016, até as colocações especificadas nos quadros acima, convocados a comparecer em data e local citado para a escolha de vagas e apresentação de documentos necessários para a contratação.

2.2 – Nos mesmos prazos estabelecidos nos quadros acima, na Secretaria de Educação, Cultura e Esportes os candidatos classificados deverão apresentar documentos que servirão para contratação, conforme segue:

I – Documentos de identificação pessoal, necessários ao registro funcional no serviço público municipal e demais solicitados pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, sendo no mínimo:

- a) 01 foto ¾ recente;
- b) Carteira Profissional (fls. página da foto, identificação, último contrato e folha seguinte);
- c) Cartão PIS/PASEP;
- d) CPF;
- e) Identidade;
- f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;
- g) Certificado de Reservista (somente para homens);
- h) Registro Civil de nascimento ou casamento;
- i) Registro dos filhos menores de 14 anos;
- j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;
- k) Atestado de Saúde Ocupacional;

OBS: O atestado de saúde ocupacional não é obrigatório durante a escolha de vagas. O candidato terá prazo para apresentá-lo caso aceite a vaga oferecida. A Secretaria Municipal de Educação não se responsabiliza por repor valores pagos por atestados de candidatos convocados que não venham ter vínculo empregatício com o município;

l) Diploma de formação escolar e histórico escolar;

m) Conta bancária (BRADESCO);

OBS.: Candidatos que não tem conta no BRADESCO devem ter em mãos o Termo de Convocação para abertura de conta o qual será entregue em data e horário estabelecido neste edital;

n) Endereço completo (fatura água, luz ou telefone);

o) Comprovante de vacinação (atualizado – podendo ser retirado no PA – homens e mulheres);

2.3 – De acordo com o item 2.1 do Edital de Contratação 029/2016 as exigências de escolaridade são as seguintes:

Cargo / área de atuação	Requisitos de escolaridade e outros
Professor Arte – não- habilitado Habilitado	Declaração que comprove matrícula e frequência em curso superior de Artes, ou Educação Artística

2.4 – De acordo com o item 1.6 do Edital de Contratação nº 029/2016: “A comprovação da escolaridade e demais exigências só será feita quando da convocação para a contratação. A não apresentação, no local, data e horário previsto na convocação, de todos os documentos exigidos implicará na desclassificação do Processo seletivo e imediata convocação do candidato seguinte na ordem de classificação.”

2.5 – O não comparecimento no prazo fixado, ou a não entrega dos documentos determinados, implicará em renúncia tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades ao qual foi convocado e implicará renúncia explícita.

2.6 – Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes.

E, para que produza os efeitos legais e de direito, foi lavrado e publicado o presente ato.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2017.

TANIA DA SILVA FERREIRA

Secretaria de Educação, Cultura e Esportes

*Convocação realizada por contato telefônico. Publicado em Diário Oficial.

EXTRATO EDITAL DE ACT Nº 0017 OP. DE MÁQUINA

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, na função pública de Operador de Máquinas - Motoniveladora, considerando que não existem aprovados para convocação e em lista de classificação para a função. O preenchimento de vagas será para o ano de 2017, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 186 de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 28 de agosto até 27 de setembro de 2017, das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábado e domingo), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site “www.fraiburgo.sc.gov.br”. Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS

Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA

Secretário de Administração e Planejamento

EXTRATO EDITAL DE ACT Nº 0018 AGENTE OPERACIONAL

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0018 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

A PREFEITA MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público do Município de Fraiburgo, na função pública de Agente Operacional, considerando que não existem aprovados para convocação e em lista de classificação para a função. O preenchimento de vagas será para o ano de 2017, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Complementar Municipal nº 186 de 03 de novembro de 2016. As inscrições serão realizadas no período de 01 de setembro até 30 de novembro de 2017, das 13:30 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábado e domingo), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, n. 185, Centro, Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3043.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2017.

CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25822017

PORTARIA Nº 2582, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1836/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está por 27 horas semanais em vaga excedente;

Considerando que estará substituindo por 4 horas semanais a professora Elenita Zamboni, a qual se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 27 (vinte e sete) para 31 (trinta e uma) horas semanais, da servidora CRISTIANE FRANÇA DOS SANTOS, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 998.363.869-04, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - ENSINO FUNDAMENTAL – HISTÓRIA, no período de 01 de setembro de 2017 até 28 de setembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25832017

PORTARIA Nº 2583, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Amplia Carga Horária de Servidor Público Municipal.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições; e em conformidade com a comunicação interna nº 1837/2017, da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que está substituindo por 20 horas semanais a professora Giseli Weber Prates, que se encontra em Licença Maternidade;

Considerando que estará substituindo por 20 horas semanais a professora Janaina Formagio Prates, a qual se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Ampliar a carga horária de 20 (vinte) para 40 (quarenta) horas semanais, da servidora ROSELENE FATIMA DE MORAIS OLIVEIRA, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 596.471.839-68, contratada em caráter temporário na função de PROFESSOR - EDUCAÇÃO INFANTIL, no período de 01 de setembro de 2017 até 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25842017

PORTARIA Nº. 2584, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1834/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Iolanda Helena Machado, que se encontra em Auxílio Doença;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ANA CRISTINA PIRES CAMARGO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.313.709-50, na função de AUXILIAR DE ALIMENTAÇÃO E NUTRIÇÃO, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de setembro de 2017 até de 15 de outubro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25852017

PORTARIA Nº. 2585, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1829/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Francieli de Oliveira Neves, que se encontra em Licença Maternidade;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário CINTIA APARECIDA OLIVIO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 781.785.339-87, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de setembro de 2017 até de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25862017

PORTARIA Nº. 2586, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1831/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Gislaiane Lemes, que foi transferida para a Secretaria de Saúde;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário LUANA CRISTINA DA CRUZ, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 105.801.969-41, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de setembro de 2017 até de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação,

revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria nº 25872017

PORTARIA Nº. 2587, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

A Prefeita Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 186/2016 de 03 de novembro de 2016 e alterações posteriores;

Em conformidade com o Edital nº 0009 de 13 de março de 2017, e Contrato Administrativo, e em conformidade com a comunicação interna nº 1832/2017 da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes;

Considerando que estará substituindo por 40 horas semanais a servidora Priscila Del Re, que assumiu o cargo de Auxiliar de Alimentação e Nutrição;

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário GISLAINE MONTEIRO, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 099.788.419-38, na função de AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 horas semanais, no período de 04 de setembro de 2017 até de 15 de dezembro de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 24 de agosto de 2017.
CLAUDETE GHELLER MATHIAS
Prefeita Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

TA.AT17SF24**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº...: TA.AT17SF24 - Contrato Nº: AT17SF10

Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI

Contratada.: NACIONAL ASFALTOS LTDA EPP

Vigência : Início: 11/08/2017 Término: 31/03/2018

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 8/2017

Objeto : RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 01 DE MARÇO DE 2018.

Fraiburgo, 24 de Agosto de 2017
ILDO LUCAS - Presidente

TA.AT17SF25**EXTRATO CONTRATUAL**

Aditivo Nº : TA.AT17SF25 - Contrato Nº: AT17SF05
Contratante: AUTARQUIA MUN. SANEAMENTO FBGO SANEFRAI
Contratada.: DELCIR BOESING - ME
Vigência.....: Início: 15/08/2017 Término: 20/02/2018
Licitação.....: PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 4/2017
Objeto : AS PARTES DA ATA EPIGRAFADA, RESOLVEM PRORROGAR O PRAZO DE VIGÊNCIA DA PRESENTE ATA PREVISTO NA CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA PARA ATÉ O DIA 20 DE FEVEREIRO DE 2018.

Fraiburgo, 24 de Agosto de 2017
ILDO LUCAS - Presidente

TERMO DE CONVOCAÇÃO GENAINA KARINE SANTIN**TERMO DE CONVOCAÇÃO**

Sr (a) GENAINA KARINE SANTIN
Rua Olivio Abreu de Andrade, s/n
Schalon
Abelardo Luz - SC

Em cumprimento ao disposto no EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO – ACT Nº 0009 DE 13 DE MARÇO DE 2017 e seu resultado homologado pelo Decreto nº 136 de 23 de maio de 2017 convocamos-lhe a comparecer no Departamento de Gestão de Pessoal, localizado à Av. Rio das Antas, 185, em Fraiburgo, para exercer as funções de Fisioterapeuta na vaga onde o município de Fraiburgo tenha necessidade temporária de atendimento.

O não comparecimento em até 3 dias do Recebimento desta Convocação implicará em Renúncia Tácita e a não aceitação da vaga disponibilizada para exercer as atividades de Fisioterapeuta ao qual foi convocado implicará em Renúncia Explícita.

Em caso de aceitação o candidato deverá apresentar os documentos abaixo relacionados para contratação.

Entrega da cópia dos mesmos no setor RH:

a) 01 foto ¾ recente;	k) Atestado de Saúde Ocupacional;
b) Carteira Profissional;	l) Diploma de Formação Escolar;
c) Cartão PIS/PASEP;	m) Conta Bancária (BRADESCO);
d) CPF;	n) Endereço Completo (fatura de água, luz ou telefone)
e) Identidade;	o) Comprovante de Imunização
f) Título de eleitor e comprovante da última votação ou certidão da Justiça Eleitoral;	
g) Certificado de Reservista (somente para Homens)	
h) Registro Civil de Nascimento ou Casamento;	
i) Registro dos Filhos menores de 14 anos;	
j) Carteira de vacina dos filhos menores de 05 anos;	

Fraiburgo, SC, 24/08/2107

Declaro que recebi e estou ciente da presente convocação.

Em ____ / ____ / ____

GENAINA KARINE SANTIN

Galvão

PREFEITURA

PROCESSO DE LICITAÇÃO 053/2017

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 053/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 019/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 12 de setembro de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE DOSES DE SEMEN BOVINO RAÇAS DIVERSAS CONGELADO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICIPIO DE GALVÃO, conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 24 de agosto de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

PROCESSO DE LICITAÇÃO 054/2017 FMAS

EXTRATO DE EDITAL

O MUNICIPIO DE GALVÃO, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório nº 054/2017, Edital de Pregão Presencial – Sistema de Registro de Preço 006/2017, tipo menor preço por item até às 09h:00min. do dia 13 de setembro de 2017, e fará abertura das mesmas às 09h15min do mesmo dia, sendo que constitui-se o objeto da presente licitação AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS - FMAS conforme descrito no Edital. O fundamento legal é a Lei 10.520/2002 e subsidiariamente a Lei 8.666/93 de 21/06/93, consolidada e legislação aplicável. A integra do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito á Avenida Sete de Setembro nº 548, na cidade de Galvão – SC, telefone (49) 3342 1111 ou pelo site: www.galvao.sc.gov.br Galvão - SC, 25 de agosto de 2017.

Admir Edi Dalla Cort

Prefeito Municipal

Garopaba

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO 078/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 078/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
SONIA HILÁRIO
Candidato(a): 004917
Cargo: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 18 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 079/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 079/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
FABIANA DE OLIVEIRA COSTA
Candidato(a): 005412
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 23 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 080/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 080/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
GABRIELLE MAIA
Candidato(a): 005005
Cargo: MERENDEIRA
Classificação: 04º LUGAR

Garopaba, 23 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de MERENDEIRA para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 081/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 081/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
DANIELA ALVES FERNANDES
Candidato(a): 004736
Cargo: SERVENTE
Classificação: 06º LUGAR

Garopaba, 23 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 06º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 082/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 082/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
LAURA DE SOUZA FELTES ALVES
Candidato(a): 004834
Cargo: SERVENTE
Classificação: 07º LUGAR

Garopaba, 23 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de SERVENTE para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 07º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 083/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 083/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
BIBIANA CASULO JAQUET DA SILVA
Candidato(a): 005357
Cargo: PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS
Classificação: 08º LUGAR

Garopaba, 23 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A)

para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de PROFESSOR COM LICENCIATURA 20 HORAS para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 08º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 084/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 084/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
MONICA FLORIANO CARDOSO LUIZ
Candidato(a): 005340
Cargo: ENFERMEIRO
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 085/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 085/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
TANIA REGINA ALMEIDA DE OLIVEIRA
Candidato(a): 005329
Cargo: ENFERMEIRO
Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 086/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 086/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
LUCIANE DOS SANTOS
Candidato(a): 004562
Cargo: ENFERMEIRO
Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo

Seletivo, manifestar interesse na vaga de ENFERMEIRO para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 087/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 087/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
MARILETE VIEIRA LOPES
Candidato(a): 004603
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 01º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 01º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 088/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 088/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
GIZELE APARECIDA DOS SANTOS FEIJÓ
Candidato(a): 004516
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 02º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 02º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 089/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 089/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
ALESSANDRA HOFMANN ALLET
Candidato(a): 005453
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 03º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 03º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 090/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 090/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
MARIA APARECIDA BERNARDINA FERNANDES
Candidato(a): 004881
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 04º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 04º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 091/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 091/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
FABIULA RORIGUES GARCIA
Candidato(a): 004750
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 05º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 05º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 092/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 092/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
JOSILENE DE SOUZA DIAS
Candidato(a): 004806
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 06º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 06º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

CONVOCAÇÃO 093/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

CONVOCAÇÃO 093/2017 – PROCESSO SELETIVO – 001/2017

Ilmo(a). Sr(a).
JAQUELINE RITA GONÇALVES
Candidato(a): 004937
Cargo: TÉCNICO DE ENFERMAGEM
Classificação: 07º LUGAR

Garopaba, 25 de agosto de 2017.
Senhor(a) Candidato(a),

Pelo presente instrumento, fica Vossa Senhoria CONVOCADO(A) para, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, manifestar interesse na vaga de TÉCNICO DE ENFERMAGEM para a qual foi Vossa Senhoria aprovado em 07º LUGAR.

Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

DECRETO Nº 143/2017

DECRETO N.º 143, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

"REGULAMENTA AS PARCERIAS ENTRE O MUNICÍPIO DE GAROPABA E AS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL - OSC, PARA A CONSECUÇÃO DE FINALIDADES DE INTERESSE PÚBLICO E RECÍPROCO, MEDIANTE A EXECUÇÃO DE PROJETOS PREVIAMENTE ESTABELECIDOS EM PLANOS DE TRABALHO, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 13.019/2014 ALTERADA PELA LEI FEDERAL Nº 13.204/2015, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O Prefeito Municipal de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no inciso IV artigo 49 da Lei Orgânica do Município - Lei nº 309, de 30 de março de 1990, e no art. 88, § 2º da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, e ainda, considerando o relevante interesse público, Decreta:

Capítulo I -
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Este Decreto estabelece, com base na Lei Federal nº 13.019/2014, com as alterações introduzidas pela Lei Federal nº 13.204/2015, sobre o regime jurídico e normas gerais para a celebração de parcerias entre a administração pública municipal com organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação.

§ único: As parcerias de que trata este Decreto serão formalizadas mediante celebração de Termo de Colaboração, Termo de Fomento ou Acordo de Cooperação e obedecerão aos dispositivos estabelecidos pela Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei Federal nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, a qual será soberana para dirimir eventuais dúvidas surgidas em razão da interpretação deste Decreto.

Art. 2º - Para os fins deste Decreto, considera-se:

I - organização da sociedade civil:

a) entidade privada sem fins lucrativos que não distribua entre os seus sócios ou associados, conselheiros, diretores, empregados, doadores ou terceiros eventuais resultados, sobras, excedentes operacionais, brutos ou líquidos, dividendos, isenções de qualquer

natureza, participações ou parcelas do seu patrimônio, auferidos mediante o exercício de suas atividades, e que os aplique integralmente na consecução do respectivo objeto social, de forma imediata ou por meio da constituição de fundo patrimonial ou fundo de reserva;

b) as sociedades cooperativas previstas na Lei Federal no 9.867, de 10 de novembro de 1999; as integradas por pessoas em situação de risco ou vulnerabilidade pessoal ou social; as alcançadas por programas e ações de combate à pobreza e de geração de trabalho e renda; as voltadas para fomento, educação e capacitação de trabalhadores rurais ou capacitação de agentes de assistência técnica e extensão rural; e as capacitadas para execução de atividades ou de projetos de interesse público e de cunho social.

c) as organizações religiosas que se dediquem a atividades ou a projetos de interesse público e de cunho social distintas das destinadas a fins exclusivamente religiosos;

II - administração pública municipal: O Município e suas respectivas autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, e suas subsidiárias, alcançadas pelo disposto no § 9º do art. 37 da Constituição Federal;

III - parceria: conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividade ou de projeto expressos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação;

III-A - atividade: conjunto de operações que se realizam de modo contínuo ou permanente, das quais resulta um produto ou serviço necessário à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

III-B - projeto: conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto destinado à satisfação de interesses compartilhados pela administração pública e pela organização da sociedade civil;

IV - dirigente: pessoa que detenha poderes de administração, gestão ou controle da organização da sociedade civil, habilitada a assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com a administração pública para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros;

V - administrador público municipal: agente público revestido de competência para assinar termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação com organização da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, ainda que delegue essa competência a terceiros;

VI - gestor: agente público responsável pela gestão de parceria celebrada por meio de termo de colaboração ou termo de fomento, designado por ato publicado em meio oficial de comunicação, com poderes de controle e fiscalização;

VII - termo de colaboração: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco propostas pela administração pública que envolvam a transferência de recursos financeiros;

VIII - termo de fomento: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades

de interesse público e recíproco propostas pelas organizações da sociedade civil, que envolvam a transferência de recursos financeiros;

VIII-A - acordo de cooperação: instrumento por meio do qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela administração pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros;

IX - comissão de seleção: órgão colegiado destinado a processar e julgar chamamentos públicos, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos três servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

X - comissão de monitoramento e avaliação: órgão colegiado destinado a monitorar e avaliar as parcerias celebradas com organizações da sociedade civil mediante termo de colaboração ou termo de fomento, constituído por ato publicado em meio oficial de comunicação, assegurada a participação de pelo menos três servidor ocupante de cargo efetivo ou emprego permanente do quadro de pessoal da administração pública;

XI - bens remanescentes: os de natureza permanente adquiridos com recursos financeiros envolvidos na parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam;

XII - prestação de contas: procedimento em que se analisa e se avalia a execução da parceria, pelo qual seja possível verificar o cumprimento do objeto da parceria e o alcance das metas e dos resultados previstos, compreendendo duas fases:

a) apresentação das contas, de responsabilidade da organização da sociedade civil;

b) análise e manifestação conclusiva das contas, de responsabilidade da administração pública, sem prejuízo da atuação dos órgãos de controle.

XIII - Procedimento de Manifestação de Interesse Social: instrumento por meio do qual as organizações da sociedade civil, movimentos sociais e cidadãos poderão apresentar propostas ao poder público para que este avalie a possibilidade de realização de um chamamento público objetivando a celebração de parceria.

§1º - As parcerias de que trata este Decreto respeitarão, em todos os seus aspectos, as normas específicas das políticas públicas setoriais relativas ao objeto da parceria e as respectivas instâncias de pactuação e deliberação.

§ 2º - Não se aplicam as exigências deste decreto:

I - aos contratos de gestão celebrados com organizações sociais, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei Federal nº 9.637, de 15 de maio de 1998;

II - aos convênios e contratos celebrados com entidades filantrópicas e sem fins lucrativos nos termos do § 1º do artigo 199 da Constituição Federal;

III - aos termos de compromisso cultural referidos no § 1º do artigo 9º da Lei Federal nº 13.018, de 22 de julho de 2014;

IV - aos termos de parceria celebrados com organizações da sociedade civil de interesse público, desde que cumpridos os requisitos previstos na Lei Federal nº 9.790, de 23 de março de 1999;

V - às transferências referidas no artigo 2º da Lei Federal nº 10.845,

de 5 de março de 2004, e nos artigos 5º e 22 da Lei Federal no 11.947, de 16 de junho de 2009;

VI – aos pagamentos realizados a título de anuidades, contribuições ou taxas associativas em favor de organismos internacionais ou entidades que sejam obrigatoriamente constituídas por:

- a) membros de Poder ou do Ministério Público;
- b) dirigentes de órgão ou de entidade da administração pública;
- c) pessoas jurídicas de direito público interno;
- d) pessoas jurídicas integrantes da administração pública;

VII – às parcerias entre a administração pública e os serviços sociais autônomos.

Art. Capítulo II - DAS COMPETÊNCIAS

Art. 3º - Compete ao Administrador Público Municipal:

I – autorizar a dispensa ou inexigibilidade do chamamento público;

II – decidir as impugnações ao ato de dispensa ou inexigibilidade;

III – autorizar a abertura de editais de chamamento público;

IV – anular ou revogar editais de chamamento público;

V – homologar o resultado do chamamento público;

VI – celebrar termos de colaboração, termos de fomento e acordos de cooperação;

VII – autorizar e firmar aditamentos de termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação;

VIII – denunciar ou rescindir termo de colaboração, termo de fomento e acordo de cooperação;

IX - autorizar a assunção de objeto;

X – Decidir, em última instância, os recursos impostos das decisões proferidas pelo Secretário Municipal de Administração.

Art. 4º - Compete ao Secretário Municipal de Administração:

I – designar a comissão de seleção, a comissão de monitoramento e avaliação e o gestor da parceria;

II – aplicar as penalidades previstas na legislação, nos editais de chamamento público ou nos termos de colaboração, termos de fomento e acordos de colaboração;

III – apreciar e decidir recursos e impugnações ao edital, após ouvida a comissão de seleção;

IV – decidir sobre a prestação de contas final.

§ 1º - Quando o objeto da parceria se inserir no campo funcional de mais de uma Secretaria Municipal ou ente da Administração Indireta, a celebração será efetivada conjuntamente pelos titulares dos órgãos ou entes envolvidos, e o termo de colaboração, termo de fomento ou acordo de cooperação deverá especificar as atribuições de cada partícipe.

§ 2º - A competência prevista neste artigo poderá ser delegada, vedada a subdelegação.

§ 3º - Não poderá ser exercida a delegação prevista no § 2º deste

artigo para a aplicação da sanção de suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato e a declaração de inidoneidade.

Capítulo III - DO PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL

Art. 5º - As organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos poderão apresentar propostas de abertura de Procedimento de Manifestação de Interesse Social - PMIS à administração pública municipal para que seja avaliada a possibilidade de realização de chamamento público com objetivo de celebração de parceria.

§ único: O Procedimento de Manifestação de Interesse Social- PMIS tem por objetivo permitir a oitiva da sociedade civil sobre ações de interesse público e recíproco que não coincidam com projetos ou atividades que estejam em objeto de chamamento público ou parceria em curso no âmbito do órgão ou da entidade da administração pública municipal responsável pela política pública.

Art. 6º - A administração pública municipal disponibilizará formulário eletrônico em sítio na internet, para que as organizações da sociedade civil, os movimentos sociais e os cidadãos possam apresentar propostas de abertura de PMIS, que deverão atender aos seguintes requisitos:

I - identificação do subscritor da proposta;

II - indicação do interesse público envolvido; e

III - diagnóstico da realidade a ser modificada, aprimorada ou desenvolvida e, quando possível, indicação da viabilidade, dos custos, dos benefícios e dos prazos de execução da ação pretendida.

§ 1º - A proposta de que trata o caput será encaminhada ao órgão ou à entidade da administração pública municipal responsável pela política pública a que esta se referir, a quem caberá a análise no prazo de 30 (trinta) dias.

§ 2º - As propostas de instauração de PMIS que atendam aos requisitos dos incisos deste artigo serão divulgadas no sítio eletrônico oficial do município com esta finalidade.

Art. 7º - A avaliação da proposta de instauração de PMIS observará, no mínimo, as seguintes etapas:

I – análise de admissibilidade da proposta, com base nos requisitos previstos no artigo 5º deste decreto;

II - decisão sobre a instauração ou não do PMIS, após verificada a conveniência e a oportunidade pelo órgão ou pela entidade da administração pública municipal responsável;

III - comunicação oficial da decisão administrativa ao proponente, a qual apontará os motivos de sua admissibilidade ou de sua negativa, devendo ser arquivada neste último caso;

IV - se instaurado o PMIS, abertura de prazo de 30 (trinta) dias para que os interessados apresentem considerações sobre a proposta em análise, através de portal eletrônico ou através de outros meios tecnológicos de amplo acesso;

V - manifestação do órgão ou da entidade da administração pública municipal responsável sobre a realização ou não do chamamento público proposto no PMIS.

§ único: A partir do recebimento da proposta de abertura do PMIS, apresentada de acordo com o art. 5º, a administração pública

municipal terá o prazo máximo de até 180 (cento e oitenta) dias para cumprir as etapas previstas neste artigo.

Art. 8º - Em havendo conclusão favorável da administração pública pela inclusão do PMIS como ação a ser implementada, e havendo disponibilidade financeira e orçamentária, a atividade sugerida passará a integrar o planejamento anual financeiro do município.

§ único: A proposição ou a participação no Procedimento de Manifestação de Interesse Social não impede a organização da sociedade civil de participar no eventual chamamento público subsequente.

Capítulo IV

DOS REQUISITOS PARA CELEBRAÇÃO DA PARCERIA

Seção I

Do Chamamento Público

Art. 9º - Para a celebração das parcerias previstas neste Decreto, a Administração Pública Municipal deverá realizar chamamento público para selecionar as organizações da sociedade civil, devendo ser adotado procedimento claro, objetivo e simplificado que oriente o interessado e facilite o acesso direto aos órgãos e instâncias decisórias, independentemente da modalidade de parceria prevista neste decreto.

Parágrafo Único: A administração Pública Municipal estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto as seguintes características:

- I – objetos;
- II – metas;
- III – custos;
- IV – indicadores, quantitativos ou qualitativos, de avaliação de resultados.

Art. 10 - A celebração de termo de colaboração ou de fomento será precedida de chamamento público voltado a selecionar organizações da sociedade civil que tornem mais eficaz a execução do objeto, exceto em hipóteses expressamente previstas em lei.

§ 1º - O edital do chamamento público especificará, no mínimo:

- I - a programação orçamentária que autoriza e viabiliza a celebração da parceria;
- II - o objeto da parceria;
- III - as datas, os prazos, as condições, o local e a forma de apresentação das propostas;
- IV - o número de propostas ou organizações da sociedade civil a serem selecionadas;
- V - o valor de referência para a realização do objeto;
- VI - a exigência de oferecimento de contrapartida financeira ou em bens e serviços, quando for o caso, desde que justificado pelo órgão ou entidade municipal parceiro;
- VII - as datas e os critérios, claros e objetivos, de seleção e julgamento das propostas inclusive no que se refere à metodologia de pontuação e ao peso atribuído a cada um dos critérios estabelecidos, se for o caso;
- VIII - a minuta do instrumento por meio do qual será celebrada a parceria;
- IX - de acordo com as características do objeto da parceria, medidas de acessibilidade para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida e idosos;

X - os requisitos mínimos e condições de habilitação a serem preenchidos pelos interessados;

XI - a forma e o prazo para a divulgação dos resultados da seleção; e

XII - a fase recursal, incluindo os mecanismos simplificados para assegurar o contraditório e a ampla defesa.

§ 2º - A Organização da Sociedade Civil deverá detalhar, na proposta de plano de trabalho para a celebração de termo de colaboração, fomento ou acordo de cooperação, as metas e ações mínimas propostas pela administração pública.

§ 3º - As organizações da sociedade civil interessadas em participar do chamamento público poderão obter esclarecimentos ou dirimir dúvidas acerca de seus dispositivos, na forma e prazo definido no edital.

§ 4º - O edital deverá ser amplamente divulgado em sítio eletrônico oficial do município, e também no Diário Oficial dos Municípios, com prazo mínimo de 30 (trinta) dias.

§ 5º - Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto neste decreto.

Art. 11 -3 Nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade, a ausência de realização de chamamento público será justificada pelo administrador público.

§ 1º - Sob pena de nulidade do ato de formalização de parceria, o extrato da justificativa previsto no caput deverá ser publicado, na mesma data em que for efetivado, no sítio oficial da administração pública na internet e também no diário oficial de publicidade do município.

§ 2º - Admite-se a impugnação à justificativa, apresentada no prazo de 05 (cinco) dias a contar de sua publicação, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável em até 05 (cinco) dias da data do respectivo protocolo.

§ 3º - Havendo fundamento na impugnação, será revogado o ato que declarou a dispensa ou considerou inexigível o chamamento público, e será imediatamente iniciado o procedimento para a realização do chamamento público, através da comissão de seleção, conforme o caso.

§ 4º - Na hipótese da impugnação à justificativa não ser admitida, será mantido o ato de dispensa ou inexigibilidade da parceria.

§ 5º - A dispensa e a inexigibilidade de chamamento público, não afastam a aplicação dos demais dispositivos da Lei 13.019/14 e suas alterações.

Art. 12 - Serão encaminhadas para prévia análise e aprovação da comissão de seleção, da área jurídica e da Secretaria Municipal de Administração, após julgamento das propostas de plano de trabalho pelo administrador público, as minutas:

I - do edital de chamamento, de dispensa ou inexigibilidade,

II - do termo de fomento, do termo de colaboração ou do acordo

de cooperação;

Art. 13 - A administração pública poderá, justificadamente, dispensar ou inexigir a realização do Chamamento Público, conforme hipóteses previstas nos artigos 30 e 31 da Lei 13.019/14.

Seção II

Da Comissão de Seleção

Art. 14 - O município designará, em ato específico, os integrantes que comporão a comissão de seleção, a ser composta por no mínimo três servidores ocupantes de cargos efetivos do quadro de pessoal da administração pública municipal.

§ único: Para subsidiar seus trabalhos, a comissão de seleção poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro deste colegiado.

Art. 15 - O membro da comissão de seleção deverá se declarar impedido de participar do processo de seleção quando verificar que:

I - tenha participado, nos últimos 5 (cinco) anos, como associado, cooperado, dirigente, conselheiro ou empregado de qualquer organização da sociedade civil participante do chamamento público; ou

II - sua atuação no processo de seleção configurar conflito de interesse, nos termos da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013, aplicada por analogia.

§ 1º - A declaração de impedimento de membro da comissão de seleção não obsta a continuidade do processo de seleção e a celebração de parceria entre a organização da sociedade civil e o órgão ou a entidade pública municipal.

§ 2º - Na hipótese do § 1º, o membro impedido deverá ser imediatamente substituído, a fim de viabilizar a realização ou continuidade do processo de seleção.

Art. 16 - A comissão de seleção será responsável pela condução do processo de seleção.

§ 1º - O administrador público encaminhará a minuta do edital de chamamento público ou a justificativa de sua dispensa ou inexigibilidade, para análise prévia, conforme for o caso.

§ 2º - A documentação referida no § 1º deste artigo deve ser acompanhada da minuta do termo de fomento, do termo de colaboração ou do acordo de cooperação, juntamente com os respectivos planos de trabalho, antes de sua publicação, a fim de avaliar se estes apresentam dos requisitos mínimos previstos na Lei nº 13.019/14.

Art. 17 - O processo de seleção abrangerá a avaliação das propostas, a divulgação e a homologação dos resultados.

Art. 18 - A avaliação das propostas terá caráter eliminatório e classificatório.

§ 1º - As propostas serão classificadas de acordo com os critérios objetivos de julgamento estabelecidos no edital.

§ 2º - Será eliminada a organização da sociedade civil cuja proposta esteja em desacordo com os termos do edital ou que não contenha as seguintes informações:

I - a descrição da realidade do objeto da parceria e o nexo com a atividade ou o projeto proposto;

II - as ações a serem executadas, as metas a serem atingidas e os

indicadores que aferirão o cumprimento das metas;

III - os prazos para a execução das ações e para o cumprimento das metas; e

IV - o valor global.

§ 3º - A Comissão de Seleção deverá avaliar o grau de adequação da proposta aos objetivos específicos do programa ou ação em que se insere o tipo de parceria e ao valor de referência constante do chamamento público, bem como a capacidade técnica e operacional e a experiência prévia das organizações da sociedade civil, necessárias para o desenvolvimento das atividades previstas e o cumprimento das metas estabelecidas.

Art. 19 - A comissão remeterá ao órgão ou entidade pública municipal os resultados do processo de seleção.

Art. 20 - O órgão ou a entidade pública municipal divulgará o resultado preliminar do processo de seleção no seu sítio eletrônico oficial e na plataforma eletrônica.

Art. 21 - As organizações da sociedade civil poderão apresentar recurso contra o resultado preliminar, no prazo de 05 (cinco) dias, contado da publicação da decisão, ao colegiado que a proferiu.

§ único: Os recursos que forem considerados improcedentes pelo colegiado no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento, deverão ser encaminhados à autoridade competente para decisão final.

Art. 22 - Após o julgamento dos recursos ou o transcurso do prazo para interposição de recurso, o órgão ou a entidade pública municipal deverá homologar e divulgar, no seu sítio eletrônico oficial e na plataforma eletrônica, as decisões recursais proferidas e o resultado definitivo do processo de seleção.

§ único: A homologação não gera direito para a organização da sociedade civil à celebração da parceria

Seção III

Da Proposta de Plano de Trabalho

Art. 23 - A Organização da Sociedade Civil interessada em celebrar parceria mediante termo de colaboração ou fomento e acordos de cooperação, com órgão ou entidade municipal deverá preencher proposta de plano de trabalho, inclusive para eventos esportivos e apoio a projetos artísticos, disponibilizada em formulário eletrônico, que deverá conter os seguintes elementos:

I - dados e informações da Organização da Sociedade Civil;

II - dados da proposta: descrição do objeto a ser executado e seu detalhamento, justificativa e interesse público relacionados à parceria, incluindo a população beneficiada diretamente, bem como o diagnóstico da realidade local e seu nexo com as atividades ou metas da parceria;

III - relação contendo os dados da equipe executora;

IV - estimativa de tempo de duração da vigência da parceria;

V - descrição pormenorizada das metas quantitativas e mensuráveis a serem atingidas, devendo estar claro, preciso e detalhado o que se pretende realizar ou obter;

VI - cronograma físico de execução do objeto, definição e estimativa de tempo de duração das etapas, fases ou atividades, devendo estar claros, precisos e detalhados os meios utilizados para o atingimento das metas;

VII - indicadores qualitativos e quantitativos a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas ou de alteração da realidade local;

VIII - plano de aplicação dos recursos a serem desembolsados e, quando houver, da contrapartida da Organização da Sociedade Civil, devendo os valores serem compatíveis com os preços de mercado ou com outras parcerias da mesma natureza, incluindo, quando for o caso, a estimativa de valores a serem recolhidos para pagamento de encargos previdenciários e trabalhistas das pessoas envolvidas diretamente na consecução do objeto, durante o período de vigência proposto; e

IX - cronograma de desembolso dos recursos a serem aportados, da contrapartida financeira ou não financeira e, se for o caso, de outros aportes, compatíveis com as despesas das etapas vinculadas às metas do cronograma físico.

§ 1º - O formulário eletrônico de que trata o caput será implantado pela Secretaria Municipal de Administração sendo que os protocolos serão direcionados automaticamente para as secretarias com atribuições afetas às respectivas áreas de atuação, sendo preservado o registro online do protocolo, visível a todos.

§ 2º - Excepcionalmente, enquanto não houver disponibilidade do formulário eletrônico citado no caput, os interessados deverão realizar protocolo do plano de trabalho, no protocolo geral do município, utilizando formulário padrão que será fornecido pelos órgãos da administração pública.

Art. 24 - Desde que previsto em edital, será permitida a atuação em rede por duas ou mais organizações da sociedade civil, mantida a integral responsabilidade da organização celebrante do termo de fomento ou de colaboração, desde que possua:

I - mais de 5 (cinco) anos de inscrição no CNPJ; e

II - capacidade técnica e operacional para supervisionar e orientar diretamente a atuação da organização que com ela estiver atuando em rede.

Art. 25 - A organização da sociedade civil que assinar o termo de colaboração ou termo de fomento deverá celebrar termo de atuação em rede para repasse de recursos às não celebrantes, devendo a celebrante, no ato da respectiva formalização:

I - verificar, nos termos do edital, a regularidade jurídica e fiscal da organização não celebrante do termo de colaboração ou do termo de fomento, devendo comprovar tal verificação na prestação de contas; e

II - comunicar ao responsável pela Unidade Gestora do termo de colaboração ou termo de fomento, em até 60 (sessenta) dias, a partir da formalização do termo de atuação em rede.

Seção IV

Dos Requisitos para Celebração do Termo de Colaboração e do Termo de Fomento

Art. 26 - Para celebrar as parcerias previstas nesta Lei, as organizações da sociedade civil deverão ser regidas por normas de organização interna que prevejam, expressamente:

I - objetivos voltados à promoção de atividades e finalidades de relevância pública e social;

II - que, em caso de dissolução da entidade, o respectivo patrimônio líquido seja transferido a outra pessoa jurídica, situada no

município de Garopaba, de igual natureza que preencha os requisitos da Lei 13.019/14 e cujo objeto social seja, preferencialmente, o mesmo da entidade extinta;

III - escrituração de acordo com os princípios fundamentais de contabilidade e com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

IV - possuir:

a) no mínimo, um ano de existência, com cadastro ativo, comprovados por meio de documentação emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, com base no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;

b) experiência prévia na realização, com efetividade, do objeto da parceria ou de natureza semelhante;

c) instalações, condições materiais e capacidade técnica e operacional para o desenvolvimento das atividades ou projetos previstos na parceria e o cumprimento das metas estabelecidas.

§ 1º - Na celebração de acordos de cooperação, somente será exigido o requisito previsto no inciso I;

§ 2º - Serão dispensadas do atendimento ao disposto nos incisos I e II as organizações religiosas;

§ 3º - As sociedades cooperativas deverão atender às exigências previstas na legislação específica e ao disposto no inciso IV, estando dispensadas do atendimento aos requisitos previstos nos incisos I e II.

§ 4º - Para fins de atendimento do previsto na alínea c do inciso IV, não será necessária a demonstração de capacidade instalada prévia.

Art. 27 - Para celebração das parcerias previstas neste Decreto, as organizações da sociedade civil deverão apresentar:

I - cópia do estatuto registrado e suas alterações;

II - comprovante de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ, emitido no sítio eletrônico oficial da Secretaria da Receita Federal do Brasil;

III - comprovantes de experiência prévia na realização do objeto da parceria ou de objeto de natureza semelhante de, no mínimo, 1 ano de capacidade técnica e operacional, podendo ser admitidos, sem prejuízo de outros:

a) instrumentos de parceria firmados com órgãos e entidades da administração pública, organismos internacionais, empresas ou outras organizações da sociedade civil;

b) relatórios de atividades com comprovação das ações desenvolvidas;

c) publicações, pesquisas e outras formas de produção de conhecimento realizadas pela organização da sociedade civil ou a respeito dela;

d) currículos profissionais de integrantes da organização da sociedade civil, sejam dirigentes, conselheiros, associados, cooperados, empregados, entre outros;

e) declarações de experiência prévia e de capacidade técnica no desenvolvimento de atividades ou projetos relacionados ao objeto da parceria ou de natureza semelhante, emitidas por órgãos públicos, instituições de ensino, redes, organizações da sociedade civil,

movimentos sociais, empresas públicas ou privadas, conselhos, comissões ou comitês de políticas públicas; ou

f) prêmios de relevância recebidos no País ou no exterior pela organização da sociedade civil.

IV - Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, Estado e do Município;

V - Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;

VI - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

VII - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;

VIII - Cópia autenticada da ata de eleição da assembleia que elegeu o atual corpo diretivo da entidade, devidamente registrada no cartório competente;

IX - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como registro imobiliário, conta de consumo ou contrato de locação e outros;

X - Cópia do Alvará de Funcionamento fornecido pela Prefeitura Municipal de Garopaba;

XI - relação nominal atualizada dos dirigentes da organização da sociedade civil, conforme o estatuto, com endereço, telefone, endereço de correio eletrônico, número e órgão expedidor da carteira de identidade e número de registro no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF de cada um deles;

XII - cópia de documento que comprove que a organização da sociedade civil funciona no endereço por ela declarado, como registro imobiliário, conta de consumo ou contrato de locação e outros;

XIII - declaração do representante legal da organização da sociedade civil sobre a existência de instalações e outras condições materiais da organização ou sobre a previsão de contratar ou adquirir com recursos da parceria;

XIV - certidões de regularidade fiscal, previdenciária, tributária, de contribuições e de dívida ativa, de acordo com a legislação aplicável da União, dos Estados e do Município;

XV - Atestado de funcionamento fornecido pelo Conselho Municipal ou órgão de fiscalização com jurisdição sobre a entidade do município de Garopaba, com data de emissão não superior a doze meses;

XVI - Cópia da Lei de Utilidade pública, quando exigida pela legislação municipal.

§ 1º - A capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil independe da capacidade já instalada, admitida a contratação de profissionais, a aquisição de bens e equipamentos ou a realização de serviços de adequação de espaço físico para o cumprimento do objeto da parceria.

§ 2º - Serão consideradas regulares, para fins de cumprimento do disposto dos incisos IV a VI do caput, as certidões positivas com efeito de negativas.

§ 3º - As organizações da sociedade civil ficarão dispensadas de reapresentar as certidões de que tratam os incisos IV a VI do caput que estiverem vencidas no momento da análise, desde que estejam

disponíveis eletronicamente.

§ 4º - A organização da sociedade civil deverá comunicar alterações em seus atos societários e em seu quadro de dirigentes, quando houver.

Art. 28 - A celebração e a formalização do termo de colaboração e do termo de fomento dependerão da adoção das seguintes providências pela administração pública:

I - realização de chamamento público, ressalvadas as hipóteses previstas na Lei 13.019/14;

II - indicação expressa da existência de prévia dotação orçamentária para execução da parceria;

III - demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto;

IV - aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei 13.019/14;

V - emissão de parecer técnico por parte da comissão de seleção da administração pública, que deverá pronunciar-se, de forma expressa, a respeito:

a) do mérito da proposta, em conformidade com a modalidade de parceria adotada;

b) da identidade e da reciprocidade de interesse das partes na realização, em mútua cooperação, da parceria prevista nesta Lei;

c) da viabilidade de sua execução;

d) da verificação do cronograma de desembolso;

e) da descrição de quais serão os meios disponíveis a serem utilizados para a fiscalização da execução da parceria, assim como dos procedimentos que deverão ser adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos;

f) da designação do gestor da parceria;

VI - emissão de parecer jurídico do órgão de assessoria ou consultoria jurídica da administração pública acerca da possibilidade de celebração da parceria.

§ 1º - Caso o parecer técnico ou o parecer jurídico de que tratam, respectivamente, os incisos V e VI, concluam pela possibilidade de celebração da parceria com ressalvas, deverá o administrador público sanar os aspectos ressalvados ou, mediante ato formal, justificar a preservação desses aspectos ou sua exclusão.

§ 2º - Na hipótese de o gestor da parceria deixar de ser agente público ou ser lotado em outro órgão ou entidade, o administrador público deverá designar novo gestor, assumindo, enquanto isso não ocorrer, todas as obrigações do gestor, com as respectivas responsabilidades.

§ 3º - Caso a organização da sociedade civil adquira equipamentos e materiais permanentes com recursos provenientes da celebração da parceria, o bem será gravado com cláusula de inalienabilidade, e ela deverá formalizar promessa de transferência da propriedade à administração pública, na hipótese de sua extinção.

§ 4º - Será impedida de participar como gestor da parceria ou como membro da comissão de monitoramento e avaliação pessoa que, nos últimos 5 (cinco) anos, tenha mantido relação jurídica com,

ao menos, 1 (uma) das organizações da sociedade civil partícipes.

§ 5º - Configurado o impedimento do § 4º, deverá ser designado gestor ou membro substituto que possua qualificação técnica equivalente à do substituído.

Art. 29 - O termo de fomento, o termo de colaboração e o acordo de cooperação somente produzirão efeitos jurídicos após a publicação dos respectivos extratos no meio oficial de publicidade da administração pública.

Art. 30 - Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

Capítulo V DA EXECUÇÃO DA PARCERIA Seção I Das Despesas

Art. 31 - As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas nos termos dos incisos XV e XVI do art. 36 deste Decreto, sendo vedado:

I - utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

II - pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias.

Art. 32 - Poderão ser pagas, entre outras despesas, com recursos vinculados à parceria:

a) remuneração da equipe encarregada da execução do plano de trabalho, inclusive de pessoal próprio da organização da sociedade civil, durante a vigência da parceria, compreendendo as despesas com pagamentos de impostos, contribuições sociais, Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS, férias, décimo terceiro salário, salários proporcionais, verbas rescisórias e demais encargos sociais e trabalhistas;

b) diárias referentes a deslocamento, hospedagem e alimentação nos casos em que a execução do objeto da parceria assim o exija;

c) custos indiretos necessários à execução do objeto, seja qual for a proporção em relação ao valor total da parceria;

d) aquisição de equipamentos e materiais permanentes essenciais à consecução do objeto e serviços de adequação de espaço físico, desde que necessários à instalação dos referidos equipamentos e materiais.

§ 1º - A inadimplência da administração pública não transfere à organização da sociedade civil a responsabilidade pelo pagamento de obrigações vinculadas à parceria com recursos próprios.

§ 2º - A inadimplência da organização da sociedade civil em decorrência de atrasos na liberação de repasses relacionados à parceria não poderá acarretar restrições à liberação de parcelas subsequentes.

§ 3º - O pagamento de remuneração da equipe contratada pela organização da sociedade civil com recursos da parceria não gera vínculo trabalhista com a administração pública municipal.

Art. 33 - Toda a movimentação de recursos no âmbito da parceria

será realizada mediante transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário final e à obrigatoriedade de depósito em sua conta bancária.

§ 1º - Os pagamentos deverão ser realizados mediante crédito na conta bancária de titularidade dos fornecedores e prestadores de serviços.

§ 2º - Demonstrada a impossibilidade física de pagamento mediante transferência eletrônica, o termo de colaboração ou de fomento poderá admitir a realização de pagamentos em cheque.

Seção II Da Liberação e da Contabilização dos Recursos

Art. 34 - A liberação de recursos obedecerá ao cronograma de desembolso aprovado que guardará consonância com as metas da parceria.

§ 1º - Os recursos serão depositados em conta corrente específica, cujo nome conterá a seguinte nomenclatura "nome da entidade beneficiada" seguido da expressão "PARCERIA PMG" ou outra finalização, de acordo com o órgão repassador do recurso.

§ 2º - Os recursos serão automaticamente aplicados em cadernetas de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, enquanto não empregados na sua finalidade.

Art. 35 - As liberações de parcelas serão retidas nas hipóteses listadas abaixo, as quais ocorrerão por meio de ações de monitoramento e avaliação, incluindo:

I - existência de denúncias aceitas;

II - quando houver evidências de irregularidade na aplicação da parcela anteriormente recebida;

III - quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, ou por inadimplemento da organização da sociedade civil em relação às obrigações estabelecidas no termo de colaboração ou de fomento;

IV - quando a organização da sociedade civil deixar de adotar, sem justificativa suficiente, as medidas saneadoras apontadas pela administração pública, pelo gestor da parceria ou pelos órgãos de controle interno ou externo;

V - quando da inscrição da entidade no cadastro de devedores do município;

VI - quando a entidade não estiver regular com a apresentação da prestação de contas.

§ 1º - O atraso injustificado no cumprimento de metas pactuadas no plano de trabalho configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração.

§ 2º - Os recursos resultantes de parcerias depositados em conta corrente específica e não utilizados no prazo de aplicação estabelecido no cronograma da parceria, deverão ser ressarcidos ao município, contemplando ainda os rendimentos do mesmo, pelo mesmo índice do qual a organização da sociedade civil tenha optado em aplicar o recurso enquanto não utilizado na sua finalidade (§2 do Art. 34 deste Decreto).

Art. 36 - Os recursos da parceria geridos pelas organizações da sociedade civil, ficam vinculados ao plano de trabalho e não caracterizam receita própria e nem pagamento por prestação de serviços e devem ser alocados nos seus registros contábeis conforme as Normas Brasileiras de Contabilidade.

Seção III Das Prorrogações

Art. 37 - A vigência da parceria poderá ser alterada mediante termo aditivo, cuja celebração deve ser solicitada pela organização da sociedade civil, devidamente formalizada e justificada, e ser apresentada na Unidade Gestora em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes do término do inicialmente previsto, vedada a alteração do objeto aprovado.

Seção IV Dos Instrumentos de Formalização das Parcerias

Art. 38 - As parcerias serão formalizadas mediante a celebração de termo de colaboração, de termo de fomento ou de acordo de cooperação, conforme o caso, que terão como cláusulas essenciais:

I - a descrição do objeto pactuado;

II - as obrigações das partes;

III - quando for o caso, o valor total e o cronograma de desembolso;

IV - a contrapartida financeira ou em bens e serviços, conforme o caso;

V - a vigência e as hipóteses de prorrogação;

VI - a obrigação de prestar contas com definição de forma, metodologia e prazos;

VII - a forma de monitoramento e avaliação, com a indicação dos recursos humanos e tecnológicos que serão empregados na atividade;

VIII - a obrigatoriedade de restituição de recursos, nos casos previstos nesta Lei;

IX - a definição, se for o caso, da titularidade dos bens e direitos remanescentes na data da conclusão ou extinção da parceria e que, em razão de sua execução, tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados com recursos repassados pela administração pública;

X - a prerrogativa atribuída à administração pública para assumir ou transferir a responsabilidade pela execução do objeto, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade;

XI - a obrigação de a organização da sociedade civil manter e movimentar os recursos em conta bancária específica;

XII - o livre acesso dos agentes da administração pública, do controle interno e do Tribunal de Contas aos processos, aos documentos e às informações relacionadas a termos de colaboração, termos de fomento ou acordos de colaboração, bem como aos locais de execução do respectivo objeto;

XIII - a faculdade dos partícipes rescindirem o instrumento, a qualquer tempo, com as respectivas condições, sanções e delimitações claras de responsabilidades, além da estipulação de prazo mínimo de antecedência para a publicidade dessa intenção, que não poderá ser inferior a 30 (trinta) dias;

XIV - a indicação do foro para dirimir as dúvidas decorrentes da execução da parceria, estabelecendo a obrigatoriedade da prévia tentativa de solução administrativa, com a participação de órgão encarregado de assessoramento jurídico integrante da estrutura da administração pública;

XV - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

XVI - a responsabilidade exclusiva da organização da sociedade civil pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relacionados à execução do objeto previsto no termo de colaboração ou de fomento, não implicando responsabilidade solidária ou subsidiária da administração pública a inadimplência da organização da sociedade civil em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de sua execução, incluídos os resultantes de eventuais restrições.

§ 1º - Constará como anexo do termo de colaboração, do termo de fomento ou do acordo de cooperação o plano de trabalho, que deles será parte integrante e indissociável.

§ 2º - Os Conselhos Municipais poderão apresentar propostas à administração pública para celebração de termo de colaboração com organizações da sociedade civil.

Seção V Do Acompanhamento pela Administração Pública

Art. 39 - A administração pública emitirá relatório técnico de monitoramento e avaliação de parceria celebrada mediante termo de colaboração ou termo de fomento e o submeterá à comissão de monitoramento e avaliação designada, que o homologará, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela organização da sociedade civil.

§ único: O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I - descrição sumária das atividades e metas estabelecidas;

II - análise das atividades realizadas, do cumprimento das metas e do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho;

III - valores efetivamente transferidos pela administração pública;

IV - análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentados pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração ou de fomento;

V - análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e das medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias.

Art. 40 - Sem prejuízo da fiscalização pela administração pública e pelos órgãos de controle, a execução da parceria será acompanhada e fiscalizada pelos conselhos municipais das áreas correspondentes de atuação.

§ único: As parcerias de que trata este Decreto estarão também sujeitas aos mecanismos de controle social previstos na legislação.

Seção VI Do Gestor da Parceria

Art. 41 - A administração pública municipal designará gestores para controlar e fiscalizar a execução das parcerias em tempo hábil e de modo eficaz, os quais terão as atribuições e responsabilidades

previstas na Lei Federal nº 13.019/14.

§ 1º - Será designado um gestor por fundo ou secretaria.

§ 2º - Somente poderão ser designados para exercer a função de gestores de parcerias servidores públicos municipais investidos em cargo efetivo.

Art. 42 - São obrigações do gestor:

I - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

II - informar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

III - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, no prazo máximo de 15 (quinze) dias contados do encaminhamento desta, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação de que trata o art. 37;

IV - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação.

V - agir de forma precipuamente preventiva, pautando-se, dentre outros, pelos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, proporcionalidade, razoabilidade, finalidade, motivação, eficiência e interesse público, tendo as atribuições e responsabilidades definidas neste decreto, sem prejuízo de outras estabelecidas em normas específicas.

§ 1º - Todas as parcerias devem ser precedidas de indicação do gestor e de seu suplente, com suas respectivas matrículas, pela autoridade competente da administração pública, mediante ciência expressa.

§ 2º - Nas hipóteses em que se exija conhecimento especializado, poderá ser indicado, pela autoridade competente um agente público com experiência técnica em relação ao objeto da parceria envolvida para que auxilie o gestor no desempenho de algumas das suas atribuições, sempre, sob sua responsabilidade.

§ 3º - O gestor e o agente público indicado na forma do parágrafo anterior serão responsabilizados funcionalmente no caso de não cumprimento de suas atribuições, assegurados, em todos os casos, o contraditório e a ampla defesa.

Seção VII

Da Prestação de Contas

Art. 43 - A organização da sociedade civil prestará contas da boa e regular aplicação dos recursos recebidos no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício, se a duração da parceria exceder um ano.

§ 1º - O prazo para a prestação final de contas será estabelecido de acordo com a complexidade do objeto da parceria.

§ 2º - O disposto no caput não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto.

§ 3º - Na hipótese do § 2º, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 4º - O prazo referido no caput poderá ser prorrogado uma única

vez, por igual período, desde que devidamente justificado.

§ 5º - A manifestação conclusiva sobre a prestação de contas pela administração pública ocorrerá em até 10 (dez) dias após a entrega ou publicação desta em sítio eletrônico específico, devendo concluir, alternativamente, pela:

I - aprovação da prestação de contas;

II - aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou

III - rejeição da prestação de contas e determinação de imediata instauração de tomada de contas especial.

§ 6º - As impropriedades que deram causa à rejeição da prestação de contas serão registradas em plataforma eletrônica de acesso público.

§ 7º - Não será realizada nova parceria, tampouco renovada com Organização da Sociedade Civil que estiver com prestação de contas pendente de aprovação pela administração pública.

§ 8º - Quando o repasse for realizado em parcelas, para cada parcela repassada haverá um processo de prestação de contas individualizado que será anexado ao processo de concessão.

Art. 44 - Constatada irregularidade ou omissão na prestação de contas, será concedido prazo para a organização da sociedade civil sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação.

§ 1º - O prazo referido no caput é limitado a 15 (quinze) dias por notificação, prorrogável, no máximo, por igual período, dentro do prazo que a administração pública possui para analisar e decidir sobre a prestação de contas e comprovação de resultados.

§ 2º - Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Art. 45 - A administração pública apreciará a prestação final de contas apresentada, no prazo de até cento e cinquenta dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

Parágrafo único - O transcurso do prazo definido nos termos do caput sem que as contas tenham sido apreciadas:

I - não significa impossibilidade de apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos;

II - nos casos em que não for constatado dolo da organização da sociedade civil ou de seus prepostos, sem prejuízo da atualização monetária, não incidirão juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo referido neste parágrafo e a data em que foi ultimada a apreciação pela administração pública.

Art. 46 - As prestações de contas, depois de devidamente analisadas, serão tidas como:

I - regulares, quando expressarem, de forma clara e objetiva, o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

II - regulares com ressalva, quando evidenciarem impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em

dano ao erário;

III - irregulares, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

a) omissão no dever de prestar contas;

b) descumprimento injustificado dos objetivos e metas estabelecidos no plano de trabalho;

c) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

d) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

§ 1º - O administrador público responde pela decisão sobre a aprovação da prestação de contas ou por omissão em relação à análise de seu conteúdo, levando em consideração, no primeiro caso, os pareceres técnico, financeiro e jurídico, sendo permitida delegação a autoridades diretamente subordinadas, vedada a subdelegação.

§ 2º - Quando a prestação de contas for avaliada como irregular, após exaurida a fase recursal, se mantida a decisão, a organização da sociedade civil poderá solicitar autorização para que o ressarcimento ao erário seja promovido por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, conforme o objeto descrito no termo de colaboração ou de fomento e a área de atuação da organização, cuja mensuração econômica será feita a partir do plano de trabalho original, desde que não tenha havido dolo ou fraude e não seja o caso de restituição integral dos recursos.

Art. 47 - A prestação de contas deverá ser remetida contendo a seguinte documentação:

I - Processo de concessão dos recursos;

II - Balancete de prestação de contas, assinado pelo representante legal da entidade beneficiária, pelo tesoureiro e pelo contador, esse último em consonância com a exigência contida no inciso IV do art. 33 da Lei Federal nº 13.019 de 31 de julho de 2014;

III - Parecer do Conselho Fiscal, quanto à correta aplicação dos recursos no objeto e ao atendimento da finalidade pactuada;

IV - Borderô discriminando as receitas, no caso de projetos financiados com recursos públicos em que haja cobrança de ingressos, taxa de inscrição ou similar;

V - Originais dos documentos comprobatórios das despesas realizadas (nota fiscal, cupom fiscal, recibo, folhas de pagamento, relatório-resumo de viagem, ordens de tráfego, bilhetes de passagem, guias de recolhimento de encargos sociais e de tributos, faturas, duplicatas, etc.);

VI - Extratos bancários da conta corrente vinculada e da aplicação financeira, com a movimentação completa do período;

VII - Ordens bancárias e comprovantes de transferência eletrônica de numerário ou cópia dos cheques utilizados para pagamento das despesas;

VIII - Guia de recolhimento de saldo não aplicado, se for o caso;

IX - Declaração do responsável, nos documentos comprobatórios das despesas, certificando que o material foi recebido e/ou o serviço prestado, e que está conforme as especificações neles consignadas;

X - Cópia do certificado de propriedade, no caso de aquisição ou conserto de veículo automotor;

XI - Relatório sobre a execução física, atingimento de metas de acordo com os indicadores apontados no termo e o cumprimento do objeto da parceria ou de sua etapa, com descrição detalhada da execução, acompanhado dos contratos de prestação de serviço, folders, cartazes do evento, exemplar de publicação impressa, CD, DVD, registros fotográficos, matérias jornalísticas e todos os demais elementos necessários à perfeita comprovação da execução;

XII - Relatório GFIP/SEFIP da entidade, acompanhado do protocolo eletrônico de apresentação à Receita Federal do Brasil, referente ao período de aplicação dos recursos, dispondo de regular inscrição de todos os prestadores de serviços e funcionários contratados para a consecução do objeto;

XIII - Comprovação de recolhimento da cota patronal do INSS à Receita Federal do Brasil.

§ 1º - O relatório deve apresentar de forma detalhada as horas técnicas de todos os profissionais envolvidos, discriminando as quantidades e os custos unitário e total dos serviços quando o objeto do repasse envolver a contratação de serviços, em especial os de assessoria, assistência, consultoria e congêneres; produção, promoção de eventos, seminários, capacitação e congêneres, segurança e vigilância, bem como as justificativas da escolha.

§ 2º - Caso a parceria seja firmada através de Acordo de Cooperação, a prestação de contas será remetida de forma simplificada, sendo exigido da Organização da Sociedade Civil apenas o inciso XI deste artigo, ressalvada a hipótese da solicitação de outros documentos necessários para dirimir quaisquer dúvidas acerca da execução da parceria.

Capítulo VI

Seção I

Da Celebração do Termo de Colaboração ou de Fomento

Art. 48 - O termo de colaboração é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas pela Administração Pública com organizações da sociedade civil, objetivando, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, a execução de políticas públicas de natureza continuada ou não pelas organizações da sociedade civil, por meio de metas e ações que aliciem condições básicas propostas pelo parceiro público em plano de trabalho, observando-se os programas ou planos setoriais da área correspondente, quando houver.

§ 1º - Para a celebração do termo de colaboração, a Administração Pública publicará edital de chamamento público, que deverá ser acompanhado de minuta de plano de trabalho contendo, no mínimo, as seguintes informações:

I – descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades ou projetos e metas a serem atingidas;

II – descrição das metas a serem atingidas e das atividades ou projetos a serem executados, devendo estar claro, preciso e detalhado, o quanto possível, o que se pretende alcançar, realizar ou obter;

III – previsão de receitas e de despesas a serem realizadas na execução das atividades ou dos projetos abrangidos pela parceria;

IV – forma de execução das atividades ou dos projetos e de cumprimento das metas a eles atreladas;

V – definição dos parâmetros a serem utilizados para a aferição do cumprimento das metas.

§ 2º - Com base no edital e na minuta de plano de trabalho publicada pela Administração Pública, a organização da sociedade civil interessada deverá apresentar sua proposta de plano de trabalho contendo as informações previstas no artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e no artigo 20 deste decreto.

§ 3º - Sempre que possível, a Administração Pública estabelecerá critérios a serem seguidos, especialmente quanto às características básicas das parcerias, notadamente os objetos, as metas, os custos, os indicadores, quantitativos e qualitativos, de avaliação de resultados, nos termos do parágrafo único do artigo 23 da Lei nº 13.019, de 2014.

§ 4º - Os padrões de qualidade dos serviços continuados oferecidos à população, bem como a sua manutenção ao longo da parceria constarão dos chamamentos públicos ou dos planos de trabalho, com prioridade, entre outros instrumentos, para a avaliação dos serviços pelo cidadão usuário, cabendo ao órgão da Administração Pública ou à organização parceria informá-lo de maneira clara e precisa dos termos da parceria, do atendimento específico, assim como de seus direitos, nos moldes definidos pela administração pública municipal.

Art. 49 - O termo de fomento é o instrumento pelo qual são formalizadas as parcerias estabelecidas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, com transferência de recursos financeiros, com o objetivo de fomentar inovações por meio de projetos de interesse público por elas desenvolvidos, com metas e ações propostas pela organização em plano de trabalho, observando-se os programas ou o plano setorial da área correspondente, quando houver.

Art. 50 - Para a celebração do termo de fomento, a Administração Pública publicará edital de chamamento público especificando os temas prioritários e a ação orçamentária, cujas metas e atividades deverão ser propostas pela organização da sociedade civil, a qual deverá especificar, no plano de trabalho, o detalhamento exigido pelo artigo 22 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, sem prejuízo das informações que poderão constar da convocação, nos moldes do artigo 23 da mesma lei, observado o § 4º do artigo 46 deste decreto.

Art. 51 - O acordo de cooperação é instrumento jurídico pelo qual são firmadas parcerias pela Administração Pública com organizações da sociedade civil para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco que não envolvam a transferência de recursos financeiros.

Art. 52 - As organizações da sociedade civil poderão celebrar mais de uma parceria concomitantemente, no mesmo órgão ou em outros, vedada a inclusão da mesma despesa em mais de um plano de trabalho.

Seção II Das Vedações

Art. 53 - Fica vedada a celebração de qualquer modalidade de parceria prevista neste decreto com organização da sociedade civil que se enquadre no previsto no artigo 39 da Lei Federal nº 13.019, de 2014, bem como com:

I – organização da sociedade civil que tiver, dentre seus dirigentes, servidor ou empregado da Administração Pública Municipal direta ou indireta, bem como ocupantes de cargo em comissão;

II – organização da sociedade civil que estiver inscrita no CADIN municipal, exceto nos casos em que não houver transferência de recursos financeiros.

§ único: Para os fins do artigo 39, inciso III, da Lei Federal nº 13.019, de 2014, considera-se dirigente de órgão ou ente da Administração Pública o titular da unidade orçamentária, o Secretário Municipal o Chefe de Gabinete, o dirigente de ente da Administração Indireta e aqueles que detêm competência delegada para a celebração de parcerias.

Capítulo VII DA ALTERAÇÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

Art. 54 - A critério da Administração, admite-se a alteração da parceria, devendo a proposta ser acompanhada de revisão do plano de trabalho, desde que não seja transfigurado o objeto da parceria.

§ 1º - Poderá haver redução ou majoração dos valores inicialmente pactuados para redução ou ampliação de metas ou capacidade do serviço, ou para qualificação do objeto da parceria, desde que devidamente justificados.

§ 2º - Faculta-se aos órgãos e entes municipais o repasse de eventual verba adicional, não prevista no valor total da parceria, para a melhor execução de seu objeto e aperfeiçoamento dos serviços, nos moldes definidos pelo parceiro público em norma específica, desde que observada a disponibilidade financeiro-orçamentária.

Art. 55 - Para aprovação da alteração, os setores técnicos competentes e a Comissão de Avaliação e Monitoramento, devem se manifestar acerca:

I – do interesse público na alteração proposta;

II – da proporcionalidade das contrapartidas, tendo em vista o inicialmente pactuado, se o caso;

III – da capacidade técnica-operacional da organização da sociedade civil para cumprir a proposta;

IV- da existência de dotação orçamentária para execução da proposta.

§ único: Após a manifestação dos setores técnicos e da Comissão de Avaliação e Monitoramento a proposta de alteração poderá ser encaminhada para análise jurídica, observado o fluxo processual de cada órgão ou ente, previamente à deliberação da autoridade competente.

Art. 56 - Para a prorrogação de vigência das parcerias celebradas de acordo com as normas da Lei Federal nº 13.019, de 2014, e deste decreto, é necessário parecer da área técnica competente atestando que a parceria foi executada a contento ou justificando o atraso no início da execução.

Art. 57 - Os termos de colaboração e termos de fomento poderão ser denunciados a qualquer tempo, ficando os partícipes responsáveis somente pelas obrigações em que participaram voluntariamente da avença, não sendo admissível cláusula obrigatória de permanência ou sancionadora dos denunciantes.

§ 1º - Constitui motivo para rescisão da parceria o inadimplemento injustificado das cláusulas pactuadas, e também quando constatada:

I – a utilização dos recursos em desacordo com o plano de trabalho;

II – a falta de apresentação das prestações de contas.

§ 2º - Em caso de denúncia unilateral não enquadrada nas hipóteses do parágrafo anterior, deverá a parte comunicar à outra com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias.

Capítulo VIII

DA RESPONSABILIDADE E DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS À ENTIDADE

Art. 58 - Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas deste decreto e da legislação específica, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à organização da sociedade civil parceira as sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014.

§ 1º - Na aplicação de penalidades, serão observados os seguintes procedimentos:

I – proposta de aplicação da pena, feita pelo gestor da parceria, mediante caracterização da infração imputada à organização da sociedade civil, e exposição dos motivos condutores a tal proposta;

II – notificação à organização da sociedade civil para apresentação de defesa no prazo de cinco dias úteis, exceto quando se tratar de penalidade de suspensão do direito de participação em chamamento público e de declaração de inidoneidade, caso em que o prazo para defesa será de dez dias úteis;

III – manifestação dos órgãos técnicos sobre a defesa apresentada, em qualquer caso, e da área jurídica, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas nos incisos II e III do artigo 73 da Lei Federal nº 13.019, de 2014;

IV – decisão da autoridade competente que, no caso de advertência, é do gestor da parceria, cabendo recurso ao Secretário da Administração Municipal; e no caso de suspensão do direito de participação em chamamento público e declaração de inidoneidade é de competência do Secretário da Administração, cabendo recurso, nesta hipótese, ao Prefeito Municipal, que atuará como última instância recursal;

V – intimação da organização da sociedade civil acerca da penalidade aplicada;

VI – observância do prazo de dez dias úteis para interposição de recurso.

§ 2º - As notificações e intimações de que trata este artigo serão encaminhadas à organização da sociedade civil preferencialmente via correspondência eletrônica, sem prejuízo de outras formas de comunicação, assegurando-se a ciência do interessado para fins de exercício do direito de contraditório e ampla defesa.

Capítulo IX

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 59 - Na hipótese de inexecução por culpa exclusiva da organização da sociedade civil, a administração pública poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independentemente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas ou atividades pactuadas:

I - retomar os bens públicos em poder da organização da sociedade civil parceira, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

II - assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto

previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela organização da sociedade civil até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades.

§ único: As situações previstas no caput devem ser comunicadas pelo gestor ao administrador público.

Art. 60 - A administração pública municipal manterá de forma permanente, comissão de monitoramento e avaliação, composta majoritariamente por servidores efetivos, para fins de acompanhar, avaliar e fiscalizar as atividades celebradas nas parcerias de que trata este Decreto, cumprindo-lhe ainda homologar os relatórios técnicos da gestão nos termos da Lei nº 13.019/14.

Art. 61 - A organização da sociedade civil deverá divulgar, na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as parcerias celebradas com a administração pública, de acordo com as determinações da Lei 13.019/14.

§ único: As informações de que trata este artigo deverão incluir, no mínimo:

I - data de assinatura e identificação do instrumento de parceria e do órgão da administração pública responsável;

II - nome da organização da sociedade civil e seu número de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ da Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB;

III - descrição do objeto da parceria;

IV - valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso;

V - situação da prestação de contas da parceria, que deverá informar a data prevista para a sua apresentação em formulário digital, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo;

VI - quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício.

Art. 62 - A administração pública, o gestor da parceria ou ainda, a comissão de monitoramento e avaliação, poderão, a qualquer tempo, apontar mediante notificação à entidade parceira, medidas destinadas a sanear conduta irregular identificada.

§ 1º - Quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle, as parcelas ficarão retidas até saneamento das impropriedades detectadas.

§ 2º - A aplicação irregular ou ainda o desvio de finalidade, na aplicação dos recursos, ensejará o ressarcimento ao erário municipal.

Art. 63 - A comissão de monitoramento e avaliação e o gestor da parceria terão livre acesso aos locais de execução do objeto e locais de guarda de equipamentos, materiais, documentos e quaisquer outros bens destinados ou utilizados na parceria, sem necessidade de prévio agendamento ou aviso.

Art. 64 - As entidades que celebrarem parcerias com a administração pública municipal, em caso de aplicação irregular de recursos públicos ou impropriedades, estarão sujeitas às sanções administrativas previstas na Lei nº 13.019/14.

Art. 65 - Caberá à Secretarias Municipal de Administração a edição de normas complementares a este decreto.

Art. 66 - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 67 - Revogam-se as disposições em contrário, especialmente o

Decreto Municipal nº 115, de 12 de julho de 2017.

Garopaba (SC), 24 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

DECRETO Nº 144/2017

DECRETO N.º 144, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 100.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 2.022 de 01/12/2016 e demais legislação vigente,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais) no Orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	100.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	50.000,00
3.3.91.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	50.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	50.000,00
3.3.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	50.000,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), correrão por conta da anulação parcial das seguintes dotações do orçamento vigente:

17.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	180.000,00
10301252.075 - Manutenção da Atenção Básica	150.000,00
3.1.90.0.2.14.000073 - Aplicações Diretas	150.000,00
10301252.076 - Manutenção da Média e Alta Complexidade	30.000,00
3.1.90.0.1.02.000000 - Aplicações Diretas	30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 24 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 25/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMÓTEO PACHECO

Secretário de Administração

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 036/2017 – PROCESSO SELETIVO 001/2017.

PERDA DE VAGA DA CONVOCAÇÃO

PROCESSO SELETIVO 001/2017

EDSON MELO DE AGUIAR

Candidato(a): 004626

Cargo: AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO

Classificação: 08º LUGAR

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 15.8 do Edital nº. 001/2017 do Processo Seletivo é obrigação do candidato manter atualizado seu endereço após a homologação do resultado final. Havendo mudanças de endereço dos candidatos classificados, após divulgação da homologação do seletivo, estas deverão ser comunicadas diretamente ao setor de Recursos Humanos da Prefeitura de Garopaba.

CONSIDERANDO que foi entregue a Convocação em mãos a candidata no Setor de Recursos Humanos no dia 16/08/2017;

CONSIDERANDO que em 16/08/2017 foi manifestado o interesse vaga;

CONSIDERANDO que o candidato não apresentou os documentos necessários, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 23/08/2017;

Fica o(a) Sr(a). EDSON MELO DE AGUIAR, Candidato sob o nº. 004626, em atenção ao item 15.6 do Edital nº. 001/2017 de Processo Seletivo, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de AUXILIAR DE CONSERVAÇÃO E MANUTENÇÃO, para a qual tinha se classificado em 08º LUGAR.

Garopaba, 24 de agosto de 2017.

Paulo Sérgio de Araújo

Prefeito Municipal

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 101/2017 – CONCURSO PÚBLICO 001/2015.

PERDA DE PRAZO DA CONVOCAÇÃO 101/2017

CONCURSO PÚBLICO 001/2015

FELIPE HOSS

Candidato(a): 263681

Cargo: MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO

Classificação: 27º LUGAR

CONSIDERANDO o Decreto nº. 110/2011, que estabelece que o expediente externo da Prefeitura Municipal de Garopaba é das 13:00 as 18:00 horas

CONSIDERANDO que, conforme estabelece o item 16.6 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, a manifestação de interesse na vaga pelo candidato deverá se dar num prazo máximo de 2 (dois) dias após o correspondente recebimento do Aviso de Recebimento;

CONSIDERANDO que foi encaminhada Convocação por correspondência registrada, postada em 09/08/2017, às 15:54 horas sob o código de rastreio JR451674395BR;

CONSIDERANDO que em 16/08/2017 foi realizada a entrega da convocação encaminhada em 09/08/2017;

CONSIDERANDO que o candidato não se manifestou no prazo a ele determinado, cujo decurso se deu às 18:00 horas do dia 18/08/2017;

Fica o(a) Sr(a). FELIPE HOSS, Candidato sob o nº. 263681, em

atenção ao item 16.8 do Edital nº. 001/2015 de Concurso Público, EXCLUÍDO e conseqüentemente DESCLASSIFICADO da vaga de MOTORISTA AUTOMÓVEL/ÔNIBUS/CAMINHÃO, para a qual tinha se classificado em 27º lugar.

Garopaba, 24 de agosto de 2017.
Paulo Sérgio de Araújo
Prefeito Municipal

PORTARIA N.º 1048/2017.

PORTARIA N.º 1048, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA O ARTIGO 2º DA PORTARIA N.º 820, DE 08 DE SETEMBRO DE 2016, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. ALTERAR o Artigo 2º da Portaria nº 820/2016, a partir de 21/08/2017, que constitui a Comissão do Processo Administrativo Disciplinar, designada através da portaria nº. 820/2016, passando a ser composta por: LUCIANA MACHADO TEIXEIRA, CLEIDE DE SOUZA e JOSÉ ANTONIO GONÇALVES para, sob a presidência da primeira, conduzirem o Processo Administrativo de que trata a presente portaria, secretariados por JULIANA APARECIDA LUIZ.

Art. 2º. Esta portaria tem seus efeitos a contar de 21/08/2017.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 22 de agosto de 2017.
PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

PORTARIA N.º 1049/2017.

PORTARIA N.º 1049, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA MEMBROS PARA ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Garopaba e demais legislação vigente,

RESOLVE,

Art. 1º. DESIGNAR membros para elaborar o Plano Municipal de Assistência Social, composta pelos seguintes servidores, sendo ordenados por Cenir Grunthal Ramos

I – Secretaria Municipal de Assistência Social:

- Cenir Grunthal Ramos – CPF nº 671.528.649-34 - Coordenadora
- Ruth Micheleto Honorato Baptista – CPF nº 008.814.719-33
- Carioni Zanelato- CPF nº 082.458.489-99

II – Secretaria Municipal de Saúde

- Gabriela Rodrigues Pereira – CPF nº 036.349.169-40

III – Secretaria Municipal de Educação e Cultura

- Raul Oliveira Jung – CPF nº 048.973.679-30

IV – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

- Bruna D'Andrea de Andrades – CPF nº 844.441.500-68

V – Centro de Referência de Assistência Social

- Renata Bonaspetti – CPF nº 588.871.800-91

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 23 de agosto de 2017.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no DOM/SC em 25/08/2017, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Garuva

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO FMS 009/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 009/2017 – Licitação FMS 008/2017
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Registro de Preço para aquisição de recarga de Oxigênio Medicinal, com entrega de forma parcelada, para suprir as necessidades da Unidade de Pronto Atendimento do Município.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 06/09/2017 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 24 de agosto de 2017.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO FMS 010/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório FMS nº 010/2017 – Licitação FMS 009/2017
Modalidade: Pregão Presencial
Tipo de julgamento: Menor Preço por item

Objeto: Aquisição de automóveis e impressoras, para atender as necessidades das Unidades de Saúde da Família, conforme proposta 11303.923000/1160-02 do Ministério da Saúde, através de recurso de Emenda Parlamentar.

Credenciamento, Entrega e Abertura dos Envelopes: 11/09/2017 as 09:00 horas.

A fase de lances verbais ocorrerá logo após.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 24 de agosto de 2017.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PMG 028/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 028/2017
Modalidade: Tomada de Preços
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para construção de caixa de decantação e passagem da captação do sistema de abastecimento de água municipal, conforme projeto básico, planilhas orçamentárias e projeto anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 13/09/2017 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 24 de agosto de 2017.
Rodrigo Adrianly David
Prefeito Municipal

PORTARIA 135/2017

PORTARIA Nº. 135 de 23 de agosto de 2017

“DISPÕE SOBRE PROGRESSÃO VERTICAL DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, POR NÍVEL DE FORMAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

CONSIDERANDO, Processo n.º 2486/2017;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NA LEI MUNICIPAL COMPLEMENTAR Nº 045/2009 DE 15 DE OUTUBRO DE 2009

RESOLVE:

Art. 10. - Aprovar a progressão vertical por nível de formação, do servidor EDSON JAIR BACK.

PARAGRAFO ÚNICO - O servidor fica enquadrado na Carreira Apoio, Classe II, referência “H”.

Art. 20. - As vantagens financeiras decorrentes do enquadramento mencionado no artigo anterior são devidas a partir desta competência.

Art. 30. - Esta Portaria entra em vigor a contar de 23 de agosto de 2017.

RODRIGO ADRIANY DAVID
Prefeito Municipal

Gaspar

PREFEITURA

DECRETO Nº 7.611, DE 04 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.611, DE 04 DE AGOSTO DE 2017.

ANULA E SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pela Lei Municipal nº 3.744, de 24 de novembro de 2016, artigo 6º, incisos II, V e VI,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Dotação: 3 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 22.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do artigo anterior fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito:

Órgão: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Unidade: 02 Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	
Função: 04 Administração	
Subfunção: 122 Administração Geral	
Programa: 0004 Gestão do Gabinete e Políticas Públicas	
Atividade: 2018 Manutenção do Gabinete e Políticas Públicas	
Dotação: 5 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 22.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Secretaria Municipal de Administração e Gestão:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 04 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Função: 15 Administração	
Subfunção: 453 Transportes Coletivos Urbanos	
Programa: 0006 Gestão da Secretaria de Administração e Gestão	
Atividade: 2090 Conservação e Manutenção do Sistema de Transporte Coletivo	
Dotação: 249 3.3.91.00.00.00.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação entre Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social	R\$ 300,00

Art. 4º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente no Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE:

Órgão: 13 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
---	--

Unidade: 26 Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto - SAMAE	
Função: 17 Saneamento	
Sub-Função: 512 Saneamento Básico Urbano	
Programa: 0025 Gestão do SAMAE	
Projeto: 1157 Aquisição de Bombas, Equipamentos e Mobília em Geral	
Dotação: 7 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 20.000,00
Dotação: 26 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 22.750,57
Dotação: 27 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 792,92
Atividade: 2116 Ampliação/Manut. da Rede de Água e Esgoto	
Dotação: 22 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 400.000,00

Art. 5º Ficam suplementados, por Superávit Financeiro, nos valores indicados, os saldos das seguintes dotações do orçamento vigente no Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 06 Fundo Municipal de Saúde	
Unidade: 11 Fundo Municipal de Saúde	
Função: 10 Saúde	
Subfunção: 301 Atenção Básica	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Projeto: 1163 Construção e Reforma das Unidades de Saúde	
Dotação: 83 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 25,62
Dotação: 84 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 539,10
Dotação: 85 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 12.950,02
Dotação: 86 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 17.288,84
Dotação: 87 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 17.526,17
Dotação: 88 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 21.089,06
Atividade: 2140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza	

Dotação: 80 3.3.93.00.00.00.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe	R\$ 2.182,95
Atividade: 2140 Ampliar e Manter Aquisição de Medicamentos Conforme Preconiza	
Dotação: 81 3.3.93.00.00.00.00.00 Aplicação Direta Decorrente de Operação de Órgãos, Fundos e Entidades Integrantes dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social com Consórcio Público do qual o Ente Participe	R\$ 3.262,36
Subfunção: 304 Vigilância Sanitária	
Programa: 0026 Gestão do Fundo Municipal de Saúde	
Atividade: 2128 Ampliar, Manter e Equipar os Programas da Vigilância em Saúde	
Dotação: 82 3.3.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 61.500,00

Art. 6º Fica suplementado, por Superávit Financeiro, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil:

Órgão: 09 Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Unidade: 27 Defesa Civil	
Função: 06 Segurança Pública	
Sub-Função: 182 Defesa Civil	
Programa: 0019 Construção, Manutenção e Melhoria na Infraestrutura do Município por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil por meio da Secretaria de Planejamento, Meio Ambiente e Defesa Civil	
Atividade: 2202 Manutenção da Defesa Civil	
Dotação: 250 4.4.90.00.00.00.00.00 Aplicações Diretas	R\$ 5.300,00

Art. 7º Fica suplementado, por Excesso de arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na Secretaria de Administração e Gestão:

Órgão: 03 Secretaria Municipal de Administração e Gestão	
Unidade: 15 Polícia Militar - Trânsito	
Função: 06 Segurança Pública	
Subfunção: 181 Policiamento	
Programa: 0018 Gestão em Segurança Pública - Polícia Militar em Gaspar	
Atividade: 2084 Manutenção da Polícia Militar Trânsito PM	
Dotação: 48 3.3.30.00.00.00.00.00 Transferências a Estados e ao Distrito Federal	R\$ 55.000,00

Art. 8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 04 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.634, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.634, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.
NOMEIA ADÃO DE SOUZA MORAES PARA EXERCER CARGO EM COMISSÃO DE COORDENADOR-GERAL DE SAÚDE MENTAL.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso XXV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 16 de agosto de 2017, o servidor ADÃO DE SOUZA MORAES, inscrito no CPF sob o nº 560.491.539-49, para o exercício de cargo em comissão de Coordenador-Geral de Saúde Mental, da Secretaria Municipal de Saúde, ref. 50, com 40 horas semanais, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 16 de agosto de 2017.

Gaspar, 18 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.635, DE 18 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.635, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

EXONERA A SERVIDORA FERNANDA BARIN DE AZEVEDO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada, a pedido, a partir de 17 de agosto de 2017, a servidora FERNANDA BARIN DE AZEVEDO, inscrita no CPF sob o nº 975.994.410-34, do cargo efetivo de Escriturária, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, ao qual foi nomeada pelo Decreto nº 5.047/2012.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 17 de agosto de 2017.

Gaspar, 18 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.636, DE 21 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.636, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO MUNICIPAL PARA ELEIÇÃO DE DIRETORES DAS ESCOLAS DE EDUCAÇÃO BÁSICA E CENTROS DE DESENVOLVIMENTO INFANTIL PARA O BIÊNIO 2018 a 2019.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Gaspar,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo indicados para compor a Comissão Municipal para eleição de Diretores das Escolas de Educação Básica e Centros de Desenvolvimento Infantil para o biênio 2018 a 2019:

MEMBRO	REPRESENTAÇÃO
Zilma Mônica Sansão Benevenuti	Secretária de Educação
Waldemar da C. Lima de Carvalho Cristiane Luciano Corrêa	Departamento Pedagógico - SEMED
Raquel Bernardes Corrêa	Representante do Departamento da Educação Infantil
Anelize Baumgartner de Oliveira	Representante dos servidores da Educação Infantil
Vera Lúcia Spengler Theiss	Representante dos servidores do Ensino Fundamental
Marileusa Deschamps	Representante dos diretores da Educação Infantil
Evandro Roberto Mastelotto	Representante dos diretores do Ensino Fundamental
Cláudio Luis Moretto	Representante dos Conselhos Escolares das Unidades de Ensino

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 21 de agosto de 2017.
KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 7.637, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.637, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 04 de agosto de 2017, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo ALEXSANDRO LINS DE MORAES, inscrito no CPF sob o nº 005.581.139-66, para exercício de função gratificada de Encarregado-Geral de Regiões de Saúde, Nível II, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de agosto de 2017.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.638, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.638, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DISPENSA SERVIDORES DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam dispensados do exercício de função de confiança, a partir de 03 de agosto de 2017, os servidores efetivos da Secretaria Municipal de Educação abaixo indicados:

a) LURDES MARIA CARESIA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 632.410.059-68, da função de Encarregada – Geral da Educação Infantil, Nível II; e

b) WALDEMAR DA CONCEIÇÃO LIMA DE CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 110.456.632-04, da função de Encarregado – Geral Anos Finais, Nível II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de agosto de 2017.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.639, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.639, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para exercício de funções gratificadas da Secretaria Municipal da Educação, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, a partir de 04 de agosto de 2017, os servidores efetivos abaixo indicados:

a) JOSE GABRIEL CORREA, inscrito no CPF sob o nº 532.525.519-34, para exercício de função gratificada de Encarregado, Nível III;

b) LURDES MARIA CARESIA DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 632.410.059-68, para exercício de função gratificada de Encarregada – Geral Administrativa, Nível II;

c) RUAN FELIPE HOFFMANN, inscrito no CPF sob o nº 103.357.319-10, para exercício de função gratificada de Encarregado, Nível III; e

d) WALDEMAR DA CONCEIÇÃO LIMA DE CARVALHO, inscrito no CPF sob o nº 110.456.632-04, para exercício de função gratificada de Encarregado – Geral de Gestão Escolar, Nível II.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de agosto de 2017.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.640, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.640, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DISPENSA SERVIDORES DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Ficam dispensados do exercício de função de confiança, a partir de 03 de agosto de 2017, os servidores efetivos da Secretaria Municipal de Assistência Social abaixo indicados:

a) ALESSANDRA GRACIOSA, inscrita no CPF sob o nº 079.644.659-88, da função de Encarregada-Geral do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Nível II;

b) AMANDA FISCHER MIGUEL, inscrita no CPF sob o nº 042.125.529-30, da função de Encarregada-Geral de Medidas Sócio-Educativas, Nível II;

c) DAYSE BEATRIZ BRUNKEN, inscrita no CPF sob o nº 947.362.519-72, da função de Encarregada-Geral do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Nível II;

d) EDUARDO MARCHI, inscrito no CPF sob o nº 003.438.679-31, da função de Encarregado-Geral do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – CCFV, Nível II;

e) ELOIZA CAMPREGHER PROBST, inscrita no CPF sob o nº 533.088.759-34, da função de Encarregada-Geral dos Conselhos, Nível II;

f) LEONARDO SPIZZIRRI BOLSONI, inscrito no CPF sob o nº 068.162.569-48, da função de Encarregado-Geral do Sistema Nacional de Atendimento Sócio Educativo – SINASE, Nível II;

g) SANDRA GERUSA DOS SANTOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o

nº 936.323.639-00, da função de Encarregada-Geral do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS, Nível II; e

h) THAISE DE QUADROS, inscrita no CPF sob o nº 009.350.139-03, da função de Supervisora do Centro de Convivência e Fortalecimento de Vínculo – CREAS, Nível I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de agosto de 2017.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.641, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.641, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDORES PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÕES GRATIFICADAS.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam designados para exercício de funções gratificadas da Secretaria Municipal de Assistência Social, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar Municipal nº 80, de 02 de agosto de 2017, a partir de 04 de agosto de 2017, os servidores efetivos abaixo indicados:

a) ALESSANDRA GRACIOSA, inscrita no CPF sob o nº 079.644.659-88, para o exercício da função gratificada de Coordenadora de CRAS, Nível II;

b) AMANDA FISCHER MIGUEL, inscrita no CPF sob o nº 042.125.529-30, para o exercício de função gratificada de Coordenadora Medidas Sócio-Educativas, Nível II;

c) DAYSE BEATRIZ BRUNKEN, inscrita no CPF sob o nº 947.362.519-72, para o exercício da função gratificada de Coordenadora de CRAS, Nível II;

d) EDUARDO MARCHI, inscrito no CPF sob o nº 003.438.679-31, para o exercício da função gratificada de Coordenador de CCFV Maria Hendricks, Nível II;

e) ELOIZA CAMPREGHER PROBST, inscrita no CPF sob o nº 533.088.759-34, para o exercício de função gratificada de Coordenadora de Secretaria, Nível I;

f) LEONARDO SPIZZIRRI BOLSONI, inscrito no CPF sob o nº 068.162.569-48, para o exercício de função gratificada de Coordenador - SINASE, Nível II;

g) SANDRA GERUSA DOS SANTOS DA SILVA, inscrita no CPF sob o nº 936.323.639-00, para o exercício da função gratificada de Coordenadora de CRAS, Nível II; e

h) THAISE DE QUADROS, inscrita no CPF sob o nº 009.350.139-03, para o exercício da função gratificada de Coordenadora de Meia Complexidade - CREAS, Nível I.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de agosto de 2017.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.642, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.642, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES NA MODALIDADE PREGÃO.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, o art. 3º, IV da Lei Federal nº 10.520/2002, e art. 6º, inciso II do Decreto Municipal nº 783/2005,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão de Licitações na modalidade Pregão, conforme abaixo discriminado:

I - PREGOEIROS:

a) PEDRO CÂNDIDO DE SOUZA – Escriturário, matrícula nº 5.380;
b) JUSSARA DA COSTA MIRANDA – Escriturária, matrícula nº 13131;

II – EQUIPE DE APOIO:

a) CLAUDIONEI DE OLIVEIRA – Assessor Administrativo, matrícula nº 13.404;
b) BRUNA REGINA MEIS – Escriturária, matrícula nº 12.788;
c) PRISCILA GONÇALVES – Escriturária, matrícula nº 11.388;
d) ANNY DANIELA BAZZAN – Escriturária, matrícula nº 14002.

Art. 2º O Pregoeiro, assistido pela Equipe de Apoio, terá a incumbência de receber, examinar, apreciar e julgar as propostas, lances, documentos e procedimentos relativos às licitações na modalidade Pregão deste Município, em conformidade com a Lei Federal nº 10.520/2002 e o Decreto Municipal nº 783/2005.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as demais disposições em contrário.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.644, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.644, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DISPENSA O SERVIDOR MARCOS APARECIDO NUNES DE SOUZA DO EXERCÍCIO DE FUNÇÃO DE CONFIANÇA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica dispensado, a partir de 03 de agosto de 2017, o servidor efetivo MARCOS APARECIDO NUNES DE SOUZA inscrito no CPF sob o nº 758.044.339-20, do exercício de função de confiança de Supervisor de Cadastro Técnico, Nível I, designado pelo Decreto nº 6.869, de 23 de março de 2016.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 03 de agosto de 2017.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL
Prefeito Municipal de Gaspar

DECRETO Nº 7.645, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 7.645, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo artigo 72, inciso IV da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica designado, a partir de 04 de agosto de 2017, nos termos do artigo 24 e seguintes da Lei Complementar nº 80, de 02 de agosto de 2017, o servidor efetivo MARCOS APARECIDO NUNES DE SOUZA, inscrito no CPF sob o nº 758.044.339-20, para exercício de função gratificada de Encarregado de Cadastro Técnico, Nível II, da Secretaria Municipal de Planejamento Territorial.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 04 de agosto de 2017.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

INEXIGIBILIDADE Nº 63/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Processo Administrativo 160/2017

Inexigibilidade Nº 63/2017

OBJETO: Contratação apresentação artística, para apresentação musical 1º Festival de Inverno do Vale da Cerveja que ocorrerá no dia 26 de agosto de 2017, na arena multiuso. CONTRATADO: EDUARDO DOS SANTOS (CPF: 077.988.949-50). Valor Total Julgado: R\$ 2.200,00(dois mil e duzentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, III, da Lei 8.666/93.

Gaspar (SC), 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito

PORTARIA Nº 5.278, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 5.278, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO A SERVIDORA SONIA REGINA DE OLIVEIRA SPENGLER.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º A servidora SONIA REGINA DE OLIVEIRA SPENGLER, inscrita no CPF sob o nº 539.400.089-15, ocupante do cargo efetivo Escriturária, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Saúde, fica à disposição na Secretaria Municipal da Fazenda e Gestão Administrativa, a partir de 18 de agosto de 2017.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 18 de agosto de 2017.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 5.279, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 5.279, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

COLOCA À DISPOSIÇÃO O SERVIDOR LUIS DA SILVEIRA.

KLEBER EDSON WAN-DALL, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72, da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º O servidor LUIS DA SILVEIRA inscrito no CPF sob o nº 350.870.999-04, ocupante do cargo efetivo Agente de Serviços Gerais, lotado na Fundação Municipal de Esportes e Lazer, fica à disposição na Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 23 de agosto de 2017.

KLEBER EDSON WAN-DALL

Prefeito Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

DECRETO 090/2017 - ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL DE 2017.

DECRETO Nº 90 / 2017

Abre crédito adicional suplementar na lei Orçamentária Anual de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 31, inciso I, da Lei Municipal nº 1147/2016 ☐ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica suplementado em R\$ 165.000,00 (Cento e Sessenta e Cinco Mil Reais), por conta do Provável Excesso de Arrecadação apurado nesta data nas fontes de recurso 0.2.27.000000 ASPS- Ações de Vigilância Sanitária, 0.2.28.000146 Ações de Atenção Básica – PMAQ e 0.2.28.000148 Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade, conforme as dotações abaixo indicada:

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.304.0004.2029	Ações de Vigilância Sanitária	50.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	50.000,00
(49) 3.3.9 0.00	Aplicações Diretas	50.000,00
0.2.27.000000	ASPS – Ações de Vigilância Sanitária	50.000,00
10.301.0004.2025	Ações de Atenção Básica – PMAQ	15.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	15.000,00
(30) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	15.000,00
0.2.28.000146	Ações de Atenção Básica – PMAQ	15.000,00
10.301.0004.2026	Manutenção das Ações de Média e Alta Complexidade	100.000,00
3.3.00.00	Outras Despesas correntes	100.000,00
(34) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	100.000,00
0.2.28.000148	Manutenção Das Ações de Média e Alta Complexidade	100.000,00
TOTAL:		165.000,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 14 de Agosto de 2017.

Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

DECRETO 091/2017 - FAZ REMANEJAMENTO DE DOTAÇÃO NA LEI ORÇAMENTÁRIA PARA 2017

DECRETO Nº 91/2017

Faz remanejamento de dotação na Lei Orçamentária para 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS, Prefeito Municipal de Governador Celso Ramos, no uso das atribuições legais e de conformidade com a autorização que lhe confere o artigo 7º, §3º, da Lei Municipal nº 1147/2016 ☐ Lei de Diretrizes Orçamentárias,

DECRETA:

Art. 1º Fica remanejado, dentro da mesma categoria de programação de que trata o artigo 167, inciso VI, da Constituição Federal, a (s) dotação(s) abaixo identificada(s) e constante da Lei Orçamentária Anual para 2017, Lei Municipal nº 1152/2016:

Suplementação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.304.0004.2029	Ações de Vigilância Sanitária	500,00
4.4.00.00	Outros Investimentos	500,00

(50) 4.4.90.00	Aplicações Diretas	500,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos Para ASPS	500,00
TOTAL:		500,00

Anulação

CÓDIGO	CLASSIFICAÇÃO DA DESPESA	VALOR
1401	Fundo Municipal de Saúde	
10.304.0004.2029	Ações de Vigilância Sanitária	500,00
3.3.00.00	Outras Despesas Correntes	500,00
(48) 3.3.90.00	Aplicações Diretas	500,00
0.1.02.000000	Recursos de Impostos Para ASPS	500,00
TOTAL:		500,00

Art. 2º - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Governador Celso Ramos, 16 de Agosto de 2017
Juliano Duarte Campos
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO 032/2017 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE 1 (UM) MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DE CALHEIROS, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 820983/2015 – PROCESSO Nº 2625.1026136-41/2015 - FIRMADO JUN

Extrato do Contrato Nº 32/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS.

PROCESSO Nº 075/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 75/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

CONTRATADA: PAVICON CONSTRUÇÕES LTDA

OBJETO DO CONTRATO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO DE 1 (UM) MIRANTE PÚBLICO NA COMUNIDADE DE CALHEIROS, NO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC REFERENTE AO CONTRATO DE REPASSE Nº 820983/2015 – PROCESSO Nº 2625.1026136-41/2015 - FIRMADO JUNTO MINISTÉRIO DO TURISMO/CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DO CONTRATO: R\$ 244.805,95 (duzentos e quarenta e quatro mil oitocentos e cinco reais e noventa e cinco centavos)

Governador Celso Ramos, 24 de agosto de 2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 060/2014 - O PRESENTE TERMO ADITIVO TEM POR OBJETO A PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 060/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, A CONTAR DA DATA DE 05/07/2016 BEM COMO ADITAR EM 2,55% O VALOR DO CONTRATO, UTILIZANDO COMO BASE O ÍNDICE DE REAJUSTE DO INPC(FGV)

Extrato do Terceiro Termo Aditivo referente ao contrato nº 060/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS

EXTRATO DO TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO CONTRATO Nº 060/2014.

Dispensa de Licitação nº 005/2014

Processo nº 80/2014

CONTRATANTE: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, ESPORTE E CULTURA

CONTRATADO: JOSÉ OTILIO DE OLIVEIRA

OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto a PRORROGAÇÃO DO CONTRATO Nº 060/2014 PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, a contar da data de 05/07/2016 bem como aditar em 2,55% o valor do contrato, utilizando como base o índice de reajuste do INPC(FGV) tendo como referência o Mês de Junho/2017.

JULIANO DUARTE CAMPOS

Prefeito Municipal

Gravatal

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 59/2017 BRINCARTE

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GRAVATAL

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 59/2017
DISPENSA Nº 13/2017

OBJETO: "LOCAÇÃO DE IMÓVEL PARA IMPLANTAÇÃO DO PROJETO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E INOVAÇÃO DENOMINADO BRINCARTE."

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE GRAVATAL.

CNPJ: 82.926.569/0001-47.

CONTRATADO: GRAVATAL NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA

ENDEREÇO: Av. Pedro Zappellini, Nº 51 – Sala 05, Bairro Termas do Gravatal, Gravatal/SC.

CNPJ: 85.138.824/0001-85.

VALOR: R\$ 4.766,30 (Quatro mil, setecentos e sessenta e seis Reais e trinta Centavos).

VENCIMENTO: 31/12/2017.

Fundamento Legal: Art. 24, inciso X da Lei 8.666/93.

Mais informações, Rua Eng. Annes Gualberto, nº 121, Bairro Centro.

Gravatal (SC), 22 de agosto de 2017.

Edvaldo Bez de Oliveira

Prefeito Municipal

SERVIDOR	QUINQUENIO	RESULTADO
Adriana Bitencourt Alves Mendes	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Ana Carla Crescêncio Felácio	04/07/2011 a 04/07/2016	Deferido
Ana Claudia da Silva	25/08/2011 a 25/08/2016	Deferido
Ana Paula da Silva Mendonça	01/04/2010 a 01/04/2015	Deferido
Angela P. R. F. Custódio	18/08/2011 a 18/08/2016	Deferido
Cássio Ferreira Bitencourt	05/07/2011 a 05/07/2016	Deferido
Celoni dos Santos Martins	03/05/2010 a 03/05/2015	Deferido
Everson Armani Zingano	02/10/2011 a 02/10/2016	Deferido
Fabricao de Medeiros Medeiros	22/06/2011 a 22/06/2016	Deferido
Maria Albertina M. Bruno	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Maria Aparecida dos Santos Martins	07/02/2008 a 07/02/2013	Deferido
Pedro de Medeiros	01/04/2010 a 01/04/2015	Deferido
Raquel M. Mendes	02/09/2011 a 02/09/2016	Deferido

Gravatal (SC), 24 de agosto de 2017.

Elizangela B. da Silva Calegari
Presidente

Graziela das Neves Inácio
Membro

Patrícia Cardoso Mendonça
Membro

Daiana Duarte Correa Medeiros
Suplente

Bruna de Oliveira Souza
Suplente

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017 SAÚDE

MUNICÍPIO DE GRAVATAL. FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE. AVISO DE LICITAÇÃO. PROCESSO LICITATÓRIO Nº 16/2017. PREGÃO PRESENCIAL Nº 11/2017. A Gestora do Fundo Municipal de Saúde de Gravatal, a Sra. FRANCISMARI ROSSI LESSA, torna público Processo Licitatório, critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, Lei Federal Nº 8.666/93, Lei Federal 10.520/2002 e atualizações, Lei Complementar 123/2006, dia 05 de setembro de 2017, às 9h:00min, tendo como objeto: "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE TECNOLOGIA PARA A SAÚDE, PARA LOCAÇÃO DE SOFTWARE DE ACESSO AS INFORMAÇÕES DE SAÚDE, DE ACORDO COM O TERMO DE REFERÊNCIA ANEXO AO EDITAL." Mais informações na RUA ENG. ANNES GUALBERTO, Nº 121 – CENTRO. (048) 3648-8024 - E-mail: licitacao@gravatal.sc.gov.br Gravatal, 24 de agosto de 2017. FRANCISMARI ROSSI LESSA Gestora do Fundo Municipal de Saúde.

RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO PARA HABILITAÇÃO DA LICENÇA PREMIO EDITAL 2016

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARA LICENÇA PREMIO EDITAL 001/2016

RESULTADO FINAL

A Comissão Especial para fins de avaliação do Processo de Habilitação para concessão de Licença Prêmio aos servidores públicos efetivos do Município de Gravatal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 377, de 10 de abril de 2017, e com fulcro na Lei Complementar nº 157/2012, e Estatuto do Servidor Público Municipal de Gravatal, torna público o RESULTADO FINAL dos inscritos no processo de 2016 que estava suspenso pela Portaria 538/2016.

RESULTADO FINAL DO PROCESSO DE AVALIAÇÃO PARA HABILITAÇÃO DA LICENÇA PREMIO EDITAL 2017

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROCESSO PARA LICENÇA PREMIO EDITAL 001/2017

RESULTADO FINAL

A Comissão Especial para fins de avaliação do Processo de Habilitação para concessão de Licença Prêmio aos servidores públicos efetivos do Município de Gravatal, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria nº 377, de 10 de abril de 2017, e com fulcro na Lei Complementar nº 157/2012, e Estatuto do Servidor Público Municipal de Gravatal, torna público o RESULTADO FINAL dos inscritos no processo.

SERVIDOR	QUINQUENIO	RESULTADO
Adriana B. Alves Mendes	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Adriana de Medeiros	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Adriana Felipe Fidelis	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Agmar M. da Silva	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Andréia Nunes Teixeira	16/06/2008 a 16/06/2013	Deferido
Andresa Gessing Wessler	17/04/2012 a 17/04/2017	Deferido
Aurora de O. C Roussenq	02/04/2012 a 02/04/2017	Deferido

Bernadete Mendes Correa	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Bruna de Oliveira de Souza	22/02/2012 a 22/02/2017	Deferido
Caroline Zappellini Mendonça de Sá Coelho	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Cirlene Veronês	11/04/2012 a 11/04/2017	Deferido
Cleinils Rodrigues da Silva	06/01/2012 a 06/01/2017	Deferido
Daiana Correa Duarte Medeiros	01/04/2010 a 01/04/2015	Deferido
Daniela Damásio da Rosa	02/02/2010 a 02/02/2015	Deferido
Débora da Silva Floriano	22/02/2012 a 22/02/2017	Deferido
Delcia da Silva	03/05/2010 a 03/05/2015	Deferido
Deyvid da Silva dos Santos	02/04/2010 a 02/04/2015	Deferido
Edinamar Neves	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Elania Carvalho Cargnin	01/07/2009 a 01/07/2014	Deferido
Elisangela Correa de Medeiros Pereira	04/12/2008 a 04/12/2013 06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido Deferido
Graziela Neves Inácio	01/04/2010 a 01/04/2015	Deferido
Jaluza Pereira de Assunção	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Jucelita de Souza Ferreira	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Juliane Warmlim Canani	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Letícia Rodrigues Zanete	02/12/2011 a 02/12/2016	Deferido
Marcia Fuchter Philippi Rodrigues	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Marcia Nazário Amorin da Silva	01/04/2010 a 01/04/2015	Deferido
Marciel F. Martins	03/05/2012 a 03/05/2017	Deferido
Maria Aparecida da Silva Rodrigues	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Maria Aparecida Maia May	12/02/2010 a 12/02/2015	Deferido
Maria Aparecida Rodrigues Fernandes	04/12/2008 a 04/12/2013 01/07/2009 a 01/07/2014	Deferido Deferido
Maria Helena Pereira	03/10/2011 a 03/10/2016	Deferido
Maria Isabel Machado	14/02/2010 a 14/02/2015	Deferido
Marlei Mendes dos S. Martins	04/12/2008 a 13/11/2016	Deferido
Marli Borger Kemper Lunardi	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Nazaré Martins Fernandes	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Oscar Schmalfluss	04/12/2003 a 04/12/2008 04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido Deferido

Paulo Martins da Rosa	01/04/2010 a 01/04/2015	Deferido
Paulo Melo da Silva	03/04/2007 a 03/04/2012	Deferido
Roberta da Luz Machado Santana	01/04/2010 a 01/04/2015	Deferido
Rosane de Souza Correa	06/02/2012 a 06/02/2017	Deferido
Rosangela F. Rodrigues Martinelli	04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido
Rosimeri da S. Martins	01/07/2009 a 01/07/2014	Deferido
Schirlei Rech Marcelino Nunes	01/06/2010 a 01/06/2015	Deferido
Silvio Veronez	04/12/2003 a 04/12/2008 04/12/2008 a 04/12/2013	Deferido Deferido
Silvio Zapelini Botega	01/04/2010 a 01/04/2015	Deferido
Vagner Nazário Fernandes	01/11/2011 a 01/11/2016	Deferido
Valdeia Zanelato	02/04/2012 a 02/04/2017	Deferido
Valdeli Mendes	13/02/2012 a 13/02/2017	Deferido
Valnei Boneli dos Santos	05/07/2011 a 05/07/2016	Deferido

Gravatal (SC), 24 de agosto de 2017.

Elizangela B. da Silva Calegari
Presidente

Graziela das Neves Inácio
Membro

Patrícia Cardoso Mendonça
Membro

Daiana Duarte Correa Medeiros
Suplente

Bruna de Oliveira Souza
Suplente

Guaraciaba

PREFEITURA

JUSTIFICATIVA ACORDO DE COOPERAÇÃO SEM CHAMAMENTO PÚBLICO

JUSTIFICATIVA

ACORDO DE COOPERAÇÃO SEM CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 01/2017

Processo Administrativo 04/2017

REFERENTE: A finalidade da presente acordo de cooperação sem Chamamento Público é a celebração de parceria com a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA GUARACIABA – ADG pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 01.671.902/0001-12, situada na Rua 1º de Maio, nº 49, GUARACIABA/SC, por meio da formalização do acordo de cooperação, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a o transporte para o deslocamento das equipes nos jogos fora do município, à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Acordo de Cooperação.

RESUMO: Acordo de Cooperação com a Associação Desportiva Guaraciaba – ADG.

DA JUSTIFICATIVA:

Os fins da Administração Pública Municipal, segundo o mestre Hely Lopes Meirelles, “resumem-se num único objetivo: o bem da coletividade administrada.” Presente este pensamento verificamos que para proporcionar tal fim, necessário se faz que a Administração Municipal possa através de seus departamentos e secretarias, atender ao cidadão, proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo Município, necessitando para atingir o “bem comum”, estabelecer parcerias com Organizações da Sociedade Civil.

De acordo com Ribeiro, (2015), no que tange às parcerias:

“O Estado busca por meio de parcerias consensuais, fazê-lo junto com entidades do Terceiro Setor que tenham sido criadas enfocando certo propósito de interesse público buscado em concreto, e possam, assim, se encarregar de sua execução de uma forma mais participativa e próxima da sociedade civil, melhor refletindo seus anseios. Neste cenário é que se situam os ajustes celebrados entre o Estado e as entidades da sociedade civil integrantes do Terceiro Setor, também conhecido como o espaço público não estatal”.

Observado o estatuto da entidade, visualiza-se que é uma associação civil, sem fins lucrativos, caracterizando fundamentalmente no desenvolvimento de projetos destinados a pratica do voleibol feminino, representando o município no âmbito regional, estadual, nacional e internacional participando nas competições do voleibol, e cuja missão vem ao encontro com os anseios do município, sendo o interesse público justificado e mútuo por meio das metas estabelecidas.

Com isso se observa, que resta demonstrado que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização em questão ora avaliados são plenamente compatíveis com o objeto proposto no Plano de Trabalho. O plano de trabalho cumpre todos os requisitos legais exigidos para o mesmo, bem como no mérito da proposta contida neste, está tudo em conformidade com a modalidade de parceria adotada.

A comissão de Monitoramento irá utilizar dos meios disponíveis, com auxílio de profissionais das áreas do Município, para fiscalizarem a execução da parceria, assim como deverá estabelecer os demais procedimentos que serão adotados para avaliação da execução física e financeira, no cumprimento das metas e objetivos.

O presente pedido fundamenta-se na Lei Federal n. 13.019/2014, caput, do artigo 29, o qual prevê:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem

chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

Diante desta situação constatada no Município, se faz necessária a presente celebração do Acordo de Cooperação com a Associação Desportiva Guaraciaba – ADG, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014, com suas alterações posteriores e no decreto municipal nº 604/2017, art. 3º, o que no caso está presente todos os requisitos para o acordo de cooperação sem Chamamento Público. Assim, diante do exposto: Conforme o que foi apresentada a esta Comissão, toda a documentação juntada, atendidos aos preceitos do art. 29 da Lei 13.019/2014, e suas alterações, e decreto municipal nº 587/2017 atr. 3º, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo o referido acordo de cooperação sem Chamamento Público e assinatura do mesmo.

Guaraciaba/SC, 15 de Agosto de 2017.

MICHAEL BACK

ÓRGÃO TÉCNICO DA PARCERIA

Aprovado pela comissão de seleção de propostas em

FELIPE BRUSTOLIN RICARDO R. FUKUCHIMA JÉSSICA C. SEGSTATER

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Deferido pelo Prefeito em

ROQUE LUIZ MENECHINI

PREFEITO MUNICIPAL

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

O presente Acordo de Cooperação sem Chamamento se fundamenta no art. 29 da Lei 13.019/2014, com suas alterações e no Decreto nº 587/2017, art. 3º.

Trata de Parceria com a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA GUARACIABA – ADG, que atende no Município desde sua fundação, sendo entidade sólida e certificada para atuação nesse ramo.

Por tratar de ato administrativo vinculado, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. O chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos não há necessidade do chamamento público bem como de este ser inexigível ou dispensável, constante na Lei 13.019, entre os quais destaca-se no presente caso o art. 29, in verbis:

Art. 29. Os termos de colaboração ou de fomento que envolvam recursos decorrentes de emendas parlamentares às leis orçamentárias anuais e os acordos de cooperação serão celebrados sem chamamento público, exceto, em relação aos acordos de cooperação, quando o objeto envolver a celebração de comodato, doação de bens ou outra forma de compartilhamento de recurso patrimonial, hipótese em que o respectivo chamamento público observará o disposto nesta Lei.

Analisando o parecer técnico, verifica que o acordo de Cooperação sem chamamento público para a parceria com a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA GUARACIABA – ADG por meio do ACORDO DE

COOPERAÇÃO, é plenamente legal, pois tal situação está prevista na Legislação vigente, além de possuir razões de ordem e interesse público.

A lei prevê nessas situações onde não há necessidade do chamamento público, um rito de impugnação à justificativa após a publicação do seu extrato, o que deve ser observado pela Administração.

Assim a contratação através do acordo de cooperação sem chamamento público se faz necessário para levar a efeito a parceria com a ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA GUARACIABA – ADG. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil se justifica por prestar serviços de notória qualidade e referência no atendimento no território municipal.

Diante do exposto, entendemos que a presente acordo de cooperação sem o Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com o Art. 29 da Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, recomendando a parceria por meio da assinatura do mesmo.

Guaraciaba/SC, em 16 de Agosto de 2017.

Marina Guerini
OAB/SC nº 28067
AUTORIZAÇÃO

Autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Acordo de Cooperação.

Guaraciaba/SC, 24 de Agosto de 2017.

ROQUE LUIZ MENECHINI
PREFEITO MUNICIPAL

Guaramirim

PREFEITURA

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS - CONCORRÊNCIA - PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 110/2016

ATA DE ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS
CONCORRÊNCIA p/ Obras e Serviços de Engenharia
PROCESSO DE LICITAÇÃO N.º 110/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA EM RUAS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, ATRAVÉS DE RECURSOS DO PROGRAMA BADESC CIDADES

Às quatorze horas(s), do vigésimo terceiro dia do mês de agosto de dois mil e dezessete, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Guaramirim, SC reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitações, designada pela portaria Nº 581/2016, sob a presidência do Sr. Carlos Felipe Fischer, tendo comparecido os seguintes membros Fernanda de Resende Rien Machado e Emily Sasse Jordan para o ato de abertura das propostas, referente a licitação acima referida, conforme e-mail encaminhado aos licitantes e publicação em veículo oficial.

Da mesma forma, compareceu a engenheira Kenia T. de S. Zimmermann, a arquiteta Ana Beatriz Schier (estas para análise dos dados técnicos da proposta, inclusive BDI e curva ABC).

Nenhum representante credenciado compareceu ao ato.

Procedeu-se a abertura do envelope de proposta dos licitantes, estes que já haviam sido rubricados pela comissão de licitação e representantes presentes na sessão anterior.

As propostas foram distribuídas aos membros da Comissão e equipe técnica para o devido estudo e análise de preço e outros fatores previstos no respectivo edital, classificando-se as empresas na seguinte forma:

EMPRESA	VALOR GLOBAL	CLASSIFICAÇÃO
PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA.	R\$ 148.400,00	1º COLOCADO
INFRASUL INFRAESTRUTURA E EMPREENDIMENTOS LTDA	R\$ 157.489,48	2º COLOCADO
EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA ADRIMAR LTDA	R\$ 160.538,17	3º COLOCADO

Ao exame da planilha orçamentária da Licitante Paviplan Pavimentação Ltda. pela Comissão de Licitação e pela equipe técnica acima citada, verifica-se que o preço global ofertado está de acordo com os patamares mínimo e máximo estipulados por esta Administração, constantes no Instrumento Convocatório, sendo este viável exequível e portanto aceitável.

Assim, a Comissão, declara, pelo critério de menor preço, a Licitante PAVIPLAN PAVIMENTAÇÃO LTDA., vencedora do Processo de Licitação 157/2016, pelo valor global de R\$148.400,00 (cento e quarenta e o oito mil e quatrocentos reais).

Diante do julgamento das propostas, abre-se prazo recursal de 05 (cinco) dias úteis, conforme determina a alínea "b", do inciso I, do artigo 109, da Lei nº. 8.666/93. O prazo recursal fluíra a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios.

Nada mais havendo a constar, foi lavrada a presente Ata de Julgamento, que vai assinada pelos membros da Comissão e pelos representantes.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Carlos Felipe Fischer	Fernanda de R. R. Machado	Emily Sasse Jordan
Presidente	Membro	Membro-suplente
ÁREA TÉCNICA		

Kenia T. de S. Zimmermann
Engenheira Civil

Ana Beatriz Schier
Arquiteta

AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 147/2017 - PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Tomada de Preços 147/2017

Processo Licitatório: 147/2017

Tipo: Menor Preço - Preço Global

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA, COM FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA, PARA REALIZAÇÃO DO PROJETO DE URBANIZAÇÃO DA RUA HERVINO HANEMANN POR MEIO DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA

Entrega dos Envelopes: 14/09/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 14/09/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 23 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito Municipal

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL N.º 162/2017 PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
AVISO DE LICITAÇÃO

Edital: Pregão Presencial 162/2017 PMG

Processo Licitatório: 162/2017 PMG

Tipo: Menor Preço - Por Item

Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA A FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA O SERVIÇO DE HORAS DE CAMINHÃO TRUCK TANQUE PARA A SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM (SC).

Entrega dos Envelopes: 12/09/2017 às 09h00min

Abertura dos Envelopes: 12/09/2017 às 09h00min

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247.

Guaramirim (SC), 24 de agosto de 2017.

LUIZ ANTONIO CHIODINI

Prefeito

EXTRATO CONTRATO 95 2017

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 09/2017 SEMED

Processo de Licitação: 95/2015 –PMG SEMED
Modalidade: Dispensa de licitação.
Objeto: Reforma e manutenção de toldo no CEI Maurita Maria Rosa.

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Contratada: VERA LUCIA PEREIRA MEI
CNPJ: 17.129.915/0001-02

Valor : R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais).

Data da Assinatura: 03/07/2017 Vigência até 03/09/2017.

GUARAMIRIM (SC), 03/07/2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 101/2017 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 106/2017 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.
Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Aquisição de equipamento para registro eletrônico de ponto com leitor biométrico para identificação da impressão digital, com instalação do equipamento e do software, e treinamento, para a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: M. Schmitt Comércio de Equipamentos Eletrônicos Ltda. - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 06.746.099/0001-51, com sede na Rua Teresópolis, nº 81, bairro Guanabara, município de Joinville, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: 430714 - M. SCHMITT COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA - EPP						
Item	Qtd	Und	Descrição	Marca	Valor Unitário	Valor Total
1	12	UN	EQUIPAMENTO PARA REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO COM LEITOR BIOMÉTRICO (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	HENRY	2.125,00	25.500,00
2	39	UN	EQUIPAMENTO PARA REGISTRO ELETRÔNICO DE PONTO COM LEITOR BIOMÉTRICO (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	HENRY	2.125,00	82.875,00
Total					R\$108.375,00	

Vigência: Início: 23/08/2017 Término: 22/08/2018.

Guaramirim (SC), 24 de agosto de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
GABINETE DO PREFEITO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 102/2017 – PMG
PREGÃO PRESENCIAL Nº 116/2017 – PMG

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial.
Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto: Contratação de empresa para serviços de mão de obra de pedreiro e auxiliar de pedreiro, que serão utilizados em reparos e manutenções preventivas e corretivas, para atender a Administração Direta e Indireta do município de Guaramirim (SC).

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: SJS Prestadora de Serviços Ltda – ME, inscrita no CNPJ sob o nº 10.510.260/0001-60, com sede na Estrada Ponta Comprida, nº 440, sala 01, bairro Ponta Comprida, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Fornecedor: 318035 - SJS PRESTADORA DE SERVIÇO LTDA ME

1 - Serviço de Pedreiro e Servente.

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	12000	HR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE PEDREIRO.	23,80	285.600,00
2	12000	HR	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA DE SERVENTE DE PEDREIRO.	18,40	220.800,00
Total				R\$506.400,00	

Vigência: Início: 24/08/2017 Término: 23/08/2018.

Guaramirim (SC), 24 de agosto de 2017.

Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2017 – PMG

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 99/2017 – PMG

PREGÃO PRESENCIAL Nº 119/2017 – PMG

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA A EVENTUAL E FUTURA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE TENDAS, PALCOS, CADEIRAS E MESAS PLÁSTICAS PARA REALIZAÇÃO DE EVENTOS DO MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 119/2017.

Órgão Gestor: Prefeitura Municipal de Guaramirim/SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2.042.

Fornecedor: FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA - ME, com sede na Rua Antonio Kochella, nº 143, Bairro Ilha da Figueira, em Jaraguá do Sul-SC, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.111.559/0001-75

Vigência: Início: 14/08/2017 Término: 13/08/2018.

Fornecedor: 273848 - FIGUEIRA TOLDOS E TENDAS LTDA

Item	Qtd	Und	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
01	26	UN	LOCAÇÃO DE TENDA 5X10	474,00	12.324,00
02	11	UN	LOCAÇÃO DE PALCO MEDIDAS 4X8 M	980,00	10.780,00
04	18	UN	LOCAÇÃO DE LATERAL PARA TENDA (CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA)	49,00	882,00
05	06	UN	LOCAÇÃO DE PALCO MEDINDO 2,00 X 6,00 X 0,70	357,00	2.142,00
06	20	UN	LOCACAO DE TENDA PIRAMIDAL 10M X 10M	615,00	12.300,00
07	600	UN	LOCAÇÃO DE CADEIRAS PLÁSTICAS (CONFORME TERMO DE REFERENCIA)	2,60	1.560,00
08	300	UN	LOCAÇÃO DE MESAS PLASTICAS	6,00	1.800,00
Total				R\$ 41.788,00	

Guaramirim (SC), 24 de agosto de 2017.
LUIZ ANTONIO CHIODINI
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2014 – FMS

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS – SETOR DE LICITAÇÕES

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 07/2014 – FMS
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/2014 – FMS

Modalidade: Pregão Presencial.

Base Legal: Lei nº 10.520/02.

Objeto da Licitação: Manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de esterilização do município de Guaramirim (SC).

Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim, inscrita no CNPJ sob o nº 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, nº 2042, bairro Centro, município de Guaramirim, estado de Santa Catarina.

Contratada: Odonto Blu Comércio e Assistência Técnica Ltda – EPP, inscrita no CNPJ sob o nº 79.291.878/0001-83, estabelecida na Rua São Paulo, nº 2871, sala 03, bairro Itoupava Seca, município de Blumenau, estado de Santa Catarina.

Resumo do aditivo: O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação do prazo de vigência em 12 (doze) meses, estendendo até o dia 31 de agosto de 2018.

Base Legal: Art. 57, II, da Lei nº 8.666/93.

Valor: R\$ 25.959,84 (vinte e cinco mil novecentos e cinquenta e nove reais e oitenta e quatro centavos).

Data da Assinatura: 11/08/2017 Vigência: 31/08/2018.

Guaramirim (SC), 24 de agosto de 2017.
Luiz Antonio Chiodini
PREFEITO MUNICIPAL

PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DAS AMOSTRAS PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SETOR DE LICITAÇÕES

PRIMEIRA CONVOCAÇÃO PARA APRESENTAÇÃO DE AMOSTRAS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 45/2017 – FMS

O Fundo Municipal de Saúde de Guaramirim, consoante com o item 3.3 do Edital nº 45/2017 – FMS e na Ata de Sessão Pública de Pregão do dia 17 de agosto de 2017, CONVOCA todas as licitantes habilitadas nos itens com exigência de amostras para que estas sejam apresentadas dentro do prazo de 3 (três) dias úteis improrrogáveis, a contar da data de publicação deste Termo no Diário Oficial dos Municípios.

Guaramirim (SC), 24 de agosto de 2017.

PREGOEIRO
Gabriel Felippi
Portaria nº 124/2017

Guarujá do Sul

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO - PREF 52 E 53/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 52/2017 - Tomada de Preço Nº. 06/2017.

Objeto: Contratação de empresa para serviço de elaboração de Projeto de Reperfilagem para pavimentação em C.B.U.Q. com topografia na Rua Octavio Reinaldo Diehl e Projeto de Pavimentação com pedras irregulares com topografia em ruas diversas do município de Guarujá do Sul.

Habilitação e Propostas: 12/09/2017 (Documentação 08:15 e abertura as 08:30).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e no site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 24 de agosto de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 53/2017 - Pregão Presencial Nº. 38/2017.

Objeto: Aquisição de veículos automotores para serem utilizados pela Secretaria Municipal de Saúde no transporte de pacientes através do Convenio nº. 2017TR001145 – Estado de Santa Catarina, Agencia de Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e o município de Guarujá do Sul, bem como veiculo automotor para ser utilizado pelo Fundo Municipal de Assistência Social do município de Guarujá do Sul.

Propostas e Habilitação: 11/09/2017 (13:15 Documentação - 13:30 Abertura).

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122 e site www.guarujadosul.sc.gov.br.

Guarujá do Sul, SC, 23 de agosto de 2017.

Claudio Junior Weschenfelder,

Prefeito Municipal.

Guatambú

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 83/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 83/2017
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 32/2017
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (2018/2021).
Contratada: CRESCER TREINAMENTOS LTDA -ME
Valor: R\$ 5.400,00 (cinco mil e quatrocentos reais).
Fundamento: Inciso II do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 23 de Agosto de 2017.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE LICITAÇÃO 84/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Guatambu
Aviso de Licitação

O Município de Guatambu, SC, através do seu Prefeito Municipal em exercício, torna público a todos os interessados, que estará realizando licitação na modalidade TOMADA DE PREÇOS, de acordo com Lei Federal Nº 8.666 de 21 de Junho de 1993, alterações posteriores, e demais normas aplicáveis. Processo Administrativo nº 84/2017. Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 16/2017. Tipo: Menor Preço Global. Objeto: EXECUÇÃO DE PROJETO ELETROMECÂNICO DE POÇO TUBULAR PROFUNDO E RESERVATÓRIO DE ÁGUA DA LINHA VILA NOVA DE CONFORMIDADE COM O PROJETO BÁSICO, MEMORIAL DESCRITIVO, PLANILHA DE QUANTITATIVOS, CRONOGRAMA FINANCEIRO E DEMAIS ESPECIFICAÇÕES. Entrega dos Envelopes: até às 08:15 horas do dia 13/09/2017. Abertura dos Envelopes: às 08:30 horas do dia 13/09/2017. O Edital poderá ser obtido no site www.guatambu.sc.gov.br ou ainda no seguinte endereço: Rua Manoel Rolim de Moura, nº 825, centro, nos dias úteis, durante o horário de expediente. Esclarecimentos poderão ser obtidos pelo telefone n. (49) 33360102. Guatambu, SC, 23 de Agosto de 2017. LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal.

AVISO DE LICITAÇÃO 85/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
AVISO DE DISPENSA LICITAÇÃO
Processo Adm. Nº. 85/2017
Edital: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 33/2017
Objeto: LOCAÇÃO DE SALA COMERCIAL MISTA, COM ÁREA DE 35M², LOCALIZADA, NA RUA ÂNGELO CORÁ, NO MUNICÍPIO DE GUATAMBU, PARA UTILIZAÇÃO DO DEPARTAMENTO DE ESPORTES.
Contratada: SALETE LOURENÇO CORREIA CORÁ.
Valor: R\$ 2.250,00 (dois mil duzentos e cinquenta reais).
Fundamento: Inciso X do Art. 24 da Lei º. 8.666/93 c/redação da Lei 8.883/94.
Guatambu, 23 de Agosto de 2017.
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO ATA RP 22/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE GUATAMBU
EXTRATO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
ATA Nº: 22/2017

DETENTORAS: DNA GENÉTICA DO BRASIL COMERCIO LTDA – EPP; NITROTEC – COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA – ME. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA POSSÍVEL AQUISIÇÃO DE SÊMEN BOVINO E MATERIAIS UTILIZADOS PARA REALIZAÇÃO DE INSEMINAÇÃO EM ATENDIMENTO AO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL.

Empresa	Itens	Descrição	Un	Qtde	VL.Unit.	Valor Total Item
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	1	Sêmen da raça Holandesa, com provas não inferior a abril de 2017, com dados pelo Dayri Bulls, e que contemplem as seguintes características necessárias segundo modelo genético formatado para os rebanhos do Município de Guatambu. Características: Produção de leite >=1000 libras; Gordura Volume>=40 libras; Proteína Volume >=30 libras; Positivo para ambos os percentuais % de gordura e proteína; Facilidade de parto <=8.00; Células Somáticas <=3.00; Positivo para índice de Fertilidade das Filhas DPR; Vida Produtiva >=4; Tipo >=2.00; Composto de úbere >=2.00; Patas e Pernas >=2.00; Composto leiteiro >=1.50; Livres de Haplótipos HH1, HH2, HH3, HH4, HH5, HCD, bem como, doenças recessivas Brachispa,	UN	700,00	34,50	24.150,00
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	2	Sêmen da raça Holandesa, com provas não inferior a abril de 2017, com dados pelo Dayri Bulls, e que contemplem as seguintes características necessárias segundo modelo genético formatado para os rebanhos do Município de Guatambu. Características: Produção de leite >=1500 libras; Gordura Volume>=35 libras; Proteína Volume >=30 libras; Facilidade de parto <=8.00; Células Somáticas <=2.90; Positivo para índice de Fertilidade das Filhas DPR; Vida Produtiva >=4; Tipo >=2.50; Composto de úbere >=2.50; Patas e Pernas >=1.50; Composto leiteiro >=1.50; Livres de Haplótipos HH1, HH2, HH3, HH4, HH5, HCD, bem como, doenças recessivas Brachispa, CVM, Dumps, Blade.	UN	700,00	40,00	28.000,00
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	3	Sêmen da raça Holandesa, com provas não inferior a abril de 2017, com dados pelo Dayri Bulls, e que contemplem as seguintes características necessárias segundo modelo genético formatado para os rebanhos do Município de Guatambu. Características: Produção de leite >=800 libras; Gordura Volume>=15 libras; Proteína Volume >=20 libras; Facilidade de parto <=8.50; Células Somáticas <=2.80; Positivo para índice de Fertilidade das Filhas DPR; Vida Produtiva >=2; Tipo >=1.50; Composto de úbere >=1.50; Patas e Pernas >=1.50; Composto leiteiro >=1.50; Livres de Haplótipos HH1, HH2, HH3, HH4, HH5, HCD, bem como, doenças recessivas Brachispa, CVM, Dumps, Blade.	UN	500,00	18,00	9.000,00
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	4	Sêmen da raça Holandesa, com provas não inferior a abril de 2017, com dados pelo Dayri Bulls, e que contemplem as seguintes características necessárias segundo modelo genético formatado para os rebanhos do Município de Guatambu. Características: Produção de leite >=500 libras; Gordura Volume>=20 libras; Proteína Volume >=20 libras; Facilidade de parto <=5.50; Positivo para índice de Fertilidade das Filhas DPR; Vida Produtiva >=4; Tipo >=1.00; Composto de úbere >=1.00; Patas e Pernas >=0.50; Positivo para Composto Leiteiro; Livres de Haplótipos HH1, HH2, HH3, HH4, HH5, HCD, bem como, doenças recessivas Brachispa, CVM, Dumps, Blade.	UN	500,00	19,50	9.750,00

DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	5	Sêmen da raça Jersey, com provas não inferior a abril de 2017, com dados pelo Dayri Bulls, e que contemplem as seguintes características necessárias segundo modelo genético formatado para os rebanhos do Município de Guatambu. Características: Produção de leite >=500 libras; Gordura Volume>=40 libras; Proteína Volume >=20 libras; Positivo para os percentuais % de Sódios; Células Somáticas <=3.00; Vida Produtiva >=3; Tipo >=1.50; Composto de úbere >=20.00; Livres de Haplótipos JH1, jH2.	UN	500,00	31,50	15.750,00
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	6	Sêmen da raça Jersey, com provas não inferior a abril de 2017, com dados pelo Dayri Bulls, e que contemplem as seguintes características necessárias segundo modelo genético formatado para os rebanhos do Município de Guatambu. Características: Produção de leite >=500 libras; Gordura Volume>=40 libras; Proteína Volume >=30 libras; Positivo para os percentuais % de Sódios; Vida Produtiva >=2; Tipo >=1.50; Composto de úbere >=10.00; Livres de Haplótipos JH1, jH2.	UN	500,00	18,50	9.250,00
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	8	Sêmen da raça Aberdeen Angus, com provas genômica Americana, Canadense ou dados de fenotípicos de Programas da Raça no Brasil, não inferior a janeiro de 2017, e que contemplem as seguintes Características: Positivo para Produção de leite; Peso ao desmame maior que 40 libras; Peso ao ano maior que 60 libras; Positivo para marmoreio.	UN	250,00	19,00	4.750,00
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	9	Sêmen da raça Tabapuã, com provas genômicas ou mesmo da ABCZ, que contemplem as seguintes Características: Maciez >=5; Peso ao desmame >=5; Precocidade Sexual >= 5.	UN	250,00	18,50	4.625,00
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	11	Luva plástica longa para palpação retal com 05 dedos em E.V.A, com 90 cm cx com 50 unid.	CX	300,00	23,00	6.900,00
DNA GENETICA DO BRASIL COMERCIO LTDA	12	Bainha para inseminação artificial material flexível de 1º linha, tipo francesa, cortada, pacote com 50 unid.	Pct	200,00	16,00	3.200,00
NITROTEC - COMERCIO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS LTDA - ME	10	NITROGENIO LIQUIDO	Ltr	7.000,00	4,40	30.800,00

Vigência : Início : 24/08/2017 Término : 23/08/2018.

Licitação.....: Pregão Presencial nº 32/2017.

GUATAMBU/SC, 24 de Agosto de 2017.

LUIZ CLÓVIS DAL PIVA - Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 69/2017

Estado de Santa Catarina	
MUNICÍPIO GUATAMBU	
EXTRATO CONTRATUAL	
Contrato Nº.:	69/2017
Contratante.:	MUNICÍPIO DE GUATAMBU.
Contratado.:	SÓLIDA ARQUITETURA PROJETOS E CONSTRUÇÕES LTDA -ME.
Objeto :	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE PROJETO BÁSICO, URBANÍSTICO, PAISAGÍSTICO E DE ILUMINAÇÃO VISANDO A REVITALIZAÇÃO DA AVENIDA JOÃO BATISTA DAL PIVA.
Valor :	R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).
Vigência.....:	Início: 22/08/2017 Término: 31/12/2017.
Licitação.....:	Dispensa nº 31/2017.
Guatambu/SC, 22/08/2017.	
LUIZ CLÓVIS DAL PIVA	
PREFEITO MUNICIPAL	

Herval d'Oeste

PREFEITURA

CONTRATO Nº 020/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 020/2017 DE 28 DE JULHO DE 2017
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

OBJETO: Contratação de serviços de seguro da frota do município de Herval d'Oeste

VALOR: R\$ 2.895,00 (dois mil oitocentos e noventa e cinco reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 28 de julho de 2017.

Americo Lorini
Pela Contratante

Carlos Alberto Landim e Leonardo Giuberti Landim
Pela Contratada

CONTRATO Nº 021/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 021/2017 DE 28 DE JULHO DE 2017
CONTRATANTE:
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

OBJETO: Contratação de serviços de seguro da frota do município de Herval d'Oeste

VALOR: R\$ 9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 28 de julho de 2017.

Americo Lorini
Pela Contratante

Carlos Alberto Landim e Leonardo Giuberti Landim
Pela Contratada

CONTRATO Nº 022/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 022/2017 DE 28 DE JULHO DE 2017
CONTRATANTE:
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

OBJETO: Contratação de serviços de seguro da frota do município de Herval d'Oeste

VALOR: R\$ 5.690,00 (cinco mil seiscentos e noventa reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 28 de julho de 2017.

Americo Lorini
Pela Contratante

Carlos Alberto Landim e Leonardo Giuberti Landim
Pela Contratada

CONTRATO Nº 023/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 023/2017 DE 28 DE JULHO DE 2017
CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:
GENTE SEGURADORA S/A

OBJETO: Contratação de serviços de seguro da frota do município de Herval d'Oeste

VALOR: R\$ 40.622,00 (quarenta mil, seiscentos e vinte e dois reais)
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 28 de julho de 2017.

Americo Lorini Marcelo Wais
Pela Contratante Pela Contratada

CONTRATO Nº 028/2017

Estado de Santa Catarina
Município de Herval d'Oeste

EXTRATO DE CONTRATO Nº 028/2017 DE 08 DE AGOSTO DE 2017

CONTRATANTE:

PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADO:

Telefônica Brasil S/A

OBJETO: Prestação de Serviços de Telefonia Móvel Pessoal-GSM, compreendido na área de serviço da prestadora.

VALOR: R\$ 1.072,80 (um mil setenta e oito reais e oitenta centavos) ao ano.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes na execução do Contrato correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017, conformidade com a Lei Orçamentária Anual – LOA nº 3.171/2016 de 21/12/2016.

Herval d'Oeste, em 08 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI	ALEX SANDRO MARTINS DE LIMA
Prefeito Municipal	Gerente de divisão

LUIS AUGUSTO SANDER

Gerente de divisão

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0054/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2017

CONTRATO Nº 0029/2017

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

CONTRATADA: STRAHL ENGENHARIA EIRELI - ME

ORDEM DE SERVIÇO Nº 004/2017 DE 18 DE AGOSTO DE 2017
AMÉRICO LORINI, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, autoriza a empresa: STRAHL ENGENHARIA EIRELI - ME. Inscrita no CNPJ sob o nº 20.554.701/0001-80 em conformidade com o contrato Nº 029/2017 de 11/08/2017 iniciar os serviços de Reforma no Centro de Atividade Física – CAPS e Reforma do PSF Nossa Senhora de Fátima com fornecimento de material e mão de obra.

Características: Coberturas, Revestimentos, Pisos, Pintura, Guarda Corpo

Area: 295,00m²

Localização: Rua Santos Dumont 297, e Rua Xaxim S/Nº

Prazo de Conclusão: 30 dias

Valor Total – R\$ 11.077,41 (onze mil e setenta e sete reais e quarenta e um centavos)

Herval d'Oeste (SC) 18 de agosto de 2017.

AMÉRICO LORINI	VAGNER KAEFER
Prefeito Municipal	Administrador
CPF: 162.730.799-00	CREA/SC 092.471-7
Contratante	Contratada

PORTARIA Nº 1151/2017

PORTARIA Nº 1151/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Designar a Servidora OSVALDINA MARTINI (Matr. 4430), ocupante do Cargo em Provimento em Comissão de Gerente de Cultura,

Nível – DAS-2, 40 horas semanais, na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, a conduzir veículo público do município de Herval d'Oeste, responsabilizando-se a mesma pelo veículo na sua totalidade, inclusive por multas de trânsito e danos que possa dar causa em virtude da condução do veículo, a partir de 23 de agosto de 2017.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Portaria nº 368/2017.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 1152/2017

PORTARIA Nº 1152/2017

Américo Lorini, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54 da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CONVOCAR PARA RETORNO IMEDIATO AO TRABALHO, para fins de superior interesse público, interrompendo o gozo de férias a contar do dia 24 de agosto de 2017, da servidora ELIANE SALETE SOCHA (Matr. 2741), ocupante do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, 40 horas semanais, Anexo II, Quadro de Pessoal do Programa de Saúde da Família, conforme o disposto nos art. 94 e 97 da Lei Complementar Nº 281/2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 24 de Agosto de 2017.

Américo Lorini

Prefeito Municipal

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 073/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 041/2017

UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM

OBJETO

Registro de preços para eventual aquisição de pneus novos, câmaras de ar e protetores de pneus para os veículos e máquinas de uso da Prefeitura e Fundos Municipais de Herval d'Oeste pelo período de 12 meses, conforme tabela constante do Anexo I deste edital.

ENTREGA DOS ENVELOPES

Até às 08:30 horas do dia 11/09/2017.

LOCAL DA REALIZAÇÃO DA SESSÃO PÚBLICA DO PREGÃO

Prefeitura Municipal de Herval d'Oeste, situada na Rua Nereu Ramos, nº 389 - Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, Sala de Reuniões do Setor de Compras e Licitações.

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

Lei Federal nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, Lei federal nº 10.520 de 17 de julho de 2002, e Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, atualizadas.

EDITAL NA ÍNTEGRA

O Edital na íntegra está à disposição dos interessados no Setor de Compras e Licitações, situado na Rua Nereu Ramos, nº 389

- Centro, na cidade de Herval d'Oeste/SC, ao custo de R\$ 20,35 (vinte reais e trinta e cinco centavos), ou no site www.hervaldoeste.sc.gov.br, sem custo adicional. Outras informações pelo fone (49) 3554 0922.

Herval d'Oeste, 24 de agosto de 2017.
AMÉRICO LORINI
PREFEITO MUNICIPAL

TERMO ADITIVO Nº 037/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Unidades Gestora: PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
CONTRATANTE

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
Empresa: MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA ME
CNPJ/MF Nº 75.306.829/0001-16
Endereço: Rua Santos Dumont, nº 564
CONTRATADA

TERMO ADITIVO Nº 037/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Pelo presente instrumento, a PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE, pessoa jurídica de direito público, estabelecida na Rua Nereu Ramos, nº 389 Centro, Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 82.939.430/0001-38 neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Senhor Américo Lorini, brasileiro, casado, portador do CPF nº 162.730.799-00, doravante denominado CONTRATANTE, e a empresa MERCADO E CONFECÇÕES SS DURIGON LTDA ME. Pessoa Jurídica de Direito Privado estabelecida na Rua Santos Dumont, nº 564- Bairro Centro – município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ sob nº 75.306.829/0001-16, neste ato representado por seu sócio administrador, Senhor Sergio Antonio Durigon, CPF: 250.325.429-20, doravante denominada CONTRATADA, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo a ata de Registro de Preços nº 013A/2017, que tem por objeto de Registro de Preços para o eventual fornecimento de Gêneros Alimentícios para uso das diversas Secretarias e Fundos da Administração Municipal pelo período de 12 meses, em decorrência do Processo Licitatório nº 018/2017, na Modalidade de Pregão Presencial nº 017/2017 e suas alterações posteriores, e as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira – Do Objeto

Este Termo Aditivo tem por objeto o acréscimo dos itens registrados para o fornecedor conforme quadro abaixo:

Item	Descrição	Unidade	Marca Registrada	Quantidade Aditivada	Valor em R\$	Valor Total em R\$
11	ARROZ QUEBRADINHO, isento de Sujidades, materiais estranhos	COLONIAL	KG	800	2,60	2.600,00

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Com o acréscimo nos quantitativos o valor total dos itens registrados passará de R\$ 466.762,88 (quatrocentos e sessenta e dois mil, setecentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos) para R\$ 469.362,88 (quatrocentos e sessenta e nove mil, trezentos e sessenta e dois reais e oitenta e oito centavos) representando um acréscimo de R\$ 2.600,00 (dois mil e seiscentos reais)

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

O presente Termo aditivo é celebrado com base no artigo no artigo 65 inciso II §1º, da Lei Federal 8.666, de 21 de junho de 1993, atualizada e Legislação Complementar.

CLÁUSULA QUARTA – Das Disposições Finais

Este instrumento não obriga o Município a firmar contratações nas quantidades estimadas, podendo ocorrer licitações específicas para a prestação dos serviços, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições, nos termos do art. 15, parágrafo 4º da lei 8.666/93

Todos os demais itens e cláusulas que não foram modificados por força deste Termo Aditivo, permanecem em pleno vigor sendo o presente assinado pelas partes em 04 (quatro) vias de igual teor e forma

Herval d'Oeste, 23 de agosto de 2017.	
AMÉRICO LORINI	SÉRGIO ANTÔNIO DURIGON
Prefeito Municipal	Sócio Administrador
CPF: 162.730.799-00	CPF nº 250.325.429-20
Pelo Município	Pela Empresa

Testemunhas:

Rubens Antonio Correia
CPF: 687.857.399-87

Brunna Karla Costenaro Provenci
CPF: 084.982.739-60

TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013B/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE HERVAL D'OESTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE
CNPJ/MF Nº 82.939.430/0001-38
Rua Nereu Ramos nº 389 – Centro
ORGÃO GESTOR

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE PLANALTO ALEGRE
AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA
CNPJ/MF Nº 05.919.156/0001-94
Rua do Comércio s/nº - Centro
CONTRATADA

TERMO DE CANCELAMENTO DE ITEM DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013B/2017

O Município de Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, através da Unidade Gestora: "PREFEITURA MUNICIPAL DE HERVAL D'OESTE", pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita no CNPJ nº 82.939.430/0001-38, estabelecida a Rua Nereu Ramos nº 389, representada pelo Prefeito, Senhor AMÉRICO LORINI, residente e domiciliado Herval d'Oeste, Estado de Santa Catarina, inscrito no CPF nº 162.730.799-00, vem por este instrumento, em virtude de solicitação de desistência de 27/06/2017, CANCELAR nesta data o registro do item abaixo identificado da ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013B/2017 da empresa detentora do registro AP OESTE DISTRIBUIDORA E COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA inscrita no CNPJ Nº 05.919.156/0001-94, em decorrência do PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL Nº 017/2017, que tem como objeto o Registro de Preços para o eventual fornecimento de Gêneros Alimentícios para uso das diversas Secretarias e Fundos da Administração Municipal pelo período de 12 meses, nos termos do artigo 79 inciso I § 1º da lei federal 8.666/93 e Legislação Complementar.

ITEM	MATERIAL	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	MARCA DO PRODUTO	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE COTADA	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL
11	39548	ARROZ QUEBRADINHO- Isento de Sujidades e materiais estranhos	MINUTINHO	KG	800	2,50	2500,00

Fica sujeita a licitante a aplicação de penalidades em conformidade com a legislação vigente, sendo que serão assegurados o contraditório e a ampla defesa.

Para firmeza e validade do que ficou acima estabelecido, lavrou-se o presente termo que vai assinado pelo senhor prefeito municipal em 04 vias de igual teor e forma.

Herval d'Oeste, 22 de agosto de 2017
AMERICO LORINI
Prefeito Municipal
CPF: 162.730.799-00

Ibicaré

PREFEITURA

EDITAL PREGÃO 25/2017 AQUISIÇÃO DE ENVELOPES, PASTAS, INFORMATIVOS E FOLHAS TIMBRADAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE IBICARÉ

EDITAL DE LICITAÇÃO – PROCESSO LICITATÓRIO Nº 36/2017

EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 25/2017

O MUNICÍPIO DE IBICARÉ (SC), representado neste ato por seu Prefeito, Sr. GIANFRANCO VOLPATO, torna público que realizará PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO UNITÁRIO, nos termos da Lei Federal nº 10.520/2002, da Lei Complementar nº 123/2006, do Decreto Municipal nº 08/2006 e alterações, aplicando-se subsidiariamente, no que couberem, as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 com alterações posteriores, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie, bem como de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos junto a Secretaria de Administração do Município de Ibicaré, à Rua Dom Pedro II, 133, centro, Ibicaré, SC, até o horário estipulado abaixo, para o início da sessão pública de processamento do pregão.

Os envelopes poderão ser remetidos em correspondência registrada, por sedex e/ou despachados por intermédio de empresas que prestam este tipo de serviço, hipóteses em que o Município não se responsabilizará por extravio ou atraso.

A sessão de processamento do pregão será realizada no endereço acima mencionado, iniciando-se às 14 horas do dia 06 de setembro de 2017, e será conduzida pelo Pregoeiro ou seu substituto, com o auxílio da Equipe de Apoio, designados nos autos do processo em epígrafe.

OBJETO: Registro de Preços, visando eventuais e futuras aquisição de envelopes, folders, cadernos e folhas timbras.

OBTENÇÃO DO EDITAL: Edital completo no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal através do E-mail: licitacao@ibicare.sc.gov.br, site: www.ibicare.sc.gov.br, FONE : 049-3538-0222.

Ibicaré – SC, 24 de agosto de 2017

Gianfranco Volpato

Prefeito

Imarui

PREFEITURA

ERRATA PUBLICAÇÃO - CONTRATO PMI Nº 022/2017

Errata Publicação

Na edição nº 2278 do DOMSC, do dia 20/06/2017, página 341, na publicação do Extrato de Contrato Nº 022/2017 – PMI, onde se lê Valor total: R\$ 14.026,14, leia-se Valor total: R\$ 139.670,96. Onde se lê "Tomada de Preço PMI Nº 001/2017", leia-se "Convite PMI Nº 002/2017".

LEI Nº 1.996

LEI Nº. 1.996, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR, EXERCÍCIO 2017, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR, Prefeito de Imaruí, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte, LEI:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, no orçamento do Poder Executivo no exercício 2017, na importância de R\$ 327.000,00, nas seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO – 06	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
UNIDADE – 06.01	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS			
PROJ/ATIV. – 2.013	MANUTENÇÃO DOS ENCARGOS GERAIS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00.00	25	1.000	Aplicações Diretas	123.000,00
ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 2.027	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL – CRECHE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	60	1.001	Aplicações Diretas	24.000,00
PROJ/ATIV. – 2.030	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	74	1.001	Aplicações Diretas	100.000,00
PROJ/ATIV. – 2.033	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	81	1.000	Aplicações Diretas	80.000,00
Total				327.000,00

Art. 2º Para a Suplementação que trata o item (1) anterior (a) serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total da (s) seguinte (s) dotação (ões) orçamentárias:

ÓRGÃO – 07	SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, DESP.E JUVENTUDE			
UNIDADE – 07.02	DIRETORIA DE ENSINO			
PROJ/ATIV. – 1.010	AQUISIÇÃO DE AREA, CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	34	1.000	Aplicações Diretas	9.800,00
4.4.90.00.00.00.00.00	37	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00
PROJ/ATIV. – 1.012	AQUISIÇÃO DE VEICULO/ ONIBUS/ MICRO ONIBUS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	42	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 1.013	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE QUADRA POLIESPORTIVA			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	44	1.000	Aplicações Diretas	10.000,00
4.4.90.00.00.00.00.00	46	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
PROJ/ATIV. – 2.021	MANUTENÇÃO DO ENSINO SUPERIOR			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00.00	47	1.000	Aplicações Diretas	36.000,00
PROJ/ATIV. – 2.022	MANUTENÇÃO DO NAE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00.00	50	1.000	Aplicações Diretas	48.200,00
PROJ/ATIV. – 2.029	MANUTENÇÃO DO ENSINO FUNDAMENTAL			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00.00	70	1.000	Aplicações Diretas	30.000,00

UNIDADE – 07.04	DIRETORIA DE DESPORTO E JUVENTUDE			
PROJ/ATIV. – 2.035	MANUTENÇÃO DO DESPORTO E JUVENTUDE			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.50.00.00.00.00	90	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
ÓRGÃO – 08	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
UNIDADE – 08.01	SECRETARIA DA INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
PROJ/ATIV. – 2.045	MANUT. DA SECRETARIA DE INDUSTRIA, COMERCIO E TURISMO			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.1.90.00.00.00.00	93	1.000	Aplicações Diretas	18.000,00
PROJ/ATIV. – 2.046	APOIO A REALIZAÇÃO DE EVENTOS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
3.3.90.00.00.00.00	96	1.000	Aplicações Diretas	60.000,00
ÓRGÃO – 09	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
UNIDADE – 09.01	SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL E PECUARIO			
PROJ/ATIV. – 1.050	AQUISIÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRICOLAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00	99	1.000	Aplicações Diretas	5.000,00
ÓRGÃO – 11	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
UNIDADE – 11.01	SECRETARIA DE TRANSPORTES, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS			
PROJ/ATIV. – 1.066	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS			
Dotação	Cód.resumido	Recurso	Descrição	Valor
4.4.90.00.00.00.00	134	1.000	Aplicações Diretas	20.000,00
Total				327.000,00

Art. 3º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a retificar os anexos do Plano Plurianual, 2014-2017 e da Lei de Diretrizes Orçamentárias, 2017.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Imaruí, 24 de agosto de 2017.

RUI JOSÉ CANDEMIL JÚNIOR

Prefeito Municipal

Publicado no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Imbituba

PREFEITURA

ATA 160/2017 PP 18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 160/2017 DO PP 18/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA
EMPRESA: LIVRARIA E PAPELARIA FIGUEIREDO LTDA - EPP
VALOR TOTAL: R\$ 25.855,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 10/07/2017 à 10/07/2018.
Imbituba, 10 de julho de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

ATA 162/2017 PP 18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 162/2017 DO PP 18/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA
EMPRESA: PUBLICITI DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 3.885,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 10/07/2017 à 10/07/2018.
Imbituba, 10 de julho de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

ATA 178/2017 PP 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 178/2017 DO PP 25/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MICROCOMPUTADORES COM GARANTIA.
EMPRESA: COMERCIAL PREÇO BOM Z&C LTDA
VALOR TOTAL: R\$ 36.940,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 20/07/2017 à 20/07/2018.
Imbituba, 20 de julho de 2017.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 179/2017 PP 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 179/2017 DO PP 25/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MICROCOMPUTADORES COM GARANTIA.
EMPRESA: PREMIUN INFORMATICA EIRELI EPP
VALOR TOTAL: R\$ 40.220,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 20/07/2017 à 20/07/2018.
Imbituba, 20 de julho de 2017.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 180/2017 PP 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 180/2017 DO PP 25/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MICROCOMPUTADORES COM GARANTIA.
EMPRESA: PERFORM TECNOLOGIA LTDA EPP
VALOR TOTAL: R\$ 20.754,50
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 20/07/2017 à 20/07/2018.
Imbituba, 20 de julho de 2017.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 181/2017 PP 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 181/2017 DO PP 25/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MICROCOMPUTADORES COM GARANTIA.
EMPRESA: MWV WEB SITE COMERCIO DE PRODUTOS ELETRO-ELETRONICOS LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 558,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 20/07/2017 à 20/07/2018.
Imbituba, 20 de julho de 2017.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 182/2017 PP 25/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 182/2017 DO PP 25/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA MICROCOMPUTADORES COM GARANTIA.
EMPRESA: RENARU'S COMERCIAL LTDA ME
VALOR TOTAL: R\$ 7.638,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 20/07/2017 à 20/07/2018.
Imbituba, 20 de julho de 2017.
AMILTON GONÇALVES DE SOUZA
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

ATA 53 PP 18/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA
EXTRATO DE PUBLICAÇÃO ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 53/2017 DO PP 18/2017.
OBJETO: AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESCOLAR PARA USO DOS ALUNOS DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE IMBITUBA
EMPRESA: GRAFICA E EDITORA MORAES LTDA - EPP
VALOR TOTAL: R\$ 1.120,00
VIGÊNCIA: será de 12 meses – 10/07/2017 à 10/07/2018.
Imbituba, 10 de julho de 2017.
FILIPE DIAS ANTÔNIO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 66/2017
PREGÃO 40/2017 PMI/SEDUCE**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - SEDUCE

PROCESSO Nº 66/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2017

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da SEDUCE, comunica, que realizará às 16:00 horas, do dia 11 de setembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial (SRP), do tipo menor preço por item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM LIMPEZA DE FOSSA, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, DESINTUPIMENTO DE PIA E VASO SANITÁRIO, PARA AS ESCOLAS MUNICIPAIS, CENTROS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E SECRETARIA M. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES",

O Edital encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de agosto de 2017

Filipe Dias Antonio

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 67/2017
PREGÃO 41/2017 PMI/MULTIENTIDADE**

PREFEITURA DE IMBITUBA

PMI / MULTIENTIDADE

PROCESSO Nº 67/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

A Prefeitura de Imbituba, por meio de seu Pregoeiro Oficial e através da Secretaria Municipal de Infraestrutura e Saneamento, comunica, que realizará às 14:00 horas, do dia 12 de setembro de 2017, licitação na modalidade de Pregão Presencial, pelo sistema de Registro de Preços, do tipo menor preço por Item, regido pelo disposto na Lei nº 10.520/2002, pela Lei complementar nº 123/2006, pelo Decreto 8.538/2015 e, subsidiariamente, pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a possível CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECER OS EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIs), PARA USO DAS SECRETARIAS SEDURB E SEINFRA, encontra-se à disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 25 de agosto de 2017

Alex Sandro Carpes

Secretário da SEINFRA

**EXTRATO DE PUBLICAÇÃO PROCESSO 68.2017
DISPENSA 14.2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 68/2017

DISPENSA Nº 14/2017

Objeto: CONTRATAÇÃO DE REGIME DE URGÊNCIA EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA PARA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM TODO O MUNICÍPIO DE IMBITUBA, NA ÁREA DE RESPONSABILIDADE DA AGÊNCIA REGIONAL DA CELESC-DE TUBARÃO E COOPERATIVA DE ELETRICIDADE DE PAULO LOPES – CERPALO, OBEDECENDO O RIGOR TÉCNICO EXIGIDO PARA OS TRABALHOS DESTA NATUREZA.

Contratada: ENGELUZ ILUMINAÇÃO E ELETRICIDADE LTDA.

CNPJ: 85.489.078/0001-74

Valor Total: R\$ 423.499,98 (Quatrocentos e vinte e três mil, quatrocentos e noventa e nove e setenta e oito reais e noventa e oito

centavos).

Fundamentação Legal: Artigo 24, VIII da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 25 de Agosto de 2017.

Alex Sandro Carpes

Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento

**EXTRATO DE REABERTURA PROCESSO 59.2017
PREGÃO 35.2017**

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PMI - MULTIENTIDADES

PROCESSO Nº 59/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 35/2017

O Pregoeiro Oficial do Município de Imbituba torna público, o fim da suspensão do processo licitatório nº 59/2017, que tem como objeto a "CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS, TROCA, BALANCEAMENTO E GEOMETRIA PARA REPOSIÇÃO DOS PNEUMÁTICOS DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA/SC, INCLUINDO O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL".

A sessão pública para recebimento dos envelopes, referente ao objeto supracitado realizar-se-á em 11 de setembro de 2017, às 14:00 horas, na Diretoria de Licitações.

O Edital Retificado, encontra-se a disposição dos interessados, na Diretoria de Licitações, situada à Rua Ernani Cotrin, 601, Centro, das 13:00 às 19:00 horas, de Segunda à Sexta-feira, ou no site www.imbituba.sc.gov.br – link Portal da Transparência.

Imbituba, 24 de agosto de 2017.

Fernando Melo da Silva

Pregoeiro Oficial

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.826, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI COMPLEMENTAR Nº 4.826, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do município de Imbituba - Refis Municipal 2017 - 2ª edição, e dá outras providências.

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Imbituba - Refis Municipal – 2ª edição, com escopo de incentivar a regularização de débitos, incluídos os oriundos de multas administrativa, inadimplidos junto à Fazenda Pública Municipal, de devedores pessoas físicas ou jurídicas, cujo fato gerador tenha ocorrido até 31 de dezembro de 2016, inscritos ou não em dívida ativa, ajuizados ou por ajuizar, através da redução de multa moratória e juros de mora, nos percentuais e prazos estabelecidos pela presente Lei Complementar.

Parágrafo único. O benefício, ora concedido, não alcança débitos ajuizados, com decisão judicial reconhecendo-os devidos ao Município.

Art. 2º Os débitos de que tratam o artigo anterior poderão ser pagos em parcelas iguais, mensais e sucessivas, desde que a primeira parcela ou parcela única seja quitada até a data improrrogável de 30 (trinta) dias, contados da data da assinatura do termo de parcelamento, com redução da multa moratória e juros de mora nos seguintes percentuais:

I – 100% (cem por cento), em até 10 parcelas;

II – 75% (setenta e cinco por cento), em até 18 parcelas;

III – 50% (cinquenta por cento) em até 24 parcelas.

§ 1º A opção pelo programa deverá ser formalizada mediante assinatura da parte devedora no termo emitido pelo sistema da Prefeitura e que será acompanhado de documentação fiscal específica, conforme a espécie de tributo.

§ 2º As dívidas, conforme disposto no artigo 1º desta lei complementar, que foram objeto de parcelamentos em acordos pretéritos, em curso de pagamento ou não, poderão ser renegociadas nas

condições deste artigo.

§ 3º O valor da parcela não poderá ser inferior a 20,00 (vinte) UFM's, em se tratando de contribuinte pessoa física, e 40,00 (quarenta) UFM's, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica, ambos na data da concessão, exceto nos casos em que o total devido seja inferior a este valor.

§ 4º Visando a garantir o sigilo fiscal, para pessoa física, será exigida a informação do CPF, a data de nascimento, endereço completo e telefone de contato. Terceiros, deverão apresentar procuração reconhecida com poderes para tal.

Art. 3º Sobre o valor de cada parcela não incidirão novos juros, e será calculada utilizando-se a seguinte fórmula:

$$P = [(T + C) + ((J + M) \times (1 - a/100))] / b$$

P = valor da parcela

T = valor do tributo

C = valor da correção

M = valor da multa moratória

J = valor dos juros de mora

a = percentual de redução

b = número de parcelas

Art. 4º Serão automaticamente excluídos do Programa, os contribuintes que ficarem inadimplentes no pagamento da cota única na data pré-estabelecida, ou nos casos de parcelamentos, em até 30 (trinta) dias após a data fixada para seu vencimento, ou deixar de pagar por 2 (dois) meses consecutivos ou 3 (três) meses alternados.

Parágrafo único. O beneficiário com o Programa que teve seu acordo cancelado pela inobservância das cominações legais previstas onde for apurada diferença no valor pago em detrimento ao valor devido, terá o lançamento dessa diferença apurada pelo próprio sistema automaticamente lançada em seu nome e a comunicação encaminhada ao seu endereço constante no banco de dados da Prefeitura.

Art. 5º Em se tratando de débitos ajuizados, o pedido de parcelamento das dívidas fica condicionado ao pagamento dos correspondentes honorários advocatícios, nos termos da lei ou de superior

deliberação.

Parágrafo Único. Existindo Mutirões de Conciliação promovidos pelo Poder Judiciário, para regularização de débitos junto a Fazenda Pública Municipal, fica autorizada a utilização dos benefícios descritos na presente Lei.

Art. 6º Para ingresso no Programa, o optante deverá indicar expressamente o débito que deseja incluir.

Art. 7º A opção pelo REFIS MUNICIPAL sujeita o contribuinte a:

I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos referidos no art. 1º desta Lei Complementar;

II - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas nesta Lei Complementar;

III - manutenção automática dos gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Parágrafo único. A confissão estabelecida no inciso I implica na expressa renúncia a qualquer defesa ou recurso administrativo ou judicial, bem como a desistência dos já interpostos, relativamente aos débitos fiscais objeto do acordo.

Art. 8º A adesão ao Programa não produzirá qualquer efeito em relação à eventual pré-existência de constrição judicial sobre bens e/ou direitos ocorrida em razão da dívida, exceto se integralmente quitada.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, poderá ser regulamentada por Decreto e terá validade até o dia 20 de dezembro de 2017.

Imbituba, 24 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.827, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 4.827, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Especial para o Fundo Municipal de Trânsito de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 22.840,75 (vinte e dois mil oitocentos e quarenta reais e setenta e cinco centavos), no orçamento (LOA) 2017, para novo item orçamentário, como segue:

FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE IMBITUBA		
Convênio Polícia Militar		
06.181.0017-2.045		
3.3.30.00.00.00.00.00.0.3.0000 (0019)	Transferência a Estados e ao Distrito Federal	22.840,75
Total		22.840,75

Art. 2º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes do superavit financeiro de recursos próprios apurados em exercícios anteriores.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.828, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 4.828, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro ao Lanche da Amizade, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a conceder auxílio financeiro ao Lanche da Amizade de Imbituba, inscrito no CNPJ sob nº 78.624.947/0001-60, no valor de até R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais), mediante processo de Inexigibilidade de Chamamento Público, com base no art. 31, inciso II da Lei Federal Nº 13.019/2014 e do art. 10, inciso II do Decreto PMI Nº 013/2017, de 16 de fevereiro de 2017. Parágrafo único. A concessão do auxílio financeiro de que trata o "caput" observará a disponibilidade financeira do município e a Entidade deverá atender as exigências estabelecidas no Decreto PMI Nº 013/2017 para o recebimento do recurso.

Art. 2º O auxílio financeiro a que se refere o Art. 1º destina-se ao acolhimento de idosos carentes na Casa de Repouso Imaculada Conceição, durante o ano de 2017.

Art. 3º A entidade beneficiada fica obrigada a prestar contas, com referência à aplicação do recurso repassado pelo Poder Público Municipal, no prazo de até 60 (dias) após o recebimento.

Art. 4º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta da funcional programática 04.123.0004.3.3.50.00.00.00.00.0.1.000 0 do orçamento do município, que poderão ser suplementadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. A falta de prestação de contas referida neste Artigo implica em responsabilidade do representante legal da instituição, que deverá ressarcir o Município do valor repassado.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.829, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 4.829, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a efetuar despesas com Semana Nacional da Baleia Franca - 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a efetuar despesas no valor de até R\$ 70.000,00 (setenta mil reais) para realização da Semana Nacional da Baleia Franca – 2017, que acontecerá dos dias 21 a 30 de setembro de 2017.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria do orçamento vigente.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação;

Imbituba, 24 de agosto de 2017.

Rosivaldo da Silva Júnior

Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira

Chefe de Departamento de Atos Normativos

LEI Nº 4.830, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 4.830, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

Dispõe sobre alteração da LDO 2017 e abertura de Crédito Adicional Especial para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE IMBITUBA Faço saber que a Câmara Municipal de Imbituba aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a proceder à inclusão da modalidade abaixo discriminadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO 2017, Lei 4.753 de 18/10/2016.

ORGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SEDUCE
UNIDADE	05.04	DIRETORIA DE ESPORTES

PROGRAMA	10	Esporte para Todos
AÇÃO	2.190	Festivais e Campeonatos Esportivos
MODALIDADE		3.3.50.00.00.00.00.00.01.0000

Art. 2º Fica aberto Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais), no orçamento (LOA) 2017, para novo item orçamentário, como segue:

ORGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SEDUCE	
UNIDADE	05.04	DIRETORIA DE ESPORTES	
Festivais e Campeonatos Esportivos			
27.812.0010-2.190			
3.3.50.00.00.00.00.01.0000 (0218)		Transferências a Instituições Privadas Sem Fins Lucrativos	20.000,00
Total			20.000,00

Art. 3º O Crédito Adicional Especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes da anulação parcial da dotação orçamentária, como segue:

ORGÃO	05	SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE – SEDUCE		
UNIDADE	05.04	DIRETORIA DE ESPORTES		
27.122.0007-2.186				
3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000 (0195)		Aplicações Diretas		20.000,00
Total				20.000,00

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 24 de agosto de 2017.
Rosivaldo da Silva Júnior
Prefeito

Registre-se e Publique-se.
Registrado e publicado, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC.

Ana Paula Leal da Silveira
Chefe de Departamento de Atos Normativos

CÂMARA MUNICIPAL

ATO DA PRESIDÊNCIA Nº 035/2017



ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA



Ato da Presidência nº 035/2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições regimentais, em atenção ao que dispõe o art. 201 do Regimento Interno, divulga a **ORDEM DO DIA** da 28ª Sessão Ordinária, da 1ª Sessão Legislativa, da 15ª Legislatura, a realizar-se no dia **28 de agosto de 2017** (segunda-feira), às **19h30min**, nas dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

PROPOSIÇÃO						REGIME		
Mensagem	Modalidade/Nº	Data	Origem	Autoria	Ementa	Tramitação	Discussão	Votação
055	PL 4.938/2017	07/08/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Autoriza o Poder Executivo a conceder auxílio financeiro a Liga Imbitubense de Futebol – LIF, e dá outras providências	Urgente	Única	1ª/2ª
059	PL 4.944/2017	14/08/2017	Executivo Municipal	Rosivaldo da Silva Júnior	Dispõe sobre abertura de Crédito Adicional Suplementar para a Prefeitura Municipal de Imbituba e dá outras providências.	Urgente	Única	1ª/2ª

A organização da Ordem do Dia obedece ao disposto no art. 157, do Regimento Interno da Câmara Municipal de Imbituba (Res. nº 22/94, de 15-12-1994, atualizado pela Res. nº 001/2005).

Gabinete da Presidência, 24 de agosto de 2017.

Renato Carlos de Figueiredo
Presidente

Gilberto Pereira
Primeiro-Secretário

Luiz Cláudio Carvalho de Souza
Vice-Presidente

Humberto Carlos dos Santos
Segundo-Secretário

Indaial

PREFEITURA

DECRETO Nº 702/17

. DECRETO Nº 702/17

. De 21 de agosto de 2017

NOMEIA AUXILIAR DE DIREÇÃO – DAE2 /

BRUNA DEODANA FERRARI

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, anexo III da Lei 3.990/2009 e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 07 de agosto de 2017, para exercer a função de Auxiliar de Direção (DAE2), na E.B.M. Leopoldo Simão, BRUNA DEODANA FERRARI.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 703/17

. DECRETO Nº 703/17

. De 21 de agosto de 2017

NOMEIA DIRETORA PORTE II /

VILMA SCHMITZ

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 92, incisos VIII, XI e XII da Lei Orgânica do Município, Lei Complementar 113/11 e demais dispositivos legais em vigor, e considerando que irá ocupar um cargo comissionado, ficando a disposição da Secretaria de Educação,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeada, a partir de 21 de agosto de 2017, para exercer a função de Diretora Porte II, na E.B.M. Professora Anna Alves Dias, de acordo com o previsto no artigo 86, 87 e 92 e o Anexo VIII da Lei Complementar 113/11, VILMA SCHMITZ.

Art. 2º - Fica alterada a carga horária da Servidora Vilma Schmitz, passando a 40 h/s.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 21 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

OZINIL MARTINS DE SOUZA

Secretário de Educação

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

DECRETO Nº 704/17

. DECRETO Nº 704/17

. De 23 de agosto de 2017

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICIPIO DE INDAIAL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e, considerando a Lei Municipal nº 5453/17,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS) para Abertura de Crédito Adicional Especial a Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
02.009 - Gabinete do Prefeito	
0022.0661.0002.1802 - Incentivos Fiscais e Estímulos Econômicos	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00

Art. 2º - Fica aberto no orçamento vigente da MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 conforme segue:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Saneamento Básico	
0017.0512.0010.2262 - Manutenção das Atividades de Gerenciamento do Lixo	
3333000000000000 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	
01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 23 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 705/17

. DECRETO Nº 705/17

. De 24 de agosto de 2017

REAJUSTE DA TARIFA DO TRANSPORTE COLETIVO DE INDAIAL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais de acordo com artigo 92, Inciso VIII, artigo 20 da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor, e

Considerando que compete a AGIR – Agência Intermunicipal de Regulação do Médio Vale do Itajaí, nos termos da Lei Municipal nº 5.397/2017, a regulação do serviço de transporte público coletivo;

Considerando que a AGIR, na Decisão nº 34/2017, deu provimento parcial ao pedido de reajuste formulado pela empresa Auto Viação Rainha Ltda, concedendo reajuste no percentual de 7.81% sobre a tarifa vigente (R\$ 3,65), aplicando o arredondamento de cálculo nos termos da Normativa ANTT, fixando a tarifa em R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos);

Considerando que na referida decisão, a AGIR assevera que é obrigatório conceder os meios de remuneração e pagamento, sob pena de, em um primeiro momento, ocorrer um indevido enriquecimento ilícito por parte da administração pública;

Considerando que o § 2º do artigo 9º da Lei 8.987/95, estabelece que os contratos de concessão de serviços públicos "poderão prever mecanismos de revisão das tarifas, a fim de manter-se o equilíbrio econômico-financeiro";

Considerando que a necessidade de atualização tarifária com relação aos custos hoje apresentados, viabilizando a manutenção do sistema e continuidade dos serviços prestados;

DECRETA:

Art. 1º - Fica reajustada para R\$ 3,95 (três reais e noventa e cinco centavos) a Tarifa do Transporte Coletivo de Passageiros do Município de Indaial, executado pela empresa Auto Viação Rainha Ltda.

Art. 2º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 04 de setembro de 2017.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 706/17

. DECRETO Nº 706/17

. De 24 de agosto de 2017

HOMOLOGA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 / PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Concurso Público nº 001/2017 para preenchimento dos cargos e vagas constantes do Edital em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

PREFEITURA MUNICIPAL DE INDAIAL - SC

CONCURSO PÚBLICO - EDITAL No 001/2017

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA No01/2017

A Comissão do Concurso Público, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº 553/17, e Lei Complementar 105/2010 torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Concurso Público para o preenchimento dos cargos públicos existentes na Prefeitura Municipal de Indaial. As provas terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM. Serão de competência da Prefeitura Municipal de Indaial os procedimentos admissionais competentes.

Nível Superior	Valor de inscrição R\$ 100,00
Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Vencimentos
Arquiteto (01); Engenheiro Ambiental (01); Engenheiro Civil (01); Carga horária semanal: 40h.	R\$ 4.621,70
Assistente Social (02); Educador Social (01); Médico Veterinário II (01); Nutricionista (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.888,30
Assistente Administrativo (05); Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.231,30
Bioquímico (01); Fonoaudiólogo (01); Psicólogo (01) Carga horária semanal: 20h.	R\$ 2.853,00
Terapeuta Ocupacional (01) Carga horária semanal: 20h.	R\$ 2.794,00
Educador de Trânsito (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.338,30
Enfermeiro (03); Carga horária semanal: 40h.	R\$ 3.773,90
Fisioterapeuta (01) Carga horária semanal: 30h.	R\$ 2.811,90
Médico Clínico Geral II (03) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 13.065,70
Médico Clínico Geral I (01) Carga horária semanal: 30h.	R\$ 8.669,30
Médico Geriatria (01) Carga horária semanal: 20h.	R\$ 5.699,90
Médico Cardiologista (01); Dermatologista (01); Endocrinologista (01); Gastroenterologista (01); Infectologista (01); Neurologista (01); Neuropediatra (01); Oftalmologista (01); Pediatra (02); Pneumologista (01); Psiquiatra (01); Psiquiatra Infantil (01); Urologista (01) Carga horária semanal: 10h.	R\$ 2.914,30
Odontólogo III (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 5.647,30
Procurador (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 6.722,00
Pedagogo (01); Professores de: Atendimento Especializado (01); Educação Infantil (10); Ensino Fundamental -1º ao 5º ano (10); Informática Pedagógica (01); Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.773,30
Professores de: Arte (01); Ciências (01); Educação Física (01); Ensino Religioso (01); Geografia (01); História (01); Inglês (01); Língua Portuguesa (01); Matemática (01) Carga horária semanal: 20h.	R\$ 1.386,60
Nível Médio	Valor de inscrição R\$ 80,00
Agente de Trânsito (02); Auxiliar Administrativo (05); Auxiliar de Creche (01) Carga horária semanal: 40h.	De R\$ 1.473,80 a R\$ 1.498,50
Fiscal do Meio Ambiente (02); Técnico em Informática (01); Técnico Sanitarista (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.231,40
Fiscal de Posturas (02); Fiscal da Saúde (01); Fiscal de Tributos (01); Técnico de Segurança do Trabalho (01) e Topógrafo (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 1.880,70
Licitador (01); Monitor Social (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.047,70 e R\$ 2.010,70
Secretário Escolar (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.384,20

Técnico em Laboratório de Análises Clínicas (01); Técnico em Enfermagem (02) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.650,50
Técnico em Saúde Bucal (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 2.484,10
Nível Fundamental	Valor de inscrição R\$ 60,00
Auxiliar de Serviços Gerais (20); Carga horária semanal: 40h.	R\$ 1.204,10
Calceteiro (01); Carpinteiro (01); Eletricista de Manutenção (01); Operador de Pá Carregadeira (01); Operador de Máquina Niveladora (01); Operador de Retroescavadeira (01) e Pedreiro (03) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 1.469,50
Motorista de Caminhão (03); Motorista de Mico Ônibus (01); Motorista (02) Operador de Rolo Compactador (01); Operador de Máquina Rotativa (01); Operador de Trator de Pneus (01) Carga horária semanal: 40h.	R\$ 1.357,20
Mecânico de Máquinas, Caminhões e Equipamentos Agrícolas Carga horária semanal: 40h.	R\$ 1.631,10

As inscrições serão realizadas no período de 28/08/2017 à 25/09/2017 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br
 Edital Completo: Disponível na internet www.ibam-concursos.org.br e no mural de Atos da Prefeitura Municipal de Indaial. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.
 Data das provas: 22/10/2017, no período matutino para os cargos de nível superior e fundamental e no período vespertino para os cargos de nível médio.

Indaial, 22/08/2017.

Comissão de Concurso Público do Município de Indaial.

DECRETO Nº 707/17

. DECRETO Nº 707/17

. De 24 de agosto de 2017

ANULA E SUPLEMENTA NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE INDAL.

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor e, considerando a Lei 5.383/16 de 22 de dezembro de 2016.

DECRETA,

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS) da Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.331900000000	01180000	120.000,00

Art. 2º - Para atender o dispositivo no artigo 1º, fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a Suplementar, no Orçamento do MUNICÍPIO DE INDAL a seguinte dotação:

Dotação	Vínculo	Valor
05.001.0012.0365.0005.2102.331910000000	01180000	120.000,00

Art. 3º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

DECRETO Nº 708/17

. DECRETO Nº 708/17

. De 24 de agosto de 2017

HOMOLOGA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 / FUNDAÇÃO INDALENSE DE CULTURA - FIC

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Concurso Público nº 001/2017 - FIC para preenchimento dos cargos e vagas constantes do Edital em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

FUNDAÇÃO INDALENSE DE CULTURA - SC

CONCURSO PÚBLICO

EDITAL Nº 01/2017

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA No01/2017

A Comissão do Concurso Público, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº 553/17, e Lei Complementar 105/2010 torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Concurso Público para o preenchimento dos cargos públicos existentes na Fundação Indalense de Cultura. As provas teórico-objetivasterão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM. Serão de competência da Fundação Indalense de Cultura os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Vencimentos
Bibliotecário (01); Professor de Dança (01) e Professor de Violino/Viola (01) Carga horária semanal: 40h.	Nível Superior Completo Valor de inscrição R\$ 100,00 Vencimento R\$ 2.441,79.
Professor e Regente de Coral (01) Carga horária semanal: 30h.	Nível Superior Completo Valor de inscrição R\$ 100,00 Vencimento R\$ 2.637,01.
Auxiliar de Serviços Administrativos (01) Carga horária semanal: 40h.	Nível Médio Completo Valor de inscrição R\$ 80,00 Vencimento R\$ 1.395,67

As inscrições serão realizadas no período de 28/08/2017 à 25/09/2017 pela internet no site www.ibam-concursos.org.br
 Edital Completo: Disponível na internet www.ibam-concursos.org.br e no mural de Atos da Fundação Indalense de Cultura. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.
 Data das provas: 22/10/2017.

Indaial, 22/08/2017.

Comissão de Concurso Público do Município de Indaial.

DECRETO Nº 709/17

. DECRETO Nº 709/17

. De 24 de agosto de 2017

HOMOLOGA CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2017 / INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDAIAL / INDAPREV

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial, no uso de suas atribuições legais, de acordo com artigo 92, inciso VIII da Lei Orgânica do Município e demais dispositivos legais em vigor,

DECRETA:

Art. 1º - Fica homologado, o Edital do Concurso Público nº 001/2017 – INDAPREV, para preenchimento dos cargos e vagas constantes do Edital em anexo, parte integrante deste Decreto.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 24 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

INSTITUTO DE APOSENTADORIA E PENSÕES DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE INDAIAL - SC
CONCURSO PÚBLICO - EDITAL Nº 001/2017

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA Nº01/2017

A Comissão do Concurso Público, no uso de suas atribuições, conferidas pelo Decreto nº 553/17, e Lei Complementar 105/2010 torna pública a abertura das instruções especiais destinadas à realização do Concurso Público para o preenchimento dos cargos públicos existentes no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial. As provas teórico-objetivas, terão a coordenação técnico-administrativa do Instituto Brasileiro de Administração Municipal-IBAM. Serão de competência do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial os procedimentos admissionais competentes.

Cargos/Vagas/Carga horária semanal	Escolaridade/Valor de Inscrição e Vencimentos
Advogado (01) e Contador (01) Carga horária semanal: 40h.	Nível Superior Completo Valor de inscrição R\$ 100,00 Vencimento R\$ 4.621,73.
Assistente Administrativo (01) Carga horária semanal: 40h.	Nível Superior Completo Valor de inscrição R\$ 100,00 Vencimento R\$ 2.231,39

As inscrições serão realizadas no período de 28/08/2017 à 25/09/2017 pela internet no site

www.ibam-concursos.org.br

Edital Completo: Disponível na internet www.ibam-concursos.org.br e no mural de Atos do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Servidores Públicos Municipais de Indaial. Informações pelo tel. (47) 3041-6262.

Data das provas: manhã de 22/10/2017.

Indaial, 22/08/2017.

Comissão de Concurso Público do Município de Indaial.

LEI Nº 5452/2017

. LEI Nº 5452

. de 23 de agosto de 2017

AUTORIZA A DOAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETROCARDIOGRÁFOS / HOSPITAL BEATRIZ RAMOS

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Executivo Municipal autorizado a doar quatro aparelhos eletrocardiógrafos à ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE HOSPITAL BEATRIZ RAMOS (CNPJ nº 84.231.281/0001-83).

Parágrafo único: A doação de que trata o caput deste artigo, refere-se aos equipamentos modelo ELETROCARDIOGRAFO MOD 1150 NIHON KOHDEN.

Art. 2º As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão por conta de dotação própria, prevista no orçamento vigente.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Município de Indaial, em 23 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA
Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA
Chefe de Gabinete

LEI Nº 5453/2017

. LEI Nº 5453

. de 23 de agosto de 2017

AUTORIZA ANULAÇÃO E SUPLEMENTAÇÃO NO ORÇAMENTO ANUAL DO MUNICIPIO DE INDAIAL

ANDRÉ LUIZ MOSER, Prefeito do Município de Indaial.

Faço saber a todos habitantes do Município de Indaial, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Executivo autorizado a anular no valor de R\$ 90.000,00 (NOVENTA MIL REAIS) para Abertura de Crédito Adicional Especial a Dotação Orçamentária abaixo discriminada:

Dotação	Valor
02.009 - Gabinete do Prefeito	
0022.0661.0002.1802 - Incentivos Fiscais e Estímulos Econômicos	
3339000000000000 - Aplicações Diretas	
01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00

Art. 2º - Fica aberto no orçamento vigente da MUNICIPIO DE INDAIAL, Crédito Adicional Especial no valor de R\$ 90.000,00 conforme segue:

Dotação	Valor
10.002 - Secretaria de Saneamento Básico	
0017.0512.0010.2262 - Manutenção das Atividades de Gerenciamento do Lixo	
3333000000000000 - Transferências a Estados e ao Distrito Federal	
01000000 - Recursos Ordinários	90.000,00

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, ficam revogadas as disposições em contrário.

Município de Indaial, em 23 de agosto de 2017.

ANDRÉ LUIZ MOSER

Prefeito

Publique-se na Forma da Lei.

RODRIGO KOENIG FRANÇA

Procurador-Geral do Município

MANOEL FELIPE BOAVENTURA

Chefe de Gabinete

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

MUNICÍPIO DE INDAIAL

Processo Licitatório nº 138/2017

Edital de Concorrência nº 002/2017-10430

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação da terceirização dos serviços de coleta, transporte e descarga de resíduos sólidos urbanos.

Entrega dos envelopes: 27/09/2017 - 08h45min – Horário de Brasília

Abertura das propostas: 27/09/2017 - 09h00min – Horário 6de Brasília

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 139/2017

PUBLICAÇÃO DE EDITAL

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE INDAIAL.

Processo Licitatório nº 139/2017

Edital de Inexigibilidade nº 007/2017-18201

Comunica a todos os interessados, na forma da legislação vigente, que publica edital de licitação.

Objeto: Contratação de uma vaga para adulto, masculino idoso em casa acolhedora.

Entrega dos envelopes: 25/08/2017

Maiores informações através do fone (47) 33178800, e-mail lic01@indaial.sc.gov.br, e o site www.indaial.sc.gov.br.

André Luiz Moser – Prefeito Municipal

Ipuacú

PREFEITURA

1 ADTO CT PREF 23.2017 SIDINEI BINOTTO ME

DATA: 16 de agosto de 2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 23/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “SIDINEI BINOTTO ME” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA –REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO.

CONTRATADA: SIDINEI BINOTTO ME, inscrita no CNPJ sob o n.26.602.147/0001-45

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula terceira – Do Valor ao contrato PREF 23 de 30 de março de 2017. Lei Federal n. 8666/93;

Considerando parecer jurídico e despacho da Senhora Prefeita Municipal reequilibra-se em 12% (doze por cento) o valor inicialmente contratado por quilometro rodado. Onde a cláusula terceira do contrato passa vigorar com a seguinte redação:

...

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total para a execução do objeto deste contrato quilometro rodado nas linhas:

· Linha 08 é de até de R\$ 2,91 (dois reais com noventa e um centavos);

· Linha 11 é de até de R\$ 2,88 (dois reais com oitenta e oito centavos);

Conforme a proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o no valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

1 ADTO CT PREF 24.2017 JOSÉ ARLEI BARBOSA ME

DATA: 16 de agosto de 2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 24/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “JOSÉ ARLEI BARBOSA -ME,” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA –REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO.

CONTRATADA: JOSÉ ARLEI BARBOSA -ME, inscrita no CNPJ sob o n.17.329.158/0001-02

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula terceira – Do Valor ao contrato PREF 24 de 30 de março de 2017. Lei Federal n. 8666/93;

Considerando parecer jurídico e despacho da Senhora Prefeita Municipal reequilibra-se em 12% (doze por cento) o valor inicialmente contratado por quilometro rodado. Onde a cláusula terceira do contrato passa vigorar com a seguinte redação:

...

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total para a execução do objeto deste contrato quilometro rodado nas linhas:

· Linha 01 é de até de R\$ 2,78 (dois reais e setenta e oito centavos);

· Linha 13 é de até de R\$ 3.22 (três reais com vinte e dois centavos);

Conforme a proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o no valor ora contratado já estão

incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

1 ADTO CT PREF 25.2017 AB TRANSPORTES

DATA: 16 de agosto de 2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 25/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “A. B TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA –REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO.

CONTRATADA: A. B TRANSPORTES E TURISMO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o n. 06.091.191/0001-20

DO OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula terceira – Do Valor ao contrato PREF 25 de 30 de março de 2017. Lei Federal n. 8666/93;

Considerando parecer jurídico e despacho da Senhora Prefeita Municipal reequilibra-se em 12% (doze por cento) o valor inicialmente contratado por quilometro rodado. Onde a cláusula terceira do contrato passa vigorar com a seguinte redação:

...

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total para a execução do objeto deste contrato quilometro rodado nas linhas:

· Linha 03 é de até de R\$ 3.32 (três reais com trinta e dois centavos).

· Linha 05 é de até de R\$ 2,94 (dois reais com noventa e quatro centavos)

Conforme a proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o no valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

1 ADTO CT PREF 33.2017 VERA LUCIA CARLESSO MAGIONI

DATA: 16 de agosto de 2017.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 33/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA “VERA LUCIA CARLESSO MAGIONI 52799298915” PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA –REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO.

CONTRATADA: VERA LUCIA CARLESSO MAGIONI 52799298915, inscrita no CNPJ sob o n.º 26.758.042/0001-80

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula terceira – Do Valor ao contrato PREF 33 de 18 de maio de 2017. Lei Federal n. 8666/93;

Considerando parecer jurídico e despacho da Senhora Prefeita Municipal reequilibra-se em 12% (doze por cento) o valor inicialmente contratado por quilometro rodado. Onde a clausula terceira do contrato passa vigorar com a seguinte redação:

...

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total para a execução do objeto deste contrato quilometro rodado nas linhas:

· Linha 10 é de até de R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos)

Conforme a proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o no valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

2 ADTO CT PREF 22.2017 MARCOS VINICIUS BINOTO ME

DATA: 16 de agosto de 2017.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 22/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA "MARCOS VINICIUS BINOTO ME" PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA –REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO.

CONTRATADA: MARCOS VINICIUS BINOTO ME, inscrita no CNPJ sob o n. 26.504.937/0001-98,

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula terceira – Do Valor ao contrato PREF 22 de 30 de março de 2017. Lei Federal n. 8666/93;

Considerando parecer jurídico e despacho da Senhora Prefeita Municipal reequilibra-se em 12% (doze por cento) o valor inicialmente contratado por quilometro rodado. Onde a clausula terceira do contrato passa vigorar com a seguinte redação:

...

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total para a execução do objeto deste contrato quilometro rodado nas linhas:

· Linha 04 é de até de R\$ 2,96 (dois reais com noventa e seis centavos)

· Linha 07 é de até de R\$ 2,93 (dois reais com noventa e três centavos)

· Linha 09 é de até de R\$ 2,94 (dois reais e noventa e quatro centavos);

Conforme a proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o no valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

2 ADTO CT PREF 26.2017 ADILSON EDSON BELINO ME

DATA: 16 de agosto de 2017.

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO PREF 26/2017 CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE IPUAÇU – SC E A EMPRESA "ADILSON EDSON BELINO ME" PARA OS FINS QUE ESPECÍFICA –REEQUILIBRIO ECONOMICO FINANCEIRO.

CONTRATADA: ADILSON EDSON BELINO ME, inscrita no CNPJ sob o n. 26.531.355/0001-09,

OBJETO: O objeto do presente Termo Aditivo consiste na alteração da cláusula terceira – Do Valor ao contrato PREF 26 de 30 de março de 2017. Lei Federal n. 8666/93;

Considerando parecer jurídico e despacho da Senhora Prefeita Municipal reequilibra-se em 12% (doze por cento) o valor inicialmente contratado por quilometro rodado. Onde a clausula terceira do contrato passa vigorar com a seguinte redação:

...

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR

O valor total para a execução do objeto deste contrato quilometro rodado nas linhas:

· Linha 02 é de até de R\$ 3,33 (três reais com trinta e três centavos);

· Linha 06 é de até de R\$ 3,24 (três reais com vinte e quatro centavos);

· Linha 12 é de até de R\$ 3,30 (três reais com trinta centavos);

Conforme a proposta da CONTRATADA, devidamente aprovada pelo CONTRATANTE, sendo o no valor ora contratado já estão incluídos os impostos, taxas, seguros e fretes, todas as despesas que se fizerem necessárias durante o período de execução dos serviços, despesas de locomoção, diárias, hospedagem e alimentação, quando do deslocamento e permanência no Município para a prestação dos serviços, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, assim como os relativos a uniformes, crachás e EPI's, bem como os de indenização devida a terceiros por fatos oriundos dos serviços contratados da qual a contratada der causa, além de quaisquer outras despesas incidentes sobre o contrato.

DECRETO Nº 219/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017. DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDOR(A).

DECRETO Nº 219/2017

DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE SERVIDOR(A).

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuacu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica do Município, e Considerando a especificidades que envolvem a educação indígena, incluindo o resgate e o ensino da língua Kaingang;

DECRETA:

Art. 1º. Fica contratada temporariamente, o servidor abaixo relacionado, iniciando-se em 23/08/2017, conforme especificado no quadro a seguir:

SERVIDORES	FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA
CLEVERTON MENDES	Professor sem Titulação	20h

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Ipuacu- SC, em 23 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA

Prefeita de Ipuacu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

**DECRETO Nº 220/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE
2017 PELO SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

DECRETO Nº 220/2017
DE 23 DE AGOSTO DE 2017.
ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DE 2017 PELO
SUPERÁVIT FINANCEIRO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais constantes nos incisos VI e IX do artigo 91 da Lei Orgânica, Art. 5º, inciso III da Lei 840 de 05 de dezembro de 2016 – Lei Orçamentária para o exercício de 2017;

DECRETA:

Art. 1º. Abre crédito adicional suplementar pelo superávit financeiro no valor de R\$ 100,00 (cem reais), na seguinte programação de despesa:

12.00 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Projeto/Atividade n. 10.301.1001.2.032 – Manutenção do Piso de Atenção Básica Variável
Modalidade de Aplicação: 44900000
Fonte de Recurso: 1367 – Superávit Financeiro de Transferências do Sistema Único do SUS do Estado
Despesa: 39 – R\$ 100,00

Art. 2º. Como Fonte de Recurso para abertura do crédito adicional de que trata o art. 1º, serão utilizados recursos provenientes do superávit financeiro da fonte de recursos 1367 – Superávit Financeiro de Transferências do Sistema Único do SUS do Estado.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu - SC, em 23 de agosto de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita de Ipuauçu

Este Decreto foi Registrado e Publicado em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de administração e fazenda

**PL PREF 53.2017 PP PREF 37.2017
EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO**

O MUNICÍPIO DE IPUAÇU, Estado de Santa Catarina COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Processo Licitatório PREF n. 53/2017, Tipo Pregão Presencial PREF n. 37/2017, (menor preço por item).

Entrega de envelopes: Até às 13h30min de 11 de setembro de 2017.

Data de abertura: A partir das 14h00min de 11 de setembro de 2017.

Objeto: Objeto consiste na Contratação de empresa especializada para recolhimento de animais mortos, suínos, bovinos e aves na zona rural do município, de acordo com Anexo I- termo de referência. Fundamento legal é a Lei Federal 10.520/2002 e Lei 8.666 1993, consolidada e legislação aplicável. A integral do Edital e demais documentos poderão ser obtidos junto a sede do município com a Comissão de Licitação do Município, sito à Rua Zanella n. 818, na cidade de Ipuauçu –SC, telefone (49) 34490045.

Ipuauçu - SC, em 24 de agosto de 2017.

CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

**PORTARIA Nº 156/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.
ENCERRA EFEITOS DE PORTARIA DE GRATIFICAÇÃO.**

PORTARIA Nº 156/2017
DE 23 DE AGOSTO DE 2017.
ENCERRA EFEITOS DE PORTARIA DE GRATIFICAÇÃO.

CLORI PEROZA, Prefeita de Ipuauçu, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor;

RESOLVE:

Art. 1º. ENCERRAR, os efeitos da Portaria que concede função gratificada a servidor municipal, conforme segue:

NOME	FUNÇÃO GRATIFICADA	PORTARIA
HÉLIO NEVES DE OLIVEIRA	Direção de departamentos e equipes de trabalho	122/2017

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Ipuauçu- SC, em 23 de agosto de 2017.
CLORI PEROZA
Prefeita Municipal

Esta Portaria foi Registrada e Publicada em data supra.

RAQUELI BIASOTTO
Secretária de Administração

Ipumirim

PREFEITURA

PORTARIA Nº. 408/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e nos termos do Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, Lei Complementar nº 001/2002, de 26 de setembro de 2002, bem como nas razões contidas no parecer exarado pela Assessoria Jurídica, RESOLVE:

Art. 1º. INSTAURA Processo Disciplinar contra o servidor MARIO ROOS, nomeado por Concurso Público através da Portaria nº.3170/2003, para o cargo de Operador de Retro Escavadeira e Escavadeira Hidráulica, tendo em vista que o requerente não retornou ao trabalho isso significa que não esta cumprindo ordens superiores, infringindo o Estatuto dos servidores Públicos.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores PAULO ROBERTO DE BORTOLI, WANDERLEI BORGES DE MELLO E JOELSON TECHIO LIBANO, para sob a Presidência do primeiro, comporem a Comissão do processo Disciplinar destinado a apurar o fato, fixando-se o prazo máximo de 60 (Sessenta) dias, afastado-o de suas funções, contados da data de publicação do ato que constituir a comissão, para a conclusão dos trabalhos, observando-se o disposto no artigo 189 da Lei Complementar nº 001/2002.

Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Ipumirim - SC, aos 24 dias do mês de Agosto de 2017.

VOLNEI ANTONIO SCHMIDT

Prefeito Municipal

Iraceminha

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PP 039/2017

MUNICIPIO DE IRACEMINHA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 64/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 39/2017

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços de horas máquinas do tipo escavadeira hidráulica e trator de esteiras, para execução de serviços de recuperação de estradas vicinais no interior do município e outros serviços públicos deste município prestados pelo Departamento de Infraestrutura, Obras e Transportes, conforme itens e especificações constantes neste Edital Convocatório. Modalidade: Pregão Presencial (REGISTRO DE PREÇOS).

Tipo: Menor Preço por item

Recebimento das Propostas: até as 08:30 do dia 06/09/2017.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor e seus anexos estão à disposição dos interessados no sítio do Município www.iraceminha.sc.gov.br ou no Departamento de Compras, situado na Rua Dona Paulina, nº 780, Centro, de 2ª a 6ª feira, das 07:30 às 11:30 e 13:00 às 17:00.

Informações através do e-mail compras@iraceminha.sc.gov.br ou fone (49)3665-3200

Iraceminha, SC, 25 de Agosto de 2017.

Jean Carlos Nyland

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO TP 01/2017

TOMADA DE PREÇO Nº 2/17

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/17

HOMOLOGAÇÃO: 24/08/17

CONTRATADO: CIMEC PRE - FABRICADOS DE CIMENTO EIRELI - ME

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA

OBJETO: Contratação de empresa de construção civil para construção de uma quadra coberta poliesportiva, localizada na Linha Biguá, interior do Município De Iraceminha, Estado De Santa Catarina, com área total de 1.170,00 m² em atendimento ao Contrato de Repasse nº 842010/2016 - Operação 1037151-83 e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório. VALOR DA DESPESA: R\$ 489.633,63 (quatrocentos e oitenta e nove mil seiscentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos) DATA: 24/08/17 - JEAN CARLOS NYLAND - Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO TP 01/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA	
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA	
EXTRATO CONTRATUAL	

Contrato Nº.: 108/2017	
Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE IRACEMINHA	
Contratada.: CIMEC PRE - FABRICADOS DE CIMENTO EIRELI - ME	
Valor : 489.633,63 (quatrocentos e oitenta e nove mil seiscentos e trinta e três reais e sessenta e três centavos)	
Vigência : Início: 24/08/2017 Término: 24/12/2017	
Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 2/2017	
Recursos : Dotação: 1.015.4.4.90.00.00.00.00 (138), 1.015.4.4.90.00.00.00.00 (239)	
Objeto : Contratação de empresa de construção civil para construção de uma quadra coberta poliesportiva, localizada na Linha Biguá, interior do Município De Iraceminha, Estado De Santa Catarina, com área total de 1.170,00 m² em atendimento ao Contrato de Repasse nº 842010/2016 - Operação 1037151-83 e em conformidade com projeto, memorial descritivo, cronograma físico-financeiro e planilha orçamentária, anexas ao presente processo licitatório.	
Iraceminha, 24 de Agosto de 2017	

Irani

PREFEITURA

DECRETO N. 124, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 124, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

“NOMEIA MEMBROS PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL (CMDRS) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a Lei Orgânica Municipal e a Lei nº 1.838/2017,

DECRETA:

Art. 1º. Ficam nomeados os membros do Conselho Municipal do Meio Ambiente - CMMA, assim constituído:

I – Representantes do Poder Executivo Municipal:

Titular: Bianca Dias Hunter;

Suplente: Rosimeri Spazini.

II – Representantes da Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

Titular: Sidiane Dalla Costa;

Suplente: Rubia Rigo.

III – Representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Titular: Dilce Neis Tecchio;

Suplente: Carlinhos Pigoso.

IV – Representantes do Sindicato Rural de Irani

Titular: Gustavo A. Guareski;

Suplente: Maricelda Maier.

V – Representantes das Agroindústrias

Titular: Claudir José Nicolao;

Suplente: Jair Gilsom Farinela.

VI – Representantes da CIDASC

Titular: Franciele Gado;

Suplente: Rodrigo Baldissera.

VII – Representantes da Copédia

Titular: Alcemir de Souza Marques;

Suplente: Antonio Milan.

VII – Representantes da Epagri

Titular: Romulo Amaral;

Suplente: Neilair Rossini.

IX – Representantes dos Agricultores

Titular: Acquelino Lanhi;

Suplente: Aroldo Fochezato.

Titular: Jaime Seganfredo;

Suplente: Danir Téchio.

Titular: Itamar Souza;

Suplente: Jonelo Massotti.

Titular: Jandir Fornari;

Suplente: Edimar Balbinot.

Titular: Jairo Farinela;

Suplente: Airtton Fabricio.

Parágrafo Único – O Presidente e o Vice-Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável, serão eleitos pelos seus membros em reunião Ordinária.

Art.2º. Os Serviços prestados serão gratuitos e considerados relevantes para o serviço público municipal.

Art.3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 24 de agosto de 2017.

Sivio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Publicado e Registrado nessa Secretaria em 24/08/2017.

Airtton Fabricio

Secretário Municipal de Administração e Gestão

LEI N. 1841, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 1841, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE DENOMINAÇÃO DE RUA MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - A rua “A”, do Área Industrial I, passa a denominar-se Rua Santo Sganzerla Sobrinho.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irani/SC, 24 de agosto de 2017.

Sivio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 24/08/2017

Airtton Fabricio

Secretário Municipal de Administração e Gestão

LEI N. 1842, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 1842, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DE PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS – FMP NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE IRANI

SIVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o Fundo Municipal de Pavimentação de Vias Públicas - FMP no âmbito do Município de Irani.

Art. 2º O Fundo Municipal de Pavimentação de Vias Públicas - FMP, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e

Urbanismo, tem por objetivo proporcionar recursos e meios para o desenvolvimento de projetos voltados à pavimentação de Vias Públicas Municipais, recuperação e conservação das já pavimentadas. Art. 3º O Fundo Municipal de Pavimentação de Vias Públicas - FMP, vinculado à Secretaria Municipal de Transportes, Obras e Urbanismo, será constituído pelos seguintes recursos:

I - dotações consignadas no orçamento municipal para obras de pavimentação;

II - recursos estaduais e federais para o desenvolvimento dos projetos de pavimentação de vias públicas;

III - recursos oriundos da celebração de acordos, contratos, consórcios e convênios;

IV - recursos oriundos da arrecadação de Contribuição de Melhorias, prevista no Código Tributário Municipal, ou oriundos de decisão judicial, de termos de ajuste de conduta ou similares;

V - recursos oriundos de operações de crédito realizadas para este fim;

VI - doações, auxílios, contribuições e legados que lhe venham a ser destinados;

VII - as rendas eventuais, inclusive as resultantes de depósitos e aplicação de capitais;

VIII - outros recursos que, por sua natureza, possam ser destinados ao FMP.

§ 1º As contas e os relatórios do Fundo Municipal de Pavimentação de Vias Públicas - FMP, serão submetidos à apreciação do Legislativo Municipal juntamente com a Prestação de Contas do Executivo.

§ 2º A aprovação das contas do Fundo Municipal de Pavimentação de Vias Públicas - FMP não exclui a fiscalização do Controle Interno do Município, do Poder Legislativo Municipal e do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Art. 4º Os recursos do Fundo Municipal de Pavimentação de Vias Públicas - FMP serão destinados a:

I - financiar projetos de Pavimentação de Vias Públicas;

II - atender às diretrizes e metas contempladas na legislação municipal que verse sobre a política de pavimentação e conservação de Vias Públicas Municipais;

III - adquirir equipamentos ou implementos necessários à pavimentação e conservação das vias públicas;

Parágrafo Único - Os órgãos técnicos e de planejamento do Município, com aprovação legislativa, poderão propor ao Poder Executivo a liberação dos recursos do Fundo Municipal de Pavimentação de Vias Públicas - FMP para atendimento de situações emergenciais e prioritárias.

Art. 5º Os responsáveis pelos projetos ou atividades beneficiados com recursos deste Fundo deverão prestar contas nos termos da legislação vigente.

Art. 6º As despesas decorrentes dessa Lei correrão por conta de dotações do orçamento vigente.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Irani/SC, 24 de agosto de 2017.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 24/08/2017

Airton Fabricio

Secretário Municipal de Administração e Gestão

14. 15. 16. 17. 18. 19. 20. 21. 22. 23. 24. 25. 26.

LEI N. 1843, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 1843 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE REAJUSTE SALARIAL AOS SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL DE IRANI.

SÍVIO ANTONIO LEMOS DAS NEVES, Prefeito de Irani, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Legislativo Municipal de Irani autorizado a conceder reajuste salarial aos servidores do Poder Legislativo Municipal de Irani, nos seguintes percentuais e datas:

I - 2% (dois por cento) em 01/08/2017

II - 2% (dois por cento) em 01/10/2017

Parágrafo único - O presente reajuste salarial não se aplica aos agentes políticos do Poder Legislativo Municipal de Irani.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagindo a 01/08/2017.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irani/SC, 24 de agosto de 2017.

Sívio Antonio Lemos das Neves

Prefeito

Registrado e Publicado nesta Secretaria em 24/08/2017

Airton Fabricio

Secretário Municipal de Administração e Gestão

Irineópolis

PREFEITURA

DECRETO N.º 3.264/2017

DECRETO Nº 3.264 DE 18 DE AGOSTO DE 2017.
EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 18 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2.020, á ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DO RIO VERMELHO, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.378.769/0001-97, com sede situada na Localidade do Rio Vermelho, Município de Irineópolis – SC, o uso de:

ü 01 IMÓVEL COM A ÁREA DE 1.056,71M2 (UM MIL, CINQUENTA E SEIS METROS E SETENTA E UM CENTÍMETROS QUADRADOS), E O PRÉDIO ONDE SE ENCONTRAVA EDIFICADA A ESCOLA ISOLADA DE RIO VERMELHO (HOJE EXTINTA) – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 3313;

ü 01 BOTIJÃO MVE CRIOGÊNICO PARA INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL - MODELO VOLTA 20 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 7113, Placa de Patrimônio n.º 6514;

ü 01 BATEDEIRA DE CEREAIS MODELO TR 385, TRITON, SERIE TR385/7540, FABRICAÇÃO 2011, MODELO 2012 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 9478;

ü 01 PLAINA TRASEIRA PL285 2,5M KOHLER, PL 1642 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10095;

ü 01 ROÇADEIRA COSTAL FS 220 COM FACA 3P – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10077.

Art. 2º - Os bens em referência deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Os bens relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos serem devolvidos ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2020.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 18 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3.266/2017

DECRETO Nº 3.266 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.
EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 21 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2.020, á ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SÃO SEBASTIÃO DO TIMBOZINHO, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 18.382.794/0001-60, com sede situada na Localidade de São Sebastião do Timbozinho, Município de Irineópolis – SC, o uso de:

ü 01 TERRENO RURAL MEDINDO 1.000 M/2, SITUADO NO LUGAR DENOMINADO TIMBÓZINHO, MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS(SC), ONDE ESTÁ EDIFICADA A ESCOLA ISOLADA SERRA TOKARSKI. REGISTRADO NO CARTÓRIO DE REGISTRO DE IMÓVEIS DA COMARCA DE PORTO UNIÃO (SC) SOB N. 6.997 EM DATA DE 05/12/2002 (HOJE EXTINTA) – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 4146;

ü 01 DISTRIBUIDOR DE CALCÁRIO E ADUBO CAPACIDADE 2500KG COM RODADO FIXO MARCA BUDNY ANO 2017 COR LARANJA SÉRIE 14203 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14281.

Art. 2º - Os bens em referência deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Os bens relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos serem devolvidos ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2020.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 21 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3.268/2017

DECRETO Nº 3.268 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 21 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2.020, á ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES COLINA VERDE DA COMUNIDADE DE SERRA CHATA, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 05.543.575/0001-74, com sede situada na Localidade de Serra Chata, Município de Irineópolis – SC, o uso de:

- ü 01 PLAINA TRASEIRA COM LARGURA MINIMA DE 2,30 MTS, MARCA TATU, MODELO PTL 2,30M – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 4705, Placa de Patrimônio n.º 4578;
- ü 01 DISTRIBUIDOR DE CALCARIO COM CAPACIDADE MINIMA 2.500 KG, ESTEIRA DE 50 CM MINIMO, COM RODAS E PNEUS 7.50X16, MARCA JUMIL, MODELO JM LD 2050TT – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 3978, Placa de Patrimônio n.º 4103;
- ü 01 FORRAGEIRA/ENSILADEIRA IBL - FE-308 C/ ALIMENTADOR C/CARDAM C/ACESSÓRIOS P/TRATOR ANO FAB. 2003, SERIE N. 129313/129314, MARCA IBL – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 3960, Placa de Patrimônio n.º 4104;
- ü 01 PLAINA TRASEIRA PL285 2,5M KOHLER, LT 1638 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10091;
- ü 01 ROÇADEIRA COSTAL FS 220 COM FACA 3P – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 10083.

Art. 2º - Os bens em referência deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Os bens relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos serem devolvidos ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2020.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 21 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3.270/2017

DECRETO Nº 3.270 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 22 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2.020, á COOPERATIVA DE ORGANIZAÇÃO, PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO SOLIDÁRIA DO PLANALTO NORTE – SC, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.375.640/0001-98, com sede situada na Rua Mato Grosso,

n.º 288, Sala 03, Município de Irineópolis – SC, o uso de:

- ü 01 VEÍCULO UTILITÁRIO NOVO MARCA FIAT, MODELO CAM. NOVA FIAT STRADA FIRE CC 1.4 FX, CHASSI 9BD27803A87037209, COMBUSTIVEL - ALCOOL E GASOLINA, COR VERMELHO ALPINE, FAB/MOD:07/08, RENAVAL 222415, MOTOR 7868186, PLACAS MFV 9859 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 6078;
- ü 08 PULVERIZADORES AGRÍCOLA KNAPIK COM TANQUE 20 LITROS – Cadastrados no Patrimônio sob o n.os 6104, 6105, 6106, 6107, 6108, 6109, 6110 e 6111;
- ü 01 CARRETA REBOQUE COR PRATA ABERTA 0,4 TON, ANO E MODELO 2010, FABRICAÇÃO 2010, CHASSI 9A9PRC6MCA1DK7002 - RI CARRECAR CK CG 699300 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 7441, Placa de Patrimônio n.º 6802.

Art. 2º - Os bens em referência deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Os bens relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos serem devolvidos ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2020.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissionário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 22 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 3.272/2017

DECRETO Nº 3.272 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

EMENTA: DISPÕE SOBRE PERMISSÃO DE USO.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o § 3º do Art. 98 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º - Fica permitido, a título precário e gratuito, pelo período de 23 de agosto de 2017 a 31 de dezembro de 2.020, á ASSOCIAÇÃO DE MORADORES E AGRICULTORES DE SÃO JOSÉ DO TIMBOZINHO, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 21.549.193/0001-04, com sede situada na Localidade de Timbózinho, Município de Irineópolis – SC, o uso de:

- ü 01 IMÓVEL RURAL ONDE ENCONTRA-SE EDIFICADO O POSTO DE SAÚDE NA LOCALIDADE DE SÃO JOSÉ DO TIMBOZINHO – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 3550;
- ü 01 DISTRIBUIDOR DE FERTILIZANTES JF SERIE BCBG 025302 – Cadastrado no Patrimônio sob o n.º 14041.

Art. 2º - Os bens em referência deverão ser utilizados pelo Permissionário, exclusivamente para consecução dos seus objetivos estatutários e institucionais.

Art. 3º - Os bens relacionados serão entregues ao Permissionário em perfeito estado de conservação, devendo os mesmos serem devolvidos ao Município em iguais condições, até o dia 31/12/2020.

Art. 4º - As demais condições constarão dos Termos de

Compromisso e Outorga de Permissão, a serem firmados pelo Permissãoário e pela Autoridade competente, junto a Secretaria Municipal de Administração desta Prefeitura.

Art. 5º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º - Revogam-se as disposições em contrário.

Irineópolis-SC, 23 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal

DECRETO Nº 3275/2017

DECRETO Nº 3.275/2017.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE VAGA E CONVOCAÇÃO DE CANDIDATO APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2015 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere a Lei Orgânica Municipal; e,

Considerando a realização do concurso público nº 001/2015 no qual houve candidatos aprovados, que constituem Cadastro de Reserva para os cargos de Auxiliar de Serviços Gerais II e Auxiliar Administrativo;

Considerando a necessidade de convocação de servidor para desenvolver as atividades dos cargos, na área da Educação e da Saúde;

Considerando ainda, o compromisso de prestação de um serviço público eficiente, em todos os órgãos da Administração Pública Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de 01 (uma) vaga no concurso público nº 001/2015 para o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais II e 01 (uma) vaga para o cargo de Auxiliar Administrativo e autorizado a CONVOCAÇÃO dos candidatos aprovados, de acordo com a ordem classificatória de aprovação, para fins de nomeação.

Art. 2º Os candidatos convocados deverão comprovar, no prazo legal, o cumprimento de todos os requisitos e exigências para o exercício do cargo.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

EXTRATO CONTRATO Nº 28/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 28/2017

Contratante: Fundo Municipal de Saúde de Irineópolis.

Contratada: Karin Jaqueline Wagner ME.

Objeto: REALIZAÇÃO DE PRÓTESES DENTÁRIAS, PARA PACIENTES USUÁRIOS DO SUS.

Vigência: 18.08.2017 a 17.08.2018

Base Legal – Processo Licitatório nº 17/2017 – Inexigibilidade nº. 07/2017

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 65/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 65/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Gregório e Pelisson Construções Ltda ME.

Objeto: CONSTRUÇÃO DE 06 (SEIS) SALAS DE AULA E 04 (QUATRO) BANHEIROS COM ÁREA TOTAL DE 610 M², NO NÚCLEO EDUCACIONAL GUILHERME BOSSOW COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA, CONFORME PROJETOS, MEMORIAL DESCRITIVO, CRONOGRAMA FÍSICO FINANCEIRO E PLANILHA ORÇAMENTARIA.

Valor total: R\$ 897.988,91 (oitocentos e noventa e sete mil novecentos e oitenta e oito reais e noventa e um centavos).

Vigência: 11.08.2017 a 10.04.2020

Base Legal – Processo Licitatório nº 34/2017 – Tomada de Preços nº 11/2017

Lei 8.666/93 consolidada

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 66/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 66/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Brunel Distribuidora de Brinquedos Ltda ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT DE LABORATÓRIO E CAMA INFANTIL PORTÁTIL COM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO.

Valor total: R\$ 24.280,00 (vinte e quatro mil duzentos e oitenta reais).

Vigência: 18.08.2017 a 17.08.2018

Base Legal – Processo Licitatório nº 39/2017 – Pregão Presencial nº. 20/2017

Lei 8.666/93 consolidada e Lei 10.520/02

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 67/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO Nº 67/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.

Contratada: Crescer Indústria e Comércio de Injetados Plásticos Eireli ME.

Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT DE LABORATÓRIO E CAMA INFANTIL PORTÁTIL COM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO.

Valor total: R\$ 14.910,00 (quatorze mil novecentos e dez reais).

Vigência: 18.08.2017 a 17.08.2018

Base Legal – Processo Licitatório nº 39/2017 – Pregão Presencial nº. 20/2017

Lei 8.666/93 consolidada e Lei 10.520/02

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATO Nº 68/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
ESTADO DE SANTA CATARINA
CONTRATO Nº 68/2017

Contratante: Prefeitura Municipal de Irineópolis.
Contratada: Distribuidora de Livros Aratiba Ltda.
Objeto: AQUISIÇÃO DE KIT DE LABORATÓRIO E CAMA INFANTIL PORTÁTIL COM ESTRUTURA DE ALUMÍNIO.
Valor total: R\$ 11.255,00 (onze mil duzentos e cinquenta e cinco reais).

Vigência: 18.08.2017 a 17.08.2018

Base Legal – Processo Licitatório nº 39/2017 – Pregão Presencial nº. 20/2017

Lei 8.666/93 consolidada e Lei 10.520/02

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 17/2017 FMS

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IRINEÓPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 17/2017

INEXIGIBILIDADE Nº. 07/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação da empresa: Karin Jaqueline Wagner ME.

Irineópolis, 18 de agosto de 2017.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 34/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 34/2017

TOMADA DE PREÇOS Nº. 11/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Gregório e Pelisson Construções Ltda ME.

Irineópolis, 11 de agosto de 2017.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

EXTRATO HOMOLOGAÇÃO Nº 39/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATORIO Nº. 39/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 20/2017

Expirado o prazo recursal, torna publico a HOMOLOGAÇÃO do processo licitatório em epigrafe e a adjudicação das empresas: Brunel Distribuidora de Brinquedos Ltda ME; Distribuidora de Livros Aratiba Ltda e Crescer Indústria e Comércio de Injetados Plásticos Eireli ME.

Irineópolis, 18 de agosto de 2017.

Juliano Pozzi Pereira

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 120/2017.

ALTERA O ANEXO I DA LEI COMPLEMENTAR Nº 011/2003, COM REDAÇÃO DADA PELA LC 021/2005 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte:

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º. Fica alterado o Anexo I da Lei Complementar nº 011/2003, com alteração dada pela lei complementar nº 021/2005, que institui o Sistema de Controle Interno, dispõe sobre sua estrutura, cria cargo e dá outras providências, que passa a vigorar com a seguinte redação:

| Denominação | Nº Cargos | Vencimento R\$ | Habilitação |
|--|-----------|----------------|--|
| Coordenador do Sistema de Controle Interno | 1 | 3.275,71 | <ul style="list-style-type: none"> Bacharel em Administração ou Ciências Contábeis; ou. Tecnologia em Gestão Pública; ou Curso Técnico em Administração ou Contabilidade. (Com registro no órgão fiscalizador do exercício profissional). |

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 24 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 121/2017

Lei Complementar Nº 121/2017.

“DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL ANUAL DOS SERVIDORES DO LEGISLATIVO MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDENCIAS”.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores de Irineópolis – SC apresentou, aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI COMPLEMENTAR:

Art. 1º - Fica o Legislativo Municipal autorizado a conceder aos Servidores do Poder Legislativo, Revisão Geral Anual (no período de 01-04-2016 a 31-03-2017) no percentual de 4,56% (quatro vírgula cinquenta e seis por cento), através do índice de correção aplicado pelo INPC do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, tendo como parâmetro os vencimentos vigentes no mês de março do corrente, com vigência partir de 01/04/2017;

Parágrafo único - A reposição prevista nesta Lei corrigirá as tabelas de vencimentos constantes da Lei Complementar nº 059/12 e alterações decorrentes, não sendo aplicada a correção aos cargos criados no ano de 2017 e que estão pendentes de preenchimento através de concurso público;

Art. 2º - O pagamento correspondente a reposição salarial se necessário poderá ser pago através de Folhas Complementares;

Art. 3º - Fica o Departamento de Recursos Humanos autorizado a proceder as respectivas anotações para a concessão dos benefícios previstos nesta Lei;

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as demais disposições em contrário.
Irineópolis-SC, 24 de agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 292/2017

PORTARIA Nº. 292/2017.

PRORROGA CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDORA ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica Municipal e no disposto no Título II – Capítulo III seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art 1st - PRORROGAR até a data de 13/11/2017, os efeitos da Portaria 264/2017 de 24/07/2017, que dispõe sobre a contratação em caráter Temporário da servidora ELIANE BOSSOW, nascida em 21/03/1978, portadora do CPF nº. 899.080.749-20 RG nº 3.791.272 SESP/SC, para exercer as atividades de Atendente de Consultório Dentário (40h/sem), visando o atendimento em caráter temporário e excepcional na área da saúde, atuando em substituição a servidora PATRICIA SENN, em gozo de Licença Maternidade.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 22 de Agosto de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 293/2017

PORTARIA Nº. 293/2017.

CONCEDE GOZO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em conformidade com a Lei Complementar nº 01/97, de 30/12/1997 e demais legislação pertinente,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder férias regulamentares aos servidores abaixo relacionados:

| NOME | Período de Férias |
|----------------------------------|-------------------|
| ADIR JOSE GEVIESKI | 01 à 30/09/2017 |
| ANGELITA NIGRIN | 01 à 30/09/2017 |
| DANIELA APARECIDA FRITZEN RANDIG | 04 à 18/09/2017 |
| DENILSON DA ROCHA | 01 à 30/09/2017 |
| FERNANDA ELI SUCKOW CARDOSO | 15 à 29 /09/2017 |
| JOÃO PEDRO DA SILVA RESENE | 01 à 30/09/2017 |
| LEIDE DAIANA BAY | 01 à 15/09/2017 |
| MARCELA ADELEVA CIARINI | 06 à 05/10/2017 |
| MICHELI DE FATIMA DRABIK | 01 à 30/09/2017 |

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis (SC), 23 de Agosto de 2017.
JULIANO POZZI PEREIRA
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 294/2017

PORTARIA Nº 294/2016.

"CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA À SERVIDORA EFETIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito Municipal de Irineópolis em Exercício, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo item VII, do artigo 65 da Lei Orgânica e no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar nº 007/2001 de 15/10/2001, consoante o disposto no art. 112 da LC 01/97, de 30/12/1997,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Licença por Motivo de Doença em Pessoa da Família, à servidora efetiva CASSIANA LAÍS BRAND, no período de 23/08/2017 a 14/09/2017, de acordo com as condições previstas na LC 01/97 de 30/12/1997.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 23 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 295/2017

PORTARIA Nº 295/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

DISPÕE SOBRE JULGAMENTO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JULIANO POZZI PEREIRA, Prefeito do Município de Irineópolis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas prerrogativas legais, na forma das disposições contidas da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o processo instaurado pela Portaria nº 149/2017, de 18 de Abril de 2017;

CONSIDERANDO que no processo administrativo disciplinar, instaurado pela Portaria nº 149/2017, percebe-se que fora garantida a ampla defesa e o contraditório ao empregado indiciado;

CONSIDERANDO o constatado pela comissão processante nomeada pela referida Portaria;

CONSIDERANDO o parecer jurídico constante do referido processo;

CONSIDERANDO o exercício das atribuições e funções que são inerentes ao cargo de Prefeito Municipal de Irineópolis;

CONSIDERANDO a necessidade, isto é, a obrigação que essa Autoridade Municipal tem no sentido de apresentar uma conclusão para o Procedimento Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria nº 149/2017;

CONSIDERANDO o julgamento final datado de 21 de Agosto de 2017, no qual restou demonstrado, detalhadamente, todos os motivos e fundamentos que levaram o Chefe do Executivo a tomar tal decisão;

CONSIDERANDO os princípios constitucionalmente estipulados, que norteiam a Administração Pública em todas as suas esferas de atuação;

CONSIDERANDO o que mais dos autos consta;

RESOLVE:

Art. 1º Enquadrar o Empregado Público Senhor EDER MAURICIO SENN, como incurso nas hipóteses tipificadas no artigo 482, alínea "d" da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Art. 2º Em razão do disposto no artigo anterior, aplicar ao Senhor EDER MAURICIO SENN, a penalidade de rescisão contratual do Serviço Público Municipal, nos exatos termos do que determina o artigo 482, alínea "d" da CLT.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, em 23 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 296/2017

PORTARIA N.º 296/2017.

Designa membros para compor o Núcleo de Educação Permanente em Saúde e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe conferem os itens VII e IX, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e no que dispõe o artigo 105, inciso II da Lei Complementar n.º 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE:

Art. 1º. DESIGNAR as servidoras relacionadas a seguir, para compor o Núcleo de Educação Permanente em Saúde, com a finalidade da transformação das práticas profissionais e organização do trabalho, baseado em um processo pedagógico, que contempla aquisição/atualização de conhecimentos e habilidades:

- I. Ariadne Barbosa Rodrigues;
- II. Cristiane Kruger;
- III. Daniela Aparecida Fritzen Randing;
- IV. Claudia Heloisa Kuchla;
- V. Angelita Nigrin;
- VI. Giliandra de Cássia Brand.

Art. 2º. Os membros ora designados são responsáveis pela elaboração de programa de ações em saúde e seu gerenciamento, zelando pelo bom cumprimento das atividades desenvolvidas pelos servidores da Saúde na Atenção Básica, SAMU e Hospitalar.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Fica revogada a Portaria nº 137/2017 e demais disposições em contrário.

Irineópolis (SC), 24 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 297/2017

PORTARIA N.º 297/2017.

“DESIGNA SERVIDOR PARA RESPONDER PELA CONTABILIDADE DO FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS, DE IRINEÓPOLIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

O Prefeito Municipal de Irineópolis, cidadão JULIANO POZZI PEREIRA, usando da competência que lhe confere o item VII, do artigo 65, da Lei Orgânica Municipal e amparado no que dispõe o Título II, Capítulo III, Seção I, Artigo 105, Inciso II, da Lei Complementar n.º. 007/2001, de 15/10/2001,

RESOLVE :

Art. 1º - Designar SUZANE FURHMANN, nascida em 02/03/1989, portadora do CPF nº 067.889.239-30, RG nº 5.452.770-8 SESP/SC, servidora pública Municipal no cargo efetivo de Contadora, inscrita no CRC/SC nº SC-037338/O-4, para responder pela Contabilidade do Fundo Municipal da Saúde – FMS de Irineópolis, CNPJ nº 06.089.125/0001-16.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Irineópolis, 24 de Agosto de 2017.

JULIANO POZZI PEREIRA

Prefeito Municipal.

HOSPITAL Bom Jesus**PROCESSO LICITATÓRIO 05/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 02/2017**

HOSPITAL MUNICIPAL BOM JESUS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 05/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 02/2017

O hospital Municipal Bom Jesus de Irineópolis, torna público para conhecimento dos interessados que realizará no dia 06 de setembro de 2017, às 09:00 horas, Processo Licitatório na Modalidade de Pregão Presencial com critério de adjudicação MENOR PREÇO GLOBAL, de acordo com a Lei nº 10.520/02, visando a contratação de empresa para prestação de serviços de fornecimento de vale alimentação em forma de cartão magnético / eletrônico com chip de segurança para os funcionários do Hospital Municipal Bom Jesus. O Edital de Licitação encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Compras e Licitações, no horário das 08:00 às 12:00 e das 13:00 às 17:00 hrs, sito a Rua Paraná, 168, Centro - -Irineópolis – SC, fone (47) 3625 1122 e no site www.irineopolis.sc.gov.br

WIANEY DE CÁSSIA DE OLIVEIRA GODOY TELES DOS SANTOS

Presidente HMBJ

Irineópolis, 24 de setembro de 2017.

Itá

PREFEITURA

DECRETO N. 033/2017

DECRETO nº 033, DE 23 DE MAIO DE 2017.

Dispõe sobre a REESTRUTURAÇÃO dos membros do Conselho Municipal de Desenvolvimento ECONÔMICO - CMDE e dá outras providências.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições e de conformidade com o que dispõe o artigo 69, inciso VII da Lei Orgânica do Município, e Lei Municipal nº 2.299 de 04 de dezembro de 2013.

DECRETA:

Art. 1º - Ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico – CMDE do Município de Itá, nos termos dos Artigos 9º e 10 da Lei Municipal nº 2.299 de 04 de dezembro de 2013, para mandato de dois anos, a contar desta data, cuja composição será a seguinte:

I – 04 (quatro) representantes do Poder Público Municipal:

Titulares: - Altir Pedro Goedert

- Elton José Thomas

- Marta Inês Bender Sartoretto

- Jair Francisco Moschetta

Suplentes: - Leocir Haach

- Julcimar Zotti

- Nereo Norberto Rostirolla

- Ana Carla Porn da Silva

II – 01 (um) representante do Poder Legislativo Municipal:

Titular: Silvane Maria Bergamaschi Prigol

Suplente: Adeliane Jacira Betto

III – 01 (um) representante das Associações de Bairros/Moradores:

Titular: Gelson Richter

Suplente: Rafael Taffarel

IV – 01 (um) representante do Sindicato dos Trabalhadores na Agricultura Familiar:

Titular: Claudio Schons

Suplente: Lauri Paulo Andriolli

V – 01 (um) representante dos Clubes de Serviços e Voluntários:

Titular: Paula Mara Sartoretto

Suplente: Greici Keli Scheuble

VI - 01 (um) representante da OAB:

Titular: Moacir Roberto Sartoretto

Suplente: Marcos Antônio Hall

VII - 01 (um) representante das Instituições de Ensino estabelecidas no município:

Titular: Raquel Maria Bohrer

Suplente: Emanuela Cristina Sartoretto

VIII – 01 (um) representante da ACITA – Associação Comercial e Industrial de Itá:

Titular: Jucinei Lugarini

Suplente: Lauri Bernardo Simon

IX - 01 (um) representante da Indústria Familiar Rural de Itá:

Titular: Nilo Brandt

Suplente: Marli de Oliveira

X - 01 (um) representante do Núcleo de Criadores de Suínos de Itá:

Titular: Valdecir Adelar Stentzler

Suplente: Neuro Bach

XI - 01 (um) representante dos Engenheiros Civis e Arquitetos:

Titular: Milton Aureo Martiori

Suplente: Tiago Ismael Hartmann Caneppele

XII – 01 (um) representante dos Contadores estabelecidos em Itá:

Titular: Nilo José De Barba

Suplente: Jaime Bonatto

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 037, de 11 de abril de 2016.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá, SC 23 de maio de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

DECRETO N. 060/2017

Decreto nº 060, de 23 de Agosto de 2017.

“Designa Gestor dos Fundos de Assistência Social, Fundo de Habitação e de Interesse Social, Fundo do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência e dá outras providências”.

JAIRO LUIZ SARTORETTO, Prefeito Municipal de Itá-SC, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas em Lei, e de conformidade com o art. 70 c/c o art. 69, Incisos VII, IX, XV e XXIV da Lei Orgânica Municipal;

DECRETA:

Art. 1º Fica designado o Servidor ANDRIANO PAULO STADTLOBER, Secretário Municipal de Assistência Social, como GESTOR do Fundo de Assistência Social e do Fundo de Habitação de Interesse Social, Fundo do Idoso e Fundo da Infância e Adolescência.

Art. 2º Fica delegado ao Servidor descrito no art. 1º, a competência para autorizar e efetuar, em conjunto com a servidora responsável pela tesouraria do Município, Senhora MARIA ELENA CARLESSO, os seguintes atos relativos aos Fundos Municipais descritos no art. 1º:

I - Assinar a documentação necessária para efetivação dos pagamentos, cheques, ordens de pagamentos e demais movimentações financeiras junto a instituições bancárias;

II - Representar o Município em todos os atos necessários para os pagamentos mencionados neste Decreto junto às instituições bancárias.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, em especial os Decretos nºs 062/2016 e 069/2016 e 008/2017.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itá –SC, 23 de Agosto de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado na Secretaria Administrativa na Data Supra.

NEREO NORBERTO ROSTIROLLA
Secretário de Administração e Fazenda

EDITAL DE CONVOCAÇÃO 022 - PROCESSO SELETIVO 001/2016

Edital 022 do Processo Seletivo 001/2016
CONVOCAÇÃO

Fica convocada a Agente Comunitária de Saúde classificada no presente Processo Seletivo, para comparecer no dia 25/08/2017 na Secretaria Municipal de Saúde as 13:30 hs.

Agente Comunitário de Saúde

| Nome | Assinatura |
|---------------------------|------------|
| LENICE MERTINS MICHAELSEN | |

ITÁ 24 de agosto de 2017
JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal

EXTRATO CONTRATOS FAPPAM

Contrato Nº.: 1/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: ESPAÇO SAUDE SERVIÇOS MÉDICOS LTDA ME
Vigência : Início: 05/07/2017 Término: 04/07/2019
Objeto : serviços especializados em saúde em nível de Consulta médica ambulatorial.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 2/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: ALTERNATIVA CLINICA DE FISIOTERAPIA EIRELI
Vigência : Início: 10/07/2017 Término: 09/07/2019
Objeto : Sessão de fisioterapia, RPG e Osteopatia.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 3/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS LABVITA LTDA ME
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 09/08/2019
Objeto : Exames Laboratoriais.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 4/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: MARLI TERESINHA BARBIERI ANDREIS
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 09/08/2019
Objeto : Psicologia.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 5/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: IZABEL CRISTINA CLINICA MEDICA LTDA ME
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 09/08/2019
Objeto : Consulta médica ambulatorial.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 6/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: CONSULTORIO BARZOTTO LTDA ME
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 09/08/2019
Objeto : Consulta médica ambulatorial.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 7/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: BENEFICIÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO PEDRO
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 09/08/2019
Objeto : Raio X e Internações e Serviços Hospitalares.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 8/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: BENEFICIÊNCIA CAMILIANA DO SUL - HOSPITAL SÃO FRANCISCO
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 09/08/2019
Objeto : Exames Ultrassom, Exames Doppler, Exames Biópsia, Ecocardiograma, Mamografia/Densitometria, Raio X Contrastado, Tomografia, Angiotomografia, Ressonância, Raio X, Psicologia, Fisioterapia, Consultas Ambulatoriais, Patologia, Internações e Serviços Hospitalares, Exames Laboratoriais.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 9/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: CLINIK - CLINICA DE FISIOTERAPIA LTDA ME
Vigência : Início: 10/08/2017 Término: 09/08/2019
Objeto : Fisioterapia.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 10/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: STUMPF CLINICA MEDICA LTDA
Vigência : Início: 11/08/2017 Término: 10/08/2019
Objeto : Consultas Ambulatoriais, Taxa peq. procedimento médico-01 fio e Taxa Gr. Procedimento médico -02 fio
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 11/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: STUMPF & CIA LTDA ME
Vigência : Início: 11/08/2017 Término: 10/08/2019
Objeto : Exames Laboratoriais.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

Contrato Nº.: 12/2017

Contratante.: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE DO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL DE ITÁ - FAPPAM
Contratada....: CLINICA DE SAUDE VISUAL LTDA ME
Vigência : Início: 16/08/2017 Término: 15/08/2019
Objeto : Consultas de optometria.
JAIR FRANCISCO MOSCHETTA - GESTOR

EXTRATOS DE ATAS 53 A 55 E ADITIVOS

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 053/2017, PL 046/2017

PARTES: Município de Itá e Dirceu Luís Rhoden ME.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 027/2017

OBJETO: Aquisição de gás cozinha.

ITENS: 01 e 02

VALOR: R\$ 33.000,00 (trinta e três mil reais)

VIGÊNCIA: Início: 18/07/2017 Término: 17/07/2018
Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 054/2017, PL 047/2017

PARTES: Município de Itá e Pavimáquinas Comércio de Peças e Serviços Ltda.

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 028/2017.

OBJETO: Manutenção preventiva e corretiva, com a eventual aplicação e fornecimento de peças e acessórios, da frota de máquinas pesadas do município.

LOTES: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08 e 09

VALOR DESCONTO: Lotes 01, 02, 04 e 09 - 20% MO e Peças, Lote 03 – 25% MO e Peças, Lote 05 e 07 – 22,5% MO e Peças, Lote 06 e 08 – 30% MO e Peças.

VIGÊNCIA: Início: 26/07/2017 Término: 25/07/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

EXTRATO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 055/2017, PL 048/2017

PARTES: Município de Itá e MK Terraplenagem Ltda ME

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 29/2017

OBJETO: contratação de 300 horas de retroescavadeira e 300 horas de escavadeira hidráulica.

ITENS: 01 e 02.

VALOR: R\$ 85.350,00 (oitenta e cinco mil trezentos e cinquenta reais)

VIGÊNCIA: Início: 04/08/2017 Término: 03/08/2018

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

8º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 074/2016, PL 086/2016

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 043/2016

OBJETO: Redução do valor da gasolina comum

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,93 (três reais e noventa e três centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 25/07/2017 Término: 31/12/2017

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

5º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 075/2016, PL 086/2016

PARTES: Município de Itá e Abastecedora de Combustíveis Servico Ltda

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 043/2016

OBJETO: Redução no valor do Óleo Diesel comum

VALOR REAJUSTADO: R\$ 2,96 (dois reais e noventa e seis centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 27/07/2017 Término: 31/12/2017

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

9º ADITIVO DA ATA REGISTRO DE PREÇOS No 074/2016, PL 086/2016

PARTES: Município de Itá e Cooperativa de Produção e Consumo Concórdia

ORIGEM: Pregão Presencial para Registro de Preço nº 043/2016

OBJETO: Redução do valor da óleo diesel S10

VALOR REAJUSTADO: R\$ 3,11 (três reais e onze centavos) por litro;

VIGÊNCIA: Início: 03/08/2017 Término: 31/12/2017

Jairo Luiz Sartoretto – Prefeito Municipal

Itapiranga

PREFEITURA

AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO Nº 156/2017

MUNICIPIO DE ITAPIRANGA - SC
AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 156/2017

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM.

FICA REVOGADO O PRESENTE PROCESSO LICITATÓRIO, EM CONFORMIDADE COM O ITEM 20.5, ALÍNEA "B", DO EDITAL CONVOCATÓRIO, EM VIRTUDE DA NECESSIDADE DE READEQUAÇÃO DO OBJETO, PARA QUE OS SERVIÇOS CONTRATADOS ATENDAM DA MELHOR FORMA AO INTERESSE PÚBLICO.

ITAPIRANGA, SC, 24 DE AGOSTO DE 2017.

JORGE WELTER

PREFEITO MUNICIPAL

Itapoá

PREFEITURA

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 072/2017.

TERMO DE CONVOCAÇÃO Nº 072

Processo: Concurso Público – Edital nº 050/2015

Marlon Roberto Neuber – Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, CONVOCA o(s) candidato(s) abaixo relacionado(s), para comparecer(em) no Departamento de Recursos Humanos na sede da Prefeitura, no prazo de 05 dias contados do recebimento da convocação, a fim de manifestar interesse pela nomeação mediante apresentação dos documentos exigidos no Edital e específicos para esta fase do processo:

| CARGO | CANDIDATO | INSCRIÇÃO | CLASS. |
|---|-------------------|-----------|--------|
| Mecânico de Veículos e Máquinas Pesadas | Vicente do Passos | 410000047 | 01 |

Itapoá – SC, 24 de agosto de 2017

MARLON ROBERTO NEUBER

Prefeito Municipal

Ituporanga

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE CONTRATO PROCESSO Nº 36/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2017

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ITUPORANGA

CONTRATADA: CLARO S/A, CNPJ 40.432.544/0001-47 R\$ 245.887,20 (duzentos e quarenta e cinco mil oitocentos e oitenta e sete reais e vinte centavos), OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS CONTINUADO DE TELEFONIA MÓVEL PARA 48 MESES, PLANO PÓS-PAGO CONTEMPLANDO LIGAÇÕES LOCAIS E LONGA DISTÂNCIA PARA TELEFONES MÓVEIS E FIXOS DE QUALQUER OPERADORA E ACESSO INTERNET, SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DAS LINHAS, SENDO 50 LINHAS DE TELEFONIA MÓVEL COM NO MÍNIMO TECNOLOGIA 3G COM DISPONIBILIZAÇÃO DE 50 (CINQUENTA) APARELHOS SMARTPHONE EM REGIME DE COMODATO, OFERECENDO SERVIÇOS DE LIGAÇÕES LOCAIS, LIGAÇÕES DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL ALÉM DE MENSAGENS DE TEXTO PACOTES DE DADOS PARA ACESSO Á INTERNET E ROAMING PARA ATENDER ÀS NECESSIDADES DA PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA, CONFORME CONDIÇÕES, QUANTIDADES E EXIGÊNCIAS ESTABELECIDAS NESTE INSTRUMENTO E SEUS ANEXOS. Data da assinatura: 06 de julho de 2017 – Osni Francisco de Fragas – Prefeito do Município

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 07/2017/PMI SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ATRÁVES DE PERMISSÃO ONEROSA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS COM EXCLUSIVIDADE DA FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA/SC

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

Modalidade: DISPENSA DE LICITAÇÃO nº. 07/2017

Processo: 62/2017

A Prefeitura do Município de Ituporanga - SC, para dar cumprimento ao princípio da publicidade dos Atos Oficiais, torna público nos termos do art. 24 Inciso VIII da Lei Federal 8.666/93 que formalizou, Dispensa de Licitação nº 07/2017, Processo nº.62/2017. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITUPORANGA. Contratada: CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, CNPJ 00.360.305/0001-04. Objeto: SELEÇÃO DE INSTITUIÇÃO FINANCEIRA, ATRÁVES DE PERMISSÃO ONEROSA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS BANCÁRIOS COM EXCLUSIVIDADE DA FOLHA DE PAGAMENTOS DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E PENSIONISTAS DO MUNICÍPIO DE ITUPORANGA PELO PERÍODO DE 60 (SESSENTA) MESES. Valor total R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais). Ituporanga, 25 de agosto de 2017. OSNI FRANCISCO DE FRAGAS - Prefeito do Município

Jaborá

PREFEITURA

EXTRATO DO ADITIVO DO CONTRATO Nº 92/2016

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO ADITIVO DE ACRÉSCIMO DE CONTRATO

Município de Jaborá

Modalidade de Licitação: Tomada de preço 01/2016

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 12/2016

Contrato Administrativo nº: 92/2016.

Objeto: Contratação de empresa especializada para execução da iluminação do estádio municipal Irineu Bornhausen, conforme memorial, projetos, planilhas orçamentária e cronograma físico financeiro constante no anexo I do presente edital.

Valor: 25% do valor inicial do contrato correspondente a 10.430,00.

Vigência: Vigorando a partir do dia 24 do mês de agosto de 2017.

Contratantes: Município de Jaborá

Contratada: OUROLUZ PRODUTOS E SOLUÇÕES ELETRICOS LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob nº 01.627.484/0001-66,

Jaborá, SC, 24 de Agosto de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

EXTRATO DO CONTRATO Nº 148/2017

MUNICÍPIO DE JABORÁ – ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO

Município de Jaborá.

Modalidade de Licitação: Pregão Presencial nº 23/2017

Fundamento Legal: Lei n. 8666/93, atualizada pela Lei n. 8883/94.

Processo de Licitação Nº: 35/2017.

Contrato Administrativo nº: 148/2017.

Objeto: CONTRATAÇÃO EVENTUAL E FUTURA DE EMPRESA PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DE ARBITRAGEM PARA O CAMPEONATO ESPORTIVO DE FUTEBOL SUÍÇO (FUTEBOL 7) EDIÇÃO 2017- FUTEBOL AMADOR, PROMOVIDO PELA COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTES (CME) DO MUNICÍPIO DE JABORÁ, SC.

Valor: R\$ 17.100,00 (Dezessete mil e cem reais).

Vigência: 31/12/2017.

Contratantes: Município de Jaborá.

Contratada: ASSOCIAÇÃO RECREATIVA DE ÁRBITROS DP MEIO OESTE CATARINENSE, inscrita no CNPJ sob o nº 09.107.081/0001-06.

Jaborá, SC, 24 de Agosto de 2017.

Kleber Mércio Nora

Prefeito Municipal

Jacinto Machado

PREFEITURA

DECRETO N. 009, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO N. 009, DE 10 DE AGOSTO DE 2017.

O Diretor do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jacinto Machado – SAMAE, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o disposto no artigo 1º da Lei Municipal n. 143/1997, combinado com o artigo 202 da Lei Municipal n. 245/2000, bem como a Lei Municipal n. 837/2017, que Reestrutura o Plano de Cargos e o Quadro de Funções Gratificadas do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE e dá outras providências,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão Responsável do Processo Seletivo Simplificado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jacinto Machado/SC, conforme segue:

Presidente: ALICE APARECIDA DE JESUS;

Secretário: CARMEM LUCIA WEIS RECCO;

Membro: JAISON PINHEIRO DA SILVA.

Art. 2º - A Comissão Responsável do Processo Seletivo Simplificado do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto – SAMAE de Jacinto Machado/SC, é soberana e com total autonomia para deliberar sobre todos os aspectos previstos ou não no Processo Seletivo Simplificado n. 001/2017, promover a realização das avaliações e emitir julgamento mediante a atribuição de notas.

Art. 3º - Os serviços desta comissão serão considerados de caráter relevante, não sendo atribuído qualquer direito ou obrigação social e trabalhista.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Jacinto Machado/SC, 10 de Agosto de 2017.

LAUDIR POSSAMAI

Diretor do SAMAE

Publicada e registrada nesta Autarquia na data supra.

Jaraguá do Sul

PREFEITURA

DECRETO Nº 11.503/2017

D E C R E T O Nº 11.503/2017

Institui a Certidão Negativa, Positiva Com Efeito Negativo e Positiva de Débitos Imobiliário e de Contribuinte pela Internet, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas, com amparo na Lei Orgânica do Município de Jaraguá do Sul, na Lei Complementar Municipal Nº 001/1993, e demais normas que regem a matéria;

DECRETA :

Art.1º A prova da situação fiscal perante a Fazenda Municipal será efetuada mediante Certidão expedida pelo órgão responsável pela Administração Fazendária, conforme estabelecido na Lei de Estrutura Administrativa.

Parágrafo único. O direito de obter a Certidão é assegurado ao contribuinte, independente do pagamento de qualquer taxa.

Art.2º Fica instituída a Certidão Negativa, Positiva com Efeito Negativo e Positiva de Débitos Imobiliário e de Contribuinte pela Internet.

§1º Para emissão da Certidão Negativa de Débitos Municipais via web, o contribuinte deverá acessar Serviços e Cidadão Web no site da Prefeitura de Jaraguá do Sul <http://www.jaraguadosul.sc.gov.br/>, escolher o tipo da Certidão, inserir o CNPJ/MF, CPF ou a inscrição imobiliária para certidões que tiverem como objeto imóvel cadastrado no Município.

§2º A Certidão Negativa de Débitos terá validade de 30 (trinta) dias contados da data de sua emissão.

§3º Caso ocorra a não emissão por divergências cadastrais ou a falta das mesmas, o contribuinte deve solicitar a atualização cadastral junto à Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Art.3º As Certidões se apresentam nas seguintes modalidades:

I - Certidão Negativa de Débitos Municipais - Geral, que certifica a inexistência de débitos em nome do contribuinte, com base em todos os registros cadastrais;

II - Certidão Positiva de Débitos Municipais com Efeito de Negativa - Geral, certificando que o contribuinte possui débito não vencido ou vencido com exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, da Lei Federal Nº 5.172/1966 (CTN), ou vencido com exigibilidade suspensa por não atingir valor mínimo, nos termos do artigo 36, §§ 1º e 2º, da Lei Complementar Municipal Nº 35/2003, de 23/12/2003, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 153/2014, de 29/10/2014, ou com garantia por penhora em processos de execução fiscal, com base em todos os registros cadastrais;

III - Certidão Positiva de Débitos Municipais, certificando haver contra o contribuinte pendências relativas a débitos lançados e vencidos e irregularidades quanto ao cumprimento de obrigações acessórias, ou, ainda, pendências cadastrais;

IV - Certidão Negativa de Débitos Municipais - Imóvel, que declarará regularidade do imóvel urbano e/ou rural, objeto da Certidão, para fins exclusivos de comprovação de quitação de débitos municipais relativos à propriedade imobiliária;

V - Certidão Positiva de Débitos Municipais com Efeito de Negativa - Imóvel, certificando que o contribuinte possui débito não vencido ou vencido com exigibilidade suspensa, nos termos do artigo 151, da Lei Federal Nº 5.172/1966 (CTN), ou com garantia por penhora em processos de execução fiscal, com base no registro cadastral do imóvel objeto da Certidão;

VI - Certidão Positiva de Débitos Municipais de Imóvel, certificando haver contra o contribuinte pendências relativas a débitos lançados e vencidos, relativas ao imóvel objeto da Certidão.

Art.4º Para a regularização, em caso de Certidão Positiva, o contribuinte deverá comparecer ao Setor de Tributação/Fiscalização da Prefeitura de Jaraguá do Sul para regularizar as pendências ou comprovar a quitação, mediante a apresentação do Documento de Arrecadação Municipal (DAM) ou cumprimento das obrigações acessórias.

Parágrafo único. O extrato de débitos poderá ser acessado no site da Prefeitura de Jaraguá do Sul mediante a solicitação de senha de acesso ou no atendimento presencial:

a) se pessoa física, pessoalmente, por terceiro interessado ou por procurador com poderes para a prática desse ato;

b) se pessoa jurídica, pelo responsável, por seu preposto perante o referido cadastro, pelo sócio, pelo administrador, por terceiro interessado ou procurador, com poderes para a prática desse ato.

Art.5º Casos que houverem débitos com exigibilidade suspensa, por haver parcelamento junto ao Simples Nacional, a Certidão deverá ser solicitada por meio de Protocolo.

§1º O requerimento deverá ser preenchido e junto a ele apresentada a Guia de Adesão ao Parcelamento do Simples Nacional e Extrato dos Débitos Consolidados (ou Documento de Arrecadação de Simples Nacional - DAS), cuja regularidade será validada pela Fiscalização Tributária.

§2º A Certidão será emitida no prazo máximo de 10 (dez) dias contados do 1º dia útil subsequente ao protocolo do requerimento.

Art.6º A apresentação de Certidão Negativa de Contribuinte - Geral não é válida para a transferência de titularidade de imóvel no Município de Jaraguá do Sul, devendo ser apresentada Certidão específica do imóvel (Certidão Negativa de Débitos - Imóvel).

Parágrafo único. Para fins de inventário deve ser apresentada a Certidão Negativa de Contribuinte - Geral juntamente com a Certidão Negativa de Débitos - Imóvel, se houver imóvel em propriedade do "de cujus".

Art.7º A emissão de Certidão Negativa não exclui o direito de a Fazenda Municipal cobrar qualquer débito que venha a ser apurado dentro do seu período de validade, obedecendo os prazos previstos em Lei.

Art.8º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 10/08/2017, revogados os Decretos Municipais Nºs 9.584/2013, de 04/10/2013, e 11.452/2017, de 17/07/2017.

Jaraguá do Sul, 22 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.504/2017

D E C R E T O Nº 11.504/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.440/2017, de 23 de agosto de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.122.03004.100 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.342 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

39.01.13.392.11004.103 - Realização e Apoio às Iniciativas Culturais, Festivais,

Feiras e Festas Culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.361 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.122.03004.000 - Manutenção das Atividades Administrativas - Desporto

e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.399 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

39.04.27.811.10024.006 - Suporte às Modalidades de Rendimento

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.413 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.533 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.306.03502.111 - Alimentação Escolar e Avaliação Nutricional dos Alunos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.100 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.306.03512.119 - Alimentação Escolar e Avaliação Nutricional dos Alunos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.132 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.505/2017

D E C R E T O Nº 11.505/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.441/2017, de 23 de agosto de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.128.07502.670 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.26 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

15.01.10.301.07542.680 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.46 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

15.01.10.301.07542.681 - Manutenção dos serviços de atendimento

especial - SATE - ASSFAR

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.47 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 145.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07530.651 - Transferência de recursos financeiros a entidades - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.66 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 145.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.506/2017

D E C R E T O Nº 11.506/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.442/2017, de 23 de agosto de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:
33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO
33.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.01.15.122.03002.201 - Manutenção das Atividades Administrativas da

Secretaria do Urbanismo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.01.261 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.300,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.01.262 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

33.03 - PROJETOS

33.03.15.122.03002.202 - Manutenção das Atividades Administrativas

de Projetos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.03.299 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.200,00

33.04 - DESENVOLVIMENTO URBANO

33.04.15.122.03002.204 - Manutenção das Atividades Administrativas

do Cadastro Técnico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.04.302 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Câmara Municipal, a saber:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01.01.122.01002.001 - Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

01.01.3 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.507/2017

D E C R E T O Nº 11.507/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base na Lei Municipal Nº 7.443/2017, de 23 de agosto de 2017,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.01.12.362.03002.102 - Concessão de bolsa/estágio para alunos do ensino médio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.01.96 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

08.01.12.364.03002.103 - Concessão de bolsa/estágio para alunos do ensino superior

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.01.97 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 470.000,00

TOTAL R\$ 497.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03012.127 - Pagamento dos servidores do Ensino Fundamental

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.02.102 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 497.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.508/2017

D E C R E T O Nº 11.508/2017

Abre Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no artigo 5º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito suplementar, no valor de R\$ 230.000,00 (Duzentos e trinta mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS); e da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.305.07522.668 - Manutenção do programa de vigilância em saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.149 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 200.000,00

28 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE

28.01 - FUNDAÇÃO JARAGUAENSE DE MEIO AMBIENTE

28.01.18.122.03004.150 - Manutenção das atividades administrativas - Fujama

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

28.01.19 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 230.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução do presente Decreto correm por conta do "Superavit Financeiro" apurado no Balanço Patrimonial pela diferença positiva entre o Ativo e o Passivo do exercício de 2016, do Fundo Municipal de Saúde (FMS), proveniente dos recursos vinculados à Vigilância Saúde - Epidemiologia, no valor de R\$ 200.000,00 (Duzentos mil reais); e da Fundação Jaraguense de Meio Ambiente (Fujama), proveniente dos recursos vinculados aos Recursos Arrecadados pela Fujama, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.509/2017

D E C R E T O Nº 11.509/2017

Abre Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço de Crédito Especial, Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, Mediante a Anulação de Despesa da Mesma Categoria de Programação, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e com base no inciso IX, do artigo 6º, da Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09 de dezembro de 2016, e no inciso VI, do artigo 167, da Constituição Federal,

DECRETA :

Art.1º Fica aberto crédito adicional, no valor de R\$ 28.000,00 (Vinte e oito mil reais), para reforço de crédito especial do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:
39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.04 - ESPORTE E LAZER
39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos
4.4.00 - INVESTIMENTOS
39.04.524 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art.2º A despesa decorrente da execução do presente Decreto corre por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER
39.04 - ESPORTE E LAZER
39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos
3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES
39.04.523 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 28.000,00

Art.3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

DECRETO Nº 11.510/2017

D E C R E T O Nº 11.510/2017

Declara de Utilidade Pública Área de ODAIR VAILATTI e ADRIANA MARA VAILATTI.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 426/2017/Samae, de 21/08/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae);

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação do sistema de reservação de água tratada do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae);

CONSIDERANDO a necessidade de instalação de um novo Reservatório de Água do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), visando a garantia da demanda futura de água tratada;

CONSIDERANDO a viabilidade técnica, a localização e a dimensão da área, objeto da presente utilidade pública;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto -Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, a área de 500,00m2, parte do imóvel contendo a área total de 227.700,00m2, com os demais dados identificativos na MI Nº 2.310, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 44.570, situada à Rua 783 - Adolfo Antonio Emmendoerfer, bairro Rio Molha, perímetro urbano e rural, neste Município, de propriedade de ODAIR VAILATTI e ADRIANA MARA VAILATTI.

Art.2º A área a que se refere o artigo precedente, representada na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso público especial, e destinar-se-á à implantação de um Reservatório de Água do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae).

Art.3º Fica isenta da incidência do Imposto sobre Transmissão de Bens Imóveis (ITBI), a área objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT
Secretário Municipal da Administração

IVALDO KUCZKOWSKI
Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

DECRETO Nº 11.511/2017

D E C R E T O Nº 11.511/2017

Declara de Utilidade Pública Imóvel de TIAGO ELÓI BALDIN CADORE.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições e em conformidade com o disposto no artigo 6º, do Decreto-Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 426/2017/Samae, de 21/08/2017, do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae);

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação do sistema de reservação de água tratada do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae);

CONSIDERANDO a necessidade de ampliação da capacidade de produção e distribuição de água tratada;

CONSIDERANDO a necessidade de instalação de uma Estação de Recalque de Água Tratada do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae), visando a garantia da demanda futura de água tratada;

CONSIDERANDO a viabilidade técnica, a localização e a dimensão do imóvel, objeto da presente desapropriação;

DECRETA :

Art.1º Fica declarada de Utilidade Pública, nos termos do Decreto -Lei Federal Nº 3.365/1941, de 21/06/1941, a área de 604,80m2, com os demais dados identificativos na MI Nº 60.811, do CRI desta Comarca, cadastrada na Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul sob o Nº PMJS 31.711, situada à Rua 60 - Joaquim Francisco de Paula, bairro Chico de Paulo, perímetro urbano, neste Município, de propriedade de TIAGO ELOI BALDIN CADORE.

Art.2º O imóvel a que se refere o artigo precedente, representado na planta topográfica anexa, passará a integrar o patrimônio público municipal na categoria de bem de uso público especial, e destinar-se-á à implantação de uma Estação de Recalque de Água Tratada do Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Jaraguá do Sul (Samae).

Art.3º Fica isento da incidência do Imposto sobre Transmissão de

Bens Imóveis (ITBI), o imóvel objeto deste Decreto.

Art.4º As despesas decorrentes do presente ato correrão à conta de dotações do Orçamento vigente, suplementadas, se necessário.

Art.5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 24 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

IVALDO KUCZKOWSKI

Secretário Municipal de Planejamento e Urbanismo

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2017 BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL - ATLETA

EDITAL DE CHAMAMENTO Nº 002/2017

BOLSA DESPORTIVA MUNICIPAL - ATLETA

HOMOLOGAÇÃO RESULTADO FINAL

O Prefeito Municipal de Jaraguá do Sul, no uso de suas atribuições legais, com amparo na Lei Municipal nº 7.349/2017 de 10 de março de 2017 e o Decreto Municipal nº 11.322/2017 de 26 de abril de 2017, e considerando o resultado do EDITAL DE CHAMAMENTO nº 002/2017, para a concessão de Bolsa Desportiva Municipal destinada a atletas no Município de Jaraguá do Sul, referente ao ano de 2017, resolve HOMOLOGAR o resultado final deste, conforme classificação publicada no site da Prefeitura Municipal de Jaraguá do Sul.

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.

Antídio Aleixo Lunelli

Prefeito Municipal

| N. | NOME | MODALIDADE | CATEGORIA |
|--------------|------------------------------------|--------------|-----------|
| CATEGORIA I | | | |
| 1 | GABRIELLA BINI PRADA | JUDÔ | I |
| 2 | VINICIUS DA SILVA QUADROS | PARADESPORTO | I |
| 3 | MARIA HELENA EGGERT | PARADESPORTO | I |
| 4 | FELIPE SANTOS | PARADESPORTO | I |
| 5 | JONATAN ALEXSANDER FRANCO | PARADESPORTO | I |
| 6 | MAICON MEURER | PARADESPORTO | I |
| 7 | JEAN CARLOS CORREIA | PARADESPORTO | I |
| 8 | GABRIEL JOSÉ RAMBO | PARADESPORTO | I |
| 9 | ISABEL APARECIDA KUCZERA | PARADESPORTO | I |
| 10 | EDERCIO DALSEGIO | PARADESPORTO | I |
| 11 | LUAN HENRIQUE PAZ | PARADESPORTO | I |
| 12 | VIVIANE POLTRONIERI DE MORAES | PARADESPORTO | I |
| 13 | ITAMARA CRISTINA VALENTIM DE SOUZA | PARADESPORTO | I |
| 14 | ROSANE MELLO TELLES | PARADESPORTO | I |
| 15 | ANA MARIA HENCKE | PARADESPORTO | I |
| 16 | MONICA FERNANDA WACKERHAGE | PARADESPORTO | I |
| 17 | LEO MATEUS DOS SANTOS | PARADESPORTO | I |
| 18 | LUIS HENRIQUE TOMASELLI | PARADESPORTO | I |
| 19 | GUILHERME NATHAN DA SILVA | BASQUETEBOL | I |
| 20 | JEAN EDUARDO LIMA | BASQUETEBOL | I |
| 21 | ANDRÉ FELIPE SELL | BASQUETEBOL | I |
| CATEGORIA II | | | |
| 1 | MARIA FERNANDA ROSA SILVEIRA | NATAÇÃO | II |
| 2 | MARIA EDUARDA ROSA SILVEIRA | NATAÇÃO | II |

| | | | |
|----|------------------------------------|-------------|----|
| 3 | JULIA KOLASSA | BASQUETEBOL | II |
| 4 | MANUELA SANTOS DE CARVALHO | BASQUETEBOL | II |
| 5 | VALENTINA CLARA MENDES | NATAÇÃO | II |
| 6 | VITOR MACHADO LEMES | VOLEIBOL | II |
| 7 | BRUNO HENRIQUE KEIM STEIN | VOLEIBOL | II |
| 8 | GABRIEL PAOLETTO KANZLER | VOLEIBOL | II |
| 9 | JOANA ZACKO SHMIDT | BASQUETEBOL | II |
| 10 | GABRIEL ANDRÉ ROSA | BASQUETEBOL | II |
| 11 | LUAN ROBERTO ALVES | BASQUETEBOL | II |
| 12 | YAGO WELLINGTON CAMARGO ODOGINSKI | BASQUETEBOL | II |
| 13 | VINICIUS KOLASSA | BASQUETEBOL | II |
| 14 | EDUARDO HORNBERG | BASQUETEBOL | II |
| 15 | HIGOR MATHEUS HESS | BASQUETEBOL | II |
| 16 | MATHEUS ROWEDER FRUTUOSO | BASQUETEBOL | II |
| 17 | MATHEUS ANDRUKIU WILTNER | XADREZ | II |
| 18 | CAMILLE CHRISTINA ANDRUKIU WILTNER | XADREZ | II |
| 19 | WAGNER CORREIA DA SILVA | TAEKWONDO | II |
| 20 | RODRIGO ROCHA | FUTSAL | II |
| 21 | VITOR DE SOUZA | FUTSAL | II |
| 22 | GABRIEL DRESCHER DE FREITAS | FUTSAL | II |
| 23 | GUILHERME RICARDO DE CASTRO | FUTSAL | II |
| 24 | FABIANO MILKE ALBINO | FUTSAL | II |
| 25 | BRUNO ANTÔNIO ALVES | FUTSAL | II |
| 26 | NAUÊ RAPHAEL SILVEIRA NAZARIO | FUTSAL | II |
| 27 | LUCAS RAHN KRAUSE | FUTSAL | II |
| 28 | MAICON DA SILVA CERESA | FUTSAL | II |
| 29 | LINCOLN ALEX MACHADO | FUTSAL | II |
| 30 | GABRIEL CESAR TORRES FLORIANI | FUTSAL | II |
| 31 | ALEFE CAMPOS BRANCO | FUTSAL | II |

CATEGORIA III

| | | | |
|----|------------------------------------|----------------|-----|
| 1 | PRISCILA JAQUELINE SALVADOR | TÊNIS DE MESA | III |
| 2 | BRUNA ZOMER | BASQUETEBOL | III |
| 3 | KAMILA DE LIMA DA SILVA CAMARGO | BASQUETEBOL | III |
| 4 | SAMARA BOSHAMMER | BASQUETEBOL | III |
| 5 | MICHAEL DOUGLAS GERALDO DE CAMPOS | TAEKWONDO | III |
| 6 | BRUNO LION GOMES HECK | TIRO ESPORTIVO | III |
| 7 | AMANDA FEITEN | BASQUETEBOL | III |
| 8 | GUSTAVO HENRIQUE MARKIEWICZ | VÔLEI DE PRAIA | III |
| 9 | JOÃO VICTOR PINHEIRO | VÔLEI DE PRAIA | III |
| 10 | MARIA EDUARDA PAULI | BASQUETEBOL | III |
| 11 | MARILIA CATO DE OLIVEIRA | NATAÇÃO | III |
| 12 | CAROLAIM ELLEN KOPP | BASQUETEBOL | III |
| 13 | MIKAELLA NUNES | BASQUETEBOL | III |
| 14 | NICOLE CRISTINE UHLMANN CELESKI | BASQUETEBOL | III |
| 15 | PALOMA BEATRIZ FISCHER | BASQUETEBOL | III |
| 16 | LUCAS FONSECA PICCOLI | XADREZ | III |
| 17 | WAYNER CESAR DE OLIVEIRA | TAEKWONDO | III |
| 18 | ARIEL SAM DOS SANTOS RIBEIRO | VOLEIBOL | III |
| 19 | KLEISON MORAES DOS SANTOS | VOLEIBOL | III |
| 20 | GUILHERME SANDMANN DA SILVA VIANNA | VOLEIBOL | III |
| 21 | LEONARDO PETTERS SPAUTZ | VOLEIBOL | III |
| 22 | THIAGO HENRIQUE DORN | VOLEIBOL | III |
| 23 | TIAGO BODEMBERG | VOLEIBOL | III |

| | | | |
|--------------|------------------------------|----------------|-----|
| 24 | TIAGO TEIXEIRA ALVES | VOLEIBOL | III |
| 25 | GUILHERME AUGUSTO KEIM STEIN | VOLEIBOL | III |
| 26 | CLAUDIO IVAIR SCHMIDT | TIRO ESPORTIVO | III |
| 27 | CELSON PERIN | TIRO ESPORTIVO | III |
| 28 | VILSON BORCHARDT | TIRO ESPORTIVO | III |
| 29 | RUI BARG | TIRO ESPORTIVO | III |
| 30 | ROCCO FIGUEIRO ROSITO | TIRO ESPORTIVO | III |
| 31 | RICARDO LOURIVAL DA ROSA | TIRO ESPORTIVO | III |
| 32 | JACKSON RODRIGO BORCHARDT | TIRO ESPORTIVO | III |
| 33 | CLESIO LUIZ CUNHA | TIRO ESPORTIVO | III |
| 34 | CLAUDIO ORESTES THIESEN | TIRO ESPORTIVO | III |
| 35 | JOSÉ CARLOS TASCHECK | TIRO ESPORTIVO | III |
| 36 | GUSTAVO POSTEIN DOGE | XADREZ | III |
| 37 | VINICIUS DA CRUZ | NATAÇÃO | III |
| 38 | GUILHERME RODRIGUES | JUDÔ | III |
| 39 | BRUNA RIGO | ATLETISMO | III |
| 40 | JOÃO VITOR DI MARI | VÔLEI DE PRAIA | III |
| 41 | FELIPE VIEIRA | FUTSAL | III |
| 42 | KEVIN EDUARDO OLIVEIRA | FUTSAL | III |
| CATEGORIA IV | | | |
| 1 | SAMUEL LEANDRO LOPES | TIRO ESPORTIVO | IV |

Jaraguá do Sul, 25 de agosto de 2017.

| | | |
|--|--|--|
| Natália Lúcia Petry | | |
| Presidente Comissão Bolsa Desportiva Municipal | | |
| | | |
| Augustinho Ferrari | | Cleide Mosca |
| Membro Comissão Bolsa Desportiva Municipal | | Membro Comissão Bolsa Desportiva Municipal |
| | | |
| Airton Luiz Schiochet | | Karine Festugatto |
| Membro Comissão Bolsa Desportiva Municipal | | Membro Comissão Bolsa Desportiva Municipal |

LEI COMPLEMENTAR Nº 202/2017

LEI COMPLEMENTAR Nº 202/2017

Altera Dispositivo da Lei Complementar Municipal Nº 197/2017, de 12 de Julho de 2017, que Altera e Acresce Dispositivos à Lei Complementar Municipal Nº 91/2009, de 15 de Outubro de 2009, que Dispõe Sobre a Instituição de Gratificação de Produtividade Fiscal Tributária.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

Art.1º O artigo 4º, da Lei Complementar Municipal Nº 197/2017, de 12/07/2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art.4º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º de setembro de 2017.”

Art.2º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.440/2017

LEI Nº 7.440/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, para Reforço do Crédito Especial Autorizado pela Lei Municipal Nº 7.334/2017, de 09/01/2017, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional, mediante Decreto, no valor de R\$ 400.000,00 (Quatrocentos mil reais), para reforço de crédito especial dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Cultura, Esporte e Lazer (Semcel), a saber:

39 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

39.01 - CULTURA

39.01.13.122.03004.100 - Manutenção das Atividades da Fundação Cultural

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.342 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 32.000,00

39.01.13.392.11004.103 - Realização e Apoio às Iniciativas Culturais, Festivais,

Feiras e Festas Culturais

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.01.361 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

39.04 - ESPORTE E LAZER

39.04.27.122.03004.000 - Manutenção das Atividades Administrativas - Desporto

e Lazer

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.399 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 38.000,00

39.04.27.811.10024.006 - Suporte às Modalidades de Rendimento

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.413 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 270.000,00

39.04.27.122.03004.009 - Gestão dos Complexos Esportivos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

39.04.533 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 40.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial das dotações orçamentárias dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.306.03502.111 - Alimentação Escolar e Avaliação Nutricional dos Alunos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.02.100 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

08.03 - EDUCAÇÃO INFANTIL

08.03.12.306.03512.119 - Alimentação Escolar e Avaliação Nutricional dos Alunos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.03.132 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 100.000,00

TOTAL R\$ 400.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.441/2017

LEI Nº 7.441/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 145.000,00 (Cento e quarenta e cinco mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.128.07502.670 - Manutenção do Conselho Municipal de Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.26 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

15.01.10.301.07542.680 - Procedimentos de ações judiciais - ASSFAR Básica

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.46 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 120.000,00

15.01.10.301.07542.681 - Manutenção dos serviços de atendimento

especial - SATE - ASSFAR

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.47 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 145.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde (FMS), a saber:

15 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

15.01.10.302.07530.651 - Transferência de recursos financeiros a entidades - Saúde

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

15.01.66 3.3.50 - Transferências a Instituições Privadas sem Fins Lucrativos R\$ 145.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

MÁRCIO ERDMANN

Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.442/2017

LEI Nº 7.442/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo

discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Planejamento e Urbanismo (Semplu), a saber:

33 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E URBANISMO

33.01.15.122.03002.201 - Manutenção das Atividades Administrativas da Secretaria do Urbanismo

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.01.261 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 22.300,00

4.4.00 - INVESTIMENTOS

33.01.262 4.4.90 - Aplicações Diretas R\$ 3.000,00

33.03 - PROJETOS

33.03.15.122.03002.202 - Manutenção das Atividades Administrativas de Projetos

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.03.299 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 4.200,00

33.04 - DESENVOLVIMENTO URBANO

33.04.15.122.03002.204 - Manutenção das Atividades Administrativas do Cadastro Técnico

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

33.04.302 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 500,00

TOTAL R\$ 30.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Câmara Municipal, a saber:

01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01 - CÂMARA MUNICIPAL

01.01.01.122.01002.001 - Manutenção das Atividades Administrativas

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

01.01.3 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 30.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

LEI Nº 7.443/2017

LEI Nº 7.443/2017

Autoriza a Abertura de Crédito Adicional Suplementar no Orçamento Vigente, Aprovado pela Lei Municipal Nº 7.299/2016, de 09/12/2016, e Alterações Posteriores, e dá outras providências.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas,
FAZ SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito suplementar, mediante Decreto, no valor de R\$ 497.000,00 (Quatrocentos e noventa e sete mil reais), para reforço dos programas e verbas abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.01.12.362.03002.102 - Concessão de bolsa/estágio para alunos do ensino médio

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.01.96 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 27.000,00

08.01.12.364.03002.103 - Concessão de bolsa/estágio para alunos do ensino superior

3.3.00 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES

08.01.97 3.3.90 - Aplicações Diretas R\$ 470.000,00

TOTAL R\$ 497.000,00

Art.2º As despesas decorrentes da execução da presente Lei correm por conta da anulação parcial da dotação orçamentária do programa e verba abaixo discriminados, constantes do Orçamento vigente da Secretaria Municipal de Educação (Semed), a saber:

08 - SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO

08.02 - ENSINO FUNDAMENTAL

08.02.12.361.03012.127 - Pagamento dos servidores do Ensino Fundamental

3.1.00 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

08.02.102 3.1.90 - Aplicações Diretas R\$ 497.000,00

Art.3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.
ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI
Prefeito

MÁRCIO ERDMANN
Secretário Municipal da Fazenda

PORTARIA Nº 008/2017/SEMDRA

PORTARIANº 008/2017/Semdra

DANIEL PEACH, Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento – SEMDRA, no uso das atribuições que lhe são conferidas; e

CONSIDERANDO a nomeação de servidores para comporem Comissão, com a incumbência de apurar fatos tipificados no Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Jaraguá do Sul;

CONSIDERANDO que tramita pela Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, composta pelos servidores públicos municipais Sérgio Antônio de Tofel, matrícula 8448-4; Sônia Maria Roweder, matrícula 9057; e Cleonis Rosalia Tomaselli, matrícula 80161-5; Sindicância Administrativa nº 028/2016, instaurada pela Portaria nº 004/2016/Semag, datada de 02 de dezembro de 2016, em face dos servidores Aricenir Canuto e Norbert Voigt;

CONSIDERANDO o teor do Ofício nº 041/2017, datado de 18 de agosto de 2017, subscrito pelo Presidente da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, solicitando prorrogação do prazo anteriormente concedido para a conclusão dos trabalhos da Sindicância por mais 20 (vinte) dias;

RESOLVE:

Art.1º PRORROGAR, a partir de 11/08/2017, por mais 20 (vinte) dias, o prazo para a conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Sindicância Administrativa, concernentes à Sindicância Administrativa nº 028/2016, instaurada pela Portaria nº 004/2016/Semag, datada de 02 de dezembro de 2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/08/2017.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.
DANIEL PEACH
Secretário Municipal do Desenvolvimento Rural e Abastecimento

PORTARIA Nº 117/2017/COGEM

PORTARIANº 117/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 109/2017/4ªCPAD, de 23/08/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 22/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 018/2016, instaurado pela Portaria nº 744/2016, de 25/08/2016.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

EDUARDO BERTOLDI

Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 118/2017/COGEM

PORTARIANº 118/2017/Cogem

O CONTROLADOR-GERAL DO MUNICÍPIO, no uso de suas atribuições e com fundamento no Decreto Municipal Nº 11.256/2017 e 11.401/2017; e

CONSIDERANDO teor do Ofício 129/2017/1ªCPAD, de 22/08/2017, da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

CONSIDERANDO o Título V, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, a partir de 22/08/2017, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão dos trabalhos da Primeira Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar, concernentes ao Processo Administrativo Disciplinar nº 009/2017, instaurado pela Portaria nº 533/2017, de 18/05/2017.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 22/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

EDUARDO BERTOLDI

Controlador-Geral do Município

PORTARIA Nº 231/2017

PORTARIANº 231/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 15/08/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal ANA JERUSA BENING FLORIANO, matrícula nº 8161, referente ao 2º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 232/2017

PORTARIANº 232/2017

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do artigo 20, combinado com o inciso I, do artigo 44, da Lei Complementar Municipal nº 186/2016, de 26/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Decreto nº 11.183/2017, de 09/01/2017; e

CONSIDERANDO o teor do parecer da Diretoria de Gestão de Pessoas de 21/08/2017, sobre o requerimento de licença-prêmio;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER 90 (noventa) dias de LICENÇA-PRÊMIO, ao (à) servidor(a) público (a) municipal SENILDA DE OLIVEIRA, matrícula nº 7410, referente ao 3º período, a serem gozados oportunamente.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

ARGOS JOSÉ BURGARDT

Secretário Municipal da Administração

PORTARIA Nº 847/2017

PORTARIANº 847/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 138/2013, de 15/10/2013, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 180/2016, de 02/12/2016; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 406, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 148/2017/Semad-GAS, de 18/08/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 21/08/2017 a 31/12/2017, de 40 horas semanais para 30 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal LAURITA UTPADEL, matrícula 7209, ocupante do cargo efetivo de Agente de Limpeza e Conservação, lotada na Secretaria Municipal da Administração, sem prejuízo da remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 21/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 848/2017

PORTARIANº 848/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto na Lei Complementar Municipal Nº 120/2012, de 23 de março de 2012; e

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 838/2017/Semsa, de 18/08/2017, da Secretaria Municipal de Saúde;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, a partir de 1º/09/2017, de 20 horas semanais para 30 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal PATRÍCIA VELASQUES CERVO, matrícula 10654, ocupante do cargo efetivo de MÉDICA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 1º/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 849/2017

PORTARIANº 849/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas e de conformidade com o disposto no Decreto Municipal Nº 10.598/2015, de 27 de outubro de 2015; e

CONSIDERANDO o parecer favorável da Junta Médica Oficial designada pela Portaria Nº 266/2016, de 19/04/2016;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 147/2017/Semad/GAS, de 17/08/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º ALTERAR, no período de 23/08/2017 a 22/08/2018, de 40 horas semanais para 20 horas semanais, a carga horária de trabalho da servidora pública municipal ISABEL APARECIDA DE CARVALHO, matrícula 8519, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE ENFERMAGEM, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, sem prejuízo da remuneração.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 23/08/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 850/2017

PORTARIANº 850/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 149/2017/Semad-GAS, de 21/08/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, no período de 06/07/2017 a 06/10/2017, a Portaria Nº 589/2016, de 07/07/2016, que remanejou a servidora pública municipal SIMONE VICENZI ZERBIN, matrícula 8157, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 06/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 851/2017

PORTARIANº 851/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 10, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004, de 02/08/2004; e

CONSIDERANDO os termos do Processo Nº 441, do Programa de Readaptação e Remanejamento Profissional junto à Gerência de Assistência ao Servidor;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 150/2017/Semad-GAS, de 21/08/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º READAPTAR a servidora pública municipal NILMA GOMES DA SILVA DE MENDONÇA, matrícula 8204, do cargo de Recreadora,

lotada na Secretaria Municipal de Educação, para exercer as atribuições do cargo de Auxiliar de Biblioteca, junto à Secretaria Municipal de Educação, com os vencimentos do cargo de origem, em razão das limitações em sua capacidade laborativa identificadas pela Comissão de Readaptação e Remanejamento.

Art.2º Procedam-se os devidos assentamentos na ficha funcional da servidora.

Art.3º Comunique-se à Secretaria Municipal de Educação para o cumprimento do disposto no artigo 16, da Lei Complementar Municipal Nº 37/2004.

Art.4º Fica declarada a vacância do cargo de provimento efetivo de Recreadora.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 05/07/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 852/2017

PORTARIANº 852/2017

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso de suas atribuições; e CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 151/2017/Semad-GAS, de 21/08/2017, da Gerência de Assistência ao Servidor;

RESOLVE :

Art.1º PRORROGAR, no período de 03/05/2017 a 03/11/2017, a Portaria Nº 368/2016, de 11/05/2016, que remanejou a servidora pública municipal AUREA SCHOLEMBERG WACHHOLZ, matrícula 10250, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 03/05/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA Nº 853/2017

PORTARIANº 853/2017

Suspende a Servidora LETÍCIA DOS SANTOS SOUZA.

O PREFEITO DE JARAGUÁ DO SUL, no uso da competência e atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 71, inciso XIII, da LOM, combinado com o disposto no artigo 181, inciso II, da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015; e

CONSIDERANDO o que consta no Processo Administrativo Disciplinar Nº 012/2017, instaurado pela Portaria Nº 619/2017, de 08/06/2017;

CONSIDERANDO o teor do Ofício Nº 107/2017/4ªCPAD, de 17/08/2017, da Quarta Comissão Permanente de Processo Administrativo Disciplinar;

RESOLVE :

Art.1º SUSPENDER, a partir de 11/09/2017, a servidora pública municipal LETÍCIA DOS SANTOS SOUZA, matrícula 11163-5, ocupante do cargo de Agente Comunitária de Saúde, lotada na Secretaria

Municipal de Saúde, pelo prazo de 04 (quatro) dias, decorrente do cometimento das infrações previstas no artigo 173, incisos II e VI, cominado com o artigo 184, todos da Lei Complementar Municipal Nº 154/2014, de 03/11/2014, alterada pela Lei Complementar Municipal Nº 169/2015, de 20/10/2015.

Art.2º Faça-se o necessário e competente registro nos assentos funcionais da servidora.

Art.3º Proceda-se as formalidades necessárias para a efetivação da medida legal aplicada, promovendo-se o registro adequado junto aos autos do processo respectivo.

Art.4º Sequencialmente e em tempo próprio, archive-se o feito junto à Controladoria-Geral do Município, promovendo-se a adequada guarda e arquivamento.

Art.5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de 11/09/2017.

REGISTRE-SE, COMUNIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 23 de agosto de 2017.

ANTÍDIO ALEIXO LUNELLI

Prefeito

PORTARIA SAMAESU Nº. 353/2017

PORTARIA SAMAESU Nº. 353/2017

Concede gozo de Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 01/04/2011 a 29/03/2016.

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, a partir de 23/08/2017, 15 (quinze) dias de gozo de Licença Prêmio, ao servidor público municipal, JORGE LUIS BERTI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, matrícula 374.

Art. 2º Deverá o servidor retornar as suas funções no dia 08 de setembro de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de agosto de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

PORTARIA SAMAESU Nº. 354/2017

PORTARIA SAMAESU Nº. 354/2017

Concede Licença Prêmio

O DIRETOR PRESIDENTE DO SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JARAGUÁ DO SUL (SC), no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas e com fundamento nos artigos 133, 134, 135 e 136, da Lei Complementar Nº. 154/2014 de 03/11/2014, e;

CONSIDERANDO os termos do requerimento do servidor para concessão de Licença Prêmio, período de 06/01/2011 a 05/01/2016;

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER, Licença Prêmio ao servidor público municipal, RENATO PACKER, ocupante do cargo de Operador de ETA/ETE, matrícula 349 na seguinte forma:

I. 1/3 (um terço) convertido em Abono Pecuniário pago na folha de pagamento competência 07/2017; e

II. 60 (Sessenta) dias a serem gozados oportunamente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Jaraguá do Sul, 21 de Agosto de 2017.

Ademir Izidoro

Diretor Presidente

Joaçaba

PREFEITURA

25/2016 PMJ TA 01

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2016/PMJ/01 – TA 01

Aos 23 (vinte e três) dias do mês de agosto do ano de 2017, o MUNICÍPIO DE JOAÇABA, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, inscrito no CNPJ sob o nº 82.939.380/0001-99, como órgão gerenciador, representado neste ato pelo Prefeito, Sr. DIOCLÉSIO RAGNINI, juntamente com a SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE, por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Avenida XV de Novembro, 223, inscrito no CNPJ nº 10.594.533/0001-00 e a SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL por intermédio do FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, com sede na Avenida XV de Novembro, 378, centro, Joaçaba, SC, inscrito no CNPJ/MF sob nº 02.247.113/0001-11, como órgãos participantes, e a empresa POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA, estabelecida na Avenida Beira Rio, 988, centro, Herval d'Oeste, SC, inscrita no CNPJ/MF sob nº 03.833.501/0001-47, doravante denominada DETENTORA, representada neste ato pelo Sr. IVO CARLOS HACH JUNIOR, portador da cédula de identidade nº 1.703.356 e inscrito no CPF sob o nº 737.459.109-82, resolvem celebrar o presente TERMO ADITIVO à Ata de Registro de Preços nº 25/2016/PMJ/01, firmada em 21/12/2016, proveniente do Processo de Licitação nº 82/2016/PMJ, instaurado pelo Edital de Pregão Presencial nº 47/2016/PMJ, para Sistema de Registro de Preços, cujo objeto é a aquisição eventual e futura de combustíveis e lubrificantes, destinados a manutenção dos veículos, máquinas e equipamentos da frota municipal, observando-se o disposto no inciso II, "d", do art. 65 da Lei 8.666/93.

Este instrumento tem por objeto alterar o preço dos itens 1 e 2 do fornecedor registrado, a fim de restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro, passando o mesmo a ter a seguinte redação, a contar do dia 24 de agosto de 2017:

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UN | MARCA | VALOR UNITÁRIO INICIAL R\$ | VALOR UNITÁRIO REVISADO R\$ |
|------|--------------------------|-----|-----------|----------------------------|-----------------------------|
| 1 | Gasolina (litro) | lto | PETROBRAS | 3,39 | 3,50 |
| 2 | Óleo Diesel S-10 (litro) | lto | PETROBRAS | 2,79 | 2,88 |

Permanecem inalteradas a ratificadas as demais condições da Ata de Registro de Preços nº 25/2016/PMJ/01.

Fica eleito o foro da cidade de Joaçaba (SC) para dirimir questões oriundas deste instrumento, renunciando as partes a qualquer outro que lhe possa ser mais favorável.

E, por estarem acordes, firmam o presente instrumento, juntamente com as testemunhas, em quatro vias de igual teor, para todos os efeitos de direito.

JOAÇABA, SC, 23 de agosto de 2017.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA
DIOCLÉSIO RAGNINI
Prefeito

POSTO DE COMBUSTÍVEIS MICHELLOS LTDA
IVO CARLOS HACH JUNIOR

Testemunhas:

1. _____

2. _____

AVISO PL 45/2017/PMJ - PP 29/2017/PMJ

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)
AVISO DE RETIFICAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO 45/2017/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 29/2017/PMJ

Em face da verificação de que os dados constantes na homologação e na ata de registro de preços, referentes ao processo supracitado cujo objeto é o "Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes.", estavam equivocados ficam retificadas as publicações realizadas no Diário Oficial dos Municípios, no dia 25 de julho de 2017, nas pgs. 418 a 427, para que produzam os seus efeitos, desde a data de homologação, nos termos constantes nos extratos das publicações realizadas nesta edição do Diário Oficial dos Municípios.

Os mesmos dados estão disponíveis no site do Município para consulta, no mesmo local onde foi disponibilizado o edital.

Joaçaba, 14 de agosto de 2017.
MUNICÍPIO DE JOAÇABA

PORTARIA N.º 1.359

PORTARIA Nº 1.359 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

"CONSTITUI COMISSÃO QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, e de acordo com o Art. 138 da Lei Complementar nº 76 de 11 de dezembro de 2003,

RESOLVE ,

Art. 1º INSTAURAR "Processo Administrativo", no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data de publicação deste ato, a fim de que se apure a responsabilidade do servidor Edson Barreta relacionado as multas de trânsito do veículo MJA-2445, conforme relatório da Coordenadoria de Esportes, parecer do Controle Interno e parecer jurídico.

Art. 2º. DESIGNAR os servidores, INES MARIA PICOLI, FRANCIANI ALICE RIZZI E DIANE CARINA MATANA, para conduzirem a Comissão, sob a presidência do primeiro, a fim de dar cumprimento ao disposto no item anterior, em razão das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto n.º 4.259 de 04 de março de 2013 e Lei n.º 4.298 de 14 de fevereiro de 2013.

Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, obedecido o disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

PORTARIA N.º 1.360

PORTARIA Nº 1.360 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

"DESIGNAR O SERVIDOR QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Prefeito do Município de Joaçaba(SC), no uso de atribuições legais, resolve:

Art. 1º – Designa o servidor Sr. LUCIANO DE MATTOS para atuar na Vigilância Sanitária Municipal.

Parágrafo Único - A designação faz-se necessária para curso específico de Ações Básicas de Vigilância Sanitária.

Art. 2º A presente designação é caracterizada por "múnus publico".

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, produzindo efeitos desde 11 de janeiro de 2016, obedecido ao disposto no parágrafo único da Lei n.º 4.003 de 08 de julho de 2010.

JOAÇABA(SC), em 24 de agosto de 2017.

DIOCLÉSIO RAGNINI

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA

Publicado no Diário Municipal em ____/____/____

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Setor de Pessoal

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 19/2017/PMJ - RETIFICAÇÃO

Página: 1/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Numero do Registro de Preços: 19/2017 **Data do Registro:** 24/07/2017 **Válido até:** 24/07/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes.

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Desccto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|--|-------------|--------------|----------------|----------|
| 1 | Medalha retangular fundida em liga metálica de Zamac, medalha vazada e com textura nas bordas, METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA E BRONZE, com o tamanho de 55mm de diâmetro e centro liso de 35mm de diâmetro com gravação em print color resinada do logotipo do evento e ou do município. Possui espessura máxima de 3,5mm. Peso aproximado de 32 gramas. Com fita de cetim nas medidas mínimas de 60 cm x 2 cm em cor a ser definida de acordo com o lay-out do logotipo, podendo ser branca, ou verde ou amarela, ou vermelha ou azul. (01-01-16996) | UN | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 2.8200 | 1 |
| 2 | Medalha hexagonal fundida em liga metálica de Zamac, METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA E BRONZE, com o tamanho de 70mm por 60mm e centro liso de 50mm de diâmetro com gravação em print color resinada do logotipo do evento e ou do município. Com bordas raladas e polidas. Possui espessura máxima de 3,0mm. Peso aproximado de 39 gramas. Com fita de cetim nas medidas mínimas de 60 cm x 2 cm em cor a ser definida de acordo com o lay-out do logotipo, podendo ser branca, ou verde ou amarela, ou vermelha ou azul. (01-01-16997) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 4.2900 | 2 |
| 3 | MEDALHA ESPORTIVA NA COR DOURADA medalha redonda fundida em liga metálica de Zamac de 35mm com gravação em print color resinada do logotipo do evento e ou do município. Com fita de cetim nas medidas mínimas de 60 cm x 2 cm em cor a ser definida de acordo com o lay-out do logotipo, podendo ser branca, ou verde ou amarela, ou vermelha ou azul. (01-01-16998) | UN | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 1,0000 | 1 |
| 4 | Troféu com 89 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte, cone frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima uma taça em polímero metalizada na cor vermelha com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estateta intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-16999) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 2,0300 | 2 |
| | | | ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (2741) | | 0 | 2,1400 | 3 |
| | | | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 215,5000 | 1 |
| | | | Piramide Comércio de Materiais Esportivos Ltda (7799) | | 0 | 216,0000 | 2 |

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 2/8

Número do Registro de Preços: 19/2017 Data do Registro: 24/07/2017 Válido até: 24/07/2018

Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes.

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|--|-------------|-------------|----------------|----------|
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 217,1400 | 3 |
| 5 | Troféu com 82 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte, cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima uma taça em polímero metalizada na cor vermelha com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatua intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17000) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 181,0000 | 1 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 181,3500 | 2 |
| | | | Piramide Comércio de Materiais Esportivos Ltda (7799) | | 0 | 200,0000 | 3 |
| 6 | Troféu com 72 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte, cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima uma taça em polímero metalizada na cor vermelha com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatua intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17001) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 164,0000 | 1 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 164,7000 | 2 |
| | | | Piramide Comércio de Materiais Esportivos Ltda (7799) | | 0 | 192,0000 | 3 |
| 7 | Troféu com 95 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada, acima uma coluna metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado, dois suportes em polímero metalizados na cor dourado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor prata, anel e suporte em polímero metalizado na cor dourada. Taça em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado com 32 cm de largura entre as alças. Alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatua intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17002) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 213,0000 | 1 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 217,1400 | 2 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 3/8

| Número do Registro de Preços: 19/2017 | | Data do Registro: 24/07/2017 | | Válido até: 24/07/2018 | | | |
|---|---|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 8 | Troféu com 88 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada, acima uma coluna metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado, dois suportes em polímero metalizados na cor dourado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor prata, anel e suporte em polímero metalizado na cor dourada. Taça em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado com 32 cm de largura entre as alças. Alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatuetas intercambiáveis. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17003) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 205,7000 | 1 |
| 9 | Troféu com 80 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada, acima uma coluna metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado, dois suportes em polímero metalizados na cor dourado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor prata, anel e suporte em polímero metalizado na cor dourada. Taça em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado com 32 cm de largura entre as alças. Alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatuetas intercambiáveis. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17004) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 189,8000 | 1 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 207,2200 | 2 |
| 10 | Troféu com 110 cm de altura, com base ovalada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de honra ao mérito (deusa da Vitória) em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central uma coluna metalizada na cor prata, com efeito, texturizado. Na parte superior desta coluna três suportes em polímero metalizado na cor dourado intercalado por dois anéis em polímero metalizados na cor prata, Taça em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado com 40 cm de largura entre as alças, alça e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatuetas superior intercambiáveis. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17005) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 293,5000 | 1 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 191,6300 | 2 |
| | | | Piramide Comércio de Materiais Esportivos Ltda (7799) | | 0 | 294,0000 | 2 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 294,3000 | 3 |

Página: 4/8

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Número do Registro de Preços: 19/2017 **Data do Registro:** 24/07/2017 **Válido até:** 24/07/2018
Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes.

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|---|-------------|-------------|----------------|----------|
| 11 | Troféu com 104 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de honra ao mérito (deusa da Vitória) em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central uma coluna metalizada na cor prata, com efeito, texturizado. Na parte superior desta coluna três suportes em polímero metalizado na cor dourado intercalado por dois anéis em polímero metalizados na cor prata. Taça em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado com 40 cm de largura entre as alças, alça e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17006) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 290,0000 | 1 |
| 12 | Troféu com 99 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de honra ao mérito (deusa da Vitória) em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central uma coluna metalizada na cor prata, com efeito, texturizado. Na parte superior desta coluna três suportes em polímero metalizado na cor dourado intercalado por dois anéis em polímero metalizados na cor prata. Taça em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado com 40 cm de largura entre as alças, alça e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17007) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 286,0000 | 1 |
| | | | Peizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 290,9200 | 2 |
| | | | Piramide Comércio de Materiais Esportivos Ltda (7799) | | 0 | 350,0000 | 3 |
| 13 | Troféu com altura de 125 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro cones em polímero metalizados na cor dourada, com quatro tampas em polímero metalizadas na cor dourada. Sobre estas tampas, quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada, com suportes em polímero metalizado na cor dourada. Sobre estas colunas quatro cones em polímero metalizados na cor dourado com quatro tampas em polímero metalizadas na cor azul acetina. Sobre estes cones uma base em madeira, um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 46 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça, alças e suporte em polímero metalizados na cor dourado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatueta de águas fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17008) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 381,0000 | 1 |
| | | | Peizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 286,8700 | 2 |
| | | | Piramide Comércio de Materiais Esportivos Ltda (7799) | | 0 | 345,2000 | 3 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 5/8

| Número do Registro de Preços: 19/2017 | | Data do Registro: 24/07/2017 | | Válido até: 24/07/2018 | | | |
|---|--|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 14 | Troféu com altura de 117 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro cones em polímero metalizados na cor dourada, com quatro tampas em polímero metalizadas na cor dourada. Sobre estas tampas, quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada, com suportes em polímero metalizado na cor dourada. Sobre estas colunas quatro cones em polímero metalizados na cor dourado com quatro tampas em polímero metalizadas na cor azul acetina. Sobre estes cones uma base em madeira, um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 46 cm de largura a partir das alças. Tapa da taça, alças e suporte em polímero metalizados na cor dourado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águas fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17009) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 373,0000 | 1 |
| 15 | Troféu com altura de 112 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro cones em polímero metalizados na cor dourada, com quatro tampas em polímero metalizadas na cor dourada. Sobre estas tampas, quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada, com suportes em polímero metalizado na cor dourada. Sobre estas colunas quatro cones em polímero metalizados na cor dourado com quatro tampas em polímero metalizadas na cor azul acetina. Sobre estes cones uma base em madeira, um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 46 cm de largura a partir das alças. Tapa da taça, alças e suporte em polímero metalizados na cor dourado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águas fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17010) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 362,0000 | 1 |
| 16 | Troféu com altura de 108 cm com base octogonal de 21,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro colunas composta por oito tampas em polímero metalizadas na cor dourada, oito cones em polímero metalizados na cor azul acetinada, oito suportes em polímero metalizado na cor dourada e quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada. Sobre estas colunas uma base em madeira, um cone em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 29 cm de largura a partir das alças. Tapa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águas fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17011) | UN | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 255,0000 | 1 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 382,3200 | 2 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 374,4900 | 2 |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 365,9800 | 2 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 6/8

| Número do Registro de Preços: 19/2017 | | Data do Registro: 24/07/2017 | | Válido até: 24/07/2018 | | | |
|---|--|------------------------------|--|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| 17 | Troféu com altura de 103 cm com base octogonal de 21,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro colunas composta por oito tampas em polímero metalizadas na cor dourada, oito cones em polímero metalizados na cor azul acetinada, oito suportes em polímero metalizado na cor dourada e quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada. Sobre estas colunas uma base em madeira, um cone em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 29 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águas fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. (01-01-17012) | UN | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 255,1500 | 2 |
| | | | ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME (2741) | | 0 | 393,3600 | 3 |
| | | | SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579) | | 0 | 253,0000 | 1 |
| | | | | | | | |
| | | | Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798) | | 0 | 253,1200 | 2 |

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 19/2017

Página: 8/8

| | | | | | | | |
|---|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 19/2017 | | Data do Registro: 24/07/2017 | | Válido até: 24/07/2018 | | | |
| Objeto da Compra: Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes. | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 19/2017
PROCESSO Nº 45/2017

- (2741) - ESPORTE CENTER FRAIBURGO LTDA - ME
- (6579) - SCHNEIDER & CIA LTDA - ME
- (7798) - Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP
- (7799) - Piramide Comércio de Materiais Esportivos Ltda

Joaçaba, 24 de Julho de 2017.

HOMOLOGAÇÃO PL 45/2017/PMJ - PP 29/2017/PMJ - RETIFICAÇÃO

| | |
|--|---|
| ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA | PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 29/2017 - PR |
| CNPJ: 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC | Processo Administrativo: 46/2017
Processo de Licitação: 45/2017
Data do Processo: 14/06/2017 |
| | Folha: 1/7 |

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito, Dioclésio Ragnini, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 45/2017
b) Licitação Nr.: 29/2017-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 24/07/2017
e) Objeto da Licitação Registro de Preços visando a aquisição eventual e futura de medalhas e troféus destinados às premiações dos eventos esportivos realizados e/ou apoiados pela Diretoria Municipal de Esportes.

(em Reais R\$)

f) Fornecedores e Itens declarados Vencedores (cfe. cotação) Unid. Quantidade Descto (%) Preço Unitário Total do Item

Pelizzari Troféus Indústria e Comércio Ltda EPP (7798)

| | | | | | |
|---|----|----------|--------|------|----------|
| 1 Medalha retangular fundida em liga metálica de Zamac, medalha vazada e com textura nas bordas, METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA E BRONZE, com o tamanho de 55mm de diâmetro e centro liso de 35mm de diâmetro com gravação em print color resinada do logotipo do evento e ou do município. Possui espessura máxima de 3,5mm. Peso aproximado de 32 gramas. Com fita de cetim nas medidas mínimas de 60 cm x 2 cm em cor a ser definida de acordo com o lay-out do logotipo, podendo ser branca, ou verde ou amarela, ou vermelha ou azul. - Marca: Vitória | UN | 3.300,00 | 0,0000 | 2,82 | 9.306,00 |
|---|----|----------|--------|------|----------|

Joaçaba, 24 de Julho de 2017.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 29/2017 - PR

Processo Administrativo: 46/2017
 Processo de Licitação: 45/2017
 Data do Processo: 14/06/2017

Folha: 2/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

Pelizzari Troféus Industria e Comercio Ltda EPP (7798)

| | | | | | |
|--|----|--------|--------|------|------------------|
| 2 Medalha hexagonal fundida em liga metálica de Zamac, METALIZADA NA COR DOURADA, PRATA E BRONZE, com o tamanho de 70mm por 60mm e centro liso de 50mm de diâmetro com gravação em print color resinada do logotipo do evento e ou do município. Com bordas raiadas e polidas. Possui espessura máxima de 3,0mm. Peso aproximado de 39 gramas. Com fita de cetim nas medidas mínimas de 60 cm x 2 cm em cor a ser definida de acordo com o lay-out do logotipo, podendo ser branca, ou verde ou amarela, ou vermelha ou azul. - Marca: Vitória | UN | 300,00 | 0,0000 | 3,19 | 957,00 |
| 3 MEDALHA ESPORTIVA NA COR DOURADA medalha redonda fundida em liga metálica de Zamac de 35mm com gravação em print color resinada do logotipo do evento e ou do município. Com fita de cetim nas medidas mínimas de 60 cm x 2 cm em cor a ser definida de acordo com o lay-out do logotipo, podendo ser branca, ou verde ou amarela, ou vermelha ou azul. - Marca: Vitória | UN | 500,00 | 0,0000 | 1,00 | 500,00 |
| Total do Fornecedor: | | | | | 10.763,00 |

SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579)

| | | | | | |
|---|----|------|--------|--------|--------|
| 4 Troféu com 89 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte, cone frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima uma taça em polímero metalizada na cor vermelha com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 215,50 | 215,50 |
| 5 Troféu com 82 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte, cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima uma taça em polímero metalizada na cor vermelha com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 181,00 | 181,00 |
| 6 Troféu com 72 cm de altura, com base octogonal com 20,8 cm de largura em polímero na cor preta. Suporte, cone com frisos e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Acima uma taça em polímero metalizada na cor vermelha com 36 cm de largura a partir das alças, tampa e alças em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 164,00 | 164,00 |

Joaçaba, 24 de Julho de 2017.

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****CNPJ:** 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 29/2017 - PR****Processo Administrativo:** 46/2017
Processo de Licitação: 45/2017
Data do Processo: 14/06/2017

Folha: 3/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579)**

| | | | | | | |
|---|---|----|------|--------|--------|--------|
| 7 | Troféu com 95 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada, acima uma coluna metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado, dois suportes em polímero metalizados na cor dourado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor prata, anel e suporte em polímero metalizado na cor dourada. Taça em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado com 32 cm de largura entre as alças. Alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 213,00 | 213,00 |
| 8 | Troféu com 88 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada, acima uma coluna metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado, dois suportes em polímero metalizados na cor dourado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor prata, anel e suporte em polímero metalizado na cor dourada. Taça em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado com 32 cm de largura entre as alças. Alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 205,70 | 205,70 |
| 9 | Troféu com 80 cm de altura, com base redonda com 21 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada, sobre esta base um suporte em polímero metalizado na cor dourada, acima uma coluna metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado, dois suportes em polímero metalizados na cor dourado intercalado por um anel em polímero metalizado na cor prata, anel e suporte em polímero metalizado na cor dourada. Taça em polímero metalizada na cor dourada, com efeito, texturizado com 32 cm de largura entre as alças. Alças e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 189,80 | 189,80 |

Joaçaba, 24 de Julho de 2017.

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****CNPJ:** 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 29/2017 - PR****Processo Administrativo:** 46/2017
Processo de Licitação: 45/2017
Data do Processo: 14/06/2017

Folha: 4/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579)**

- | | | | | | | |
|----|--|----|------|--------|--------|--------|
| 10 | Troféu com 110 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de honra ao mérito (deusa da Vitória) em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central uma coluna metalizada na cor prata, com efeito, texturizado. Na parte superior desta coluna três suportes em polímero metalizado na cor dourado intercalado por dois anéis em polímero metalizados na cor prata, Taça em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado com 40 cm de largura entre as alças, alça e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 293,50 | 293,50 |
| 11 | Troféu com 104 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de honra ao mérito (deusa da Vitória) em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central uma coluna metalizada na cor prata, com efeito, texturizado. Na parte superior desta coluna três suportes em polímero metalizado na cor dourado intercalado por dois anéis em polímero metalizados na cor prata, Taça em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado com 40 cm de largura entre as alças, alça e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 290,00 | 290,00 |
| 12 | Troféu com 99 cm de altura, com base oitavada com 26,5 cm de largura em polímero metalizada na cor dourada. Sobre esta base quatro suportes em polímero nas laterais com estatueta fixa de honra ao mérito (deusa da Vitória) em polímero metalizado na cor dourado, no centro suporte em polímero metalizado na cor dourado, sobre este suporte central uma coluna metalizada na cor prata, com efeito, texturizado. Na parte superior desta coluna três suportes em polímero metalizado na cor dourado intercalado por dois anéis em polímero metalizados na cor prata, Taça em polímero metalizada na cor prata, com efeito, texturizado com 40 cm de largura entre as alças, alça e tampa em polímero metalizado na cor dourada. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 286,00 | 286,00 |

Joaçaba, 24 de Julho de 2017.

Assinatura do Responsável

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 82.939.380/0001-99
 AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL

Nr.: 29/2017 - PR

Processo Administrativo: 46/2017
 Processo de Licitação: 45/2017
 Data do Processo: 14/06/2017

Folha: 5/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579)

- | | | | | | | |
|----|---|----|------|--------|--------|--------|
| 13 | Troféu com altura de 125 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro cones em polímero metalizados na cor dourada, com quatro tampas em polímero metalizadas na cor dourada. Sobre estas tampas, quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada, com suportes em polímero metalizado na cor dourada. Sobre estas colunas quatro cones em polímero metalizados na cor dourado com quatro tampas em polímero metalizadas na cor azul acetina. Sobre estes cones uma base em madeira, um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 46 cm de largura a partir das alças. Tapa da taça, alças e suporte em polímero metalizados na cor dourado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águia fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 381,00 | 381,00 |
| 14 | Troféu com altura de 117 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro cones em polímero metalizados na cor dourada, com quatro tampas em polímero metalizadas na cor dourada. Sobre estas tampas, quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada, com suportes em polímero metalizado na cor dourada. Sobre estas colunas quatro cones em polímero metalizados na cor dourado com quatro tampas em polímero metalizadas na cor azul acetina. Sobre estes cones uma base em madeira, um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 46 cm de largura a partir das alças. Tapa da taça, alças e suporte em polímero metalizados na cor dourado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águia fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 373,00 | 373,00 |

Joaçaba, 24 de Julho de 2017.

 Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****CNPJ:** 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 29/2017 - PR****Processo Administrativo:** 46/2017
Processo de Licitação: 45/2017
Data do Processo: 14/06/2017

Folha: 6/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579)**

- | | | | | | | |
|----|---|----|------|--------|--------|--------|
| 15 | Troféu com altura de 112 cm com base octogonal de 26,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro cones em polímero metalizados na cor dourada, com quatro tampas em polímero metalizadas na cor dourada. Sobre estas tampas, quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada, com suportes em polímero metalizado na cor dourada. Sobre estas colunas quatro cones em polímero metalizados na cor dourada com quatro tampas em polímero metalizadas na cor azul acetina. Sobre estes cones uma base em madeira, um suporte em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 46 cm de largura a partir das alças. Tapa da taça, alças e suporte em polímero metalizados na cor dourado. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águia fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 362,00 | 362,00 |
| 16 | Troféu com altura de 108 cm com base octogonal de 21,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro colunas composta por oito tampas em polímero metalizadas na cor dourada, oito cones em polímero metalizados na cor azul acetinada, oito suportes em polímero metalizado na cor dourada e quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada. Sobre estas colunas uma base em madeira, um cone em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 29 cm de largura a partir das alças. Tapa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águia fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 255,00 | 255,00 |

Joaçaba, 24 de Julho de 2017.

Assinatura do Responsável

**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOACABA****CNPJ:** 82.939.380/0001-99
AVENIDA XV DE NOVENBRO, 378
C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC**PREGÃO PRESENCIAL****Nr.: 29/2017 - PR****Processo Administrativo:** 46/2017
Processo de Licitação: 45/2017
Data do Processo: 14/06/2017

Folha: 7/7

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO**SCHNEIDER & CIA LTDA - ME (6579)**

| | | | | | | |
|----|--|----|------|--------|--------|--------|
| 17 | Troféu com altura de 103 cm com base octogonal de 21,5 cm de largura em polímero na cor preta. Sobre esta base quatro colunas composta por oito tampas em polímero metalizadas na cor dourada, oito cones em polímero metalizados na cor azul acetinada, oito suportes em polímero metalizado na cor dourada e quatro colunas com estrias em alto relevo metalizadas na cor dourada. Sobre estas colunas uma base em madeira, um cone em polímero metalizado na cor dourada e uma taça em polímero metalizada na cor dourada e azul acetinada com 29 cm de largura a partir das alças. Tampa da taça e alças em polímero metalizado na cor dourada. Uma estatueta de honra ao mérito (deusa da Vitória) fixa no centro da base e quatro estatuetas de águias fixas nas laterais da base em madeira. Estatueta superior intercambiável. Plaqueta para gravação de acordo com o evento. - Marca: Vitória | UN | 1,00 | 0,0000 | 253,00 | 253,00 |
|----|--|----|------|--------|--------|--------|

Total do Fornecedor: 3.662,50**Total Geral:** 14.425,50

Joaçaba, 24 de Julho de 2017.

Assinatura do Responsável

PLASS**PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2017/PLASS TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017/PLASS**

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 03/2017 – PLASS

TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 02/2017 – PLASS

1 – DO OBJETO

CREDENCIAMENTO de empresa/clínica para prestação de serviços de: MEDICINA, ODONTOLOGIA, PSICOLOGIA, FISIOTERAPIA, FONOAUDIOLOGIA, SERVIÇOS DE IMAGEM, NUTRIÇÃO, HOSPITALAR E ANÁLISES CLÍNICAS.

2 – DA JUSTIFICATIVA

A inexigibilidade de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se por tratar-se de adesão ao Edital de Credenciamento nº 01/2017/PLASS, o qual, pelas suas características enquadra-se ao disposto no caput do art. 25 da Lei 8.666/93.

3 – DAS CREDENCIADAS

§ CARDIOLIFE – CLÍNICA CARDIOLÓGICA S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.032.431/0001-07, estabelecida na Av. Santa Terezinha, 275 Salas 306, 307 e 309 Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. PABLO VINICIUS DE LUCA DIAS, portador da Carteira de Identidade nº 3.646.446 e CPF nº 041.189.659-84.

§ A.J. SERVIÇOS MÉDICOS S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.989.768/0001-19, estabelecida na Av. Santa Terezinha, nº 243, Sala 206-B Edifício Centro Profissional, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA, representada neste ato pelo Sr. CELSO HIROYUKI FUGIWARA portador da Carteira de Identidade nº 5.008.546 e CPF nº 664.289.559-20.

§ VITAL CLÍNICA DO CORAÇÃO S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.947.562/0001-60, estabelecida na Av. XV de Novembro, nº 143, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. LEONARDO LUIZ DALL' OGLIO FUGA, portador da Carteira de Identidade nº 2.820.797 e CPF nº 006.753.869-00.

§ CLINICA DASSI LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.316.847/0001-30, estabelecida na Avenida Barão do Rio Branco, nº 104, 13º Andar, Sala 1308, Edifício Prime Office, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pela Sra. ZULEICA BARTH DASSI, portadora da Carteira de Identidade nº 2.142.838 e CPF nº 001.130.579-70.

§ UNIMED JOAÇABA COOPERATIVA DE TRABALHO MÉDICO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.356.020/0001-62, estabelecida na Av. XV de Novembro, 125, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. LUIZ ANTONIO DECZKA, portador da Carteira de Identidade nº 290.956 e CPF nº 185.897.669-34.

§ SIIM – SERVIÇO INTEGRADO DE IMAGENS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.788.037/0001-99, estabelecida na Av. Santa Terezinha, 275, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. MIGUEL IGÔR RUSSOWSKY, portador da Carteira de Identidade nº 191.056 e CPF nº 400.941.389-15.

§ SENDIG SERVIÇO DE ENDOSCOPIA DIGESTIVA S/S LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.587.319/0001-81, estabelecida na Av. Santa Terezinha, 275, Anexo ao Hospital São Miguel, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sr. WALTER WENDHAUSEN ROTHBARTH, portador da Carteira de Identidade nº 674.832.5 e CPF nº 202.216.579-91.

§ NADIA APARECIDA LORENCETTE ANATOMIA PATOLOGICA LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 01.880.521/0001-43, estabelecida na Rua Salgado Filho, 446, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sra. NADIA APARECIDA LORENCETTE, portadora da Carteira de Identidade nº 2.160.053 e CPF nº 393.076.709-00.

§ ESPAZO DENTI CONSULTORIO LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.438.652/0001-04, estabelecida na Rua Salgado Filho, 415, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sra. ANA MARIA ELISIO LITTIG, portadora da Carteira de Identidade nº 13.5284.084 e CPF nº 047.756.459-35.

§ MDG INVESTIMENTOS LTDA, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.303.701/0001-74, estabelecida na Av. XV de Novembro, 371, 11º Andar, sala 1101 Edifício Erma Center, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sra. MARTA DIOGO GARRASTAZU, portadora da Carteira de Identidade nº 2.143.782 e CPF nº 361.671.850-34.

§ VITA E SAÚDE SEGURANÇA DO TRABALHO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.069.129/0002-13, estabelecida na Av. Santa Terezinha, 243, Sala 202, Centro, no Município de Joaçaba, SC, CEP 89.600-000, doravante denominada CREDENCIADA representada neste ato pelo Sra. LUZA MARIA PANIS, portadora da Carteira de Identidade nº 8019650186 e CPF nº 209.672.920-34.

4 – DO VALOR

O valor a ser pago será de acordo com a necessidade de utilização dos serviços pelos segurados e dependentes do PLASS.

Havendo prorrogação do Termo de Credenciamento, o PLASS consignará nos próximos exercícios em seu orçamento os recursos necessários ao atendimento dos pagamentos previstos.

5 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da execução do objeto desta contratação serão custeadas pela seguinte Dotação Orçamentária:

15.01.11.331.0024.2.008-3.3.90.00.00.00.00.00 – Outras despesas correntes – aplicações diretas

6 – DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93, em especial o disposto no art. 25.

Joaçaba (SC), em 24 de agosto de 2017.

PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE JOAÇABA(SC) – PLASS

JULIO CESAR BISSANI

Diretor Executivo

SIMAE - SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE JOAÇABA

COMUNICADO RETOMADA SESSÃO PÚBLICA PREGÃO PRESENCIAL 0042/2017 - SIMAE

COMUNICADO DE RETOMADA DE SESSÃO PÚBLICA

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA

LICITAÇÃO Nº 0051/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 0042/2017

PROTOCOLO JHL 1831/2017

Objeto: Registro de Preços para eventual e futura contratação de serviços e aquisição de peças para manutenção de poços profundos no interior de Joaçaba, Herval d'Oeste e Luzerna/SC, de propriedade do Simae.

INFORMAMOS QUE A RETOMADA DA SESSÃO PÚBLICA SERÁ REALIZADA NO DIA 30/08/2017, ÀS 9 (NOVE) HORAS, NA SEDE ADMINISTRATIVA DO SIMAE, LOCALIZADA NA RUA TIRADENTES, Nº 123, CENTRO, EM JOAÇABA-SC.

Desta forma convocamos a empresa participante para participar da Sessão Pública.

Joaçaba, 24 de agosto de 2017.

Graciela Pratto Bordin da Rosa – Pregoeira do Simae.

RESUMO ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 0008/2017 - SIMAE

SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO

JOAÇABA, HERVAL D'OESTE E LUZERNA-SANTA CATARINA

EXTRATO DA SEGUNDA PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL –ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº0008/2017

PREGÃO PRESENCIAL JHL 0020/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0025/2017

PROTOCOLO Nº 0937/2017

OBJETO: Registro de preços visando eventual e futura prestação de serviços horas máquinas para execução de serviços de implantação e melhorias nas redes de água e esgoto do Simae.

PREÇOS E EMPRESAS REGISTRADAS:

| Item | Especificação | Unid. | Quantidade | Preço Unitário | Empresa Vencedora |
|------|---|-------|------------|----------------|---|
| 1 | SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: - CONCHA COM CAPACIDADE PARA 0,83M³ - CAPACIDADE OPERACIONAL DA MÁQUINA 14 TONELADAS - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A CINCO ANOS, PARA ESCAVAÇÃO EM SOLO COM PRESENÇA DE MATAÇÕES, IMPOSSÍVEL DE SER REMOVIDOS COM ESCAVADEIRA NORMAL, NAS VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES. | HR | 150 | 193,17 | AR SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES LTDA - EPP |
| 2 | SERVIÇO DE ESCAVADEIRA HIDRÁULICA ACOPLADO COM ROMPEDOR HIDRÁULICO, CUJO EQUIPAMENTO DEVERÁ TER AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS MÍNIMAS: - COM PESO OPERACIONAL DO ROMPEDOR DE 440 KG. - ENERGIA DE IMPACTO DE 1.250 JOULES. - ANO DE FABRICAÇÃO NÃO SUPERIOR A CINCO ANOS, PARA ROMPER ROCHAS PRESENTES EM VALAS ONDE O SIMAE EFETUARÁ IMPLANTAÇÃO E MELHORIA DE REDES. | HR | 100 | 384,00 | |

VIGÊNCIA:24/05/2017 a 23/05/2018.

Para fins de atendimento ao parágrafo 2º, do art 15, da Lei 8666/93, o Simae, torna público, que não houve alteração de valores e ficam mantidos os preços registrado na presente Ata.

Joaçaba, 24 de agosto de 2017.

Paulo Cesar Lamin – Diretor Presidente do Simae.

Lages

PREFEITURA

PP 79/2017 PML, PP 69/2017 PML**AVISO DE LICITAÇÃO**

Modalidade: Pregão Presencial 79/2017 PML

Objeto: Contratação de Empresa Especializada para a Confecção de Gaiola de Proteção para Lançamento de Disco ou Martelo para a Realização dos 57º Jogos Abertos de Santa Catarina.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 13/09/2017 às 16h

Valor Estimado: R\$ 6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Modalidade: Pregão Presencial 69/2017 PML

Objeto: Registro de Preços para Aquisição e Instalação de Persianas Rolô Tela Screen 05 e Bandôs, com fornecimento de material.

Tipo: Pelo Menor Preço Global

Abertura: 14/09/2017 às 09h

Valor Estimado: R\$ 42.055,00 (quarenta e dois mil e cinquenta e cinco reais).

Os Editais serão disponibilizados no site www.lages.sc.gov.br, sem ônus, ou no Setor de Licitações, ao custo de R\$ 10,00.

Lages, 25 de agosto de 2017.

Antônio César Alves de Arruda

Secretário de Administração e Fazenda

Laguna

PREFEITURA

DECRETO Nº. 4900/2017

DECRETO Nº 4.900/2017, de 16 de agosto de 2017.

Dispõe sobre a abertura de créditos suplementares no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna e em conformidade com o artigo 6º, da Lei Municipal nº. 1.895/2016,

DECRETA:

SUPLEMENTAÇÃO REDE BÁSICA

Art. 1º Fica aberto um crédito adicional suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 1.126.854,06 (um milhão cento e vinte e seis, oitocentos e cinquenta e quatro e seis), na seguinte classificação:

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2700 – Estender, equipar e manter a rede básica
11-3.3.90.14.00.00.00.01.0002
Valor a incluir: R\$ 60.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2700 – Estender, equipar e manter a rede básica
5-3.1.90.13.00.00.00.01.0002
Valor a incluir: R\$ 440.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2706 – AGENTE COMUNITÁRIO
70-3.1.90.11.00.00.00.01.0101
Valor a incluir: R\$ 196.854,06

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2711 – SAMU
34-3.1.90.11.00.00.00.01.0101
Valor a incluir: R\$ 70.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2711 – SAMU
39-3.3.90.36.00.00.00.01.0101
Valor a incluir: R\$ 10.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2703 – VIGILANCIA EM SAUDE
92-3.1.90.11.00.00.00.01.0101
Valor a incluir: R\$ 350.000,00

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo 1º deste Decreto, ficam utilizados em igual valor, recursos decorrentes da anulação, na seguinte classificação:

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2700 – Estender, equipar e manter a rede básica
06-3.1.90.16.00.00.00.01.0002
Valor a excluir: R\$ 500.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2706 – AGENTE COMUNITÁRIO
75-3.3.90.39.00.00.00.01.0101
Valor a excluir: R\$ 196.854,06

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2711 – SAMU
35-3.1.90.13.00.00.00.01.0101
Valor a excluir: R\$ 80.000,00

Órgão 19 Fundo Municipal de Saúde
Unidade 01 Fundo Municipal de Saúde
Proj/Ativ. 2703 – VIGILANCIA EM SAUDE
96-3.1.90.16.00.00.00.01.0101
Valor a excluir: R\$ 350.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor, na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4901/2017

DECRETO Nº 4.901/2017, de 17 de agosto de 2017.

“DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ENTRE ELEMENTOS DE DESPESAS CORRENTES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2017, no Fundo Municipal de Assistência Social de R\$ 100.185,00 (cento e oitenta mil cento e oitenta e cinco), na seguinte dotações:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.212 – Gestão do SUAS

Elemento da Despesa:

4 – 3.3.90.30.00.00.00.0000.01.0000 - Material de Consumo - R\$ 5.000,00

6 – 3.3.90.36.00.00.00.0000.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros PF- R\$ 5.000,00

7 – 3.3.90.39.00.00.00.0000.01.0000 – Outros Serviços de Terceiros PJ - R\$ 40.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.220 – Piso Alta Complexidade

Elemento da Despesa:

43 – 3.3.90.30.00.00.00.0000.01.0035 - Material de Consumo - R\$ 5.000,00

48 – 3.3.90.39.00.00.00.0000.01.0035 – Outros Serviços de Terceiros PJ - R\$ 7.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.220 – Piso Alta Complexidade

Elemento da Despesa: 47 – 3.3.90.39.00.00.00.00 00.01.0061 – Outros Serviços de Terceiros PJ - R\$ 21.185,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa: 29 – 4.4.90.52.00.00.00.00 00.01.0061 - Equipamentos e Material Permanente - R\$ 7.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa:

23 – 3.1.90.11.00.00.00.0000.01.0035 - Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil - R\$ 10.000,00

Art. 2º Para Atender a transposição de que trata o artigo 1º deste decreto, ficam utilizados em iguais valores os recursos da seguinte dotação:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.212 – Gestão do SUAS

Elemento da Despesa:

9 – 4.4.90.52. 00.00.00.0000.01.0000 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 50.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.220 – Piso Alta Complexidade

Elemento da Despesa:

46 – 3.3.90.36.00.00.00.0000.01.0035 – Outros Serviços de Terceiros PF – R\$ 12.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.220 – Piso Alta Complexidade

Elemento da Despesa:

42 – 3.3.90.30.00.00.00.00 00.01.0061 – Material de Consumo – R\$ 16.185,00

45 – 3.3.90.36.00.00.00.00 00.01.0061 – Outros Serviços de Terceiros PF – R\$ 5.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa: 25 – 3.3.90.30.00.00.00.00 00.01.0061 – Material de Consumo – R\$ 7.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa: 30 – 4.4.90.52.00.00.00.0000.01.0035 – Equipamentos e Material Permanente... R\$ 10.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4902/2017

DECRETO Nº 4.902/2017, de 17 de agosto de 2017.

“DISPÕE SOBRE A TRANSPOSIÇÃO DE VALORES DE DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS ENTRE ELEMENTOS DE DESPESAS CORRENTES NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

DECRETA

Art. 1º Ficam ajustados nos anexos do Plano Plurianual 2014/2017, na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2016 e transpostos os valores de dotação orçamentária entre elementos de despesas correntes no orçamento de 2017, no Fundo Municipal de Assistência Social, readequando a dotação orçamentária no valor de R\$ 100.958,33 (Cem mil e Novecentos e Cinquenta e Oito reais e Trinta e Três centavos), na seguinte dotações:

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.218 – Piso Básico

Elemento da Despesa:

24 – 3.3.50.43.00.00.00.00 00.01.0061 - Subvenções Sociais – R\$ 18.000,00

Órgão: 14 Fundo Municipal de Assistência Social.

Unidade: 01 - Fundo Municipal de Assistência Social.

Proj/ Atividade: 2.220 – Piso Alta Complexidade

Elemento da Despesa:

47 – 3.3.90.39.00.00.00.00 00.01.0061 – Outros Serviços de Terceiros PJ – R\$ 30.000,00

49 – 4.4.90.52.00.00.00.00 00.01.0061 - Equipamentos e Material Permanente – R\$ 52.958,33

Art. 2º Para atender a abertura do crédito adicional suplementar de que trata o artigo, fica autorizado o uso em igual valor o superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior na fonte de recursos 61- Transferências do Convênio Assistência Social - Estado, na sua respectiva conta bancária:

| Banco | Agência | Conta | Valor |
|-------|---------|-----------------------|------------|
| BB | 0345-X | 111.919-9
25.816-4 | 99,81 |
| BB | 0345-X | 112.187-8 | 3.020,58 |
| BB | 0345-X | 112.186-X | 181,86 |
| BB | 0345-X | 112.185-1 | 20,53 |
| BB | 0345-X | 111.921-0 | 506,40 |
| BB | 0345-X | 111.920-2 | 33,10 |
| BB | 0345-X | 24.824-X | 23.452,42 |
| BB | 0345-X | 112.188-6 | 2,18 |
| BB | 0345-X | 27.007-5 | 73.641,45 |
| | | Total | 100.958,33 |

Art. 3º Este decreto entra em vigor nesta data, revogando-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

DECRETO Nº. 4903/2017

DECRETO Nº 4.903/2017, de 21 de agosto de 2017.

**“REAJUSTA A TARIFA DO
TRANSPORTE COLETIVO NO
MUNICÍPIO DE LAGUNA”.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. *Mauro Vargas Candemil*, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV e 125, da Lei Orgânica do Município de Laguna,

CONSIDERANDO a realização de audiência pública no dia 04 de agosto de 2017, às 15 horas, para apresentação da planilha de cálculo tarifário para o reajuste da tarifa do transporte público no âmbito do Município de Laguna, na forma do art. 125 da Lei Orgânica;

CONSIDERANDO os fatos objeto do Processo Administrativo nº 0125.0005683/2016, que demonstra a necessidade de reajuste da tarifa de transporte coletivo, como forma de manutenção do equilíbrio econômico e financeiro, ensejando assim a continuidade dos serviços;

DECRETA

Art. 1º Fica reajustado em 9% (nove por cento) o valor das tarifas de ônibus da empresa Laguna Transporte e Turismo Ltda.

Parágrafo único. Em razão do reajuste ora concedido, o valor das tarifas de ônibus da empresa Laguna Transporte e Turismo Ltda, considerando os arredondamentos cabíveis, passam a vigorar, de acordo com os valores consignados nas tabelas identificadas pelos anexos I e II do presente Decreto.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor a partir de 1º de setembro de 2017.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito

Anexo I

LAGUNA TRANSPORTES E TURISMO LTDA

| ITINERÁRIO | Madre | Rib. Grande | Ribeirão Pequeno | Parobé | Figueira | Morro Grande | Bananal | Cabeçuda | Laguna |
|------------------|-------|-------------|------------------|--------|----------|--------------|---------|----------|--------|
| Madre | - | 3,60 | 3,60 | 3,95 | 4,85 | 5,65 | 6,00 | 6,00 | 6,00 |
| Ribeirão Grande | - | - | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,95 | 5,30 |
| Ribeirão Pequeno | - | - | - | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,95 |
| Parobé | - | - | - | - | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,95 |
| Figueira | - | - | - | - | - | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 |
| Morro Grande | - | - | - | - | - | - | 3,60 | 3,60 | 3,60 |
| Bananal | - | - | - | - | - | - | - | 3,60 | 3,60 |
| Cabeçuda | - | - | - | - | - | - | - | - | 3,60 |

Anexo II

| SIQUEIRO | | | | | | | | | Barranca | Carreira |
|-----------------------|-------------|------------|----------------|----------|--------------|--------------|--------------|--------------|-----------|----------|
| | Cabeçuda | Bananal | Laranjeiras | Km 37 | Santiago | Barreiros | Pesc. Brava | Siqueiro | | |
| Laguna | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 5,00 | 5,80 | 6,15 | 6,15 |
| Cabeçuda | - | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 4,35 | 4,60 | 5,80 | 5,80 |
| Bananal | | - | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,80 | 4,60 | 5,80 | 5,80 |
| Laranjeiras | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 4,35 | 5,45 | 5,45 |
| Km 37 | | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 5,00 | 5,00 |
| Santiago | | | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 5,00 | 5,00 |
| Barreiros | | | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 5,00 | 5,00 |
| Pesc. Brava | | | | | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 |
| Siqueiro | | | | | | | | | 3,60 | 3,60 |
| ITAPIRUBÁ | | | | | | | | | Itapirubá | |
| | Barranceira | Bentos | T. Caputera | Caputera | Praia do Sol | Estreito | Nova Fazenda | T. Itapirubá | | |
| Laguna | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 4,35 | 3,60 | 3,60 | 5,45 | 7,30 | |
| Barranceira | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 5,45 | 6,50 | |
| Bentos | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 5,30 | 6,50 | |
| T. Caputera | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 5,45 | |
| Caputera | | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 5,45 | |
| Praia do Sol | | | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 4,45 | |
| Estreito | | | | | | | 3,60 | 3,60 | 4,45 | |
| Nova Fazenda | | | | | | | | 3,60 | 3,60 | |
| T. Itapirubá | | | | | | | | | 3,60 | |
| PERRIXIL | | | | | | | | | | |
| | Barbacena | Bentos | T. Caputera | Caputera | Praia do Sol | Estreito | Perrixil | | | |
| Laguna | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 4,35 | 3,60 | 5,00 | | | |
| Barbacena | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 4,35 | | | |
| Bentos | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | |
| T. Caputera | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | |
| Caputera | | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | |
| Praia do Sol | | | | | | 3,60 | 3,60 | | | |
| Estreito | | | | | | | 3,60 | | | |
| SERTÃO DA ESTIVA | | | | | | | | | | |
| | Cabeçuda | Bananal | Laranjeiras | Km 37 | Estiva | Estiva Baixo | Estiva Cima | | | |
| Laguna | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | |
| Cabeçuda | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | |
| Bananal | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | |
| Laranjeiras | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | |
| Km 37 | | | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | |
| Estiva | | | | | | 3,60 | 3,60 | | | |
| S.Estiva Baixo | | | | | | | 3,60 | | | |
| FAROL | | | | | | | | | | |
| | Balsa | Pas. Barra | C. Verdes | S. Marta | Cigana | Farol | | | | |
| Laguna | 3,80 | 4,55 | 5,00 | 6,50 | 6,85 | 7,80 | | | | |
| Balsa | | 3,85 | 4,55 | 6,00 | 6,50 | 6,85 | | | | |
| Pas. da Barra | | | 3,85 | 5,40 | 6,00 | 6,50 | | | | |
| Campos Verdes | | | | 3,85 | 5,40 | 6,00 | | | | |
| Santa Marta | | | | | 4,55 | 5,65 | | | | |
| Cigana | | | | | | 3,85 | | | | |
| SERTÃO DA MARICOTA | | | | | | | | | | |
| | Cabeçuda | Bananal | Laranjeiras | Km 37 | S. Maricota | | | | | |
| Laguna | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | | | |
| Cabeçuda | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | | | |
| Bananal | | | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | | | |
| Laranjeiras | | | | 3,60 | 3,60 | | | | | |
| Km 37 | | | | | 3,60 | | | | | |
| PONTA DAS LARANJEIRAS | | | | | | | | | | |
| | Cabeçuda | Bananal | P. Laranjeiras | | | | | | | |
| Laguna | 3,60 | 3,60 | 3,60 | | | | | | | |
| Cabeçuda | | 3,60 | 3,60 | | | | | | | |
| Bananal | | | 3,60 | | | | | | | |
| Outras Localidades | | | | | | | | | | |
| Circular | | 3,60 | | | | | | | | |
| Mar Grosso/Cabeçuda | | 3,60 | | | | | | | | |
| Centro/Praia do Gi | | 3,60 | | | | | | | | |

DECRETO Nº. 4905/2017

DECRETO Nº 4.905/2017, de 22 de agosto de 2017.

Dispõe sobre o remanejamento de crédito orçamentário do orçamento vigente do Município.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC, Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso das atribuições legais a si conferidas no artigo 68, incisos III e XXV, da Lei Orgânica do Município de Laguna

DECRETA:

Art. 1º. Fica remanejada a importância de R\$ 107.007,00 (cento e sete mil e sete), dentro da programação de gastos no Orçamento vigente do Poder Legislativo, para a seguinte classificação:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

Elemento da Despesa:

319094000000000100 – Indenizações e Restituições Trabalhistas – R\$74.000,00

339039000000000100 – Outros serviços de terceiros – Pessoa Jurídica – R\$ 33.007,00

Total R\$ 107.007,00

Art. 2º. Para atender o remanejamento de que trata o art. 1º deste Decreto, fica reduzida em igual valor as seguintes dotações:

Órgão: 12 - Poder Legislativo

Unidade: 01 - Câmara Municipal de Vereadores

P/A: 2000 – Funcionamento e Manutenção da Câmara Municipal

Elemento da Despesa:

319011000000000100 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil – R\$ 30.000,00

339014000000000100 – Diárias – Civil – R\$ 20.000,00

339092000000000100 – Despesas de Exercícios Anteriores – R\$ 7.007,00

449051000000000100 – Obras e Instalações – R\$ 40.000,00

449052000000000100 – Equipamentos e Material Permanente – R\$ 10.000,00

Total: R\$ 107.007,00

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Laguna, 22 de agosto de 2017.

Mauro Vargas Candemil

Prefeito Municipal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE ITBI Nº. 003/2017

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE LANÇAMENTO DE ITBI

O Senhor Prefeito Municipal de Laguna, Estado de Santa Catarina, no uso de suas obrigações legais, e em cumprimento ao disposto no art. 48 e seguintes, do Código Tributário Municipal (Lei 105/2003), torna público a todos que adquiriram a propriedade de IMÓVEIS da empresa CASA ALTA CONSTRUÇÕES LTDA., localizados no Condomínio Mar Grosso Residencial Clube, Avenida Aderson Pinho Remor, nº. 327, Bairro Mar Grosso, Laguna/SC, por meio de alienação onerosa, que no dia 15 de fevereiro de 2017 a alienante informou a transferência de imóveis, nos quais ocorreu o FATO GERADOR DO ITBI - Imposto sobre a Transmissão inter vivos, por ato oneroso de Bens Imóveis, de acordo com a data informada no contrato de compra e venda de cada imóvel. Deste modo ficam NOTIFICADOS, de forma global e impessoal, que o ITBI tem como BASE DE CÁLCULO O VALOR DE MERCADO do bem imóvel.

NOTIFICA também, que qualquer reclamação contra o lançamento do ITBI, poderá ser feita no prazo de 30 (trinta) dias, corridos, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil da data da publicação deste edital. Na eventualidade de não ocorrer o pagamento espontâneo

do débito tributário, o Município de Laguna/SC, que necessita permanentemente de recursos financeiros para continuar executando as obras e serviços públicos reclamados pela comunidade, não hesitará em submeter o seu crédito ao Poder Judiciário para cobrança coercitiva, através da competente Ação de Execução Fiscal, onde serão exigidos multa, juros, correção monetária e todos os demais encargos originados pela demanda cível fiscal (despesas processuais), com a possibilidade, inclusive, de arresto, penhora e leilão de bens, visto que o bem comum exige que tributos sejam rigorosamente arrecadados.

NOTIFICA os contribuintes que adquiriram a propriedade de imóvel (apartamentos) no Condomínio Mar Grosso Residencial Clube, Avenida Aderson Pinho Remor, nº. 327, Bairro Mar Grosso, Laguna/SC, que não receberem as guias de recolhimentos, deverão retirá-las no endereço: Rua Oswaldo Cabral, nº. 140, Centro, de Laguna/SC, no horário das 13:00 às 19:00 horas, ou realizarem a impressão do boleto pela internet no site eletrônico: <http://www.laguna.sc.gov.br/>. Qualquer informação a respeito de valores do ITBI poderá ser obtida junto ao Departamento de Arrecadação/Tributos.

NOTIFICA finalmente, que o boleto de ITBI poderá ter vencimento entre o período de 06/09/17 a 13/09/17 e poderá ter o seu vencimento prorrogado por mais 30 dias da data do vencimento, mediante pedido no Setor de ITBI junto a Arrecadação na Prefeitura Municipal de Laguna, os quais poderão ser pagos preferencialmente nas seguintes instituições: CAIXA ECONOMICA FEDERAL, CASAS LOTÉRICAS e AGENCIA DO CORREIO LOCAL, ou em qualquer outro banco de sua preferência até o dia do vencimento.

Laguna/SC, 24 de agosto de 2017.

André Vargas Laureano Luciana Fernandes Pereira Mauro Vargas Candemil

Fiscal de Tributos Secretária de Administração e Finanças Prefeito Municipal

Matrícula 446001 Matrícula 621401

Nota: Os contribuintes que possuem endereço completo e correto receberão as guias de recolhimento no endereço constante no cadastro imobiliário desta prefeitura a partir de 25/08/2017. Quem não receber até 01/09/2017, deverá retirar no Departamento de Arrecadação e Tributos, se preferir pode imprimir segunda via no endereço eletrônico: www.LAGUNA.sc.gov.br.

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.930/2017

Lei ORDINÁRIA Nº. 1.930, DE 14 de agosto de 2017

"INSERE NOTA NO ANEXO I E XIII, BEM COMO ALTER DISPOSITIVOS, TODOS DA LEI Nº 1.658, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2013".

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica inserido uma nota no Anexo I, da Lei 1.658, de 12 de dezembro de 2013, com a seguinte redação:

Nota: Nas áreas já consolidadas, os lotes com mais de uma frente (esquina), o recuo frontal será aplicado apenas na frente prevista na matrícula do Registro Imobiliário.

Art. 2º Fica inserido uma nota no Anexo XIII, da Lei 1.658, de 12 de dezembro de 2013, com a seguinte redação:

Nota: [...]

(18) A testada mínima de lotes de esquina para novos loteamentos deverá ser, obrigatoriamente, de no mínimo 15 (quinze) metros em ambas as frentes.

Art. 3º Para efeitos de desmembramento de área, fica desconsiderada a área máxima do lote para a Zona Especial do Farol - ZEFSM,

disposta no Anexo XIII, da Lei Ordinária nº. 1.858, de 12 de dezembro de 2013.

Parágrafo único. A área máxima do lote para a Zona Especial do Farol – ZEFSM deverá ser exigida quando se tratar de implantação de loteamento.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito

LEI ORDINÁRIA Nº. 1.931/2017

Lei ORDINÁRIA Nº. 1.931, DE 14 de agosto de 2017

“ALTERA DISPOSITIVO DA LEI ORDINÁRIA Nº 1.888, DE 15 DE JULHO DE 2016.”

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGUNA/SC., Sr. Mauro Vargas Candemil, faz saber a todos os habitantes do Município de Laguna e demais contribuintes, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 14 da Lei Ordinária nº 1.888, de 15 de julho de 2016, passa a ter a seguinte redação:

Art. 14 - O Município aplicará no mínimo 25% (vinte e cinco por cento) de sua receita resultante de impostos, conforme dispõe o art. 212 da Constituição Federal, prioritariamente na manutenção e desenvolvimento da educação básica, mínimo 15% (quinze por cento) em ações de saúde, nos termos estabelecidos no art. 7º, inciso III da Emenda Constitucional nº 29/2000, e; repassará ao Poder Legislativo, 7% (sete por cento), do somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e nos arts. 158 e 159, efetivamente realizados no exercício anterior, acrescido do valor necessário ao pagamento dos inativos/pensionistas, observando o disposto no art. 29-A, da Emenda Constitucional nº 29/2000, alterado pela Emenda Constitucional nº 58/2009.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, com efeitos financeiros retroativos a 1º de junho de 2017.

Mauro Vargas Candemil
Prefeito

TOMADA 01/2017-PML-SUSPENSÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA

AVISO DE LICITAÇÃO - SUSPENSÃO

TOMADA 01/2017-PML

O MUNICÍPIO DE LAGUNA de conformidade com o que estabelece a Lei 8666/93 e alterações, torna público que o processo licitatório na modalidade TOMADA DE PREÇOS para a contratação de empresa especializada para a pavimentação de parte da Estrada Geral de Ribeirão Pequeno e que ocorreria no dia 28 de Agosto de 2017, foi suspenso por interesse público, para sanar vícios no edital. Todos os interessados cadastrados serão notificados. Informações e documentação encontram-se à disposição dos interessados, conforme pedido ao e-mail pmlcompras99@gmail.com, telefone (48)3644.0832 ou na sede, sito à rua Osvaldo Cabral – 140 – centro - Laguna SC, das 13:00 às 19:00 horas.

Laguna, em 24 de Agosto de 2017.

Waldomiro Souza Netto – Presidente - COPELI

Lauro Muller**PREFEITURA****DECRETO Nº 127/2017**

DECRETO Nº 127/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 680.000,00 (Seiscentos e oitenta mil reais), para reforço dos seguintes itens orçamentários:

03 SECRETARIA MUNIC DE ADM FINANÇAS E PLANEJAMENTO**01 Departamento de Administração****2.003 Manutenção da Administração Geral**

4.6.90.00.00.00.00116 – Aplicações Diretas R\$ 300.000,00

09 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**02 Fundo Municipal de Assistência Social****2.011 Manutenção da Secretaria de Assistência Social**

3.3.90.00.00.00.00116 – aplicações diretas R\$ 100.000,00

04 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E DOS ESPORTES**01 Departamento de Apoio Pedagógico****2.022 Manutenção da Educação Infantil**

3.1.90.00.00.00.00117 – aplicações diretas R\$ 100.000,00

2.023 Manutenção da Secretaria de Educação

3.1.90.00.00.00.00117 – aplicações diretas R\$ 100.000,00

3.3.90.00.00.00.00117 – aplicações diretas R\$ 50.000,00

08 SECRETARIA MUNIC DA AGRICULTURA E DO MEIO AMBIENTE**01 Fundo Municipal de Agricultura****1.035 Aquisição de Máquinas e Implementos Agrícolas**

4.4.90.00.00.00.00116 – aplicações diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 680.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 116 (Recurso Próprio), 117(Recursos de impostos 25%)

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 128/2017

DECRETO Nº 128/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (Cinquenta mil reais), para reforço do seguinte item Orçamentário:

09 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**09.02 Fundo Municipal de Assistência Social****2.014 Manutenção da Atenção Básica**

3.3.90.00.00.00.1154 – aplicações diretasR\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta da anulação em igual quantia no seguinte item orçamentário:

9 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ASSISTENCIA SOCIAL**09.02 Fundo Municipal de Assistência Social****2.014 Manutenção da Atenção Básica**

3.1.90.00.00.00.1154 – aplicações diretasR\$ 50.000,00

TOTAL R\$ 50.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

DECRETO Nº 129/2017

DECRETO Nº 129/2017

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR.

VALDIR FONTANELLA, PREFEITO MUNICIPAL DE LAURO MÜLLER – SC, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no artigo 63 inciso VI da Lei Orgânica Municipal e conforme autorização Legislativa dada pela Lei Municipal nº 1.939/2016, de 14 de Dezembro de 2016 (Lei Orçamentária Anual LOA),

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a abrir crédito suplementar no valor de R\$ 80.000,00 (Oitenta mil reais), para reforço do seguinte item Orçamentário:

07 FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE**01 Fundo Municipal de Saude****2.015 Gerenciamento e Manutenção dos Serviços de Saude**

3.1.90.00.00.00.1165 – aplicações diretasR\$ 50.000,00

3.3.90.00.00.00.1165 – aplicações diretas R\$ 30.000,00

TOTAL R\$ 80.000,00

Art. 2º - O crédito a que se refere o artigo anterior ocorrerá por conta do provável excesso de arrecadação da fonte 1165(MAC SAMU).

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

LAURO MÜLLER, 23 DE AGOSTO DE 2017.

VALDIR FONTANELLA

Prefeito Municipal

Registrada nesta Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento e Publicada no órgão oficial do município.

ANA RUBIA DOS SANTOS PRESTES CESCONETO

Sec. Administração, Fina. e Planej.

Lebon Regis

PREFEITURA

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017 - CONTAS 2015

DECRETO LEGISLATIVO Nº 03/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017, "APROVA AS CONTAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LEBON RÉGIS RELATIVAS AO EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2015"

A Mesa Diretora, amparada no artigo 91 da Lei Orgânica Municipal e no artigo 103 alínea "f" do Regimento Interno e em conformidade com art. 263 também do Regimento Interno, submete a apreciação do Plenário, o presente Decreto:

Artigo 1º. Ficam aprovadas as contas públicas do município de Lebon Régis referente ao exercício financeiro de 2015.

Artigo 2º. O Resultado apurado em sessão especial seja comunicado ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina e demais órgãos competentes.

Artigo 3º. Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,
Registre-se

SALA DAS SESSÕES, 23 de agosto de 2017.
OSMAR COMPER
Presidente

DIRCEU DOS SANTOS MAIBERG
1º. Secretário

HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA Nº. 0692/2017 DE 01 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0692/2017 de 01 de agosto de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER a Servidora CLAUDETE GUEDES DA SILVA, ocupante do cargo de Técnica em Enfermagem, FÉRIAS, a partir de 01/08/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 01 de agosto de 2017.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA Nº. 0693/2017 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0693/2017 de 02 de agosto de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONTRATAR ANDERSON DA CRUZ, para ocupar o cargo de Recepcionista, a partir de 02/08/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de agosto de 2017.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA Nº. 0694/2017 DE 02 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0694/2017 de 02 de agosto de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER A SERVIDORA CLAUDETE GUEDES DA SILVA, Técnica em Enfermagem, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 14/07/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 02 de agosto de 2017.
LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA Nº. 0695/2017 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0695/2017 de 14 de agosto de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER A SERVIDORA JULIANA THIBES FLORIANO, Recepcionista, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 14/08/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 14 de agosto de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

HOSPITAL SANTO ANTONIO - PORTARIA Nº. 0696/2017 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS

HOSPITAL E MATERNIDADE MUNICIPAL S. ANTONIO
PORTARIA Nº. 0696/2017 de 21 de agosto de 2017.

O Presidente do Conselho Superior de Administração do Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio de Lebon Régis, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Artigo 4º, Alínea f do Regimento Interno desta Instituição, de 14 de Maio de 1979. e de conformidade com a lei nº 060/ de 10/12/2009.

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER A SERVIDORA NEIVA MACIEL ROSA, Técnica em Enfermagem, LICENÇA PREMIO (18 DIAS), a partir de 21/08/2017.

ART 2º. - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se

Hospital e Maternidade Municipal Santo Antonio, em 21 de agosto de 2017.

LEONIRO DA SILVA PAHL
Presidente

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN08/2017

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 57/2017 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº IN08/2017

O MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS, através do presidente da Comissão de Licitações conforme decreto nº 027/2017, torna pública a instauração de procedimento licitatório na modalidade de Inexigibilidade, com fundamento no Art. 25, II, da Lei nº 8.666/93. OBJETO: Contratação de sociedade de advogados especializada em promover assessoria técnica em Direito Administrativo e Tributário para promover a modernização da administração tributária com a elaboração de uma nova legislação tributária conforme necessidade apontada no diagnóstico tributário municipal desenvolvido pela AMARP em parceria com EGEM – Escola de Gestão Pública Municipal, bem como assessoria técnica na execução de diagnóstico e implantação de gestão tributária baseado em resultados. CREDOR: EMMEL, SCHUSTER & MARCHIORI ADVOGADOS ASSOCIADOS – CNPJ Nº 19.236.037/0001-41. O Município pagará pelos serviços efetivamente prestados, o valor de R\$ 400,00 (quatrocentos reais) por hora.

Lebon Régis, 24 de agosto de 2017.

José Vanderlei de Campos–Presidente da CPL

Leoberto Leal**PREFEITURA****ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017 - FMS**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 013/2017 – FMS.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017, PARA EVENTUAIS AQUISIÇÕES PARCELADAS DE MATERIAIS DE ARTESANATO, PINTURA, MADEIRA E DE COSTURA PARA OS GRUPOS DO NÚCLEO DE APOIO A SAÚDE DA FAMÍLIA - NASF, EM CONFORMIDADE COM O ANEXO I, DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2017.

Aos 14 (quatorze) dias do mês de agosto do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, o Pregoeiro e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de materiais de artesanato, pintura, madeira e de costura para os grupos do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 015/2017.

JHONATAN BAGATOLI ME

CNPJ: 22.992.632/0001-11

AVENIDA JUSCELINO K. DE OLIVEIRA, Nº 117, SEMINÁRIO, CEP: 89.190-000, TAIÓ/SC

CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME

CNPJ: 04.195.853/0001-87

AVENIDA BEIRA RIO, Nº 730, CENTRO, CEP: 88.450-000, ALFREDO WAGNER/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventuais aquisições parceladas de materiais de artesanato, pintura, madeira e de costura para os grupos do Núcleo de Apoio a Saúde da Família – NASF, em conformidade com o Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 015/2017, a contar da assinatura da presente ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses, a contar de sua assinatura.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

As proponentes registradas para os itens cotados são as seguintes:

| ITEM | DESCRIÇÃO DO PRODUTO | UND. | QT. | MARCA | PREÇO UNIT.
R\$ | PREÇO TOTAL
R\$ | EMPRESA VENCEDORA |
|------|--|------|-----|-------------|--------------------|--------------------|---------------------------------|
| 1 | Imã | UN | 100 | KIT | 4,00 | 400,00 | CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. |
| 2 | Tecidos sortidos coloridos para patchwork 100% algodão, diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | M | 100 | JLM TECIDOS | 22,30 | 2.230,00 | CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. |
| 3 | Tecido estampado floral diversos para patchwork 100% algodão. | M | 250 | MARANTEX | 23,30 | 5.825,00 | JHONATAN BAGATOLI ME. |
| 4 | Tecido estampado para patchwork – frutas - 100% algodão. | M | 30 | JLM TECIDOS | 30,20 | 906,00 | CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. |
| 5 | Tecido estampado para patchwork – cozinha - 100% algodão. | M | 30 | JLM TECIDOS | 30,20 | 906,00 | CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. |
| 6 | Tecido estampado para patchwork – galinha - 100% algodão. | M | 30 | JLM TECIDOS | 30,20 | 906,00 | CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. |
| 7 | Tecido estampado para patchwork – infantil - 100% algodão. | M | 50 | MARANTEX | 30,25 | 1.512,50 | JHONATAN BAGATOLI ME. |
| 8 | Viés fino diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | M | 40 | TERFIL | 0,30 | 12,00 | CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. |
| 9 | Viés fino estampado. | M | 40 | TERFIL | 0,50 | 20,00 | CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. |
| 10 | Viés largo de diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | M | 40 | TERFIL | 0,40 | 16,00 | CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME. |

| | | | | | | | |
|----|--|----|-----|-------------|-------|----------|----------------------------------|
| 11 | Viés largo estampado diversos. | M | 40 | TERFIL | 0,80 | 32,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 13 | Tesoura de ponta para cortar tecido - tamanho M. | UN | 20 | MALU | 13,90 | 278,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 14 | Argola acrílico ou plástico – tamanho P. | UN | 100 | MALU | 0,15 | 15,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 15 | Argola acrílico ou plástico – tamanho M. | UN | 100 | MALU | 0,30 | 30,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 16 | Argola acrílico ou plástico – tamanho G. | UN | 100 | MALU | 0,90 | 90,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 17 | Elástico nº 10 (cor branco, preto e bege). | UN | 03 | SÃO JOSÉ | 5,10 | 15,30 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 18 | Elástico nº 14 (cor branco, preto e bege). | UN | 03 | SÃO JOSÉ | 6,80 | 20,40 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 19 | Fibras. | KG | 100 | TERFIL | 19,45 | 1.945,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 20 | Botão patchwork redondo diversos, 3cm. | UN | 100 | TERFIL | 1,35 | 135,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 21 | Botão patchwork redondo diversos, 2cm. | UN | 100 | TERFIL | 0,85 | 85,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 22 | Botão patchwork redondo diversos, 1cm. | UN | 100 | TERFIL | 0,35 | 35,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 23 | Fita de cetim nº 01 diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | UN | 50 | TERFIL | 2,30 | 115,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 24 | Fita de cetim nº 03 diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | UN | 50 | TERFIL | 3,75 | 187,50 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 25 | Fita de cetim nº 05 diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | UN | 50 | TERFIL | 4,95 | 247,50 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 26 | Fita de tecido diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) Rolo com 10. | UN | 05 | TERFIL | 25,00 | 125,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 27 | Argola para chaveiro sem correntes. | UN | 500 | MALU | 0,07 | 35,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 28 | Toalha para lavabo diversas cores. | UN | 500 | FLESHAN | 6,20 | 3.100,00 | JHONATAN BAGATOLI ME. |
| 29 | Feltro liso de diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | M | 300 | JLM TECIDOS | 13,10 | 3.930,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 30 | Missangas 2mm diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | KG | 05 | TERFIL | 54,00 | 270,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 31 | Linhas para costura diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | UN | 100 | TERFIL | 3,35 | 335,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 32 | Linha/fio encerada (o), fina, 500 metros, diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja.) | UN | 10 | TERFIL | 75,00 | 750,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 33 | Caixa de madeira mdf com tampa, para pintar – baú – tamanho M. | UN | 100 | CRW | 9,85 | 985,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 34 | Porta retrato em mdf 10X15cm. | UN | 100 | CRW | 5,89 | 589,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 35 | Caixa de madeira com tampa, para pintar – tamanho M. | UN | 100 | CRW | 9,99 | 999,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 36 | Tinta PVA ou Latex para pintura em madeira, base de água. Diversas cores (branco, preto, rosa, vermelho, azul, verde, marrom, lilás, bege, amarelo e laranja) – 100ml. | UN | 20 | CORFIX | 8,00 | 160,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |

| | | | | | | | |
|-------|---|-----|----|---------------|-------|-----------|----------------------------------|
| 37 | Lixa para pintura em madeira nº 150. | UN | 10 | PINCEIS TIGRE | 1,30 | 13,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 38 | Pincel para pintura nº 10. | UN | 25 | MALU | 10,50 | 262,50 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 39 | Pincel rodinho para pintura – tamanho médio. | UN | 25 | MALU | 9,00 | 225,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 40 | Borboleta de acrílico – transparente. | PCT | 01 | TERFIL | 58,00 | 58,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 41 | Balãozinho de acrílico 8mm, diversas cores (transparente, rosa, vermelho, azul, verde, amarelo, laranja, branca, lilás, bege perolada, marrom e preto). Pacote com 500gr. | PCT | 50 | TERFIL | 53,70 | 2.685,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 42 | Coração de acrílico, diversas cores (transparente, rosa, vermelho, azul, verde e lilás). Pacote com 500gr. | PCT | 50 | TERFIL | 58,00 | 2.900,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 43 | Barbante grosso para artesanato, diversas cores (rosa, vermelho, azul, branco, verde, marrom, amarelo, lilás, bege, laranja e preto). | UN | 10 | PIRATININGA | 12,00 | 120,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 44 | Barbante nº 06, diversas cores (rosa, vermelho, azul, branco, verde, marrom, amarelo, lilás, bege, laranja e preto) | UN | 10 | PIRATININGA | 12,00 | 120,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 45 | Barbante nº 04, diversas cores (rosa, vermelho, azul, branco, verde, marrom, amarelo, lilás, bege, laranja e preto). | UN | 10 | PIRATININGA | 12,00 | 120,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 46 | Agulha de crochê nº 3,5. | UN | 25 | TERFIL | 4,00 | 100,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 47 | Agulha de crochê nº 4,5. | UN | 25 | TERFIL | 3,50 | 87,50 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 49 | Fibras em metro. | M | 40 | TERFIL | 7,50 | 300,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 50 | Agulhas de tricô. | PAR | 15 | TERFIL | 5,50 | 82,50 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| 51 | Tinta plástica, diversas cores (rosa, vermelho, azul, branco, verde, marrom, amarelo, lilás, bege, laranja e preto) – 100ml. | UN | 50 | ACRILEX | 8,00 | 400,00 | CELIA REGINA WAMBOM-MEL SANI ME. |
| TOTAL | | | | R\$ | | 34.715,70 | |

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega dos produtos e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível,

porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços.

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços.

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativas entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado.

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;

b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;

c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;

d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;

e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais

ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;

f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 As entregas dos materiais fornecidos ocorrerão no endereço e horário das 12:30hs às 18:30hs, estando estes, especificados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS".

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais ate os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";

c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;

d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;

f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as conseqüências previstas no item 8.2;

g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;

h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;

i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as conseqüências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.2.053.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.053.3.3.90.00.00.00.00.00.03.0064 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.053.4.4.90.00.00.00.00.00.01.0064 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

05.01.10.301.0006.2.053.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0064 – Núcleo de Apoio à Saúde da Família – NASF Estado

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 15 de agosto de 2017.

JAQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN

PREGOEIRA MUNICIPAL

| | |
|-------------|----------------------|
| ALINE KRAUS | MAYARA CARLA GUCHERT |
| MEMBRO | MEMBRO |

JHONATAN BAGATOLI ME
EMPRESA VENCEDORA

CELIA REGINA WAMBOMMEL SANI ME
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:
ASSESSOR JURÍDICO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2017 - FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/2017, PARA EVENTUAL AQUISIÇÃO DE 01 (UM) AUTOMÓVEL UTILITÁRIO ZERO QUILOMETRO, A SER UTILIZADO PELA VIGILÂNCIA EM SAÚDE, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA E VIGILÂNCIA SANITÁRIA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LEOBERTO LEAL, CONFORME ANEXO I, QUE FAZ PARTE INTEGRANTE DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 016/2017.

Aos 21 (vinte e um) dias do mês de agosto do ano de 2017, nos termos do artigo 15 da Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, a Pregoeira e a Equipe de Apoio, designados através da Portaria nº 002/2017, de 02 de janeiro de 2017, para recebimento e abertura dos envelopes contendo as Propostas de Preços e os Documentos de Habilitação, visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição de 01 (um) automóvel utilitário zero quilômetro, a ser utilizado pela vigilância em saúde, vigilância epidemiológica e vigilância sanitária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, conforme Anexo I, que faz parte integrante do Edital de Pregão Presencial nº 016/2017.

AUTO ELITE LTDA

CNPJ: 83.270.397/0005-92

ALAMEDA ARISTILIANO RAMOS, Nº 1471, CENTRO, CEP: 89.160-000, RIO DO SUL/SC

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS tem por objeto, eventual aquisição de 01 (um) automóvel utilitário zero quilômetro, a ser utilizado pela vigilância em saúde, vigilância epidemiológica e vigilância sanitária do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, a contar da assinatura da presente ata, conforme as especificações e quantidades máximas de cada item, que passa a fazer parte para todos os efeitos desta Ata.

CLÁUSULA SEGUNDA: DA VIGÊNCIA.

A presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS vigorará pelo período de 12 (doze) meses.

CLÁUSULA TERCEIRA: DO PREÇO.

A proponente registrada para o item cotado é a seguinte:

| Item | Qt. | Und. | Descrição | Marca | Preço Unit.
R\$ | Preço Total
R\$ | Empresa
Vencedora |
|------|-----|------|--|------------|--------------------|--------------------|----------------------|
| 01 | 01 | Und. | Automóvel zero quilômetro Gol 1.0 Trendline, na cor branca, com 05 (cinco) portas, para no mínimo 05 (cinco) ocupantes, ano de fabricação no mínimo 2017, ano do modelo no mínimo 2018, motorização de 3 cilindros, bi-combustível (álcool e/ou gasolina), injeção eletrônica, com no mínimo 990 cilindradas, oito a dezesseis válvulas, potência mínima de 75CV, com direção hidráulica, Airbag (motorista e passageiro), freios ABS com EBD, compartimento de bagagem com no mínimo 285 litros de capacidade, com o banco traseiro em posição normal, capacidade do tanque de combustível com no mínimo 50 litros, banco do motorista com ajuste de altura, chave codificada, retrovisores, ar condicionado, vidros elétricos e travas elétricas nas quatro portas, rodas no mínimo aro 14 (juntamente com estepe), garantia nacional, controle de poluição por veículos automotores e com todos os equipamentos de segurança exigidos no Código de Trânsito Brasileiro (macaco compatível com peso e carga do veículo, chave de roda e ou outra ferramenta apropriada para remoção de calotas), calhas de chuva para os vidros das portas, tapetes, garantia de no mínimo 3 anos. | VOLKSWAGEM | 42.000,00 | 42.000,00 | AUTO ELITE LTDA. |

CLÁUSULA QUARTA: DO PEDIDO DE COMPRAS.

O fornecimento do(s) produto(s), cujos preços ora registramos será solicitado mediante a apresentação do pedido de compras correspondente.

Parágrafo Único: Cada Autorização de Compras conterá sucintamente:

- a) Número da Ata;
- b) Quantidade do Produto;
- c) Descrição do Produto;
- d) Local de Entrega;
- e) Condições de Pagamento;
- f) Valor.

CLÁUSULA QUINTA: DO PAGAMENTO.

Os pagamentos serão efetuados em até 30 (trinta) dias, após entrega do veículo e nota fiscal.

Parágrafo Único: Caso constatado alguma irregularidade nas faturas/notas fiscais, estas serão devolvidas ao Fornecedor, acompanhadas das informações correspondentes às irregularidades verificadas para as necessárias correções.

CLÁUSULA SEXTA: REAJUSTAMENTO DE PREÇOS E EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO.

6.1 Os contratantes têm direito ao equilíbrio econômico financeiro da Ata de Registro de Preços procedendo-se a revisão do mesmo a qualquer tempo, desde que ocorra variação de preços dos produtos, que seja imprevisível ou previsível, porém com consequências incalculáveis, que onere ou desonere excessivamente as obrigações pactuadas no presente instrumento.

6.1.1 A contratada, quando for o caso, deverá formular a Administração requerimento para revisão do contratado, comprovando a ocorrência de aumento de preços;

6.1.2. A comprovação será feita através de documentos, tais como lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição de matérias-primas, de transporte de mercadorias, alusivas à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços;

6.1.3 Junto com o requerimento, a contratada deverá apresentar planilhas de custos comparativa entre a data da formulação da proposta e do momento do pedido de revisão da Ata de Registro de Preços, evidenciando o quanto o aumento de preços ocorrido repercute no valor total pactuado;

6.1.4 A administração, reconhecendo o desequilíbrio econômico financeiro, procederá à revisão da Ata de Registro de Preços de acordo com os parâmetros estabelecidos pela Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações.

6.2 Independente da solicitação, a Administração poderá convocar a contratada para negociar a redução dos preços, mantendo o mesmo objeto cotado, na qualidade e nas especificações indicadas na proposta, em virtude da redução dos preços no mercado.

6.3 As alterações decorrentes da revisão dos preços serão formalizadas através de Aditivos à Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

7.1 As aquisições obedecerão à conveniência e as necessidades do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal, objetivadas no atendimento do Município.

7.2 Dentro do prazo da vigência da Ata de Registro de Preços, o(s) fornecedor (es) será (ao) OBRIGADO(S) ao fornecimento do(s) produtos, desde que obedecidas as condições do Edital do Pregão, de forma PRESENCIAL, que precedeu a formalização desta Ata.

7.3 O Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal promoverá ampla pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado, condição indispensável para a solicitação da aquisição.

7.4 O(s) Fornecedor(es) se obriga(m) manter, durante o prazo de vigência do Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas nesta licitação.

7.5 Como condição de fornecimento das mercadorias, os fornecedor(es) que tiver(em) seu(s) preço(s) registrado(s) se comprometem a apresentar, sempre que solicitado, os documentos que originaram a sua habilitação.

7.6 Serão de responsabilidade dos concorrentes que tiverem seus preços registrados o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas decorrentes de danos ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados e/ou prepostos, obrigando-se por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força da Lei, relacionadas com o cumprimento do presente edital e com as obrigações assumidas na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

7.7 O Inadimplemento de qualquer item do Edital, da Carta-Proposta, da Autorização de Compras e da Presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, ensejará, a critério do Fundo Municipal de Saúde de Leoberto Leal - SC, o cancelamento do REGISTRO DE PREÇOS dos fornecedores inadimplentes, sujeitando-o às penalidades previstas nesta ata.

CLÁUSULA OITAVA: DAS PENALIDADES.

8.1 Em caso do licitante vencedor recusar-se a honrar o compromisso injustificadamente será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, garantido o direito ao contraditório e a ampla defesa.

8.2 As penalidades referidas no caput do artigo 81, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, não se aplicam às demais licitantes que forem convocadas nos termos do item 9.11 deste Edital, conforme a ordem de classificação das propostas, que não aceitarem a contratação.

8.3 O licitante que, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não celebrar o contrato, deixar de entregar documentação exigida para o certame ou apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará impedido de licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

8.4 A CONTRATADA ficará sujeita às seguintes penalidades, garantidas a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do Edital:

I - advertência;

II – multa(s), que deverá(ao) ser recolhida(s) na tesouraria desta municipalidade:

- a) de 1% (um por cento) do valor da Nota de Empenho, por dia de atraso por descumprimento dos prazos das entregas, previstos no edital limitado a 15 (quinze) dias de atraso;
- b) de 2% (dois por cento) do valor da Nota de Empenho por infração a qualquer condição estipulada no Edital, não prevista na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência;
- c) Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar a Contratada as sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93 e 9.648/98, e multa de 15% sobre o valor total do contrato;
- d) As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Administração cobrá-las judicialmente;
- e) Ficarão ainda sujeito às penalidades previstas nos incisos III e IV do artigo 87, da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que praticarem os ilícitos previstos no artigo 88 do mesmo diploma legal;
- f) Para as penalidades previstas será garantido o direito ao contraditório e ampla defesa.

CLÁUSULA NONA: DO RECEBIMENTO DO OBJETO.

9.1 A entrega do veículo será em até 30 (trinta) dias após autorização de fornecimento;

9.2 Correrão, por conta exclusiva do Fornecedor as despesas com embalagem, seguro e transporte e quaisquer outras despesas, para entrega dos materiais até os locais designados.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

10.1 O Registro de determinado preço poderá ser cancelado, de pleno direito:

- a) Se o fornecedor não cumprir as obrigações constantes desta ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- b) O fornecedor não entregar os materiais solicitados na "AUTORIZAÇÃO DE COMPRAS";
- c) Desatender qualquer das cláusulas descritas no edital ou na ATA DE REGISTRO DE PREÇOS;
- d) Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos previstos nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- e) Amigável, por acordo das partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a administração;
- f) A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão pela Administração, com as consequências previstas no item 8.2;
- g) Constituem motivos para a rescisão contratual os previstos no art. 78 da Lei 8.666/93 e 9.648/98;
- h) Em caso de rescisão prevista nos incisos XII a XVII do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98, sem que haja culpa do contratado, será este ressarcido dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido;
- i) A rescisão contratual de que trata o inciso I do art. 78 acarretará as consequências previstas no art. 80, incisos I a IV, ambos da Lei Federal nº 8.666/93 e 9.648/98 e 10.520/02.

CLÁUSULA DÉCIMA-PRIMEIRA: DAS DOTAÇÕES.

As despesas decorrentes da presente licitação correrão por conta da seguinte rubrica orçamentária:

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0002 (51) – Aquisição de Veículos – Saúde

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066 (52) – Aquisição de Veículos - Saúde

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066 (53) – Aquisição de Veículos – Saúde

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066 (54) – Aquisição de Veículos - Saúde

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066 (55) – Aquisição de Veículos – Saúde

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066 (56) – Aquisição de Veículos – Saúde

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.00.03.0066 (57) – Aquisição de Veículos – Saúde

05.01.10.301.0006.1.020.4.4.90.00.00.00.00.03.0066 (58) – Aquisição de Veículos – Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA-SEGUNDA: DISPOSIÇÕES FINAIS.

12.1 Fica eleito o foro da Comarca de Ituporanga, para dirimir questões resultantes da ou relativas à aplicação deste Contrato ou execução do ajuste, não resolvidos na esfera administrativa.

12.2 A CONTRATADA obriga-se a manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação que originou o presente ajuste.

12.3 E por estarem justas e concordes, as partes assinam o presente instrumento em 03 (três) vias, de igual forma e teor, na presença das testemunhas.

CLÁUSULA DÉCIMA-TERCEIRA – PUBLICAÇÃO. Esta Ata entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Decreto nº 074/2011.

Leoberto Leal/SC, 22 de agosto de 2017.

JAEQUELINE ROSÁLIA GUCHERT HOFFMANN
PREGOEIRA MUNICIPAL

| | |
|-------------|----------------------|
| ALINE KRAUS | MAYARA CARLA GUCHERT |
| MEMBRO | MEMBRO |

AUTO ELITE LTDA
EMPRESA VENCEDORA

TESTEMUNHAS:

1- SILVANIA CAPISTRANO LOPES
CPF: 017.410.949-09

2- LIZANDRO KREUSCH
CPF: 023.728.959-82

VISTO:

ASSESSOR JURÍDICO

Lindóia do Sul

PREFEITURA

CONVOCA AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 02/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Convoca Audiências Públicas

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º. Convocar Audiência Pública Municipal em atendimento ao parágrafo único do Art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, Lei Municipal nº 378/2001 e demais disposições legais aplicáveis, com a finalidade de prestar contas e definir ações e metas com vistas à discussão a:

I – da discussão das propostas da Lei Orçamentária Anual – LOA 2018;

II – prestação de contas referente ao 2º quadrimestre de 2018.

Art. 2º. Para os fins do disposto no art. 1º deste edital, a Audiência Pública será realizada no dia 12 de setembro de 2017 às 19:00 horas nas dependências da Câmara Municipal de Vereadores.

Art. 3º. Ficam convocados todos os cidadãos lindoienses, sociedade civil organizada, conselhos municipais e representações públicas em geral.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul

Genir Loli

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 235/2017, DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

PORTARIA Nº 235/2017, de 16 de Agosto de 2017.

CONCEDE LICENÇA SAÚDE A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL, PARA TRATAMENTO DE SAÚDE.

GENIR LOLI- Prefeito Municipal de Lindóia do Sul – Santa Catarina, usando da competência e atribuições, que lhe são conferidas pelo Artigo 100, da Lei Complementar nº 050/2. 003, de 10 de janeiro de 2003.

RESOLVE:

Conceder Licença saúde a partir de 15 de Agosto de 2017, a Servidora Pública Municipal Marinês Ribeiro Perondi, ocupante do cargo de provimento efetivo de Administradora Rural, lotada na Secretaria Municipal de Agricultura e meio Ambiente, 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo.

Gabinete do Prefeito Municipal de Lindóia do Sul-SC,

Em 16 de Agosto de 2017.

GENIR LOLI

Prefeito Municipal

Registra-se e publica-se.

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo RH

Lontras

PREFEITURA

COMUNICADO Nº 01/2017

COMUNICADO

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LONTRAS, inscrito no CNPJ sob número 83.102.665/0001-33, torna público que ELISETE MORAIS DE DEUS, brasileira, viúva, do comércio, portadora da cédula de identidade civil número 7/R 2.918.844 – SSP/SC e do CPF 890.020.329-00, residente e domiciliada na Rua Willy, 1925, Centro, na cidade de Lontras (SC) apresentou perante o órgão ambiental municipal compensação ambiental decorrente do processo administrativo número 001/2017/LON para corte de uma árvore por motivo de acarretar risco ao patrimônio particular em imóvel urbano cuja classificação da vegetação é de árvore isolada – cinamomo.

Lontras, 24 de agosto de 2017

EDITAL 101/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE LONTRAS

PREGÃO REGISTRO DE PREÇO N.º 101/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXTENSÃO MULTIPLEXADA, EXTENSÃO BAIXA TENSÃO, DESLOCAMENTO EM REDE ENERGIZADA, DESLOCAMENTO DE POSTES E INSTALAÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA NAS RUAS PASCOAL CONTE, VITOR ZARLING, OSVALDO SCHROEDER E ESTRADA GERAL POMERANA. Entrega dos Envelopes: até às 08:30 horas do dia 11/09/2017; Abertura dos Envelopes: 09 horas do dia 11/09/2017. Maiores informações junto ao Departamento de Licitações sito a Praça Henrique Schroeder n.º 01, Centro ou pelo site www.lontras.sc.gov.br – Fone: (47) 3523-9400, no horário de expediente em vigor. Lontras, 24 de agosto de 2017. MARCIONEI HILLESHEIM. Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2017

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 004/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE DONA PAULA

Objeto: tem por objetivo a conjugação de esforços do MUNICÍPIO e do parceiro para desenvolver atividades contínuas voltadas a produção agropecuária nas propriedades rurais situadas no Bairro Dona Paula, as quais compreendem na preparação do solo, execução de tratamentos culturais, colheita com a utilização de equipamentos necessários para tanto, bem como armazenamento de produtos agrícolas, conforme item 1 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 17.400,00 (dezessete mil e quatrocentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferência de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.01.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017

Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM – Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 005/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE LONTRINHAS

Objeto: tem por objetivo a conjugação de esforços do MUNICÍPIO e do parceiro para desenvolver atividades contínuas voltadas a produção agropecuária nas propriedades rurais situadas nas comunidades de Lontrinhas e Firma Rauh, as quais compreendem na preparação do solo, execução de tratamentos culturais, colheita com a utilização de equipamentos necessários para tanto, bem como armazenamento de produtos agrícolas, conforme item 2 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 16.700,00 (dezesseis mil e setecentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferência de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.02.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017

Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM – Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 006/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE RIBEIRÃO DO SALTO

Objeto: tem por objetivo a conjugação de esforços do MUNICÍPIO e do parceiro para desenvolver atividades contínuas voltadas a produção agropecuária nas propriedades rurais situadas nas comunidades de Ribeirão do Salto, Salto Pilão e Morro do Raso, as quais compreendem na preparação do solo, execução de tratamentos culturais, colheita com a utilização de equipamentos necessários para tanto, bem como armazenamento de produtos agrícolas, conforme item 4 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 73.300,00 (setenta e três mil trezentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferência de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.03.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017

Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM – Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 007/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE ALTO SUBIDA

Objeto: tem por objetivo a conjugação de esforços do MUNICÍPIO e do parceiro para desenvolver atividades contínuas voltadas a produção agropecuária nas propriedades rurais situadas nas comunidades de Alto Subida e Atafona, as quais compreendem na preparação do solo, execução de tratamentos culturais, colheita com a utilização de equipamentos necessários para tanto, bem como armazenamento de produtos agrícolas, conforme item 3 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 13.200,00 (treze mil e duzentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferência de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.04.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017
Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM –
Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 008/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE CONCORDIA

Objeto: tem por objetivo a conjugação de esforços do MUNICÍPIO e do parceiro para desenvolver atividades contínuas voltadas a produção agropecuária nas propriedades rurais situadas nas comunidades de Concórdia, Braço Concórdia, Alto Concórdia e Dona Lucia, as quais compreendem na preparação do solo, execução de tratamentos culturais, colheita com a utilização de equipamentos necessários para tanto, bem como armazenamento de produtos agrícolas, conforme item 6 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 7.400,00 (sete mil e quatrocentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferencia de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.05.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017

Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM –
Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 008/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO COMUNITÁRIA DE COTIAS E POMERANA

Objeto: tem por objetivo a conjugação de esforços do MUNICÍPIO e do parceiro para desenvolver atividades contínuas voltadas a produção agropecuária nas propriedades rurais situadas nas comunidades de Cotias e Pomerana, as quais compreendem na preparação do solo, execução de tratamentos culturais, colheita com a utilização de equipamentos necessários para tanto, bem como armazenamento de produtos agrícolas, conforme item 5 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 16.700,00 (dezesseis mil e setecentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferencia de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.06.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017

Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM –
Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 009/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS PISCICULTORES DE LONTRAS

Objeto: Desenvolver e incentivar a atividade de piscicultura realizada pelos produtores do Município de Lontras, conforme item 9 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferencia de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.07.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017

Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM –
Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 010/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO LONTRENSE DE APICULTORES

Objeto: Desenvolver e incentivar a atividade apícola realizada pelos produtores do Município de Lontra, conforme item 10 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferencia de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.08.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017

Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM –
Prefeito.

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO

Termo de Colaboração nº 011/2017

Contratante: Município de Lontras.

Contratado: ASSOCIAÇÃO DOS PEQUENOS PRODUTORES AGRO-ARTESANAIS DE LONTRAS

Objeto: Desenvolver e incentivar o agroartesanato realizado no Município de Lontras, conforme item 11 do Edital de Chamamento Público n. 002.2017.

Valor: R\$ 1.300,00 (um mil e trezentos reais)

Código do Recurso: 04.01 Secretaria de Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente

0020.0606.0004.2010 – Assistência do Produtor Rural

33300000000000 – Transferencia de Instituições Privadas sem fins lucrativos

00.09.0 – Recursos Ordinários

Data da Assinatura: 26/07/2017

Lontras (SC), 24 de agosto de 2017 – MARCIONEI HILLESHEIM –
Prefeito.

LEI Nº 2292/2017

LEI Nº 2292/2017 DE 17 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 64/1967, QUE DENOMINA A RUA "PEDRO LEAL DA SILVA", E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARCIONEI HILLESHEIM, Prefeito Municipal de Lontras,
Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais,

FAÇO saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a letra "b" do Art.1º, da Lei Municipal nº 64/1967, que passará a vigorar com a seguinte redação:

"Rua Pedro Leal da Silva, iniciando no entroncamento com a Rua Presidente Vargas, até o limite de propriedade particular (terras de Leila Regina Testoni Corrêa) com 12 (doze) metros de largura, sendo 1,5 (um e meio) metros de passeio em ambos os lados, e 9 (nove) metros de pista".

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Lontras (SC), 17 de agosto de 2017.

MARCIONEI HILLESHEIM

Prefeito Municipal

Luzerna

PREFEITURA

DECRETO 2426

DECRETO Nº 2426 de 24 de agosto de 2017.

"SUBSTITUI MEMBROS DE CONSELHOS MUNICIPAIS QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada CLECI CARMEM DA ROSA para substituir ALESSANDRA DAROS NUNES como Suplente, representante da Secretaria de Saúde e Assistência Social - REPRESENTANTES DO GOVERNO; nomeada Drª CAROLINE BIAZZOLO para substituir Drª MARIA CRISTINE ANTELO BENDER como Titular e nomeada Drª RAFAELLA MATTOS WEBER para substituir Drª CAROLINE BIAZZOLO como Suplente - representantes dos profissionais médicos - REPRESENTANTES DOS PROFISSIONAIS DE SAÚDE junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC).

Art.2º- Fica nomeada JANE ELISA OTTO BRANDALISE em substituição a VALI CAROLINA SPIER no CONSELHO MUNICIPAL DE ENTORPECENTES - COMEN, CONSELHO MUNICIPAL DE POLÍTICA CULTURA - CMPC e CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

Art.3º- Fica nomeada DIRCE APARECIDA DALLA COSTA RIBEIRO em substituição a VALI CAROLINA SPIER no CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER - COMDIM e CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL - COMSEA.

Art.4º-Fica nomeado FELIPE DEIGE em substituição a VALCIR ANTÔNIO GOTARDO como Suplente - Representante da Secretaria de Educação, Cultura e Esportes junto ao CONSELHO MUNICIPAL DO IDOSO - CMI.

Art.5º- As demais disposições do Decreto nº 1990 de 10/02/2015, Decreto nº 2086 de 06/08/2015, Decreto nº 2187 de 24/02/2016, Decreto nº 2188 de 24/02/2016, Decreto nº 2191 de 01/03/2016 e Decreto nº 2385 de 24/05/2017, permanecem inalteradas.

Art.6º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

DECRETO 2427

DECRETO Nº 2427 de 24 de agosto de 2017.

"SUBSTITUI MEMBRO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/CAE DE LUZERNA(SC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

MOISES DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art.1º- Fica nomeada JANE ELISA OTTO BRANDALISE em substituição a VALI CAROLINA SPIER representantes do Poder Executivo junto ao CONSELHO MUNICIPAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/CAE DE LUZERNA(SC).

Art.2º- As demais disposições do Decreto nº 2395 de 28 de junho de 2017, permanecem inalteradas.

Art.3º- Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 24 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

PORTARIA 121/17

PORTARIA Nº 121/17 de 24 de agosto de 2017.

"DESIGNA SERVIDORA QUE ESPECIFICA".

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito de Luzerna(SC), no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art.1º- DESIGNAR a servidora ADRIANA STOBBE, Agente Comunitária de Saúde, 40 horas semanais, para exercer as funções de Atendente em Farmácia "AD HOC", em substituição a NATALIE CAROLINE SEIDENFUS, em licença saúde, a partir de 28 de agosto de 2017 até nomeação de aprovado em concurso público ou o retorno da titular, o que ocorrer antes, permanecendo com o vencimento do seu cargo de origem.

Art.2º- Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 28 de agosto de 2017.

Luzerna(SC), 24 de agosto de 2017.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito de Luzerna

Macieira

PREFEITURA

decreto 1663

DECRETO Nº1663, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Abre Crédito Suplementar especial por contado superávit financeiro de 2016 .

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e pela Lei 879, de 22/08/2017;

DECRETA

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2016:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.07 Secretaria Municipal de Agricultura e Desev. Econ.

10.04 Ampliação do sistema de Água Potável

44.93.51 Aplicações Diretas

R\$ 18.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 877

LEI Nº 877 de 08 de agosto de 2017.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO DE MACIEIRA, A FIRMAR CONVÊNIO COM O ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE BOMBEIROS.

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, Zelir Citadin, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a firmar Convênio com o Estado de Santa Catarina, através do Corpo de Bombeiros Militar para a execução dos serviços de bombeiros e regular as atividades de segurança contra sinistros, busca e salvamento de pessoas e bens, atendimento pré-hospitalar, exames de projetos e vistorias de segurança contra sinistros em edificações, ações de defesa civil, desenvolvidas pela Corporação, através de sua Organização de Bombeiro Militar.

Art. 2º - Os recursos gerados no cumprimento do convênio serão depositados em conta bancária deste município denominada PREFEITURA/CONVÊNIO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, e aplicados exclusivamente no investimento em segurança contra incêndio e outros sinistros, como aquisição de viaturas, equipamentos, instalações físicas e despesas de custeio da atividade de bombeiro militar.

Art. 3º - Para compor o efetivo de prontidão fica autorizado o Município a ceder servidor municipal efetivo para a Organização de Bombeiros Militar, para atuarem como auxiliares de defesa civil.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 878

LEI Nº 878, DE 22 DE AGOSTO DE 2017

"Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município de MACIEIRA, para os exercícios de 2018/2021 e dá outras providências."

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, Zelir Citadin, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º - O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de MACIEIRA, para o 2018/2021, em cumprimento ao disposto no Art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, contemplará as despesas de capital e outras delas decorrentes, as relativas aos Programas de duração continuada e demais ações de governo, estando expressas nos Anexos desta Lei.

Art. 2º - As Planilhas que compõem o Plano Plurianual representados nos Anexos referido no Art. 1º desta Lei, serão estruturadas em Função, Sub-função, Programas, Diagnósticos, Diretrizes, Objetivos, Ações, Tipo de ações (Projeto, Atividade, Operações Especiais), Produto, Unidade de Medida, Meta e indicação da Fonte de Recursos e seus detalhamentos.

Parágrafo Único - Para fins desta Lei considera-se:

I - Função - como função deve-se entender o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao Setor Público;

II - Sub-função - a sub-função representa uma partição da função, visa agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;

III - Programa - o instrumento de organização da ação governamental visando a concretização dos objetivos pretendidos;

IV - Diagnóstico - a identificação da realidade existente, de forma a permitir a identificação, a caracterização e a mensuração dos problemas e necessidades;

V - Diretrizes - conjunto de critérios de ação e decisão que devem disciplinar e orientar a atuação governamental;

VI - Objetivos - os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais;

VII - Ações - o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas a execução do programa;

VIII - Tipo - projeto, atividade e operações especiais;

IX - Produto - os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;

X - Unidade de Medida - identificação da unidade de medida a ser quantificadas nas metas;

XI - Metas - os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar;

XII - Fonte - identificação da origem dos recursos para financiar as ações de cada programa;

XIII - Detalhamento de Fonte - ultimo nível, sendo opcional, detalhando a fonte de recurso.

Art. 3º - Integrarão a presente Lei, Anexos, com a especificação dos programas, demonstrativo com as tabelas de identificação de Idusos, fontes de recursos, receitas primárias, receitas não primárias e detalhamento das fontes de recursos, e anexos com especificações das receitas e respectivas fontes com seus detalhamentos.

Art. 4º - A exclusão ou alteração de programas constantes desta Lei, bem como a inclusão de novos programas, serão propostos pelo Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano Plurianual ou Projeto de Lei específica.

Art. 5º - O Poder Executivo poderá executar total ou parcial as metas estabelecidas a fim de compatibilizar a despesa orçada com a receita estimada em cada exercício, de forma a assegurar o equilíbrio das contas públicas.

Art. 6º - A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da Lei Orçamentária Anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programas.

Parágrafo Único - De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado a adequar as metas das ações orçamentárias para compatibiliza-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na Lei Orçamentária Anual.

Art. 7º - As ações serão identificadas em Tipo "0" (Zero) - Operações Especiais, Tipo "01" (Um) - Projeto e Tipo "02" (Dois) - Atividades

Art. 8º - As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e extraídas dos anexos desta Lei, com as respectivas indicações das fontes de recursos e seus detalhamentos.

Art. 9º - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir fontes de recursos dentro de cada programa do Plano Plurianual desde que estas modificações contribuam para a concretização da ação governamental.

Art. 11 - As receitas de Transferências de Capital da União e Estado, serão orçadas em cada Projeto com valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais) para cada fonte e poderão ser suplementadas por ato próprio, utilizando o excesso de arrecadação quando no ingresso de recursos de convênios, ou provável excesso quando na assinatura do convênio, em função das incertezas e falta de planejamento dos órgãos repassadores e para não influenciar diretamente nas metas bimestrais de arrecadação.

Parágrafo Único: As metas fiscais de cada projeto e a indicação dos recursos próprios serão previstos pelo valor real e meta real.

Art. 12 - Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem Lei que autorize sua inclusão.

Art. 13 - Fica revogada as disposições em contrário.

Art. 14 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de MACIEIRA(SC) em 22 de agosto de 2017

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

lei 879

LEI Nº879, DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

Abre Crédito Suplementar especial por contado superávit financeiro de 2016 .

O Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, Zelir Citadin, no uso de suas atribuições legais, faz saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

LEI

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a suplementar dotação orçamentárias do Orçamento vigente, por conta do superávit financeiro do exercício de 2016:

03.00 Gabinete do Prefeito

03.07 Secretaria Municipal de Agricultura e Desev. Econ.

10.04 Ampliação do sistema de Água Potável

44.93.51 Aplicações Diretas

R\$ 18.000,00

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 22 de Agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3712

PORTARIA N.º 3712/2017

"Designa servidor que especifica, e dá outras providências."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, c/c o disposto na Lei Complementar Municipal n.º 71, de 24/12/2014,

Considerando, a aposentadoria da Odontóloga Beatriz Pereira Santos e do afastamento da Odontóloga Ivete Ribeiro Freitas.

Considerando, a necessidade de designação de servidor para exercer as funções de coordenação e responsável pelos consultórios odontológicos da prefeitura, atendimento ao posto de saúde do Km30 e fazer tratamento de canal.

Considerando, a conveniência e oportunidade da designação, em razão do interesse público na prestação dos referidos serviços;

RESOLVE:

DESIGNAR, a servidora BRUNA CESCA BAHIR DE ANDRADE, ocupante do cargo efetivo de ODONTOLOGA, lotada na Secretaria da Saúde, para exercer as funções de coordenação e responsável pelos consultórios odontológicos da prefeitura, atendimento ao posto de saúde do Km30 e fazer tratamento de canal.

Para o desempenho da atribuição ora designada, o servidor fará jus, nos termos da Lei Complementar Municipal nº 71, de 24 de dezembro de 2014, a um adicional de gratificação de função (Função Gratificada), equivalente a nível superior FG-3 com valor fixado na Lei, sem direito a incorporação.

A gratificação concedida tem efeitos enquanto durar o exercício da função designada, podendo cessar a qualquer tempo por ato do Poder Executivo Municipal.

Esta portaria entra em vigor a partir deste mês, cessando os efeitos da portaria nº3630/2017.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3713

PORTARIA N.º 3713/2017

"Designa servidora que especifica para fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do processo licitatório nº0038/2017, pregão presencial nº0021/2017."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso III da Lei Orgânica Municipal e de conformidade com o disposto no art. 67 da Lei 8.666/93,

RESOLVE:

DESIGNAR, o Servidor Nilo camuzzato, ocupante do cargo efetivo de Operador de Maquinas Pesadas, lotado na secretaria de Infraestrutura e desenvolvimento urbano, para ser responsável pelo

acompanhamento e recebimento e fiscalização do contrato proveniente do processo licitatório nº0038/2017, pregão presencial nº0021/2017.

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 14 de agosto de 2017.
ZELIR CITADIN
Prefeito Municipal

Registre-se e publique-se

portaria 3714

PORTARIA Nº 3714/2017

"Conceder Avanço de um nível."

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 02, da Lei Complementar Municipal n.º 60, de 07/03/2014, que inclui parágrafo no art nº 23, da Lei Complementar nº 55/2013.

Considerando a apresentação do diploma de pós graduação, iniciado após o concurso público.

Considerando parecer jurídico em anexo.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Avanço de um Nível, por apresentação de diploma de pós graduação, para o servidor público municipal efetivo, Lotado no Cargo de Analista de Sistemas, na Secretaria de Administração, Finanças e Planejamento, Eduardo Miguel Zilio, ascendendo um Nível, a partir deste mês.

Art. 2º - Para fazer face às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 17 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3715

PORTARIA N.º 3715/2017

"Concede Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITAIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 127 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, conforme atestado medico em anexo.

| NOME | CARGO | A PARTIR DE: | DIAS |
|------------------------|--------------------------|--------------|------|
| Adriano Lazzarotti | Adm RH e Dp Pessoal | 03/08/2017 | 01 |
| Anilton Boz | Vigia | 27/07/2017 | 02 |
| Anadir Rampinelli | Tec enfermagem | 26/07/2017 | 01 |
| Alzira Locatelli | Serv. Gerais II | 31/07/2017 | 01 |
| Ana Ap Weizmann | Serv. Gerais II | 14/08/2017 | 01 |
| Cleciane R S Tonello | Professora | 08/08/2017 | 01 |
| Cleciane R S Tonello | Professora | 10/08/2017 | 01 |
| Cristina Lazzarotti | Professora | 24/07/2017 | 04 |
| Cleide M C Serighelli | Serv. Gerais II | 18/07/2017 | 15 |
| Daniela Iora Gomes | Professora | 09/08/2017 | 01 |
| Eduardo M Zilio | Analista de S de Inform. | 03/08/2017 | 02 |
| Elenir M dos Santos | Serv. Gerais II | 02/08/2017 | 01 |
| Elenir M dos Santos | Serv. Gerais II | 03/08/2017 | 02 |
| Fátima Paloschi | Serv. Gerais II | 02/08/2017 | 01 |
| Iana Spanholo | Aux Administrativo | 25/07/2017 | 01 |
| Luciane Ap de Oliveira | Serv. Gerais I | 03/08/2017 | 01 |
| Kenilli Bassani | Diretora | 14/08/2017 | 01 |
| Kenilli Bassani | Diretora | 03/08/2017 | 01 |
| Kenilli Bassani | Diretora | 07/08/2017 | 02 |
| Luiz Mario Silva | Op Maq Pesada | 09/08/2017 | 02 |
| Luciane E de Andrade | Fiscal Vig Sanitaria | 03/08/2017 | 01 |
| Luciane E de Andrade | Fiscal Vig Sanitaria | 18/07/2017 | 01 |
| Leudanires L C Cerry | Aux Odontologa | 07/08/2017 | 01 |

| | | | |
|-------------------------|-------------------------|------------|----|
| Lucila C Serighelli | Aux Administrativo | 19/07/2017 | 01 |
| Larini Ghral | Recepcionista | 21/07/2017 | 01 |
| Larini Ghral | Recepcionista | 02/08/2017 | 01 |
| Lucila Gemelli | Professora | 10/08/2017 | 02 |
| Lucila Gemelli | Professora | 28/07/2017 | 01 |
| Lorena Recalcatti | Serv. Gerais II | 09/08/2017 | 01 |
| Letícia R Verona | Professora | 09/08/2017 | 01 |
| Marlene Ap S Cesca | Professora | 28/07/2017 | 01 |
| Marlene Ap S Cesca | Professora | 11/08/2017 | 01 |
| Marylucy B Setti | Professora | 02/08/2017 | 01 |
| Neiva T B Maffessoni | Professora | 28/07/2017 | 01 |
| Otilia C Garbo | Gari | 09/08/2017 | 01 |
| Pablo C Pedrozo | Recepcionista | 02/08/2017 | 01 |
| Rejane S Abraão | Ag. Ind . Com. turismo | 31/07/2017 | 01 |
| Rudinei Citadin | Motorista I | 10/08/2017 | 01 |
| Rudinei Citadin | Motorista I | 24/07/2017 | 01 |
| Rudinei Citadin | Motorista I | 15/08/2017 | 01 |
| Rosangela T Wosniak | Professora | 01/08/2017 | 01 |
| Serjo Donato Serighelli | Motorista I | 18/07/2017 | 15 |
| Solange dos Santos | Conselho Tutelar | 24/07/2017 | 07 |
| Sergio L Groth | Mecânico | 10/08/2017 | 01 |
| Suzana dos Santos | Serv. Gerais II | 16/08/2017 | 01 |
| Silmar A Hofmann | Vigia | 14/08/2017 | 02 |
| Simone Setti | Ag Comunitaria de saúde | 11/08/2017 | 01 |
| Suziane F Tolotti | Ag Comunitaria de saúde | 14/08/2017 | 05 |
| Verônica de Almeida | Farmacêutica | 21/07/2017 | 01 |

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3716

PORTARIA N. º 3716/2017

"Conceder Licença para Tratamento de Saúde ao Servidor que Especifica".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com o Art. 108 e seguintes úteis, da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais),

RESOLVE:

CONCEDER Licença para Tratamento de Saúde, da Servidora Pública Municipal, Ivete Ribeiro de Freitas, ocupante do cargo de Odontóloga, lotada na Secretaria de Saúde, a partir de 24/08/2017, por 120 dias, conforme atestado medico em anexo.

Registre-se e publique-se

Macieira- SC, 17 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

portaria 3717

PORTARIA N. º 3717/2017

"Concede Licença Premio ao Servidor que Especifica ".

ZELIR CITADIN, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 58, Inciso V da Lei Orgânica Municipal, e da Lei Complementar nº 68, de 04/11/2014, art 121; (Estatuto dos Servidores Públicos);

RESOLVE:

CONCEDER, a Servidora Pública Municipal, Cleide Maria Correa Serighelli, ocupante do cargo efetivo de Serviços Gerais II, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, 30(trinta) dias de Licença Premio, no período de 02/08/2017 a 31/08/2017.

Registre-se e publique-se

Prefeitura Municipal de Macieira, SC, 17 de agosto de 2017.

ZELIR CITADIN

Prefeito Municipal

Mafra

PREFEITURA

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

PORTABILIS TECNOLOGIA LTDA

CNPJ: 11.258.607/0001-92

Nota Fiscal nº. 1487 R\$ 4.100,00

Nota Fiscal nº. 1488 R\$ 4.100,00

Nota Fiscal nº. 1490 R\$ 4.100,00

Nota Fiscal nº. 1489 R\$ 4.100,00

VALOR TOTAL: R\$ 16.400,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. Salienta-se que a supracitada empresa está realizando o interrompimento do serviço devido a falta de pagamento, todavia tal suspensão não pode ocorrer, uma vez que a empresa contratada é a responsável pelos softwares gerenciais da Secretaria Municipal da Educação. Desta maneira, comprova-se o relevante interesse público.

Mafra (SC), 25 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

ESTELA MARIS BERGAMINI MACHADO

Secretária Municipal de Educação

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber;

CNPJ: 04.435.876/0001-11

BRUNATTO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI - EPP

Nota Fiscal nº. 15295 R\$ 1.995,00

Nota Fiscal nº. 15213 R\$ 110,00

Nota Fiscal nº. 15248 R\$ 915,00

Nota Fiscal nº. 15150 R\$ 4.245,00

Nota Fiscal nº. 15068 R\$ 840,00

Valor Total: R\$ 8.105,00

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo. A empresa em epígrafe está realizando o interrompimento do serviço prestado em virtude da falta de pagamento, todavia o mesmo é um serviço de caráter indispensável, uma vez que a empresa contratada é responsável pelo fornecimento de materiais de construção para as atividades

das Secretarias Municipais, não podendo sofrer descontinuidade. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 25 de agosto de 2017.

WELLINGTON ROBERTO BIELECKI

Prefeito Municipal

ENALTO DE OLIVEIRA GONDRIGE

Secretário Municipal da Fazenda e Planejamento

RODNEY LUIZ MEDEIROS

Secretário Municipal de Administração

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE MAFRA

ESTADO DE SANTA CATARINA

DEPARTAMENTO DE LICITAÇÕES

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 096/2017

(NOVA DATA DE ABERTURA)

O MUNICÍPIO DE MAFRA torna público que estará realizando Pregão Presencial para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de limpeza urbana, através da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com recursos do FUNSAB, conforme especificações contidas neste edital e seus anexos. Os protocolos dos envelopes poderão ser feitos até as 15h00min do dia 06/09/2017, hora e data da abertura da sessão. Base legal: Lei nº 10.520 de 17 de Julho de 2002, com aplicação subordinada a lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, Decreto Municipal nº 3.089 de 28 de Janeiro de 2008. O inteiro teor deste Ato Convocatório encontra-se a disposição dos interessados no Departamento de Licitações, situada na Avenida Frederico Heyse, nº 1386 1º Andar Edifício Francisco Grossl, Centro. O horário de funcionamento da Prefeitura é das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00 horas, pelo fone (47) 3641-4009 e 3642-4009.

Mafra (SC), 24 de agosto de 2017.

Wellington Roberto Bielecki

Prefeito Municipal

Major Vieira

PREFEITURA

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 023/2017 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE MAJOR VIEIRA
CNPJ 83.528.638/0001-27

EMENDA À LEI ORGÂNICA MUNICIPAL Nº 023/2017 DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

“Altera a redação do inciso XII, do art. 18 da Lei Orgânica Municipal”.

A Mesa Diretora da Câmara Municipal de Major Vieira, no uso de suas atribuições legais e na forma do artigo 19 VII do Regimento Interno, promulga a seguinte

EMENDA À LEI ORGÂNICA

Art. 1º Fica estabelecida nova redação do inciso XII, §2º, do art. 18 da Lei Orgânica do Município de Major Vieira, que passa a ter a seguinte redação:

XII – licença à gestante, remunerada, de 180 (cento e oitenta) dias;

Art. 2º Esta emenda entra em vigor na data de sua publicação.

Câmara Municipal de Major Vieira, 14 de agosto de 2017.

JURACI ALLIEVI - Presidente

MARCIO ANTONIO VEIGA - Vice-Presidente

VILMA MULLER KIEM – 1ª Secretária

AGOSTINHO BARRANKIEVICZ – 2º Secretário

Registrada e publicada a presente emenda à Lei Orgânica Municipal, nesta data. 14.08.2017.

Helcio Heron Veiga – Resp. p/ Controle Interno

Maracajá

PREFEITURA

PORTARIA 212/2017

Portaria nº 212 de 18 de agosto de 2017.

PROGRESSÃO FUNCIONAL POR MÉRITO DE PROFESSOR, DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO.

ARLINDO ROCHA, Prefeito Municipal de Maracajá, no uso das atribuições previstas no artigo 73, VII, da Lei Orgânica do Município, combinados os artigos 16 e 17, da Lei Complementar Nº 06 de 22 de dezembro de 2003,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder progressão funcional por mérito (Avaliação de Desempenho) a Professor, da Rede Municipal de Ensino, conforme quadros abaixo:

| Professor (a) | Matrícula | Do nível Ref. | Para nível Ref. |
|-------------------------|-----------|---------------|-----------------|
| Maria Doralice de Jesus | 740 | PG/E-4B | PG/E-4C |

Art. 2º Essa Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a contar de 20 de abril de 2016, conforme decisão proferida nos autos do Processo nº 0302976-90.2016.8.24.0004.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Maracajá, em 18 de agosto de 2017.

ARLINDO ROCHA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração Municipal em 18 de agosto de 2017.

MARLUCI FREITAS BITENCOURT

Secretária de Administração

RETIFICAÇÃO - 5º TA AO CONTRATO 83/2014

RETIFICAÇÃO DE TERMO ADITIVO DE CONTRATO

5º Termo Aditivo ao Contrato nº 83/2014

TERMO DE RETIFICAÇÃO DE ADITIVO DE CONTRATO

Pelo presente Termo, fica RETIFICADO o 5º Termos Aditivo, celebrado entre o Município de Maracajá/SC e a empresa SETEP Construções S.A., para a execução das obras de pavimentação asfáltica, drenagem pluvial e sinalização na Rua: José Elisandro dos Santos e na Rodovia Municipal MAR 253, no município de Maracajá/SC, no que tange a vigência do contrato e vigência de execução:

Onde se lê:

Cláusula Segunda - Da Prorrogação

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado por mais 210 (duzentos e dez) dias, a vigência do contrato e da execução, ficando a vigência do contrato até 18/09/2017 e a vigência da execução até 07/10/2017.

Leia-se:

Cláusula Segunda - Da Prorrogação

Pelo presente termo aditivo, fica prorrogado por mais 210 (duzentos e dez) dias, a vigência do contrato e da execução, ficando a vigência do contrato até 07/11/2017 e a vigência da execução até 07/10/2017.

Ficam ratificadas todas as demais condições estabelecidas no contrato administrativo.

Maracajá/SC, 30 de Março de 2017.

Arlindo Rocha

Prefeito Municipal

Maravilha

PREFEITURA

Decreto nº 540/2017

DECRETO Nº 540, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Exonera servidor público e dá outras providências.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE MARAVILHA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, de acordo com o inciso VI, do artigo 77, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º Fica pelo presente Decreto exonerada a pedido a servidora pública IZOLENE MORARI, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, 40 horas semanais, a partir da presente data.

Art. 2º As despesas decorrentes da realização do presente Decreto correrão por conta do orçamento municipal vigente.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Maravilha – SC, 24 de agosto de 2017.

ROSIMAR MALDANER

Registrado e publicado na data supra.

Prefeita Municipal

CLEITON BORGARO

Secr. Planej. Adm. e Fazenda

Massaranduba

PREFEITURA

CO 03.2015 (FASS) EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

PREFEITURA DE MASSARANDUBA, ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO: 03/2015 – AD 08

CONTRATANTE: PREFEITURA DE MASSARANDUBA (SC)

CONTRATADA: EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA VB LTDA

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO-DE-OBRA INERENTES A CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DO MUNICÍPIO DE MASSARANDUBA (SC).

DA ALTERAÇÃO: Fica suprimido do objeto acima mencionado, referente o valor inicial do contrato a importância de R\$ 1.523,96 (UM MIL QUINHENTOS E VINTE E TRÊS REAIS E NOVENTA E SEIS CENTAVOS) e referente o valor do aditivo de reequilíbrio econômico financeiro a importância de R\$ 121,79 (CENTO E VINTE E UM REAIS E SETENTA E NOVE CENTAVOS), conforme parecer técnico anexo.

ARMINDO SESAR TASSI – Prefeito Municipal

Massaranduba (SC), 24 de agosto de 2017

Meleiro

PREFEITURA

DECRETO N º 055-2017 - COMISSÃO MUN. TURISMO DECRETO nº 055/2017 DE 08 DE JUNHO DE 2017. INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE TURISMO (CMT) NO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal de Meleiro/SC, Eder Mattos, no uso de suas atribuições, e nos termos do art. 51, IV, c/c 75, 170 Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de institucionalizar mecanismos de planejamento, execução, acompanhamento, fiscalização e controle das ações de políticas públicas no âmbito do turismo,

RESOLVE

Art. 1 – Fica criada a Comissão Municipal de Turismo (CMT) no município de Meleiro, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 2 – A CMT tem por finalidade auxiliar no planejamento, execução, acompanhamento, fiscalização e controle, das ações inerentes das políticas públicas no âmbito do turismo, praticadas no município de Meleiro.

Art. 3 – A Comissão será composta por 19 (dezenove) membros, sendo 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, e 17 (dezessete) membros da Sociedade Civil.

Art. 4 – A presidência da CMT será exercida por servidor, agente público ou político, representante do Departamento de Turismo.

Art. 5 – São os membros da Comissão Municipal de Turismo:

I – Representante do Departamento de Turismo

- a) Igor Velho Ortolan
- b) Maria Rosangela Bordignon Dal Pont

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Jeanderson Presa Francisco;
- b) Ademir Gabriel Junior;
- c) Samarone Schuwartz;
- d) Jeorgeana Coral;
- e) Danlei B. da Silva;
- f) Simoni Mota;
- g) Eduardo Carminatti;
- h) Douglas Duarte da Silva;
- i) Gustavo Fernandes;
- j) Adriele B. Silva;
- k) Alenkar Salvaro;
- l) Anelise Toldo Francisco;
- m) Edson Zanelatto
- n) Antoniele B. da Silva;
- o) Bruno Frezza;
- p) Logam Machado;
- q) Edimar Cardoso.

Art. 6 – Os membros da Comissão Municipal de Turismo não receberão qualquer remuneração financeira pelos serviços prestados.

Art. 7 – O mandato da CMT terá duração de 02 (dois) anos, podendo haver a recondução de seus membros por igual período.

Art. 8 – As reuniões da Comissão Municipal de Turismo deverão ser

presididas pelo representante do Departamento de Turismo, sendo que em sua falta, a presidência será exercida por seu suplente.

§1º Em caso de ausência do presidente e de seu suplente, a reunião será presidida pelo membro escolhido por meio de voto da respectiva comissão - CMT.

Art. 9 – As reuniões e deliberações da Comissão Municipal de Turismo deverão ser registradas em atas.

Art. 10 – Os casos omissos serão deliberados e resolvidos pela própria Comissão, perante aprovação de maioria simples dos presentes, ouvido e aprovado pela Comissão Geral de Cultura, Esporte e Turismo – CGCET.

Art. 11. As decisões relativas a promoção de eventos, deverá sempre, após aprovação da CMT, passar pelo crivo da Comissão Geral de Cultura, Esporte e Turismo – CGCET, ouvido sempre o chefe do Poder Executivo.

Art. 12. Após a aprovação do Chefe do Poder Executivo, as ações relativas ao turismo, deverão ser publicadas no site do Município, com acesso a transparência, no Diário Oficial dos Municípios e no jornal de circulação.

Art. 13 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 – Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 08 de junho de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 054-2017 - COMISSÃO MUN. ESPORTE DECRETO nº 054/2017 DE 08 DE JUNHO DE 2017. INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE ESPORTE (CME) NO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal de Meleiro/SC, Eder Mattos, no uso de suas atribuições, e nos termos do art. 51, IV, c/c art. 118 e seguintes da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de se institucionalizar mecanismos de planejamento, execução, acompanhamento, fiscalização e controle das ações de políticas públicas no âmbito do esporte,

RESOLVE

Art. 1 – Fica criada a Comissão Municipal de Esporte (CME) no município de Meleiro, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 2 – A CME tem por finalidade auxiliar no planejamento, execução, acompanhamento, fiscalização e controle, das ações inerentes das políticas públicas no âmbito do Esporte, atuando em conjunto com a Prefeitura Municipal nos eventos esportivos realizados no

município de Meleiro, ou em competições externas em que o município de Meleiro estiver representado.

Art. 3 – A Comissão será composta por 18 (dezoito) membros, sendo 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, e por 16 (dezesseis) membros voluntários da Sociedade Civil.

Art. 4 – A presidência da CME será exercida por servidor, agente público ou político, representante do Departamento de Esporte.

Art. 5 – São os membros da Comissão Municipal de Esporte:

I – Representante do Departamento de Esporte

- a) Guilherme Peterle
- b) Maria Rosangela Bordignon Dal Pont

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Jerri Adriani Fernandes;
- b) Jerson da Silva Mota;
- c) Rogildo Bordignon;
- d) Ademilson Cateli;
- e) Eloir Córneo;
- f) Davi Crepaldi;
- g) Adriano Milioli;
- h) Janio Dal Pont;
- i) Fábio Antunes;
- j) Natalino Peterle;
- k) Anderson Venson Dal Pont;
- l) Fabricio Zilli;
- m) Gisele Zilli;
- n) Léo Vitor Mendonça;
- o) Alencar Salvaro;
- p) Valdenir Martins.

Art. 6 – Os membros da Comissão Municipal de Esporte não receberão qualquer remuneração financeira pelos serviços prestados.

Art. 7 – O mandato da CME terá duração de 02 (dois) anos, podendo haver a recondução de seus membros, por uma vez, mediante concordância das partes.

Art. 8 – As reuniões da Comissão Municipal de Esporte deverão ser presididas pelo representante do Departamento de Esporte, sendo que em sua falta, a presidência será exercida por seu suplente.

Parágrafo único. Em caso de ausência do presidente e de seu suplente, a reunião será presidida pelo membro escolhido por meio de voto da respectiva comissão - CMC.

Art. 09 – Os casos omissos serão deliberados e resolvidos pela própria Comissão, perante aprovação de maioria simples dos presentes, ouvido e aprovado pela Comissão Geral de Cultura, Esporte e Turismo – CGCET.

Art. 10. As decisões relativas a promoção de eventos, deverá sempre, após aprovação da CME, passar pelo crivo da Comissão Geral de Cultura, Esporte e Turismo – CGCET, ouvido sempre o chefe do Poder Executivo.

Art. 11. Após a aprovação do Chefe do Poder Executivo, as ações relativas ao turismo, deverão ser publicadas no site do Município, com acesso a transparência, no Diário Oficial dos Municípios e no jornal de circulação.

Art. 12 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 13 – Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 08 de junho de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 056-2017 - COMISSÃO MUN. CULTURA

DECRETO nº 056/2017 DE 08 DE JUNHO DE 2017.

INSTITUI A COMISSÃO MUNICIPAL DE CULTURA (CMC) NO MUNICÍPIO DE MELEIRO.

O Prefeito Municipal de Meleiro/SC, Eder Mattos, no uso de suas atribuições, e nos termos do art. 51, IV, c/c art. 12, IX, 13, III, 113, 114, ambos da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO a necessidade de se institucionalizar mecanismos de planejamento, execução, acompanhamento, fiscalização e controle das ações de políticas públicas no âmbito da cultura,

RESOLVE

Art. 1 – Fica criada a Comissão Municipal de Cultura (CMC) no município de Meleiro, vinculado à Secretaria Municipal de Educação, Esporte, Cultura e Turismo.

Art. 2 – A CMC tem por finalidade auxiliar no planejamento, execução, acompanhamento, fiscalização e controle, das ações inerentes das políticas públicas no âmbito da cultura, atuando em conjunto com a Prefeitura Municipal nos eventos culturais e artísticos realizados no município de Meleiro.

Art. 3 – A Comissão será composta por 19 (dezenove) membros, sendo 02 (dois) representantes do Poder Executivo Municipal, e por 17 (dezessete) membros voluntários da Sociedade Civil.

Art. 4 – A presidência da CMC será exercida por servidor, agente público ou político, representante do Departamento de Cultura.

Art. 5 – São os membros da Comissão Municipal de Cultura:

I – Representante do Departamento de Cultura

- a) Jovana Peterle
- b) Maria Rosangela Bordignon Dal Pont

II – Representantes da Sociedade Civil:

- a) Gean Stefani;
- b) Juliana Fernandes;
- c) Marcos Polla;
- d) Jeanderson Presa Francisco;
- e) Fabiana Zanelatto;
- f) Artur Mattos;
- g) Gean Langer;
- h) Giovane Langer;
- i) Luciana D. Amboni Ghelere;
- j) Michéla F. Fernandes;
- k) Valéria P. Izé;
- l) Rogéria Bordignon;
- m) Rochelis Dal Pont;
- n) Maiara F. Gomes;
- o) Estela Simoni;
- p) Cristiane Felisberto;
- q) Daize Mota Da Boit.

Art. 6 – Os membros da Comissão Municipal de Cultura não receberão qualquer remuneração financeira pelos serviços prestados.

Art. 7 – O mandato da CMC terá duração de 02 (dois) anos, podendo haver a recondução de seus membros, por uma vez, mediante concordância das partes.

Art. 8 – As reuniões da Comissão Municipal de Cultura deverão ser presididas pelo representante do Departamento de Cultura, sendo que em sua falta, a presidência será exercida por seu suplente.

Parágrafo único: Em caso de ausência do presidente e de seu suplente, a reunião será presidida pelo membro escolhido por meio de voto da respectiva comissão - CMC.

Art. 09 – As reuniões e deliberações da Comissão Municipal de Cultura deverão ser registradas em atas.

Art. 10 – Os casos omissos serão deliberados e resolvidos pela própria Comissão, perante aprovação de maioria simples dos presentes, ouvido e aprovado pela Comissão Geral de Cultura, Esporte e Turismo – CGCET.

Art. 11. As decisões relativas a promoção de eventos, deverá sempre, após aprovação da CMC, passar pelo crivo da Comissão Geral de Cultura, Esporte e Turismo – CGCET, ouvido sempre o chefe do Poder Executivo.

Art. 12. Após a aprovação do Chefe do Poder Executivo, as ações relativas ao turismo, deverão ser publicadas no site do Município, com acesso a transparência, no Diário Oficial dos Municípios e no jornal de circulação.

Art. 13 – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 14 – Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 08 de junho de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrado em publicado nesta Secretaria em data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretario Municipal de Administração e Finanças

DECRETO Nº 078-2017 - ANULAÇÃO

DECRETO nº. 78 de 18 de agosto de 2017.

TRATA DA ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, no uso de suas atribuições que lhe confere o artigo 51 da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com a legislação em vigor:

DECRETA

Art.1º. Fica anulado o processo licitatório nº 60/2017 em razão da ilegalidade motivada no parecer jurídico.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a partir de 18 de agosto de 2017.

Meleiro, 18 de agosto de 2017.

EDER MATTOS
Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra,

JULIO CESAR DE OLIVEIRA
Secretário de administração e finanças

LEI Nº 1756-2017

LEI Nº 1.756 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

CRIA E REGULAMENTA O PROGRAMA DE INCENTIVO À CADEIA PRODUTIVA DE LEITE DE MELEIRO (PRÓ-LEITE).

Eder Mattos, Prefeito do Município de Meleiro, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei Municipal:

Capítulo I
Disposições Gerais

Art. 1º. Fica criado o Programa de Incentivo à Cadeia produtiva de leite, denominado Pró- Leite.

Art. 2º. A presente Lei estabelece diretrizes para o funcionamento do programa no município de Meleiro, estabelecendo compromissos e parcerias, além de incentivo aos que aderirem e efetivaram os compromissos preconizados.

Capítulo II
Objetivos

Art.3º. São objetivos do Pró-Leite:

- I. Melhorar a qualidade de vida da família rural;
- II. Incrementar a produção do leite;
- III. Melhor a qualidade do Leite;
- IV. Implantar novas tecnologia;
- V. Priorizar assistência técnicas aos produtores;
- VI. Assessorar propriedades no acompanhamento contábil e gerencial da atividade;
- VII. Capacitar produtores na atividade leiteira;
- VIII. Desenvolver o associativismo e cooperativismo entre os produtores;
- IX. Promover o uso adequado do solo;
- X. Melhorar a alimentação e manejo do rebanho;
- XI. Promover a melhoria na genética e na sanidade animal do rebanho leiteiro;
- XII. Apoiar obras de infraestrutura na propriedade.

Capítulo IV
Compromissos

Art. 4º. Poderão aderir ao Programa de Incentivo à Cadeia Produtiva de Leite (Pró-Leite) desde que as propriedades e as unidades de produção estejam estabelecidos no Município:

- I. Produtores de Leite;
- II. Agroindústria do Leite.

Art.5º. Para ter acesso aos benefícios do Pró-Leite, disponibilizados por esta Lei, deverão ser atendidos os seguintes requisitos:

§.1º Aos Produtores

- I. Estar estabelecido dentro do território municipal;
- II. Cadastrar-se no Programa Pró-Leite;
- III. Participar, no mínimo, 60% dos eventos profissionais relacionados à atividade que promovem o conhecimento de tecnologias e associativismo, qual seja, excursões, cursos, palestras, dia de campo, seminários, reuniões técnicas;
- IV. Disposição para adotar as tecnologias repassadas;
- V. Seguir normas da instrução Normativa 62 do MAPA, bem como outras que venham a versar sobre a qualidade do leite;
- VI. Estar em dia com a fazenda municipal e emitir a nota de produtor Rural mensalmente, na venda do leite e/ou animais;
- VII. Fazer exames de Brucelose e Tuberculose para todos os

animais em produção e observar que os animais adquiridos tenham atestado negativo;

VIII. Fornecer mensalmente, dados estatísticos de produção para a Comissão Técnica do Pró-Leite;

§2º Às agroindústria do Leite;

I. Cadastrar-se no Programa Pró-Leite;

II. Motivar os produtores fornecedores a efetuarem também seu cadastro;

III. Participar e apoiar produtores de Leite nos eventos programados;

IV. Incentivar e cobrar dos produtores fornecedores a emissão da Nota de Produtor sempre que houver compra do Leite e devolver as contra-notas no valor da compra do produtor;

V. Realizar contagem de células somáticas e contagem bacterianas total, no mínimo uma vez por mês, de cada propriedade em laboratório credenciado;

VI. Dispor-se a discutir com Associações e Cooperativas de Produtores de Leite de Meleiro, assuntos de interesse comum;

§3º. Do poder Público

I. Divulgar o Programa em todas as comunidades e realizar o cadastro dos produtores e agroindústria de Leite;

II. Motivar produtores e agroindústria do Leite na busca conjunta do desenvolvimento do setor;

III. Dar estrutura técnica e financeira adequada para o funcionamento do Programa;

IV. Buscar parcerias com outras entidades do município e região para o desenvolvimento do Programa;

V. Manter a emissão de GTA no município;

VI. Zelar pela saúde publica referente à qualidade do Leite e derivados fornecidos á população;

VII. Elaborar normas e incentivos para produtores e agroindústria do Leite, cadastrados no Programa;

VIII. Coordenar a execução do Plano Anual de Trabalho.

Capitulo V

Incentivos

Art. 6º. Os produtores cadastrados no Programa receberão prestação de assistência técnica, prioritariamente, dentro do Plano Anual de Trabalho.

Art. 7º. Aos produtores cadastrados no Programa Pró-Leite, será disponibilizado ou subsidiado, pelo Poder Publico Municipal, a aquisição de sementes forrageiras.

§1º. A disponibilização ou subsídio ficam condicionados a comprovação de produção pecuária através de nota fiscal de produtor rural a aos cumprimentos do Programa Pró – Leite.

§2º. Os valores dos subsídios e as disponibilizações serão definidos através de Regulamento Interno do Programa Pró- Leite.

Art.9º. O Município fornecerá aos produtores cadastrados no Programa Pró-Leite o material para inseminação, mediante avaliação técnica, cabendo ao produtor disponibilizar os serviços do Inseminador em sua propriedade.

Art.10º. O Município disponibilizará um profissional veterinário para realizar os exames de Tuberculose e Brucelose no rebanho, ficando a cargo do produtor o custo com material.

Art.11º. O Município disponibilizará ferramenta digital (software) para produção de ração animal visando a melhoria na alimentação do rebanho leiteiro.

Art.12º. O Município devera disponibilizar, através de parceria a emissão do Guia de Transporte Animal – GTA, no próprio município.

Art.13º. O Município disponibilizará prioritariamente aos cadastrados no Programa Pró- Leite, serviços de maquinários para melhoria das estradas, acessos e melhorias internas nas propriedades, visando a produção leiteira, utilizando os preços públicos já executados no município, através da Lei Municipal nº. 1.465/2010

Art.14º. Fica fixado os valores cobrados através da Lei Municipal nº. 1.465/2010, para a utilização de máquinas e veículos públicos, objetivando a realização de serviços de transportes, carga de material para revestimento, e melhoria no acesso aos estábulos dos produtores cadastrados no Programa.

Capitulo VI

Disposições Finais

Art.15º. Fica autorizada a nomeação, por decreto, um Coordenador do Programa, no qual deverá ser representado por servidor efetivo da Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Desenvolvimento Econômico.

Art.16º. Fica autorizada a composição, por decreto, com anuência do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR, um Comitê Gestor do Programa para acompanhamento e avaliação das atividades, com a seguinte constituição:

I. Governo municipal, através da Secretaria de Agricultura, Meio Ambiente, e Desenvolvimento Econômico;

II. Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural-CMDR;

III. Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Meleiro;

IV. Sindicato dos Produtores Rurais de Meleiro

V. EPAGRI;

VI. CIDASC;

VII. CooperColméia.

Art.17º. Fico o comitê gestor incumbido de compor comissão técnica para aprovar ou excluir cadastros no Programa, bem como, decidir sobre incentivos fornecidos aos cadastros, com a seguinte constituição:

I. Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente, e Desenvolvimento Econômico;

II. Coordenador do programa;

III. EPAGRI;

IV. CIDASC;

Art.18º. As prerrogativas do comitê, bem como, da comissão técnica serão regulamentada em regimento interno, a ser homologado por Decreto do Executivo.

Art. 19. Es ta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 24 de agosto de 2017.

Eder Mattos

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças

LEI Nº 1757-2017

LEI Nº 1.757 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

TRATA DA ALTERAÇÃO DO ARTIGO 4º DA LEI Nº 1.465/2010.

EDER MATTOS, Prefeito Municipal de Meleiro, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art.1º O inciso I, II e parágrafo primeiro do artigo 4º da lei 1.465/2010 passa a ter a seguinte redação:

I – retroescavadeira: R\$: 65,00 (sessenta e cinco reais) por hora trabalhada;

II – escavadeira hidráulica: R\$: 105,00 (cento e cinco reais) por hora trabalhada.

Parágrafo primeiro: o presente programa pode beneficiar no máximo por 10 (dez) horas por equipamento durante o ano para cada beneficiado.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art.4º Revogam-se as disposições em contrário.

Meleiro/SC, 24 de agosto de 2017.

EDER MATTOS

Prefeito Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria na data supra.

JULIO CESAR DE OLIVEIRA

Secret. Adm. e Finanças

Modelo

PREFEITURA

DECRETO Nº 175-2017 REVOGAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

DECRETO Nº 175/2017/24/08/17

Dispõe sobre a revogação do Processo Licitatório nº 1268/2017, dando outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE, Modelo/SC, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no Artigo 49 da Lei Federal nº 8.666/93, alterada pela Lei nº 8.883./94;

Considerando o disposto no processo licitatório em epígrafe, onde no objeto da licitação constou assentamento de meio fio, porém, não menciona este serviço nos itens;

Considerando que os licitantes não fizeram constar em suas propostas este serviço, pois os valores variam muito de um serviço (assentamento de pedras basalto "calçamento") e do outro serviço (assentamento de meio fio), onde o primeiro é medido em metros quadrados e o segundo é metros lineares;

Considerando a confusão que pode advir sobre os serviços a serem executados, pois constando no objeto o serviço de assentamento de meio fio, porém, não licitado nos itens;

Considerando que na execução do calçamento em ruas, é imprescindível que sejam instalados também o meio fio.

DECRETA

Art. 1º - Fica revogado o Processo Licitatório nº 1268/2017, Pregão Presencial Para Registro de Preços nº 051/2017, cujo objeto da licitação descreve:

REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS FRACIONADOS DE ASSENTAMENTO DE PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO (CALÇAMENTO), ASSENTAMENTO DE MEIO FIO PRÉ FABRICADO, E EXECUÇÃO DE MURO DE CONTENÇÃO COM PEDRAS DE BASALTO, visto que nos itens consta apenas:

| Lote | Item | Descrição | Und. | Qtd. |
|------|------|---|------|------------|
| 1 | 1 | SERVIÇO DE RECUPERAÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO DANIFICADA E EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO (CALÇAMENTO) COM PEDRAS DE BASALTO (IRREGULARES) | m2 | 1.600,0000 |
| 1 | 2 | SERVIÇO DE EXECUÇÃO DE MURO DE PEDRAS IRREGULARES DE BASALTO COM DIMENSÕES APROXIMADAS DE CADA PEDRA (30CM X 40CM) | m2 | 350,0000 |

Em virtude das razões de interesse público devidamente comprovado em procedimento regular, conforme o exposto acima considerado.

Art. 2º - Pelo presente ato fica intimado os interessados, da decisão estabelecida no artigo anterior.

Art. 3º - A revogação do Processo Licitatório de que trata o artigo precedente, desobriga o Município a indenização de qualquer espécie.

Art. 4º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Modelo/SC, 24 de agosto de 2017.

RICARDO LUIS MALDANER

Prefeito Municipal

Mondaí

PREFEITURA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 075/2017 - PMM

Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE MONDAÍ

PUBLICAÇÃO DO RESUMO DO CONTRATO

Contrato: 075/2017 de 03 de agosto de 2017

Origem: Processo Licitatório nº 080/2017 – Modalidade: Dispensa de Licitação nº 015/2017

Objeto: Contratação de serviços de elaboração de regulamento geral e técnico, tabelas de jogos, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamento de relatórios e arbitragem das competições esportivas organizadas pelo Departamento Municipal de Esportes na modalidade de futebol de salão, conforme especificações constantes no presente Edital.

Fornecedor: NEUZA INES BACK – ME – CNPJ sob nº. 28.079.063/0001-02.

Valor: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) a ser pago conforme a execução dos serviços.

Vigência: até 30/09/2017

Mondaí/SC, 03 de agosto de 2017. VALDIR RUBERT. Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO Nº 79/2017 - PMM

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 079/2017

CREDENCIANTE: MUNICÍPIO DE MONDAÍ/SC

CREDENCIADO: BREGALDA PRESTADORA DE SERVIÇOS E TRANSPORTES LTDA

OBJETO: O presente Chamamento Público tem como objetivo o credenciamento de prestadores de serviço pessoas físicas ou jurídicas, para a execução/fornecimento dos serviços de máquinas pesadas, nos termos da Lei Ordinária Municipal nº 3.313, de 19 de junho de 2009, e Lei Complementar Municipal nº 060, de 22 de dezembro de 2015, bem como, das disposições contidas no Decreto Municipal nº 4.995, de 03 de julho de 2017, com as respectivas alterações posteriores, mencionados no presente Edital e demais normas técnicas pertinentes aos serviços, com os valores constantes na tabela (Anexo I). ORIGEM: Inexigibilidade de Licitação nº. 003/2017. VALOR DE ATÉ: 37.800,00 (trinta e sete mil e oitocentos reais). VIGÊNCIA: A vigência do presente contrato é a partir de sua assinatura até 31 de dezembro de 2017. Mondaí – SC, 23 de Agosto 2017. VALDIR RUBERT- Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 017/2017 - PMM

MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 092/2017

Dispensa de Licitação nº. 017/2017

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 092/2017 e, com fulcro no Art. 24, Inciso II, da Lei nº. 8.666/1993, conforme segue: OBJETO: Aquisição de peças Conjunto de Embreagem (Disco de embreagem, platô de embreagem e rolamento de embreagem) e contratação de mão obra especializada para consertar o sistema de embreagem do ônibus Volkswagen 15.190, ano e modelo 2012/201, placas MMK 3111, utilizado no transporte de alunos no interior do Município. CONTRATADO: Disegna & Disegna Ltda - ME – CNPJ sob nº. 11.675.161/0001-00. VALOR: R\$ 3.955,00 (três mil, novecentos e cinquenta e cinco reais) a ser pago conforme a

execução dos serviços. VIGÊNCIA: 30/09/2017. Mondaí – SC, 24 de agosto de 2017.

VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

EXTRATO DE DISPENSA Nº 015/2017 - PMM

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAÍ - SC

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 080/2017

Dispensa de Licitação nº. 015/2017

O Município de Mondaí – SC, com sede administrativa à Av. Laju, 420, Centro, a partir de seu Prefeito, torna público a Dispensa de Licitação, oriunda do Processo Administrativo nº. 080/2017 e, com fulcro no Art. 24, Inciso V, da Lei nº. 8.666/1993, conforme abaixo: OBJETO: Contratação de serviços de elaboração de regulamento geral e técnico, tabelas de jogos, controle de pontuação, cartões e goleadores, julgamento de relatórios e arbitragem das competições esportivas organizadas pelo Departamento Municipal de Esportes na modalidade de futebol de salão, conforme especificações constantes no presente Edital.

CONTRATADO: NEUZA INES BACK – ME – CNPJ sob nº. 28.079.063/0001-02.

VALOR: R\$ 16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais) a ser pago conforme a execução dos serviços.

VIGÊNCIA: 30/07/2017

Mondaí – SC, 03 de agosto de 2017.

VALDIR RUBERT

Prefeito Municipal

EXTRATO DE PREGÃO Nº 051/2017 - PMM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 075/2017

MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº. 051/2017

O MUNICÍPIO DE MONDAÍ - SC torna público, para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrito a seguir: MODALIDADE: Pregão Presencial nº. 051/2017. TIPO: Maior percentual de desconto por lote sobre tabela CILIA ou tabela de preços fixos da montadora. OBJETO: Registro de preços para eventual contratação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, fornecimento de peças e acessórios, para atender aos veículos de transporte de passageiros, ônibus e micro-ônibus, da frota oficial do Município de Mondaí/SC, e ainda, para todos aqueles que forem adquiridos, cedidos e emprestados durante a vigência do contrato, em que se inclui: mecânica geral, inclusive o sistema elétrico/eletroeletrônico e hidráulico, retífica e instalação de acessórios conforme especificações contidas neste edital. ENTREGA DA DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTAS: Até as 08h00min do dia 12 de Agosto de 2017. SESSÃO PÚBLICA PARA ABERTURA DAS PROPOSTAS COMERCIAIS E LANCES VERBAIS: Às 08h15min do dia 12 de Agosto de 2017. INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital encontra-se disponível no endereço eletrônico www.mondai.sc.gov.br. Maiores informações e esclarecimentos poderão ser obtidos no endereço acima ou pelo fone/fax (49) 3674-3100 ou pelo e-mail: compras@mondai.sc.gov.br. MONDAI-SC, 01 de Agosto de 2017. VALDIR RUBERT - Prefeito Municipal

ANEXO DECRETO 5.008 - LIMITAÇÃO DE EMPENHOS

Data Base: 30/06/2017

Memória de Cálculo - Decreto 5.008 de 19 de julho de 2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE MONDAI

| Destinação de Recursos | Previsão Anual | METAS | | | | ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO | | | | ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO | | | | ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO | | | | ACOMPANHAMENTO DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECAÇÃO | | | |
|------------------------|----------------|--------------|--------------|--------------|---------------|--|--------------|--------------|---------------|--|-------------|--------------|---------------|--|-------------|--------------|---------------|--|-------------|--------------|---------------|
| | | METAS | | | | ARRECAÇÃO | | | | ARRECAÇÃO | | | | ARRECAÇÃO | | | | ARRECAÇÃO | | | |
| | | Maior | Junho | No Período | Até o Período | Maior | Junho | No Período | Até o Período | Maior | Junho | No Período | Até o Período | Maior | Junho | No Período | Até o Período | Maior | Junho | No Período | Até o Período |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 31.470.800,00 | 2.491.075,00 | 2.500.775,00 | 4.991.150,00 | 14.972.450,00 | 2.448.535,29 | 2.499.133,82 | 4.947.669,11 | 14.932.770,14 | 72.949,90 | (63.151,19) | (132.110,98) | (173.109,39) | 72.949,90 | (63.151,19) | (132.110,98) | (173.109,39) | 72.949,90 | (63.151,19) | (132.110,98) | (173.109,39) |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 14.832.826,00 | 1.150.000,00 | 1.150.000,00 | 2.300.000,00 | 7.000.000,00 | 1.122.662,54 | 1.162.701,92 | 2.284.364,46 | 6.824.514,46 | 127.116,37 | 132.926,20 | 259.642,37 | 773.442,63 | 127.116,37 | 132.926,20 | 259.642,37 | 773.442,63 | 127.116,37 | 132.926,20 | 259.642,37 | 773.442,63 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 1.964.907,00 | 150.000,00 | 160.000,00 | 310.000,00 | 895.000,00 | 337.129,69 | 339.464,85 | 676.594,54 | 2.010.818,26 | 337.129,69 | 339.464,85 | 676.594,54 | 2.010.818,26 | 337.129,69 | 339.464,85 | 676.594,54 | 2.010.818,26 | 337.129,69 | 339.464,85 | 676.594,54 | 2.010.818,26 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 145.000,00 | 12.000,00 | 12.000,00 | 24.000,00 | 72.000,00 | 12.244,35 | 12.068,50 | 24.312,85 | 72.340,35 | 12.244,35 | 12.068,50 | 24.312,85 | 72.340,35 | 12.244,35 | 12.068,50 | 24.312,85 | 72.340,35 | 12.244,35 | 12.068,50 | 24.312,85 | 72.340,35 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 38.800,00 | 1.800,00 | 1.800,00 | 3.600,00 | 37.200,00 | 1.136,78 | 821,33 | 12.558,11 | 23.738,86 | 1.136,78 | 821,33 | 12.558,11 | 23.738,86 | 1.136,78 | 821,33 | 12.558,11 | 23.738,86 | 1.136,78 | 821,33 | 12.558,11 | 23.738,86 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 76.000,00 | - | - | - | 19.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 100.000,00 | 7.700,00 | 7.700,00 | 15.400,00 | 46.200,00 | 7.811,04 | 7.744,30 | 15.555,34 | 43.600,85 | 7.811,04 | 7.744,30 | 15.555,34 | 43.600,85 | 7.811,04 | 7.744,30 | 15.555,34 | 43.600,85 | 7.811,04 | 7.744,30 | 15.555,34 | 43.600,85 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 115.000,00 | 9.500,00 | 9.500,00 | 19.000,00 | 57.000,00 | 31.227,84 | 10.675,27 | 41.903,11 | 67.211,53 | 31.227,84 | 10.675,27 | 41.903,11 | 67.211,53 | 31.227,84 | 10.675,27 | 41.903,11 | 67.211,53 | 31.227,84 | 10.675,27 | 41.903,11 | 67.211,53 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 90.000,00 | 7.500,00 | 7.500,00 | 15.000,00 | 45.000,00 | 28.971,99 | 9.639,33 | 38.577,32 | 56.945,10 | 21.417,59 | 9.639,33 | 38.577,32 | 56.945,10 | 21.417,59 | 9.639,33 | 38.577,32 | 56.945,10 | 21.417,59 | 9.639,33 | 38.577,32 | 56.945,10 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 20.000,00 | 1.600,00 | 1.600,00 | 3.200,00 | 9.600,00 | 37,50 | 1.651,35 | 1.688,85 | 6.679,49 | 37,50 | 1.651,35 | 1.688,85 | 6.679,49 | 37,50 | 1.651,35 | 1.688,85 | 6.679,49 | 37,50 | 1.651,35 | 1.688,85 | 6.679,49 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 10.000,00 | - | - | - | - | 1,72 | 0,46 | 2,21 | 25,67 | 1,72 | 0,46 | 2,21 | 25,67 | 1,72 | 0,46 | 2,21 | 25,67 | 1,72 | 0,46 | 2,21 | 25,67 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 20.000,00 | - | - | - | 13.500,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 590.000,00 | 49.000,00 | 49.000,00 | 98.000,00 | 294.000,00 | 43.320,91 | 41.387,21 | 84.708,12 | 280.655,26 | 43.320,91 | 41.387,21 | 84.708,12 | 280.655,26 | 43.320,91 | 41.387,21 | 84.708,12 | 280.655,26 | 43.320,91 | 41.387,21 | 84.708,12 | 280.655,26 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 3.975.000,00 | 340.000,00 | 325.000,00 | 665.000,00 | 1.960.000,00 | 322.659,47 | 330.029,36 | 658.888,83 | 1.967.551,34 | 322.659,47 | 330.029,36 | 658.888,83 | 1.967.551,34 | 322.659,47 | 330.029,36 | 658.888,83 | 1.967.551,34 | 322.659,47 | 330.029,36 | 658.888,83 | 1.967.551,34 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 1.325.000,00 | 105.000,00 | 115.000,00 | 220.000,00 | 655.000,00 | 107.593,16 | 112.000,79 | 219.682,95 | 655.860,49 | 107.593,16 | 112.000,79 | 219.682,95 | 655.860,49 | 107.593,16 | 112.000,79 | 219.682,95 | 655.860,49 | 107.593,16 | 112.000,79 | 219.682,95 | 655.860,49 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 73.900,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 12.000,00 | 36.000,00 | 302,54 | 208,04 | 510,58 | 20.065,51 | 302,54 | 208,04 | 510,58 | 20.065,51 | 302,54 | 208,04 | 510,58 | 20.065,51 | 302,54 | 208,04 | 510,58 | 20.065,51 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 72.900,00 | 6.000,00 | 6.000,00 | 12.000,00 | 36.000,00 | 8.014,93 | 7.885,76 | 15.910,69 | 49.894,93 | 8.014,93 | 7.885,76 | 15.910,69 | 49.894,93 | 8.014,93 | 7.885,76 | 15.910,69 | 49.894,93 | 8.014,93 | 7.885,76 | 15.910,69 | 49.894,93 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 13.200,00 | - | - | - | 6.000,00 | 103,09 | 124,12 | 287,21 | 8.266,77 | 103,09 | 124,12 | 287,21 | 8.266,77 | 103,09 | 124,12 | 287,21 | 8.266,77 | 103,09 | 124,12 | 287,21 | 8.266,77 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 5.100,00 | 425,00 | 425,00 | 850,00 | 2.550,00 | 5,37 | 1.025,15 | 1.030,55 | 2.065,50 | 5,37 | 1.025,15 | 1.030,55 | 2.065,50 | 5,37 | 1.025,15 | 1.030,55 | 2.065,50 | 5,37 | 1.025,15 | 1.030,55 | 2.065,50 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 21.200,00 | 1.750,00 | 1.750,00 | 3.500,00 | 10.500,00 | 10.294,78 | 5.245,87 | 15.540,65 | 38.873,08 | 10.294,78 | 5.245,87 | 15.540,65 | 38.873,08 | 10.294,78 | 5.245,87 | 15.540,65 | 38.873,08 | 10.294,78 | 5.245,87 | 15.540,65 | 38.873,08 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 5.100,00 | - | - | - | - | - | - | - | 1,48 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 10.000,00 | 800,00 | 800,00 | 1.600,00 | 4.800,00 | 1.020,34 | 1.165,54 | 2.766,88 | 7.662,50 | 1.020,34 | 1.165,54 | 2.766,88 | 7.662,50 | 1.020,34 | 1.165,54 | 2.766,88 | 7.662,50 | 1.020,34 | 1.165,54 | 2.766,88 | 7.662,50 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 10.000,00 | 800,00 | 800,00 | 1.600,00 | 4.800,00 | 1.733,90 | 1.264,29 | 3.018,19 | 8.240,87 | 1.733,90 | 1.264,29 | 3.018,19 | 8.240,87 | 1.733,90 | 1.264,29 | 3.018,19 | 8.240,87 | 1.733,90 | 1.264,29 | 3.018,19 | 8.240,87 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 11.000,00 | 900,00 | 900,00 | 1.800,00 | 5.400,00 | 44,00 | 44,03 | 88,03 | 9.104,86 | 44,00 | 44,03 | 88,03 | 9.104,86 | 44,00 | 44,03 | 88,03 | 9.104,86 | 44,00 | 44,03 | 88,03 | 9.104,86 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 500.000,00 | 41.500,00 | 41.500,00 | 83.000,00 | 246.000,00 | 44.103,99 | 44.065,46 | 88.169,45 | 294.714,86 | 44.103,99 | 44.065,46 | 88.169,45 | 294.714,86 | 44.103,99 | 44.065,46 | 88.169,45 | 294.714,86 | 44.103,99 | 44.065,46 | 88.169,45 | 294.714,86 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 164.000,00 | 16.400,00 | 16.400,00 | 32.800,00 | 65.600,00 | 37,90 | 0,94 | 38,84 | 28.118,98 | 37,90 | 0,94 | 38,84 | 28.118,98 | 37,90 | 0,94 | 38,84 | 28.118,98 | 37,90 | 0,94 | 38,84 | 28.118,98 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 65.000,00 | 6.500,00 | 6.500,00 | 13.000,00 | 26.000,00 | 8.466,88 | 8.530,86 | 17.077,54 | 34.111,30 | 8.466,88 | 8.530,86 | 17.077,54 | 34.111,30 | 8.466,88 | 8.530,86 | 17.077,54 | 34.111,30 | 8.466,88 | 8.530,86 | 17.077,54 | 34.111,30 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 20.000,00 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 915.000,00 | 76.250,00 | 76.250,00 | 152.500,00 | 457.500,00 | 64.040,84 | 63.948,15 | 127.988,99 | 386.057,18 | 64.040,84 | 63.948,15 | 127.988,99 | 386.057,18 | 64.040,84 | 63.948,15 | 127.988,99 | 386.057,18 | 64.040,84 | 63.948,15 | 127.988,99 | 386.057,18 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 105.000,00 | 8.750,00 | 8.750,00 | 17.500,00 | 52.500,00 | 10.324,34 | 10.231,72 | 20.556,06 | 63.413,90 | 10.324,34 | 10.231,72 | 20.556,06 | 63.413,90 | 10.324,34 | 10.231,72 | 20.556,06 | 63.413,90 | 10.324,34 | 10.231,72 | 20.556,06 | 63.413,90 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 58.000,00 | 4.800,00 | 4.800,00 | 9.600,00 | 28.800,00 | 5.052,53 | 4.447,32 | 9.499,85 | 33.025,15 | 5.052,53 | 4.447,32 | 9.499,85 | 33.025,15 | 5.052,53 | 4.447,32 | 9.499,85 | 33.025,15 | 5.052,53 | 4.447,32 | 9.499,85 | 33.025,15 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 53.000,00 | 4.800,00 | 4.800,00 | 9.600,00 | 24.000,00 | 4.467,76 | 4.439,51 | 8.907,27 | 26.671,85 | 4.467,76 | 4.439,51 | 8.907,27 | 26.671,85 | 4.467,76 | 4.439,51 | 8.907,27 | 26.671,85 | 4.467,76 | 4.439,51 | 8.907,27 | 26.671,85 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 145.000,00 | 13.100,00 | 13.100,00 | 26.200,00 | 65.500,00 | 170,20 | 9.225,40 | 9.386,60 | 46.159,23 | 170,20 | 9.225,40 | 9.386,60 | 46.159,23 | 170,20 | 9.225,40 | 9.386,60 | 46.159,23 | 170,20 | 9.225,40 | 9.386,60 | 46.159,23 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 47.000,00 | 4.200,00 | 4.200,00 | 8.400,00 | 21.000,00 | 3.532,92 | 3.881,38 | 7.414,31 | 25.991,68 | 3.532,92 | 3.881,38 | 7.414,31 | 25.991,68 | 3.532,92 | 3.881,38 | 7.414,31 | 25.991,68 | 3.532,92 | 3.881,38 | 7.414,31 | 25.991,68 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 405.000,00 | 34.000,00 | 34.000,00 | 68.000,00 | 201.000,00 | 28.336,92 | 33.366,87 | 61.633,79 | 195.388,38 | 28.336,92 | 33.366,87 | 61.633,79 | 195.388,38 | 28.336,92 | 33.366,87 | 61.633,79 | 195.388,38 | 28.336,92 | 33.366,87 | 61.633,79 | 195.388,38 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 5.200,00 | - | - | - | - | 175,44 | 146,86 | 322,10 | 1.073,63 | 175,44 | 146,86 | 322,10 | 1.073,63 | 175,44 | 146,86 | 322,10 | 1.073,63 | 175,44 | 146,86 | 322,10 | 1.073,63 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 30.200,00 | 2.500,00 | 2.500,00 | 5.000,00 | 15.000,00 | 10,68 | 2.515,65 | 2.526,33 | 12.733,10 | 10,68 | 2.515,65 | 2.526,33 | 12.733,10 | 10,68 | 2.515,65 | 2.526,33 | 12.733,10 | 10,68 | 2.515,65 | 2.526,33 | 12.733,10 |
| RECEITAS PRIMÁRIAS | 26.200,00 | 2.100,00 | 2.100,00 | 4.200,00 | 12.600,000 | | | | | | | | | | | | | | | | |

DECRETO 5.008 - LIMITAÇÃO DE EMPENHOS**ATOS DO PODER EXECUTIVO**

DECRETO Nº. 5.008 DE 19 DE JULHO DE 2017.

“Estabelece Limitação de empenho e movimentação financeira pelo Poder Executivo Municipal de Mondaí – SC, em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000, e dá outras providências”

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONDAÍ, Estado de Santa Catarina, no uso das suas atribuições, de acordo com a Lei Orgânica do Município e em atendimento ao que estabelece o art. 9º da Lei Complementar Federal nº. 101, de 04 de maio de 2000 e,

CONSIDERANDO o cumprimento dos dispositivos dos artigos 15 e 36 da Lei Municipal nº. 3.619, de 21 de setembro de 2016,

CONSIDERANDO as disposições contidas no Decreto Municipal nº. 4.916 de 02 de janeiro de 2017 que *“Dispõe sobre as metas bimestrais de arrecadação, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o exercício financeiro de 2017 e dá outras providências”*.

CONSIDERANDO a necessidade manter, na execução orçamentária, o equilíbrio das contas públicas para o exercício financeiro.

CONSIDERANDO a escassez de receita verificada no **TERCEIRO** bimestre do presente exercício e a necessidade de cumprimento das obrigações.

DECRETA:

Art. 1º. Fica limitado o empenhamento de despesa de qualquer natureza na Administração Direta e Indireta do Município de Mondaí, nos termos da memória de cálculo anexa ao Presente Decreto.

§ 1º Não será objeto do *caput* deste artigo as obrigações constitucionais e legais do Município, inclusive aquelas destinadas ao pagamento do serviço da dívida, e as ressalvas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º Excetua-se da situação exposta no *“caput”*, as contratações provenientes de recursos vinculados, desde que haja a demonstração de saldo positivo em caixa no ato da contratação juntamente com comprovação de disponibilidade orçamentária.

Art. 2º. Em cumprimento ao que determina o art. 36 da Lei Municipal nº. 3.619, de 21 de setembro de 2016 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam bloqueadas as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Sistemas Contábeis e fontes de recursos a seguir indicados:

- 1 – Prefeitura Municipal de Mondaí, no valor de R\$ 110.916,01, nas seguintes fontes de Recursos:**
- I. 0.1.0000 – Recursos Ordinários**
 Proj./Ativ.: 1.002 – Incentivos a Expansão Comercial e Industrial
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0000 (020)R\$ 14.605,54
 - II. 0.1.0001 – Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Educação**
 Proj./Ativ.: 1.005 – Ampliação Rede Física Escolar do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0001 (052)R\$ 50.357,43
 - III. 0.1.0017 – Contribuição Custeio Serviços de Iluminação Pública**
 Proj./Ativ.: 2.043 – Manutenção da Iluminação Pública
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0017 (182)R\$ 13.191,88
 - IV. 0.1.0060 – Programa Merenda Escolar - PNAE**
 Proj./Ativ.: 2.030 – Alimentação Escolar do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0060 (113)R\$ 32.761,16
 - V. 0.1.0079 – Rendimentos de Aplicações Financeiras - Recursos não Vinculados**
 Proj./Ativ.: 2.040 – Manutenção dos Serviços Viários
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0079 (165)R\$ 7.206,91
- 2 – Fundo Municipal de Saúde de Mondaí, no valor de R\$ 85.952,41, nas seguintes fontes de Recursos:**
- I. 0.1.0002 – Receita de Impostos e Transf. de Impostos - Saúde**
 Proj./Ativ.: 1.031 – Construção/Ampliação Unidades de Saúde
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0002 (01)R\$ 13.581,74
 Proj./Ativ.: 1.033 – Aquisição de veículos para o Fundo da Saúde
 Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.0002 (03)R\$ 5.623,72
 - II. 0.1.0007 – MAC – Incentivo Estadual de Média e Alta Complexidade**
 Proj./Ativ.: 2.060 – Serviços de Assistência Hospitalar e Ambulatorial
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0004 (60)R\$ 1.511,15
 - III. 0.1.0064 – Atenção Básica**
 Proj./Ativ.: 2.055 – Atividades Programas SF - ACS e SB
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0064 (5)R\$ 24.511,01
 - IV. 0.1.0068 – SUS – Estado – Atenção Básica**
 Proj./Ativ.: 2.059 – Atividades de Atenção Básica em Saúde
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0064 (31)R\$ 16.804,40
 - V. 0.1.0070 – SUS – Estado – CAPS**
 Proj./Ativ.: 2.056 – Atividades do Centro de Atenção Psicossocial – CAPS
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0070 (11)R\$ 5.601,62
 - VI. 0.1.0072 – Incentivo Estadual à Saúde da Família - NASF**
 Proj./Ativ.: 2.057 – Atividades do Núcleo de Atenção à Saúde da Família
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0070 (17)R\$ 2.266,90
 - VII. 0.1.0133 – MAC – Estado – Contratualização**
 Proj./Ativ.: 2.059 – Atividades de Atenção Básica em Saúde

| | | |
|--|-----|-----------|
| Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0133 (33) | R\$ | 315,28 |
| VIII. 0.1.0135 – Piso de Atenção Básica Variável - PMAQ | | |
| Proj./Ativ.: 2.059 – Atividades de Atenção Básica em Saúde | | |
| Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0135 (34) | R\$ | 15.736,59 |

3 – Fundo Municipal de Assistência Social de Mondaí, no valor de R\$ 11.489,42, nas seguintes fontes de Recursos:

- I. 0.1.0040 – Programa a Atenção Integral a Família – PAIF**
 Proj./Ativ.: 2.047 – Programa de Atenção Integral à Família – PAIF
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0040 (07)R\$ 11.489,42

Art. 3º. Em cumprimento ao que determina o art. 29 da Lei Municipal nº. 3.591, de 28 de outubro de 2015 – Lei de Diretrizes Orçamentárias, ficam liberados dos bloqueios anteriormente realizados as seguintes dotações orçamentárias classificadas nos Sistemas Contábeis e fontes de recursos a seguir indicados:

1 – Prefeitura Municipal de Mondaí, no valor de R\$ 24.621,89, nas seguintes fontes de Recursos:

- I. 0.1.0005 – Programa Estad. de Apoio ao Transp. Escolar – Fundamental**
 Proj./Ativ.: 2.020 – Transporte Escolar do Ensino Fundamental
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0005 (071)R\$ 12.691,58
- II. 0.1.0006 – Programa Estad. de Apoio ao Transp. Escolar – Médio**
 Proj./Ativ.: 2.027 – Transporte Escolar do Ensino Médio
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0006 (108)R\$ 11.612,22
- III. 0.1.0468 – Recursos de Transferências para o FIA - IR**
 Proj./Ativ.: 2.016 – Proteção a Criança em Situação de Risco
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0060 (044)R\$ 318,09

2 – Fundo Municipal de Saúde de Mondaí, no valor de R\$ 9.113,45, nas seguintes fontes de Recursos:

- I. 0.1.0004 – Recursos SUS – Município – Alvará Sanitário**
 Proj./Ativ.: 2.061 – Atividades de Vigilância Sanitária
 Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00.0004 (46)R\$ 8.958,11
- II. 0.1.0005 – Programa de Próteses Dentárias**
 Proj./Ativ.: 2.059 – Atividades de Atenção Básica em Saúde
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0005 (29)R\$ 155,34

3 – Fundo Municipal de Assistência Social de Mondaí, no valor de R\$ 538,68, nas seguintes fontes de Recursos:

- I. 0.1.0049 – Programa Pessoa Portadora de Deficiência Física**
 Proj./Ativ.: 2.051 – Proteção Social Especial - Ação Continuada PDF
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0049 (21)R\$ 180,55
- II. 0.1.0128 – Bolsa Família**
 Proj./Ativ.: 2.048 – Gestão Descentralizada do Bolsa Família
 Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00.0128 (12)R\$ 358,13

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Mondai, (SC), 19 de julho de 2017.

Valdir Rubert
Prefeito Municipal

Monte Carlo

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 103/2017/PM

PROCESSO LICITAÇÃO Nº 103/2017/PM

PREGÃO PRESENCIAL Nº 074/2017/PM

REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017/PM

O MUNICÍPIO DE MONTE CARLO, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 95.996.104/0001-04, representado neste ato pela Prefeita Municipal Sra. SONIA SALETE VEDOVATTO no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL visando a contratação de empresa para fornecimento de AVIAMENTOS – Tintas, tecidos, agulhas, botões, alfinetes e pincéis dentre outros itens. Os envelopes de "PROPOSTA DE PREÇOS" e "DOCUMENTAÇÃO" deverão ser entregues no Setor de Licitações, localizado na sede deste Município – Rodovia SC 452 Km 24, nº 1551, Centro.

Os envelopes deverão ser entregues a partir das 08:00 horas do dia 25/agosto/2017 até as 08:50 horas do dia 11/setembro/2017.

Abertura da sessão no dia 11/setembro/2017 às 09:00 horas.

A presente licitação será do tipo menor preço – julgamento por lote, com objetivo de selecionar melhor proposta, consoante as condições estatuídas em Edital e será regido pela Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, Decreto Federal nº 7892 de 23/Janeiro/2013, Decreto Municipal nº 0149 de 24/Novembro/2006, Decreto Municipal nº 004/2017 de 10/janeiro/2017, bem como pela Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos.

REFERÊNCIA DE TEMPO: Horário de Brasília-DF.

LOCAL: Sala de Reunião – Prefeitura Municipal

INFORMAÇÕES: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo – SC, 24 de agosto de 2017

DELCIR BARZOTTO

Diretor Departamento de Compras e Licitações

Morro da Fumaça

PREFEITURA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO REFERENTE AO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2016 16º

Edital de Convocação Referente ao Processo Seletivo nº 001/2016 AGENOR CORAL, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece a Lei Orgânica do Município:

Convoca os aprovados no processo seletivo, referente ao edital 001/2016, conforme lista abaixo, para no prazo de 05 dias úteis a contar da data desta publicação a comparecerem a sede desta Prefeitura, situada a Rua 20 de Maio, nº 100 – Centro, no horário das 08:00h às 13:00h para início dos procedimentos relativos à contratação.

ZELADOR DE ESCOLA

| COLOCAÇÃO | NOME CANDIDATO |
|-----------|---------------------------|
| 7º | DANIELA DOMINGOS PACIFICO |

Morro da Fumaça, de 25 de Agosto de 2017.

AGENOR CORAL

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

DALVANIA CARDOSO

Secretária do Sistema Econômico

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

ERRATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 085/2017

Município de Morro da Fumaça. Errata do Pregão Presencial Nº 085/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE ÁGUA, conforme anexo. Data: 05/09/2017 às 09:00 Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 018/2017

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 018/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA AS UNIDADES DE SAÚDE., complementar conforme anexo I. Data: 12/09/2017 as 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 023/2017

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 023/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE FILTRO SOLAR E LOÇÃO, conforme anexo I. Data: 11/09/2017 as 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 025/2017

Fundo Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 025/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE LEITE complementar conforme anexo I. Data: 12/09/2017 as 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 087/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 087/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE SINALIZAÇÃO VIÁRIA complementar, conforme anexo I. Data: 06/09/2017 as 11:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

REGISTRO DE PREÇOS 088/2017

Município de Morro da Fumaça. Edital de Pregão Presencial para Registro de Preços 088/2017. Objeto: AQUISIÇÃO DE MOVEIS E DIVISÓRIAS, conforme anexo I. Data: 11/09/2017 as 09:00. Local: Setor de Licitação, 2º Piso, Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, Rua 20 de Maio, 100, Centro, neste município. DALVANIA CARDOSO – Secretária do Sistema Econômico.

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 12 DE JULHO DE 2017

Resolução nº 001 de 12 de julho de 2017

APROVA e HOMOLOGA O REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA e dá outras providências.

O Presidente do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA – CMS/MF e o SECRETÁRIO DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o disposto no inciso XVII, do artigo 5º que lhe confere o referido Regimento Interno, aprovado em plenário nesta data,

Resolvem:

Art. 1º Fica homologado o Regimento Interno do CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA – CMS/MF, cujo texto, na íntegra, passa a integrar a presente resolução.

Art. 2º Em atendimento ao Art.19 deste Regimento Interno, fixo o prazo de 15(quinze) dias, após ciente, para a referida homologação do REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA pelo Secretário Municipal do Sistema de Saúde e Desenvolvimento Social e dando-lhes publicidade, dentro do prazo de 05 dias, no Site oficial do Município e do CMS/MF.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Morro da Fumaça, SC, 12 de Julho de 2017

| | |
|---|---|
| Jaqueline Melo Costa
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA – CMS/MF | Wagner Bressan
SECRETÁRIO DO SISTEMA DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL |
|---|---|

REGIMENTO INTERNO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE MORRO DA FUMAÇA-SC - CMS/MF

CAPÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º O presente regimento interno, elaborado em decorrência do que prescreve a Lei Municipal nº 1.102/2002, de 29/11/2002 e suas alterações, que institui o Conselho Municipal de Saúde, adequada à Resolução nº 453 de 10/05/2012 do CNS, tem por finalidade estabelecer normas de organização e definir a atribuição do Conselho, sua Diretoria Executiva e suas Comissões, caracterizando o relacionamento entre os órgãos que o compõem, o entrosamento dos seus membros, distribuindo atribuições, quer específicas, quer gerais, definindo funções, tarefas, responsabilidades e fixando normas de funcionamento.

§ 1º O Conselho Municipal de Saúde de Morro da Fumaça identificar-se-á pela sigla CMS/MF, devendo ser destinado ao membro o tratamento de "Conselheiro".

§ 2º O CMS/MF terá sua sede e funcionará nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde de Morro da Fumaça – SC.

§ 3º Fica instituído a logo oficial do CMS/MF conforme desenho a seguir.

CAPÍTULO II DA FINALIDADE, COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES DO CONSELHO

Art. 2º O CMS/MF tem por finalidade atuar na formulação e controle da execução da política municipal de saúde, inclusive nos aspectos econômicos e financeiros, nas estratégias e na promoção do processo de controle social em toda a sua amplitude, no âmbito dos setores público e privado.

Art. 3º O CMS/MF é um órgão deliberativo, fiscalizador, e terá como base e diretriz o contido na Lei Orgânica nº 01, de 09/04/1990 e Lei Municipal nº 1.102 de 29/11/2002, que o constituiu, tendo suas atividades reguladas por este regimento.

Art. 4º A partir de indicação do CMS/MF, o Poder Público, poderá intervir, descredenciar ou desapropriar os serviços de natureza privada que contrariem as diretrizes do Sistema Único de Saúde (Lei nº 8.142, de 28/12/1990) ou os termos previstos nos contratos firmados com o Poder Público.

Art. 5º São atribuições do CMS/MF, definidas na Lei Municipal 1.102 de 29/11/2002 e suas alterações, c/c a Lei 8.142, de 28/12/1990 e Resolução nº 453, de 10.05.2012, editada pelo Conselho Nacional de Saúde:

I - Atuar na formulação de estratégias e no controle da política de saúde, incluídos aos seus aspectos econômicos e financeiros, que serão fiscalizados mediante o acompanhamento de execução orçamentária;

II - Articular-se com os demais órgãos colegiados do Sistema Único de Saúde, das esferas Federal e Estadual de Governo a fim de garantir a atenção à saúde constitucionalmente estabelecida;

III - Organizar e normatizar Diretrizes para a elaboração do Plano Municipal de Saúde, analisar e deliberar as contas dos órgãos integrantes do SUS;

IV - Propor medidas para o aperfeiçoamento da organização do Sistema Único de Saúde do Município;

V - Examinar propostas e denúncias, responder à consultas sobre assuntos pertinentes a ações e serviços de saúde, bem como apreciar a respeito de deliberação do Colegiado;

VI - Fiscalizar e acompanhar o desenvolvimento das ações e serviços de saúde, prestados pelos órgãos e entidades públicas e privadas, integrantes do SUS no município, apontando aquelas que eventualmente contrariam as Diretrizes da política de saúde ou a organização do sistema;

VII - Incentivar e defender a municipalização das ações, serviços e recursos de saúde como forma de descentralizar as atividades;

VIII - Solicitar informações de caráter operacional, técnico - administrativo, econômico - financeiro, de gestão de recursos humanos e outros que o digam respeito a estrutura e licenciamento de órgãos públicos ou privados, vinculados ao SUS;

IX - Divulgar e possibilitar o amplo conhecimento do SUS no

município, à população, e às instituições públicas e privadas;

X - Definir critérios para elaboração de contratos ou convênios, entre o setor público e as entidades privadas, no que tange a prestação de serviços de saúde;

XI - Apreçar previamente os contratos e convênios referidos no inciso anterior e acompanhar e controlar o seu cumprimento;

XII - Estabelecer Diretrizes quanto à localização e ao tipo de unidades prestador de serviços públicos e privados, no âmbito do SUS;

XIII - Garantir a participação e o controle comunitário, de acordo com a lei federal 8.142/90, através da sociedade civil organizada, nas instancias colegiadas gestoras das ações de saúde;

XIV - Apreçar e normatizar a organização de Conselhos Comunitários de Saúde;

XV - Promover articulações com os órgãos de fiscalização do exercício profissional e outras entidades representativas da sociedade civil, para definição e controle dos padrões éticos, para pesquisa e prestação de serviços de saúde;

XVI - Promover articulações entre os Serviços de Saúde e as instituições de ensino profissional e superior, com a finalidade de propor prioridades, métodos e estratégias para a formação e educação continuada dos recursos humanos do SUS, assim como à pesquisa e à cooperação técnica entre essas instituições;

XVII - Elaborar, aprovar o regimento interno do CMS/MF/SC e as propostas de suas modificações, bem como encaminhá-lo à homologação do Executivo Municipal;

XVIII - Outras atribuições estabelecidas em normas complementares pelo CNS;

XIX - Solicitar, nos termos da lei, a convocação da Conferência Municipal de Saúde, no mínimo a cada dois anos, inclusive aprovar o regimento, a organização, e as normas para o funcionamento;

XX - Deliberar sobre a organização dos serviços de saúde, na formulação da política e execução das ações em consonância com os preceitos legais estabelecidos para a saúde a nível federal e estadual;

XXI - Deliberar sobre as normas técnicas e administrativas do Sistema Único de Saúde-SUS e encaminha-las à consideração do Executivo;

XXII - Deliberar sobre medidas normativas e punitivas pelo descumprimento das políticas de saúde no âmbito municipal e encaminhá-las à consideração do Executivo;

XXIII - Fiscalizar os depósitos bancários e movimentação dos recursos financeiros do Sistema Único de Saúde-SUS, através de prestações trimestrais, depositados em conta especial, conforme art. 33 da Lei nº 8.080 de 19/09/1990;

XXIV - Autorizar e fiscalizar o planejamento e aplicação dos recursos na área de saúde, pelo órgão competente do Poder Executivo;

XXV - Aprovar a celebração de consórcios intermunicipais, para formação de sistema de saúde, quando houver indicação técnica e consenso das partes;

XXVI - Aprovar programas e projetos estratégicos para enfrentamento das prioridades e situações emergenciais no âmbito municipal;

XXVII - Vedar a transferência de recursos para financiamento de ações não previstas nos planos de saúde do Município, exceto em situações emergenciais de calamidades públicas, que será objeto de avaliação posterior pelo CMS/MF;

XXVIII - Estimular a participação comunitária no controle da administração do sistema de saúde, através dos Conselhos Locais de Saúde;

XXIX - Participar da elaboração do orçamento da saúde, do planejamento e fiscalizar a sua execução na aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde;

XXX - Sugerir medidas que visem o aperfeiçoamento das ações e serviços de saúde, incluindo a avaliação e proposição de uma política de recursos humanos para a área de saúde, no âmbito do SUS no Município de Morro da Fumaça;

XXXI - Promover seminários e debates a respeito de assuntos relativos à saúde;

XXXII - Acompanhar, fiscalizar e avaliar a política de insumos,

produtos farmacêuticos e equipamentos para a saúde no nível municipal, inclusive o seu armazenamento e controle de estoque;
XXXIII - Opinar sobre os projetos de lei, leis, decretos ou quaisquer outros atos referentes a atividades da Secretaria Municipal de saúde;

XXXIV - Participar e avaliar, conjuntamente com outros órgãos afins, do controle de agravos ao meio ambiente que tenham repercussão à saúde humana;

XXXV - Deliberar prazos a serem cumpridos pelos Poderes Executivo e Legislativo nas respostas às solicitações do CMS/MF;

XXXVI - Receber e encaminhar aos órgãos competentes denúncias e sugestões formuladas por cidadãos e/ou entidades;

XXXVII - Fiscalizar, permanentemente, o funcionamento dos serviços de saúde na rede pública e privada, no Município de Morro da Fumaça, de modo a garantir a resolutividade e o atendimento adequado à população;

XXXVIII - Garantir a prestação de contas sobre a política de saúde desenvolvida, promovendo a ampla e prévia atualização e divulgação dos dados, projetos e normas relativos à saúde;

XXXIX - Fiscalizar a execução do Plano Municipal de Saúde;

XL - Aprovar e fiscalizar o planejamento, o gerenciamento e a aplicação dos recursos do Fundo Municipal de Saúde, em consonância com o artigo 33 da Lei Federal nº 8.080/1990;

XLI - Propor a revisão do Plano de Cargos e Carreiras e Salários (PCCS) para os servidores da rede pública do SUS;

XLII - O processo de gestão, fiscalização, controle, auditoria e avaliação do Sistema Único de Saúde e do Fundo Municipal de Saúde serão da seguinte forma, através de comissões estabelecidas:

a) Acompanhar e avaliar trimestralmente o desempenho das Unidades, Órgãos e Programas da Secretaria Municipal de Saúde e Rede SUS;

b) Determinar, avaliar e acompanhar a implantação do Plano Municipal de Saúde e aprová-las ou não;

c) Analisar prestação de contas trimestralmente emitido pelo Fundo Municipal de Saúde;

d) Requisitar, examinar ou impugnar, a qualquer tempo, documentos, papéis e notas relacionadas à administração do Fundo Municipal de Saúde, bem como solicitar qualquer esclarecimento necessário ao bom andamento do CMS/MF, dando encaminhamentos administrativos legais pertinentes;

e) Ter acesso a todas as informações de caráter técnico-administrativo, econômico-financeiro, orçamentário e operacional, sobre recursos humanos, convênios, contratos e inclusive termos aditivos, de direito público, que digam respeito à estrutura e pleno funcionamento de todos os órgãos vinculados ao Sistema Único de Saúde.

XLIII - Convocar, se necessário, para participar das reuniões, extraordinariamente, em caráter consultivo: associações, entidades, grupos, empresas, secretários municipais, políticos ou técnicos que possam contribuir para o desenvolvimento das ações do CMS-MF;

XLIV - Deliberar e propor ao Executivo Municipal, forma complementar do Sistema Único de Saúde, segundo diretrizes deste, mediante contrato de Direito Público ou convênio, tendo preferência às entidades filantrópicas e as sem fins lucrativos, necessárias ao estabelecimento da política municipal de saúde;

XLV - Pronunciar-se conclusivamente sobre os relatórios de gestão do Sistema Único de Saúde apresentados pela Secretaria Municipal da Saúde;

XLVI - deliberar, encaminhar e avaliar a Política de Gestão do Trabalho e Educação para a Saúde no SUS;

XLVII - acompanhar, auditar e fiscalizar os procedimentos contábil, operacional e patrimonial do CISAMREC - Consórcio Intermunicipal de Saúde, autorizado pela LEI municipal nº 947, de 21 de agosto de 1998, amparado pela LEI Municipal nº 1.205, de 25 de abril de 2006 que cria no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS - o sistema municipal de auditoria;

XLVIII- Cooperar e solicitar junto aos gestores, capacitação para melhoria da qualidade da formação dos trabalhadores da saúde; articular junto à secretaria executiva na EFOS - Escola de Formação

em Saúde de Santa Catarina e junto a CIES - Comissão Permanente de Integração Ensino-Serviço da AMREC em conjunto com a CIR - Comissão Intergestores Regionais de Saúde da Região Carbonífera, buscando promover um trabalho articulado entre estas instituições formadoras e os trabalhadores da saúde e os usuários dos serviços, conduzindo o processo de Educação Permanente em Saúde no município;

XLIV – convocar, sempre que necessário, em caráter consultivo, o servidor do município responsável pelo controle interno, para contribuir no desenvolvimento das ações do CMS/MF (LEI Municipal Nº 1.154, de 15 de setembro de 2004);

L – convocar, sempre que necessário, em caráter consultivo ou de auditoria, o Sistema Municipal de Auditoria, Controle e Avaliação - SMA/SUS, criado através da LEI Municipal nº 1.205, de 25 de abril de 2006, para contribuir no desenvolvimento das ações do CMS/MF, no atendimento e cumprimento da referida lei e em especial no seu Art.8º.

CAPÍTULO III DA COMPOSIÇÃO

Art. 6º O CMS/MF terá a sua composição definida de acordo com a Lei municipal nº 1.102 de 29/11/2002 e suas alterações, em conformidade com a Resolução n.º 453 de 10 de maio de 2012 expedida pelo Conselho Nacional de Saúde, garantida sempre a paridade dos usuários em relação ao conjunto dos demais seguimentos.

Parágrafo único - Os membros do CMS/MF poderão ser reconduzidos.

Art.7º A Secretaria Executiva do CMS/MF terá o prazo máximo de 15 (quinze) dias para enviar ao Poder Executivo que procederá a homologação, por Ato Administrativo, a nomeação, a posse e a publicidades dos novos conselheiros em até 30 (trinta) dias;

Art. 8º As entidades sociais integrantes do CMS/MF, a qualquer tempo, encaminharão à Diretoria Executiva a substituição dos Conselheiros que as representam, que proporá ao Chefe do Executivo que promoverá a referida mudança dos respectivos substitutos para o resto do mandato.

CAPÍTULO IV DA ESTRUTURA E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO

Art. 9º O CMS/MF tem a seguinte organização:

I. Plenário

II. Diretoria Executiva

III. Comissões Permanentes e Transitórias

Art. 10. O poder executivo garantirá autonomia administrativa para o pleno funcionamento do CMS/MF como: dotação orçamentária, autonomia financeira e organização da secretaria-executiva com a necessária infraestrutura e apoio técnico:

I - Cabe ao CMS/MF deliberar em relação à sua estrutura administrativa e o quadro de pessoal;

II - O CMS/MF contará com uma secretaria-executiva coordenada por pessoa preparada para a função, para o suporte técnico e administrativo, subordinada ao Plenário do Conselho de Saúde, que definirá sua estrutura e dimensão;

III - O CMS/MF decide sobre o seu orçamento.

SEÇÃO I

DAS PLENÁRIAS

Art. 11. A plenária do CMS/MF é o fórum de deliberação plena e conclusiva, configurado por reuniões ordinárias e extraordinárias, de acordo com requisitos de funcionamento estabelecidos neste regimento, tendo a sua composição definida de acordo com as legislações vigentes.

Art. 12. O CMS/MF reunir-se-á ordinariamente toda segunda quarta-feira de cada mês, às 18h30min, de acordo com o calendário avaliado e aprovado a cada gestão e extraordinariamente, por convocação do Secretário do Sistema de saúde, pela convocação do Presidente do Conselho ou por requerimento de 1/4 (um quarto)

de seus membros ou pelos membros de comissões sempre que houver necessidade e tratará somente do assunto para o qual foi estabelecido.

Art. 13. A representação das entidades inclui um titular e um suplente.

§ 1º Será dispensado, automaticamente, o conselheiro (titular e suplente) que, deixar de comparecer a 3 (três) reuniões consecutivas ou a 5 (cinco) alternadas, no período de um ano civil.

§ 2º No caso de exoneração ou dispensa dos representantes de qualquer entidade, após comunicado pelo CMS/MF, a mesma deverá designar no prazo de 10 (dez) dias um novo representante, sob pena de ser vetado o direito de manifestar-se a respeito do que foi tratado em reuniões realizadas sem sua representação.

§ 3º A perda do mandato será declarada pelo Plenário do CMS/MF e comunicada ao Chefe do Executivo, para tomada das providências necessárias à sua substituição na forma da legislação vigente.

§ 4º As justificativas de ausências deverão ser apresentadas na Secretaria Executiva do CMS/MF, e/ou por email, em até 48 horas úteis após a reunião, sendo apresentada na plenária seguinte.

§ 5º A titularidade e suplência não poderá ser ocupada por entidades diferentes do mesmo segmento.

§ 6º O suplente deve representar o titular em suas ausências perante o conselho, possuindo direito a voz e voto.

§ 7º O suplente assume definitivamente como titular quando da desistência ou dispensa do titular.

§ 8º Quando não estiver substituindo o conselheiro titular o conselheiro suplente não possui direito a voto.

Art. 14 As reuniões do Conselho Municipal de Saúde, instalar-se-ão com a presença da maioria simples de seus membros com direito a voto, que deliberarão através maioria dos presentes (§ 1º do Art. 9º da Lei Municipal 1102/2002).

§ 1º A qualquer momento poderá ser solicitada verificação de quórum, e não o havendo será suspensa a reunião temporariamente até a recuperação da presença mínima exigida no caput deste artigo.

§ 2º As reuniões plenárias do CMS/MF deverão ser divulgadas e abertas ao público, devendo sempre acontecer em espaços e horários que possibilitem a participação da sociedade.

§ 3º É obrigatório a assinatura dos conselheiros presentes na lista de presença, em cada reunião, e que a mesma seja finalizada/encerrada ao final de cada seção.

Art. 15. A convocação para as reuniões do conselho será sempre feita de seguinte forma:

I - a convocação da reunião ordinária será sempre encaminhada juntamente com a pauta das reuniões, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência, para cada representante no seu endereço eletrônico e/ou whatsapp;

II - as reuniões extraordinárias serão convocadas, com no mínimo 3 (três) dias de antecedência;

III - as reuniões acontecerão na sala estabelecida para a mesma na Secretaria Municipal de Saúde de Morro da Fumaça. Caso o local da reunião seja mudado, a mudança deverá ser comunicada por escrito, aos membros do Conselho, com 72 (setenta e duas) horas de antecedência.

Art. 16. A pauta da reunião ordinária constará de:

I – leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

II – leitura dos expedientes constando de informes da mesa e dos Conselheiros;

III – leitura da ordem do dia constando dos temas previamente definidos e preparados, sendo obrigatório um tema da agenda básica anual aprovada pelo CMS/MF, nos Termos que estabelece o § 5º deste artigo;

IV - deliberações;

V - encaminhamento da pauta da reunião seguinte, sendo que outros itens de pauta poderão ser acrescidos a partir da sequência seguinte ao último item de pauta elencado durante a plenária;

VI tribuna livre.

§ 1º Os informes não comportam discussão e votação, somente leitura e esclarecimentos breves.

§ 2º Para apresentação do seu informe cada conselheiro inscrito disporá de 3 minutos improrrogáveis. Em caso de polêmica ou necessidade de deliberação, o assunto deverá passar a constar da ordem do dia da reunião ou ser pautado para a próxima, sempre a critério do Plenário.

§ 3º O conselheiro que não puder comparecer à reunião ordinária, tendo algum assunto de relevância, poderá enviá-lo por escrito via email, juntamente com a justificativa da sua ausência, à Diretoria Executiva, até 48 (quarenta e oito) horas antes da reunião.

§ 4º A definição da ordem do dia partirá: da relação dos temas básicos, dos produtos das comissões, e das indicações dos conselheiros, ao final de cada reunião ordinária.

§ 5º Cabe ao Secretário Executivo a preparação, organização, a apresentação de cada tema da pauta da ordem do dia, com documentos e informações disponíveis, inclusive destaques aos pontos recomendados para deliberação, a serem distribuídos pelo menos 7 (sete) dias antes da reunião, sem o que, salvo a critério do plenário, não poderá ser votado.

Art. 17. O CMS/MF será presidido pelo Presidente do Conselho e na sua ausência, pelo seu Vice.

Parágrafo Único - Na ausência simultânea do Presidente do Conselho e do seu Vice, as reuniões do Conselho serão presididas pelo Secretário Executivo.

Art. 18. O CMS/MF fará suas deliberações através de voto direto e aberto de seus membros presentes na reunião, respeitado o Art. 14 deste regimento.

§ 1º Cada conselheiro terá direito a um voto.

§ 2º Será considerada aprovada a matéria que obtiver o voto da maioria simples dos conselheiros presentes.

§ 3º A maioria simples compreende do voto favorável da maioria dos conselheiros titulares presentes na reunião.

§ 4º Caberá ao Presidente, no caso de empate, o voto Minerva.

§ 5º Durante as reuniões, o conselheiro poderá usar a palavra para:

I - discutir matéria em debate;

II - apartear;

III - declarar voto;

IV - levantar questão de ordem;

V - encaminhamento de votação.

CAPÍTULO V

DAS DELIBERAÇÕES

Art. 19. As deliberações do CMS/MF, identificadas pelo seu tipo e numeradas correlativamente, deverão ser manifestadas, observado o quórum estabelecido, por meio de resoluções, recomendações, moções e outros atos deliberativos. As resoluções serão obrigatoriamente homologadas pelo Secretário Municipal do Sistema de Saúde, em um prazo de 15(quinze) dias, dando-lhes publicidade oficial no Site do Município e do CMS/MF. Decorrido o prazo mencionado e não sendo homologada a resolução e nem enviada justificativa pelo gestor ao Conselho de Saúde - CMS/MF com proposta de alteração ou rejeição a ser apreciada na reunião seguinte, as entidades que integram o Conselho de Saúde podem buscar a validação das resoluções, recorrendo à justiça e ao Ministério Público, quando necessário.

§ 1º As resoluções, atas das reuniões ordinárias e extraordinárias, moções, notas a imprensa, recomendações sobre temas específicos e demais deliberações do plenário do Conselho Municipal de Saúde, serão publicadas em Diário Oficial do Município e hospedadas no Site do CMS/MF, dentro do prazo de 05 dias após sua aprovação pelo Conselho Municipal de Saúde.

§ 2º Analisadas e/ou revistas as Resoluções, quando necessário, seu texto final será novamente encaminhado para homologação e publicação no DOM e Site do CMS/MF devendo ser observado o prazo previsto no § 1º.

Art. 20. Trimestralmente haverá reunião ordinária onde serão apreciadas exclusivamente as contas de gestão.

§ 1º O Relatório de Gestão apresentado ao CMS/MF deve possuir os requisitos mínimos exigidos pelo Anexo V da Instrução Normativa

020 de 31 de Agosto de 2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

§ 2o O Relatório de Gestão deverá estar acompanhado do Relatório do Órgão Central do Sistema de Controle Interno, que deverá possuir os requisitos mínimos exigidos pelo Anexo V da Instrução Normativa 020 de 31 de Agosto de 2015 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina; devendo ao final, o CMS/MF, recomendar a aprovação ou rejeição das contas de gestão.

§ 3o O Plenário do Conselho Municipal de Saúde deliberará conclusivamente sobre as contas de gestão, expedindo resolução pela aprovação ou rejeição das contas; só podendo contrariar o parecer técnico do Órgão Central do Sistema de Controle Interno por maioria simples do Conselho Municipal de Saúde.

Art. 21. O Processo de votação das matérias que estejam sob a apreciação do Conselho será feito da seguinte forma:

I - o voto será por conselheiro;

II - as votações devem ser apuradas pela contagem de votos a favor, contra e abstenções, mediante manifestação expressa de cada conselheiro, registrada em ata, ficando excluída a possibilidade de votação secreta;

III - a recontagem dos votos deve ser realizada quando a mesa julgar necessário ou quando solicitada por um ou mais conselheiros;

IV - as matérias pautadas, após o processo de exame prévio preparatório serão apresentadas, por escrito, destacando-se os pontos essenciais, seguindo-se a discussão e, quando for o caso, a deliberação;

V - ao início da discussão poderá ser pedido vistas, devendo o assunto retornar impreterivelmente, na reunião ordinária seguinte para apreciação e votação, mesmo que este direito seja exercido por mais de 01 (um) Conselheiro. O Conselheiro que pediu vistas será o relator, no caso de mais de um conselheiro pedir vistas, haverão tantos relatores quanto os pedidos de vista. Todo pedido de vista deve corresponder um parecer técnico, por escrito, previamente apresentado aos Conselheiros. Os pareceres deverão ser colocados em votação um a um, obedecida a ordem de solicitação de vistas.

Art. 22. As reuniões do CMS/MF são abertas à participação de qualquer pessoa e/ou entidade interessada na política de saúde do município e/ou na matéria em discussão.

Parágrafo Único – É garantido sob a forma de Tribuna Livre, por um tempo total de cinco minutos, o direito à voz aos participantes na forma citada no caput deste artigo, inscrevendo-se na Secretaria Executiva antes do início previsto para a Reunião.

Art. 23. As reuniões e cada pauta terão um tempo pré-estabelecido de no máximo de uma hora e meia que poderá ser prorrogado, se necessário, por até 30 (trinta) minutos a critério do Conselho, desde que haja quórum.

§ 1o Caso a discussão de alguma pauta ultrapasse o tempo previamente estabelecido e, havendo necessidade definida pelo Conselho de um maior aprofundamento do tema, a seu critério, poderá formar uma Comissão específica ou encaminhar a matéria para uma comissão já existente, para estudar o assunto em questão e encaminhar sua conclusão ao plenário para deliberação em uma próxima reunião.

§ 2o O CMS/MF poderá convocar para participar de suas reuniões ou comissões em caráter consultivo, associações, técnicos ou grupos de técnicos que possam contribuir para o desenvolvimento das ações do CMS.

SUBSEÇÃO I DOS CONSELHEIROS

Art. 24. Aos Conselheiros incumbe:

I - zelar pelo pleno e total desenvolvimento das atribuições do Conselho Municipal de Saúde – CMS/MF;

II - estudar e relatar, nos prazos preestabelecidos, matérias que lhes forem distribuídas, podendo valer-se de assessoramento técnico e administrativo;

III - apreciar e deliberar sobre matérias submetidas ao Conselho

para votação;

IV - apresentar Moções ou Proposições sobre assuntos de interesse da saúde;

V - requerer votação de matéria em regime de urgência;

VI - acompanhar e verificar/fiscalizar o funcionamento dos serviços de saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde, dando ciência ao Plenário;

VII - apurar e cumprir determinações quanto às investigações locais sobre denúncias remetidas ao CMS/MF, apresentando relatórios;

VIII - desempenhar outras atividades necessárias ao cumprimento do seu papel e ao funcionamento do Conselho;

IX - construir e realizar o perfil duplo do Conselheiro, de representação dos interesses específicos do seu segmento social ou governamental e de formulação e deliberação coletiva no órgão, através de posicionamento a favor dos interesses da população usuária do Sistema Único de Saúde;

X - levantar questão de ordem;

XI pedir vista de processo e requerer votação.

SEÇÃO II DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 25. O CMS/MF contará com uma Diretoria Executiva composta de 4 membros, responsável pelo planejamento, organização e condução dos trabalhos do Conselho.

Art. 26. A Diretoria Executiva será formada pelos seguintes cargos:

a) Presidente

b) Vice Presidente

c) Secretário Executivo

d) Tesoureiro

§ 1o O Presidente do CMS/MF será eleito pelo próprio Conselho, desde que o eleito não seja da categoria governamental.

§ 2o Os demais membros da Diretoria Executiva serão escolhidos pelo seguimento respeitando-se a proporcionalidade de formação do Conselho, conforme o Art. 6º deste regimento.

§ 3o Os membros da Diretoria Executiva terão um mandato de 2 (dois) anos podendo ser substituídos, a qualquer momento, quando sua atuação não for compatível com os objetivos do CMS/MF.

§ 4o Os membros da Diretoria Executiva poderão ser reeleitos no máximo para mais um mandato.

SUBSEÇÃO II DAS ATRIBUIÇÕES DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 27. São atribuições da Diretoria Executiva do CMS/MF: Planejar, organizar e coordenar o funcionamento do Conselho, em parceria com a Secretaria Municipal de Saúde, executando as decisões e todas as providências, recomendações e atos exarados pelo CMS/MF.

Art. 28. Compete ao Presidente do Conselho:

I - coordenar as reuniões do CMS/MF;

II - encaminhar ao órgão competente e executar as decisões do CMS/MF;

III - convocar reuniões ordinárias e extraordinárias;

IV - organizar a pauta das reuniões junto ao CMS/MF.

V - Instalar, por resolução, as comissões;

VI - Representar o CMS/MF e ou indicar o seu representante legal, quando necessário;

VII - interpretar o Regimento Interno nas questões de ordem, valendo-se, se for necessário, de assessoria jurídica ou votação da maioria dos presentes;

Parágrafo único. A questão de ordem é direito exclusivamente ligada ao cumprimento dos dispositivos regimentais e legais, cabendo ao Presidente da Mesa avaliar a pertinência de acatá-la ou não, ouvindo-se o Plenário em caso de conflito com o requerente.

VIII - fazer os encaminhamentos pertinentes à boa conduta da reunião, fazendo cumprir horários, tempos e a pauta previamente definida;

IX - fazer cumprir a ordem das inscrições, controlando o tempo

estabelecido das falas, podendo propor ao Pleno encerrar as inscrições quando entender que o tema já foi suficientemente debatido e interromper a fala do conselheiro quando o mesmo exceder ao seu tempo;

X- delegar competências aos membros do Conselho;

XI - fazer o encerramento da reunião.

Art. 29. Compete ao Vice-Presidente:

I - assumir a presidência na ausência ou licença do Presidente;

II - auxiliar o Presidente em suas tarefas.

Art. 30. Compete ao Secretário Executivo:

I - Elaborar atas das reuniões e remeter cópias aos conselheiros;

II- Disponibilizar Lista de presença;

III - Dar ciência das correspondências recebidas e respondê-las após deliberação em plenário;

IV - Encaminhar pauta das reuniões, no prazo estabelecido no Art. 15º, incisos I e II, aos membros do CMS/ MF;

V – Encaminhar, com protocolos, as Resoluções e demais atos do CMS/MF ao órgão público competente;

VI - Elaborar agenda/calendário prévia e anual das reuniões ordinárias e extraordinárias do CMS/MF;

VII - Divulgar os trabalhos e ações do CMS/MF aprovados em Plenária, em conjunto com a COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO;

VIII - Promover a integração entre as entidades formadoras do Conselho e deste com as demais entidades de atuação na área da saúde;

IX – Encaminhar convites e convocação a apresentadores de Temas previamente aprovados;

X - Acompanhar as reuniões do Plenário, assistir ao Presidente da mesa e anotar os pontos mais relevantes visando a checagem da redação final da ata;

XI - Atualizar permanentemente o cadastro dos conselheiros e as informações sobre a estrutura e funcionamento do CMS/MF;

XII - Acompanhar o encaminhamento dado às Resoluções, Recomendações e Moções emanadas do Conselho e dar as respectivas informações atualizadas durante os informes do Conselho Municipal de Saúde;

XIII - Cuidar da edição e distribuição das comunicações emanadas pelo Conselho Municipal de Saúde, bem como o controle do correio eletrônico do CMS.

Art. 31. Compete ao Tesoureiro:

I - Exercer o controle administrativo referentes às atividades do CMS/MF;

II - Elaborar, submetendo-a ao CMS/MF, a proposta orçamentária para o funcionamento do Conselho;

III - Elaborar, submetendo-a ao CMS/MF, a proposta orçamentária para a organização e instalação da Conferência Municipal de Saúde;

IV - Exercer outras atribuições que lhe sejam delegadas pelo CMS/MF.

CAPÍTULO VI

DAS COMISSÕES E GRUPOS DE TRABALHOS, PERMANENTES E TRANSITÓRIAS

Art. 32. Comissão temática é entendida como grupo representativo de conselheiros titulares ou suplentes, de caráter não deliberativo, com objetivo de propiciar subsídios que auxiliem o CMS/MF em seus debates e tomadas de decisões, além de contribuírem para a capacitação de conselheiros.

Art. 33. O CMS/MF contará com Comissões Temáticas e Grupos de Trabalhos Permanentes com mandato de dois anos ou Transitórias, e com a finalidade de promover estudos e emitir pareceres a respeito de temas específicos.

§ 1º Os Conselheiros que compõe o CMS/MF deverão participar de no mínimo uma comissão, não podendo seus Conselheiros participar simultaneamente de mais de 2 (duas) comissões.

§ 2º As Comissões Temáticas Permanentes ou Transitórias deverão ser constituídas por representantes do CMS/MF.

§ 3º As Comissões deverão eleger um Coordenador e um Secretário Executivo, para a coordenação e registro das atividades.

§ 4º As Comissões deverão ser compostas por no mínimo 4 (quatro) membros eleitos, indicados a cada gestão, mantendo a paridade: 2 usuários, 1 governamental e 1 prestador de serviço.

§ 5º Poderão participar das reuniões das Comissões, entidades não participantes do CMS/MF, envolvidas com o tema e convidados a fim de fornecer subsídios de ordem técnica e jurídica, sem direito a voto.

§ 6º Os encaminhamentos às Comissões serão tomados por consenso. Se não houver consenso, as propostas deverão ser levadas à plenária do CMS/MF.

§ 7º As reuniões das Comissões serão realizadas mensalmente conforme calendário elaborado e aprovado pelas mesmas.

§ 8º As Comissões não possuem caráter deliberativo, devendo ser as decisões apresentadas e submetidas à aprovação do CMS/MF.

§ 9º As reuniões das Comissões só poderão acontecer com a presença de no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos seus membros.

§ 10. Será excluído da Comissão o membro que faltar a 3 (três) reuniões consecutivas ou 5 (cinco) alternadas sem justificativa, no período de 12 (doze) meses, tendo a entidade 15 (quinze) dias úteis para oficializar novo representante após conhecimento da exclusão.

§ 11. A Constituição e funcionamento de cada Comissão serão estabelecidos em deliberação do CMS/MF, a cada gestão e deverão estar embasadas na explicitação de suas finalidades, competências e atribuições.

§ 12. Quando houver necessidade de indicação de representantes das Comissões, em qualquer instância e que requeira ordenamento de despesas para a participação dos integrantes, se dará conforme critérios:

I – que tenha frequência regular nas reuniões da referida Comissão, conforme Regimento Interno;

II – que o integrante seja indicado pela Comissão e referendado pelo CMS/MF.

§ 13. As reuniões das Comissões serão abertas à participação de qualquer cidadão ou entidade interessada, com direito a voz, desde que aprovada pelo plenário.

§ 14. A constituição e funcionamento de cada Comissão e Grupo de Trabalho serão estabelecidos em Resolução específica e deverão estar embasados na explicitação de suas finalidades, objetivos, produtos, prazos e demais aspectos que identifiquem claramente a sua natureza.

§ 15. Os locais de reunião das Comissões e Grupos de Trabalho serão escolhidos segundo critérios de economicidade e praticidade.

§ 16. O CMS/MF, as Comissões e os Grupos de Trabalho poderão convidar qualquer pessoa ou representante de órgão federal, estadual ou municipal, empresa privada, sindicato ou entidade civil, Comissão de Saúde da Câmara Municipal e do Observatório Social do Município para comparecer às Reuniões e prestar esclarecimentos desde que aprovado pelo Plenário e que não impliquem em custos não previstos no orçamento, sem direito a voto.

Art. 34. Aos Coordenadores e Secretário Executivos das Comissões Temáticas Permanentes ou Transitórias compete:

I – Coordenar os trabalhos da Comissão, esclarecendo a sistemática a cada assunto discutido;

II – Promover as condições necessárias para que a Comissão atinja sua finalidade, como apresentar com antecedência documentos que embasem a discussão dos assuntos em pauta;

III – Apresentar relatório conclusivo, de cada reunião, à Diretoria Executiva do CMS/MF, sobre as matérias submetidas a estudo e solicitar pauta dos assuntos a serem discutidos ou deliberados em reunião do CMS/MF, com no mínimo 7 (sete) dias de antecedência da reunião do CMS/MF.

Art. 35. São atribuições dos membros das Comissões Temáticas Permanentes ou Transitórias:

I – Realizar estudos, apresentar propostas sobre matérias enviadas pelo CMS/MF ou pautada pela própria Comissão e relatar dentro de prazo de vinte dias ou prorrogável por decisão do plenário o

parecer das matérias que lhe forem atribuídas;

II – Emitir os pareceres que serão levados ao CMS/MF, para subsidiar a decisão dos Conselheiros.

Art. 36. Ficam instituídas as seguintes comissões:

I – COMISSÃO DE GARANTIA DE DIREITO A SAÚDE

Temas pertinentes: Qualidade e gestão de serviços, trabalho e saúde, gênero e saúde, políticas de insumos e medicamentos e vigilância em saúde, receber e analisar denúncias, inclusive monitorar, conferir e avaliar a quantidade e qualidade dos insumos e inclusive a implementação na Rede do Programa Nacional de Verificação da Qualidade de Medicamentos - PROVEME, em parceria com as VISAs, LACEN e outros órgãos necessários.

II – COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO EM SAÚDE

Temas pertinentes: Toda e qualquer norma relacionada ao SUS, sejam elas federais, estaduais ou municipais e questões éticas e reguladoras;

III – COMISSÃO DE GESTÃO, FINANCIAMENTO E ORÇAMENTO

Temas Pertinentes: Agenda de saúde, financiamento do setor e aplicação dos recursos, plano plurianual da Saúde, inclusive pareceres referente a prestação de contas trimestral do FMS.

IV – COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIVULGAÇÃO, que tem como atribuição dar publicidade às ações do CMS/MF e das comissões, inclusive concedendo entrevistas à imprensa.

V – COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO DE LOGÍSTICA, CONVÊNIO, LICITAÇÃO E INFRAESTRUTURA que tem como objetivo, acompanhar e fiscalizar: convênios, contratos, credenciamentos e termos aditivos a serem firmados pela Secretaria Municipal de Saúde, inclusive todo processo licitatório.

§ 1º As comissões poderão ser compostas tanto por conselheiros titulares como suplentes e participantes da comunidade, que auxiliam nas atividades do Conselho sem direito a voto.

§ 2º Os trabalhos das comissões serão submetidos à Diretoria Executiva e posteriormente ao CMS/MF.

§ 3º O Parecer das Comissões e de Grupos de Trabalho deverá ser redigido em duas vias, e assinado por todos os integrantes da Comissão presentes à reunião anteriormente à votação do mesmo no Pleno do Conselho, ficando expressamente proibida a sua divulgação em data anterior à avaliação do Plenário, sob pena de invalidação e reformulação para a próxima reunião.

CAPÍTULO VII

DOS CONSELHOS LOCAIS DE SAÚDE (CLS)

Art. 37. Caberá ao CMS/MF, apoio aos Conselhos Locais de Saúde, quando existentes, conforme Lei federal nº 8.142 de 28 dezembro de 1990, homologados através de decreto do executivo, Lei Municipal ou Portaria do Secretário Municipal de Saúde para que estes sejam componentes estratégicos da gestão participativa e possibilitem a proximidade da comunidade nas dinâmicas dos serviços de saúde da unidade e a interação com as demais organizações do bairro.

CAPÍTULO VIII

DA CAPACITAÇÃO DO CONSELHEIRO

Art. 38. A Mesa Diretora do CMS/MF, com o apoio da Secretaria Municipal Saúde e apoio financeiro com recursos do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, depois da sua nomeação, deverá promover Curso de Capacitação, no município ou na região, para os Conselheiros, titulares e suplentes, com carga horária de no mínimo 20 (vinte) horas, onde deverá ser fornecido material didático e certificado.

§ 1º O curso de capacitação deverá ser realizado nos primeiros trinta dias do início do mandato dos membros do CMS/MF, com vistas a orientar a implantação de uma política de capacitação de Conselheiros de Saúde, permanente e comprometida com a garantia dos direitos sociais e com o fortalecimento dos Conselhos de Saúde para o exercício do controle social do SUS, recomendam-se os objetivos relacionados a seguir, como objetivos-alvo do processo de capacitação:

I - instrumentalizar os Conselheiros de Saúde para o exercício de sua competência legal, através da disponibilização de informações e conhecimentos necessários à efetividade do controle social do SUS;

II - discutir as diretrizes e os princípios que definem o modelo assistencial do SUS, as metas a serem alcançadas e os obstáculos reais que dificultam a sua efetivação;

III - fortalecer a atuação dos Conselheiros de Saúde como elementos catalisadores da participação da comunidade no processo de implementação do SUS;

IV - propiciar aos Conselheiros de Saúde a compreensão do espaço dos Conselhos como de manifestação de interesses plurais freqüentemente conflitivos e negociáveis, tendo como horizonte as políticas públicas e de saúde congruentes com os princípios do SUS;

V - desenvolver estratégias que promovam o intercâmbio de experiências entre os Conselhos e o incremento da articulação com suas bases;

VI - contribuir para a formação de uma consciência sanitária que considere a compreensão ampliada de saúde e contemple sua articulação intersetorial com outras áreas das políticas públicas;

VII - contribuir para a estruturação e articulação de canais permanentes de informações sobre os instrumentos legais (leis, normas, regras, decretos e outros documentos presentes na institucionalização do SUS), alimentados pelo Conselhos Nacional, Estaduais e Municipais de Saúde, Entidades Governamentais e Não-Governamentais.

CAPÍTULO IX

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 39. Ocorrendo substituição, o mandato do novo conselheiro será pelo prazo que faltar para concluir o mandato do Conselheiro substituído.

Art. 40. Os membros do CMS/MF poderão solicitar junto ao mesmo a justificativa de comparecimento, a fim de viabilizar o abono de sua falta, quando no exercício de atividades imperiosas para o Conselho.

Art. 41. Os membros do CMS/MF não receberão qualquer remuneração pelo exercício de representação, sendo considerado de relevante serviço prestado ao Município.

Art. 42. A Prefeitura Municipal, por meio da Secretaria Municipal de Saúde, designará funcionários para secretariar as atividades e reuniões do CMS/MF, se necessário, bem como desenvolver seu expediente, organizado ainda em espaço físico destinado à instalação do Conselho.

Art. 43. Serão convocadas Reuniões Gerais ordinárias a cada 12 (doze) meses para exposição e avaliação de todos os trabalhos da Diretoria Executiva e Comissões do CMS/MF e a cada 2 (dois) anos para eleição das mesmas.

Art. 44. O presente regimento poderá ser modificado por proposta de qualquer um de seus membros, que deverá ser aprovado conforme o Art. 14º deste regimento, convocada em reunião especialmente para este fim.

Art. 45. Das atas devem constar:

a) relação dos participantes seguida do nome de cada membro e do órgão ou entidade que representa, convidados, entidades faltantes e as que justificaram sua ausência;

b) resumo de cada informe, onde conste de forma sucinta o nome do Conselheiro e o assunto ou sugestão apresentada;

c) relação dos temas abordados na ordem do dia com indicação do(s) responsável(is) pela apresentação e a inclusão de alguma observação quando expressamente solicitada por Conselheiro(s);

d) as deliberações tomadas, inclusive quanto a aprovação da ata da reunião anterior aos temas a serem incluídos na pauta da reunião seguinte, registrando o número de votos contra, a favor e abstenções, incluindo votação nominal quando solicitada.

§ 1º As atas ficarão disponíveis na Secretaria Geral, sob a guarda e responsabilidade da Secretária Executiva, para consulta, sendo

fornecido cópia ao conselheiro que solicitar.

§ 2º A Secretaria Geral disponibilizará, via email dos conselheiros, minuta da ata, no mínimo, 10 dias antes da reunião em que será apreciada.

§ 3º As emendas e correções à ata serão entregues, por escrito via email, pelo(s) Conselheiro(s) na Secretaria Geral até três dias antes do início da reunião que a apreciará.

Art. 46. Os casos omissos serão resolvidos pelo CMS/MF.

Art. 47. Após a homologação deste regimento interno, será providenciada a encadernação do mesmo, em ordem numérica crescente, com edição e disponibilidades de exemplares a ser deliberada pelo CMS/MF.

Art. 48. Este regimento interno entrará em vigor 1 (um) dia após sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

Morro da Fumaça (SC):

- 55º aniversário de emancipação político-administrativo,
- 107 anos de Colonização deste Município

28 de junho de 2017.

Morro Grande

PREFEITURA

CONTRATO DE COMODATO 1

CONTRATO DE COMODATO

INSTRUMENTO DE CONTRATO DE COMODATO, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE E A ASSOCIAÇÃO MOTOCLUBE TRILHEIROS DA QUEDA NA FORMA EXPRESSA ABAIXO:

De um lado o MUNICÍPIO DE MORRO GRANDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede à Rua Rui Barbosa, n. 310, Centro, Morro Grande/SC, CEP 88.925-000, CNPJ n. 95.782.785/0001-08, doravante denominado COMODANTE, neste ato representado pelo seu Prefeito, Sr. Valdionir Rocha, brasileiro, casado, portador da cédula de identidade nº131 4398 (SSP/SC), e inscrito no CPF sob o nº 494.735.229.91, do outro lado ASSOCIAÇÃO MOTOCLUBE TRILHEIROS DA QUEDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 26.583.834/0001-60, com sede a Estrada Municipal, s/nº, Nova Roma, Morro Grande/SC, CEP 88.925-000, representado por seu presidente, Sr. Rafael Crepaldi, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 007.537.919-86, doravante denominada COMODATÁRIA, celebram, entre si, o presente CONTRATO DE COMODATO, albergado na Lei 8.666/93 e no artigo 579 e seguintes do Código Civil, e na Lei Municipal nº 893/2017 mediante as cláusulas e condições expostas a seguir:

DO OBJETO

CLÁUSULA PRIMEIRA – O objeto do presente contrato é o comodato de um imóvel público de uso dominical, com área de 2.000,00m² (dois mil metros quadrados), no qual existe construído uma edificação em alvenaria, não averbada, que abrigava a Escola Isolada municipal, já desativada, conforme matrícula 14.397 no registro de imóveis da Comarca de Turvo/SC, de propriedade do COMODANTE.

DA FINALIDADE

CLÁUSULA SEGUNDA – O imóvel objeto do comodato tem por finalidade o desenvolvimento das atividades da COMODATÁRIA, conforme plano de trabalho apresentado pela referida entidade.

DA VIGÊNCIA

CLÁUSULA TERCEIRA – O prazo de vigência deste contrato é de 10 (dez) anos, podendo ser aditado, se for do interesse da Administração pública.

DAS OBRIGAÇÕES DO COMODANTE

CLÁUSULA QUARTA – Obriga-se o COMODANTE:

INCISO I – Permitir à COMODATÁRIA o uso do imóvel nas condições estipuladas;

INCISO II – Garantir, durante a vigência do contrato, o uso pacífico do imóvel;

INCISO III – Responder pelos vícios e defeitos anteriores ao comodato.

DAS OBRIGAÇÕES DA COMODATÁRIA

CLÁUSULA QUINTA – Obriga-se a COMODATÁRIA:

INCISO I – Manter o imóvel em perfeito estado de conservação realizando as benfeitorias necessárias;

INCISO II – Ao pagamento das eventuais despesas relativas ao consumo de energia elétrica diretamente às empresas concessionárias dos respectivos serviços públicos;

INCISO III – Promover a reparação de danos eventualmente causados ao imóvel;

INCISO IV – Restituir o imóvel, findo o comodato, no estado em que o recebeu;

INCISO V – Não perturbar a ordem pública, como por exemplo, fazendo barulho excessivo no local, seja com motocicletas, som, ou de outra forma, em horários não permitidos, causando transtornos perante a vizinhança.

DAS BENFEITORIAS

CLÁUSULA SEXTA – As benfeitorias realizadas no imóvel pela COMODATÁRIA não serão indenizadas pelo COMODANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO – As benfeitorias voluptuárias poderão ser levantadas pela COMODATÁRIA findo o comodato, desde que a retirada não afete a estrutura e a substância do imóvel.

DAS ALTERAÇÕES

CLÁUSULA SÉTIMA – Esse instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no art. 65 da Lei nº 8.666/93.

DA RESCISÃO

CLÁUSULA OITAVA – O presente comodato poderá ser rescindido unilateralmente pelo COMODANTE em havendo descumprimento das obrigações estipuladas neste instrumento, pela COMODATÁRIA.

DA PUBLICAÇÃO

CLÁUSULA NONA – O presente contrato será publicado no Diário Oficial dos municípios, conforme prescreve o art. 61, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

E por estarem justos e contratados, assinam o presente em 2 (duas) vias de igual teor e forma, perante 2 (duas) testemunhas instrumentárias, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Morro Grande, 21 de agosto de 2017.

Município de Morro Grande Associação Moto Clube Trilheiros da Queda
COMODANTE

COMODATÁRIA

TESTEMUNHA 1
Nome: Germano
CPF: 02036643965

TESTEMUNHA 2
Milanez Nome:
CPF:

Navegantes

PREFEITURA

ATA DA SESSÃO 06/2017 FMV

ATA 06/2017 FMV

ABERTO O CERTAME NO DIA 21 DE JULHO DE 2017. COM A PARTICIPAÇÃO DAS LICITANTES DIMAS COMÉRCIO DE AUTOMÓVEIS E TONI CENTER. TODOS DEVIDAMENTE CREDENCIADOS E NÃO SE ENQUADRAM COMO ME/EPP. APÓS AS CONSIDERAÇÕES DE PRAXE FORAM VISTADOS OS DOCUMENTOS DO CREDENCIAMENTO. PRESENTE NO CERTAME O SECRETARIO DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO O SR JOHNNY EURICO COELHO..

APÓS FOI ABERTO O ENVELOPE RELATIVO A PROPOSTA E VERIFICOU QUE AS EMPRESAS CREDENCIADAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

APÓS FORAM VERIFICADOS OS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO NO QUAL SE VERIFICOU QUE AS EMPRESAS VENCEDORAS CUMPRIRAM COM OS REQUISITOS SOLICITADOS NO EDITAL.

SENDO DE TOTAL RESPONSABILIDADE DE QUEM FOR RECEBER E ATESTAR A QUALIDADE DOS VEÍCULOS.

NÃO HAVENDO MENÇÃO DE RECURSOS. MOMENTO EM QUE SE ENCERRA O CERTAME E ENCAMINHA A AUTORIDADE COMPETENTE PARA DEVIDA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO.

ATA DE ABERTURA DE HABILITAÇÃO 45/2017 PMN

ABERTURA DE ENVELOPE DO 3º e 4º COLOCADO PROCESSO Nº 45/2017 PMN

Aberto o certame no dia 20 de julho de 2017 as 14:00 hs, sem a participação das empresas: (ausentes) em seção pública conforme agendado anteriormente deram a abertura do envelope de habilitação referente a empresa VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME CLASSIFICADA NOS ITENS 23 e 35 em 3º e 4º colocada.

Após as considerações iniciais, o pregoeiro (a) e a equipe de apoio procederam com a abertura dos envelopes de habilitação. Logo, o visitaram os documentos.

A empresa VENCOLI BRASIL DISTRIBUIDORA LTDA ME, não cumpriu com as cláusulas habilitaria do edital com a falta do atestado de capacidade técnica, desta forma, foi considerada inabilitada e dado fracassado o item 23 e 35 e finalizada a fase das amostras.

Pregoeira E equipe de apoio.

ATA DE CREDENCIAMENTO 08/2017 FMC

ATA CREDENCIAMENTO Nº 8/2017 FMC

AS 09:00H (NOVE) HORAS DO DIA 26/07/2017, REUNIRAM-SE OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO PARA ABERTURA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO DO CREDENCIAMENTO Nº 8/2017 FMC. PARTICIPARAM AS EMPRESAS: ASSOCIAÇÃO INCUBADORA DENGGO DENGGO, INTERMEZZO ASSESSORIA MUSICAL, SABRINA LEMOS VIANA, CIA PÉ DE VENTO, MARCIO RODRIGO FRANCO, LENON CESAR CARDOSO, PAULO GIOVANNI SAGAZ, OSMAR SCHULZE, ALESSANDRO MOURA BANDEIRA, TANIA MARQUES, DANIEL BARROS SOUZA, LIGIA BATISTA FERREIRA, BRUNA SOARES HERNANDES, HARMONICA ARTE E ENTRETENIMENTO, CIA MUTUA, GRUPO RISCO DE TEATRO, MARISA CORREA, GIANA CERVI E CARLOS EDUARDO DA SILVA NETTO ME. A PARTICIPANTE SABRINA LEMOS VIANA APRESENTOU AS CERTIDÕES NEGATIVAS COMO PESSOA FISICA E O CADASTRO COMO PESSOA JURÍDICA. INTERMEZZO ASSESSORIA MUSICAL APRESENTOU CERTIDÃO MUNICIPAL VENCIDA E COMO PESSOA

FISICA. LENON CESAR CARDOSO NÃO APRESENTOU O TERMO DE CESSÃO DE DIREITOS AUTORAIS. DANIEL BARROS SOUZA APRESENTOU CERTIDÃO MUNICIPAL VENCIDA. CARLOS EDUARDO DA SILVA NETTO ME APRESENTOU CERTIDÃO ESTADUAL VENCIDA. GRUPO RISCO DE TEATRO NÃO APRESENTOU O NUMERO DE CADASTRO NO SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES E INDICADORES CULTURAIS SNIIC. APÓS ANÁLISE DOS DOCUMENTOS, FORAM CONSIDERADOS INABILITADOS OS PARTICIPANTES: SABRINA LEMOS VIANA, INTERMEZZO ASSESSORIA MUSICAL, DANIEL BARROS SOUZA, CARLOS EDUARDO DA SILVA NETTO ME, GRUPO RISCO DE TEATRO. SEGUEM HABILITADOS: DONA BILICA (02), ASSOCIAÇÃO DENGGO DENGGO (08), GIANA CERVI, OSMAR SCHULZE, ALESSANDRO MOURA, TANIA MARQUES (04), MARISA CORREA, CIA MUTUA, BRUNO SOARES, HARMONIA ARTE E ENTRETENIMENTO, MARCIO RODRIGO (02), PAULO GIOVANI, LIGIA BATISTA. OS ENVELOPES DE PROPOSTAS FORAM ENCAMINHADOS À COMISSÃO TÉCNICA DA FUNDAÇÃO CULTURAL.

Comissão de Licitação

DECRETO 428/2017 REVOGA O DECRETO 62/2016, E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES, CONFORME LEI COMPLEMENTAR 11/2003

DECRETO N º 428 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

REVOGA O DECRETO 62/2016, E NOMEIA MEMBROS DA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DA PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE NAVEGANTES, CONFORME LEI COMPLEMENTAR Nº 11/2003.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município em seu art. 60,

DECRETA:

Art. 1 º Fica nomeada, por este ato, a Comissão Para Avaliação da Progressão Vertical e Horizontal, cujos componentes são os seguintes:

- Leonardo Silva Vianna;
- Juliano de Amorim Busana;
- Gislene Rodrigues.

Art. 2 º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação revogando na íntegra o decreto 62/2016.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

DECRETO Nº 429 DE 24 AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 429 DE 24 DE ABRIL DE 2017

DISPÕE SOBRE A ANULAÇÃO PARCIAL DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS PARA EFEITO DE SUPLEMENTAÇÃO.

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso III, do art. 18, da Lei nº 3148 de 13/12/2016:

DECRETA:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder a anulação parcial de dotações orçamentárias no valor de até R\$ 6.000,00 (Seis mil reais) da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esporte
Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FME
Função: 27 – Desporto e Lazer
Programa: 24 – Navegantes é Esportes
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
2.072– Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
22 – 4.4.90.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

T O T A L R\$ 6.000,00

Art. 2º - Os Recursos acima serão destinados à suplementação da seguinte dotação:

Órgão: 20 – Fundação Municipal de Esporte
Unidade: 02 – Diretoria Administrativa - FME
Função: 27 – Desporto e Lazer
Programa: 24 – Navegantes é Esportes
Subfunção: 812 – Desporto Comunitário
2.072 – Manutenção e Funcionamento da Diretoria Administrativa
Fonte de Recursos – 010000 – Recursos Ordinários
21 – 3.3.91.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 6.000,00

T O T A L R\$ 6.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

Prefeito em Exercício

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMAN Nº 02/2017

EXTRATO - DISPENSA DE LICITAÇÃO FUMAN Nº 02/2017
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE NAVEGANTES
DISPENSA DE LICITAÇÃO AQUISIÇÃO DE MUDAS DE ÁRVORES NATIVAS PARA DOAÇÃO DURANTE AS FESTIVIDADES ALUSIVAS DE COMEMORAÇÃO DO 55º ANIVERSÁRIO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL O MEIO AMBIENTE.

CONTRATADA: Viveiro Florestal Mudas do Vale Ltda. Me.

CNPJ: 10.239.946/0001-69.

Valor: R\$ 1.250,00

Recursos: 2.147 3.3.90.00.00.00.

*FUNDAMENTO: Art. 24, inciso II, Lei de Licitações 8.666/93.

Navegantes, 24 de agosto de 2017.

EXTRATO CONTRATUAL Nº 185/2017 E 186/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO: 185/2017 – CONTRATO DE COMPRA E VENDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: DIMAS COMERCIO DE AUTOMOVEIS LTDA.

CNPJ: 83.262.923/0001-49

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 (ZERO) KM TIPO SUV E 01 (UMA) MOTOCICLETA 0 (ZERO) KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

Pregão Presencial: 06/2017 FMV

VALOR: R\$ 73.000,00

VIGENCIA: 26/07/2017 a 31/12/2017

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

Prefeito em Exercício

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO: 181/2017 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: TONI CENTER INDUSTRIA E COMERCIO LTDA.

CNPJ: 84.303.122/0001-47

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 (ZERO) KM TIPO SUV E 01 (UMA) MOTOCICLETA 0 (ZERO) KM PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE VIGILÂNCIA E TRÂNSITO DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 11.800,00

VIGENCIA: 26/07/2017 a 31/12/2017

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

Prefeito em Exercício

EXTRATO CONTRATUAL Nº 189/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO: 189/2017 – CONTRATO DE COMPRA E VENDA

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: H.P. CALADO - ME

CNPJ: 06.233.772/0001-50

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (UM TROCADOR DE CALOR E ELETROBOMBA) DEVIDAMENTE INSTALADOS PARA A PISCINA DO CEFIR - CENTRO DE FISIOTERAPIA E REABILITAÇÃO, LOCALIZADA NO CRMH - CENTRO DE REFERÊNCIA DA MULHER E DO HOMEM, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC.

VALOR: R\$ 17.500,00

Recursos: 2.093 4.4.90.00.00

VIGENCIA: 02/08/2017 a 31/12/2017

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

Prefeito em Exercício

EXTRATO CONTRATUAL Nº 195/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC

CONTRATO: 195/2017 – CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CONTRATADO: STAL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA ME

OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTO DE DESENCARCERADOR DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DA NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUMREBOM - FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR.

Pregão Presencial: 18/2017 FUMREBOM

VALOR: R\$ 4.565,00

Recursos: 2.102 3.3.90.00.00
VIGENCIA: 08/08/2017 a 31/12/2017
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
Prefeito em Exercício

EXTRATO CONTRATUAL Nº 221/2017 PMN

PREFEITURA DE NAVEGANTES/SC
CONTRATO: 221/2017 – CONTRATO DE COMPRA E VENDA
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES
CONTRATADO: MARAMBAIA VEICULOS LTDA.
CNPJ: 00.183.135/0001-30

Licitação : Pregão Presencial nº 94/2017 PMN
OBJETO: PREGÃO PRESENCIAL PARA AQUISIÇÃO DE 01 (UM) VEÍCULO 0 (ZERO) KM 7 (SETE) LUGARES, ANO E MODELO 2017, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS ATIVIDADES RELACIONADAS AO ATENDIMENTO DOS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC.
VALOR: R\$ 75.396,66
Recursos: 2.035 4.4.90.00.00
VIGENCIA: 14/08/2017 a 31/12/2017
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
Prefeito em Exercício

EXTRATO DA ATA Nº 09/2017 FUMREBOM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 09/2017 FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 09/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 09/2017 FUMREBOM - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA A EQUIPE DE CINOTÉCNICOS (BUSCA DE CÃES), PARA SEREM UTILIZADOS NAS OPERAÇÕES DE BUSCA E RESGATE TERRESTRE, ATRAVÉS DO FUMREBOM-FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTOS CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 09/2017 FUMREBOM
Fornecedor MULTSTOCK LTDA - EPP
Valor: R\$ 4.960,00
Vigência: 09/08/2017 a 09/08/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 09 de agosto de 2017.

EXTRATO DA ATA Nº 14/2017 FUMREBOM

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 14/2017 FUMREBOM

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 14/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 14/2017 FUMREBOM - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E EQUIPAMENTOS DE RESGATE, SALVAMENTO E COMBATE A INCÊNDIOS, PARA ATENDER AS GUARNIÇÕES DE BOMBEIROS MILITAR, ATRAVÉS DO FUMREBOM - FUNDO MUNICIPAL REEQUIPAMENTOS CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 14/2017 FUMREBOM
Fornecedor: CCME COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA
Valor: R\$ 41.938,50
Fornecedor: DRAGER SAFETY DO BRASIL EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA
Valor: R\$ 101.200,00

Fornecedor: HERCULES EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO LTDA
Valor: R\$ 44.880,00
Fornecedor: SEGLINE DIST. E IMPORT. DE EQUIPAMENTOS EIRELI
Valor: R\$ 2.204,24
Fornecedor: SERMEDICALL ARP EQUIPAMENTOS HOSPITALARES
Valor: R\$ 17.802,00
Fornecedor: SOS SUL RESGATE - COMERCIO E SERVIÇOS DE SEGURANÇA E SINALIZAÇÃO LTDA
Valor: R\$ 19.440,00
Vigência: 03/08/2017 a 03/08/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 03 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 100/2017 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 100/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 100/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 100/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA MANUTENÇÃO DAS ROÇADEIRAS E EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL - EPI's, UTILIZADOS PELOS OPERADORES NA LIMPEZA, MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE PRAÇAS, JARDINS, RÓTULAS, TREVOS E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 100/2017 PMN
Fornecedor: BORGES E MORAES COM DE QUIPAMENTOS E ACESSÓRIOS DE SEGURANÇA LTDA - EPP
Valor: R\$ 1.705,00
Fornecedor: FOOT COMERCIAL LTDA ME
Valor: R\$ 51.454,00
Fornecedor: TECNOAL COMERCIAL DISTRBUIDORA LTDA - EPP
Valor: R\$ 64.020,50
Vigência: 31/07/2017 a 31/07/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 31 de julho de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 104/2017 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 104/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 104/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 104/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E ACESSÓRIOS PARA PINTURA (TINTAS ACRÍLICAS, SELADOR, PINCÉIS, ROLOS, SOLVENTES E AFINS), PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DOS PRÉDIOS PÚBLICOS (PRÓPRIOS E LOCADOS) E VIAS PÚBLICAS DO MUNICÍPIO, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 104/2017 PMN.
Fornecedor: KRAUS MATERIAS DE CONSTRUÇÃO LTDA
Valor: R\$ 32.778,00
Fornecedor: LINEAR INDUSTRIA E COMERCIO LTDA EPP
Valor: R\$ 9.347,75
Fornecedor: PJ SERVIÇOS E COMERCIO EIRELI ME
Valor: R\$ 21.273,50
Fornecedor: TANAKO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP
Valor: R\$ 14.542,75
Vigência: 04/08/2017 a 04/08/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 04 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 107/2017 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 107/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 107/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS PARA INSTALAÇÃO NAS NOVAS UNIDADES CONSUMIDORAS REGISTRADAS E TAMBÉM PARA SUBSTITUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS QUE ENCONTRAM-SE DANIFICADOS E COM DEFEITOS, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SANEAMENTO BÁSICO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 107/2017 PMN

Fornecedor: LAO INDUSTRIA LTDA

Valor: R\$ 347.700,00

Fornecedor: N B FALCE CIA LTDA

Valor: R\$ 47.150,00

Vigência: 04/08/2017 a 04/08/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 04 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 111/2017 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 111/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 111/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 111/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE PASSAGEIROS, GRUPOS DA 3ª (TERCEIRA) IDADE (COM MOTORISTA), ATENDIDOS PELO PROGRAMA DO PAI (PROGRAMA DE ATENÇÃO AO IDOSO) DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL. Conforme Pregão Presencial nº 111/2017 PMN

Fornecedor: TEFTUR AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA - ME

Valor: R\$ 15.375,00

Vigência: 10/08/2017 a 10/08/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 10 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 112/2017 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 112/2017 P.M.N

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 112/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 112/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E SEUS DEPARTAMENTOS CRAS, CREAS, INSTITUIÇÃO DE ACOLHIMENTO ANILDO DE SOUZA E CENTRO DE CIDADANIA DO BAIRRO DE MACHADOS NO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 112/2017 PMN

Fornecedor: ADL COMERCIAL EIRELI

CNPJ 15.267.298/0001-78

Valor: R\$ 11.599,00

Fornecedor: LINEAR INDÚSTRIA E COMERCIO LTDA

CNPJ 17.253.233/0002-80

Valor: R\$ 32.447,50

Fornecedor: PERFORMANCE COMERCIO & SERVIÇOS EIRELI ME

CNPJ 26.682.219/0001-01

Valor: R\$ 8.900,00

Fornecedor: PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI ME

CNPJ 13.060.647/0001-50

Valor: R\$ 46.583,02

Vigência: 22/08/2017 a 22/08/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 22 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 39/2017 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 39/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 39/2017 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS, DESTINADOS AOS ANIMAIS ATENDIDOS DO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL "DABA", ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 39/2017 FMS

Fornecedor: AGROPECUÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA

Valor: R\$ 6.069,50

Fornecedor: AGROVETERINARIA PRODUTOS VETERINARIOS LTDA - EPP

Valor: R\$ 25.644,10

Fornecedor: MEDIC VET LTDA - ME

Valor: R\$ 17.432,20

Fornecedor: SUPRAMIL COMERCIAL LTDA - EPP

Valor: R\$ 142.670,29

Vigência: 01/08/2017 a 01/08/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 01 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 41/2017 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 41/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 41/2017 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS VETERINÁRIOS (VACINAS ANIMAL), DESTINADOS AOS ANIMAIS ATENDIDOS NO DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO E BEM ESTAR ANIMAL "DABA", PARA DAR CUMPRIMENTO AO TAC - TERMO DE AJUSTE DE CONDUTA, ORIUNDO DOS AUTOS Nº 0000302-18.2013.8.24.0135, FIRMADO ENTRE O MINISTÉRIO PÚBLICO E O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 41/2017 FMS

Fornecedor: AGROPECUÁRIA E PET SHOP DA ROSA LTDA

Valor: R\$ 63.750,00

Fornecedor: MEDIC VET LTDA - ME

Valor: R\$ 67.365,00

Vigência: 31/07/2017 a 31/07/2018

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Navegantes, 31 de julho de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 45/2017 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 45/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 45/2017 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 45/2017 FMS
Fornecedor: FOOT COMERCIAL LTDA ME
Valor: R\$ 4.552,90
Fornecedor: LETICIA GREZIELE BACKES CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO ME
Valor: R\$ 4.213,00
Fornecedor: MARCIA GIRARDI - ME
Valor: R\$ 5.280,00
Vigência: 04/08/2017 a 04/08/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 04 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 45/2017 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 45/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 45/2017 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA CONFECÇÃO DE UNIFORMES PARA OS FUNCIONÁRIOS DO SAMU - SERVIÇOS DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA, ATRAVÉS DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 45/2017 FMS
Fornecedor: FOOT COMERCIAL LTDA ME
Valor: R\$ 4.552,90
Fornecedor: LETICIA GREZIELE BACKES CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO ME
Valor: R\$ 4.213,00
Fornecedor: MARCIA GIRARDI - ME
Valor: R\$ 5.280,00
Vigência: 04/08/2017 a 04/08/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 04 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 47/2017 FMS

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 47/2017 FMS

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 47/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 47/2017 FMS - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REPAROS E MANUTENÇÃO CORRETIVA E PREVENTIVA DAS UNIDADES DE SAÚDE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE. Conforme Pregão Presencial nº 47/2017 FMS
Fornecedor: KRAUS MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA - EPP
Valor: R\$ 12.087,65
Fornecedor: PJ SERVIÇOS E REPRESENTAÇÕES LTDA - ME
Valor: R\$ 2.833,90
Fornecedor: TANAKO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA- EPP
Valor: R\$ 25.579,90
Fornecedor: VALDELI CECILIO DOS SANTOS EIRELI EPP
Valor: R\$ 21.225,13
Vigência: 09/08/2017 a 09/08/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 09 de agosto de 2017.

EXTRATO DE ATA Nº 79/2017 PMN

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 79/2017 PMN

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 79/2017, relativa ao Pregão Presencial nº 79/2017 PMN - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Objeto: REGISTRO DE PREÇO VISANDO A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS (APARELHO DE AR CONDICIONADO TIPO SPLIT) DEVIDAMENTE INSTALADOS PARA ATENDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS EXISTENTES NO PAÇO MUNICIPAL E DEMAIS SECRETARIAS, FUNDOS E FUNDAÇÕES MUNICIPAIS DE NAVEGANTES/SC. Conforme Pregão Presencial nº 79/2017 PMN
Fornecedor: E&AR EQUIPAMENTOS DE REFRIGERAÇÃO EIRELI - EPP
Valor: R\$ 97.305,00
Fornecedor: REFRIGERAÇÃO BASTIANI LTDA ME
Valor: R\$ 70.504,00
Fornecedor: VMLX COMERCIO DE EQUIPAMENTOS ELETROELETRONICO LTDA
Valor: R\$ 261.582,00
Vigência: 02/08/2017 a 02/08/2018
A ata está disponível no Departamento de Licitações.
Informações: tel.: (47) 3342-9500.
Navegantes, 02 de agosto de 2017.

LAUDO DAS AMOSTRAS 107/2017 PMN

ANÁLISE DAS AMOSTRAS

Pregão nº 107/2017 PMN

A Secretaria Municipal de Saneamento Básico no uso de suas atribuições legais informa que as empresas NB Falce e Cia Ltda e- LAO Industria Ltda - Liceu de Artes e Ofícios de São Paulo, até o presente momento cumpriu todas as determinações editalícias inclusive no que tange a apresentação das amostras em tempo hábil.

Devendo ainda relatar que após convocação formal a empresa mencionada apresentou dentro do prazo previamente determinado a amostra para os itens 01, 02, 03 e 04 do certame licitatório realizado na modalidade pregão Presencial nº 107/2017.

Após conferência da amostra apresentada verificamos que não foi observada nenhuma divergência entre o material cotado e o descritivo técnico presente no instrumento convocatório, devendo a equipe técnica declarar a compatibilidade e a aprovação da amostra.

Navegantes, 2 de agosto de 2017

Valmir Cesar Francisco
Secretário de Saneamento

LAUDO DAS AMOSTRAS 42/2017 FMS

Navegantes, 25 de julho de 2017.

C.I. Nº 617-2017
DE: Administração da Saúde
PARA: Administração prefeitura
Assunto: Aprovação de amostras do pregão 42/2017.

Vimos por meio desta, emitir o parecer sobre a análise das amostras do pregão 42/2017, visando a aquisição de materiais de proteção e segurança para atender o serviço de atendimento móvel de urgência - SAMU:

Participante: DANIELE DAGIOS EPP.
Itens 1, 9, 11, 20, 21, 23, 24 e 27

APROVADOS ATRAVÉS DAS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Participante: SERMEDICALL ARP Equipamentos Hospitalares.
Itens 3, 4, 5, 10, 12, 13, 14, 15, 16 e 17
APROVADOS ATRAVÉS DAS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Sem mais, agradecemos cordialmente,
ALCÍDIO REIS PERA - Secretário de Saúde

LAUDO DAS AMOSTRAS 45/2017 FMS

Navegantes, 28 de julho de 2017.

C.I. Nº 623-2017

DE: Administração da Saúde

PARA: Administração prefeitura

Assunto: Aprovação de amostras do pregão 45/2017.

Vimos por meio desta, emitir o parecer sobre a análise dos folders/prospectos do pregão 45/2017, visando a aquisição de uniformes para funcionários do SAMU – Serviço de atendimento móvel de urgência.

Participante: FOOT COMERCIAL LTDA ME

Item 4

APROVADAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Participante: MARCIA GIRARDI - ME

Item 1

APROVADAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Participante: LETICIA GREZIELE BACKES CONFECÇÕES DO VESTUÁRIO - ME.

Itens 2 e 3

APROVADAS AS AMOSTRAS APRESENTADAS.

Sem mais, agradecemos cordialmente,

LUCIANO CLEBER FURLAN

RESPONSÁVEL TÉCNICO SAMU NAVEGANTES

LAUDO DAS AMOSTRAS 45/2017 PMN - 2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES

CNPJ /MF 83.102.855/0001-50

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Navegantes, 02 de Agosto de 2017.

LAUDO DAS AMOSTRAS DO PREGÃO DE NÚMERO 45/2017 - REGISTRO DE PREÇO VISANDO AQUISIÇÃO DE UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS E MOBILIÁRIOS (COPA E COZINHA) PARA SEREM UTILIZADOS NOS CENTROS DE EDUCAÇÃO INFANTIL E NAS UNIDADES ESCOLARES DE ENSINO FUNDAMENTAL DO MUNICÍPIO DE NAVEGANTES/SC, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO PARA O ANO LETIVO DE 2017.

EMPRESA LICITANTE: TECNOAL COMÉRCIO DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Item 15: Caixa plástica

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Item 32: Forma de pão

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

EMPRESA LICITANTE: PJ SERVIÇOS E COMÉRCIO EIRELI ME

Item 20: Coador de pano

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

EMPRESA LICITANTE: ASTOR STAUDT ME

Item 01: Amassador de batatas

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

Item 05: Bacia 11 litros

De acordo com as especificações, o produto atende ao edital.

PARECER TÉCNICO:

SANDRA MARIA PEREIRA

NUTRICIONISTA – CRN-10: 0275

SUZANA TIEMI MORAIS

NUTRICIONISTA – CRN-10: 5247

OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

OBTENÇÃO DE LICENÇA AMBIENTAL

Licença Ambiental PRÉVIA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES CNPJ/CPF: 83.102.855/0001-50 torna público que obteve da Fundação Municipal do Meio Ambiente (FUMAN) a Licença Ambiental Prévia – LAP, para o Molhe, localizada à Av. Prefeito Cirino Adolfo, S/N, Bairro Gravatá, CEP: 88375000, no Município de Navegantes / SC.

Foi apresentado Relatório Ambiental Prévio - RAP

FUMAN - Fundação Municipal do Meio Ambiente de Navegantes
Rua: João Emílio, 362 - Centro - CEP 88375-000 - Navegantes / SC
Site : <http://fuman.navegantes.sc.gov.br/>

PORTARIA 2347/2017 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA N º 2347 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI EJA – D ESC 2 a senhora ELIETE AMARO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 7 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2465/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2465 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de AGENTE PUBLICO MUNICIPAL I a senhora JENIFFER CRISTINE TEIXEIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2466 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de AGENTE PUBLICO MUNICIPAL I a senhora MARIA APRECIDA INACIO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2467/2017 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA N º 2467 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA VIII a senhora CLENIRA SCMITZ PIVATTO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2468/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2468 DE 14 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA DE ESCOLA CEI EJA D ESC 2 a senhora CLENIRA SCHMITZ PIVATTO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2501/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2501 DE 17 DE AGOSTO DE 2017

NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GERENTE DE LOGÍSTICA DA EDUCAÇÃO o senhor ATANAGILDO AMÉRICO ADOLFO FILHO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.

DONIZETE JOSÉ DA SILVA

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2512/2017 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA N º 2512 DE 18 DE AGOSTO DE 2017

EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR TÉCNICO DA FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE o senhor, VILMAR CANDIDO, com a data de 14/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2513/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2513 DE 18 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR TÉCNICO DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO URBANO o senhor VILMAR CANDIDO, com a data de 15/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 18 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2536/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

| |
|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br |
|--|

PORTARIA N º 2536 DE 23 DE AGOSTO DE 2017
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim e Alessandra Regina Lucas para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar possível inobservância do dever funcional, conforme Lei Complementar nº 007/2003, por parte da servidora C.S..

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de agosto de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA 2537/2017 INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

| |
|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DE NAVEGANTES
CGC 83.102.855/0001-50
Rua João Emílio n º 100 - Centro
CEP - 88.375-000 - Navegantes - SC
Fone/Fax: (47) 3342-9500
www.navegantes.sc.gov.br |
|--|

PORTARIA N º 2537 DE 23 DE AGOSTO DE 2017
INSTITUI COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município em seu art. 60, combinado com a lei complementar 007 de 11/11/2003 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes,
RESOLVE:

I - DESIGNAR as servidoras Vanessa Faim e Alessandra Regina Lucas para, sob a presidência da primeira, instituírem COMISSÃO DE PROCESSO DE SINDICÂNCIA para apurar circunstâncias que envolvem a servidora S.A.M. durante afastamento para gozo de auxílio-doença.

II - A Comissão ora instituída terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para apresentar o relatório contendo as conclusões pertinentes.

III - Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 23 DE AGOSTO DE 2017.

Donizete José da Silva

PREFEITO EM EXERCÍCIO

Esta Portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de agosto de 2017.

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIAS 2235,2259 Á 2314,2316 Á 2327/2017
EXONERA SERVIDOR**

PORTARIA N º 2235 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 1 a senhora NELCI MARIA VIEIRA ALBINO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2259 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 1 a senhora MICHELLE PINHEIRO OLIVEIRA SALES, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2260 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 2 a senhora MARIA ISABEL DE OLIVEIRA ISENSEE, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2261 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 2 a senhora BRUNA HELOISE SEDREZ, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2262 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 2 a senhora SHERON LUBNA BECK LOTERIO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2263 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 2 a senhora SUZANA JOSE DA SILVA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2264 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora ADRIANA ADELAIDE BORBA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2265 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora ANDREA CRISTINA DAS NEVES, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2266 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2267 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora CLAUDINEIA PEDRO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2268 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora CLEONICE ANGELINA CRIVELETO ZANOTTO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2269 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora EDINEIA MONICA DE ANDRADE, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2270 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora FABIANE FRANCISCO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2271 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora GIOVANA SCABURI KRAISCH, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2272 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora JOSIANI FELICIO PEREIRA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2273 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora LORENI TERESINHA DE LIMA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2274 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora MAIARA FERNANDES, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2275 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora MARIA APARECIDA DA SILVA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2276 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora MARIANGELA PEDROZO DE OLIVEIRA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2277 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora NEIDE MARIA BORTOLATO MATHIOLA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2278 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 3 a senhora PAULA PRISCILA DA SILVA KORB, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2279 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 a senhora MARCIA DE OLIVEIRA STEFFEN, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2280 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 a senhora ANALICE DIAS, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2281 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 a senhora DANIELA ANTONIO PEREIRA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2282 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 o senhor GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2283 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 o senhor LUIZ FERNANDO SOARES, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2284 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 a senhora MONICA EVELYN WEIERS, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2285 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 a senhora PATRICIA SALETE FELICIO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2286 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 a senhora RENATA CIPRIANO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2287 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 o senhor ROBERSON CARLOS KOLLN, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2288 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 a senhora TELMA BEATRIZ SOUZA BALDANÇA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2289 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 4 a senhora VERENA LEAL LOURENÇO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2290 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 5 a senhora CARLA ISABEL BORGES, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2291 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 5 a senhora FABIANE PEDRONI VESCHOSKI, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

OPREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2292 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA D ESC 5 a senhora MARTA MARIA COSTA SANDOVAL, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2293 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIA DE ESCOLA CEI, EJA - S ESC 1 a senhora VANILCE DOS SANTOS ALMEIDA HOLEK, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2294 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIA DE ESCOLA CEI, EJA - S ESC 2 a senhora MARILIA LIRA DE SOUZA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2295 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIA DE ESCOLA CEI, EJA - S ESC 2 a senhora THAINA NUNES SANTOS, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2296 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIA DE ESCOLA CEI, EJA - S ESC 3 a senhora GERUSA LUIZ, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2297 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIA DE ESCOLA CEI, EJA - S ESC 3 a senhora MARINEUSA EMILIO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2298 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 5 o senhor OSVALDO OSMUNDO ISENDE FILHO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2299 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 5 a senhora NEUSETTE MADALENA SLOMSKI CATARINA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2300 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 5 a senhora WALQUIRIA MELO DE JESUS, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2301 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 6 a senhora ALEXANDRA ROVER, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2302 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 6 a senhora ANA PAULA JORGE BERNARDES, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2303 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 6 a senhora ELDA DE SOUZA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2304 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 6 o senhor JULIO CESAR MORAES, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2305 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 6 a senhora LEDAIR REGINA SANTOS MATHIOLA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2306 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 6 a senhora SILVANA VIVIANE VIEIRA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2307 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 6 a senhora SONIA VIEIRA DA COSTA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2308 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 6 a senhora MARIZA MARIA AMORIM, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2309 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 7 a senhora ALINE WANA DE SOUZA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2310 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 7 a senhora ARLETE TEREZINHA AZILEIRO FERREIRA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2311 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 7 a senhora DENISAURA OTOWICZ DA SILVA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2312 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 7 a senhora SANDRA MERY BRANDL HEMMER, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2313 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 7 a senhora DAGLIE MARGARET DA SILVA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2314 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 8 a senhora ANTONIA ISMENIA FREIRE PINHEIRO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2316 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 8 a senhora MONICA LEAL CUNHA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2317 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA - D ESC 9 o senhor VALDEMIR CHAGAS SANTOS JUNIOR, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2318 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJUNTA ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-1 a senhora SANDRA RUBIA FERNANDES ROSA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2319 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJ ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-1 a senhora MARLI VIANA BOERA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2320 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJ ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-1 a senhora MARILIA MOSER, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2321 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJ ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-2 a senhora TEREZA CRISTINA SOCORRO SANTOS, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2322 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJ ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-3 a senhora MARCIA DOS SANTOS, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2323 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJ ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-3 a senhora TEREZA DE FATIMA SCAVACINI, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2324 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJ ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-4 a senhora LUANA LACERDA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2325 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJUNTO ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-4 o senhor RUDY MARIO LEHMANN JUNIOR, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2326 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de DIRETOR ADJUNTO ESCOLA CEI, EJA - D ESC A-4 o senhor JUSCELINO OLIVEIRA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

**PORTARIA N º 2327 DE 04 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA**

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de GERENTE DE LOGÍSTICA o senhor NIVALDO JOSE KLOPEL, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 04 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2328 Á 2346,2472,2348 Á 2358,2366 Á 2405/2017 NOMEIA SERVIDOR

PORTARIA N º 2328 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GESTOR PUBLICO MUNICIPAL I a senhora VANILCE DOS SANTOS ALMEIDA HOLEK, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2329 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GESTOR PUBLICO MUNICIPAL I a senhora MARILIA LIRA DE SOUZA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2330 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GESTOR PUBLICO MUNICIPAL I a senhora THAINA NUNES SANTOS, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.
PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2331 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I a senhora GERUSA LUIZ, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2332 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GESTOR PÚBLICO MUNICIPAL I a senhora MARINEUSA EMILIO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2333 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora ADRIANA ADELAIDE BORBA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2334 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora TELMA BEATRIZ SOUZA BALDANÇA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2335 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora SHERON LUBNA BECK, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2336 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora MARIANGELA PEDROZO DE OLIVEIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2337 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora PATRICIA SALETE FELICIO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2338 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora ANDREA CRISTINA NEVES, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2339 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora FABIANA FRANCISCO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2340 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora SONIA VIEIRA DA COSTA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2341 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora ANTONIA ISMENIA FREIRE PINHEIRO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2342 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora GIOVANA SCABURI KRAISCH, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2343 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora ELDA DE SOUZA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2344 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora MARILIA MOSER, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2345 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora SILVANA VIVIANE VIEIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2346 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora MICHELE PINHEIRO OLIVEIRA SALES, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2472 DE 14 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora ELIETE AMARO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2348 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora MARCIA ANDREA GERVASIO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2349 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora DALVA SAGAS MEDEIROS, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2350 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora WALQUIRIA MELO DE JESUS, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2351 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora MAIARA FERNANDES, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2352 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 o senhor JULIO CESAR MORAES, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2353 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora LORENI TERE-SINHA DE LIMA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2354 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora PAULA PRISCILA DA SILVA KORB, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2355 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora ANTONIA EDINICE RODRIGUES DE ARAUJO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2356 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora SUZANA JOSE DA SILVA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2357 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora ANALICE DIAS, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2358 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora MARCIA DOS SANTOS, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2366 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 o senhor GERMOCI VAILATTE DE OLIVEIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2367 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora RENATA CIPRIANO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2368 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora LUANA LACERDA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2369 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora CLAUDINEIA PEDRO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2370 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora MONICA EVELYN WEIERS, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2371 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 o senhor ROBERSON CARLOS KOLLN, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2372 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora FABIANE PEDRONI VESCHOSKI, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2373 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 a senhora BRUNA HELOISA SEDREZ, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2374 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 o senhor LUIZ FERNANDO SOARES, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2375 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 1 o senhor OSVALDO OS-MUNDO ISENSSE FILHO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2376 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora MARLI VIANA BOEIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2377 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora MARIZA MARIA AMORIM, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2378 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora SANDRA MERY BRANDL HEMMER, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2379 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora DENISAURA OTOWICZ DA SILVA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2380 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora CLEONICE ANGELINA CRIVELETO ZANOTO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2381 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora TEREZA DE FATIMA SCAVACINI, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2382 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora TEREZA CRISTINA SOCORRO DOS SANTOS, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2383 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora ALINE WANA DE SOUZA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2384 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora ALEXANDRA ROVER, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2385 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora DANIELA ANTONIO PEREIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2386 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora DAGLIE MARGARET DA SILVA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2387 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora ANA PAULA JORGE BERNARDES, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2388 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 2 a senhora CARLA ISABEL BORGES, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2405 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC 3 o senhor VALDEMIR CHAGAS SANTOS JUNIOR, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2389 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora SANDRA RUBIA FERNANDES ROSA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2390 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora MARTA MARIA COSTA SANDOVAL, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2391 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora VERENA LEAL LOURENÇO, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2392 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora MARIA APARECIDA DA SILVA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2393 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora RUDY MARIO LEHMANN JUNIOR, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2394 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora NEUSETTE MADALENA SLONCK CATARINA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2395 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora NEIDE MARIA BORTOLATO MATHIOLA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2396 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora JOSIANI FELICIO PEREIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2397 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora LEDAIR REGINA SANTOS MATHIOLA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2398 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora MARCIA DE OLIVEIRA STEFFEN, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2399 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-2 a senhora ADRIANA STEFAN ARNDT, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2400 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETORA ADJUNTA DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-3 a senhora ARLETE TEREZINHA AZILIEIRO FERREIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2401 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de DIRETOR ADJUNTO DE ESCOLA CEI, EJA – D ESC A-3 o senhor JUSCELINO OLIVEIRA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2402 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de CHEFE DE DEPARTAMENTO DE LOGISTICA o senhor NIVALDO JOSE KLOPEL, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2403 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de GERENTE DE PROGRAMAÇÃO, ACOMPANHAMENTO AVALIAÇÃO DOS PLANOS EDUCAÇÃO a senhora MONICA LEAL CUNHA, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2404 DE 07 DE AGOSTO DE 2017
NOMEIA SERVIDOR PARA EXERCER FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I NOMEAR, por este ato para exercer a função de confiança de COORDENADOR PED EDUCAÇÃO INFANTIL a senhora EDINEIA MONICA DE ANDRADE, com a data de 01/08/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 07 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIAS 2463,2464/2017 EXONERA SERVIDOR

PORTARIA N º 2463 DE 14 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIA ESCOLAR CEI EJA – S ESC 1 a senhora JENIFFER CRISTINE TEIXEIRA, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

PORTARIA N º 2464 DE 14 DE AGOSTO DE 2017
EXONERA SERVIDOR DA FUNÇÃO DE CONFIANÇA

O PREFEITO DE NAVEGANTES, em exercício, no uso das suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar nº 62/2009,

RESOLVE:

I Fica, por este ato, EXONERADO, da função de confiança de SECRETARIA ESCOLAR CEI EJA – S ESC 4 a senhora MARIA APARECIDA INACIO, com a data de 31/07/2017.

II Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 14 DE AGOSTO DE 2017.
DONIZETE JOSÉ DA SILVA
PREFEITO EM EXERCÍCIO

Karlile Cugnier
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

RESPOSTA AO RECURSO 26/2017 FMS - FORNARI ARQUITETURA E CONSTRUÇÕES LTDA E CONCRETIL CONSTRUÇÕES LTDA

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO REFERENTE A CONCORRÊNCIA Nº 26/2017 FMS

Aos 23 dias de agosto de 2017, às 10h30M, reuniu-se Comissão Permanente de Licitação, designada pela Portaria número 506 de 27 de janeiro de 2017, com intuito de analisar e julgar os recursos à fase de habilitação da CONCORRÊNCIA nº 26/2017, cujo OBJETO: CONCORRÊNCIA VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE OBRAS CIVIS E URBANIZAÇÃO (COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS) DO BLOCO "A" DA AMPLIAÇÃO DO HOSPITAL NOSSA SENHORA DOS NAVEGANTES - 6ª (SEXTA) ETAPA, COM RECURSOS ORIUNDOS DO CONVÊNIO Nº 2014TR002723 SES/SC DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE .

Protocolados pelas empresas Fornari Arquitetura e Construções Ltda – CNPJ 13.420.661/0001-18 e Concretil Construções LTDA – CNPJ 95.827.697/0001/85

PRELIMINARMENTE

O Presidente e a Comissão, ao receberem os recursos, verificaram que os mesmos foram protocolados tempestivamente em 26/07/2017.

Em síntese, manifesta-se a empresa Concretil Construções através de recurso, arguindo que os atestados de capacidade técnica apresentados pelas empresas deveriam ser compatíveis com o objeto da licitação, devendo estes apresentarem obras em âmbito hospitalar visto a complexidade da obra, e que ao habilitar todas as empresas, mesmo não estando de acordo com âmbito hospitalar, a comissão cometeu um equívoco. Frisa a empresa que o engenheiro Márcio Butzke ratificou resposta por email da necessidade de acervo técnico em âmbito hospitalar.

A empresa Fornari Arquitetura e Construções argumenta que fez questionamento por email referente a necessidade de apresentação de acervo técnico em âmbito hospitalar e que segundo o Engenheiro Márcio Butzke, em resposta enviada dia 30 de junho, havia

necessidade de que os atestados de capacidade técnicas atendessem essa exigência. Segundo a empresa, a obra não se trata de uma simples obra civil e que imprimem notória complexidade, o que justifica a necessidade de capacidade técnica para a realização da obra. Questiona a empresa que ao habilitar todas as empresas que apresentaram atestados de capacidade técnica variados, não correspondendo a obras em âmbito hospitalar, a comissão cometeu equívoco que deve ser reformado, conforme exigência do edital, confirmada na resposta enviada via email pelo engenheiro responsável pelo projeto da obra.

DECISÃO

Em suma, o recurso apresentado NÃO merece provimento, pois a Comissão de licitação não pode ir de encontro com o que está previsto e exigido no edital.

É um dos princípios básicos da licitação, a vinculação ao instrumento convocatório, art 3º da lei 8666/93, o que deve ser respeitado pela comissão de licitação, conforme segue:

Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

Importante citar que este é um dos princípios que norteiam o processo licitatório, do qual, todos estão estritamente vinculados às exigências do edital, devendo ser cumpridos todos os seus itens. Vale citar a lição de Maria Sylvia Zanella Di Pietro:

Trata-se de princípio essencial cuja inobservância enseja nulidade do procedimento. Além de mencionado no art. 3º da Lei n 8.666/93, ainda tem seu sentido explicitado, segundo o qual "a Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada". E o artigo 43, inciso V, ainda exige que o julgamento e classificação das propostas se façam de acordo com os critérios de avaliação constantes do edital. O princípio dirige-se tanto à Administração, como se verifica pelos artigos citados, como aos licitantes, pois estes não podem deixar de atender aos requisitos do instrumento convocatório (edital ou carta-convite); se deixarem de apresentar a documentação exigida, serão considerados inabilitados e receberão de volta, fechado, o envelope-proposta (art. 43, inciso II); se deixarem de atender as exigências concernentes a proposta, serão desclassificados (artigo 48, inciso I).

Conforme se pode observar, a administração está estritamente vinculada ao instrumento convocatório, e deve obediência a todas as suas cláusulas e disposições.

No caso em tela, o edital não previa a necessidade de apresentação de atestado de capacidade técnica em âmbito hospitalar, necessidade esta que deveria estar discriminada nos itens da Qualificação Técnica do edital. O questionamento enviado por email, quando respondido houve um equívoco do Engenheiro que não conferiu o edital, conforme pode ser observado no ofício 505, em anexo.

Quando respondido o email apenas para uma empresa, sem dar ciência as demais, visto que o edital não previa tal exigência, acabou-se por prejudicar as demais licitantes que, baseadas no que estava previsto no edital, não apresentaram Atestados de capacidade Técnica em âmbito hospitalar, apenas em obras de engenharia civil.

Diante disso, e fundamentado nos Princípios da vinculação ao Instrumento convocatório (supracitado), do Interesse Público que busca sempre a maior Competitividade e a Economicidade, visto o maior número de participantes no certame, está comissão decide por não aceitar os recursos interpostos, mantendo habilitadas as empresas relacionadas na Ata publicada 19/07/2017.

Portanto, o recurso apresentado não merece provimento, sendo esta decisão indene de qualquer vício de legalidade.

Publique-se;

É a decisão. Navegantes, 23 de agosto de 2017.

Presidente: Leila Mengarda

Membros: Ellinton Pedro de Souza

Vilmar Roberto Constancio

Roberto Miguel Celezinski

Fernanda Hassmann Constâncio

Ratificando:
KARLILE CUGNIER

Nova Erechim

PREFEITURA

DECRETO 187/2017 ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL

DECRETO Nº 187, de 21 de Agosto de 2017.

Dispõe sobre a regulamentação da abertura de crédito adicional suplementar e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Nova Erechim, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e conforme dispõe a Lei Municipal nº 1830, de 06 de Dezembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º Fica regulamentada a abertura de Crédito adicional suplementar, na Prefeitura Municipal de Nova Erechim, no valor de R\$ 21.676,52 (Vinte e um mil, seiscentos e setenta e seis reais e cinquenta e dois centavos) destinado a Suplementar o seguinte Projeto/Atividade:

| | | | |
|------------|-----------|--|--------------|
| Órgão | 06 | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | |
| Unidade | 01 | Obras e Serviços Públicos | |
| Função | 15 | Urbanismo | |
| Sub-função | 451 | Infra-Estrutura Urbana | |
| Programa | 0012 | URBANIZAÇÃO DE VIAS | |
| Projeto | 1024 | PAVIMENTAÇÃO DE RUAS, PASSEIOS E ESTRADAS VICINAIS | |
| Elemento | 4.4.90.00 | Aplicações Diretas D.R. 03.00 | R\$21.676,52 |

Art. 2º - Para dar cobertura ao crédito adicional suplementar mencionado nos Art. 1º utilizamos os recursos do superávit financeiro do exercício de 2016, conforme art. 5º parágrafo primeiro inciso II da Lei Orçamentária nº1830/2016 e art. 7º da Lei Federal nº4.320/64.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Nova Erechim (SC), em 21 de Agosto de 2017.

NÉDIO ANTONIO CASSOL

Prefeito Municipal

LEANDRO DA SILVA

Diretor de Administração

Nova Trento

PREFEITURA

DECRETO 237/2017 - CONVOCA APROVADOS NO CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2017

DECRETO nº 237/2017

convoca OS aprovados no CHAMAMENTO PÚBLICO 004/2017, que nomina para comparecimento E apresentação de documentação junto AO SETOR DE RECURSOS humanos, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA TRENTO, GIAN FRANCESCO VOLTOLINI, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 30, I da CF; art. 11, VI, VII e IX, e art. 94, VII, da Lei Orgânica do Município de Nova Trento, e demais dispositivos legais pertinentes:

DECRETA:

Art. 1º – Ficam convocados os candidatos classificados nominados no Anexo I, do presente Decreto para comparecerem na Secretaria Municipal de Educação, no dia 24 de agosto de 2017, às 13horas e 30minutos, com os seguintes documentos:

I - 01 (uma) foto ¾;

II - Cópia da Carteira de Identidade;

III - Cópia do CPF;

IV – Cópia do Título de Eleitor;

V - Cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social (Inscrição e PIS);

VI - Cópia da Certidão de Casamento (se for o caso);

VII - Cópia da Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos (se for o caso);

VIII - Comprovação de aptidão física e mental para o exercício da função, mediante apresentação de atestado laboral;

IX - Comprovação de regularidade com a Justiça Eleitoral;

X - Comprovante do Serviço Militar (se for o caso);

XI - Cópia do Diploma em conformidade com área que irá atuar (de acordo com a habilitação especificada no Edital);

XII – Declaração de Bens; Declaração de Penalidades Disciplinar e Declaração de acúmulos ou não de cargos (retirar no setor de Recursos Humanos deste Órgão);

XIII - Certidão de não ter antecedentes criminais dos últimos 05 (cinco) anos expedida pelo Fórum.

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Registre-se e publique-se na forma da Lei.

Nova Trento/SC, 23 de agosto de 2017.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

JUCELINO MARINO CHINI

Secretário Municipal de Administração e Finanças

ANEXO I

(Decreto nº 237/2017)

CARGO: PROFESSOR – ENSINO FUNDAMENTAL - NÃO HABILITADO – LÍNGUA INGLESA

| CLASS | NOME COMPLETO |
|-------|------------------|
| 1º | Laiara Yuri Boso |

ANEXO II

(Decreto nº 237/2017)

Exmo. Senhor

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Nova Trento – SC

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Eu,,

....., portador (a) do

RG nº e CPF nº

....., Candidato(a) naª posição do Chamamento Público 004/2017, inscrição nº, para o cargo de

..., pela Prefeitura Municipal de Nova Trento, venho, pela presente, declarar minha DESISTÊNCIA à vaga do referido cargo, no qual fui Convocado(a) pelo Decreto nº 237/2017, publicado no Diário Oficial dos Municípios de 24/08/2017.

Nova Trento, de de 2017.

Assinatura

PORTARIA Nº 564/2017

PORTARIA Nº 564/2017

Licença Gestante

Maxiliano de Oliveira, Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Município de Nova Trento, usando das atribuições que lhe foram conferidas através do Decreto nº 095/2017, de 18/04/2017, e de acordo com o art. 94 e ss, da Lei nº 1.207, de 30 de agosto de 1992 (Estatuto do Servidor Público Municipal) e de acordo com o Artigo 94 da Lei 665 de 11 de julho de 2017,

RESOLVE:

CONCEDER Licença Gestante à Servidora Pública Municipal LAISY ALBANAS DAVID, matrícula nº 7185, ocupante do cargo de Provedimento Efetivo de Cirurgião Dentista, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, do Quadro de Pessoal Efetivo da Administração Direta desta Prefeitura, a contar de 15 de agosto de 2017 a 10 de fevereiro de 2017, conforme atestado médico datado de 15/08/2017.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, 15 de agosto de 2017.

Maxiliano de Oliveira

Secretário Municipal de Saúde e Desenvolvimento Comunitário

Registrado a presente Portaria nesta Prefeitura e Publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC

Jucelino Marino Chini

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA Nº 576/2017

PORTARIA Nº 576, de 23 de agosto de 2017

Nomeia Comissões de Avaliação de Estágio Probatório no Âmbito da Prefeitura Municipal de Nova Trento e dá Outras Providência.

Gian Francesco Voltolini, Prefeito Municipal de Nova Trento, usando das atribuições que lhe confere o item VIII e XII do artigo 94, da Lei Orgânica Municipal de 04/04/90,

Considerando, o disposto no Art. 41 da Constituição Federal vigente, com redação dada pela Emenda Constitucional nº 19 de 04 de junho de 1998 e art. 30 da Lei nº 1.207/1992, alterado pela Lei nº 2.584/2015, que sujeita o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo a estágio probatório, por período de 03 (três) anos, durante o qual sua aptidão e capacidade para o desempenho do cargo, serão objeto de avaliação;

Considerando, a necessidade de proceder a Avaliação Especial de Desempenho do servidor civil estatutário, em estágio probatório, para fins de aquisição da estabilidade do nomeado em virtude da aprovação em concursos públicos, para cargos de provimento efetivo desta Prefeitura;

Considerando, a necessidade de consolidar e sistematizar as normas municipais que regulam a avaliação de servidores em estágio probatório, estabelecidas no Decreto nº 223, de 21 de outubro de 2015;

Resolve:

Art. 1º Nomeia Comissões de Avaliação de Estágio Probatório, para fins de aquisição de estabilidade do nomeado, em virtude da aprovação em concurso público de provas e títulos para provimento de cargos efetivos que fazem parte do quadro de servidores da Prefeitura Municipal, (Editais nº 002/2015 e 003/2015), bem como objetivando assegurá-la para servidores concursados vindouros.

Art. 2º Para cumprimento ao artigo anterior, integram as Comissões de Avaliação de Estágio Probatório, os seguintes servidores:

Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças:

Titular: Aprigio José Botameli, matrícula 209, Assistente Administrativo

Suplente: Dalila Facchini, matrícula 78, Auxiliar Contábil e Financeiro

Representantes da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário:

Titular: Andréia Inez Dalbosco Rover, matrícula 82, Assistente Administrativo

Suplente: Jorge Bottamedi, matrícula 9423, motorista II

Representante da Secretaria de Obras, Serviços Urbanos e Planejamento:

Titular: Jaime Cadorin, matrícula 928, Fiscal de Transportes

Suplente: José Eugênio Battisti, matrícula 43, Operador de Máquina

Fls. 02 – Portaria nº 576/2017

Representantes da Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente:

Titular: Arnaldo Cristofolini Júnior, matrícula 65, Técnico Agrícola.

Suplente: José Nildo Pering, matrícula , 124, Auxiliar Agropecuário

§ Único - As Comissões de Avaliação de servidores em Estágio Probatório, terão suas atividades coordenadas e supervisionadas pelo Secretário ou Secretário Adjunto das respectivas Secretarias Municipais.

Art. 3º Os servidores em Estágio Probatório vinculados a Secretaria

Municipal de Assistência Social e Habitação, Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, Centro de Referência de Assistência Social - CRAS e Casa da Cidadania, serão avaliados pelos membros integrantes da comissão da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, coordenada e supervisionada pelos respectivos Secretários ou Secretários Adjuntos.

Art. 4º Os servidores em Estágio Probatório, em atividades junto ao Hospital Nossa senhora da Imaculada Conceição, serão avaliados pelos membros integrantes da comissão da Secretaria de Saúde e Desenvolvimento Comunitário, coordenada e supervisionada pelo respectivo Secretário e pelo Diretor do Hospital.

Art. 5º Para cumprir as suas atribuições, a Comissão terá acesso a toda a documentação pertinente, bem como se utilizar de todos os meios admitidos em direito que entender necessários.

Art. 6º Revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 006/2015, a presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Nova Trento, em 23 de agosto de 2017.

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Registrada a presente Portaria nesta Prefeitura e publicada no Diário Oficial dos Municípios DOM/SC.

Jucelino Marino Chini

Secretário M. Administração e Finanças

PROCESSO Nº 086/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 064/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 086/2017 – Pregão Presencial nº 064/2017
Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Levantamento Radiométrico para o setor de Imagenologia do Hospital Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Nova Trento com a finalidade de apresentação de documentação necessária para obtenção do Alvará de Funcionamento do Setor. Serviços descritos no Anexo I (Termo de Referência) do presente edital..

Julgamento: Menor Preço por LOTE. Entrega dos envelopes: 14:00 horas do dia 11/09/2017; Abertura das Propostas: 14:30 horas do dia 11/09/2017.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.32673213 –

e-mail compras @novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 087/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 065/2017 - SRP Nº 040/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 087/2017 – Pregão Presencial nº 065/2017 - SRP 040/2017

Objeto: Registro de Preços para aquisição parcelada de Alimento Nutricional complementar infantil, para crianças com alergias alimentares ou distúrbios de digestão e absorção de nutrientes, a ser adquirido conforme a necessidade e especificações constantes no anexo I que fica fazendo parte integrante deste edital.

Julgamento: Menor Preço por Item. Entrega dos envelopes: 14:00

horas do dia 12/09/2017; Abertura das Propostas: 14:30 horas do dia 12/09/2017.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: (48) 3267.3211 / (48) 3267.3213 – e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br – site: www.novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

PROCESSO Nº 088/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 066/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DE NOVA TRENTO

Processo Licitatório nº 088/2017 – Pregão Presencial nº 066/2017
Objeto: O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para fornecimento de Sistema Informatizado integrado e oficial de Comunicação Interna, Externa, Gestão Documental, Central de Atendimento e outros, visando atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde do município de Nova Trento, conforme especificações do anexo I, termo de referência deste edital. Julgamento: Menor Preço Global. Entrega dos envelopes: 14:00 horas do dia 13/09/2017; Abertura das Propostas: 14:30 horas do dia 13/09/2017.

Retirada do Edital e demais informações: Praça del Comune, 126, Centro, Fone: 48.3267 3211 – e-mail: compras@novatrento.sc.gov.br

Gian Francesco Voltolini

Prefeito

SEGUNDO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2015

TERMO ADITIVO DE PRORROGAÇÃO

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2015

Objeto: Contratação de empresa de mídia impressa, para prestação de serviços de publicidade institucional oficial do município de NOVA TRENTO em jornais de grande circulação no município.

O MUNICÍPIO DE NOVA TRENTO, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Praça Del Comune, 126, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 82.925.025/0001-60, neste ato representado por Gian Francesco Voltolini, inscrito no CPF nº 032.953.809-88, infra-assinado, doravante denominado simplesmente CONTRATANTE, e, EDITORA O TRENTINO LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o número 01.991.613/0001-09, estabelecida na Rua João Bayer Sobrinho, nº 460, Centro, município de Nova Trento, que apresentou os documentos exigidos por Lei, neste ato representada por Raul Sartori, inscrito no CPF sob o nº 216.046.499-68, ajustam e acordam entre si o presente TERMO ADITIVO ao contrato de nº 048/2015, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica alterada a Cláusula Décima Primeira do Contrato nº 006/2014, prorrogando-se a vigência do contrato para mais 12 meses (Vigência: 09/03/2017 até 09/03/2018), com fundamento no inciso IX, do art. 37, da CF/88, obedecendo às normas que dispõe a Lei Federal nº 8666/93, em especial o art. 57, inciso II.

CLÁUSULA SEGUNDA

O Valor do Contrato permanecerá o mesmo do Contrato original.

CLÁUSULA TERCEIRA

Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato de nº 048/2015, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

Estando as partes de comum acordo, aceitam e outorgam as Cláusulas do Presente Instrumento, assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas abaixo assinadas.

Nova Trento, 09 de março de 2017.

| | |
|---|---|
| GIAN FRANCESCO VOLTOLINI
Prefeito | EDITORA O TRENTINO LTDA ME.
CONTRATADA |
| Assessoria Jurídica: | |
| Testemunhas:
1. _____
Aprigio José Botameli | 2. _____
Lorena Polli |

Novo Horizonte

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.351, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO nº 2.351, de 24 de agosto de 2017.

Abre crédito adicional Suplementar POR ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO NO ORÇAMENTO VIGENTE e dá outras providências

VANDERLEI SANAGIOTTO, Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o disposto nos Arts. 41- I, 42 e 43 – I, da Lei Federal 4.320, e amparado pela Lei 543/2016;

DECRETA:

Art. 1º – Fica aberto crédito adicional Suplementar por anulação de dotação no orçamento vigente, no valor de R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais) relativo a recursos ordinários, assim consignados:

5- CÂMARA DE VEREADORES

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 3.3.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

Art. 2º - Para a abertura do crédito adicional Suplementar de que trata o artigo 1º serão utilizados recursos provenientes da anulação da seguinte dotação, no valor de R\$ R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

10 - CÂMARA DE VEREADORES

10.01 – CÂMARA DE VEREADORES

01.031.0001. 2.001 – Manutenção da Câmara de Vereadores

Elemento de Despesa 4.4.90.00.00.00.00 – Aplicações Diretas R\$ 55.000,00 (cinquenta e cinco mil reais).

TOTAL SUPLEMENTADO R\$ 55.000,00

Art. 3º – Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Novo Horizonte – SC. Em 24 de agosto de 2017.

Vanderlei Sanagiotto

Prefeito Municipal

Registre-se Richardson Batisti

Publique-se Secretário da Administração e Fazenda

Orleans

PREFEITURA

CONTRATO Nº 91/2017 PREFEITURA

Contrato Nº.: 91/2017

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ORLEANS

Contratada...: ATTUALE CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA

Valor : 57.155,81 (cinquenta e sete mil cento e cinquenta e cinco reais e oitenta e um centavos)

Vigência : Início: 24/08/2017 Término: 24/10/2017

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 10/2017

Recursos : Dotação: 2.020.3.3.90.00.00.00.00 (95) Saldo: 699.121,67

Objeto : CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA COBERTURA DO GALPÃO DA GARAGEM NA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA CONFORME PROJETO E ANEXOS.

Orleans, 24 de Agosto de 2017

JORGE LUIZ KOCH

PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 667/2017

PORTARIA Nº 667/2017

“CANCELA EFEITOS PORTARIA Nº 138/2017”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC de acordo com a Lei nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005 e a Lei Complementar nº 2.483 de 09 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Cancelar os efeitos da portaria de gratificação da servidora TATIANE DE GODOY CERILLO, matrícula nº3681, no cargo de ADMINISTRADOR DE EMPRESAS, função gratificada/FG-03 – Supervisor, no valor de R\$ 900,00 (novecentos) reais, para desempenhar suas funções junto a Secretaria Municipal da Administração, a partir de 31/07/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 31 de julho de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS TRINTA UM (31) DIAS DO MÊS DE JULHO (07) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretário de Administração

PORTARIA Nº 668/2017

PORTARIA Nº 668/2017

“NOMEIA EM COMISSÃO”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e de acordo com a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Lei Complementar nº 2.235, de 19 de

dezembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Sra. GISLANA MARCIA HORN matricula nº5850, para exercer as funções do cargo DIRETOR DE ESTABELECIMENTO ESCOLAR, com carga horária de 40 horas semanais, e ficando assim distribuído: para atuar 20 horas semanais junto ao CEI Flávio Bussolo e 20 horas semanais na Escola Supletivo de Jovens e Adultos Prefeito Luiz Mazon, salário previsto na Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario de Administração

PORTARIA Nº 673/2017

PORTARIA Nº 673/2017

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO SALARIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC de acordo com disposto no artigo 56 da Lei nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005 e art. 1º da Lei Complementar nº 2.483 de 09 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o(a) servidor(a) RODRIGO BUSSOLO NUNES, matrícula nº 862, no cargo de ANALISTA DE SISTEMAS, função gratificada/FG-04 – Coordenador, no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos) reais, para desempenhar as funções junto a Secretaria Municipal da Administração, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario de Administração

PORTARIA Nº 674/2017

PORTARIA Nº 674/2017

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO SALARIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC de acordo com disposto no artigo 56 da Lei nº

1.929 de 20 de dezembro de 2005 e art. 1º da Lei Complementar nº 2.483 de 09 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o(a) servidor(a) TATIANE DE GODOY CERILLO, matrícula nº 3681, no cargo de ADMINISTRADOR DE EMPRESAS, função gratificada/FG-04 – Coordenador, no valor de R\$ 1.200,00 (mil e duzentos) reais, para desempenhar as funções junto a Secretaria Municipal da Administração, no Departamento de Tributação, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario de Administração

PORTARIA Nº 675/2017

PORTARIA Nº 675/2017

“CONCEDE GRATIFICAÇÃO SALARIAL”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art. 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC de acordo com disposto no artigo 56 da Lei nº 1.929 de 20 de dezembro de 2005 e art. 1º da Lei Complementar nº 2.483 de 09 de abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder o(a) servidor(a) SUSANA CACHOEIRA WASSEM CANEVER, matrícula nº 192, no cargo de AUXILIAR ADMINISTRATIVO, função gratificada/FG-02 – Gerente, no valor de R\$ 600,00 (seiscentos) reais, para desempenhar as funções junto a Secretaria Municipal da Administração, a partir de 01/08/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario de Administração

PORTARIA Nº 678/2017

PORTARIA Nº 678/2017

“ALTERAÇÃO CARGA HORÁRIA”

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei Complementar nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora contratada IVONETE LAURINDO CAMPOS, matrícula nº 5777 no cargo de PROFESSOR

ESPECIALIZAÇÃO, de 35 para 40 horas semanais, a partir de 01/08/2017, para atuar no CEI Débora Laurentino.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario de Administração

PORTARIA Nº 691/2017

PORTARIA Nº 691/2017

“NOMEAÇÃO EM CARGO EFETIVO”

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC, conforme o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e a Lei Complementar nº 2.155 de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo o(a) Sr (a) BRUNA GOELZER, para exercer as funções do cargo de MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, por ter sido aprovado(a) em 6º lugar no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 26 de maio de 2017, realizado pela Prefeitura Municipal de Orleans, nos termos da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais), com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo único – Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 07 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS SETE (07) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 692/2017

PORTARIA Nº 692/2017

“NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO”

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC, conforme o disposto no Art.39 da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e a Lei Complementar nº 2.155 de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em estágio probatório a servidora BRUNA GOELZER, matrícula nº 5847, aprovada no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 26 de maio de 2017, para exercer as funções do cargo de MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal da Saúde,

a partir de 07/08/2017.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 07 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS SETE (07) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretária de Administração

PORTARIA Nº 698/2017

PORTARIA Nº 698/2017

"NOMEIA EM COMISSÃO"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e de acordo com a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e a Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear o Sr. ELOIR FRAGA matricula nº5849, para exercer as funções do cargo GERENTE DE DEPARTAMENTO, com carga horária de 40 horas semanais, salário previsto na Lei Complementar nº 2.235, de 19 de dezembro de 2008, para autuar junto a Secretaria de Infraestrutura, a partir de 09/08/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 09 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS NOVE (09) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario de Administração

PORTARIA Nº 711/2017

PORTARIA Nº. 711/2017

"CONCEDE AUXILIO-ALIMENTACÃO PARA MOTORISTAS DO TRANSPORTE DE PACIENTES TFD"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e conforme a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Lei nº 2.743 de 09 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 10/08/2017 ao servidor HERCULES ALENCAR NOGUEIRA, matrícula nº 3100, ocupante do cargo de MOTORISTA, o auxilio - alimentação para atuar como motorista no transporte de pacientes TFD (Tratamento Fora do Domicilio) da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com a Lei nº 2.743 de 09 de agosto de 2017.

Parágrafo único – Nos termos da Lei n º 2.743/2017, o servidor que optar pelo benefício desta Lei, não fará jus a indenização estabelecida no Anexo Único da Lei Complementar nº 2.698 de 21 de março de 2017. Termo de opção em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 10 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DEZ (10) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario da Administração

PORTARIA Nº 712/2017

PORTARIA Nº. 712/2017

"CONCEDE AUXILIO-ALIMENTACÃO PARA MOTORISTAS DO TRANSPORTE DE PACIENTES TFD"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e conforme a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Lei nº 2.743 de 09 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 10/08/2017 ao servidor VANDERSON LIMA, matrícula nº 5743, ocupante do cargo de MOTORISTA, o auxilio - alimentação para atuar como motorista no transporte de pacientes TFD (Tratamento Fora do Domicilio) da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com a Lei nº 2.743 de 09 de agosto de 2017.

Parágrafo único – Nos termos da Lei n º 2.743/2017, o servidor que optar pelo benefício desta Lei, não fará jus a indenização estabelecida no Anexo Único da Lei Complementar nº 2.698 de 21 de março de 2017. Termo de opção em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 10 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH

Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DEZ (10) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN

Secretario da Administração

PORTARIA Nº 713/2017

PORTARIA Nº. 713/2017

"CONCEDE AUXILIO-ALIMENTACÃO PARA MOTORISTAS DO TRANSPORTE DE PACIENTES TFD"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e conforme a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Lei nº 2.743 de 09 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 10/08/2017 ao servidor LUCIANO DE NES, matrícula nº 5428, ocupante do cargo de MOTORISTA, o auxilio - alimentação para atuar como motorista no transporte de pacientes TFD (Tratamento Fora do Domicilio) da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com a Lei nº 2.743 de 09 de agosto de 2017.

Parágrafo único – Nos termos da Lei n º 2.743/2017, o servidor que optar pelo benefício desta Lei, não fará jus a indenização

estabelecida no Anexo Único da Lei Complementar nº 2.698 de 21 de março de 2017. Termo de opção em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 10 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DEZ (10) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretario da Administração

PORTARIA Nº 715/2017

PORTARIA Nº. 715/2017

"CONCEDE AUXILIO-ALIMENTACÃO PARA MOTORISTAS DO TRANSPORTE DE PACIENTES TFD"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC e conforme a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Lei nº 2.743 de 09 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a partir de 10/08/2017 ao servidor CLEITON MAZZUCO, matrícula nº 2838, ocupante do cargo de MOTORISTA, o auxilio - alimentação para atuar como motorista no transporte de pacientes TFD (Tratamento Fora do Domicilio) da Secretaria Municipal da Saúde, de acordo com a Lei nº 2.743 de 09 de agosto de 2017.

Parágrafo único – Nos termos da Lei nº 2.743/2017, o servidor que optar pelo benefício desta Lei, não fará jus a indenização estabelecida no Anexo Único da Lei Complementar nº 2.698 de 21 de março de 2017. Termo de opção em anexo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 10 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito de Orleans

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS DEZ (10) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretario da Administração

PORTARIA Nº 723/2017

PORTARIA Nº 723/2017

"NOMEACÃO EM CARGO EFETIVO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC, conforme o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e a Lei Complementar nº 2.155 de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo o(a) Sra. LILIAN BOGER ALBERTON, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, por ter sido aprovado(a) no Concurso Público nº 003/2014,

realizado pela Prefeitura Municipal de Orleans, nos termos da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais).

Parágrafo único – Fica a mesma sujeita ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 14 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 724/2017

PORTARIA Nº 724/2017

"NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC, conforme o disposto no Art.39 da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e a Lei Complementar nº 2.155 de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em estágio probatório a servidora LILIAN BOGER ALBERTON matricula nº5846, aprovada no Concurso Público nº 003/2014, para exercer as funções do cargo de AUXILIAR DE SAÚDE BUCAL, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 14/08/2017.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 14 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRACÃO, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 725/2017

PORTARIA Nº 725/2017

"NOMEACÃO EM CARGO EFETIVO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans - SC, conforme o disposto no Art. 14 da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e a Lei Complementar nº 2.155 de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em caráter efetivo o(a) Sr (a) FERNANDO WEISS GUERRA, para exercer as funções do cargo de MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, por ter sido aprovado(a) em 8º lugar no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 26 de maio de 2017,

realizado pela Prefeitura Municipal de Orleans, nos termos da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005 (Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais), com carga horária de 40 horas semanais.

Parágrafo único – Fica o mesmo sujeito ao cumprimento do Estágio Probatório, conforme prevê a legislação vigente.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 14 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretária de Administração

PORTARIA Nº 726/2017

PORTARIA Nº 726/2017
"NOMEIA EM ESTÁGIO PROBATÓRIO"

O PREFEITO DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo Art.68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC, conforme o disposto no Art.39 da Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005, Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e a Lei Complementar nº 2.155 de 18 de dezembro de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear em estágio probatório o servidor FERNANDO WEISS GUERRA, matrícula nº5848, aprovado no Concurso Público nº 001/2017, homologado em 26 de maio de 2017, para exercer as funções do cargo de MÉDICO DA SAÚDE DA FAMÍLIA, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria Municipal da Saúde, a partir de 14/08/2017.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 14 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AOS QUATORZE (14) DIAS DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretária de Administração

PORTARIA Nº676/2017

PORTARIA Nº676/2017
"ALTERAÇÃO CARGA HORÁRIA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei Complementar nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora contratada TAMIRIS TASCA, matrícula nº 5788 no cargo de PROFESSOR LICENCIATURA

PLENA, de 30 para 35 horas semanais, a partir de 01/08/2017, para atuar na E.E. Básica Otto Pfutzenreuter.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretario de Administração

PORTARIA Nº677/2017

PORTARIA Nº 677/2017
"ALTERAÇÃO CARGA HORÁRIA"

O PREFEITO MUNICIPAL DE ORLEANS, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Artigo 68, Item VII, da Lei Orgânica do Município de Orleans – SC e considerando a Lei Complementar nº 1.929, de 20 de dezembro de 2005(Estatuto dos Servidores Públicos Municipais) e Lei Complementar nº 2.076 de 24 de maio de 2007.

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar a carga horária da servidora efetiva JANICE ALBERTON, matrícula nº 3869 no cargo de PROFESSOR ESPECIALIZAÇÃO, de 35 para 40 horas semanais, a partir de 01/08/2017, para atuar no EJA – Escola de Jovens e Adultos.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Orleans, 01 de agosto de 2017.

JORGE LUIZ KOCH
Prefeito Municipal

PUBLICADA A PRESENTE PORTARIA NESTA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, AO PRIMEIRO (01) DIA DO MÊS DE AGOSTO (08) DO ANO DE DOIS MIL E DEZESSETE (2017).

MARIO COAN
Secretario de Administração

PROCESSO Nº 108/2017 PREFEITURA

PROCESSO Nº 108/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 48/2017 – REGISTRO DE PREÇOS

Tipo: Menor Preço por item

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ATENDER A DEMANDA DAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO DE ORLEANS.

Recebimento dos Envelopes e de Propostas: até o dia 11/09/2017 às 14h00min. Abertura das Propostas: dia 11/09/2017, às 14h30min. Fundamento legal: Leis Federais 10.520/2002, 8.666/93 consolidada e Lei Complementar Federal Nº 123/2006. Mais informações no Setor de Licitações junto a Prefeitura, sito a rua XV de novembro 282, centro, Orleans SC, CEP: 88870-000, Fone (48) 3886-0100, site www.orleans.sc.gov.br e-mail licitacao@orleans.sc.gov.br

Orleans - SC, 24 de Agosto de 2017.

Jorge Luiz Koch
Prefeito Municipal

Paial

PREFEITURA

PROCESSO LICITATÓRIO 046/2017 PREGÃO 23/2017

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Paial
Departamento de LICITAÇÕES

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório Nº046/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2017

Objeto:

REGISTRO DE PREÇOS VISANDO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE ALIMENTOS PERECÍVEIS E NÃO PERECÍVEIS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER A FABRICAÇÃO e ELABORAÇÃO - PREPARO DE ALIMENTAÇÃO PARA CRAS E DIRETORIA DO SOCIAL (ABRAGENDO GRUPOS DE IDOSOS/ALUNOS E PESSOAS DAS OFICINAS DO CRAS / SOCIAL)

Tipo: MENOR PREÇO POR ITEM

DATA: 06/09/2017 abertura às 08 h 45 min.

Entrega de envelopes até 06/09/2017 até 08 h 25 min.

Local de Abertura: Sede da Prefeitura Municipal- PRÉDIO ADMINISTRATIVO

Informações complementares: Poderão ser obtidas em horário comercial na Prefeitura Municipal de Paial pelo telefone 49 3451-0045/3451-0046 OU 3451-0025 ou e-mail licitacao@paial.sc.gov.br ou web site: www.paial.sc.gov.br.

Paial, 24 de agosto de 2017.

Leocir dos Santos

Prefeito Municipal em Exercício

Ordenador de Despesas.

Palhoça

PREFEITURA

DECRETO Nº 2.225, DE 14 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 2.225, DE 14 DE AGOSTO DE 2017.

COMISSÃO. Institui a Comissão Especial para acompanhamento e análise dos impactos nas Áreas Públicas devido as desapropriações realizadas pela Autopista Litoral Sul e Nomeia Membros.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,
No uso de suas atribuições legais, resolve

DECRETAR:

Art. 1º. Fica instituída a Comissão Especial para acompanhamento e análise dos impactos nas Áreas Públicas devido as desapropriações realizadas pela Autopista Litoral Sul.

Art. 2º Ficam nomeados os membros da comissão especial:

- I – Mario Cilo Vieira Zambelli - Engenheiro;
- II – Felipe Neves Linhares - Procurador do Município;
- III – Eduardo Freccia - Secretário Municipal de Infraestrutura e Saneamento.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palhoça, 14 de agosto de 2017.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS

Prefeito Municipal

PREGAO PRESENCIAL RP 88/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE PROCESSO LICITATÓRIO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 88/2017

O Município de Palhoça torna público que fará realizar no dia 12 de setembro de 2017, às 08:30 hs, na Sala da Comissão Permanente de Licitações a sessão publica para recebimento de documentação e abertura das propostas, bem como a etapa dos lances, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL RP - Nº. 88/2017 Exclusivo para empresas ME e EPP - aquisição de Gêneros Alimentícios Menos Perecíveis para atender os alunos da rede municipal de ensino com necessidades de alimentação especial do Município de Palhoça, através de Registro de Preços, conforme especificação contida nos anexos, partes integrantes deste Edital. O edital que está embasado na lei de licitações, encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 07:00 às 13:00 horas, ou pelo site: www.palhoca.atende.net. Palhoça, 24 de agosto de 2017. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS – Prefeito Municipal.

RESULTADO CHAMAMENTO PÚBLICO Nº02/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

QUALIFICAÇÃO DE ORGANIZAÇÕES SOCIAIS

CHAMAMENTO PÚBLICO 02/2017

O Município de Palhoça torna público que, após fase de interposição de recurso e/ou apresentação de documentos complementares, ficam qualificadas como organizações sociais no âmbito do Município de Palhoça, na área da Saúde, as empresas: INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO - INDSH, INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISA E GESTÃO EM SAÚDE - INSAÚDE, INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO ENSINO E ASSISTÊNCIA A SAÚDE – IDEAS e INSTITUTO SÓCRATES GUANAES – ISG. Maiores informações pelo telefone: 48 3279-1831, das 13:00 às 19:00 horas, ou pelo site: palhoca.atende.net. Palhoça, 24 de agosto de 2017. Secretaria de Administração.

Palma Sola

PREFEITURA

AVISO DE LIC. PREGÃO PRESENCIAL Nº. 27/2017 - AQUISIÇÃO DE BOMBA HIDRÁULICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMA SOLA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Palma Sola, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme descrição abaixo:

Modalidade: Pregão Presencial nº. 27/2017.

Tipo: Menor Preço Global.

Objeto: Bomba Hidráulica 36/26 CCR (original ao número de série 20/925579), para a retroescavadeira JCB, modelo 3C PLUS, ano de fabricação 2009. (Colocada)

Regimento: Lei 10.520 de 17/07/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n. 8.666, de 21.06.93 e, Decreto Municipal nº 026 de 05/09/2002.

Entrega dos envelopes: Até às 08:45 hs do dia 11/09/2017.

Abertura dos envelopes: às 09:00 hs do dia 11/09/2017.

Retirada do Edital: O Edital poderá ser consultado e obtido junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua Francisco Zanotto, 600, de Segunda a Sexta feira no horário normal de Expediente e no endereço eletrônico: www.palmasola.sc.gov.br

Informações e esclarecimentos no endereço acima ou pelo fone/ fax: (0xx) 49 3652 – 3200.

Palma Sola, 24 de agosto de 2017.

Cleomar José Mantelli

Prefeito Municipal

Papanduva

PREFEITURA

ABERTURA T.P 04/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA.

MUNICÍPIO DE PAPANDUVA. SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

TOMADA DE PREÇO Nº 004/2017

O Município de Papanduva, por meio da Comissão Permanente de Licitação, comunica que, a Sessão Pública de Abertura do Envelope n. 02 contendo a Proposta de Preços das empresas Habilitadas Tomada de Preço n. 04/2017, Cujo objeto: Contratação de empresa especializada para a execução da perfuração de poço artesiano tubular para o SAMAE, se dará no dia 01 de setembro de 2017, às 09hs 30min, na sala de licitação da Prefeitura Municipal. Esclarecimentos poderão ser obtidos no site www.papanduva.sc.gov.br e na Prefeitura Municipal em dias úteis de 2ª a 6ª feiras, das 08h00min às 12h00min horas e da 13h30min às 17:00 horas, na Rua Sérgio Glevinski 134, fone (47) 3653-2166. Papanduva 24 de agosto de 2017. Alexandre Miguel Grabovski – Diretor Presidente Samae. Luiz Henrique Saliba Prefeito Municipal.

ANULAÇÃO PREGÃO SRP 039/207

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAPANDUVA

PROCESSO LICITATORIO Nº 062/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 0039/2017

O Município de Papanduva, por orientação da assessoria jurídica a qual orienta que seja reconhecida a nulidade de todo processo licitatório nº 062/2017 Pregão Presencial SRP nº 039/2017, cujo objeto é a aquisição de gêneros alimentícios para o PNAE.

Desta forma resolvo anular o Processo Licitatório nº 62/2017 e consequentemente a Atas de Registro de Preço geradas do referido processo licitatório.

Papanduva, 24 de agosto de 2017.

Luiz Henrique Saliba

Prefeito Municipal.

Passos Maia

PREFEITURA

PROCESSO ADMINISTRATIVO 0063/2017

MUNICIPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0063/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 0014/2017

O Município de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, neste ato representado pelo Prefeito Municipal Sr. Leomar Roberto Listoni, justifica a Dispensa de Licitação para Contratação de pessoa jurídica para 120 horas de consultoria especializada em piscicultura

Valor: R\$ 6.000,00

Amparo Legal: Art.24, inciso XIII, da Lei 8.666/93 e suas alterações e demais normas vigentes.

Passos Maia, 24 de Agosto de 2017.

LEOMAR ROBERTO LISTONI

PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

389/2017

PORTARIA Nº 389/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 62,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 01/08/2017 a servidora Aline Rosa da Silva Santos, matrícula nº 11201, ocupante do Cargo de Professora, lotada na Secretaria de Municipal de Educação e contratada pela Portaria nº 101/2016 em 10/03/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 21 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

390/2017

PORTARIA Nº 390/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, e de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/91, artigo 62,

RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR A PEDIDO, a partir de 04/08/2017 a servidora Rosilani Maria Roque, matrícula nº 11402, ocupante do Cargo de Assessora para o centro de referência de Assistência Social, lotada na Secretaria de Municipal de Assistência Social e contratada pela Portaria nº 251/2017 em 27/03/2017.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 21 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

391/2017

PORTARIA Nº 391/2017

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal 497/1991, artigo 97,

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER LICENÇA PATERNIDADE, ao Servidor Público Municipal, Ezequiel Anedir Batista, nomeado pela portaria 181/2017, matrícula nº 11364, ocupante do Cargo de Motorista, a disposição da Secretaria Municipal de Educação, por 5 dias a partir de 15/08/2017, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social – RGPS.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Município de Paulo Lopes, 21 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

392/2017

PORTARIA Nº 392/2017

DESIGNA SERVIDORA PARA OCUPAR A FUNÇÃO DE SECRETÁRIA DA JUNTA DE SERVIÇO MILITAR DO MUNICÍPIO DE PAULO LOPES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR CARLOS RODRIGUES, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto no parágrafo 3º do Art. 11 do LEI FEDERAL Nº 4.375, de 17 de agosto de 1964 combinado com o parágrafo 9º do Art. 29 do DECRETO FEDERAL Nº 57.654, de 20 de janeiro de 1966 e no Art. 11º, da LEI MUNICIPAL Nº 440 de 29 junho de 1989,

RESOLVE:

Art. 1º - DESIGNAR Angela Correa Moizeis, efetiva e estável, matrícula 10479, ocupante do cargo de Assistente Administrativo I, nomeada pela Portaria Nº 006/2010, para ocupar a função de Secretária da Junta de Serviço Militar do Município de Paulo Lopes.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do artigo 4º do decreto 017/2009.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário, em especial a Portaria Nº 002A/89 de 2 de janeiro de 1989 que designava o Servidor Zenon Berto Borges para a função.

Município de Paulo Lopes, 23 de agosto de 2017.

Nadir Carlos Rodrigues
Prefeito Municipal

José Antônio Rogério
Secretário Municipal de Administração

Penha

PREFEITURA

2º TERMO ADITIVO Nº 92/2017-PMP

2º TERMO ADITIVO Nº 092/2017-PMP
AO CONTRATO Nº 142/2015-PMP

Licitação: Processo Administrativo n.º 47/2015-PMP, Dispensa de Licitação nº 05/2015-PMP

Objeto: Locação de um imóvel localizado na Rua Avenida Nereu Ramos, nº 08, Centro, Penha/SC

Os signatários deste instrumento de 2º Termo aditivo nº. 092/2017-PMP ao Contrato Administrativo nº. 142/2015-PMP, de um lado, NELSON JOÃO DA CUNHA FILHO, portador do CNPJ/CPF nº 458.531.429-68, residente à Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 08, Bairro Centro, Penha/SC, e de outro lado, o MUNICÍPIO DE PENHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 83.102.327/0001-00, representado pelo Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.484.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº 200 - Centro, Penha/SC, Penha/SC, têm entre si ajustado o presente Termo mediante as cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo de vigência da locação previsto na cláusula primeira do 1º Termo Aditivo nº 127/2016-PMP, fica prorrogado para mais 12 (doze) meses, a contar de 31/07/2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Administração, anexa ao presente termo.

CLAUSULA SEGUNDA

O valor previsto na cláusula segunda do 1º Termo Aditivo nº 127/2016-PMP, fica reajustado conforme o índice IPCA (IBGE), perfazendo um valor mensal de R\$ 2.124,11 (dois mil, cento e vinte e quatro reais e onze centavos), totalizando um valor anual de R\$ 25.489,32 (vinte e cinco mil, quatrocentos e oitenta e nove reais e trinta e dois centavos).

CLAUSULA TERCEIRA

As despesas do presente Termo correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 05 - Secretaria da Administração

Unidade: 02 - Departamento de Recursos Humanos

Funcional: 04.122.0004.2.008 - Funcionamento e Manutenção do Departamento de Recursos Humanos

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (24)

CLAUSULA QUINTA

As demais cláusulas do contrato principal e Termo Aditivo permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente Termo, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 14 de julho de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

LOCATÁRIO

NELSON JOÃO DA CUNHA FILHO

CONTRATADO

LOCADOR

TESTEMUNHAS:

Nome: _____ Nome: _____

CPF: _____ CPF: _____

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Geral

4º TERMO ADITIVO Nº 100A/2017-PMP

4º TERMO ADITIVO Nº 100A/2017 PMP

AO CONTRATO Nº 03/2016 PMP

LICITAÇÃO: Processo Licitatório nº 66/2015 – PMP, modalidade Tomada de Preços nº 12/2015 – PMP

OBJETO: Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material, para pavimentação em lajota sextavada de concreto, drenagem pluvial e sinalização das Ruas Silvério Gonçalves, Rua Anita Garibaldi e Rua Curitiba, bairro Centro, Penha/SC, Lote 1: Rua Silvério Gonçalves: Área - 2.947,46 m².

Pelo presente instrumento de 4º Termo aditivo nº 100A/2017-PMP ao Contrato Administrativo nº 03/2016-PMP, firmado, por um lado, pelo MUNICÍPIO DE PENHA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Sr. AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob nº 006.862.859-56, portador do RG 4.484.022 (SSP/SC), residente e domiciliado à Rua Bernardina da Luz Tavares, nº 200 - Centro, Penha/SC, doravante denominada simplesmente de CONTRATANTE e, de outro lado, a Empresa VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-EPP, com sede na cidade de Balneário Piçarras/SC, Rua Alexandre Guilherme Figueredo, nº 547, Bairro: Centro, Telefone: (47) – 3345-1047, E-mail: vibron@terra.com.br, inscrita no CNPJ sob o nº 00.639.726/0001-79, neste ato representada pelo Sr. Luiz Antonio Silvestre, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, têm entre si ajustada o presente termo, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula primeira do 3º Termo Aditivo nº 38/2017-PMP ao Contrato Administrativo nº 03/2016-PMP, fica prorrogado para mais 90 (noventa) dias, a contar de 12/08/2017, conforme solicitação e justificativa da Secretaria de Planejamento através de Comunicação Interna nº 052/2017, anexa ao presente termo.

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas do contrato principal e termos aditivos permanecem inalteradas.

E, por estarem assim de acordo, firmam o presente termo, em três vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo.

Penha/SC, 10 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
 PREFEITO MUNICIPAL
 CONTRATANTE

VIBRON ARTEFATOS DE CONCRETO LTDA-EPP
LUIZ ANTONIO SILVESTRE
 CONTRATADA

O presente Termo encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO
 Secretário de Administração

TESTEMUNHA:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
 Procurador Geral

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 041/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO E HOSPITALAR LTDA., estabelecida à Estrada Boa Esperança nº. 2320, na cidade de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 00.802.002/0001-02, telefone para contato (47) 3520-9000, e-mail: altermed@altermed.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Maicon Córdova Pereira, CPF sob o nº. 015.886.939-70, procurador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 14/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura aquisição de equipamentos, materiais e instrumentais de uso odontológico, conforme solicitação nº 311/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os equipamentos/instrumentais com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL | TIPO DE UNIDADE | QTDE | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|--|-----------------|------|---------|----------------|-------------|
| 9 | Cabo para bisturi n°3 | UN | 15 | Weldon | R\$ 7,50 | R\$ 112,50 |
| 12 | Câmara escura, sem iluminação, indicada para revelação de filmes odontológicos periapicais, caixa moldada em polipropileno (PP) resistente a produtos químicos, ácidos, substâncias alcalinas e detergentes, remoção das luvas para assepsia, sem bordas retentivas, base removível, para coleta de resíduos, limpeza e desinfecção, deve possuir alojamento e os 3 (três) recipientes que contém líquido evitando que os mesmos fiquem soltos, visor acrílico destacável, com ótima transparência e total filtragem da luz, batentes de silicone no fundo da base, proporcionando total aderência no local de trabalho, facilitando o manuseio, permita a visualização no interior. Dimensões aproximadas: 230mm (altura), 340mm (comprimento) e 230mm (largura). | UN | 3 | Biotron | R\$ 138,79 | R\$ 416,37 |

| | | | | | | |
|----|--|----|---|--------------|--------------|--------------|
| 13 | Compressor de 01 Pistão, isento de óleo, acionamento direto, 1 cilindro, bloco de alumínio, monofásico 220V, potencia do motor de 1,5 hp, regime de trabalho intermitente, pressão diferencial de 40 lbf/pol ² (pressostato), reservatório com pintura interna anticorrosiva, regulador de pressão de saída, nível de ruído máximo de 72 db, diâmetro de saída 1/4 pol, pressão de operação entre 80 e 120 lbf/pol ² (5,5 a 8,3 bar), volume do reservatório mínimo de 28 litros, cor predominante branca. | UN | 3 | America King | R\$ 1.649,48 | R\$ 4948,44 |
| 44 | Óculos de proteção transparente com regulagem na orelha | UN | 6 | Danny | R\$ 4,12 | R\$ 24,72 |
| | | | | | Total | R\$ 5.502,03 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos equipamentos/materiais e ou instrumentais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou

mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues equipamentos/instrumentais;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA
MAICON CORDOVA PEREIRA
Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:
CPF nº.:

Nome Completo:
CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO
Secretário de Administração
De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 042/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA-EPP, estabelecida à Rua Demétrio Santos Moreira nº. 410, na cidade de Apucarana, Estado do Paraná, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 14.918.622/0001-08, telefone (43) 3033-7773, e-mail: royal@royaldistribuidora.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Jurandir da Silva, CPF sob o nº. 366.073.209-53, empresário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 14/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura aquisição de equipamentos, materiais e instrumentais de uso odontológico, conforme solicitação nº 311/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os equipamentos/instrumentais com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL | TIPO DE UNIDADE | QTDE | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|---|-----------------|------|----------|----------------|--------------|
| 6 | Avental plumbífero odontológico adulto fabricado com borracha plumbífera flexível de nylon lavável, sem proteção nas costas, com protetor para Tireóide - 0,5Pb 100x60 cm , fechamento com velcro. | UN | 6 | NMARTINS | R\$ 360,00 | R\$ 2.160,00 |
| 8 | Brunidor de amalgama n°29 / n°33 | UN | 12 | ABC | R\$ 7,99 | R\$ 95,88 |
| 35 | Gengivótomo de kirkland | UN | 3 | ABC | R\$ 11,99 | R\$ 35,97 |
| 36 | Gengivótomo de orban | UN | 3 | ABC | R\$ 11,99 | R\$ 35,97 |
| 37 | Kit Alavanca inox infantil seldim Direita/Esquerda/Reta | UN | 8 | ABC | R\$ 50,00 | R\$ 400,00 |
| 38 | Kit Alavanca inox seldim adulto Direita/Esquerda | UN | 4 | ABC | R\$ 63,90 | R\$ 255,60 |
| 39 | Kit Conjunto de peças de mão para uso odontológico, todos os 3 (tres) itens deverão ser de mesma marca comercial:
o Micromotor - pressão de acionamento: 220kPa (2,2 bar), consumo de ar: 55 l/min, conexão Borden 2 furos, Rotação de 20000 rpm, torque de acionamento com 220 kPa (2,2 bar) de pressão: mín 1,5 N.cm, peso líquido máximo de 70g, autoclavável.
o Contra ângulo - Rotação de 25 000 rpm, Relação de transmissão 1:1 , Brocas e pontas diamantadas permita utilização de brocas BR/AR, possibilidade de acoplamento dos Micromotores de fabricação de mesma marca, autoclavavel.
o Turbina de alta rotação - Sistema de troca de broca Puch Boton, nível de ruído sonoro abaixo de 68 db, rolamentos cerâmicos, peso maximo de 37 g, pressão de acionamento de 220kPa (2,2 bar), consumo de ar maximo de 37 l/min, rotação de 380 000 rpm, conexão Borden 2 furos, refrigeração através de spray triplo, autoclavável de no mínimo 1000 ciclos, superfície externa totalmente lisa. | UN | 3 | KAVO | R\$ 1.637,00 | R\$ 4.911,00 |
| 45 | Pinça clinica curva para algodão | UN | 50 | ABC | R\$ 8,89 | R\$ 444,50 |

| | | | | | | |
|----|-------------------------|----|----|-----|-----------|--------------|
| 51 | Porta matriz toffmailer | UN | 30 | ABC | R\$ 17,99 | R\$ 539,70 |
| 55 | Sonda exploradora n*5. | UN | 50 | ABC | R\$ 5,99 | R\$ 299,50 |
| | | | | | Total | R\$ 9.178,12 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos equipamentos/materiais e ou instrumentais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues equipamentos/instrumentais;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às

seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

JURANDIR DA SILVA
ROYAL DISTRIBUIDORA LTDA-EPP
Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 43/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FMS
PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - FMS
Sistema de Registro de Preços
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 043/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa DENTÁRIA E DISTRIBUIDORA HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE LTDA, estabelecida à Rua General Vitorino, nº. 298, na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 91.083.212/0001-35, telefone (51) 3227-2744, e-mail: dentariapoa@cpovo.net, representada, neste ato pelo Sr. Elias Climus, CPF sob o nº. 216.869.980-15, Sócio-gerente, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 14/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura aquisição de equipamentos, materiais e instrumentais de uso odontológico, conforme solicitação nº 311/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os equipamentos/instrumentais com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL | TIPO DE UNIDADE | QTDE | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|---|-----------------|------|---------|----------------|--------------|
| 28 | Espelho de mão(toucador) | UN | 1 | MIRROR | R\$ 22,00 | R\$ 22,00 |
| 29 | Espátula para inserção de resina composta n*2 aço inox | UN | 30 | PRATA | R\$ 9,00 | R\$ 270,00 |
| 31 | Filtro de ar para compressor com válvula reguladora, manômetro e suporte para fixação, com duas conexões tipo engate rápido com rosca para mangueira de 1/4". | UN | 3 | FIAC | R\$ 227,00 | R\$ 681,00 |
| 46 | Pinça clínica reta anatômica | UN | 30 | LM | R\$ 7,00 | R\$ 210,00 |
| 47 | Pinça halstead (mosquito) curva e reta (5 cada) | UN | 10 | GOLGRAN | R\$ 11,00 | R\$ 110,00 |
| 48 | Placa de vidro 8x12x1cm | UN | 5 | JON | R\$ 11,00 | R\$ 55,00 |
| 50 | Porta amálgama plástico | UN | 10 | JON | R\$ 10,00 | R\$ 100,00 |
| 53 | Seringa carpule inox com refluxo | UN | 50 | TRINKS | R\$ 24,00 | R\$ 1.200,00 |
| | | | | | Total | R\$2.648,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

- 5.1. A aquisição dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.
- 5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos equipamentos/materiais e ou instrumentais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues equipamentos/instrumentais;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária,

em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

DENT. E DIST. HOSP. PORTO ALEGRENSE LTDA

ELIAS CLIMUS
Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo: Nome Completo:
CPF nº.: CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 44/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 044/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa CIRÚRGICAS

CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA.-ME, estabelecida à Rua Alberto Laureano Heinrich, nº. 50, na cidade de Palhoça, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 18.258.209/0001-15, telefone (48) 3342-0121, (48) 99191-2749, e-mail: adm@cirurgiaceron.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Edwards Reynolds Souza Pinto, CPF sob o nº. 065.734.119-35, representante legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 14/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura aquisição de equipamentos, materiais e instrumentais de uso odontológico, conforme solicitação nº 311/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os equipamentos/instrumentais com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL | TIPO DE UNIDADE | QTDE | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|---|-----------------|------|-------------|----------------|--------------|
| 60 | Ultra-som piezoelétrico, frequência de 30.000 Hz e jato de bicarbonato. Corpo Montado em material resistente, liso e com cantos arredondados. o Resistente à oxidação Fácil limpeza e desinfecção Tecla Liga-Desliga com LED indicativo- Mangueiras Lisas, leves e flexíveis, facilidade de limpeza e desinfecção
ULTRA-SOM Transdutor Sistema Piezoelétrico ativado através de pastilhas cerâmicas, em frequência de 30.000 Hz. Que possa realizar operações com e sem água Ampla variedade de insertos no mínimo 3 devem acompanhar o aparelho (Periodontia: o No. 1 o No. 2 o 10P) Potenciômetro com graduação : Permite a regulagem rápida de acordo com o procedimento a ser executado. Ajuste fino da potência Através de sistema unificado para seleção e ajuste da potência.
Peça de mão Ultra-som Com ergonomia moderna e precisa. Capa do Transdutor Removível e autoclavável Construída em elastômero especial, que permite firmeza no manuseio e precisão nos movimentos, Duas capas devem acompanhar o aparelho.
JATO DE BICARBONATO. Peça de mão do Jato Removível e autoclavável. Difusor concêntrico Efetua mistura de ar + água + bicarbonato a uma pequena distância da ponta. Sistema de Regulagem fina do Ar e água. Sistema de varredura automática do bicarbonato Varre os dutos do aparelho evitando acúmulo de resíduos de pó e riscos de entupimentos no sistema. Filtro de ar Filtra todo o ar que entra em contato com o bicarbonato e com a região operatória .Reservatório do Bicarbonato Transparente e removível. Acesso lateral que permite sua remoção sem a necessidade de virar o aparelho para retirada das sobras de pó | UN | 3 | KONDEN-TECH | R\$ 1.878,78 | R\$ 5.636,34 |
| | | | | TOTAL | | R\$ 5.636,34 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;

b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta de quaisquer dos equipamentos/materiais e ou instrumentais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues equipamentos/instrumentais;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está

sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

CIRÚRGICAS CERON EQUIPAMENTOS HOSPITALARES E VETERINÁRIOS LTDA.-ME.
EDUARDS REYNOLDS SOUZA PINTO
Contratado

T E S T E M U N H A S

| | |
|----------------|----------------|
| Nome Completo: | Nome Completo: |
| CPF nº.: | CPF nº.: |

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO
Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 45/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 045/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa JEFFERSON DUWE-ME, estabelecida à Rua Artur Keunecke, nº. 62, na cidade de Indaial, Estado de Santa Catarina, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 13.749.658/0001-42, telefone (47) 3333-1132, e-mail: dentalduwe@outlook.com, representada, neste ato pelo Sr. Jefferson Duwe, CPF sob o nº. 081.518.699-17, Administrador, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 14/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas

alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura aquisição de equipamentos, materiais e instrumentais de uso odontológico, conforme solicitação nº 311/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os equipamentos/instrumentais com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL | TIPO DE UNIDADE | QTDE | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|---|-----------------|------|------------|----------------|--------------|
| 11 | Caixa inoxidável com tampa 20/10/05 cm perfurada | UN | 5 | FAVA | R\$ 42,00 | R\$ 210,00 |
| 20 | Destilador de água com capacidade do reservatório de água comum 4 litros com produção de 3,8 litros de água destilada, duração do ciclo completo não ultrapassar de 8 horas; não necessitar de instalação hidráulica, baixo consumo de energia, voltagem de 220voltage / 60 Hz, potencia de 600 Watts, design moderno. Cor predominante branca. | UN | 2 | CRISTOFOLI | R\$ 756,00 | R\$ 1.512,00 |
| 34 | Fotopolimerizador led Tensão de alimentação fonte AC entrada 110/220V, frequência: 50/60 Hz, consumo de 20W, fonte luminosa 1 LED azul, comprimento de onda de 480nm, potencia mínima de 500 mw/cm2, ciclos de polimerização com tempos ajustáveis para 20, 40 ou 60 segundos com bip sonoro a cada 10 segundos, ponteiras (condutores de luz) fibra ótica potência irradiada de 600mW, peso líquido da peça de mão com ponteira 250 g, ponteira autoclavável. | UN | 3 | SCHUSTER | R\$ 628,00 | R\$ 1.884,00 |
| 40 | Kit de Alavanca inox apical adulto Direita/Esquerda/Reta | UN | 8 | FAVA | R\$ 48,90 | R\$ 391,20 |
| 52 | Selador de mesa para embalagens para a autoclave grau cirúrgico com gabinete de aço com tratamento anti-corrosivo e pintura epóxi eletrostática, temperatura controlada por temporizador, articulações com embuchamentos de metal, partes eletro-e eletrônica totalmente embutidas, resistência tipo fita de níquel-cromo, seladora de aquecimento instantâneo (temporizada), acionamento manual, sela embalagens grau cirúrgico (papel e plástico) até 29 cm de largura, 220 volts e 60Hz, potência 200 watts. | UN | 3 | ECEL | R\$ 394,00 | R\$ 1.182,00 |
| | | | | | TOTAL | R\$ 5.179,20 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

- II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - a falta de quaisquer dos equipamentos/materiais e ou instrumentais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues equipamentos/instrumentais;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecedor, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio

da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que

devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

JEFFERSON DUWE

JEFFERSON DUWE-ME.

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 46/2017 - FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 019/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 046/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE EQUIPAMENTOS, MATERIAIS E INSTRUMENTAIS ODONTOLÓGICOS.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa VENA VITA CONSULTORIA COMERCIAL EIRELI - EPP, estabelecida à Rua Ricalde Marques, nº. 119, na cidade de Porto Alegre, Estado de Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº. 22.392.045/0001-91, telefone (51) 3029-4288, licita@logitexbrasil.com.br, representada, neste ato pela Sra. Aline Inês Pontin, CPF sob o nº. 933.841.810-34, sócia/proprietária, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 14/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preço para futura aquisição de equipamentos, materiais e instrumentais de uso odontológico,

conforme solicitação nº 311/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os equipamentos/instrumentais com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO DO MATERIAL | TIPO DE UNIDADE | QTDE | MARCA | PREÇO UNITÁRIO | PREÇO TOTAL |
|------|--|-----------------|------|-----------------|----------------|--------------|
| 2 | Amalgamador digital para cápsulas pré-dosadas, painel de comando, de fácil acesso e visualização de todas as funções do aparelho, variação do tempo de preparo de 0 a 30 segundos, com precisão e repetibilidade do tempo selecionado, movimento em forma elíptica, com amplitude de 25mm e frequência de 4.000 oscilações por minuto, movimento interrompido, instantaneamente, nos casos de abertura acidental da tampa de proteção, design moderno com cantos arredondados, confeccionado com material resistente, painel de comando com seletor em membrana e mostrador de tempo digital, 220V, sistema eletrônico de baixa tensão, baixo nível de ruído. | UN | 1 | KONDENTE-CH/YON | R\$ 558,25 | R\$ 558,25 |
| 3 | Aparelho de raios-X odontológico periapical coluna móvel deverá atender aos requisitos de qualidade e segurança, comprovados através de ensaios e certificações. Certificado de acordo com o regulamento estabelecido pelo INMETRO, em conformidade com as Normas Técnicas: NBR IEC 60601-1 / 97; IEC 60601-2- 7/98; IEC 60601-1- 3/94; IEC 60601-2- 32/94, que visam à qualidade e à segurança dos aparelhos. Montado em base estável, com linhas arredondadas, 4 rodízios reforçados e freio transversal, assegurando total estabilidade e mobilidade. Todas as funções do aparelho devem ser controladas através de comando digital com teclado de membranas a uma distância de 5 metros, e que permita selecionar o tempo de exposição em centésimos de segundos, para assim evitar exposições desnecessárias de radiação. Dispositivo de segurança que bloqueie disparos acidentais, consecutivos e superaquecimento do equipamento.
Braços e pés com cantos arredondados, estabilidade e equilíbrio quando os braços estiverem esticados em linha reta horizontal. Potência 70 kvp e 1,2 KVA; Monofásico; Corrente alternada; Voltagem 220 volts 60 Hz; Proteção com fusíveis de ação rápida; Amperagem do cabeçote 8mA; Sistema de dupla colimação que evite formação de raios secundários Câmara de expansão dimensionada que evite totalmente o risco de explosão; Indicadores de alta e baixa tensão; Modelo tubo Toshiba ou Kailong; Classificação conforme norma NBR IEC 60601-1. | UN | 2 | PROCION/YON70 | R\$ 4.712,50 | R\$ 9.425,00 |
| | | | | | TOTAL | R\$ 9.983,25 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os equipamentos/instrumentais deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Unidades Básicas de Saúde, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição dos objetos registrados neste instrumento serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

- I - executar o fornecimento do objeto dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;
- II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;
- III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;
- IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;
- V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;
- VI - a falta de quaisquer dos equipamentos/materiais e ou instrumentais cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.
- VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;
- VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;
- IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;
- X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;
- XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;
- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues equipamentos/instrumentais;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedora, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

VENA VITA CONSULTORIA COM. EIRELI - EPP.

ALINE INÊS PONTIN

Contratado

T E S T E M U N H A S

Nome Completo:

CPF nº.:

Nome Completo:

CPF nº.:

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 048/2017-FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 48/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE FILMES PARA APARELHO DE RAIOS X.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa IBF INDÚSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A, estabelecida à Rua Doutor Sabino Arias nº187, na cidade de Duque de Caxias, Estado do Rio de Janeiro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 33.255.787/0001-91, telefone (48) 3241-8931, e-mail: rx_sc@ibf-mail.com.br, representada, neste ato pelo Sr. Dirceu Amauri Kobs, CPF sob o nº 554.441.999-04, representante legal, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 15/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de filmes para Raios-X para serem utilizados em exames radiológicos, realizados na unidade de Saúde do Pronto Atendimento do Município de Penha/SC conforme solicitação nº 353/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

- 1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.
- 1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

| Item | Especificação | Marca | Quantidade | Unid. | CUSTO R\$ | |
|------|------------------------------------|-------|------------|-------|-----------|-----------|
| | | | | | Unitário | Global |
| 01 | Filme p/raio-X (13x18cm c/100 fls) | IBF | 30 | cx | 56,00 | 1.680,00 |
| 02 | Filme p/raio-X (18x24cm c/100 fls) | IBF | 80 | cx | 97,00 | 7.760,00 |
| 03 | Filme p/raio-X (24x30cm c/100 fls) | IBF | 80 | cx | 161,00 | 12.880,00 |
| 04 | Filme p/raio-X 30x40cm c/100 fls) | IBF | 80 | cx | 269,90 | 21.592,00 |
| 05 | Filme p/raio-X 35x35cm c/100 fls) | IBF | 30 | cx | 289,00 | 8.670,00 |
| 06 | Filme p/raio-X 35x43cm c/100 fls) | IBF | 80 | cx | 343,00 | 27.440,00 |
| | | | TOTAL | | | 80.022,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Pronto Atendimento 24 horas, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição dos materiais/produtos, registrados neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX- fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI – substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

- XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- XIII – não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

- I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposos, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;
- II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;
- III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.
- IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.
- 7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

- I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;
- II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;
- III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;
- IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.
- V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.
- 8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente Autorização de Fornecedor, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.
- 9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.
- 9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.
- 9.2. Para cada Autorização de Fornecedor, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.
- 9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;
- 9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.
- 10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.
- 10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.
- 10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:
- a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;
- b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;
- c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;
- d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.
- 11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.
- 11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.
- 11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

- 11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.
- 11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

- Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.
- Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

- Advertência;
- Multa;
- Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;
- Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

- se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;
- se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou parafiscais;
- se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE
Gestora do Fundo Municipal de Saúde
Contratante

IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FILMES S/A
DIRCEU AMAURI KOBS
Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome:
C.P.F. nº

Nome:
C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO
Secretário de Administração
De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO
Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723
Portaria nº 01/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 049/2017-FMS

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 020/2017 - FMS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/2017 - FMS

Sistema de Registro de Preços

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 49/2017

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS COM EFEITO JURÍDICO DE DOCUMENTO DE AJUSTE CONTRATUAL, CUJO OBJETO CONSTITUI EXPECTATIVA DE FORNECIMENTO PELA CONTRATADA, AO CONTRATANTE DE REVELADOR E FIXADOR PARA APARELHO DE RAIOS X.

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA-SC, através do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Antônio Joaquim Tavares, nº 46, inscrita no CNPJ sob nº 10.479.670/0001-96, neste ato representado pela sua Gestora, Sra. ELISAMA DE FREITAS SCHULLE, brasileira, casada, inscrita no CPF sob nº 924.595.609-15, portadora do RG 3050371, residente e domiciliada à Rua Duque de Caxias, nº. 77, Centro, Penha/SC, doravante denominada CONTRATANTE e a Empresa TOTAL HEALTH DISTRIBUIDORA DE MATERIAIS PARA USO MÉDICO EIRELLI - EPP, estabelecida à Rua Bento Gonçalves, nº. 399, na cidade de Paulo Bento, Estado do Rio Grande do Sul, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.069.550/0001-46, telefone (54) 3712-4485, e-mail: th.hospitalar@hotmail.com, representada, neste ato pelo Sr. Régis Luan Cardoso de Souza, CPF sob o nº. 018.117.790-00, empresário, doravante denominados "FORNECEDORA" ou "BENEFICIÁRIA DO REGISTRO DE PREÇO", firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇO(S), conforme decisão exarada no Processo Licitatório referente ao Pregão Presencial nº 15/2017-FMS para Registro de Preços, de acordo com as especificações contidas no Anexo I, conforme as Leis nº. 10.520/2002 e 8.666/93 e suas alterações, Decreto Municipal nº 56/1999, e em conformidade com as disposições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1. Este instrumento tem por objeto o Registro de Preços para futura aquisição de revelador e fixador para Raio-X para serem utilizados em exames radiológicos, realizados na unidade de Saúde do Pronto Atendimento do Município de Penha/SC conforme solicitação nº 353/2017 da Secretaria de Saúde, anexa ao Processo, não obrigando ao ORGÃO a firmar contratações nas quantidades estimadas, em conformidade com o Decreto Municipal nº 056/1999, podendo ocorrer licitações específicas para aquisição do objeto, obedecida a legislação pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade de condições.

1.1. Os materiais/produtos com os valores registrados encontram-se em documentação anexa ao Processo Licitatório.

1.2. Os materiais/produtos deverão ser entregues de acordo com as especificações técnicas exigidas, sendo que, por ocasião da entrega não atenderem às referidas especificações poderão ser devolvidos, desde que a reclamação esteja devidamente documentada pela unidade recebedora onde o pagamento será suspenso até regularização de forma integral, cujo prazo de reposição será de 48 (quarenta e oito) horas, podendo ser renovado a critério da Administração.

| Item | Especificação | Marca | Quantidade | Unid. | CUSTO R\$ | |
|------|---|-------|------------|-------|-----------|-----------|
| | | | | | Unitário | Global |
| 07 | Fixador de Raio-X p/38 litros – Marca DPC Brasil | | 50 | Un | 111,00 | 5.550,00 |
| 08 | Revelador de Raio-X p/38 litros– Marca DPC Brasil | | 50 | Un | 244,50 | 12.225,00 |
| | | | TOTAL | | | 17.775,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

2. A presente Ata terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de sua publicação.

2.1. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA GERÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

3. O gerenciamento deste instrumento caberá ao Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração.

CLÁUSULA QUARTA – DO(S) LOCAL (IS) E PRAZO(S) DE ATENDIMENTO.

4. Os materiais/produtos deverão ser entregues na Secretaria de Saúde ou Pronto Atendimento 24 horas, nas quantidades e locais indicados na Autorização de Fornecimento no prazo de até 10 (dez) dias, dentro do horário de expediente, conforme solicitação.

CLÁUSULA QUINTA – DAS CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO.

5. A(s) empresa(s) detentora(s) do(s) preço(s) registrado(s) poderá(ão) ser convidada(s) a firmar contratações de fornecimento, observadas as condições fixadas neste instrumento, e seus Anexos, e na legislação pertinente.

5.1. A aquisição dos materiais/produtos, registrados neste instrumento, serão efetuadas através Autorização de Fornecimento emitida pelo

Departamento de Compras, Licitações e Contratos, contendo o nº do Processo/Ata, o nome da empresa, o endereço, e o objeto com sua especificação.

5.2. A Autorização de Fornecimento será encaminhada ao fornecedor que deverá confirmar o recebimento.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

6. Como condição para emissão da Autorização de Fornecimento e/ou assinatura de contrato, o fornecedor deverá estar com a documentação obrigatória válida e quando solicitado apresentar:

- a) Certidão Negativa de Débito dos Tributos Federais, Estaduais e Municipais;
- b) Certidão Negativa de Débito do FGTS e INSS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

6.1. São obrigações do fornecedor, além das demais previstas nesta Ata e no Edital:

I - executar o fornecimento dos materiais/produtos dentro dos padrões estabelecidos pelo MUNICÍPIO, de acordo com o especificado nesta Ata e no Anexo I – Termo de Referência anexo ao Processo, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento de qualquer cláusula ou condição aqui estabelecida;

II - cumprir a data da entrega, não sendo aceitos os materiais/produtos que estiverem em desacordo com as especificações constantes deste instrumento, nem quaisquer pleitos de faturamentos extraordinários sob o pretexto de perfeito funcionamento e conclusão do objeto contratado;

III - prestar os esclarecimentos que forem solicitados pelo MUNICÍPIO, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência ao MUNICÍPIO, imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução da ATA;

IV - dispor-se a toda e qualquer fiscalização do MUNICÍPIO, no tocante ao fornecimento e qualidade do material/produto, assim como ao cumprimento das obrigações previstas nesta ATA;

V - prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

VI - a falta dos materiais/produtos, cujo fornecimento incumbe ao detentor do preço registrado, não poderá ser alegada como motivo de força maior para o atraso, má execução ou inexecução do fornecimento, objeto desta ATA, e não a eximirá das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas, salvo casos devidamente justificados.

VII - comunicar imediatamente o MUNICÍPIO qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros julgáveis necessários para recebimento de correspondência;

VIII - respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

IX - fiscalizar o perfeito cumprimento do fornecimento a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida pelo MUNICÍPIO;

X - indenizar terceiros e/ou o MUNICÍPIO, mesmo em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, por quaisquer danos ou prejuízos causados, devendo o fornecedor adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

XI - substituir em qualquer tempo e sem qualquer ônus toda ou parte do serviço executado pela mesma, no prazo de até 48 (quarenta e oito) horas, caso constatadas divergências nas especificações;

XII - manter durante a execução do contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

XIII - não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação, sem prévia anuência da Administração;

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES DO FORNECEDOR

7. São responsabilidades do Fornecedor Contratado:

I - todo e qualquer dano que causar ao poder Público ou a terceiros, ainda que culposo, praticado por seus prepostos, empregados ou mandatário, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo MUNICÍPIO;

II - todo e qualquer tipo de autuação ou ação que venha a sofrer em decorrência do fornecimento em questão, bem como pelos contratos de trabalho de seus empregados, mesmo nos casos que envolvam eventuais decisões judiciais, eximindo o Município de qualquer solidariedade ou responsabilidade;

III - toda e quaisquer multas, indenizações ou despesas impostas ao MUNICÍPIO por autoridade competente, em decorrência do descumprimento de lei ou de regulamento a ser observado na execução da Ata, desde que devidas e pagas, as quais serão reembolsadas ao MUNICÍPIO, que ficará, de pleno direito, autorizada a descontar, de qualquer pagamento devido ao fornecedor, o valor correspondente.

IV - toda e qualquer despesa tais como embalagens, materiais, seguros e transporte decorrentes do fornecimento do objeto.

7.1. O FORNECEDOR autoriza o Poder Executivo Municipal, a descontar o valor correspondente aos referidos danos ou prejuízos diretamente das faturas pertinentes aos pagamentos que lhe forem devidos, independentemente de qualquer procedimento judicial ou extrajudicial, assegurada a prévia defesa.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

8. O MUNICÍPIO de PENHA obriga-se a:

I - indicar os locais e horários em que deverão ser entregues os materiais/produtos;

II - permitir ao pessoal do fornecedor, acesso ao local da entrega desde que observadas as normas de segurança;

III - notificar o fornecedor de qualquer irregularidade encontrada no fornecimento do objeto;

IV - fiscalizar o fornecimento do objeto, o qual ficará sob responsabilidade do responsável da Secretaria de Saúde. Se, por qualquer razão, a CONTRATADA não acatar qualquer laudo ou parecer da Secretaria responsável pela fiscalização, poderá promover ou realizar, as suas expensas, perícia técnica relativa a discordância.

V - efetuar os pagamentos devidos, nas condições estabelecidas nesta Ata.

8.1. Caberá ao MUNICÍPIO promover pesquisa de mercado, de forma a comprovar que os preços registrados permanecem compatíveis com os praticados no mercado.

CLÁUSULA NONA – DO PAGAMENTO

9. O MUNICÍPIO efetuará o pagamento ao FORNECEDOR em moeda corrente nacional através de depósito em agência da rede bancária, em até 30 (trinta) dias contados a partir da data da apresentação da nota fiscal eletrônica discriminada acompanhada da correspondente

Autorização de Fornecimento, com o respectivo comprovante e relatório, de que o fornecimento foi realizado a contento.

9.1. Caso constatada alguma irregularidade nas notas fiscais, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, contando-se o prazo para pagamento da data da sua reapresentação.

9.1.a. A nota fiscal eletrônica deverá ser entregue acompanhada da Certidão Negativa Federal conjunta com o INSS, Estadual, Municipal e FGTS.

9.2. Para cada Autorização de Fornecimento, o fornecedor deverá emitir uma única nota fiscal.

9.3. Por ocasião do pagamento, será efetuada consulta da situação do Fornecedor junto ao Cadastro Municipal de Fornecedores, para verificação de todas as condições de habilitação da Empresa;

9.4. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do fornecimento.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS.

10. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento, desde que devidamente comprovado pelo IGP – DI PUBLICADO PELA FGV – Fundação Getúlio Vargas ou outro indicador que vier substituir legalmente.

10.1. Os preços registrados que sofrerem revisão não ultrapassarão os preços praticados no mercado nem mesmo ir de encontro às determinações insertas nas Leis Federais nºs 9.069/95 e 10.192/2001, instituindo o Plano Real e suas medidas complementares, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

10.2. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, o MUNICÍPIO solicitará a Fornecedor, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo.

10.3. Serão considerados compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo MUNICÍPIO de PENHA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

11. A Ata de Registro de Preços poderá ser alterada, cancelada ou suspensa nos seguintes casos:

a) Na ocorrência das situações previstas no Decreto Municipal nº 056/1999;

b) Quando o Fornecedor der causa a rescisão administrativa da Nota de Empenho decorrente deste Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) Os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

d) Por razões de interesse público, devidamente demonstrados e justificados.

11.1. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência com aviso de recebimento, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

11.2. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

11.3. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pelo MUNICÍPIO, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

11.4. Havendo o cancelamento do preço registrado, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas ao fornecimento do ITEM.

11.5. Caso o MUNICÍPIO não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS INCIDÊNCIAS FISCAIS, ENCARGOS, SEGUROS, ETC.

12. Correrão por conta exclusivas do FORNECEDOR:

a) Todos os impostos e taxas que forem devidos em decorrência das contratações do objeto deste Edital.

b) Seguro de seus empregados contra riscos de acidentes de trabalho, bem como todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, para execução do serviço/fornecimento do objeto, cuja inadimplência não transfere responsabilidade ao MUNICÍPIO.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13. Pelo não cumprimento das obrigações assumidas, garantida a prévia defesa em processo regular, o FORNECEDOR ficará sujeito às seguintes penalidades, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis:

a) Advertência;

b) Multa;

c) Suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública, por período não superior a 5 (cinco) anos;

d) Declaração de inidoneidade.

13.1. A penalidade de advertência será aplicada em caso de faltas ou descumprimento de cláusulas contratuais que não causem prejuízo ao MUNICÍPIO e será lançada no Cadastro de Fornecedores do Município.

13.2. O FORNECEDOR sujeitar-se-á à multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da respectiva fatura, por dia de atraso, a partir do 1º (primeiro) dia de atraso, considerando o prazo estabelecido para entrega do produto.

13.3. No caso de atraso na entrega do produto por mais de 15 (quinze) dias, poderá o MUNICÍPIO, a partir do 16º (décimo sexto) dia, a seu exclusivo critério, rescindir a ATA, ficando o fornecedor impedido de licitar com a Administração Pública por um prazo de 02 (dois) anos.

13.4. A penalidade de suspensão temporária para licitar e contratar com a Administração Pública pelo prazo de 02 (dois) anos, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e poderá ser aplicada em casos de reincidência em descumprimento de prazo contratual ou ainda descumprimento ou parcial cumprimento de obrigação contratual, mesmo que desses fatos não resultem prejuízos.

13.5. A penalidade de declaração de inidoneidade poderá ser proposta:

a) se o FORNECEDOR descumprir ou cumprir parcialmente obrigação contratual, desde que desses fatos resultem prejuízos ao MUNICÍPIO;

b) se o FORNECEDOR sofrer condenação definitiva por prática de fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos, ou deixar de cumprir suas obrigações fiscais ou para fiscais;

c) se o FORNECEDOR tiver praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação.

13.6. As sanções previstas nos incisos I, III e IV do art. 87 da Lei 8.666/93, poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II da Cláusula

Décima Terceira.

13.7. A penalidade de declaração de inidoneidade, aplicada pela competente autoridade ministerial, após a instrução do pertinente processo no qual fica assegurada a ampla defesa do FORNECEDOR, será lançada no Cadastro Municipal de Fornecedores e Publicado no Diário Oficial, implicando a inativação do cadastro, impossibilitando o fornecedor ou interessado de relacionar-se com a Administração Federal e demais órgãos/entidades integrantes do Cadastro Municipal.

13.8. A falta do objeto não poderá ser alegada como motivo de força maior e não eximirá ao FORNECEDOR das penalidades a que está sujeita pelo não cumprimento das obrigações estabelecidas nesta ATA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS ILÍCITOS PENAIIS

14. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 e alterações serão objeto de processo judicial na forma legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

15. As despesas pertinentes ao objeto da presente Ata correrão por conta de dotações orçamentárias pertencentes ao orçamento do exercício do Fundo Municipal de Saúde de Penha.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

16. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:

I - Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de termo aditivo a presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DO FORO

17. As partes elegem o foro da Comarca de Balneário Piçarras, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento.

E por estarem de acordo, as partes firmam a presente ATA, em 03 (três) vias de igual teor e forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na Secretaria de Administração, na forma do art. 60 da Lei 8.666/93.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.

ELISAMA DE FREITAS SCHULLE

Gestora do Fundo Municipal de Saúde

Contratante

TOTAL HEALTH DIST. DE

MAT. USO MÉD. EIRELLI

Régis Luan Cardoso de Souza

Contratada

T E S T E M U N H A S

Nome:

Nome:

C.P.F. nº

C.P.F.

A presente Ata encontra-se registrada e arquivada na Secretaria de Administração, bem como publicada no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

De acordo:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Jurídico - OAB/SC: 13723

Portaria nº 01/2017

CONTRATO Nº 096/2017-PMP

TERMO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO FIRMADO ENTRE O MUNICÍPIO DE PENHA E A EMPRESA ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME PARA FORNECIMENTO DE LAJOTA RETANGULAR DE CONCRETO PARA SER UTILIZADO NAS RUAS DO MUNICÍPIO DE PENHA/SC.

CONTRATO Nº. 96/2017-PMP

Pelo presente instrumento, o MUNICÍPIO DE PENHA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 83.102.327/0001-00, neste ato representada pelo Prefeito, Senhor AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 006.862.859-56, doravante denominada CONTRATANTE, e a Empresa ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME, com sede na cidade de Gaspar/SC, na Rodovia Br-470, Km 35, nº2.000, no Bairro Margem Esquerda, no CEP 89.110-000, telefone (47) – 3332-1161, inscrita no CNPJ nº 72.567.076/0001-04. Banco Caixa Econômica Federal, Agência nº 1073-OP-003, Conta Corrente nº 1619-0, neste ato representada pelo Senhor Sr. Gian Carlos Alves, CPF sob o nº 721.627.759-72, Sócio-Administrador, ajustam entre si o presente termo, derivado de conversão da Ata de Registro de Preços 35/2016/PMP, de acordo com Parecer Jurídico 239/2017/PGM (documento anexo ao Contrato), mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E DO FORNECIMENTO

1 - O objeto do presente contrato é a aquisição de lajota retangular de concreto para ser utilizado nas ruas do município de Penha/SC, conforme Processo Administrativo 41/2016-PMP – Pregão Presencial nº 26/2016-*PMP.

| ITEM | ESPECIFICAÇÃO | UN | QUANT
(SALDO) | PREVISÃO DE CUSTO R\$ | |
|------|---|----|------------------|-----------------------|---------------|
| | | | | UNIT. | GLOBAL |
| 01 | lajota retangular 25x15x08CM - em concreto com fck não inferior a 35 MPa, conforme a NBR 9781 | M² | 360 | 32,25 | R\$ 11.610,00 |

1.2 - O fornecimento do item 1 (um), correspondente ao valor de R\$ 11.610,00 (onze mil seiscentos e dez reais), saldo da Ata de Registro de Preços, que compõe o objeto do presente, deverá ser realizado pela CONTRATADA, conforme solicitação da Secretaria de Serviços Urbanos, após contato através de telefone, e-mail ou fax, em um prazo de até 05 (cinco) dias, após recebimento de Autorização de Fornecimento emitida pelo Departamento de Compras, Licitações e Contratos.

1.3 O fornecimento ora contratado terá início contado a partir desta data e deverão ser executados de acordo com as solicitações da Secretaria de Serviços Urbanos, até sua totalidade durante o prazo de vigência do presente contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

2 - O presente contrato terá vigência até 31 de dezembro de 2017, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado conforme solicitação por escrito da Secretaria de Serviços Urbanos.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR DO CONTRATO

3 - O valor (saldo da Ata de Registro de Preços) total do presente contrato para o período da contratação será de R\$ 11.610,00 (onze mil seiscentos e dez reais), conforme descrição e quantidades constantes na Cláusula Primeira, correndo por conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 12 - Secretaria de Serviços Urbanos

Unidade: 03 - Departamento Operacional

Funcional: 15.451.0013.2.040 - Funcionamento e manutenção do Departamento Operacional

Elemento: 3.3.90.00.00.00.00.0000 - Aplicações Diretas (131)

CLÁUSULA QUARTA – DA FORMA DE PAGAMENTO

4.1 - O pagamento será efetuado através de depósito na conta corrente da CONTRATADA, em até 30 (trinta) dias da emissão da Nota Fiscal eletrônica, correspondente as quantias solicitadas, que estará submetida à aprovação do servidor encarregado do recebimento e, observado o cumprimento integral das disposições contidas neste Contrato e no Edital do Pregão Presencial nº 26/2016 - PMP.

4.1.1 - E recaindo o dia de pagamento no sábado, domingo ou feriado, o pagamento será efetuado no primeiro dia útil subsequente ao mesmo.

4.1.2 - O pagamento será efetuado diretamente à CONTRATADA (pessoa jurídica), através de seu representante legal, proposto ou procurador, previamente credenciado pela contratada, perante a Administração Pública Municipal.

4.2 - Todos os produtos fornecidos deverão atender a todas as características estabelecidas no Edital.

4.3 - Uma vez estando comprovada a adequação do objeto nos termos contratuais, confirmando-se a entrega dos produtos, serão recebidos, definitivamente, mediante assinatura do responsável, na Nota Fiscal.

4.4 - Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade fiscal.

4.5 - A contratada deverá informar os dados necessários para os depósitos bancários.

CLÁUSULA QUINTA – DAS RESPONSABILIDADES

5.1 - A CONTRATADA é responsável, direta e exclusivamente, pela execução deste Contrato e, conseqüentemente, responde, civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele, venha, direta ou indiretamente, a provocar ou causar para o MUNICÍPIO ou para terceiros, independentemente da fiscalização exercida pelo MUNICÍPIO.

5.2 - A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato, nos termos do artigo 71 da lei 8.666/93.

5.3 - As contribuições sociais e os danos contra terceiros são de responsabilidade da CONTRATADA.

5.4 - A CONTRATADA é responsável também pela qualidade dos serviços fornecidos, cabendo-lhe verificar o atendimento das especificações, não se admitindo, em nenhuma hipótese, a alegação de que terceiros quaisquer, antes da prestação de serviços, tenham adulterado ou fornecido os mesmos fora dos padrões exigidos.

5.5 - A CONTRATADA fica, única e exclusivamente, responsável por todos e quaisquer encargos decorrentes do presente contrato, tais como impostos, taxas, contribuições fiscais e para fiscais, emolumentos, ônus ou encargos de qualquer natureza; enfim, por todas as obrigações e responsabilidades decorrentes da venda/entrega dos serviços, por mais especiais que sejam e mesmo que não expressas no presente contrato, eximindo o Município de Penha de toda e qualquer responsabilidade e/ou obrigação, posto que considerada incluída no cômputo do valor do presente contrato.

5.6 - Fica expressamente vedada a cessão ou qualquer outra forma de transferência do presente contrato e das obrigações dele decorrentes, mesmo que parcialmente, considerando-se, o presente, de caráter personalíssimo.

5.7 – É imprescindível que o proponente contratado disponibilize todos os serviços, e efetue a entrega dos serviços solicitados no prazo estipulado, sendo de inteira responsabilidade do proponente a qualidade dos produtos apresentados, a manipulação dos produtos que deverão estar de acordo com a legislação vigente.

CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO

6 - São obrigações do MUNICÍPIO:

- fiscalizar e controlar a qualidade/quantidade dos produtos e/ou prestação de serviços entregues e/ou realizados;
- efetuar o pagamento dos produtos e/ou prestação de serviços, na época de sua exigibilidade.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

7.1 - Constituem obrigações da CONTRATADA:

- Providenciar, no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, o saneamento de qualquer irregularidade;

7.2 - Quanto à responsabilidade e garantia dos produtos entregues observar-se-á o seguinte:

7.3 - Ocorrendo devolução do produto, a Contratada será comunicada e deverá no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da comunicação, providenciar a devida reposição, sem qualquer ônus para a CONTRATANTE;

7.4 - A CONTRATADA ficará sujeita a aplicação de multa prevista no edital, se o produto tiver que ser repostado mais de três vezes pelo mesmo motivo, em período contratual.

7.5 - A CONTRATADA deverá reparar, corrigir, remover, substituir, desfazer e/ou refazer, prioritariamente e exclusivamente por sua conta e risco, no total ou em parte e dentro de um prazo não maior que o original, os objetos entregues com vícios, defeitos, incorreções, erros, falhas, imperfeições ou recusados pelo Fiscal do Contrato, decorrente de culpa da EMPRESA CONTRATADA, inclusive por emprego de mão de obra, acessórios ou serviços impróprios ou de qualidade inferior, sem que tal fato possa ser invocado para justificar qualquer cobrança adicional, a qualquer título, mesmo nas aquisições e serviços recebidos pela CONTRATADA, mas cujas irregularidades venham a surgir quando da aceitação e/ou dentro do prazo de garantia.

7.6 - A CONTRATADA é responsável por todo e qualquer dano ou prejuízo causado por ela, seus empregados, representantes ou prepostos, direta ou indiretamente, à CONTRANTE, ou à livre iniciativa, inclusive os decorrentes de serviços prestados ou fornecidos com vícios ou defeitos, durante os prazos de validade das garantias, mesmo após do vencimento do Contrato.

7.7- Quanto à fiscalização do contrato deverá ser observado o que se segue:

7.7.1 - Os produtos entregues serão fiscalizados pela CONTRATANTE, que verificará o exato cumprimento das cláusulas e condições do Contrato, a qualidade, conforme prevê o art.67 da Lei nº. 8.666/93 atestará as faturas apresentadas pela CONTRATADA e fará anotações e registros de todas as ocorrências, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

7.7.2 - Será fornecido ao Fiscal do Contrato, sempre que solicitado, todo o material e documentação técnica necessária para a perfeita administração e acompanhamento do Contrato, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis após a solicitação formal.

7.7.3 - Será iniciada, após o recebimento da autorização, a entrega dos produtos solicitados, informando-se, em tempo hábil, qualquer motivo impeditivo ou que a impossibilite de assumir as atividades conforme o estabelecido.

7.7.4 - Deverão ser respondidas com presteza todas as reclamações e feitos todos os esclarecimentos solicitados pelo Fiscal do Contrato.

7.7.5 - Deverão ser mantidas durante a vigência do Contrato e suas possíveis prorrogações as mesmas condições de habilitação para contratar com a Administração Pública exigidas na licitação, apresentando-se sempre que exigido os comprovantes de regularidade fiscal.

7.7.6 - O não atendimento às demandas formalizadas pelo fiscal do contrato implicará em advertência, e, caso não atendidas a contento, poderá ser solicitado ao Departamento de Compras e Licitações, que inicie processo administrativo para aplicação de multas e, dependendo do caso, rescinda o contrato firmado entre a CONTRATANTE e a empresa CONTRATADA.

7.7.7 - A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, de acordo com os Parágrafos Primeiro e Segundo do Artigo 65 da Lei nº 8.666/93.

7.7.8 - Observado qualquer tipo de não atendimento das especificações da prestação dos serviços exigidos no contrato, a Empresa deverá substituí-los sem qualquer ônus para o Município.

7.7.9 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer os produtos com ótimo padrão de qualidade, conforme as normas instituídas pelos órgãos de inspeção e as constantes neste Edital.

CLÁUSULA OITAVA - DA GARANTIA TÉCNICA E REPARAÇÕES

8.1 - Após o recebimento do objeto contratual, por parte do MUNICÍPIO, a empresa CONTRATADA ficará, ainda, responsável pelo prazo de 60 (sessenta) dias, contados da data da nota fiscal, por quaisquer defeitos, ainda que resultantes dos materiais empregados, quer sejam eles de natureza técnica ou operacional, obrigando-se, às suas expensas, a reparações e/ou substituições que se fizerem necessárias para o perfeito cumprimento do contratado.

8.2 - Se a CONTRATADA não executar os reparos e/ou substituições, nos prazos que lhe forem determinados pelo MUNICÍPIO, esta, se assim lhe convier, poderá mandar executá-los por conta e risco daquela, por outras empresas, cobrando-lhe os respectivos custos.

CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1 - A não entrega dos serviços no prazo assinalado, importará na aplicação à CONTRATADA de multa diária na ordem de 0,5% (meio por cento) sobre o valor total do Contrato.

9.2 - À CONTRATADA, se recusar a fornecer os serviços ao MUNICÍPIO dentro do prazo de validade da proposta, será aplicada multa de 20% (vinte por cento) do(s) valor total da Ata e ou contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

9.3 - Confiada a contratação à proponente vencedora e não satisfeitas as exigências técnicas e/ou comerciais dos compromissos assumidos, será aplicada a multa de 20% (vinte por cento) do valor total da Ata e ou Contrato, bem como a aplicação das penalidades previstas no artigo 87 da lei 8.666/93.

9.4 - A inexecução parcial ou total da Ata e ou Contrato importará à CONTRATADA as penalidades previstas no artigo 87 da 8.666/93, bem como a multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor da Ata e ou Contrato.

9.5 - À CONTRATADA será aplicada a multa de 20% do valor total da Ata e ou contrato no caso de descumprimento de qualquer outra obrigação à ela imposta no presente ajuste.

9.6 - Será propiciada ampla defesa à CONTRATADA, antes da imposição das penalidades elencadas nesta Ata e ou Contrato.

9.7 - As eventuais multas aplicadas por força do disposto nos sub itens precedentes não terão caráter compensatório, mas simplesmente moratório e, portanto, não eximem a CONTRATADA da reparação de possíveis danos, perdas ou prejuízos que os seus atos venham a acarretar, nem impedem a declaração da rescisão do pacto em apreço.

9.8 - Os valores pertinentes às multas aplicadas serão descontados dos créditos a que a CONTRATADA tiver direito, ou cobrados judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1 - A inexecução total ou parcial deste, além de ocasionar a aplicação das penalidades anteriormente enunciadas, ensejará também a sua rescisão, desde que ocorram quaisquer dos motivos enumerados no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

10.2 - A rescisão do Contrato poderá se dar sob quaisquer das formas delineadas no art. 79 da Lei nº 8.666/93.

10.3 - Se a rescisão da avença se der por qualquer das causas previstas nos incisos I a XI e XVIII do art. 78 da Lei nº 8.666/93, a CONTRATADA sujeitar-se-á, ainda, ao pagamento de multa equivalente a 20% (vinte por cento) do valor do Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

11 - A alteração de qualquer das disposições estabelecidas neste Contrato reputar-se-á válida se tomada nos termos da lei e expressamente em Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

12 - O extrato do presente Contrato e de seus aditivos, se ocorrerem, serão publicados no órgão oficial de divulgação dos atos das partes contratantes, como condição indispensável à sua eficácia, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.1 - A CONTRATADA assume integral responsabilidade pelos danos que causar ao MUNICÍPIO ou a terceiros, por si ou seus sucessores e representantes, na execução do contrato, isentando o município de toda e qualquer reclamação que possa surgir em decorrência do mesmo.

13.2 - Compete ao Município de Penha a gestão do presente contrato.

13.3 - Aplicar-se-á, subsidiariamente, ao presente contrato, o disposto no Edital de Licitação e seus Anexos.

13.4 - Aplicam-se a este Contrato as disposições das Leis nº 10.520/2002, 8.666/1993, Decreto Municipal nº 56/1999 e Decreto Federal nº 7892/2013 e suas posteriores modificações, que regulamentam as licitações e contratações promovidas pela Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA TOLERÂNCIA

14 - Se qualquer das partes contratantes, em benefício da outra, permitir, mesmo por omissões, a inobservância, no todo ou em parte, de qualquer dos itens e condições deste Contrato e/ou de seus Anexos, tal fato não poderá liberar, desonerar ou, de qualquer forma, afetar ou prejudicar esses mesmos itens e condições, os quais permanecerão inalterados, como se nenhuma tolerância houvesse ocorrido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

15 - Fica eleito o foro da Comarca de Balneário Piçarras, Estado de Santa Catarina, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir questões oriundas do presente contrato que não puderem ser resolvidas pelas partes.

E, por estarem justas e contratadas, lavra-se o presente termo de Contrato, em 3 (três) vias de igual teor e forma, para que produza os devidos efeitos, assinado na presença das testemunhas abaixo nomeadas, obrigando-se ao fiel cumprimento de suas obrigações.

Penha/SC, 31 de julho de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATANTE

ARTEFATOS DE CIMENTO GASPAR LTDA ME

GIAN CARLOS ALVES

CONTRATADA

O presente Contrato encontra-se registrado e arquivado na Secretaria Municipal de Administração, bem como publicado no Diário Oficial dos Municípios.

DIEGO LUIS MATIELLO

Secretário de Administração

TESTEMUNHAS:

Nome: _____

CPF: _____

Nome: _____

CPF: _____

DE ACORDO:

JANILTO DOMINGOS RAULINO

Procurador Geral

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2017-PMP

MUNICÍPIO DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2017-PMP

Objeto: O objeto da presente chamada pública consiste na aquisição de Gêneros Alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural, destinados a atender os alunos matriculados nas Unidades Escolares de Ensino Fundamental e Centros de Educação Infantil da Rede Municipal de Penha/SC para o ano letivo de 2017/2018, conforme quantidades e cronograma de entrega anexo ao presente edital.

Entrega dos Envelopes: 18/09/2017 até as 13h45min no Departamento de Compras, Licitações e Contratos da Secretaria de Administração, situado a Avenida Nereu Ramos, 190, Centro, Penha/SC.

Abertura do Processo: 18/09/2017 às 14 horas no Paço da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 190, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maurílio Pedro Leite – Presidente da CPL.

O inteiro teor deste Edital e de seus anexos encontra-se à disposição dos interessados na sede da Prefeitura Municipal de Penha, e no site www.penha.sc.gov.br. Demais informações poderão ser obtidas na Secretaria da Administração, à Av. Nereu Ramos, 08, Centro – Penha/SC, ou através do fone (47) 3345-0200 Ramal 215. Horário de atendimento: das 08 as 12h e das 13:30 as 17:30h.

Penha/SC, 24 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 840/2017

PORTARIA N.º 840/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:
Art. 1º - Fica designada a funcionária efetiva OLINDA RODRIGUES DA SILVA SANTOS, matrícula 8712, ocupante do cargo de Assistente Social, para responder por atribuição específica – responsável pela coordenação do CREAS, recebendo um adicional de função no percentual de 60% (sessenta por cento) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 16 de Agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos dezesseis dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 841/2017

PORTARIA N.º 841/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o contrato nº 101/2017, onde era contratado a Sra. LIGIA MARA EVARISTO, na função de Professor III, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 842/2017

PORTARIA N.º 842/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - RESCINDIR, a pedido, o contrato nº 490/2017, onde era contratado a Sra. ANELIZE AGOSTINHO, na função de Professora não habilitada, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 843/2017

PORTARIA N.º 843/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 30 horas semanais, da Sra. VANESSA MARIA TEODOROVITZ BONA, conforme o Termo Aditivo nº 569/2017 ao Contrato nº 212/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 844/2017

PORTARIA N.º 844/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. MILENA HELOISA PEREIRA, para exercer a função de Estagiária, no período de 23/08/2017 a 22/08/2018, de acordo com o Termo de Compromisso de Estágio nº 10/2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 845/2017

PORTARIA N.º 845/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - O Art. 1º da Portaria nº 748/2017, do dia 28 de julho de 2017, passa a ter a seguinte redação:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. SOLANGE APARECIDA CAETANO EVERS, para exercer a função de Professora Não Habilitada - Educação Infantil, no período de 31/07/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 536/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 846/2017

PORTARIA N.º 846/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a" da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica designada a funcionária efetiva ROVENA ROSA, matrícula 4498, ocupante do cargo Fiscal de Obras, para responder por atribuição específica – Responsável pelos requisitos e procedimentos referente às informações para o atendimento das exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 12.527/2011 que trata da Lei de Acesso à Informação - LAI, - percebendo um adicional de função no percentual de 30% (trinta) sobre seu vencimento (salário base + triênio + abono) nos termos do art. 62 da Lei Complementar nº 01/05, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de Agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 847/2017

PORTARIA N.º 847/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. ISABEL CRISTINA FORSTER, para exercer a função de Professora não habilitada, no período de 18/08/2017 a 04/12/2017, de acordo com o Contrato nº 570/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 17 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezessete dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 848/2017

PORTARIA N.º 848/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. CAROLINE DA COSTA ALVES, para exercer a função de Professora não habilitada, no período de 21/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 571/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 18 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 849/2017

PORTARIA N.º 849/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. ANA PAULA RANGUETTI, para exercer a função de Professora não habilitada, no período de 21/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 572/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 18 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 850/2017

PORTARIA N.º 850/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - ALTERAR, a carga horária de 20 horas para 40 horas semanais, da Sra. MICHELLE DE JESUS PEREIRA, conforme o Termo Aditivo nº 573/2017 ao Contrato nº 137/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 18 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 851/2017

PORTARIA N.º 851/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. APARECIDA MARIA FORSTER, para exercer a função de Professora não habilitada, no período de 21/08/2017 a 15/11/2017, de acordo com o Contrato nº 574/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 18 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 852/2017

PORTARIA N.º 852/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. ALEXANDRA CARLA PAVAN, com efeito a partir de 18/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o 1º Termo Aditivo nº 575/2017 ao Contrato nº 131/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 18 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

SUSANA PERINOTTI DE BORBA

SECRETÁRIA DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 853/2017

PORTARIA N.º 853/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. SUZANA ZIMAR SOUZA, para exercer a função de Professora III, no período de 21/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 576/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 18 de agosto de 2017.

AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA

PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO

SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 854/2017

PORTARIA N.º 854/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, a Sra. CARINA MARIA SEVERINO SOARES, para exercer a função de Professora III, no período de 21/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 577/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 18 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos dezoito dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 855/2017

PORTARIA N.º 855/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal e Lei 2254//2009, RESOLVE:

Art. 1º - PRORROGAR, a contratação temporária (ACT) da Sra. RAFAELA CRISTINA REIS, com efeito a partir de 22/08/2017 a 20/08/2018, de acordo com o Termo Aditivo de Compromisso de Estágio nº 11/2017 ao Termo de Compromisso de Estágio nº 08/2016.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 856/2017

PORTARIA N.º 856/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - EXONERAR o Sr. PAULO ROBERTO DE SOUZA, do cargo em comissão de COORDENADOR DE PESCA, da SECRETARIA MUNICIPAL DE PESCA E AGRICULTURA a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria Nº12/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de Agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 857/2017

PORTARIA N.º 857/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, III, "a", da Lei Orgânica Municipal, e Lei 2254/2009 RESOLVE:

Art. 1º - CONTRATAR, em caráter temporário, o Sr. MARCO AURÉLIO COSTA DA SILVA, para exercer a função de Professora III, no período de 22/08/2017 a 22/12/2017, de acordo com o Contrato nº 578/2017 PMP.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria da Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 858/2017

PORTARIA N.º 858/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89 II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeado o funcionário LEANDRO DE LIMA BORBA, para ocupar o cargo em comissão de SECRETÁRIO DA FAZENDA da SECRETARIA MUNICIPAL DA FAZENDA, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando a Portaria nº208/2017.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 859/2017

PORTARIA N.º 859/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Baixa Portaria nº 390/2017, onde designava a funcionária efetiva MICHELE GOLIN CASAGRANDE COLOSSI, matrícula 8803, ocupante do cargo de Nutricionista, para responder por atribuição específica – responsável pelos requerimentos e solicitações de merenda escolar, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de Agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 860/2017

PORTARIA N.º 860/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. MARCELA SOUZA LIMA, aprovado em Concurso de Emprego Público ESF Edital nº 01/2013, para ocupar o cargo de DENTISTA, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de Agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 861/2017

PORTARIA N.º 861/2017

O Prefeito Municipal de Penha, no uso de suas atribuições e de acordo com o Art. 89, II, "a", da Lei Orgânica Municipal, RESOLVE:

Art. 1º - Fica nomeada a Sra. CAMILA BERNARDT, aprovado em Concurso de Emprego Público ESF Edital nº 01/2013, para ocupar o cargo de DENTISTA, com uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, a contar desta data.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Penha (SC), 21 de Agosto de 2017.
AQUILES JOSÉ SCHNEIDER DA COSTA
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e Publicada a presente Portaria na Secretaria de Administração, aos vinte e um dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezessete.

DIEGO LUIS MATIELLO
SECRETÁRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Peritiba

PREFEITURA

DECRETO 127/2017

DECRETO Nº 127/2016

NOMEIA COMISSÃO PARA AVALIAÇÃO DE ESTÁGIO PROBATÓRIO

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais e de conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Comissão Permanente de Verificação do Estágio Probatório, no Município de Peritiba, os seguintes servidores:

Presidente: Liziane Klein Gaertner

Secretário: Izabel Cristina Bourscheidt ou Adriana Boll

Membro: Dulci Noeli Rauber Bacca

Membro: Liziane Trombetta

Membro: Odinei José Bertotti

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 20/2016 de 08 de Janeiro de 2016.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA - SC, em 08 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado

Em., 08/Agosto/2017.

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

DECRETO 128/2017

DECRETO N.º 128/2017

NOMEIA OS MEMBROS DO CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que a Lei lhe confere N.º 1633/2007 de 08 de maio de 2007, e no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1.º DESIGNAR, para integrar o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento de Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Conselho FUMDEB, do Município de Peritiba, as pessoas abaixo mencionadas, com os respectivos Órgãos e Entidades que representam:

I) Representante do Poder Executivo Municipal, sendo um deles da Secretaria Municipal de Educação:

Titular: Liziane Klein Gaertner

Luana Carolina Schar Dong

Suplente: Regina Inês Brand

Marta Salete Bays

II) Representante dos professores das escolas públicas municipais

Titular: Dulci Dahmer Ferrari

Suplente: Dulci Noeli Rauber Bacca

III) Representante dos servidores técnico-administrativos das escolas públicas municipais:

Titular: Mariluci Sordi Klein

Suplente: Leocir Luis Miozzo

IV) Representantes dos pais de alunos das escolas públicas municipais;

Titulares: Karin Estela Muller Gnoatto

Marcia Rosani Marafon

Suplentes: Clarice Schuck

Marília Simon

V) Representantes dos estudantes da educação básica pública:

Titular: Elaine Hackbarh de Oliveira

Suplente: Joraci Leiria da Silva

Titular: Salete Marta Christ Dahmer

Suplente: Juliana Machado de Marco

VI) Representante do Conselho Municipal de Educação:

Titular: Roselei da Silva Pissaia

Suplente: Jacinta Inês Boll Trentini

VII) Representante do Conselho Tutelar:

Titular: Eulezia Salete Muller

Suplente: Melania Lucia Bourscheidt

VIII) Representantes dos Diretores das Escolas Básicas Públicas:

Titular: Mauro Ferrari

Suplente: Luciana Nilson

Art. 2.º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRE-SE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA – SC., em 08 de Agosto de 2017

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Registrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
08/Agosto/2017

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

LEI 2118/2017

LEI Nº 2118 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE O SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE PERITIBA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte

LEI:

CAPÍTULO I**DAS DEFINIÇÕES E DOS OBJETIVOS**

Art. 1º A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas.

Art. 2º A Política de Assistência Social do Município de Peritiba tem por objetivos:

I - a proteção social, que visa à garantia da vida, à redução de danos e à prevenção da incidência de riscos, especialmente:

a) a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

b) o amparo às crianças e aos adolescentes carentes;

c) a promoção da integração ao mercado de trabalho;

d) a habilitação e reabilitação das pessoas com deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; e

II - a vigilância socioassistencial, que visa a analisar territorialmente a capacidade protetiva das famílias e nela a ocorrência de vulnerabilidades, de ameaças, de vitimizações e danos;

III - a defesa de direitos, que visa a garantir o pleno acesso aos direitos no conjunto das provisões socioassistenciais;

IV - participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle de ações em todos os níveis;

V - primazia da responsabilidade do ente político na condução da Política de Assistência Social em cada esfera de governo; e

VI - centralidade na família para concepção e implementação dos benefícios, serviços, programas e projetos, tendo como base o território.

Parágrafo único. Para o enfrentamento da pobreza, a assistência social realiza-se de forma integrada às políticas setoriais visando universalizar a proteção social e atender às contingências sociais.

CAPÍTULO II**DOS PRINCÍPIOS E DIRETRIZES****Seção I****DOS PRINCÍPIOS**

Art. 3º A política pública de assistência social rege-se pelos seguintes princípios:

I - universalidade: todos têm direito à proteção socioassistencial, prestada a quem dela necessitar, com respeito à dignidade e à autonomia do cidadão, sem discriminação de qualquer espécie ou comprovação vexatória da sua condição;

II - gratuidade: a assistência social deve ser prestada sem exigência de contribuição ou contrapartida;

III - integralidade da proteção social: oferta das provisões em sua completude, por meio de conjunto articulado de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - intersetorialidade: integração e articulação da rede socioassistencial com as demais políticas e órgãos setoriais de defesa de direitos e Sistema de Justiça;

V - equidade: respeito às diversidades regionais, culturais, socioeconômicas, políticas e territoriais, priorizando aqueles que estiverem em situação de vulnerabilidade e risco pessoal e social;

VI - supremacia do atendimento às necessidades sociais sobre as exigências de rentabilidade econômica;

VII - universalização dos direitos sociais, a fim de tornar o destinatário da ação assistencial alcançável pelas demais políticas públicas;

VIII - respeito à dignidade do cidadão, à sua autonomia e ao seu direito a benefícios e serviços de qualidade, bem como à convivência familiar e comunitária, vedando-se qualquer comprovação vexatória de necessidade;

IX - igualdade de direitos no acesso ao atendimento, sem discriminação de qualquer natureza, garantindo-se equivalência às populações urbanas e rurais;

X - divulgação ampla dos benefícios, serviços, programas e projetos socioassistenciais, bem como dos recursos oferecidos pelo Poder Público e dos critérios para sua concessão.

Seção II**DAS DIRETRIZES**

Art. 4º A organização da assistência social no Município observará as seguintes diretrizes:

I - primazia da responsabilidade do Estado na condução da política de assistência social em cada esfera de governo;

II - descentralização político-administrativa e comando único em cada esfera de gestão;

III - cofinanciamento partilhado dos entes federados;

IV - matricialidade sócio familiar;

V - territorialização;

VI - fortalecimento da relação democrática entre Estado e sociedade civil;

VII - participação popular e controle social, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis.

CAPÍTULO III**DA GESTÃO E ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – SUAS NO MUNICÍPIO DE PERITIBA****Seção I****DA GESTÃO**

Art. 5º A gestão das ações na área de assistência social é organizada sob a forma de sistema descentralizado e participativo, denominado Sistema Único de Assistência Social – SUAS, conforme estabelece a Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, cujas normas gerais e coordenação são de competência da União. Parágrafo único. O SUAS é integrado pelos entes federativos, pelos respectivos conselhos de assistência social e pelas entidades e organizações de assistência social abrangida pela Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 6º O Município de Peritiba atuará de forma articulada com as esferas federal e estadual, observadas as normas gerais do SUAS, cabendo-lhe coordenar e executar os serviços, programas, projetos, benefícios socioassistenciais em seu âmbito.

Art. 7º O órgão gestor da política de assistência social no Município de Peritiba é a Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Seção II**DA ORGANIZAÇÃO**

Art. 8º O Sistema Único de Assistência Social no âmbito do Município de Peritiba organiza-se pelos seguintes tipos de proteção:

I - proteção social básica: conjunto de serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social que visa a prevenir situações de vulnerabilidade e risco social, por meio de aquisições e do desenvolvimento de potencialidades e do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários;

II - proteção social especial: conjunto de serviços, programas e projetos que tem por objetivo contribuir para a reconstrução de vínculos familiares e comunitários, a defesa de direito, o fortalecimento das potencialidades e aquisições e a proteção de famílias e indivíduos para o enfrentamento das situações de violação de direitos.

Art. 9º A proteção social básica compõem-se precipuamente dos seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família – PAIF;

II - Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV;

III – Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas;

IV – Serviço de Proteção Social Básica executado por Equipe Volante.

Parágrafo único. O PAIF deve ser ofertado exclusivamente no Centro de Referência de Assistência Social-CRAS.

Art. 10. A proteção social especial ofertará precipuamente os seguintes serviços socioassistenciais, nos termos da Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, sem prejuízo de outros que vierem a ser instituídos:

I – proteção social especial de média complexidade:

a) Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de

Medida Socioeducativa e de Prestação de Serviços à Comunidade;
b) Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias.

II – proteção social especial de alta complexidade:

a) Serviço de Acolhimento em Família Acolhedora.

Art. 11. As proteções sociais básica e especial serão ofertadas pela rede socioassistencial, de forma integrada, diretamente pelos entes públicos ou pelas entidades e organizações de assistência social vinculadas ao SUAS, respeitadas as especificidades de cada serviço, programa ou projeto socioassistencial.

§ 1º Considera-se rede sócio assistencial o conjunto integrado da oferta de serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social mediante a articulação entre todas as unidades do SUAS.

§ 2º A vinculação ao SUAS é o reconhecimento pela União, em colaboração com Município, de que a entidade de assistência social integra a rede socioassistencial.

Art. 12. As proteções sociais, básica e especial, serão ofertadas precipuamente no Centro de Referência de Assistência Social – CRAS e pelas entidades de assistência social.

§ 1º O CRAS é a unidade pública municipal, de base territorial, localizada em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinada à articulação dos serviços socioassistenciais no seu território de abrangência e à prestação de serviços, programas e projetos socioassistenciais de proteção social básica às famílias.

§ 2º O CRAS é uma unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS, que possui interface com as demais políticas públicas e articula, coordena e oferta os serviços, programas, projetos e benefícios da assistência social.

Art. 13. A implantação da unidade de CRAS deve observar as diretrizes da:

I – territorialização - oferta capilar de serviços baseada na lógica da proximidade do cotidiano de vida do cidadão e com o intuito de desenvolver seu caráter preventivo e educativo nos territórios de maior vulnerabilidade e risco social;

II - universalização - a fim de que a proteção social básica seja prestada na totalidade dos territórios do município;

III - regionalização – prestação de serviços socioassistenciais de proteção social especial cujos custos ou ausência de demanda municipal justifiquem rede regional e desconcentrada de serviços no âmbito do Estado.

Art. 14. A unidade pública estatal instituída no âmbito do SUAS que integra a estrutura administrativa do Município de Peritiba é o CRAS.

Parágrafo único. As instalações das unidades públicas estatais devem ser compatíveis com os serviços neles ofertados, com espaços para trabalhos em grupo e ambientes específicos para recepção e atendimento, reservado das famílias e indivíduos, assegurada a acessibilidade às pessoas idosas e com deficiência.

Art. 15. As ofertas socioassistenciais nas unidades públicas pressupõem a constituição de equipe de referência na forma das Resoluções nº 269, de 13 de dezembro de 2006; nº 17, de 20 de junho de 2011; e nº 9, de 25 de abril de 2014, do CNAS.

Parágrafo único. O diagnóstico socioterritorial e os dados de Vigilância Socioassistencial são fundamentais para a definição da forma de oferta da proteção social básica e especial.

Art. 16. São seguranças afiançadas pelo SUAS:

I - acolhida: provida por meio da oferta pública de espaços e serviços para a realização da proteção social básica e especial, devendo as instalações físicas e a ação profissional conter:

a) condições de recepção;

b) escuta profissional qualificada;

c) informação;

d) referência;

e) concessão de benefícios;

f) aquisições materiais e sociais;

g) abordagem em territórios de incidência de situações de risco.

II - renda: operada por meio da concessão de auxílios financeiros e da concessão de benefícios continuados, nos termos da lei, para cidadãos não incluídos no sistema contributivo de proteção social,

que apresentem vulnerabilidades decorrentes do ciclo de vida e/ou incapacidade para a vida independente e para o trabalho.

III - convívio ou convivência familiar, comunitária e social: exige a oferta pública de rede continuada de serviços que garantam oportunidades e ação profissional para:

a) a construção, restauração e o fortalecimento de laços de pertencimento, de natureza geracional, intergeracional, familiar, de vizinhança e interesses comuns e societários;

b) o exercício capacitador e qualificador de vínculos sociais e de projetos pessoais e sociais de vida em sociedade.

IV - desenvolvimento de autonomia: exige ações profissionais e sociais para:

a) o desenvolvimento de capacidades e habilidades para o exercício da participação social e cidadania;

b) a conquista de melhores graus de liberdade, respeito à dignidade humana, protagonismo e certeza de proteção social para o cidadão, a família e a sociedade;

c) conquista de maior grau de independência pessoal e qualidade, nos laços sociais, para os cidadãos sob contingências e vicissitudes.

V - apoio e auxílio: quando sob riscos circunstanciais, exige a oferta de auxílios em bens materiais e em pecúnia, em caráter transitório, denominados de benefícios eventuais para as famílias, seus membros e indivíduos.

Seção III

DAS RESPONSABILIDADES

Art. 17. Compete ao Município de Peritiba, por meio da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social:

I - destinar recursos financeiros para custeio dos benefícios eventuais de que trata o art. 22, da Lei Federal nº 8742, de 1993, mediante critérios estabelecidos pelos conselhos municipais de assistência Social;

II - efetuar o pagamento do auxílio-natalidade e o auxílio-funeral;

III - executar os projetos de enfrentamento da pobreza, incluindo a parceria com organizações da sociedade civil;

IV - atender às ações socioassistenciais de caráter de emergência;

V - prestar os serviços socioassistenciais de que trata o art. 23, da Lei Federal nº 8742, de 7 de Dezembro de 1993, e a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais;

VI - implantar:

a) a vigilância socioassistencial no âmbito municipal, visando ao planejamento e à oferta qualificada de serviços, benefícios, programas e projetos socioassistenciais;

b) sistema de informação, acompanhamento, monitoramento e avaliação para promover o aprimoramento, qualificação e integração contínuos dos serviços da rede socioassistencial, conforme Pacto de Aprimoramento do SUAS e Plano de Assistência Social;

VII - regulamentar:

a) e coordenar a formulação e a implementação da Política Municipal de Assistência Social, em consonância com a Política Nacional de Assistência Social e com a Política Estadual de Assistência Social, observando as deliberações das conferências nacional, estadual e municipal de assistência social e as deliberações de competência do Conselho Municipal de Assistência Social;

b) os benefícios eventuais em consonância com as deliberações do Conselho Municipal de Assistência Social;

VIII – cofinanciar:

a) o aprimoramento da gestão e dos serviços, programas e projetos de assistência social, em âmbito local;

b) em conjunto com a esfera federal e estadual, a Política Nacional de Educação Permanente, com base nos princípios da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS - NOB-RH/SUAS, coordenando-a e executando-a em seu âmbito;

IX – realizar:

a) o monitoramento e a avaliação da política de assistência social em seu âmbito;

b) a gestão local do Benefício de Prestação Continuada - BPC, garantindo aos seus beneficiários e famílias o acesso aos serviços, programas e projetos da rede socioassistencial;

c) em conjunto com o Conselho de Assistência Social, as

conferências de assistência social;

X – gerir:

- a) de forma integrada, os serviços, benefícios e programas de transferência de renda de sua competência;
- b) o Fundo Municipal de Assistência Social;
- c) no âmbito municipal, o Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e o Programa Bolsa Família, nos termos do §1º do art. 8º da Lei nº 10.836, de 2004;

XI – organizar:

- a) a oferta de serviços de forma territorializada, em áreas de maior vulnerabilidade e risco, de acordo com o diagnóstico socioterritorial;
- b) e monitorar a rede de serviços da proteção social básica e especial, articulando os ofertas;
- c) e coordenar o SUAS em seu âmbito, observando as deliberações e pactuações de suas respectivas instâncias, normatizando e regulando a política de assistência social em seu âmbito em consonância com as normas gerais da União;

XII – elaborar:

- a) a proposta orçamentária da assistência social no Município, assegurando recursos do tesouro municipal;
- b) e submeter ao Conselho Municipal de Assistência Social, anualmente, a proposta orçamentária dos recursos do Fundo Municipal de Assistência Social - FMAS;
- c) e cumprir o plano de providências, no caso de pendências e irregularidades do Município junto ao SUAS, aprovado pelo CMAS e pactuado na CIB;
- d) e executar o Pacto de Aprimoramento do SUAS, implementando o em âmbito municipal;
- e) executar a política de recursos humanos, de acordo com a NOB/RH - SUAS;

f) o Plano Municipal de Assistência Social, a partir das responsabilidades e de seu respectivo estágio no aprimoramento da gestão do SUAS e na qualificação dos serviços, conforme patamares e diretrizes pactuadas nas instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

g) e expedir os atos normativos necessários à gestão do FMAS, de acordo com as diretrizes estabelecidas pelo conselho municipal de assistência social;

XIII – aprimorar os equipamentos e serviços socioassistenciais, observando os indicadores de monitoramento e avaliação pactuados;

XIV – alimentar e manter atualizado:

- a) o Censo SUAS;
- b) o Sistema de Cadastro Nacional de Entidade de Assistência Social – SCNEAS de que trata o inciso XI do art. 19 da Lei Federal nº 8.742, de 1993, quando houver;
- c) o conjunto de aplicativos do Sistema de Informação do Sistema Único de Assistência Social – Rede SUAS;

XV – garantir:

a) a infraestrutura necessária ao funcionamento do respectivo conselho municipal de assistência social, garantindo recursos materiais, humanos e financeiros, inclusive com despesas referentes a passagens, traslados e diárias de conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, quando estiverem no exercício de suas atribuições;

b) que a elaboração da peça orçamentária esteja de acordo com o Plano Plurianual, o Plano de Assistência Social e dos compromissos assumidos no Pacto de Aprimoramento do SUAS;

c) a integralidade da proteção socioassistencial à população, primando pela qualificação dos serviços do SUAS, exercendo essa responsabilidade de forma compartilhada entre a União, Estados, Distrito Federal e Municípios;

d) a capacitação para gestores, trabalhadores, dirigentes de entidades e organizações, usuários e conselheiros de assistência social, além de desenvolver, participar e apoiar a realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados à política de assistência social, em especial para fundamentar a análise de situações de vulnerabilidade e risco dos territórios e o equacionamento da oferta de serviços em conformidade com a tipificação nacional;

e) o comando único das ações do SUAS pelo órgão gestor da

política de assistência social, conforme preconiza a LOAS;

XVI - definir:

a) os fluxos de referência e contrarreferência do atendimento nos serviços socioassistenciais, com respeito às diversidades em todas as suas formas;

b) os indicadores necessários ao processo de acompanhamento, monitoramento e avaliação, observado a suas competências;

XVII - implementar:

a) os protocolos pactuados na CIT;

b) a gestão do trabalho e a educação permanente;

XVIII – promover:

a) a integração da política municipal de assistência social com outros sistemas públicos que fazem interface com o SUAS;

b) articulação intersetorial do SUAS com as demais políticas públicas e Sistema de Garantia de Direitos e Sistema de Justiça;

c) a participação da sociedade, especialmente dos usuários, na elaboração da política de assistência social;

XIX - assumir as atribuições, no que lhe couber, no processo de municipalização dos serviços de proteção social básica;

XX - participar dos mecanismos formais de cooperação intergovernamental que viabilizem técnica e financeiramente os serviços de referência regional, definindo as competências na gestão e no cofinanciamento, a serem pactuadas na CIB;

XXI - prestar informações que subsidiem o acompanhamento estadual e federal da gestão municipal;

XXII – zelar pela execução direta ou indireta dos recursos transferidos pela União e pelos estados ao Município, inclusive no que tange a prestação de contas;

XXIII - assessorar as entidades de assistência social visando à adequação dos seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais às normas do SUAS, viabilizando estratégias e mecanismos de organização para aferir o pertencimento à rede socioassistencial, em âmbito local, de serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais ofertados pelas entidades de assistência social de acordo com as normativas federais;

XXIV – acompanhar a execução de parcerias firmadas entre os municípios e as entidades de assistência social e promover a avaliação das prestações de contas;

XXV – normatizar, em âmbito local, o financiamento integral dos serviços, programas, projetos e benefícios de assistência social ofertados pelas entidades vinculadas ao SUAS, conforme §3º do art. 6º B da Lei Federal nº 8.742, de 1993, e sua regulamentação em âmbito federal;

XXVI - aferir os padrões de qualidade de atendimento, a partir dos indicadores de acompanhamento definidos pelo respectivo conselho municipal de assistência social para a qualificação dos serviços e benefícios em consonância com as normas gerais;

XXVII - encaminhar para apreciação do conselho municipal de assistência social os relatórios trimestrais e anuais de atividades e de execução físico-financeira a título de prestação de contas;

XXVIII – compor as instâncias de pactuação e negociação do SUAS;

XXIX - estimular a mobilização e organização dos usuários e trabalhadores do SUAS para a participação nas instâncias de controle social da política de assistência social;

XXX - instituir o planejamento contínuo e participativo no âmbito da política de assistência social;

XXXI – dar publicidade ao dispêndio dos recursos públicos destinados à assistência social;

XXXII - criar ouvidoria do SUAS, preferencialmente com profissionais do quadro efetivo.

Seção IV

DO PLANO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 18. O Plano Municipal de Assistência Social é um instrumento de planejamento estratégico que contempla propostas para execução e o monitoramento da política de assistência social no âmbito do Município de Peritiba.

§1º A elaboração do Plano Municipal de Assistência Social dar-se-á a cada 4 (quatro) anos, coincidindo com a elaboração do Plano Plurianual e contemplará:

- I - diagnóstico socioterritorial;
- II - objetivos gerais e específicos;
- III - diretrizes e prioridades deliberadas;
- IV - ações estratégicas para sua implementação;
- V - metas estabelecidas;
- VI - resultados e impactos esperados;
- VII - recursos materiais, humanos e financeiros disponíveis e necessários;
- VIII - mecanismos e fontes de financiamento;
- IX - indicadores de monitoramento e avaliação; e
- X - tempo de execução.

§ 2º O Plano Municipal de Assistência Social além do estabelecido no parágrafo anterior deverá observar:

- I – as deliberações das conferências de assistência social;
- II - metas nacionais e estaduais pactuadas que expressam o compromisso para o aprimoramento do SUAS;
- III – ações articuladas e intersetoriais.

CAPÍTULO IV

Das Instâncias de Articulação, Pactuação e Deliberação do SUAS

Seção I

DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 19. Fica instituído o Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS do Município de Peritiba, órgão superior de deliberação colegiada, de caráter permanente e composição paritária entre governo e sociedade civil, vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social cujos membros, nomeados pelo Prefeito, têm mandato de 2 (dois) anos, permitida única recondução por igual período.

§1º O CMAS é composto por 8 (oito) membros e respectivos suplentes indicados de acordo com os critérios seguintes:

- I – 4 (quatro) representantes governamentais;
 - II – 4 (quatro) representantes da sociedade civil, dentre representantes dos usuários ou de organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social¹ e dos trabalhadores do setor.
- § 2º O CMAS é presidido por um de seus integrantes, eleito dentre seus membros, observada a alternância entre representantes da sociedade civil e governo.

§ 3º O CMAS contará com uma Secretaria Executiva, a qual terá sua estrutura disciplinada em ato do Poder Executivo.

Art. 20. O CMAS reunir-se-á ordinariamente uma vez ao mês e, extraordinariamente, sempre que necessário cujas reuniões devem ser abertas ao público, com pauta e datas previamente divulgadas, e funcionará de acordo com o Regimento Interno.

Parágrafo único. O Regimento Interno definirá, também, o quórum mínimo para o caráter deliberativo das reuniões do Plenário, para as questões de suplência e perda de mandato por faltas.

Art. 21. A participação dos conselheiros no CMAS é de interesse público e relevante valor social e não será remunerada.

Art. 22. O controle social do SUAS no Município efetiva-se por intermédio do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS e das Conferências Municipais de Assistência Social, além de outros fóruns de discussão da sociedade civil.

Art. 23. Compete ao Conselho Municipal de Assistência Social:

- I - elaborar, aprovar e publicar seu regimento interno;
- II - convocar as Conferências Municipais de Assistência Social e acompanhar a execução de suas deliberações;
- III - aprovar a Política Municipal de Assistência Social, em consonância com as diretrizes das conferências de assistência social;
- IV - apreciar e aprovar a proposta orçamentária, em consonância com as diretrizes das conferências municipais e da Política Municipal de Assistência Social;
- V - aprovar o Plano Municipal de Assistência Social, apresentado pelo órgão gestor da assistência social;
- VI- acompanhar o cumprimento das metas nacionais, estaduais e municipais do Pacto de Aprimoramento da Gestão do SUAS;
- VII- acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão do Programa Bolsa Família-PBF;
- VIII - normatizar as ações e regular a prestação de serviços de

natureza pública e privada no campo da assistência social de âmbito local;

IX - apreciar e aprovar informações da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, inseridas nos sistemas nacionais e estaduais de informação referentes ao planejamento do uso dos recursos de cofinanciamento e a prestação de contas;

X - apreciar os dados e informações inseridas pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, unidades públicas e privadas da assistência social, nos sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre o sistema municipal de assistência social;

XI - alimentar os sistemas nacionais e estaduais de coleta de dados e informações sobre os Conselhos Municipais de Assistência Social;

XII - zelar pela efetivação do SUAS no Município;

XIII - zelar pela efetivação da participação da população na formulação da política e no controle da implementação;

XIV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS em seu âmbito de competência;

XV - estabelecer critérios e prazos para concessão dos benefícios eventuais;

XVI - apreciar e aprovar a proposta orçamentária da assistência social a ser encaminhada pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social em consonância com a Política Municipal de Assistência Social;

XVII - acompanhar, avaliar e fiscalizar a gestão dos recursos, bem como os ganhos sociais e o desempenho dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais do SUAS;

XVIII - fiscalizar a gestão e execução dos recursos do Índice de Gestão Descentralizada do Programa Bolsa Família-IGD-PBF, e do Índice de Gestão Descentralizada do Sistema Único de Assistência Social -IGD-SUAS;

XIX - planejar e deliberar sobre a aplicação dos recursos IGD-PBF e IGD-SUAS destinados à atividades de apoio técnico e operacional ao CMAS;

XX - participar da elaboração do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual no que se refere à assistência social, bem como do planejamento e da aplicação dos recursos destinados às ações de assistência social, tanto dos recursos próprios quanto dos oriundos do Estado e da União, alocados FMAS;

XXI - aprovar o aceite da expansão dos serviços, programas e projetos socioassistenciais, objetos de cofinanciamento;

XXII - orientar e fiscalizar o FMAS;

XXIII - divulgar, na imprensa oficial do município, ou em outro meio de comunicação, todas as suas decisões na forma de Resoluções, bem como as deliberações acerca da execução orçamentária e financeira do FMAS e os respectivos pareceres emitidos;

XXIV - receber, apurar e dar o devido prosseguimento a denúncias;

XXV - deliberar sobre as prioridades e metas de desenvolvimento do SUAS no âmbito do município;

XXVI - estabelecer articulação permanente com os demais conselhos de políticas públicas setoriais e conselhos de direitos;

XXVII - realizar a inscrição das entidades e organização de assistência social;

XXVIII - notificar fundamentadamente a entidade ou organização de assistência social no caso de indeferimento do requerimento de inscrição;

XXIX - fiscalizar as entidades e organizações de assistência social;

XXX - emitir resolução quanto às suas deliberações;

XXXI - registrar em ata as reuniões;

XXXII - instituir comissões e convidar especialistas sempre que se fizerem necessários;

XXXIII - zelar pela boa e regular execução dos recursos repassados pelo FMAS executados direta ou indiretamente, inclusive no que tange à prestação de contas;

XXXIV - avaliar e elaborar parecer sobre a prestação de contas dos recursos repassados ao Município.

Art. 24. O CMAS deverá planejar suas ações de forma a garantir a consecução das suas atribuições e o exercício do controle social,

primando pela efetividade e transparência das suas atividades.

Parágrafo único. O planejamento das ações do conselho deve orientar a construção do orçamento da gestão da assistência social para o apoio financeiro e técnico às funções do Conselho.

Seção II

DA CONFERÊNCIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 25. As Conferências Municipais de Assistência Social são instâncias periódicas de debate, de formulação e de avaliação da política pública de assistência social e definição de diretrizes para o aprimoramento do SUAS, com a participação de representantes do governo e da sociedade civil.

Art. 26. As conferências municipais devem observar as seguintes diretrizes:

I - divulgação ampla e prévia do documento convocatório, especificando objetivos, prazos, responsáveis, fonte de recursos e comissão organizadora;

II - garantia da diversidade dos sujeitos participantes;

III - estabelecimento de critérios e procedimentos para a designação dos delegados governamentais e para a escolha dos delegados da sociedade civil;

IV - publicidade de seus resultados;

V - determinação do modelo de acompanhamento de suas deliberações;

VI - articulação com a conferência estadual e nacional de assistência social.

Art. 27. A Conferência Municipal de Assistência Social será convocada ordinariamente a cada quatro anos pelo Conselho Municipal de Assistência Social e extraordinariamente, a cada 2 (dois) anos, conforme deliberação da maioria dos membros dos respectivos conselhos.

Seção III

PARTICIPAÇÃO DOS USUÁRIOS

Art. 28. É condição fundamental para viabilizar o exercício do controle social e garantir os direitos socioassistenciais o estímulo à participação e ao protagonismo dos usuários nos conselhos e conferências de assistência social.

Art. 29. O estímulo à participação dos usuários pode se dar a partir de articulação com movimentos sociais e populares e ainda a organização de diversos espaços tais como: fórum de debate, comissão de bairro, coletivo de usuários junto aos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Seção IV

DA REPRESENTAÇÃO DO MUNICÍPIO NAS INSTÂNCIAS DE NEGOCIAÇÃO E PACTUAÇÃO DO SUAS

Art. 30. O Município é representado nas Comissões Intergestores Bipartite - CIB e Tripartite - CIT, instâncias de negociação e pactuação dos aspectos operacionais de gestão e organização do SUAS, respectivamente, em âmbito estadual e nacional, pelo Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social - COEGEMAS e pelo Colegiado Nacional de Gestores Municipais de Assistência Social - CONGEMAS.

§1º O CONGEMAS eo COEGEMAS constituem entidades sem fins lucrativos que representam as secretarias municipais de assistência social, declarados de utilidade pública e de relevante função social, onerando o município quanto a sua associação a fim de garantir os direitos e deveres de associado.

§2º O COEGEMAS poderá assumir outras denominações a depender das especificidades regionais.

CAPÍTULO V

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, DOS SERVIÇOS, DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DOS PROJETOS DE ENFRENTAMENTO DA POBREZA

Seção I

DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 31. Benefícios eventuais são provisões suplementares e provisórias prestadas aos indivíduos e às famílias em virtude de nascimento, morte, situações de vulnerabilidade temporária e calamidade pública, na forma prevista na Lei federal nº 8.742, de 1993.

Parágrafo único. Não se incluem na modalidade de benefícios eventuais da assistência social as provisões relativas a programas, projetos, serviços e benefícios vinculados ao campo da saúde, da educação, da integração nacional, da habitação, da segurança alimentar e das demais políticas públicas setoriais.

Art. 32. Os benefícios eventuais integram organicamente as garantias do SUAS, devendo sua prestação observar:

I – não subordinação a contribuições prévias e vinculação a quaisquer contrapartidas;

II – desvinculação de comprovações complexas e vexatórias, que estigmatizam os beneficiários;

III – garantia de qualidade e prontidão na concessão dos benefícios;

IV – garantia de igualdade de condições no acesso às informações e à fruição dos benefícios eventuais;

V – ampla divulgação dos critérios para a sua concessão;

VI – integração da oferta com os serviços socioassistenciais.

Art. 33. Os benefícios eventuais podem ser prestados na forma de pecúnia, bens de consumo ou prestação de serviços.

Art. 34. O público alvo para acesso aos benefícios eventuais deverá ser identificado pelo Município a partir de estudos da realidade social e diagnóstico elaborado com uso de informações disponibilizadas pela Vigilância Socioassistencial, com vistas a orientar o planejamento da oferta.

Seção II

DA PRESTAÇÃO DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 35. Os benefícios eventuais devem ser prestados em virtude de nascimento, morte, vulnerabilidade temporária e calamidade pública, observadas as contingências de riscos, perdas e danos a que estão sujeitos os indivíduos e famílias.

Parágrafo único. Os critérios e prazos para prestação dos benefícios eventuais devem ser estabelecidos por meio de Resolução do Conselho Municipal de Assistência Social, conforme prevê o art. 22, §1º, da Lei Federal nº 8.742, de 1993.

Art. 36. O Benefício prestado em virtude de nascimento deverá ser concedido:

I – à genitora que comprove residir no Município;

II – à família do nascituro, caso a mãe esteja impossibilitada de requerer o benefício ou tenha falecido;

III – à genitora ou família que esteja em trânsito no município e seja potencial usuária da assistência social;

IV – à genitora atendida ou acolhida em unidade de referência do SUAS.

Parágrafo único. O benefício eventual por situação de nascimento poderá ser concedido nas formas de pecúnia ou bens de consumo, ou em ambas as formas, conforme disponibilidade da administração pública.

Art. 37. O benefício prestado em virtude de morte deverá ser concedido com o objetivo de reduzir vulnerabilidades provocadas por morte de membro da família e tem por objetivo atender as necessidades urgentes da família para enfrentar vulnerabilidades advindas da morte de um de seus provedores ou membros.

Parágrafo único. O benefício eventual por morte poderá ser concedido conforme a necessidade do requerente e o que indicar o trabalho social com a família.

Art. 38. O benefício prestado em virtude de vulnerabilidade temporária será destinado à família ou ao indivíduo visando minimizar situações de riscos, perdas e danos, decorrentes de contingências sociais, e deve integrar-se à oferta dos serviços socioassistenciais, buscando o fortalecimento dos vínculos familiares e a inserção comunitária.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter temporário, sendo o seu valor e duração definidos de acordo com o grau de complexidade da situação de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos, identificados nos processo de atendimento dos serviços.

Art. 39. A situação de vulnerabilidade temporária caracteriza-se pelo advento de riscos, perdas e danos à integridade pessoal e familiar, assim entendidos:

I – riscos: ameaça de sérios padecimentos;

II – perdas: privação de bens e de segurança material;

III – danos: agravos sociais e ofensa.

Parágrafo único. Os riscos, perdas e danos podem decorrer de:

I – ausência de documentação;

II – necessidade de mobilidade intraurbana para garantia de acesso aos serviços e benefícios socioassistenciais;

III – necessidade de passagem para outra unidade da Federação, com vistas a garantir a convivência familiar e comunitária;

IV – ocorrência de violência física, psicológica ou exploração sexual no âmbito familiar ou ofensa à integridade física do indivíduo;

V – perda circunstancial ocasionada pela ruptura de vínculos familiares e comunitários;

VI – processo de reintegração familiar e comunitária de pessoas idosas, com deficiência ou em situação de rua; crianças, adolescentes, mulheres em situação de violência e famílias que se encontram em cumprimento de medida protetiva;

VII – ausência ou limitação de autonomia, de capacidade, de condições ou de meios próprios da família para prover as necessidades alimentares de seus membros.

Art. 40. Os benefícios eventuais prestados em virtude de desastre ou calamidade pública constituem-se provisão suplementar e provisória de assistência social para garantir meios necessários à sobrevivência da família e do indivíduo, com o objetivo de assegurar a dignidade e a reconstrução da autonomia familiar e pessoal.

Art. 41. As situações de calamidade pública e desastre caracterizam-se por eventos anormais, decorrentes de baixas ou altas temperaturas, tempestades, enchentes, secas, inversão térmica, desabamentos, incêndios, epidemias, os quais causem sérios danos à comunidade afetada, inclusive à segurança ou à vida de seus integrantes, e outras situações imprevisas ou decorrentes de caso fortuito.

Parágrafo único. O benefício será concedido na forma de pecúnia ou bens de consumo, em caráter provisório e suplementar, sendo seu valor fixado de acordo com o grau de complexidade do atendimento de vulnerabilidade e risco pessoal das famílias e indivíduos afetados.

Art. 42. Ato normativo editado pelo Poder Executivo Municipal disporá sobre os procedimentos e fluxos de oferta na prestação dos benefícios eventuais.

Seção III

DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS PARA OFERTA DE BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Art. 43. As despesas decorrentes da execução dos benefícios eventuais serão providas por meio de dotações orçamentárias do Fundo Municipal de Assistência Social.

Parágrafo único. As despesas com Benefícios Eventuais devem ser previstas anualmente na Lei Orçamentária Anual do Município - LOA.

Seção IV

DOS SERVIÇOS

Art. 44. Serviços socioassistenciais são atividades continuadas que visem à melhoria de vida da população e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observem os objetivos, princípios e diretrizes estabelecidas na Lei nº Federal 8742, de 1993, e na Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais.

Seção V

DOS PROGRAMAS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 45. Os programas de assistência social compreendem ações integradas e complementares com objetivos, tempo e área de abrangência definidos para qualificar, incentivar e melhorar os benefícios e os serviços assistenciais.

§1º Os programas serão definidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, obedecidos aos objetivos e princípios que regem Lei Federal nº 8742, de 1993, com prioridade para a inserção profissional e social.

§ 2º Os programas voltados para o idoso e a integração da pessoa com deficiência serão devidamente articulados com o benefício de prestação continuada estabelecido no art. 20 da Lei Federal nº

8742, de 1993.

Seção VI

PROJETOS DE ENFRENTAMENTO A POBREZA

Art. 46. Os projetos de enfrentamento da pobreza compreendem a instituição de investimento econômico-social nos grupos populares, buscando subsidiar, financeira e tecnicamente, iniciativas que lhes garantam meios, capacidade produtiva e de gestão para melhoria das condições gerais de subsistência, elevação do padrão da qualidade de vida, a preservação do meio-ambiente e sua organização social.

Seção VII

DA RELAÇÃO COM AS ENTIDADES DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 47. São entidades e organizações de assistência social aquelas sem fins lucrativos que, isolada ou cumulativamente, prestam atendimento e assessoramento aos beneficiários abrangidos pela Lei Federal nº 8.742, de 1993, bem como as que atuam na defesa e garantia de direitos.

Art. 48. As entidades de assistência social e os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais deverão ser inscritos no Conselho Municipal de Assistência Social para que obtenha a autorização de funcionamento no âmbito da Política Nacional de Assistência Social, observado os parâmetros nacionais de inscrição definidos pelo Conselho Nacional de Assistência Social.

Art. 49. Constituem critérios para a inscrição das entidades ou organizações de Assistência Social, bem como dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais:

I - executar ações de caráter continuado, permanente e planejado;

II - assegurar que os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais sejam ofertados na perspectiva da autonomia e garantia de direitos dos usuários;

III - garantir a gratuidade e a universalidade em todos os serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais;

IV - garantir a existência de processos participativos dos usuários na busca do cumprimento da efetividade na execução de seus serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 50. As entidades ou organizações de Assistência Social no ato da inscrição demonstrarão:

I - ser pessoa jurídica de direito privado, devidamente constituída;

II - aplicar suas rendas, seus recursos e eventual resultado integralmente no território nacional e na manutenção e no desenvolvimento de seus objetivos institucionais;

III - elaborar plano de ação anual;

IV - ter expresso em seu relatório de atividades:

a) finalidades estatutárias;

b) objetivos;

c) origem dos recursos;

d) infraestrutura;

e) identificação de cada serviço, programa, projeto e benefício socioassistenciais executado.

Parágrafo único. Os pedidos de inscrição observarão as seguintes etapas de análise:

I - análise documental;

II - visita técnica, quando necessária, para subsidiar a análise do processo;

III - elaboração do parecer da Comissão;

IV - pauta, discussão e deliberação sobre os processos em reunião plenária;

V - publicação da decisão plenária;

VI - emissão do comprovante;

VII - notificação à entidade ou organização de Assistência Social por ofício.

CAPÍTULO VI

DO FINANCIAMENTO DA POLÍTICA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 51. O financiamento da Política Municipal de Assistência Social é previsto e executado através dos instrumentos de planejamento orçamentário municipal, que se desdobram no Plano Plurianual, na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual.

Parágrafo único. O orçamento da assistência social deverá ser inserido na Lei Orçamentária Anual, devendo os recursos alocados no Fundo Municipal de Assistência Social serem voltados à operacionalização, prestação, aprimoramento e viabilização dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 52. Caberá ao órgão gestor da assistência social responsável pela utilização dos recursos do respectivo Fundo Municipal de Assistência Social o controle e o acompanhamento dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, por meio dos respectivos órgãos de controle, independentemente de ações do órgão repassador dos recursos.

Parágrafo único. Os entes transferidores poderão requisitar informações referentes à aplicação dos recursos oriundos do seu fundo de assistência social, para fins de análise e acompanhamento de sua boa e regular utilização.

Seção I

DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Art. 53. Fica criado o Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS, fundo público de gestão orçamentária, financeira e contábil, com objetivo de proporcionar recursos para cofinanciar a gestão, serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais.

Art. 54. Constituirão receitas do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS:

I – recursos provenientes da transferência dos fundos Nacional e Estadual de Assistência Social;

II – dotações orçamentárias do Município e recursos adicionais que a Lei estabelecer no transcorrer de cada exercício;

III – doações, auxílios, contribuições, subvenções de organizações internacionais e nacionais, Governamentais e não Governamentais;

IV – receitas de aplicações financeiras de recursos do fundo, realizadas na forma da lei;

V – as parcelas do produto de arrecadação de outras receitas próprias oriundas de financiamentos das atividades econômicas, de prestação de serviços e de outras transferências que o Fundo Municipal de Assistência Social terá direito a receber por força da lei e de convênios no setor;

VI – produtos de convênios firmados com outras entidades financiadoras;

VII – doações em espécie feitas diretamente ao Fundo;

VIII – outras receitas que venham a ser legalmente instituídas.

§ 1º A dotação orçamentária prevista para o órgão executor da Administração Pública Municipal, responsável pela Assistência Social, será automaticamente transferida para a conta do Fundo Municipal de Assistência Social, tão logo sejam realizadas as receitas correspondentes.

§ 2º Os recursos que compõem o Fundo, serão depositados em instituições financeiras oficiais, em conta especial sobre a denominação – Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS.

§ 3º As contas receptoras dos recursos do cofinanciamento federal das ações socioassistenciais serão abertas pelo Fundo Nacional de Assistência Social.

Art. 55. O FMAS será gerido pela Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social, sob orientação e fiscalização do Conselho Municipal de Assistência Social.

Parágrafo Único. O Orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS integrará o orçamento da Secretaria Municipal de Saúde e Bem Estar Social.

Art. 56. Os recursos do Fundo Municipal de Assistência Social – FMAS serão aplicados em:

I – financiamento total ou parcial de programas, projetos e serviços de assistência social desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde ou Bem Estar Social ou por Órgão conveniado;

II – em parcerias entre poder público e entidades de assistência social para a execução de serviços, programas e projetos socioassistenciais específicos;

III – aquisição de material permanente e de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento das ações socioassistenciais;

IV – construção reforma ampliação, aquisição ou locação de

imóveis para prestação de serviços de Assistência Social;

V – desenvolvimento e aperfeiçoamento dos instrumentos de gestão, planejamento, administração e controle das ações de Assistência Social;

VI – pagamento dos benefícios eventuais, conforme o disposto no inciso I do art. 15 da Lei Federal nº 8.742, de 1993;

VII – pagamento de profissionais que integrem as equipes de referência, responsáveis pela organização e oferta daquelas ações, conforme percentual apresentado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e aprovado pelo Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS.

Art. 57. O repasse de recursos para as entidades e organizações de Assistência Social, devidamente inscritas no CMAS, será efetivado por intermédio do FMAS, de acordo com critérios estabelecidos pelo Conselho Municipal de Assistência Social, observando o disposto nesta Lei.

Art. 58. Os relatórios de execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Assistência Social serão submetidos à apreciação do CMAS, trimestralmente, de forma sintética e, anualmente, de forma analítica.

Art. 59. Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 60. Revogam-se as disposições em contrário.
Município de Peritiba – SC., 16 de agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Publicado nesta secretaria na data supra.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

LEI 2119/2017

LEI Nº 2119 DE 22 DE AGOSTO DE 2017

“DENOMINA EDIFÍCIO PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

NEUSA KLEIN MARASCHINI, Prefeita do Município de Peritiba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte

LEI:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo autorizado a nomear próprios públicos, de acordo com o disposto no artigo 42, inciso XVII da Lei Orgânica Municipal.

Art. 2º. O Edifício Público situado na Rua João Kuhn, 67, Bairro Renascer, Peritiba/SC passa a ser denominado “CAPELA MORTUÁRIA FREI LOIVO BRANDT”.

Art. 3º. Esta Lei entre em vigor na data de sua publicação e revoga qualquer disposição em contrário.

Município de Peritiba – SC., 22 de agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

Publicado nesta secretaria na data supra.

TARCISIO REINALDO BERVIAN

Secretário Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA 401/2017

PORTARIA Nº 401/2017

PRORROGA AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor VALMOR JOSÉ FINGER, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "C", Prorrogação do Afastamento Para Tratamento de Saúde, até o dia 31 de Agosto de 2017, conforme requerimento de prorrogação 181249545 de 25 de Julho de 2017, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
09/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 402/2017

PORTARIA Nº 402/2017

**CONCEDE A SERVIDORA DIRLEI FÁTIMA BARBIERI
AUSENTAR-SE**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora DIRLEI FÁTIMA BARBIERI, em conformidade com o disposto no art. 113, inciso I, da Lei Municipal nº 1223, de 02 de dezembro de 1999, ausentar-se no dia 09 de Agosto de 2017 conforme declaração em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
09/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 403/2017

PORTARIA Nº 403/2017

**CONCEDE AO SERVIDOR ADEMAR GRAVE
AUSENTAR-SE**

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, revisada em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Servidor ADEMAR GRAVE ocupante efetivo do cargo de INSEMINADOR ARTIFICIAL, nos dias 22 a 24 de Julho de 2017, afastamento por falecimento da Mãe (Capítulo VIII – DAS CONCESSÕES, Art. 113, Inciso IV), da Lei nº 1223 - Do Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais de 02 de dezembro de 1999.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
09/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 404/2017

PORTARIA Nº 404/2017

PRORROGA AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor OLMIR REMUSSI, ocupante do cargo efetivo de SERVIÇOS TÉCNICO AGRÍCOLAS, Grupo 3, Nível 3, Classe "H", Prorrogação do Afastamento Para Tratamento de Saúde, até o dia 14 de Setembro de 2017, conforme atestado médico, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRAR-SE E PUBLICAR-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 09 de Agosto de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
09/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 405/2017

PORTARIA Nº 405/2017
CONCEDE A SERVIDORA DAIANE MALTAURO ROOS
AUSENTAR-SE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, de 16 de Dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a servidora DAIANE MALTAURO ROOS, em conformidade com o disposto no art. 113, inciso I, da Lei Municipal nº 1223, de 02 de dezembro de 1999, ausentar-se no dia 10 de Agosto de 2017 conforme declaração em anexo.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRAR-SE E PUBLICAR-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 10 de Agosto de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
10/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 406/2017

PORTARIA Nº 406/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor RONEI ROGERIO SCHUMACHER, ocupante do cargo efetivo de MOTORISTA, Grupo 1, Nível 7, Classe "C", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 11 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com

(o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRAR-SE E PUBLICAR-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Agosto de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
11/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 407/2017

PORTARIA Nº 407/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ALEXANDRA BRESAN BOLL, ocupante do cargo de SECRETÁRIO ADJUNTO, Nível CC-5, Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 11 de Agosto de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRAR-SE E PUBLICAR-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 11 de Agosto de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
11/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 408/2017

PORTARIA Nº 408/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município

de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSA RAUBER, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, nos dias 14 e 15 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 14 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
14/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 409/2017

PORTARIA Nº 409/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora CARINA PAULA HACK, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE EDUCAÇÃO BÁSICA, Grupo 2, Nível 2, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 15 Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 15 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
15/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 410/2017

PORTARIA Nº 410/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DULCI NOELI RAUBER BACCA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "F", Afastamento Para Tratamento de Saúde, retroativo ao dia 15 de Agosto de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 15 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
15/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 411/2017

PORTARIA Nº 411/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARILUCI SORDI KLEIN, ocupante do cargo efetivo de COORDENADOR PEDAGÓGICO, Grupo 4, Nível 14, Classe "H", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 16 de Agosto de 2017 no período das 14:00 as 15:15 horas, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 16 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
16/Agosto/2017 | |
|---|--|

Franciéli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 412/2017

PORTARIA Nº 412/2017
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora DULCI DAHMER FERRARI, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "E", Licença por motivo de doença em pessoa da família, nos dias 15 a 17 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 51, (Seção II- DO HORÁRIO DE TRABALHO E UNIFORME, Capítulo V - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Agosto de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
17/Agosto/2017 | |
|---|--|

Franciéli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 413/2017

PORTARIA Nº 413/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIZETE PETTER MALTAURO, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "E", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 17 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Agosto de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
17/Agosto/2017 | |
|---|--|

Franciéli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 414/2017

PORTARIA Nº 414/2017
CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LILIAN ANDREA DE CAMARGO RAUBER, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 16 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Agosto de 2017.
NEUSA KLEIN MARASCHINI
Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
17/Agosto/2017 | |
|---|--|

Franciéli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 415/2017

PORTARIA Nº 415/2017
CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE
PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARCELLY CRISTINA DEITOS VICINI,

ocupante do cargo efetivo de ENFERMEIRA, Grupo 3, Nível 4, Classe "D", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 14 de Agosto de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
17/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 416/2017

PORTARIA Nº 416/2017

CONCEDE LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA DE PESSOA DA FAMÍLIA

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora LISMÉRI TEREZINHA ROOS RIGO, ocupante do cargo efetivo de SERVENTE DE SERVIÇOS INTERNOS, Grupo 1, Nível 1, Classe "I", Licença por motivo de doença em pessoa da família, no dia 16 de Agosto de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com art. 106, (Seção IV - LICENÇA POR MOTIVO DE DOENÇA EM PESSOA DA FAMÍLIA, Capítulo VII - DO REGIME DE TRABALHO) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
17/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 417/2017

PORTARIA Nº 417/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSIANE GRACIELI ERNZEN, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "A", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 16 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 17 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
17/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell

Responsável pela publicação

PORTARIA 418/2017

PORTARIA Nº 418/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora JAKELINE BERVIAN MEZZOMO, ocupante do cargo efetivo de TELEFONISTA, Grupo 2, Nível 2, Classe "C", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 21 de Agosto de 2017 no período vespertino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMPRASE E PUBLIQUE-SE

MUNICIPIO DE PERITIBA-SC., em 21 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba em
21/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 419/2017

PORTARIA Nº 419/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora ROSELEI DA SILVA PISSAIA, ocupante do cargo efetivo de PROFESSOR, Grupo 4, Nível 12, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no dia 21 de Agosto de 2017 no período matutino, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 21 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
21/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

PORTARIA 420/2017

PORTARIA Nº 420/2017

CONCEDE AFASTAMENTO PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE PERITIBA, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Art. 111, Capítulo III, Seção II, Inciso X, da Lei Orgânica do Município de Peritiba, em 16 de Dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora NADIA TEREZINHA KUHN PIASSA, ocupante do cargo efetivo de AUXILIAR DE CONTABILIDADE, Grupo 2, Nível 3, Classe "D", Afastamento Para Tratamento de Saúde, no 22 de Agosto de 2017, conforme atestado médico anexo, em conformidade com (o art. 101, Seção II- DA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, Capítulo VII - DAS LICENÇAS) Lei n.º 1223, de 02 de dezembro de 1999 - Estatuto Dos Funcionários Públicos Municipais.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CUMpra-se e Publique-se

MUNICÍPIO DE PERITIBA-SC., em 22 de Agosto de 2017.

NEUSA KLEIN MARASCHINI

Prefeita Municipal

| | |
|---|--|
| Registrado e Publicado no Mural
de Atos
Da Prefeitura Municipal de Peritiba
em
22/Agosto/2017 | |
|---|--|

Francieli Schoenell
Responsável pela publicação

Pinheiro Preto

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO 299/2017

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS 299/2017

Termo de Contrato de PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa POPP MECANICA E AUTO PEÇAS LTDA - EPP, autorizado através do Processo n. 251/2017, Licitação n. 162/2017, modalidade DISPENSA DE LICITAÇÃO.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: POPP MECANICA E AUTO PEÇAS LTDA EPP

CNPJ-MF nº.07.434.575/0001-61

Endereço: ROD SC 303 – KM 03, ENTRADA PARA SANTA LUCIA, BAIRRO SANTA LUCIA

VIDEIRA – SC - CEP: 89560-000

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Dispensa de Licitação nº 162/2017, datado de 18/08/2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

0.1 O presente contrato tem como objeto, a aquisição de peças para conserto de veículos para a Secretaria de Educação e Secretaria de Transportes e Obras.

| Item | Material/Serviço | Quantidade | Valor unitário (R\$) | Valor total (R\$) |
|------|-----------------------------------|------------|----------------------|-------------------|
| 1 | PORCA 8MM ROSCA | 2 | 0,59 | 1,18 |
| 2 | PORCA 10 GROSSA | 1 | 1,16 | 1,16 |
| 3 | BUCHA ESTICADOR ALTERNADOR SAMPEL | 1 | 81,60 | 81,60 |
| 4 | rolamento alternador | 1 | 132,60 | 132,60 |
| 5 | CORREIA CUMMINS 8PK | 1 | 66,88 | 66,88 |
| 6 | 23194 - polia alternador [40861] | 1 | 389,00 | 389,00 |
| 7 | ROTOR BOSCH | 1 | 544,07 | 544,07 |
| 8 | CORTE C/ ELETRODO | 26 | 6,25 | 162,50 |
| 9 | parafuso 14x120 | 2 | 4,61 | 9,22 |
| 10 | TERMINAL BATERIA | 1 | 12,54 | 12,54 |
| 11 | CONEXAO ENGATE RAPIDO 8MM LATAO | 2 | 13,79 | 27,58 |
| 12 | PORCA 14 FINA | 2 | 1,43 | 2,86 |
| 13 | porca 3/4 dupla | 4 | 3,95 | 15,80 |
| 14 | DISCO DE DESBASTE | 2 | 14,65 | 29,30 |
| 15 | disco de corte 7 | 3 | 14,90 | 44,70 |
| 16 | CONEXÃO ENGATE RAPIDO 12MM | 1 | 14,90 | 14,90 |
| 17 | TINTA PRETA SEMI BRILHO | 1 | 28,28 | 28,28 |
| 18 | CHAPA ACO CARBONO | 0,4 | 243,60 | 97,44 |
| 19 | porca 6mm | 1 | 0,45 | 0,45 |
| 20 | ARRUELA VEDAÇÃO ALUMINIO 20MM | 1 | 1,11 | 1,11 |
| 21 | diafragma de freio c/ reforço | 1 | 20,95 | 20,95 |
| 22 | cabecote compressor ar | 1 | 239,90 | 239,90 |
| 23 | RETENTOR CUBO TRASEIRO | 2 | 29,90 | 59,80 |
| 24 | PISTÃO COM ANEIS COMPRESSOR DE AR | 1 | 286,71 | 286,71 |
| 25 | camisa compressor de ar | 1 | 222,67 | 222,67 |
| 26 | ABRACADEIRA PLASTICA 3.6 X 200MM | 5 | 0,36 | 1,80 |
| 27 | TINTA BRANCO GEADA | 0,5 | 29,51 | 14,76 |
| 28 | CORTE C/ ELETRODO | 77 | 6,25 | 481,25 |

| | | | | |
|-------------|---|-----|--------|----------|
| 29 | ARRUELA LISA 6MM | 4 | 0,33 | 1,32 |
| 30 | PARAFUSO 06 X 20 8.8 ROSCA | 4 | 0,47 | 1,88 |
| 31 | PARAFUSO 6X50 | 3 | 1,05 | 3,15 |
| 32 | FECHADURA PORTA | 1 | 64,30 | 64,30 |
| 33 | MAQUINA ERGUER VIDRO | 1 | 76,57 | 76,57 |
| 34 | porca 6mm | 3 | 0,45 | 1,35 |
| 35 | DISCO DE DESBASTE | 2 | 14,65 | 29,30 |
| 36 | ABRAÇADEIRA PLASTICA 4.8 X 400MM | 6 | 0,63 | 3,78 |
| 37 | disco de corte 7 | 1 | 14,90 | 14,90 |
| 38 | lente sinaleira | 2 | 22,85 | 45,70 |
| 39 | FERRO DOBRADO CHAPA 3/8 9.50MM | 1 | 162,00 | 162,00 |
| 40 | THINNER | 2 | 10,95 | 21,90 |
| 41 | TINTA PRETO CHASSI | 2 | 27,02 | 54,04 |
| 42 | OXIGENIO | 18 | 5,73 | 103,14 |
| 43 | LAMPADA 1141 12V | 1 | 3,65 | 3,65 |
| 44 | limitador porta 1113 | 1 | 34,80 | 34,80 |
| 45 | CHAVETA QUEBRA DEDO | 1 | 8,45 | 8,45 |
| 46 | OLEO HIDRAULICO 68 | 4 | 9,98 | 39,92 |
| 47 | CHAPA ACO CARBONO | 1 | 126,54 | 126,54 |
| 48 | ARRUELA LISA 24MM | 1 | 3,77 | 3,77 |
| 49 | LAMPADA 21W 1034 24 V 2 POLO PINO DESENCONTRADO | 2 | 3,65 | 7,30 |
| 50 | macaneta externa porta | 1 | 62,42 | 62,42 |
| 51 | PORCA 8MM ROSCA | 1 | 0,59 | 0,59 |
| 52 | reparo valvula pedal | 1 | 89,60 | 89,60 |
| 53 | ARRUELA VEDAÇÃO ALUMINIO 20MM | 4 | 1,11 | 4,44 |
| 54 | THINNER | 1 | 10,95 | 10,95 |
| 55 | arruela vedação aluminio 16MM | 4 | 1,91 | 7,64 |
| 56 | OLHAL 16MM P/TUBO | 1 | 21,36 | 21,36 |
| 57 | VALVULA PEDAL FREIO | 1 | 339,90 | 339,90 |
| 58 | ARRUELA LISA 6MM | 4 | 0,33 | 1,32 |
| 59 | ARRUELA LISA 16MM | 2 | 0,96 | 1,92 |
| 60 | arruela pressao 14mm | 1 | 0,78 | 0,78 |
| 61 | PARAFUSO 14X30 | 1 | 2,56 | 2,56 |
| 62 | PARAFUSO 14 X 50 | 7 | 3,48 | 24,36 |
| 63 | PORCA 9/16 GROSSA | 1 | 1,11 | 1,11 |
| 64 | PORCA 14MM TORQUE ROSCA | 7 | 2,29 | 16,03 |
| 65 | DISCO DE DESBASTE | 1 | 14,65 | 14,65 |
| 66 | CHAPA DE ACO CARBONO | 2 | 16,90 | 33,80 |
| 67 | ABRAÇADEIRA PLASTICA 4.8 X 400MM | 6 | 0,63 | 3,78 |
| 68 | disco de corte 7 | 1 | 14,90 | 14,90 |
| 69 | OXIGENIO | 10 | 4,75 | 47,50 |
| 70 | tinta preto semi brilho | 0,5 | 28,28 | 14,14 |
| 71 | CONTRA PINO 5 MM | 2 | 1,25 | 2,50 |
| 72 | arruela vedação aluminio 16MM | 5 | 1,91 | 9,55 |
| 73 | ABRAÇADEIRA PLASTICA 4.8 X 400MM | 6 | 0,62 | 3,72 |
| Total Geral | | | | 4.528,29 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO

2.1 Os recursos para pagamento do objeto do presente Edital estarão garantidos através das classificações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
 Unidade Orçamentária:2003 - SECRET. DE EDUCACAO, CULTURA E ESPORTES
 Função:12 - Educação
 Subfunção:365 - Ensino Infantil
 Programa:12 - Desenvolvimento Educacional
 Ação:2.35 – MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL
 Despesa 130
 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
 Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
 Função:26 - Transporte

Subfunção:782 - Transporte Rodoviário
Programa:23 - Estradas Vicinais
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 152
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2005 - SECRET. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Função:20 - Agricultura
Subfunção:606 - Extensão Rural
Programa:20 - Assistência Ao Produtor Rural
Ação:2.40 - MANUTENÇÃO DE ATIVIDADE DE APOIO A AGRICULTURA
Despesa 244
3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.2 O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

2.3. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá fazer constar como beneficiário/cliente a ser indicado, da Nota Fiscal/Fatura correspondente, emitida sem rasuras, e ainda o número da Nota de Empenho, os números do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

2.4. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, os serviços prestados, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

3.1 A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de empreitada por preço unitário, conforme disposto na Lei nº 8.666/93.

3.2 O contrato terá início na data da sua assinatura e término em com a entrega total dos produtos e efetuação dos serviços.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

4.1 Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

- 4.1.1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
- 4.1.2. Relacionar-se com a CONTRATADA exclusivamente por meio de pessoa por ela indicada;
- 4.1.3. Assegurar o livre acesso dos empregados da CONTRATADA, quando devidamente identificados e uniformizados, aos locais em que devam executar suas tarefas;
- 4.1.4. Efetuar com pontualidade os pagamentos à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;
- 4.1.5. Fornecer à CONTRATADA, todos os esclarecimentos necessários para execução dos serviços e demais informações que estes venham a solicitar para o desempenho dos serviços ora contratados.

4.2. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

4.3. O CONTRATANTE efetuará a fiscalização e o acompanhamento da execução dos serviços por meio do Gestor/Fiscal do Contrato, devendo este fazer anotações e registros de todas as ocorrências e determinar o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados.

4.4. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

4.5. O CONTRATANTE não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1 A CONTRATADA assume como exclusivamente seus os riscos e as despesas necessárias à boa e perfeita prestação do serviço, conforme solicitado. Responsabiliza-se, também, pela idoneidade e pelo comportamento de seus empregados, prepostos ou subordinados, e ainda quaisquer prejuízos que sejam causados a Contratante ou a terceiros.

5.2 A CONTRATADA fica obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os vícios, defeitos e incorreções resultantes da execução do objeto.

CLÁUSULA SEXTA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 162/2017 – modalidade dispensa de licitação, obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas por lei.

CLÁUSULA SÉTIMA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520/2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07, e demais normas e Princípios de Direito Administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO DO CONTRATO

9.1 A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão.

9.2 Constituem motivos para rescisão do contrato as hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666/93.

9.3 A rescisão do contrato poderá ser:

9.3.1 Determinada por ato unilateral e escrito da Administração, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII do art. 78 da Lei nº 8.666/93

9.3.2 Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo da licitação, desde que haja conveniência para a Administração;

9.3.3 Judicial, nos termos da legislação aplicável.

CLÁUSULA NONA - PENALIDADES

10.1 Pela inexecução total ou parcial do contrato, o CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

10.1.1 Advertência;

10.1.2 Multa de 10% (dez por cento) sobre valor total do contrato;

10.1.3 Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo até 2 (dois) anos;

10.1.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação.

10.2 As sanções previstas nos itens 11.1.3 e 11.1.4 poderão, ainda, ser aplicadas caso a CONTRATADA:

10.2.1 Tenha sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

10.2.2 Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

CLÁUSULA DÉCIMA – DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessário na prestação de serviço, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

11.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto - SC, 18 de agosto de 2017

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

POPP MECANICA E AUTO PEÇAS LTDA EPP

TESTEMUNHAS:

| | |
|-------|-------|
| 1) | 2) |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |

CONTRATO ADMINISTRATIVO 300/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 300/2017

PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO

PRESENCIAL.**CONTRATANTE:**

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

CNPJ-MF n.º. 00.802.002/0001-02

Endereço: Rua Est. Boa Esperança, nº 2320, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul – SC

CEP: 89163-554

Representada por: Renato Fronza

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial –

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue especificações abaixo:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtidade. | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|-------------------------------|---|------------|----------|----------------|--------------|
| 01 | Bomba de vácuo até 2HP/CV | Potência/ vácuo: até 2hp/cv – potencia/ vácuo: 0,5hp/ 450mmhg | Deltramed | 01 | R\$ 2.250,00 | R\$ 2.250,00 |
| 02 | Destilador de água | Capacidade: Até 5 litros/hora | Cristofoli | 01 | R\$ 950,00 | R\$ 950,00 |
| 18 | Seladora | Aplicação: grau cirúrgico, tipo: manual/ pedal de aço inoxidável, modo de operação digital, capacidade de até 25 litros | Ecel | 01 | R\$ 685,71 | R\$ 685,71 |
| 22 | Balança Antropométrica Adulto | Modo de Operação digital | Ramuza | 02 | R\$ 950,00 | R\$ 1.900,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ 5.785,71 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:

2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 34

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA
ALTERMED MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
Representada por: Renato Fronza

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 301/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 301/2017
PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:
MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:
Empresa: METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA
CNPJ-MF n.º. 83.157.032/0001-22
Endereço: Rua Est. Boa Esperança, nº 1918, Bairro Fundo Canoas
Rio do Sul – SC – CEP: 89160-000
Representada por: Helena Maria Woitexen

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtidade. | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|--|--|---------------------|----------|----------------|--------------|
| 03 | Mocho | Material de confecção: aço/ferro pintado, com encosto, regulagem de altura a gás | Arktus | 01 | R\$ 514,00 | R\$ 514,00 |
| 20 | DEA – Desfibrilador Externo automático | Acessório: 1 eletrodo, bateria: mínimo de 200 choques, com tela de ECG | Heartsine/Samaritan | 01 | R\$ 6.989,00 | R\$ 6.989,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ 7.503,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de

regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:

2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 34

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

METROMED COMERCIO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA

Representada por: Helena Maria Woitexen

TESTEMUNHAS:

| | |
|-------|-------|
| 1) | 2) |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |

CONTRATO ADMINISTRATIVO 302/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 302/2017

PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES, autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL .

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES

CNPJ-MF n.º. 08.117.149/0001-67

Endereço: Av. 21 de Abril, nº 274, Bairro Centro

BARÃO DE COTEGIPE – RS – CEP: 99740-000

Representada por: Renato Sfredo Meurer

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtdade. | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|-------------------------|--|-----------------|---------|----------------|--------------|
| 04 | Escada com dois degraus | Material de confecção: aço inoxidável | RENASCER | 08 | R\$ 230,00 | R\$ 1.840,00 |
| 21 | Estetoscópio Adulto | Tipo Duplo, auscultador de aço inoxidável | BIC | 07 | R\$ 109,00 | R\$ 763,00 |
| 23 | Nebulizador Portátil | Tipo ultrassônico, 01 saída simultânea | NS/ RESPIRAMAX | 02 | R\$ 280,00 | R\$ 560,00 |
| 24 | Esfigmomanômetro | Para uso adulto, conjunto integrado com pêra, válvula e manômetro. Sistema à prova de choques. Aprovado em testes de resistência a queda, conforme padrões Americano (AAMI SP9 NORM) e Europeu (EURO NORM EN1060). Manômetro com segurança de sobre pressão, que assegure desempenho e durabilidade. Micro filtro que protege a válvula e o manômetro. Mostrador grande que proporcione leitura clara. Ponteiro de alta qualidade, calibrado, durável e resistente a choques. Pêra insufladora grande, para rápida insuflação do manqueto. Manqueto de tubo único e braçadeira com fechamento em velcro resistente lavável, para uso adulto de dimensões aproximadas a circunferência do braço: 25cm à 34,5cm; . Apoio palmar ajustável para destros e canhotos. | HEINE/ GAMMA G5 | 04 | R\$ 595,00 | R\$ 2.380,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ 5.543,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
 Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
 Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
 Função:10 - Saúde
 Subfunção:301 - Atenção Básica
 Programa:9 - Saude Com Qualidade
 Ação:
 2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
 Despesa 34
 4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III. Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

Empresa: MAXI DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS HOSPITALARES

Representada por: Renato Sfredo Meurer

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 303/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 303/2017
PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa JHONATAN BAGATOLI ME, autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL –

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: JHONATAN BAGATOLI – ME
CNPJ-MF n.º. 22.992.632/0001-11
Endereço: Av. Juscelino K de Oliveira, nº 117, sala 02, Bairro Seminário
Taio – SC – CEP: 89190-000
Representada por: Jhonatan Bagatoli

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial –

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtidade. | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|---------------|--|-----------|----------|----------------|--------------|
| 05 | Balde e Pedal | Material de confecção: polipropileno, com capacidade de 30 até 49 litros | Agrapalst | 01 | R\$ 50,60 | R\$ 50,60 |
| 16 | Televisor | Tipo LED, tamanho da tela mínimo de 42", com conversor digital, com entrada HDMI, Com portas USB | AOC | 02 | R\$ 1.728,00 | R\$ 3.456,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ 3.506,60 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:

2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 34

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

JHONATAN BAGATOLI – ME

Representada por: Jhonatan Bagatoli

TESTEMUNHAS:

| | |
|-------|-------|
| 1) | 2) |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |

CONTRATO ADMINISTRATIVO 304/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 304/2017

PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa PRO HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL –

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: PRO HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

CNPJ-MF nº. 05.077.346/0001-01

Endereço: Rua Tuiuti, nº 165, sala 04, Bairro Centro

RIO DO SUL – SC – CEP: 89160-045

Representada por: Carlos André dos Santos

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial –

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtdade. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|--------------------------------|--|---------|---------|----------------|-------------|
| 07 | Carro para material de limpeza | Material de confecção: polipropileno; possui balde espremedor, possui kit com MOP's líquido e pó, placa sinalização e pá; possui saco de vinil | Moph II | 01 | R\$ 930,00 | R\$ 930,00 |

| | | | | | | |
|--------------|--|---|---------------|----|--------------|--------------|
| 19 | Autoclave Horizontal de Mesa (até 75 litros) | Câmara de esterilização de aço inoxidável, modo de operação digital, capacidade de até 25 litros. | Stermax extra | 02 | R\$ 2.790,00 | R\$ 5.580,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ 6.510,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:

2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 34

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os

acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

PRO HOSPITAL SUL COMERCIO DE MATERIAIS MÉDICOS E ODONTOLÓGICOS

Representada por: Carlos André dos Santos

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 305/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 305/2017

PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO

CNPJ-MF n.º. 17.184.520/0001-02
Endereço: Rua Aucária, nº 139 , Bairro Palmital
CHAPECÓ – SC – CEP : 89814-253
Representada por: ROSIMARI BORIN BADIN

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial –

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtidade. | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|--|--|------------------------------|----------|----------------|---------------|
| 08 | Câmara para conservação de imunobiológicos | Sistema de emergência (bateria/ no break) de no mínimo 24 horas; material de confecção do gabinete externo em aço/ ferro pintado; material de confecção do gabinete interno em polipropileno, temperatura entre +2°C e +8°C, porta confeccionada em vidro duplo, capacidade de no mínimo 20 litros (vertical), possui circulação de ar forçado e contra porta. | BIOTECNO – BT – 1100/120 TOP | 01 | R\$ 10.754,00 | R\$ 10.754,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ 10.754,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:9 - Saude Com Qualidade
Ação:
2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
Despesa 34
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

MEGHA EQUIPAMENTOS E MATERIAIS MÉDICO

Representada por: ROSIMARI BORIN BADIN

TESTEMUNHAS:

1) 2)
Nome: Nome:
CPF: CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 306/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 306/2017
PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa L.A.C.N INFORMATICA LTDA, autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL –

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO
CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69
Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111
Centro, Pinheiro Preto - SC.
Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: L.A.C.N INFORMATICA LTDA
CNPJ-MF n.º. 11.924.851/0001-47
Endereço: Rua Marechal Deodoro, nº 337, Bairro Centro
CAMPOS NOVOS – SC – CEP: 89620-000
Representada por: Angelo Da Cas

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial –

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtidade. | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|----------------------------|---|-----------|----------|----------------|--------------|
| 12 | Mesa de Escritório | Base de aço/ ferro pintado, composição simples, material de confecção madeira/ MDP/ MDF/ Similares, Divisões de 01 a 02 gavetas | Lunasa | 01 | R\$ 200,94 | R\$ 200,94 |
| 15 | No-break (para computador) | Potência: 1KVA, tensão: entrada /saída: bi-volt, alarmes: audiovisual, bateria interna: 01 selada, garantia: mínima de 12 meses | Energylux | 03 | R\$ 364,60 | R\$ 1.093,80 |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ 1.294,74 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:

2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 34

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

L.A.C.N INFORMATICA LTDA

Representada por: Angelo Da Cas

TESTEMUNHAS:

| | |
|-------|-------|
| 1) | 2) |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |

CONTRATO ADMINISTRATIVO 307/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 307/2017

PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA

CNPJ-MF n.º. 19.554.960/0001-21

Endereço: Rua Travessa Marcon, nº 29, sala 05, Bairro Centro

CONCORDIA – SC – CEP: 89700-035

Representada por: FABRICIO FRACASSO

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial –

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtidade. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|-----------|---------------|-------|----------|----------------|-------------|
|------|-----------|---------------|-------|----------|----------------|-------------|

| | | | | | | |
|----|-------------------------------|---|----------|----|--------------|--------------|
| 17 | Computador (desktop - básico) | Mouse USB, 800 DPI, 2 botões, Scrool (com fio), fonte compatível com o ITEM, Sistema operacional: Windows 07 pro (64 Bits), Garantia mínima de 12 meses, teclado USB, ABNT2, 107 teclas (com fio), interfaces de rede 10/100/1000 e wifi, interfaces de vídeo integradas, processador no mínimo intel core i3 ou AMD a10, memória RAM 4GB, DDR3 1600, MHZ, disco rígido mínimo de 500 GB, Tipo de monitor: 18,5" (1366 x 768), Unidade de disco ótico CD/DVD Rom. | Fulltech | 03 | R\$ 1.620,00 | R\$ 4.860,00 |
|----|-------------------------------|---|----------|----|--------------|--------------|

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE
Função:10 - Saúde
Subfunção:301 - Atenção Básica
Programa:9 - Saude Com Qualidade
Ação:
2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE
Despesa 34
4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

FULLTECH EQUIPAMENTOS LTDA

Representada por: FABRICIO FRACASSO

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 308/2017

ONTRATO ADMINISTRATIVO 308/2017

PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MARIA CIRLEI DA VEIGA autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MARIA CIRLEI DA VEIGA

CNPJ-MF n.º. 20.132.097/0001-01

Endereço: Rua José Cosme Pamplona, nº 2350, sala 02, Bairro Bela Vista

PALHOÇA -SC – CEP: 88132-700

Representada por: MARIA CIRLEI DA VEIGA

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial –

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtidade. | Valor Unitário | Valor Total |
|------|-----------------|--|----------------------------|----------|----------------|--------------|
| 13 | Ar condicionado | Capacidade: de 9.000 a 12.000 BTUs, Tipo split, função quente e frio | ELGIN/ECO PLUS HEQ – 9.000 | 06 | R\$ 1.144,00 | R\$ 6.864,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:

2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 34

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

MARIA CIRLEI DA VEIGA

TESTEMUNHAS:

| | |
|-------|-------|
| 1) | 2) |
| Nome: | Nome: |
| CPF: | CPF: |

CONTRATO ADMINISTRATIVO 309/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO 309/2017

PREGÃO PRESENCIAL 054/2017

Termo de Contrato de FORNECIMENTO celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA, autorizado através do Processo n 159/2017 Licitação nº 054/2017, modalidade PREGÃO PRESENCIAL –

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço: (sede): Avenida Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA

CNPJ-MF n.º. 23.518.341/0001-59

Endereço: Rua Felipe Schmidt, nº 265, sala 03, Bairro Centro

Joaçaba – SC – CEP: 89600-000

Representada por: LUCIANO PILATTI

Em conformidade com o processo de licitação na modalidade Pregão Presencial nº 054/2017, datado de 18 de agosto de 2017, na forma e condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

INTRODUÇÃO

O presente contrato rege-se pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, bem como pela Lei nº 8.666/93, e ainda as condições da Licitação 054/2017, modalidade Pregão Presencial –

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E DO PREÇO

AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS/ MATERIAIS PERMANENTES PARA A UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, conforme segue:

| ITEM | DESCRIÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | MARCA | Qtdade. | Valor Unitário | Valor Total |
|--------------|---------------------------------|---|----------|---------|----------------|--------------|
| 06 | Armário | Dimensões mínimas de confecção: de 1800 x 700 mm até 2100 x 1100 mm, em aço. | Lunasa | 02 | R\$ 315,00 | R\$ 630,00 |
| 09 | Cadeira | Material de confecção: aço/ ferro pintado, assento/encostos em polipropileno | Metalcad | 06 | R\$ 55,00 | R\$ 330,00 |
| 10 | Projektor/ multimídia (datshow) | Tecnologia: LCD resolução: mínima nativa de 1024 x 768, entrada: de VGA a Full HD luminosidade: mínimo de 2500 lumens, conectividade: entrada/ Saída RGB 15 pinos e HDMI Garantia: mínima de 12 meses. | Epson | 01 | R\$ 2.100,00 | R\$ 2.100,00 |
| 11 | Computador Portátil (Notebook) | Processador: no mínimo intel core I3 ou AMD A10, memória RAM 4GB, DDR3, 1600 MHZ, Disco rígido mínimo de 500 GB, Unidade de disco ótico CD/DVD ROM, Teclado ABNT2, Mouse: touchpad, Interfaces de rede 10/100/1000 e WIFI, Possui Webcam, Garantia mínima de 12 meses, bateria 6 células, tamanho de tela LCD de 14" ou 15", Interface USB, HDMI, Display Port ou VGA e Leitor de cartão, Sistema Operacional Windows 8 Pro (64 bits) | Acer | 01 | R\$ 2.100,00 | R\$ 2.100,00 |
| 14 | Arquivo | Material de confecção: aço, Gavetas: 4 gavetas para pasta suspensa, deslizamento da gaveta por trilho telescópico | Lunasa | 01 | R\$ 487,00 | R\$ 487,00 |
| VALOR TOTAL: | | | | | | R\$ 5.647,00 |

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PAGAMENTO DO PREÇO

O pagamento do preço será efetuado por meio de depósito na conta bancária da contratada, até o 5º (quinto) dia do recebimento definitivo, através de Ordem Bancária, mediante apresentação da nota fiscal, devidamente atestada pelo setor competente.

Parágrafo primeiro. Para execução do pagamento de que trata a presente Cláusula, a CONTRATADA deverá EXPEDIR NOTA FISCAL, emitida sem rasuras, o número do Banco, da Agência e da conta corrente da CONTRATADA e a descrição clara e sucinta do objeto.

Parágrafo segundo. A CONTRATADA deverá, ainda, juntamente com a Nota Fiscal / Fatura, apresentar os documentos comprobatórios de

regularidade fiscal e trabalhista, exigidos no Edital de Licitação.

Parágrafo terceiro. Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual, sem que isso gere direito a acréscimos de qualquer natureza.

Parágrafo quarto. Ao CONTRATANTE fica reservado o direito de não efetuar o pagamento se, no momento da aceitação, o material, não estiverem em perfeitas condições e em conformidade com as especificações estipuladas.

Parágrafo quinto. O fornecimento deverá ser parcelado, de acordo com as necessidades do Município, sendo o transporte de responsabilidade da contratada.

Parágrafo Sexto. O pagamento correrá à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:

2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 34

4.4.90.00.00 Aplicações Diretas

CLÁUSULA TERCEIRA – DO REGIME DE EXECUÇÃO e VIGÊNCIA

A forma de execução do presente Contrato será indireta, sob o regime de preço global, conforme disposto na Lei nº 8.666/1993.

O contrato terá início em 18/08/2017 com término em 31/12/2017.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do CONTRATANTE, sem prejuízo das disposições específicas estabelecidas no Edital:

1. Cumprir e fazer cumprir o disposto neste Contrato;
2. Efetuar o pagamento à CONTRATADA, após o cumprimento das formalidades legais;

Parágrafo Primeiro. O CONTRATANTE reserva para si o direito de aplicar sanções ou rescindir o contrato, no caso de inobservância pela CONTRATADA de quaisquer das cláusulas e condições estabelecidas neste Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA se obriga a cumprir fielmente o estipulado no presente instrumento, bem como as obrigações específicas estabelecidas do Edital e, ainda, em especial:

- I. Executar o contrato em conformidade com o Edital;
- II. Prestar todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pelo CONTRATANTE, atendendo prontamente a todas as reclamações;
- III Cumprir todas as orientações do CONTRATANTE para o fiel desempenho das atividades especificadas e sujeitar-se à mais ampla e irrestrita fiscalização, prestando todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados e atendendo às reclamações formuladas;
- IV Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA ALTERAÇÃO

Este Contrato poderá, nos termos do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser alterado por meio de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, atendido o disposto na Lei nº 8.666/93, salvo as supressões resultantes de acordos celebrados entre os contratantes.

CLÁUSULA SÉTIMA - VINCULAÇÃO DO CONTRATO

6.1 - O presente contrato fica vinculado à Licitação nº 054/2017 – modalidade pregão presencial – , obrigando-se à CONTRATADA em manter a vigência do presente contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

6.2 A CONTRATADA obriga-se a cumprir o disposto no artigo 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal, de acordo com a declaração de que não emprega menores prestada durante a fase de habilitação, sob pena das sanções legais cabíveis.

6.3 A Contratante não responderá por quaisquer ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação tributária, trabalhista, previdenciária ou securitária e decorrentes da execução do presente Contrato, cujo cumprimento e responsabilidade caberá, exclusivamente à Contratada.

6.4 A Contratante não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros ainda que vinculados à execução do presente Contrato, bem como por quaisquer danos causados a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA OITAVA - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007.

O presente contrato rege-se pelas disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações, Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 2.785/07 de 24 de janeiro de 2007, e demais normas e princípios de direito administrativo aplicáveis.

CLÁUSULA NONA – DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite de 25 % (vinte e cinco por cento).

9.2. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventual controvérsia oriunda do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 18 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CONTRATADA

MAXI MOVEIS E PAPELARIA LTDA

Representada por: LUCIANO PILATTI

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 310/2017

PREGÃO PRESENCIAL 068/2017

MINUTA CONTRATO DE SEGURO VEÍCULOS N.º: 310/2017.

Termo de Contrato de SEGURO DE VEÍCULOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa GENTE SEGURADORA SA, autorizado através do Processo n. 240/2017, Licitação n. 068/2017, modalidade Pregão Presencial.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF nº. 82.827.148/0001-69

Endereço:(sede): Av. Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: GENTE SEGURADORA SA

CNPJ-MF n.º. 90.180.605/0001-02

Endereço: Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 450, Bairro: Centro Historico

PORTE ALEGRE – SC – CEP: 90020-060

Representada por: SERGIO SUSLIK WAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro veículos e máquinas de propriedade do Município, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE pregão presencial nº 068/2017, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2 O presente contrato rege-se pelas normas de Direito Público, pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de:

| ITEM | QTDDE | DESCRIÇÃO | PREÇO TOTAL (R\$) |
|------|-------|---|-------------------|
| 01 | 1 | VEÍCULO TOYOTA HILUX CD 4X4 SRV, 1.6, ANO/MODELO 2006, PLACA MAR 4316, RENAVAL 891179313, CHASSI 8AJFZ29G366024213. | R\$ 500,30 |

2.2. As despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:2 - Município de Pinheiro Preto
Órgão Orçamentário:2000 - PODER EXECUTIVO
Unidade Orçamentária:2006 - SECRET. DE TRANSPORTES E OBRAS
Função:26 - Transporte
Subfunção:782 - Transporte Rodoviário
Programa:23 - Estradas Vicinais
Ação:2.42 - MANUTENÇÃO SECRETARIA DE TRANSPORTE E OBRAS
Despesa 150 3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.3 - O pagamento será efetuado de forma fracionada, em três parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 3 dias após a assinatura do presente contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital e as demais nas datas estipuladas, na forma deste item, estipulado no documento de cobrança.

Parágrafo único. O contrato valerá para os novos veículos adquiridos, cujas coberturas serão as mesmas, dentro dos parâmetros aqui fixados, bem como os mesmos valores referente prêmio a ser pago, e dentro do limite de acréscimo e supressão de 25 %.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá a seguinte vigência de 12 meses a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único. As apólices do seguro farão parte integrante do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 O não cumprimento das obrigações assumidas e ou a não observância dos preceitos legais aplicáveis à espécie, implicará na aplicação das seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

- Advertência;
- Multa de 10% sobre o valor total do contrato;
- Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;
- Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.
- Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Parágrafo único. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93.

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a1. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

a2. o desatendimento das determinações regulares da autoridade competente;

a3. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

a4. a intervenção da companhia promovida pelos Órgãos Competentes;

a5. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera

administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a6. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.2.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

4.2.3. A Contratada reconhece os direitos da Administração previstos no art. 77 da Lei 8.666/93.

4.2.4. O presente contrato fica vinculado ao Edital de Licitação n. 068/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3 - O licitante fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% do valor inicial.

5.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 21 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

GENTE SEGURADORA SA

Representada por: SERGIO SUSLIK WAIS

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

CONTRATO ADMINISTRATIVO 311/2017

PREGÃO PRESENCIAL 068/2017

MINUTA CONTRATO DE SEGURO VEÍCULOS N.º: 311/2017.

Termo de Contrato de SEGURO DE VEÍCULOS celebrado entre o MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO, ESTADO DE SANTA CATARINA, e a empresa MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A, autorizado através do Processo n. 240/2017, Licitação n. 068/2017, modalidade Pregão Presencial.

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO

CNPJ-MF n.º. 82.827.148/0001-69

Endereço:(sede): Av. Mal. Costa e Silva, 111

Centro, Pinheiro Preto - SC.

Representada por: PEDRO RABUSKE

CONTRATADA:

Empresa: MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

CNPJ-MF n.º. 61.074.175/0001-38

Endereço: Avenida das Nações Unidas, 14261, 29º ANDAR

CEP: 04.794-000

São Paulo/SP

Representada por: Joacir José Weirich

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO E AMPARO LEGAL

1.1 O presente contrato tem por objeto a contratação de seguro veículos e máquinas de propriedade do Município, de acordo com as especificações constantes do Edital MODALIDADE pregão presencial nº 068/2017, que passa a fazer parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição.

1.2 O presente contrato rege-se pelas normas de Direito Público, pela Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002, Decreto Municipal nº 2.785, de 24 de janeiro de 2007, e Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

2.1 - A CONTRATADA obriga-se a fornecer o objeto deste instrumento, especificado (s) e quantificado (s) na cláusula primeira, pelo preço de:

| ITEM | QTDDE | DESCRIÇÃO | PREÇO TOTAL (R\$) |
|------|-------|---|-------------------|
| 02 | 1 | VEICULO FIAT MOBI LIKE, 1.0, ANO/MODELO 2018, PLACA QIN 1165, CHASSI 9BD341A5XJY477482, RENAVAL 1122263659. | R\$ 295,16 |

2.2. As despesas correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:3 - Fundo Municipal de Saúde de Pinheiro Preto

Órgão Orçamentário:3000 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Unidade Orçamentária:3001 - FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE

Função:10 - Saúde

Subfunção:301 - Atenção Básica

Programa:9 - Saude Com Qualidade

Ação:2.50 - MANUTENÇÃO ATIV. DA SAÚDE

Despesa 29

3.3.90.00.00 Aplicações Diretas

2.3 - O pagamento será efetuado de forma fracionada, em três parcelas iguais, mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira 3 dias após a assinatura do presente contrato, observado o cumprimento integral das disposições contidas no Edital e as demais nas datas estipuladas, na forma deste item, estipulado no documento de cobrança.

Parágrafo único. O contrato valerá para os novos veículos adquiridos, cujas coberturas serão as mesmas, dentro dos parâmetros aqui fixados, bem como os mesmos valores referente prêmio a ser pago, e dentro do limite de acréscimo e supressão de 25 %.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA

O contrato terá a seguinte vigência de 12 meses a partir da data de sua assinatura.

Parágrafo único. As apólices do seguro farão parte integrante do contrato.

CLÁUSULA QUARTA - PENALIDADES E DA RESCISÃO.

4.1. DAS PENALIDADES

4.1.1 O não cumprimento das obrigações assumidas e ou a não observância dos preceitos legais aplicáveis à espécie, implicará na aplicação das seguintes penalidades isolada ou conjuntamente:

a) Advertência;

b) Multa de 10% sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão do direito de licitar junto ao Município por até dois (02) anos;

d) Declaração de Inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes. A declaração de inidoneidade poderá abranger, além da empresa, seus diretores e responsáveis técnicos.

e) Rescisão contratual sem que decorra do ato direito de qualquer natureza ao Contratada.

Parágrafo único. Na aplicação destas penalidades serão admitidos os recursos previstos em Lei e garantido o contraditório e a ampla defesa.

4.2 - DA RESCISÃO DO CONTRATO

4.2.1 O Contrato poderá ser rescindido, ainda, nas seguintes modalidades, sem prejuízo do disposto no art. 78 da Lei n. 8.666/93.

a) Unilateralmente, a critério exclusivo da Administração Municipal, mediante formalização, assegurado o contraditório e a ampla defesa e especialmente:

a1. a subcontratação total ou parcial do objeto deste Edital, a associação da licitante vencedora com outrem, a cessão ou transferência, total

ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, que afetem o cumprimento da obrigação assumida;

a2. o desatendimento das determinações regulares da autoridade competente;

a3. o cometimento reiterado de faltas na execução do objeto deste Edital, anotadas na forma do § 1º, do art. 67, da Lei n. 8.666, de 21 de junho de 1993;

a4. a intervenção da companhia promovida pelos Órgãos Competentes;

a5. razões de interesse público, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pela máxima autoridade da esfera administrativa a que está subordinado o licitante vencedor e exaradas no processo administrativo a que se refere o contrato; e

a6. a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovada, impeditiva da execução do Contrato.

b) Amigavelmente, por acordo entre as partes, desde que haja conveniência para a Administração;

c) Judicialmente, nos termos da legislação vigente.

4.2.2. A rescisão administrativa ou amigável deverá ser precedida de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente.

4.2.3. A Contratada reconhece os direitos da Administração previstos no art. 77 da Lei 8.666/93.

4.2.4. O presente contrato fica vinculado ao Edital de Licitação n. 068/2017.

CLÁUSULA QUINTA - DAS CONDIÇÕES GERAIS

5.1. A tolerância relativa às infrações cometidas contra disposições deste Contrato não exime de ver exigida, a qualquer tempo, seu cumprimento integral.

5.2. A Contratada se obriga a manter as condições de habilitação e qualificação durante a vigência deste contrato.

5.3 - O licitante fica obrigado a aceitar, nas mesmas condições licitadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas compras, até 25% do valor inicial.

5.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, Estado de Santa Catarina, para dirimir eventuais litígios oriundos do presente Contrato.

E, por assim acordarem, firmam este instrumento em quatro vias, de igual teor e forma, perante duas testemunhas abaixo assinadas.

Pinheiro Preto – SC, 21 de agosto de 2017.

CONTRATANTE

PEDRO RABUSKE

PREFEITO MUNICIPAL

CONTRATADA

MAPFRE SEGUROS GERAIS S/A

TESTEMUNHAS:

1)

Nome:

CPF:

2)

Nome:

CPF:

Piratuba

PREFEITURA

ADENDO 01 PREGÃO Nº 066/2017

REFEITURA MUNICIPAL DE PIRATUBA - SC

AVISO DE LICITAÇÃO

ADENDO 01 AO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 066/2017

O Município de Piratuba, SC, através do Supervisor de Compras, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é Registro de Preço para contratação de empresa para fornecimentos de material impressos destinados as unidades administrativas do Município, conforme especificações no Anexo "E" do Edital, e também alterando a data de recebimento dos envelopes contendo as propostas de preços e documentações de habilitação para o dia 14 de setembro de 2017, às 08h15, sendo a abertura da licitação neste mesmo dia às 08h30.

Informações complementares: o Edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na home page www.piratuba.sc.gov.br, link "Licitações". Informações complementares poderão ser obtidas no Departamento de Compras deste Município, situado na Rua Governador Jorge Lacerda, 272, Centro, de segunda a sexta em horário de expediente normal, ou pelo fone fax (49) 3553-0288.

Piratuba, SC, 24 de agosto de 2017.

Carlos Alberto Maltauro

Supervisor de Compras

Planalto Alegre

PREFEITURA

PORTARIA 180/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE PLANALTO ALEGRE

PORTARIA Nº 0180/2017

NOMEIA SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL PARA RESPONDER PELA GESTÃO DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JUARES BET, Prefeito de Planalto Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a legislação em vigor.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a Servidora Pública Sra. Dirlete Aparecida Marangoni, Assistente Social – CRAS - para responder pela gestão do departamento de Saúde e Assistência Social até a contratação de nova profissional.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes desta portaria serão usados recursos do orçamento vigente.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrario.

Planalto Alegre – SC, em 23 de Agosto de 2017.

JUARES BET

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Pomerode

PREFEITURA

LEI ORDINÁRIA N.º 2.927/2017

LEI ORDINÁRIA N.º 2.927/2017

DISPÕE SOBRE O PROGRAMA DE COMBATE A PICHACOES NO MUNICÍPIO DE POMERODE.

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Combate a Pichações no município de Pomerode, que visa ao enfrentamento à poluição visual e à degradação paisagística, ao atendimento do interesse público, à ordenação da paisagem da cidade com respeito aos seus atributos históricos e culturais, bem como, à promoção do conforto ambiental e da estética urbana do Município.

Parágrafo único. Constitui objetivo do Programa de Combate a Pichações assegurar, dentre outros:

I - o bem estar estético e ambiental da população;

II - a proteção, preservação e recuperação do patrimônio arqueológico, histórico, cultural, artístico, paisagístico, de consagração popular, bem como, a valorização do meio ambiente urbano;

III - a percepção dos elementos referenciais da paisagem e a preservação das características peculiares dos logradouros públicos e das edificações públicas e privadas;

IV - o equilíbrio de interesses dos diversos agentes atuantes na cidade para a promoção da melhoria da paisagem do Município;

V - reconhecer a prática do grafite como manifestação artística e cultural;

Art. 2º O Município de Pomerode, poderá receber denúncias de atos de pichação através da Ouvidoria Municipal, contato telefônico ou meio eletrônico.

Art. 3º Para os fins de aplicação desta lei considera-se ato de pichação riscar, desenhar, escrever, borrar, ou por outro meio, conspurcar edificações públicas ou particulares ou suas respectivas fachadas, equipamentos públicos, monumentos ou coisas tombadas e elementos do mobiliário urbano.

Parágrafo único. Ficam excluídos do programa instituído por esta lei os grafites realizados com o objetivo de valorizar o patrimônio público ou privado mediante manifestação artística, desde que consentida pelo proprietário e, quando couber, pelo locatário ou arrendatário do bem privado e, no caso de bem público, com a autorização do órgão ou entidade competente e a observância das posturas municipais e das normas editadas pelos órgãos governamentais responsáveis pela preservação e conservação do patrimônio histórico e artístico.

Art. 4º O ato de pichação constitui infração administrativa passível de multa no valor de 500 UFM's a 25000 UFM's, independentemente das sanções penais cabíveis e da obrigação de indenizar os danos de ordem material e moral causados.

§ 1º Se o ato for realizado em monumento ou bem tombado, a multa será aplicada em dobro, além do ressarcimento das despesas de restauração do bem pichado.

§ 2º Em caso de reincidência a multa será aplicada em dobro, observando ainda o disposto no parágrafo 1º.

§ 3º Caso o infrator seja menor de idade, deverá ser identificado os responsáveis deste, informando as autoridades competentes, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (Lei Federal n.º 8.069, de 13 de julho de 1990), para que se proceda a reparação dos danos, nos termos da Legislação Civil.

§ 4º - Os critérios para fixação de multa serão regulamentados pelo Poder Executivo, respeitada a proporcionalidade das condutas.

Art. 5º Até o vencimento do prazo para pagamento da multa, o

responsável poderá firmar Termo de Compromisso de Reparação da Paisagem (TCRP), cujo integral cumprimento afastará a incidência da multa prevista nesta lei e poderá abranger também a obrigação de indenizar os danos de ordem material e moral porventura ocasionados, nos termos de decreto regulamentar.

§ 1º O TCRP fixará como contrapartida ao infrator, preferencialmente, a reparação do bem por ele pichado ou a prestação de serviço em outra atividade de zeladoria urbana equivalente, a critério do Poder Público Municipal, além de aderir a Programa Educativo destinado ao infrator de forma a incentivar o desenvolvimento da prática do grafite.

§ 2º A celebração do TCRP não afastará a reincidência em caso de nova infração.

Art. 6º Após o vencimento do prazo para pagamento da multa, o débito será inscrito em dívida ativa, passível o infrator de protesto extrajudicial, além de o responsável ser demandado para ressarcimento das despesas e custos de reparação do bem pichado.

Art. 7º Os valores decorrentes da aplicação da multa administrativa prevista nesta Lei serão destinados obrigatoriamente:

I - ao combate à pichação; e

II - à realização de políticas públicas destinadas a recuperar bens afetados por tais atos infracionais".

Art. 8º O autor ou autores do ato de pichação presos em flagrante delito ou que foram posteriormente identificados não poderão ser contratados pela Administração Direta e Indireta do Município para exercer qualquer espécie de atividade remunerada pelo prazo de 02 (dois) anos.

§ 1º O Poder Público manterá cadastro atualizado dos infratores apenados nos termos desta lei, contendo os números do documento de identidade e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas - CPF do Ministério da Fazenda, a data de nascimento, a filiação e endereços residencial e comercial.

§ 2º O integral cumprimento do TCRP afastará a restrição prevista no caput deste artigo, desde que o infrator não seja reincidente.

Art. 9º O Poder Executivo poderá celebrar termos de cooperação com a iniciativa privada visando ao fornecimento de mão de obra, tintas e outros materiais necessários à execução dos serviços do programa ora instituído, sem prejuízo de demandar o autor do ato de pichação para ressarcimento dos danos de ordem material e moral porventura ocasionados.

Parágrafo único. O cooperante poderá exigir placa indicativa da cooperação, cujas dimensões serão estabelecidas em decreto regulamentar do Poder Executivo, pelo período máximo de 1 (um) ano e contendo a seguinte inscrição: "Espaço público recuperado com o apoio de ...".

Art. 10. Os estabelecimentos que comercializam tintas em embalagens do tipo aerossol deverão manter registro que contenha o número da nota fiscal e a identificação do comprador, obrigatoriamente maior de 18 (dezoito) anos.

Parágrafo único. Sempre que solicitados pela fiscalização, os estabelecimentos referidos neste artigo deverão apresentar relação de notas fiscais lançadas com a identificação do comprador.

Art. 11. Constituem infrações administrativas punidas com multa no valor de 2000 UFM's ao estabelecimento comercial que:

I - comercializar o produto a menor de 18 (dezoito) anos;

II - não apresentar a relação de notas fiscais lançadas com a identificação do comprador;

III - não manter cadastro atualizado dos adquirentes do produto em nome, endereço, números da Cédula de Identidade e do CPF, marca e cor da tinta adquirida.

Parágrafo único. Em caso de reincidência, a multa será aplicada em dobro e poderá sujeitar o estabelecimento comercial à suspensão

parcial ou total das atividades.

Art. 12. Esta lei entra em vigor 30 (trinta) dias após a data de sua publicação.

Art. 13 - Revogam-se as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 24 de agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em exercício

LEI ORDINÁRIA N.º 2.928/2017

LEI ORDINÁRIA N.º 2.928/2017

DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE BANHEIROS QUÍMICOS NOS EVENTOS PÚBLICOS REALIZADOS NO MUNICÍPIO DE POMERODE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em exercício, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município que, a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - É obrigatória a colocação de banheiros químicos removíveis em eventos públicos realizados no âmbito do município de Pomerode, para uso dos seus frequentadores.

Parágrafo Único - Considera-se evento público, para efeitos de aplicação da presente Lei, aquele que se realizar, em caráter eventual ou não, nos logradouros públicos ou em áreas particulares de livre acesso ao público, mediante cobrança ou não de ingresso.

Art. 2º - A quantidade de banheiros químicos a ser instalada será proporcional ao número de pessoas que participará do evento, através de informações prestadas pelos organizadores no momento da solicitação para autorização de realização do mesmo junto ao órgão competente do Município de Pomerode.

§ 1º - A proporção será de 1 (um) banheiro químico para cada 200 (duzentas) pessoas, respeitando a mesma proporção de banheiros masculinos e femininos.

§ 2º - Será garantida a instalação de banheiros adaptados às necessidades dos portadores de deficiência não inferior a 5% (cinco por cento) do número dos banheiros químicos comuns. No mínimo, deverá haver um banheiro adaptado.

§ 3º - A instalação de banheiros químicos para crianças é obrigatória em eventos em que seja admitida a sua presença.

§ 4º - O banheiro químico será instalado em local adequado, precorrendo as regras estabelecidas pelo órgão competente, observando as 2 (duas) horas que antecedem o horário de início do evento e retirado em até 2 (duas) horas após seu término.

§ 5º - Todo banheiro químico deve conter lavatório provido de material para a limpeza e enxugo ou secagem das mãos.

Art. 3º - Ficam excetuados da obrigatoriedade contida no artigo 1º desta Lei:

I - eventos em locais fechados que disponham de banheiros fixos aprovados pelo Município de Pomerode em quantidade considerada suficiente; e

II - eventos em local aberto que já dispuser de banheiros fixos aprovados pelo Município de Pomerode em quantidade considerada suficiente.

Art. 4º - O responsável pelo evento deve zelar pela manutenção e pela limpeza dos banheiros químicos, que deverão permanecer no local durante o período destinado à realização do evento.

Art. 5º - Os responsáveis/organizadores pelos eventos públicos que não cumprirem o disposto nesta Lei terão as seguintes sanções:

I - notificação;

II - multa no valor de 200 (duzentas) UFM's, por banheiro químico não instalado, por dia de evento, a ser aplicada ao responsável pelo evento.

Parágrafo Único - O órgão competente responsável pela fiscalização e a aplicação das sanções serão regulamentadas em Decreto do Executivo Municipal, no prazo de 90 (noventa) dias, a partir da

publicação da presente lei.

Art. 6º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Pomerode (SC), 24 de agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em exercício

LEI ORDINÁRIA N.º 2.929/2017

LEI ORDINÁRIA N.º 2.929/2017

ALTERA A REDAÇÃO DA EMENTA E DO ARTIGO 1º DA LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 2.432/2011.

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em exercício, no uso das atribuições que lhe conferem a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a ementa da Lei Ordinária Municipal nº 2432/2011, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A EXECUTAR SERVIÇOS EM PROPRIEDADES PRIVADAS EM CASO DE OCORRÊNCIA DE DESASTRES NATURAIS E ACIDENTES PROVOCADOS PELO HOMEM DE CONSIDERÁVEL REPERCUSSÃO NO MUNICÍPIO DE POMERODE".

Art. 2º - O artigo 1º do diploma legal fica alterado para:

"O Poder Executivo Municipal, está autorizado a executar serviços de remoção de materiais e terraplanagem em propriedades particulares localizadas no território municipal, em caso de ocorrência de desastres naturais como deslizamentos, enxurradas e enchentes, quando necessária a segurança dos proprietários e ou moradores e vizinhos, e nos casos de acidentes provocados pelo homem de considerável repercussão, exemplo incêndio, no município de Pomerode, através de emissão de laudo prévio de constatação firmado pela Defesa Civil, que deverá descrever em detalhes o ocorrido, bem como sua extensão e riscos".

Art. 3º - Esta lei entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Pomerode (SC), 24 de agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em exercício

LEI ORDINÁRIA N.º 2.930/2017

LEI ORDINÁRIA N.º 2.930/2017

REVOGA A LEI ORDINÁRIA Nº 2.878/2016 E O ART. 1º DA LEI ORDINÁRIA Nº 2.114/2008, DENOMINA DE "HELLMUTH LEHN" VIA PÚBLICA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em exercício, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica revogada a Lei Ordinária Municipal nº 2.878/2016, de 19/10/2016 e o art. 1º da Lei Ordinária Municipal nº 2.114/08, de 21/10/2008.

Art. 2º De acordo com o art. 2º, § 3º do Decreto-Lei Federal nº 4657/42, fica restaurada a vigência do art. 1º da Lei Ordinária Municipal nº 2.114/2008, com a seguinte redação:

Art. 1º Denominar-se-á "RUA ERWIN GAEDKE" a via pública municipal que parte do lado ímpar da Rua Rega II, na localidade Rega II - Coordenadas SAD 69 S 26º 40' 4,2" e W 49º 09' 6,0" - com 117,34 m de extensão e 12,00 m de largura, terminando num viadouro com dimensões 15,00 x 15,00 metros, conforme o projeto

que é parte integrante desta Lei

Art. 3º Denominar-se-á "RUA HELLMUTH LEHN" a via pública municipal que parte do lado par da Rua ERWIN GAEDKE, na localidade Rega II, com 110,66 m (cento e dez metros e sessenta e seis centímetros) de extensão e 12,00 m de largura, terminando em um viradouro com dimensões 15,00 x 15,00 metros, conforme o projeto que é parte integrante desta Lei.

Art. 4º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover os atos necessários ao cumprimento da presente Lei, inclusive a sinalização da via pública denominada.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento vigente.

Art. 6º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, na forma do art. 1º.

Pomerode (SC), 24 de agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em exercício

LEI ORDINÁRIA N.º 2.931/2017

LEI ORDINÁRIA N.º 2.931/2017

ANULA E SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS NO ORÇAMENTO VIGENTE DO FUNDO MUNICIPAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GLADYS DINAH SIEVERT, Prefeita Municipal em exercício, no uso das atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a anular no orçamento vigente do Fundo Municipal de Assistência Social, até o valor de R\$11.200,00 (Onze mil e duzentos reais) das seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--------------------|---|-----------|
| 21 | Fundo Municipal da Assistência Social | |
| 001 | Fundo Municipal da Assistência Social | |
| 008.0244.0140.2090 | Subvenção Social - Fundo Assistência Social | |
| 30000000000000 | Correntes | |
| 33000000000000 | Outras Despesas Correntes | |
| 33500000000000 | Aplicações Diretas | |
| 01350200 | Prog. Portadora de Deficiência Física | 11.200,00 |
| | TOTAL | 11.200,00 |

Art. 2º - Por conta das anulações constantes no Art. 1º, o Poder Executivo autorizado a suplementar no orçamento vigente do Fundo Municipal da Assistência Social, até o valor de R\$ 11.200,00 (Onze mil e duzentos reais), as seguintes dotações orçamentárias:

| | | |
|--------------------|--|-----------|
| 21 | Fundo Municipal da Assistência Social | |
| 001 | Fundo Municipal da Assistência Social | |
| 008.0244.0140.2067 | Manutenção das Atividades do Fundo Municipal da Assistência Social | |
| 30000000000000 | Despesas Correntes | |
| 33000000000000 | Outras Despesas Correntes | |
| 33900000000000 | Aplicações Diretas | |
| 01350200 | Prog. Portadora de Deficiência Física | 11.200,00 |
| | TOTAL | 11.200,00 |

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Pomerode em, 25 de agosto de 2017.

GLADYS DINAH SIEVERT

Prefeita Municipal em exercício

RESOLUÇÃO Nº 013/2017/COMAS

RESOLUÇÃO Nº 013/2017/COMAS

Dispõe sobre o cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Básica e de Proteção Social Especial de Média Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS) e o Fundo Municipal de Assistência Social de Pomerode (FMAS).

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE POMERODE – COMAS, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei nº8.742 de 7 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS e pela Lei Municipal Complementar nº 206 de 25 de Maio de 2011 e em conformidade com as deliberações da sessão Plenária Ordinária, realizada no dia 23 de agosto de 2017, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípua dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Plano de Trabalho que contempla a partilha de recursos, provenientes do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, no valor total de R\$24.324,32, e para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade, no valor total de R\$78.695,65, a serem transferidos para o FMAS referente ao ano de 2017 e a serem executados conforme o percentual estabelecido no referido Plano.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Plano de Trabalho do Cofinanciamento, no âmbito da Proteção Social Básica e da Proteção Social Especial de Média Complexidade, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº109/2009).

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Pomerode, 23 de agosto de 2017.

Michelle Vitório Marchetto

Coordenadora do Conselho Municipal de Assistência Social - COMAS

Porto Belo

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO PRG Nº 010/2017 - FMEDUCA

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO BELO

AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade de licitação: Pregão Presencial nº 010/2017 - FMEDUCA

Tipo de licitação: Menor preço Global;

Objeto: Aquisição de Ônibus Escolar Urbano Seminovo para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no Anexo I deste Edital.

Recebimento dos Envelopes: Até 15:30 horas do dia 11/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

Abertura das Propostas: Às 16:00 horas do dia 11/09/2017, no Departamento de Compras da Prefeitura Municipal de Porto Belo.

O edital na íntegra e todos os seus anexos, estão à disposição no site da Prefeitura Municipal, no link Licitações e no departamento de Compras e Licitações da PMPB – End. Av. Governador Celso Ramos, 2.500 – Centro – Porto Belo – SC.

Maiores informações poderão ser obtidas na Prefeitura Municipal de Porto Belo, no Setor de Compras e Licitações, pelo telefone (47) 3369-4111 ou pelo e-mail administracao@portobelo.sc.gov.br

Porto Belo, 25 de Agosto de 2017.

Emerson Luciano Stein

Prefeito Municipal

ERRATA PRG 016/2017 - FMS

1º TERMO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL DE PREGÃO

REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2017 - FMS

O Município de Porto Belo/Fundo Municipal de Saúde, inscrito no CNPJ/MF sob nº 10.721.828/0001-92, com sede à Av. Governador Celso Ramos, nº 2500, bairro Centro, cidade de Porto Belo/SC, vem por meio deste RETIFICAR o Edital já mencionado em seu Anexo I no que segue:

Objeto: REGISTRO DE PREÇO – Aquisição de medicamentos de uso veterinário e ração para suprir a demanda no centro de castração animal do Município de Porto Belo, conforme especificações e quantitativos descritos no anexo do Edital.

Onde se lê:

| Item | Descrição | Unid. | Qnt | Valor Unit
Máximo | Valor total
Máximo |
|------|--|--------|-----|----------------------|-----------------------|
| 1 | Cloridrato de Cetamina (injetável) 10% - frascos de 10ml | FRASCO | 250 | 28,02 | 7.005,00 |
| 2 | Cloridrato de Xilazina (injetável) 2% - frascos de 10ml | FRASCO | 250 | 20,00 | 5.000,00 |
| 3 | Enrofloxacin (injetável) 5% - frascos de 20ml | FRASCO | 90 | 30,00 | 2.700,00 |
| 4 | Enrofloxacin (comprimidos) 15 mg – caixa com 10 comprimidos | CAIXA | 300 | 30,00 | 2.700,00 |
| 5 | Enrofloxacin (comprimidos) 50 mg – caixa com 10 comprimidos | CAIXA | 500 | 30,00 | 2.700,00 |
| 6 | Enrofloxacin (comprimidos) 150 mg – caixa com 10 comprimidos | CAIXA | 500 | 30,00 | 2.700,00 |
| 7 | Flunixin Meglumina (injetável) 1%. Frascos de 10 ml | FRASCO | 50 | 33,80 | 1.352,00 |
| 8 | Benzilpenicilina G Procaína 10.000.000UI/100ml
Benzilpenicilina G Benzatina 10.000.000UI/100ml
Sulfato de Dihidroestreptomicina 10.500mg/100ml. Frasco ampola 50ml | FRASCO | 40 | 88,00 | 4.400,00 |
| 9 | Vitamina B12 (Cianocobalamina)(injetável) 20mg/ml. Frasco de 20 ml | FRASCO | 15 | 25,00 | 375,00 |
| 10 | Vitamina K (Fitomenadionao) (injetável) 0,217g/100,00ml. Frasco de 20ml | FRASCO | 15 | 18,00 | 270,00 |
| 11 | Dexametazona (injetável) 2mg/ml. Frasco de 10ml | FRASCO | 30 | 5,85 | 175,50 |
| 12 | Ocitocina (injetável) 10UI/ml. Frasco de 10ml | FRASCO | 20 | 12,00 | 240,00 |
| 13 | Doramectin (injetável)1% - Frasco de 50ml | FRASCO | 20 | 25,00 | 500,00 |
| 14 | Cetoprofeno (injetável) 1% - Frasco de 10ml | FRASCO | 100 | 35,00 | 3.500,00 |
| 15 | Acepromazina (injetável) 0,2%-Frasco de 20ml | FRASCO | 200 | 28,30 | 5.660,00 |

| | | | | | |
|----|--|---------|-----|-------|-----------|
| 16 | Spray contendo:
Sulfadiazina de prata – 01g/100g
Alumínio-5g/100g
Cipermetrina-0,4/100g
Frasco de 500ml | FRASCO | 50 | 25,00 | 500,00 |
| 17 | Carprofeno (injetável) 50mg/ml. Frasco de 20ml | FRASCO | 100 | 30,39 | 607,90 |
| 18 | Acetato de Medroxiprogesterona 50mg/ml. Ampola de 1ml | AMPOLA | 500 | 11,35 | 5.675,00 |
| 19 | Pamoato de Pirantel 174mg (equivalente a 60mg de Pirantel Base)
Praziquantel 15mg
Excipiente Q.S.Q 300mg. Caixa com 2 comprimidos | CAIXA | 500 | 11,50 | 5.750,00 |
| 20 | Meloxicam 6mg. Blister com 10 comprimidos | BLISTER | 400 | 32,50 | 9.750,00 |
| 21 | Meloxicam 1mg. Blister com 10 comprimidos | BLISTER | 400 | 15,25 | 6.100,00 |
| 22 | Meloxicam 2mg. Blister com 10 comprimidos | BLISTER | 400 | 25,00 | 10.000,00 |
| 23 | Pamoato de Pirantel 50mg (equivalente a 50mg de Pirantel Base)
Praziquantel 50mg
Febantel 150mg
Excipiente Q.S.Q 660mg. Caixa com 4 comprimidos | CAIXA | 500 | 11,50 | 5.750,00 |
| 24 | Ração Premium para cães adultos – pct com 1kg | PCT | 300 | 15,25 | 6.100,00 |
| 25 | Ração Premium para cães filhotes - pct com 1kg | PCT | 300 | 15,25 | 6.100,00 |
| 26 | Ração Premium para gatos - pct com 1kg | PCT | 300 | 15,25 | 6.100,00 |

Leia-se:

| Item | Descrição | Unid. | Qnt | Valor Unit
Máximo | Valor total
Máximo |
|------|--|---------|-----|----------------------|-----------------------|
| 1 | Cloridrato de Cetamina (injetável) 10% - frascos de 10ml | FRASCO | 250 | 28,02 | 7.005,00 |
| 2 | Cloridrato de Xilazina (injetável) 2% - frascos de 10ml | FRASCO | 250 | 20,00 | 5.000,00 |
| 3 | Enrofloxacin (injetável) 5% - frascos de 20ml | FRASCO | 90 | 30,00 | 2.700,00 |
| 4 | Enrofloxacin (comprimidos) 15 mg – caixa com 10 comprimidos | CAIXA | 300 | 30,00 | 9.000,00 |
| 5 | Enrofloxacin (comprimidos) 50 mg – caixa com 10 comprimidos | CAIXA | 500 | 30,00 | 15.000,00 |
| 6 | Enrofloxacin (comprimidos) 150 mg – caixa com 10 comprimidos | CAIXA | 500 | 30,00 | 15.000,00 |
| 7 | Flunixin Meglumina (injetável) 1%. Frascos de 10 ml | FRASCO | 50 | 42,33 | 2.116,50 |
| 8 | Benzilpenicilina G Procaína 10.000.000UI/100ml
Benzilpenicilina G Benzatina 10.000.000UI/100ml
Sulfato de Dihidroestreptomicina 10.500mg/100ml. Frasco ampola 50ml | FRASCO | 40 | 38,26 | 1.530,40 |
| 9 | Vitamina B12 (Cianocobalamina)(injetável) 20mg/ml. Frasco de 20 ml | FRASCO | 15 | 25,00 | 375,00 |
| 10 | Vitamina K (Fitomenadionao) (injetável) 0,217g/100,00ml. Frasco de 20ml | FRASCO | 15 | 18,00 | 270,00 |
| 11 | Dexametazona (injetável) 2mg/ml. Frasco de 10ml | FRASCO | 30 | 5,85 | 175,50 |
| 12 | Ocitocina (injetável) 10UI/ml. Frasco de 10ml | FRASCO | 20 | 12,00 | 240,00 |
| 13 | Doramectin (injetável)1% - Frasco de 50ml | FRASCO | 20 | 25,00 | 500,00 |
| 14 | Cetoprofeno (injetável) 1% - Frasco de 10ml | FRASCO | 100 | 35,00 | 3.500,00 |
| 15 | Acepromazina (injetável) 0,2%-Frasco de 20ml | FRASCO | 200 | 28,30 | 5.660,00 |
| 16 | Spray contendo:
Sulfadiazina de prata – 01g/100g
Alumínio-5g/100g
Cipermetrina-0,4/100g
Frasco de 500ml | FRASCO | 50 | 28,88 | 1.444,00 |
| 17 | Carprofeno (injetável) 50mg/ml. Frasco de 20ml | FRASCO | 100 | 49,90 | 4.990,00 |
| 18 | Acetato de Medroxiprogesterona 50mg/ml. Ampola de 1ml | AMPOLA | 500 | 11,79 | 5.895,00 |
| 19 | Pamoato de Pirantel 174mg (equivalente a 60mg de Pirantel Base)
Praziquantel 15mg
Excipiente Q.S.Q 300mg. Caixa com 2 comprimidos | CAIXA | 500 | 31,16 | 15.580,00 |
| 20 | Meloxicam 6mg. Blister com 10 comprimidos | BLISTER | 400 | 61,67 | 24.668,00 |
| 21 | Meloxicam 1mg. Blister com 10 comprimidos | BLISTER | 400 | 34,93 | 13.972,00 |
| 22 | Meloxicam 2mg. Blister com 10 comprimidos | BLISTER | 400 | 54,27 | 21.708,00 |

| | | | | | |
|----|--|-------|-----|-------|-----------|
| 23 | Pamoato de Pirantel 50mg (equivalente a 50mg de Pirantel Base)
Praziquantel 50mg
Febantel 150mg
Excipiente Q.S.Q 660mg. Caixa com 4 comprimidos | CAIXA | 500 | 20,51 | 10.255,00 |
| 24 | Ração Premium para cães adultos – pct com 1kg | PCT | 300 | 15,25 | 4.575,00 |
| 25 | Ração Premium para cães filhotes - pct com 1kg | PCT | 300 | 15,46 | 4.638,00 |
| 26 | Ração Premium para gatos - pct com 1kg | PCT | 300 | 15,25 | 4.575,00 |

Ficam mantidas as demais cláusulas do Edital de licitação e anexos do PREGÃO – REGISTRO DE PREÇO Nº 016/2017 - FMS.

Maiores informações através do telefone (47) 3369-4111 ou email administracao@portobelo.sc.gov.br das 12:00 às 18:00 horas de segunda à sexta-feira.

Porto Belo/SC, 25 de Agosto de 2017.

Rodrigo Truffa da Costa
Pregoeiro
Prefeitura Municipal de Porto Belo

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 84, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

LEI COMPLEMENTAR MUNICIPAL Nº 84, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Institui o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica instituído o Programa de Recuperação Fiscal do Município de Porto Belo - REFIS, destinado a promover a regularização de créditos do Município de Porto Belo, decorrentes de débitos de pessoas físicas e jurídicas, relativos a tributos municipais, inscritos em dívidas ativas, ajuizados ou não ajuizados, com exigibilidade suspensa ou não.

Art. 2º O interessado em aderir ao REFIS poderá fazê-lo até 31 de outubro de 2017, através da assinatura do Termo de Opção ao REFIS.

Art. 3º As parcelas deverão ser pagas mensalmente e de forma sucessiva, optando o contribuinte por vencimentos nos dias 1º, 10 ou 20 de cada mês, sendo que o valor de cada parcela não seja inferior a 40 (quarenta) UFMPB.

Art. 4º O Contribuinte poderá optar pelos seguintes parcelamentos e descontos, referentes à multas e juros:

- I - pagamento à vista: 100% de desconto de multas e juros;
- II - pagamento em duas parcelas: 95% de desconto de multas e juros;
- III - pagamento em três parcelas: 90% de descontos de multas e juros;
- IV - pagamento em quatro parcelas: 85% de descontos de multas e juros;
- V - pagamento em cinco parcelas: 80% de descontos de multas e juros;
- VI - pagamento em seis parcelas: 75% de descontos de multas e juros;
- VII - pagamento em sete parcelas: 70% de descontos de multas e juros;
- VIII - pagamento em oito parcelas: 65% de descontos de multas e juros;
- IX - pagamento em nove parcelas: 60% de descontos de multas e juros;
- X - pagamento dez parcelas: 55% de descontos de multas e juros;
- XI - pagamento onze parcelas: 50% de descontos de multas e juros;
- XII - pagamento doze parcelas: 45% de descontos de multas e juros.

Parágrafo único. O valor do débito tributário será corrigido monetariamente.

Art. 5º O vencimento de duas parcelas consecutivas ou alternadas, tornará sem efeito o desconto de juros e multas, concedido nos termos do art. 4º desta Lei Complementar.

Art. 6º A opção pelo parcelamento instituído pela presente lei sujeita o devedor a:

- I - confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados;
- II - pagamento regular das parcelas do débito consolidado, bem assim dos tributos decorrentes de fatos geradores ocorridos posteriormente à assinatura do Termo de Opção;
- III - aceitação plena e irretratável de todas as condições estabelecidas para o ingresso e permanência no REFIS.

Art. 7º A opção pelo REFIS exclui qualquer outra forma de parcelamento de débitos.

Parágrafo único. A opção implica não exclui os gravames decorrentes de medida cautelar fiscal e das garantias prestadas nas ações de execução fiscal.

Art. 8º Os Contribuintes que tiverem em curso parcelamento nos moldes previstos na Lei Complementar nº 52/2014 poderão optar pelo REFIS ora instituído, sendo automaticamente excluído daquele parcelamento, condicionado à opção do reparcelamento em até 3 (três) parcelas.

Art. 9º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

LEI MUNICIPAL Nº 2539, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

LEI MUNICIPAL Nº 2539, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

Autoriza o Poder Executivo Municipal a receber doação que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Porto Belo, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, faz saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a proceder em doação para Claudinei Idércio de Santana, portador da Cédula de Identidade nº 1.928.120-SSP/SC, inscrito no CPF sob o nº 605.736.439-20, residente na Rua Joaquim Amâncio, nº 256, centro, neste Município, a quantidade de 10m³ (dez metros cúbicos) de concreto usinado, com bombeamento, para reparo em muro de contenção.

Parágrafo Único. O valor da mão de obra utilizada e demais materiais serão suportados pelo donatário.

Art. 2º O concreto objeto da doação é de propriedade do Município, que é Beneficiário do material conforme Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) nº 003/2017, sendo que este será fornecido pela Empresa Empramod Pré Moldados, denominada compromitente.

Art. 3º O fornecimento da doação será efetivado mediante solicitação formal do Ente Público Beneficiário, conforme § 4º da Cláusula 11 do Termo de Ajustamento de Conduta.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Porto Belo - SC, aos 24 dias do mês de agosto de 2017.

EMERSON LUCIANO STEIN

PREFEITO

Porto União

PREFEITURA

ATA 121/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 121/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda – EPP, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Autovia João Paulo Reolon, nº 5987, cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP: 84.600-000, Telefone (42) 3522-5839, inscrita no CNPJ / MF sob o n.º 79.052.171/0001-14, neste ato representada pelo Sr. Carlos Agustini, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 105/2017, Processo Licitatório 151/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

| ITEM | QUANTIDADE | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|---|------------|--|------------|----------------|---------------|
| 03 | 1.000 | Hora técnica para serviços mecânicos em máquinas e equipamentos (retroescavadeira, pá carregadeira e moto niveladora). | SERVHITRAL | R\$ 69,50 | R\$ 69.500,00 |
| Valor Total: R\$ 69.500,00 (sessenta e nove mil e quinhentos reais) | | | | | |

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 121/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 105/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Carlos Agustini, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 07 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda – EPP
CONTRATADA
Testemunha:

ATA 122/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 122/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Mecânica Industrial Danielak Ltda – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado, sita na Rua Alfredo Metzler, Nº. 187, Santa Rosa, cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3523-2476, inscrita no CNPJ / MF sob o n.º 95.850.293/0001-02, neste ato representada por seu diretor Sr. José Cláudio Danielak, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 105/2017, Processo Licitatório 151/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

| ITEM | QUANTIDADE | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--|------------|---|------------------------------|----------------|---------------|
| 01 | 1.500 | Horas de torno mecânico, de mandrilhamento e solda industrial com posterior usinagem, destinados a recuperação de peças de veículos, máquinas e equipamentos. | MECÂNICA INDUSTRIAL DANIELAK | R\$ 49,00 | R\$ 73.500,00 |
| Valor Total: R\$ 73.500,00 (setenta e três mil e quinhentos reais) | | | | | |

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 122/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 105/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor José Cláudio Danielak, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 07 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Mecânica Industrial Danielak Ltda – ME
CONTRATADA
Testemunha:

ATA 123/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 123/2017

Aos 07 (sete) dias do mês de agosto do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Leandro Luis de Bastiani – ME, Pessoa Jurídica de Direito Privado sita a Rodovia BR 476, Km 225, nº 4831, Ouro Verde, município de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 3522-4313, inscrito no CNPJ/MF nº 07.982.878/0001-19, neste ato representado pelo Sr. Leandro Luis de Bastiani, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 105/2017, Processo Licitatório 151/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

| ITEM | QUANTIDADE | DESCRIÇÃO DO ITEM | MARCA | VALOR UNITÁRIO | VALOR TOTAL |
|--|------------|---|--------------------------|----------------|---------------|
| 02 | 250 | Hora técnica para serviço de solda, usinagem, retífica, brunimento e troca de reparos e retentores para a recuperação, recondicionamento e reforma de cilindros hidráulicos e pneumáticos. COTA 25% RESERVADA. | LEANDRO LUIS DE BASTIANI | R\$ 68,30 | R\$ 17.075,00 |
| 04 | 750 | Hora técnica para serviço de solda, usinagem, retífica, brunimento e troca de reparos e retentores para a recuperação, recondicionamento e reforma de cilindros hidráulicos e pneumáticos. COTA AMPLA CONCORRÊNCIA. | LEANDRO LUIS DE BASTIANI | R\$ 68,30 | R\$ 51.225,00 |
| Valor Total: R\$ 68.300,00 (sessenta e oito mil e trezentos reais) | | | | | |

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 123/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 105/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Leandro Luis de Bastiani, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Porto União, 07 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Leandro Luis de Bastiani – ME
CONTRATADA
Testemunha:

ATA 124/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 124/2017

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Edson Freisleben Construções e Empreendimentos - ME, inscrita no CNPJ/MF 11.420.682/0001-08, com sede na Rua José Moreira, N.º 67, Sagrada Família, Cidade de União da Vitória, Estado do Paraná, CEP 84.600-000, Telefone (42) 99106-4595, neste ato representada pelo Senhor Edson Freisleben, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 087/2017, Processo Licitatório 130/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

| ITEM | Quantidade | Unidade | Descrição | Preço Unitário | Preço Total |
|------|------------|---------|---|----------------|---------------|
| 1 | 1800 | HRS | SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO GERAL (MANUTENÇÃO PREDIAL)

COMPREENDENDO: limpeza e reparos de calhas e telhados; instalações e reparos em portas e janelas; instalação e reparos de forro de madeira e PVC; instalação e reparos de rodapés; reparos e substituições de fechaduras; reparos em paredes de alvenaria; instalações e reparos em divisórias; reparos em piso de madeira e cerâmica; colocação, remoção, manutenção e conservação em esquadrias de modo em geral (vidro, madeira, alumínio, etc.); colocação, remoção, manutenção e conservação da cobertura em geral (telhas, calhas, rufos, etc.); serviços de pintura em geral; serviço de corte de grama e poda de árvores; serviço de lavagem de instalações (forros, toldos, e paredes externas); instalações e manutenções de portões; serviços de carpintaria; serviços de marcenaria; serviços de pedreiro e outras atribuições correlatas. | R\$ 22,30 | R\$ 40.140,00 |
| 2 | 1000 | HRS | SERVIÇOS DE ENCANADOR

COMPREENDENDO: serviço de desentupimento de rede de esgoto; limpeza e manutenção da rede hidráulica (caixa d' água); instalação, substituição e manutenção de torneiras e chuveiros, controle e reparos em vazamentos de pias e sanitários; Instalação, substituição e manutenção de caixas de descarga; desentupimento e substituição de encanamentos, vasos sanitários e mictórios; manutenção e substituição do encanamento da rede hidráulica; instalação de torneiras e bebedouros e outras atribuições correlatas e pertinentes à função de encanador. | R\$ 22,00 | R\$ 22.000,00 |

Valor Total: R\$ 62.140,00 (sessenta e dois mil cento e quarenta reais).

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 124/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 087/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor Edson Freisleben, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Edson Freisleben Construções e Empreendimentos - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

ATA 125/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 125/2017

Aos 08 (oito) dias do mês de agosto do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Gritten Construção & Serviços Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF 10.906.316/0001-09, com sede na Rua Dona Estefania, N.º 1450, Centro, Cidade de São Mateus do Sul, Estado do Paraná, CEP 83.900-000, Telefone (42) 98815-0914, neste ato representada pelo Senhor João Gritten de Lima, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 087/2017, Processo Licitatório 130/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme, referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

| ITEM | Quantidade | Unidade | Descrição | Preço Unitário | Preço Total |
|--|------------|---------|--|----------------|---------------|
| 3 | 1000 | HRS | SERVIÇOS ELÉTRICOS

COMPREENDENDO: manutenção, montagem, conservação e reparos de instalações elétricas prediais; instalação, manutenção e substituição de lâmpadas, calhas e reatores; instalação e manutenção de ventiladores; manutenção e instalação de tomadas e interruptores; manutenção e instalação de fiação elétrica, canaletas sistema x e quadro de distribuição elétrica com disjuntores; instalação de eletro calhas; manutenção e instalação de refletores externos de rede de computadores e outras atribuições correlatas a função de eletricitista. | R\$ 45,00 | R\$ 45.000,00 |
| Valor Total: R\$ 45.000,00 (quarenta e cinco mil reais). | | | | | |

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 125/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 087/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pelo Senhor João Gritten de Lima, qualificado preambularmente, representando o detentor e testemunhas.

Eliseu Mibach
CONTRATANTE

Gritten Construção & Serviços Ltda - ME
CONTRATADA

Testemunhas:

ATA 127/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
ATA 127/2017

Aos 10 (dez) dias do mês de agosto do ano de 2017, no Município de Porto União, Estado de Santa Catarina, na Prefeitura do Município, sito à Rua Padre Anchieta, nº 126, Centro, CEP 89.400-000, reuniram-se, neste ato o Sr. Prefeito Municipal Eliseu Mibach, no uso de sua competência legal, representante do Município, como ÓRGÃO GERENCIADOR e de outro lado a empresa Flash Eventos Ltda - ME, inscrita no CNPJ/MF 03.605.240/0001-08, com sede na Rua Matos Costa, N.º 149, Centro, Cidade de Porto União, Estado de Santa Catarina, CEP 89.400-000, Telefone (42) 3522-5035, neste ato representada pela Senhora Luciana Harmatiuk, doravante denominada DETENTOR DA ATA, para proceder nos termos do Edital de Pregão Presencial nº 117/2017, Processo Licitatório 166/2017, ao REGISTRO DE PREÇOS conforme,

referente aos itens abaixo discriminado, com seus respectivos preços unitários, em nome da empresa acima citada.

| LOTE 01 | | | | | |
|--|------------|---------|---|----------------|--------------|
| ITEM | Quantidade | Unidade | Descrição | Preço Unitário | Preço Total |
| 1 | 1 | UN | Entrada pela lateral, fechamento com tecido, colocação de lustre, tapete, plantas e iluminação cênica | R\$ 426,9300 | R\$ 426,93 |
| 2 | 3 | UN | Fechamento das paredes com tecido anti chamas (conforme exigido pelo Corpo de Bombeiros) | R\$ 461,0769 | R\$ 1.383,23 |
| 3 | 40 | UN | Iluminação cênica | R\$ 12,8077 | R\$ 512,31 |
| 4 | 20 | UN | Plantas com cachepô de madeira | R\$ 15,3692 | R\$ 307,38 |
| 5 | 1 | UN | Montagem de ambientes com mesas bistrô com banquetas e pufs | R\$ 85,3846 | R\$ 85,38 |
| 6 | 60 | UN | Mesa para convidados (mesas com 06 lugares, cadeira de ferro, toalhas longas escolhidas dentro do acervo, arranjo floral para cada mesa, marcador de mesa com imagens alusivas ao evento) | R\$ 89,6538 | R\$ 5.379,23 |
| 7 | 7 | UN | Buque de flores naturais para serem entregue as homenageadas | R\$ 119,5385 | R\$ 836,77 |
| 8 | 1 | UN | Mesa para ser montado o café (mesa e tapete) | R\$ 170,7692 | R\$ 170,77 |
| 9 | 10 | UN | Toalhas brancas lisa para mesa do buffet | R\$ 11,9538 | R\$ 119,54 |
| 10 | 1 | UN | Equipe durante o evento, organização e coordenação dando toda assessoria. Montagem e desmontagem, mão de obra | R\$ 768,4615 | R\$ 768,46 |
| Valor Total: R\$ 9.990,00 (nove mil novecentos e noventa reais). | | | | | |

- Fica estabelecido pelas partes que os preços constantes da presente ata, portanto registrada, são válidos pelo prazo de 12 (doze) meses, contados da data da assinatura da respectiva Ata nº 127/2017.

- Os direitos e deveres da Contratada e do Contratante, as disposições gerais, assim como as penalidades estabelecidas estão indicadas no Edital de Pregão Presencial nº 117/2017 e seus anexos.

- As questões oriundas desta ata e do procedimento licitatório que a precedeu, serão dirimidas no Foro da Comarca de Porto União SC, esgotadas as vias administrativas.

- Para constar que foi lavrado a presente Ata de Registro de Preços, que vai assinada pelo senhor Eliseu Mibach, Prefeito Municipal de Porto União e pela Senhora Luciana Harmatiuk, qualificado preambularmente, representando a detentora e testemunhas.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

Flash Eventos Ltda - ME
Empresa Detentora da Ata

Testemunhas:

EXTRATO DE CONTRATO 026/2017 - FAS

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 026/2017 - FAS

Partes: Município de Porto União e FS Indústria e Comércio de Uniformes LTDA – EPP.

Objeto: Aquisição de vestuário (camisetas).

Valor: R\$ 22.300,00 (vinte e dois mil e trezentos reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 118/2017 - MULTIENTIDADE, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 11 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

FS Indústria e Comércio de Uniformes LTDA – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 053/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 053/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas, para manutenção da frota de equipamentos da marca Iveco.

Valor: R\$ 30.000,00 (trinta mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 007/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 055/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 055/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Liderança Construções Ltda - EPP.

Objeto: Execução da obra referente a Contenção e Reforço Estrutural do muro do Núcleo Educacional São Bernardo do Campo.

Valor: R\$ 22.504,20 (vinte e dois mil quinhentos e quatro reais e vinte centavos).

Vigência: 08 (oito) meses.

Base legal: Tomada de Preços 004/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Liderança Construções Ltda - EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 056/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 056/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Matic Materiais de Construção Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de Material de Construção para atender os serviços de reparos e manutenções dos Núcleos de Educação e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 26.801,90 (vinte e seis mil oitocentos e um reais e noventa centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 011/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 10 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Matic Materiais de Construção Ltda - EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 057/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 057/2017 - EDUCAÇÃO

Partes: Município de Porto União e Sara Comércio EIRELI - ME.

Objeto: Aquisição de Material de Construção para atender os serviços de reparos e manutenções dos Núcleos de Educação e Secretaria Municipal da Educação.

Valor: R\$ 18.287,50 (dezoito mil duzentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 011/2017 - EDUCAÇÃO, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 10 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Sara Comércio EIRELI - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 214/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 214/2017

Partes: Município de Porto União e Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

Objeto: Prestação de serviços e fornecimento de peças genuínas, para manutenção da frota de equipamentos da marca Iveco.

Valor: R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Inexigibilidade de Licitação 013/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 07 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Carboni Distribuidora de Veículos Ltda.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 215/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 215/2017

Partes: Município de Porto União e Delu Importação e Exportação Ltda – EPP.

Objeto: Aquisição de 200m (duzentos metros) de cabo de aço 7/8 com alma de aço para confecção das cerdas da vassoura Mini Carregadeira Volvo MC85C.

Valor: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 112/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Delu Importação e Exportação Ltda – EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 216/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 216/2017

Partes: Município de Porto União e Brazuca Comércio de Artigos Esportivos Ltda - ME.

Objeto: Aquisição de placas de homenagem que serão entregues em eventos do Centenário de Porto União e em homenagens futuras.

Valor: R\$ 4.475,00 (quatro mil quatrocentos e setenta e cinco reais).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 115/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Brazuca Comércio de Artigos Esportivos Ltda - ME.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 217/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Extrato de Contrato 217/2017

Partes: Município de Porto União e Supermercado Dukelli Ltda - EPP.

Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação e material de higiene e limpeza para manutenção da Prefeitura Municipal de Porto União e suas Secretarias.

Valor: R\$ 10.455,50 (dez mil quatrocentos e cinquenta e cinco reais e cinquenta centavos).

Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 109/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 09 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach.

Prefeito Municipal.

Supermercado Dukelli Ltda - EPP.

Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 218/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 218/2017
Partes: Município de Porto União e Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação e material de higiene e limpeza para manutenção da Prefeitura Municipal de Porto União e suas Secretarias.
Valor: R\$ 10.272,60 (dez mil duzentos e setenta e dois reais e sessenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 109/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 09 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 219/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 219/2017
Partes: Município de Porto União e Mercado Kosera Ltda - ME.
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação e material de higiene e limpeza para manutenção da Prefeitura Municipal de Porto União e suas Secretarias.
Valor: R\$ 8.612,80 (oito mil seiscentos e doze reais e oitenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 109/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 09 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Mercado Kosera Ltda - ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 220/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 220/2017
Partes: Município de Porto União e AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de gêneros de alimentação e material de higiene e limpeza para manutenção da Prefeitura Municipal de Porto União e suas Secretarias.
Valor: R\$ 11.032,50 (onze mil e trinta e dois reais e cinquenta centavos).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 109/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 09 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 221/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 221/2017
Partes: Município de Porto União e Máxima Atacadista EIRELI.
Objeto: Aquisição de material de higiene e limpeza para manutenção da Prefeitura Municipal de Porto União e suas Secretarias.
Valor: R\$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.

Base legal: Pregão Presencial 109/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 09 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Máxima Atacadista EIRELI.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 222/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 222/2017
Partes: Município de Porto União e Gráfica Guaramirim Ltda - EPP.
Objeto: Aquisição de folders e etiquetas adesivas.
Valor: R\$ 3.450,00 (três mil quatrocentos e cinquenta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 113/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 10 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Gráfica Guaramirim Ltda - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 223/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 223/2017
Partes: Município de Porto União e FS Indústria e Comércio de Uniformes LTDA - EPP.
Objeto: Aquisição de vestuário (camisetas).
Valor: R\$ 42.630,00 (quarenta e dois mil seiscentos e trinta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 118/2017 - MULTIENTIDADE, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 11 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
FS Indústria e Comércio de Uniformes LTDA - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 225/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 225/2017
Partes: Município de Porto União e Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis EIRELI - EPP.
Objeto: Aquisição de móveis para manutenção da Polícia Civil.
Valor: R\$ 1.630,00 (um mil seiscentos e trinta reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 114/2017, Lei 8.666/93.
Porto União SC, 11 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis EIRELI - EPP.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO 226/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato 226/2017
Partes: Município de Porto União e Marilda Salete Luz - ME.
Objeto: Aquisição de móveis para manutenção da Polícia Civil.
Valor: R\$ 510,00 (quinhentos e dez reais).
Vigência: 12 (doze) meses.
Base legal: Pregão Presencial 114/2017, Lei 8.666/93.

Porto União SC, 11 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.
Marilda Salete Luz - ME.
Contratada.

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 054/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 054/2017 - EDUCAÇÃO
Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços 062/2016 - EDUCAÇÃO
Partes: Município de Porto União e Toque Telecomunicação Ltda - ME.

CLÁUSULA SEGUNDA – VALOR CONTRATUAL

Inclui-se o valor de R\$ 10.440,00 (dez mil quatrocentos e quarenta reais) ao aludido contrato superior, correspondente aos 12 (doze) meses remanescentes.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 07 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 224/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 224/2017
Aditivo ao Contrato de Execução de Obra 233/2016
Partes: Município de Porto União e Engemass Engenharia e Construção EIRELI - EPP.

CLÁUSULA TERCEIRA – VALOR CONTRATUAL

LEI Nº 4.475/2017

LEI Nº 4.475, de 23 de agosto de 2017.
Dispõe sobre crédito suplementar, e contém outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, faço saber que a Câmara Municipal decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito suplementar no Orçamento próprio do Fundo Municipal de Educação, às dotações orçamentárias a seguir especificadas, no valor de R\$ 800.000,00 (Oitocentos mil reais), conforme discriminação seguinte:

| | | | |
|-------------|--|----|------------|
| ÓRGÃO ORGÃO | 1700 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| UNIDADE | 1701 – FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO | | |
| PROJETO | 1002 – Construção/Ampliação/Aquisição Equipamentos Escolares | | |
| MODALIDADE | 4490 – 104 – Aplicações Diretas | 04 | 700.000,00 |
| ATIVIDADE | 2014 – Manutenção Ensino Fundamental | | |
| MODALIDADE | 3390 – 104 – Aplicações Diretas | 20 | 100.000,00 |
| | TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO | | 800.000,00 |

Art. 2º Para dar cobertura ao crédito acima citado serão utilizados recursos provenientes de excesso de arrecadação do exercício, na Fonte 104.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Adita-se o valor de R\$ 2.206,15 (dois mil duzentos e seis reais e quinze centavos) ao aludido contrato superior.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 11 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

EXTRATO DE CONTRATO ADITIVO 246/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Extrato de Contrato Aditivo 246/2017
Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviços Públicos 176/2013
Partes: Município de Porto União e Sermog Ltda - ME.

CLÁUSULA OITAVA

Passa a constar no item 8.2 a seguinte redação:

Promover a troca dos cartões antigos (Empresa Décio Pacheco - RODEC) por atuais da empresa Cessionária, no período de 15/05/2017 até 13/06/2017, limitados a quantidade de 15 (quinze) cartões por pessoa. A troca deverá ser realizada pessoalmente, no escritório da empresa Sermog, localizado sito à Rua José Boiteux, nº 351, centro de Porto União/SC, mediante a entrega dos cartões antigos, que deverão estar sem rasuras.

Retroagindo seus efeitos a data de 15/05/2017.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do contrato que a este deu origem.
Porto União SC, 24 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal

Porto União (SC), 23 de agosto de 2017.

ELISEU MIBACH
Prefeito Municipal

MIGUEL CHOKAILO NETO
Secretário Municipal de Administração e Esporte

SOFIA SYDOL

Secretária Municipal de Finanças e Contabilidade

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 005/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 005/2017 – Educação.

Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Concede-se o reequilíbrio financeiro devido ao aumento do preço de mercado para os seguintes itens:

Item 01 – Gasolina Comum – Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos) o litro.

Item 03 – Óleo diesel B S10 - Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos) o litro.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 020/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 020/2017

Partes: Município de Porto União e Medilar Importação e Distribuição de Produtos Médico Hospitalares S/A.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Concede-se o reequilíbrio financeiro para o seguinte item:

Item 46 – Carbamazepina suspensão oral – 20 mg/ml (2%) – 100 ml, passando para o valor de R\$ 9,88 (nove reais e oitenta e oito centavos) por frasco.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 10 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE APOSTILAMENTO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 077/2017

Município de Porto União

Estado de Santa Catarina

Termo de Apostilamento a Ata de Registro de Preços 077/2017

Partes: Município de Porto União e Stang & Stang Ltda.

1.1 - DESCRIÇÃO DO ITEM

Concede-se o reequilíbrio financeiro devido ao aumento do preço de mercado para os seguintes itens:

Item 01 – Gasolina Comum – Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 3,67 (três reais e sessenta e sete centavos) o litro.

Item 02 – Óleo diesel B S500 - Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 2,76 (dois reais e setenta e seis centavos) o litro.

Item 03 – Óleo diesel B S10 - Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 2,84 (dois reais e oitenta e quatro centavos) o litro.

Item 04 – Etanol – Bomba Posto, passando para o valor de R\$ 3,04 (três reais e quatro centavos) o litro.

Permanecem inalteradas as demais cláusulas da ata que a este deu origem.

Porto União SC, 08 de agosto de 2017.

Eliseu Mibach
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 011/2017 - EDUCAÇÃO

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 022/2017 - EDUCAÇÃO
Pregão Presencial 011/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Sara Comércio EIRELI – ME e
Matic Materiais de Construção Ltda – EPP.
Porto União SC, 10 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 087/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 130/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 087/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Gritten Construção & Serviços Ltda – ME e
Edson Freisleben Construções e Empreendimentos – ME.
Porto União SC, 08 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 105/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 151/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 105/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Servhitral Serviços Hidráulicos e Tratores Ltda – EPP,
Mecânica Industrial Danielak Ltda – ME e
Leandro Luis de Bastiani – ME.
Porto União SC, 07 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 109/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 155/2017
Pregão Presencial 109/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Máxima Atacadista EIRELI,
AP Oeste Distribuidora e Comércio de Alimentos Ltda – EPP,
Mercado Kosera Ltda – ME,
Jackiw Atacadista de Alimentos Ltda – EPP e
Supermercado Dukelli Ltda – EPP.
Porto União SC, 09 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 112/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina

Processo Licitatório 160/2017
Pregão Presencial 112/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Delu Importação e Exportação Ltda – EPP.
Porto União SC, 08 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 113/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 161/2017
Pregão Presencial 113/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Gráfica Guaramirim Ltda - EPP.
Porto União SC, 10 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 114/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 162/2017
Pregão Presencial 114/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico as empresas
Dismacenter Indústria e Comércio de Móveis EIRELI – EPP e
Marilda Salete Luz – ME.
Porto União SC, 11 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 115/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 164/2017
Pregão Presencial 115/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Brazuca Comércio de Artigos Esportivos Ltda - ME.
Porto União SC, 08 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL 117/2017

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 166/2017 – Registro de Preços
Pregão Presencial 117/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Flash Eventos Ltda - ME.
Porto União SC, 10 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE PREGÃO PRESENCIAL
118/2017 - MULTIENTIDADE**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 167/2017 - MULTIENTIDADE
Pregão Presencial 118/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
FS Indústria e Comércio de Uniformes LTDA – EPP.
Porto União SC, 11 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DE TOMADA DE PREÇOS
004/2017 - EDUCAÇÃO**

Município de Porto União
Estado de Santa Catarina
Processo Licitatório 020/2017 - EDUCAÇÃO
Tomada de Preços 004/2017
Termo de Homologação
Homologo o aludido processo licitatório e adjudico a empresa
Liderança Construções Ltda - EPP.
Porto União SC, 08 de agosto de 2017.
Eliseu Mibach.
Prefeito Municipal.

Pouso Redondo

PREFEITURA

PROCESSO 036 2017 - AMPLIAÇÃO E REFORMA CEI CONSTANTINO ANTONIO MAXIMIANO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE POUSO REDONDO

RETIFICAÇÃO

PROCESSO Nº. 036/2017

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº. 03/2017

O Município de Pouso Redondo, SC, torna público para conhecimento dos interessados que retifica-se a data do processo licitatório acima citado de objeto: Contratação de empresa do ramo para prestação de serviços com fornecimento de mão de obra e materiais, para ampliação e reforma de uma área de 36,52m², no Centro Educacional Infantil Constantino Antonio Maximiano., devido a não publicação do processo. Em virtude disto fica estabelecida a data de abertura e julgamento das propostas e habilitação que dia 15/09/2017 as 09:00.

Maiores informações e o Edital Completo serão fornecidos pelo setor de Licitação, da Prefeitura Municipal, fone 47 3545-8700, ou pelo e-mail licitacoes@pousoredondo.sc.gov.br.

Pouso Redondo, em 24 de Agosto de 2017.

OSCAR GUTZ

Prefeito Municipal

Presidente Nereu

PREFEITURA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PUBLICO Nº 36/2017 PARA O TERMO DE COLABORAÇÃO MUNICÍPIO DE PRES. NEREU E APAE DE RIO DO SUL.

JUSTIFICATIVA

DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 36/2017

Processo Administrativo 36/2017

REFERENTE: A finalidade da presente Dispensa de Chamamento Público é a celebração de parceria com a APAE de Rio do Sul-SC, inscrita no CNPJ sob o nº 85.787.604/0001-82, com sede na rua Av. sete de setembro, 467 bairro Centro, na cidade de Rio do Sul-SC, Registrada no Conselho Nacional de Serviço Social, declarada de Utilidade Pública Estadual, Registrada na Federação Nacional das APAEs, fundada em 16 de outubro de 1966, por meio da formalização de termo de colaboração, para a consecução de finalidade de interesse público e recíproco que envolve a transferência de recursos financeiros à referida organização da sociedade civil (OSC), conforme condições estabelecidas no Termo de Colaboração.

RESUMO: Termo de Colaboração com a APAE de Rio do Sul-SC.

PLANO DE TRABALHO E JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DO CHAMAMENTO PÚBLICO

1. DADOS CADASTRAIS DA PROPONENTE

| | | | | |
|---|-----------------------|----------------------|---------------------------------|----------------|
| Órgão/Entidade Proponente
Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Rio do Sul | | | CNPJ
85.787.604/0001-82 | |
| Endereço
Avenida Sete de Setembro, 467 - Centro | | | | |
| Cidade
Rio do Sul | U.F.
SC | C.E.P.
89.160-163 | DDD/Telefone
(47) 3521-3468 | E.A.
Isenta |
| Nome do Responsável
Ivan Casagrande Concer | | | e-mail:
apaers@hotmail.com | |
| C.I./Órgão Expedidor
630072 ssp-sc | CPF
347.854.939-68 | | Cargo
Presidente | |
| Endereço
Rua Presidente Keneedy, 500 – Jardim América | | | | |
| Cidade
Rio do Sul | U.F.
SC | CEP
89.160-000 | DDD/Telefone
(47) 98801-0074 | |

2. DESCRIÇÃO DO OBJETO

Constitui objeto deste convênio o desenvolvimento, pelos partícipes, de atividades destinadas à prestação de serviços assistenciais de natureza continuada ao portador de deficiência ou necessidades especiais de Presidente Nereu, visando a melhoria de vida da população local, e cujas ações, voltadas para as necessidades básicas, observado o plano de trabalho que constitui parte integrante deste convênio, compreendido no campo de atendimento o portador de necessidades especiais nas áreas de Educação, Assistência Social e Saúde.

2.1 IDENTIFICAÇÃO DA FINALIDADE

Através da transferência de recursos será proporcionada a manutenção de serviços de assistência social, saúde e educação para pessoas com deficiência intelectual e múltipla, atrasos no desenvolvimento neuropsicomotor e transtornos do espectro autista da Cidade de Presidente Nereu.

· Para as demandas de Presidente Nereu ofertar-se-á de forma rotineira serviços Educacionais:

1. Serviço pedagógico específico (SPE) – Crianças de 04 a 17 anos, assistidas com severos comprometimentos que requeiram atenção individualizada nas atividades da vida autônoma e social, recursos, ajudas e apoios intensos e contínuos;
2. Atendimento educacional especializado/deficiência intelectual (AEE)- incluem crianças de 06 a 17 anos O atendimento educacional especializado tem caráter complementar, sendo disponibilizado exclusivamente em período oposto das aulas das escolas comuns, com objetivos, metas e procedimentos educacionais diferenciados;
3. Serviço Pedagógico Específico - Transtornos do Espectro Autista(TEA)–contempla pessoas com deficiência intelectual associada ao autismo ou características do Espectro Autista. Este serviço apresenta currículo específico, voltado ao auto-conceito, auto-estima e o incentivo a comunicação e as relações interpessoais;

4. Aulas de Informática e Educação Física para todos os alunos em horários pré-estabelecidos pela instituição.

5. Estimulação essencial- o objetivo é proporcionar às crianças com faixa etária entre 0 a 05 anos e 11 meses, estratégias de estimulação, possibilitando um desenvolvimento equilibrado com o aumento do potencial para garantir uma melhor evolução nas etapas de desenvolvimento neuropsicomotor, quando necessário.

· Para as demandas de presidente será ofertado, quando necessário, serviços socioassistenciais, a destacar:

1. Atendimento Socioassistencial aos familiares das pessoas com deficiência;

2. Acesso a avaliação e laudo diagnóstico -desenvolvido por equipe multiprofissional de 6 áreas (assistência social, pediatria, fonoaudiologia, fisioterapia, pedagogia e psicologia);

3. Orientação e acesso à benefícios;

4. Fortalecimento de vínculos com mães e voluntárias - Encontros realizados todas as terças-feiras e quartas-feiras;

5. Inclusão produtiva (oficina de padaria) - Diariamente temos dois atendidos e um profissional que realiza o treinamento, também são realizadas assessorias pela equipe multiprofissional da instituição;

6. Ser e conviver (fortalecimento de vínculos profissionais) - este programa visa fortalecer valores essenciais à convivência, à integração e ao trabalho em equipe como: respeito mútuo, respeito às regras e cooperação. As intervenções acontecem mensalmente em grupo e individualmente quando necessário;

7. Grupo de convivência e oficinas- objetiva oportunizar aos usuários o convívio em grupo, a aquisição de conhecimentos, o desenvolvimento de capacidades/habilidades para sua autonomia e aptidões para as atividades da vida diária/prática.

Para as demandas de Presidente Nereu será ofertado, quando necessário, serviços de saúde, a destacar:

1. Atendimento médico pediátrico e neurológico - O serviço objetiva a avaliação genérica e encaminhamento do paciente, quando necessário;

2. Equoterapia- é um método terapêutico e educacional, que utiliza o cavalo dentro de uma abordagem interdisciplinar (fisioterapeuta, fonoaudiólogo, psicólogo, pedagoga), buscando o desenvolvimento biopsicossocial de pessoas com deficiências e/ou necessidades especiais, quando necessário;

3. Fisioterapia- sua função é atender crianças, adolescentes e jovens que frequentam a APAE, visando a melhoria da qualidade de vida e estimulando as habilidades motoras, são realizados atendimentos individuais semanalmente, esse serviço conta com três profissionais;

4. Fonoaudiologia - Lesões neurológicas podem causar prejuízos de graus variados nos aspectos motores e/ou sensoriais. Como consequências pode haver o comprometimento da comunicação. Os distúrbios da comunicação são variáveis de acordo com os graus de acometimento encefálico, aparecem em função das alterações provenientes de mímica facial, reflexos orais, alimentação, respiração, articulação, fonação, linguagem, voz e audição. O serviço de fonoaudiologia é realizado semanalmente por duas profissionais, são realizados semanalmente cerca de 80 atendimentos;

5. Hidrocinoterapia - Tem grande valor terapêutico, principalmente quando o paciente necessita de nenhuma ou mínima sustentação de peso, ou quando o mesmo apresenta dor, retração, espasmos musculares, limitação de amplitude articular e força muscular. O serviço é disponibilizado semanalmente e é realizado por profissionais de fisioterapia e de educação física;

6. Pediasuit- É um tratamento intensivo associado ao uso de um macacão terapêutico ortopédico que promove um ajuste biomecânico ao paciente. Este recurso é utilizado no tratamento de sequelas neurosensorio-motoras como hemiplegia, diplegia, tetraplegia, ataxia e discinesia. Aproximadamente são realizados 25 protocolos intensivos e de manutenção;

7. Saúde e prevenção de deficiências- Tem como objetivo principal expandir o conhecimento que os profissionais da equipe multiprofissional desta instituição possuem, realizando palestras sobre saúde e prevenção de deficiências nas comunidades. Anualmente são realizadas aproximadamente 15 palestras envolvendo 1.175 pessoas;

8. Psicologia- O serviço destina-se a promover uma escuta profissional qualificada através de atendimentos individuais e/ou familiares, visitas domiciliares, bem como orientações diversas aos atendidos, pais, professores e funcionários da APAE. Os atendimentos são realizados em grupo e individualmente, estes atendimentos acontecem mensalmente ou quando necessário semanalmente. São realizados aproximadamente 2.637 atendimentos anualmente;

9. Terapia Ocupacional- Proporcionar maior grau de independência e uma melhor qualidade de vida. O serviço visa à prevenção e o tratamento de alterações físicas, cognitivas, perceptivas e psicomotoras.

DA JUSTIFICATIVA:

A Lei 13.019/2014, chamada de "Marco Regulatório", estabelece o regime jurídico das parcerias voluntárias, com ou sem transferência de recursos financeiros, entre a Administração Pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução

de finalidades de interesse público. A Referida lei passou a ser aplicada aos Municípios, a partir de 1º de janeiro de 2017 e estabelece uma série de critérios para a formalização de ajuste, dentre eles, a regra geral de chamamento público.

Entretanto o inciso VI, do artigo 30 da Lei nº 13.019/2014 traz a previsão de dispensa do Chamamento Público "no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo gestor da respectiva política".

Sabe-se que é dever da Administração Municipal, através de suas secretarias, atender ao cidadão proporcionando o bem estar coletivo. Todavia nem todos os serviços de interesse público, são realizados pelo município, necessitando estabelecer parcerias com organizações da Sociedade Civil, para atingir o referido bem comum.

Portanto, considerando que a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais — APAE de Rio do Sul/SC desenvolve atividades voltadas a serviços de educação e assistência social há mais de 50 anos, bem como está devidamente credenciada pelo órgão gestor dessas respectivas políticas públicas, sendo ainda, a mais próxima nesta categoria no âmbito regional.

Cabe-nos notar que a APAE tem em seus estatutos, que é uma associação civil, beneficente, com atuação nas áreas de educação, assistência social, saúde, prevenção, trabalho, profissionalização, defesa e garantia de direitos, esporte, cultura, lazer, estudo, pesquisa e outros, sem fins lucrativos ou de fins não econômicos, com duração indeterminada, e tem por missão, promover e articular ações de defesa de direitos e prevenção, orientações, prestação de serviços, apoio à família, direcionadas à melhoria da qualidade de vida da pessoa com deficiência e à construção de uma sociedade justa e solidária.

Vale ressaltar ainda que a equipe da referida instituição é formada por profissionais especializados nas áreas da Assistência Social, Fisioterapia, Fonoaudiologia, Médica— Neurológica, Pedagógica, Psicológica e de Terapia Ocupacional. A equipe multiprofissional avalia, acompanha, assessora e presta atendimentos de habilitação e reabilitação.

E é referência no atendimento especializado das pessoas que apresentam atraso no desenvolvimento neuropsicomotor, deficiência intelectual e múltipla e transtornos do espectro autista.

Dentre esses setores clínicos a APAE atende cerca de 09 alunos nereuenses que necessitam desses atendimentos individualizados para um desempenho satisfatório.

O aluno com deficiência intelectual, na sua maioria, tem déficit no seu desenvolvimento global e, portanto, para que haja um avanço na sua aprendizagem esse atendimento é de suma importância.

Nos atendimentos os profissionais viabilizam alternativas de acordo com as necessidades e individualidades do aluno, visando e oferecendo oportunidades de tornarem sujeitos críticos e autônomos para o pleno exercício da cidadania.

Para o município de Presidente Nereu essa parceria é fundamental para que os munícipes tenham acompanhamento oferecido pela APAE, contribuindo assim positivamente no desenvolvimento global destes.

Diante do exposto e considerando a necessidade do município e que a entidade da referida Organização da Sociedade Civil presta serviços de notória qualidade e é referência no atendimento das demandas de educação especializada.

Considerando o permissivo legal para inexigibilidade de chamamento, bem como o preenchimento dos requisitos formais para sua realização.

Verifica-se que a DISPENSA para a parceria com a APAE por meio do TERMO DE COLABORAÇÃO, é plenamente legal, pois prevista na Lei e ainda possui razões de ordem de interesse público.

Assim a contratação ora dispensada se faz necessário para levar a efeito a parceria com a APAE de Rio do Sul/SC e o Município de Presidente Nereu/SC.

Isto Exposto, ante ao apresentado entendemos que a presente dispensa de Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, Sr. Isamar de Melo, recomendando a parceria com Dispensa do Chamamento e assinatura do termo de Colaboração.

Presidente Nereu, 22 de agosto de 2017.

COMISSÃO TÉCNICA DO MUNICÍPIO

Rosilene M. de Souza Brand Marcos Aurélio Junior Pinto

Carine M. Dela Beneta

ANÁLISE DA ASSESSORIA JURÍDICA

A presente Dispensa de Chamamento se fundamenta no art. 30 inciso VI da Lei 13.019/2014, com suas alterações.

Trata de Parceria com a APAE de Rio do Sul-SC, que atende no Município cerca de 09 (nove) alunos/pacientes, atuando há mais de 50

(cinquenta) anos.

Por tratar de ato administrativo, evidente que deverá ser justificada a razão da decisão. É preciso lembrar que o chamamento e todos os seus atos deverão sempre ser justificados e fundamentados. A lei apresenta de forma clara que em certos momentos o chamamento pode ser dispensando, apresentando um rol taxativo no artigo 30, entre estas a do inciso VI, in verbis:

Art. 30. A administração pública poderá dispensar a realização do chamamento público:

...

VI - no caso de atividades voltadas ou vinculadas a serviços de educação, saúde e assistência social, desde que executadas por organizações da sociedade civil previamente credenciadas pelo órgão gestor da respectiva política.

Importante consignar que a Constituição Federal inseriu o direito à educação e à saúde no rol dos direitos fundamentais. Estabelece a Lei Maior a responsabilidade do Estado na implementação das referidas políticas (artigos 200 e 196 da CF, respectivamente).

Nesse sentido, reconhecendo a competência municipal bem como a insuficiência do ente público, destaca-se os pareceres técnicos em anexo demonstrando que o município não tem condições de atender diretamente o público mencionado, justificando a necessidade da contratação de organização especializada.

A instituição informou a total impossibilidade continuidade do atendimento, caso não fosse formalizada parceria com a mesma, em decorrência dos altos custos e das dificuldades financeiras enfrentadas pela associação.

Nesse sentido e considerando que a APAE, entidade previamente credenciada, já realizava os serviços de educação e assistência social, analisando o parecer técnico, verifica que a DISPENSA para a parceria com a APAE por meio do TERMO DE COLABORAÇÃO, é plenamente legal, pois prevista na Lei e ainda possui razões de ordem de interesse público.

Importante enfatizar a necessidade que, nos termos do artigo 32, § 1º da Lei 13.019/204, sob pena de nulidade do ato de formalização da parceria, o extrato da justificativa da dispensa, deverá ser publicado no sítio oficial da administração pública na internet e, eventualmente, a critério do administrador público, também no meio oficial de publicidade da administração pública.

Admite-se a impugnação à justificativa, desde que apresentada antes da celebração da parceria, cujo teor deve ser analisado pelo administrador público responsável.

Nos termos expostos, a contratação ora dispensada se faz necessário para levar a efeito a parceria com a APAE de Curitiba-SC. A escolha da referida Organização da Sociedade Civil, por prestar serviços de notória qualidade e referência no atendimento.

Isto Exposto, ante ao apresentado entendemos que a presente dispensa de Chamamento Público, cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei nº 13.019/2014 com suas alterações, pelo o dou como aprovada, recomendando a parceria por meio de termo de Colaboração.

Presidente Nereu, 23 de agosto de 2017.

Assessoria Jurídica
MARIMAR ANTONIO CUCCHI
AOB/SC 13.237
AUTORIZAÇÃO

Eu Isamar de Melo Prefeito Municipal do no uso das atribuições, autorizo a contratação e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Publique-se um extrato da Justificativa, e após cinco dias ausente qualquer impugnação, tome-se as providências para o Termo de Colaboração.

Presidente Nereu, 24 de fevereiro de 2017.

ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 328/2017

PORTARIA N.º 328 DE 18 AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e em conformidade com a Lei Complementar Nº 001/2002, Capítulo V, Subseção I, Art. 121, baixa a seguinte:

PORTARIA

Art. 1º. - Fica concedido Licença para Tratamento de Saúde ao (a) Servidor (a) MARIA GORETE ELEOTÉRIO, Recreadora, pelo período de até 15 (quinze) dias, conforme atestado médico em anexo, sendo que após esse período o mesmo (a) será encaminhado (a) ao INSS.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 18 de Agosto de 2017.
ISAMAR DE MELO
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 329/2017

PORTARIA Nº. 329 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.
CONCEDE FÉRIAS PARCIAIS A SERVIDOR COMO ESPECIFICA

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas, baixa a seguinte;
PORTARIA

Art. 1º - Ficam concedido férias parciais (15 dias) a JULIANA JUNGCLAUS MEDEIROS, Assistente Administrativo, pelo período de 21 de Agosto de 2017 a 04 de Setembro de 2017, relativo ao período aquisitivo de 01/08/2014 à 31/07/2015.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 21 de Agosto de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 330/2017

PORTARIA Nº 330, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.
DISPENSA SERVIDOR MUNICIPAL DO REGISTRO DE CONTROLE DE PONTO ELETRÔNICO COMO ESPECIFICA.

ISAMAR DE MELO, Prefeito do Município de Presidente Nereu, usando das atribuições que lhe são conferidas por Lei, na forma do disposto no artigo 65, incisos VII e IX, da Lei Orgânica do Município, de 05 de abril de 1990, bem como com fundamento no artigo 18, parágrafo 3º, da Lei Complementar n.º 001/2002, e ainda de acordo com o parágrafo único do artigo 31 da Lei Complementar 11/2011 e,

CONSIDERANDO a relevância e a natureza das atribuições do cargo de Assessor Jurídico;

CONSIDERANDO que, em razão da necessidade de cumprimento de prazos e no atendimento de serviços urgentes, cumpre horas de trabalho em sua residência ou fora da sede deste município, inclusive, nos finais de semana e em horário noturno;

CONSIDERANDO a incompatibilidade das suas atribuições com o controle da jornada através de ponto, nos termos da súmula nº 09, da Comissão Nacional da Advocacia Pública, instituída pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, a citar, "O controle de ponto é incompatível com as atividades do Advogado Público, cuja atividade intelectual exige flexibilidade de horário", RESOLVE:

Art. 1º - O Assessor Jurídico do Município é dispensado de registrar o controle ponto, nos termos do parágrafo único, do artigo 31 da Lei Complementar Municipal nº 11/2011, de 01 de setembro de 2011 e nos moldes do parágrafo 1º, do artigo 3º, do Decreto n.º 118, de 01 de dezembro de 2015, estando obrigado a permanecer na sede do Município por um dia na semana.

Art. 2º - É ainda atribuição do referido profissional a administração do Portal Eletrônico/SAJ do Município de Presidente Nereu junto ao Tribunal de Justiça de Santa Catarina, onde receberá citação, intimações e demais atos processuais, destinando 1/3 de sua carga horária semanal para o fiel acompanhamento do referido Portal.

Art. 3º - É obrigação do Assessor Jurídico do Município além dos atos administrativos e processuais que lhe são atribuídos, comparecer junto ao Fórum da Comarca de Rio do Sul (SC), visando receber intimações e dar andamento a eventuais processos físicos, bem como para acompanhar e prestar informações em Inquéritos Cíveis existentes junto as Promotorias de Justiça da Comarca.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, em 21 de Agosto de 2017.
ISAMAR DE MELO
Prefeito Municipal

PORTARIA 331/2017

PORTARIA Nº 331 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 11/2011, de 01 de Setembro de 2011, e suas alterações posteriores e, obedecendo ao que preceitua o Anexo III da mesma Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora MARIA CUZIK DAROCESKI concursado na Carreira de Auxiliar de Serviços Gerais, para exercer a função gratificada de “Responsável pela Manutenção e Limpeza da Creche municipal Vó Paulina”.

Parágrafo – Pela função gratificada de que trata o “caput” deste artigo, a servidora receberá a gratificação constante na linha de correlação do Anexo III, da lei Complementar n.º 11/2011, de 01 de setembro de 2011.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Presidente Nereu, 21 de Agosto de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

PORTARIA 332/2017

PORTARIA Nº 332 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

DESIGNA SERVIDOR PARA FUNÇÃO GRATIFICADA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ISAMAR DE MELO, Prefeito Municipal de Presidente Nereu, Estado de Santa Catarina, no uso de duas atribuições, e de conformidade com a Lei Complementar n.º 11/2011, de 01 de Setembro de 2011, e suas alterações posteriores e, obedecendo ao que preceitua o Anexo III da mesma Lei;

RESOLVE:

Art. 1º. – Designar a servidora IVONETE VIEIRA concursado na Carreira de Merendeira, para exercer a função gratificada de “Responsável pela Cozinha da escola Municipal Jaime Gili (período vespertino)”.

Parágrafo – Pela função gratificada de que trata o “caput” deste artigo, a servidora receberá a gratificação constante na linha de correlação do Anexo III, da lei Complementar n.º 11/2011, de 01 de setembro de 2011.

Art. 2º. – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no Diário Oficial dos Municípios – DOM

Presidente Nereu, 21 de Agosto de 2017.

ISAMAR DE MELO

Prefeito Municipal

Princesa

PREFEITURA

DECRETO Nº. 209, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº. 209, DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

AUTORIZA A ALTERAÇÃO DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL ATRAVÉS DA ABERTURA DE UM CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO VIGENTE DA PREFEITURA MUNICIPAL E DA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDILSON MIGUEL VOLKWEIS, Prefeito Municipal de Princesa, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pelos artigos 6º e 7º, da Lei Orçamentária Anual nº. 842, de 23 de Novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto um Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 11.863,24 (Onze mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos), destinado a acrescentar as seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ./ATIV.: 12.361.0038.2.038 – Manutenção do Ensino Infantil

| | | | | |
|--|-------------------------------|--------------------|-----|----------|
| MODALIDADE: | (80) 3.3.90.00.0.1.0009.0000- | Aplicações Diretas | R\$ | 4.000,00 |
| FONTE DE RECURSO: 01.0009 – Recurso Fundeb | | | | |
| TOTAL | | | R\$ | 4.000,00 |

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0068.2.071 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica

| | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------|-----|-----------|
| MODALIDADE: | (145) 3.3.90.00.0.3.0076.0000- | Aplicações Diretas | R\$ | 7.863,24 |
| FONTE DE RECURSO: 03.0076– Recurso PSB | | | | |
| TOTAL | | | R\$ | 7.863,24 |
| TOTAL GERAL | | | R\$ | 11.863,24 |

Art. 2º - Para dar cobertura ao valor de R\$ 11.863,24 (Onze mil, oitocentos e sessenta e três reais e vinte e quatro centavos) de que trata o artigo 1º desta Lei, fica reduzido o saldo das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 05 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA

UNIDADE: 05.01 – DEPARTAMENTO DE CULTURA

PROJ./ATIV.: 12.361.0038.2.038 – Manutenção do Ensino Infantil

| | | | | |
|--|-------------------------------|--------------------|-----|----------|
| MODALIDADE: | (82) 3.3.90.00.0.1.0010.0000- | Aplicações Diretas | R\$ | 4.000,00 |
| FONTE DE RECURSO: 01.0010 – Recurso Fundeb | | | | |
| TOTAL | | | R\$ | 4.000,00 |

ÓRGÃO: 04 – SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

UNIDADE: 04.01 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

PROJ./ATIV.: 08.244.0068.2.071 – Bloco de Financiamento da Proteção Social Básica

| | | | | |
|--|--------------------------------|--------------------|-----|-----------|
| MODALIDADE: | (168) 3.1.90.00.0.3.0076.0000- | Aplicações Diretas | R\$ | 7.863,24 |
| FONTE DE RECURSO: 03.0076– Recurso PSB | | | | |
| TOTAL | | | R\$ | 7.863,24 |
| TOTAL GERAL | | | R\$ | 11.863,24 |

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PRINCESA - SC, 24 de agosto de 2017.

Edilson Miguel Volkweis

Prefeito Municipal

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 20.2017 - EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS

Extrato de Publicação de Ata de Registro de Preços

Detentor(es) da Ata: DELBA VICENTINI CREMASCO - ME
RINO INDÚSTRIA DE EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS EIRELI
RODOMAC TRATORES PEÇAS E IMPLEMENTOS S/A

Ata de Registro de Preços: 20/2017-PM

Processo Licitatório: 59/2017-PM

Pregão Presencial: 35/2017-PM

Fundamento Legal: Lei 8.666/93, Lei 10.520 e demais legislação.

Objeto: "REGISTRO DE PREÇOS para eventual e futura aquisição de TRATOR AGRÍCOLA, DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO e COLHE-DORAS DE FORRAGEM".

Data da Assinatura: 24/08/2017

Data da Publicação: 25/08/2017

Vigência: 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata.

Valor Total (previsto): R\$ 245.420,00 (Duzentos e quarenta e cinco mil, quatrocentos e vinte reais)

Forma de Pagamento: até o 10º dia do mês subsequente à entrega do produto.

EXTRATO DE CONTRATO 22/2017-FMS - SIIM

Extrato de Publicação de Contrato

Contratada: SIIM – SERVIÇOS DE IMAGEM INTEGRADA MÉDICA LTDA

Contrato: 22/2017-FMS

Processo Licitatório: 25/2017-FMS

Inexigibilidade: 06/2017-FMS

Credenciamento: 04/2017-FMS

Fundamento Legal: Lei 8.666/93.

Objeto: "Contratação de serviços – EXAMES DE RESSONÂNCIA NUCLEAR MAGNÉTICA, a serem realizados em estabelecimento do Contrato para pacientes residentes no Município de Princesa/SC".

Data da Assinatura: 24/08/2017

Data da Publicação: 25/08/2017

Vigência: de 25/08/2017 a 24/08/2018

Valor TOTAL (previsto): R\$ 30.906,25 (trinta mil, novecentos e seis reais e vinte e cinco centavos)

Forma de Pagamento: Até o 10º dia útil do mês subsequente à prestação do serviço.

Rio do Sul

PREFEITURA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 245/2017

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 245/2017

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. ALEXANDRE MATOS PEREIRA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) SIMONI SOARES, portador(a) do CPF nº047.932.259-77, na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Tangará, n. 55 Bairro Barragem, na Cidade de Rio do Sul, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Professor Educação Infantil, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas na Secretaria Municipal de Educação, em substituição a Regiane Espíndola, que foi designada para assumir cargo em comissão.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.793,02 (Três mil setecentos e noventa e três reais e dois centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 14/08/2017 e encerrando-se em 29/09/2017, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA: Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, supletivamente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 11 de agosto de 2017.

| | |
|---|----------------|
| ALEXANDRE MATOS PEREIRA | SIMONI SOARES |
| Secretário Municipal de Administração e Fazenda | Contratado (a) |

DECRETO Nº 6438, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6438, de 18 de agosto de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA A GUARDA MUNICIPAL DE RIO DO SUL, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado a Guarda Municipal de Rio do Sul veículo, conforme segue:

Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2009/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 380 – Chassi 9532882W7AR011863 – Renavam 196451353

Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, pelo prazo determinado das 08h30min., do dia 19 de agosto de 2017, com retorno às 11h, do dia 20 de agosto de 2017, para o transporte da Guarda Municipal Mirim do Bairro Navegantes até no Sítio do Acampamento, na Estrada Valada Albertina.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEGOV.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

18 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6440, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6440, de 21 de agosto de 2017.

“SUPLEMENTA E ANULA DOTAÇÕES DO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE RIO DO SUL.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e de conformidade com o artigo 12, inciso II, da Lei Orçamentária nº 5.789 de 15/12/2016

DECRETA

Art. 1º – Fica suplementada até o limite de R\$ 4.761,00 (quatro mil, setecentos e sessenta e um reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

| | | | |
|-----------|--|-----|----------|
| 40.00 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 40.02 | ATENÇÃO BÁSICA | | |
| 2.096 | Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família | | |
| 3.0.00.00 | Despesas Correntes | | |
| 3.3.00.00 | Outras Despesas Correntes | | |
| 3.3.90.00 | Aplicações Diretas | | |
| 01380500 | NASF - Federal | R\$ | 4.761,00 |
| | TOTAL | R\$ | 4.761,00 |

Art. 2º - Em contrapartida a suplementação constante do artigo primeiro, fica anulada na mesma importância parcial de R\$ 4.761,00 (quatro mil, setecentos e sessenta e um reais), a seguinte dotação do orçamento vigente do Fundo Municipal de Saúde de Rio do Sul:

| | | | |
|-----------|--|-----|----------|
| 40.00 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | |
| 40.02 | ATENÇÃO BÁSICA | | |
| 2.096 | Blatb – Núcleo de Apoio a Saúde da Família | | |
| 4.0.00.00 | Despesas de Capital | | |
| 4.4.00.00 | Investimentos | | |
| 4.4.90.00 | Aplicações Diretas | | |
| 01380500 | NASF - Federal | R\$ | 4.761,00 |
| | TOTAL | R\$ | 4.761,00 |

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário em especial o Decreto nº 6426, de 14 de agosto de 2017.

GABINETE DO PREFEITO

21 de agosto de 2017

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

DECRETO Nº 6441, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

DECRETO Nº 6441, de 21 de agosto de 2017.

“CONCESSÃO DE VEÍCULO E MOTORISTA DA SECRETARIA DE GESTÃO DE GOVERNO - SEGOV, PARA O 13º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR, POR PRAZO DETERMINADO.”

O Prefeito do Município de Rio do Sul, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, previstas na alínea a do inciso VIII do artigo 37 da Lei Orgânica do Município.

DECRETA:

Art.1º - Concede-se por tempo determinado ao 13º Batalhão de Polícia Militar veículo, conforme segue:

Veículo VW/15 190 EOD Ano/modelo 2009/2010, Placas MHQ6611, Cor Amarela – Frota 380 – Chassi 9532882W7AR011863 – Renavam 196451353

Patrimônio 20472, da Secretaria de Gestão de Governo, pelo prazo determinado das 12h30min., às 17h30 min., do dia 24 de agosto de 2017, para o transporte dos Alunos do Curso de Soldados, para atividades externas ao Batalhão.

Parágrafo Único: O referido veículo poderá retornar à Secretaria de Gestão de Governo antes do prazo por solicitação do Prefeito ou do Diretor Executivo do Gabinete.

Art.2º - As despesas decorrentes do uso e manutenção do referido veículo, bem como a do motorista, o servidor do Sebastião Amaral, Matrícula número 76139, ocorrerão à conta das dotações específicas do orçamento vigente da SEGOV.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO.

21 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito do Município de Rio do Sul

PREGÃO PRESENCIAL 005/2017-FMD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 005/2017/FMD

OBJETO: Contratação de serviços e materiais para pintura no ginásio Artenir Werner, estádio Alfredo João Kriek e do ginásio do C.E. Sebastião Back. Competição OLESC/2017.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/09/2017, às 08:00h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 08:30h do dia 06/09/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/licitações.

Rio do Sul (SC), 23 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

JEBERTON LUIS FERMINO

Superintendente da FMD Rio do Sul

MARCO AURÉLIO FERRARI

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 006/2017-FMD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 006/2017/FMD

OBJETO: Contratação de serviços e materiais para instalação elétrica e hidráulica nos locais que serão utilizados para alojamento de

equipes. Competição OLESC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/09/2017, às 09:15h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:45h do dia 06/09/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/licitações.

Rio do Sul (SC), 23 de agosto de 2017.

JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ

Prefeito de Rio do Sul

JEBERTON LUIS FERMINO

Superintendente da FMD Rio do Sul

MARCO AURÉLIO FERRARI

Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 007/2017-FMD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2017/FMD

OBJETO: Aquisição de placares eletrônicos para serem usados na competição OLESC/2017.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/09/2017, às 13:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 14:00h do dia 06/09/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta

a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/licitações.

Rio do Sul (SC), 23 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul

JEBERTON LUIS FERMINO
Superintendente da FMD Rio do Sul

MARCO AURÉLIO FERRARI
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 008/2017-FMD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 008/2017/FMD

OBJETO: Aquisição de camisetas personalizadas em impressão digital. Para uso do pessoal da equipe técnica, apoio e coordenadores. Competição OLESC/2017.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/09/2017, às 14:45h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 15:00h do dia 06/09/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/licitações.

Rio do Sul (SC), 23 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul

JEBERTON LUIS FERMINO
Superintendente da FMD Rio do Sul

MARCO AURÉLIO FERRARI
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 009/2017-FMD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 009/2017/FMD

OBJETO: Contratação de serviços e materiais para aplicação de concreto usinado no ginásio Artenir Werner e estádio municipal Alfredo João Kriek. Competição OLESC/2017.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/09/2017, às 15:45h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às

16:15h do dia 06/09/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/licitações.

Rio do Sul (SC), 23 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul

JEBERTON LUIS FERMINO
Superintendente da FMD Rio do Sul

MARCO AURÉLIO FERRARI
Pregoeiro

PREGÃO PRESENCIAL 010/2017-FMD

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE DESPORTOS
DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 010/2017/FMD

OBJETO: Locação de arquibancadas para disputa das modalidades judô no Colégio Ruy Barbosa, handebol no Lions Clube e tênis de mesa na Associação da Metalúrgica Riosulense. Competição OLESC.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 06/09/2017, às 10:30h, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:45h do dia 06/09/2017, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Processos Licitatórios e no endereço eletrônico: www.riodosul.sc.gov.br/licitações.

Rio do Sul (SC), 23 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito de Rio do Sul

JEBERTON LUIS FERMINO
Superintendente da FMD Rio do Sul

MARCO AURÉLIO FERRARI
Pregoeiro

RESUMO DO CONTRATO Nº 071/2017

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 071/2017

Pregão Presencial nº 046/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: ADL Comercial Eirelli - EPP

Objeto: aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos, colchões e parques infantis para atender a Secretaria de Educação
Valor: R\$ 6.683,90 (Seis mil seiscentos e oitenta e três Reais e noventa Centavos);

Prazo de Execução: Até 31 de dezembro de 2017;

Local de entrega: Prédio Central da Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e os locais indicados pela última;
Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal
Recurso: Próprio;
Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 08 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO Nº 072/2017

RESUMO DO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM FORNECIMENTO DE MATERIAL Nº 072/2017

Pregão Presencial nº 046/2017

Contratante: Município de Rio do Sul/SC

Contratada: Rejane Comércio de Produtos Pedagógicos Ltda - ME

Objeto: aquisição de brinquedos educativos, pedagógicos, colchões e parques infantis para atender a Secretaria de Educação

Valor: R\$ 22.693,95. (vinte e dois mil seiscentos e noventa e três Reais e noventa e cinco Centavos);

Prazo de Execução: Até 31 de dezembro de 2017;

Local de entrega: Prédio Central da Prefeitura Municipal, Secretaria de Educação e os locais indicados pela última;

Condições de Pagamento: até 30 (trinta) dias após apresentação da Nota Fiscal

Recurso: Próprio;

Fundamento Legal: Parágrafo único do Art. 61 da Lei de Licitações nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

Rio do Sul/SC, 08 de agosto de 2017.
JOSÉ EDUARDO ROTHBARTH THOMÉ
Prefeito Municipal

Rio Fortuna

PREFEITURA

PREGÃO 032/2017 PROCESSO LICITATÓRIO 047/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA
ESTADO DE SANTA CATARINA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 047/2017
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017
TIPO DE LICITAÇÃO: MENOR PREÇO POR ITEM

O Prefeito Municipal de Rio Fortuna, Estado de Santa Catarina, torna público que, às 08 (oito) horas, do dia 11 de setembro de 2017, no Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, serão abertas as propostas referentes ao Processo Licitatório nº 047/2017, Modalidade PREGÃO, sob nº 032/2017, da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, com obediência ao disposto na Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e no Decreto nº 3.555/00, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, na Lei nº 8.666/93 e demais legislações.

I – DO OBJETO E SEUS ITENS

1.1 O objeto do presente Edital é a AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE MOTOR PARA ÔNIBUS VW/INDUSCAR FOZ U, INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, visando à manutenção de seus programas, conforme os itens especificados no anexo I:

1.2 A entrega do objeto da presente licitação, qual seja, aquisição de peças e contratação de serviços de recuperação de motor para ônibus VW/INDUSCAR FOZ U, integrantes do patrimônio do município de rio fortuna, deverá ser efetuada na sede da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, não podendo a PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA ter despesas de locomoção superiores.

1.3 O valor do contrato será o que resultar da proposta vencedora, resultante do preço total proposto.

II – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

2.1 Podem participar da presente licitação todas as pessoas jurídicas que cumprirem as regras da presente licitação.

2.2 Os participantes deverão ter pleno conhecimento dos termos deste Edital e seus anexos e das condições do objeto da Licitação. Deverá ser verificado o local de entrega dos objetos e o prazo máximo contido no item 1.1 deste instrumento, não podendo ser invocado, em nenhum momento, desconhecimento destes pontos como elemento impeditivo para realização do objeto.

2.3 Não poderá participar a empresa que tenha sido declarada inidônea ou que esteja cumprindo suspensão do direito de licitar ou contratar com a administração pública, por qualquer órgão, em qualquer dos níveis da administração pública, dentro do território nacional, conforme as regras previstas nos incisos III e IV, do art. 87, da lei 8.666/93.

2.4 É vedada a participação de empresas em consórcio ou associação.

III – DOS REQUISITOS PARA A APRESENTAÇÃO E ENVELOPES

3.1 É condição para a participação na presente licitação a apresentação, em envelopes separados, das Propostas de Preço e dos Documentos de Habilitação pelos proponentes, até as 08 (oito) horas, do dia 11 de setembro de 2017, no Setor de Licitações desta Prefeitura. As propostas de preços deverão constar do Envelope nº 01 e os Documentos de Habilitação deverão constar do Envelope

nº 02. Os envelopes devem estar lacrados e deverão ser identificados da seguinte forma:

| ENVELOPE Nº 01 – PROPOSTA DE PREÇOS | ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO |
|---|---|
| PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA
PREGÃO Nº 032/2017
Data e hora da abertura
Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ
Endereço completo do licitante | PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA
PREGÃO Nº 032/2017
Data e hora da abertura
Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ
Endereço completo do licitante |

3.2 A entrega dos envelopes descritos no item 3.1 do presente instrumento, no dia e horário mencionado, significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e seus anexos e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

3.3 Caso a indicação acima apresentar-se incompleta ou com algum erro de transcrição nos envelopes (proposta no envelope de documentação e vice-versa), tais fatos não constituirão motivo para exclusão da empresa do procedimento licitatório, desde que a incorreção apontada não cause dúvida ou não atrapalhe o andamento do processo.

3.4 Em nenhuma hipótese serão recebidos os envelopes contendo a proposta de preços e a documentação posteriormente ao prazo limite estabelecida neste Edital.

IV – DA HABILITAÇÃO

4.1 Para a habilitação das empresas faz-se necessária a apresentação, em via única, em envelope separado, não transparente e devidamente lacrado denominado ENVELOPE Nº 02 – DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO, os seguintes documentos, devidamente validados, sob pena de inabilitação:

- Certidão Negativa do INSS;
- Certidão Negativa do FGTS;
- Certidão Negativa de Tributos Federais (Negativa Conjunta Federal e União);
- Certidão Negativa de Tributos Estaduais;
- Certidão Negativa de Tributos Municipais;
- Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;
- Registro Comercial ou Contrato Social em vigor, devidamente autenticado;
- Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ);
- Certificado de Posto Revendedor expedido pela Agência Nacional de Petróleo - ANP - para os lotes de combustíveis.
- Licença Ambiental de Operação - LAO, expedida pela FATMA ou órgãos municipais habilitados para realização do Licenciamento Ambiental das Atividades de Impacto Local, com base nas resoluções do CONSEMA (Conselho Estadual do Meio Ambiente) nº 01 e 02 de 2006, ajustadas pela Resolução CONSEMA nº 03 de 2008, que aprova a "Listagem das Atividades Consideradas Potencialmente Causadoras de Degradação Ambiental".
- Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo (Modelo Anexo IV);
- Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal (Modelo Anexo V); e
- Declaração ou comprovante de endereço da sede da licitante, certificando que a empresa localiza-se a menos de 04 Km (quatro quilômetros) de distância da Prefeitura Municipal, conforme item 1.2 deste Edital.

4.2 A presente documentação, devidamente atualizada, poderá ser

apresentada em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração do Município, caso em que devem estar presentes os originais ou publicação em órgão de imprensa oficial.

4.3 Não serão aceitas fotocópias efetuadas em aparelhos de fax, bem como aquelas que se encontrarem ilegíveis, rasuras, ressalvas ou emendas.

4.4 Os documentos sem validade expressa, considerar-se-á como sendo 180 (cento e oitenta) dias da data de sua emissão.

4.5 A Comissão de Licitação poderá consultar ao serviço de verificação de autenticidade das Certidões emitidas pela Internet, ficando a licitante dispensada de autenticá-la, no caso de cópia das mesmas.

V – DAS FORMAS DE APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS

5.1 Os licitantes deverão apresentar proposta para os itens que desejarem concorrer, em via única, datilografada ou emitida por computador, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas; suas folhas devem estar devidamente rubricadas e a última assinada por pessoa legalmente habilitada com poderes para comprometer-se pela empresa licitante, dela devendo constar:

- a) Razão Social, número do CNPJ e endereço completo;
- b) Descrição dos Itens almejados, constando a marca, de acordo com a descrição e quantidade previstas no Item 1.1, deste Edital, e de acordo com os preços máximos estipulados, sendo desclassificadas as propostas que apresentarem preços superiores aos fixados no Item 1.1;
- c) Cotação de preço unitário e global para cada item expresso em moeda corrente nacional, em algarismos, prevalecendo o preço unitário em caso de divergência;
- d) Apresentação do total geral da proposta em algarismos e por extenso, prevalecendo este último em caso de divergência;
- e) Validade mínima da proposta de 60 (sessenta) dias a contar da data de entrega dos envelopes de proposta e documentação, estipulada no preâmbulo deste Edital. O referido prazo ficará suspenso caso haja interposição de recursos;
- f) Declaração de que os preços propostos compreendem todos os produtos, materiais e encargos necessários a sua completa realização;
- g) Declaração de que os produtos serão fornecidos de acordo com as normas de segurança, padrões de qualidade e com prazos de validade em dia.

5.2 Serão desconsideradas as propostas que forem manifestadamente inexequíveis, presumindo-se como tal aquelas que contiverem preços unitários muito aquém, face aos concorrentes no mercado.

5.3 Também serão desconsideradas as propostas que contiverem preços excessivos face aos concorrentes no mercado.

5.4 Quaisquer tributos, despesas diretas e indiretas omitidas na proposta de preços ou incorretamente cotadas serão consideradas como inclusas na proposta.

5.5 Ocorrendo erro, engano ou rasura na digitação do preço do item ou do total do Item constante na Proposta, o representante da empresa deverá manifestar-se na sessão sobre o preço apresentado, podendo a CPL inabilitar o referido participante para aquele Item.

5.6 Não sendo apresentadas as declarações das letras "f" e "g", bem como indicação do prazo de validade da proposta, pressupõe-se que as condições acima são aceitas pelo proponente, suprimindo-se sua ausência.

VI – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES DA SESSÃO PÚBLICA

6.1 A convocação de interessados dar-se-á através de publicação de aviso no Diário Oficial do Estado, em Jornal de Circulação Regional, no Diário Oficial Municipal, no Sítio Eletrônico e no Mural da Prefeitura de Rio Fortuna, e disponibilização gratuita do Edital na íntegra, na sede desta Prefeitura.

6.2 A sessão pública de realização do pregão será conduzida por servidor designado como Pregoeiro, que terá a atribuição de decidir sobre todos os atos relativos à licitação.

6.3 A disputa entre os interessados ocorrerá através das propostas escritas apresentadas e em lances verbais durante a fase adequada da sessão pública.

6.4 A manifestação da intenção de recorrer será feita no final da sessão, quando forem declarados os licitantes vencedores, devendo os interessados, através de seus representantes, registrarem em ata a síntese de suas razões.

6.5 Para ofertar propostas através de lances verbais, recorrer de decisão e contraditar, os interessados deverão credenciar (facultativo), junto ao Pregoeiro, os respectivos representantes legais com poderes para praticar esses atos (ANEXO II).

6.6 Caso a empresa apresente representante legal, este deverá identificar-se e trazer ao Pregoeiro um documento hábil a comprovar sua representação, que poderá ser a apresentação do Ato Constitutivo da empresa ou outro equivalente.

6.7 Para o caso de não haver menção do nome do representante no Ato Constitutivo ou equivalente, este deverá apresentar procuração, com firma reconhecida em Cartório, que comprove poderes para praticar todos os atos referentes a este Pregão, tais como: formulação de lances, alegações em ata, interposição de recurso, renúncia de direitos etc. Poderá ser apresentado, também, em substituição à Procuração, Termo de Credenciamento, conforme Anexo II, acompanhado do Ato Constitutivo da empresa. Observação: No caso de apresentação de Procuração, esta deverá estar acompanhada do Ato Constitutivo da empresa representada.

6.8 O representante legal da empresa, no ato da entrega dos envelopes, se solicitado, deverá exibir sua cédula de identidade ou qualquer outro documento oficial de identificação (com foto).

6.9 O não credenciamento de representante legal na sessão pública ou a incorreção dos documentos de identificação apresentados não inabilita a licitante, mas inviabilizará a formulação de lances verbais e a manifestação de intenção de recorrer por parte do interessado, bem como de quaisquer atos relativos à presente licitação para o qual seja exigida a presença de representante legal da empresa.

6.10 Aberta a sessão, os interessados ou seus representantes, apresentarão declaração dando ciência de que cumprem plenamente os requisitos de habilitação e entregarão os envelopes contendo a documentação exigida no certame e as propostas, podendo, para tanto, ser utilizado o modelo de declaração constante no ANEXO III. Caso os interessados não se fizerem representar na sessão pública, a Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação deverá ser encaminhada no 3º Envelope, devendo o mesmo estar assim identificado:

ENVELOPE Nº 03 – DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO FORTUNA

PREGÃO Nº 032/2017

Data e hora da abertura

Nome e CPF ou Razão Social e CNPJ

Endereço completo do licitante

6.11 A não apresentação da Declaração de que trata o item 6.10 do Edital inviabilizará a apresentação da Proposta e da Habilitação. Caso o licitante deixe de apresentar esse documento, poderá, por meio de seu representante legal, fazê-lo de próprio punho no momento oportuno durante a Sessão do Pregão.

6.12 As empresas que tiverem interesse em se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006 deverão apresentar, juntamente com o Credenciamento ou com a Proposta, a Certidão Simplificada da Junta Comercial, comprovando que a empresa é Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte. A não apresentação deste documento impossibilitará a licitante de se utilizar dos benefícios da Lei Complementar 123/2006.

VII – DO PROCEDIMENTO E FASES DA SESSÃO PÚBLICA

7.1 PRIMEIRA FASE: ABERTURA DA SESSÃO

7.1.1 No dia e horário estabelecidos neste Edital, o Pregoeiro Oficial fará a abertura da sessão, recebendo da empresa interessada, ou de seu representante, o documento para credenciamento (ANEXO II), a Declaração prevista no ANEXO III e os envelopes de proposta e habilitação.

7.1.2 Não será admitida a atuação de um representante para duas ou mais empresas.

7.2 SEGUNDA FASE: ANÁLISE DAS PROPOSTAS E LANCES VERBAIS

7.2.1 Terminada a fase de credenciamento e entrega da Declaração de cumprimento aos requisitos de habilitação, o Pregoeiro passará para a abertura dos envelopes das propostas, com a finalidade de verificar se as propostas estão em conformidade com as exigências estabelecidas neste Edital, desclassificando aquelas que se encontrarem em desconformidade ou incompatíveis.

7.2.2 Após a análise das propostas pelo Pregoeiro, os participantes, através de seus representantes, darão visto nas propostas apresentadas.

7.2.3 Em seguida, passar-se-á à oferta de lances verbais, em valores sucessivos e decrescentes para o item a ser adquirido, considerando-se o valor unitário de cada item.

7.2.4 Poderão ofertar lances as licitantes detentoras das propostas classificadas com preços até 10% (dez por cento) superiores ao preço do autor da oferta mais baixa para cada item, até a proclamação do vencedor.

7.2.5 Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas anteriormente, poderão os autores das melhores propostas, até o máximo de 03 (três), oferecerem novos lances verbais e sucessivos, quaisquer que sejam os preços oferecidos.

7.2.6 O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes classificadas, de forma sequencial, a apresentarem lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço para o item e os demais, em ordem decrescente de valor. Dos lances ofertados, não caberá retratação.

7.2.6.1 Somente serão aceitos os lances com redução de preços de, pelo menos, 1% (um por cento) do lance anterior para o item.

7.2.7 A desistência da apresentação de lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, importará na perda do direito de apresentar novos lances verbais e na manutenção do último preço apresentado pela licitante.

7.2.8 Ofertados os lances verbais, o Pregoeiro solicitará a todas as licitantes que efetivaram lances, a redução a termo dos últimos lances ofertados.

7.2.9 O Pregoeiro poderá fixar em até 5 (cinco) minutos o tempo máximo para os lances verbais, devendo avisar aos licitantes quando decidir pela última rodada de lances que poderá, inclusive, ocorrer antes do esgotamento do tempo máximo anteriormente estipulado.

7.2.10 Durante a etapa de lances verbais, o pregoeiro monitorará os preços ofertados, de modo a desclassificar propostas inexequíveis ou com preço excessivo.

7.2.11 Caso alguma descrição do item tenha, por qualquer motivo, que ser retirada ou alterada, poderá o Pregoeiro desconsiderá-lo, mantendo-se a licitação nas demais descrições.

7.3 TERCEIRA FASE: HABILITAÇÃO

7.3.1 Encerrada a fase de lance para todos os itens, o Pregoeiro procederá à abertura do invólucro contendo os documentos de habilitação do licitante que apresentou a melhor proposta, verificando a sua habilitação ou inabilitação.

7.3.2 Constatado o atendimento das exigências editalícias, o licitante será declarado vencedor, sendo-lhe adjudicado o objeto do certame, caso não haja interposição de recursos.

7.3.3 Caso o licitante classificado em primeiro lugar seja inabilitado, o Pregoeiro examinará a habilitação dos licitantes com as ofertas subsequentes e a qualificação destas, na ordem de classificação,

até a apuração de uma proposta que atenda aos requisitos do Edital.

VIII – DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO E PROPOSTAS

8.1 Serão desclassificados:

a) Os proponentes que não apresentarem os documentos exigidos neste Edital para habilitação;

b) As propostas que não atenderem às especificações deste Edital, em especial o item 1.1, e sejam, ainda, manifestadamente inexequíveis, sejam por preços excessivos ou simbólicos, irrisórios ou de valor zero;

c) Demais determinações constantes no Edital e na Lei 8.666/93.

8.2 Serão inabilitados os licitantes ou desclassificados as propostas que deixarem de atender às exigências deste Edital, ressalvadas as situações previstas nos itens 8.6 e 8.7.

8.3 Os preços serão analisados conforme o Capítulo IX, deste Edital.

8.4 As propostas serão classificadas, conforme o critério do menor preço por item, apresentado em proposta ou lance verbal, sendo considerado vencedor o licitante que apresentar/ofertar lance, como sendo o de menor preço unitário e total de cada item licitado e, ainda, estiver com sua documentação válida, satisfazendo os termos deste Edital e seus Anexos.

8.5 No caso de igualdade do preço ofertado entre duas ou mais propostas, no mesmo item, o Pregoeiro Oficial efetuará sorteio na própria sessão pública, da qual participarão apenas as empresas empatadas, para definição da ordem de lances verbais.

8.5.1 A regra de sorteio também é válida quando houver empate entre duas ou mais propostas, no mesmo item, e os licitantes não quiserem ofertar lances verbais.

8.6 A não indicação dos prazos exigidos na proposta indicará que o licitante se compromete com os prazos estabelecidos neste Edital.

8.7 O Pregoeiro Oficial, verificando a necessidade de mais informações, no que diz respeito à documentação e às propostas apresentadas, aplicará subsidiariamente o disposto no § 3º, do art. 43, da Lei nº 8.666/93, podendo suspender a sessão a qualquer momento para realização de diligências.

8.8 Ocorrendo a hipótese prevista no item anterior, será lavrada ata circunstanciada narrando todos os fatos, ficando em poder da Comissão de Apoio ao Pregoeiro, todos os envelopes, devidamente rubricados e vistados pelos membros da Comissão, Pregoeiro e licitantes presentes, até a resolução do ocorrido, oportunidade em que será oficiado às mesmas a data para prosseguimento do certame.

8.9 Não serão levadas em consideração, para efeitos de julgamento, quaisquer vantagens oferecidas na proposta que não se enquadrem nas especificações exigidas neste Edital e Anexos.

8.10 Serão desconsiderados os fatos irrelevantes que não causem prejuízo à escolha da melhor proposta para o objeto da presente licitação.

IX – DOS PREÇOS

9.1 Os preços serão considerados pelo valor unitário e global para cada item cotado, expressos em moeda corrente nacional.

9.2 Não serão aceitos preços cujos valores unitários sejam iguais a 0 (zero), inexequíveis ou excessivos, sendo entendidos como excessivos aqueles superiores aos praticados pelo mercado.

9.3 Os preços ofertados são fixos e invariáveis não podendo ultrapassar o preço máximo estipulado por este Edital, Item 1.1.

9.4 Os valores a serem contratados, todavia, serão reajustados sempre que os combustíveis e seus derivados sofrerem reajuste autorizado pelo Governo Federal, e o reajuste incidirá somente sobre o saldo remanescente.

X – DOS RECURSOS

10.1 Os recursos somente serão recebidos após a Fase de

Habilitação quando for (em) declarado (s) o (s) vencedor (es), momento em que, qualquer licitante poderá manifestar, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para a apresentação das razões do recurso, ficando as demais licitantes desde logo intimadas para apresentarem contra-razões, em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

10.2 O recurso tempestivamente interposto terá efeito suspensivo e devolutivo exclusivamente em relação ao item questionado e deverá ser dirigido ao Prefeito Municipal de Rio Fortuna, cabendo ao mesmo apreciá-lo em 05 (cinco) dias úteis.

10.3 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

10.4 A falta de manifestação imediata e motivada do licitante, inclusive em função da falta de representante credenciado, importará na decadência do direito de recurso em âmbito administrativo e, consequentemente, adjudicação do objeto da licitação, pelo Pregoeiro, ao vencedor.

XI – DA ADJUDICAÇÃO

11.1 O objeto da presente licitação será adjudicado ao licitante que, atendendo a todas as condições expressas neste Edital de Pregão e seus anexos, for declarado vencedor para o item respectivo, de acordo com os critérios de julgamento e habilitação.

XII – DO PAGAMENTO

12.1 O pagamento será mensal, a primeira parcela de 50% (cinquenta por cento) do valor após 10 (dez) dias da entrega do veículo a segunda parcela em 30 (trinta) dias.

12.2 O vencimento dos pagamentos mensais se dará sempre após o dia 10 do mês subsequente.

XIII – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 A despesa decorrente do objeto de licitação correrá à conta de recursos específicos consignados no Orçamento para 2017 desta Prefeitura, nas seguintes dotações:

(62) 3.3.90.30.25.00.00.00 – R\$ 21.742,76

(62) 3.3.90.39.19.00.00.00 – R\$ 5.500,00

XIV – DO CONTRATO E RESCISÃO

14.1 Será firmado Contrato (Anexo I) com o Licitante vencedor, que será notificado a assinar o mesmo, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a partir da data de homologação e adjudicação e terá suas cláusulas e condições reguladas pela Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores e pelas condições estabelecidas neste.

14.2 Farão parte integrante do Contrato, todos os elementos apresentados pela Licitante vencedora que tenham servido de base para o julgamento deste Edital, bem como as condições estabelecidas neste instrumento e seus anexos, independente de transcrição.

14.3 O Contrato a ser assinado com o Licitante vencedor terá sua vigência adstrita ao prazo de fornecimento do veículo, definido por este Edital, iniciando-se na data de assinatura do contrato, que vigorará até 22 de setembro de 2017.

14.4 Não assinado o contrato no prazo fixado pela Administração, o licitante vencedor perderá o direito à contratação, sofrerá aplicação de multa igual a 5% (cinco por cento) do valor da proposta e ficará, temporariamente, suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna e seus órgãos pelo período não superior a 02 (dois) anos.

14.5 Se o licitante vencedor não assinar o contrato no prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assiná-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante.

14.6 O contrato será rescindido automaticamente no caso de o

Licitante vencedor fornecer combustível em desacordo com as normas padrões, com qualidades inferiores às normas estabelecidas, em desacordo com as regras deste Edital ou, ainda, não atender ao item 1.3 deste Edital.

XV – DO CANCELAMENTO DO CONTRATO

15.1 O cancelamento da execução será cabível, de pleno direito, independente de interpretação judicial ou extra-judicial, a firma adjudicatária que:

15.1.1 Falir, entrar em concordata, concurso de credores, dissolução ou liquidação;

15.1.2 Transferir, no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, sem prévia anuência da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna;

15.1.3 Estiver sendo processada por crime previsto no Código Penal Brasileiro ou outras Leis;

15.1.4 Possuir conduta social reprovável e/ou não respeitar as normas da Administração Municipal.

15.2 A Prefeitura Municipal de Rio Fortuna reserva-se o direito de transferir ou revogar a presente licitação, no todo ou parcialmente, mediante razões de conveniência administrativa e de interesse público, nos termos do art. 49, da Lei nº 8.666/93.

XVI – DAS PENALIDADES

16.1 À empresa proponente vencedora que não cumprir com as obrigações assumidas ou preceitos legais, será aplicada as seguintes penalidades:

16.1.1 Rescisão do contrato de fornecimento;

16.1.2 Suspensão do direito de licitar junto à Prefeitura Municipal de Rio Fortuna;

16.1.3 Declaração de inidoneidade.

16.2 A critério da autoridade competente, a aplicação de quaisquer das penalidades acima mencionadas, acarretará perda da garantia com todos os seus acréscimos.

16.3 A Prefeitura Municipal de Rio Fortuna poderá, a seu critério, rescindir o contrato e/ou aplicar multa de 2% (dois por cento) por dia, sobre o valor do objeto da presente, até 15% (quinze por cento), quando a proponente, sem justa causa, deixar de cumprir, dentro do prazo estabelecido, a obrigação assumida, bem como:

16.3.1 Prestar informações inexatas ou criar embaraços para entrega do combustível;

16.3.2 Transferir ou ceder suas obrigações, no todo ou em parte a terceiros, sem prévia autorização da Prefeitura Municipal;

16.3.3 Cometer qualquer infração às normas aplicadas pelos órgãos competentes em razão da infração cometida.

16.4 Na hipótese de o Adjudicatário não entregar os produtos desta licitação, será aplicada uma multa de 5% (cinco por cento) sobre o valor total do objeto, não o eximindo das penalidades previstas.

16.5 A recusa de receber a Ordem de Fornecimento, no prazo de validade das propostas, e a entrega fora das especificações predefinidas implicam sanções, além do fornecedor arcar com todas as despesas provenientes.

16.6 Se o licitante vencedor receber a Ordem de Fornecimento e não fornecer o objeto no prazo estabelecido, a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinarem o contrato e assumirem a entrega em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo licitante, conforme legislação em vigor, ou poderá revogar total ou parcialmente qualquer dos Itens do item 1, deste Edital.

16.7 Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

XVII – DA IMPUGNAÇÃO DO EDITAL

17.1 Qualquer pessoa poderá questionar, solicitar informações ou impugnar este Edital de Pregão, até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para a realização da sessão pública de Pregão, devendo a Prefeitura, através do Pregoeiro Oficial, julgar e responder sobre a petição no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.

17.2 Não sendo feito nesse prazo, pressupõe-se que os elementos são suficientemente claros e precisos para permitir a apresentação da proposta, não cabendo à proponente direito a qualquer reclamação posterior.

XVIII – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

18.1 Caso exista algum fato que impeça a participação de qualquer licitante ou o mesmo tenha sido declarado inidôneo para licitar ou contratar com a Administração Pública, ou estiver em regime de falência, este fica desde já impedido de participar da presente licitação.

18.2 Não serão aceitos, sob qualquer alegação, os envelopes de HABILITAÇÃO e PROPOSTA, apresentados após o horário marcado para o encerramento deste EDITAL, no local indicado na inicial desta licitação.

18.3 É facultada a Comissão ou à autoridade superior, em qualquer fase da licitação ou durante a validade do contrato, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar da habilitação ou da proposta.

18.4 A presente licitação poderá ser revogada por razões de interesse público, decorrentes de fatos supervenientes devidamente comprovados, ou anulada, no todo ou em parte, por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, com a devida justificação.

18.5 Nenhuma indenização será devida aos licitantes pela elaboração e/ou apresentação de documentos relativos ao presente certame.

18.6 Realizado o procedimento licitatório, com a observação de todas as formalidades legais, o resultado será comunicado aos licitantes na própria sessão de julgamento e, naqueles itens onde não houver interposição de recurso, será efetuada a adjudicação pelo Pregoeiro e submetidos ao Prefeito Municipal para homologação do certame.

18.7 A Comissão de Apoio ao Pregoeiro dirimirá as dúvidas concernentes às especificações técnicas e demais esclarecimentos acerca do objeto desta licitação, desde que arguidas por escrito, até 02 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura dos envelopes.

18.8 Os licitantes poderão examinar e retirar o presente Edital no Setor de Licitações, estando o Pregoeiro e Equipe de Apoio disponíveis para atendimento de segunda a sexta-feira, das 07 (sete) às 13 (treze) horas, na sede da PREFEITURA, situada na Avenida Sete de Setembro, 1.175, Centro, nesta Cidade, fone/fax: (48) 3653-1122.

18.9 Fazem parte deste Edital os seguintes Anexos: 1) Anexo I – Minuta do Contrato; 2) Anexo II – Modelo de Termo de Credenciamento; 3) Anexo III – Declaração de cumprimento aos requisitos de Habilitação; 4) Anexo IV - Declaração de Inexistência de Fato Impeditivo; 5) Anexo V - Declaração de cumprimento do disposto no Inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal; e 6) Anexo VI - Modelo Planilha de Proposta de Preços.

18.10 Ao receberem cópia deste Edital, os interessados deverão deixar registrados na Prefeitura o endereço para qualquer correspondência.

18.11 No caso de não haver expediente para a data fixada, a entrega e abertura dos envelopes contendo os documentos de habilitação e/ou proposta realizar-se-á às 8 h do primeiro dia útil, após aquela data.

18.12 Nos pontos em que este Edital for omissos, prevalecerão os termos da Lei nº 10.520, de 18 de Julho de 2002, e do Decreto nº 3.555, de 08 de agosto de 2000, e, subsidiariamente, da Lei nº 8.666/93 e demais legislações em vigor.

18.13 Para dirimir quaisquer dúvidas ou questões relacionadas com a presente licitação, fica eleito o foro da Cidade de Braço do Norte/SC, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

O presente Edital será publicado em resumo no Diário Oficial do Estado, em Jornal de Circulação Regional, no Diário Oficial Municipal, no Sítio Eletrônico e no Mural da Prefeitura de Rio Fortuna.

Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, 24 de agosto de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

CONTRATO Nº .../2017

(de ... de ... de 2017)

Termo de contrato de AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE MOTOR PARA ÔNIBUS VW/INDUSCAR FOZ U, INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, discriminado no Edital Licitatório da Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, sob nº 047/2017, Pregão Presencial nº 032/2017, que fazem entre si o Município de Rio Fortuna e a empresa

CONTRATANTE: O MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA, Estado de Santa Catarina, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 82.926.585/0001-30, situado na Avenida Sete de Setembro, 730, Centro, neste ato, representado pelo Prefeito Municipal, Lindomar Ballmann, CPF nº 031.353.049-14.

CONTRATADO:
.....

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO E LOCAL DE ENTREGA

1ª. O CONTRATADO fornecerá o item descrito adiante à CONTRATANTE, no prazo Máximo de 07 (sete) dias após assinatura do contrato.

(Descrição do(s) item(ns) vencido(s) no Processo de Licitação...)

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

2ª. Dá-se a este contrato o valor global de R\$ (... ..), para aquisição de peças e contratação de serviços de recuperação de motor para ônibus VW/INDUSCAR FOZ U, integrantes do patrimônio do município de rio fortuna.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO PAGAMENTO

3ª. O CONTRATADO emitirá Nota Fiscal especificando os litros adquiridos e os respectivos preços. A CONTRATANTE pagará ao CONTRATADO o valor adquirido pela Prefeitura de forma mensal.

Parágrafo Único. O pagamento será efetuado na praça do CONTRATANTE, mediante cheque nominal e cruzado ou depositado em conta bancária indicada pelo CONTRATADO, com vencimento sempre após o dia 10 do mês subsequente.

CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO

4ª. O presente Contrato é celebrado por prazo determinado, tendo vigência até 22 de setembro de 2017.

CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

6ª. O CONTRATANTE, para atender os dispêndios decorrentes com a execução deste Contrato, utilizará os recursos orçamentários que

correrão por conta do orçamento vigente para o exercício de 2017, a saber:

(62) 3.3.90.30.25.00.00.00
(62) 3.3.90.39.19.00.00.00

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PENALIDADES

7ª. O inadimplemento de qualquer das partes, implicará no pagamento de multa administrativa de 10 % do valor total do contrato, garantida prévia e ampla defesa em processo administrativo a ser instaurado pelo CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DA RESCISÃO ANTECIPADA

8ª. O Contrato poderá ser rescindido antecipadamente nos seguintes casos:

- a) o não cumprimento de quaisquer cláusulas deste contrato;
- b) o cumprimento irregular das cláusulas deste contrato;
- c) a lentidão de seu cumprimento;
- d) se o CONTRATADO não seguir as normas de segurança e inspeção do Governo Federal;
- e) no que couber, aplica-se a Lei 8.666/93.

Parágrafo Único. Em caso de ocorrência de fatos dolosos ou culposos supervenientes envolvendo o CONTRATADO, a Prefeitura Municipal de Rio Fortuna poderá anular ou revogar o processo licitatório, no todo ou em parte, inclusive após assinatura do contrato, levando-se em conta o interesse público, nos termos da Lei, sempre fundamentalmente e após processo regular, sem decorrer direito à indenização.

CLÁUSULA NONA – DO FORO

9ª. Para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes da execução do presente Contrato, fica eleito o FORO da Comarca de Braço do Norte/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10. É facultada ao CONTRATANTE, durante a validade do contrato de prestação de serviços, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar o processo ou a averiguar fatos, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar no processo licitatório.

Os casos omissos serão resolvidos com base na Lei 8.666/93 e, na lacuna também desta, pelas disposições contidas no Código Civil Brasileiro.

E, por estarem justos e contratados, firmam o Contratante e o Contratado o presente instrumento contratual em 03 (três) vias, de igual teor e forma, na presença de 02 testemunhas que também assinam.

Rio Fortuna/ SC, de de 2017.

LINDOMAR BALLMANN

Prefeito Municipal

Contratado

TESTEMUNHAS

Nome:

Nome:

CPF :

CPF:

ANEXO II

PREGÃO Nº 032/2017

LICITAÇÃO Nº 047/2017

TERMO DE CREDENCIAMENTO

Através do presente, credenciamos o (a) Sr. (a.) , portador (a) do RG nº e do CPF nº , a participar da licitação instaurada pela Prefeitura Municipal de Rio Fortuna, na modalidade Pregão Presencial, de nº 032/2017, na qualidade de representante legal, outorgando-lhe poderes para pronunciar-se em nome da empresa , bem como formular propostas, ofertar lances verbais, renunciar direitos, desistir de recursos e praticar todos os demais atos inerentes ao certame.

..... de de 2017.

Diretor ou Representante Legal com Firma Reconhecida da Assinatura

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO III

PREGÃO Nº 032/2017

LICITAÇÃO Nº 047/2017

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

A (razão social da empresa), CNPJ nº , localizada em , declara, em conformidade com a Lei nº 10.520/02, que cumpre todos os requisitos de habilitação para este certame licitatório, realizado pela Prefeitura Municipal de Rio Fortuna – Pregão nº 032/2017.

..... de de 2017.

(Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificadas do representante legal da empresa licitante)

Obs.: Este documento deverá ser entregue fora dos envelopes.

ANEXO IV

PREGÃO Nº 032/2017

LICITAÇÃO Nº 047/2017

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Para fins de participação no Edital de Pregão Presencial nº 032/2017, DECLARAMOS, para todos os fins de direito, que a nossa empresa não foi declarada inidônea e nem está suspensa em nenhum órgão público, Federal, Estadual ou Municipal, nos termos do artigo 32, § 2º, da Lei Federal nº 8.666/93, alterado pela Lei nº 9.648/98.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

..... de de 2017.

(Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificadas do representante legal da empresa licitante)

ANEXO V

PREGÃO Nº 032/2017
LICITAÇÃO Nº 047/2017

DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DO DISPOSTO NO INCISO
XXXIII DO ART. 70 DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA:

CNPJ:

ENDEREÇO:

Para fins de participação, no Edital de Pregão nº 032/2017, em cumprimento com o que determina o art. 27, inciso V, da Lei 8.666/93, DECLARAMOS, para todos os fins de direito, que a nossa empresa não possui empregados menores de dezoito anos em jornada noturna, ou em locais insalubres ou perigosos; não possui em seus quadros empregados menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos.

Por ser expressão da verdade, firmamos a presente declaração.

_____, ____ de _____ de 2017.

(Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa licitante)

ANEXO VI

PREGÃO Nº 032/2017
LICITAÇÃO Nº 047/2017

RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA

CNPJ:

ENDEREÇO:

MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

AO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 047/2017
PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2017

Objeto da Licitação: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE MOTOR PARA ÔNIBUS VW/INDUSCAR FOZ U, INTEGRANTES DO PATRIMÔNIO DO MUNICÍPIO DE RIO FORTUNA.

Valor por extenso: (_____
_____).

Proposta válida para: _____ dias.

Local: _____ data: ____/____
/____.

ASSINATURA LICITANTE

(Carimbo da empresa e/ou identificação gráfica e assinatura devidamente identificada do representante legal da empresa proponente)

Romelândia

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO 37/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 1724/2017

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2017

O MUNICÍPIO DE ROMELÂNDIA (SC) realizará licitação na modalidade Pregão Presencial, para Registro de preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para prestação de serviço mecânicos (manutenção preventiva e corretiva), incluindo a reposição de peças, componentes e acessórios de reposição; Contratação de serviços de solda; torno; auto elétrica; injeção eletrônica; geometria, balanceamento e cambagem de rodas; troca de óleo e filtros; e lavagem automotiva para os veículos, máquinas e equipamento da frota do Fundo Municipal de Saúde e do Município de Romelândia, conforme especificações técnicas e condições comerciais descritas e especificadas no Termo de Referência ANEXO V. Tudo em conformidade com a Lei nº 10.520/02 e 8.666/93 e alterações posteriores. Informações e editais completos poderão ser obtidos no Departamento de Compras, Licitações e Contratos, em horário de expediente. Fone para contato (049) 3624-1002, email: compras@romelandia.sc.gov.br. Os documentos e propostas deverão ser entregues até as 08:00 horas do dia 14/09/17. Romelândia (SC), 24/08/2017. VALDIR BUGS - PREFEITO MUNICIPAL.

Salto Veloso

PREFEITURA

DECRETO MUNICIPAL Nº 088/2017

DECRETO Nº. 088 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COORDENADORIA DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL E CONSELHO DO MUNICÍPIO DE SALTO VELOSO.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei Municipal nº 1518 de 17 de outubro de 2014,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia membros para compor a Coordenadoria Municipal de Proteção e Defesa Civil (COMPDEC), conforme art. 10º da Lei 1.518/2014:

- I - Coordenador – Paulo Hoffelder
- II – Conselho Municipal – conforme art. 2º deste decreto.
- III – Secretário – Rudinei Muller
- IV – Setor Técnico – Zuriel Marco Azzolini Bussi
- V – Setor Operativo – Claudemir Sartorel

Art. 2º. Em cumprimento ao art. 13 da Lei 1518/2014, ficam nomeados para compor o Conselho Municipal de Proteção e Defesa Civil os seguintes membros:

I - Membros titulares:

- a) Ana Roza Zanela
- b) Paulo Hoffelder
- c) Abel Abati Filho
- d) Lucas Giacomini
- e) Evainer Santian
- f) Débora Baronchello
- g) Camilo Dornelles

II - Membros suplentes:

- a) Mozar Ganasini
- b) Eduardo Akio Yamamoto
- c) Edna Vergínia Godinho

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Salto Veloso, 24 de agosto de 2017.

ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

LEI Nº 1601, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

LEI Nº 1601, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

Autoriza o Município de Salto Veloso a reconhecer, empenhar e pagar o saldo devido de 2016, à Promefarma Representações Comerciais Ltda, referente aquisição de medicamentos para o Fundo Municipal de Saúde e dá outras providências.

ANA ROSA ZANELA, Prefeita Municipal de Salto Veloso, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, faz saber a todos que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizada a reconhecer, empenhar e pagar, o saldo devido de 2016, à Promefarma Representações Comerciais Ltda, referente aquisição de

10.000 (dez mil) comprimidos de captopril para a Farmácia Básica do Fundo Municipal de Saúde, no valor de R\$ 155,00 (cento e cinquenta e cinco reais), com a seguinte classificação orçamentária:

03 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
03.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2028 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SAÚDE
3390.3202 – Medicamentos

Art. 2º. O pagamento será realizado no dia 10 (dez) do mês subsequente à publicação desta lei no Diário Oficial dos Municípios – DOM.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Salto Veloso/SC, 23 de agosto de 2017.
ANA ROSA ZANELA
Prefeita Municipal

Esta Lei foi publicada no Diário Oficial dos Municípios.

EDIVAR ANTONIO DONADEL
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Santa Helena

PREFEITURA

PROCESSO LICITATORIO N° 70/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N° 58/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SANTA HELENA - PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO N° 70/2017 – PREGÃO PRESENCIAL N° 58/2017

O Município de Santa Helena - Prefeitura, Estado de Santa Catarina, por intermédio do Prefeito Municipal Sr. Luiz Gluitz, comunica aos interessados que está promovendo o Processo Licitatório de nº 70/2017, na Modalidade PREGÃO PRESENCIAL nº 58/2017, do tipo MENOR PREÇO POR ITEM, para aquisição de equipamentos destinados para auxiliar nos serviços de infraestrutura de melhoria de cercas elétricas nas propriedades dos agricultores do município de Santa Helena - SC. Recebimento dos envelopes até as 08h30min do dia 12 de setembro de 2017. Abertura das propostas as 08h45min do dia 12 de setembro de 2017, na Prefeitura Municipal de Santa Helena, situada na Rua Dom Feliciano, nº 476, Santa Helena – SC. Retirada do Edital no mesmo endereço acima ou pelo site www.santahelena.sc.gov.br e informações pelo fone (49) 3633 0009.

Santa Helena (SC), 24 de agosto de 2017.

LUIZ GLUITZ

Prefeito Municipal

Santiago do Sul

PREFEITURA

CONTRATO 70/2017

| | |
|---|--|
| Estado de Santa Catarina | |
| MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| Contrato Nº | 70/2017 |
| Contrato Principal Nº | 14/2014 |
| Contratante | MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL |
| Contratada | EDITORA POSITIVO LTDA |
| Objeto | Aquisição de material didático que compõem o Sistema de Ensino Aprende Brasil, para os alunos do ensino infantil contemplados com o programa Aprende Brasil. |
| Valor | R\$ 591,64 (quinhentos e noventa e um reais e sessenta e quatro centavos) |
| Processo de Inexigibilidade nº.001/2014 | |
| Santiago do Sul, 24 de agosto de 2017. | |
| JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI | |
| PREFEITO MUNICIPAL | |

PREGÃO RP 69/2017

| | |
|--|--|
| Estado de Santa Catarina | |
| MUNICÍPIO DE SANTIAGO DO SUL | |
| AVISO DE LICITAÇÃO | |
| Processo Administrativo nº.86/2017. | |
| Edital: PREGÃO PRESENCIAL RP Nº.69/2017. | |
| Objeto: Aquisição de equipamentos energéticos, relógio ponto, HD externo, equipamentos de vídeo monitoramento e demais equipamentos para a Secretaria Municipal de Administração e Fundo Municipal de Saúde de Santiago do Sul. | |
| Entrega dos Envelopes: 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2017. | |
| Abertura dos Envelopes: 08:30 horas do dia 11 de setembro de 2017. | |
| O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua Angelo Toazza, 600, nos dias úteis, das Segunda à Sexta, das 07:30 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, pelo fone (49) 3345-3000 ou site www.santiagodosul.sc.gov.br . | |
| SANTIAGO DO SUL, 24 de agosto de 2017. | |
| JULCIMAR ANTONIO LORENZETTI | |
| PREFEITO MUNICIPAL | |

São Bento do Sul

PREFEITURA

AVISO DE REPUBLICAÇÃO - EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2017

MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL

AVISO DE REPUBLICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2017

O Município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina, através da Secretaria Interina de Assistência Social e Chefe de Gabinete, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 10.520/02 e 8.666/93, a REPUBLICAÇÃO do Pregão Presencial 134/2017, OBJETO: FORNECIMENTO E A INSTALAÇÃO DE MOBILIÁRIO PARA O 23º BATALHÃO DE POLÍCIA MILITAR E FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO PARA O CRAS CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO TERMO DE REFERÊNCIA EM ANEXO.

Considerando os esclarecimentos prestados administrativamente e a retificação do Termo de Referência do Instrumento convocatório, desde já fica reaberto o prazo para envio das propostas de preços do pregão em epígrafe, onde a nova data para recebimento de propostas foi definida para o dia 14 DE SETEMBRO até as 08h:30m e a abertura da sessão às 09h:00m, permanecendo inalterados os demais dispositivos esposados no instrumento convocatório.

Informamos que as alterações estão disponíveis no site da Prefeitura de São Bento do Sul: www.saobentodosul.sc.gov.br/licitacao.

São Bento do Sul, 24 de Agosto de 2017.

FLORINDA IVETE ROSA ROHRBACHER
SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTENCIA SOCIAL

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
CHEFE DE GABINETE

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
PREGOEIRO MUNICIPAL

EXTRATO DE CONTRATO Nº 010/2017

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB

EXTRATO DO CONTRATO Nº 010/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços, que entre si celebram a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, e a Empresa Silva Lavação Automotiva ME.

DO OBJETO: contratação de empresa para prestação de serviço de lavagem de veículos para os veículos da EMHAB.

DO VALOR: R\$ 700,00 – Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 04 meses e 16 dias, a contar de 15 de agosto de 2017 e a terminar em 29 de dezembro de 2017, podendo ser prorrogado excepcionalmente na forma da Lei.

São Bento do Sul, 15 de agosto de 2017.

Teodósio Kachuba, pela EMHAB

Silva Lavação Automotiva ME.

EXTRATO DE CONTRATO Nº 011/2017

EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL - EMHAB

EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2017

DA ESPÉCIE: Termo de Contrato de Prestação de Serviços de Engenharia, que entre si celebram a Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul - EMHAB, e a Empresa Kethely Grossl Engenharia e Consultoria EIRELI.

DO OBJETO: Contratação de empresa especializada devidamente habilitada para a prestação de serviços técnicos profissionais para a elaboração de estudo ambiental simplificado, assessoria e acompanhamento técnico do processo de obtenção de LICENCIAMENTO AMBIENTAL junto à Fundação do Meio Ambiente do Estado de Santa Catarina -FATMA, para o empreendimento RESIDENCIAL PARQUE SANTA FÉ, em terreno de propriedade da Empresa Municipal de Habitação de São Bento do Sul –EMHAB, sito à Rua Alberto Torres, s/nº, Bairro Centenário, neste Município, matriculado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca sob o nº 42.196, conforme recomendação do Ministério Público de Santa Catarina, exarada no Inquérito Civil nº 06.2017.00003871-9, nos termos da Resolução CONSEMA nº 13/2012 e conforme Termo de Referência anexos.

DO VALOR: R\$ 12.000,00.

DA VIGÊNCIA: 12 meses, a contar de 23 de agosto de 2017 e a terminar em 23 de agosto de 2018, podendo ser prorrogado excepcionalmente na forma da Lei.

São Bento do Sul, 23 de agosto de 2017.

Teodósio Kachuba, pela EMHAB

Kethely Grossl pela empresa contratada

RETIFICAÇÃO EDITAL PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL

RETIFICAÇÃO DO EDITAL DE PREGÃO Nº 134/2017

O MUNICÍPIO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, torna público, através do Secretário de Assistência Social e da Chefe de Gabinete, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, RETIFICAR O EDITAL Nº 134/2017, no anexo 1 – Termo de Referência:

LOTE 01

ONDE SE LE:

| | | | | | |
|----|---|-------|---|----------|----------|
| 01 | ARMÁRIO SOB BANCADA EM L COM 03 PORTAS DE ABRIR
Armário sob bancada em L, com 03 portas de abrir, prateleira intermediária interna, 04 gavetas, com espaço para frigobar e tampo em granito preto São Gabriel. Pé de aço galvanizado, pré-pintado na cor cinza. Confeção em MDF 15 mm na cor Nogal Málaga. Puxadores tipo cava, dobradiça cromada, corredeja telescópica. Móvel localizado na copa interna da sala de monitoramento.
-Dimensões Lado A (AxLxP) 90cm x 154cm x 60cm;
-Dimensões Lado B (AxLxP) 90cm x 238cm x 60cm;
-Confeção em MDF 15mm;
-Puxadores tipo cava;
-Corredeja telescópica;
Modelo e dimensões conforme nº 01 contido na planta de detalhamento. | Unid. | 1 | 2.713,93 | 2.713,92 |
|----|---|-------|---|----------|----------|

Leia-se:

| | | | | | |
|----|--|-------|---|----------|----------|
| 01 | ARMÁRIO SOB BANCADA EM L COM 03 PORTAS DE ABRIR
Armário sob bancada em L, com 03 portas de abrir, prateleira intermediária interna, 04 gavetas, com espaço para frigobar. Pé de aço galvanizado, pré-pintado na cor cinza. Confeção em MDF 15 mm na cor Nogal Málaga. Puxadores tipo cava, dobradiça cromada, corredeja telescópica. Móvel localizado na copa interna da sala de monitoramento.
-Dimensões Lado A (AxLxP) 90cm x 154cm x 60cm;
-Dimensões Lado B (AxLxP) 90cm x 238cm x 60cm;
-Confeção em MDF 15mm;
-Puxadores tipo cava;
-Corredeja telescópica;
Modelo e dimensões conforme nº 01 contido na planta de detalhamento. | Unid. | 1 | 2.713,93 | 2.713,93 |
|----|--|-------|---|----------|----------|

LOTE 04

ONDE SE LE:

| | | | | | |
|----|--|------|---|----------|----------|
| 09 | Bancada em granito preto estilo "São Gabriel" com acabamento em 45º (graus) com cuba em aço inox colocado, granito com frontão com 07 cm colocado na pedra e com borda de 04 cm em volta da bancada.
A bancada deverá ser instalada no mobiliário, conforme especificações:
- dimensões Lado A (AxLxP) 90 cm x 154 cm x 60 cm;
- dimensões Lado B (AxLxP) 90 cm x 238 cm x 60 cm; | Und. | 1 | 1.733,33 | 1.733,33 |
|----|--|------|---|----------|----------|

TOTAL LOTE 4 1.733,33

LEIA-SE:

| | | | | | |
|----|---|------|---|----------|----------|
| 09 | Bancada em granito preto estilo "São Gabriel" com acabamento em 45° (graus) com cuba em aço inox colocado, granito com frontão com 07 cm colocado na pedra e com borda de 04 cm em volta da bancada.
A bancada deverá ser instalada no mobiliário, conforme especificações:
-Dimensões Lado A (LxP) 154cm x 60cm;
-Dimensões Lado B (LxP) 238cm x 60cm;

Essa bancada será instalada no balcão detalhado no ITEM 01 do LOTE 01.x 238 cm x 60 cm; | Und. | 1 | 1.733,33 | 1.733,33 |
|----|---|------|---|----------|----------|

TOTAL LOTE 4 1.733,33

Entenda-se, portanto, retificado o acima exposto no edital e, para que essa produza seus efeitos conforme Lei fica marcada a ABERTURA do Edital de Pregão Presencial nº 134/2017 para o dia 14 DE SETEMBRO DE 2017, sendo que o recebimento dos envelopes documentação e proposta serão até as 08:30 horas e abertura as 09:00 horas.

São Bento do Sul, 24 de Agosto de 2017.

FLORINDA IVETE ROSA ROHRBACHER
SECRETÁRIA INTERINA DE ASSISTENCIA SOCIAL

NILVA MARLI LARSEN HOLZ
CHEFE DE GABINETE

EDEMILSON BENEDITO DE ASSIS
PREGOEIRO MUNICIPAL

São Bonifácio

PREFEITURA

EDITAL DE LICITAÇÃO 42/2017 - PREGAO Nº 23/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO
AVISO DE LICITAÇÃO Processo de Licitação 42/2017 Edital de Pregão 23/2017 do Tipo: Menor Preço Global; OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DO PLANO DE CARGOS, CARREIRAS E SALÁRIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E ELABORAÇÃO DO ESTATUTO DOS SERVIDORES E MAGISTÉRIO MUNICIPAL, conforme especificações no edital e anexos. Início da sessão pública: às 14:00 horas do dia 06/09/2017. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura sito à Avenida 29 de Dezembro, 12 – Centro – SC, ou pelo fone (48) 3252-0111. São Bonifácio(SC), 24 de Agosto de 2017. Ricardo de Souza Carvalho – Prefeito Municipal.

LEI COMPLEMENTAR Nº 139/2017

Lei Complementar nº 139/2017.

Altera dispositivos da Lei Complementar nº 040/2003 – que dispõe sobre as normas relativas do ISSQN e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO, ESTADO DE SANTA CATARINA,

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Os itens 1.03, 1.04, 7.16, 11.02, 13.04, 14.05, 16.01 e 25.02 da Lista de Serviços instituída pela Lei Complementar nº 040/2003, passam a ter as seguintes redações:

1.03 – Processamento, armazenamento ou hospedagem de dados, textos, imagens, vídeos, páginas eletrônicas, aplicativos e sistemas de informação, entre outros formatos, e congêneres.

1.04 – Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos, independentemente da arquitetura construtiva da máquina em que o programa será executado, incluindo tablets, smartphones e congêneres.

7.16 – Florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte e descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e dos serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas, para quaisquer fins e por quaisquer meios.

11.02 – Vigilância, segurança ou monitoramento de bens, pessoas e semoventes.

13.04 – Composição gráfica, inclusive confecção de impressos gráficos, fotocomposição, clicheria, zincografia, litografia e fotolitografia, exceto se destinados a posterior operação de comercialização ou industrialização, ainda que incorporados, de qualquer forma, a outra mercadoria que deva ser objeto de posterior circulação, tais como bulas, rótulos, etiquetas, caixas, cartuchos, embalagens e manuais técnicos e de instrução, quando ficarão sujeitos ao ICMS.

14.05 – Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, plastificação, costura, acabamento, polimento e congêneres de objetos quaisquer.

16.01 – Serviços de transporte coletivo municipal rodoviário, metropolitano, ferroviário e aquaviário de passageiros.

25.02 – Translado intramunicipal e cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.

Art. 2º - A lista de serviços instituída pela Lei Complementar nº 040/2003, fica acrescida dos itens 1.09, 6.06, 14.14, 16.02, 17.24 e 25.05, que passam a ter as seguintes redações:

1.09 – Disponibilização, sem cessão definitiva, de conteúdos de áudio, vídeo, imagem e texto por meio da internet, respeitada a imunidade de livros, jornais e periódicos (exceto a distribuição de conteúdos pelas prestadoras de Serviços de Acesso Condicionado, de que trata a Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, sujeita ao ICMS).

ALIQUOTA – conforme descrito no “caput” do item “1” da lista de serviços instituídas pela Lei Complementar nº 040/2003.

6.06 – Aplicação de tatuagens, piercings e congêneres.

ALIQUOTA – conforme descrito no “caput” do item “6” da lista de serviços instituídas pela Lei Complementar nº 040/2003.

14.14 – Guincho intramunicipal, guindaste e içamento.

ALIQUOTA – conforme descrito no “caput” do item “14” da lista de serviços instituídas pela Lei Complementar nº 040/2003.

16.02 – Outros serviços de transporte de natureza municipal.

ALIQUOTA – conforme descrito no “caput” do item “16” da lista de serviços instituídas pela Lei Complementar nº 040/2003.

17.24 – Inserção de textos, desenhos e outros materiais de propaganda e publicidade, em qualquer meio (exceto em livros, jornais, periódicos e nas modalidades de serviços de radiodifusão sonora e de sons e imagens de recepção livre e gratuita).

ALIQUOTA – conforme descrito no “caput” do item “17” da lista de serviços instituídas pela Lei Complementar nº 040/2003.

25.05 – Cessão de uso de espaços em cemitérios para sepultamento.

ALIQUOTA – conforme descrito no “caput” do item “25” da lista de serviços instituídas pela Lei Complementar nº 040/2003.

Art. 3º - O artigo 4º da Lei Complementar nº 040/2003, passa a vigor com a seguinte redação:

Art. 4º. O serviço considera-se prestado e o imposto devido no local do estabelecimento prestador ou, na falta do estabelecimento, no local do domicílio do prestador, exceto nas hipóteses previstas nos incisos I ao XXV, quando do imposto será devido no local:

I – do estabelecimento do tomador ou intermediário do serviço ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, na hipótese do § 1º do art. 1º desta Lei Complementar;

II – da instalação dos andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas, no caso dos serviços descritos no subitem 3.05 da lista anexa;

III – da execução da obra, no caso dos serviços descritos no subitem 7.02 e 7.19 da lista anexa;

IV – da demolição, no caso dos serviços descritos no subitem 7.04 da lista anexa;

V – das edificações em geral, estradas, pontes, portos e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.05 da lista anexa;

VI – da execução da varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer, no caso dos serviços descritos no subitem 7.09 da lista anexa;

VII – da execução da limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.10 da lista anexa;

VIII – da execução da decoração e jardinagem, do corte e poda de árvores, no caso dos serviços descritos no subitem 7.11 da lista anexa;

IX – do controle e tratamento do efluente de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos, no caso dos serviços descritos no subitem 7.12 da lista anexa;

X - do florestamento, reflorestamento, semeadura, adubação, reparação de solo, plantio, silagem, colheita, corte, descascamento de árvores, silvicultura, exploração florestal e serviços congêneres indissociáveis da formação, manutenção e colheita de florestas para quaisquer fins e por quaisquer meios;

XI - da execução dos serviços de escoramento, contenção de encostas e congêneres, no caso dos serviços descritos no subitem 7.17 da lista anexa;

XII - da limpeza e dragagem, no caso dos serviços descritos no subitem 7.18 da lista anexa;

XIII - onde o bem estiver guardado ou estacionado, no caso dos serviços descritos no subitem 11.01 da lista anexa;

XIV - dos bens, dos semoventes ou do domicílio das pessoas vigiados, segurados ou monitorados, no caso dos serviços descritos no subitem 11.02 da lista anexa;

XV - do armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda do bem, no caso dos serviços descritos no subitem 11.04 da lista anexa;

XVI - da execução dos serviços de diversão, lazer, entretenimento e congêneres, no caso dos serviços descritos nos subitens do item 12, exceto o 12.13, da lista anexa;

XVII - do Município onde está sendo executado o transporte, no caso dos serviços descritos pelo item 16 da lista anexa;

XVIII - do estabelecimento do tomador da mão-de-obra ou, na falta de estabelecimento, onde ele estiver domiciliado, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.05 da lista anexa;

XIX - da feira, exposição, congresso ou congêneres a que se referir o planejamento, organização e administração, no caso dos serviços descritos pelo subitem 17.10 da lista anexa;

XX - do porto, aeroporto, ferroporto, terminal rodoviário, ferroviário ou metroviário, no caso dos serviços descritos pelo item 20 da lista anexa.

XXI - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 4.22, 4.23 e 5.09;

XXII - do domicílio do tomador do serviço no caso dos serviços prestados pelas administradoras de cartão de crédito ou débito e demais descritos no subitem 15.01;

XXIII - do domicílio do tomador dos serviços dos subitens 10.04 e 15.09.

§ 1º No caso dos serviços a que se refere o subitem 3.04 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza, objetos de locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não.

§ 2º No caso dos serviços a que se refere o subitem 22.01 da lista anexa, considera-se ocorrido o fato gerador e devido o imposto em cada Município em cujo território haja extensão de rodovia explorada.

§ 3º Considera-se ocorrido o fato gerador do imposto no local do estabelecimento prestador nos serviços executados em águas marítimas, excetuados os serviços descritos no subitem 20.01.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Bonifácio, 24 de agosto de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

LEI Nº 1423/2017

LEI Nº 1423/2017.

AUTORIZA O MUNICÍPIO DE SÃO BONIFÁCIO A RECEBER POR TERMO DE TRANSFERÊNCIA O PATRIMÔNIO APLICADO NOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BONIFÁCIO,

Faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a firmar termo de transferência do patrimônio aplicado ao serviço de iluminação pública com a COOPERATIVA DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA – COOPERZEM DISTRIBUIÇÃO, para recebimento gratuito dos bens utilizados para o serviço de iluminação pública, conforme minuta em anexo que fica fazendo parte integrante desta Lei.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e publique-se

São Bonifácio, 24 de agosto de 2017.

Ricardo de Souza Carvalho

Prefeito Municipal

Esta Lei foi publicada e registrada na Secretaria da Prefeitura Municipal, na data supra.

Elisangela A. S. Nienkoetter

Chefe de Gabinete

São Carlos

PREFEITURA

AVISO DE LICITAÇÃO 081-2017 - ADM

Estado de Santa Catarina
MUNICIPIO DE SÃO CARLOS

AVISO DE LICITAÇÃO Nº 81/2017 ADM

Processo ADM. nº 81/2017 - ADM
Pregão Presencial nº 81/2017
Tipo: Menor Por Item

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA VISANDO A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM ÔNIBUS E MICRO ÔNIBUS PARA VIAGENS NACIONAIS (ESTADUAIS E INTERESTADUAIS) PARA ATENDER TODOS OS DEPARTAMENTOS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, E FUNDAÇÃO CULTURAL.

Entrega dos Envelopes e Credenciamento: até as 08:00 horas – dia 05 de setembro de 2017.
Abertura dos Envelopes: 08:30 horas – dia 05 de setembro de 2017.

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: RUA DEMETRIO LORENZ, 747, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:30 horas, ou pelo fone (49) 3325-3096. www.saocarlos.sc.gov.br

SAO CARLOS, 24 de Agosto de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
PREFEITO

PORTARIA 115/2017

PORTARIA Nº 115/2017

Dispõe sobre a nomeação de Servidor Municipal aprovado em concurso público nº 001/2017 e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Legislação em vigor.

“RESOLVE”

Art. 1º - Fica nomeado o Senhor LEONARDO LUIS MARTINS para o Cargo de Contador, com lotação na Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento, carga horária de 40 horas semanais, percebendo o vencimento constante no nível 53 do Anexo III do Quadro Único de Pessoal da Lei Complementar nº. 010/2013, de 23 de setembro de 2013.

Art. 2º - Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Portaria, serão utilizados os recursos consignados no orçamento vigente.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, em 24 de agosto de 2017.
RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal.
Registre-se e Publique-se.

Lei 1808/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**LEI MUNICIPAL Nº 1808/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.****INSTITUI O PLANO PLURIANUAL DO
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS-SC,
PARA O PERÍODO DE 2018 A 2021 E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, **FAZ SABER**, a todos os habitantes deste Município, que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e fica **SANCIONADA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Esta Lei institui o Plano Plurianual do Município de São Carlos, Estado de Santa Catarina para o período de 2018 a 2021 - PPA 2018-2021, em cumprimento ao disposto no § 1º do art. 165 da Constituição Federal.

Art. 2º. O planejamento governamental é a atividade que, a partir de diagnósticos e estudos prospectivos, orienta as escolhas de políticas públicas.

Art. 3º. O PPA 2018-2021 é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, orientar a definição de prioridades e auxiliar na promoção do desenvolvimento sustentável.

Art. 4º. O PPA 2018-2021 terá como diretrizes:

I - a garantia dos direitos humanos com redução das desigualdades sociais, étnico-raciais e de gênero;

II - a ampliação da participação social;

III - a melhoria continuada dos serviços públicos;

IV - o aperfeiçoamento da gestão pública com foco no cidadão, na eficiência do gasto público, na transparência, e no enfrentamento à corrupção;

V - a excelência na gestão para garantir o provimento de bens e serviços à sociedade;

VI - o aumento da eficiência dos gastos públicos;

VII - o crescimento econômico sustentável; e

VIII - a garantia do equilíbrio das contas públicas.

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 5º. O PPA 2018-2021 reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas que visam a orientação e apoio da ação governamental, a manutenção da máquina pública, para entrega de bens e serviços a sociedade.

Art. 6º. Os Programas são compostos por Objetivos e Metas.

§1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, reflete as situações a serem alteradas.

§2º Meta é medida do alcance do Objetivo, podendo ser de natureza quantitativa ou qualitativa.

Art. 7º. Integram o PPA 2018-2021 os seguintes anexos:

I - Anexo I - Programas

II - Anexo II – Planejamento das despesas

III - Anexo III – Receitas

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM O ORÇAMENTO

Art. 8º. Os Programas constantes do PPA 2018-2021 estarão expressos nas leis orçamentárias anuais e nas leis de crédito adicional.

§ 1º As ações orçamentárias serão discriminadas exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

§ 2º As vinculações das ações orçamentárias constarão nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º. O Valor Global dos Programas, as Metas e os enunciados dos Objetivos não são limites à programação e à execução das despesas expressas nas leis orçamentárias e nas leis de crédito adicional.

Art. 10. Os orçamentos anuais, compatibilizados com o PPA 2018-2021 e com as respectivas leis de diretrizes orçamentárias, serão orientados pelas diretrizes expressas no art. 4º para o alcance dos objetivos constantes neste Plano.

CAPÍTULO IV

DA GESTÃO DO PLANO

Seção I

Aspectos Gerais

Art. 11. A gestão do PPA 2018-2021 consiste na articulação dos meios necessários para viabilizar a consecução das suas metas, sobretudo,

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



para a garantia de acesso dos segmentos populacionais mais vulneráveis às políticas públicas, e busca o aperfeiçoamento:

I - dos mecanismos de implementação e integração das políticas públicas; e

II - dos mecanismos de monitoramento, avaliação e revisão do PPA 2018-2021.

Art. 12. A gestão do PPA 2018-2021 observará os princípios da publicidade, eficiência, impessoalidade, economicidade e efetividade e compreenderá a implementação, o monitoramento, a avaliação e a revisão dos Programas e Objetivos.

Seção II

Do Monitoramento e Avaliação

Art. 13. O monitoramento do PPA 2018-2021 é atividade estruturada a partir da implementação de cada Programa, e orientada para o alcance das metas prioritárias da administração pública municipal.

Art. 14. A avaliação consiste na análise das políticas públicas e dos Programas com seus respectivos atributos, fornecendo subsídios para eventuais ajustes em sua formulação e implementação.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 15. São prioridades da administração pública municipal as definidas nas leis de diretrizes orçamentárias.

Art. 16. Para fins de atendimento ao disposto no § 1º do art. 167 da Constituição Federal, o investimento plurianual, para o período de 2018 a 2021, está incluído no Valor Global dos Programas. ^{Santa Catarina} Parágrafo Único. A lei orçamentária anual e seus anexos detalharão os investimentos de que trata o caput, para o ano de sua vigência.

Art. 17. Considera-se revisão do PPA-2018-2021 a inclusão, a exclusão ou a alteração de Programas.

§ 1º A revisão de que trata o caput, ressalvado o disposto nos parágrafos 4º e 5º deste artigo, será proposta pelo Poder Executivo por meio de projeto de lei.

§ 2º Considera-se alteração de Programa a inclusão, a exclusão ou a alteração de Objetivos e Metas.

§ 3º O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, deverá:

I - alterar o Valor Global do Programa;

II - adequar as vinculações entre ações orçamentárias; e

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



IV - incluir, excluir ou alterar Metas;

Art. 18. Fica o Poder Executivo autorizado a promover, por ato próprio, alterações no PPA 2018-2021 para:

I - compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis de crédito adicional, podendo, para tanto:

- a) alterar o Valor Global do Programa;
- b) adequar as vinculações entre ações orçamentárias e objetivas; e
- c) revisar ou atualizar Metas.

II - alterar Metas qualitativas; e

III - incluir, excluir ou alterar os seguintes atributos:

- a) Órgão Responsável por Objetivo e Meta;
- b) valor Global do Programa, em razão de alteração de fontes de financiamento.

Parágrafo único. Quaisquer modificações realizadas com fulcro na autorização prevista no *caput* deverão ser informadas ao Poder Legislativo Municipal.

Art. 19. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 23 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

| |
|--------------------------------------|
| PUBLICAÇÃO OFICIAL DA MATÉRIA |
| |
| Mural Público Municipal |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| | | | |
|--|-------------|----|-------------|
| de | ___/___/___ | a | ___/___/___ |
| DOM – Diário Oficial dos Municípios
www.diariomunicipal.sc.gov.br | | | |
| Edição nº | ___ | de | ___/___/___ |
| Responsável pela Publicação | | | |



Santa Catarina
São Carlos
Todos pelo futuro

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000

Lei 1809/2017

Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS

**LEI MUNICIPAL Nº 1809/2017 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.**

**AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO
ADICIONAL SUPLEMENTAR POR
REDUÇÃO DE DOTAÇÃO
ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O Prefeito de São Carlos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, **FAZ SABER**, a todos os habitantes deste Município, que o Plenário da Câmara Municipal de Vereadores **APROVOU** e fica **SANCIONADA** a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um crédito adicional suplementar, no orçamento programa consolidado do MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS, no valor de R\$ 857.000,00 (oitocentos e cinquenta e sete mil reais), para a dotação orçamentária a seguir relacionada:

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|-----------------------------|-------------------|
| Órgão | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 8 |
| Unidade | Fundo Municipal de Saúde | | 1 |
| Função | Saúde | | 10 |
| Sub-função | Atenção Básica | | 301 |
| Programa | DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE | | 5 |
| Atividade | Manutenção do Programa Estratégia da Saúde da Família-ESF | | 2.026 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (1) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.02 – Recursos Ordinários | |
| Valor Total R\$: | | | 225.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|------------------------|-------------------|
| Órgão | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 8 |
| Unidade | Fundo Municipal de Saúde | | 1 |
| Função | Saúde | | 10 |
| Sub-função | Atenção Básica | | 301 |
| Programa | DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE | | 5 |
| Atividade | Manutenção do Programa Estratégia da Saúde da Família-ESF | | 2.026 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (2) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.64 – Atenção Básica | 107.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 107.000,00 |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|-------------------|
| Órgão | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 8 |
| Unidade | Fundo Municipal de Saúde | | 1 |
| Função | Saúde | | 10 |
| Sub-função | Atenção Básica | | 301 |
| Programa | DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE | | 5 |
| Atividade | Manutenção das Atividades Gerais de Saúde Básica | | 2.031 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (10) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.02 – Recursos Ordinários | 100.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 100.000,00 |

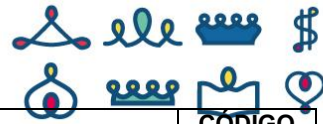
| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 8 |
| Unidade | Fundo Municipal de Saúde | | 1 |
| Função | Saúde | | 10 |
| Sub-função | Assistência Hospitalar e Ambulatorial | | 302 |
| Programa | DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE | | 5 |
| Atividade | Manutenção das Atividades do SAMU-193 | | 2.033 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (21) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.02 – Recursos Ordinários | 40.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 40.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Órgão | PODER EXECUTIVO | | 02 |
| Unidade | Gabinete do Prefeito | | 01 |
| Função | Administração | | 04 |
| Sub-função | Administração Geral | | 122 |
| Programa | Desenvolvimento da Gestão Pública | | 2 |
| Atividade | Manutenção da Administração Superior | | 2001 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (1) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 90.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 90.000,00 |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|-----------------------------|-------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO. | | 3 |
| Unidade | Departamento de Administração e Finanças | | 2 |
| Função | Administração | | 4 |
| Sub-função | Administração Geral | | 122 |
| Programa | Desenvolvimento da Gestão Pública | | 2 |
| Atividade | Manutenção das Atividades da Administração Geral | | 2002 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (12) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 125.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 125.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|-------------------|
| Órgão | SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL | | 9 |
| Unidade | Fundo Municipal da Assistência Social | | 2 |
| Função | Assistência Social | | 8 |
| Sub-função | Assistência Comunitária | | 244 |
| Programa | Gestão da Política de Assistência Social | | 16 |
| Atividade | Manutenção da Gestão da Política de Assistência Social | | 2039 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (116) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 100.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 100.000,00 |

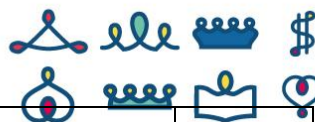
| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL | | 9 |
| Unidade | Fundo Municipal da Assistência Social | | 2 |
| Função | Assistência Social | | 8 |
| Sub-função | Assistência Comunitária | | 244 |
| Programa | Gestão da Política de Assistência Social | | 16 |
| Atividade | Manutenção da Gestão da Política de Assistência Social | | 2039 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (118) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 20.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 20.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|------------------|---|--|-------------|
| Órgão | SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | | 6 |
| Unidade | Departamento de Agricultura | | 1 |
| Função | Agricultura | | 20 |
| Sub-função | Extensão Rural | | 606 |
| Programa | Desenvolvimento Agrícola e Ambiental | | 9 |
| Atividade | Manutenção das Atividades de Agricultura e | | 2013 |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| Extensão Rural | | | |
|-------------------------|------------------------------|-----------------------------|------------------|
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (66) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 35.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 35.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | | 6 |
| Unidade | Departamento de Agricultura | | 1 |
| Função | Agricultura | | 20 |
| Sub-função | Extensão Rural | | 606 |
| Programa | Desenvolvimento Agrícola e Ambiental | | 9 |
| Atividade | Manutenção das Atividades de Agricultura e Extensão Rural | | 2013 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (68) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 15.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 15.000,00 |

Art. 2º. Os recursos para cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o Art. 1º, serão anulados dentro das categorias de programação de despesa do orçamento vigente, no valor correspondente, nas dotações a seguir relacionadas.

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | | 4 |
| Unidade | Fundo Municipal de Habitação | | 04 |
| Função | Habitação | | 16 |
| Sub-função | Habitação Rural | | 481 |
| Programa | Desenvolvimento da Habitação | | 10 |
| Atividade | Implantação de Programas Habitacionais | | 1.002 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor Total |
| (47) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 10.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 10.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | | 4 |
| Unidade | Fundo Municipal de Habitação | | 04 |
| Função | Habitação | | 16 |
| Sub-função | Habitação Rural | | 481 |
| Programa | Desenvolvimento da Habitação | | 10 |
| Atividade | Implantação de Programas Habitacionais | | 1.002 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor Total |
| (48) | Aplicação Direta – 4.4.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 50.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 50.000,00 |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS | | 4 |
| Unidade | Fundo Municipal de Habitação | | 04 |
| Função | Habitação | | 16 |
| Sub-função | Habitação Rural | | 481 |
| Programa | Desenvolvimento da Habitação | | 10 |
| Atividade | Implantação de Programas Habitacionais | | 1.002 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor Total |
| (49) | Aplicação Direta – 4.5.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 30.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 30.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS. | | 5 |
| Unidade | Departamento de Indústria, Comércio e Serviços. | | 1 |
| Função | Indústria | | 22 |
| Sub-função | Promoção Industrial | | 661 |
| Programa | Desenvolvimento Econômico | | 6 |
| Encargos Especiais | Incentivos para a Geração de Emprego e Renda | | 1.004 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (50) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 50.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 50.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS. | | 5 |
| Unidade | Departamento de Indústria, Comércio e Serviços. | | 1 |
| Função | Indústria | | 22 |
| Sub-função | Promoção Industrial | | 661 |
| Programa | Desenvolvimento Econômico | | 6 |
| Encargos Especiais | Incentivos para a Geração de Emprego e Renda | | 1.004 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (51) | Aplicação Direta – 4.4.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 10.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 10.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------|--|--|----------|
| Órgão | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS. | | 5 |
| Unidade | Departamento de Indústria, Comércio e Serviços. | | 1 |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| | | | |
|---------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Função | Comércio e Serviços | | 23 |
| Sub-função | Promoção Comercial | | 691 |
| Programa | Desenvolvimento Econômico | | 6 |
| Encargos Especiais | Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico | | 2.012 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor Total |
| (52) | Aplicação Direta – 3.3.50.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 12.500,00 |
| Valor Total R\$: | | | 12.500,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS. | | 5 |
| Unidade | Departamento de Indústria, Comércio e Serviços. | | 1 |
| Função | Comércio e Serviços | | 23 |
| Sub-função | Promoção Comercial | | 691 |
| Programa | Desenvolvimento Econômico | | 6 |
| Encargos Especiais | Manutenção das Atividades de Desenvolvimento Econômico | | 2.012 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor Total |
| (53) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 49.212,00 |
| Valor Total R\$: | | | 49.212,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TURISMO E EVENTOS. | | 5 |
| Unidade | Departamento de Indústria, Comércio e Serviços. | | 1 |
| Função | Comércio e Serviços | | 23 |
| Sub-função | Turismo | | 695 |
| Programa | Desenvolvimento do Turismo | | 15 |
| Encargos Especiais | Manutenção das Atividades de Turismo e Eventos | | 2.011 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (57) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 65.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 65.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------------------|---|--|--------------|
| Órgão | SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | | 6 |
| Unidade | Departamento de Agricultura | | 1 |
| Função | Agricultura | | 20 |
| Sub-função | Abastecimento | | 605 |
| Programa | Desenvolvimento Agrícola e Ambiental | | 9 |
| Encargos Especiais | Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais | | 1.005 |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor Total |
|-------------------------|------------------------------|-----------------------------|------------------|
| (62) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 55.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 55.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | | 6 |
| Unidade | Departamento de Agricultura | | 1 |
| Função | Agricultura | | 20 |
| Sub-função | Abastecimento | | 605 |
| Programa | Desenvolvimento Agrícola e Ambiental | | 9 |
| Encargos Especiais | Implantação de Sistemas de Abastecimento de Água em Comunidades Rurais | | 1.005 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor Total |
| (64) | Aplicação Direta – 4.4.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 65.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 65.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------------------|--|-----------------------------|-----------------|
| Órgão | SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | | 6 |
| Unidade | Departamento de Agricultura | | 1 |
| Função | Agricultura | | 20 |
| Sub-função | Promoção da Produção Agropecuária | | 608 |
| Programa | Desenvolvimento Agrícola e Ambiental | | 9 |
| Encargos Especiais | Manutenção dos Programas de Incentivo à Produção Agrícola | | 2.014 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Total Valor |
| (70) | Aplicação Direta – 3.3.50.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 5.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 5.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|---------------------------|--|-----------------------------|-------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE | | 6 |
| Unidade | Departamento de Agricultura | | 1 |
| Função | Agricultura | | 20 |
| Sub-função | Promoção da Produção Agropecuária | | 608 |
| Programa | Desenvolvimento Agrícola e Ambiental | | 9 |
| Encargos Especiais | Manutenção dos Programas de Incentivo à Produção Agrícola | | 2.014 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Total Valor |
| (71) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 164.266,10 |
| Valor Total R\$: | | | 164.266,10 |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DE EDUCAÇÃO | | 7 |
| Unidade | Departamento de Educação | | 1 |
| Função | Educação | | 12 |
| Sub-função | Educação Infantil | | 365 |
| Programa | DESENVOLVIMENTO DO ENSINO E DO CONHECIMENTO | | 4 |
| Atividade | Manutenção das Atividades Educacionais em Creches | | 2.016 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (89) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 82.605,90 |
| Valor Total R\$: | | | 82.605,90 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL | | 9 |
| Unidade | Fundo Municipal da Assistência Social | | 2 |
| Função | Assistência Social | | 8 |
| Sub-função | Assistência à Criança e ao Adolescente | | 243 |
| Programa | Gestão da Política de Assistência Social | | 16 |
| Atividade | Atividades Sócio Educativas de Convivência de Crianças e Adolescentes. | | 2.024 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (103) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 30.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 30.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL | | 9 |
| Unidade | Fundo Municipal da Assistência Social | | 2 |
| Função | Assistência Social | | 8 |
| Sub-função | Assistência Comunitária | | 244 |
| Programa | Gestão da Política de Assistência Social | | 16 |
| Atividade | Atividades de Inclusão Produtiva | | 2.036 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (109) | Aplicação Direta – 3.3.90.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 30.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 30.000,00 |

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000



Estado de Santa Catarina
MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS



| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL | | 9 |
| Unidade | Fundo Municipal da Assistência Social | | 2 |
| Função | Assistência Social | | 8 |
| Sub-função | Assistência à Criança e ao Adolescente | | 243 |
| Programa | Gestão da Política de Assistência Social | | 16 |
| Atividade | Programa de Abrigamento | | 2.037 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (105) | Aplicação Direta – 3.3.40.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 25.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 25.000,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|---|-----------------------------|------------------|
| Órgão | SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA E PROMOÇÃO SOCIAL | | 9 |
| Unidade | Fundo Municipal da Assistência Social | | 2 |
| Função | Assistência Social | | 8 |
| Sub-função | Assistência ao Idoso | | 241 |
| Programa | Gestão da Política de Assistência Social | | 16 |
| Atividade | Atividades Sócio Educativas de Convivência de Idosos | | 2.023 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (105) | Aplicação Direta – 3.3.40.00 | 01.00 – Recursos Ordinários | 16.416,00 |
| Valor Total R\$: | | | 16.416,00 |

| CLASSIFICAÇÃO | ESPECIFICAÇÃO | | CÓDIGO |
|-------------------------|--|------------------------|-------------------|
| Órgão | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | 8 |
| Unidade | Fundo Municipal de Saúde | | 1 |
| Função | Saúde | | 10 |
| Sub-função | Atenção Básica | | 301 |
| Programa | DESENVOLVIMENTO DA SAÚDE | | 5 |
| Atividade | Manutenção do Programa de Saúde Bucal | | 2.028 |
| Despesa | Modalidade de Aplicação | Fonte de Recurso | Valor |
| (7) | Aplicação Direta – 3.1.90.00 | 01.64 – Atenção Básica | 107.000,00 |
| Valor Total R\$: | | | 107.000,00 |

Art. 3º. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

São Carlos/SC, 23 de agosto de 2017.

RUDI MIGUEL SANDER
Prefeito Municipal

(49) 3325-3005 | ctb@saocarlos.sc.gov.br | www.saocarlos.sc.gov.br
Rua Demétrio Lorenz, 747 - Centro | São Carlos - SC | CEP: 89885-000

NOTA DE ANULAÇÃO PROCESSO 027/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS

CNPJ: 11.553.540/0001-19
RUA CONCORDIA N.100
C.E.P.: 89855-000 - São Carlos - SC

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO
Nr.: 2/2017 - IL

Processo Administrativo: 27/2017
Processo de Licitação: 27/2017
Data do Processo: 11/08/2017

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS PARA CONFECÇÃO E MOLDAGEM DE PRÓTESES TOTAIS (PT), PRÓTESES PARCIAIS REMOVÍVEIS (PPR) PARA POPULAÇÃO USUÁRIA DO SUS DA REDE BÁSICA MUNICIPAL DE SÃO CARLOS/SC.

NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 8 / 2017

Motivo: LICITAÇÃO ANULADA CONFORME PARECER JURÍDICO, EMBASADA NO ART. 49 DA LEI 8.666/93, BEM COMO EM OBEDIÊNCIA AOS PRINCÍPIOS NORTEADORES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA.

São Carlos, 24 de Agosto de 2017

RUDI MIGUEL SANDER - PREFEITO MUNICIPAL

São João Batista

PREFEITURA

ANULAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS 004/PMSJB/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE São João Batista

ANULAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO 099/PMSJB/2017 – TOMADA DE PREÇOS Nº 004/PMSJB/2017

O Departamento de Licitações, obedecendo ao que preconiza a legislação em vigor, recomenda ao Chefe do Poder Executivo que seja ANULADO O Processo Licitatório 099/PMSJB/2017 - Tomada de Preços nº 004/PMSJB/2017, referente à drenagem e pavimentação asfáltica da Rua Zunino Neto, Centro, no município de São João Batista, SC, diante da ilegalidade no certame referente à publicação, conforme o disposto no Art. 21, I, da Lei Federal 8.666/93. São João Batista, 23 de agosto de 2017. Jaci João Silva – Secretário de Administração

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO PROCESSO LICITATÓRIO 126/PMSJB/2017 PREGÃO PRESENCIAL 092/PMSJB/2017

AVISO DE SUSPENSÃO DE SESSÃO

PROCESSO LICITATÓRIO 126/PMSJB/2017

PREGÃO PRESENCIAL nº 092/PMSJB/2017

REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA DAS RUAS E PRAÇAS DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC.

CONSIDERANDO o poder discricionário que é o poder concedido, explícita ou implicitamente, à administração para a prática de determinado ato com liberdade de escolha da sua conveniência ou oportunidade públicas;

CONSIDERANDO as impugnações interpostas pelas empresas Vidalimp Locação de Equipamentos EIRELI ME e Reciclagem NMJW LTDA ME, sob os números 0020.0002585/2017 e 0020.0002605/2017, respectivamente.

RESOLVE o Pregoeiro e equipe de apoio SUSPENDER a sessão pública de licitação que se realizaria no dia 25 de agosto de 2017, às 09:00h.

A nova data da sessão pública para recebimento da documentação de habilitação e a proposta de preços será oportunamente divulgada.

São João Batista/SC, 24 de agosto de 2017.

Augusto Correia Junior

Pregoeiro Municipal

EXTRATO DE CONTRATO 017/FUBE/2017

Extrato de Contrato nº 017/FUBE/2017

Contratante: Fundação Batistense de Esportes; Contratada: Construtora Possamai LTDA EPP - CNPJ nº 05.725.151/000120; Processo Licitatório 004/FUBE/2017 - Pregão Presencial 004/FUBE/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REVESTIMENTO MONOLÍTICO EM PISO DE CONCRETO PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES, DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC; Valor global: R\$ 26.800,00 (vinte e seis mil e oitocentos reais); Data da assinatura: 23/08/2017; Vigência contratual: 31/12/2017

EXTRATO DO CONTRATO 127/PMSJB/2017

Extrato do Contrato nº 127/PMSJB/2017

Contratante: Município de São João Batista - SC; Contratada: Eletro Comercial Energiluz LTDA - CNPJ nº 09.008.659/0001-69; Processo Licitatório 118/PMSJB/2017 - Pregão Presencial nº 086/PMSJB/2017; Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS CONTÍNUOS DE MANUTENÇÃO, MELHORIA, EFICIENTIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO SÃO JOÃO BATISTA, SC; Valor global: R\$ 1.088.000,00 (um milhão e oitenta e oito mil reais); Data da assinatura: 24/08/2017; Vigência: 12 meses

LEI COMPLEMENTAR 48, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

Lei Complementar 48, de 23 de agosto de 2017.

“ALTERA A LEI COMPLEMENTAR Nº 25 DE 22 DE DEZEMBRO DE 2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Ficam criadas 74 vagas de monitor escolar (código 419), 25 vagas de professor de creche (código 403) e 02 vagas de instrutor de

fanfarra (código 405).

Art. 2º Ficam criados os cargos de orientador educacional e de secretário escolar, cujas atribuições estão especificadas no Anexo III da presente Lei Complementar.

Parágrafo único. Fica criada a gratificação por exercício da função de orientador educacional no percentual de 50% calculado sobre o vencimento básico do respectivo cargo, a ser pago ao profissional que estiver no efetivo exercício da função.

Art. 3º Ficam extintas 04 vagas de auxiliar de biblioteca (código 401), 10 vagas de professor educação infantil (código 402), 01 vaga de professor de artes (código 404), 01 vaga de professor fundamental II, 6º/9º - educação ambiental (código 417).

Art. 4º Fica extinto o cargo de professor fundamental II – filosofia (código 413).

Art. 5º O Anexo único da Lei Complementar nº 25, de 22 de dezembro de 2009 fica renumerando para Anexo I.

Art. 6º Ficam criados os Anexo II e III contendo todos os cargos de profissionais da educação, com número de vagas, respectivo vencimento e atribuições.

Art. 7º Os profissionais da educação serão lotados na Secretaria Municipal de Educação, cabendo ao Secretário Municipal de Educação a atribuição de exercício.

Art. 8º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

ANEXO II

CARGOS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

| Cargo | Vagas | Vencimento |
|--|-------|--------------|
| Auxiliar de Biblioteca | 02 | R\$ 937,00 |
| Instrutor de Fanfarra | 03 | R\$ 1.404,73 |
| Monitor Escolar | 120 | R\$ 1.124,00 |
| Orientador Educacional | 12 | R\$ 2.298,80 |
| Secretário Escolar | 15 | R\$ 1.823,25 |
| Professor de Educação Infantil | 22 | R\$ 2.298,80 |
| Professor de Creche | 115 | R\$ 2.298,80 |
| Professor de Artes | 09 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundamental I 1ª/5ª – Geral | 46 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundamental I 1ª/5ª – Inglês | 05 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundamental I – 1ª/5ª – Educ. Física | 15 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundam II 6ª/9ª – Português | 05 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundam II 6ª/9ª – Matemática | 05 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundam II 6ª/9ª – História | 05 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundam II 6ª/9ª – Geografia | 05 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundam II 6ª/9ª – Ciências | 03 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundam II 6ª/9ª – Inglês | 05 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundam II 6ª/9ª – Informática | 05 | R\$ 2.298,80 |
| Professor fundam II 6ª/9ª – Educação Física | 10 | R\$ 2.298,80 |

ANEXO III

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

| | | |
|----------------------|---|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AUXILIAR DE BIBLIOTECA |
| | 01.02 – Código | 401 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimentos básicos em informática |
| 03
Atribuições | Auxiliar nas atividades de supervisionar a execução das atividades pertinentes à biblioteca; planejar, programar e controlar as atividades relacionadas a aquisição, catalogação, classificação, preparação e manutenção da documentação técnica da organização. Realizar outras atividades correlatas. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL |
| | 01.02 – Código | 402 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR DE CRECHE |
| | 01.02 – Código | 403 |
| | 01.03 – Carga horária | 30 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior em Pedagogia com Habilitação em Educação Infantil |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino em creches ou estabelecimentos similares. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino, envolvendo a família e a comunidade. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR DE ARTES |
| | 01.02 – Código | 404 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Artes |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | INSTRUTOR DE FANFARRA |
| | 01.02 – Código | 405 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino Médio Completo |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola com relação às fanfarras municipais e outras atividades relacionadas com a música. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL I – GERAL |
| | 01.02 – Código | 406 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em pedagogia com habilitação para séries iniciais (1ª a 5ª). |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL I – INGLÊS |
| | 01.02 – Código | 407 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |

| | | |
|----------------------|---|--|
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em letras com habilitação em Inglês |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para Inglês. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL I – EDUCAÇÃO FÍSICA |
| | 01.02 – Código | 408 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior Licenciado em Educação Física |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para Educação Física. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL II – PORTUGUÊS |
| | 01.02 – Código | 409 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior Licenciado em Letras |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para Língua Portuguesa. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL II – MATEMÁTICA |
| | 01.02 – Código | 410 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior Licenciado em Matemática |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para Matemática. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL II – HISTÓRIA |
| | 01.02 – Código | 411 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior Licenciado em História |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para História. | |

| | | |
|----------------------|---|--------------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL II – GEOGRAFIA |
| | 01.02 – Código | 412 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Geografia |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para Geografia. | |

| | | |
|----------------------|--|-------------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL II – CIÊNCIAS |
| | 01.02 – Código | 414 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Ciências |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para Ciências. | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL II – INGLÊS |
| | 01.02 – Código | 415 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior licenciado em Letras com habilitação em Inglês |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para o idioma inglês. | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL II – INFORMÁTICA |
| | 01.02 – Código | 416 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Bacharelado em ciência da computação, ou sistemas de informação |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para Informática. | |

| | | |
|----------------------|---------------------------|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROFESSOR FUNDAMENTAL II – EDUCAÇÃO FÍSICA |
| | 01.02 – Código | 418 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Licenciatura em Educação Física |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |

| | | |
|----------------------|--|----------------------------------|
| 03
Atribuições | Planejar, ministrar aulas e orientar a aprendizagem; participar do processo de planejamento das atividades do sistema municipal de ensino ou da escola. Contribuir para o aprimoramento da qualidade do ensino, atuando em atividades de planejamento, elaboração, coordenação, acompanhamento, assessoramento, pesquisa e execução de procedimentos e programas relativos à área da educação. Colaborar com as atividades de articulação do sistema municipal de ensino ou da escola, envolvendo a família e a comunidade. Habilitação para Educação Física. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | MONITOR ESCOLAR |
| | 01.02 – Código | 419 |
| | 01.03 – Carga horária | 30 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Médio Completo |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhum |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Integrante do quadro de profissionais de serviço e apoio escolar que exerce atividades educativas, recreativas e de cuidado junto alunos das creches e escolas públicas municipais. Auxiliar nas atividades educativas de turmas de creche e escolas municipais; Auxiliar o professor nas atividades pedagógicas e recreativas; Assumir e zelar pela higiene, troca, saúde, alimentação e segurança das crianças; Assumir a recepção e/ou entrega das crianças no ambiente educativo das creches e escolas municipais; Registrar e dar encaminhamentos às informações dos pais ou responsáveis sobre as crianças, inclusive, sobre dietas alimentares temporárias ou, sobre o estado geral de saúde e a possível administração de medicamentos, desde que haja apresentação de receita médica com a orientação para a prescrição e administração dos remédios; Auxiliar atividades recreativas em consonância com a atividade pedagógica do planejamento docente; Colaborar com o professor regente na elaboração de diagnósticos e pareceres avaliativos das crianças individualmente ou da turma de maneira geral; Informar o professor regente e a direção da unidade escolar sobre qualquer irregularidade no ambiente escolar ou alteração no estado geral de saúde das crianças para que se tomem providências imediatas; Responsabilizar-se por informar os pais ou responsáveis sobre qualquer situação ocorrida com as crianças no momento da entrega; Observar diariamente o estado de saúde das crianças, verificando temperatura corporal, aspectos gerais além de outros indicadores e, caso identificado alguma anormalidade, comunicar o professor ou a direção; Utilizar, quando necessário, ações de primeiros socorros, desde que apto para tanto; Acompanhar e cuidar dos menores durante a permanência na creche e escolas municipais, proporcionando-lhes um ambiente tranquilo, afetuoso e seguro; Observar e cumprir os horários, as normas e recomendações determinadas pela Secretaria Municipal de Educação; Colaborar e participar das promoções e eventos comemorativos e demais atividades extra sala promovidas na instituição; Zelar pelo material, equipamentos e brinquedos existentes na instituição; Auxiliar na adaptação das crianças; Auxiliar na alimentação das crianças e garantir o cardápio com restrições se houver indicação médica para a realização desse procedimento; Orientar e acompanhar o descanso das crianças no intervalo entre os períodos de atendimento pedagógico; Desenvolver atividades recreativas com as crianças priorizando brincadeiras individuais e coletivas que permitam o desenvolvimento infantil em cada uma das idades atendidas. Organizar o material pedagógico e de consumo da sala de aula, informando estoque e orientando o professor a solicitar aqueles com necessidade de reposição; Acompanhar as crianças em atividades extra sala, para desenvolvimento das atividades pedagógicas ou de atividades extraordinárias organizadas pela unidade escolar; Participar das formações propostas pela Secretaria Municipal de Educação; Seguir a orientação do professor de sala, da direção da instituição, coordenação e supervisão da educação; Participar das reuniões realizadas pela direção da instituição e da Secretaria Municipal de Educação; Conhecer e aplicar o Projeto-Político Pedagógico e o Regimento Escolar da instituição no que couber ao seu cargo; Participar da elaboração/atualização do Projeto-Político Pedagógico da instituição; Buscar atualização constante; Promover ambiente de respeito mútuo e cooperação entre as crianças e os demais profissionais da instituição; e Realizar outras atividades compatíveis com o cargo. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ORIENTADOR EDUCACIONAL |
| | 01.02 – Código | 420 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Curso Superior em Pedagogia |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhum |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Elaborar e orientar atividades de execução do planejamento das Unidades Escolares com base nas diretrizes e normas pedagógicas para o Ensino Infantil e Fundamental; especificar recursos didáticos e paradidáticos necessários ao Ensino Infantil e orientar sua aplicação; subsidiar a indicação de necessidades de formação geral e/ou específica dos profissionais da Ensino Infantil; Identificar a demanda e planejar a oferta da Educação Infantil; elaborar, executar e acompanhar procedimentos de organização e manutenção do cadastro da demanda no âmbito do Ensino Infantil; Planejar e chefiar de forma centralizada os convênios junto às entidades filantrópicas e convencionais no âmbito do Educação Infantil; apoiar a Assistência Técnica da Coordenação de Atenção ao Aluno do Ensino Fundamental, em especial, quanto aos pareceres técnicos e pedagógicos; executar outras atividades correlatas. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | SECRETÁRIO ESCOLAR |
| | 01.02 – Código | 425 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |

| | | |
|----------------------|---|--------------------------------------|
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimentos básicos em informática |
| 03
Atribuições | Executar as atividades administrativas da Unidade Escolar em articulação com todas as unidades competentes da escola; coordenar os recursos humanos; manter a articulação escola-comunidade; assistência aos membros da escola para que promovam ações condizentes com os objetivos e princípios educacionais propostos; promoção de um sistema de ação integrada e cooperativa; Manutenção de um processo de comunicação claro e aberto entre os membros da escola e entre a escola e a comunidade; Estimulação à inovação e melhoria do processo educacional; e outras atividades correlatas. | |

LEI COMPLEMENTAR 49, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Complementar 49, de 23 de agosto de 2017.

MODIFICA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL DA FUNDAÇÃO BATISTENSE DE ESPORTES – FUBE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso III do § 1º, do art. 3º da Lei Complementar nº 5 de 15 de dezembro de 2005 passa a vigorar com a seguinte redação:
"Art. 3º

III – Coordenador de Planejamento."

Art. 2º A estrutura da Fundação Batistense de Esportes - FUBE é integrada pelos seguintes órgãos:

I – Conselho Municipal de Esportes;

II - Departamento Administrativo e Financeiro;

III – Departamento Esportes.

Parágrafo único. O Conselho Municipal de Esportes rege-se pela respectiva lei de criação com as modificações introduzidas pela presente Lei Complementar.

Art. 3º Os cargos de provimento em comissão atualmente existentes e os criados pela presente Lei Complementar estão especificados no seu Anexo I.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos de provimento em comissão estão descritas no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 4º Os cargos efetivos da Fundação Batistense de Esportes – FUBE estão descritos no anexo III desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos efetivos estão descritas no Anexo IV desta Lei Complementar.

Art. 5º Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de assessor administrativo, assessor de manutenção, diretor técnico e assessor técnico e o cargo de provimento efetivo de técnico esportivo, com carga horária de 20 horas, todos da estrutura administrativa e funcional da Fundação Batistense de Esportes – FUBE.

Art. 6º. O Diretor Executivo da FUBE será nomeado pelo Prefeito Municipal, em caráter comissionado.

Parágrafo único. A remuneração do Diretor Executivo será equivalente a de Secretário Municipal."

Art. 7º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou reutilizar as dotações orçamentárias aprovadas em relação aos órgãos extintos ou transformados nesta Lei Complementar.

Art. 8º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento vigente do Município.

Art. 9º Os anexos referidos no artigo 5º da Lei Complementar nº 05/2005 passam a vigorar com a redação dada pela presente Lei Complementar.

Art. 10º A Fundação Batistense de Esportes – FUBE continua a ser regida pela Lei Complementar nº 05/2005, com as modificações introduzidas pela presente Lei Complementar.

Art. 11. Ficam revogados o inciso II do artigo 3º e os artigos 13 e 14 da Lei Complementar nº 05/2005 e demais disposições em contrário.

Art. 12. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

ANEXO I**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

| Cargo | Vagas | Remuneração R\$ |
|-------------------|-------|-----------------|
| Diretor Executivo | 01 | R\$ 5.500,00 |

| | | |
|-------------------------------------|----|--------------|
| Diretor Administrativo e Financeiro | 01 | R\$ 2.587,00 |
| Diretor de Esportes | 01 | R\$ 2.587,00 |

ANEXO II

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| CARGO | DIRETOR EXECUTIVO |
|---------------------|---|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 - Lotação | FUBE |
| 5 - Atribuições | Exercer a direção superior da fundação, a representação desta judicial e extrajudicialmente, a assinatura de documentos autorizada ou delegada pelo Conselho Deliberativo, pelo Prefeito ou por lei, e o que mais dispuser o Regimento Interno. |

| CARGO | DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO |
|--------------------|--|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3- Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4- Lotação | FUBE |
| 5 - Atribuições | Planejar, desenvolver e dirigir os sistemas administrativos, financeiro, contabilidade e de gestão de patrimônio, materiais, transportes e comunicações internas; Promover, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos; Coordenar e dar orientação técnico-administrativa com relação a processos de gestão e valorização do pessoal; Outras atividades correlatadas. |

| CARGO | DIRETOR DE ESPORTES |
|---------------------|---|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 - Lotação | FUBE |
| 5 - Atribuições | Planejamento, coordenar e fiscalizar as atividades finalísticas da fundação, além do que mais dispuser o Regimento Interno. |

ANEXO III

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| CARGO | Vagas | Vencimento |
|------------------------------|-------|--------------|
| Agente Administrativo (106) | 03 | R\$ 1.663,51 |
| Auxiliar Geral (217) | 03 | R\$ 937,00 |
| Condutor de Veículo Pesado I | 02 | R\$ 1.258,51 |
| Técnico Esportivo (216) | 06 | R\$ 1.848,34 |
| Zelador Vigilante (212) | 02 | R\$ 937,00 |

ANEXO IV

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| | | |
|----------------------|--|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AGENTE ADMINISTRATIVO |
| | 01.02 – Código | 106 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação Batistense de Esportes – FUBE |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Organizar as tarefas de um setor, departamento, órgão ou entidade, exercendo atividades administrativas de organização e controle, e ainda monitorar e gerenciar informações, atender ao público, digitar e executar serviços de recebimento, separação e classificação de documentos; auxiliar nas tarefas e funções de outros profissionais e atividades, e executar serviços correlatos, conforme determinação do superior hierárquico. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO I |
| | 01.02 – Código | 209 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Fundação Batistense de Esportes – FUBE |

| | | |
|----------------------|---|--|
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Experiência mínima de 1 ano e possuir Carteira de Habilitação na categoria D.E Curso específico para transporte de passageiros |
| 03
Atribuições | Conduzir caminhões, ônibus e outros não exclusivos do cargo de Condutor de Veículo Pesado II, incluídos os veículos leves, responsabilizando-se pelas condições gerais de uso e conservação do veículo. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ZELADOR VIGILANTE |
| | 01.02 – Código | 212 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação Batistense de Esportes – FUBE |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimento de normas e práticas de segurança |
| 03
Atribuições | Exercer vigilância em edificações da Prefeitura e outros locais públicos determinados, inspecionando e verificando eventuais anormalidades ou riscos ao patrimônio ou à segurança, e promovendo os atos necessários para repelir agressores, minimizar riscos, impedir danos ou o que mais for necessário no interesse público, comunicando ocorrências ao superior e às autoridades policiais. Exercer atividades relacionadas com a guarda e manutenção dos bens sob sua vigilância, como pequenos reparos e providências afins, e ainda controle de uso, conforme determinações do superior hierárquico. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TÉCNICO ESPORTIVO |
| | 01.02 – Código | 216 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação Batistense de Esportes – FUBE |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Graduação em Educação Física |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar atividades relacionadas com planejamento, organização e administração de eventos esportivos, escolinhas de esporte, treinamento de atletas e outras ações, de acordo com as determinações da entidade. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AUXILIAR GERAL |
| | 01.02 – Código | 217 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação Batistense de Esportes – FUBE |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar serviços relacionados com as atividades de auxiliar de serviços gerais e ainda de suporte às atividades de assistente administrativo. | |

LEI COMPLEMENTAR 50, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Complementar 50, de 23 de agosto de 2017.

MODIFICA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DA JUVENTUDE – FUNJUVE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º A estrutura da Fundação Municipal da Juventude - FUNJUVE é integrada pelos seguintes órgãos:

I – Conselho Municipal da Juventude e Cultura;

II - Departamento Administrativo e Financeiro;

III – Coordenadoria de Cultura, Juventude, de Políticas Raciais e Diversidades.

Art. 2º Os cargos de provimento em comissão atualmente existentes e os criados pela presente Lei Complementar estão especificados no seu Anexo I.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos de provimento em comissão estão descritas no Anexo II desta Lei Complementar.

Art. 3º Os cargos efetivos da Fundação Municipal da Juventude – FUNJUVE estão descritos no anexo III desta Lei Complementar.

Parágrafo único. As atribuições dos cargos efetivos estão descritas no Anexo IV desta Lei Complementar.

Art. 4º Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de diretor administrativo, diretor de cultura, diretor de juventude da estrutura administrativa e funcional da Fundação Municipal da Juventude – FUNJUVE.

Art. 5º Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou reutilizar as dotações orçamentárias aprovadas em relação aos

órgãos extintos ou transformados nesta Lei Complementar.

Art. 6. O Diretor Executivo da FUNJUVE será nomeado pelo Prefeito Municipal, em caráter comissionado.

Parágrafo único. A remuneração do Diretor Executivo será equivalente a de Secretário Municipal.

Art. 7º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento vigente do Município.

Art. 8º Ficam revogados os artigos 8º, 10, 11, 12, 16 e 17 da Lei Complementar nº 39/2014 e demais disposições em contrário.

Art. 9º A Fundação Municipal da Juventude – FUNJUVE continua regida pela Lei Complementar nº 39/2014, com as modificações introduzidas pela presente Lei Complementar.

Art. 10º Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| Cargo | Vagas | Remuneração R\$ |
|--|-------|-----------------|
| Diretor Executivo | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Diretor Administrativo e Financeiro | 01 | R\$ 2.587,00 |
| Coordenador de Cultura, Juventude, de Políticas Raciais e Diversidades | 01 | R\$ 2.587,00 |

ANEXO II

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| CARGO | DIRETOR EXECUTIVO |
|---------------------|---|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | FUNJUVE |
| 5 – Atribuição | Exercer a direção superior da fundação, a representação desta judicial e extrajudicialmente, a assinatura de documentos autorizada ou delegada pelo Prefeito Municipal ou por lei, e o que mais dispuser o Regimento Interno. |

| CARGO | DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO |
|--------------------|---|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3– Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4– Lotação | FUNJUVE |
| 5 – Atribuições | Planejar, desenvolver e dirigir os sistemas administrativos, financeiro, de contabilidade e de gestão de patrimônio, materiais, transportes e comunicações internas; Promover, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos; Coordenar e dar orientação técnico-administrativa com relação a processos de gestão e valorização do pessoal; Outras atividades correlatas. |

| CARGO | COORDENADOR DE CULTURA, JUVENTUDE, DE POLÍTICAS RACIAIS E DIVERSIDADES |
|---------------------|---|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | FUBE |
| 5 – Atribuições | Planejar, coordenar e fiscalizar as ações, programas e políticas públicas relacionadas à cultura e à juventude. E políticas raciais; outras atividades correlatas |

ANEXO III

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| CARGO | Vagas | Vencimento |
|-----------------------------|-------|--------------|
| Agente Administrativo (106) | 02 | R\$ 1.663,51 |

ANEXO IV

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| | | |
|---------------------|-----------------------|-----------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AGENTE ADMINISTRATIVO |
| | 01.02 – Código | 106 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | FUNJUVE |

| | | |
|----------------------|--|--------------|
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Organizar as tarefas de um setor, departamento, órgão ou entidade, exercendo atividades administrativas de organização e controle, e ainda monitorar e gerenciar informações, atender ao público, digitar e executar serviços de recebimento, separação e classificação de documentos; auxiliar nas tarefas e funções de outros profissionais e atividades, e executar serviços correlatos, conforme determinação do superior hierárquico. | |

LEI COMPLEMENTAR 51, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Complementar 51, de 23 de agosto de 2017.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO INCISO III DO ARTIGO 71 E AO ARTIGO 73 DA LEI Nº 2.341/2000.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O inciso III, do art. 71 da Lei nº 2.341, de 04 de abril de 2000 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 71.

...

III – Diretor Executivo.”

Art. 2º O art. 73 da Lei nº 2.341, de 04 de abril de 2000 passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 73. O Diretor Executivo do IPRESJB será nomeado pelo Prefeito Municipal, em caráter comissionado.

Parágrafo único. A remuneração do Diretor Executivo será equivalente a de Secretário Municipal.”

Art. 3º As despesas decorrentes da execução desta Lei Complementar correrão à conta das dotações do Orçamento vigente do Município.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR 52, 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Complementar 52, de 23 de agosto de 2017.

INSTITUI A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE DE SÃO JOÃO BATISTA, DISPÕE SOBRE SUA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I**DA FINALIDADE E ORGANIZAÇÃO**

Art. 1º Fica instruída a Fundação Municipal de Meio Ambiente de São João Batista, entidade pública sem fins lucrativos, com personalidade jurídica própria, com sede e foro no Município de São João Batista, Santa Catarina, vinculada à estrutura da administração municipal.

Art. 2º O prazo de duração da Fundação é indeterminado.

Parágrafo único. Em caso de extinção da Fundação, seu patrimônio reverter-se-á:

I - os resultantes de convênios, a quem de direito, consoante aos que neles for estabelecido;

II - os demais ao patrimônio do Município de São João Batista.

Art. 3º A Fundação Municipal de Meio Ambiente de São João Batista é um órgão da Administração indireta, com autonomia própria, e tem por finalidade:

I - articular-se com organismos municipais, estaduais, federais, internacionais, públicos e privados, visando obter recursos financeiros e tecnológicos, para desenvolver programas de proteção ao meio ambiente;

II - assessorar a administração municipal em todos os aspectos relativos ao meio ambiente, assegurando a preservação, a recuperação e a exploração racional dos recursos naturais do Município;

III - celebrar contratos, acordos, ajustes e termos de compromisso ou protocolos com pessoas e entidades públicas ou privadas, inclusive estrangeiras, visando obter recursos financeiros e tecnológicos para o desenvolvimento de programas de proteção ao meio ambiente;

IV - elaborar, implantar e administrar projetos especiais nas áreas de controle da poluição e de proteção dos recursos naturais, bem como os concernentes à criação e administração de parques, reservas e estações ecológicas no Município;

V - promover campanhas educacionais e de treinamento, destinadas a sensibilizar a população para os problemas de preservação do meio

ambiente;

VI - fiscalizar e controlar todas as formas de agressão e poluição ao meio ambiente, orientando sua recuperação, autuando e multando os infratores na forma da legislação vigente;

VII - vetar e interditar projetos e obras no âmbito do Município que firam a legislação do meio ambiente, bem como autuar e ajuizar ações contra os infratores junto às autoridades competentes;

VIII - emitir autorizações para uso dos recursos naturais no Município, de acordo com a legislação vigente;

IX - implantar, fiscalizar e administrar as unidades de conservação e áreas protegidas do Município, tais como, matas nativas, restingas, manguezais, encostas, recursos hídricos visando a proteção de manguezais, ecossistemas naturais, flora e fauna, recursos genéticos, e outros bens de interesse ambiental;

X - sugerir ao Prefeito Municipal normas referentes à proteção do patrimônio paisagístico do Município, incluindo critério para a colocação de propaganda em logradouros públicos, particulares, em prédios e terrenos;

XI - implantar, coordenar e operacionalizar hortos municipais, com a finalidade de executar reflorestamento, projetos paisagísticos, serviços de jardinagem e arborização, isso tudo somente nas áreas públicas e de lazer do Município, bem como propor e implantar parques ecológicos municipais;

XII - colaborar na proteção dos animais selvagens e domésticos e na disciplinação e fiscalização de qualquer atividade de pesca, caça e esportes náuticos no Município;

XIII - contribuir na definição da política de limpeza urbana, em relação à coleta, reciclagem e disposição do lixo;

XIV - promover a conscientização para a proteção do meio ambiente, criando instrumentos adequados para a educação ambiental como processo permanente, integrado e multidisciplinar em todos os níveis de ensino, incluindo a criação de espaços formais e informais para a construção de uma cidadania ambiental, especialmente em crianças e adolescentes;

XV - licenciar as atividades potencialmente poluidoras no âmbito do Município;

XVI - licenciar os empreendimentos de produtos de origem animal e vegetal, em obediência as Leis e Decretos Municipal, Estadual e Federal.

CAPÍTULO II

DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A Fundação Municipal do Meio Ambiente terá a seguinte estrutura organizacional:

I – Conselho Municipal do Meio Ambiente;

II – Diretor Executivo;

III – Diretor Administrativo e Financeiro;

IV – Diretor Operacional;

§ 1º O Conselho Municipal do Meio Ambiente fica vinculado à Fundação Municipal do Meio Ambiente.

§ 2º Os cargos de provimento em comissão estão descritos no Anexo I da presente Lei Complementar.

Seção I

Das Atribuições dos Dirigentes da Fundação

Art. 5º Ao Diretor Executivo compete exercer a administração superior da Fundação, representando-a ativa e passivamente, em juízo ou fora dele, e ainda:

I - movimentar as contas bancárias da Fundação em conjunto com o Diretor Administrativo e Financeiro;

II - firmar acordos, contratos e convênios ou termos de compromisso com entidades públicas ou privadas, obedecidas as formalidades legais;

III - praticar todos os atos administrativos relacionados aos servidores lotados na Fundação;

IV - delegar atribuições especificando a autoridade delegada e os limites da delegação;

V - presidir as reuniões do Conselho Municipal do Meio Ambiente;

VI - elaborar e encaminhar ao Conselho Municipal do Meio Ambiente para aprovação:

a) o plano de trabalho a ser executado pela Fundação;

b) o orçamento e o plano de aplicação dos recursos;

c) o Plano de Contas;

d) o relatório anual de atividades administrativas, a prestação de contas e o balanço geral.

VII - propor ao Prefeito Municipal a alteração do quadro de pessoal;

VIII - solicitar ao Prefeito Municipal a transferência de verbas ou dotações e a abertura de crédito adicional;

IX - cumprir e fazer cumprir o disposto nesta Lei, no Regimento Interno e nas deliberações do Conselho Municipal do Meio Ambiente;

X - submeter à apreciação do Conselho Fiscal:

a) os livros contábeis e papéis de escrituração da Fundação, o estado do caixa e os valores em depósito;

b) a alienação de imóveis e aceitação de doações com encargos;

c) o relatório das atividades, a prestação de contas e o balanço geral do exercício anterior.

Art. 6º Compete ao Diretor Administrativo e Financeiro da Fundação:

I - administrar e supervisionar a área administrativa e financeira da Fundação;

II - coordenar a elaboração da proposta orçamentária da Fundação;

III - exercer outras atividades financeiras e contábeis correlatas;

IV - administrar, em conjunto com o Diretor Executivo, os recursos do Fundo Municipal do Meio Ambiente em consonância com legislação específica em vigor, de modo a viabilizar as ações planejadas;

V - coordenar e controlar o ponto dos servidores, executar os serviços de recepção, telefonia e os serviços gerais internos à Fundação;

VI - Coordenar a elaboração do plano plurianual de ação

VII - Demais atribuições que lhe forem atribuídas pelo Diretor Executivo.

Art. 7º Compete ao Diretor Operacional:

I - substituir o Diretor Executivo em seus impedimentos;

- II - emitir autorizações para uso dos recursos naturais no Município, de acordo com a legislação vigente;
- III - licenciar as atividades potencialmente poluidoras, em conjunto com o Diretor Executivo no âmbito do Município;
- IV - opinar em todos os processos relacionados com a instalação de indústrias, empresas ou qualquer outra atividade que possa influir no meio ambiente do território municipal;
- V - analisar e emitir pareceres em projetos e relatórios afins com a área de sua competência;
- VI - vetar, embargar e interditar projetos e obras no âmbito do Município, que firam a legislação do meio ambiente, bem como autuar e ajuizar ações contra os infratores junto às autoridades competentes;
- VII - exercer toda e qualquer outra atribuição que lhe forem conferidas pelo Diretor Executivo.

Seção II

Do Quadro de Pessoal da Fundação

Art. 8º Ficam criados os cargos de provimento efetivo, com respectivo vencimento, descritos no Anexo II da presente Lei Complementar. Parágrafo único. As atribuições dos cargos referidos neste artigo estão descritas no Anexo III da presente Lei Complementar.

CAPÍTULO III

DO PATRIMÔNIO E DOS RECURSOS

Art. 9º. O Patrimônio da Fundação Municipal do Meio Ambiente será constituído de:

- I - bens imóveis, móveis e direitos, livres de ônus, que lhe forem transferidos em caráter definitivo, por pessoas naturais ou jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras;
- II - bens móveis e imóveis, bem como os que forem sendo constituídos, adquiridos ou transferidos em caráter definitivo;
- III - doações, heranças ou legados de qualquer natureza.

Parágrafo único. Todos os bens permanentes da Fundação deverão ser registrados em livro próprio.

Art. 10. Os bens imóveis afetos a Fundação, só serão alienados com expressa e prévia autorização do Chefe do Poder Executivo, após aprovação pela Câmara Municipal.

Art. 11. Constituem recursos financeiros da Fundação:

- I - dotações orçamentárias consignadas no orçamento do Município, além dos recursos específicos recebidos pela Prefeitura e vinculados à Fundação;
- II - Auxílios e subvenções da União, do Estado ou de quaisquer entidades públicas ou privadas;
- III - Os recursos financeiros resultantes:
 - a) das rendas decorrentes da exploração de seus bens ou prestação de serviços;
 - b) do produto resultante da aplicação de multas aos agressores do meio ambiente de acordo a legislação ambiental;
 - c) das contribuições oriundas de convênios, acordos ou contratos;
 - d) dos produtos de operações de créditos;
 - e) das ajudas financeiras de qualquer natureza;
 - f) de depósitos para cauções ou garantias de execução contratual de qualquer natureza que reverterem aos seus cofres, em razão de inadimplência contratual;
 - g) do produto da venda do patrocínio de qualquer atividade da Fundação;
 - h) das doações, heranças ou legados de pessoas naturais e jurídicas, privadas ou públicas, nacionais ou estrangeiras, bem como serviços, multas, indenizações e restituições;
 - i) do saldo do exercício financeiro encerrado;
 - j) da renda dos bens patrimoniais;
 - k) do produto resultante de termos de ajustes de conduta firmados por agressores do meio ambiente de acordo a legislação ambiental;
 - l) de quaisquer outros recursos que lhe forem destinados.

Parágrafo único. Os recursos financeiros e os bens e direitos da Fundação, serão aplicados, exclusivamente, na execução de seus objetivos.

CAPÍTULO IV

DO REGIME FINANCEIRO

Art. 12. O exercício financeiro da Fundação coincidirá com o exercício civil.

Art. 13. Até o dia 15 de julho de cada ano o Diretor Executivo, após aprovação do Conselho Municipal do Meio Ambiente, remeterá a proposta orçamentária ao Chefe do Poder Executivo.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 14. O Regimento Interno, a ser aprovado por Decreto do Prefeito Municipal, disporá sobre as demais condições específicas e complementares de funcionamento da Fundação, bem como disporá sobre as atividades e atribuições de seus órgãos e cargos observados os princípios estabelecidos nesta Lei Complementar.

Parágrafo único. O Chefe do Poder Executivo terá o prazo de 5 (cinco) meses para aprovar o Regimento Interno de que trata o caput.

Art. 15. O Diretor Executivo da FUMAB será nomeado pelo Prefeito Municipal, em caráter comissionado.

Parágrafo único. A remuneração do Diretor Executivo será equivalente a de Secretário Municipal.

Art. 16. As despesas oriundas da aplicação desta Lei Complementar correrão por conta das dotações próprias a serem remanejadas por ato do Chefe do Poder Executivo.

Art. 17. Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a proceder no orçamento do Município, os reajustamentos que se fizerem necessários em decorrências desta Lei Complementar.

Art. 18. Esta lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| Cargo | Vagas | Remuneração R\$ |
|-------------------------------------|-------|-----------------|
| Diretor Executivo | 01 | 5.500,00 |
| Diretor Administrativo e Financeiro | 01 | 2.587,00 |
| Diretor de Operações | 01 | 2.587,00 |

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| CARGO | Vagas | Vencimento R\$ |
|-------------------------|-------|----------------|
| Agente Administrativo | 01 | 1.663,51 |
| Biólogo | 01 | 3.021,34 |
| Engenheiro Civil | 01 | 3.021,34 |
| Engenheiro Ambiental | 01 | 3.021,34 |
| Geólogo | 01 | 3.021,34 |
| Procurador | 01 | 3.850,00 |
| Fiscal de Meio Ambiente | 02 | 1.073,52 |

ANEXO III

ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| | | |
|----------------------|---|---------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO |
| | 01.02 – Código | 101 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação Meio Ambiente |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 - Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Organizar as tarefas de um setor, departamento, órgão ou entidade, exercendo atividades administrativas de organização e controle, e ainda monitorar e gerenciar informações, atender ao público, digitar e executar serviços de recebimento, separação e classificação de documentos; auxiliar nas tarefas e funções de outros profissionais e atividades, e executar serviços correlatos, conforme determinação do superior hierárquico | |

| | | |
|----------------------|---|-----------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | BIÓLOGO |
| | 01.02 – Código | 425 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação do Meio Ambiente |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior em Biologia. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejamento, supervisão, coordenação e execução de trabalhos relacionados com estudos, pesquisas, projetos, consultorias, emissão de laudos, pareceres técnicos e assessoramento técnico-científico nas áreas das Ciências Biológicas, com vistas ao aprimoramento de: Estudos e Pesquisas de Origem, Evolução, Estrutura morfo-anatômico, Fisiologia, Distribuição, Ecologia, Classificação, Filogenia e outros aspectos das diferentes formas de vida, para conhecer suas características, comportamento e outros dados relevantes sobre os seres e o meio ambiente; Estudos e Pesquisas relacionadas com a investigação científica ligada à Biologia Sanitária, Saúde Pública, Epidemiologia de doenças transmissíveis, Controle de vetores e Técnicas de saneamento básico; Atividades complementares relacionadas à conservação, preservação, erradicação, manejo e melhoramento de organismos e do meio ambiente e à Educação Ambiental. | |

| | | |
|----------------------|--|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ENGENHEIRO CIVIL |
| | 01.02 – Código | 202 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação do Meio Ambiente |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior em Engenharia Civil com Registro no Conselho profissional respectivo. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Estudar Elaborar, executar, supervisionar e dirigir projetos de engenharia civil relativos a obras públicas. | |

| | | |
|----------------------|--|-----------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ENGENHEIRO AMBIENTAL |
| | 01.02 – Código | 424 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação do Meio Ambiente |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Superior Completo |
| | 02.03 – Formação especial | Graduação em Engenharia Ambiental |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, projeto e especificação; estudo de viabilidade técnico-econômica; direção de obra e serviço técnico; vistoria, perícia, avaliação, arbitramento, laudo e parecer técnico; pesquisa, análise, experimentação, ensaio e divulgação técnica; elaboração de orçamento; padronização, mensuração e controle de qualidade; execução de obra e serviço técnico; fiscalização de obra e serviço técnico; produção técnica e especializada; condução de trabalho técnico. | |

| | | |
|----------------------|---|---------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | GEÓLOGO |
| | 01.02 – Código | 426 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação do Meio Ambiente |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Superior Completo |
| | 02.03 – Formação especial | Graduação em Geologia |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Supervisão, coordenação e orientação técnica; estudo, planejamento, estudo de viabilidade técnico-econômica; elaboração de mapas segundo análise e classificação de rochas e do solo; pesquisa de eventos físicos ocorridos nas camadas subterrâneas da Terra, através de equipamentos como por exemplo, o sismógrafo; trabalho desenvolvido na área de construção civil, elaborando estudos e relatórios sobre a área a ser construída; análise sobre impactos ambientais e elaboração de relatórios com o intuito de prevenção; pesquisa sobre lençóis freáticos, rios, exploração de recursos hídricos, e acompanhamento na escavação de poços e extração de área no leito dos rios; fiscalização de obra e serviço técnico; produção técnica e especializada; condução de trabalho técnico. | |

| | | |
|----------------------|--|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROCURADOR |
| | 01.02 – Código | 422 |
| | 01.03 – Carga horária | 30 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação do Meio Ambiente |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Superior Completo |
| | 02.03 – Formação especial | Graduação em Direito com registro na OAB |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | O Advogado Municipal desempenha sua função junto à Fundação do Meio Ambiente, oficiando obrigatoriamente, no controle interno da autarquia, responsável, direta ou indiretamente, pela advocacia da entidade e pela assessoria e consultoria jurídica. | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FISCAL DE MEIO AMBIENTE |
| | 01.02 – Código | 423 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Fundação de Meio Ambiente |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimento da legislação ambiental e urbanística. |
| 03
Atribuições | Desenvolver atividades de fiscalização e controle ambiental, conforme a legislação. | |

LEI COMPLEMENTAR 53, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Complementar 53, de 23 de agosto de 2017.

MODIFICA A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL – SISAM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º O cargo de Diretor Geral do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal - SISAM passa a denominar-se Diretor Executivo.

Art. 2º A estrutura administrativa do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal - SISAM é composta pelos seguintes órgãos:

I – Departamento Administrativo e Financeiro:

- a) Coordenadoria de Compras e Licitações;
- b) Coordenadoria de Faturamento e Cobranças;

II – Departamento Operacional:

- a) Coordenadoria de Captação, Tratamento e Distribuição de Água;
- b) Coordenadoria de Coleta de Resíduos Sólidos;
- c) Coordenadoria de Coleta e Tratamento de Esgoto;
- d) Coordenadoria de Atendimento.

§ 1º Os cargos de provimento em comissão atualmente existentes e os criados pela presente Lei estão especificados no seu Anexo I.

§ 2º As atribuições dos cargos de provimento em comissão estão descritas no Anexo II desta Lei.

Art. 3º Ficam criadas na estrutura funcional do SISAM 08 vagas de auxiliar geral (código 217) e 03 vagas de condutor de veículo pesado II (código 210).

§ 1º Os cargos efetivos do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal - SISAM estão descritos no anexo III desta Lei.

§ 2º As atribuições dos cargos efetivos estão descritas no Anexo IV desta Lei.

Art. 4º Os anexos I, II, III e IV da Lei nº 2.790/2005 passa a vigorar com a redação definida por esta Lei.

Art. 5º O cargo de Diretor Executivo do SISAM é de livre nomeação e exoneração por parte do Chefe do Poder Executivo Municipal.

Art. 6º Ao Diretor Executivo compete a direção superior da autarquia, a sua representação judicial e extrajudicial, a nomeação e exoneração dos demais cargos comissionados e a designação e respectiva revogação de serviços efetivos para o exercício de funções de confiança.

Art. 7º A regulamentação dos serviços prestados pelo SISAM será feita por Decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, por proposta do Diretor Executivo.

Art. 8º Caberá ao Diretor Executivo do SISAM, mediante Portaria, estabelecer o valor das tarifas, pelos serviços de fornecimento de água, coleta e tratamento de esgoto e demais serviços pertinentes, após parecer prévio do órgão regulador, observados os critérios, estabelecidos pelo art. 29, da Lei Federal nº 11.445/07, especialmente a sua sustentabilidade econômico-financeira, a geração dos recursos necessários para realização dos investimentos e ressarcimento dos financiamentos contratados pelo SISAM, visando a melhoria dos serviços prestados, bem como, objetivando o cumprimento das metas e objetivos dos serviços e a recuperação dos custos e investimentos incorridos na prestação desses serviços. Parágrafo único. O Diretor Executivo encaminhará cópia da Portaria ao Chefe do Poder Executivo Municipal e à Câmara Municipal

de Vereadores, acompanhada das justificativas e considerações do Órgão Regulador.

Art. 9º Os bens imóveis da autarquia somente poderão ser alienados mediante prévia autorização legislativa, por iniciativa do Prefeito Municipal, sendo que os bens móveis poderão ser alienados mediante procedimento licitatório, ou doados a outro ente público, quando inservíveis para o SISAM.

Art. 10. O SISAM poderá realizar operações de crédito, mediante prévia autorização legislativa, por iniciativa do Prefeito Municipal, quando necessárias para a manutenção, ampliação ou melhoria dos seus serviços.

Art. 11. Ficam extintos os cargos de provimento em comissão de assessor administrativo, assessor financeiro, assessor de compras e licitações, assessor de emissão de faturas, assessor operacional, assessor de estação de tratamento de água, assessor de redes e ramais, assessor de captação e adução e assessor de resíduos sólidos da estrutura administrativa do Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal – SISAM.

Art. 12. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou reutilizar as dotações orçamentárias aprovadas em relação aos órgãos extintos ou transformados nesta Lei.

Art. 13. O Diretor Executivo do SISAM será nomeado pelo Prefeito Municipal, em caráter comissionado.

Parágrafo único. A remuneração do Diretor Executivo será equivalente a de Secretário Municipal.

Art. 14. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento vigente do Município.

Art. 15. Fica revogada a Lei Municipal nº 3.711/2017, mantida a revogação dos artigos 3º, 4º, 11 e 16 e parágrafos únicos dos artigos 6º e 7º, conforme estabelecido no art. 8º da Lei ora revogada, revogando-se ainda os artigos 13, 14, e 15 da Lei nº 2.790/2005 e demais disposições em contrário.

Art. 16. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

ANEXO I**CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

| Cargo | Vagas | Remuneração R\$ |
|---|-------|-----------------|
| Diretor Executivo | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Diretor Administrativo e Financeiro | 01 | R\$ 4.251,21 |
| Diretor Operacional | 01 | R\$ 4.251,21 |
| Coordenador de Compras e Licitações | 01 | R\$ 2.772,74 |
| Coordenador de Faturamento e Cobrança | 01 | R\$ 2.772,74 |
| Coordenador de Captação, Tratamento e Abastecimento de Água | 01 | R\$ 2.772,74 |
| Coordenador de Coleta de Resíduos Sólidos | 01 | R\$ 2.772,74 |
| Coordenador de Coleta e Tratamento de Esgoto | 01 | R\$ 1.823,80 |
| Coordenador de Atendimento | 01 | R\$ 1.823,80 |

ANEXO II**ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO**

| CARGO | DIRETOR EXECUTIVO |
|------------------|-------------------|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |

| | |
|---------------------|---|
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |
| 5 – Atribuições | Exercer a direção superior da autarquia, a representação desta judicial e extrajudicialmente, a assinatura de documentos e o que mais dispuser o Regimento Interno. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | DIRETOR ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |
| 5 – Atribuições | Planejar, desenvolver e dirigir os sistemas administrativos, financeiro, contabilidade e de gestão de patrimônio, materiais, transportes e comunicações internas; Promover, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos; Coordenar e dar orientação técnico-administrativa com relação a processos de gestão e valorização do pessoal; Outras atividades correlatas. |

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | DIRETOR OPERACIONAL |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |
| 5 – Atribuições | Gerenciar o pessoal operacional e o que mais for necessário para este fim; planejar, coordenar e fiscalizar as atividades relacionadas com a operacionalização dos sistemas de abastecimento de água, saneamento e ações correlatas, além do que mais dispuser o Regimento Interno. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DE COMPRAS E LICITAÇÕES |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Ensino Médio |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |
| 5 – Atribuições | Gerenciar os processos da autarquia relacionados às compras de materiais, contratação de serviços, contratação de pessoal, coordenando e fiscalizando as atividades relacionadas à sua área de atuação, além do que mais dispuser o Regimento Interno. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DE FATURAMENTO E COBRANÇA |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Ensino Médio |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |
| 5 – Atribuições | Planejar, coordenar e fiscalizar as atividades da autarquia relacionadas ao faturamento pelos serviços prestados, o coordenar e fiscalizar o serviço de cobrança das faturas emitidas, coordenando as demais atividades relacionadas à sua área de atuação, além do que mais dispuser o Regimento Interno. |

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | COORDENADOR DE COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Ensino Médio |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |

| | |
|-----------------|--|
| 5 – Atribuições | Planejar, coordenar e fiscalizar as atividades da autarquia relacionadas à coleta de resíduos sólidos no Município, além do que mais dispuser o Regimento Interno. |
|-----------------|--|

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | COORDENADOR DE ATENDIMENTO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Ensino Médio |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |
| 5 – Atribuições | Planejar, coordenar e fiscalizar as atividades da autarquia relacionadas ao atendimento dos consumidores, orientando os servidores efetivos acerca da resolução das demandas apresentadas, além do que mais dispuser o Regimento Interno. |

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | COORDENADOR DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Ensino Médio |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |
| 5 – Atribuições | Planejar, coordenar e fiscalizar as atividades da autarquia relacionadas à captação, ao tratamento e ao abastecimento de água, além do que mais dispuser o Regimento Interno. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Ensino Médio |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | SISAM |
| 5 – Atribuições | Planejar, coordenar e fiscalizar as atividades da autarquia relacionadas à coleta, ao tratamento de esgoto, além do que mais dispuser o Regimento Interno. |

ANEXO III CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| CARGO | Vagas | Vencimento |
|-------------------------------|-------|--------------|
| Agente Administrativo | 4 | R\$ 1.653,51 |
| Agente Operacional | 10 | R\$ 1.478,66 |
| Auxiliar Geral | 10 | R\$ 937,00 |
| Calceteiro | 2 | R\$ 1.478,66 |
| Condutor de Veículo Pesado II | 4 | R\$ 1.258,51 |
| Contador | 1 | R\$ 3.021,24 |
| Leiturista | 3 | R\$ 1.293,83 |
| Operador de ETA | 6 | R\$ 1.478,66 |
| Tele-recepcionista | 2 | R\$ 937,00 |

ANEXO IV ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| | | |
|---------------------|-----------------------|--------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TELE-RECEPCIONISTA |
| | 01.02 – Código | 102 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | SISAM |

| | | |
|----------------------|--|------------------------------|
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimentos em informática |
| 03
Atribuições | Atender as linhas telefônicas externas e internas na mesa operadora e atender ao público em geral. | |

| | | |
|----------------------|---|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CONTADOR |
| | 01.02 – Código | 105 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | SISAM |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Ciências Contábeis e Registro no Conselho profissional competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Organizar, dirigir e executar os trabalhos inerentes à contabilidade da Prefeitura, de outros fundos e autarquias, planejando, supervisionando e executando, de acordo com as exigências legais e administrativas, para a elaboração orçamentária e financeira da instituição | |

| | | |
|----------------------|--|-----------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AGENTE ADMINISTRATIVO |
| | 01.02 – Código | 106 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | SISAM |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Organizar as tarefas de um setor, departamento, órgão ou entidade, exercendo atividades administrativas de organização e controle, e ainda monitorar e gerenciar informações, atender ao público, digitar e executar serviços de recebimento, separação e classificação de documentos; auxiliar nas tarefas e funções de outros profissionais e atividades, e executar serviços correlatos, conforme determinação do superior hierárquico. | |

| | | |
|----------------------|--|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO II |
| | 01.02 – Código | 210 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | SISAM |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Experiência mínima de 1 ano e possuir Carteira de Habilitação na categoria C. |
| 03
Atribuições | Conduzir veículos pesados, especialmente maquinário agrícola e de infraestrutura, e outros não exclusivos do cargo de Condutor de Veículo Pesado I, incluídos os leves, responsabilizando-se pelas condições gerais de uso e conservação do veículo. | |

| | | |
|----------------------|--|-------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS |
| | 01.02 – Código | 217 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | SISAM |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar serviços relacionados com as atividades de auxiliar de serviços gerais e ainda de suporte às atividades de assistente administrativo. | |

| | | |
|----------------------|---|---------------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | LEITURISTA |
| | 01.02 – Código | 218 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | SISAM |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Carteira de habilitação – categoria A |
| 03
Atribuições | Executar serviços relacionados com a leitura dos equipamentos de aferição e controle do consumo de água nas unidades abastecidas pelo serviço municipal, além de registros e outras ações correlatas, determinadas pelo superior hierárquico. | |

| | | |
|----------------------|---|---------------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AGENTE OPERACIONAL |
| | 01.02 – Código | 219 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | SISAM |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Carteira de habilitação – categoria B |
| 03
Atribuições | Executar serviços relacionados com as atividades de manutenção, conservação e limpeza dos reservatórios, equipamentos e demais bens do serviço municipal de saneamento e abastecimento de água, além do que mais for determinado pelo superior hierárquico. | |

| | | |
|----------------------|--|-----------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | OPERADOR DE ETA |
| | 01.02 – Código | 220 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | SISAM |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental completo |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar serviços relacionados com as atividades de manutenção, conservação, limpeza, controle, registro e outras atividades correlatas nas Estações de Tratamento de Água do serviço municipal, além do que mais for determinado pelo superior hierárquico. | |

| | | |
|----------------------|--|-------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CALCETEIRO |
| | 01.02 – Código | 221 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | SISAM |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino Fundamental Incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar serviços relacionados com as atividades de calçamento e assentamento de lajotas nas vias públicas, e atividades correlatas envolvendo a manutenção e conservação das vias públicas. | |

LEI COMPLEMENTAR 54, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Complementar 54, de 23 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE PESSOAL PARA ATENDER EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º Para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, os órgãos da Administração Pública Municipal Direta e Indireta poderão contratar pessoal por tempo determinado, nas condições previstas nesta Lei.

Parágrafo Único. A contratação a que se refere este artigo somente será efetivada nos casos de comprovada impossibilidade de suprir a necessidade temporária com o pessoal do próprio quadro e desde que não reste candidato aprovado em concurso público aguardando nomeação.

Art. 2º Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público, para fins desta Lei, aquela que comprometa a prestação contínua e eficiente dos serviços próprios da administração e que não possa ser satisfeita com a utilização dos recursos humanos que dispõe a Administração Pública, especialmente para a execução dos seguintes serviços:

I - atendimento a situações de emergência ou de calamidade pública;

II - combate a surtos endêmicos, pragas, doenças e surtos que ameacem a sanidade animal e vegetal;

III - admissão de pessoal para atender às necessidades do serviço público nos casos declarados de situações de emergência pelo Poder Executivo e à demanda comprovada de Secretarias Municipais e entidades da Administração Pública;

IV - substituição de profissional da educação da rede municipal de ensino;

V - substituição de profissional da área da saúde no Município;

VI - exercício de serviço de plantão médico no município;

Art. 3º O recrutamento de pessoal a ser contratado nos termos desta Lei será feito mediante processo seletivo simplificado, dispensado de concurso público, dentro de critérios estipulados pelo órgão interessado no ajuste, sujeito à ampla e prévia divulgação.

Parágrafo único. O edital do processo seletivo simplificado será publicado com no mínimo 30 (trinta) dias de antecedência, período no qual os interessados poderão inscrever-se no Departamento de Recursos Humanos ou em local por este designado, conforme dispuser o edital.

Art. 4º As contratações de que trata esta Lei serão realizadas pelo prazo máximo de doze meses, exceto para as contratações dos

serviços descritos nos incisos V e VI do art. 2º desta Lei que terão prazo máximo de seis meses.

Parágrafo único. A seleção terá validade de doze meses, após os quais, em caso de necessidade, deverá ser realizado novo processo seletivo.

Art. 5º As contratações somente poderão ser realizadas com observância de dotação orçamentária e mediante prévia autorização do Secretário Municipal de Administração.

Art. 6º Fica proibida a contratação, nos termos desta Lei, de servidores da Administração Direta ou Indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, exceto a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas e, desde que haja compatibilidade de horários, na forma disposta na alínea "c", inciso XVI, do art. 37, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 34, de 13 de dezembro de 2001.

Parágrafo único. Sem prejuízo da nulidade do contrato, a infração do disposto neste artigo importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

Art. 7º A remuneração do pessoal contratado nos termos desta Lei será fixada de acordo com o valor do vencimento constante no início da carreira relacionada nos planos de cargos e salários do serviço público, para servidores que desempenhem função semelhante, ou, não existindo a semelhança, às condições do mercado de trabalho.

Parágrafo único. Para os efeitos deste artigo, não se consideram as vantagens de natureza pessoal dos servidores ocupantes de cargos tomados como paradigma.

Art. 8º O pessoal contratado nos termos desta Lei não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato.

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa das autoridades envolvidas na transgressão.

Art. 9º As infrações disciplinares atribuídas ao pessoal contratado nos termos desta Lei serão apuradas mediante sindicância, concluída no prazo de trinta dias, assegurada à ampla defesa.

Art. 10. O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenizações:

I - pelo término do prazo contratual;

II - por iniciativa da Administração Pública; e

III - por iniciativa do contratado.

Parágrafo único. A extinção do contrato, nos casos do inciso II e III, será comunicada com a antecedência mínima de trinta dias.

Art. 11. O tempo de serviço prestado em virtude de contratação nos termos desta Lei será contado para todos os efeitos legais.

Art. 12. O pessoal contratado nos termos desta Lei ficará vinculado ao Regime Geral de Previdência Social.

Art. 13. Aplicam-se ao pessoal contratado nos termos desta Lei, as regras estabelecidas no respectivo contrato e no que couber as normas do Estatuto do Servidor Público Municipal.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.729, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Municipal 3.729, de 23 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E FUNCIONAL DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

TÍTULO I**DISPOSIÇÕES GERAIS**

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a estrutura administrativa e funcional do Poder Executivo municipal e adota outras providências.

Art. 2º Administração municipal direta e indireta observará, além do disposto nesta Lei, os princípios de administração estabelecidos na Constituição Federal, na legislação federal e estadual.

Art. 3º As ações governamentais observarão o planejamento geral da Administração, tendo como instrumentos essenciais o plano de governo, o plano plurianual, as diretrizes orçamentárias, o orçamento anual e a programação financeira.

§ 1º Deverão ser adotadas, sempre que possível, metodologias que garantam a máxima participação dos interessados nos processos decisórios, métodos de controle, registro, racionalização e padronização de procedimentos, visando qualidade e economicidade.

§ 2º Todas as atividades da administração deverão adotar sistemas informatizados e integrados visando aprimorar e facilitar a execução das ações, o controle e a transparência.

§ 3º As ações governamentais, em qualquer instância, deverão ser executadas de forma integrada ao planejamento geral, com as adaptações necessárias decorrentes de eventuais necessidades ou de revisões periódicas.

TÍTULO II**DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO PODER EXECUTIVO****Capítulo I****DO PREFEITO E VICE-PREFEITO**

Art. 4º A administração superior do Poder Executivo é exercida pelo Prefeito Municipal, auxiliado pelo Procurador Geral, pelos Secretários Municipais, Diretores e Presidentes de Autarquias e Fundações.

Parágrafo único. O Vice-Prefeito, além das atribuições conferidas por lei, auxiliará o Prefeito quando convocado para missões e atividades especiais.

Seção I

Das Atribuições dos Secretários Municipais e Diretores de Autarquias

Art. 5º Os Secretários Municipais e aos Diretores Executivos de Autarquias e Fundações, auxiliares diretos e imediatos do Prefeito, exercem atribuições previstas na Lei Orgânica do Município, demais leis municipais e regulamentos, com o apoio dos servidores públicos titulares de cargos de provimento em comissão e dos de provimento efetivo.

Art. 6º No exercício de suas atribuições compete aos Secretários Municipais e aos Diretores Executivos de Autarquias e Fundações:

I - exercer a orientação, coordenação e supervisão dos órgãos e entidades da Administração Municipal na área de sua área de atuação;

II - distribuir os servidores públicos pelos diversos órgãos internos das Secretarias Municipais, Autarquia e Fundação que dirigem e atribuir-lhes tarefas funcionais executivas, respeitada a legislação pertinente;

III - expedir circulares, instruções, portarias, ordens de serviço e demais disposições normativas compatíveis com a legislação vigente para promover as atividades realizadas pela Secretaria;

IV - apresentar ao Prefeito relatório semestral de sua gestão, bem como prestar apoio à equipe designada pelo Prefeito Municipal no acompanhamento de metas;

V - revogar, anular, sustar ou determinar a sustação de atos administrativos que contrariem os princípios constitucionais e legais da Administração Pública, na área de sua competência;

VI - receber reclamações relativas à prestação de serviços públicos, decidir e promover as correções exigidas;

VII - decidir, mediante despacho exarado em processo, sobre pedidos cuja matéria se insira na área de sua competência;

VIII - representar, gerenciar e administrar os respectivos órgãos de sua competência, assinando processos, despachos, ofícios e demais atos necessários;

IX - ser responsável pelos atos praticados, bem como ordenar primariamente as despesas dos respectivos órgãos; e

X - exercer outras atividades e atribuições delegadas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal.

Parágrafo único. Compete ao Secretário Municipal de Finanças, juntamente com o Diretor de Finanças assinar todas as ordens de empenho e de pagamento de todas as despesas realizadas, e demais atos correlatos.

Seção II**Delegação de Competência**

Art. 7º A delegação de competência será utilizada como instrumento de agilização e descentralização nas atividades administrativas, partindo do Prefeito para os Secretários e destes para os subordinados imediatos, sempre em atos que não sejam legalmente de competência exclusiva.

§ 1º A delegação de competência será sempre externada em decreto ou portaria, conforme a autoridade delegante, constando o nome desta e a da delegada, o objeto e o prazo de vigência.

§ 2º A autoridade delegante poderá a qualquer tempo revogar a delegação ou avocar para si a competência delegada, neste caso para situação específica, por mero despacho, sem prejuízo da competência remanescente.

§ 3º Poderá o Prefeito designar ou transferir poderes, atribuições e competências entre quaisquer Secretários ou Assessores diretos, por prazo indeterminado, segundo as conveniências administrativas.

Seção III

Da Supervisão e Controle Administrativo

Art. 8º Todos os órgãos e atividades da administração estão sob supervisão da Secretaria, Autarquia ou Fundação à qual estiverem subordinados, e os do Gabinete do Prefeito são supervisionadas diretamente por este.

Parágrafo único. O controle das atividades da administração pública municipal será exercido em todos os níveis, pelos órgãos e entidades que integram a estrutura administrativa.

Capítulo II**dA ORGANIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL**

Art. 9º A estrutura organizacional da administração direta compreende os seguintes órgãos:

I – Gabinete do Prefeito, integrado por:

- a) Coordenadoria de Comunicação e Imprensa;
- b) Coordenadoria de Planejamento;
- c) Coordenadoria de Controle Interno;
- d) Coordenadoria da Defesa Civil;
- 1. Conselho Municipal de Defesa Civil;
- e) Ouvidoria;

II – Procuradoria Geral, integrada por:

- a) Coordenadoria de Contencioso;
- b) Coordenadoria de Processo Legislativo e Processo Administrativo;

III – Secretaria Municipal de Administração, integrada por:

- a) Departamento de Recursos Humanos:
 - 1. Divisão de Admissão de Pessoal;
 - 2. Divisão de Folha de Pagamento;
- b) Departamento de Compras:
 - 1. Divisão de Orçamento e Custos;
- c) Departamento de Licitações:
 - 1. Divisão de Contratos;
- d) Departamento de Almoxarifado:
 - 1. Divisão de Recebimento e Distribuição de Materiais;
- e) Departamento de Informática:
 - 1. Divisão de Sistemas e Programas;
- f) Departamento de Patrimônio:
 - 1. Divisão de Controle de Patrimônio;

IV – Secretaria Municipal de Finanças, integrada por:

- a) Departamento de Tributação:
 - 1. Divisão de Fiscalização;
 - 2. Divisão de Arrecadação;
 - 3. Divisão de Movimento Econômico;
 - 4. Divisão de Cadastro;
- b) Departamento de Contabilidade:
 - 1. Divisão de Operações Bancárias e Contábeis;
 - 2. Divisão de Programas e Sistemas;
- c) Departamento de Finanças:
 - 1. Divisão de Processamento;
 - 2. Divisão de Pagamentos e Contas;

V – Secretaria Municipal de Educação, integrada por:

- a) Conselho Municipal de Educação;
- b) Conselhos Escolares;
- c) Departamento de Operacional:
 - 1. Divisão de Transporte Escolar;
 - 2. Divisão de Nutrição;
- d) Departamento de Educação Infantil:
 - 1. Coordenadoria de Articulação de Unidades de Educação Infantil;
 - 2. Coordenadoria de Orientação Pedagógica da Educação Infantil;
 - 3. Unidades de Educação Infantil;
- e) Departamento de Ensino Fundamental:
 - 1. Coordenadoria de Articulação de Unidades de Ensino Fundamental;
 - 2. Coordenadoria de Orientação Pedagógica do Ensino Fundamental;
 - 3. Unidades de Ensino Fundamental;

VI – Secretaria Municipal de Saúde, integrada por:

- a) Conselho Municipal de Saúde;
- b) Departamento Operacional:
 - 1. Coordenadoria de Programas e Convênios;

2. Coordenadoria de Regulação e Controle;
3. Divisão de Transportes;
- c) Departamento de Saúde:
 1. Coordenadoria de Atenção Básica;
 2. Coordenadoria de Atenção Especializada;
 3. Divisão de Saúde Bucal;
 4. Divisão do Núcleo de Atenção da Saúde da Família - NASF;
 5. Unidades de Saúde;
- d) Departamento de Farmácia;
- e) Departamento de Vigilância em Saúde:
 1. Divisão de Vigilância Epidemiológica;
 2. Divisão de Vigilância Sanitária;

VII – Secretaria Municipal de Assistência Social, integrada por:

- a) Conselho Municipal de Assistência Social;
- b) Conselho Municipal da Criança e do Adolescente;
 1. Conselho Tutelar;
- c) Conselho Municipal do Idoso;
- d) Departamento de Proteção Social;
 1. Coordenadoria do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS;
 2. Coordenadoria do Centro de Referência Especializado de Assistência Social - CREAS;
 3. Coordenadoria de Programas e Convênios;
- c) Departamento de Habitação;

VIII – Secretaria Municipal de Infraestrutura integrada por:

- a) Conselho Municipal de Trânsito e Urbanismo;
- b) Departamento de Trânsito, Fiscalização e Segurança;
- c) Departamento de Manutenção e Obras:
 1. Divisão de Operações;
- d) Departamento de Iluminação Pública;
- e) Departamento de Transportes:
 1. Divisão de Manutenção de Máquinas e Equipamentos;

IX - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico integrada por:

- a) Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico;
- b) Departamento de Desenvolvimento Econômico:
 1. Divisão de Turismo;

X – Secretaria Municipal de Agricultura e Intendência Distrital, integrada por:

- a) Conselho Municipal de Agricultura;
- b) Departamento de Agricultura:
 1. Divisão de Patrulha Agrícola;
- c) Intendência Distrital.

§ 1º A composição e o funcionamento dos Conselhos Municipais são regidos pelas respectivas leis que os instituíram naquilo que não contrariarem a presente Lei.

§ 2º O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – FMDCA passa a ser gerido pelo Secretário Municipal de Assistência Social.

§ 3º Os atos administrativos a respeito dos quais os Conselhos Municipais tenham competência para manifestação formal deverão ser precedidos de prévio parecer do respectivo Conselho, salvo em caso de urgência, quando a manifestação poderá ocorrer em até cento e oitenta dias da publicação.

§ 4º Poderá o Chefe do Poder Executivo criar e regulamentar comissões especiais ou vinculadas a órgãos e Conselhos para fins determinados, sem ônus para o Município nem remuneração aos integrantes, ressalvadas disposições legais diversas.

CAPÍTULO III

DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA MUNICIPAL

Seção I

Do Gabinete do Prefeito

Art. 10. Compete ao Gabinete do Prefeito:

- I – planejar, executar e acompanhar as ações complementares e subsidiárias da gestão municipal;
- II - assessorar o Prefeito no exame dos assuntos políticos e administrativos, na análise de processos e demais documentos submetidos à sua apreciação e decisão;
- III - assistir ao Prefeito em suas relações com autoridades, entidades civis, políticas e religiosas e com o público em geral;
- IV - preparar as audiências do Prefeito;
- V - formular planos e programas em sua área de competência, observadas as determinações governamentais, em articulação com as demais Secretarias Municipais;
- VI - formular a política de governança institucional, de forma integrada com as demais secretarias, e submetê-la ao Prefeito Municipal;
- VII - apoiar o Prefeito Municipal no relacionamento institucional do Poder Executivo com o Poder Legislativo, com os demais Poderes de todos os entes da Federação;

VIII - coordenar a representação institucional do Município, observadas as diretrizes definidas pelo Prefeito Municipal;
IX - coordenar o processo de padronização, normatização e publicidade dos atos de governo; e
X - exercer outras atividades correlatas.

Art. 11. Compete à Coordenadoria de Comunicação e Imprensa:

I - planejar, orientar e executar a política de comunicação social do Poder Executivo;
II - promover a divulgação de atos e atividades da administração municipal;
III - coordenar e facilitar o relacionamento da imprensa com o Prefeito, os Secretários Municipais e demais autoridades da Administração Municipal;
IV - coordenar a uniformização dos conceitos e padrões visuais com a aplicação dos símbolos municipais da Prefeitura Municipal e todas as Secretarias e Órgãos vinculados; e
V - organizar, coordenar e executar as atividades e cerimonial relacionados aos eventos organizados pelo Município;
VI - exercer outras atividades correlatas.

Art. 12. Compete à Coordenadoria de Planejamento:

I - planejar, elaborar, coordenar e desenvolver projetos especiais eleitos pela municipalidade de impactos sociais, urbanísticos e econômicos articulados com as demais secretarias municipais, a garantir a qualidade e celeridade das ações;
II - acompanhar a formulação e execução de projetos considerados prioritários para os setores;
III - acompanhar a implementação dos programas e projetos integrados e estratégicos;
IV - realizar estudos e pesquisas visando possibilitar a definição de projetos essenciais para fortalecimento do Município;
V - articular-se internamente e com entidades municipais, estaduais e federais no desenvolvimento e realização de projetos especiais;
VI - conduzir os processos de captação de recursos externos para as ações estratégicas;
VII - elaborar, coordenar e gerenciar convênios, projetos e planos ou programas de ação governamental, contabilizando-os com prioridades e diretrizes do governo municipal; e
VIII - exercer outras atividades correlatas.

Art. 13. As competências da Coordenadoria de Controle Interno estão estabelecidas na Lei nº 2.631/2003.

Art. 14. As competências da Coordenadoria da Defesa Civil estão estabelecidas na Lei nº 3.445/2012.

Art. 15. Compete à Ouvidoria:

I - receber, apurar a procedência e encaminhar consultas, críticas, denúncias, elogios, reclamações, solicitações, sugestões ou demais manifestações que lhe forem dirigidas por membros da comunidade;
II - acompanhar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolutividade e mantendo os interessados informados do trâmite dos processos;
III - propor aos órgãos da administração municipal a edição, alteração e revogação de atos normativos internos, com vistas ao aperfeiçoamento, nos termos da legislação vigente;
IV - promover e divulgar suas ações, visando à melhor consecução de seus objetivos.

Seção II

Da Procuradoria Geral

Art. 16. Compete à Procuradoria-Geral:

I - promover o ajuizamento e o acompanhamento de ações judiciais e a interposição de recursos em geral;
II - propor orientação jurídico-normativa para a Administração Pública, direta e indireta;
III - pronunciar-se sobre a legalidade dos atos da Administração Municipal;
IV - organizar e dar impulso aos processos administrativos disciplinares nos casos previstos em lei;
V - representar e defender os interesses da Administração Pública Municipal perante os Tribunais de Contas do Estado e da União, Ministério Público e demais órgãos de fiscalização;
VI - receber citações, intimações e notificações em nome do Município;
VII - promover e coordenar a elaboração de informações que devam ser prestadas pelas autoridades públicas municipais aos órgãos de fiscalização em geral;
VIII - realizar acordos judiciais e extrajudiciais em nome do Município, desde que haja autorização expressa do Prefeito Municipal, nos termos da lei;
IX - desenvolver as atividades de consultoria e de assessoramento jurídico aos órgãos do Município.

Seção III

Da Secretaria Municipal de Administração

Art. 17. Compete à Secretaria Municipal de Administração:

I - planejar, coordenar, supervisionar, normatizar, controlar, orientar e formular políticas públicas de gestão de pessoas;
II - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão de materiais e serviços, juntamente com o respectivo órgão;
III - normatizar, supervisionar, orientar e formular políticas de gestão patrimonial;
IV - garantir a prestação de serviços municipais relativos à sua área de competência de acordo com as diretrizes do programa de governo;
V - efetuar a coordenação geral dos setores de gestão de pessoas, de forma central;
VI - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria.

Seção IV

Da Secretaria Municipal de Finanças

Art. 18. Compete à Secretaria Municipal de Finanças:

I - administrar, organizar e manter atualizado os lançamentos e o cadastro fiscal mobiliário e imobiliário;

- II - administrar o contencioso administrativo-tributário;
- III - planejar e coordenar as atividades de arrecadação e dos serviços relacionados com o recebimento das receitas tributárias;
- IV - acompanhar a cobrança de débitos fiscais, em conjunto com as demais Secretarias Municipais e a Procuradoria Geral do Município;
- V - desenvolver atividades relacionadas ao lançamento, arrecadação, controle e fiscalização dos tributos imobiliários, mobiliários e demais receitas municipais;
- VI - atender e orientar contribuintes e não contribuintes acerca dos serviços prestados pelo Município;
- VII - realizar cadastramento de ambulante para fins de eventos públicos ou particulares;
- VIII - definir as prioridades relativas à liberação dos recursos financeiros com vistas à elaboração da programação financeira de desembolso, de forma articulada com as demais Secretarias e entidades vinculadas;
- IX - controlar os recursos financeiros disponíveis, sua correspondente movimentação bancária e os pagamentos;
- X - proceder aos registros contábeis das movimentações financeiras;
- XI - controlar e registrar a despesa e a dívida pública passiva.
- XII - execução e apoio à administração dos Fundos, Fundações e Autarquias, relativo às finanças do Município, contabilidade, balanço geral, balancetes orçamento, prestações de contas, escrituração e registro contábil da receita, despesas, folhas de pagamentos;
- XIII - elaborar e executar o Plano Plurianual de Investimentos - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentária - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA;
- XIV - auxiliar na realização das ações preventivas de auditoria interna nas contas dos órgãos e entidades vinculadas e supervisionadas;
- XV - elaborar a prestação de contas do Chefe do Poder Executivo e do Município, na forma da legislação e nos prazos legais; e
- XVI - coordenar, compartilhar e avaliar a alocação de recursos orçamentários necessários ao cumprimento dos objetivos e metas governamentais, bem como o acompanhamento de sua execução; e
- XVII - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria.

Seção V

Da Secretaria Municipal de Educação

Art. 19. Compete à Secretaria Municipal de Educação:

- I - organizar, administrar, supervisionar, controlar e avaliar a política municipal de educação, desenvolvendo programas voltados à educação infantil e ao ensino fundamental, em cumprimento ao disposto na legislação vigente;
- II - organizar, manter e desenvolver as instituições do sistema municipal de ensino, integrando-se às políticas e planos educacionais da união e do estado;
- III - a supervisão dos estabelecimentos do sistema municipal de ensino;
- IV - a administração dos fundos e recursos específicos de sua secretaria;
- V - a manutenção regular e adequada da guarda dos registros da documentação escolar geral e individual dos alunos e professores;
- VI - a gestão das atividades relativas à merenda escolar;
- VII - a permanente interação com os municípios da região, visando à promoção de políticas de desenvolvimento regional na área da educação;
- VIII - a conservação e manutenção da secretaria e das unidades escolares;
- IX - dar suporte para o funcionamento de conselhos cuja área de atuação está afeta à secretaria; e
- X - desenvolver outras competências correlatas que forem designadas pelo prefeito municipal ou atribuídas à Secretaria.

Seção VI

Da Secretaria Municipal de Saúde

Art. 20. Compete à Secretaria Municipal de Saúde:

- I - formular e executar a política municipal de saúde, priorizando as ações preventivas;
- II - consolidar temáticas estratégicas no nível central, articulando as políticas nacional e municipal de saúde;
- III - desempenhar e organizar as atividades médicas, paramédicas, odontológicas e sanitárias no município;
- IV - promover a educação para a saúde, visando a prevenção e orientação da população;
- V - executar a administração ambulatorial;
- VI - gerenciar as unidades de saúde;
- VII - desenvolver, organizar e promover a vigilância sanitária e alimentar no município, através de atos e disposições adequadas;
- VIII - cadastramento, pesquisa, controle e distribuição de medicamentos;
- IX - exames clínicos e laboratoriais.
- X - realizar o controle dos projetos e a prestação de contas de todos os recursos destinados à saúde;
- XI - desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo prefeito municipal ou atribuídas à Secretaria.

Seção VII

Da Secretaria Municipal de Assistência Social

Art. 21. Comete à Secretaria Municipal de Assistência Social:

- I - coordenar e gerir as ações relativas à assistência social no Município;
- II - elaborar o Plano Municipal de Assistência Social submetendo-o à aprovação do Conselho Municipal de Assistência Social;
- III - executar as ações de Assistência Social de forma integrada às demais políticas no âmbito dos outros órgãos da administração municipal, com vistas a organizar os serviços de Proteção Social e ações de acordo com a Política Nacional de Assistência Social;
- IV - organizar e gerir a rede municipal de inclusão e proteção social;
- V - planejar, gerenciar, executar e prover programas, projetos, serviços e benefícios de serviços básicos que têm como objetivos prevenir situações de risco; e
- VI - desenvolver outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal ou atribuídas à Secretaria.

Seção VIII

Da Secretaria Municipal de Infraestrutura

Art. 22. Compete à Secretaria Municipal de Infraestrutura:

- I - elaborar projetos relacionados ao sistema de mobilidade urbana;

- II - a execução, fiscalização e manutenção das obras e iluminação públicas;
- III - a construção, conservação, restauração, reconstrução, promoção de melhoramentos das estradas de rodagem municipais, inclusive pontes e obras complementares;
- IV - a coordenação dos serviços relacionados com a infraestrutura de transporte rodoviário a cargo do Município;
- V - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria.

Seção IX

Da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico

Art. 23. Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico:

- I – planejar, formular e executar políticas de desenvolvimento econômico e sustentável;
- II - fomentar e incentivar investimentos no Município, em áreas e setores estratégicos para o desenvolvimento econômico e sustentável, mediante ações que atraíam, facilitem e informem investidores privados, nacionais e estrangeiros sobre as possibilidades oferecidas pelo Município;
- III - definir instrumentos de apoio à sustentabilidade e a expansão das empresas sediadas no Município, atraindo e estimulando novos empreendimentos;
- IV - formular políticas municipais de desenvolvimento econômico, emprego e renda;
- V - formular políticas e coordenar ações de apoio às micro e pequenas empresas, bem como aos microempreendedores individuais;
- VI - exercer outras atividades correlatas designadas pelo Prefeito ou atribuídas à Secretaria por Decreto do Poder Executivo.

Seção X

Da Secretaria Municipal de Agricultura e Intendência Distrital

Art. 24. Compete à Secretaria Municipal de Agricultura e Intendência Distrital:

- I - desenvolver as atividades relacionadas ao planejamento, execução e avaliação das ações voltadas para a exploração racional dos recursos naturais;
- II - a extensão rural;
- III - o fomento da agricultura familiar;
- IV - a promoção de medidas visando a defesa sanitária vegetal e animal;
- V - a implementação de medidas visando a fixação do homem ao campo, para evitar o êxodo rural;
- VI - o incentivo à conservação do solo, o florestamento e o reflorestamento;
- VII - o apoio e incentivo ao cooperativismo;
- VIII - ações de apoio à extensão rural;
- IX - outras ações direcionadas à promoção do desenvolvimento sustentável das atividades agrícolas e pecuárias do Município.

CAPÍTULO III

Da ESTRUTURA E COMPETÊNCIA DAS ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Art. 25. A Administração indireta é constituída pelas autarquias, fundações públicas, empresas públicas e sociedades de economia mista do município.

Art. 26. A estrutura organizacional da administração indireta municipal compreende:

- I - Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de São João Batista – IPRESJB;
- II - Serviço de Infraestrutura, Saneamento e Abastecimento de Água Municipal de São João Batista – SISAM;
- III - Fundação Batistense de Esportes – FUBE;
- IV - Fundação Municipal da Juventude – FUNJUVE;
- V – Fundação Municipal do Meio Ambiente Batistense - FUMAB.

Art. 27. As entidades integrantes da Administração Indireta Municipal regem-se pelas respectivas leis de criação, com as alterações introduzidas por Lei posterior, pelos respectivos estatutos e regimentos internos.

§ 1º Aos servidores da administração indireta aplicam-se integralmente as disposições relativas aos servidores da administração direta, salvo disposição legal expressa em contrário.

§ 2º Salvo disposição legal específica em contrário, os agentes e servidores em geral da Administração indireta a qualquer título, serão investidos nos cargos e funções por ato do Dirigente máximo do respectivo ente.

§ 3º As funções exercidas nos Conselhos Deliberativos ou equivalentes dos entes da administração indireta, salvo disposição legal em sentido contrário, não serão remuneradas e são consideradas de relevante interesse público.

TÍTULO III

NORMAS ADMINISTRATIVAS

CAPÍTULO I

ELABORAÇÃO E EFICÁCIA DOS ATOS

Seção I

Disposições Gerais

Art. 28. A publicação dos atos oficiais da administração municipal será realizada através de do Diário Oficial do Município.

Parágrafo único. Os contratos, convênios, acordos e outros atos administrativos negociais, e suas respectivas alterações, deverão ser publicados ainda que resumidamente, em extratos, com pelo menos a indicação dos seguintes elementos, sob pena de ineficácia:

- I - espécie e número;
- II - nomes das partes;
- III - objeto;
- IV - preço;

V - forma de pagamento;
VI - crédito orçamentário pelo qual correrá a despesa;
VII - prazo de vigência; e
VIII - data de assinatura e indicação dos signatários.

Art. 29. Os contratos e outros atos administrativos negociais serão sempre precedidos de termos de justificativa e avaliação.

Art. 30. Os atos normativos serão numerados e controlados na forma da legislação municipal e na regulamentação pelo Poder Executivo.
Parágrafo único. A numeração de atos não será interrompida, devendo prosseguir em sequência contínua ano a ano.

Art. 31. As avaliações e vistorias necessárias nas ações da Administração municipal serão realizadas sempre através de comissão designada pelo Prefeito, a pedido do titular do órgão interessado, formada por no mínimo três servidores, que emitirá parecer depois de consultar pelo menos dois profissionais legalmente habilitados, sem prejuízo de métodos e formas mais apurados, a critério do requisitante, ou de outras disposições legais.

Seção II

Processos Administrativos

Art. 32. Os processos administrativos obedecerão aos procedimentos previstos na legislação e na regulamentação do Poder Executivo, devidamente autuados e numerados iniciando mediante protocolo único e com decisão final da autoridade competente.
Parágrafo único. Os processos administrativos serão autuados, numerados e controlados em sistema que permita acompanhamento e localização dos respectivos autos, preferencialmente por meio eletrônico.

Art. 33. Em processos licitatórios, ou de dispensa ou inexigibilidade de licitação, as atas de reunião da Comissão relativas à habilitação e julgamento, e ainda as decisões equivalentes ou sobre impugnações, representações, pedidos de reconsideração e recursos serão obrigatoriamente visadas por assessor jurídico.

Art. 34. Nos processos administrativos em geral, respeitadas disposições legais especiais diversas, os prazos serão de no mínimo vinte e quatro horas e no máximo quinze dias, para manifestação da autoridade responsável.
Parágrafo único. A extrapolação dos prazos poderá ser excepcionalmente justificada, para fins de descaracterização de infração disciplinar.

CAPÍTULO II

ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

Art. 35. Decreto do Chefe do Poder Executivo regulamentará o sistema de pagamento por via bancária, o regime de adiantamento, o pagamento de diária e de ajuda de custo.

Art. 36. Todo ato de administração financeira deve ser realizado com base em documento que comprove a operação e registrado na contabilidade, mediante classificação em dotação orçamentária e em conta contábil adequadas.
Parágrafo único. O Secretário titular do órgão responsável pela despesa, ou o Chefe de Gabinete, no caso do Gabinete, é ordenador da despesa, devendo lançar sua assinatura no verso do documento comprobatório da dívida e no ato autorizativo.

Art. 37. Respondem pelos prejuízos que causarem à Fazenda Pública o ordenador e o responsável pela guarda de dinheiro, valores e bens.

Art. 38. Prestará contas qualquer pessoa física ou jurídica, pública ou privada, que utilize, arrecade, guarde, gerencie ou administre dinheiro, bens e valores públicos ou pelos quais o Município responda, ou que, em nome deste, assuma obrigações de natureza pecuniária.
Parágrafo único. Quem quer que utilize dinheiro público terá de comprovar o seu bom e regular emprego, na conformidade das leis, regulamentos e normas emanadas das autoridades administrativas competentes.

Art. 39. Quando se verificar que determinada conta não foi prestada, ou que ocorreu desfalque, desvio de bens ou outra irregularidade de que resulte prejuízo ao Município, as autoridades administrativas, sob pena de corresponsabilidade, e sem prejuízo dos procedimentos disciplinares, deverão tomar providências imediatas para assegurar o respectivo ressarcimento e instaurar a tomada de contas especial, fazendo-se comunicação a respeito à Câmara Municipal e ao Tribunal de Contas do Estado.
Parágrafo único. O ressarcimento de dano ao Erário, incluindo acidentes e infrações de trânsito, independentemente de tomada de contas, ou em substituição a esta quando a lei o permitir, em relação a servidor ou terceiro, será realizado em procedimento sumário nos mesmos moldes do procedimento administrativo disciplinar no que couber, permitido o reconhecimento e a reparação por termo nos autos, ficando nestes comprovante do pagamento integral.

Art. 40. Os materiais e equipamentos em uso ficarão sob a responsabilidade dos titulares dos órgãos, diretores ou chefes, conforme o caso, procedendo o órgão de controle patrimonial à periódica verificação.
Parágrafo único. Os estoques serão obrigatoriamente contabilizados, fazendo-se a tomada anual das contas dos responsáveis.

Art. 41. As normas relativas à execução orçamentária, financeira e de contabilidade e auditoria serão fixadas em Decreto do Chefe do Poder Executivo e, no que couber, em instruções normativas, com aplicação para os órgãos da Administração direta e indireta.

TÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 42. Fica criada a Secretaria Municipal de Finanças integrada pelos órgãos definidos pela presente Lei.

Art. 43. O Gabinete do Prefeito, a Procuradoria Geral e as Secretarias Municipais passam a ter a estrutura administrativa estabelecida nesta Lei.

Parágrafo único. Com a reestruturação do Gabinete do Prefeito, da Procuradoria Geral e das Secretarias Municipais ficam extintos todos os órgãos atualmente existentes, na administração direta que não tenham sido especificados no art. 9º da presente Lei.

Art. 44. Ficam extintos os cargos de provimento em comissão, as funções de confiança e os cargos efetivos da administração direta elencados no Anexo I da presente Lei.

Parágrafo único. O cargo de Auxiliar Administrativo será extinto quando se tornar vago.

Art. 45. Ficam extintas na estrutura funcional da administração direta 07 vagas de Técnico de Enfermagem (Código 301), 02 vagas de Enfermeiro (Código 302), 08 vagas de Médico (Código 303), 02 vagas de Farmacêutico-Bioquímico (Código 306), 01 vaga de Técnico em Radiologia (Código 317), 01 vaga de Operador de Equipamento Hospitalar (Código 316).

Art. 46. Fica extinta a autarquia municipal Hospital Municipal Monsenhor José Locks, criada pela Lei Municipal nº 1.568/91, sendo a sua estrutura e patrimônio incorporados à Secretaria Municipal de Saúde como unidade de saúde hospitalar.

§ 1º Ficam extintos o Conselho Deliberativo, a Diretoria Executiva, os demais cargos de direção, de assessoramento e as funções de confiança vinculados à autarquia referida neste artigo.

§ 2º Ficam extintas 03 vagas de Tele-Recepcionista (Código 102), 13 vagas de Auxiliar de Serviços Gerais (Código 207), 29 vagas de Técnico de Enfermagem (Código 301), 01 vaga de Condutor de Ambulância (Código 314), 3 vagas de Enfermeiro (Código 302), 6 vagas de Médico (Código 303), 02 vagas de Farmacêutico-Bioquímico (Código 306), 01 vaga de Fisioterapeuta (Código 307), 02 vaga de Zelador Vigilante (Código 212), todos vinculados ao Hospital Municipal Monsenhor José Locks.

§ 3º Fica extinto o cargo Cozinheira (Código 215), vinculado ao Hospital Municipal Monsenhor José Locks.

§ 4º Os cargos de provimento efetivo remanescentes e os servidores contratados temporariamente que integram a estrutura funcional da autarquia referida neste artigo ficam vinculados à Secretaria Municipal de Saúde, com as alterações introduzidas pela presente Lei.

Art. 47. Ficam criados na estrutura da administração direta os cargos de provimento em comissão com o respectivo subsídio ou vencimento descritos no Anexo III da presente Lei.

§ 1º No mínimo 35% (trinta e cinco por cento) dos cargos de provimento em comissão deverão ser ocupados por servidores efetivos, os quais poderão optar entre a remuneração do cargo comissionado e a do cargo efetivo acrescida de 50% (cinquenta por cento), calculado sobre o vencimento básico do respectivo cargo, a título de retribuição pelo exercício do cargo.

§ 2º As Atribuições dos cargos de provimento em comissão da administração direta estão estabelecidas no Anexo IV desta Lei.

Art. 48. Ficam criadas as funções gratificadas na administração direta descritas no Anexo V da presente Lei.

§ 1º As funções gratificadas poderão ser exercidas exclusivamente por servidor efetivo, serão remuneradas com o acréscimo de 50% (cinquenta por cento) calculado sobre o valor do vencimento básico do cargo efetivo.

§ 2º As atribuições dos ocupantes de função de gratificada estão estabelecidas no Anexo V da presente Lei.

Art. 49. Ficam criados na estrutura funcional da administração direta os cargos de provimento efetivo de jornalista (código 420), técnico de informática (código 421) e Procurador Municipal (código 422).

Art. 50. Ficam criadas na estrutura funcional da administração direta 57 vagas de Assistente Administrativo (Código 101), 01 vaga de Engenheiro Civil (Código 202), 02 vagas de Contador (Código 105), 01 vaga de Nutricionista (Código 308), 04 vagas de Condutor de Veículo Pesado I (Código 209), 04 vagas de condutor de veículo pesado II (Código 210), 05 vagas de Condutor de Ambulância (Código 314), 10 vagas de Técnico de enfermagem PSF (Código 321).

Art. 51. Os cargos, o número de vagas, o vencimento, as atribuições, a qualificação técnica, a carga horária e lotação dos cargos de provimento efetivo da administração direta atualmente existentes e aqueles criados ou alterados pela presente Lei estão especificados nos seus Anexos VI e VII.

Parágrafo único. O quadro de pessoal do magistério passa a integrar a lei específica que dispõe sobre o estatuto do magistério.

Art. 52. O acervo patrimonial dos órgãos da administração direta extintos, transformados, incorporados ou desmembrados por esta Lei será transferido para os órgãos que tiverem absorvido as respectivas competências.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar, transpor, transferir ou reutilizar as dotações orçamentárias aprovadas em relação aos órgãos extintos ou transformados nesta Lei.

Art. 54. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações do Orçamento vigente do Município.

Art. 55. Permanecem em vigor as Leis Municipais nº 2.361/2003, 3.139/2009, 3.200/2009, 3.224/2010, 3.365/2011, 3.445/2012 e 3.591/2015, naquilo que não contrariarem as disposições da presente Lei.

Art. 56. Fica revogada a Lei Municipal nº 2.737/2005, as leis posteriores que lhe introduziram modificações e demais disposições legais em contrário.

Art. 57. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

ANEXO I

CARGOS E FUNÇÕES DE CONFIANÇA EXTINTOS

1. Cargos de provimento em comissão extintos, incluídos os do Hospital Municipal Monsenhor José Locks

| Cargo | Vagas |
|------------------------------|-------|
| Assessor de Planejamento | 01 |
| Assessor de Controle Interno | 01 |
| Intendente Distrital | 01 |

| | |
|--|----|
| Assessor Especial Tributário | 01 |
| Diretor Executivo – Hospital | 01 |
| Diretor de Projetos | 02 |
| Assessor de Projetos | 02 |
| Diretor de Imprensa | 01 |
| Assessor de Imprensa | 01 |
| Diretor de Eventos, Comunicação e Cerimonial | 01 |
| Assessor de Eventos, Comunicação e Cerimonial | 01 |
| Assessor Executivo | 01 |
| Assessor de Intendência Distrital | 01 |
| Diretor Jurídico Legislativo | 01 |
| Assessor Legislativo | 01 |
| Diretor Jurídico de Funcionalismo | 01 |
| Assessor de Funcionalismo | 01 |
| Diretor Jurídico de Contencioso | 01 |
| Assessor de Contencioso | 01 |
| Assessor de Tributação | 01 |
| Assessor de Contabilidade | 01 |
| Assessor de Recursos Humanos | 01 |
| Assessor de Compras | 01 |
| Assessor de Licitações | 01 |
| Assessor Financeiro | 01 |
| Assessor de Informática | 01 |
| Assessor Geral de Educação | 01 |
| Diretor de Orientação Pedagógica Infantil | 04 |
| Diretor de Orientação Pedagógica Fundamental | 04 |
| Assessor Pedagógico | 02 |
| Diretor de Transportes Escolar | 01 |
| Assessor de Programas | 03 |
| Assessor Escolar – Educação Infantil | 03 |
| Assessor Escolar | 05 |
| Diretor de Cultura | 01 |
| Diretor de Saúde | 03 |
| Assessor de Programação | 01 |
| Assessor de Transportes | 01 |
| Assessor de Vigilâncias Sanitária | 01 |
| Diretor de Programas e Convênios | 03 |
| Assessor de Programas e Convênios | 08 |
| Diretor de Urbanismo | 01 |
| Assessor de Urbanismo, Trânsito e Fiscalização | 01 |
| Assessor de Manutenção e Limpeza | 01 |
| Assessor de Veículos | 01 |
| Assessor de Almoxarifado | 01 |
| Assessor de Controle Patrimonial | 01 |
| Assessor de Transportes | 01 |
| Assessor Empresarial | 01 |
| Assessor de Turismo e Segurança | 01 |
| Diretor de Meio Ambiente | 01 |
| Assessor de Meio Ambiente | 01 |
| Assessor de Agricultura | 01 |
| Diretor Administrativo – Hospital | 01 |
| Assessor Administrativo – Hospital | 01 |
| Assessor de Manutenção – Hospital | 01 |
| Assessor de Contas Médicas – Hospital | 01 |
| Assessor de Enfermagem – Hospital | 01 |

2. Funções de Confiança extintas, incluídos os do Hospital Municipal Monsenhor José Locks

| Cargo | Vagas |
|-------------------------------------|-------|
| Assistente de Comissão Disciplinar | 01 |
| Chefe do Setor de Contabilidade | 01 |
| Assistente de Comissão de Licitação | 03 |
| Assistente de Serviços Especiais | 03 |
| Chefe de Biblioteca | 02 |
| Chefe de Laboratório | 01 |

| | |
|---|----|
| Chefe de Vigilância Epidemiológica | 01 |
| Chefe de Vigilância Sanitária | 01 |
| Chefe de unidade Municipal de Saúde | 01 |
| Assistente de Responsabilidade Técnica | 03 |
| Chefe de Setor de Fiscalização | 02 |
| Chefe de Manutenção | 01 |
| Chefe de Limpeza e Coleta de Lixo | 01 |
| Chefe de Obras | 01 |
| Chefe de Transportes | 01 |
| Chefe de Turno – Hospital | 06 |
| Chefe de Farmácia – Hospital | 01 |
| Chefe de Laboratório – Hospital | 01 |
| Assistente de Responsabilidade Técnica – Hospital | 02 |

3. Cargos de provimento efetivo extintos, incluídos os do Hospital Municipal Monsenhor José Locks

| Cargo | Código | Vagas |
|------------------------------------|--------|-------|
| Mecânico de Manutenção | 208 | 01 |
| Dentista | 305 | 05 |
| Fiscal de Vigilância em Saúde | 318 | 03 |
| Auxiliar Odontológico | 315 | 03 |
| Cozinheiro – Hospital | 215 | 03 |
| Farmacêutico/Bioquímico – Hospital | 306 | 02 |
| Fisioterapeuta – Hospital | 307 | 01 |
| Zelador Vigilante – Hospital | 212 | 02 |

ANEXO II

CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| 1. Agentes Políticos | | |
|---|-------|--------------|
| Cargo | Vagas | Subsídio R\$ |
| Procurador Geral | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Municipal de Administração | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Municipal de Finanças | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Municipal de Educação | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Municipal de Saúde | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Municipal de Assistência Social | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Municipal de Infraestrutura | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Municipal de Desenvolvimento Econômico | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Municipal e Agricultura e Intendência Distrital | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Secretário Adjunto de Saúde | 01 | R\$ 5.000,00 |
| Secretário Adjunto de Infraestrutura | 01 | R\$ 5.000,00 |
| 2. Cargos em Comissão | | |
| | | Remuneração |
| Chefe de Gabinete do Prefeito | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Chefe de Gabinete do Vice-Prefeito | 01 | R\$ 3.850,00 |
| Assessor Jurídico de Gabinete | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Assessor de Gabinete | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Coordenador de Comunicação e Imprensa | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Coordenador de Planejamento | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Coordenador de Controle Interno | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Coordenador da Defesa Civil | 01 | R\$ 3.850,00 |
| Ouvidor | 01 | R\$ 3.850,00 |
| Diretor de Eventos e Cerimonial | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Diretor de Projetos | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Contencioso | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Processo Legislativo e Processo Administrativo | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Diretor de Departamento | 25 | R\$ 2.587,72 |
| Assessor jurídico | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Diretor Geral de Educação | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Diretor de Educação Infantil | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Diretor de Ensino Fundamental | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Articulação de Unidades de Educação Infantil | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Articulação de Unidades de Ensino Fundamental | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Orientação Pedagógica da Educação Infantil | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Orientação Pedagógica do Ensino Fundamental | 01 | R\$ 2.587,72 |

| | | |
|---|----|--------------|
| Diretor de Unidade de Ensino | 15 | R\$ 2.587,72 |
| Diretor Adjunto de Unidade de Ensino | 03 | R\$ 2.387,72 |
| Diretor Técnico-Clínico de Saúde | 01 | R\$ 5.500,00 |
| Diretor de Enfermagem | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Programas e Convênios | 02 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Regulação e Controle | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Atenção Básica | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Atenção Especializada | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador do CRAS | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador do CREAS | 01 | R\$ 2.587,72 |
| Coordenador de Engenharia e Arquitetura | 01 | R\$ 3.850,00 |
| Coordenador de Empreendedorismo | 01 | R\$ 3.850,00 |

ANEXO III ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EM COMISSÃO

| CARGO | CHEFE DE GABINETE |
|---------------------|---|
| 1 – Provimento | Em Comissão |
| 2 – Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Exercer atividades relacionadas de coordenação da agenda do Prefeito, de secretaria particular, da recepção e pré-atendimento ao público e autoridades, encaminhamento da correspondência protocolizada, e atividades correlatas ou determinadas em lei ou delegadas pelo Prefeito Municipal. |

| CARGO | CHEFE DE GABINETE DO VICE-PREFEITO |
|---------------------|---|
| 1 – Provimento | Em Comissão |
| 2 – Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Vice-Prefeito |
| 5 – Atribuições | Exercer atividades relacionadas com a coordenação da agenda do Vice-Prefeito, de secretaria particular, da recepção e pré-atendimento ao público e autoridades, encaminhamento da correspondência protocolizada, e atividades correlatas. |

| CARGO | ASSESSOR JURIDICO DE GABINETE |
|---------------------|--|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Assessorar o Gabinete e o Prefeito, realizando estudos e emitindo pareceres jurídicos acerca dos atos a serem assinados pelo Prefeito Municipal; assessorar o Prefeito no exame dos assuntos políticos e administrativos, na análise de processos e demais documentos submetidos à sua apreciação. |

| CARGO | ASSESSOR DE GABINETE |
|---------------------|---|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Ensino Médio |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Assessorar o Gabinete e o Prefeito nas áreas administrativas e em suas decisões; em especial quanto à elaboração de estudos e exame de projetos da administração; atender o público em geral; executar outras tarefas correlatas. |

| CARGO | COORDENADOR DE COMUNICAÇÃO E IMPRENSA |
|---------------------|--|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Planejar e orientar a execução da política de comunicação social do Poder Executivo; coordenar a divulgação de atos e atividades da administração municipal; coordenar e facilitar o relacionamento da imprensa com o Prefeito, os Secretários Municipais e demais autoridades da Administração Municipal; coordenar a uniformização dos conceitos e padrões visuais com a aplicação dos símbolos municipais da Prefeitura Municipal e todas as Secretarias e Órgãos vinculados. |

| CARGO | COORDENADOR DE PLANEJAMENTO |
|---------------------|-----------------------------|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |

| | |
|-----------------|--|
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Coordenar as atividades de planejamento, elaboração e desenvolvimento de projetos especiais eleitos pela municipalidade de impactos sociais, urbanísticos e econômicos articulados com as demais secretarias municipais, a garantir a qualidade e celeridade das ações; acompanhar e supervisionar a formulação e execução de projetos considerados prioritários para os setores, e a implementação dos programas e projetos integrados e estratégicos; coordenar a realização de estudos e pesquisas visando possibilitar a definição de projetos essenciais para fortalecimento do Município; conduzir os processos de captação de recursos externos para as ações estratégicas; elaborar, coordenar e gerenciar convênios, projetos e planos ou programas de ação governamental, contabilizando-os com prioridades e diretrizes do governo municipal; outras atribuições correlatas que forem designadas pelo Prefeito Municipal. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DE CONTROLE INTERNO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior Completo em Contabilidade ou Direito |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Coordenar e supervisionar as atividades do Sistema de Controle Interno, orientando os servidores na correta gestão orçamentária, financeira, administrativa e patrimonial do Município, sob os aspectos da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência, eficácia, efetividade, publicidade, transparência e supremacia do interesse público. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DA DEFESA CIVIL |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Articular, coordenar e gerenciar ações de defesa civil, em âmbito municipal, Coordenar a ampla participação da comunidade nas ações de defesa, especialmente nas atividades de planejamento e ações de respostas a desastres e reconstrução; coordenar a implementação de planos de contingências e planos de operações de defesa civil, Gerenciar e fiscalizar a execução dos recursos do Fundo Municipal de Defesa Civil; outras atribuições correlatas, além de atividades determinadas em lei. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | OUVIDOR |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Dirigir as atividades relacionadas à ouvidoria do Município, supervisionando o recebimento, apuração de consultas, críticas, sugestões, reclamações, solicitações, e demais manifestações que forem dirigidas ao controle interno; supervisionar as providências adotadas pelos setores competentes, garantindo o direito de resolutividade e mantendo os interessados informados do trâmite dos processos; promover e divulgar suas ações, visando à melhor consecução de seus objetivos. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | DIRETOR DE EVENTOS E CERIMONIAL |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |
| 5 – Atribuições | Dirigir os trabalhos e atividades da Coordenadoria de Comunicação, organizando e coordenando as atividades de cerimonial relacionados aos eventos organizados pelo Município e naqueles em que o Chefe do Poder Executivo participe. |

| | |
|---------------------|----------------------|
| CARGO | DIRETOR DE PROJETOS |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Gabinete do Prefeito |

| | |
|-----------------|--|
| 5 – Atribuições | Assessorar o Coordenador de Planejamento no desempenho de suas funções, coordenando os esforços municipais para captação de recursos pelos diversos órgãos do Poder Executivo e: buscar novas fontes de financiamento de projetos e coletar informações para a formulação de ações voltadas à captação de recursos; planejar e coordenar a captação de recursos provenientes do Orçamento Geral da União - OGU, do Orçamento Geral do Estado - OGE, de financiamentos, empréstimos interno e externo, subvenções, auxílios e doações; patrocínios e outras formas; Gerenciar a manutenção de banco de dados de fontes de financiamento para imediata apresentação quando da abertura de inscrições anunciadas pelos órgãos financiadores; e desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico; gerenciar a coleta de informações e auxiliar os órgãos da administração pública nas suas relações com os entes da esfera federal, estadual, autarquias, empresas e entidades públicas, instituições financeiras públicas ou privadas, na execução de acordos e convênios; opinar quanto à elaboração de convênios, acordos ou ajustes nos quais participe, direta ou indiretamente, o Município; promover o acompanhamento, em coordenação com o órgão competente, dos convênios firmados pelo Município; assegurar mediante normas e procedimentos, a aplicação de critérios técnicos, econômicos e administrativos e desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelo superior hierárquico. |
|-----------------|--|

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DE CONTENCIOSO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Procuradoria |
| 5 – Atribuições | Coordenar as atividades da Procuradoria do Município relacionadas ao executivo fiscal; coordenar as atividades de recebimento e distribuição de processos entre os profissionais da procuradoria; coordenar e gerenciar os prazos relacionados ao executivo fiscal e o protocolo de petição; desempenhar outras atividades correlatas. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DE PROCESSO LEGISLATIVO E PROCESSO ADMINISTRATIVO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Procuradoria |
| 5 – Atribuições | Coordenar as atividades da Procuradoria do Município relacionadas ao processo legislativo e aos processos administrativos; coordenar as atividades de recebimento e distribuição de processos administrativos entre os profissionais da procuradoria; coordenar e gerenciar as atividades relacionadas à elaboração de atos normativos, projetos de lei, portarias e correlatos; desempenhar outras atividades correlatas. |

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | DIRETOR DE DEPARTAMENTO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Em todas as Secretarias Municipais |
| 5 – Atribuições | Planejar as ações do setor administrativo do qual é responsável; gerenciar a unidade a que esteja vinculado quanto à realização das rotinas administrativas, supervisionando a elaboração de expedientes administrativos dos servidores sob sua chefia; atender, pessoalmente o dirigente da unidade que esteja vinculada, providenciando o necessário para lhe dar as devidas condições de trabalho; controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão; desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | ASSESSOR JURÍDICO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Graduação em Direito |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Finança |
| 5 – Atribuições | Assessorar a autoridade superior, analisando atos antes de sua formalização; emitir pareceres em processos administrativos tributários sobre matéria jurídica de interesse da Administração Pública em geral; exercer atividades de consultoria e assessoramento jurídico do Secretário de Finanças; orientando-o sobre a forma legal para a prática de atos e procedimentos jurídico-administrativos; desenvolver outras atividades desde que compatíveis com suas atribuições legais e necessárias para a defesa do interesse público. |

| | |
|---------------------|---------------------------------------|
| CARGO | DIRETOR GERAL DE EDUCAÇÃO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |

| | |
|---------------------|--|
| 5 – Atribuições | Dirigir e supervisionar todas as ações e atividades da Secretaria relacionadas à elaboração das diretrizes e normas pedagógicas para a Educação Infantil e Ensino Fundamental na rede municipal de ensino; coordenar a elaboração de materiais e recursos pedagógicos da sua área de conhecimento; analisar e avaliar os resultados do ensino e propor medidas para correção de rumos e de aprimoramento do processo de ensino e aprendizagem; planejar e monitorar as atividades que envolvam dados informacionais, tais como cadastros, estatísticas e matrículas; colaborar para a eficiência e efetividade do planejamento organizacional das escolas, definindo procedimentos e fluxos com as áreas de competência da Secretaria, com vistas a promover a orientação e atendimento das necessidades das escolas e o atendimento direto aos alunos; executar outras atividades correlatas. |
| CARGO | DIRETOR DE EDUCAÇÃO INFANTIL |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 5 – Atribuições | Dirigir as atividades do Setor de Educação Infantil; Coordenar e contribuir no processo de elaboração e execução do projeto político pedagógico da unidade escolar; acompanhar e propor ações relacionadas ao programa de formação dos docentes da educação infantil; prever formas de acompanhamento da demanda, propondo formas de ampliação do atendimento; contribuir e orientar as professoras no processo de avaliação escolar a partir dos princípios da avaliação processual e formativa; desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos. |
| CARGO | DIRETOR DE ENSINO FUNDAMENTAL |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 5 – Atribuições | Dirigir as atividades do Setor de Ensino Fundamental; elaborar plano de acompanhamento da ação pedagógica definindo metas e estratégias, em consonância com o projeto político pedagógico das escolas municipais; promover e coordenar reuniões de estudos e de trabalho com o objetivo de garantir a formação continuada dos especialistas que atuam nas escolas; contribuir na elaboração e desenvolvimento do projeto político pedagógico das unidades escolares da rede municipal; acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, atuando junto às escolas e suas comunidades, no sentido de analisar os resultados da aprendizagem com vistas a sua melhoria; elaborar, junto com os especialistas e docentes, ações com o objetivo de atender as necessidades de aprendizagem dos alunos com resultados inferiores às metas definidas; desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos. |
| CARGO | COORDENADOR DE ARTICULAÇÃO DE UNIDADES DE EDUCAÇÃO INFANTIL |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 5 – Atribuições | Coordenar as unidades de Educação Infantil do Município, de modo a assegurar o planejamento, implantação e execução articulada de programas educacionais nas diversas unidades; coordenar os diversos projetos de execução comum nas diferentes unidades de Educação Infantil; desempenhar outras atividades correlatas. |
| CARGO | COORDENADOR DE ARTICULAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 5 – Atribuições | Coordenar as unidades de Ensino Fundamental do Município, de modo a assegurar o planejamento, implantação e execução articulada de programas educacionais nas diversas unidades; coordenar os diversos projetos de execução comum nas diferentes unidades de Ensino Fundamental; desempenhar outras atividades correlatas. |
| CARGO | COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA EDUCAÇÃO INFANTIL |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 5 – Atribuições | Coordenar as atividades de orientação pedagógica da Educação Infantil; Elaborar e orientar atividades de execução do planejamento das Unidades Escolares com base nas diretrizes e normas pedagógicas para a Educação Infantil; Especificar recursos didáticos e paradidáticos necessários à Educação Infantil e orientar sua aplicação; Subsidiar a indicação de necessidades de formação geral e/ou específica dos profissionais da Educação Infantil; Executar outras atividades correlatas. |
| CARGO | COORDENADOR DE ORIENTAÇÃO PEDAGÓGICA ENSINO FUNDAMENTAL |

| | |
|---------------------|--|
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 5 - Atribuições | Coordenar as atividades de orientação pedagógica do Ensino Fundamental; elaborar e orientar atividades de execução do planejamento das Unidades Escolares com base nas diretrizes e normas pedagógicas para o Ensino Fundamental; especificar recursos didáticos e paradidáticos necessários ao Ensino Fundamental e orientar sua aplicação; subsidiar a indicação de necessidades de formação geral e/ou específica dos profissionais do Ensino Fundamental; executar outras atividades correlatas. |

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | DIRETOR DE UNIDADE DE ENSINO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 5 - Atribuições | Dirigir as Unidades de Ensino do Município; representar a escola na comunidade; Responsabilizar-se pelo funcionamento da escola a partir das diretrizes estabelecidas pelo Sistema Municipal de Educação e a Administração Municipal; Coordenar a implantação do Conselho Escolar, respeitando todos os segmentos da comunidade escolar; Coordenar, em consonância com a Secretaria de Educação e o Conselho Escolar, a elaboração, a execução e a avaliação do Projeto político-pedagógico da Escola; Assegurar o cumprimento do currículo e do calendário escolar; Organizar o quadro de recursos humanos da escola com as devidas atribuições de acordo com os cargos providos, supervisionando o cumprimento do trabalho de cada docente e funcionário da escola; Administrar os materiais inerentes ao funcionamento da escola; desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos. |

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | DIRETOR ADJUNTO DE UNIDADE DE ENSINO |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior completo na área de Educação |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 - Lotação | Secretaria Municipal de Educação |
| 5 - Atribuições | Auxiliar o Diretor de Estabelecimento de Ensino nas suas atividades, dentre as quais: Gerir a área administrativa da Unidade de Ensino, compreendendo a organização e articulação de todas as unidades competentes da escola; controle dos aspectos materiais e financeiros da escola; articulação e controle dos recursos humanos; articulação escola-comunidade; articulação da escola com o nível superior de administração do sistema educacional; formulação de normas, regulamentos e adoção de medidas condizentes com os objetivos e princípios propostos; supervisão e orientação a todos aqueles a quem são delegadas responsabilidades; estimulação à inovação e melhoria do processo educacional; desenvolver outras atividades correlatas. |

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | DIRETOR TÉCNICO-CLÍNICO DE SAÚDE |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Ensino Superior em Medicina |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 5 - Atribuições | Dirigir, coordenar e orientar o Corpo Clínico da Secretaria; Supervisionar a execução das atividades de assistência médica na instituição; Promover e exigir o exercício ético da medicina; Zelar pela fiel observância do Código de Ética Médica; Observar as resoluções do CFM e do CREMESC diretamente relacionadas à vida do Corpo Clínico da instituição; Zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentos em vigor relacionados à assistência médica na instituição; Assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, visando o melhor desempenho do Corpo Clínico e demais profissionais de saúde, em benefício da população usuária da instituição; Assegurar o pleno autônomo funcionamento das Comissões de Ética dos hospitais; Estimular todos os seus subordinados, de qualquer profissão, a atuar dentro de princípios éticos; Impedir que, por motivos ideológicos, políticos, econômicos ou qualquer outro, um médico seja proibido de utilizar das instalações e recursos da instituição, particularmente quando se trata da única na localidade; Exercer outras atividades correlatas. |

| | |
|---------------------|-------------------------------|
| CARGO | DIRETOR DE ENFERMAGEM |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Graduação em Enfermagem |
| 3 - Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |

| | |
|-----------------|--|
| 5 – Atribuições | <p>Dirigir e coordenar corpo técnico de enfermagem; Responder tecnicamente pelo Serviço de Enfermagem Secretaria junto aos Conselhos Federal e Regional de Enfermagem, bem como representa-lo junto às autoridades e perante o juízo, conforme legislação vigente; Manter atualizada, junto ao Conselho regional de Enfermagem, a relação dos profissionais de enfermagem que atuam sob sua responsabilidade; Fazer cumprir o Código de Ética dos profissionais de enfermagem; Zelar pelo Exercício ético dos profissionais de enfermagem; Coordenar a equipe de enfermagem do hospital; Assegurar a prestação da assistência de enfermagem em todas as áreas de atendimento do hospital em quantidade e qualidade desejáveis; Estabelecer as diretrizes da assistência de enfermagem em consonância com as diretrizes da gestão do cuidado; Realizar diagnóstico situacional da enfermagem, alinhando ao planejamento da Instituição; Assessorar as Unidades Assistenciais na implantação as normas e rotinas dos protocolos assistenciais de enfermagem; Implantar e realizar o gerenciamento das comissões de enfermagem; Participar dos programas de treinamento e aprimoramento de pessoal nas ações de educação continuada; Acompanhar o processo de avaliação das equipes de enfermagem quanto ao desempenho técnico e conduta profissional; Medir conflitos e estimular o relacionamento harmonioso entre os profissionais de enfermagem e demais profissionais do hospital, bem como destes com a governança; Realizar a escuta das necessidades dos usuários nas ações assistenciais, proporcionando atendimento humanizado.</p> |
|-----------------|--|

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | COORDENADOR DE PROGRAMAS E CONVÊNIOS |
| 1 - Provimeto | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria de Assistência Social |
| 5 – Atribuições | <p>Coordenar as ações relacionadas à elaboração e execução de programas e convênios; formular, estabelecer e acompanhar estratégias de implantação/implementação e avaliação das Políticas de Atenção, Proteção e Promoção à Saúde e a Assistência Social; realizar a interface junto as Secretarias Estaduais ou outros entes nacionais ou internacionais, visando criar, aprimorar, implementar ou implantar os programas de saúde e assistência do Município; identificar e coordenar a elaboração de projetos visando a captação de recursos junto órgãos estadual e nacional na área de saúde e assistência social; acompanhar o desenvolvimento das políticas e programas de atenção, proteção e promoção à saúde e assistência social, por meio de indicadores qualitativos e quantitativos; formular propostas de protocolos e fluxos de atendimento das políticas e programas de atenção, proteção e promoção à saúde e assistência social; executar outras atividades correlatas.</p> |

| | |
|---------------------|---|
| CARGO | COORDENADOR DE REGULAÇÃO E CONTROLE |
| 1 - Provimeto | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 5 – Atribuições | <p>Coordenar as atividades de regulação do sistema de saúde municipal por meio da criação de mecanismos que monitorem o acesso e o grau de satisfação dos usuários do sistema único de saúde; estabelecer indicadores de avaliação de desempenho das ações, serviços e sistemas de saúde; avaliar os resultados e o impacto das ações e serviços no perfil epidemiológico da população; programar e acompanhar o serviço de controle, avaliação e auditoria nas unidades próprias; controlar e avaliar a eficiência, eficácia e efetividade das ações de controle e avaliação, quanto a objetivos, técnicas, organização, recursos e procedimento, inclusive os de alto custo; avaliar a satisfação dos usuários do sistema através de indicadores objetivos, baseados em critérios técnicos, como acessibilidade, resolatividade e qualidade dos serviços; estabelecer normas para a contratação, cadastramento e funcionamento dos serviços de saúde, organizando a relação entre o sistema único de saúde e os prestadores, próprios ou contratados; definir estratégias, diretrizes e procedimentos de controle e avaliação, referentes à prestação dos serviços ofertados à rede de saúde; realizar auditorias e vistorias técnicas junto aos serviços de saúde relacionados ao sistema único de saúde; desempenhar outras atribuições correlatas.</p> |

| | |
|---------------------|-------------------------------|
| CARGO | COORDENADOR DE ATENÇÃO BÁSICA |
| 1 - Provimeto | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |

| | |
|-----------------|--|
| 5 – Atribuições | Coordenar, organizar e gerenciar os serviços e ações de Atenção Básica, de forma universal, dentro do seu território, incluindo as unidades próprias e as cedidas pelo estado e pela União; inserir a estratégia de Saúde da Família em sua rede de serviços, visando à organização sistêmica da atenção à saúde; coordenar e organizar o fluxo de usuários, visando a garantia das referências a serviços e ações de saúde fora do âmbito da Atenção Básica; supervisionar as equipes multiprofissionais de Atenção Básica, inclusive os da Saúde da Família, em conformidade com a legislação vigente; programar as ações da Atenção Básica, utilizando instrumento de programação nacional ou correspondente local; elaborar metodologias e instrumentos de monitoramento e avaliação da Atenção Básica na esfera municipal; monitorar e avaliar os indicadores do Pacto da Atenção Básica no seu território, divulgando anualmente os resultados alcançados; verificar a qualidade e a consistência dos dados alimentados nos sistemas nacionais de informação a serem enviados às outras esferas de gestão; buscar a viabilização de parcerias com organizações governamentais, não governamentais e com o setor privado para fortalecimento da Atenção Básica no âmbito do Município; desempenhar outras atribuições correlatas. |
|-----------------|--|

| | |
|---------------------|--------------------------------------|
| CARGO | COORDENADOR DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |

| | |
|-----------------|--|
| 5 – Atribuições | Coordenar as atividades de atenção especializada na área da saúde, dirigindo as ações e garantindo a universalidade, equidade e integralidade no atendimento às urgências clínicas, cirúrgicas, ginecoobstétricas, psiquiátricas, pediátricas e as relacionadas às causas externas (traumatismos não-intencionais, violências e suicídios) e demais especialidades da área da saúde; desenvolver estratégias promocionais da qualidade de vida e saúde capazes de prevenir agravos, proteger a vida, educar para a defesa da saúde e recuperar a saúde, protegendo e desenvolvendo a autonomia e a equidade de indivíduos e coletividades; fomentar e coordenar projetos estratégicos de atendimento às necessidades coletivas em saúde, com destaque para aqueles relacionados a atenção especializada; qualificar a assistência e promover a capacitação continuada das equipes de saúde do Sistema Único de Saúde, em acordo com os princípios da integralidade e humanização; desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos. |
|-----------------|--|

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DO CRAS |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Assistência Social |

| | |
|-----------------|--|
| 5 – Atribuições | Coordenar as atividades do CRAS; articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CRAS e a implementação dos programas, serviços, projetos de proteção social básica operacionalizadas nessa unidade; coordenar a execução e o monitoramento dos serviços, o registro de informações e a avaliação das ações, programas, projetos, serviços e benefícios; participar da elaboração, acompanhar e avaliar os fluxos e procedimentos para garantir a efetivação da referência e contra referência; coordenar a execução das ações, de forma a manter o diálogo e garantir a participação dos profissionais, bem como das famílias inseridas nos serviços ofertados pelo CRAS e pela rede prestadora de serviços no território; definir, com participação da equipe de profissionais, os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias, dos serviços ofertados no CRAS; coordenar a definição, junto com a equipe de profissionais e representantes da rede sócio assistencial do território, o fluxo de entrada, acompanhamento, monitoramento, avaliação e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços de proteção social básica da rede sócio assistencial referenciada ao CRAS; promover a articulação entre serviços, transferência de renda e benefícios sócio assistenciais na área de abrangência do CRAS; definir, junto com a equipe técnica, os meios e as ferramentas teórico metodológicos de trabalho social com famílias e dos serviços de convivência; efetuar ações de mapeamento e articulação das redes de apoio informais existentes no território (lideranças comunitárias, associações de bairro); coordenar a alimentação de sistemas de informação de âmbito local e monitorar o envio regular e nos prazos, de informações sobre os serviços socioassistenciais referenciados, encaminhando-os à Secretaria Municipal de Assistência Social; Participar dos processos de articulação Inter setorial no território do CRAS; Averiguar as necessidades de capacitação da equipe de referência e informar a Secretaria de Assistência Social; exercer outras atividades correlatas. |
|-----------------|--|

| | |
|---------------------|--|
| CARGO | COORDENADOR DO CREAS |
| 1 - Provimento | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Assistência Social |

| | |
|---------------------|---|
| 5 – Atribuições | Coordenar as atividades do CREAS; articular, acompanhar e avaliar o processo de implantação do CREAS e seu (s) serviço (s), quando for o caso; coordenar as rotinas administrativas, os processos de trabalho e os recursos humanos da Unidade; participar da elaboração, acompanhamento, implementação e avaliação dos fluxos e procedimentos adotados, visando garantir a efetivação das articulações necessárias; subsidiar e participar da elaboração dos mapeamentos da área de vigilância sócio assistencial do órgão gestor de Assistência Social; Coordenar a relação cotidiana entre CREAS e as unidades referenciadas ao CREAS no seu território de abrangência; coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais unidades e serviços sócio assistenciais, especialmente os CRAS e Serviços de Acolhimento, na sua área de abrangência; coordenar o processo de articulação cotidiana com as demais políticas públicas e os órgãos de defesa de direitos, recorrendo ao apoio do órgão gestor de Assistência Social, sempre que necessário; definir com a equipe a dinâmica e os processos de trabalho a serem desenvolvidos na Unidade; definir com a equipe os critérios de inclusão, acompanhamento e desligamento das famílias e indivíduos nos serviços ofertados no CREAS; coordenar com a equipe, unidades referenciadas e rede de articulação, quando for o caso, do fluxo de entrada, acolhida, acompanhamento, encaminhamento e desligamento das famílias e indivíduos no CREAS; coordenar a execução das ações, assegurando diálogo e possibilidades de participação dos profissionais e dos usuários; coordenar a oferta e o acompanhamento do (s) serviço (s), incluindo o monitoramento dos registros de informações e a avaliação das ações desenvolvidas; coordenar a alimentação dos registros de informação e monitorar o envio regular de informações sobre o CREAS e as unidades referenciadas, encaminhando-os ao órgão gestor; identificar as necessidades de ampliação do RH da Unidade e/ou capacitação da equipe e informar o órgão gestor de Assistência Social; coordenar os encaminhamentos à rede e seu acompanhamento; desenvolver outras atividades correlatas. |
| CARGO | COORDENADOR DE ENGENHARIA E ARQUITETURA |
| 1 - Provimeto | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Superior Completo na área de Engenharia ou Arquitetura |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal de Infraestrutura |
| 5 - Atribuições | Planejar o trabalho a ser realizado para atender às necessidades do projeto; Coordenar pessoas e recursos de acordo com os planos estabelecidos; Garantir que os objetivos do projeto sejam atendidos, através do acompanhamento e mediação do progresso do projeto, e da tomada de ações corretivas quando necessárias; Assegurar que os requisitos do cliente estão sendo atendidos; Assegurar que os prazos e custos estão sendo mantidos dentro do planejado; Assegurar que os produtos do projeto atendam aos critérios de qualidade e que estejam de acordo com os padrões estabelecidos; Coordenar o trabalho das equipes do projeto e avaliar as tarefas e atividades realizadas; Formalizar a aceitação dos produtos de fases ou etapas do projeto; Realizar a prospecção de tecnologias e avaliar a viabilidade de sua implementação; Facilitar e coordenar o contato com fornecedores, pessoal do projeto e municípios; Elaborar relatórios de avaliação e de acompanhamento da situação do projeto; Participar de reuniões de acompanhamento e de revisão do projeto. |
| CARGO | COORDENADOR DE EMPREENDEDORISMO |
| 1 - Provimeto | Em Comissão |
| 2 - Escolaridade | Médio Completo |
| 3 – Jornada Semanal | 40 horas semanais |
| 4 – Lotação | Secretaria Municipal De Desenvolvimento |
| 5 - Atribuições | Coordenar juntamente com autoridades municipais nas atividades de: Promover a implementação das ações públicas municipais, no que diz respeito ao desenvolvimento das atividades da indústria, comércio e serviços; Assessorar o Secretário da Pasta na definição política pública, para o desenvolvimento da atividade empresarial; Emitir parecer sobre os projetos de investimentos comerciais, à luz da política de desenvolvimento econômico; Orientar os planos e programas de ampliação de empresas, desenvolvimento e modernização do setor comercial e de serviços, procurando compatibilizá-los com as diretrizes de desenvolvimento local; Manter os contatos com a classe de comerciantes, procurando discutir a modernização do setor e solucionar os problemas apresentados; Coordenar programas de apoio e incentivo a micro, pequenas e médias empresas; Supervisionar as tarefas operativas decorrentes do programa municipal de fomento ao desenvolvimento do setor comercial do Município; Prestar assistência a comerciantes e a empresários que desejam instalar ou ampliar negócios no Município; Assistir na formulação e na realização de estudos, pesquisas e diagnósticos relacionados com as atividades da área; Dirigir trabalhos e levantamentos e análises de informações para a formulação de políticas públicas referente às atividades da área; Fazer levantamentos e propostas concretas de simplificação dos processos de relacionamento entre as atividades comerciais e o setor público; Outras atividades correlatas. |

ANEXO IV
FUNÇÃO DE CONFIANÇA - FG

| Função | Vagas | Remuneração | Atribuição |
|------------------|-------|--------------------------|---|
| Chefe de Divisão | 26 | 50% do vencimento básico | Planejar, coordenar, organizar, controlar e chefiar as atividades inerentes ao setor pelo qual é responsável; controlar e coordenar, respeitando orientação superior, os trâmites administrativos de expediente e requerimentos encaminhados ao órgão; desempenhar outras atribuições correlatas, determinadas pelos superiores hierárquicos. |

ANEXO V
CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| CARGO | Vagas | Vencimento |
|---|-------|--------------|
| Agente de Combate a Endemias PSF (323) | 05 | R\$ 1.074,84 |
| Agente de Saúde PSF (322) | 59 | R\$ 1.074,84 |
| Arquiteto (201) | 02 | R\$ 3.021,34 |
| Assistente administrativo (101) | 98 | R\$ 1.663,51 |
| Assistente Social | 10 | R\$ 2.740,74 |
| Atendente de consultório odontológico PSF (325) | 10 | R\$ 994,26 |
| Auxiliar administrativo (101-A) {EM EXTINÇÃO} | 04 | R\$ 1.663,51 |
| Auxiliar de Serviços Gerais (207) | 189 | R\$ 937,00 |
| Condutor de Ambulância (314) | 12 | R\$ 1.134,50 |
| Condutor de Veículo Leve (211) | 06 | R\$ 1.018,63 |
| Condutor de Veículo Pesado I (209) | 40 | R\$ 1.258,51 |
| Condutor de Veículo Pesado II (210) | 20 | R\$ 1.258,51 |
| Contador (105) | 03 | R\$ 3.021,34 |
| Enfermeiro (302) | 03 | R\$ 2.740,74 |
| Enfermeiro PSF (320) | 10 | R\$ 2.763,89 |
| Engenheiro Civil (202) | 04 | R\$ 3.021,34 |
| Farmacêutico (306-A) | 03 | R\$ 2.740,74 |
| Farmacêutico-bioquímico (306) | 01 | R\$ 2.740,74 |
| Fiscal de Obras e Meio Ambiente (213) | 06 | R\$ 1.073,52 |
| Fiscal de Tributos (103) | 06 | R\$ 1.073,52 |
| Fiscal de vigilância sanitária (312) | 03 | R\$ 1.073,52 |
| Fiscal Epidemiológico (313) | 03 | R\$ 1.073,52 |
| Fisioterapeuta (307) | 04 | R\$ 2.740,74 |
| Fonoaudiólogo (309) | 06 | R\$ 2.740,74 |
| Jornalista | 01 | R\$ 2.740,74 |
| Médico (303) | 07 | R\$ 4.664,92 |
| Médico PSF (319) | 10 | R\$ 7.082,50 |
| Médico Veterinário (304) | 02 | R\$ 2.232,46 |
| Mestre de Obras (203) | 13 | R\$ 1.243,43 |
| Nutricionista (308) | 04 | R\$ 2.740,74 |
| Odontólogo PSF (324) | 10 | R\$ 3.627,63 |
| Operador de Equipamento Hospitalar (316) | 01 | R\$ 1.183,28 |
| Advogado | 04 | R\$ 3.850,00 |
| Psicólogo (310) | 08 | R\$ 2.740,74 |
| Técnico Agrícola (214) | 02 | R\$ 1.183,29 |
| Técnico de higiene dental PSF (326) | 05 | R\$ 1.200,57 |
| Técnico em Contabilidade (104) | 02 | R\$ 1.183,29 |
| Técnico em Enfermagem (301) | 05 | R\$ 1.183,29 |

| | | |
|---------------------------------|----|--------------|
| Técnico em Enfermagem PSF (321) | 20 | R\$ 1.200,57 |
| Técnico em Informática | 02 | R\$ 1.183,29 |
| Técnico em Radiologia (317) | 04 | R\$ 1.215,86 |
| Tele-recepcionista (102) | 09 | R\$ 937,00 |
| Zelador Vigilante (212) | 17 | R\$ 937,00 |

ANEXO VI ATRIBUIÇÃO DOS CARGOS DE PROVIMENTO EFETIVO

| | | |
|----------------------|---|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ASSISTENTE ADMINISTRATIVO |
| | 01.02 – Código | 101 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Em todas as Secretarias |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Organizar as tarefas de um setor, departamento, órgão ou entidade, exercendo atividades administrativas de organização e controle, e ainda monitorar e gerenciar informações, atender ao público, digitar e executar serviços de recebimento, separação e classificação de documentos; auxiliar nas tarefas e funções de outros profissionais e atividades, e executar serviços correlatos, conforme determinação do superior hierárquico | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AUXILIAR ADMINISTRATIVO |
| | 01.02 – Código | (EM EXTINÇÃO) 101- A |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Em todas as Secretarias |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino Médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Organizar as tarefas de um setor, departamento, órgão ou entidade, exercendo atividades administrativas de organização e controle, e ainda monitorar e gerenciar informações, atender ao público, digitar e executar serviços de recebimento, separação e classificação de documentos; auxiliar nas tarefas e funções de outros profissionais e atividades, e executar serviços correlatos, conforme determinação do superior hierárquico | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TELE-RECEPCIONISTA |
| | 01.02 – Código | 102 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Em todas as Secretarias |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimentos em informática |
| 03
Atribuições | Atender as linhas telefônicas externas e internas na mesa operadora e atender ao público em geral. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FISCAL DE TRIBUTOS |
| | 01.02 – Código | 103 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Finanças |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimento da legislação tributária vigente. |
| 03
Atribuições | Fiscalizar imóveis e estabelecimentos, garantindo o cumprimento de normas e regulamentos estabelecidos pela política tributária. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TÉCNICO EM CONTABILIDADE |
| | 01.02 – Código | 104 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Finanças |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio técnico |
| | 02.03 – Formação especial | Curso técnico na área. |
| | 02.04 – Outros | Registro no Conselho profissional competente |

| | | |
|----------------------|---|--|
| 03
Atribuições | Elaborar os atos de contabilidade e orçamento, planejamento, elaborando e executando as tarefas de acordo com as exigências legais, em relação aos órgãos e fundos da Administração Direta e Indireta. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CONTADOR |
| | 01.02 – Código | 105 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Finanças |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Ciências Contábeis e Registro no Conselho profissional competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Organizar, dirigir e executar os trabalhos inerentes à contabilidade da Prefeitura, de outros fundos e autarquias, planejando, supervisionando e executando, de acordo com as exigências legais e administrativas, para a elaboração orçamentária e financeira da instituição | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ARQUITETO |
| | 01.02 – Código | 201 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Infraestrutura |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em arquitetura com registro no órgão competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Projetar edificações, planejar setores urbanos e regionais, organizar espaços para atender a funções específicas, controlar o andamento de projetos complementares à arquitetura e ao urbanismo. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ENGENHEIRO CIVIL |
| | 01.02 – Código | 202 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Infraestrutura |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior em Engenharia Civil com Registro no Conselho profissional respectivo. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Elaborar, executar, supervisionar e dirigir projetos de engenharia civil relativos a obras públicas. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | MESTRE DE OBRAS |
| | 01.02 – Código | 203 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Infraestrutura; Secretaria da Educação; Secretaria de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar serviços de construção e manutenção de patrimônios públicos, assim como se responsabilizar pelos utensílios utilizados. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS |
| | 01.02 – Código | 207 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Em todas as Secretarias |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar serviços de limpeza e higiene nas instalações dos bens da Prefeitura, ou serviços de copa, cozinha, merendeira, bar, preparo e distribuição de merenda escolar, conforme o caso, e ainda serviços gerais de apoio técnico e administrativo. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO I |
| | 01.02 – Código | 209 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Educação; Infraestrutura e Agricultura e Intendência Distrital |

| | | |
|----------------------|---|--|
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Experiência mínima de 1 ano e possuir Carteira de Habilitação na categoria D e possuir cursos para transporte de passageiros |
| 03
Atribuições | Conduzir caminhões, ônibus e outros não exclusivos do cargo de Condutor de Veículo Pesado II, incluídos os veículos leves, responsabilizando-se pelas condições gerais de uso e conservação do veículo. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CONDUTOR DE VEÍCULO PESADO II |
| | 01.02 – Código | 210 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal Infraestrutura e Agricultura e Intendência Distrital |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Experiência mínima de 1 ano e possuir Carteira de Habilitação na categoria C. |
| 03
Atribuições | Conduzir veículos pesados, especialmente maquinário agrícola e de infraestrutura, e outros não exclusivos do cargo de Condutor de Veículo Pesado I, incluídos os leves, responsabilizando-se pelas condições gerais de uso e conservação do veículo. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CONDUTOR DE VEÍCULO LEVE |
| | 01.02 – Código | 211 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Em todas as Secretarias |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Experiência mínima de 1 ano e possuir Carteira de Habilitação na categoria B. |
| 03
Atribuições | Conduzir veículos de passeio, utilitários e outros não enquadrados como veículos pesados ou ambulatoriais, transportando passageiros e/ou cargas diversas, executando/coordenando carregamento e descarregamento de materiais diversos, responsabilizando-se pelas condições gerais de uso e conservação do veículo. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ZELADOR VIGILANTE |
| | 01.02 – Código | 212 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Em todas as Secretarias |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental incompleto |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimento de normas e práticas de segurança |
| 03
Atribuições | Exercer vigilância em edificações da Prefeitura e outros locais públicos determinados, inspecionando e verificando eventuais anormalidades ou riscos ao patrimônio ou à segurança, e promovendo os atos necessários para repelir agressores, minimizar riscos, impedir danos ou o que mais for necessário no interesse público, comunicando ocorrências ao superior e às autoridades policiais. Exercer atividades relacionadas com a guarda e manutenção dos bens sob sua vigilância, como pequenos reparos e providências afins, e ainda controle de uso, conforme determinações do superior hierárquico. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FISCAL DE OBRAS E MEIO AMBIENTE |
| | 01.02 – Código | 213 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Infraestrutura |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimento da legislação ambiental e urbanística. |
| 03
Atribuições | Desenvolver atividades de fiscalização e controle ambiental, conforme a legislação. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TÉCNICO AGRÍCOLA |
| | 01.02 – Código | 214 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Agricultura e Intendência Distrital |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Curso técnico na área afim. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03 Atribuições | Planejar e executar ações visando o desenvolvimento agrícola do município. | |

| | | |
|----------------------|--|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TÉCNICO EM ENFERMAGEM |
| | 01.02 – Código | 301 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Técnico de Enfermagem |
| | 02.04 – Outros | Registro no Conselho Profissional competente. |
| 03
Atribuições | Realizar tarefas operacionais e técnicas inerentes às atividades de enfermagem nas unidades de Saúde do Município. | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ENFERMEIRO |
| | 01.02 – Código | 302 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Enfermagem e registro no Conselho competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar, coordenar e supervisionar atividades de enfermagem desenvolvidas nas unidades de atendimento sob sua responsabilidade, obedecendo as normas vigentes. | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | MÉDICO |
| | 01.02 – Código | 303 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino Superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior em Medicina com registro no Conselho competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Efetuar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamentos e/ou outras formas de tratamento aplicando recursos de medicina preventiva ou terapêutica, e praticar todos os atos inerentes à profissão, inclusive ficando à disposição para compor conselhos e juntas médicas para o funcionalismo público. | |

| | | |
|----------------------|--|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | MÉDICO VETERINÁRIO |
| | 01.02 – Código | 304 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Agricultura e Intendência Distrital |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Medicina Veterinária com registro no Conselho competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Efetuar consultas, relatórios, exercer fiscalização, executar programas de proteção, aprimoramento e desenvolvimento dos rebanhos e demais criações para assegurar a sanidade, produção racional e econômica de alimentos; desenvolver atividades de inspeção e controle de qualidade sanitária. | |

| | | |
|----------------------|--|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FARMACÊUTICO-BIOQUÍMICO |
| | 01.02 – Código | 306 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior de Farmácia/Bioquímica com Registro no Conselho |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparados semelhantes, a análise de toxinas, de substâncias de origem animal e vegetal, de matérias-primas e dos produtos acabados, valendo-se de técnicas e aparelhos especiais e baseando-se em fórmulas estabelecidas, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, a dispositivos legais, a finalidades industriais e a outros propósitos. | |

| | | |
|---------------------|-----------------------|-------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FARMACÊUTICO |
| | 01.02 – Código | 306 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior de Farmácia com Registro no Conselho |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Executar tarefas relacionadas com a composição e fornecimento de medicamentos e outros preparados semelhantes, valendo-se de técnicas e aparelhos especiais e baseando-se em fórmulas estabelecidas, para atender a receitas médicas, odontológicas e veterinárias, e dispositivos legais, a finalidades industriais e a outros propósitos. | |

| | | |
|----------------------|---|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FISIOTERAPEUTA |
| | 01.02 – Código | 307 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Fisioterapia com Registro no Conselho profissional competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Realizar a avaliação físico-funcional, através de metodologia e técnicas fisioterápicas, com o objetivo de detectar desvios físicos funcionais; Diagnosticar o estado de saúde de doentes e acidentados a fim de identificar o nível de motricidade e capacidade funcional dos órgãos afetados; Avaliar funções percepto-cognitivas, neuro-psicomotor, neuro-músculo-esqueléticas, sensibilidade, condições dolorosas, motricidade geral (postura, marcha, equilíbrio), habilidades motoras, alterações posturais, manuais, órteses, próteses e adaptações; Prescrever, fundamentando-se na avaliação físico-funcional, técnicas próprias da Fisioterapia; Planejar, executar, acompanhar, orientar com exercícios e avaliar o tratamento específico no sentido de reduzir ao mínimo as consequências da doença; Diagnosticar e prognosticar situações de risco a saúde em situações que envolvam a sua formação; Traçar plano e preparar ambiente terapêutico, indicar conduta terapêutica, prescrever e adaptar atividades; Estimular o desenvolvimento neuro-psicomotor (DNPM) normal e cognição; Reeducação postural dos pacientes e prescrever órteses, próteses e adaptações, monitorando a evolução terapêutica; Ensinar técnicas de autonomia e independência em atividades de vida diária (AVD), de autonomia e independência em atividades de vida prática (AVP) de autonomia e independência em atividades de vida de trabalho (AVT), de autonomia e independência em atividades de vida de lazer (AVL); Desempenhar outras atividades correlatas. | |

| | | |
|----------------------|--|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | NUTRICIONISTA |
| | 01.02 – Código | 308 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Nutrição com Registro no Conselho profissional competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar, orientar e supervisionar a execução das atividades relacionadas à área de alimentação e nutrição, sob sua responsabilidade. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FONOAUDIÓLOGO |
| | 01.02 – Código | 309 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino Superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior de Fonoaudiólogo com Registro no Conselho respectivo. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Desenvolver e aplicar métodos clínicos para avaliar, diagnosticar e tratar as alterações da linguagem oral e escrita, audição, voz e sistema sensorio motor oral.
Desenvolver ações de prevenção das alterações pertinentes ao campo fonoaudiológico em toda extensão e complexidade. | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 1
Identificação | 01.01 – Título | PSICÓLOGO |
| | 01.02 – Código | 310 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Educação |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso superior em Psicologia e Registro no Conselho competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Desenvolver atividades de atendimento clínico na área psicológica, executar tarefas relacionadas ao desenvolvimento de recursos humanos e institucionais, atuar no atendimento e orientação de estudantes e profissionais, quando for o caso. | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ASSISTENTE SOCIAL |
| | 01.02 – Código | 311 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde; Secretaria Municipal de Assistência Social |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Superior em Serviço Social e registro no conselho competente. |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Planejar e executar atividades que visam a assegurar o processo de melhoria da qualidade de vida da população, e o atendimento às necessidades básicas das classes populares e dos segmentos sociais mais economicamente vulneráveis. | |

| | | |
|----------------------|---|--------------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FISCAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA |
| | 01.02 – Código | 312 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Conhecimento da Legislação Sanitária |
| 03
Atribuições | Executar tarefas de inspeção em estabelecimentos residenciais, comerciais e industriais de acordo com as normas sanitárias. | |

| | | |
|----------------------|--|-------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | FISCAL EPIDEMIOLÓGICO |
| | 01.02 – Código | 313 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Fiscalizar mudanças nos fatores determinantes e condicionantes da saúde individual ou coletiva para recomendar e adotar medidas de prevenção e controle. | |

| | | |
|----------------------|--|--|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | CONDUTOR DE AMBULÂNCIA |
| | 01.02 – Código | 314 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Experiência mínima de 1 ano e possuir Carteira de Habilitação Categoria D COM CURSO ESPECIFICO |
| 03
Atribuições | Conduzir veículos dos órgãos da área da Saúde, com ou sem equipamentos e caracterização próprios, transportando passageiros, enfermos ou não, e medicamentos ou materiais, de acordo com itinerário e instruções específicas, operando os instrumentos acoplados ao veículo quando necessário. | |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | MÉDICO PSF |
| | 01.02 – Código | 319 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Saúde – PSF |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Medicina |
| | 02.04 – Outros | Inscrição no Conselho Regional de Medicina. |
| 03
Atribuições | Realizar assistência integral, incluindo promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnósticos, tratamento, reabilitação e manutenção, e ainda consultas clínicas e procedimentos, a todas as pessoas que se apresentarem, na unidade de saúde, em outros estabelecimentos públicos ou em domicílio. Realizar atividades de demanda espontânea e programada em clínica médica, pediatria, ginecoobstetrícia, cirurgias ambulatoriais, pequenas urgências clínico-cirúrgicas e procedimentos para fins de diagnósticos. Encaminhar usuários, se necessário, a serviços de média e alta complexidade, respeitando fluxos de referência e contrareferência locais, mantendo a responsabilidade pelo acompanhamento do plano terapêutico; indicar a necessidade de internação hospitalar ou domiciliar, mantendo a responsabilização pelo acompanhamento; contribuir e participar das atividades de educação permanente dos agentes de saúde; participar, se solicitado, do gerenciamento dos insumos das atividades realizadas, e exercer outras atividades correlatas, sob determinação do superior hierárquico, além das atribuições comuns aos integrantes do PSF. | |

| | | |
|----------------------|--|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ENFERMEIRO PSF |
| | 01.02 – Código | 320 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde – PSF |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Enfermagem |
| | 02.04 – Outros | Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem. |
| 03
Atribuições | Realizar assistência integral, incluindo promoção e proteção da saúde, prevenção de agravos, diagnósticos, tratamento, reabilitação e manutenção, a todas as pessoas que se apresentarem, na unidade de saúde, em outros estabelecimentos públicos ou em domicílio. Realizar consulta de enfermagem, solicitar exames complementares ou prescrever medicação, de acordo com protocolos ou normas técnicas vigentes. Planejar, gerenciar, coordenar e avaliar as ações desenvolvidas pelos agentes de saúde; contribuir e participar das atividades de educação permanente dos agentes de saúde; organizar e coordenar grupos específicos de indivíduos e famílias em situação de risco na área de atuação dos agentes de saúde; participar, se solicitado, do gerenciamento dos insumos das atividades realizadas, e exercer outras atividades correlatas, sob determinação do superior hierárquico, além das atribuições comuns aos integrantes do PSF. | |

| | | |
|----------------------|--|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TÉCNICO EM ENFERMAGEM PSF |
| | 01.02 – Código | 321 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde – PSF |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Técnico de Enfermagem |
| | 02.04 – Outros | Inscrição no Conselho Regional de Enfermagem. |
| 03
Atribuições | Realizar atividades de assistência básica com todas as pessoas que se apresentarem, na unidade de saúde, em outros estabelecimentos públicos ou em domicílio. Realizar diagnóstico com a finalidade de obter o perfil epidemiológico para o planejamento e a programação da saúde bucal. Realizar ações de educação em saúde a grupos específicos e famílias em situação de risco, conforme planejamento da equipe; participar, se solicitado, do gerenciamento dos insumos das atividades realizadas, e exercer outras atividades correlatas, sob determinação do superior hierárquico, além das atribuições comuns aos integrantes do PSF. | |

| | | |
|----------------------|--|---|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AGENTE DE SAÚDE PSF |
| | 01.02 – Código | 322 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde – PSF |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Residência contínua na área de atuação. |
| 03
Atribuições | Realizar diagnósticos demográficos e socioculturais da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento de ações de saúde, de nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade na definição das políticas públicas de saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; manter contato permanente com as famílias, desenvolvendo ações educativas, visando a promoção da saúde e a prevenção das doenças, de acordo com o planejamento da equipe; cadastrar todas as pessoas da área de atuação e manter os cadastros atualizados, e exercer outras atividades correlatas, sob determinação do superior hierárquico, além das atribuições comuns aos integrantes do PSF. | |

| | | |
|----------------------|---|-------------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | AGENTE DE COMBATE A ENDEMIAS PSF |
| | 01.02 – Código | 323 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde – PSF |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino fundamental |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum. |
| 03
Atribuições | Exercer atividades de vigilância e controle de doenças e promoção da saúde, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS e sob supervisão da Secretaria da Saúde local, e exercer outras atividades correlatas, sob determinação do superior hierárquico, além das atribuições comuns aos integrantes do PSF. | |

| | | |
|----------------------|---------------------------|-------------------------------------|
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ODONTÓLOGO PSF |
| | 01.02 – Código | 324 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde – PSF |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino superior |
| | 02.03 – Formação especial | Odontologia |
| | 02.04 – Outros | Conselho Regional de Odontologia. |

| | | |
|----------------------|--|---|
| 03
Atribuições | Realizar levantamento epidemiológico para traçar o perfil de saúde bucal da população adstrita. Realizar os procedimentos clínicos definidos na Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde – NOB/SUS 96 – e na Norma Operacional Básica da Assistência à Saúde (NOAS). Realizar o tratamento integral, no âmbito da atenção básica para a população adstrita. Encaminhar e orientar os usuários que apresentem problemas complexos a outros níveis de assistência, assegurando seu acompanhamento. Realizar atendimentos de primeiros cuidados nas urgências. Realizar pequenas cirurgias ambulatoriais. Prescrever medicamentos e outras orientações na conformidade dos diagnósticos efetuados. Emitir laudos, pareceres e atestados sobre assuntos de sua competência. Executar as ações de assistência integral, aliado a atuação à saúde coletiva, assistindo famílias, indivíduos ou grupo específico, de acordo com planejamento local. Coordenar ações coletivas voltadas a promoção e prevenção em saúde bucal. Programar e supervisionar o fornecimento de insumos para as ações coletivas. Capacitar as equipes de Saúde da Família no que se refere às ações educativas e preventivas em saúde bucal. Supervisionar o trabalho pelo Técnico de Higiene Dental e o Atendente de Consultório Dentário. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | ATENDENTE DE CONSULTÓRIO ODONTOLÓGICO PSF |
| | 01.02 – Código | 325 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde – PSF |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Nenhuma |
| | 02.04 – Outros | Nenhum. |
| 03
Atribuições | Proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados. Sob supervisão do cirurgião dentista ou do técnico de higiene dental, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários individuais ou coletivos como escovação, uso do fio dental. Preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda etc.) necessário para o trabalho. Instrumentalizar o cirurgião dentista ou técnico de higiene dental durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos). Agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento. Acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal. Orientar os pacientes sobre higiene bucal. Marcar consultas. Preencher e anotar fichas clínicas. Manter em ordem arquivo e fichário. Revelar e montar radiografias intra-orais. Preparar o paciente para o atendimento. Auxiliar no atendimento ao paciente. Promover isolamento do campo operatório. Manipular materiais de uso odontológico. Selecionar moldeiras. Confeccionar modelos em gesso. Aplicar métodos preventivos para o controle da cárie dental. Proceder à conservação e a manutenção do equipamento odontológico. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TÉCNICO HIGIENE DENTAL PSF |
| | 01.02 – Código | 326 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Secretaria Municipal de Saúde – PSF |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Ensino médio |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Técnico em Higiene Dental |
| | 02.04 – Outros | Nenhum. |
| 03
Atribuições | Realizar a atenção integral em saúde bucal (promoção, prevenção, assistência e reabilitação) individual e coletiva a todas as famílias, a indivíduos e a grupos específicos, segundo programação e de acordo com suas competências técnicas e legais. Coordenar e realizar a manutenção e a conservação dos equipamentos odontológicos. Acompanhar, apoiar e desenvolver atividades referentes à saúde bucal com os demais membros da equipe de Saúde da Família, buscando aproximar e integrar ações de saúde de forma multidisciplinar. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | PROCURADOR MUNICIPAL |
| | 01.02 – Código | 422 |
| | 01.03 – Carga horária | 30 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Procuradoria Geral |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Superior Completo |
| | 02.03 – Formação especial | Graduação em Direito com registro na OAB |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | O Advogado Municipal desempenha sua função junto a Procuradoria do Município, oficiando obrigatoriamente, no controle interno da legalidade dos atos do Poder Executivo, responsável, direta ou indiretamente, pela advocacia do Município e pela assessoria e consultoria jurídica do Poder Executivo, órgão com autonomia funcional e administrativa, órgão central de supervisão e chefia dos serviços jurídicos da administração direta e indireta no âmbito do Poder Executivo ou a este vinculado, sendo orientada pelo disposto no artigo 37 da Constituição Federal e da indisponibilidade do interesse público. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | JORNALISTA |
| | 01.02 – Código | 420 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 - Lotação | Gabinete do Prefeito |

| | | |
|----------------------|---|---|
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Superior Completo em Comunicação Social, habilitação Jornalismo |
| | 02.03 – Formação especial | Graduação em Jornalismo ou Comunicação Social com a habilitação e Jornalismo, com registro no Conselho ou Órgão Fiscalizado do Exercício da Profissão |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Coletar, transmitir, publicar e comentar notícias e descrever acontecimentos, divulgando fatos que sejam de interesse público, lutando pela liberdade de expressão, pautando o trabalho na verdade e na correta disseminação de informações. Recolher, redigir e registrar, interpretar e organizar informações e notícias a serem difundidas, expondo, analisando e comentando os acontecimentos. Fazer a seleção, revisão e preparo definitivo das matérias jornalísticas a serem divulgadas em quaisquer meios de comunicação com o público, informando e processando a informação com responsabilidade. Divulgar informações sobre as atividades municipais, redigindo notas, artigos, resumos, e textos em geral, editando e revendo provas, encaminhando as matérias para publicação em órgãos de circulação externa ou interna, visando a promoção dos serviços prestados pelo município. Coordenar e executar o acompanhamento do noticiário nacional e internacional de interesse do município, bem como acompanhar as programações da mesma, providenciando gravação e posterior transcrição de palestras, debates, depoimentos, visando disseminar conhecimentos de modo a qualificar o senso comum. Elaborar textos para a imprensa a partir de entrevistas com autoridades pertinentes, relatórios e outros envolvidos, visando transmitir para a comunidade as realizações administrativas. Colaborar no planejamento de campanhas promocionais, utilizando meios de comunicação de massa e outros veículos de publicidade e difusão, para divulgar mensagens educacionais e de esclarecimento às populações alvo. Elaborar pareceres, informes técnicos e relatórios, realizando pesquisas, entrevistas, fazendo observações e sugerindo medidas para implantação, desenvolvimento e aperfeiçoamento de atividades em sua área de atuação. Participar de grupos de trabalho e/ou reuniões com outras secretarias, outras entidades públicas e/ou particulares, realizando estudos, emitindo pareceres e/ou fazendo exposições sobre situações e problemas identificados, oferecendo sugestões, revisando e discutindo trabalhos técnico-científicos, para fins de formulação de diretrizes, planos e programas de trabalho afetos ao Município. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional. | |
| 01
Identificação | 01.01 – Título | TÉCNICO EM INFORMÁTICA |
| | 01.02 – Código | 421 |
| | 01.03 – Carga horária | 40 horas semanais |
| | 01.04 – Lotação | Secretaria Municipal de Administração |
| 02
Pré-Requisitos | 02.01 – Idade Mínima | 18 anos |
| | 02.02 – Escolaridade | Médio Completo |
| | 02.03 – Formação especial | Curso Técnico em Informática |
| | 02.04 – Outros | Nenhum |
| 03
Atribuições | Instalar, configurar e prestar manutenção lógica e/ou suporte aos equipamentos de comunicação de dados (ativos de rede), de toda a rede de dados do município, de acordo com as políticas de segurança, obedecendo a topologia estabelecida para a rede, visando sua estabilidade funcional e eficiência. Elaborar procedimentos de cópia de segurança e recuperação de informações, executando rotinas, definindo normas, perfil de usuários, padronizando códigos de usuários e tipos de autenticações, bem como monitorando o uso do ambiente computacional, com o intuito de resguardar a confidencialidade e segurança das informações/dados no ambiente de rede da Prefeitura. Diagnosticar problemas, atender e orientar usuários, registrar solicitações/ocorrências de problemas e/ou soluções e eliminar falhas, provenientes das Secretarias, fornecendo informações e suporte, bem como acompanhando a solução, a fim de manter o fluxo das atividades no que tange aos serviços informatizados. Pesquisar e apresentar propostas de aquisição de equipamentos de informática, visando prever e/ou solucionar problemas, bem como maximizar os resultados da área e/ou auxiliar tecnicamente nos procedimentos licitatórios necessários. Definir parâmetros de desempenho e disponibilidade de ambiente computacional, coletando indicadores de utilização, analisando parâmetros de disponibilidade, indicadores de capacidade e desempenho, entre outros, de modo a prevenir falhas. Controlar e documentar níveis de serviços, tanto internos quanto de fornecedores, automatizando rotinas, definindo procedimentos de migração, a fim de assegurar atualizações na área, conforme demanda e indicação dos superiores. Instalar e manter os softwares necessários para o correto funcionamento de servidores, tais como: Banco de Dados, correio eletrônico, web, aplicações, autenticação, entre outros. Montar e prestar manutenção a equipamentos, bem como instalar os sistemas utilizados pelas unidades de serviços do Município, de acordo com normas e procedimentos preestabelecidos pelos superiores. Treinar os usuários nos aplicativos de informática, dando suporte na solução de pequenos problemas em equipamentos e sistemas de informação e comunicação. Preparar inventário do hardware existente, controlando notas fiscais de aquisição, contratos de manutenção e prazos de garantia. Preparar relatórios de acompanhamento do trabalho técnico realizado. Realizar outras atribuições compatíveis com sua formação profissional. | |

LEI MUNICIPAL 3.730, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Municipal 3.730, de 23 de agosto de 2017.

“Ratifica o Protocolo de Intenções do Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Grande Florianópolis - CIS/GRANFPOLIS e dá outras providências.”

O Prefeito Municipal de São João Batista, faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica ratificado o Protocolo de Intenções com o objetivo de constituir o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE SAÚDE DA REGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS - CIS/GRANFPOLIS, formalizado pelos Chefes do Poder Executivo dos Municípios integrantes da Associação dos

Municípios da Região da Grande Florianópolis, em 11 de março de 2011, na cidade de Alfredo Wagner/SC:

I - com personalidade jurídica de direito público;

II - sob a forma de associação pública; e

III - intuito de otimizar os recursos públicos disponíveis e reforçar o papel do Município na consecução do direito fundamental de todos os cidadãos de receberem atendimento de saúde digno e eficaz.

Art. 2nd Fica ainda autorizado o Município de São João Batista a firmar o correspondente Contrato de Rateio e o Contrato de Programa.

Art. 3rd Obriga-se o Município a, anualmente, incluir na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e na Lei Orçamentária Anual - LOA recursos suficientes para satisfazer as despesas com o CIS/GRANFOPOLIS.

Art. 4th Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São João Batista SC, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.731, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Municipal 3.731, de 23 de agosto de 2017.

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A ASSOCIAÇÃO BATISTENSE PROTETORA DOS ANIMAIS - ABPA.

O Prefeito do Município de São João Batista faz saber que a Câmara aprovou e ele, tendo sancionado o projeto, promulga a seguinte Lei:

Art. 1st É declarada de Utilidade Pública a "ASSOCIAÇÃO BATISTENSE PROTETORA DOS ANIMAIS - ABPA", fundada aos 10 dias do mês de outubro do ano de 2015, nesta cidade de São João Batista, sito à Rua Mário Cipriani, nº 669 – Ribanceira do Sul, Estado de – SC e inscrita no CNPJ sob nº 23.746.525/0001-76.

Art. 2nd A entidade acima mencionada ficam asseguradas todas as vantagens e prerrogativas previstas na legislação vigente.

Art. 3rd Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4th Revogam-se as disposições em contrário.

São João Batista SC, 23 de outubro de 2017.

Daniel Netto Cândido

Prefeito Municipal

LEI MUNICIPAL 3.732, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Lei Municipal 3.732, de 23 de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE O PLANO PLURIANUAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO BATISTA PARA O PERÍODO 2018/2021 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

DANIEL NETTO CANDIDO, Prefeito Municipal de São João Batista, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte lei:

Art. 1º Os objetivos e metas da Administração Municipal de São João Batista para o período: 2018/2021 serão financiadas com os recursos previstos no Anexo I desta Lei, que prevê para o período uma meta de arrecadação de R\$ 402.335.000,00 (Quatrocentos e dois milhões, trezentos e trinta e cinco mil reais), conforme Anexo I desta lei e demonstrativo abaixo:

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|--|----------------|
| UNIDADE GESTORA PREFEITURA | |
| RECEITAS CORRENTES | 283.587.400,00 |
| Impostos Taxas e Contribuições Melhorias | 41.130.000,00 |
| Contribuições | 6.435.000,00 |
| Receita Patrimonial | 1.999.000,00 |
| Receita de Serviços | 429.000,00 |
| Transferências Correntes | 231.917.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 1.667.400,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 43.000.000,00 |
| Operações de Crédito | 21.000.000,00 |
| Transferências de Capital | 22.000.000,00 |
| Dedução Receitas Correntes | 31.411.400,00 |
| SOMA | 295.176.000,00 |
| UNIDADE GESTORA FMS | |
| RECEITAS CORRENTES | 20.115.000,00 |
| Impostos Taxas e Contribuições Melhorias | 706.000,00 |
| Receita Patrimonial | 180.000,00 |
| Transferências Correntes | 19.189.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 40.000,00 |

| | |
|---|----------------|
| RECEITAS DE CAPITAL | 1.800.000,00 |
| Transferências de Capital | 1.800.000,00 |
| SOMA | 21.915.000,00 |
| UNIDADE GESTORA FMAS | |
| RECEITAS CORRENTES | 904.000,00 |
| Receita Patrimonial | 58.000,00 |
| Transferências Correntes | 826.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 20.000,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 944.000,00 |
| Transferências de Capital | 944.000,00 |
| SOMA | 1.848.000,00 |
| UNIDADE GESTORA FIA | |
| RECEITAS CORRENTES | 212.000,00 |
| Receita Patrimonial | 8.000,00 |
| Transferências Correntes | 200.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 4.000,00 |
| SOMA | 212.000,00 |
| UNIDADE GESTORA HOSPITAL | |
| RECEITAS CORRENTES | 2.131.000,00 |
| Receita Patrimonial | 50.000,00 |
| Transferências Correntes | 2.081.000,00 |
| SOMA | 2.131.000,00 |
| UNIDADE GESTORA IPRESJB | |
| RECEITAS CORRENTES | 26.577.000,00 |
| Contribuições | 7.357.000,00 |
| Receita Patrimonial | 18.240.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 800.000,00 |
| RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIAS | 16.742.000,00 |
| Contribuições Intra-Orçamentária | 14.582.000,00 |
| Outras Receitas Correntes Intra-Orçamentárias | 2.160.000,00 |
| SOMA | 43.319.000,00 |
| UNIDADE GESTORA FUNREBOM | |
| RECEITAS CORRENTES | 821.000,00 |
| Impostos Taxas e Contribuições Melhorias | 817.000,00 |
| Receita Patrimonial | 4.000,00 |
| SOMA | 821.000,00 |
| UNIDADE GESTORA SISAM | |
| RECEITAS CORRENTES | 31.100.000,00 |
| Impostos Taxas e Contribuições Melhorias | 5.543.000,00 |
| Receita Patrimonial | 179.000,00 |
| Receita de Serviços | 25.272.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | 106.000,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 4.000.000,00 |
| Transferências de Capital | 4.000.000,00 |
| SOMA | 35.100.000,00 |
| UNIDADE GESTORA FUBE | |
| RECEITAS CORRENTES | 13.000,00 |
| Receita Patrimonial | 13.000,00 |
| RECEITAS DE CAPITAL | 1.800.000,00 |
| Transferências de Capital | 1.800.000,00 |
| SOMA | 1.813.000,00 |
| TOTAL GERAL | 402.335.000,00 |

Art. 2º O Plano Plurianual da Administração Pública Municipal de São João Batista para o período 2018/2021, contemplará todas as despesas de capital e outras delas decorrentes, e as despesas relativas aos programas de duração continuada, conforme apresentação nas planilhas constantes do Anexo III e integrante desta Lei, com identificação dos programas, diagnósticos, diretrizes, objetivos, classificação funcional

da despesa e denominação das ações com indicação do produto, unidade de medida, meta física, meta financeira e fontes de financiamento.

Art. 3º A despesa consolidada prevista para o período 2018/2021 e classificada por programas e ações, função e sub-função de governo, está demonstrada nos Anexos IV e V desta lei, conforme abaixo:

I – CLASSIFICAÇÃO POR FUNÇÃO DE GOVERNO

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|-----------------------------|----------------|
| 01. LEGISLATIVA | 6.623.000,00 |
| 04. ADMINISTRAÇÃO | 18.361.000,00 |
| 06. SEGURANÇA PÚBLICA | 2.824.000,00 |
| 08. ASSISTÊNCIA SOCIAL | 11.137.000,00 |
| 09. PREVIDÊNCIA SOCIAL | 24.358.000,00 |
| 10. SAÚDE | 70.147.000,00 |
| 12. EDUCAÇÃO | 113.497.000,00 |
| 13. CULTURA | 779.000,00 |
| 15. URBANISMO | 76.468.000,00 |
| 16. HABITAÇÃO | 48.000,00 |
| 17. SANEAMENTO | 29.613.000,00 |
| 18. GESTÃO AMBIENTAL | 1.180.000,00 |
| 20. AGRICULTURA | 3.348.000,00 |
| 22. INDÚSTRIA | 80.000,00 |
| 23. COMÉRCIO E SERVIÇOS | 2.764.000,00 |
| 27. DESPORTO E LAZER | 6.704.000,00 |
| 28. ENCARGOS ESPECIAIS | 10.610.000,00 |
| 99. RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 23.794.000,00 |
| TOTAL | 402.335.000,00 |

II – CLASSIFICAÇÃO POR PROGRAMA DE GOVERNO

| ESPECIFICAÇÃO | VALOR |
|--|----------------|
| 0000. ENCARGOS GERAIS | 33.371.000,00 |
| 0001. GESTÃO ADMINISTRATIVA SUPERIOR | 27.654.000,00 |
| 0002. ENSINO DE QUALIDADE | 113.497.000,00 |
| 0003. DESCOBRINDO NOVOS TALENTOS | 6.704.000,00 |
| 0004. SAÚDE PARA TODOS | 93.555.000,00 |
| 0005. SERVIÇOS SÓCIOS ASSISTENCIAIS | 11.185.000,00 |
| 0006. REVITALIZANDO A CIDADE DE SÃO JOÃO BATISTA | 85.604.000,00 |
| 0007. GERAÇÃO DE EMPREGO E RENDA | 6.192.000,00 |
| 0008. FOMENTANDO A CULTURA | 779.000,00 |
| 9999. RESERVA DE CONTINGÊNCIA | 23.794.000,00 |
| TOTAL | 402.335.000,00 |

Art. 4º As metas físicas e financeiras por ações de governo, estão demonstradas de forma consolidada no Anexo VI desta Lei.

Art. 5º A previsão do cumprimento do gasto mínimo de 25% das receitas resultantes de impostos em manutenção e desenvolvimento do ensino e do gasto mínimo de 15% das receitas produto de impostos em ações e serviços públicos de saúde, está demonstrado nos Anexos VII e VIII desta lei.

Art. 6º Para fins desta Lei considera-se:

- I – Função de governo, o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
- II – Sub-Função de governo, a partição da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
- III – Programa de governo, o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos;
- IV – Diagnóstico, a identificação da realidade existente, de forma a permitir a caracterização e a mensuração das potencialidades, necessidades e dificuldades no contexto de cada programa;
- V – Diretrizes, o conjunto de critérios a serem adotados na execução das ações que integram cada programa para alcançar os objetivos estabelecidos;
- VI – Objetivos, os resultados que se pretende alcançar com a realização das ações governamentais integrantes do programa;
- VII – Ações de Governo, o conjunto de procedimentos e trabalhos governamentais com vistas à execução do programa;
- VIII – Produto, os bens e serviços produzidos em cada ação governamental na execução do programa;
- IX – Metas, os objetivos quantitativos em termos de produtos e resultados a alcançar.

Art. 7º Os valores constantes dos Anexos desta Lei estão quantificados a preços correntes.

Art. 8º A inclusão de novas ações de governo no Plano Plurianual ocorrerá de forma automática quando da abertura do respectivo crédito adicional especial e sua inclusão como prioridade na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Art. 9 Na definição das prioridades e metas da administração extraídas desta lei para constar na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Lei Orçamentária Anual, fica autorizada a elevação ou diminuição das metas físicas e financeiras constantes dos anexos III e VI, de forma a preservar o equilíbrio de caixa quando da execução da Lei Orçamentária.

Art. 10 Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize a sua inclusão.

Art. 11 Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação com efeitos a partir do dia 1º de janeiro de 2018.

São João Batista, 23 de agosto de 2017.

Daniel Netto Candido

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO 028/SISAM/2017 - PREGÃO PRESENCIAL 015.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 028/SISAM/2017 – PREGÃO PRESENCIAL Nº 015/SISAM/2017

O SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede na Rua José Antônio Soares, nº 2.533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com as Leis 8.666/93 e 10.520/02, por intermédio de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO Nº 028/SISAM/2017 – Pregão Presencial 015/SISAM/2017, para AQUISIÇÃO DE UNIFORMES PARA O USO DOS FUNCIONÁRIOS DO SERVIÇO DE INFRAESTRUTURA, SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL - SISAM DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 14h15min do dia 13/09/2017. Abertura dos envelopes: 14h30min do dia 13/09/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195, ramais 206/214, através do site www.sjbatista.sc.gov.br ou e-mail: licita@sjbatista.sc.gov.br. São João Batista, 24 de agosto de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 029/SISAM/2017 PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/SISAM/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA

PROCESSO LICITATÓRIO 029/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/SISAM/2017

O SERVICO DE INFRAESTRUTURA SANEAMENTO E ABASTECIMENTO DE ÁGUA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO BATISTA, SC pessoa jurídica de direito público, inscrito sob o CNPJ 07.585.406/0001-22, com sede à Rua José Antônio Soares nº 2533, Ribanceira do Sul, São João Batista, SC, CEP: 88.240-000, de conformidade com a Lei 8.666/93, por determinação de Augusto Correia Junior, Pregoeiro Municipal, torna público que se acha aberto o PROCESSO LICITATÓRIO 029/2017 - PREGÃO PRESENCIAL Nº 016/SISAM/2017, para REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA EM CALCETARIA PARA MANUTENÇÃO EM DIVERSAS RUAS DO MUNICIPIO DE SÃO JOÃO BATISTA, SC. Entrega dos envelopes: até às 08h45min do dia 14/09/2017. Abertura dos envelopes: 09h do dia 14/09/2017. Informações e cópia do edital: Departamento de Licitações e Contratos da Prefeitura Municipal, pelo tel: (48) 3265-0195 – ramais: 204/216, ou pelos e-mails: licita@sjbatista.sc.gov.br ou licita01@sjbatista.sc.gov.br, no horário das 8h às 11h30min e das 13h30min às 17h30min, em dias úteis. São João Batista, 24 de agosto de 2017. Augusto Correia Junior – Pregoeiro Municipal

São João do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017 E CONTRATO 52/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 109/2017 E CONTRATO 52/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Willian Markwardt Arones

ORIGEM: Concorrência nº 01/2017

OBJETO: "Concessão administrativa de uso do ginásio de esportes Valmei Ertel, localizado à Rua do Imigrante, Centro de São João do Oeste-SC."

VALOR: R\$ 759,00

PRAZO: 22.08.2017 até 24.08.2019

São João do Oeste – 22 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 131/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Mecânica Levamar LTDA- ME

ORIGEM: Pregão Presencial nº 89/2017

OBJETO: "Aquisição de peças de veículos para manufaturamento dos veículos Mercedes Benz 1513, e para caminhão Volvo VM 260 da Secretaria municipal de Transportes e Obras do município de São João do Oeste."

VALOR: R\$ 4.560,00

PRAZO: 25.08.2017 até 24.09.2017

São João do Oeste – 25 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

EXTRATO DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 138/2017

PARTES: Município de São João do Oeste e Cilia tecnologia LTDA

ORIGEM: Dispensa de Licitação nº 31/2017

OBJETO: "Contratação de licenciamento de sistema de software por 120 dias para cotação de peças de veículos."

VALOR: R\$ 2083,33

PRAZO: 25.08.2017 até 31.12.2017

São João do Oeste – 25 de Agosto de 2017

Fernando Bisigo– Prefeito Municipal

PP 92.17 MATERIAIS HIDRAULICOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 0137/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 092/2017

OBJETO: O Município de São João do Oeste torna público e para o conhecimento dos interessados, que realizará licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL com sistema de registro de preço para eventual aquisição, conforme descrito a seguir:

OBJETO: Aquisição de diversos materiais hidráulicos, para realização de manutenções na rede de abastecimento de água do município de São João do Oeste

Tipo: menor preço por item

ENTREGA DOS ENVELOPES: até as 14:00 horas do dia 06 de Setembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: às 14:00 horas do dia 06 de setembro de 2017 no setor de compras e licitações da Prefeitura Municipal. Maiores informações junto ao setor de licitações e compras da Prefeitura Municipal sito à Rua Encantado, 66, centro – São João do Oeste e ou pelo fone (49) 3195.2000 no horário de expediente. Edital disponível no site do município www.saojoao.sc.gov.br. São João do Oeste, SC, 25 de agosto de 2017. Fernando Bisigo – PREFEITO MUNICIPAL.

São João do Sul

PREFEITURA

PROCESSO 42-2017 - PONTE MOLHADA

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SUL
AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2017
TOMADA DE PREÇOS Nº 42/2017

Objeto: O presente procedimento licitatório tem por objeto objetivo selecionar a melhor proposta para futura construção de ponte passagem molhada na localidade de Beira Rio, nos termos do CONTRATO 833523/2016 - PROCESSO 1033721-44/2016 - PM São João do Sul/SC, conforme localização, condições, especificações, quantitativos e demais dados técnicos, constantes no memorial descritivo, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e projeto básico e demais anexos do edital.

Tipo de julgamento: menor preço global.

Base Legal: Lei Federal 8.666, de 21 junho de 1993.

Entrega dos envelopes: Os envelopes deverão ser entregues até as 09h00 min do dia 13 de setembro de 2017, com início do credenciamento e abertura marcada para as 09h00 do dia 14 de setembro de 2017.

Informações e cópia do edital: Departamento de Compras e Licitações da Prefeitura Municipal de São João do Sul - SC, sito a Av. Nereu Ramos, 50 - Centro - São João do Sul/SC, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30 as 17h30min ou pelo Fone (48) 3539-0113.

São João do Sul - SC, de 24 de agosto de 2017.

Moacir Francisco Teixeira

Prefeito Municipal

PUBLICAÇÃO PROCESSO 16-2017 - EQUIPAMENTOS - ERRATA DOM

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SÃO JOÃO DO SUL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
ERRATA

Na edição nº 2325 do dia 23/08/2017, página 534 do Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina na publicação do Extrato do Edital de Licitação nº 16/2017/FMS - Pregão Presencial p/ Registro de Preços.

Onde se lê:

Entrega dos envelopes: [...] abertura marcada para as 08h30min do dia 11 de setembro de 2017.

Leia-se:

Entrega dos envelopes: [...] abertura marcada para as 08h30min do dia 12 de setembro de 2017.

São João do Sul-SC, 23 de agosto de 2017.

Rejane Elíbio Borba

Secretaria Municipal de Saúde

São Joaquim

PREFEITURA

PP 47/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOAQUIM

Processo Nº66/2017

Pregão Presencial 47/2017 - registro de preço

Objeto: Aquisição de Óleo Diesel S-10, referente ao projeto Manutenção das Estradas do Interior de São Joaquim SC, recurso financeiro Estadual sob convênio Nº 2017TR1225.

Entrega dos Envelopes e abertura do certame: 06/09/2017 às 13:30horas

O Processo será regido pela lei nº 8.666/93, em especial pelo contido no edital. Interessados poderão obter a cópia do edital, no Dep. de Compras no prédio da Prefeitura, horário de expediente ou ainda pelo site <http://www.saojoaquim.sc.gov.br> inf. (49)3233-6457.

São Joaquim, 24 de agosto de 2017

Departamento de Compras

São José

PREFEITURA

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA TOMADA DE PREÇOS Nº 007/2017 - Processo nº 294/2017 – Proc. Adm. 4809/2017. Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAL PARA RECUPERAÇÃO E EXECUÇÃO DE MUROS E RECUPERAÇÃO DE GALERIAS NAS SITUAÇÕES EMERGÊNCIAIS, EM DIVERSOS LOCAIS NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 12 de setembro de 2017. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 12 de setembro de 2017, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO DA TP 011/2017

ANÁLISE E RESULTADO DE JULGAMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

REFERÊNCIA: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 6205/2017 - PROCESSO DE COMPRAS Nº 429/2017 TOMADA DE PREÇOS Nº 011/2017.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE MUROS E REVITALIZAÇÃO DA ÁREA EXTERNA DO CEI VILA FORMOSA, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) reuniu-se para análise e julgamento dos documentos de habilitação apresentados pelas empresas abaixo, participantes do processo em epígrafe, cujo exame contou com a assessoria da Secretaria de Infraestrutura quanto à Qualificação Técnica, conforme Despacho.

EMPRESAS LICITANTES

- AMANDA SAVULSKI RODRIGUES ME;
- ASB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
- DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
- KS CONSTRUÇÕES LTDA ME.

É o relatório.

1 - ANÁLISE TÉCNICA DA SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA

Em colaboração, a Secretaria de Infraestrutura exarou DESPACHO (fls. 355) dos autos, informando que após análise do processo, consideram-se qualificadas tecnicamente todas as empresas participantes do certame.

2 - ANÁLISE DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES

A Comissão Permanente de Licitações (CPL) concluiu que as exigências contidas no edital e nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, foram plenamente observadas, não sendo constatada nenhuma irregularidade na documentação apresentada pelas empresas AMANDA SAVULSKI RODRIGUES ME, CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP e KS CONSTRUÇÕES LTDA ME.

No que se refere à documentação apresentada pela empresa ASB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP a Comissão Permanente de Licitações (CPL) constatou que a mesma descumpriu o item 10, subitem 10.2 do edital, que assim determina:

“10.2 - O licitante cadastrado no Cadastro de Fornecedores do Município de São José e cuja documentação, arquivada no município, esteja com seu prazo de validade vencido, deverá apresentar, dentro do envelope de habilitação, as certidões atualizadas para fins de habilitação”. (grifo nosso)

No Certificado de Registro Cadastral apresentado pela empresa ASB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP no envelope de habilitação (fls. 141) dos autos, a Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial, bem como o Alvará de Licença estão vencidos, e no restante da documentação apresentada pela mesma no envelope de habilitação, não consta tais documentos.

A Comissão Permanente de Licitações (CPL), usando de suas prerrogativas diligenciou junto ao Setor de Cadastro de Fornecedores do Município e constatou que o Alvará de Licença referente ao ano corrente (2017) consta da documentação arquivada na pasta da empresa, porém a Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial que consta da documentação arquivada na pasta da empresa está vencida.

No que se refere à documentação apresentada pela empresa DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP a Comissão Permanente de Licitações (CPL) constatou que a mesma descumpriu o item 10, subitem 10.9 do edital, que assim determina:

"10.9 - Para fazerem jus às prerrogativas que lhe são deferidas pela Lei Complementar nº 123/06, todos os licitantes, além dos documentos citados no item HABILITAÇÃO, deverão apresentar, dentro do envelope de habilitação, certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Cartório de Registro Civil de Pessoa Jurídica, com data de expedição não superior a 60 (sessenta) dias, comprovando, conforme o caso, sua condição de ME ou de EPP". (grifo nosso)

Por esse motivo a empresa não poderá utilizar dos benefícios da Lei Complementar nº 123/2006.

Em vista do exposto acima e à luz da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, e no regramento contido no Edital, a Comissão Permanente de Licitações (CPL) RESOLVE:

INABILITAR A EMPRESA

· ASB ENGENHARIA E CONSTRUÇÕES LTDA EPP.

HABILITAR AS EMPRESAS

· AMANDA SAVULSKI RODRIGUES ME;
· CONSTRUTORA DE ANGELO EIRELI EPP;
· DJP CONSTRUÇÕES LTDA EPP;
· KS CONSTRUÇÕES LTDA ME.

O resultado deste julgamento será publicado no Diário Oficial do Município (DOM/SC), contando-se a partir dessa data, prazo para eventual recurso. Não ocorrendo manifestação por parte dos licitantes, a sessão pública para abertura das propostas de preços, ocorrerá no dia 05/09/2017, às 14h30min, no Centro Administrativo do Município de São José.

São José, 23 de agosto de 2017.

| | | | | | |
|--------------------------|----------------------------|--|--|--|--|
| Cláudia Schweitzer | Paulo Dutra | | | | |
| Presidente da CPL | Membro da CPL | | | | |
| Humberto Alcino da Silva | Iriberto Antônio M. Júnior | | | | |
| Membro da CPL | Membro da CPL | | | | |

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 024/2017

EDITAL DE CONVOCAÇÃO nº 024/2017

PAUTA DE JULGAMENTO

O Presidente do Conselho Municipal de Contribuintes, JUNIOR SPIES, faz saber que, de acordo com o artigo 179 do Código Tributário Municipal, Lei Complementar n.º 21/2005, será julgado na sessão ordinária, a se realizar no dia 30 de agosto, às 13h30, na sala de reuniões da Procuradoria-Geral, situada no ático da sede administrativa municipal na Avenida Acioni de Souza Filho, n. 403, Praia Comprida, São José, o seguinte processo administrativo:

| | |
|---------------------------------|-----------------------------|
| Processo Administrativo nº | 30648/2016 |
| Recorrente | FACE A FACE ODONTOLOGIA S/S |
| Procurador habilitado nos autos | O PRÓPRIO |
| Relator | TADEU PEDRO VIEIRA |

Informa-se ainda que o recorrente ou seu representante legal poderão realizar sustentação oral por 15 (quinze) minutos, e mais 5 (cinco) minutos em réplica mediante requerimento e resumo escrito prévio em até 24h antes da referida sessão pelo e-mail: conselhodecontribuintes@gmail.com, através dos formulários anexos. De acordo com Art. 9º. § 3º e Art. 32º "VI" Do Decreto 5098/2015:

Art. 9º. A intervenção do sujeito passivo far-se-á pessoalmente ou por intermédio de procurador.

É facultada a sustentação oral por parte do sujeito passivo ou do seu procurador mediante requerimento próprio com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas antes do início da sessão.

Art. 32. Declarada aberta a sessão, será observada a seguinte ordem:

VI - durante a sessão de julgamento, o sujeito passivo ou seu Representante, observado o requerimento prévio de que trata o §3º do art. 9º deste Regimento Interno, e o Representante da Fazenda terão direito ao uso da palavra por 15 (quinze) minutos cada um, concedendo-se-lhes réplica e tréplica por 05 (cinco) minutos;

São José, 24/08/2017.

| | |
|--|---|
| · JUNIOR SPIES
Presidente do CMC
Decreto Municipal n.º 7446/2017 | GRAZIELA BESEN PETRY MARIOT
Secretária Geral do CMC
Decreto Municipal n.º 7446/2017 |
|--|---|

REQUERIMENTO PARA SUSTENTAÇÃO ORAL

PROCESSO nº _____
Interessado: _____

Eu, _____, CPF/OAB _____, venho por meio deste requerer a realização de sustentação oral, referente ao processo em epígrafe durante a Sessão de Julgamento que ocorrerá no dia _____, conforme Edital de Convocação nº _____.

São José, ____/____/____

Nome:
CPF/OAB

RESUMO DO TEOR DA SUSTENTAÇÃO ORAL

Assinatura CPF/ OAB

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 058/2017 – Processo nº 291/2017 – Proc. Adm. 4263/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO E DESINSTALAÇÃO DE APARELHOS DE AR CONDICIONADO PARA A POLÍCIA CIVIL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ/SC.. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 25 de agosto de 2017 às 18h00min até dia 11 de setembro de 2017, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h31min do dia 11 de setembro de 2017. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 074/2017 – Processo nº 369/2017 – Proc. Adm. 5419/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SEGURADORA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE SEGURO E SEGURO RCF (RESPONSABILIDADE CIVIL FACULTATIVA), PARA A FROTA DE VIATURAS OFICIAIS DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DE SÃO JOSÉ/SC. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: De 25 de agosto de 2017 às 18h00min até dia 12 de setembro de 2017, às 14h30min. ABERTURA DAS PROPOSTAS E INÍCIO DA SESSÃO DA DISPUTA DE PREÇOS: Às 14h31min do dia 12 de setembro de 2017. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810002.

PREGÃO PRESENCIAL 080/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 080/2017 – Processo nº 379/2017 – Proc. Adm. 6000/2017. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA(S) ESPECIALIZADA(S) PARA EVENTUAL PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, INCLUINDO MÃO DE OBRA E FORNECIMENTO DE PEÇAS, DESTINADOS AOS VEÍCULOS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SÃO JOSÉ/SC. Data e período de recebimento dos envelopes de proposta e habilitação: dia 14/09/2017 às 14h00min. Sessão de abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 14/09/2017 às 14h30min. Retirada do edital no link: <http://wbc.pmsj.sc.gov.br/>. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0000.

São José do Cedro

PREFEITURA

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.101/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº101/2017
REGISTRO DE PREÇO

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, Lei Federal 10.520/02 e Decreto Municipal nº 5.253/2013, promove Processo Licitatório nº101/2017, Edital de Pregão Nº101/2017, Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE AGENCIAMENTO DE PASSAGENS AEREAS, PARA ATENDER A DEMANDA DO MUNICÍPIO. Recebimento, abertura e julgamento às 09:00 horas do dia 06/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

EXTRATO PREGÃO PRESENCIAL N.102/2017

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº102/2017

O Município de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, demais alterações vigentes, e Lei Federal 10.520/02 promove Processo Licitatório nº102/2017, Edital de Pregão Nº102/2017, Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FAZER A INSTALAÇÃO DE TELEFONIA VOIP PARA INTERLIGAÇÃO DOS RAMAIS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL, CONECTANDO A UM SERVIDOR LINUX ASTERISK COM GATEWAY DDR/E1 COM SUPORTE PARA ATÉ 30 CANAIS DE VOZ SIMULTÂNEOS. Recebimento, abertura e julgamento às 14:00 horas do dia 06/09/2017, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro – SC, maiores informações, www.prefcedro.sc.gov.br, pelo e-mail compras@prefcedro.sc.gov.br, ou telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30, site da Prefeitura de São José do Cedro – SC. Antonio Plinio de Castro Silva – Prefeito Municipal.

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 164/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Origem: Processo Licitatório nº 073/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2016.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: Gaia Rodovias Ltda., CNPJ nº 03.257.777/0001-24.

Objeto: Suprimir o valor dos itens 1 e 2; e aditar o valor do item 1 do Contrato nº 194/2016, de 12/08/2016, (originário do Processo Licitatório nº 073/2016, Modalidade Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 009/2016, cujo objeto consiste na CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA, BEM COMO O FORNECIMENTO DE MATERIAL E MÃO DE OBRA PARA EXECUÇÃO DA OBRA DE RECAPEAMENTO ASFÁLTICO EM CONCRETO BETUMINOSO USINADO A QUENTE (CBUQ), DRENAGEM PLUVIAL E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DAS RUAS: RUI BARBOSA ENTRE A RUA DOM PEDRO II E A RUA CORONEL BERTASO COM ÁREA TOTAL DE 2.914,92 M2, E CORONEL BERTASO ENTRE A RUA RIO DE JANEIRO E A AVENIDA ERNESTO BEUTER COM ÁREA TOTAL DE 5.611,84M², CONFORME PROJETOS EM ANEXO E CONTRATO DE FINANCIAMENTO A SER CELEBRADO ENTRE O BANCO REGIONAL DE DESENVOLVIMENTO DO EXTREMO SUL - BRDE E O MUNICÍPIO SÃO LOURENÇO DO OESTE - SC).

Valor Suprimido: R\$ 12.131,71 (doze mil, cento e trinta e um reais e setenta e um centavos) ao item 1 e R\$ 20.447,32 (vinte mil, quatrocentos e quarenta e sete reais e dois centavos) ao item 2.

Valor Aditado: R\$ 3.129,55 (três mil, cento e vinte e nove reais e cinquenta e cinco centavos).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução deste termo aditivo serão custeadas através de recursos próprios do Município, por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: a) D - 130/2017 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas;

b) D - 132/2017 - 09.01.15.451.4511.1.063.4.4.90.00.00.00.00.00 - Pavimentação e Qualificação de Vias Públicas.

Data de Assinatura: 18/08/2017.

Vigência: de 18/08/2017 a 07/11/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Renato Adriano Seibt - pela Contratada.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 165/2017, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Origem: Inciso II, do art. 24, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Locatário: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Locadora: Nair Roman, CPF nº 033.972.559-10.

Objeto: LOCAÇÃO DE IMÓVEL RESIDENCIAL (CASA MISTA, COM TRÊS QUARTOS, SALA, COZINHA, ÁREA DE SERVIÇO, INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E GARAGEM) LOCALIZADO NA TRAVESSA ATÍLIO GALEAZZI, Nº 320, BAIRRO CRUZEIRO, NA CIDADE DE SÃO LOURENÇO DO OESTE-SC, PARA ALOCAR FAMÍLIA EM SITUAÇÃO DE RISCO DO TIPO ESCORREGAMENTO DE TALUDE E RUÍNA DE EDIFICAÇÃO.

Valor: R\$ 400,00 (quatrocentos reais) mensais, totalizando o montante de R\$ 1.600,00 (um mil e seiscentos reais) para o período de 18/08 a 18/12/2017.

Pagamento: Os pagamentos serão realizados de acordo com a ordem cronológica estabelecida no Decreto nº 5.586, de 03 de janeiro de 2017, que poderá ser de no máximo, 30 (trinta) dias, a contar da apresentação do respectivo Recibo a ser emitido pelo Locador, cujo documento deverá conter todas as especificações.

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do presente Contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2017.

Rubrica Orçamentária: D - 116/2017 - 11.03.16.482.4509.2.040.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Habitação.

Data de Assinatura: 18/08/2017.

Vigência: de 18/08/2017 a 18/12/2017.

Signatários: Rafael Caleffi (Prefeito Municipal) - pelo Locatário e Nair Roman - pela Locadora.

São Miguel da Boa Vista

PREFEITURA

CANCELAMENTO 09/2017 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA - SC.

PROCESSO LICITATÓRIO N° 09/2017 - FMS.

MODALIDADE: PREGÃO PRESENCIAL

VILMAR SCHMAEDECKE, Prefeito Municipal de São Miguel da Boa Vista (SC), torna público o cancelamento, depois de acatado a sugestão da pregoeira e a comissão permanente de licitação, do processo licitatório n° 09/2017 para readequação do edital. São Miguel da Boa Vista (SC), 25 de Agosto de 2017. VILMAR SCHMAEDECKE – Prefeito Municipal

EXTRATO FINAL 10-2017- FMS

EXTRATO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA

PROCESSO LICITATÓRIO N°. 10/2017 – FMS.

Modalidade: Pregão Presencial

Registro de Preço

O MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DA BOA VISTA – torna público, para conhecimento de interessados, que no referido processo licitatório, foi considerado vencedor para aquisição de materiais para o programa Outubro Rosa, promovido pela Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social do Município, a empresa, GLOBALPED MATERIAS DIDATICOS E PEDAGOGICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob nº. 10.291.271/0001-05 no valor total de R\$ 7.749,00, a empresa, TRANCA DE PANO INDÚSTRIA E COMERCIO DE CONFECCOES, inscrita no CNPJ sob nº 25.017.188/0001-01, no valor total de R\$ 972,00.

São Miguel da Boa Vista/SC, em 24 de Agosto de 2017.

VILMAR SCHMAEDECKE

Prefeito Municipal

São Miguel do Oeste

PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 3/2017 - AGRÍCOLA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO AGRICOLA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 3/2017 - PR 5/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 9/2017 - OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ATRAVÉS DE HORAS MAQUINAS DE RETROESCAVADEIRA, PARA ABERTURA DE FONTES DE ÁGUA "PROJETO ÁGUA PURA" EM PROPRIEDADES RURAIS NO INTERIOR DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

TRANS MESTRI LTDA - ME, vencedora do itens 1 no valor de R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais).

Total da Licitação: R\$ 61.500,00 (sessenta e um mil e quinhentos reais).

ASSINATURA: 24/08/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 47/2017 - PREFEITURA

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 47/2017 - PR 116/2017 - PROCESSO LICITATÓRIO 167/2017 - OBJETO: AQUISIÇÃO DE 410 PLACAS DE SINALIZAÇÃO DESTINADAS A IMPLANTAÇÃO EM RUAS E AVENIDAS NO PERIMETRO URBANO DO MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE - SC, DE ACORDO COM O ANEXO I DO EDITAL.

Fornecedores:

GP SINALIZAÇÃO - INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP, vencedora do lote 1 no valor de R\$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos reais).

Total da Licitação: R\$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos reais).

ASSINATURA: 24/08/2017.

VIGÊNCIA: 12 meses.

CONTRATO 66/2017 - SAÚDE

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EXT. CONTRATO 66/2017

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 60/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 41/2017

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇOS DE LIMPEZA DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO LEONARDO WEISHEIMER – UPA 24 HS, DE ACORDO COM O ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

VALOR: R\$ 9.500,00 mensal

CONTRATADO: MEGA MONITORAMENTO LTDA - ME

VIGÊNCIA: 12 meses

ASSINA pela CONTRATANTE: LEONIR CARON – Gestor do Fundo

ASSINA pela CONTRATADA: ADEMIR EUGENIO WEBER

São Miguel do Oeste, SC., 23 de agosto de 2017

PROCESSO Nº 183/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 183/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 24/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, para suprir as necessidades dos alunos do Ensino Infantil da Rede Municipal de Ensino, do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: ODAIR EDSON DA SILVA PICININI – ME. Valor Total de R\$ 1.743,72. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

PROCESSO Nº 184/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 184/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 25/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, para suprir as necessidades dos alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: A.E.M OESTE COMERCIAL EIRELLI - ME. Valor Total de R\$ 4.996,07. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER

Secretário Municipal de Administração

PROCESSO Nº 185/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 185/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 26/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, para suprir as necessidades dos alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: EDASA ATACADO LTDA - EPP. Valor Total de R\$ 3.431,68. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER
Secretário Municipal de Administração

PROCESSO Nº 186/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 186/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 27/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, para suprir as necessidades dos alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: ROMALDO PEDRO MALDANER – ME. Valor Total de R\$ 3.976,80. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER
Secretário Municipal de Administração

PROCESSO Nº 187/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 187/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 28/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, para suprir as necessidades dos alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: ACOUGUE E MERCADO KLEIN LTDA – ME. Valor Total de R\$ 1.642,64. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER
Secretário Municipal de Administração

PROCESSO Nº 188/2017 - PREFEITURA

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE
PROCESSO DE LICITAÇÃO N. 188/2017
DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 29/2017

O Município de São Miguel do Oeste - SC, a partir do Secretário de Administração, Leva ao conhecimento dos interessados que realizou licitação na Modalidade de Dispensa de Licitação tendo como objeto: Aquisição de gêneros alimentícios em caráter emergencial, para suprir as necessidades dos alunos do Ensino Infantil e Ensino Fundamental da Rede Municipal de Ensino, do Município de São Miguel do Oeste – SC. Contratado: SCS COMERCIO LTDA – EPP. Valor Total de R\$ 1.921,86. Licitação regida pela Lei Federal n. 8.666/93 e alterações vigentes. Maiores informações poderão ser obtidas junto ao Departamento de Compras desta Municipalidade ou sito a Rua Marcilio Dias, 1199, fone (0xx49) 36312006.

São Miguel do Oeste – SC, 24 de agosto de 2017.

ALFREDO SPIER
Secretário Municipal de Administração

REVOGAR EDITAL

EDITAL DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL DO OESTE

Processo Licitatório nº 69/2017

Edital Pregão Presencial nº 46/2017

O Senhor Secretário Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e regimentais, na forma da legislação vigente, e, considerando o Memorando que não houve participantes no referido processo licitatório, decido revogar o Processo Licitatório, com base no Art.49 da Lei 8.666/93.

São Miguel do Oeste- SC, 23 de agosto de 2017.

Leonir Caron
Secretário Municipal de Saúde

CÂMARA MUNICIPAL

PORTARIA 092/2017

PORTARIA 092/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador VAGNER RODRIGUES DOS PASSOS, a percepção de 3 (três) diárias e 2/3 (dois terços) à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do "I Seminário Catarinense de Vereadores", tendo como dia de partida o dia 28 de agosto de 2017, às 12h, com retorno previsto no dia 1º de setembro de 2017, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro

de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,

Em 24 de agosto de 2017.

Vereador Cláudio José Barp

Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo

Secretário Executivo

PORTARIA 093/2017**PORTARIA 093/2017**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador CÁSSIO AUGUSTO DA SILVA, a percepção de 3 (três) diárias e 2/3 (dois terços) à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do "I Seminário Catarinense de Vereadores", tendo como dia de partida o dia 28 de agosto de 2017, às 12h, com retorno previsto no dia 1º de setembro de 2017, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,
Em 24 de agosto de 2017.
Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Executivo

PORTARIA 094/2017**PORTARIA 094/2017**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador JOSÉ ELIAS ARAÚJO DO ROSÁRIO, a percepção de 3 (três) diárias e 2/3 (dois terços) à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do "I Seminário Catarinense de Vereadores", tendo como dia de partida o dia 28 de agosto de 2017, às 12h, com retorno previsto no dia 1º de setembro de 2017, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,
Em 24 de agosto de 2017.
Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,

foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Executivo

PORTARIA 095/2017**PORTARIA 095/2017**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador ODEMAR MARQUES, a percepção de 3 (três) diárias e 2/3 (dois terços) à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do "I Seminário Catarinense de Vereadores", tendo como dia de partida o dia 28 de agosto de 2017, às 12h, com retorno previsto no dia 1º de setembro de 2017, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,
Em 24 de agosto de 2017.
Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Executivo

PORTARIA 096/2017**PORTARIA 096/2017**

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador VANIRTO JOSÉ CONRAD, a percepção de 3 (três) diárias e 2/3 (dois terços) à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do "I Seminário Catarinense de Vereadores", tendo como dia de partida o dia 28 de agosto de 2017, às 12h, com retorno previsto no dia 1º de setembro de 2017, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,
Em 24 de agosto de 2017.
Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Executivo

PORTARIA 097/2017

PORTARIA 097/2017

O Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de São Miguel do Oeste, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e pelo Regimento Interno Cameral – Resolução nº 004 de 1º de dezembro de 1992, RESOLVE:

Art. 1º FIXAR, ao Vereador EVERALDO DI BERTI, a percepção de 3 (três) diárias e 2/3 (dois terços) à cidade de Brasília - DF, com o objetivo de participar do "I Seminário Catarinense de Vereadores", tendo como dia de partida o dia 28 de agosto de 2017, às 12h, com retorno previsto no dia 1º de setembro de 2017, às 3h, tendo como meio de transporte, São Miguel do Oeste – Chapecó – veículo particular; Chapecó – Brasília – avião custeado pelo Poder Legislativo; Brasília – Chapecó - avião custeado pelo Poder Legislativo; e Chapecó – São Miguel do Oeste - veículo particular.

Art. 2º Estabeleceu-se como nível de enquadramento para percepção da diária, o Decreto Legislativo nº 002/13 de 20 de dezembro de 2013, tendo como valor total da diária R\$ 750,00 (setecentos e cinquenta reais), perfazendo o total de R\$ 2.750,00 (dois mil, setecentos e cinquenta reais).

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Gabinete do Presidente do Câmara de SMOeste, SC,
Em 24 de agosto de 2017.
Vereador Cláudio José Barp
Presidente da Câmara

Certifico que a presente Portaria,
foi publicada na forma da lei, nesta data.

Airton José Macarini Segundo
Secretário Executivo

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

CONTRATO 18.2017

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro-CEP: 88125-000-Fone: 48-32770122-R. 223/203

www.pmspa.sc.gov.br -

CONTRATO n.º 18/2017

Contrato que entre si celebram de um lado MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA, Estado de Santa Catarina, com endereço na Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 01.613.101/0001-09, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal e.e, Sr. ERNEI JOSÉ STAHELIN, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e de outro lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE (BANDA MILÊNIO), com sede na Rua XV de Novembro, nº 2.219, Sala B, Bairro Centro, Município de Pomerode/SC, CEP 89.107-000, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 07.453.253/0001-60, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, em decorrência do processo de licitação nº 36.2017 - Modalidade: Inexigibilidade, homologado em 09/08/2017, mediante sujeição mútua às normas constantes da Lei n.º 8.666/93, da Lei Orgânica Municipal, ao Edital licitatório e às seguintes cláusulas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO DO CONTRATO E DO REGIME DE EXECUÇÃO:

1.1- O objeto do presente contrato é aquele descrito no edital do processo licitatório n.º 36/2017 e seus anexos, qual seja, contratação da Banda MILÊNIO - Associação dos Músicos Profissionais de Pomerode para a 15ª Oktobertanz, a se realizar nos dias 23 e 24 de setembro neste Município de São Pedro de Alcântara/SC.

1.2- A CONTRATADA declara possuir condições de possuir e entregar o objeto deste contrato dentro das normas técnicas com qualidade e segurança.

CLÁUSULA SEGUNDA - DOCUMENTAÇÃO CONTRATUAL:

2.1- São partes integrantes deste contrato o edital de licitação nº. 36/2017, o termo de homologação e a proposta apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E DOS PAGAMENTOS:

3.1- O preço é aquele constante na proposta apresentada pela empresa no processo licitatório nº 36/2017, ou seja, R\$ 7.990,00 (sete mil novecentos e noventa reais), não podendo sofrer reajuste de forma alguma.

3.2- O pagamento será efetuado no primeiro dia útil após a prestação do serviço, mediante apresentação de nota fiscal, no Setor de Contabilidade da Prefeitura.

3.2.1 Para o pagamento, deverá o Poder Executivo designar profissional, do quadro de servidores do Município, a fim de que homologue o relatório apresentado pela contratada.

3.3- O preço contratado não será reajustado.

CLÁUSULA QUARTA - DA COMUNICAÇÃO DO PAGAMENTO:

4.1- No ato da liquidação da despesa, oriunda deste contrato, a PREFEITURA, pelo seu serviço de contabilidade, comunicará aos órgãos incumbidos da arrecadação e fiscalização de tributos da União e do Estado, as características e os valores pagos à CONTRATADA.

CLÁUSULA QUINTA - DO PRAZO CONTRATUAL E A PRESTAÇÃO

DO SERVIÇO:

5.1- O prazo deste contrato é dia 30/09/2015, e o serviço deste contrato são os dias 23 e 24 de Setembro de 2017.

CLÁUSULA SEXTA - DESPESAS E RECURSOS:

6.1- A despesa deste contrato correrá por conta do orçamento da PREFEITURA, com os recursos previstos no orçamento fiscal vigente, com a seguinte classificação: 06.02.2.045.3.3.90.00.00.00.00.01.0000 (56)

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1- A CONTRATADA obriga-se pelos danos causados diretamente à PREFEITURA ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução deste contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade e fiscalização ou o acompanhamento da PREFEITURA.

7.2- A manter, durante toda a execução do contrato, compatibilidade com as obrigações assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificações exigidas na Lei n.º 8.666/93 e apresentadas de conformidade com o edital n.º 36/2017.

7.3- Não poderá a CONTRATADA sub-contratar o fornecimento do objeto deste contrato.

7.4 - As despesas com deslocamento, alimentação, hospedagem e afins é por conta da CONTRATADA.

CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES À CONTRATADA:

8.1- Pelo atraso e/ou inexecução total ou parcial deste contrato, a CONTRATADA sujeitar-se-á as seguintes sanções:

8.1.1- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto inferior a 30 (trinta) dias, multa de 0,3% (três décimos por cento) sobre o valor atualizado deste contrato.

8.1.2- Pelo atraso injustificado na entrega do objeto superior a 30 (trinta) dias, multa de 20% (vinte por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além de ser este atraso entendido como recusa à execução do contrato, permitindo sua rescisão;

8.1.3- Pela infração a quaisquer disposições contidas neste contrato e nos dispositivos legais pertinentes, multa de 2% (dois por cento) sobre o valor atualizado deste contrato, além das multas decorrentes de infração cometida devida ao órgão competente.

8.2- Além da imposição das multas acima, a CONTRATADA, pelas infrações descritas no caput desta cláusula, poderá sofrer a imposição de:

8.2.1- Advertência escrita.

8.2.2- Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a PREFEITURA, por um prazo de até 02 (dois) anos, aplicada pelo Prefeito Municipal.

8.2.3- Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a PREFEITURA enquanto perdurarem os motivos determinantes da sanção ou até que seja requerida a reabilitação ao Prefeito Municipal, a qual será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a PREFEITURA pelos prejuízos resultantes da infração e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos, facultada a defesa da CONTRATADA no processo licitatório no prazo de 10 (dez) dias da abertura do visto.

8.3- A imposição das sanções acima descritas não impede que a PREFEITURA rescinda unilateralmente este contrato e aplique outras sanções previstas na Lei n.º 8.666/1993.

8.4- A multa, aplicada após regular processo administrativo, será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela PREFEITURA, ou na ausência destes, cobrada judicialmente.

8.4.1- Da aplicação de qualquer multa, será a CONTRATADA intimada a efetuar o recolhimento aos cofres municipais no prazo de

10 (dez) dias úteis.

8.5- Ante a imposição de quaisquer sanções à CONTRATADA, ser-lhe-á conferido o direito de defesa prévia.

8.6- Nenhum pagamento será efetuado à CONTRATADA se esta deixar de recolher qualquer multa que lhe for imposta, dentro do prazo previsto.

CLÁUSULA NONA – DAS PRERROGATIVAS DA PREFEITURA:

9.1- Além da prerrogativa que lhe é atribuída no art. 77 da Lei n.º 8.666/93, à PREFEITURA, em relação a este contrato, são conferidas os direitos de:

9.1.1- Modificá-lo, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades do interesse público, respeitados os direitos da CONTRATADA.

9.1.2- Rescindir-lo, unilateralmente, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do art. 78, da Lei n.º 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS:

10.1- Este contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas:

10.1.1- Por acordo das partes:

10.1.1.1- Quando conveniente à substituição da garantia de execução.

10.1.1.2- Quando necessário à modificação do regime de execução do seu objeto, em face da verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originais.

10.1.2- Pela imposição de quaisquer tributos ou encargos legais criados posteriormente e que onerem sobremaneira a execução do objeto, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados.

10.2- Em ocorrendo quaisquer das situações descritas no item supra, poderão as partes, por mútuo acordo, revisar este contrato para mais ou para menos, conforme o caso e a conveniência da Administração Pública.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA RESCISÃO CONTRATUAL:

11.1- O presente contrato poderá ser rescindido:

11.1.1- De forma amigável, por acordo entre as partes e reduzido a termo, desde que haja, com antecedência de 05 (cinco) dias, autorização escrita e fundamentada, assinada pelo Prefeito Municipal em fundamento da conveniência pública.

11.1.2- Por ato fundamentado e unilateral da PREFEITURA, desde que na ocorrência, independentemente, de qualquer das seguintes condicionantes:

11.1.2.1- O não cumprimento e/ou o cumprimento irregular, pela CONTRATADA, de qualquer das cláusulas contratuais.

11.1.2.2- O atraso injustificado por mais de 30 (trinta) dias, no fornecimento do objeto deste contrato, por parte da CONTRATADA;

11.1.2.3- A subcontratação total ou parcial do objeto deste contrato.

11.1.2.4- A associação da CONTRATADA com outrem, a cessão ou transferência, total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, não admitidos no edital e neste contrato, salvo por autorização expressa da PREFEITURA, após regular consulta.

11.1.2.5- A decretação de falência ou dissolução civil da CONTRATADA.

11.1.2.6- A alteração social, modificação da finalidade ou da estrutura da CONTRATADA que prejudique a execução do objeto deste contrato.

11.1.2.7- Razões de interesse público, invocadas pela PREFEITURA, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e determinadas pelo Prefeito Municipal e exaradas em regular processo administrativo.

11.1.2.8- A ocorrência, invocada pela PREFEITURA, de caso fortuito ou de força maior, regularmente comprovada e impeditiva do início/continuidade da execução do objeto deste contrato.

11.1.3- Por ato praticado pela CONTRATADA, desde que não tenha concorrido para motivo da rescisão, garantido o contraditório

e ampla defesa.

11.1.4- A pedido da CONTRATADA, quando a PREFEITURA, após regular processo administrativo:

11.1.4.1- Não cumprir e/ou cumprir irregularmente quaisquer cláusulas deste contrato;

11.1.4.2- Atrasar por mais de 30 (trinta) dias os pagamentos devidos, relativos ao objeto ou as parcelas deste, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem, guerra ou qualquer outra situação calamitosa devidamente comprovada por Decreto Municipal, ficando assegurado à CONTRATADA o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até ser normalizada a situação.

11.1.4.3- Alegar a ocorrência de caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados e que impeçam a execução deste contrato.

11.1.5- Também incidirá na rescisão contratual o descumprimento, por parte da CONTRATADA, do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei n.º 8.666/93, sem prejuízo das sanções penais cabíveis.

11.1.6- Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA DECLARAÇÃO DE NULIDADE DO CONTRATO:

12.1- A declaração de nulidade deste contrato opera retroativamente, impedindo os efeitos jurídicos que este, ordinariamente, deveria produzir, além de desconstituir os já produzidos.

12.2- A nulidade não exonera a PREFEITURA do dever de indenizar a CONTRATADA pelo que esta houver executado até a data em que ela for declarada, e por outros prejuízos, regularmente comprovados, contanto que não lhe sejam imputáveis, cabendo à PREFEITURA promover a responsabilidade de quem deu causa à nulidade.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

13.1- Dos atos decorrentes deste contrato, praticados pela PREFEITURA ou pela CONTRATADA, caberão os recursos previstos no art. 109 e seguintes da Lei n.º 8.666/1993.

13.2- Os julgamentos dar-se-ão também em conformidade com os preceitos estatuídos na Lei n.º 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO FORO:

14.1- As partes elegem o foro da Comarca de São José/SC para dirimir quaisquer questões atinentes a este contrato, com renúncia expressa a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

15.1- Este contrato está vinculado a todas as normas insculpidas no Edital n.º 36/2017.

15.2- Aplicam-se à execução deste contrato e aos casos omissos, as normas da Lei nº 8.666/93, os preceitos de direito público, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado.

Assim acordadas e ajustadas, PREFEITURA e CONTRATADA assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor e forma, juntamente com duas testemunhas presenciais.

São Pedro de Alcântara/SC, 24 de agosto de 2017.

MUNICIPIO DE SÃO PEDRO DE ALCÂNTARA
ERNEI JOSÉ STAHELIN
PREFEITO MUNICIPAL

ASSOCIAÇÃO DOS MUSICOS PROFISSIONAIS DE POMERODE
(BANDA MILÊNIO)
CNPJ: 07.453.253/0001-60

Schroeder

PREFEITURA

CONVOCAÇÃO CONCURSO PÚBLICO N°. 001/2015 – GAB/PMS

Convocação Concurso Público n°. 001/2015 – GAB/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. TATIANA REGINA DE SANTANNA DOS SANTOS, inscrita no CPF sob n°. 055.035.179-54, aprovada em 3º lugar no Concurso Público n°. 001/2015 – GAB/PMS, para o cargo de FARMACÊUTICA, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6514), até as 17:00 h do dia 25 de agosto de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 13.5 e 13.6, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 23 de agosto de 2017.

Adriano Kath
Prefeito Municipal e.e.

Orlando Tecilla
Secretário de Saúde

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. MARIA HELENA CASTRO inscrita no CPF sob n°. 021.514.029-08, aprovada em 41º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 28 de agosto de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 24 de agosto de 2017.

Adriano Kath
Prefeito Municipal e.e.

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO N°. 001/2016-SECEL/PMS

Convocação Processo Seletivo n°. 001/2016-SECEL/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. MICHAEL DOUGLAS GONÇALVES PAULINO inscrito no CPF sob n°. 409.046.478-11, aprovada em 40º lugar no Processo Seletivo n°. 001/2016-SECEL/PMS, para o cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS I, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de agosto de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de reclassificação, conforme preveem os itens 15.1 e 15.2, passando a ocupar o último lugar da listagem de classificação para uma eventual 2ª chamada.

Schroeder (SC), 23 de agosto de 2017.

Adriano Kath
Prefeito Municipal e.e.

Harildo Konell
Secretário de Educação, Cultura, Esporte e Lazer

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SMS/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ALINE BACHMANN, inscrita no CPF sob nº. 059.301.139-20, aprovada em 9º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS, para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de agosto de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.3 e 11.4 do edital.

Schroeder (SC), 23 de agosto de 2017.

Adriano Kath

Prefeito Municipal e.e.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde

CONVOCAÇÃO PROCESSO SELETIVO Nº. 001/2016-SMS/PMS

Convocação Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. EDVALDO DE RAMOS OLIVEIRA, inscrita no CPF sob nº. 036.576.279-28, aprovado em 10º lugar no Processo Seletivo nº. 001/2016-SMS/PMS, para o cargo de TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer no Setor de Recursos Humanos (47 3374-6509), até as 17:00h do dia 25 de agosto de 2017, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga, conforme prevê os itens 11.3 e 11.4 do edital.

Schroeder (SC), 23 de agosto de 2017.

Adriano Kath

Prefeito Municipal e.e.

Orlando Tecilla

Secretário de Saúde

DECRETO Nº 4.215/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 4.215/2017 de 24 de agosto de 2017

DOTAÇÃO TRANSFERIDA - ENTRE ENTIDADES NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.302/2017 de 21 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 118.000,00 (cento e dezoito mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

05 - SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA, ESPORTE E LAZER

05.01 - DIRETORIA DE ESPORTES E LAZER

05.01.27.812.3010.2.330 - Manutenção das Atividades Desportivas

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 20.000,00

05.03 - SETOR DE CULTURA

05.03.13.392.3011.2.332 - Manutenção das Ações de Cultura

4.4.90.52.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Equipamentos e Material Permanente R\$ 20.000,00

07 - SEC. DE AGRICULTURA, INDÚSTRIA, COMÉRCIO E TURISMO

07.01 - UNID DE AGRICULTURA

07.01.20.606.3004.2.312 - Manutenção do Setor de Agricultura

3.1.90.11.00.00.00.00 - 00.01.0000 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil R\$ 78.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH
Prefeito Municipal e.e.

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

DECRETO Nº 4.216/2017 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECRETO Nº 4.216/2017 de 24 de agosto de 2017

DOTAÇÃO TRANSFERIDA - ENTRE ENTIDADES NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder em exercício, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal e considerando a autorização contida na Lei Municipal nº 2.302/2017 de 21 de agosto de 2017,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 32.000,00 (trinta e dois mil reais) para a(s) seguinte(s) dotação(ões) orçamentária(s):

04 - SECRETARIA DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL

04.01 - UNID. DE SAÚDE

04.01.10.302.3013.2.361 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial

3.3.90.39.00.00.00.00 - 00.01.0002 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$ 32.000,00

Art. 2º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei 1.669/2008, de 17/06/2008.

Schroeder, 24 de agosto de 2017.

ADRIANO KATH
Prefeito Municipal e.e.

ELMER SANDRO QUADROS
Secretário de Planejamento, Gestão e Finanças

Publicado por

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.185/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº 7.185/2017, DE 24 de agosto de 2017

REESTRUTURA A COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES PARA O PERÍODO DE 12 MESES.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a Comissão Permanente de Licitações, para o período de 12 (doze) meses, a partir desta data, de acordo com o Art. 51, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

EFETIVOS:

q Ivandra de Souza – Presidente

q Eloir José Wendt – Membro

q José Antônio Lourenço – Membro

q Valderi Rocha de Camargo - Membro

SUPLENTE:

q Diego Guilherme Lasta

SECRETÁRIA:

q Natália Kersten Brummüller – Secretária

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 24 de agosto de 2017.
ADRIANO KATH
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

PORTARIA Nº 7.186/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº7.186/2017, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

REESTRUTURA A COMISSÃO ESPECIAL DE LICITAÇÃO PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA.

ADRIANO KATH, Prefeito Municipal de Schroeder, Estado de Santa Catarina, em Exercício, no uso de suas atribuições legais, consubstanciadas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE :

Art. 1º Reestruturar a Comissão Especial de Licitação para obras e serviços de engenharia no Município de Schroeder, para o período de 12 (doze) meses, a partir desta data, de acordo com o art. 51, da Lei nº8.666/93 e suas alterações, sem prejuízo de suas atribuições normais, e, sob a presidência do primeiro nomeado:

- Ivandra de Souza – Presidente
- Natália Kersten Brumuller –Secretária
- Valderi Rocha de Camargo – Membro Titular
- Walter Egidio Mukai – Membro Titular
- Cezar Santos de Jesus – Membro Titular
- Diego Guilherme Lasta – Membro Suplente
- Ilmar José Pereira Borges Filho – Membro Suplente
- José Antônio Lourenço – Membro Suplente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 2º, da Lei nº. 1.669/2008, de 17/6/2008.

PUBLIQUE-SE, COMUNIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Schroeder, 24 de agosto de 2017.
ADRIANO KATH
Prefeito Municipal e.e.

Publicada por:

TIAGO RAFAEL MUCHALSKI PETRY
Assessor Jurídico

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 75/2017-PMS

Página: 1/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2017

Número do Registro de Preços: 65/2017 **Data do Registro:** 24/08/2017 **Válido até:** 24/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE para a contratação de empresa especializada em serviço de terraplenagem e fornecimento de brita, pó de brita e areia para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tur

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|--|-------|---|-------------|-------------|----------------|----------|
| 1 | Serviço de hora máquina Retroescavadeira 4 X 4, turbinada, ano da máquina igual ou superior a 2008 em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horário da máquina. | H | PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922) | JCB | 0 | 88,9000 | 1 |
| 2 | Serviço de hora máquina trator esteira - lâmina regulagem hidráulica - peso mínimo 10.000 kg., ano da máquina igual ou superior a 2008, em excelente estado de conservação.(Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horário da máquina. | H | PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922) | New Holland | 0 | 158,9000 | 1 |
| | | | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 0 | 158,9900 | 2 |
| | | | MÁRIO VIEIRA COM. DE MADEIRAS E TERRAPLENAGEM LTDA (7862) | | 0 | 170,0000 | 3 |
| 3 | Serviço de hora máquina mini escavadeira hidráulica, ano da máquina igual ou superior a 2008 em ex esteira emborachada, peso mínimo 2.700 Kg, e profundidade de escavação máxima 2,5 metros. Concha 30 cm largura, concha 40 cm de largura e concha de 60 cm largura, ano da máquina superior a 2006 e excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local do serviço) - Horário da máquina. | H | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 0 | 85,0000 | 1 |
| | | | PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922) | Caterpillar | 0 | 95,0000 | 2 |
| 4 | Transporte de 10.000 (metros cúbicos) de seibro ou seixo, no município de schroeder, num trajeto não superior a 12 Km. | M³ | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 0 | 9,8000 | 1 |
| | | | PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922) | Volkswagen | 0 | 9,9000 | 2 |
| | | | MÁRIO VIEIRA COM. DE MADEIRAS E TERRAPLENAGEM LTDA (7862) | | 0 | 10,0000 | 3 |
| 5 | Horas de transporte de máquinas - capacidade do caminhão prancha de transporte, acima de 23.000 Kg. | H | MÁRIO VIEIRA COM. DE MADEIRAS E TERRAPLENAGEM LTDA (7862) | | 0 | 139,8000 | 1 |
| | | | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 0 | 148,0000 | 2 |

Página: 2/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2017

| | | | | | | |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 65/2017 | | Data do Registro: 24/08/2017 | | Válido até: 24/08/2018 | | |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE para a contratação de empresa especializada em serviço de terraplanagem e fornecimento de brita, pó de brita e areia para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tur | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Preço Unitário | Classif. |

| | | | | | |
|----|---|----|--|-------------|---|
| 6 | Serviço de hora rolo compactador com tração no tambor, ano da máquina igual ou superior a 2008- Peso Mínimo 7.800 Kg - Horímetro da máquina. | H | PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922) | Mercades | 3 |
| 7 | Serviço de hora máquina carregadeira, turbinada, ano da máquina igual ou superior a 2008, peso mínimo 9.000 kg, capacidade da concha de no mínimo 1,8 metros cúbicos, em excelente estado de conservação. (Empresa é responsável pelo transporte da máquina até o local da execução do serviço) - Horímetro da máquina. | H | PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME (8922) | Caterpillar | 1 |
| 8 | Areia média | M² | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 2 |
| 9 | Brita número 0 1 e/ ou 02 | M³ | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 1 |
| 10 | Material Britado (50% areia média + 50% brita número 01) | M³ | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 1 |

Página: 3/5

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2017

Número do Registro de Preços: 65/2017 Data do Registro: 24/08/2017 Válido até: 24/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE para a contratação de empresa especializada em serviço de terraplanagem e fornecimento de brita, pó de brita e areia para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tur

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|-----------------------------------|-------|---|-------------|-------------|----------------|----------|
| 11 | Areia fina reboco branca /amarela | M³ | COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073) | Rio Branco | 0 | 54,9000 | 2 |
| | | | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 0 | 58,0000 | 1 |
| | | | BRITAGEM TRES RIOS LTDA - EPP (12705) | | 0 | 60,0000 | 2 |
| | | | COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073) | TJF | 0 | 60,0000 | 3 |
| 12 | Pó de Brita, | M³ | BRITAGEM TRES RIOS LTDA - EPP (12705) | | 0 | 54,9500 | 1 |
| | | | WINTER AMBIENTAL LTDA - ME (13477) | Winter | 0 | 54,9900 | 2 |

Página: 4/5

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2017

| | | | | | | | |
|--|---------------|------------------------------|---|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 65/2017 | | Data do Registro: 24/08/2017 | | Válido até: 24/08/2018 | | | |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE para a contratação de empresa especializada em serviço de terraplanagem e fornecimento de brita, pó de brita e areia para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tur | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
| | | | COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP (9073) | Rio Branco | 0 | 59.0000 | 3 |

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 65/2017

Página: 5/5

| | | | | | | | |
|--|---------------|------------------------------|------------|------------------------|-------------|----------------|----------|
| Número do Registro de Preços: 65/2017 | | Data do Registro: 24/08/2017 | | Válido até: 24/08/2018 | | | |
| Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE para a contratação de empresa especializada em serviço de terraplanagem e fornecimento de brita, pó de brita e areia para a Secretaria de Obras e Serviços Urbanos, Secretaria de Agricultura, Indústria, Comércio e Tur | | | | | | | |
| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descdo. (%) | Preço Unitário | Classif. |

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 65/2017

PROCESSO Nº 154/2017

- (7862) - MÁRIO VIEIRA COM. DE MADEIRAS E TERRAPLENAGEM LTDA
- (8922) - PASQUALI TERRAPLENAGEM E SERVIÇOS LTDA ME
- (9073) - COMERCIAL SANTO ANTONIO LTDA - EPP
- (12705) - BRITAGEM TRES RIOS LTDA - EPP
- (13477) - WINTER AMBIENTAL LTDA - ME

Schroeder, 24 de Agosto de 2017.

ATA REGISTRO DE PREÇOS PR 78/2017-PMS

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 64/2017

Número do Registro de Preços: 64/2017 **Data do Registro:** 24/08/2017 **Válido até:** 24/08/2018

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para a contratação de Serviços de informatização e gestão de bilheterias e venda antecipada de ingressos, com montagem de rede e software, suporte técnico 24 horas, serviço de (1) um técnico do sistema, desloca

| Item | Especificação | Unid. | Fornecedor | Marca Ofer. | Descto. (%) | Preço Unitário | Classif. |
|------|---------------|-------|------------|-------------|-------------|----------------|----------|
|------|---------------|-------|------------|-------------|-------------|----------------|----------|

| | | | | | | | |
|---|---|----|---------------------------------------|--|---|------------|---|
| 1 | <p>SERVIÇOS DE INFORMATIZAÇÃO E GESTÃO DE BILHETERIAS E VENDA ANTECIPADA DE INGRESSOS, COM MONTAGEM DE REDE E SOFTWARE, SUPORTE TÉCNICO 24 HORAS, SERVIÇO DE (1) UM TÉCNICO DO SISTEMA, DESLOCAMENTO E HOSPEDAGEM PARA A EDIÇÃO DA SCHROEDERFEST 2017, COMPREENDENDO O FORNECIMENTO DE TODOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA NECESSÁRIOS PARA A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS.</p> <p>MATERIAIS INCLUIDOS NA PROPOSTA:</p> <p>EQUIPAMENTOS/TERMINAIS PARA IMPRESSÃO DE TICKETS (Impressão de Ingresso com gestão plena das vendas em tempo real possibilitando ao usuário ver todas as movimentações financeiras com relatórios precisos por item de classificação, por dia, tipo de ingresso, categoria e usuário. O equipamento deverá utilizar plataforma de alta funcionalidade de segurança e contra a qualquer tipo de violação ou falsidade do produto ingresso. Os terminais deverão operar com a função de Débito e Crédito (conexão por meio de telefonia celular). Fornecimento de suprimentos como bobinas para impressão e todo material necessário.</p> <p>Todas as máquinas deverão ser ligadas a uma tomada 220/110, comunicação via gprs (cellular).</p> <p>Todos os ingressos/tickets deverão gerar um código de barras e todas as informações que possam identificar o evento, como: logomarca do evento, dia, hora, local e tipo do ingresso para que possa ser validado).</p> <p>5 MÁQUINAS PARA VALIDAÇÕES DOS TICKETS "VALIDADORES" (Gerenciamento e controle de acesso do público através de máquinas validadoras com leitor de códigos de barras e tablet. Esse sistema consiste em dar segurança e controlar todos os acessos ao parque do evento.</p> <p>PULSERAS TYVEK EM 3 CORES DIFERENTES - TAMANHO 24CM X 2CM, NUMERADAS, COM LOGOMARCA DO EVENTO SCHROEDERFEST 2017 (1.000 unidades para sexta-feira dia 06/10/17, 2.000 unidades para sábado 07/10/17 e 2.000 unidades para domingo 08/10/17).</p> <p>ANTECIPADA (venda antecipada de ingressos através de web site, venda através de pontos de venda físico num raio de no mínimo 80 km do município de Schroeder)</p> <p>IMPORTANTE: O equipamento deverá possibilitar o acompanhamento das vendas em tempo real proporcionando segurança e informação para o gestor do evento e rapidez e praticidade ao cliente. O sistema ainda deverá gerenciar os tickets impressos, armazenando os dados da venda no próprio terminal, mesmo após seu desligamento. Possuir controle de acesso para atendentes, supervisores e administradores.</p> <p>O sistema deverá oferecer a possibilidade de operar simultaneamente online e offline.</p> <p>Emissão de Relatórios:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Fechamento de turno (se liver); - Cadastro de turno (nome); - Relatórios por itens vendidos; - Relatórios por atendente; - Sangrias (retradas); - Suprimento (troco); - Fechamento diários; - Fechamento de turno; - Fechamento total. | UN | TICKET MAIS EVENTOS LTDA - ME (13172) | | 0 | 7.600,0000 | 1 |
|---|---|----|---------------------------------------|--|---|------------|---|

Todos esses relatórios serão visualizados pelo painel de gestão e impressos.

Seara

PREFEITURA

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 019/2017-FMS - PL 030/2017- FORN. ALTERMED

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 019/2017-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 008/2017-FMS

Pregão Presencial nº. 019/2017 - FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Altermed Material Médico Hospitalar Ltda, CNPJ nº. 00.802.002/0001-02, estabelecida na estrada Boa Esperança, nº. 2320, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo Sr. Anacleto Ferrari, brasileiro, casado, empresário, RG nº 3R-428.772, CPF nº 523.140.819-00, residente e domiciliado na estrada Boa Esperança, nº. 2545, bairro Fundo Canoas, Rio do Sul, SC para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 019/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais médico-hospitalares, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 1.710,88 (um mil, setecentos e dez reais e oitenta e oito centavos), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 24/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 23/02/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 019/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 24/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Anacleto Ferrari
Altermed Material Médico Hospitalar Ltda
Contratada

ATA REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 019/2017-FMS - PL 030/2017- FORN. METROMED

PROCESSO LICITATÓRIO Nº. 030/2017 - PREGÃO PRESENCIAL N.º. 019/2017-FMS

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº. 008/2017-FMS

Pregão Presencial nº. 019/2017 - FMS

Gestor: Fundo Municipal de Saúde

Pelo presente instrumento, nesta cidade de Seara, Estado de Santa Catarina, comparecem as partes justas e contratadas, a saber: de um lado o Município de Seara, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ n.º 83.024.505/0001-13, com sede e foro à av. Anita Garibaldi, n.º 371, centro, Seara, SC, através do Fundo Municipal da Saúde, inscrito no CNPJ nº 11.672.134/0001-75, neste ato representado por seu Secretário e Gestor, Sr. Flávio Joel Zolet, brasileiro, casado, RG nº. 14/R- 2.468.693, CPF nº. 949.975.519-53, residente e domiciliado na av. Paludo, nº 988, bairro São João, Seara, SC, doravante denominado Contratante, e de outro lado na qualidade de contratada, a empresa Metromed Com. Mat. Med. Hospitalar Ltda, CNPJ nº. 83.157.032/0001-22, estabelecida na Estrada Boa Esperança, nº. 1918, fundos Canoas, Rio do Sul, SC, neste ato representada pelo Sr. Sandro Fabio Girardi, brasileiro, casado, auxiliar de escritório, RG nº 2.495.315, CPF nº 806.811.159-04, residente e domiciliado na travessa Valderedo Bastos, 55, bairro Santa Galo, Rio do Sul, SC para assinarem a presente Ata, nos termos da legislação municipal e do Edital do Pregão Presencial nº 019/2017-FMS, de Registro de Preços que tem como objeto a seleção de fornecedores e propostas para aquisição de materiais médico-hospitalares, para fornecimento do objeto, conforme anexo a presente ata:

.. Os preços registrados na presente ata, e que na totalidade importa em R\$ 2.816,00 (dois mil, oitocentos e dezesseis reais), são válidos por 06 (seis) meses, passando a vigorar do dia 24/08/2017, tendo, por conseguinte, o termo final de vigência o dia 23/02/2018.

.. As obrigações da Contratada e do Município, sanções e demais cláusulas, termos e condições aplicáveis às contratações decorrentes da presente Ata de Registro de Preços, constam do Edital do Pregão Presencial nº 019/2017 – FMS, cuja observância e aplicabilidade se darão independentemente de transcrição na presente ata.

.. Nada mais, lavrou-se a presente Ata de Registro de Preços que, depois de lida e aceita pelas partes, segue assinada em duas vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito. Seara, SC, 24/08/2017.

Edemilson Canale
Município de Seara
Contratante

Flávio Joel Zolet
Fundo Municipal de Saúde
Contratante

Sandro Fabio Girardi
Metromed Com. Mat. Med. Hospitalar Ltda
Contratada

EDITAL Nº 29/2017

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO PÚBLICO Nº 29/2017

O Município de Seara – SC, torna público que se encontram abertas, nos dias 24 de agosto a 08 de setembro de 2017, através do site do Município de Seara www.seara.sc.gov.br, inscrições para processo seletivo objetivando o preenchimento de vagas, em caráter temporário para a vaga de Monitor de Artesanato e Agente de Vigilância Epidemiológica e Ambiental. Demais informações poderão ser obtidas no Departamento de Recursos Humanos através do telefone (49) 3452-8300.

Seara - SC – 24 de agosto de 2017.

EDEMILSON CANALE

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 104/2017

Processo Licitatório nº. 104/2017.

Edital de Pregão Presencial nº. 061/2017 – Registro de Preço.

O Município de Seara, SC., Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 10.520/02 e lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 14h30min do dia 06/09/2017, "envelope de credenciamento, da proposta e da documentação" referentes à seleção de fornecedores e propostas para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção da iluminação pública no município de Seara - SC, através de mão de obra especializada e fornecimento de material. A íntegra do Edital de Pregão Presencial – Registro de Preço poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br e informações pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC., 24 de agosto de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 105/2017

Processo Licitatório nº. 105/2017.

Edital de Tomada de Preços nº. 005/2017.

O Município de Seara, SC, Comunica aos interessados, que de acordo com a lei nº. 8.666/93, estará recebendo até às 08h30min do dia 12/09/2017, documentação e propostas referentes à contratação de empresa do ramo de engenharia e/ou construção civil, em regime de empreitada global, para execução de obra de pavimentação com pedras poliédricas irregulares em 4.444,00 m², de estradas vicinais da comunidade de Vila Nova, neste Município. A íntegra do Edital e anexo poderá ser obtida no Departamento de Licitações do Município ou no site www.seara.sc.gov.br, e informações serão fornecidas no horário de expediente pelos telefones (49) 3452-8328 ou 3452-8327.

Seara, SC, 24 de agosto de 2017.

Edemilson Canale

Prefeito Municipal

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 019/2017-FMS - PL 030/2017- FORN. ALTERMED

Página: 1/2

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

| Item | Material | Descrição do Material | Marca do Produto | Un.Med. | Qtde Cotada | Descto(%) | Preço Unitário | Preço Total | Situação |
|---|-----------|---|--|---------|-------------|-----------|----------------|-------------|----------|
| Nr. do Processo: 30/2017
Fornecedor: 6094 - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LT | | | Licitação: 19/2017 - PR
Data da Homologação: 24/08/2017 | | | | | | |
| 2 | 3393264 | REGUA ANTROPOMETRICA PEDIÁTRICA, CONFECCIONADA EM MADEIRA MARFIM, ESCALA MINIMA DE 100CM, GRADUAÇÃO EM MILÍMETROS NUMERADAS A CADA CENTÍMETRO, MARCADOR REMOVÍVEL | Taylor | UN | 2,000 | 0,0000 | 40,0000 | 80,00 | Venceu |
| 4 | 333398577 | FITA OU TRENA DE MEDIDAS ANTROPOMETRICAS SIMPLES, PARA MEDIÇÕES DAS CIRCUNFERÊNCIAS DO CORPO, COM MEDIDAS RÁPIDAS E PRECISAS. POSSUIR TRAVA E RETRAÇÃO AUTOMÁTICA. | MD | UN | 4,000 | 0,0000 | 4,6700 | 18,68 | Venceu |
| 5 | 333398578 | MOCHILA PARA PRIMEIROS SOCORROS COR NA VERMELHA, CONFECCIONADA EM NYLON 600 (IMPERMEÁVEL), COM MEDIDAS MINIMAS 45x34x18CM, CONTENDO 06 ESTOJOS NAS MEDIDAS MINIMAS 30X15CM PARA ARMAZENAMENTO DE MATERIAIS MEDICOS E 08 UNIDADES DE PLACAS PARA AMPOLAS, CONFECCIONADA EM NYLON 600, MEDIDAS MINIMAS DE 35x30cm, CONTENDO 9 BOLOS COM TAMPA CRISTAL, MEDIDAS MINIMAS 9x9CM, COM 04 ALÇAS PARA TRANSPORTE. | Fibra Resgate | UN | 1,000 | 0,0000 | 200,0000 | 200,00 | Venceu |
| 6 | 2484 | ESTOJO PARA MEDICAMENTOS DIMENÇÕES 44X24X22CM, MATERIAL PLÁSTICO COM DUAS BANDEJAS ARTICULADAS COM 16 DIVISÕES, DOIS MINI ESTOJOS COM QUATRO COMPARTIMENTOS, FECHO DUPLO COM ALÇA PARA CADEADO, COR BRANCO COM ALÇA E FECHO EM VERMELHO. | Resgate SP | UN | 2,000 | 0,0000 | 119,4100 | 238,82 | Venceu |
| 7 | 38842 | OXÍMETRO DE DEDO PORTÁTIL LINDE, FDA E APROVADO PELA CE, COM PRECISÃO DE MEDIDAS SPO2 VALOR E TAXA DE PULSO, ALARMES SONOROS E VISUAIS, LIGHTWEIGHT, COMPACTO E FÁCIL DE TRANSPORTAR. | Contec | UN | 4,000 | 0,0000 | 126,6700 | 506,68 | Venceu |

ESTADO DE SANTA CATARINA

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA

Relação dos Participantes por Processo / Licitação

Página: 2/2

| Item | Material | Descrição do Material | Marca do Produto | Un.Med. | Qtde Colada | Descto(%) | Preço Unitário | Preço Total | Situação |
|--------------------------|-----------|--|------------------------------------|---------|-----------------------|---------------------------------|----------------|-------------|----------|
| Nr. do Processo: 30/2017 | | | Licitação: 19/2017 - PR | | | Data da Homologação: 24/08/2017 | | | |
| Fornecedor: 6094 | | | - ALTERMED MAT. MED. HOSPITALAR LT | | | | | | |
| 9 | 333398741 | APARELHO DE PRESSÃO ESFIGMOM COM ESTETO PREMIUM FECHO METAL (ADULTO) | Lamedid-Solidor | UN | 10,000 | 0,0000 | 666,700 | 666,70 | Vencou |
| | | | | | 23,000 | | | 1.710,88 | |
| | | | | | Total do Fornecedor → | | | | |

Seara, 24 de Agosto de 2017.

ITENS REGISTRO PREÇOS P. P. Nº. 019/2017-FMS - PL 030/2017- FORN. METROMED

Página: 1/1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEARA
 Relação dos Participantes por Processo / Licitação

| Item | Material | Descrição do Material | Marca do Produto | Un.Med. | Qtde Cotada | Descdo(%) | Preço Unitário | Preço Total | Situação |
|---|-----------|--|---------------------------------|---------|-------------|-----------|----------------|-------------|----------|
| Nr. do Processo: 30/2017
Forneecedor: 6043 - METROMED COM. MAT. MED. HOSPITALAR LT | | | | | | | | | |
| Licitação: 19/2017 - PR | | | Data da Homologação: 24/08/2017 | | | | | | |
| 3 | 3396843 | OTOSCÓPIO PORTÁTIL LÂMPADA DE LED | MD/OMNI 3000 | UN | 6,000 | 0,0000 | 346,0000 | 2.076,00 | Venceu |
| 10 | 333398742 | APARELHO DE PRESSÃO ESFIGMO COM ESTETO PREMIUM FECHO VELCRO (ADULTO) | ACCUMED/PREM | UN | 10,000 | 0,0000 | 74,0000 | 740,00 | Venceu |
| Total do Fornecedor —> | | | | | | | | 2.816,00 | |

Seara, 24 de Agosto de 2017.

Serra Alta

PREFEITURA

EXTRATO CONTRATUAL 047/2017

| | |
|--|---|
| Estado de Santa Catarina | |
| MUNICÍPIO DE SERRA ALTA | |
| PROCESSO TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS E SERV. DE ENG. Nº 029/2017 | |
| EXTRATO CONTRATUAL | |
| Contrato Nº.: | 047/2017 |
| Contratante | MUNICÍPIO DE SERRA ALTA |
| Contratada | COOP. DE INFRA-ESTRUTURA E DESENV. VALE DO ARAÇÁ-CERAÇÁ |
| Objeto | <p>O presente instrumento tem por objeto, a contratação de empresa do ramo de engenharia e ou/construção civil, em regime de empreitada global (material e mão-de-obra), regime de execução por preço unitário, para a EXECUÇÃO DA OBRA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA DE 112,5KVA E QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO INTERNO, para atender as necessidades do Barracão com área de 900m², localizado na área industrial do Município. Os dados são de acordo com as especificações e quantidades contidas no Projeto Elétrico, memorial técnico descritivo, orçamento quantitativo e financeiro, cronograma físico-financeiro global, em Anexo ao Edital em comento.</p> <p>Integram e completam o presente Termo Contratual, para todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital da Licitação modalidade TOMADA DE PREÇOS P/ OBRAS nº 029/2017, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.</p> |
| Valor | Pela execução da obra prevista na cláusula primeira, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA o valor total de R\$ 34.125,00 (trinta e quatro mil cento e vinte cinco reais), sendo R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais) o valor total correspondente aos materiais e R\$ 4.725,00 (quatro mil setecentos e vinte e cinco reais) o valor total correspondente à mão-de-obra empregada na execução da obra. |
| Vigência.... | 25/08/2017 á 30/10/2018. |
| Dotação | <p>Orçamento vigente:</p> <p>03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DESENV. ECONÔMICO</p> <p>03.04 – FUNDO MUNICIPAL DA IND. E COMÉRCIO - PROINDUS</p> <p>1.914– MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DA IND. E COM- PROINDUS</p> <p>Despesa 19: 44.90.00 DR 0001</p> |
| SERRA ALTA/SC, 25 de agosto de 2017. | |
| DARCI CERIZOLLI | |
| PREFEITO MUNICIPAL | |

PORTARIA 087/2017

PORTARIA Nº. 087/2017, DE 25 DE AGOSTO DE 2017.

“DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE FISCAL DE CONTRATO, TITULAR E SUBSTITUTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

DARCI CERIZOLLI, Prefeito Municipal de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear fiscal Contrato referente ao Processo Licitatório nº. 029/2017, na modalidade TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato na forma e condições abaixo relacionadas:

| | | | |
|----------------|--|------------|-----|
| CONTRATO Nº: | 047/2017. | | |
| OBJETO: | EXECUÇÃO DA OBRA COM FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO DE SUBESTAÇÃO TRANSFORMADORA DE 112,5KVA E QUADRO DE DISTRIBUIÇÃO INTERNO | | |
| EMPRESA: | COOPERATIVA DE INFRA-ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO VALE DO ARAÇÁ – CERAÇÁ | | |
| CNPJ Nº: | 83.086.603/0001-85 | | |
| FISCAL TITULAR | | | |
| SERVIDOR: | LOIVO BERTOLDI | | |
| CARGO: | ENGENHEIRO CIVIL | | |
| CPF: | 868.872.389-34 | MATRÍCULA: | 628 |



| | | | |
|-------------------|---|------------|------|
| LOTAÇÃO: | Departamento de Obras e Serviços Urbanos | | |
| FISCAL SUBSTITUTO | | | |
| SERVIDOR: | EDERSON CEREZOLLI | | |
| CARGO: | SECRETÁRIO MUNICIPAL | | |
| CPF: | 029.867.439-43 | MATRÍCULA: | 1067 |
| LOTAÇÃO: | Secretaria de Administração e Desenvolvimento Econômico | | |

Art. 2º O serviço de fiscal de Contrato titular e suplente são considerados de caráter público relevante, sendo vedada qualquer remuneração.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei Municipal nº. 958/2013, revogadas às disposições em contrário.

Serra Alta/SC, 25 de agosto de 2017.

DARCI CERIZOLLI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra:

EDERSON CEREZOLLI

Secretário de Administração

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO TOMADA DE PREÇOS Nº 029-2017

| | |
|--|--|
| ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SERRA ALTA | TOMADA DE PREÇO
Nr.: 29/2017 - TP |
| CNPJ: 80.622.319/0001-98
AV. DOM PEDRO II, 830
C.E.P.: 89871-000 - Serra Alta - SC | Processo Administrativo: 29/2017
Processo de Licitação: 29/2017
Data do Processo: 27/07/2017 |
| | Folha: 1/1 |

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Prefeito Municipal, DARCI CERIZOLLI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente pela Lei Nr. 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pela Comissão de Licitações, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 29/2017
b) Licitação Nr.: 29/2017-TP
c) Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia
d) Data Homologação: 25/08/2017
e) Data da Adjudicação: 25/08/2017 Sequência: 0
f) Objeto da Licitação Contratação de Empresa especializada no fornecimento e Instalação de Subestação Transformadora de 112,5KVA e Quadro de Distribuição Interno, a ser executado em anexo ao Barracão com área de 900m², registrado no patrimônio sob o nº 2530, localizado na área industrial do município de Serra Alta. O objetivo da obra é dispor de uma infraestrutura adequada para garantir o fornecimento de energia elétrica de boa qualidade satisfazendo as necessidades das empresas instaladas no referido imóvel.

| g) Fornecedores e Itens Vencedores: | Qtde de Itens | Média Descto (%) | (em Reais R\$)
Total dos Itens |
|--|---------------|------------------|-----------------------------------|
| - 000076 - CERAÇA COOPERATIVA DE INFRA ESTRUT. VALE DO | 1 | 0,0000 | 34.125,00 |
| | 1 | | 34.125,00 |

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 1.914.4.4.90.00.00.00.00 (19) Saldo: 92.200,00

Serra Alta, 25 de Agosto de 2017.

EDERSON CEREZOLLI
Presidente da Comissão de Licitação

DARCI CERIZOLLI
Prefeito Municipal

CÂMARA MUNICIPAL**CONTRATO ADMINISTRATIVO 002/2017**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 002/2017

DISPENSA DE LICITAÇÃO 002/2017

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI FAZEM DE UM LADO A CÂMARA DE VEREADORES DE SERRA ALTA E MATHEUS KNORST SANTIN, NOS TERMOS DO ART. 24, INCISO I, DA LEI 8.666/93, OBJETIVANDO A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ESTRUTURAL ARQUITETÔNICO E PROJETOS COMPLEMENTARES SOB O REGIME DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Contrato que entre si celebram a CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE SERRA ALTA ESTADO DE SANTA CATARINA com endereço na Rua 28 de Abril, 370, centro, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 17.165.981/0001-20 neste ato representada por seu Presidente Sr. JACI MARIN, brasileiro, casado, vereador, residente e domiciliado neste Município, portador do CPF nº 131.880.119-20, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, e de outro lado MATHEUS KNORST SANTIN, brasileiro, solteiro, engenheiro civil, residente e domiciliado à Rua Nereu Ramos, n. 2347, Apto. 01, centro, na cidade de Modelo/SC., portador do CPF sob n. 068.571.079-39 e do RG sob n. 4.843.039, inscrito CREA /SC sob n. 140.977-3, doravante simplesmente denominada de CONTRATADO e as seguintes cláusulas contratuais:

CLÁUSULA PRIMEIRA- DO OBJETO:

0.1 O objeto do presente contrato é a Prestação de Serviços Técnicos Profissionais de Engenharia Estrutural, Arquitetônico, Hidráulico, Elétrico, Preventivo e de Saneamento, para edificação da sede própria do Poder Legislativo Municipal, com 441,49 m2 (QUATROCENTOS QUARENTA E UM VÍRGULA QUARENTA E NOVE METROS QUADRADOS) de área a ser construída, incluindo garagem, no Lote Urbano n. 17, da quadra 98, do Loteamento Nascer do Sol, com a área de 360,00 m2 situado á Rua Oito de Maio, Matriculado do Registro Imobiliária da cidade e Comarca de Modelo sob n. 4.179, e, do Lote Urbano n.18, da quadra 98, do Loteamento Nascer do Sol, com a área de 412,34m2, situado á rua Oito de Maio com a esquina da Rua Menotti Cerezolli, Matriculado no Registro Imobiliário da cidade e Comarca de Modelo/SC., sob Matrícula n. 4.180, ambos de propriedade do Município de Serra Alta/SC., cujas imóveis foram Destinados pelo Decreto n. 161/2017 do Poder Executivo, para a Edificação da sede da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA:

1.1. prazo de duração da contratação é de 40 (quarenta) meses, e refere-se ao período de Agosto de dois mil e dezessete até Dezembro de dois mil e vinte, podendo ser prorrogado mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO PREÇO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 Pela contratação da prestação se Serviços Técnicos Profissionais de Engenharia e Arquitetura na Elaboração de Projetos Estrutural e Complementares, objeto desse contrato, a CONTRATANTE obriga-se a pagar ao CONTRATADO o valor global de R\$ 13.500,00 (Treze mil e quinhentos reais) a serem pagas na seguinte ordem:

2.2 No valor de R\$ 10.000,00 (Dez mil reais) na data da entrega da elaboração dos projetos devidamente aprovados pela Prefeitura Municipal de Serra Alta/SC., pela AMOSC (Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina) bem como pela aprovação do Corpo de bombeiros (projeto preventivo contra incêndio), aprovação dos Projetos Estrutural, Arquitetônico, Hidráulico, Elétrico e de Saneamento, para edificação da sede do Poder Legislativo.

2.3 O pagamento será efetuado através de Ordem Bancária em conta específica, mediante apresentação de documento fiscal emitido pelo CONTRATADO em favor da Câmara Municipal de Vereadores de Serra Alta/SC.

2.4 No valor de R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais) serão pagos em 04 (quatro) parcelas nas seguintes ETAPAS a saber:

2.5 a.) Primeira Parcela no dia da conclusão da primeira etapa mediante prévia fiscalização técnica pela equipa nomeada pela CONTRATANTE.

2.6 b.) Segunda Parcela da conclusão da segunda Etapa.

2.7 c.) Terceira Parcela na conclusão Terceira Etapa.

2.8 d.) Quarta Parcela, quando ocorrer a emissão do "HABITE-SE" expedido pela Prefeitura Municipal.

2.9 A eventual tolerância em qualquer atraso ou demora no pagamento por parte da CONTRATANTE nos serviços dos projetos para edificação da sede própria do Poder Legislativo, em hipótese alguma poderá ser considerada como modificação das condições do contrato, que permanecerão em vigor para todos os efeitos.

2.10 Fica convencionado entre as partes contratantes, que o valor global do presente contrato de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), em hipótese alguma não podem ser reajustável durante a sua vigência. Caso ocorrer prorrogação do contrato o valor será repactuado mediante negociação entre as partes, de acordo com o preço de mercado.

CLÁUSULA QUARTA : DA APRESENTAÇÃO DE CERTIDÕES

4.1.- Nesta data, o CONTRATADO Pessoa Física, apresenta todos os documentos solicitados no Edital, a seguir nominados:

a.) Cédula de Identidade

b.) Comprovante de inscrição no Cadastro Pessoa Física- CPF

c.) Certidão de Registro no Conselho Regional da Classe – CREA/SC

d.) Comprovante de residência

e.) Atestado de Capacidade Técnica comprovando aptidão na prestação de serviços pertinentes e compatíveis com o objeto lícitado.

CLÁUSULA QUINTA- DA ENTREGA DO SERVIÇO

5.1.- A prestação dos Serviços Técnicos Profissionais, que compreende Projetos de Engenharia Estrutural e Arquitetura, deverá ser entregue em 30 (trinta) dias da assinatura do contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

6.1 É de responsabilidade da CONTRATANTE efetuar o pagamento da ARTs necessária para Edificação da Obra.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

7.1.- Além das obrigações constantes na Cláusula Primeira deste instrumento, também é de responsabilidade completa do Profissional Engenheiro Civil ora contratado, acompanhar com eficiência o andamento da obra a ser edificada, inspecionando os serviços a serem executados, bem como os materiais, vigas, tijolos, lajes, entre outros, bem como no acompanhamento eficaz da execução do projeto elétrico, hidráulico, saneamento, entre outras serviços, inerente a construção da obra.

CLÁUSULA OITAVA- DA RESCISÃO

8.1. Por descumprimento de qualquer de suas cláusulas ou condições, poderá a parte prejudicada rescindir o presente contrato, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial, respondendo o causador dos prejuízos por perdas e danos.

CLÁUSULA NONA- DAS FONTES DOS RECURSOS

9.1. As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA fiscal vigente cuja fonte de recursos tenha a seguinte classificação:

| Código Dotação | Descrição | | Valor bloqueado |
|-----------------------|--|-------|-------------------------------|
| 3.3.90.00.00.00.00.00 | Serviços de Engenharia Câmara Estrutural e Arquitetônica | | R\$ 10.000,00 |
| 3.3.90.36.06.00.00.00 | Acompanhamento e fiscalização da Obra | TOTAL | R\$ 3.500,00
R\$ 13.500,00 |

CLÁUSULA DÉCIMA: DA DISPENSA DE LICITAÇÃO

10.1. Versa o presente processo de dispensa de licitação acerca da contratação de serviços técnicos profissionais de engenharia e arquitetura, para elaboração dos Projetos Arquitetônico e Estrutural e Complementares para edificação da sede própria do Poder Legislativo Municipal.

Desta forma, diante das peculiaridades e obrigações a serem observadas, torna-se dispensável a licitação, conforme dispõe o art. 24, inciso I, da Lei 8.666/1993, "É dispensável a licitação:

[...] I- para obras e serviços de engenharia de valor 5% (cinco por cento) do limite previsto na alínea "a" do inciso I do artigo anterior, desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço da mesma natureza que possam ser realizados simultaneamente ou sucessivamente.

Com fundamento no referido artigo o presente Contrato vai ser publicado no DOM e no mural da Câmara, bem como no site de transparência de atos públicos como: JUSTIFICATIVA DO PREÇO E RAZÃO DA ESCOLHA DO EXECUTOR DO OBJETO

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: RAZÃO DA ESCOLHA

11.1- A escolha recai sobre empresas tanto na pessoa física como jurídica, as quais 05 (cinco) Profissionais apresentaram seus orçamentos junto à Câmara de Vereadores, observado preço de mercado para a contratação de Serviços Técnicos Profissionais de Projetos de Engenharia Estrutural e Arquitetônico, sendo que o CONTRATADO apresentou o menor preço e melhor Capacidade Técnica para elaboração dos Projetos e seu acompanhamentos, que atendam ao interesse público e as disposições contidas na RESOLUÇÃO Nº 002/2008 04 de novembro de 2008, bem como a Lei de Licitações nº 8.666/93.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICIDADE

12.1. Veículo de comunicação: Diário Oficial dos Municípios (DOM) – Site do Portal de Transparência e mural público da Câmara de Vereadores de Serra Alta/SC.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DO FORO

13.1. Para solução de dúvida ou questões com origem do presente contrato, as partes elegem a Comarca de Modelo/SC., com renúncia expressa a qualquer outra por mais privilegiado que seja.

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em duas vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas, abaixo qualificadas.

Serra Alta/SC 22 de Agosto de 2017

JACI MARIN
CONTRATANTE

MATHEUS KNORST SANTIN
CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

VERONIKA ALICE RÜDIGER ZANCHETT
OAB/SC 8.315

ANA CAROLINE SCHEUNEMANN TOMAZELLI
CPF 091.550.329-82

Sul Brasil

PREFEITURA

DECRETO 0171/2017

DECRETO Nº 0171 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES MARIA CLECI DAL SANTO E ODIMAR CAPRINI E SILVANA FILIPINI APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 001/2014 e 002/2014.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

Considerando que os mesmos encontravam-se em Licença maternidade e atividade política, e devido a um erro de cálculo, será feita a avaliação neste período.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado o resultado da avaliação dos servidores em Estágio Probatório, aprovados em Concurso Público Nº 001/2014 e 002/2014 realizada pela Comissão designada pelo Portaria Municipal nº038, de 06 de fevereiro de 2017, confirmando a permanência dos servidores no serviço público municipal, conforme boletim de avaliação:

| 4ª Avaliação | | |
|--------------------------------|-----------------------------|--------|
| Servidor | Cargo | Pontos |
| Odimar Caprini | Mot. de Veículos da Saúde | 87 % |
| 5ª Avaliação | | |
| Maria Cleci de Moura Dal Santo | Auxiliar de Serviços Gerais | 88 % |
| Silvana Filipini | Auxiliar de Serviços Gerais | 82 % |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 24 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 0172/2017

DECRETO Nº 0172 DE 24 AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE A HOMOLOGAÇÃO DE AVALIAÇÃO DO ESTÁGIO PROBATÓRIO DOS SERVIDORES APROVADOS EM CONCURSO PÚBLICO 001/2013 e 001/2014 e 002/2014 e 001/2015 e 002/2015.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. - Fica homologado o resultado da avaliação dos servidores

em Estágio Probatório, aprovados em Concurso Público Nº 001/2013 e 001/2014 e 002/2014 e 001/2015 e 002/2015 realizada pela Comissão designada pelo Portaria Municipal nº038, de 06 de fevereiro de 2017, confirmando a permanência dos servidores no serviço público municipal, conforme boletim de avaliação:

| 2ª Avaliação | | |
|--------------------------------|-----------------------------|---------------------|
| Servidor | Cargo | Pontos |
| Andressa Vial Provenci | Auxiliar Administrativo | 88 % |
| Daniela Senhor | Psicóloga 20 horas | Licença maternidade |
| 3ª Avaliação | | |
| Adriano Day | Auxiliar de Serviços Gerais | 85 % |
| 4ª Avaliação | | |
| Servidor | Cargo | Pontos |
| Luciano A. Bodanese | Médico Veterinário | 91 % |
| Edir Vivan | Operador de Máquinas | 92 % |
| Claudiomir Valmorbidia | Operador de Máquinas | 89 % |
| Fernando F. da Silva | Auxiliar Serviços Gerais | 84 % |
| João Luiz Martins | Operador de Máquinas | 92 % |
| Marcos W. Rodrigues | Agente C. de Saúde | 77 % |
| Fábio R Dal Santo | Operador de Máquinas | 93 % |
| Luciano Ferrari | Motrista Veículos da Saúde | 84 % |
| Terezinha Lauermann | Vigilante Sanitário | 90 % |
| 5ª Avaliação | | |
| Vanderlei Antonio Cremonini | Mecânico | 93 % |
| Francieli Hollas | Enfermeiro(a) | 93 % |
| Katia Vanessa Mieres | Agente Comunit. de Saúde | 88 % |
| Lucimar Spegiorim | Operador de Máquinas | 83 % |
| Odimar Caprini | Mot. de Veículos da Saúde | 87 % |
| 6ª Avaliação | | |
| Silvana Filipini | Auxiliar de Serviços Gerais | 82 % |
| Cleini Marisa Roos Andrade | Auxiliar de Serviços Gerais | 80 % |
| Maria Cleci de Moura Dal Santo | Auxiliar de Serviços Gerais | 88 % |

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 24 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO

Diretor de Administração

DECRETO 0173/2017

DECRETONº 0173 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECLARA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada estável a Servidora Pública Municipal aprovada no Concurso Público SILVANA FILIPINI, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de estágio probatório pelo cumprimento do disposto no artigo 20 da Lei Municipal nº 384 de 01 de junho de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 24 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 0174/2017

DECRETONº 0174 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECLARA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada estável a Servidora Pública Municipal aprovada no Concurso Público CLEINI ROOS ANDRADE, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de estágio probatório pelo cumprimento do disposto no artigo 20 da Lei Municipal nº 384 de 01 de junho de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 24 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

DECRETO 0175/2017

DECRETONº 0175 DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DECLARA ESTÁVEL SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO Nº 001/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EDER IVAN MARMITT, Prefeito Municipal de Sul Brasil, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial ao disposto no artigo 41, inciso VII da Lei Orgânica Municipal e artigo 20 da Lei Municipal nº 384, de 01 de junho de 2001.

DECRETA:

Art. 1º. Fica declarada estável a Servidora Pública Municipal aprovada no Concurso Público MARIA CLECI DAL SANTO, por ter atingido a média de pontos exigida nas avaliações semestrais, durante o período de estágio probatório pelo cumprimento do disposto no artigo 20 da Lei Municipal nº 384 de 01 de junho de 2001 – Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação Vinculada ao DOM, conforme Lei Municipal nº 1.027 de 06 de abril de 2015, Diário Oficial dos Municípios.

Art. 3º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Sul Brasil,
aos 24 de agosto de 2017.

EDER IVAN MARMITT
Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA SUPRA:

VALDECIR TOSETTO
Diretor de Administração

Tangará

PREFEITURA

PORTARIA Nº 461, DE 23 DE AGOSTO DE 2.017. CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº 461, DE 23 DE AGOSTO DE 2.017.

CONCEDE PROGRESSÃO POR DESEMPENHO A SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o cargo, combinado com o Artigo 74, inciso VII – IX da Lei Orgânica do Município;

1- Considerando o laudo de avaliação elaborado pela comissão nomeada através da Portaria nº 520/2016.

2- Com amparo na Lei Complementar nº. 092 de 04 de Abril de 2017, que Dispõe sobre a Reestruturação do Sistema de Carreira e Salários do Pessoal do Poder Executivo do Município de Tangará; Cria, Extingue e Modifica Cargos, Fixa Vencimentos, c/c decreto nº 033 de 25 de maio de 2003.

RESOLVE:

Art. 1.º Conceder a servidora PATRICIA ZANOTTO FIORESE, brasileira, residente e domiciliada neste Município de Tangará, Santa Catarina, ocupante do cargo efetivo de COORDENADORA DO SISTEMA INTERNO - NÍVEL 15 - CLASSE A, a progressão horizontal por desempenho, passando para classe "B" com as vantagens previstas em lei, a partir de 01/06/2017.

Art. 2.º A progressão prevista no artigo 1º, decorre da recomendação obtida na avaliação compreendida no período de 2013, 2014, 2015 e 2016, conforme prevê a lei complementar nº 092/2017.

Art. 3.º Esta Portaria entra em vigor data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais retroativos a 01/06/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ – SC, 23 DE AGOSTO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 462, DE 24 DE AGOSTO DE 2.017. EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº. 462, DE 24 DE AGOSTO DE 2.017.

EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

NADIR BAÚ DA SILVA, Prefeito Municipal de Tangará Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 74, inciso VII, da Lei Orgânica do Município.

Considerando que a servidora requereu exoneração do cargo por motivos particulares

RESOLVE:

Art.1º- Exonerar a servidora JULVANA BRAGHIROLI CORREA, brasileira, residente e domiciliada neste município de Tangará, Santa

Catarina, ocupante do cargo de PROFESSOR DE EDUCAÇÃO BÁSICA III - CLASSE A, a partir de 31/08/2017.

Art.2º- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, tendo seus efeitos jurídicos e legais a vigorar em 31/08/2017, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE TANGARÁ-SC, EM 24 DE AGOSTO DE 2.017.

NADIR BAÚ DA SILVA
PREFEITO MUNICIPAL

RETIFICAÇÃO PR 083/2017

MUNICÍPIO DE TANGARÁ

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 126/2017

PREGÃO PRESENCIAL Nº 083/2017

RETIFICAÇÃO

O Município de Tangará, através do Chefe do Poder Executivo, torna público às empresas interessadas em participar do referido certame, a RETIFICAÇÃO do mesmo. Referente ao objeto do pregão nº 083/2017 onde o objeto era: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, agora se lê CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA ELABORAÇÃO DE PROJETOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA, alterando assim a data do certame do dia 01/09/2017 para dia 06 de Setembro de 2017 as 14:00 horas. Passando a vigora com a nova redação.

Os demais conteúdos ficam inalterados.

Tangará, 24 de Agosto de 2017

Nadir Baú da Silva
Prefeito Municipal

Timbó

PREFEITURA

AVISO EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA N.º 02 2017 PMT - AGRICULTURA FAMILIAR

ESTADO DE SANTA CATARINA - MUNICÍPIO DE TIMBÓ
AVISO CHAMADA PÚBLICA Nº 02/2017 - PMT

O Município de Timbó/SC torna público que se encontra aberta a CHAMADA PÚBLICA PARA AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, DESTINADO AO ATENDIMENTO DO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR/PNAE, durante o período de setembro à dezembro de 2017, para o fornecimento de banana caturra, laranja, vagem e pepino japonês, conforme calendário de entrega fornecido pela Secretaria de Educação. ENTREGA DOS ENVELOPES: contendo os documentos de Habilitação e Projeto de Venda até as 09h00min do dia 11 de setembro de 2017. ABERTURA: dia 11 de setembro de 2017 as 09h10min. Os interessados poderão obter a íntegra do edital diariamente no site: www.timbo.sc.gov.br.

Timbó, 24 de agosto de 2017
ALFROH POSTAI
Secretário de Educação

CONVOCAÇÃO ASSINATURA ATA DE REGISTRO DE PREÇO - PREGÃO PRESENCIAL N.º 23 2017 FCT

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 23/2017 – FCT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da licitante, ARILDO DE JESUS 49807765900, CNPJ Nº 20.303.267/0001-65 a comparecer para assinatura da respectiva ata de registro de preço, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 01/09/2017.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17h.

Timbó, 24 de agosto de 2017.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

CONVOCAÇÃO ASSINATURA DO SÉTIMO TERMO DE ACRÉSCIMO AO OBJETO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 28.2015 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO SÉTIMO TERMO DE ACRÉSCIMO AO OBJETO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 28/2015 PMT

A Central de Licitações convoca, através do presente, o representante legal da empresa, GENTE SEGURADORA S/A, CNPJ nº. 90.180.605/0001-02, a comparecer para assinatura do respectivo termo de acréscimo, conforme segue:

LOCAL: Prefeitura de Timbó, Av. Getúlio Vargas, n.º 700, Centro, Timbó/SC – Central de Licitações;
DATA: até 01/09/2017.
HORÁRIO: das 08hs às 12hs e das 14hs às 17hs.

Timbó, 24 de agosto de 2017.
DÉBORA BARTH
Central de Licitações

EXTRATO CONTRATO 99.2017 FCT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 99/2017
AUTORIZANTE: Município de Timbó através da Fundação Cultural de Timbó.
AUTORIZADO: Arildo de Jesus 49807765900
OBJETO: Contratação de pessoa jurídica destinada à prestação de serviço de alimentação, sem autonomia no espaço, para fornecimento de alimentação – venda de almoços e jantares – buffet livre – junto ao Restaurante Oficial da 27ª Festa do Imigrante, disponibilizando toda estrutura necessária, mão de obra, balcão térmico ou richô para buffet, talheres (em inox), pratos (de porcelana), e limpeza do local, que acontecerá no período de 11 a 15 de outubro. VALOR TOTAL: Percentual de 15% (quinze por cento) sobre toda a venda da alimentação/refeições fornecidas junto à 27ª FESTA DO IMIGRANTE pago pela contratada à Fundação Cultural a título de comissão.
DATA DA ASSINATURA: 23/08/2017.
JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

LEI Nº 2903, DE 25 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº 2903, DE 25 DE AGOSTO DE 2017
Dispõe sobre a divulgação, no "Portal Transparência", da destinação de valores de multas de trânsito para cada área beneficiada.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.
Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Poder Executivo deverá divulgar, mensalmente, no Portal da Transparência do Município de Timbó, os valores arrecadados com as multas de trânsito nas vias públicas sob a jurisdição do Departamento Municipal de Trânsito de Timbó - DEMUTRAN, bem como o seu destino.

Parágrafo único. As informações a que se refere o caput desse artigo deverão constar em campo próprio e de fácil acesso ao público, denominados "gastos com arrecadação de multas" e "arrecadação de multas de trânsito"

Art. 2º Esta Lei entra em vigor 30 (trinta) dias após sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

**TERCEIRA REPUBLICAÇÃO EXTRATO ATA DE
REGISTRO DE PREÇO N.º 89 2016 PMT**

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO
PREGÃO PRESENCIAL N.º. 89/2016 - PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para contratação de serviços de publicação legal/institucional, em jornal (is) de circulação local/regional e estadual, de materiais de interesse do Município de Timbó (repetição total do pregão presencial nº 82/2016 PMT).

EMPRESAS FORNECEDORAS: Editora Noticias do Dia Ltda; Raiter Editora e Eventos Ltda Me e Editora Jornal do Medio Vale Ltda -Me.
TOTAL ESTIMADO: R\$ 352.187,00 (trezentos e cinquenta e dois mil, cento e oitenta e sete reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 24/11/2017

Timbó, 24/11/2016

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI
Secretária de Fazenda e Administração

DECRETO Nº 4543 DE 19 DE JULHO DE 2017.-REPUBLICADO POR INCORREÇÃO**DECRETO Nº 4543 DE 19 DE JULHO DE 2017.**

Homologa alteração ao Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Decreto nº 135, de 09/11/99.

Prefeito de Timbó, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 50, incisos II, V e VII, c/c art. 70, inciso I, alíneas “a”, “e”, “f”, “g” e “n”, da Lei Orgânica do Município, promulgada em 05 de Abril de 1.990,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologada a alteração ao Regimento Interno da Secretaria Municipal de Educação, aprovado pelo Decreto nº 135, de 09/11/99, na forma do texto anexo.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 19 de julho de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRUGER
Prefeito de Timbó

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

ALTERAÇÃO DO REGIMENTO INTERNO APROVADO PELO DECRETO Nº 135, DE 09/11/99

CAPÍTULO I

Art. 1º. A Secretaria Municipal de Educação, instituída pela Lei Complementar nº. 196 de 29/12/00¹ na condição Unidade Administrativa de Atividades – Fim², em cumprimento ao que estabelece o art. 24³ da mencionada lei, sem prejuízo das demais disposições normativas atinentes a espécie, promove alterações ao Regimento Interno aprovado pelo Decreto nº 135, de 09/11/99, o qual passa a vigorar nestes termos:

“...

Art. 4º - Compete ao Secretário Municipal de Educação, além das finalidades descritas no art. 8º da LC nº. 196/2000:

- I – Assessorar o Prefeito na formulação de políticas educacionais do município;*
- II – Planejar e coordenar os trabalhos relativos à Educação Municipal;*
- III – Dirigir a execução das políticas educacionais do Município;*
- IV – Organizar as normas administrativas da Secretaria, Unidades Escolares de Ensino, Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré-Escolares;*
- V – Estabelecer e fazer cumprir a normas de concurso público, alteração de carga horária, remoção e contratação temporária;*
- VI – Estabelecer e fazer cumprir as normas para o funcionamento das Unidades de Ensino Municipais em consonância com a legislação vigente;*
- VII – Referendar decretos afetos à Secretaria Municipal de Educação;*
- VIII - Promover a expansão e a melhoria do Ensino Público Municipal;*
- IX – Proporcionar o intercâmbio com as repartições públicas estaduais e federais de ensino;*
- X – Providenciar chamada anual da população em idade escolar para matricular nas escolas municipais;*
- XI – Propor convênios com o Estado e a União para execução de programas educacionais;*
- XII – Promover e definir a Avaliação de Desempenho Profissional;*
- XIII – Realizar articulação com os órgãos da Administração Municipal;*
- XIV – Zelar pelo patrimônio Público Municipal de responsabilidade da Secretaria;*
- XV – Assegurar a satisfação das necessidades educacionais e da comunidade;*
- XVI – Dar parecer sobre pedidos de subvenção ou auxílios para instituições educacionais e fiscalizar as concedidas. ...”*

¹ Dispõe sobre a estrutura administrativa do Poder Executivo e dá outras providências.

² Art. 1º - A Estrutura Administrativa do Poder Executivo Municipal de Timbó, fica constituída dos seguintes órgãos: ... III - Unidades Administrativas de Atividades - Fim: 4. Secretaria Municipal de Educação;;

³ Art. 24 - Os regimentos internos dos órgãos mencionados nos incisos I, II e III do artigo 1º serão aprovados por Decreto do Prefeito no prazo de um ano, contados da data de vigência desta lei. § Único - Constarão dos regimentos internos: I - atribuições gerais das diferentes unidades administrativas do Poder Executivo; II - atribuições comuns e específicas dos servidores investidos nas funções diretivas, localizando o poder de decisão o mais próximo possível daqueles que executam as operações, de modo que se evitem despachos meramente interlocutórios; III - normas de trabalho que, por sua natureza, devam constituir disposições em separado; IV - outras disposições julgadas necessárias pelo Prefeito.; ...”

Art. 6º - Compete ao Diretor do Departamento de Ensino chefiar e coordenar a equipe, especialmente no que tange a/ao:

I – Análise e todas as providências (inclusive definição/especificação dos produtos, requisição e atos de controle) acerca dos pedidos para compra de merenda escolar, material didático, de expediente e limpeza para as Unidades de Ensino;

II – Controle do orçamento (TC08);

III – Gerenciamento do Censo Escolar;

IV – Gerenciamento e prestação de contas do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola);

V – Assessoramento do FUNDEB (Fundo Nacional da Educação Básica);

VI – Administração de pedidos encaminhados a SEMED e adoção de providências, inclusive encaminhamentos as outras Secretarias;

VII – Elaboração de Memorandos e Ofícios e protocolos;

VIII – Controle das notas fiscais e patrimônio de todas as Unidades de Ensino;

IX – Manutenção dos veículos;

X – Assessoramento e alimentação dos programas de governo e demais plataformas tais como PAR e SIMEC, CONVIVA, BRASIL CARINHOSO.

Art. 6º - A. Os Assessores do Departamento de Ensino, detém a atribuição de coordenar, supervisionar e assessorar toda a equipe da Divisão do Ensino Fundamental, Divisão da Educação Infantil e Divisão de Educação de Jovens e Adultos, principalmente no que tange a:

I – Dar cumprimento a legislação do Ensino Fundamental;

II – Avaliar o desempenho dos profissionais do Ensino Fundamental e o resultado da ação didático-pedagógica da Rede Municipal de Ensino e propor alternativas quando necessário;

III – Promover estudos, treinamentos e cursos de extensão para o aprimoramento e qualificação dos recursos humanos da educação;

IV – Promover estudos de novas metodologias para melhor compreensão dos processos e técnicas educacionais;

V – Elaborar e oportunizar programas educacionais que atendam as reais necessidades da criança em suas diferentes fases do desenvolvimento;

VI – Analisar reclamações de pais de educandos, diretores e responsáveis das Unidades Escolares;

VIII – Elaborar projetos educacionais em consonância com os objetivos da Secretaria Municipal de Educação;

IX – Coordenar os trabalhos relativos ao resgate, socialização, integração e ressignificação das experiências positivas na Rede Municipal de Ensino;

X – Promover reuniões, estudos, treinamentos e cursos para o aprimoramento e qualificação dos recursos humanos da educação;

XI – Participar em conjunto com as demais Unidades de Administração da Secretaria Municipal de Educação na elaboração e realização de eventos desenvolvidos por esta;

XII – Providenciar em conjunto com o apoio administrativo, recursos materiais para viabilizar o processo educativo nas Unidades Pré-Escolares e Núcleos de Educação Infantil;

XIII – Fazer com que os Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré-Escolares sejam ambientes saudáveis onde a criança possa desenvolver-se integralmente;

- XIV – Conscientizar e apoiar os profissionais que atuam nas Unidades Pré-Escolar e Núcleos de Educação Infantil da importância decisiva desta fase na vida das crianças;*
- XV – Desenvolver linha de trabalho educacional para cada faixa etária nas Unidades Pré-Escolar e Núcleos de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino;*
- XVI – Selecionar recursos humanos para realizar o processo educativo da Rede Municipal de Ensino, respeitando a qualificação profissional requerida;*
- XVII – Analisar em conjunto com o Secretário a necessidade de ampliar e/ou adequar a estrutura física das Unidades Escolares, Unidades Pré-Escolar e Núcleos de Educação Infantil da Rede Municipal de Ensino;*
- XVIII – Normatizar a organização dos regimentos das Unidades Escolares, Pré-Escolares e Núcleos de Educação Infantil;*
- XIX – Normatizar o funcionamento dos Conselhos Deliberativos, Associações de Pais e Professores em conjunto com a Gestão Escolar e Coordenação vigentes;*
- XX – Divulgar eventos educacionais promovidos pela Secretaria Municipal de Educação;*
- XXI – Elaborar a proposta de trabalho para o desenvolvimento da Educação de Jovens e Adultos, avaliando sua aplicação e eficácia;*
- XXII – Participar periodicamente de encontros de formação que complementem a atualização de sua função e de todos os profissionais da Rede Municipal de Ensino;*
- XXIII – Promover cursos de extensão educacional para o aprimoramento dos profissionais ligados a Rede Municipal de Ensino;*
- XXIV – Manter atualizados os cadastros de profissionais e dos estudantes bem como dos arquivos de dados de acesso permanente a toda Rede Municipal de Ensino;*
- XXV – Controlar a demanda de vagas para Núcleos de Educação Infantil;*
- XXVI – Manter atualizados os cadastros de todos os profissionais e horas trabalhadas de todos os profissionais da Rede Municipal de Ensino;*
- XXVII – Zelar pela obrigatoriedade do cumprimento do Calendário Escolar determinado pela legislação vigente;*
- XXVIII – Acompanhar o desenvolvimento do conteúdo programático de acordo com a proposta curricular do Município e acompanhar a carga horária que compõe a grade curricular do Ensino Municipal juntamente com o Secretário;*
- XXXIX – Avaliar o resultado da ação didático-pedagógica da Rede Municipal de Ensino e propor alternativas, quando necessário;*
- XXX – Avaliar as causas da evasão escolar e propor alternativas buscando evitá-las e minimizá-las;*
- XXXI – Providenciar em conjunto com a Diretoria de Apoio Administrativo/Educação, recursos materiais para viabilizar o processo educativo nas Unidades Escolares, Pré-Escolares e Núcleos de Educação Infantil.*

§1º. Além de dois Assessores serem os responsáveis em conjunto por toda a equipe da Educação Infantil e Educação Especial na Educação Infantil, um deles atua de forma complementar/responsável pela chefia de 12 Unidades Pré-Escolares e outro pela chefia de 11 Núcleos de Educação Infantil (Creches).

§2º. Além de dois Assessores serem os responsáveis em conjunto por toda a equipe do Ensino Fundamental, Educação Especial no Ensino Fundamental e Divisão de Educação de Jovens e

Adultos, um deles atua de forma complementar/responsável pela chefia pelo 1º segmento - anos iniciais (1º ao 5º ano) e outro pelo 2º segmento - anos finais (6º ao 9º ano).

§3º. Um Assessor atua na logística/gestão relacionada aos materiais didáticos pedagógicos, merenda e materiais de limpeza e higiene, projetos desenvolvidos nas Unidades de Ensino, Unidades Pré-Escolares e Núcleos de Educação Infantil, tais como Educação Fiscal, Educação Empreendedora, Grêmio Estudantil, Vereador Jovem, Proerd, etc.

Art. 7º - Compete aos Coordenadores do Núcleo de Educação Infantil chefiar e coordenar a equipe, especialmente no que tange a/ao:

I – Participar de estudos e pesquisas de natureza técnica sobre administração geral e específica, sob orientação;

II – Participar, estudar e propor aperfeiçoamento e adequação da legislação e demais normas, métodos e técnicas de trabalho;

III – Realizar programação de trabalho face as alterações de normas legais, regulamentares ou recursos;

IV – Participar na elaboração de programas para o levantamento, implantação e controle das práticas de pessoal;

V – Selecionar, classificar e arquivar documentação pedagógica;

VI – Participar na execução de programas e projetos educacionais;

VII – Auxiliar no desenvolvimento de atividades relativas à assistência técnica aos segmentos envolvidos diretamente com o processo ensino-aprendizagem;

VIII – Desenvolver outras atividades à sua área de atuação;

XIX – Participar com a comunidade escolar na construção do projeto político pedagógico;

X – Auxiliar na distribuição dos recursos humanos, físicos e materiais disponíveis no Núcleo de Educação Infantil;

XI – Participar do planejamento curricular;

XII – Coletar e organizar informações, dados estatísticos do NEI e documentação;

XIII – Contribuir para a criação, organização e funcionamento das diversas entidades escolares;

XIV – Atender às reais necessidades do NEI;

XV – Realizar reuniões pedagógicas e grupos de estudo;

XVI – Contribuir para o cumprimento do calendário escolar;

XVII – Participar na elaboração, execução e desenvolvimento de projetos especiais;

XVIII – Administrar e organizar os espaços existentes no NEI;

XIX – Executar outras atividades de acordo com as necessidades do NEI;

XX – Coordenar, acompanhar e avaliar a execução de PPP do NEI;

XXI – Encaminhar o PPP a Secretaria de Educação para aprovação e garantir seu cumprimento;

XXII – Acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;

XXIII – Coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação;

XXIV – Elaborar estratégias de planejamento anual do NEI;

XXV – Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas emanadas pela Secretaria de Educação Municipal;
XXVI – Manter o fluxo de informação entre o NEI e a Secretaria de Educação;
XXVII – Administrar o patrimônio do NEI de conformidade com a Lei vigente;
XXVIII – Promover a articulação entre o NEI, família e comunidade;
XXIX – Comunicar o conselho tutelar os casos de maus tratos e abuso de vulnerável;
XXX – Aplicar penalidades disciplinares aos educadores e funcionários do estabelecimento, segundo disposições do regimento e legislação vigente;
XXXI – Verificar a assiduidade dos educadores(as), auxiliares de educadores(as) e demais funcionários do NEI, providenciando a substituição do faltante e registrando a falta no livro ponto;
XXXII - Exercer demais funções decorrentes do seu cargo, disposições legais de normas de ensino aplicáveis.

Parágrafo único. Cada Coordenador atua diretamente em um dos Núcleos de Educação Infantil.

Art. 8º - A. *Compete aos Diretores das Unidades Escolares coordenar, supervisionar e assessorar toda a equipe, principalmente no que tange a:*

I – Convocar os representantes das Entidades Escolares como as Associações de Pais e Professores – APP a participarem do processo de elaboração do Projeto Político Pedagógico;
II – Coordenar, acompanhar e avaliar a execução de PPP da Unidade Escolar;
III – Encaminhar o PPP a Secretaria de Educação para aprovação e garantir seu cumprimento;
IV – Acompanhar o plano de aplicação financeira e a respectiva prestação de contas;
V – Coordenar o processo de implementação das diretrizes pedagógicas emanadas da Secretaria Municipal de Educação;
VI – Participar do Conselho de Classe;
VII – Propor a equipe gestora estratégias de planejamento anual da unidade escolar;
VIII – Aplicar normas, procedimentos e medidas administrativas emanadas pela Secretaria de Educação Municipal;
XIX – Manter o fluxo de informação entre a Unidade Escolar e a Secretaria de Educação;
X – Coordenar a elaboração do calendário escolar e garantir o seu cumprimento;
XI – Coordenar a solenidade de festas e formaturas;
XII – Administrar o patrimônio escolar de conformidade com a Lei vigente;
XIII – Promover a articulação entre a escola, família e comunidade;
XIV – Comunicar o conselho tutelar os casos de maus tratos, reiteração de faltas injustificadas e de evasão escolar;
XV – Aplicar penalidades disciplinares aos professores alunos e funcionários do estabelecimento, segundo disposições deste regimento e legislação vigente;
XVI – Verificar a assiduidade dos professores, providenciando a substituição do professor faltante e registrar a falta no livro ponto;
XVII – Exercer demais funções decorrentes do seu cargo;
XVIII - Elaborar horários de trabalho e delegar atribuições aos demais funcionários.

Parágrafo único. Cada uma das Unidades de Escolares (em um total de 06) possui um Diretor de Unidade Escolar.

Art. 12. *Compete ao Diretor de Apoio Administrativo chefiar, coordenar e assessorar toda a equipe da no que tange a:*

I – Prestar apoio administrativo à Secretaria de Educação e suas respectivas Unidades de Ensino;

II – Analisar o orçamento geral da Secretaria juntamente com o Secretário, estabelecendo prioridades de gastos;

III – Controle da aplicação dos recursos financeiros da Secretaria Municipal de Educação;

IV – Fiscalizar a aplicação das normas educacionais nas Unidades Escolares, Pré-Escolares e Núcleos de Educação Infantil;

V – Promover a execução de projetos para a aplicação dos recursos financeiros da Secretaria de Educação juntamente com o Secretário;

VI – Promover a elaboração de projetos para buscar recursos financeiros, através de convênios;

VII – Promover juntamente com a Diretoria do Departamento de Ensino e Secretário de Educação, a elaboração de projetos para ampliação e/ou construção de novas unidades de ensino;

VIII – Promover estudos e projetos junto aos órgãos estaduais e federais para captação de recursos que auxiliam na valorização do Ensino Público Municipal;

XIX – Coordenar juntamente com o secretário as obras para ampliação e ou construção de novas Unidades de Ensino;

X – Coordenar os serviços gerais da Secretaria Municipal de Educação e outros que digam respeito a serviços administrativos;

XI – Acompanhar as aplicações dos recursos oriundos do FUNDEB, em conjunto com o Departamento de Contabilidade Pública;

XII – Atentar sobre a legislação vigente que dispõe sobre a regulamentação da educação;

XIII – Orientar aos profissionais de Educação sobre as disposições legais referentes ao funcionamento e à prática de ensino;

XIV – Orientar na escrituração do registro dos dados essenciais à vida das Unidades Escolares, Unidades Pré-Escolares e Núcleos de Educação Infantil;

XV – Promover estudos, treinamentos e cursos de aprimoramento e qualificação dos recursos humanos da Educação;

XVI – Elaborar projetos juntamente com a Assessoria de Ensino, Diretoria de Ensino;

XVII – Selecionar em conjunto com a Assessoria de Ensino, recursos para realizar o processo educativo da Rede Municipal de Ensino, respeitando a qualificação profissional vigente;

XVIII – Analisar em conjunto com a Assessoria de Ensino a necessidade de ampliação e/ou adequação da rede física das Unidades Escolares, Unidades Pré-Escolares e Núcleos de Educação Infantil;

XIX - Assessoramento dos programas de governo e demais plataformas tais como (PAR e SIMEC, CONVIVA, BRASIL CARINHOSO etc...)

Art. 12 – A. *Compete ao Assessor de Serviços Nível I supervisionar e assessorar toda a equipe da no que tange a:*

I – Logística e controle dos motoristas, tais como:

- a) Agendamento de viagens escolar;*
- b) Itinerários na entrega dos materiais de limpeza, merenda e didático pedagógicos;*
- c) Emissão de Deter;*
- d) Controle das horas;*
- e) Manutenção e revisão dos veículos;*

II – Controle e Gerenciamento do Censo Escolar;

III – Controle do Programa Bolsa Família – Projeto Presença;

IV – Controle e Gerenciamento junto às Unidades de Ensino do Programa Dinheiro Direto nas Escolas;

V – Emissão e Controle dos Empenhos;

VI – Emissão de solicitações, requisições e ordens de compra;

VII – Controle das Notas Fiscais;

VIII – Realização de Orçamentos e Observatório Social;

XIX – Controle do patrimônio da Secretaria Municipal de Educação;

X – Arquivamento de documentos (leis, decretos, convênios etc);

XI – Comunicar ao Departamento de Apoio Administrativo eventuais problemas com veículos;

XII – Protocolar as correspondências despachadas;

XIII – Controlar consumo de materiais didático pedagógicos;

XIV – Realizar demais atribuições que lhes sejam conferidas pelo Secretário;

Art. 13 - *Compete ao Supervisor da Divisão de Alimentação Escolar chefiar, coordenar e assessorar toda a equipe, principalmente no que tange a:*

I – Requisitar gêneros alimentícios para o preparo da alimentação escolar em todas as Unidades de Ensino da Rede Municipal;

II – Requisitar material de limpeza para abastecer as Unidades Escolares, Unidades Pré-Escolar e Núcleos de Educação Infantil;

III – Controlar recebimento dos produtos no depósito, seguindo um plano de controle previamente estabelecido;

IV – Vistoriar as condições higiênico-sanitárias do produto, integridade das embalagens, data de fabricação e validade;

V – Fazer a distribuição per capita dos produtos destinados a cada Unidade de Ensino;

VI – Controlar o transporte e a entrega dos produtos, do depósito até as Unidades de Ensino, Unidades Pré-Escolar e Núcleos de Educação Infantil;

VII – Verificar as condições de armazenamento dos produtos estocados no depósito;

VIII – Fiscalizar as condições de higiene das cozinhas, depósitos e merendeiras em cada Unidade de Ensino, Unidade Pré-Escolar e Núcleo de Educação Infantil;

XIX – Programar a previsão do consumo e os períodos de entrega da merenda escolar de cada Unidade de Ensino, Unidade Pré-Escolar e Núcleo de Educação Infantil;

X – Expedir guias de controle de entrega;

XI – Expedir relatórios de recebimento, consumo, estoque da alimentação escolar e produtos de limpeza mensalmente;

XII – Fazer o cálculo do custo de manutenção de cada Unidade de Ensino;

XIII – Fazer o cálculo de consumo de merenda per capita de cada Unidade de Ensino;...”

Art. 2º. Os órgãos componentes da estrutura hierárquica serão dirigidos, assessorados ou chefiados pelos cargos de provimento em comissão, hierarquicamente subordinados conforme anexo V da LC nº 196 de 29/12/00 e alterações (anexo I deste Decreto).

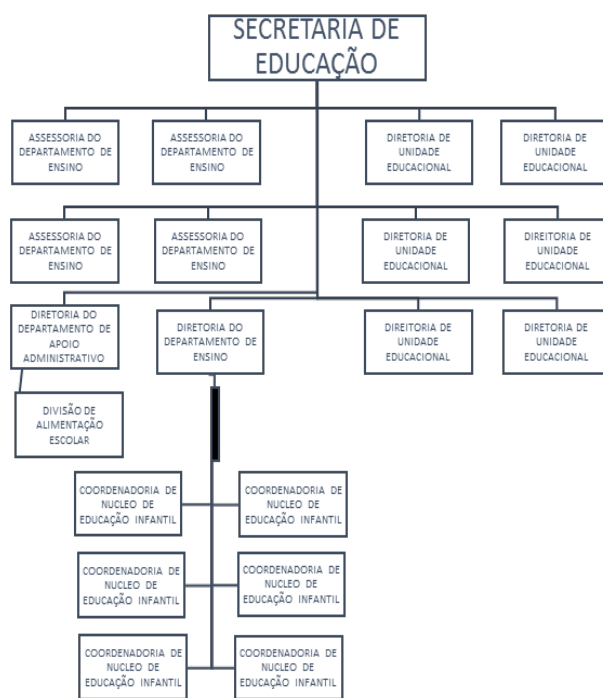
Art. 3º. Ficam mantidas e ratificadas todas as demais Cláusulas e condições do Decreto nº 135, de 09/11/99 e alterações.

Art. 4º. Os casos omissos neste Regimento Interno serão resolvidos de conformidade com as demais normativas pertinentes ou na sua inexistência pelo Secretário e/ou Chefe do Poder Executivo.

Art. 5º. Este Regimento Interno entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

ALFROH POSTAI
Secretário de Educação

ORGANOGRAMA HIERÁRQUICO DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO



LEI Nº 2902, DE 25 DE AGOSTO DE 2017**LEI Nº 2902, DE 25 DE AGOSTO DE 2017**

Institui o Plano Plurianual do Município de TIMBÓ – SC para o período 2018 a 2021.

JORGE AUGUSTO KRÜGER, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DO PLANEJAMENTO GOVERNAMENTAL E DO PLANO PLURIANUAL

Art.1º Esta lei institui o Plano Plurianual (PPA) do Município para o exercício de 2018 a 2021.

Art.2º O PPA é instrumento de planejamento governamental que define diretrizes, objetivos e metas com o propósito de viabilizar a implementação e a gestão das políticas públicas, convergir a dimensão estratégica da ação governamental e orientar a definição de prioridades.

Art. 3º O PPA tem como diretrizes:

- I – valorização do cidadão-usuário como motivo de qualquer ação governamental;
- II – participação da sociedade na escolha de prioridades, acompanhamento e avaliação dos resultados;
- III – forte ênfase nas ações que envolvem o desenvolvimento humano;
- IV – a excelência na gestão.

CAPÍTULO II
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DO PLANO

Art. 4º O PPA reflete as políticas públicas e organiza a atuação governamental por meio de Programas, classificados em duas espécies, os Temáticos e os de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado, assim definidos:

I - *Programa Temático*: aquele que expressa a agenda de governo por meio de políticas públicas, orientando a ação governamental para a entrega de bens e serviços à sociedade; e

II - *Programa de Gestão, Manutenção e Serviços ao Estado*: aquele que reúne um conjunto de ações destinadas ao apoio, à gestão e à manutenção da atuação governamental.

Art. 5º Os Programas Temáticos são compostos por Objetivos, Indicadores, Valores e Subtítulo (localizadores do gasto).

§ 1º O Objetivo expressa o que deve ser feito, refletindo as situações a serem alteradas pela implementação de um conjunto de Iniciativas e tem como atributos:

I - Órgão e Unidade Responsável: é aquele cujas atribuições mais contribuem para a implementação do Objetivo;

II - Meta: é uma medida do alcance do Objetivo vinculada ao indicador de desempenho;

III – Iniciativa: declara as entregas de bens e serviços à sociedade, resultantes da coordenação de ações orçamentárias e de outras medidas de caráter não orçamentário; e

IV - Subtítulos (Localizadores do Gasto): é a alocação das iniciativas em relação ao território do município.

§ 2º O Indicador é um instrumento que permite identificar e aferir, periodicamente, aspectos relacionados a um Programa, auxiliando o seu monitoramento e avaliação.

§ 3º Os Valores indicam uma estimativa dos recursos orçamentários necessários à consecução dos Objetivos.

Art. 6º As codificações dos programas serão observadas nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nos projetos que os modifiquem.

Art. 7º Integram o PPA os seguintes anexos:

I - Demonstrativos da Previsão das Receitas para 2018 a 2021;

II - Demonstrativo da Metodologia de Cálculo das Principais Receitas;

III - Demonstrativo da Previsão da Receita Corrente Líquida 2018 a 2021; e

IV – Demonstrativo dos programas de gestão e temáticos para o período do PPA.

CAPÍTULO III

DA INTEGRAÇÃO COM OS ORÇAMENTOS

Art. 8º Os Programas constantes do PPA estarão expressos nas leis de diretrizes orçamentárias, nas leis orçamentárias anuais e nas leis que as modifiquem.

Parágrafo único. As ações que compõem todos os programas do PPA serão desdobradas em categorias econômicas e modalidade de aplicações exclusivamente nas leis orçamentárias anuais.

Art. 9º O Valores previstos no PPA serão automaticamente atualizados pelas leis de diretrizes orçamentárias e orçamentos anuais e atualizado por índices inflacionários vigentes.

Art. 10. O PPA somente poderá ser alterado por lei específica para esta finalidade.

Art. 11. O Poder Executivo, para compatibilizar as alterações promovidas pelas leis orçamentárias anuais e pelas leis que as modifiquem, fica autorizado a:

I – alterar o Valor do Programa pelas leis de diretrizes e orçamentos anuais; e

II – incluir, excluir ou alterar:

- a) iniciativas não orçamentárias;
- b) os indicadores de desempenho;
- c) as Metas;
- d) o órgão e a unidade responsável; e
- e) os subtítulos (localizadores de gasto).

CAPÍTULO IV **DA AVALIAÇÃO E TRANSPARÊNCIA DO PLANO**

Art. 12. A lei de diretrizes orçamentárias definirá anualmente e para cada exercício a forma de avaliação dos resultados dos programas de governo, conforme prevê a Lei Complementar nº 101, de 2000, art. 4º, inciso I, alínea “e”.

Art. 13. O Município manterá atualizado o plano e o divulgará no Portal Transparência, nos termos do art. 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 14. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 25 de agosto de 2017; 147º ano de Fundação; 83º ano de Emancipação Política.

JORGE AUGUSTO KRÜGER
Prefeito de Timbó/SC

ANEXOS

I - Demonstrativos da Previsão das Receitas para 2018 a 2021;

II - Demonstrativo da Metodologia de Cálculo das Principais Receitas;

III – Quadro Demonstrativo da Previsão da Receita Corrente Líquida 2018 a 2021;

IV – Demonstrativo dos programas de gestão e temáticos para o período do PPA.

I - Demonstrativos da Previsão das Receitas para 2018 a 2021

| Conta | Descrição Conta | Tipo | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|------------------|---|------|----------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 4000000000000000 | Receita Orçamentária | S | 182.464.600,00 | 197.900.900,00 | 208.794.550,00 | 220.542.150,00 | 809.792.200,00 |
| 4100000000000000 | Receitas correntes | S | 141.524.600,00 | 150.301.900,00 | 161.344.550,00 | 171.773.150,00 | 624.944.200,00 |
| 4110000000000000 | Impostos, taxas e contribuições de melhoria | S | 27.878.550,00 | 29.576.350,00 | 31.464.500,00 | 33.032.100,00 | 121.951.500,00 |
| 4111000000000000 | Impostos | S | 22.570.650,00 | 23.911.950,00 | 25.095.200,00 | 26.157.700,00 | 97.735.500,00 |
| 4111300000000000 | Impostos sobre a renda e proventos de qualquer natureza | S | 2.500.000,00 | 2.630.000,00 | 2.760.000,00 | 2.890.000,00 | 10.780.000,00 |
| 4111303000000000 | Imposto sobre a renda - retido na fonte | S | 2.500.000,00 | 2.630.000,00 | 2.760.000,00 | 2.890.000,00 | 10.780.000,00 |
| 4111303110000000 | Imposto sobre a renda - retido na fonte - trabalho - principal | A | 2.000.000,00 | 2.100.000,00 | 2.200.000,00 | 2.300.000,00 | 8.600.000,00 |
| 4111303410000000 | Imposto sobre a renda - retido na fonte - outros rendimentos - principal | A | 500.000,00 | 530.000,00 | 560.000,00 | 590.000,00 | 2.180.000,00 |
| 4111800000000000 | Impostos específicos de estados/df/municípios | S | 20.070.650,00 | 21.281.950,00 | 22.335.200,00 | 23.267.700,00 | 86.955.500,00 |
| 4111801000000000 | Impostos sobre o patrimônio para estados/df/municípios | S | 11.055.650,00 | 11.731.950,00 | 12.235.200,00 | 12.642.700,00 | 47.665.500,00 |
| 4111801100000000 | Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - principal | A | 8.100.000,00 | 8.500.000,00 | 8.800.000,00 | 9.000.000,00 | 34.400.000,00 |
| 4111801120000000 | Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros | A | 34.000,00 | 40.000,00 | 44.000,00 | 50.000,00 | 168.000,00 |
| 4111801130000000 | Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - dívida ativa | A | 720.000,00 | 760.000,00 | 809.000,00 | 860.000,00 | 3.149.000,00 |
| 4111801140000000 | Imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana - multas e juros | A | 200.000,00 | 210.000,00 | 220.000,00 | 230.000,00 | 860.000,00 |
| 4111801410000000 | Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - principal | A | 2.000.000,00 | 2.220.000,00 | 2.360.000,00 | 2.500.000,00 | 9.080.000,00 |
| 4111801420000000 | Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - multas e juros | A | 500,00 | 600,00 | 700,00 | 800,00 | 2.600,00 |
| 4111801430000000 | Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa | A | 1.000,00 | 1.100,00 | 1.200,00 | 1.500,00 | 4.800,00 |
| 4111801440000000 | Imposto sobre transmissão inter vivos de bens imóveis e de direitos reais sobre imóveis - dívida ativa - multas e juros | A | 150,00 | 250,00 | 300,00 | 400,00 | 1.100,00 |
| 4111802000000000 | Impostos sobre a produção, circulação de mercadorias e serviços | S | 9.015.000,00 | 9.550.000,00 | 10.100.000,00 | 10.625.000,00 | 39.290.000,00 |
| 4111802310000000 | Imposto sobre serviços de qualquer natureza - principal | A | 8.500.000,00 | 9.000.000,00 | 9.500.000,00 | 10.000.000,00 | 37.000.000,00 |
| 4111802320000000 | Imposto sobre serviços de qualquer natureza - multas e juros | A | 80.000,00 | 85.000,00 | 90.000,00 | 95.000,00 | 350.000,00 |
| 4111802330000000 | Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa | A | 300.000,00 | 320.000,00 | 360.000,00 | 380.000,00 | 1.360.000,00 |
| 4111802340000000 | Imposto sobre serviços de qualquer natureza - dívida ativa - multas e juros | A | 135.000,00 | 145.000,00 | 150.000,00 | 150.000,00 | 580.000,00 |
| 4112000000000000 | Taxas | S | 5.137.900,00 | 5.484.400,00 | 6.179.300,00 | 6.674.400,00 | 23.476.000,00 |
| 4112100000000000 | Taxas pelo exercício do poder de polícia | S | 2.162.400,00 | 2.338.900,00 | 2.502.300,00 | 2.683.400,00 | 9.687.000,00 |
| 4112101000000000 | Taxas de inspeção, controle e fiscalização | S | 2.069.000,00 | 2.229.500,00 | 2.382.000,00 | 2.552.500,00 | 9.233.000,00 |
| 4112101100000000 | Taxas de inspeção, controle e fiscalização - principal | A | 1.817.000,00 | 1.964.000,00 | 2.103.000,00 | 2.254.000,00 | 8.138.000,00 |
| 4112101120000000 | Taxas de inspeção, controle e fiscalização - multas e juros | A | 2.000,00 | 3.000,00 | 4.000,00 | 5.000,00 | 14.000,00 |
| 4112101130000000 | Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa | A | 200.000,00 | 210.000,00 | 220.000,00 | 235.000,00 | 865.000,00 |
| 4112101140000000 | Taxas de inspeção, controle e fiscalização - dívida ativa - multas e juros | A | 50.000,00 | 52.500,00 | 55.000,00 | 58.500,00 | 216.000,00 |
| 4112104000000000 | Taxa de controle e fiscalização ambiental | S | 93.400,00 | 109.400,00 | 120.300,00 | 130.900,00 | 454.000,00 |
| 4112104110000000 | Taxa de controle e fiscalização ambiental - principal | A | 90.000,00 | 105.000,00 | 115.000,00 | 125.000,00 | 435.000,00 |
| 4112104120000000 | Taxa de controle e fiscalização ambiental - multas e juros | A | 1.900,00 | 2.400,00 | 2.800,00 | 2.900,00 | 10.000,00 |
| 4112104130000000 | Taxa de controle e fiscalização ambiental - dívida ativa | A | 1.500,00 | 2.000,00 | 2.500,00 | 3.000,00 | 9.000,00 |
| 4112200000000000 | Taxas pela prestação de serviços | S | 2.975.500,00 | 3.145.500,00 | 3.677.000,00 | 3.991.000,00 | 13.789.000,00 |
| 4112201000000000 | Taxas pela prestação de serviços - principal | S | 2.975.500,00 | 3.145.500,00 | 3.677.000,00 | 3.991.000,00 | 13.789.000,00 |
| 4112201100000000 | Taxas pela prestação de serviços - multas e juros | A | 2.945.000,00 | 3.107.000,00 | 3.630.000,00 | 3.935.000,00 | 13.617.000,00 |
| 4112201120000000 | Taxas pela prestação de serviços - multas e juros | A | 5.000,00 | 6.500,00 | 8.000,00 | 9.500,00 | 29.000,00 |
| 4112201130000000 | Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa | A | 22.500,00 | 28.000,00 | 34.000,00 | 41.500,00 | 126.000,00 |

I - Demonstrativos da Previsão das Receitas para 2018 a 2021

| Conta | Descrição Conta | Tipo | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|-----------------|--|------|--------------|--------------|---------------|---------------|---------------|
| 411220114000000 | Taxas pela prestação de serviços - dívida ativa - multas e juros | A | 3.000,00 | 4.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 17.000,00 |
| 411300000000000 | Contribuição de melhoria | S | 170.000,00 | 180.000,00 | 190.000,00 | 200.000,00 | 740.000,00 |
| 411380000000000 | Contribuição de melhoria - específica e/m | S | 170.000,00 | 180.000,00 | 190.000,00 | 200.000,00 | 740.000,00 |
| 411380400000000 | Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares | S | 170.000,00 | 180.000,00 | 190.000,00 | 200.000,00 | 740.000,00 |
| 411380411000000 | Contribuição de melhoria para pavimentação e obras complementares - principal | A | 170.000,00 | 180.000,00 | 190.000,00 | 200.000,00 | 740.000,00 |
| 412000000000000 | Contribuições | S | 8.435.000,00 | 9.158.000,00 | 10.091.000,00 | 10.938.000,00 | 38.622.000,00 |
| 412100000000000 | Contribuições sociais | S | 5.635.000,00 | 6.258.000,00 | 6.991.000,00 | 7.638.000,00 | 26.522.000,00 |
| 412100400000000 | Contribuição para o regime próprio de previdência social - RPPS | S | 2.775.000,00 | 2.875.000,00 | 3.025.000,00 | 3.125.000,00 | 11.800.000,00 |
| 412100421000000 | Contribuição do servidor ativo civil para o RPPS - principal | A | 2.700.000,00 | 2.800.000,00 | 2.950.000,00 | 3.050.000,00 | 11.500.000,00 |
| 412100431000000 | Contribuição do servidores inativos civis para o RPPS - principal | A | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 70.000,00 | 280.000,00 |
| 412100600000000 | Contribuição dos pensionistas civis para o RPPS - principal | A | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 5.000,00 | 20.000,00 |
| 412100631000000 | Contribuição para os fundos de assistência médica | A | 530.000,00 | 583.000,00 | 616.000,00 | 633.000,00 | 2.362.000,00 |
| 412180000000000 | Contribuição para fundos de assistência médica dos servidores civis - principal | A | 530.000,00 | 583.000,00 | 616.000,00 | 633.000,00 | 2.362.000,00 |
| 412180100000000 | Contribuições sociais específicas de estados, df, municípios | S | 2.330.000,00 | 2.800.000,00 | 3.350.000,00 | 3.880.000,00 | 12.360.000,00 |
| 412180110000000 | Contribuições para o regime próprio de previdência social - RPPS de estados/df/municípios | S | 2.330.000,00 | 2.800.000,00 | 3.350.000,00 | 3.880.000,00 | 12.360.000,00 |
| 412180111000000 | Contribuição previdenciária para amortização do déficit atuarial - principal | A | 2.300.000,00 | 2.800.000,00 | 3.100.000,00 | 3.300.000,00 | 12.100.000,00 |
| 412200000000000 | Contribuições econômicas | S | 2.800.000,00 | 2.900.000,00 | 3.100.000,00 | 3.300.000,00 | 12.100.000,00 |
| 412209900000000 | Outras contribuições econômicas | S | 2.800.000,00 | 2.900.000,00 | 3.100.000,00 | 3.300.000,00 | 12.100.000,00 |
| 412209911000000 | Outras contribuições econômicas - principal | A | 2.800.000,00 | 2.900.000,00 | 3.100.000,00 | 3.300.000,00 | 12.100.000,00 |
| 413000000000000 | Receita patrimonial | S | 5.675.000,00 | 6.030.500,00 | 6.395.000,00 | 6.819.000,00 | 24.919.500,00 |
| 413100000000000 | Exploração do patrimônio imobiliário do estado | S | 120.000,00 | 141.500,00 | 168.000,00 | 200.000,00 | 629.500,00 |
| 413100100000000 | Aluguéis e arrendamentos - principal | S | 100.000,00 | 106.500,00 | 128.000,00 | 145.000,00 | 479.500,00 |
| 413100111000000 | Aluguéis e arrendamentos - principal | A | 100.000,00 | 106.500,00 | 128.000,00 | 145.000,00 | 479.500,00 |
| 413100200000000 | Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos | S | 20.000,00 | 35.000,00 | 40.000,00 | 55.000,00 | 150.000,00 |
| 413100211000000 | Concessão, permissão, autorização ou cessão do direito de uso de bens imóveis públicos - principal | A | 20.000,00 | 35.000,00 | 40.000,00 | 55.000,00 | 150.000,00 |
| 413200000000000 | Valores mobiliários | S | 5.547.000,00 | 5.879.000,00 | 6.215.000,00 | 6.599.000,00 | 24.240.000,00 |
| 413210000000000 | Juros e correções monetárias | S | 5.547.000,00 | 5.879.000,00 | 6.215.000,00 | 6.599.000,00 | 24.240.000,00 |
| 413210011000000 | Remuneração de depósitos bancários - principal | A | 1.792.000,00 | 1.934.000,00 | 2.093.000,00 | 2.291.000,00 | 8.110.000,00 |
| 413210041000000 | Remuneração dos recursos do regime próprio de previdência social - RPPS - principal | A | 3.755.000,00 | 3.945.000,00 | 4.122.000,00 | 4.308.000,00 | 16.130.000,00 |
| 413300000000000 | Delegação de serviços públicos mediante concessão, permissão, autorização ou licença | S | 8.000,00 | 10.000,00 | 12.000,00 | 20.000,00 | 50.000,00 |
| 413310000000000 | Delegação para a prestação dos serviços de transporte | S | 8.000,00 | 10.000,00 | 12.000,00 | 20.000,00 | 50.000,00 |
| 413310100000000 | Delegação para a prestação dos serviços de transporte rodoviário | S | 8.000,00 | 10.000,00 | 12.000,00 | 20.000,00 | 50.000,00 |
| 413310111000000 | Delegação para a prestação dos serviços de transporte rodoviário - principal | A | 8.000,00 | 10.000,00 | 12.000,00 | 20.000,00 | 50.000,00 |
| 415000000000000 | Receita industrial | S | 300.000,00 | 350.000,00 | 380.000,00 | 440.000,00 | 1.470.000,00 |
| 415000011000000 | Receita industrial - principal | A | 300.000,00 | 350.000,00 | 380.000,00 | 440.000,00 | 1.470.000,00 |
| 416000000000000 | Receita de serviços | S | 7.505.000,00 | 8.272.000,00 | 10.671.000,00 | 12.230.000,00 | 38.678.000,00 |
| 416100000000000 | Serviços administrativos e comerciais gerais | S | 7.490.000,00 | 8.255.000,00 | 10.655.000,00 | 12.210.000,00 | 38.610.000,00 |
| 416100100000000 | Serviços administrativos e comerciais gerais | S | 7.490.000,00 | 8.255.000,00 | 10.655.000,00 | 12.210.000,00 | 38.610.000,00 |
| 416100111000000 | Serviços administrativos e comerciais gerais - principal | A | 7.285.000,00 | 8.033.000,00 | 10.415.000,00 | 11.930.000,00 | 37.663.000,00 |
| 416100112000000 | Serviços administrativos e comerciais gerais - multas e juros | A | 37.500,00 | 40.000,00 | 41.000,00 | 50.000,00 | 168.500,00 |
| 416100113000000 | Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa | A | 160.000,00 | 170.000,00 | 190.000,00 | 220.000,00 | 740.000,00 |
| 416100114000000 | Serviços administrativos e comerciais gerais - dívida ativa - multas e juros | A | 7.500,00 | 12.000,00 | 9.000,00 | 10.000,00 | 38.500,00 |

I - Demonstrativos da Previsão das Receitas para 2018 a 2021

| Conta | Descrição Conta | Tipo | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|------------------|--|------|---------------|---------------|---------------|----------------|----------------|
| 4169000000000000 | Outros serviços | S | 15.000,00 | 17.000,00 | 16.000,00 | 20.000,00 | 68.000,00 |
| 4169039000000000 | Outros serviços | S | 15.000,00 | 17.000,00 | 16.000,00 | 20.000,00 | 68.000,00 |
| 4169099110000000 | Outros serviços - principal | A | 15.000,00 | 17.000,00 | 16.000,00 | 20.000,00 | 68.000,00 |
| 4170000000000000 | Transferências correntes | S | 89.333.000,00 | 94.132.000,00 | 99.262.000,00 | 104.810.000,00 | 387.537.000,00 |
| 4171000000000000 | Transferências da união e de suas entidades | S | 35.403.000,00 | 37.083.000,00 | 38.804.000,00 | 40.592.000,00 | 151.882.000,00 |
| 4171800000000000 | Transferências da união - específica e/m | S | 35.403.000,00 | 37.083.000,00 | 38.804.000,00 | 40.592.000,00 | 151.882.000,00 |
| 4171801000000000 | Participação na receita da união | S | 26.080.000,00 | 27.186.000,00 | 28.292.000,00 | 29.499.000,00 | 111.057.000,00 |
| 4171801210000000 | Cota-parte do fundo de participação dos municípios - cota mensal - principal | A | 24.500.000,00 | 25.500.000,00 | 26.500.000,00 | 27.500.000,00 | 104.000.000,00 |
| 4171801310000000 | Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de dezembro - principal | A | 600.000,00 | 650.000,00 | 700.000,00 | 800.000,00 | 2.750.000,00 |
| 4171801410000000 | Cota-parte do fundo de participação dos municípios - 1% cota entregue no mês de julho - principal | A | 900.000,00 | 950.000,00 | 1.000.000,00 | 1.100.000,00 | 3.950.000,00 |
| 4171801510000000 | Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal | A | 10.000,00 | 11.000,00 | 12.000,00 | 13.000,00 | 46.000,00 |
| 4171801710000000 | Cota-parte da contribuição de intervenção no domínio econômico - principal | A | 70.000,00 | 75.000,00 | 80.000,00 | 86.000,00 | 311.000,00 |
| 4171802000000000 | Transferência da compensação financeira pela exploração de recursos naturais | S | 195.000,00 | 208.000,00 | 219.000,00 | 230.000,00 | 852.000,00 |
| 4171802110000000 | Cota-parte da compensação financeira de recursos hídricos - principal | A | 5.000,00 | 7.000,00 | 9.000,00 | 10.000,00 | 31.000,00 |
| 4171802610000000 | Cota-parte do fundo especial do petróleo - fep - principal | A | 190.000,00 | 201.000,00 | 210.000,00 | 220.000,00 | 821.000,00 |
| 4171803000000000 | Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo | S | 6.135.000,00 | 6.500.000,00 | 6.900.000,00 | 7.265.000,00 | 26.800.000,00 |
| 4171803110000000 | Transferência de recursos do sistema único de saúde - SUS - repasses fundo a fundo - principal | A | 6.135.000,00 | 6.500.000,00 | 6.900.000,00 | 7.265.000,00 | 26.800.000,00 |
| 4171804000000000 | Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas | S | 290.000,00 | 320.000,00 | 350.000,00 | 385.000,00 | 1.345.000,00 |
| 4171804110000000 | Transferências de recursos do fundo nacional de assistência social - fnas - principal | A | 290.000,00 | 320.000,00 | 350.000,00 | 385.000,00 | 1.345.000,00 |
| 4171805000000000 | Transferências de recursos do fundo nacional do desenvolvimento da educação - fnde | S | 2.573.000,00 | 2.729.000,00 | 2.895.000,00 | 3.056.000,00 | 11.253.000,00 |
| 4171805110000000 | Transferências do salário-educação - principal | A | 2.000.000,00 | 2.120.000,00 | 2.250.000,00 | 2.380.000,00 | 8.750.000,00 |
| 4171805310000000 | Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de alimentação escolar - pnae - principal | A | 550.000,00 | 585.000,00 | 620.000,00 | 650.000,00 | 2.405.000,00 |
| 4171805410000000 | Transferências diretas do fnde referentes ao programa nacional de apoio ao transporte do escolar - pnate - principal | A | 23.000,00 | 24.000,00 | 25.000,00 | 26.000,00 | 98.000,00 |
| 4171806000000000 | Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 | S | 130.000,00 | 140.000,00 | 148.000,00 | 157.000,00 | 575.000,00 |
| 4171806110000000 | Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal | A | 130.000,00 | 140.000,00 | 148.000,00 | 157.000,00 | 575.000,00 |
| 4172000000000000 | Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades | S | 37.290.000,00 | 39.705.000,00 | 42.105.000,00 | 44.560.000,00 | 163.660.000,00 |
| 4172800000000000 | Transferências dos estados - específica e/m | S | 37.290.000,00 | 39.705.000,00 | 42.105.000,00 | 44.560.000,00 | 163.660.000,00 |
| 4172801000000000 | Participação na receita dos estados | S | 36.275.000,00 | 38.610.000,00 | 40.945.000,00 | 43.330.000,00 | 159.160.000,00 |
| 4172801110000000 | Cota-parte do ICMS - principal | A | 31.000.000,00 | 33.000.000,00 | 35.000.000,00 | 37.000.000,00 | 136.000.000,00 |
| 4172801210000000 | Cota-parte do IPVA - principal | A | 4.750.000,00 | 5.050.000,00 | 5.350.000,00 | 5.680.000,00 | 20.830.000,00 |
| 4172801310000000 | Cota-parte do IPI - municípios - principal | A | 470.000,00 | 500.000,00 | 530.000,00 | 560.000,00 | 2.060.000,00 |
| 4172801910000000 | Outras transferências dos estados - principal | A | 55.000,00 | 60.000,00 | 65.000,00 | 90.000,00 | 270.000,00 |
| 4172803000000000 | Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo | S | 1.015.000,00 | 1.095.000,00 | 1.160.000,00 | 1.230.000,00 | 4.500.000,00 |
| 4172803110000000 | Transferência de recursos do estado para programas de saúde - repasse fundo a fundo - principal | A | 1.015.000,00 | 1.095.000,00 | 1.160.000,00 | 1.230.000,00 | 4.500.000,00 |
| 4174000000000000 | Transferências de instituições privadas | S | 35.000,00 | 38.000,00 | 43.000,00 | 44.000,00 | 160.000,00 |
| 4174000110000000 | Transferências de instituições privadas - principal | A | 35.000,00 | 38.000,00 | 43.000,00 | 44.000,00 | 160.000,00 |
| 4175000000000000 | Transferências de outras instituições públicas | S | 16.600.000,00 | 17.300.000,00 | 18.300.000,00 | 19.600.000,00 | 71.800.000,00 |

I - Demonstrativos da Previsão das Receitas para 2018 a 2021

| Conta | Descrição Conta | Tipo | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|------------------|--|------|---------------|---------------|---------------|---------------|----------------|
| 4175800000000000 | Transferências de outras instituições públicas - específica e/m | S | 16.600.000,00 | 17.300.000,00 | 18.300.000,00 | 19.600.000,00 | 71.800.000,00 |
| 4175801000000000 | Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB | S | 16.600.000,00 | 17.300.000,00 | 18.300.000,00 | 19.600.000,00 | 71.800.000,00 |
| 4175801110000000 | Transferências de recursos do fundo de manutenção e desenvolvimento da educação básica e de valorização dos profissionais da educação - FUNDEB - principal | A | 16.600.000,00 | 17.300.000,00 | 18.300.000,00 | 19.600.000,00 | 71.800.000,00 |
| 4177000000000000 | Transferências de pessoas físicas | S | 5.000,00 | 6.000,00 | 10.000,00 | 14.000,00 | 35.000,00 |
| 4177000110000000 | Transferências de pessoas físicas - principal | A | 5.000,00 | 6.000,00 | 10.000,00 | 14.000,00 | 35.000,00 |
| 4190000000000000 | Outras receitas correntes | S | 2.398.050,00 | 2.783.050,00 | 3.081.050,00 | 3.504.050,00 | 11.766.200,00 |
| 4191000000000000 | Multas administrativas, contratuais e judiciais | S | 1.100.000,00 | 1.400.000,00 | 1.600.000,00 | 1.900.000,00 | 6.000.000,00 |
| 4191001000000000 | Multas previstas em legislação específica | S | 1.100.000,00 | 1.400.000,00 | 1.600.000,00 | 1.900.000,00 | 6.000.000,00 |
| 4191001110000000 | Multas previstas em legislação específica - principal | A | 1.100.000,00 | 1.400.000,00 | 1.600.000,00 | 1.900.000,00 | 6.000.000,00 |
| 4192000000000000 | Indenizações, restituições e ressarcimentos | S | 432.000,00 | 482.000,00 | 526.000,00 | 572.000,00 | 2.012.000,00 |
| 4192100000000000 | Indenizações | S | 150.000,00 | 165.000,00 | 175.000,00 | 190.000,00 | 680.000,00 |
| 4192199000000000 | Outras indenizações | S | 150.000,00 | 165.000,00 | 175.000,00 | 190.000,00 | 680.000,00 |
| 4192199110000000 | Outras indenizações - principal | A | 150.000,00 | 165.000,00 | 175.000,00 | 190.000,00 | 680.000,00 |
| 4192200000000000 | Restituições | S | 282.000,00 | 317.000,00 | 351.000,00 | 382.000,00 | 1.332.000,00 |
| 4192299000000000 | Outras restituições | S | 282.000,00 | 317.000,00 | 351.000,00 | 382.000,00 | 1.332.000,00 |
| 4192299110000000 | Outras restituições - principal | A | 282.000,00 | 317.000,00 | 351.000,00 | 382.000,00 | 1.332.000,00 |
| 4199000000000000 | Demais receitas correntes | S | 866.050,00 | 901.050,00 | 955.050,00 | 1.032.050,00 | 3.754.200,00 |
| 4199003000000000 | Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores | S | 160.000,00 | 160.000,00 | 160.000,00 | 160.000,00 | 640.000,00 |
| 4199003110000000 | Compensações financeiras entre o regime geral e os regimes próprios de previdência dos servidores - principal | A | 160.000,00 | 160.000,00 | 160.000,00 | 160.000,00 | 640.000,00 |
| 4199090000000000 | Outras receitas | S | 706.050,00 | 741.050,00 | 795.050,00 | 872.050,00 | 3.114.200,00 |
| 4199099110000000 | Outras receitas - primárias - principal | A | 604.050,00 | 629.050,00 | 681.050,00 | 750.050,00 | 2.664.200,00 |
| 4199099200000000 | Outras receitas - primárias - multas e juros | A | 102.000,00 | 112.000,00 | 114.000,00 | 122.000,00 | 450.000,00 |
| 4200000000000000 | Receitas de capital | S | 34.260.000,00 | 40.602.000,00 | 40.056.000,00 | 41.122.000,00 | 156.040.000,00 |
| 4210000000000000 | Operações de crédito | S | 6.000.000,00 | 11.500.000,00 | 11.250.000,00 | 11.250.000,00 | 40.000.000,00 |
| 4211000000000000 | Operações de crédito - mercado interno | S | 6.000.000,00 | 11.500.000,00 | 11.250.000,00 | 11.250.000,00 | 40.000.000,00 |
| 4211800000000000 | Operações de crédito - mercado interno - estados/df/municípios | S | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 12.000.000,00 |
| 4211801310000000 | Operações de crédito internas de estados/df/municípios | S | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 12.000.000,00 |
| 4211801310000000 | Operações de crédito internas para programas de saneamento - principal | A | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 12.000.000,00 |
| 4211900000000000 | Outras operações de crédito - mercado interno | S | 3.000.000,00 | 8.500.000,00 | 8.250.000,00 | 8.250.000,00 | 28.000.000,00 |
| 4211900110000000 | Outras operações de crédito - mercado interno - principal | A | 3.000.000,00 | 8.500.000,00 | 8.250.000,00 | 8.250.000,00 | 28.000.000,00 |
| 4220000000000000 | Alienação de bens | S | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 200.000,00 |
| 4221000000000000 | Alienação de bens móveis | S | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 200.000,00 |
| 4221300000000000 | Alienação de bens móveis e semoventes | S | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 200.000,00 |
| 4221300110000000 | Alienação de bens móveis e semoventes - principal | A | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 50.000,00 | 200.000,00 |
| 4240000000000000 | Transferências de capital | S | 28.210.000,00 | 29.052.000,00 | 28.756.000,00 | 29.822.000,00 | 115.840.000,00 |
| 4241000000000000 | Transferências da união e de suas entidades | S | 25.190.000,00 | 25.653.000,00 | 25.095.000,00 | 25.422.000,00 | 101.360.000,00 |
| 4241800000000000 | Transferências da união | S | 25.190.000,00 | 25.653.000,00 | 25.095.000,00 | 25.422.000,00 | 101.360.000,00 |
| 4241810000000000 | Transferência de convênios da união e de suas entidades | S | 25.190.000,00 | 25.653.000,00 | 25.095.000,00 | 25.422.000,00 | 101.360.000,00 |
| 4241810110000000 | Transferência de convênios da união para o sistema único de saúde - SUS - principal | A | 1.475.000,00 | 1.280.000,00 | 1.300.000,00 | 945.000,00 | 5.000.000,00 |

I - Demonstrativos da Previsão das Receitas para 2018 a 2021

| Conta | Descrição Conta | Tipo | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | Total |
|------------------|---|---------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| 4241810210000000 | Transferências de convênio da união destinadas a programas de educação - principal | A | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 200.000,00 | 800.000,00 |
| 4241810510000000 | Transferências de convênios da união destinadas a programas de saneamento básico - principal | A | 12.000.000,00 | 12.000.000,00 | 12.000.000,00 | 12.000.000,00 | 48.000.000,00 |
| 4241810710000000 | Transferências de convênios da união destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal | A | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.200.000,00 | 12.200.000,00 |
| 4241810910000000 | Outras transferências de convênios da união - principal | A | 8.515.000,00 | 9.173.000,00 | 8.595.000,00 | 9.077.000,00 | 35.360.000,00 |
| 4242000000000000 | Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades | S | 3.020.000,00 | 3.399.000,00 | 3.661.000,00 | 4.400.000,00 | 14.480.000,00 |
| 4242800000000000 | Transferências dos estados, distrito federal, e de suas entidades | S | 3.020.000,00 | 3.399.000,00 | 3.661.000,00 | 4.400.000,00 | 14.480.000,00 |
| 4242810000000000 | Transferências de convênios dos estados e do distrito federal e de suas entidades | S | 3.020.000,00 | 3.399.000,00 | 3.661.000,00 | 4.400.000,00 | 14.480.000,00 |
| 4242810110000000 | Transferências de convênios dos estados para o sistema único de saúde - SUS - principal | A | 150.000,00 | 370.000,00 | 70.000,00 | 400.000,00 | 990.000,00 |
| 4242810710000000 | Transferências de convênios dos estados destinadas a programas de infra-estrutura em transporte - principal | A | 1.000.000,00 | 1.400.000,00 | 1.400.000,00 | 2.000.000,00 | 5.800.000,00 |
| 4242810910000000 | Outras transferências de convênio dos estados - principal | A | 1.870.000,00 | 1.629.000,00 | 2.191.000,00 | 2.000.000,00 | 7.690.000,00 |
| 4700000000000000 | Receitas correntes intra-orçamentárias | S | 6.680.000,00 | 6.997.000,00 | 7.394.000,00 | 7.647.000,00 | 28.718.000,00 |
| 4720000000000000 | Receita de contribuições - intra-orçamentárias | S | 6.470.000,00 | 6.767.000,00 | 7.134.000,00 | 7.367.000,00 | 27.738.000,00 |
| 4721000000000000 | Contribuições sociais - intra-orçamentárias | S | 6.470.000,00 | 6.767.000,00 | 7.134.000,00 | 7.367.000,00 | 27.738.000,00 |
| 4721029000000000 | Contribuições previdenciárias do regime próprio | S | 5.400.000,00 | 5.600.000,00 | 5.900.000,00 | 6.100.000,00 | 23.000.000,00 |
| 4721029010000000 | Contribuição patronal de servidor ativo civil | A | 5.400.000,00 | 5.600.000,00 | 5.900.000,00 | 6.100.000,00 | 23.000.000,00 |
| 4721099000000000 | Outras Contribuições Sociais | A | 1.070.000,00 | 1.167.000,00 | 1.234.000,00 | 1.267.000,00 | 4.738.000,00 |
| 4760000000000000 | Receita de serviços - intra-orçamentárias | S | 210.000,00 | 230.000,00 | 260.000,00 | 280.000,00 | 980.000,00 |
| 4760041000000000 | Serviços de Captação, Adução, Tratamento, Reservação e Distribuição de Água | A | 210.000,00 | 230.000,00 | 260.000,00 | 280.000,00 | 980.000,00 |
| 9000000000000000 | (r) Deduções da receita | S | (12.172.000,00) | (12.840.200,00) | (13.508.000,00) | (14.182.000,00) | (52.702.200,00) |
| 9100000000000000 | (r) Receitas correntes | S | (12.172.000,00) | (12.840.200,00) | (13.508.000,00) | (14.182.000,00) | (52.702.200,00) |
| 9170000000000000 | (r) Transferências correntes | S | (12.172.000,00) | (12.840.200,00) | (13.508.000,00) | (14.182.000,00) | (52.702.200,00) |
| 9171000000000000 | (r) Transferências da união e de suas entidades | S | (4.928.000,00) | (5.130.200,00) | (5.332.000,00) | (5.534.000,00) | (20.924.200,00) |
| 9171800000000000 | (r) Transferências da união - específica e/m | S | (4.928.000,00) | (5.130.200,00) | (5.332.000,00) | (5.534.000,00) | (20.924.200,00) |
| 9171801000000000 | (r) Participação na receita da união | S | (4.902.000,00) | (5.102.200,00) | (5.302.400,00) | (5.502.600,00) | (20.809.200,00) |
| 9171801210000000 | (r) Cota-parte do fundo de participação dos municípios - principal | A | (4.900.000,00) | (5.100.000,00) | (5.300.000,00) | (5.500.000,00) | (20.800.000,00) |
| 9171801510000000 | (r) Cota-parte do imposto sobre a propriedade territorial rural - principal | A | (2.000,00) | (2.200,00) | (2.400,00) | (2.600,00) | (9.200,00) |
| 9171806000000000 | (r) Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 | S | (26.000,00) | (28.000,00) | (29.600,00) | (31.400,00) | (115.000,00) |
| 9171806110000000 | (r) Transferência financeira do ICMS - desoneração - l.c. nº 87/96 - principal | A | (26.000,00) | (28.000,00) | (29.600,00) | (31.400,00) | (115.000,00) |
| 9172000000000000 | (r) Transferências dos estados e do distrito federal e de suas entidades | S | (7.244.000,00) | (7.710.000,00) | (8.176.000,00) | (8.648.000,00) | (31.778.000,00) |
| 9172800000000000 | (r) Transferências dos estados - específica e/m | S | (7.244.000,00) | (7.710.000,00) | (8.176.000,00) | (8.648.000,00) | (31.778.000,00) |
| 9172801000000000 | (r) Participação na receita dos estados | S | (7.244.000,00) | (7.710.000,00) | (8.176.000,00) | (8.648.000,00) | (31.778.000,00) |
| 9172801110000000 | (r) Cota-parte do ICMS - principal | A | (6.200.000,00) | (6.600.000,00) | (7.000.000,00) | (7.400.000,00) | (27.200.000,00) |
| 9172801210000000 | (r) Cota-parte do IPVA - principal | A | (950.000,00) | (1.010.000,00) | (1.070.000,00) | (1.136.000,00) | (4.166.000,00) |
| 9172801310000000 | (r) Cota-parte do IPI - municípios - principal | A | (94.000,00) | (100.000,00) | (106.000,00) | (112.000,00) | (412.000,00) |
| Total: | | Total: | 170.292.600,00 | 185.060.700,00 | 195.286.550,00 | 206.360.150,00 | 757.000.000,00 |

II - Demonstrativo da Metodologia de Cálculo das Principais Receitas;

A) PREFEITURA MUNICIPAL DE TIMBÓ**A.1. Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 8.100.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|---------------|
| Valor 2014 | 6.196.602,76 |
| Valor 2015 | 6.729.222,05 |
| Valor 2016 | 7.427.259,29 |
| Receita até abril/2017 | 4.359.746,53 |
| Previsão 2018/2021 | 34.400.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.2. Valores referente Imposto sobre Serviços (ISS) e Taxas de Licença para Localização e Funcionamento (TLLF) e Taxa de Alvará Sanitário (TAS).

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 8.500.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|---------------|
| Valor 2014 | 6.515.727,06 |
| Valor 2015 | 7.243.490,86 |
| Valor 2016 | 7.304.363,37 |
| Receita até abril/2017 | 2.231.844,00 |
| Previsão 2018/2021 | 37.000.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.3. Imposto sobre Renda e Proventos de Qualquer Natureza.

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 2.000.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício **findo** É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação.

| | |
|---------------------------|----------------------|
| Valor 2014 | 2.059.142,58 |
| Valor 2015 | 2.198.975,18 |
| Valor 2016 | 2.826.880,01 |
| Receita até abril/2017 | 825.392,16 |
| Previsão 2018/2021 | 10.000.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.4. Imposto inter vivos ITBI

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 2.000.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|--------------|
| Valor 2014 | 1.962.559,34 |
| Valor 2015 | 1.907.274,91 |
| Valor 2016 | 1.891.297,81 |
| Receita até abril/2017 | 548.524,66 |
| Previsão 2018/2021 | 8.600.000,00 |

Fonte : Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.5. Taxas de Poder de Polícia e de Serviços.

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 1.307.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|---------------|
| Valor 2014 | 949.441,89 |
| Valor 2015 | *3.436.315,21 |
| Valor 2016 | 933.272,92 |
| Receita até abril/2017 | 933.272,92 |
| Previsão 2018/2021 | 168.778,20 |

- A coleta de lixo foi arrecadada pela Prefeitura como receita normal e transferida por transferência financeira.

Fonte : Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.6. Contribuição De Melhoria

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 170.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria.

| | |
|------------------------|------------|
| Valor 2014 | 190.017,43 |
| Valor 2015 | 193.102,59 |
| Valor 2016 | 152.653,97 |
| Receita até abril/2017 | 34.096,34 |
| Previsão 2018/2021 | 740.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.7. Contribuições Econômicas

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 2.800.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria.

| | |
|------------------------|---------------|
| Valor 2014 | 1.600.450,39 |
| Valor 2015 | 2.203.035,42 |
| Valor 2016 | 2.460.197,13 |
| Receita até abril/2017 | 845.300,57 |
| Previsão 2018/2021 | 12.100.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.**A.8. Receitas Patrimoniais**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 700.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação.

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|--------------|
| Valor 2014 | 1.058.868,63 |
| Valor 2015 | 1.246.204,17 |
| Valor 2016 | 1.343.049,23 |
| Receita até abril/2017 | 539.979,67 |
| Previsão 2018/2021 | 3.100.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.**A.9. Receitas de Serviços**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 0,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação.

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|------------|
| Valor 2014 | |
| Valor 2015 | 26.718,03 |
| Valor 2016 | 186.005,00 |
| Receita até abril/2017 | 0,00 |
| Previsão 2018/2021 | 0,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.**A.10. Fundo de Participação dos Municípios – FPM**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 24.500.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação.

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|---------------|
| Valor 2014 | 17.713.534,03 |
| Valor 2015 | 17.673.794,64 |
| Valor 2016 | 20.165.705,82 |
| Receita até abril/2017 | 6.781.309,31 |
| Previsão 2018/2021 | 700.000,00 |

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|--------------|
| Valor 2014 | 0,0 |
| Valor 2015 | 984.162,48 |
| Valor 2016 | 1.488.195,20 |
| Receita até abril/2017 | 0,00 |
| Previsão 2018/2021 | 700.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.**A.11. Lei Complementar 87/96**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 130.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação.

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|------------|
| Valor 2014 | 117.961,20 |
| Valor 2015 | 115.227,25 |
| Valor 2016 | 115.673,88 |
| Receita até abril/2017 | 38.650,96 |
| Previsão 2018/2021 | 575.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.**A.12. Demais Transferências da União**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 100.000,00 para o exercício de 2018 e mantido para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação.

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|------------|
| Valor 2014 | 710.214,20 |
| Valor 2015 | 93.476,91 |
| Valor 2016 | 184.185,15 |
| Receita até abril/2017 | 0,0 |
| Previsão 2018/2021 | 400.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.**A.13. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 31.000.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício.

findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|----------------|
| Valor 2014 | 27.817.304,80 |
| Valor 2015 | 27.364.658,62 |
| Valor 2016 | 28.999.835,58 |
| Receita até abril/2017 | 10.744.195,85 |
| Previsão 2018/2021 | 136.000.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.14. Cota parte do IPVA

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 4.750.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|---------------|
| Valor 2014 | 3.890.288,56 |
| Valor 2015 | 4.277.145,60 |
| Valor 2016 | 4.448.398,04 |
| Receita até abril/2017 | 1.367.754,88 |
| Previsão 2018/2021 | 20.830.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.15. Cota parte IPI

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 470.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|---------------|
| Valor 2014 | 432.469,62 |
| Valor 2015 | 427.169,40 |
| Valor 2016 | 414.366,71 |
| Receita até abril/2017 | 142.944,49 |
| Previsão 2018/2021 | 20.830.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.16. CIDE

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 50.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|------------|
| Valor 2014 | 5.985,43 |
| Valor 2015 | 22.726,97 |
| Valor 2016 | 62.670,10 |
| Receita até abril/2017 | 42.879,26 |
| Previsão 2018/2021 | 350.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

A.17. Transferência do FUNDEB

No exercício de 2007 houve a alteração em relação ao FUNDEF para o FUNDEB, ampliando o ensino fundamental e considerando o ensino básico desde os 5 anos. Caso em que Timbó tem uma demanda muito grande e segundo o censo escolar apresentado o retorno é sempre positivo. Esta receita tem prazo determinado para terminar que é no ano de 2021, nós consideramos que haverá movimentações para que se prorrogue o FUNDEB e consideramos no último exercício do PPA:

| | |
|---|----------------------|
| Valor 2014 | 14.183.232,29 |
| Valor 2015 | 14.632.807,26 |
| Valor 2016 | 16.278.222,79 |
| Receita até abril/2017 | 5.814.131,63 |
| Previsão 2018/2021 | 71.800.000,00 |
| Deduções 2018/2021 (FPM, ITR, ICMS, IPVA, LC87/96, IPI) 20,00% | 52.702.200,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA

A.18. Merenda Escolar**a) PNAE**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 550.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação.

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|--------------|
| Valor 2014 | 413.334,00 |
| Valor 2015 | 418.950,00 |
| Valor 2016 | 514.730,00 |
| Receita até abril/2017 | 97.078,60 |
| Previsão 2018/2021 | 2.405.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA

b) PNATE

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 23.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação.

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|-----------|
| Valor 2014 | 15.765,67 |
| Valor 2015 | 12.927,04 |
| Valor 2016 | 21.169,55 |
| Receita até abril/2017 | 2.810,82 |
| Previsão 2018/2021 | 98.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA**A.19. Salário Educação**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 2.000.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|--------------|
| Valor 2014 | 1.574.406,25 |
| Valor 2015 | 1.618.752,96 |
| Valor 2016 | 1.701.222,17 |
| Receita até abril/2017 | 667.503,80 |
| Previsão 2018/2021 | 8.750.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA**A.20. Dívida Ativa e Multas com Juros**

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 1.900.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|--------------|
| Valor 2014 | 2.053.353,05 |
| Valor 2015 | 1.537.276,65 |
| Valor 2016 | 1.783.456,20 |
| Receita até abril/2017 | 584.792,25 |
| Previsão 2018/2021 | 8.600.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade – SEMFA

A.21. Compensação da Exploração Mineral

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 5.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|-----------|
| Valor 2014 | 0,00 |
| Valor 2015 | 6.118,40 |
| Valor 2016 | 4.942,81 |
| Receita até abril/2017 | 2.180,09 |
| Previsão 2018/2021 | 31.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA

A.22. FPE

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 190.000,00 para o exercício de 2018 e acrescido 6% para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|------------|
| Valor 2014 | 0,00 |
| Valor 2015 | 198.169,79 |
| Valor 2016 | 169.660,67 |
| Receita até abril/2017 | 75.546,80 |
| Previsão 2018/2021 | 821.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA

A.23. Outras Receitas Correntes.

No cálculo foi considerado a arrecadação dos últimos três exercícios bem como estimado o valor de R\$ 136.050,00 para o exercício de 2018 e para cada exercício findo. É importante ressaltar que a expansão de serviços, bem como novas contratações, influenciam diretamente nesta arrecadação

Quadro 1 Projeção da Receita Própria

| | |
|------------------------|--------------|
| Valor 2014 | 31.943,82 |
| Valor 2015 | 9.518,75 |
| Valor 2016 | 2.309.785,41 |
| Receita até abril/2017 | 1.047,87 |
| Previsão 2018/2021 | 544.200,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA

A.24. Operações de Crédito.

De acordo com o estimado a contratação destes recursos deverão ser por Lei específica e aprovação do Poder Legislativo estima-se financiar **R\$ 40.000.000,00** para despesas de capital.

Fonte: Secretária - SEMFA

A.25. Alienação de Bens Móveis e Imóveis.

De acordo com o estimado para modernização da frota municipal, considera-se que haja necessidade de Alienar Bens Móveis obsoletos e Bens Imóveis com o intuito de permutar ou estimular o desenvolvimento econômico do município. Estima-se arrecadar **R\$ 200.000,00**.

Fonte: Departamento de Patrimônio - SEMFA

A.26. Convênios com a União e o Estado para financiar Despesas de Capital.

A previsão de recebimento de Convênios Federais e Estaduais dependem da aprovação dos orçamentos destes Órgãos Governamentais. Sabe-se que estas peças orçamentárias até a presente data não foram aprovadas.

Segundo relação de recursos elencados pelos Gestores da Prefeitura pode-se descrever da seguinte forma:

1

| | |
|---------------|----------------------|
| SAPI | 0,00 |
| SEMFA | 2.000.000,00 |
| SEMED | 1.000.000,00 |
| SEPLAN | 3.400.000,00 |
| SEOS | 108.840.000,00 |
| PROGEM | 0,0 |
| FHT | 800.000,00 |
| TOTAL | 20.000.000,00 |

Fonte: Gestores Municipais

OBS. Os valores de Operação de Crédito e Convênios tiveram alterações em relação ao enviado para a Câmara devido a ajustes do setor de captação.

B) FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS**B.1. Receitas Diversas**

O Gestor do *Fundo Municipal de Saúde – FMS*, em constante busca de ampliar as receitas em relação às Transferências Federais e Estaduais, com a reprogramação dos Serviços de Saúde e a reavaliação dos disponíveis. Estima-se que as receitas serão:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção
PPA
2018-2021 |
|---------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|----------------------------|---------------------------------------|
| Taxas | 296.242,12 | *0,00 | 309.695,25 | 5.381,32 | 1.600.000,00 |
| Receita Patrimonial | 208.565,14 | 227.081,92 | 186.627,23 | 53.509,63 | 920.000,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 33.366,75 | 0,00 | 0,00 |
| Transf. FNS | 5.852.341,97 | 4.936.398,50 | 6.643.711,29 | 2.050.991,80 | 26.800.000,00 |
| Transf. FES | 1.155.301,12 | 1.082.890,08 | 949.672,10 | 193.956,04 | 4.500.000,00 |
| Outras Receitas | 105.721,28 | 276.516,41 | 10.349,09 | 1.539,10 | 480.000,00 |
| Total | 7.618.171,63 | 6.522.886,91 | 8.100.054,96 | 2.305.377,89 | 34.300.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade.

*A receita de taxas no ano de 2015 foi lançada na Prefeitura e repassada através de transferência financeira.

B.2. Transferência de Convênios Estaduais e Federais no valor de R\$ 5.990.000,00.

Fonte: Gestora de Convênios

C) FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FMAS**C.1. Receitas Diversas.**

Para atendimento as Políticas Municipais de Assistência Social e a LOAS, parte dos recursos são provenientes de Transferências da União, através do Fundo Nacional de Assistência Social também apresenta recursos do Estado, ambos para os Serviços de Proteção Básica, Média e Alta. E ainda de recursos próprios como aplicação financeira e outras receitas diversas e principalmente a transferência financeira do Município. Estimam-se os seguintes valores:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção
PPA
2018-2021 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|------------------------------|
| Receita Patrimonial | 39.278,62 | 58.627,66 | 62.829,05 | 15.385,63 | 250.000,00 |
| Transf. FNAS | 261.462,88 | 265.396,43 | 233.433,07 | 24.750,00 | 1.345.000,00 |
| Outras Receitas | 10.931,33 | 6.051,91 | 1.378,36 | 922,40 | 35.000,00 |
| Transf. Convênios | 112.462,49 | 121.817,61 | 145.616,80 | 15.598,38 | 270.000,00 |
| Total | 424.135,32 | 451.893,61 | 443.257,28 | 56.656,41 | 1.900.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade – SEMFA

C.2. Transferência de Convênios Estaduais e Federais para Despesas de Capital no valor de R\$ 1.400.000,00

Fonte: Gestora de Convênios

D) FUNDO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO A CRIANÇA E AO ADOLESCENTE – FIA**D.1. Receitas Diversas.**

O Conselho de Direitos sempre em busca de uma maior divulgação entre as empresas e pessoas físicas referente ao imposto de renda que pode ser depositado direto no Fundo que já esta cadastrado junto a Receita Federal, para a implantação de novos programas e melhoramento dos já existentes. Destacando-se a seguinte receita:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção
PPA
2018-2021 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|------------------------------|
| Receita Patrimonial | 9.944,79 | 12.180,16 | 10.608,20 | 3.200,37 | 90.000,00 |
| Transf. Correntes | 960,00 | 4.310,87 | 23.093,29 | 0,00 | 195.000,00 |
| Outras Receitas | 202,47 | 183,50 | 194,51 | 0,00 | 15.000,00 |
| Total | 11.107,26 | 16.674,53 | 33.896,00 | 3.200,37 | 300.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade – SEMFA

E) FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME**E.1. Receitas Diversas.**

Seus recursos são formados principalmente da receita patrimonial e Outras Receitas, maior recursos vem do repasse da Prefeitura.

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção
PPA
2018-2021 |
|--------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|------------------------------|
| | | | | | |

| | | | | | |
|---------------------|-----------|-----------|-----------|----------|------------|
| Receita Patrimonial | 18.297,34 | 19.698,77 | 37.606,66 | 8.941,81 | 200.000,00 |
| Outras Receitas | 5.786,06 | 1.805,04 | 8.413,69 | 169,12 | 100.000,00 |
| Total | 24.083,40 | 21.503,81 | 46.020,35 | 9.110,93 | 300.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA

E.2. Transferência de Convênios Estaduais e Federais para Custear Despesas de Capital no valor de R\$ 3.700.000,00 e ainda R\$ 1.000.000,00 de Operação de Crédito.

Fonte: Gestora de Convênios.

F) FUNDO DE ASSISTÊNCIA A SAÚDE DOS SERVIDORES PÚBLICOS DE TIMBÓ - FASS.

F.1. Contribuições Sociais

As receitas do FASS são apenas fonte de recursos para custear o plano de Saúde dos servidores efetivos, sendo que muitos estão sem a cobertura do plano. Para regularizar esta situação pretende-se mudar o plano e também a forma de contribuição entre servidor e patronal. A arrecadação é proporcionalmente relacionada ao número de funcionários:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção PPA
2018-2021 |
|-----------------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|---------------------------|
| Receita Patrimonial | 15.028,09 | 17.965,01 | 16.097,56 | 6.494,89 | 100.000,00 |
| Contribuições Sociais | 1.188.742,40 | 1.327.356,54 | 1.534.114,73 | 179.087,67 | 7.100.000,00 |
| Outras Receitas | 138.956,80 | 171.493,01 | 178.471,38 | 61.148,32 | 800.000,00 |
| Total | 1.342.727,29 | 1.516.814,56 | 1.728.683,67 | 550.474,08 | 8.000.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade.

G) FUNDO MUNICIPAL DE TURISMO - FUMTUR.

G.1. Receitas Diversas.

Seus recursos são formados principalmente da receita patrimonial e Outras Receitas, maior recursos vem do repasse da Prefeitura.

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção PPA
2018-2021 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|---------------------------|
| Receita Patrimonial | 14.277,99 | 24.294,44 | 19.112,98 | 2.478,98 | 100.000,00 |
| Outras Receitas | 49.358,33 | 0,00 | 88,60 | 0,0 | 100.000,00 |
| Total | 63.636,32 | 24.294,44 | 19.201,58 | 2.478,98 | 200.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

G.2. Transferência de Convênios Estaduais e Federais para Custear Despesas de Capital no valor de R\$ 8.200.000,00.

Fonte: Gestora de Convênios

H) FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR - FUMREPOM.

H.1. Receitas Diversas.

No Fundo Municipal de Reequipamento da Polícia Militar estima-se a seguinte receita:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção PPA
2018-2021 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|---------------------------|
| Taxas | 248.995,73 | *0,00 | 261.130,72 | 1.970,47 | 1.300.000,00 |
| Receita Patrimonial | 12.650,36 | 28.430,93 | 47.395,16 | 15.843,13 | 200.000,00 |
| Total | 261.646,09 | 28.430,93 | 308.525,88 | 17.813,60 | 1.500.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

*A receita de taxas no ano de 2015 foi lançada na Prefeitura e repassada através de transferência financeira.

D) FUNDO MUNICIPAL DE TRANSITO - FUMTRAN.

I.1. Receitas Diversas.

Estima-se que haja uma maior fiscalização com as lombadas eletrônicas, sensores nos semáforos, e ainda com a atuação da Polícia Militar e Civil para verificar o cumprimento da legislação de trânsito. Melhoramento dos programas para a Educação de Trânsito, destacando-se a seguinte receita:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção PPA
2018-2021 |
|---------------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|---------------------------|
| Receita Patrimonial | 84.437,99 | 143.801,59 | 147.574,49 | 34.316,76 | 550.000,00 |
| Taxas | 79.088,29 | 89.954,94 | 86.758,39 | 29.609,07 | 400.000,00 |
| Multas de Transito | 1.310.328,59 | 1.172.635,92 | 1.767.067,68 | 566.137,29 | 6.000.000,00 |
| Outras Receitas | 17.419,21 | 0,00 | 28.322,67 | 163,05 | 50.000,00 |
| Total | 1.491.274,08 | 1.406.392,45 | 2.029.723,23 | 630.226,17 | 7.000.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

I.2. Transferência de Convênios Estaduais e Federais para Custear Despesas de Capital no valor de R\$ 3.300.000,00

Fonte: Gestora de Convênios

J) FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

J.1. Receitas Diversas.

Os recursos da FCT são oriundos da receita patrimonial e das outras receitas advindas da pretensão de ampliação de vagas e a variedade de cursos oferecidos a comunidade, com cobrança de mensalidade e ainda a realização de eventos.

Estimando-se a seguinte receita:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção PPA
2018-2021 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|---------------------------|
| Receita Patrimonial | 28.122,22 | 59.564,96 | 82.426,57 | 10.611,90 | 410.000,00 |
| Receita de Serviços | 0,00 | 0,00 | 9.873,05 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas | 138.932,07 | 197.937,60 | 423.627,43 | 24.667,83 | 1.140.000,00 |
| Total | 167.054,29 | 257.502,56 | 515.927,05 | 35.279,73 | 1.550.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

J.2. Transferência de Convênios Estaduais e Federais para Custear Despesas de Capital no valor de R\$ 6.450.000,00.

Fonte: Gestora de Convênios

K) FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA DOS DIREITOS DIFUSOS DE TIMBÓ - FMDDD.

K.1. Receitas Diversas.

As receitas do Fundo são provenientes da receita patrimonial e as outras receitas são referentes a infrações a legislação dos Direitos Difusos, destacando-se a seguinte receita:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção PPA
2018-2021 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|---------------------------|
| Receita Patrimonial | 2.145,15 | 7.835,96 | 21.652,19 | 6.534,27 | 50.000,00 |
| Outras Receitas | 10.000,00 | 117.144,10 | 167.000,00 | 30.000,00 | 450.000,00 |
| Total | 12.145,15 | 124.980,06 | 188.652,19 | 36.534,27 | 500.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

L) FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE DE TIMBÓ - FMMA.

L.1. Receitas Diversas.

O Fundo possui sua legislação com a relação a cobrança das taxas ambientais que são estipuladas em UFM's e ainda da possibilidade de receber recursos de TAC, destacando-se a seguinte receita:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção PPA
2018-2021 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|---------------------------|
| Receita Patrimonial | 130.310,67 | 110.873,37 | 120.697,56 | 29.599,64 | 650.000,00 |
| Taxas | 44.312,88 | 291.916,19 | 195.956,75 | 52.652,20 | 900.000,00 |
| Outras Receitas | 1.088,72 | 1.057,75 | 1.755,89 | 3.357,47 | 50.000,00 |
| Total | 175.712,27 | 403.847,31 | 318.410,20 | 85.609,31 | 1.600.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

M) FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL DE TIMBÓ - FUMDEC

M.1. Receitas Diversas.

Neste Fundo os recursos são advindos das taxas que são provenientes das vistorias dos bombeiros, destacando-se a seguinte receita:

| Receita/Arrecadada | ANO
2014 | ANO
2015 | ANO
2016 | Até mês
04/2017 | Projeção PPA
2018-2021 |
|---------------------|-------------|-------------|-------------|--------------------|---------------------------|
| Receita Patrimonial | 36.845,16 | 44.342,28 | 50.022,01 | 13.749,24 | 200.000,00 |
| Taxas | 379.377,69 | 300.786,34 | 331.203,70 | 112.941,70 | 1.600.000,00 |
| Transf.Conv. | 224.768,04 | 0,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas | 4.134,77 | 49,00 | 0,00 | 0,00 | 0,00 |
| Total | 645.125,66 | 345.177,62 | 381.225,71 | 126.690,94 | 1.800.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade - SEMFA.

N) SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO – SAMAE.

N.1. Receitas Diversas.

O *SAMAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto*, considerou para o cálculo a transferência da cobrança e controle da coleta de lixo, o aumento crescente de devedores

para cobrança de dívida ativa e a captação de recursos para os investimentos em saneamento básico, estima-se a seguinte receita:

| Especificação | Receita/Arrecadada | | | Receita até 30/04 | Projeção PPA |
|-----------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|---------------------|-----------------------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018/2021 |
| TS – Coleta de Lixo | 1.676.375,89 | 31.552,62 | 2.307.176,28 | 173.293,64 | 11.870.000,00 |
| Receita Patrimonial | 258.734,67 | 411.657,91 | 508.560,24 | 148.651,93 | 1.970.000,00 |
| Receitas Industrial | 286.006,66 | 314.047,35 | 113.936,48 | 248.579,52 | 1.470.000,00 |
| Receitas Serviços | 6.373.735,17 | 5.694.230,05 | 6.439.567,57 | 2.205.043,85 | 38.678.000,00 |
| Outras Receitas | 498.671,42 | 259.221,91 | 213.126,07 | 165.613,81 | 32.000,00 |
| Operação de Crédito | | | | | 12.000.000,00 |
| Alienação de Bens | 245.000,00 | | 119.500,00 | | |
| Transferência de Capital | | | | | 48.000.000,00 |
| Receita Corrente Intra | 131.907,51 | 195.314,10 | 188.683,78 | 56.671,74 | 980.000,00 |
| Receita Orçamentária | 9.470.431,32 | 6.906.023,94 | 9.890.550,42 | 2.997.854,49 | 115.000.000,00 |

| Especificação | Projeção das Receitas | | | | TOTAL PPA |
|--------------------------|-----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-----------------------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2018/2021 |
| TS – Coleta de Lixo | 2.550.000,00 | 2.680.000,00 | 3.180.000,00 | 3.460.000,00 | 11.870.000,00 |
| Receita Patrimonial | 430.000,00 | 460.000,00 | 500.000,00 | 580.000,00 | 1.970.000,00 |
| Receitas Industrial | 300.000,00 | 350.000,00 | 380.000,00 | 440.000,00 | 1.470.000,00 |
| Receitas Serviços | 7.505.000,00 | 8.272.000,00 | 10.671.000,00 | 12.230.000,00 | 38.678.000,00 |
| Outras Receitas | 5.000,00 | 8.000,00 | 9.000,00 | 10.000,00 | 32.000,00 |
| Operação de Crédito | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 3.000.000,00 | 12.000.000,00 |
| Transferência de Capital | 12.000.000,00 | 12.000.000,00 | 12.000.000,00 | 12.000.000,00 | 48.000.000,00 |
| Receita Corrente Intra | 210.000,00 | 230.000,00 | 260.000,00 | 280.000,00 | 980.000,00 |
| TOTAL | 26.000.000,00 | 27.000.000,00 | 30.000.000,00 | 32.000.000,00 | 115.000.000,00 |

O) INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV.

O.1. Contribuições Sociais

As Receitas do Instituto de Previdência levam em consideração o aumento das contribuições em proporção ao acréscimo de salário, baseado no centro da meta de inflação atual estimado em 4,5% a.a e a expansão do número de funcionários. Dentro das Receitas de Contribuições, encontram-se as Contribuições previdenciárias para amortização do déficit atuarial, e considerando o Decreto municipal nº 3819/2015 do plano de amortização, além

do aumento previsto de acordo com a inflação, há o aumento projetado de 1,5% a.a.. Quanto as Receitas Patrimoniais, a projeção também está baseada no centro da meta de inflação, pois as mesmas são constituídas de rendimentos de aplicações financeiras oriundas das Receitas de Contribuições Previdenciárias. Dessa forma, observamos que estas receitas são apenas fonte de recursos para financiar o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó.


Fonte: Gestores do TIMBOPREV.

| Especificação | Receita/Arrecadada | | | Receita até 30/04 | Projeção PPA |
|--|--------------------|---------------|---------------|-------------------|----------------------|
| | 2014 | 2015 | 2016 | 2017 | 2018/2021 |
| Receita Patrimonial | 6.634.702,35 | 6.512.980,77 | 12.143.497,09 | 4.128.233,67 | 16.130.000,00 |
| Contribuições Sociais | 2.756.704,60 | 3.603.191,69 | 4.152.185,74 | 1.088.973,18 | 24.160.000,00 |
| Receitas de Serviço | 0,00 | 0,00 | 4.462,60 | 0,00 | 0,00 |
| Outras Receitas | 124.924,73 | 160.054,32 | 163.541,53 | 52.797,33 | 720.000,00 |
| Receitas Correntes Intra-Orçamentárias | 4.535.940,69 | 5.517.964,46 | 5.410.361,48 | 1.271.472,74 | 23.000.000,00 |
| Total | 14.052.272,37 | 15.794.191,24 | 21.874.048,44 | 6.541.476,92 | 64.010.000,00 |

Fonte: Departamento de Contabilidade.

III – Quadro Demonstrativo da Previsão da Receita Corrente Líquida 2018 a 2021


| ESPECIFICAÇÃO | 2018 (R\$) | 2019 (R\$) | 2020 (R\$) | 2021 (R\$) | TOTAL |
|--|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|---------------------------|
| RECEITAS CORRENTES (I) | | | | | |
| Receita Tributária | R\$ 141.524.600,00 | R\$ 150.301.900,00 | R\$ 161.344.550,00 | R\$ 171.773.150,00 | R\$ 624.944.200,00 |
| IPTU | R\$ 27.878.550,00 | R\$ 29.576.350,00 | R\$ 31.464.500,00 | R\$ 33.032.100,00 | R\$ 121.951.500,00 |
| ISS | R\$ 8.100.000,00 | R\$ 8.500.000,00 | R\$ 8.800.000,00 | R\$ 9.000.000,00 | R\$ 34.400.000,00 |
| ITBI | R\$ 8.500.000,00 | R\$ 9.000.000,00 | R\$ 9.500.000,00 | R\$ 10.000.000,00 | R\$ 37.000.000,00 |
| IRRF | R\$ 2.000.000,00 | R\$ 2.220.000,00 | R\$ 2.360.000,00 | R\$ 2.500.000,00 | R\$ 9.080.000,00 |
| Outras Receitas Tributárias | R\$ 2.500.000,00 | R\$ 2.630.000,00 | R\$ 2.760.000,00 | R\$ 2.890.000,00 | R\$ 10.780.000,00 |
| Receita de Contribuições | R\$ 6.778.550,00 | R\$ 7.226.350,00 | R\$ 8.044.500,00 | R\$ 8.642.100,00 | R\$ 30.691.500,00 |
| Receita Patrimonial | R\$ 8.435.000,00 | R\$ 9.158.000,00 | R\$ 10.091.000,00 | R\$ 10.938.000,00 | R\$ 38.622.000,00 |
| Receita Agropecuária | R\$ 5.675.000,00 | R\$ 6.030.500,00 | R\$ 6.395.000,00 | R\$ 6.819.000,00 | R\$ 24.919.500,00 |
| Receita Industrial | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Receita de Serviços | R\$ 300.000,00 | R\$ 350.000,00 | R\$ 380.000,00 | R\$ 440.000,00 | R\$ 1.470.000,00 |
| Transferências Correntes | R\$ 7.505.000,00 | R\$ 8.272.000,00 | R\$ 10.671.000,00 | R\$ 12.230.000,00 | R\$ 38.678.000,00 |
| Cota-Parte do FPM | R\$ 89.803.000,00 | R\$ 94.632.000,00 | R\$ 99.792.000,00 | R\$ 105.370.000,00 | R\$ 389.597.000,00 |
| Cota-Parte do ICMS | R\$ 26.000.000,00 | R\$ 27.100.000,00 | R\$ 28.200.000,00 | R\$ 29.400.000,00 | R\$ 110.700.000,00 |
| Cota-Parte do IPVA | R\$ 31.000.000,00 | R\$ 33.000.000,00 | R\$ 35.000.000,00 | R\$ 37.000.000,00 | R\$ 136.000.000,00 |
| Cota-Parte do ITR | R\$ 4.750.000,00 | R\$ 5.050.000,00 | R\$ 5.350.000,00 | R\$ 5.680.000,00 | R\$ 20.830.000,00 |
| Transferências da LC 87/1996 | R\$ 10.000,00 | R\$ 11.000,00 | R\$ 12.000,00 | R\$ 13.000,00 | R\$ 46.000,00 |
| Transferências da LC 61/1989 | R\$ 130.000,00 | R\$ 140.000,00 | R\$ 148.000,00 | R\$ 157.000,00 | R\$ 575.000,00 |
| Transferências do FUNDEB | R\$ 470.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 530.000,00 | R\$ 560.000,00 | R\$ 2.060.000,00 |
| Outras Transferências Correntes | R\$ 16.600.000,00 | R\$ 17.300.000,00 | R\$ 18.300.000,00 | R\$ 19.600.000,00 | R\$ 71.800.000,00 |
| Outras Receitas Correntes | R\$ 10.843.000,00 | R\$ 11.531.000,00 | R\$ 12.252.000,00 | R\$ 12.960.000,00 | R\$ 47.586.000,00 |
| DEDUÇÕES (II) | | | | | |
| Contribuição do Servidor para o Plano de Prev. do Servidor | R\$ 1.928.050,00 | R\$ 2.283.050,00 | R\$ 2.551.050,00 | R\$ 2.944.050,00 | R\$ 9.706.200,00 |
| Compensação Financeira entre Regimes Previdência | R\$ 17.277.000,00 | R\$ 18.515.200,00 | R\$ 19.883.000,00 | R\$ 21.187.000,00 | R\$ 76.862.200,00 |
| Dedução de Receita para Formação do FUNDEB | R\$ 5.105.000,00 | R\$ 5.675.000,00 | R\$ 6.375.000,00 | R\$ 7.005.000,00 | R\$ 24.160.000,00 |
| RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II) | R\$ 124.247.600,00 | R\$ 131.786.700,00 | R\$ 141.461.550,00 | R\$ 150.586.150,00 | R\$ 548.082.000,00 |

| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|--|----------------|--|----------------|----------------|---------------------|----------------|----------------|--|----------------|--|--|--|--|--|
|  | | | | | | | | | | PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TIMBO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 9999 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Compreende a dotação para a reserva de contingência que servirá de suporte para passivos contingenciais conforme anexo de riscos fiscais. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | | | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | | | | | | |
| Código da Ação | | | Título | | 2018 | | | 2019 | | | 2020 | | | 2021 | | | | | |
| 9999 | | | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA PMT | | R\$ 200.000,00 | | | R\$ 200.000,00 | | | R\$ 200.000,00 | | | R\$ 200.000,00 | | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 2018 | | 2019 | | | 2020 | | | 2021 | | | | | | | | |
| Reserva de Contingência | | | R\$ 200.000,00 | | | R\$ 200.000,00 | | | R\$ 200.000,00 | | | R\$ 200.000,00 | | | | | | | |
| 2. Descrição da Ação | | | | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | | | | | | |
| Código da Ação | | | Título | | 2018 | | | 2019 | | | 2020 | | | 2021 | | | | | |
| 9999 | | | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FUMDEC | | R\$ 2.000,00 | | | R\$ 2.500,00 | | | R\$ 3.000,00 | | | R\$ 3.500,00 | | | | | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 2018 | | 2019 | | | 2020 | | | 2021 | | | | | | | | |
| Reserva de Contingência | | | R\$ 2.000,00 | | | R\$ 2.500,00 | | | R\$ 3.000,00 | | | R\$ 3.500,00 | | | | | | | |
| 3. Descrição da Ação | | | | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | | | | | | |
| Código da Ação | | | Título | | 2018 | | | 2019 | | | 2020 | | | 2021 | | | | | |
| 9999 | | | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FMMA | | R\$ 1.000,00 | | | R\$ 2.000,00 | | | R\$ 2.500,00 | | | R\$ 2.500,00 | | | | | |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 2018 | | 2019 | | | 2020 | | | 2021 | | | | | | | | |
| Reserva de Contingência | | | R\$ 1.000,00 | | | R\$ 1.000,00 | | | R\$ 1.500,00 | | | R\$ 1.500,00 | | | | | | | |
| 4. Descrição da Ação | | | | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | | | | | | |
| Código da Ação | | | Título | | 2018 | | | 2019 | | | 2020 | | | 2021 | | | | | |
| 9999 | | | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FMDDD | | R\$ 1.000,00 | | | R\$ 2.000,00 | | | R\$ 2.500,00 | | | R\$ 2.500,00 | | | | | |
| 4.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | 2018 | | 2019 | | | 2020 | | | 2021 | | | | | | | | |
| Reserva de Contingência | | | R\$ 1.000,00 | | | R\$ 2.000,00 | | | R\$ 2.500,00 | | | R\$ 2.500,00 | | | | | | | |

| 5. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
|--|--|--|---------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FMS | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 |
| 5.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| Reserva de Contingência | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| 6. Descrição da Ação | | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 30.000,00 |
| 6.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FMS | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| | | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.500,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.500,00 | R\$ 4.500,00 | R\$ 4.500,00 |
| 6.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| Reserva de Contingência | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| 7. Descrição da Ação | | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.500,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.500,00 | R\$ 4.500,00 | R\$ 4.500,00 |
| 7.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| 7799 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA DO TIMBOPREV | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| | | R\$ 45.600,00 | R\$ 81.000,00 | R\$ 640.730,00 | R\$ 950.070,00 | R\$ 950.070,00 | R\$ 950.070,00 |
| 7.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| Resguardar excesso de Arrecadação para Cobertura de Riscos Fiscais, Como Calamidade Pública, Não Realização de Receitas, entre Outros. No Regime Próprio de Previdência Timboprev, é alocado a Reserva Matemática que configura-se como Resultado do Cálculo Atuarial. | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| | | R\$ 45.600,00 | R\$ 81.000,00 | R\$ 640.730,00 | R\$ 950.070,00 | R\$ 950.070,00 | R\$ 950.070,00 |
| 8. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FME | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| | | R\$ 3.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.000,00 |
| 8.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| Reserva de Contingência | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| 9. Descrição da Ação | | R\$ 3.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.000,00 |
| 9.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FIA | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| | | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 |
| 9.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| Reserva de Contingência | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | 2021 | 2021 |
| 10. Descrição da Ação | | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.000,00 |
| 10. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |

| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------------|--|--|--------------|---------------|---------------|
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FUMTUR | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.000,00 |
| 10.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Reserva de Contingência | | | | | |
| 11. Descrição da Ação | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FCT | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.000,00 |
| 11.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Reserva de Contingência | | | | | |
| 12. Descrição da Ação | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FUNREPOM | R\$ 3.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.500,00 |
| 12.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Reserva de Contingência | | | | | |
| 13. Descrição da Ação | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FUMTRAN | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 |
| 13.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Reserva de Contingência | | | | | |
| 14. Descrição da Ação | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 9025 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA DO SAMAE | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 |
| 14.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Reserva de Contingência | | | | | |
| 15. Descrição da Ação | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 9999 | GESTÃO DA RESERVA DE CONTINGENCIA FASS | R\$ 8.000,00 | R\$ 9.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 11.000,00 |


| 15.1 Iniciativas (2018 a 2021) | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
|--------------------------------|--|----------------|----------------|------------------|-----|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ | R\$ |
| Reserva de Contingência | 8.000,00 | 9.000,00 | 10.000,00 | 11.000,00 | |
| | R\$ 359.600,00 | R\$ 401.000,00 | R\$ 966.730,00 | R\$ 1.280.570,00 | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | | | |




PROGRAMA DE GOVERNO

| | | | | | | | | | |
|--|-------------------------------------|---|------------------|------------------|------------------|--|--|--|--|
| PROGRAMA DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E INVESTIMENTOS DA CÂMARA MUNICIPAL DE TIMBÓ. | | | | | | | | | |
| 0200 - GESTÃO DO PODER LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ | | | | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | |
| O Poder Legislativo Municipal é composto por nove vereadores e tem funcionamento em imóvel próprio, com autonomia financeira, e apoio de dez servidores (um Assessor Jurídico, dois Assessores Parlamentares, um Assessor Parlamentar Especial, um Contador, uma Analista Legislativo, um Advogado, um Agente Administrativo, uma Assessora de Comunicação e um Diretor Geral) e serviços de limpeza terceirizado. Tem como objetivo dar cumprimento às funções básicas do Poder Legislativo, quais sejam, legislar e fiscalizar. Suas metas são executar e modernizar as atividades de Gestão Administrativa e Legislativa, buscando investir na melhoria das suas ações, bem como praticar a transparência dos seus atos. Realizar atividades do Parlamento Jovem, com intuito de promover a formação política e cidadã do jovem domiciliado em nosso município. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2500 | GESTÃO DA SECRETARIA ADMINISTRATIVA | R\$ 958.500,00 | R\$ 1.049.500,00 | R\$ 1.172.000,00 | R\$ 1.290.000,00 | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Pessoal e Encargos | R\$ 550.000,00 | R\$ 600.000,00 | R\$ 680.000,00 | R\$ 750.000,00 | | | | |
| | Publicidade e Propaganda | R\$ 12.500,00 | R\$ 12.500,00 | R\$ 12.500,00 | R\$ 13.000,00 | | | | |
| | Material de Consumo | R\$ 45.000,00 | R\$ 55.000,00 | R\$ 65.000,00 | R\$ 75.000,00 | | | | |
| | Material Distribuição Gratuita | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | | | | |
| | Passagens e Despesas com Locomoção | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | | | | |
| | Outros Serviços Terceiros - PF e PJ | R\$ 170.000,00 | R\$ 185.000,00 | R\$ 195.000,00 | R\$ 210.000,00 | | | | |
| | Estagiários | R\$ 20.000,00 | R\$ 22.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 28.000,00 | | | | |
| | Terceirização Mão de Obra | R\$ 110.000,00 | R\$ 120.000,00 | R\$ 135.000,00 | R\$ 150.000,00 | | | | |
| | Diárias | R\$ 7.000,00 | R\$ 8.000,00 | R\$ 9.000,00 | R\$ 10.000,00 | | | | |
| | Celular | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.000,00 | | | | |
| | Auxílio Alimentação | R\$ 25.000,00 | R\$ 28.000,00 | R\$ 31.500,00 | R\$ 35.000,00 | | | | |
| | Outras Despesas | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 | | | | |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2502 | GESTÃO DA SECRETARIA LEGISLATIVA | R\$ 2.003.000,00 | R\$ 2.160.000,00 | R\$ 2.458.000,00 | R\$ 2.686.000,00 | | | | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Pessoal e Encargos | R\$ 1.300.000,00 | R\$ 1.430.000,00 | R\$ 1.600.000,00 | R\$ 1.800.000,00 | | | | |
| | Publicidade e Propaganda | R\$ 350.000,00 | R\$ 350.000,00 | R\$ 450.000,00 | R\$ 450.000,00 | | | | |
| | Material de Consumo | R\$ 20.000,00 | R\$ 25.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 35.000,00 | | | | |

| | | | | | | | | | |
|-------------------------------|--|--|--------------|------------|--------------|-----|--------------|-----|--------------|
| | Material Distribuição Gratuita | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 7.000,00 | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 13.000,00 |
| | Passagens e Despesas com Locomoção | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 35.000,00 |
| | Outros Serviços Terceiros - PF e PJ | R\$ | 170.000,00 | R\$ | 180.000,00 | R\$ | 190.000,00 | R\$ | 200.000,00 |
| | Estagiários | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 |
| | Diárias | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 30.000,00 |
| | Celular | R\$ | 18.000,00 | R\$ | 18.000,00 | R\$ | 18.000,00 | R\$ | 18.000,00 |
| | Auxílio Alimentação | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 55.000,00 | R\$ | 60.000,00 | R\$ | 65.000,00 |
| | Outras Despesas | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.000,00 |
| 3. | Descrição da Ação | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Título | | | | | | | | |
| | PARLAMENTO JOVEM | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Manutenção do Parlamento Jovem | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 |
| 4. | Descrição da Ação | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | INVESTIMENTOS E MODERNIZAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL | R\$ | 135.000,00 | R\$ | 335.000,00 | R\$ | 135.000,00 | R\$ | 135.000,00 |
| 4.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Investimento de Tecnologia de Informação | | R\$ | 100.000,00 | | | | | |
| | Aquisição de Veículos | | R\$ | 100.000,00 | | | | | |
| | Aquisição de Mobília | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 |
| | Aquisição de Equipamentos em Geral | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 |
| | Investimentos Prédio da Câmara | R\$ | 75.000,00 | R\$ | 75.000,00 | R\$ | 75.000,00 | R\$ | 75.000,00 |
| | Outros Investimentos e Modernizações | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.000,00 |
| | TOTAL DO PROGRAMA | R\$ | 3.146.500,00 | R\$ | 3.594.500,00 | R\$ | 3.815.000,00 | R\$ | 4.161.000,00 |

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|------------------|------------------|------------------|--|--|--|--|
| <div></div> <div>PROGRAMA DE GOVERNO</div> | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO | | | | | | | | | |
| Nº 0205 - GESTÃO DA ARTICULAÇÃO DAS POLÍTICAS INSTITUCIONAIS | | | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | |
| A Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional é o órgão de assessoramento direto ao Prefeito e ao Vice-Prefeito Municipal. A Secretaria promove as seguintes ações: integração das diversas unidades administrativas ou órgãos do Poder Executivo; representação político-social do Prefeito; assiste ao Chefe do Executivo nas suas relações com os municípios, diretamente ou através da imprensa; agenda os compromissos do Prefeito; representa o Prefeito em solenidades e perante outros órgãos oficiais; prepara o expediente do Gabinete; através da imprensa organiza o cerimonial e pelas relações públicas do Executivo; promove o acompanhamento dos atos expedidos pela Câmara Municipal, Assembleia Legislativa e Congresso Nacional, bem como estreita o relacionamento institucional com o Poder Legislativo e Judiciário; promove as ações destinadas à obtenção de recursos de natureza intergovernamental; coordena a ouvidoria municipal; assiste ao Prefeito nas relações internacionais promovidas pelo município. A Secretaria de Articulação Política possui o seguinte quadro de pessoal: 01 Secretário Municipal; 01 Assessor Institucional de Comunicação Social; 01 Assessor Institucional de Relações Internas; 01 Supervisor da Divisão de Imprensa e Comunicação; 01 Assessor Executivo de Gabinete; 01 Assessor de Imprensa e Comunicação. Para os próximos 4 anos a Secretaria de Articulação Política pretende estreitar ainda mais ações conjuntas entre as secretarias municipais, promovendo de forma mais eficiente o controle de implantação da políticas públicas. Além disto, buscar-se-á intensificar as relações intergovernamentais, internacionais e com entidades do 3º Setor. Constatam ainda como metas a aquisição de 01 veículo novo ao gabinete; 01 projetor multimídia; 03 aparelhos de ar condicionado; 01 notebook; 30 cadeiras para mesa de reunião; 01 mesa de reunião; 01 mesa formato em "L". | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2510 | Articulação das Políticas Institucionais | R\$ 970.000,00 | R\$ 1.028.200,00 | R\$ 1.089.892,00 | R\$ 1.155.285,52 | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | R\$ 817.000,00 | R\$ 866.020,00 | R\$ 917.981,20 | R\$ 973.060,07 | | | | |
| | Material de expediente | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 | | | | |
| | Locação de equipamentos | R\$ 37.000,00 | R\$ 39.220,00 | R\$ 41.573,20 | R\$ 44.067,59 | | | | |
| | Manutenção dos veículos | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.240,00 | R\$ 4.494,40 | R\$ 4.764,06 | | | | |
| | Consumo de combustível para frota da Secretaria | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 | | | | |
| | Consumo de gêneros alimentícios | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 | | | | |
| | Consumo de telefone | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 | | | | |
| | Reformar as dependências do Gabinete do Prefeito | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | | | | |
| | Despesas com viagens, capacitações e estadias | R\$ 43.000,00 | R\$ 45.580,00 | R\$ 48.314,80 | R\$ 51.213,69 | | | | |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 1511 | MODERNIZAÇÃO DO GABINETE | R\$ 130.000,00 | | | | | | | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Aquisição de equipamentos | R\$ 130.000,00 | | | | | | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 1.100.000,00 | R\$ 1.028.200,00 | R\$ 1.089.892,00 | R\$ 1.155.285,52 | | | | |



PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ


Nº 206 GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL:

DIAGNÓSTICO/METAS/OBJETIVOS:

Parte integrante daSecretaria Municipal de Articulação Política e Institucional (Gabinete do Prefeito) está o Departamento de Comunicação Social doMunicípio de Timbó. No setor de imprensa são produzidas todas as informações da administração pública municipal para a imprensa e para as variadas mídias. Essas informações são produzidas com cunho jornalístico ou publicitário de utilidade pública (no caso de campanhas como trânsito e vacinação). São utilizadas todas as ferramentas da área da comunicação para que essa divulgação seja eficiente (multimídia). Somos parceiros de eventos promocionais da comunidade, ONGs, associações e clubes de serviços: festa de aniversário, reuniões de associações de bairros e festas populares, como em eventos da administração das diversas secretarias: esportes, cultura, lazer, saúde, obras, etc. Produzimos material impresso (jornais e informativos em geral). Temos a responsabilidade de gravação dos "spots" para rádio, gravação e edição de vídeos. Realizamos o "clipping" das informações que se referem à administração (com as referências) e auxiliamosnas respostas necessárias para prefeito, vice-prefeito, secretários e demais servidores municipais à mídia, quando se fizer necessário. Construção e manutenção do site institucional (terceirizado). Atualização do site e mídias sociais. Desenvolvimento, correção e execução de protocolo (mestre de cerimônia terceirizado) em todos os eventos, festas, seminários, reuniões comunitárias e demais reuniões promovidas pelas secretarias, fundações e autarquias (área de Relações Públicas). Na área de Publicidade e Propaganda, atuamos na construção de campanhas publicitárias de cunho institucional para prestação de contas e divulgação das obras e ações da Prefeitura, fundações e autarquia, através da compra de espaços publicitários em veículos de comunicação (jornal, revista, internet, TV, rádio, etc.). Realizamos a confecção dos materiais e a serem divulgados nesses espaços na própria Assessoria Institucional de Comunicação Social ou terceirizando esse serviço para agências de propaganda/assessorias de comunicação, ficando esta decisão a critério da Administração, tendo como parâmetros a urgência e a complexidade do serviço. Finalmente, na área de comunicação em geral, esta Assessoria é responsável por orientar/aplicar quanto à identidade visual da Prefeitura, fundações e autarquia, incluindo a identidade visual de prédios e espaços públicos, veículos, máquinas e qualquer outro produto ou ferramenta sob a responsabilidade do Município ou da qual o Município seja parceiro.

| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|-------------------------------|--|--|------------------|------------------|------------------|
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2512 | GESTÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL | R\$ 1.860.150,00 | R\$ 1.971.759,00 | R\$ 2.090.064,54 | R\$ 2.215.468,41 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | Obrigações patronais - Folha de pagamento | R\$ 300.000,00 | R\$ 318.000,00 | R\$ 337.080,00 | R\$ 357.304,80 |
| | Auxílio-alimentação em pecúnia | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 |
| | Manutenção de ar-condicionado | R\$ 250,00 | R\$ 265,00 | R\$ 280,90 | R\$ 297,75 |
| | Combustível | R\$ 3.600,00 | R\$ 3.816,00 | R\$ 4.044,96 | R\$ 4.287,66 |
| | Seguro veículo | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.590,00 | R\$ 1.685,40 | R\$ 1.786,52 |
| | Locação impressora | R\$ 200,00 | R\$ 212,00 | R\$ 224,72 | R\$ 238,20 |
| | Serviço de Telecomunicações | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.590,00 | R\$ 1.685,40 | R\$ 1.786,52 |
| | Assinatura de periódicos - Jornais / Revistas | R\$ 3.500,00 | R\$ 3.710,00 | R\$ 3.932,60 | R\$ 4.168,56 |
| | Manutenção de veículo | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 |
| | Curso e treinamento de equipe | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 |
| | Treinamento para servidores | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| | Investimento em Tecnologia da informação e comunicação. Ex. site | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| | Manutenção site Oficial do Município | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.720,00 | R\$ 13.483,20 | R\$ 14.292,19 |
| | Passagem aérea | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 |
| | Serviços Gráficos e editoriais (Compra Direta) | R\$ 8.000,00 | R\$ 8.480,00 | R\$ 8.988,80 | R\$ 9.528,13 |
| | Serviço de Publicidade e Propaganda (Agência) | R\$ 650.000,00 | R\$ 689.000,00 | R\$ 730.340,00 | R\$ 774.160,40 |
| | Compra por licitação - Materiais gráficos | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 |

| | | | | | | | | |
|---|---|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|--------------|--------------|------------|
| Compra por licitação - Veiculação em rádios | R\$ | 200.000,00 | R\$ | 212.000,00 | R\$ | 224.720,00 | R\$ | 238.203,20 |
| Compra por licitação - Anúncio em Jornais | R\$ | 400.000,00 | R\$ | 424.000,00 | R\$ | 449.440,00 | R\$ | 476.406,40 |
| Aquisição de Software | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| Outros serviços de Terceiros - Contratações | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.480,00 | R\$ | 8.988,80 | R\$ | 9.528,13 |
| Aquisição de peças para manutenção de equipamentos | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.480,00 | R\$ | 8.988,80 | R\$ | 9.528,13 |
| Compra por licitação - sinalização de prédios, espaços públicos, parques, praça, etc. | R\$ | 110.000,00 | R\$ | 116.600,00 | R\$ | 123.596,00 | R\$ | 131.011,76 |
| Aquisição de material de expediente | R\$ | 3.600,00 | R\$ | 3.816,00 | R\$ | 4.044,96 | R\$ | 4.287,66 |
| 2. Descrição da Ação | | | | | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| 1513 | MODERNIZAÇÃO DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO SOCIAL | R\$ 74.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | | | | |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| Aquisição de aparelho celular | | R\$ 4.000,00 | | | | | | |
| Aquisição ou locação de veículo para o setor de comunicação | | R\$ 40.000,00 | | | | | | |
| Aquisição de equipamento - Notebook | | R\$ 10.000,00 | | | | | | |
| Aquisição de equipamento de Audio / Vídeo / Foto | | R\$ 15.000,00 | | | | | | |
| Aquisição de mobília para sala de comunicação | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 1.934.160,00 | R\$ 1.976.769,00 | R\$ 2.095.064,54 | R\$ 2.220.468,41 | | | |


| | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
|--|--|--------------------------------------|--|--|------------------|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|---------------------|------------------|--|--|--|--|--|--|--|--|
|  | | | | | | | | | | PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TIMBO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 0211 - GESTÃO DOS ENCARGOS ESPECIAIS DO MUNICÍPIO | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| Compreendem as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços. O Município almeja quitar corretamente todos seus encargos nas datas previstas. | | | | | | | | | | | | | | | | | | | |
| 1. | | Descrição da Ação | | Título | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | | | | | |
| | | Código da Ação | | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | | | | | | |
| | | 0.010 | GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DA PREFEITURA | | | R\$ 2.410.300,00 | R\$ 2.297.871,47 | | R\$ 2.474.616,28 | | R\$ 2.504.858,21 | | | | | | | | |
| 1.1 | | Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | | | | | | | |
| | | Sentenças Judiciais | | | R\$ 2.410.300,00 | R\$ 2.297.871,47 | | R\$ 2.474.616,28 | | R\$ 2.504.858,21 | | | | | | | | | |
| 2. | | Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Código da Ação | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | | | | | | | |
| | | 0.011 | GESTÃO DA DÍVIDA FUNDADA E ENCARGOS DA PREFEITURA | | R\$ 2.700.000,00 | R\$ 2.000.000,00 | | R\$ 2.000.000,00 | | R\$ 2.000.000,00 | | | | | | | | | |
| 2.1 | | Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | | | | | | | |
| | | Dívida fundada e encargos | | | R\$ 2.700.000,00 | 2.000.000,00 | | 2.000.000,00 | | 2.000.000,00 | | | | | | | | | |
| 3. | | Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Código da Ação | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | | | | | | | |
| | | 0.012 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DA PREFEITURA | | R\$ 1.200.000,00 | R\$ 1.300.000,00 | | R\$ 1.400.000,00 | | R\$ 1.500.000,00 | | | | | | | | | |
| 3.1 | | Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | | | | | | | |
| | | Pagamento do PASEP e outros encargos | | | R\$ 1.200.000,00 | R\$ 1.300.000,00 | | R\$ 1.400.000,00 | | R\$ 1.500.000,00 | | | | | | | | | |
| 4. | | Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | Código da Ação | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | | | | | | | |
| | | 0.050 | GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DO TIMBOPREV | | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 | | R\$ 10.000,00 | | R\$ 10.000,00 | | | | | | | | | |
| 4.1 | | Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | | | | | | | |
| | | | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--|---------------------------|--|---------------|------|---------------|------|---------------|------|---------------|------|---------------|
| Pagamento de Eventuais Obrigações com Precatórios, RPVs e outros | | | | | | | | | | | |
| 5. | Descrição da Ação | Título | | | | | | | | | |
| | Código da Ação | GESTÃO DO PASEP DO TIMBOPREV | | | | | | | | | |
| 5.1 | Iniciativas (2018 a 2021) | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.000,00 |
| | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 144.400,00 | R\$ | 154.000,00 | R\$ | 165.770,00 | R\$ | 175.930,00 | R\$ | 175.930,00 |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 144.400,00 | R\$ | 154.000,00 | R\$ | 165.770,00 | R\$ | 175.930,00 | R\$ | 175.930,00 |
| | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 11.590.000,00 | R\$ | 12.220.000,00 | R\$ | 12.705.000,00 | R\$ | 13.300.000,00 | R\$ | 13.300.000,00 |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 11.495.000,00 | R\$ | 12.100.000,00 | R\$ | 12.555.000,00 | R\$ | 13.120.000,00 | R\$ | 13.120.000,00 |
| | | R\$ | 95.000,00 | R\$ | 120.000,00 | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 180.000,00 | R\$ | 180.000,00 |
| | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 1.190.000,00 | R\$ | 1.255.000,00 | R\$ | 1.305.500,00 | R\$ | 1.372.000,00 | R\$ | 1.372.000,00 |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 1.150.000,00 | R\$ | 1.210.000,00 | R\$ | 1.255.500,00 | R\$ | 1.312.000,00 | R\$ | 1.312.000,00 |
| | | R\$ | 40.000,00 | R\$ | 45.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 60.000,00 | R\$ | 60.000,00 |
| | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.600,00 | R\$ | 5.900,00 | R\$ | 5.900,00 |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.600,00 | R\$ | 5.900,00 | R\$ | 5.900,00 |
| | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | 2021 | |
| | | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.000,00 | R\$ | 22.000,00 | R\$ | 23.000,00 | R\$ | 23.000,00 |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |

| | | | | | |
|--------------------------------------|---|------------------|------------------|------------------|------------------|
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 10. Descrição da Ação | | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.000,00 | R\$ 22.000,00 | R\$ 23.000,00 |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 20 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FUMDEC | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 6.000,00 |
| 10.1 Iniciais (2018 a 2021) | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 11. Descrição da Ação | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 6.000,00 |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 24 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMDDD | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 5.900,00 |
| 11.1 Iniciais (2018 a 2021) | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 12. Descrição da Ação | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 5.900,00 |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 26 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMS | R\$ 95.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 114.000,00 |
| 12.1 Iniciais (2018 a 2021) | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 13. Descrição da Ação | | R\$ 95.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 114.000,00 |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 30 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FMAS | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 6.000,00 |
| 13.1 Iniciais (2018 a 2021) | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 14. Descrição da Ação | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 6.000,00 |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 40 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FUMTUR | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.200,00 | R\$ 2.300,00 | R\$ 3.000,00 |
| 14.1 Iniciais (2018 a 2021) | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 15. Descrição da Ação | | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.200,00 | R\$ 2.300,00 | R\$ 3.000,00 |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 35 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO FASS | R\$ 1.767.000,00 | R\$ 1.927.500,00 | R\$ 2.039.000,00 | R\$ 2.120.000,00 |


| | | | | | |
|--|--|---|------------------|------------------|------------------|
| 15.1 Iniciais (2018 a 2021) | | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Pagamento do plano de saúde dos servidores segurados | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| R\$ | | 1.767.000,00 | R\$ 1.927.500,00 | R\$ 2.039.000,00 | R\$ 2.120.000,00 |
| 16. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 55 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FASS | R\$ 25.000,00 | R\$ 26.500,00 | R\$ 28.000,00 | R\$ 29.000,00 |
| 16.1 Iniciais (2018 a 2021) | | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| R\$ | | 25.000,00 | R\$ 26.500,00 | R\$ 28.000,00 | R\$ 29.000,00 |
| 17. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 36 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DA FME | R\$ 10.000,00 | R\$ 11.000,00 | R\$ 11.500,00 | R\$ 12.500,00 |
| 17.1 Iniciais (2018 a 2021) | | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| R\$ | | 10.000,00 | R\$ 11.000,00 | R\$ 11.500,00 | R\$ 12.500,00 |
| 18. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 38 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FIA | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.100,00 | R\$ 1.200,00 | R\$ 1.200,00 |
| 18.1 Iniciais (2018 a 2021) | | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| R\$ | | 1.000,00 | R\$ 1.100,00 | R\$ 1.200,00 | R\$ 1.200,00 |
| 19. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 44 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FUNREPOM | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 6.000,00 |
| 19.1 Iniciais (2018 a 2021) | | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| R\$ | | 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.600,00 | R\$ 6.000,00 |
| 20. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 46 | GESTÃO DO PASEP E ENCARGOS DO FUNTRAN | R\$ 23.000,00 | R\$ 24.500,00 | R\$ 26.000,00 | R\$ 27.500,00 |
| 20.1 Iniciais (2018 a 2021) | | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Pagamento do PASEP e outros encargos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| R\$ | | 23.000,00 | R\$ 24.500,00 | R\$ 26.000,00 | R\$ 27.500,00 |
| 21. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |

| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--|-------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| 0.048 | GESTÃO DAS SENTENÇAS JUDICIAIS E PRECATÓRIOS DO SAMAE | R\$ 17.150,00 | R\$ 28.700,00 | R\$ 33.300,00 | R\$ 45.850,00 |
| 21.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | |
| | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | | R\$ 17.150,00 | R\$ 28.700,00 | R\$ 33.300,00 | R\$ 45.850,00 |
| Pagamento de Eventuais Obrigações com Precatórios, RPVs e outros | | | | | |
| 22. Descrição da Ação | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 0.049 | GESTÃO DO PASEP DO SAMAE | R\$ 110.000,00 | R\$ 120.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 170.000,00 |
| 22.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | |
| | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | | R\$ 110.000,00 | R\$ 120.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 170.000,00 |
| Pagamento do PASEP | | R\$ 21.339.850,00 | R\$ 21.525.871,47 | R\$ 22.508.186,28 | R\$ 23.438.638,21 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | | | |




PROGRAMA DE GOVERNO


| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ | | | | | | |
|---|--|--|------------------|------------------|------------------|--|
| 0210 - GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | |
| A Secretaria Municipal da Fazenda e Administração tem como principais tarefas administrar e controlar todo o fluxo financeiro, administrativo e operacional da Administração Direta e Indireta do Município de Timbó. Tem como parâmetro, para exercer suas atividades, os princípios constitucionais de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência. Considerando que Timbó possui, além da Unidade Gestora Central, doze Fundos , três Fundações e uma Autarquia pode-se ressaltar que as atividades de administração e controle são muito complexas, porém fundamentais para o desenvolvimento de todas as políticas públicas do município. A base de dados de todas as informações gerenciais que alimentam as unidades e servem de suporte para a tomada de decisões, ficam armazenadas junto a Secretaria Municipal da Fazenda e Administração, sendo responsável por toda a equipe que proporciona as informações financeiras e gerenciais do município, composta pelo Setor de Contabilidade, Tributação e Fiscalização, Licitação, Suprimentos, Recursos Humanos, Superintendência de Sistemas, Custos e Patrimônio. A implantação de gestão adequada para os processos de informação é uma função da Secretaria Municipal da Fazenda e Administração. Há necessidade de adequar equipamentos, fluxos de atividades, softwares, pessoas e outros processos com o objetivo de manter uma gestão cada vez mais transparente e comprometida com nossos Municípios a fim de construirmos uma Timbó cada vez melhor. | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 2520 | GESTÃO DA ADMINISTRAÇÃO E CONTROLE MUNICIPAL | R\$ 6.400.000,00 | R\$ 6.784.000,00 | R\$ 7.191.040,00 | R\$ 7.622.502,40 | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | Folha de pagamento e encargos | R\$ 4.000.000,00 | R\$ 4.240.000,00 | R\$ 4.494.400,00 | R\$ 4.764.064,00 | |
| | manutenção/locação software, serviços gráficos, vigilância, diárias, capacitações, assessorias, etc. | R\$ 1.900.000,00 | R\$ 2.014.000,00 | R\$ 2.134.840,00 | R\$ 2.262.930,40 | |
| | Manutenção e/ou locação de veículos e monitoramento | R\$ 35.000,00 | R\$ 37.100,00 | R\$ 39.326,00 | R\$ 41.685,56 | |
| | Contratação de empresa de assessoria tecnológica | R\$ 65.000,00 | R\$ 68.900,00 | R\$ 73.034,00 | R\$ 77.416,04 | |
| | Manutenção AMMV, CIGA, CNM, CIMVI, FECAM | R\$ 400.000,00 | R\$ 424.000,00 | R\$ 449.440,00 | R\$ 476.406,40 | |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1521 | MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | Aquisição de mobiliário em geral, equipamentos de tecnologia de informação, telefonia, entre outros | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 | |
| 3. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1523 | FROTA DE VEÍCULOS - SEMFA | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | R\$ 35.730,48 | |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | Aquisição de Veículos | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | R\$ 35.730,48 | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 6.530.000,00 | R\$ 6.921.800,00 | R\$ 7.337.108,00 | R\$ 7.777.334,48 | |

| | | | | | |
|--|--|--|----------------|---------------------|------------------|
|  | | ANEXO IV-A | | PROGRAMA DE GOVERNO | |
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TIMBO | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | |
| Educação Infantil é composta por Núcleos de Educação Infantil (Creches) e Unidades Pré-escolares. Núcleos de Educação Infantil atendem crianças a partir de 04 meses até 3 anos e 11 meses de idade, compreendendo 11 Unidades com 1955 atendimentos, período de permanência de no mínimo 2 até no máximo 12 horas diárias, observando a necessidade. As 12 Unidades Pré-escolares atendem 878 crianças de 4 à 5 anos e 11 meses de idade, com permanência de 4 horas diárias, sendo na UPE Alecrim e UPE Comecinho de Vida o atendimento é integral. São coordenados por 15 gestores, 01 estagiário e 2 motoristas. | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2530 | Transformação e Inovação dos NEIS | R\$ 874.115,50 | R\$ 916.073,04 | R\$ 1.007.680,35 | R\$ 1.016.749,47 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | R\$ 820.000,00 | R\$ 859.360,00 | R\$ 945.296,00 | R\$ 953.803,66 |
| | Material de expediente | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 |
| | Material de limpeza | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.048,00 | R\$ 1.152,80 | R\$ 1.163,18 |
| | Locação de equipamentos | R\$ 14.000,00 | R\$ 14.672,00 | R\$ 16.139,20 | R\$ 16.284,45 |
| | Manutenção dos veículos | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.288,00 | R\$ 6.916,80 | R\$ 6.979,05 |
| | Consumo de energia elétrica | R\$ 2.100,00 | R\$ 2.200,80 | R\$ 2.420,88 | R\$ 2.442,67 |
| | Consumo de água | R\$ 350,00 | R\$ 366,80 | R\$ 403,48 | R\$ 407,11 |
| | Consumo de combustível para frota da SEMED | R\$ 6.525,50 | R\$ 6.838,72 | R\$ 7.522,60 | R\$ 7.590,30 |
| | Consumo de gás | R\$ 140,00 | R\$ 146,72 | R\$ 161,39 | R\$ 162,84 |
| | Consumo de internet | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 |
| | Consumo de telefone | R\$ 3.500,00 | R\$ 3.668,00 | R\$ 4.034,80 | R\$ 4.071,11 |
| | Material gráfico | R\$ 3.500,00 | R\$ 3.668,00 | R\$ 4.034,80 | R\$ 4.071,11 |
| | Despesas com viagens, capacitações e estadias | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 |
| | Material de distribuição gratuita | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1531 | Modernização dos NEIS/ADMINISTRAÇÃO | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.576,00 | R\$ 13.833,60 | R\$ 13.958,10 |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | Implementar e adaptar a sede da SEMED | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.288,00 | R\$ 6.916,80 | R\$ 6.979,05 |
| | Aquisição de equipamentos | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.288,00 | R\$ 6.916,80 | R\$ 6.979,05 |
| 3. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |

| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------------------------------------|--|--|------------------|------------------|------------------|
| 2534 | Transformação e Inovação das UPES | R\$ 146.710,00 | R\$ 153.752,08 | R\$ 169.127,29 | R\$ 170.649,43 |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | R\$ 130.000,00 | R\$ 136.240,00 | R\$ 149.864,00 | R\$ 151.212,78 |
| | Material de expediente | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.144,00 | R\$ 3.458,40 | R\$ 3.489,53 |
| | Material de limpeza | R\$ 600,00 | R\$ 628,80 | R\$ 691,68 | R\$ 697,91 |
| | Locação de equipamentos | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.048,00 | R\$ 1.152,80 | R\$ 1.163,18 |
| | Manutenção dos veículos | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.048,00 | R\$ 1.152,80 | R\$ 1.163,18 |
| | Consumo de energia elétrica | R\$ 900,00 | R\$ 943,20 | R\$ 1.037,52 | R\$ 1.046,86 |
| | Consumo de água | R\$ 150,00 | R\$ 157,20 | R\$ 172,92 | R\$ 174,48 |
| | Consumo de combustível para frota da SEMED | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.048,00 | R\$ 1.152,80 | R\$ 1.163,18 |
| | Consumo de gás | R\$ 60,00 | R\$ 62,88 | R\$ 69,17 | R\$ 69,79 |
| | Consumo de internet | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.144,00 | R\$ 3.458,40 | R\$ 3.489,53 |
| | Consumo de telefone | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.572,00 | R\$ 1.729,20 | R\$ 1.744,76 |
| | Material gráfico | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.572,00 | R\$ 1.729,20 | R\$ 1.744,76 |
| | Despesas com viagens, capacitações e estadias | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 |
| | Material de distribuição gratuita | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.048,00 | R\$ 1.152,80 | R\$ 1.163,18 |
| 4. Descrição da Ação | | | | | |
| | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1536 | Modernização das UPES/ADMINISTRAÇÃO | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.192,00 | R\$ 4.611,20 | R\$ 4.652,70 |
| 4.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | Implementar e adaptar a sede da SEMED | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 |
| | Aquisição de equipamentos | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 |
| | TOTAL DO PROGRAMA | R\$ 1.036.825,50 | R\$ 1.086.593,12 | R\$ 1.195.252,44 | R\$ 1.206.009,71 |

| PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | |
|---|--|--|------------------|------------------|------------------|--|
|  | | | | | | |
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TIMBO | | | | | | |
| Nº 0230 GESTÃO DA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | |
| Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno, Educação de Jovens e Adultos, Escolas em período integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e oferecendo uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para os alunos, com acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral. São coordenados por 34 gestores, 1 estagiário, 1 auxiliar operacional e 2 motoristas. | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 2540 | Educação Fundamental de Qualidade | R\$ 2.246.700,00 | R\$ 2.354.541,60 | R\$ 2.589.995,76 | R\$ 2.613.305,72 | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | R\$ 2.200.000,00 | R\$ 2.305.600,00 | R\$ 2.536.160,00 | R\$ 2.558.985,44 | |
| | Material de expediente | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 | |
| | Material de limpeza | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 | |
| | Locação de equipamentos | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 | |
| | Manutenção dos veículos | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 | |
| | Consumo de energia elétrica | R\$ 7.000,00 | R\$ 7.336,00 | R\$ 8.069,60 | R\$ 8.142,23 | |
| | Consumo de água | R\$ 600,00 | R\$ 628,80 | R\$ 691,68 | R\$ 697,91 | |
| | Consumo de combustível para frota da SEMED | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 | |
| | Consumo de gás | R\$ 100,00 | R\$ 104,80 | R\$ 115,28 | R\$ 116,32 | |
| | Consumo de internet | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.144,00 | R\$ 3.458,40 | R\$ 3.489,53 | |
| | Consumo de telefone | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 | |
| | Material gráfico | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 | |
| | Despesas com viagens, capacitações e estadias | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.240,00 | R\$ 5.764,00 | R\$ 5.815,88 | |
| | Material de distribuição gratuita | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 | |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1541 | Modernização do Ensino Fundamental/Administração Escolar | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.192,00 | R\$ 4.611,20 | R\$ 4.652,70 | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |

| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---------------------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| Implementar e adaptar a sede da SEMED | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 |
| Aquisição de equipamentos | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.096,00 | R\$ 2.305,60 | R\$ 2.326,35 |
| TOTAL DO PROGRAMA | R\$ 2.250.700,00 | R\$ 2.358.733,60 | R\$ 2.594.606,96 | R\$ 2.617.958,42 |



PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TIMBO

Nº 0250 GESTÃO DO PLANEJAMENTO TERRITORIAL DO MUNICÍPIO

DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS:

A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços tem por objetivo implementar e executar a política municipal de planejamento e urbanismo, e os preceitos do Plano Diretor; realizar estudos e pesquisas para o planejamento estratégico das atividades do governo municipal, e a viabilização de instrumentos de cooperação institucional para funcionamento adequado das atividades estaduais e federais na área de segurança pública, trânsito, meio ambiente, corpo de bombeiros, indústria e serviços, etc.

Entre as funções da Secretaria destacam-se ainda a de prestação de assessoramento aos órgãos da municipalidade quanto às técnicas de planejamento, controle, organização e métodos; apresentar, coordenar ou dar encaminhamento à projetos especiais de interesse do Município; organizar, executar, avaliar, controlar, fiscalizar e regulamentar as ações municipais na área de meio ambiente e trânsito, nos limites legais e em cooperação com os demais órgãos governamentais e não-governamentais competentes.


A Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito e Meio Ambiente compreende a Assessoria de Meio de Ambiente e os Departamentos de Planejamento e Urbanismo e de Trânsito.

Os Departamentos de Planejamento e Urbanismo estão subordinadas as seguintes Divisões: Planejamento; Urbanismo; Expediente; e de Topografia.

O Departamento da Indústria, Comércio e Serviços, vinculado à Secretaria de Planejamento é responsável pelas atividades que visam promover o crescimento da indústria, do comércio e de outros setores como o do Turismo, por exemplo. Trabalha em estreita colaboração com a Secretaria da Fazenda, tendo também ações em colaboração com as demais secretarias municipais

| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|-------------------------------|--|---|------------------|------------------|------------------|
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2550 | GESTÃO DE PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO | R\$ 2.433.000,00 | R\$ 2.578.980,00 | R\$ 2.733.718,80 | R\$ 2.897.741,93 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | FOLHA DE PAGAMENTO | R\$ 1.800.000,00 | R\$ 1.908.000,00 | R\$ 2.022.480,00 | R\$ 2.143.828,80 |
| | ESTAGIARIOS | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ 17.865,24 |
| | SERVIÇOS TECNICOS PROFISSIONAIS | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | R\$ 35.730,48 |
| | LOCAÇÃO MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| | COMBUSTIVEIS, LUBRIFICANTES, MATERIAL EXPEDIENTE, MATERIAL MANUTENCAO DE VEICULOS) | R\$ 200.000,00 | R\$ 212.000,00 | R\$ 224.720,00 | R\$ 238.203,20 |
| | VALE TRANSPORTE | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| | SERVIÇOS COPIAS | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| | AUXILIO ALIMENTAÇÃO | R\$ 80.000,00 | R\$ 84.800,00 | R\$ 89.888,00 | R\$ 95.281,28 |
| | DIAGNOSTICO SOCIO AMBIENTAL | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| | INTERNET | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 |
| | SERVIÇO DE AEROLEVANTAMENTO E GERAÇÃO DE ORTOFOTO | R\$ 250.000,00 | R\$ 265.000,00 | R\$ 280.900,00 | R\$ 297.754,00 |
| | PARTICIPAÇÃO DE EQUIPE TECNICA EM SEMINARIOS | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ 17.865,24 |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1551 | MODERNIZAÇÃO DO PLANEJAMENTO DO MUNICÍPIO | R\$ 337.100,00 | R\$ 261.926,00 | R\$ 277.641,56 | R\$ 294.300,05 |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | CELULAR | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 |
| | APARELHO GEO REFERENCIAL | R\$ 90.000,00 | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| | INTERNET | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 |
| | CELULARES | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 |

| | | | | | | | | |
|---|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|
| 10 COMPUTADORES | R\$ | 70.000,00 | R\$ | 74.200,00 | R\$ | 78.652,00 | R\$ | 83.371,12 |
| 4 IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS | R\$ | 4.000,00 | R\$ | 4.240,00 | R\$ | 4.494,40 | R\$ | 4.764,06 |
| AQUIÇÃO SOFTWARE ENGENHARIA E ARQUITETURA | R\$ | 80.000,00 | R\$ | 84.800,00 | R\$ | 89.888,00 | R\$ | 95.281,28 |
| 10 CADEIRAS GIRATORIAS | R\$ | 2.500,00 | R\$ | 2.650,00 | R\$ | 2.809,00 | R\$ | 2.977,54 |
| 2 ESTAÇÕES DE TRABALHO | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |
| 8 GAVETEIROS | R\$ | 1.400,00 | R\$ | 1.484,00 | R\$ | 1.573,04 | R\$ | 1.667,42 |
| 20 ARQUIVOS DE AÇO | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| 2 TABLETS | R\$ | 2.500,00 | R\$ | 2.650,00 | R\$ | 2.809,00 | R\$ | 2.977,54 |
| 2 CALCULADORAS | R\$ | 700,00 | R\$ | 742,00 | R\$ | 786,52 | R\$ | 833,71 |
| 05 BAUS MOTOCICLETA | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |
| 5 CAPACETES MOTOCICLISTAS | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 1.590,00 | R\$ | 1.685,40 | R\$ | 1.786,52 |
| 1 TRENA LASER | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 1.590,00 | R\$ | 1.685,40 | R\$ | 1.786,52 |
| 1 VEICULO DE PASSEIO | R\$ | 60.000,00 | R\$ | 63.600,00 | R\$ | 67.416,00 | R\$ | 71.460,96 |
| TOTAL DO PROGRAMA | R\$ | 2.770.100,00 | R\$ | 2.840.906,00 | R\$ | 3.011.360,36 | R\$ | 3.192.041,98 |



PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO MUNICÍPIO DE TIMBÓ


Nº 0260 GESTÃO DAS OBRAS SERVIÇOS DO MUNICÍPIO

DIAGNÓSTICO/METAS/OBJETIVOS:

A Secretaria, diretamente ou sob forma de terceirização, cotidianamente executa serviços de limpeza urbana, roçada, irrigação, patrulamento, macadamização, compactação, reparos em vias públicas com pavimentação, bem como conservação dos cemitérios, passeios públicos, cicloviárias, praças, espaços públicos entre outros. Como a incorporação do setor agrícola, a secretaria também atende aos agricultores, jardinagem e paisagismo, limpeza dos parques e praças. Como isso a situação predial da secretaria mostra-se pequena e antiga para atender a rotina de trabalho dos funcionários da secretaria. A falta de tais condições muitas vezes impede que a secretaria faça a prestação dos serviços com excelência à população. O município de timbó destoaque na agricultura pela produção de arroz, milho, banana, horticultura, fruticultura, e na produção animal a bovinocultura de leite e corte, suinocultura e piscicultura. A agricultura, vinculada a Secretaria de Obras, atende aproximadamente 680 famílias de agricultores com patrulha mecanizada e distribuição de estercos, silagem, roçadas, rotação e plantio (preparação de solo para plantação dos produtos agrícolas), abertura de valas, colocação de tubos e incentivo ao agricultor também na plantação de mudas e sementes através do Horto Florestal, que necessita de melhoramento e ampliação. Atendimento clínico veterinário para animais de produção e serviço de inspeção e inseminação e no atendimento por incentivo aos pequenos e grandes do município.

| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|-------------------------------|--|--|------------------|-------------------|-------------------|
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2560 | GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA | R\$ 9.000.000,00 | R\$ 9.540.000,00 | R\$ 10.112.400,00 | R\$ 10.719.144,00 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | EQUIPAMENTOS PARA SECRETARIA | R\$ 36.000,00 | R\$ 76.095,00 | R\$ 120.954,00 | R\$ 28.619,00 |
| | FROTA DE VEÍCULOS E MAQUINAS | R\$ 619.000,00 | R\$ 618.505,00 | R\$ 615.000,00 | R\$ 751.500,00 |
| | MANUTENÇÃO DA SECRETARIA | R\$ 8.345.000,00 | R\$ 8.845.400,00 | R\$ 9.376.446,00 | R\$ 9.939.025,00 |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1563 | EQUIPAMENTOS E MÓVEIS PARA OBRAS | R\$ 36.000,00 | R\$ 76.095,00 | R\$ 120.954,00 | R\$ 28.619,00 |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | 07 microcomputadores com impressora | R\$ 3.500,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,00 |
| | Móveis para escritório | R\$ 4.500,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.494,00 | R\$ 4.764,00 |
| | 03 moto serras | R\$ - | R\$ 5.050,00 | R\$ - | R\$ - |
| | 02 compactador manual | R\$ - | R\$ 10.500,00 | R\$ 22.260,00 | R\$ - |
| | 02 placa vibratória | R\$ - | R\$ 3.800,00 | R\$ 8.056,00 | R\$ - |
| | 01 cortador piso/asfalto | R\$ - | R\$ 11.500,00 | R\$ - | R\$ - |
| | 01 moto bomba | R\$ - | R\$ 1.500,00 | R\$ - | R\$ - |
| | 01 Serra Elétrica de | R\$ - | R\$ - | R\$ 3.800,00 | R\$ - |
| | 02 furadeira de impacto industrial | R\$ - | R\$ - | R\$ 2.800,00 | R\$ - |
| | 02 betoneiras 120l | R\$ - | R\$ 2.200,00 | R\$ - | R\$ - |
| | 02 gerador de energia | R\$ - | R\$ 2.800,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ - |
| | 01 maquina serra mármore | R\$ - | R\$ - | R\$ 500,00 | R\$ - |
| | 02 serra circular manual | R\$ - | R\$ - | R\$ 1.200,00 | R\$ - |
| | 01 martelo/martelete elétrico | R\$ - | R\$ 2.500,00 | R\$ - | R\$ - |
| | 19 roçadeira costal profissional | R\$ 12.000,00 | R\$ 6.600,00 | R\$ 10.500,00 | R\$ 17.900,00 |
| | 02 soprador com recolhedor | R\$ - | R\$ 1.200,00 | R\$ - | R\$ - |
| | 03 trator corta grama manual com recolhedor | R\$ - | R\$ 2.800,00 | R\$ - | R\$ - |
| | 03 trator corta grama com recolhedor | R\$ 12.500,00 | R\$ - | R\$ - | R\$ - |


| | | | | | | | | |
|--|---|---|------------------|-------------------|-------------------|------------|-----|---|
| 01 roçadeira hidráulica articulada | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | 35.653,00 | R\$ | - |
| 02 triturador de galhos | R\$ | 3.500,00 | R\$ | - | R\$ | 3.650,00 | R\$ | - |
| 02 cultivador de solo | R\$ | - | R\$ | 1.605,00 | R\$ | 1.605,00 | R\$ | - |
| 02 aparador de cantos | R\$ | - | R\$ | 400,00 | R\$ | 450,00 | R\$ | - |
| 02 implementos lâmina 4 facas | R\$ | - | R\$ | 370,00 | R\$ | 400,00 | R\$ | - |
| 02 implementos moto-poda | R\$ | - | R\$ | 630,00 | R\$ | 685,00 | R\$ | - |
| 02 implementos podador especial | R\$ | - | R\$ | 1.040,00 | R\$ | 1.140,00 | R\$ | - |
| 01 aparelho de solda pequeno | R\$ | - | R\$ | 3.300,00 | R\$ | - | R\$ | - |
| 01 compressor de ar | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | 3.850,00 | R\$ | - |
| 01 polícoríte | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | 880,00 | R\$ | - |
| 01 máquina de corte plasma | R\$ | - | R\$ | 5.900,00 | R\$ | - | R\$ | - |
| 01 aparelho de solda mig | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | 9.350,00 | R\$ | - |
| 02 tupia manual laminadora | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | 1.063,00 | R\$ | - |
| 01 cilindro de oxigênio | R\$ | - | R\$ | 3.400,00 | R\$ | - | R\$ | - |
| 3. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| 1565 | FROTA DE VEÍCULOS E MÁQUINAS | R\$ 619.000,00 | R\$ 618.505,00 | R\$ 615.000,00 | R\$ 751.500,00 | | | |
| 3.1 Iniciais (2018 a 2021) | | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| 1 tip top para transporte de PC (agricultores) - prancha | | R\$ 70.000,00 | | R\$ - | R\$ - | | | |
| 1 escavadeira Hidráulica | | R\$ 385.000,00 | | R\$ - | R\$ - | | | |
| 1 retro escavadeira | | R\$ - | R\$ 236.505,00 | R\$ - | R\$ - | | | |
| 1 pá carregadeira | | R\$ - | | R\$ - | R\$ - | 412.000,00 | | |
| 1 mini rolo compactador | | R\$ - | R\$ 150.000,00 | R\$ - | R\$ - | | | |
| 1 caminhão caçamba simples c/ basculante | | R\$ - | | R\$ 193.000,00 | R\$ 205.600,00 | | | |
| 6 veículos utilitários | | R\$ - | R\$ 92.000,00 | R\$ 140.000,00 | R\$ 50.500,00 | | | |
| 1 veículos stander | | R\$ - | | R\$ 50.000,00 | R\$ - | | | |
| 6 pic-up gabine dupla | | R\$ - | R\$ 140.000,00 | R\$ 232.000,00 | R\$ 83.400,00 | | | |
| 1 mini carregadeira | | R\$ 140.000,00 | | R\$ - | R\$ - | | | |
| 1 implementos de capinadeira | | R\$ 12.000,00 | | R\$ - | R\$ - | | | |
| 1 implementos de vassouras recolhedoras | | R\$ 12.000,00 | | R\$ - | R\$ - | | | |
| 4. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| 2560 | GESTÃO DA SECRETARIA DE OBRAS, SERVIÇOS URBANOS E AGRÍCOLA | R\$ 8.345.000,00 | R\$ 8.845.400,00 | R\$ 9.376.446,00 | R\$ 9.939.025,00 | | | |
| 4.1 Iniciais (2018 a 2021) | | Valor das Iniciais 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| | Manter admissão, contratação de pessoal, remuneração de pessoal. | R\$ 4.840.000,00 | R\$ 5.130.400,00 | R\$ 5.438.228,00 | R\$ 5.764.521,68 | | | |
| | Manter as atividades do departamento com prestação de serviços com aquisição recursos materiais, de expediente, consumo e outros. | R\$ 3.500.000,00 | R\$ 3.710.000,00 | R\$ 3.932.600,00 | R\$ 4.168.556,00 | | | |
| | Capacitação profissional | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.947,32 | | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 9.000.000,00 | R\$ 9.540.000,00 | R\$ 10.112.400,00 | R\$ 10.719.144,00 | | | |



PROGRAMA DE GOVERNO

| PROGRAMAS DE GESTAO, MANUTENCAO E SERVIÇOS DO MUNICIPIO DE TIMBÓ | | | | | | | | | |
|--|--|--|----------------|------------------|------------------|--|--|--|--|
| Nº 270 GESTÃO DA PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA: | | | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/DIRETRIZES/OBJETIVOS: | | | | | | | | | |
| A Procuradoria Geral do Município, constituída na condição de órgão de assessoramento superior (Lei Complementar nº. 196/00), detém competência privativa para a execução da dívida ativa de natureza tributária (art. 59 da LOM), além das previstas na LC nº. 196/00 e demais normativas atinentes a espécie, atuando inclusive no(a): - defesa extrajudicial e judicial do Município; - cumprimento das disposições e princípios constitucionais e legais; - defesa da regularidade jurídica, inclusive dos atos; - respeito aos interesses públicos; - consultoria e assessoramento; - aprimoramento das atividades, inclusive voltadas a melhoria dos serviços públicos; - prevenção de irregularidades; - combate às omissões; - formalização de convênios, ajustes, contratos e acordos com órgãos ou entidades estaduais e/ou federais (governamentais ou não). A estrutura é composta por 01 Procurador Geral, 01 Assessor Institucional, 02 Assessores Jurídicos, 01 Advogado efetivo, 01 Atendente de Serviços Administrativos efetivo e 02 Auxiliares. Está vinculado a Procuradoria Geral a Casa da Cidadania e Procon. | | | | | | | | | |
| Recursos Humanos (inclusive folha de pagamento; remuneração/vencimento; férias; 13º; admissão, extinção e reestruturação de cargos; licenças; concurso processo seletivo e todos os demais lhos afetos/pertinentes); Eventos, cursos, capacitação e qualificação de quaisquer naturezas/finalidades; Manutenção, inclusive material de expediente e consumo, combustível, consertos, reformas, adaptações, equipamentos, materiais e estrutura, independente de suas naturezas e/ou finalidades, além da aquisição de bens (onde estão inseridos veículos e/ou outros de quaisquer naturezas) e serviços (independente da natureza); Publicação / Publicidade / Divulgação de quaisquer atos e independente da natureza; Contratos/Convênios/Termos /Acordos e demais atos; Repasses financeiros de quaisquer natureza; Custos processuais/administrativos, onde estão inseridos os afetos ao judiciário e/ou de outras esferas (inclusive custas, diligências, perícias e demais pertinentes), além dos decorrentes de condenações/sentenças/determinações, independente de sua natureza e/ou finalidade . | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2570 | GESTÃO PROCURADORIA E CASA DA CIDADANIA | R\$ 783.650,00 | R\$ 943.150,00 | R\$ 1.027.650,00 | R\$ 1.152.050,00 | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Folha de pagamento | R\$ 600.000,00 | R\$ 700.000,00 | R\$ 800.000,00 | R\$ 900.000,00 | | | | |
| | Auxílio alimentação em pecúnia | R\$ 16.000,00 | R\$ 17.000,00 | R\$ 18.000,00 | R\$ 19.000,00 | | | | |
| | Estagiários | R\$ 41.000,00 | R\$ 42.000,00 | R\$ 43.000,00 | R\$ 44.000,00 | | | | |
| | Jetons e Conselheiros | R\$ 900,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.100,00 | R\$ 1.200,00 | | | | |
| | Gêneros alimentícios / copa e cozinha / limpeza / higienização | R\$ 900,00 | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.100,00 | R\$ 1.200,00 | | | | |
| | Material de expediente | R\$ 1.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 4.000,00 | | | | |
| | Material elétrico/eletônico | R\$ 1.000,00 | R\$ 2.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 4.000,00 | | | | |
| | Material de proteção e segurança | R\$ 650,00 | R\$ 750,00 | R\$ 850,00 | R\$ 950,00 | | | | |
| | Serviços técnicos profissionais | R\$ 2.000,00 | R\$ 3.000,00 | R\$ 4.000,00 | R\$ 5.000,00 | | | | |
| | Locação de máquinas e/ou equipamento e/ou veículo | R\$ 7.000,00 | R\$ 8.000,00 | R\$ 9.000,00 | R\$ 10.000,00 | | | | |
| | Manutenção/reforma/consertos/conservação de bens | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 7.000,00 | R\$ 8.000,00 | | | | |
| | Serviços de instalação de máquinas/equipamentos/afins | R\$ 700,00 | R\$ 800,00 | R\$ 900,00 | R\$ 1.000,00 | | | | |
| | Serviços de telecomunicações | R\$ 4.500,00 | R\$ 5.500,00 | R\$ 6.500,00 | R\$ 7.500,00 | | | | |
| | Serviços de áudio/vídeo/foto | R\$ 100,00 | R\$ 200,00 | R\$ 300,00 | R\$ 400,00 | | | | |
| | Serviços gráficos e editoriais | R\$ 100,00 | R\$ 200,00 | R\$ 300,00 | R\$ 400,00 | | | | |
| | Serviços judiciários | R\$ 20.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 40.000,00 | R\$ 50.000,00 | | | | |

| | | | | | | | | | |
|--|---|--|------------|-----------|--------------|-----------|--------------|------------|--------------|
| | | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 4.000,00 | R\$ | 5.000,00 |
| | Seguros em geral | R\$ | 1.200,00 | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 1.800,00 | R\$ | 2.000,00 |
| | Vale transporte | R\$ | 600,00 | R\$ | 700,00 | R\$ | 800,00 | R\$ | 900,00 |
| | Serviços apoio administrativo/técnico | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 11.000,00 | R\$ | 12.000,00 | R\$ | 13.000,00 |
| | Despas de teleprocessamento | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.000,00 |
| | Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.000,00 |
| | Outros serviços de terceiro - pessoa física | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 40.000,00 | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 6.000,00 |
| | Eventos/cursos/capacitação/qualificação | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.500,00 | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.500,00 |
| | Passagens/transportes | R\$ | 41.000,00 | R\$ | 42.000,00 | R\$ | 43.000,00 | R\$ | 44.000,00 |
| | Estagiários | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 4.000,00 | R\$ | 5.000,00 |
| | Convênios/termos/acordos/contratos | | | | | | | | |
| | 2. Descrição da Ação | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| | Código | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | 1571 | 70.000,00 | R\$ | 80.000,00 | R\$ | 90.000,00 | R\$ | 465.000,00 | |
| | MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA | | | | | | | | |
| | 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Compra de equipamentos | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 400.000,00 |
| | Compra de veículo | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 55.000,00 | R\$ | 60.000,00 | R\$ | 65.000,00 |
| | TOTAL DO PROGRAMA | R\$ | 853.650,00 | R\$ | 1.023.150,00 | R\$ | 1.117.650,00 | R\$ | 1.617.050,00 |




PROGRAMA DE GOVERNO

| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO | | | | | | | | | | | |
|---|--|--|--|--|------------|-----|------------|-----|------------|-----|------------|
| Nº 0280 | GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE EMERGENCIA DA DEFESA CIVIL E BOMBEIRO MILITAR DE TIMBO | | | | | | | | | | |
| Diagnóstico/Metas e Objetivos: | | | | | | | | | | | |
| <p>O Corpo de Bombeiros Militar de Timbó é a unidade operacional que exerce no Município de Timbó os serviços tipificados no Art. 108 da Constituição Estadual de 1989. É a sede da 2ª Companhia de Bombeiros Militar, vinculada ao 3º Batalhão de Bombeiros Militar. Possui em sua circunscrição 09 municípios, sendo eles Timbó, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho, Pomerode, Indaial, Ascurra, Rodeio e Apluna. Atende diretamente com o serviço operacional e de atividade técnica o contingente populacional de 94.545 habitantes, e de forma indireta, 198.922 pessoas. Possui 06 unidades subordinadas, sendo 03 operacionais, nas cidades de Timbó, Benedito Novo e Rio dos Cedros, e 03 voltadas à atividade técnica, nas cidades de Pomerode, Indaial e Apluna. O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 108 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, incêndios, resgates, dentre outros, constantemente se faz presente em inúmeros eventos, os quais tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. O Conselho Municipal de Defesa Civil tem a Prerrogativa de decidir e controlar as situações de emergência. O município de Timbó, devido a sua localização geográfica, ao longo de sua história sofreu com problemas relacionados a enchentes e vendavais e desmoronamentos. A Defesa Civil tem como objetivo atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interfira no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense, bem como coordenar serviços de apoio às cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas e firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos.</p> | | | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação: | | | | | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| 2590 | Manutenção das atividades do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó | | | R\$ | 305.000,00 | R\$ | 285.500,00 | R\$ | 302.630,00 | R\$ | 323.500,00 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | | | | | | | |
| | | | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| Combustíveis | | | | R\$ | 18.000,00 | R\$ | 19.080,00 | R\$ | 20.224,80 | R\$ | 21.438,29 |
| Material de expediente | | | | R\$ | 2.150,00 | R\$ | 2.279,00 | R\$ | 2.415,74 | R\$ | 2.560,68 |
| Material de limpeza | | | | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 |
| Locação de equipamentos | | | | R\$ | 2.200,00 | R\$ | 2.332,00 | R\$ | 2.471,92 | R\$ | 2.620,24 |
| Manutenção dos veículos | | | | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 53.000,00 | R\$ | 56.180,00 | R\$ | 59.550,80 |
| Consumo de água | | | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Consumo de Telecomunicações | | | | R\$ | 3.500,00 | R\$ | 3.710,00 | R\$ | 3.932,60 | R\$ | 4.168,56 |
| Material de Consumo, Copa e Cozinha | | | | R\$ | 1.900,00 | R\$ | 2.014,00 | R\$ | 2.134,84 | R\$ | 2.262,93 |
| Seguros em Geral | | | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Manutenção de Bens Móveis e Imóveis | | | | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.900,00 | R\$ | 16.854,00 | R\$ | 17.865,24 |
| Material de Proteção e Segurança | | | | R\$ | 6.300,00 | R\$ | 6.678,00 | R\$ | 7.078,68 | R\$ | 7.503,40 |
| Material Hospitalar | | | | R\$ | 16.000,00 | R\$ | 16.960,00 | R\$ | 17.977,60 | R\$ | 19.056,26 |
| Serviços de Terceiros | | | | R\$ | 130.000,00 | R\$ | 100.000,00 | R\$ | 106.000,00 | R\$ | 115.072,20 |
| Demais Despesas Com a Manutenção do Fundo do Bombeiros Militar | | | | R\$ | 29.950,00 | R\$ | 31.747,00 | R\$ | 33.651,82 | R\$ | 35.670,93 |
| 2. Descrição da Ação: | | | | | | | | | | | |
| | | | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| | | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| Código da Ação | Título | | | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 111.700,00 | R\$ | 110.770,00 | R\$ | 115.000,00 |
| 1591 | Modernização do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó | | | | | | | | | | |

| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
|---|--|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Aquisição de Móveis, Equipamentos e Utensílios: | | R\$ 50.000,00 | R\$ 11.700,00 | R\$ 10.770,00 | R\$ 15.000,00 | |
| Aquisição de frota (um veículo 4x4, um veículo administrativo e um veículo tipo ambulância ASU): | | R\$ - | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | |
| 3. Descrição da Ação: | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1593 | Obras e Construções do Corpo de Bombeiros Militar de Timbó | R\$ 50.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 40.000,00 | R\$ 43.000,00 | |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Construção do terceiro bloco do Corpo de Bombeiros Militar/Defesa Civil/SAMU, melhorias na estrutura atual; | | R\$ 50.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 40.000,00 | R\$ 43.000,00 | |
| 4. Descrição da Ação: | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 2592 | Manutenção do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de Timbó | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | R\$ 35.730,48 | |
| 4.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Combustíveis e Lubrificantes | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | |
| Material para Processamento de Dados e Manutenção de Software | | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 | |
| Material para Manutenção de Veículos | | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 | |
| Locação de Máquinas e Equipamentos | | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 | |
| Energia Elétrica | | R\$ 500,00 | R\$ 530,00 | R\$ 561,80 | R\$ 595,51 | |
| Serviços de Telecomunicações | | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 | |
| Serviços Gráficos e Editoriais | | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 | |
| Seguros em Geral | | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.590,00 | R\$ 1.685,40 | R\$ 1.786,52 | |
| Outros Serviços de Terceiros | | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 | |
| TOTAL DOS PROGRAMAS | | R\$ 435.000,00 | R\$ 459.000,00 | R\$ 487.108,00 | R\$ 517.230,48 | |

| PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | |
|---|--|----------------|----------------|----------------|----------------|--|
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DO MEIO AMBIENTE | | | | | | |
| Nº 290 - GESTÃO DE MEIO AMBIENTE DO MUNICÍPIO | | | | | | |
| DIAGNÓSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | |
| O Departamento de Meio Ambiente é responsável pela gestão ambiental do município no que se refere à fiscalização e licenciamento de atividades de impacto local. Além disso, o órgão tem as funções de formular, analisar e propor alterações e normas quanto a Estudos de Impacto Ambiental; analisar relatórios de impactos ambientais; e estabelecer os termos de referência dos aspectos ambientais para os planos, programas e projetos de outras áreas da administração municipal e do setor privado. O departamento ainda viabiliza a participação do município em projetos de educação ambiental nas esferas municipal, estadual e federal, como acontece com o Protetor Ambiental. | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 2600 | Manutenção da Gestão do Fundo Municipal do Meio Ambiente | R\$ 395.900,00 | R\$ 368.160,00 | R\$ 409.533,60 | R\$ 487.893,62 | |
| 2602 | Fortalecer a Parceria com o Instituto Ambiental Aracua | R\$ 155.000,00 | R\$ 160.000,00 | R\$ 169.600,00 | R\$ 179.776,00 | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| Folha de pagamento | R\$ 200.000,00 | R\$ 212.000,00 | R\$ 224.720,00 | R\$ 240.544,75 | | |
| Participação em consórcio público | R\$ 50.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 41.800,00 | R\$ 70.000,00 | | |
| Combustíveis e lubrificantes | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 | | |
| Material de expediente | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 | | |
| Material de limpeza, copa e alimentação | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | | |
| Material de manutenção de bens móveis | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 | | |
| Estagiários | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | R\$ 40.000,00 | | |
| Serviços técnicos profissionais | R\$ 50.000,00 | R\$ 25.920,00 | R\$ 36.758,80 | R\$ 50.000,00 | | |
| Manutenção de software | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ 20.000,00 | | |
| Energia elétrica | R\$ 4.000,00 | R\$ 4.240,00 | R\$ 4.494,80 | R\$ 4.764,49 | | |
| Conta telefone | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.500,00 | | |
| Serviços bancários | R\$ 1.900,00 | R\$ 1.500,00 | R\$ 1.590,00 | R\$ 2.000,00 | | |
| Internet | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.300,00 | R\$ 16.218,00 | R\$ 22.000,00 | | |
| Celulares | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 8.500,00 | | |
| Parceria Instituto Ambiental Aracua | R\$ 155.000,00 | R\$ 160.000,00 | R\$ 169.600,00 | R\$ 179.776,00 | | |
| 2. Descrição da Ação | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1601 | EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS - FMMA | R\$ 10.000,00 | R\$ 15.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 70.000,00 | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| Equipamentos, móveis e utensílios | R\$ 10.000,00 | R\$ 15.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 70.000,00 | | |


| 3. Descrição da Ação
Código da Ação | Título | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
|--|--------------------------|--|----------------|----------------|----------------|--|--|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| 1603 | FROTA DE VEICULOS - FMMA | R\$ - | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ - | | |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| Veículos leves | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| | | R\$ - | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ - | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 560.900,00 | R\$ 603.160,00 | R\$ 669.133,60 | R\$ 737.669,62 | | |



PROGRAMA DE GOVERNO

| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO | | | | | | | | | |
|---|--|--|------------|------|------------|-----|------------|-----|------------|
| Nº 300 GESTÃO DO PROCON | | | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | |
| <p>O Procon de Timbó, órgão vinculado/subordinado a Procuradoria Geral do Município (Lei Complementar nº. 196/00), por intermédio de sua coordenação, equipe e demais órgãos, atua na consecussão das competências/finalidades previstas na Lei nº. 8.078/90, Lei nº. 2.613/12 e demais disposições normativas atinentes a espécie, inclusive na educação, orientação, proteção e defesa do consumidor, zelando pelo interesse público-coletivo e a consecussão dos princípios constitucionais e legais. Para a efetivação de suas prerrogativas pode firmar convênios, ajustes, contratos e acordos com órgãos/entidades municipais estaduais e/ou federais, governamentais ou não.</p> <p>Ações: Recursos Humanos (inclusive folha de pagamento; remuneração/vencimento; férias; 13º; admissão, extinção e reestruturação de cargos; licenças; concurso processo seletivo e todos os demais lhes afetos/pertinentes); Eventos, cursos, capacitação e qualificação de quaisquer naturezas/finalidades; Manutenção, inclusive material de expediente e consumo, combustível, consertos, reformas, adaptações, equipamentos, materiais e estrutura, independe de suas naturezas e/ou finalidades, além da aquisição de bens (onde estão inseridos veículos e/ou outros de quaisquer naturezas) e serviços (independente da natureza); Publicação / Publicidade / Divulgação de quaisquer atos e independente da natureza; Contratos/Convênios/Termos /Acordos e demais atos; Repasses financeiros de quaisquer natureza; Custos processuais/administrativos, onde estão inseridos os afetos ao judiciário e/ou de outras esferas (inclusive custas, diligências, perícias e demais pertinentes), além dos decorrentes de condenações/sentenças/determinações, independente de sua natureza e/ou finalidade .</p> | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2610 | Gestão do PROCON | R\$ | 186.000,00 | R\$ | 179.240,00 | R\$ | 237.552,00 | R\$ | 232.971,00 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Folha de pagamento | R\$ | 110.000,00 | R\$ | 100.000,00 | R\$ | 120.000,00 | R\$ | 120.000,00 |
| | Auxílio alimentação em pecúnia | R\$ | 700,00 | R\$ | 600,00 | R\$ | 700,00 | R\$ | 800,00 |
| | Estagiários | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 4.000,00 | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 6.000,00 |
| | Jetons e Conselheiros | R\$ | 200,00 | R\$ | 300,00 | R\$ | 400,00 | R\$ | 500,00 |
| | Gêneros alimentícios / copa e cozinha / limpeza / higienização | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.500,00 | R\$ | 3.000,00 |
| | Material de expediente | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 800,00 | R\$ | 1.900,00 | R\$ | 1.000,00 |
| | Material elétrico/eletrônico | R\$ | 200,00 | R\$ | 250,00 | R\$ | 600,00 | R\$ | 350,00 |
| | Material de proteção e segurança | R\$ | 200,00 | R\$ | 250,00 | R\$ | 300,00 | R\$ | 350,00 |
| | Serviços técnicos profissionais | R\$ | 500,00 | R\$ | 600,00 | R\$ | 700,00 | R\$ | 800,00 |
| | Locação de máquinas e/ou equipamento e/ou veículo | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 1.800,00 | R\$ | 2.100,00 | R\$ | 2.400,00 |
| | Manutenção/reforma/consertos/conservação de bens | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.500,00 |
| | Serviços de instalação de máquinas/equipamentos/afins | R\$ | 200,00 | R\$ | 300,00 | R\$ | 400,00 | R\$ | 500,00 |
| | Serviços de telecomunicações | R\$ | 4.500,00 | R\$ | 5.500,00 | R\$ | 6.500,00 | R\$ | 7.500,00 |
| | Serviços de áudio/vídeo/foto/comunicação em geral | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 35.000,00 | R\$ | 35.000,00 |
| | Serviços gráficos e editoriais | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.500,00 |
| | Serviços judiciais | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.500,00 | R\$ | 3.000,00 |
| | Seguros em geral | R\$ | 700,00 | R\$ | 800,00 | R\$ | 900,00 | R\$ | 1.000,00 |


| | | | | | | | | | |
|--|---------------------------------|--|----------------|----------------|----------------|----------------|-----------|-----|-----------|
| Vale transporte | | R\$ | 250,00 | R\$ | 350,00 | R\$ | 450,00 | R\$ | 550,00 |
| Serviços apoio administrativo/técnico | | R\$ | 250,00 | R\$ | 350,00 | R\$ | 1.300,00 | R\$ | 550,00 |
| Despesas de teleprocessamento/processamento de dados | | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 1.902,00 | R\$ | 2.500,00 |
| Outros serviços de terceiro - pessoa jurídica | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 4.000,00 | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 6.000,00 |
| Outros serviços de terceiro - pessoa física | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 4.000,00 | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 6.000,00 |
| Eventos/cursos/capacitação/qualificação | | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 7.000,00 | R\$ | 5.000,00 |
| Passagens/transportes | | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.500,00 | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.500,00 |
| Manutenção de software | | R\$ | 8.500,00 | R\$ | 9.500,00 | R\$ | 10.500,00 | R\$ | 11.500,00 |
| Serviços de energia elétrica | | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 4.000,00 | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 6.000,00 |
| Serviços bancários | | R\$ | 800,00 | R\$ | 900,00 | R\$ | 1.400,00 | R\$ | 1.671,00 |
| Convênios/termos/acordos/contratos | | R\$ | 7.500,00 | R\$ | 1.940,00 | R\$ | 3.500,00 | R\$ | 2.500,00 |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| 1611 | Modernização do PROCON | R\$ 80.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 84.000,00 | | | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| | Compra de máquinas/equipamentos | R\$ 20.000,00 | R\$ 46.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 84.000,00 | | | |
| | Compra de veículo | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ - | R\$ - | R\$ - | | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 266.000,00 | R\$ 285.240,00 | R\$ 297.552,00 | R\$ 316.971,00 | R\$ 316.971,00 | | | |



PROGRAMA DE GOVERNO

| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO | | | | | | | | | |
|---|---|-------------------------------|----------------|----------------|----------------|--|--|--|--|
| Nº 0314 GESTÃO DO SUS | | | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | |
| A gestão da saúde pública dispõe dos serviços assistenciais do SUS que organizam-se em ações que envolvem a assistência ambulatorial e hospitalar de todas as especialidades. Visando à promoção dos direitos sociais da saúde consagrados na Constituição Federal com observância aos princípios/diretrizes da regionalização e da hierarquização da atenção à saúde. | | | | | | | | | |
| A gestão do SUS conta com equipe de apoio a organização das políticas públicas de saúde, assim como o viabiliza o funcionamento administrativo nas diversas áreas (Administração, Compras, Empenhos, Informática, RH, Contabilidade, Tesouraria, Licitações, Contratos, Jurídico, Patrimônio, Almoxarifado, Manutenção geral, Frota de Veículos). O Controle Social é efetivado através do acompanhamento das ações e dos instrumentos de gestão que são apresentados, discutidos e aprovados pelo conselho municipal de saúde. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2631 | Manutenção da Gestão do SUS | R\$ 550.000,00 | R\$ 613.000,00 | R\$ 617.980,00 | R\$ 655.058,80 | | | | |
| 1635 | MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DO SUS | R\$ 10.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | CONFERENCIA MUNICIPAL DE SAUDE 2019 | R\$ - | R\$ 30.000,00 | R\$ - | R\$ - | | | | |
| | FOMENTAR A PARTICIPAÇÃO NO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | | | | |
| | AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMATICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. | R\$ 10.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | | | | |
| | AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, ESCRITÓRIO, ETC. | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | R\$ 35.730,48 | | | | |
| | REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINARIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTADIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS FORA DO MUNICIPIO. | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 | | | | |
| | Outras despesas variáveis | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | | | | |
| | Implantar a ouvidoria do SUS no município; | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | | | | |
| | PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE DOS ATOS | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | | | | |
| | FOMENTAR O DESENVOLVIMENTO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (INFORMATICA BÁSICA, TREINAMENTO, MANUTENÇÃO DE REDE LÓGICA E TELEFÔNICA E MAQUINAS, LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS). | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | | | | |
| | Folha de Pagamento, vantagens horas extras, terceirizações e encargos sociais | R\$ 450.000,00 | R\$ 477.000,00 | R\$ 505.620,00 | R\$ 535.957,20 | | | | |
| | NÚCLEO DE EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE E HUMANIZAÇÃO (NEPSHU) | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | | | | |
| | CONSTRUIR PLANO MUNICIPAL DE SAUDE, PROGRAMAÇÃO ANUAL DE SAUDE, RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | | | | |
| | INCLUSÃO DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS NAS DIVERSAS REDES DO SUS | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | | | | |
| | AVALIAR PACTUAR OS INDICADORES DE SAUDE - SISPACTO | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | | | | |

| | | | | | | | | |
|--|--|------------|------|------------|-----|------------|-----|--------------|
| REGULAÇÃO DE ACESSO A CONSULTAS, EXAMES, TFD, CIRURGIAS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| ANALISAR PACTUAR E REPACTUAR A UTILIZAÇÃO DA PPI AMBULATORIAL E HOSPITALAR SISREG | R\$ | 110.000,00 | R\$ | 148.400,00 | R\$ | 157.304,00 | R\$ | 166.742,24 |
| | R\$ | 60.000,00 | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 159.000,00 | R\$ | 168.540,00 |
| | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 31.800,00 | R\$ | 33.708,00 | R\$ | 35.730,48 |
| | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.900,00 | R\$ | 16.854,00 | R\$ | 17.865,24 |
| | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| | R\$ | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| REMODELAR O FUNCIONAMENTO DA SALA ESPERA DE ATENDIMENTO DOS CONSULTÓRIOS DA POLICLINICA; | | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 |
| | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 31.800,00 | R\$ | 33.708,00 | R\$ | 35.730,48 |
| | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 |
| EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAUDE | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | R\$ | 60.000,00 | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 159.000,00 | R\$ | 168.540,00 |
| | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 53.000,00 | R\$ | 56.180,00 | R\$ | 59.550,80 |
| | R\$ | 760.000,00 | R\$ | 973.200,00 | R\$ | 999.792,00 | R\$ | 1.059.779,52 |



PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO


Nº 0324 GESTÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL

DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS:


O município de Timbó em 23 de Dezembro de 2016, através da Lei complementar nº 482, de 23 Dezembro de 2016, unificou em sua unidade administrativa a Secretaria de Saúde e Assistência Social . A Assistência Social contará com a formalização de áreas essenciais a garantir que o órgão gestor tenha instituído na sua estrutura formal: Proteção Social Básica, Proteção Social Especial e área de Gestão do SUAS com competência de Vigilância Socioassistencial. O município tem a meta de adequar as legislações da Política de Assistência Social e do SUAS, do Conselho Municipal de Assistência Social e Fundo.

| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|-------------------------------|--|--|------------------|------------------|------------------|
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2648 | MANUTENÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL | R\$ 1.262.700,00 | R\$ 1.332.236,40 | R\$ 1.462.170,58 | R\$ 1.580.867,94 |
| 1645 | MODERNIZAÇÃO DA ASSISTENCIA SOCIAL | R\$ 60.000,00 | R\$ 60.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| 2649 | MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMILIA E IGD SUAS | R\$ 25.000,00 | R\$ 26.500,00 | R\$ 28.090,00 | R\$ 29.775,40 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | Aquisição veículos (02) | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ - | R\$ - |
| | Locação de veículos e fretamento | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 |
| | Manutenção e reformas da Sede da Secretaria | R\$ - | R\$ - | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 |
| | Gestão do IGD SUAS E 3% destinados ao CMAS | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| | Gestão do SUAS (Gestão do Trabalho e Vigilância socioassistencial. | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| | Gestão do IGD BOLSA FAMILIA (3% destinados ao CMAS) e Gestão do Programa Bolsa Família e Cadastro Único. | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| | Manutenção da frota de veículos | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| | Firmar convênios / contratos | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 |
| | Despesa de Consumo de energia elétrica | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| | Despesa de serviços de internet | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| | Despesa com serviços de telefone | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 |
| | Consumo de água | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 |
| | Combustível | R\$ 2.500,00 | R\$ 2.650,00 | R\$ 2.809,00 | R\$ 2.977,54 |
| | Adiantamento para despesa com alimentação, combustível e hospedagem | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 |
| | Diária de motorista | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 |
| | Despesa de pagamento de inscrições para cursos/capacitações | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 |
| | Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros. | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 1.060.000,00 | R\$ 1.123.600,00 | R\$ 1.221.983,12 |
| | Locação de 01 imóvel, salas, máquinas e equipamentos | R\$ 2.500,00 | R\$ 2.650,00 | R\$ 2.809,00 | R\$ 2.977,54 |
| | Outras despesas variáveis | R\$ 98.200,00 | R\$ 97.866,40 | R\$ 103.738,38 | R\$ 109.962,69 |
| | Despesa com software e manutenção | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 |

| | | | | | | | | |
|--|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|
| Aquisição de material didático | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.180,00 | R\$ | 3.370,80 | R\$ | 3.573,05 |
| Aquisição de equipamentos | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal | R\$ | 2.500,00 | R\$ | 2.650,00 | R\$ | 2.809,00 | R\$ | 2.977,54 |
| TOTAL DO PROGRAMA | R\$ | 1.347.700,00 | R\$ | 1.419.336,40 | R\$ | 1.501.496,58 | R\$ | 1.622.553,50 |

| | | | | | |
|---|--|--|----------------|----------------|----------------|
|  Prefeitura de Timbó | | PROGRAMA DE GOVERNO | | | |
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ | | | | | |
| 330 - Gestão da previdência social - regime próprio | | | | | |
| DIAGNÓSTICO/DIRETRIZES/OBJETIVOS: | | | | | |
| <p>O Município instituiu o Regime Municipal de Previdência dos Servidores em 1993, para fins de exclusão de seus servidores efetivos do Regime Geral de Previdência Social - RGPS/INSS. Em 1998, com a Reforma Previdenciária, a Administração Municipal separou a Previdência Social dos Serviços de Assistência à Saúde, criando o Fundo de Previdência Social - FUNPREV, antecipando-se as determinações da Lei Federal nº 9.717/98 e EC nº 20. Através da Lei Complementar nº 411/2011 foi criado o INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS DE TIMBÓ - TIMBOPREV, com início de sua gestão em 01/01/2012.</p> <p>O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos Municipais de Timbó – TIMBOPREV, Entidade Autárquica Municipal tem por finalidade gerir o Plano de Seguridade Social dos servidores municipais, assegurando o direito ao recebimento de benefícios por ela administrados, promovendo a seus beneficiários os meios indispensáveis de manutenção, por motivo de aposentadoria por idade, invalidez e tempo de contribuição e nos eventos de morte, doença, reclusão e maternidade, nos termos definidos pela Lei Complementar 411/2011 e suas alterações, observados, no que couber a Lei Complementar 01/1993 e demais legislações aplicáveis.</p> <p>A estrutura administrativa do TIMBOPREV composta pelos cargos de provimento efetivo e cargo de provimento em comissão foi organizada pela Lei Complementar nº 411/2011 e alterações, e estão subordinados às mesmas regras aplicáveis aos servidores da Administração Direta.</p> <p>Atualmente o TIMBOPREV conta com um Conselho de Administração, um Conselho Fiscal e um Comitê de investimentos. O Conselho de Administração delibera e administra o funcionamento de todos os processos de pensões e aposentadorias dos servidores públicos e os atos de administração em geral do INSTITUTO. Em conjunto com o Comitê de Investimentos faz a administração dos recursos financeiros.</p> <p>O TIMBOPREV tem em seu quadro um total de 274 inativos e 53 pensionistas, com tratamento personalizado à esse público. Dos quais, paga atualmente 15 (quinze) inativos e 07 (sete) pensionistas de servidores que não contribuíram com o Instituto, o que vem acontecendo desde meados de 1998.</p> <p>O TIMBOPREV busca consolidar o modelo gerencial através do Conselho de Administração com a Fiscalização do Conselho Fiscal, oportunizar condições para uma competente Administração dos Ativos Financeiros, implementar controles alternativos para redução de custos, etc. O reconhecimento, pelo Executivo, da dívida dos inativos que não contribuíram para o Instituto e o repasse desses valores ao TIMBOPREV. Gerir e administrar o TIMBOPREV, recadastrar os segurados, implementar estudos técnicos, efetivar cálculo atuarial, controle na concessão dos benefícios, realizar a compensação financeira entre os diversos regimes previdenciários, etc. Implementar e manter o equilíbrio atuarial do Instituto, possibilitando a manutenção e custeio do plano de benefícios. Atender os preceitos legais sobre Previdência Social, além de aplicar as diretrizes estabelecidas pelos órgãos de controle.</p> | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2650 | Manutenção das Atividades do Timboprev | R\$ 505.000,00 | R\$ 705.000,00 | R\$ 760.000,00 | R\$ 785.000,00 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |

| | | | | | | | | | |
|---|--|--|---------------------|-------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|
| Manutenção das Atividades Administrativas (Manter as atividades do TIMBOPREV, Eventos, Recursos Humanos, Cursos, Participação de capacitação em Cursos, Seminários e Congressos, Publicações e Publicidade dos Atos e outros. Garantir as ações com vistas ao cumprimento dos Princípios Constitucionais. Alteração, Criação, Admissão, Reestruturação Administrativa, Realização de Concurso Público, Qualificação e Treinamento, entre outros. Firmar convênios, ajustes, contratos ou acordos na forma da legislação em vigor. Contratar Serviços Técnicos Especializados, com vistas ao aperfeiçoamento dos trabalhos do Instituto. Contratar serviços de manutenção e limpeza da sede do Instituto. Divulgar os trabalhos, atos oficiais e publicidade institucional. Contribuir financeiramente com Entidades Privadas e Públicas, as quais o Ente é filiado ou venha a se filiar. Adquirir Recursos Materiais, de Expediente, Consumo e outros. Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais, praticar o Princípio da Transparência dos Atos da Administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; Melhorar e ampliar as Ações Planejadas e o Controle dos Atos da Administração. Aluguel de sala). | | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 265.000,00 | R\$ | 275.000,00 |
| Folha de Pagamento e Encargos Sociais de Servidores Ativos e Comissionados | | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 350.000,00 | R\$ | 390.000,00 | R\$ | 405.000,00 |
| Aquisição de Veículos e Equipamentos | | R\$ | 80.000,00 | R\$ | 80.000,00 | R\$ | 80.000,00 | R\$ | 80.000,00 |
| Pagamento de JETONS aos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e membros do Comitê de Investimentos | | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 25.000,00 |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2651 | Pagamento da Compensação Previdenciária - COMPREV | R\$ | 45.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Pagamento de Eventuais Compensações Previdenciárias - COMPREV RPPS X RGPS | R\$ | 45.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 50.000,00 |
| 3. Descrição da Ação | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2652 | Manutenção dos Benefícios do Timboprev | R\$ | 1.045.000,00 | R\$ | 1.090.000,00 | R\$ | 1.140.000,00 | R\$ | 1.190.000,00 |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Manter os Benefícios do Timboprev, Conforme as Leis Complementares Nº 01/93, Nº 136/98, 411/2011, 431/2013, 473/2015 e Alterações Posteriores. | R\$ | 1.045.000,00 | R\$ | 1.090.000,00 | R\$ | 1.140.000,00 | R\$ | 1.190.000,00 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ | 1.595.000,00 | R\$ | 1.845.000,00 | R\$ | 1.950.000,00 | R\$ | 2.025.000,00 |



Prefeitura

de Timbó

PROGRAMA DE GOVERNO


PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES DE TIMBÓ

Nº 340 MANUTENÇÃO FUNDAÇÃO DE ESPORTES

DIGNÓSTICO/METAS/OBJETIVOS:

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES POSSUI SEU PRÓPRIO PRÉDIO ADMINISTRATIVO, CAMPO DE FUTEBOL, PISTA DE ATLETISMO COM ARQUIBANCADA E GINÁSIO POLIESPORTIVO (COMPLEXO ESPORTIVO). HOJE A FUNDAÇÃO É COMPOSTA POR UM DIRETOR PRESIDENTE, UM ADMINISTRATIVO, TRÊS PROFISSIONAIS NA ÁREA TÉCNICA, UM ESTAGIÁRIO, UMA PROFISSIONAL RESPONSÁVEL PELOS ESPAÇOS ESPORTIVOS E TRÊS OPERACIONAIS. POSSUI DOIS VEÍCULOS SENDO UM AUTOMÓVEL CELTA E UMA VAN MODELO DUCATO.

| 1. Descrição da ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|-------------------------------|---|--|------------------|------------------|------------------|
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2660 | MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES | R\$ 715.000,00 | R\$ 760.580,00 | R\$ 819.594,80 | R\$ 868.781,34 |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | FOLHA DE PAGAMENTO | R\$ 570.000,00 | R\$ 604.900,00 | R\$ 651.194,80 | R\$ 690.267,26 |
| | MANUTENÇÃO ADMINISTRATIVA DA FUNDAÇÃO | R\$ 90.000,00 | R\$ 96.180,00 | R\$ 102.330,00 | R\$ 108.469,80 |
| | MANUTENÇÃO, LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DE FROTAS | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.920,24 |
| | AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ESPORTIVOS | R\$ 35.000,00 | R\$ 38.200,00 | R\$ 43.492,00 | R\$ 46.101,52 |
| | QUALIFICAÇÃO E TREINAMENTO | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.700,00 | R\$ 11.342,00 | R\$ 12.022,52 |
| 2. Descrição da ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1261 | MODERNIZAÇÃO DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES | R\$ 271.000,00 | R\$ 65.000,00 | R\$ 85.000,00 | R\$ 24.500,00 |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS E UTENSÍLIOS | R\$ 21.000,00 | R\$ 65.000,00 | R\$ 85.000,00 | R\$ 24.500,00 |
| | AQUISIÇÃO DE FROTAS | R\$ 250.000,00 | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| 3. Descrição da ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1263 | OBRAS E CONSTRUÇÕES - FME | R\$ 700.000,00 | R\$ 1.890.000,00 | R\$ 900.000,00 | R\$ 1.100.000,00 |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | REFORMA DAS INSTALAÇÕES ESPORTIVAS E DA SEDE FME; | R\$ 350.000,00 | R\$ 400.000,00 | R\$ 450.000,00 | R\$ 550.000,00 |
| | REFORMA DO COMPLEXO ESPORTIVO; | R\$ - | R\$ 1.000.000,00 | R\$ - | R\$ - |
| | CONSTRUÇÃO DO CENTRO MULTÍUSO; | R\$ 350.000,00 | R\$ 490.000,00 | R\$ 450.000,00 | R\$ 550.000,00 |
| | TOTAL DO PROGRAMA | R\$ 1.686.000,00 | R\$ 2.715.580,00 | R\$ 1.804.594,80 | R\$ 1.993.281,34 |

| PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | | | | |
|--|---|--|------------------|------------------|------------------|--|--|--|--|
|  | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS DE GESTAO, MANUTENCAO E SERVIÇOS AO MUNICIPIO | | | | | | | | | |
| Nº | 355 | GESTÃO DO PLANEJAMENTO, ORGANIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES E ATRATIVOS TURÍSTICOS | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | |
| O Departamento de Turismo de Timbó organiza diversas ações com objetivo de fomentar a atividade turística do município de Timbó. Dentre as ações efetuadas estão: organização de eventos que gerem fluxo turístico; sinalização turística para orientação dos turistas; criação de novos materiais de divulgação com objetivo de promover a cidade; organização do calendário de eventos; impressão de materiais de divulgação; capacitação do trade turístico; concurso fotográfico com intuito de criar banco de imagens; concurso de jardins para fomentar os costumes dos antepassados; fiscalização das ações da Associação do Artesanato na Casa do Artesão, espaço destinado para venda de souvenirs como também posto de informações turísticas. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2680 | Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Turismo | R\$ 466.750,00 | R\$ 505.800,00 | R\$ 536.148,00 | R\$ 568.316,88 | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Despesas com Pessoal e Encargos; | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | | | | |
| | Despesas com a Manutenção de Espaços Públicos; | R\$ 210.000,00 | R\$ 222.600,00 | R\$ 235.956,00 | R\$ 250.113,36 | | | | |
| | Manutenção do Pavilhão de Eventos Henry Paul; | R\$ 50.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 63.600,00 | R\$ 67.416,00 | | | | |
| | Demais Despesas do Fundo de Turismo; | R\$ 66.750,00 | R\$ 74.800,00 | R\$ 79.288,00 | R\$ 84.045,28 | | | | |
| | Participação em Consórcios Públicos | R\$ 90.000,00 | R\$ 95.400,00 | R\$ 101.124,00 | R\$ 107.191,44 | | | | |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 1681 | Modernização dos Atrativos Turísticos | R\$ 215.000,00 | R\$ 125.000,00 | R\$ 135.892,00 | R\$ 146.843,52 | | | | |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Aquisição de Equipamentos, Móveis e Utensílios; | R\$ 5.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 15.892,00 | R\$ 21.843,52 | | | | |
| | Equipamentos para Praças e Espaços Públicos; | R\$ 10.000,00 | R\$ 15.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 25.000,00 | | | | |
| | Aquisição de Veículo para Bondinho; | R\$ 200.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | | | | |
| 3. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 1683 | Obras e Construções do Fundo Municipal de Turismo | R\$ 2.499.250,00 | R\$ 2.645.000,00 | R\$ 2.510.000,00 | R\$ 2.870.000,00 | | | | |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Revitalização do Jardim Botânico; | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 600.000,00 | R\$ 750.000,00 | | | | |
| | Revitalização da Praça dos Poemas; | R\$ 200.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 250.000,00 | | | | |


| | | | | | | | | | | |
|---|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|-----|------------|
| Pavimentação da Estrada Turística - Acesso ao Morro Azul | R\$ | 300.000,00 | R\$ | 295.000,00 | R\$ | 295.000,00 | R\$ | 350.000,00 | R\$ | 350.000,00 |
| Implantação do Mercado Público; | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 300.000,00 | R\$ | 350.000,00 | R\$ | 350.000,00 | R\$ | 350.000,00 |
| Criação da Rota de Turismo com Bondinho; | R\$ | - | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 250.000,00 |
| Sinalização Interpretativa nos Principais Atrativos Turísticos da Cidade; | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 300.000,00 | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 150.000,00 |
| Criação do Quiosque com Objetos de Souvenirs; | R\$ | - | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 120.000,00 | R\$ | 120.000,00 |
| Implantação do Centro Gastronômico; | R\$ | 190.000,00 | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 250.000,00 | R\$ | 300.000,00 | R\$ | 300.000,00 |
| Restauração Casa Enxaimel do Jardim Botânico; | R\$ | 219.250,00 | R\$ | 200.000,00 | R\$ | 130.000,00 | R\$ | 200.000,00 | R\$ | 200.000,00 |
| Implantação do Portal Turístico do Município de Timbó; | R\$ | 290.000,00 | R\$ | 200.000,00 | R\$ | 135.000,00 | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 150.000,00 |
| TOTAL DO PROGRAMA | R\$ | 3.181.000,00 | R\$ | 3.275.800,00 | R\$ | 3.182.040,00 | R\$ | 3.585.160,40 | | |

| PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | | | | |
|--|---|--|------------------|------------------|------------------|--|--|--|--|
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO | | | | | | | | | |
| MANUTENÇÃO DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ | | | | | | | | | |
| DIAGNÓSTICOS/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | |
| 360 | | | | | | | | | |
| A Fundação Cultural de Timbó, dentre suas diversas atividades, executa projetos visando uma entidade coletiva, através da captação de recursos por incentivo de Leis de Incentivo à Cultura – numa parceria entre Governo X Empresa Privada, na realização de ações culturais voltadas para a comunidade. A Fundação Cultural, busca a evolução dos relacionamentos entre meio cultural, governo, iniciativa privada e sociedade, trazendo mudanças significativas para essa área, incorporando elementos que trazem a cultura cada vez mais para o centro das discussões, retomando seu devido espaço na sociedade – promovendo transformações individuais e coletivas, gerando empregos e movimentando a economia – garantindo o direito de cada cidadão ao acesso aos patrimônios materiais e imateriais de seu tempo e espaço. Visa sempre implementar a parceria Governo x Empresa Privada, num relacionamento entre a Esfera Cultural e o Governo, Iniciativa Privada e Sociedade, provocado principalmente pelas Leis de Incentivo à Cultura, criando um novo cenário em que a Cultura irá conviver com Empresa e Governo, firmando convênios através das respectivas Leis. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2690 | Manutenção da Fundação Cultural de Timbó | R\$ 2.218.700,00 | R\$ 2.351.902,00 | R\$ 2.493.016,12 | R\$ 2.643.285,09 | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | Manutenção do Centro Integrado de Cultura e Educação; | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 12.597,28 | | | | |
| | Folha de Pagamento e encargos sociais; | R\$ 1.530.000,00 | R\$ 1.621.800,00 | R\$ 1.719.108,00 | R\$ 1.822.254,48 | | | | |
| | Auxílio Alimentação em Pecúnia | R\$ 70.000,00 | R\$ 74.200,00 | R\$ 78.652,00 | R\$ 83.371,12 | | | | |
| | Material de expediente | R\$ 4.150,00 | R\$ 4.399,00 | R\$ 4.662,94 | R\$ 4.942,72 | | | | |
| | Limpeza e Conservação | R\$ 25.000,00 | R\$ 26.500,00 | R\$ 28.090,00 | R\$ 29.775,40 | | | | |
| | Locação de equipamentos | R\$ 27.000,00 | R\$ 28.620,00 | R\$ 30.337,20 | R\$ 32.157,43 | | | | |
| | Manutenção dos veículos | R\$ 1.150,00 | R\$ 1.219,00 | R\$ 1.292,14 | R\$ 1.369,67 | | | | |
| | Consumo de energia elétrica | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | R\$ 63.123,85 | | | | |
| | Consumo de água | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 | | | | |
| | Consumo de combustível | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | | | | |
| | Consumo de telefone | R\$ 11.000,00 | R\$ 11.660,00 | R\$ 12.359,60 | R\$ 13.101,18 | | | | |
| | Material gráfico | R\$ 7.000,00 | R\$ 7.500,00 | R\$ 7.950,00 | R\$ 8.427,00 | | | | |
| | Despesas com viagens, capacitações e estadias | R\$ 28.000,00 | R\$ 29.680,00 | R\$ 31.460,80 | R\$ 33.348,45 | | | | |
| | Serviços de Terceiros | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | | | | |
| | Despesas de manutenção | R\$ 45.000,00 | R\$ 47.700,00 | R\$ 50.562,00 | R\$ 53.595,72 | | | | |
| | Serviços de Teleprocessamento | R\$ 22.400,00 | R\$ 23.744,00 | R\$ 25.168,64 | R\$ 26.678,76 | | | | |
| | Locação de Imóveis | R\$ 63.000,00 | R\$ 66.780,00 | R\$ 70.786,80 | R\$ 75.034,01 | | | | |
| | Vigilância Ostensiva Monitorada | R\$ 120.000,00 | R\$ 127.200,00 | R\$ 134.832,00 | R\$ 142.921,92 | | | | |
| | Publicidade e Propaganda | R\$ 11.000,00 | R\$ 11.660,00 | R\$ 12.359,60 | R\$ 13.101,18 | | | | |
| | Demais Despesas com a Manutenção da FCT | R\$ 130.000,00 | R\$ 137.800,00 | R\$ 146.068,00 | R\$ 154.832,96 | | | | |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |

| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|-------------------------------|--|--|------------------|------------------|------------------|
| 1691 | Obras da Fundação Cultural de Timbó | R\$ 1.130.000,00 | R\$ 1.160.000,00 | R\$ 1.170.000,00 | R\$ 1.110.000,00 |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | Obra e Construção do Centro Integrado de Cultura e Educação; | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 750.000,00 | R\$ 750.000,00 | R\$ 470.000,00 |
| | Aquisição de Imóveis Tombados e similares; | R\$ 50.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ - | R\$ - |
| | Reforma de Imóveis Tombados e similares; | R\$ 30.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 120.000,00 | R\$ 140.000,00 |
| | Construção de Coreto na Praça Principal; | R\$ - | R\$ 100.000,00 | R\$ - | R\$ - |
| | Obras de Construções e Reformas da Fundação Cultural de Timbó e seus segmentos; | R\$ 50.000,00 | R\$ 110.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| 3. Descrição da Ação | | | | | |
| | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1693 | Modernização da Fundação Cultural de Timbó | R\$ 115.000,00 | R\$ 145.000,00 | R\$ 92.800,00 | R\$ 208.000,00 |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | |
| | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | Equipamentos, Móveis e Utensílios para o Centro Integrado de Cultura e Educação; | R\$ 35.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 62.800,00 | R\$ 108.000,00 |
| | Equipamentos para a Fundação Cultural de Timbó e seus diversos segmentos; | R\$ 20.000,00 | R\$ 45.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 100.000,00 |
| | Frota de Veículos - Equipar a Fundação Cultural de Timbó com 1 veículo tipo "utilitário", 4 portas, e com ar condicionado. | R\$ 60.000,00 | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| TOTAL DOS PROGRAMAS | | R\$ 3.463.700,00 | R\$ 3.656.902,00 | R\$ 3.755.816,12 | R\$ 3.961.285,09 |


| PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | | | | |
|--|---|--|----------------|----------------|----------------|--|--|--|--|
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO | | | | | | | | | |
| GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS DO FUNDO MUNICIPAL DE REEQUIPAMENTO E MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR DE TIMBÓ | | | | | | | | | |
| Diagnóstico/Metas e Objetivos: | | | | | | | | | |
| A Polícia Militar de Timbó é a unidade operacional que exerce no Município de Timbó os serviços tipificados no Art. 107 da Constituição Estadual de 1989. A sede da 2ª Companhia de Polícia Militar de Timbó é vinculada ao 10º Batalhão da Polícia Militar de Santa Catarina, sediado na cidade de Blumenau. Possui em sua circunscrição de atuação 09 municípios, sendo eles: Timbó, Benedito Novo, Rio dos Cedros, Doutor Pedrinho, Pomerode, Indaial, Ascurra, Rodeio e Aplúna. Atende diretamente com o serviço operacional e de atividade técnica o contingente populacional de 94.545 habitantes, e de forma indireta, 198.922 pessoas. O convênio celebrado entre o Município e o Estado, através da Polícia Militar de Santa Catarina, visa o atendimento das missões constitucionais previstas no Art. 107 da C.E. 1989. O atendimento imediato em ocorrências de diversas naturezas como acidentes, roubos, furtos, perturbação do sossego alheio, vias de fato, tráfico de drogas, dentre outros, bem como a presença em inúmeros eventos, tem sido de suma importância para a segurança da comunidade timboense. O município de Timbó, devido à sua localização geográfica, ao longo de sua história sofreu com problemas relacionados a enchentes, vendavais e desmoronamentos. A Polícia Militar de Timbó juntamente com o Corpo de Bombeiros Militar e a Defesa Civil tem como objetivo atender prontamente, com efetividade, qualquer eventualidade que interfira no cotidiano normal do município e que venha a prejudicar a população timboense, bem como coordenar serviços de apoio às cidades vizinhas atingidas por eventuais calamidades públicas e firmar convênios com órgãos Federais e Estaduais para restabelecer a normalidade dos atendimentos. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação: | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2700 | Manutenção do Fundo Municipal de Reequipamento e Melhoria da Polícia Militar de Timbó | R\$ 167.000,00 | R\$ 176.700,00 | R\$ 187.400,00 | R\$ 198.000,00 | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| Combustíveis | | R\$ 4.700,00 | R\$ 4.982,00 | R\$ 5.280,92 | R\$ 5.597,78 | | | | |
| Material de expediente | | R\$ 665,00 | R\$ 704,90 | R\$ 747,19 | R\$ 792,03 | | | | |
| Material de limpeza e conservação | | R\$ 9.160,00 | R\$ 9.709,60 | R\$ 10.292,18 | R\$ 10.909,71 | | | | |
| Fornecimento de Alimentação | | R\$ 38.000,00 | R\$ 40.280,00 | R\$ 42.696,80 | R\$ 45.258,61 | | | | |
| Serviços de Telecomunicações | | R\$ 10.245,00 | R\$ 10.859,70 | R\$ 11.511,28 | R\$ 12.201,96 | | | | |
| Material de Consumo, Copa e Cozinha | | R\$ 2.170,00 | R\$ 2.300,20 | R\$ 2.438,21 | R\$ 2.584,50 | | | | |
| Seguros em Geral | | R\$ 8.655,00 | R\$ 9.174,30 | R\$ 9.724,76 | R\$ 10.308,24 | | | | |
| Material e Manutenção de Bens Móveis e Imóveis | | R\$ 33.750,00 | R\$ 35.775,00 | R\$ 37.921,50 | R\$ 40.196,79 | | | | |
| Material de Proteção e Segurança | | R\$ 15.105,00 | R\$ 16.011,30 | R\$ 16.971,98 | R\$ 17.990,30 | | | | |
| Material para Processamento de Dados e Manutenção de Software | | R\$ 14.300,00 | R\$ 15.158,00 | R\$ 16.067,48 | R\$ 17.031,53 | | | | |
| Outros Serviços de Terceiros | | R\$ 1.550,00 | R\$ 1.643,00 | R\$ 1.741,58 | R\$ 1.846,07 | | | | |
| Demais Despesas de Manutenção | | R\$ 28.700,00 | R\$ 30.102,00 | R\$ 32.006,12 | R\$ 33.282,49 | | | | |
| 2. Descrição da Ação: | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 1701 | Modernização da Polícia Militar de Timbó | R\$ 20.000,00 | R\$ 18.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 25.000,00 | | | | |

| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
|--|--|--|----------------|----------------|----------------|--|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Aquisição de Móveis, Equipamentos e Utensílios | | R\$ 20.000,00 | R\$ 18.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 25.000,00 | |
| 3. Descrição da Ação: | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1703 | Obras e Construções da Polícia Militar de Timbó | R\$ 123.000,00 | R\$ 160.000,00 | R\$ 177.000,00 | R\$ 185.000,00 | |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | Reforma do prédio da sede da 2ª companhia PM em Timbó, modernização das estruturas, revitalização do ambiente externo. | R\$ 123.000,00 | R\$ 160.000,00 | R\$ 177.000,00 | R\$ 185.000,00 | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 310.000,00 | R\$ 354.700,00 | R\$ 384.400,00 | R\$ 408.000,00 | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|--|------------------|------------------|------------------|--|--|--|--|
| PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | | | | |
| <div><div></div><div><div>Prefeitura</div><div>de Timbó</div></div></div> | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO MUNICÍPIO | | | | | | | | | |
| Nº 380 GESTÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE TRÂNSITO DE TIMBÓ | | | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS: | | | | | | | | | |
| O Departamento Municipal de Trânsito - Demutran de Timbó é um órgão subordinado à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços. O Departamento tem como objetivo implementar e executar as políticas públicas referente ao trânsito, fiscalizar, controlar e avaliar o transporte coletivo e individual de passageiros, serviços funébreos, etc., independentemente de outorga, autorização, concessão ou permissão para outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas; entre outros. Além disso, sozinho ou em parceria com os demais organismos de segurança pública do Estado, atua na fiscalização da circulação de veículos motorizados. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2710 | Manutenção do DEMUTRAN | R\$ 1.173.900,00 | R\$ 1.246.734,00 | R\$ 1.321.924,04 | R\$ 1.401.239,83 | | | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | FOLHA DE PAGAMENTO | R\$ 715.000,00 | R\$ 757.900,00 | R\$ 803.760,00 | R\$ 851.985,95 | | | | |
| | AUXILIO EDUCAÇÃO | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 | | | | |
| | COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES | R\$ 3.900,00 | R\$ 4.134,00 | R\$ 4.382,04 | R\$ 4.644,96 | | | | |
| | COPA, MATERIAL DE EXPEDIENTE, LIMPEZA | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 | | | | |
| | MATERIAL MANUTENÇÃO DE VEICULOS | R\$ 7.400,00 | R\$ 7.844,00 | R\$ 8.314,64 | R\$ 8.813,52 | | | | |
| | MATERIAL DE SINALIZAÇÃO | R\$ 19.000,00 | R\$ 20.140,00 | R\$ 21.348,40 | R\$ 22.629,30 | | | | |
| | ESTAGIARIOS | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 | | | | |
| | MANUTENCAO DE SOFTWARE | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | | | | |
| | MANUTENCAO DE BENS DE USO COMUM DO POVO | R\$ 18.400,00 | R\$ 19.504,00 | R\$ 20.674,24 | R\$ 21.914,69 | | | | |
| | MANUTENCAO DE VEICULOS | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ 17.865,24 | | | | |
| | MANUTENCAO ESTRADAS E VIAS | R\$ 80.000,00 | R\$ 84.800,00 | R\$ 89.888,00 | R\$ 95.281,28 | | | | |
| | ENERGIA ELETRICA, AGUA, CELULAR | R\$ 40.000,00 | R\$ 42.400,00 | R\$ 44.944,00 | R\$ 47.640,64 | | | | |
| | SEGUROS | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.720,00 | R\$ 13.483,20 | R\$ 14.292,19 | | | | |
| | SERVIÇOS BANCARIOS | R\$ 1.200,00 | R\$ 1.272,00 | R\$ 1.348,32 | R\$ 1.429,22 | | | | |
| | AUXILIO ALIMENTAÇÃO | R\$ 70.000,00 | R\$ 74.200,00 | R\$ 78.652,00 | R\$ 83.371,12 | | | | |
| | REMOCAO DE VEICULOS APREENDIDOS EM DECORRENCIA DE CONTRAVENCAO A LEGISLAÇÃO | R\$ 60.000,00 | R\$ 63.600,00 | R\$ 67.416,00 | R\$ 71.460,96 | | | | |
| | LOCAÇÃO DE RADIOS DE COMUNICAÇÃO | R\$ 24.000,00 | R\$ 25.440,00 | R\$ 26.966,40 | R\$ 28.584,38 | | | | |
| | AQUISIÇÃO DE 9 FARDAMENTOS COMPLETOS | R\$ 10.000,00 | R\$ 13.000,00 | R\$ 13.780,00 | R\$ 14.606,80 | | | | |
| | CONGRESSOS, SEMINARIOS E TREINAMENTOS | R\$ 8.000,00 | R\$ 8.480,00 | R\$ 8.988,80 | R\$ 9.528,13 | | | | |
| | PUBLICAÇÕES E PUBLICIDADE DOS ATOS | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 | | | | |
| | SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 | | | | |
| 2. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |


| | | | | | | | | | |
|--------------------------------------|---|--|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|-------------|--------------|
| 1711 | Modernização do DEMUTRAN | R\$ | 46.100,00 | R\$ | 110.820,00 | R\$ | 119.100,00 | R\$ | 17.000,00 |
| 2.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| | AQUISIÇÃO 10 COMPUTADORES | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 18.220,00 | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 10.000,00 |
| | AQUISIÇÃO 2 IMPRESSORAS MULTIFUNCIONAIS | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.000,00 |
| | AQUISIÇÃO 10 CADEIRAS GIRATORIAS | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 500,00 | R\$ | 500,00 | R\$ | 600,00 |
| | AQUISIÇÃO 3 ESTAÇÕES DE TRABALHO | R\$ | 500,00 | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 500,00 | R\$ | 600,00 |
| | AQUISIÇÃO 12 GAVETEIROS | R\$ | 1.100,00 | R\$ | 1.100,00 | R\$ | 1.100,00 | R\$ | 1.200,00 |
| | AQUISIÇÃO 5 ARQUIVOS DE AÇO | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 2.500,00 | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 1.600,00 |
| | AQUISIÇÃO 1 AUTOMÓVEL DE PASSEIO | R\$ | - | R\$ | 60.000,00 | R\$ | 70.000,00 | R\$ | - |
| | AQUISIÇÃO 4 MOTOCICLETAS | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 20.000,00 | R\$ | - |
| | AQUISIÇÃO 10 BAUS PARA MOTOCICLETA | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 500,00 |
| | AQUISIÇÃO 5 ARMARIOS DE AÇO | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 1.500,00 | R\$ | 500,00 |
| | AQUISIÇÃO 5 CELULARES | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.000,00 |
| 3. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| 1713 | Obras e Construções do DEMUTRAN | R\$ | 1.100.000,00 | R\$ | 1.030.000,00 | R\$ | 1.004.000,00 | R\$ | 1.100.000,00 |
| 3.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| | OBRAS E CONSTRUÇÕES | R\$ | 500.000,00 | R\$ | 350.000,00 | R\$ | 450.000,00 | R\$ | 550.000,00 |
| | IMOVEIS E INSTALAÇÕES | R\$ | 100.000,00 | R\$ | 180.000,00 | R\$ | 200.000,00 | R\$ | 250.000,00 |
| | ABRIGOS DE PASSAGEIROS DE ONIBUS, IMPLANTAÇÃO DE TREVOS E CANTEIROS EM VIAS | R\$ | 500.000,00 | R\$ | 500.000,00 | R\$ | 354.000,00 | R\$ | 300.000,00 |
| 4. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| 2711 | Manutenção do Convênio de Trânsito | R\$ | 1.136.000,00 | R\$ | 1.267.546,00 | R\$ | 1.328.991,96 | R\$ | 1.411.736,28 |
| 4.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| | LOCAÇÃO DE MAQUINAS E EQUIPAMENTOS | R\$ | 700.000,00 | R\$ | 805.386,00 | R\$ | 839.102,36 | R\$ | 892.453,30 |
| | CORREIO | R\$ | 260.000,00 | R\$ | 275.600,00 | R\$ | 292.136,00 | R\$ | 309.664,16 |
| | SERVIÇOS BANCARIOS | R\$ | 170.000,00 | R\$ | 180.200,00 | R\$ | 191.012,00 | R\$ | 202.472,72 |
| | ALIMENTAÇÃO DE AGENTES EM AÇÃO CONJUNTA COM A POLICIA | R\$ | 6.000,00 | R\$ | 6.360,00 | R\$ | 6.741,60 | R\$ | 7.146,10 |
| 5. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | Título | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| 2713 | Manutenção do Convênio Polícia Civil | R\$ | 87.000,00 | R\$ | 92.220,00 | R\$ | 97.753,20 | R\$ | 103.618,39 |
| 5.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| | COMBUSTIVEIS E LUBRIFICANTES | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |

| | | | | | | | | |
|--|--|--------------|------------|--------------|------------|--------------|------------|--------------|
| MATERIAL EXPEDIENTE | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| MANUTENÇÃO DE VEÍCULOS | R\$ | 70.000,00 | R\$ | 74.200,00 | R\$ | 78.652,00 | R\$ | 83.371,12 |
| MANUTENÇÃO DE SOFTWARE | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |
| CURSOS | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| 6. Descrição da Ação | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 1715 | 13.000,00 | R\$ | 13.780,00 | R\$ | 14.606,80 | R\$ | 15.483,21 | |
| 6.1 Iniciativas (2018 a 2021) | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| EQUIPAMENTOS MOVEIS E UTENSILIOS | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.780,00 | R\$ | 11.000,00 | R\$ | 12.000,00 |
| AQUISIÇÃO 2 CELULARES | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.606,80 | R\$ | 3.483,21 |
| 7. Descrição da Ação | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código da Ação | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2715 | 100.000,00 | R\$ | 106.000,00 | R\$ | 112.360,00 | R\$ | 119.101,60 | |
| 7.1 Iniciativas (2018 a 2021) | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| REPASSE AO ESTADO CONFORME CONVENIO TRANSITO | R\$ | 100.000,00 | R\$ | 106.000,00 | R\$ | 112.360,00 | R\$ | 119.101,60 |
| TOTAL DO PROGRAMA | R\$ | 3.656.000,00 | R\$ | 3.867.100,00 | R\$ | 3.998.736,00 | R\$ | 4.168.179,31 |



PROGRAMA DE GOVERNO

| PROGRAMAS DE GESTÃO, MANUTENÇÃO E SERVIÇOS AO ESTADO | | | | | | | |
|---|------------------------------|--|------------------|------------------|------------------|--|--|
| Descrição do Programa | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| 390 | ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE | R\$ 2.139.500,00 | R\$ 2.288.800,00 | R\$ 2.451.700,00 | R\$ 2.620.000,00 | | |
| O Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Timbó é uma autarquia do Município de Timbó criada pela Lei Complementar nº 212, de 21 de dezembro de 2001. Tem por finalidade coordenar, planejar, executar, operar, explorar, conservar, ampliar e melhorar os Serviços Públicos de Saneamento Básico, no que refere-se aos sistemas públicos de captação, distribuição e abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo de águas pluviais urbanas. | | | | | | | |
| 1. Descrição da Ação | | Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| 2720 | ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE | R\$ 2.139.500,00 | R\$ 2.288.800,00 | R\$ 2.451.700,00 | R\$ 2.620.000,00 | | |
| 1.1 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES DA ADMINISTRAÇÃO GERAL DO SAMAE | | R\$ 1.397.500,00 | R\$ 1.502.300,00 | R\$ 1.615.000,00 | R\$ 1.740.000,00 | | |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E OUTROS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SETOR, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, REALIZAÇÃO DE EVENTOS DE CONSCIENTIZAÇÃO RELACIONADOS AO USO CORRETO DA ÁGUA, COLETA SELETIVA, MEIO AMBIENTE, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS, ETC. | | R\$ 742.000,00 | R\$ 786.500,00 | R\$ 836.700,00 | R\$ 880.000,00 | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 2.139.500,00 | R\$ 2.288.800,00 | R\$ 2.451.700,00 | R\$ 2.620.000,00 | | |



Prefeitura

de Timbó

PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS GESTÃO PÚBLICA E TERCEIRO SETOR

Diagnóstico/Metas/Indicadores

A administração pública moderna e as experiências exitosas colhidas ao redor do mundo demonstram de forma inequívoca que quanto mais próxima a população estiver na condução das políticas públicas, mais efetivo será o reflexo das mesmas junto à sociedade. Nas últimas décadas evoluímos muito na relação entre o gestor público e o administrado. Migramos de um modelo baseado na relação fornecedor – cliente, para um paradigma de corresponsabilidade, onde as pessoas são trazidas para partilhar suas ideias na construção de propostas que melhorem a vida de suas famílias. Atualmente a Prefeitura de Timbó, através da administração, suas fundações e fundos municipais mantem celebrada parceria para concessão de auxílio financeiro às seguintes entidades: 1) Associação Folclórica Blauer Berg, 2) Banda Municipal Professor João Muller, 3) Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, 4) Associação do Grupo Folclórico Os Cinquentões, 5) Banda Acordes Celestes, 6) Associação do Coral Leopoldo Kurtz da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, 7) Associação dos Clubes de Caça e Tiro e Associações Esportivas e Culturais de Timbó, 8) Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Duque de Caxias, 9) Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque, 10) Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Frits Lorenz, 11) Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó, 12) Sociedade de Bocha e Bolão Recreativa, Desportiva e Cultural 9 de Maio, 13) Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz, 14) Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Alegria, 15) Esporte Clube Água Verde, 16) Clube Caça e Tiro Frederico Donner, 17) Clube Ginástico Guaracás, 18) Associação dos Moradores do Bairro das Nações, 19) Associação Timboense de Tênis de Mesa, 20) Associação e Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade, 21) Associação Esportiva T-REX Futebol Americano, 22) Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica Desportiva de Timbó, 23) Associação de Moradores do Bairro dos Estados, 24) Associação Desportiva e Cultural CETISA, 25) APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais, 26) Rede Feminina de Combate ao Câncer, 26) Clube dos Universitários de Timbó, 27) ACIMVI – Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí, 28) Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais, 29) Associação de Amparo à Terceira Idade. Tais parcerias buscam pactuar em sintonia com o Poder Público ações que objetivem o desenvolvimento de atividades de interesse comunitário onde a administração pública não possa atuar de maneira mais efetiva. Para o próximo quadriênio espera-se manter as parcerias já celebradas e eventualmente firmar novos termos e fomento e/ou colaboração conforme a demanda específica, promovendo ampliação das entidades já beneficiadas.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|---|--|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 207 | Gestão Pública e o 3º Setor | R\$ 1.092.400,00 | 1.157.944,00 | 1.227.420,64 | 1.301.065,88 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | Referência | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Data | Índice | | |
| | | 30/06/2017 | 100% | | |
| Entidades Beneficiadas | | | | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2698 | Transferencia de Recursos à Entidades Culturais | R\$ 403.300,00 | R\$ 427.498,00 | R\$ 453.147,88 | R\$ 480.336,75 |
| 2670 | Transferencia de Recursos à Entidades Esportivas | R\$ 185.500,00 | R\$ 196.630,00 | R\$ 208.427,80 | R\$ 220.933,47 |
| 2552 | Transferencia de Recursos à Entidades de apoio ao ensino Profissionalizante e Superior | R\$ 170.900,00 | R\$ 181.154,00 | R\$ 192.023,24 | R\$ 203.544,63 |
| 2657 | Transferencia de Recursos à Entidades Assistenciais | R\$ 114.800,00 | R\$ 121.688,00 | R\$ 128.989,28 | R\$ 136.728,64 |
| 2514 | Transferencia de Recursos à Entidades de Apoio ao Associativismo nos Bairros | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 |
| 2633 | Transferencia de Recursos à Entidades de Saúde | R\$ 96.700,00 | R\$ 102.502,00 | R\$ 108.652,12 | R\$ 115.171,25 |
| 2522 | Transferencia de Recursos à Entidades Sindicais, de Trabalho e de Classe | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 | R\$ 25.249,54 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Fundação Cultural de Timbó | | | | | |

| Código | Descrição | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
|--|---|--|----------------|----------------|----------------|--|
| | Associação Folclórica Blauer Berg | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | Banda Municipal Professor João Muller | R\$ 403.300,00 | R\$ 427.498,00 | R\$ 453.147,88 | R\$ 480.336,75 | |
| | Orquestra de Câmara Municipal de Timbó | | | | | |
| | Associação do Grupo Folclórico Os Cinquentões | | | | | |
| | Banda Acordes Celestes | | | | | |
| | Associação do Coral Leopoldo Kurtz da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó | | | | | |
| | Associação Recreativa, Desportiva e Cultural Duque de Caxias | | | | | |
| | Sociedade Recreativa, Desportiva, Cultural e de Caça e Tiro São Roque | | | | | |
| | Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Cedro | | | | | |
| | Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó | | | | | |
| | Sociedade de Bocha e Bolão Recreativa, Desportiva e Cultural 9 de Maio | | | | | |
| | Clube Esportivo, Recreativo e Cultural Fritz Lorenz | | | | | |
| | Sociedade Recreativa, Desportiva e Cultural Alegria | | | | | |
| | Esporte Clube Agua Verde | | | | | |
| | Clube Caça e Tiro Frederico Donner | | | | | |
| | Clube Ginástico Guairacás | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| Transferência de Recursos | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1.4.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Fundação Municipal de Esportes | | R\$ 403.300,00 | R\$ 427.498,00 | R\$ 453.147,88 | R\$ 480.336,75 | |
| Código | Descrição | | | | | |
| | Clube Ginástico Guairacás | | | | | |
| | Associação Desportiva, Recreativa e Cultural Liberdade de Timbó | | | | | |
| | Associação dos Moradores do Bairro das Nações | | | | | |
| | Associação de Pais e Amigos da Ginástica Rítmica Desportiva de Timbó | | | | | |
| | Associação Timboense de Tênis de Mesa | | | | | |
| | Clube Caça e Tiro Frederico Donner | | | | | |
| | Associação de Pais e Professores da Escola Municipal Erwin Prade | | | | | |
| | Associação Esportiva T-REX Futebol Americano | | | | | |
| | Associação Desportiva e Cultural CETISA | | | | | |
| | Associação de Moradores do Bairro dos Estados | | | | | |
| 4.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |

| | | | | | | |
|--|--|----------------|--|----------------|----------------|----------------|
| Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município | | | | | | |
| 1.4.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Transferência de Recursos | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | | | R\$ 185.500,00 | R\$ 196.630,00 | R\$ 208.427,80 | R\$ 220.933,47 |
| 1.5.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Fundo Municipal de Assistência Social | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| | APAE – Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais | | | | | |
| | Associação de Amparo à Terceira Idade | | | | | |
| 1.5.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município | | | | | | |
| 1.5.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Transferência de Recursos | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | | | R\$ 114.800,00 | R\$ 121.688,00 | R\$ 128.989,28 | R\$ 136.728,64 |
| 1.6.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Fundo Municipal de Saúde | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| | Rede Feminina de Combate ao Câncer | | | | | |
| | Associação Equilíbrio Vital de Defesa do Meio Ambiente e dos Animais | | | | | |
| 1.6.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município | | | | | | |
| 1.6.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Transferência de Recursos | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | | | R\$ 96.700,00 | R\$ 102.502,00 | R\$ 108.652,12 | R\$ 115.171,25 |
| 1.7.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Secretaria Municipal da Fazenda e Administração | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| 2522 | ACIMVI – Associação Comercial e Industrial do Médio Vale do Itajaí | | | | | |
| 1.7.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município | | | | | | |
| 1.7.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Transferência de Recursos | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | | | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 | R\$ 25.249,54 |
| 1.8.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| 2554 | Clube dos Universitários de Timbó | | | | | |
| 1.8.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |

| Concessão de auxílio financeiro para manutenção das entidades no desenvolvimento de atividades de interesse do município | | | | | | |
|--|--|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|--|
| 1.8.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Transferência de Recursos | | R\$ 70.900,00 | R\$ 75.154,00 | R\$ 79.663,24 | R\$ 84.443,03 | |
| OBJETIVO 2: Conceder auxílio financeiro a novas entidades parceiras | | | | | | |
| Código | Descrição | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Secretaria Municipal de Articulação Política e Institucional | Novas entidades que apresentem propostas de parceria que sejam de interesse do Poder Público | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| Ampliar em pelo menos 10 entidades beneficiadas | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Transferência de Recursos | | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 1.092.400,00 | R\$ 1.157.944,00 | R\$ 1.227.420,64 | R\$ 1.301.065,88 | |



PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS TRANSFORMAÇÃO E INOVAÇÃO DO ENSINO INFANTIL TIMBOENSE


Diagnóstico/Metas/Indicadores

A Educação Infantil é composta por Núcleos de Educação Infantil (Creches) e Unidades Pré-escolares. Núcleos de Educação Infantil atendem crianças a partir de 04 meses até 3 anos e 11 meses de idade, compreendendo 11 Unidades com 1380 matrículas no período de permanência de no mínimo 2 até no máximo 12 horas diárias, observando a necessidade, sendo que 643 ficam em período integral. As 12 Unidades Pré-escolares atendem 878 crianças de 4 a 5 anos e 11 meses de idade, com permanência de 4 horas diárias, sendo que destas 81 estão na UPE Alecrim e UPE Comezinho de Vida com atendimento integral. Nas Unidades Pré-escolares estão contempladas 45 turmas, 44 professores de sala de aula, 4 professores de apoio, 6 estagiários e 23 operacionais. Nos Núcleos estão contempladas 52 turmas, 158 Educadoras, 86 auxiliares de recreação infantil, 65 operacionais, 01 professora de apoio e 02 estagiárias.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--|--|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 222 | Transformação e Inovação na Educação Infantil | R\$ 14.374.250,00 | R\$ 14.966.519,00 | R\$ 16.500.472,15 | R\$ 16.648.976,40 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | | |
| | | Data | | | Índice |
| Crianças de 4 meses a 3 anos e 11 meses | Unidade | 30/06/2017 | | | 65% |
| Crianças de 4 anos a 5 anos e 11 meses | Unidade | 30/06/2017 | | | 100% |
| Equipamentos | Unidade | 30/06/2017 | | | 90% |
| Construção e Ampliação | M² | 30/06/2017 | | | 60% |
| Aquisição de imóveis | M² | 30/06/2017 | | | 50% |
| Alimentação Escolar/Gêneros alimentícios | Unidade | 30/06/2017 | | | 100% |
| Atendimento Educação Especial | Unidade | 30/06/2017 | | | 50% |
| Manutenção e conservação de imóveis | M² | 30/06/2017 | | | 80% |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1532 | Modernização dos NEIs | R\$ 100.000,00 | R\$ 104.800,00 | R\$ 115.280,00 | R\$ 116.317,52 |
| 1533 | Construção, ampliação e reforma dos NEIs | R\$ 130.000,00 | R\$ 136.240,00 | R\$ 149.864,00 | R\$ 151.212,78 |
| 1534 | Aquisição de imóveis para NEIs | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| 1537 | Modernização das UPEs | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.440,00 | R\$ 34.584,00 | R\$ 34.895,26 |
| 1538 | Construção, ampliação e reforma dos UPEs | R\$ 130.000,00 | R\$ 31.500,00 | R\$ 34.965,00 | R\$ 35.279,69 |
| 2531 | Manutenção dos NEIs | R\$ 9.869.000,00 | R\$ 10.342.712,00 | R\$ 11.376.983,20 | R\$ 11.479.376,05 |
| 2532 | Alimentação Escolar NEIs | R\$ 562.750,00 | R\$ 589.762,00 | R\$ 648.738,20 | R\$ 654.576,84 |
| 2535 | Manutenção das UPEs | R\$ 3.317.500,00 | R\$ 3.483.355,00 | R\$ 3.866.419,25 | R\$ 3.901.217,02 |
| 2536 | Alimentação Escolar UPEs | R\$ 180.000,00 | R\$ 189.000,00 | R\$ 209.790,00 | R\$ 211.678,11 |
| 2533 | Manutenção do Transporte Escolar NEIs | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.480,00 | R\$ 11.528,00 | R\$ 11.631,75 |
| 2539 | Manutenção do Transporte Escolar UPEs | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.250,00 | R\$ 5.827,50 | R\$ 5.879,95 |
| 2537 | Transferência de recurso para atendimento na Educação Especial NEI | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.480,00 | R\$ 11.528,00 | R\$ 11.631,75 |
| 2538 | Transferência de recurso para atendimento na Educação Especial UPE | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.500,00 | R\$ 34.965,00 | R\$ 35.279,69 |

| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
|--|----------------------------------|--|----------------|----------------|----------------|---|
| VETADO | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Formação continuada | NEIS | R\$ 20.000,00 | R\$ 20.960,00 | R\$ 23.056,00 | R\$ 23.263,50 | |
| Serão adquiridos para os Núcleos de Educação Infantil/NEIs os seguintes equipamentos: 15 Computadores , 50 conjuntos escolares com 200 cadeiras, 12 Impressoras, 25 aparelhos de som, 12 caixas de som, 12 microfones sem fio, 12 máquinas digitais, 12 aparelhos DVD, 15 Televisores 40", 12 projetores multimídia, 12 telas de projeção, 40 ventiladores de teto, 30 mesas para professores, 100 cadeiras estofadas fixas, 35 estantes de aço, 35 armários com tranca, 12 arquivos de aço, 12 trocadores sob medida, 12 playgrounds, 12 armários 4 portas para roupas de cama, 30 condicionadores de ar, 6 jogos de cozinha completos sob medida, 3 móveis para compor os lactários, 100 carrinhos, 200 berços, 30 conjuntos de mesa e bancos para refeitório infantil, 12 geladeiras duplex, 12 freezers verticais/horizontal, 12 fogões cooktop, 12 fogões industriais de 4 bocas, 12 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 12 liquidificadores industriais, 12 multiprocessadores industrial de alimentos, 12 batedeiras planetárias, 20 bebedouros duplos, 12 máquinas lava-roupas 15 kilos, 12 secadoras de roupa 17 kilos, 12 microondas com capacidade de 31 litros, 5 sistemas de monitoramento interno por câmeras, 5 coifas/exaustor, 6 mesas com 8 cadeiras para professores, 12 lavadora de alta-pressão 1400 libras, 12 purificadores de água e outros conforme necessidades. | NEIs | R\$ 100.000,00 | R\$ 104.800,00 | R\$ 115.280,00 | R\$ 116.317,52 | |
| Aquisição de um terreno para construção NEI | Bairro Imigrantes | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | - |
| Construção de um Núcleo de Educação Infantil | Bairro Imigrantes | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | - |
| Reformas | NEI | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.440,00 | R\$ 34.584,00 | R\$ 34.895,26 | |
| Ampliação do prédio | NEI Mundo Mágico/Vida de Criança | R\$ 100.000,00 | R\$ 104.800,00 | R\$ 115.280,00 | R\$ 116.317,52 | |
| Implantar o programa de repasse da Educação Especial | NEI | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.440,00 | R\$ 34.584,00 | R\$ 34.895,26 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios | NEI | R\$ 489.000,00 | R\$ 512.472,00 | R\$ 563.719,20 | R\$ 568.792,67 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar | NEI | R\$ 68.000,00 | R\$ 71.264,00 | R\$ 78.390,40 | R\$ 79.095,91 | |
| Aquisição de Material escolar, pedagógico e esportivo | NEI | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.480,00 | R\$ 11.528,00 | R\$ 11.631,75 | |
| Aquisição de Material de limpeza e higiene pessoal | NEI | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.480,00 | R\$ 11.528,00 | R\$ 11.631,75 | |
| Aquisição de material escolar | AEE | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.144,00 | R\$ 3.458,40 | R\$ 3.489,53 | |
| Aquisição de Material de limpeza e higiene pessoal | AEE | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.144,00 | R\$ 3.458,40 | R\$ 3.489,53 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios | AEE | R\$ 2.750,00 | R\$ 2.882,00 | R\$ 3.170,20 | R\$ 3.198,73 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar | AEE | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.144,00 | R\$ 3.458,40 | R\$ 3.489,53 | |
| Consumo de Energia Elétrica | NEI | R\$ 100.000,00 | R\$ 104.800,00 | R\$ 115.280,00 | R\$ 116.317,52 | |
| Consumo de serviço de internet | NEI | R\$ 25.000,00 | R\$ 26.200,00 | R\$ 28.820,00 | R\$ 29.079,38 | |
| Consumo de água | NEI | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.480,00 | R\$ 11.528,00 | R\$ 11.631,75 | |

| | | | | | | | | | |
|---|------------------------------------|----------------|--|----------|---------------|----------|---------------|----------|---------------|
| Consumo de Gás | NEI | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 52.400,00 | R\$ | 57.640,00 | R\$ | 58.158,76 |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | NEI | R\$ | 9.600.000,00 | R\$ | 10.060.800,00 | R\$ | 11.066.880,00 | R\$ | 11.166.481,92 |
| Despesas com transporte escolar | NEI | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.480,00 | R\$ | 11.528,00 | R\$ | 11.631,75 |
| Locação de Imóveis, Máquinas e Equipamentos | NEI | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Combustíveis | NEI | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.144,00 | R\$ | 3.458,40 | R\$ | 3.489,53 |
| Despesas com manutenção e implantação de software | NEI | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 20.960,00 | R\$ | 23.056,00 | R\$ | 23.263,50 |
| Manutenção de convênios, contratos e outros | NEI | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.480,00 | R\$ | 11.528,00 | R\$ | 11.631,75 |
| Aquisição de EPI | NEI | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.240,00 | R\$ | 5.764,00 | R\$ | 5.815,88 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | |
| 0.4000 | SEMED | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | |
| Atendimento de qualidade das crianças de 4 meses até 5 anos e 11 meses, que compreende a Educação Infantil. | | | | | | | | | |
| Alimentação saudável, aprendizagem integrada ao desenvolvimento e formação da consciência social, visando aprofundar a integração família/escola. | | | | | | | | | |
| Aperfeiçoamento do profissional para melhorar a qualidade da educação infantil | | | | | | | | | |
| Modernização dos Núcleos de Educação Infantil e Unidades Pré Escolares | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | |
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| Serão adquiridos para as Unidades Pré-Escolares- UPEs os seguintes equipamentos: 12 | UPE | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 31.440,00 | R\$ | 34.584,00 | R\$ | 34.895,26 |
| | UPES | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.480,00 | R\$ | 11.528,00 | R\$ | 11.631,75 |
| | UPES | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 31.500,00 | R\$ | 34.965,00 | R\$ | 35.279,69 |
| | UPE Pinguinho de Gente / Hortênsia | R\$ | 100.000,00 | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | UPES | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.750,00 | R\$ | 17.482,50 | R\$ | 17.639,84 |
| | UPE | R\$ | 150.250,00 | R\$ | 157.762,50 | R\$ | 175.116,38 | R\$ | 176.692,42 |
| | UPE | R\$ | 24.000,00 | R\$ | 25.200,00 | R\$ | 27.972,00 | R\$ | 28.223,75 |
| | UPE | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.500,00 | R\$ | 11.655,00 | R\$ | 11.759,90 |
| | UPE | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.500,00 | R\$ | 11.655,00 | R\$ | 11.759,90 |
| | AEE | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.150,00 | R\$ | 3.496,50 | R\$ | 3.527,97 |
| | AEE | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.050,00 | R\$ | 1.165,50 | R\$ | 1.175,99 |
| | AEE | R\$ | 2.750,00 | R\$ | 2.887,50 | R\$ | 3.205,13 | R\$ | 3.233,97 |
| AEE | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.150,00 | R\$ | 3.496,50 | R\$ | 3.527,97 | |
| Consumo de Energia Elétrica | UPE | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 31.500,00 | R\$ | 34.965,00 | R\$ | 35.279,69 |
| Consumo de serviço de internet | UPE | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.000,00 | R\$ | 23.310,00 | R\$ | 23.519,79 |
| Consumo de água | UPE | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.500,00 | R\$ | 11.655,00 | R\$ | 11.759,90 |
| Consumo de Gás | UPE | R\$ | 3.500,00 | R\$ | 3.675,00 | R\$ | 4.079,25 | R\$ | 4.115,96 |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | UPE | R\$ | 3.170.000,00 | R\$ | 3.328.500,00 | R\$ | 3.694.635,00 | R\$ | 3.727.886,72 |
| Despesas com transporte escolar | UPE | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.250,00 | R\$ | 5.827,50 | R\$ | 5.879,95 |
| Locação de Imóveis, Máquinas e Equipamentos | UPE | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Combustíveis | UPE | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.250,00 | R\$ | 5.827,50 | R\$ | 5.879,95 |
| Despesas com manutenção e implantação de software | UPE | R\$ | 13.000,00 | R\$ | 13.650,00 | R\$ | 15.151,50 | R\$ | 15.287,86 |
| Manutenção de convênios, contratos e outros | UPE | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 31.500,00 | R\$ | 34.965,00 | R\$ | 35.279,69 |
| Aquisição de EPI | UPE | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.100,00 | R\$ | 2.331,00 | R\$ | 2.351,98 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ | 14.374.250,00 | R\$ | 14.966.519,00 | R\$ | 16.500.472,15 | R\$ | 16.648.976,40 |



Prefeitura

de Timbó

PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL DE QUALIDADE


Diagnóstico/Metas/Indicadores

Compreende a etapa da Educação Básica que tem duração de nove anos, de 6 a 14 anos de idade, iniciando no primeiro ano com término no nono ano. A rede municipal é composta de seis Escolas que atendem 2.436 alunos, destes 168 estão no período integral, onde são desenvolvidas atividades curriculares no expediente normal e atividades oferecidas no contra-turno. Educação de Jovens e Adultos (compreende anos iniciais). Escolas em período integral, oferta de transporte escolar na Escola do campo e nucleadas, realizado pela municipalidade na sua totalidade, tendo como objetivo garantir o acesso, permanência, sucesso, ampliando o número de vagas e oferecendo uma educação de qualidade para todos. É oferecida alimentação de qualidade para todos. É oferecido acompanhamento técnico de uma nutricionista, visando garantir um bom desenvolvimento físico e social para todos os alunos. Estão contempladas nas escolas 114 turmas sendo 8 turmas em período integral, 174 professores de sala de aula, 35 professores de apoio, 49 auxiliares operacionais, 08 coordenadores pedagógicos, 06 diretores, 04 auxiliares de direção, 06 secretárias e 03 estagiários.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--|---|-----------------------------------|-------------------|-------------------|-------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 232 | Educação Fundamental de Qualidade | R\$ 13.118.000,00 | R\$ 13.790.270,78 | R\$ 15.305.906,95 | R\$ 15.399.660,09 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | Índice | |
| | | Data | | | |
| Alunos de 6 a 14 anos | Unidade | 30/06/2017 | | 99% | |
| Atendimento Educação de Jovens e Adultos | Unidade | 30/06/2017 | | 40% | |
| Equipamentos | Unidade | 30/06/2017 | | 90% | |
| Construção e Ampliação | M² | 30/06/2017 | | 60% | |
| Aquisição de imóveis | M² | 30/06/2017 | | 50% | |
| Alimentação Escolar/Gêneros alimentícios | Unidade | 30/06/2017 | | 100% | |
| Atendimento Educação Especial | Unidade | 30/06/2017 | | 50% | |
| Aquisição, Manutenção e conservação de | M² | 30/06/2017 | | 80% | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1543 | Modernização das Escolas | R\$ 150.000,00 | R\$ 157.200,00 | R\$ 172.920,00 | R\$ 174.476,28 |
| 1545 | Construção, ampliação e reforma das Escolas | R\$ 130.000,00 | R\$ 269.246,78 | R\$ 602.780,55 | R\$ 559.705,55 |
| 1547 | Aquisição de imóveis para Escolas | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| 2542 | Manutenção das Escolas | R\$ 11.979.000,00 | R\$ 12.463.592,00 | R\$ 13.539.951,20 | R\$ 13.666.310,76 |
| 2543 | Alimentação Escolar | R\$ 430.000,00 | R\$ 450.640,00 | R\$ 495.704,00 | R\$ 500.165,34 |
| 2544 | Transferência de recursos para atendimento na Educação Especial | R\$ 110.000,00 | R\$ 115.280,00 | R\$ 126.808,00 | R\$ 127.949,27 |
| 2545 | Manutenção da Educação de Jovens e Adultos | R\$ 27.000,00 | R\$ 28.296,00 | R\$ 31.125,60 | R\$ 31.405,73 |
| 2546 | Manutenção do transporte escolar para o ensino fundamental | R\$ 292.000,00 | R\$ 306.016,00 | R\$ 336.617,60 | R\$ 339.647,16 |
| 1549 | Aquisição de veículos | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 0.4000 | SEMED | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |

| | | | | | | |
|---|--|-------------------------------|--|----------------|----------------|----------------|
| Atender com qualidade alunos de 6 a 14 anos de idade, que compreende o Ensino Fundamental | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Tornar a Escola o espaço de construção de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo família/ escola | | | | | | |
| Fortalecer atividades como o reforço escolar, diminuindo a repetência | | | | | | |
| Modernizar as escolas através de aparelhamento tecnológico e laboratórios técnicos/científicos/pedagógicos | | | | | | |
| Firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal | | | | | | |
| Continuar o processo de discussão da municipalização sendo que a rede estadual de Timbó possui 7 escolas de educação básica, sendo que 6 oferecem o ensino do 1º ao 9º ano | | | | | | |
| Desenvolver programa Mais Educação e Alfabetização na Idade Certa, além de outros programas oferecidos pelo governo Federal ou Estadual | | | | | | |
| Desenvolver ações voltadas para os alunos com necessidades especiais dentro dos princípios da Escola Inclusiva. | | | | | | |
| Dar continuidade ao processo de implantação da Escola Integral, e a democratização do Sistema escolar | | | | | | |
| Implantar programa de repasse de recursos financeiros às APPs das instituições de Educação Fundamental/Escolas | | | | | | |
| Renovar a frota de veículos | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | | |
| Serão adquiridos: 1500 conjuntos de carteiras e cadeiras escolares, 06 Impressoras à laser, 24 aparelhos de som com MP3, 06 caixas de som, 06 microfones sem fio, 06 máquinas digitais, 12 aparelhos DVD, 20 Televisões 40", 60" projetores multimídia, 60 telas de projeção, 12 conjuntos de equipamentos para laboratórios de ciências (microscópios, balança de precisão, pipetas e outros), 60 condicionadores de ar, 20 ventiladores de teto, 50 mesas para professores, 200 cadeiras estofadas fixas, 36 mesas redondas para salas de leitura, 40 quadros brancos/vidro, 25 estantes de aço para salas de aula/sala de leitura, 10 armários com trancas, 03 Playground, 06 arquivos de aço, 12 conjunto de mesas e banco para refeitório, 06 geladeiras duplex, 06 freezer vertical/horizontal, 06 fogões industrial com 4 bocas. | | Escolas | R\$ 150.000,00 | R\$ 157.200,00 | R\$ 172.920,00 | R\$ 174.476,28 |
| Serão adquiridos: 06 fornos elétricos industriais, 06 fornos elétricos com capacidade de 44 litros, 06 liquidificador industrial de 2 litros, 06 multiprocessador industrial de alimentos, 06 batedeiras planetárias, 16 bebedouros duplos, 03 conjuntos de Tabela de Basquete, 06 conjuntos de traves de futebol, 12 conjuntos para rede de vôlei e futebol, 100 cadeiras e 100 mesas para sala de informática, 150 computadores/notebook, 6 microondas com capacidade de 31L, 6 quadros interativos, 200 tablets, 06 contâiners,06 sistema de monitoramento, 06 cozinhas planejadas, entre outros conforme a necessidade. | | | | | | |
| Formação continuada / capacitação e cursos | | Escolas | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.440,00 | R\$ 34.584,00 | R\$ 34.895,26 |
| Construção e reformas | | Escolas | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.440,00 | R\$ 34.584,00 | R\$ 34.895,26 |
| Construção do ginásio de esportes - aproximadamente 1400 m² | | Escola Municipal São Roque | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ 250.000,00 |
| Cobertura da quadra aberta | | Escola Municipal São Roque | R\$ - | R\$ - | R\$ 250.000,00 | |
| Ampliação da Escola em aproximadamente 2000 m² | | Escola Municipal Prof. Nestor | R\$ 100.000,00 | R\$ 237.806,78 | R\$ 318.196,55 | R\$ 274.810,29 |
| Compra de terrenos para ampliação das instalações | | Escolas | | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Aquisição de gêneros alimentícios | | Escolas | R\$ 367.500,00 | R\$ 385.140,00 | R\$ 423.654,00 | R\$ 427.466,89 |
| Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar | | Escolas | R\$ 47.000,00 | R\$ 49.256,00 | R\$ 54.181,60 | R\$ 54.669,23 |
| Aquisição de Material escolar, pedagógico e esportivo | | Escolas | R\$ 35.000,00 | R\$ 36.680,00 | R\$ 40.348,00 | R\$ 40.711,13 |
| Aquisição de Material de limpeza e higiene pessoal | | Escolas | R\$ 50.000,00 | R\$ 52.400,00 | R\$ 57.640,00 | R\$ 58.158,76 |
| Material elétrico e material hidráulico | | Escolas | R\$ 25.000,00 | R\$ 26.200,00 | R\$ 28.820,00 | R\$ 29.079,38 |

| | | | | | | | | | | |
|--|-----------|----------------|--|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| Despesas com combustíveis e lubrificantes | | Escolas | R\$ | 35.000,00 | R\$ | 36.680,00 | R\$ | 40.348,00 | R\$ | 40.711,13 |
| Consumo de Energia Elétrica | | Escolas | R\$ | 130.000,00 | R\$ | 136.240,00 | R\$ | 149.864,00 | R\$ | 151.212,78 |
| Consumo de serviço de internet | | Escolas | R\$ | 55.000,00 | R\$ | 57.640,00 | R\$ | 63.404,00 | R\$ | 63.974,64 |
| Consumo de água | | Escolas | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 20.960,00 | R\$ | 23.056,00 | R\$ | 23.263,50 |
| Consumo de gás | | Escolas | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 20.960,00 | R\$ | 23.056,00 | R\$ | 23.263,50 |
| Despesas com serviços gráficos | | Escolas | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.480,00 | R\$ | 11.528,00 | R\$ | 11.631,75 |
| Despesas com Material de distribuição gratuita | | Escolas | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.480,00 | R\$ | 11.528,00 | R\$ | 11.631,75 |
| Locação de Imóveis, Máquinas e Equipamentos | | Escolas | | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Manutenção dos bens móveis e imóveis | | Escolas | R\$ | 100.000,00 | R\$ | 104.800,00 | R\$ | 115.280,00 | R\$ | 116.317,52 |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | | Escolas | R\$ | 11.290.000,00 | R\$ | 11.741.520,00 | R\$ | 12.745.672,00 | R\$ | 12.864.883,05 |
| Despesas com diárias, viagens, acomodações e hospedagens | | Escolas | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.480,00 | R\$ | 11.528,00 | R\$ | 11.631,75 |
| Despesas com manutenção de software | | Escolas | R\$ | 13.000,00 | R\$ | 13.624,00 | R\$ | 14.986,40 | R\$ | 15.121,28 |
| Manutenção de equipamentos de informática | | Escolas | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.480,00 | R\$ | 11.528,00 | R\$ | 11.631,75 |
| Manutenção de convênios, contratos e outros | | Escolas | R\$ | 110.000,00 | R\$ | 115.280,00 | R\$ | 126.808,00 | R\$ | 127.949,27 |
| Criação de equipe Multifuncional para atendimento dos alunos | | Escolas | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Despesas com Seguro, licenciamento, impostos e taxas sobre veículos | | Escolas | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 20.960,00 | R\$ | 23.056,00 | R\$ | 23.263,50 |
| Manutenção de veículos escolares/Transporte Escolar | | Escolas | R\$ | 292.000,00 | R\$ | 306.016,00 | R\$ | 336.617,60 | R\$ | 339.647,16 |
| Aquisição de 02 ônibus e 01 veículo VAN | | Escolas | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Código | Descrição | SEMED | | | | | | | | |
| 0.4000 | | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | | |
| Desenvolver ações que garantam o acesso das crianças em idade escolar, inclusive jovens e adultos | | | | | | | | | | |
| Tornar a Escola o espaço de constituição de conhecimento, integração social e afetiva, fortalecendo o elo familiar/ escola | | | | | | | | | | |
| Firmar convênios com entidades do governo Estadual e Federal | | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | EJA | | 25.000,00 | | 26.200,00 | | 28.820,00 | | 29.079,38 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios | EJA | | 3.000,00 | | 3.144,00 | | 3.488,40 | | 3.489,53 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar | EJA | | 1.000,00 | | 1.048,00 | | 1.152,80 | | 1.163,18 | |
| Despesas com material de expediente, materiais pedagógicos | EJA | | 1.000,00 | | 1.048,00 | | 1.152,80 | | 1.163,18 | |
| Formação continuada / capacitação e cursos | EJA | | 1.000,00 | | 1.048,00 | | 1.152,80 | | 1.163,18 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios | AEE | | 5.500,00 | | 5.764,00 | | 6.340,40 | | 6.397,46 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar | AEE | | 6.000,00 | | 6.288,00 | | 6.916,80 | | 6.979,05 | |
| Implantar o programa de repasse da Educação Especial | APAE | | - | | - | | - | | - | |
| Aquisição de material escolar | AEE | | 6.000,00 | | 6.288,00 | | 6.916,80 | | 6.979,05 | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | 13.118.000,00 | | 13.790.270,78 | | 15.305.906,95 | | 15.399.660,09 | |



PREFEITURA

de Timbó

PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS EDUCANDO PELA ARTE DO ENSINO FUNDAMENTAL


Diagnóstico/Metas/Indicadores

Os temas transversais são constituídos pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) e compreendem seis áreas: Ética (Respeito Mútuo, Justiça, Diálogo, Solidariedade), Orientação Sexual (Corpo: Matriz da sexualidade, relações de gênero, prevenções das doenças sexualmente Transmissíveis), Meio Ambiente (Os ciclos da natureza, sociedade e meio ambiente, manejo e conservação ambiental), Saúde (autocuidado, vida coletiva), Pluralidade Cultural (Pluralidade Cultural e a Vida das Crianças no Brasil, constituição da pluralidade cultural no Brasil, o Ser Humano como agente social e produtor de cultura, Pluralidade Cultural e Cidadania) e Trabalho e Consumo (Relações de Trabalho; Trabalho; Consumo, Meio Ambiente e Saúde; Consumo, Meios de Comunicação de Massas, Publicidade e Vendas; Direitos Humanos, Cidadania). Com sua característica vanguardista também no segmento educacional o Município de Timbó vem de longa data estabelecendo relações de ensino-aprendizagem que contemplem a assimilação dos PCN's. Neste aspecto damos destaque especial à abordagem dos temas relacionados à cultura, onde nas escolas são fomentadas nos alunos iniciativas como aula de música e artes.


| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|---|--|---|----------------|----------------|----------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 234 | Educando pela Arte do Ensino Fundamental | R\$ 200.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | | |
| | | Data | Índice | | |
| Nº de crianças atendidas | Indivíduo | 30/06/2017 | 400 alunos/mês | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: Construir espaço no Centro Integrado de Cultura para que os alunos de ensino fundamental realizem atividades artístico-culturais neste local no contraturno escolar | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1548 | Construção de espaço junto ao Centro Integrado de Cultura | R\$ 200.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Secretaria Municipal de Educação | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| | Construção de salas especializadas para desenvolvimento de atividades no Centro Integrado de Cultura | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Aporte de recursos para construção de espaço físico | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | |
| Regionalização | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Construção de salas para atendimento aos alunos do ensino fundamental no Centro Integrado de Cultura | | R\$ 200.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| | | R\$ 200.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | | | |

</

*** No momento não a previsão de áreas porém esta ação requer Estudos preliminares, anteprojeto, projeto e então, negociação com os proprietários

| | | | | | | | | | |
|---|--|-----------------------------------|---|----------------|----------------|--|--|--|--|
| <div><div>PROGRAMA DE GOVERNO</div></div> | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS TEMÁTICOS TIMBO EMPREENDEDO E PROFISSIONALIZANDO | | | | | | | | | |
| Diagnóstico/Metas/Indicadores | | | | | | | | | |
| O Departamento da Indústria, Comércio e Serviços, está vinculado à Secretaria de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços, sendo responsável pelas atividades que visam promover o crescimento da indústria, do comércio e de outros setores do terceiro setor - Prestação de Serviços. Trabalha em estreita colaboração com a Secretaria de Obras, para atender serviços de máquinas, macadame e barro entre outros e tendo também ações em colaboração com as demais secretarias municipais. Prioriza a qualificação e treinamento da mão de obra local, dando uma atenção especial ao ensino Profissional, Técnico, Universitário, além de promover projetos de qualificação em diversos segmentos em parcerias com entidades e órgãos de classe. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 252 | Timbó empreendendo e profissionalizando | R\$ 240.000,00 | R\$ 254.400,00 | R\$ 269.664,00 | R\$ 285.843,84 | | | | |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | | | | | |
| Descrição | | Unidade de Medida | Referência | | | | | | |
| | | | Data | Índice | | | | | |
| A Qualificação profissional e treinamento se faz necessária em nossa cidade, tanto para atender a pedidos de órgãos de classe e entidades, como forma de desenvolvimento constante e aprimoramento tecnológico. Sob esta vertente, torna-se subjetivo o estabelecimento de índices. | | | | | | | | | |
| Ensino Profissional Técnico - Cedup Timbó | | 4 Cursos - 150 alunos | 31/05/2017 | | | | | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | | | | | |
| Código da Ação | Descrição | | | | | | | | |
| 2552 | PROMOÇÃO DO ENSINO PROFISSIONAL E TÉCNICO | | | | | | | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | |
| 0.7000 | Departamento da Indústria, Comércio e Serviços | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | |
| Implantação de no mínimo 5 (cinco) novos cursos técnicos em parceria com Cedup Timbó | | | | | | | | | |
| Promover parceria com entidades der classe para atender a Indústria, comércio e serviços, principalmente com CDL, ACIMVI, AMPE, SINE, CEDUP, SENAC, SENAI, SEST - SENAT. | | | | | | | | | |
| Firmar parceria com Secretarias, como Assistência Social e Educação, para a criação de um balcão de empregos e cursos emergenciais de qualificação profissional que promovam emprego e renda | | | | | | | | | |
| Incentivo de cursos rápidos e palestras para MEI'S e M.E. cursos de informática básica para comunidade, via Telecentro | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| Qualificação profissional da Indústria, Comercio e Serviços com Cursos, palestras, seminários e Feiras | | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | | | | |
| Investimento e apoio na Criação de Novos Cursos Profissionais Técnicos "Cedup Timbó" em parceria | | R\$ 90.000,00 | R\$ 95.400,00 | R\$ 101.124,00 | R\$ 107.191,44 | | | | |
| Fornecer incentivos Econômicos como máquinas, cargas de macadame/barro em parceria com a | | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - | | | | |
| Manutenção de Cursos de informática, novos Cursos de nqualificação via Telecentro | | R\$ 35.000,00 | R\$ 37.100,00 | R\$ 39.326,00 | R\$ 41.685,56 | | | | |
| Cursos emergenciais para Promover Trabalho e Renda e criação de um balcão de empregos | | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ 17.865,24 | | | | |
| OBJETIVO 2: | | | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| R\$ 50.000,00 | | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2553 | PROMOÇÃO DO ENSINO SUPERIOR | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 | | | | |

| | | | | | | | | | |
|--|--|--|--|--|----------------|----------------|----------------|--|--|
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | |
| Código | | Descrição | | | | | | | |
| 0.7000 | | Departamento da Indústria, Comércio e Serviços | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | |
| Criação de um Polo Tecnológico em parceria com Entidades públicas e privadas | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| | | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| Projeto Tecnológico Inova Timbó | | Município | | R\$ 50.000,00 | 53.000,00 | 56.180,00 | 59.550,80 | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | | R\$ 240.000,00 | R\$ 254.400,00 | R\$ 269.664,00 | R\$ 285.843,84 | | |



PROGRAMA DE GOVERNO

Prefeitura de Timbó

PROGRAMAS TEMÁTICO CIDADE EM OBRAS

Diagnóstico/Metas/Indicadores

em áreas centrais, centro de bairros, áreas industriais, ou ainda ruas importantes, onde o crescimento habitacional e comercial é visível. A maioria das vias que demandam pavimentação também necessitam de

1. Descrição do Programa

Código

261

Título

OBRAS PÚBLICAS

2018

14.809.075,00

2019

21.741.746,00

2020

21.071.897,96

2021

23.178.064,79

1.1 Valor do Programa 2018 a 2021

1.2. Indicadores vinculados ao Programa

Descrição

Unidade de Medida

Data

Referência

Índice

PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E

Unidade

28/06/2017

100 ruas

PONTES E OBRAS DE ARTE

Unidade

28/06/2017

3 pontes

ESPAÇOS PÚBLICOS

Unidade

28/06/2017

4 praças

APOIO A AGRICULTURA

Famílias

28/06/2017

528 famílias

ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TIMBÓ

Unidade

28/06/2017

500 lâmpadas de LED

2. Objetivos do Programa:

Código

1565

Descrição

VIAS PÚBLICAS COM PAVIMENTAÇÕES, DRENAGENS, CALÇADAS E CICLOVIAS

1.3.2 Metas (2018 a 2021):

Pavimentação de vias urbanas contempladas no programa de pavimentação. Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades. Realizar todas as intervenções para a melhora da infraestrutura em vias urbanas e rurais. Pavimentações de vias urbanas contempladas no programa de pavimentação. Recuperar, implementar e implantar drenagem pluvial de vias urbanas e outros necessários para o desempenho das atividades. Fazer calçadas, cicloviárias, passarelas e outros para adequar as vias públicas.

1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021)

Regionalização

Valor das Metas 2018 a 2021

2018

2019

2020

2021

R\$

5.314.875,00

R\$

12.022.836,00

R\$

10.402.907,86

R\$

12.240.953,78

3. Objetivos do Programa:

Código

1566

Descrição

Pontes e obras de arte

1.3.2 Metas (2018 a 2021):

Terraplanagem do acesso e construção de ponte em concreto armado ligando os bairros Dona Clara e Pe. Martinho Stein (ROD. SC-477 e Rod SC-416); revitalização do acesso até o Morro Azul (início no Mulde Baixa até a Muide Alta); revitalização do acesso ao Morro do Araçongas; revitalização do Jardim Botânico; Melhoria do acesso a localidade de Rio Fortuna, Tifa Bom Jesus, Tifa Ruthmann, Tifa Krueger, Tifa Heinig, Tifa Colley, Tifa Krieser, Tifa Morgeland, Tifa Schmidt.

1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021)

Regionalização

Valor das Metas 2018 a 2021

2018

2019

2020

2021

R\$

4.800.000,00

R\$

5.040.000,00

R\$

5.594.400,00

R\$

5.644.749,60

4. Objetivos do Programa:


Código


1567

Descrição

ESPAÇOS PÚBLICOS

| | | | | | | | |
|---|--|--|-------------------|--|-------------------|--|--|
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | |
| Construir instalações para a secretaria de obras, revitalizar e urbanizar as praças e espaços públicos e outros necessários para o desempenho das atividades. Ampliação, revitalização e reurbanização das praças e parques, cemitérios, passeios públicos, espaços públicos, ciclovia e demais espaços públicos similares. | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | | Valor das Metas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| | | R\$ 1.500.000,00 | R\$ 1.575.000,00 | R\$ 1.748.250,00 | R\$ 1.763.984,25 | | |
| 5. Objetivos do Programa: | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | |
| 2562 | APOIO A AGRICULTURA | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | |
| Aumentar a renda dos agricultores. Dinamizar a assistência técnica, melhorando as condições de prestação de serviços da secretaria, sem prejuízo ao meio ambiente, com consciência e organização do | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | | Valor das Metas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| | Prestação de serviços de assistência tecnica e extensão rural (EPAGRI) | R\$ 155.000,00 | R\$ 162.750,00 | R\$ 180.652,50 | R\$ 182.278,37 | | |
| | Programa de controle do mosquito borrachudo | R\$ 39.200,00 | R\$ 41.160,00 | R\$ 45.687,60 | R\$ 46.098,79 | | |
| 4. Descrição do Programa | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| 2564 | ILUMINAÇÃO PÚBLICA DE TIMBO | R\$ | | | 12.300.000,00 | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Metas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| | Material e serviços para manutenção e ampliação da rede de Iluminação Pública e outros necessários | R\$ 2.800.000,00 | R\$ 2.900.000,00 | R\$ 3.100.000,00 | R\$ 3.300.000,00 | | |
| | 1 caminhão iluminação pública com muck com cesto | R\$ 200.000,00 | | | | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 14.809.075,00 | R\$ 21.741.746,00 | R\$ 21.071.897,96 | R\$ 23.178.084,79 | | |

| | | | | | | | | | |
|---|---|-----------------------------------|------------|------|------------|------|-----------|-----|-----------|
| PROGRAMA DE GOVERNO | | | | | | | | | |
| <div><div>Prefeitura
de Timbó</div></div> | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS TEMÁTICOS: HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBO - FHT | | | | | | | | | |
| Diagnóstico/Metas/Indicadores | | | | | | | | | |
| Está em fase de conclusão o projeto de habitação de interesse social, o PMCMV Empreendimentos Araponguinhas I e II, localizado na Rua Bruno Reinicke, s/n, Bairro Araponguinhas, que beneficiará 128 famílias, financiado pelo governo federal. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição do Programa: | | | | | | | | | |
| Código | Título | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| 275 | HABITAÇÃO POPULAR DE TIMBO - FHT | R\$ | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| | | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 26.500,00 | R\$ | 28.090,00 | R\$ | 29.775,40 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | | | | | |
| Descrição | | Unidade de Medida | Data | | Referência | | | | |
| | | | | | Índice | | | | |
| EMPREENDIMENTO - PMCMV -ARAPONGUINHAS I E II | | FAMÍLIA | 02/06/2017 | | 128 | | | | |
| PROJETO TÉCNICO SOCIAL | | FAMÍLIA | 02/06/2017 | | 128 | | | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| 2580 | Gestão e manutenção do FHT | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 26.500,00 | R\$ | 28.090,00 | R\$ | 29.775,40 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Secretaria de Assistência Social | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | |
| 0.16000 | Fundo Municipal de Saúde e Assistência Social | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | |
| Firmar convênios junto ao Governo Federal e Caixa Econômica para ampliação do PMCMV de interesse Social | | | | | | | | | |
| Continuação do contrato de execução do PTTS | | | | | | | | | |
| Implantação do Cartão Reforma de Unidade Habitacional | | | | | | | | | |
| Contratação de empresa para executar o PTTS | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | | | | | |
| Regionalização | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| Contratação de empresa para executar o PTTS | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Continuação do contrato de execução do PTTS | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Estudos e diagnósticos para o Plano de Habitação | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Cartão Reforma | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Projetos de Casas Populares | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Transferência de recurso | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Manutenção do FHT | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Imóveis e Instalações | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Contratação de empresa para elaboração e execução do PTTS | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Contratar empresa para estudos e diagnostics e eleaboração do plano de habitação | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ | 25.000,00 | R\$ | 26.500,00 | R\$ | 28.090,00 | R\$ | 29.775,40 |



PROGRAMA DE GOVERNO

Prefeitura de Timbó

PROGRAMAS TEMATICOS ATENÇÃO BASICA

O município de Timbó possui dez Unidades de Saúde da Família (USF), uma unidade de Saúde da Família Avançada e doze equipes da saúde da família que ofertam serviços em atenção básica, a porta de entrada principal do usuário. As demandas que não podem ser resolvidas na Atenção Básica são referenciadas para a média e/ou alta complexidade: Policlínica de Referências, CAPS, Tratamento Fora de Domicílio, Pronto Socorro, Hospital e Maternidade Oase, e Serviço Social. As equipes de saúde da família são compostas por: um médico, um enfermeiro, dois a três técnicos/auxiliares de enfermagem, quatro a oito Agentes Comunitários de Saúde, um cirurgião dentista e um auxiliar de consultório dentário. Todos cumprem uma carga horária de 40 horas semanais. Complementando as equipes, o município ainda conta com profissionais psicológicos em todas as Unidades de Saúde, dois enfermeiros e dois médicos que dão o suporte necessário às equipes com maior demanda. Os dois núcleos de Apoio à Saúde da Família fortalecem as ações das equipes, contando com profissionais das mais diversas áreas do saber: nutricionista, fisioterapeuta, psicólogo, fonocardiologista, farmacêutico, assistente social, educador físico. O controle se dá através dos conselhos locais de saúde presentes em sete USF e o conselho municipal de saúde.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--|---|-----------------------------------|--|-------------------|-------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 310 | ATENÇÃO BASICA | R\$ 13.170.000,00 | R\$ 13.883.200,00 | R\$ 14.239.823,98 | R\$ 14.716.482,66 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | Índice | |
| | | Data | | | |
| Cobertura ESF | 98% | 2017 | | SISPACTO | |
| Cobertura ESB | 83% | 2017 | | SISPACTO | |
| Cobertura NASF | 100% | 2017 | | SISPACTO | |
| 1.3. Objetivos do Programa: Ampliação da cobertura de ESF | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2620 | MANUTENÇÃO ESTRATÉGIA DE SAÚDE DA FAMÍLIA | R\$ 7.380.000,00 | R\$ 7.822.800,00 | R\$ 8.289.599,98 | R\$ 8.707.245,22 |
| 1621 | CONSTRUÇÃO, REFORMA E AMPLIAÇÃO DE USF | R\$ 600.000,00 | R\$ 650.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 20.000,00 |
| 1622 | MODERNIZAÇÃO DAS USF | R\$ 200.000,00 | R\$ 253.000,00 | R\$ 268.180,00 | R\$ 284.270,80 |
| 1623 | AQUISIÇÃO DE IMÓVEIS PARA USF | R\$ 200.000,00 | R\$ 80.000,00 | R\$ - | R\$ - |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1500 | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| <p>Manter a ESF e ampliar sua cobertura de atuação observando as mudanças sociodemográficas, almejando a abrangência de 100% de cobertura. Tornar rotina as autoavaliações das equipes sobre o acesso e a qualidade da atenção prestada, conseguidas através de educação permanente. Fortalecer as ações da rede cegonha no município. Desenvolver ações para ampliar a promoção da saúde, a prevenção de doenças e a qualificação do cuidado às pessoas com doenças crônicas.</p> | | | | | |
| <p>Implementar ações da Política Nacional de Práticas Integrativas e Complementares no município.</p> | | | | | |
| <p>Aumentar a sensibilidade dos profissionais da ESF para as questões de saúde mental.</p> | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | |

| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|-----------------------------|-------------------------------|--|------------------|------------------|
| Reforma UBS | | R\$ 200.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ - |
| Construção UBS | | R\$ 200.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ - | R\$ - |
| Ampliação UBS | | R\$ 200.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 20.000,00 |
| Aquisição de imóveis | | R\$ 200.000,00 | R\$ 80.000,00 | R\$ - | R\$ - |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | | R\$ 6.500.000,00 | R\$ 6.890.000,00 | R\$ 7.300.831,98 | R\$ 7.659.151,14 |
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MEDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. | | R\$ 150.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 212.000,00 | R\$ 224.720,00 |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. | | R\$ 400.000,00 | R\$ 424.000,00 | R\$ 449.440,00 | R\$ 476.406,40 |
| Aquisição de veículos | | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 |
| MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; | | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 |
| Manutenção de ações de Educação Permanente | | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | R\$ 35.730,48 |
| Aquisição de EPI (equipamento de proteção individual) | | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINARIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAUDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTADIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICIPIO. | | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ 17.865,24 |
| Outras despesas variáveis | | R\$ 300.000,00 | R\$ 318.000,00 | R\$ 337.080,00 | R\$ 357.304,80 |
| Proporcionar acessibilidade a todos os usuários nas ESF's. | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Aquisição de material didático para educação permanente | | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| OBJETIVO 2: Ampliar cobertura de saúde bucal | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2621 | MANUTENÇÃO SAUDE BUCAL | R\$ 2.590.000,00 | R\$ 2.745.400,00 | R\$ 2.910.124,00 | R\$ 3.084.731,44 |
| 1624 | MODERNIZAÇÃO DA SAUDE BUCAL | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1500 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Acompanhar ampliação de cobertura da ESF, considerando perfis sociais e epidemiológicos; | | | | | |
| Melhorar a razão entre tratamentos concluídos e primeiras consultas odontológicas programadas. | | | | | |
| Diminuir incidência de cáries e doenças bucais; Diminuir número de exodontia de dentes permanentes; | | | | | |
| Ampliar ações preventivas na comunidade e escolas; | | | | | |
| Tornar rotina as autoavaliações das equipes sobre o acesso e qualidade da atenção. | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |

| | | | | | | | | | |
|--|--|---|----------------|----------------|----------------|-----|--------------|-----|--------------|
| Promover ações intersetoriais com o fortalecimento de ações de promoção e prevenção em SB | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Promover ações de Educação Permanente para as equipes de SB | | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.900,00 | R\$ | 16.854,00 | R\$ | 17.865,24 |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | | R\$ | 2.500.000,00 | R\$ | 2.650.000,00 | R\$ | 2.809.000,00 | R\$ | 2.977.540,00 |
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. | | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINÁRIO, CONFERÊNCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAÚDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTÁDIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO. | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Outras despesas variáveis | | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 53.000,00 | R\$ | 56.180,00 | R\$ | 59.550,80 |
| EPI (uniforme, óculos,...) | | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| OBJETIVO 3: Ampliar a cobertura do NASF de acordo com a ampliação do número de euipes de Saúde da Família. | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2622 | MANUTENÇÃO DO NUCLEO DE APOIO A SAUDE DA FAMILIA | R\$ 460.000,00 | R\$ 487.600,00 | R\$ 516.856,00 | R\$ 547.867,36 | | | | |
| 1625 | MODERNIZAÇÃO DO NASF | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 | | | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | |
| 1500 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | |
| Ampliar e fortalecer ações compartilhadas entre NASF e ESF; Avaliar constantemente a composição das equipes NASF de acordo com as necessidades epidemiológicas; agregar novas categorias profissionais de acordo com a portaria do NASF; Tornar rotina as autoavaliações das equipes sobre o acesso e a qualidade da atenção prestada, conseguidas através da Educação Permanente; aumentar o número de consultas compartilhadas entre NASF e ESF; Planejar ações em conjunto com as equipes de saúde da família; construir agendas compartilhadas com as ESF. | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| Regionalização | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | | |
| | R\$ - | R\$ | R\$ | R\$ | | | | | |
| | R\$ - | R\$ | R\$ | R\$ | | | | | |
| | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 | | | | | |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|-------------------------------|--|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|--------------|---------------|
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. | | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 | |
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; | | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 | |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. | | R\$ | 30.000,00 | R\$ | 31.800,00 | R\$ | 33.708,00 | R\$ | 35.730,48 | |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | | R\$ | 400.000,00 | R\$ | 424.000,00 | R\$ | 449.440,00 | R\$ | 476.406,40 | |
| Fortalecer ações de matriciamento (pedagógico e gerencial) | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | |
| OBJETIVO 4: Manutenção das atividades dos Agentes Comunitários de Saúde. | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | | |
| Código | O | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| 2623 | MANUTENÇÃO DOS AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE | R\$ | 1.690.000,00 | R\$ | 1.791.400,00 | R\$ | 1.898.884,00 | R\$ | 2.012.817,04 | |
| 1626 | MODERNIZAÇÃO DAS AÇÕES DOS AGENTES COMUNITARIOS | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | | |
| Código | | Descrição | | | | | | | | |
| 1500 | | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | | |
| Manter e/ou ampliar a cobertura de serviço dos ACS de acordo com o crescimento demográfico. | | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| Promover curso de formação de ACS | | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Aquisição de EPI (bolsa, protetor solar, uniforme, sapato,...) | | | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 |
| Manutenção de equipamentos de informática | | | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.900,00 | R\$ | 16.854,00 | R\$ | 17.865,24 |
| OUTRAS DESPESAS MANUTENÇÃO | | | R\$ | 190.000,00 | R\$ | 201.400,00 | R\$ | 213.484,00 | R\$ | 226.293,04 |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | | | R\$ | 1.460.000,00 | R\$ | 1.547.600,00 | R\$ | 1.640.456,00 | R\$ | 1.738.883,36 |
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. | | | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | R\$ | 13.170.000,00 | R\$ | 13.883.200,00 | R\$ | 14.239.823,98 | R\$ | 14.716.482,66 |

PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS GESTÃO DA MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE

Diagnóstico:

A média complexidade ambulatorial e hospitalar é composta por ações e serviços que visam atender aos principais problemas e agravos de saúde da população, cuja complexidade da assistência na prática clínica demande a disponibilidade de profissionais especializados e a utilização de recursos tecnológicos, para o apoio diagnóstico e tratamento.


O município conta com estrutura de média complexidade de policlínica, hospital de pequeno porte, UTI Adulta, Pronto Socorro, Agência transfusional de sangue, Tratamento Renal, APAE, Rede feminina de combate ao câncer, SAMU, CAPS.

A Policlínica conta com 24 Especialidades médicas, 13 especialidades não médicas, Secretaria de Saúde – Administração, Controle e Avaliação, TFD - Tratamento Fora do Domicílio para agendamento de Consultas, Procedimento e Cirurgias, Grupo de orientação para Casais Grávidos, orientações de Planejamento familiar, NEPSHU - Núcleo de Educação Permanente em Saúde e Humanização, Atendimento Odontológico, CENTRUS - Central de Relacionamento Com Pacientes, Setor de Frotas, Exames de diagnóstico (Raio x odontológico, Eletrocardiograma, Fisioterapia, ultrassonografia, Raio x, colposcopia), SAMU, CAPS e ainda tercerizamos os serviços de fisioterapia, exames laboratoriais, especialidades médicas, Urgência e Emergência, Sobreaviso Médico, Sobreaviso de exames de diagnóstico.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | |
|--|--|-----------------------------------|---|-------------------|-----------------------|----------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 311 | GESTÃO DA MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E | R\$ 12.442.349,50 | R\$ 13.029.890,47 | R\$ 13.811.683,90 | R\$ 14.640.384,93 | |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | | |
| DE | Unidade de Medida | Referência | | Índice | | |
| | | Data | | | | |
| | 24 | 2017 | | | Obstech | |
| | 12 | 2017 | | | nº ABSOLUTO/ SISPACTO | |
| OBJETIVO 4: MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 2624 | MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO MAC - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE | R\$ 6.230.349,50 | R\$ 6.604.170,47 | R\$ 7.000.420,70 | R\$ 7.420.445,94 | |
| 1627 | MODERNIZAÇÃO DA MÍDIA E ALTA COMPLEXIDADE | R\$ 525.000,00 | R\$ 556.500,00 | R\$ 589.890,00 | R\$ 625.283,40 | |
| Código | | Descrição | | | | |
| 1500 | | FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| Desenvolver parcerias público privado para melhorar o atendimento as diversas demandas do SUS | | | | | | |
| Evoluir no Investimento de tecnologia da informação e comunicação para o desenvolvimento das atividades no SUS | | | | | | |
| DISPOR DE FROTA DE VEÍCULOS PARA ATENDER AOS USUÁRIOS ELETIVOS DENTRO E FORA DO MUNICÍPIO; | | | | | | |
| DISPONIBILIZAR ACESSO A REDE DE CUIDADOS A PESSOA COM DEFICIÊNCIA | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE | | | R\$ 40.000,00 | R\$ 42.400,00 | R\$ 44.944,00 | R\$ 47.640,64 |
| Aquisição de veículos | | | R\$ 225.000,00 | R\$ 238.500,00 | R\$ 252.810,00 | R\$ 267.978,60 |
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, ODONTOLÓGICO, | | | R\$ 300.000,00 | R\$ 318.000,00 | R\$ 337.080,00 | R\$ 357.304,80 |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, | | | R\$ 70.000,00 | R\$ 74.200,00 | R\$ 78.662,00 | R\$ 83.371,12 |

| | | | | | | | | |
|---|---|--------------------------|------------------|------------------|-------|--------------|-------|--------------|
| REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO. | R\$ | 20.349,50 | R\$ | 21.570,47 | R\$ | 22.864,70 | R\$ | 24.236,58 |
| ADEQUAR AS ESTRUTURA FÍSICAS PARA O ACESSO DAS PESSOAS COM | R\$ | 100.000,00 | R\$ | 106.000,00 | R\$ | 112.360,00 | R\$ | 119.101,60 |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | R\$ | 5.700.000,00 | R\$ | 6.042.000,00 | R\$ | 6.404.520,00 | R\$ | 6.788.791,20 |
| OUTRAS DESPESAS MANUTENÇÃO | R\$ | 200.000,00 | R\$ | 212.000,00 | R\$ | 224.720,00 | R\$ | 238.203,20 |
| CONVENIAR INSTITUIÇÕES/ ENTIDADES PARA A MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES | R\$ | 100.000,00 | R\$ | 106.000,00 | R\$ | 112.360,00 | R\$ | 119.101,60 |
| OBJETIVO 2: | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| 2625 | MANUTENÇÃO DO SAMU - SERVIÇO DE ATENDIMENTO MOVEL DE URGÊNCIA | R\$ 175.000,00 | R\$ 185.500,00 | R\$ 196.630,00 | R\$ | 208.427,80 | | |
| 1628 | OBRAS E INSTALAÇÕES DO SAMU | R\$ 150.000,00 | R\$ - | R\$ - | R\$ - | - | R\$ - | - |
| 1629 | MODERNIZAÇÃO DO SAMU | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ | 17.865,24 | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | |
| 1500 | | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | |
| ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO DE TIMBO E DOS MUNICIPIOS VIZINHOS (RIO DOS CEDROS, BENEDITO NOVO, DR. PEDRINHO) ATRAVÉS DA CENTRAL DE REGULAÇÃO DO SAMU LOCALIZADA EM BLUMENAU; | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | | | | |
| Regionaliza | 2018 | | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| ção | R\$ | 150.000,00 | R\$ - | R\$ - | R\$ - | - | R\$ - | - |
| | R\$ | 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ | 17.865,24 | | |
| | R\$ | 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 | | |
| | R\$ | 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 | | |
| | R\$ | 170.000,00 | R\$ 180.200,00 | R\$ 191.012,00 | R\$ | 202.472,72 | | |
| | R\$ | 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 | | |
| | R\$ | 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 | | |
| OBJETIVO 5: | | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | |
| 2626 | MANUTENÇÃO DA PARCERIA COM HOSPITAL OASE | R\$ 5.020.000,00 | R\$ 5.321.200,00 | R\$ 5.640.472,00 | R\$ | 5.978.900,32 | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | |
| 1500 | | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | |
| ADOTAR AÇÕES QUE VISEM O FORTALECIMENTO DO HOSPITAL OASE; | | | | | | | | |
| Desenvolver parcerias público privado para melhorar o atendimento as diversas demandas do SUS | | | | | | | | |

| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionaliza
ção | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
|--|--|--|-------------------|-------------------|-------------------|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| MANTER, AMPLIAR, ADEQUAR O SERVIÇO DE ATENDIMENTO A URGÊNCIA E EMERGÊNCIA, SOBREAVISO MÉDICO E EXAMES DE DIAGNÓSTICO NO HOSPITAL OASE; | | R\$ 4.000.000,00 | R\$ 4.240.000,00 | R\$ 4.494.400,00 | R\$ 4.764.064,00 |
| MANTER, AMPLIAR, ADEQUAR A DISPONIBILIDADE DE ESPECIALIDADES | | R\$ 900.000,00 | R\$ 954.000,00 | R\$ 1.011.240,00 | R\$ 1.071.914,40 |
| MANTER O SERVIÇO DE LAVANDERIA | | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| CONSTRUÇÃO DA UTÍNEO NATAL | | R\$ 100.000,00 | R\$ 106.000,00 | R\$ 112.360,00 | R\$ 119.101,60 |
| OBJETIVO 5: | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2627 | MANUTENÇÃO DO CAPS - CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSOCIAL | R\$ 317.000,00 | R\$ 336.020,00 | R\$ 356.181,20 | R\$ 377.552,07 |
| 1630 | MODERNIZAÇÃO DO CAPS | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1500 | | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| IMPLEMENTAR UM POLÍTICA DE PREVENÇÃO AO USO DE ALCOOL E DROGAS ARTICULADA COM A SEGURANÇA PÚBLICA | | | | | |
| Desenvolver parcerias público, privado para melhorar o atendimento as diversas demandas do SUS | | | | | |
| AÇÕES DE MATRICIAMENTO REALIZADAS POR CAPS COM EQUIPE DE ATENÇÃO BÁSICA | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionaliza
ção | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| ATENDIMENTO/ ACOlhIMENTO AOS USUÁRIOS DE ALCOOL E DROGAS | | R\$ 30.000,00 | R\$ 31.800,00 | R\$ 33.708,00 | R\$ 35.730,48 |
| DIPONIBILIZAR ACESSO A REDE DE ATENDIMENTO AOS DEPENDENTES QUÍMICOS E PSICOSOCIAIS EM HOSPITAIS DE REFERÊNCIA E CLÍNICAS | | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| ADQUIZIÇÃO/ MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS; | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| AQUIZIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MÉDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. | | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| AQUIZIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIENE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. | | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, | | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 |
| ENCONTRO DOS PROFISSIONAIS DE SAUDE MENTAL DE TODA A REDE DE ATENDIMENTO | | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | | R\$ 250.000,00 | R\$ 265.000,00 | R\$ 280.900,00 | R\$ 297.754,00 |
| Outras Despesas de Manutenção | | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| ATENDER OS AOS USUÁRIOS DE SAUDE MENTAL COM EQUIPE | | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 12.442.349,50 | R\$ 13.029.890,47 | R\$ 13.811.683,90 | R\$ 14.640.384,93 |



Prefeitura

de Timbó

PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS ASSISTENCIA FARMACEUTICA, SUPORTE PROFILATICO E TERAPEUTICO

Diagnóstico:

O município de Timbó presta atendimento a usuários do Sistema Único de Saúde em 11 unidades de saúde de referência em especialidades médicas e afins, onde possui postos de distribuição de medicamentos. A relação de Medicamentos do Município (REMUME) conta atualmente com 182 itens incluindo medicamentos da atenção básica, antibióticos e controlados pela portaria 344/98 da ANVISA. O município possui 2 farmacêuticos, sendo um deles lotado no NASF e outro na Farmácia Central, onde são dispensados, além dos medicamentos presentes na REMUME, aqueles oriundos do Estado pelo componente Especializado e via Processo Judicial.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--------------------------|---|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 312 | ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA, SUPORTE PROFILATICO E TERAPEÚTICO | R\$ 1.200.000,00 | R\$ 1.272.000,00 | R\$ 1.348.320,00 | R\$ 1.429.219,20 |

1.2. Indicadores vinculados ao Programa

| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | Índice |
|--|-------------------|------------|--|--|
| | | Data | | |
| Número de pacientes atendidos em consultas por profissionais farmacêuticos | 0 pacientes | 2017 | | Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social |
| Média do volume de medicamentos vencidos por ano | 117 kg | 2015/2016 | | Vigilância Sanitária Municipal |

1.3. Objetivos do Programa:

OBJETIVO 1:

| Descrição | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
|-----------|--|-------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Código | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2628 | MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO FARMACÊUTICA | R\$ 1.180.000,00 | R\$ 1.250.800,00 | R\$ 1.325.848,00 | R\$ 1.405.398,88 |
| 1631 | MODERNIZAÇÃO DA ASSISTENCIA FARMACEUTICA | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |

1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo:

| Código | Descrição |
|--------|--------------------------|
| 1500 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE |

1.3.2 Metas (2018 a 2021):

Implementar a atenção farmacêutica aos usuários do sistema público de saúde do município;

Desvinculação dos programas estaduais de fornecimento de medicamentos (componente estratégico e especializado) e medicações judiciais do Estado da dispensação de medicamentos fornecidos

Aproximar os profissionais farmacêuticos da média complexidade e baixa complexidade

Otimização do gasto com a compra de medicamentos

Desenvolver parcerias público privado para melhorar o atendimento as diversas demandas do SUS


REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINARIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS AREAS DA SECRETARIA DE SAUDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTADIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS FORA DO MUNICÍPIO.

MANTER/ AMPLIAR ATENDIMENTO SOCIAL EM SAUDE AOS USUÁRIOS DO SUS;

Evoluir no Investimento de tecnologia da informação e comunicação para o desenvolvimento das atividades no SUS

| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
|---------------------------------|----------------|---|------|------|------|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |

| | | | | | | | | |
|---|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|------------|---------------------|
| Realizar campanhas para o uso racional de medicamentos | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.120,00 | R\$ | 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 |
| Realizar juntamente com a equipe do NASF consultas farmacêuticas para avaliação da adesão e realização correta dos tratamentos | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Reformulação de espaços adequados para a atenção farmacêutica | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Reformulação dos espaços para a dispensação e atenção farmacêutica para os componentes estratégico e especializado assim como medicação judicial. | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Aquisição de equipamentos para as farmácias centrais e das unidades de saúde | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 |
| Melhorar o acesso ao medicamento de pacientes com dificuldade de locomoção/acamados | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Estabelecer reuniões periódicas com os farmacêuticos da atenção básica e média complexidade | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Educação permanente dos profissionais farmacêuticos | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.180,00 | R\$ | 3.370,80 | R\$ | 3.573,05 |
| Fornecer medicamentos não constantes da listagem padronizada da Farmácia Básica do SUS, Secretaria de Saúde, destinados aos usuários do Sistema Único de Saúde (SUS) ou cidadãos em situação de risco social. | R\$ | 448.000,00 | R\$ | 474.880,00 | R\$ | 503.372,80 | R\$ | 533.575,17 |
| Manter/renovar contratos, convênios e ajustes com instituições, fundações e ONGs para compra de medicamentos através do CISAMMVI (Consórcio intermunicipal de Saúde do Médio Vale do Itajaí). | R\$ | 720.000,00 | R\$ | 763.200,00 | R\$ | 808.992,00 | R\$ | 857.531,52 |
| Implementar sistema de controle de estoque por leitor de código de barras | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Criação de uma comissão para reavaliação periódica da REMUME | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Implementação, juntamente com as equipes do NASF de terapias alternativas | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.120,00 | R\$ | 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 |
| TOTAL DO PROGRAMA | R\$ | 1.200.000,00 | R\$ | 1.272.000,00 | R\$ | 1.348.320,00 | R\$ | 1.429.219,20 |



PREFEITURA

de Timbó

PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS VIGILANCIA EM SAUDE


Diagnóstico:

A Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social possui inserida em seu contexto de trabalho o serviço de Vigilância em Saúde, responsável pela observação contínua da distribuição e tendências da incidência de doenças ou agravos, mediante a coleta sistemática, consolidação e avaliação de informes de morbidade e mortalidade, assim como, supervisiona e controla os programas designados pelo MS (DST/AIDS, TB, Hanseníase, Combate ao transmissor da dengue, SISAGUA, GAL, etc); executa ações de monitoramento de endemias e epidemias; investiga doenças ou agravos de notificação compulsória, e outras atividades afins, sendo sua área de atuação os usuários e estabelecimentos do município, independentemente dos graus de complexidade. Executa um conjunto de ações capazes de diminuir, eliminar ou prevenir riscos e intervir nos problemas sanitários decorrentes da produção e circulação de produtos e serviços e do meio ambiente, objetivando a proteção da saúde da população.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--|--|--|------------------|------------------|------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 313 | VIGILANCIA EM SAUDE | R\$ 1.180.000,00 | R\$ 1.250.800,00 | R\$ 1.325.848,00 | R\$ 1.405.398,88 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Data | Referência | | |
| | | | Índice | | |
| PERCENTUAL DE MUNICÍPIOS QUE REALIZAM NO MÍNIMO SEIS GRUPOS DE AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA, CONSIDERADAS NECESSÁRIAS A TODOS OS MUNICÍPIOS. (SISPACTO) | 100 | 2016 | % | | |
| Número de procedimentos realizados anualmente pela Vigilância Epidemiológica | 6767 | 2016 | OLOSTECH | | |
| Cobertura vacinal <2 anos | 95 | 2017 | % | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2629 | MANUTENÇÃO VIGILANCIA SANITARIA | R\$ 395.000,00 | R\$ 418.700,00 | R\$ 443.822,00 | R\$ 470.451,32 |
| 1632 | MODERNIZAÇÃO DA VIGILANCIA SANITARIA | R\$ 55.000,00 | R\$ 58.300,00 | R\$ 61.798,00 | R\$ 65.505,88 |
| 1633 | OBRAS E INSTALAÇÕES - VIGILANCIA SANITARIA | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 59.550,80 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1500 | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Manter os serviços de vigilância sanitária existentes, visando promover, fortalecer as importantes áreas norteadoras e prioritárias para saúde pública. | | | | | |
| Desenvolver parcerias público privado para melhorar o atendimento as diversas demandas do SUS | | | | | |
| Manter a estruturação destas áreas/programas para atender/cumprir 100% da demanda existente | | | | | |
| Manter a estruturação da área de saúde do trabalhador para atender 100% da demanda | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | | Valor das iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |

| | | | | | | | | | | |
|--|---|-------------|-------------|-------------|-------------|------------|-----|------------|-----|------------|
| Manter organizados através das áreas/programas de interesse de saúde, saúde do trabalhador, Farmacovigilância, Vigigra, Vigidesastres, Vigipeq, Pharos, Notivisa. | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Confeccionar materiais educativos | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.120,00 | R\$ | 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 | R\$ | 2.382,03 |
| Manter o serviço de sobreaviso 24 horas | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Promover o fortalecimento das ações que visem à promoção da intersectoriedade | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Promover a área de saúde do trabalhador, desenvolvendo as atividades que visam à redução do adoecimento e dos acidentes nas diversas frentes de trabalho. | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Intensificar as ações de formação de recursos humanos, objetivando a formação continuada. | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 | R\$ | 1.191,02 |
| Padronizar o atendimento as denúncias e reclamações das diversas situações junto à comunidade em geral | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| AQUISIÇÃO/ MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MEDICO, HOSPITALAR, MÓVEIS, INFORMÁTICA, SISTEMAS E SOFTWARES, TELEFONIA, ESCRITÓRIO, ETC. | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.900,00 | R\$ | 16.854,00 | R\$ | 17.865,24 | R\$ | 17.865,24 |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSUMO, LIMPEZA, HIGIÊNE, COPA, COZINHA, ESCRITÓRIO, ENFERMAGEM, ETC. | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.480,00 | R\$ | 8.988,80 | R\$ | 9.528,13 | R\$ | 9.528,13 |
| REALIZAR/ DISPONIBILIZAR CAPACITAÇÃO, CURSOS, TREINAMENTO, SEMINARIO, CONFERENCIA PARA OS SERVIDORES DAS DIVERSAS ÁREAS DA SECRETARIA DE SAUDE, REALIZAR O PAGAMENTO DE ESTADIAS, ALIMENTAÇÃO E COFEE BREAK PARA OS SERVIDORES QUE PARTICIPARÃO DESSES EVENTOS DENTRO E FORA DO MUNICIPIO. | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 | R\$ | 5.955,08 |
| MANUTENÇÃO/ LOCAÇÃO E MONITORAMENTO DA FROTA DE VEÍCULOS: | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 | R\$ | 5.955,08 |
| AQUISIÇÃO VEICULOS | R\$ | 40.000,00 | R\$ | 42.400,00 | R\$ | 44.944,00 | R\$ | 47.640,64 | R\$ | 47.640,64 |
| Efetuar controle populacional de cães e gatos através de parcerias com ONGs | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Fomentar ações que visam realizar articulações com diversos setores no sentido de qualificar as ações de vigilância sanitária para a população. | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| Folha de Pagamento, vantagens, horas extras, terceirizações e encargos sociais | R\$ | 370.000,00 | R\$ | 392.200,00 | R\$ | 415.732,00 | R\$ | 440.675,92 | R\$ | 440.675,92 |
| Adequação do Espaço físico da Vigilância junto a Policlínica | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 53.000,00 | R\$ | 56.180,00 | R\$ | 59.550,80 | R\$ | 59.550,80 |
| Demais despesas com manutenção | R\$ | 4.000,00 | R\$ | 4.240,00 | R\$ | 4.494,40 | R\$ | 4.764,06 | R\$ | 4.764,06 |
| Manter a soberania do código sanitário | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| OBJETIVO 2: | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | | |
| 2630 | MANUTENÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA | R\$ 665.000 | R\$ 704.900 | R\$ 747.194 | R\$ 792.026 | | | | | |
| 1634 | MODERNIZAÇÃO DA VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA | R\$ 15.000 | R\$ 15.900 | R\$ 16.854 | R\$ 17.865 | | | | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | | |

| Código | | Descrição | FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE | | | | | | |
|--|----------------|--|--------------------------|------|--------------|-----|--------------|-----|--------------|
| 1500 | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | |
| Melhorar a qualidade do atendimento do Serviço de Vigilância Epidemiológica | | | | | | | | | |
| Manter atualizados os programas do Ministério da Saúde (SIM, SINAN, SINASC, SIPNI, SIES, SIALE, SIS/VEP) que geram os indicadores de saúde | | | | | | | | | |
| Priorizar o Programa de Imunização | | | | | | | | | |
| Reestruturar o SAE (Serviço de Atendimento Especializado) em HIV/AIDS e Hepatites Virais, que também é referência para outros municípios | | | | | | | | | |
| | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | | | |
| | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.120,00 | R\$ | 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 |
| | | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.120,00 | R\$ | 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 |
| | | | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |
| | | | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| | | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| | | R\$ | 500.000,00 | R\$ | 530.000,00 | R\$ | 561.800,00 | R\$ | 595.508,00 |
| | | R\$ | 135.000,00 | R\$ | 143.100,00 | R\$ | 151.686,00 | R\$ | 160.787,16 |
| | | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 |
| | | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.900,00 | R\$ | 16.854,00 | R\$ | 17.865,24 |
| | | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ | 1.180.000,00 | R\$ | 1.250.800,00 | R\$ | 1.325.848,00 | R\$ | 1.405.398,88 |



Prefeitura
de Timbó

PROGRAMAS DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMATICOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA

Diagnóstico/Metas/Indicadores

A proteção social básica tem como objetivos prevenir situações de risco por meio do desenvolvimento de potencialidades e aquisições, e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. Destina-se à população que vive em situação de vulnerabilidade social decorrente da pobreza, privação (ausência de renda, precário ou nulo acesso aos serviços públicos, dentre outros) e, ou, fragilização de vínculos afetivos – relacionais e de pertencimento social (discriminações étnicas, de gênero ou por deficiências, dentre outras). Atualmente o município conta com um Centro de Referência de Assistência Social- CRAS com área referenciada de até 3.500 famílias abrangendo os bairros Araponguinhas, Estados e Padre Martinho Stein.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|---|---|-----------------------------------|----------------|----------------|----------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 320 | SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BASICA | R\$ 441.500,00 | R\$ 508.590,00 | R\$ 547.225,40 | R\$ 435.328,76 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | | |
| | | Data | Índice | | |
| CRAS | EQUIPAMENTO | 02/06/2017 | 1 | | |
| SERVIÇO ATENDIMENTO INTEGRAL A FAMÍLIA - PAIF | FAMÍLIA | 02/06/2017 | 168 | | |
| SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS | 06 ANOS A 15 ANOS | 02/06/2017 | 04 GRUPOS | | |
| SERVIÇO DE CONVIVENCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS | ACIMA DE 60 ANOS | 02/06/2017 | 01 GRUPO | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1641 | Construção e ampliação do CRAS | R\$ 250.000,00 | R\$ 303.000,00 | R\$ 330.000,00 | R\$ 184.800,00 |
| 1643 | Modernização da Atenção Básica | R\$ 45.000,00 | R\$ 50.300,00 | R\$ 52.618,00 | R\$ 55.955,08 |
| 2640 | Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica | R\$ 146.500,00 | R\$ 155.290,00 | R\$ 164.607,40 | R\$ 194.573,68 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1600 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Aumentar a cobertura de atendimentos pelo PAIF através de implantação de novos CRAS nos demais bairros. | | | | | |
| Aumentar o número de grupos no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | | | | | |
| Ampliar a oferta do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos | | | | | |
| Aperfeiçoamento dos profissionais para a qualificação dos atendimentos aos usuários | | | | | |

| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
|---|----------------|--|-----------------------|-----------------------|-----------------------|--|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| Ampliação e Construção de CRAS | Município | R\$ 200.000,00 | R\$ 250.000,00 | R\$ 250.000,00 | R\$ 100.000,00 | |
| Reformas dos equipamentos sociais | Município | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 80.000,00 | R\$ 84.800,00 | |
| Aquisição de gêneros alimentícios p/manutenção da PSB (Coffee break) | Município | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 | |
| Despesas de manutenção (água, luz, telefone) | Município | R\$ 25.000,00 | R\$ 26.500,00 | R\$ 28.090,00 | R\$ 29.775,40 | |
| Combustível | Município | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | |
| Despesa com capacitações bem como o pagamento de inscrições para cursos, conferências, seminários, fóruns, reuniões e afins | Município | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 | |
| Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros. | Município | R\$ 60.000,00 | R\$ 63.600,00 | R\$ 67.416,00 | R\$ 91.460,96 | |
| Despesa com software e manutenção | Município | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 | |
| Aquisição de EPI | Município | R\$ 500,00 | R\$ 530,00 | R\$ 561,80 | R\$ 595,51 | |
| Aquisição de livros técnicos e literatura | Município | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 | |
| Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo | Município | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 12.000,00 | |
| Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal | Município | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | |
| Aquisição de 04 veículos (sendo 02 veículos c/capacidade de 05 passageiros e 02 veículos c/capacidade 20 passageiros) | Município | R\$ 40.000,00 | R\$ 45.000,00 | R\$ 47.000,00 | R\$ 50.000,00 | |
| Manutenção da frota de veículos | Município | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | |
| outras despesas variáveis | Município | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 | |
| Locação de veículos e freteamento | Município | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 | |
| Aquisição de equipamentos diversos para Proteção Social Básica | Município | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 441.500,00 | R\$ 508.590,00 | R\$ 547.225,40 | R\$ 435.328,76 | |




PROGRAMAS DE GOVERNO


PROGRAMAS TEMÁTICOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS

Diagnóstico: Conforme ART 22, da LOAS, mediante critérios estabelecidos pelos Conselhos Municipais de Assistência Social, os recursos financeiros destinados para custeio dos benefícios eventuais estão regulamentados pela Lei Municipal 2634, 12 de abril de 2013, compostos por: auxílio natalidade, auxílio funeral, auxílio gás, auxílio foto para documentação civil, auxílio fralda infantil, auxílio passagem, auxílio frete, auxílio aluguel social e vale alimentação. Os benefícios eventuais tem por finalidade atender as famílias e indivíduos que se encontram em vulnerabilidade e/ou risco pessoal por ocorrência de abandono, maus tratos ou pobreza, situações de calamidade pública.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|---|---------------------------------------|-----------------------------------|--|----------------|----------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 321 | Benefícios Eventuais | R\$ 150.000,00 | R\$ 154.265,60 | R\$ 163.521,54 | R\$ 173.332,83 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | | Unidade de Medida | Referência | | |
| | | | Data | Índice | |
| BENEFÍCIOS EVENTUAIS | | unidade | 2016 | 1531 | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2641 | Manutenção dos benefícios eventuais | R\$ 150.000,00 | R\$ 154.265,60 | R\$ 163.521,54 | R\$ 173.332,83 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Secretaria de Assistência Social | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1600 | Fundo Municipal de Assistência Social | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Aumentar o número de concessão dos benefícios eventuais | | | | | |
| Alteração da Lei de Benefícios Eventuais | | | | | |
| Implantar o auxílio Renda Cidadão (15vagas fixas) | | | | | |
| Implantar o vale refeição | | | | | |
| Firmar convênios com a rede hoteleira (situações emergenciais) | | | | | |
| Implantar auxílio energia elétrica | | | | | |
| Aperfeiçoamento dos profissionais para a qualificação dos atendimentos aos usuários | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | |
| | | | 2018 | 2019 | 2020 |
| Implantar o auxílio Renda Cidadão (15vagas fixas) | | Município | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 |
| Implantar o vale refeição | | Município | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.955,08 |
| Firmar convênios com a rede hoteleira (situações emergenciais) | | Município | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.955,08 |
| Ampliar o valor e quantidade do Vale alimentação | | Município | R\$ 105.000,00 | R\$ 106.565,60 | R\$ 112.959,54 |
| Ampliar o valor e a quantidade de Vale gás | | Município | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 7.146,10 |
| Ampliar a quantidade de Fraldas | | Município | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.191,02 |

| | | | | | | | | | |
|---|-----------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|
| Manter o acesso ao Auxílio Funeral | Município | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Manter o acesso ao Auxílio Natalidade | Município | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Manter o acesso ao auxílio Fotos | Município | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |
| Ampliar a concessão de auxílio Passagem | Município | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |
| Auxílio frete | Município | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |
| Aluguel Social (um salário mínimo p/ família, num total de 08 famílias) | Município | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Implantar auxílio energia elétrica | Município | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ | 150.000,00 | R\$ | 154.265,60 | R\$ | 163.521,54 | R\$ | 173.332,83 |

| | | | | | | | | | |
|---|---|-----------------------------------|--|---------------|---------------|--|--|--|--|
| <div></div> <div>PROGRAMA DE GOVERNO</div> | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS TEMÁTICOS TERCEIRA IDADE | | | | | | | | | |
| Diagnóstico: O município de Timbó possui 10 grupos de Terceira Idade nos diversos bairros do município e 02 grupos de Dança. Alguns grupos tem seus encontros semanais, quinzenais e outros mensais. Nestes grupos são desenvolvidas diversas atividades como: atividade física, Semana do Idoso, bailes, gincanas, intercâmbios entre grupos do município e de outros municípios, jogos de mesa e etc. Além destas atividades os Idosos participam dos jogos da Terceira Idade fase Municipal, Regional e Estadual.
O município também conta com um Centro de Convivência do Idoso, espaço este, que tem como finalidade ofertar diversas atividades promovendo a interação e bem estar do idoso. | | | | | | | | | |
| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 322 | Terceira Idade | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 | | | | |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | | | | | |
| Descrição | | Unidade de Medida | Referência | | Índice | | | | |
| | | | Data | | | | | | |
| Grupos de Terceira Idade | | grupos | 02/06/2017 | | 10 | | | | |
| Grupos de Dança | | grupos | 02/06/2017 | | 2 | | | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| 2642 | MANUTENÇÃO DOS GRUPOS DE TERCEIRA IDADE | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 | | | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Secretaria de Assistência Social | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | |
| 1600 | Fundo Municipal de Assistência Social | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | |
| Aumentar o número de grupos | | | | | | | | | |
| Ampliar a oferta de atividades no Centro de Convivência do Idoso | | | | | | | | | |
| Aumentar o número de Idosos nos grupos | | | | | | | | | |
| Aperfeiçoamento dos profissionais para a qualificação dos atendimentos aos Idosos | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| Aquisição de gêneros alimentícios | | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 | | | | |
| Despesa com Consumo de água, telefone, energia elétrica | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | | | | |
| Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo | | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 | | | | |
| Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal | | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 | | | | |
| Manutenção da frota de veículos | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | | | | |
| Locação de veículos e freteamento | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 | | | | |
| Contratação de Serviços de terceiros | | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 | | | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 | | | | |



Prefeitura

de Timbó


PROGRAMAS DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS - MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS

Diagnóstico: Os Conselhos de Direitos existentes no município são: Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Conselho Municipal da Criança e do Adolescente, Conselho Municipal do Idoso, Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência (em fase de implantação). O Conselho Tutelar no Município de Timbó está vinculado à Secretaria de Assistência Social, pela Lei 2625 de 18 de Março de 2013, localizado na Av. Sete de Setembro, 595, anexo as dependências da Assistência Social. Conta com uma estrutura física de 02 salas de atendimento, 01 sala de secretaria, um banheiro. O Conselho possui no seu quadro de recursos humanos 05 conselheiros titulares e 04 conselheiros suplentes, 01 auxiliar administrativo 03 motoristas.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--|---|---|----------------|----------------|----------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 323 | CONSELHOS DE DIREITOS | R\$ 180.000,00 | R\$ 190.800,00 | R\$ 205.416,00 | R\$ 222.740,96 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | | |
| | | Data | Índice | | |
| Conselho Municipal dos Direitos da Mulher | Conselho | 02/06/2017 | 1 | | |
| Conselho Municipal da Criança e do Adolescente | Conselho | 02/06/2017 | 1 | | |
| Conselho Municipal do Idoso | Conselho | 02/06/2017 | 1 | | |
| Atendimento Criança e Adolescente | Atendimento | 02/06/2017 | 240/mês | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | |
| Código | Descrição | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| 2643 | MANUTENÇÃO DOS CONSELHOS MUNICIPAIS VINCULADOS A ASSISTENCIA SOCIAL | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| | | R\$ 180.000,00 | R\$ 190.800,00 | R\$ 205.416,00 | R\$ 222.740,96 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1600 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Adequar a vinculação dos Conselhos de Direitos | | | | | |
| Revisar as legislações dos Conselhos | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | Regionalização | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Despesa de serviços de internet | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Despesa com serviços de telefone | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Combustível | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Diária de motorista | | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Despesa de pagamento de inscrições para cursos, conferências, seminários, fóruns, reuniões e afins | | R\$ 3.000,00 | R\$ 3.180,00 | R\$ 3.370,80 | R\$ 3.573,05 |

| | | | | | | | | |
|--|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|
| Folha de pagamento (horas extras, gratificações e encargos sociais), benefícios e outros. | R\$ | 115.000,00 | R\$ | 121.900,00 | R\$ | 132.382,00 | R\$ | 145.324,92 |
| Locação de 01 imóvel, salas, máquinas e equipamentos | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.120,00 | R\$ | 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 |
| Despesa com software e manutenção | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.120,00 | R\$ | 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 |
| Aquisição de material didático, sócioeducativo e esportivo | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal | R\$ | 7.000,00 | R\$ | 7.420,00 | R\$ | 7.865,20 | R\$ | 8.337,11 |
| Manutenção da frota de veículos | R\$ | 8.000,00 | R\$ | 8.480,00 | R\$ | 8.988,80 | R\$ | 9.528,13 |
| Locação de veículos e frete | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Aquisição de material de expediente | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.180,00 | R\$ | 3.370,80 | R\$ | 3.573,05 |
| Aquisição de equipamentos | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Firmar convênios / contratos | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| TOTAL DO PROGRAMA | R\$ | 180.000,00 | R\$ | 190.800,00 | R\$ | 205.416,00 | R\$ | 222.740,96 |



Prefeitura


de Timbó

PROGRAMAS DE GOVERNO

Diagnóstico: A realidade vivenciada no município de Timbó nos mostra a existência de famílias com as mais diversas situações socioeconômicas que induzem à violação dos direitos humanos, em especial, crianças, adolescentes, jovens, idosos e pessoas com deficiência, além da geração de outros fenômenos como, por exemplo, pessoas em situação de rua, migrantes, idosos abandonados que estão nesta condição não pela ausência de renda, mas por outras variáveis da exclusão social. Para atendimento destas situações o município conta com um CREAS que atualmente não possui a equipe de referência completa, além de atender a Alta Complexidade.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|---|---|-----------------------------------|--|----------------|----------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 325 | SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE | 212.000,00 | 224.720,00 | 238.203,20 | 301.034,43 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | | |
| | | Data | Índice | | |
| SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO ESPECIALIZADO AS FAMÍLIAS E INDIVÍDUOS - PAEFI | FAMÍLIA / INDIVÍDUOS | 01/01/2017 à 16/06/2017 | 50 | | |
| SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL A ADOLESCENTES EM CUMPRIMENTO DE MEDIDA SOCIOEDUCATIVA (LA E PSC) | FAMÍLIAS | 01/01/2017 à 16/06/2018 | 35 | | |
| SERVIÇO ESPECIALIZADO PARA PESSOAS EM SITUAÇÃO DE RUA | PESSOAS | 01/01/2017 à 16/06/2019 | 10 | | |
| SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL PARA DEFICIENTES, IDOSOS E SUAS FAMÍLIAS | FAMÍLIAS | 01/01/2017 à 16/06/2020 | 40 | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2644 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE | R\$ 157.000,00 | R\$ 166.420,00 | R\$ 176.405,20 | R\$ 225.079,35 |
| 2645 | MODERNIZAÇÃO DA PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE | R\$ 55.000,00 | R\$ 58.300,00 | R\$ 61.798,00 | R\$ 75.955,08 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: Secretaria de Assistência Social | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1600 | FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Adequação e Ampliação da equipe de atendimento | | | | | |
| Adequação dos serviços conforme prevê a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais e resoluções afins | | | | | |
| Capacitação permanente dos profissionais para qualificar o atendimento aos usuários | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | |

| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|---|-----------------------|-----------------------|-----------------------|-----------------------|
| Capacitação permanente dos profissionais para qualificar o atendimento aos usuários | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| Reformas dos equipamentos sociais | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 50.000,00 |
| Firmar convênios com a rede hoteleira | R\$ - | R\$ - | R\$ - | R\$ - |
| Aquisição de gêneros alimentícios (Coffee break) | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| Despesa de serviços de internet, telefone, energia elétrica | R\$ 15.000,00 | R\$ 15.900,00 | R\$ 16.854,00 | R\$ 17.865,24 |
| Adiantamento para despesa com alimentação, combustível e hospedagem | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Despesa de pagamento de inscrições para cursos | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 |
| Locação de 01 Imóvel, salas, máquinas e equipamentos | R\$ 1.000,00 | R\$ 1.060,00 | R\$ 1.123,60 | R\$ 1.191,02 |
| Despesa com software e manutenção | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 |
| Aquisição de material didático e esportivo | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Aquisição de material de limpeza e higiene pessoal | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Locação de veículos | R\$ 10.000,00 | R\$ 10.600,00 | R\$ 11.236,00 | R\$ 11.910,16 |
| Aquisição de um veículo | R\$ 50.000,00 | R\$ 53.000,00 | R\$ 56.180,00 | R\$ 70.000,00 |
| Manutenção da frota de veículos | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Serviços de terceiros | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| Aquisição de material de expediente | R\$ 2.000,00 | R\$ 2.120,00 | R\$ 2.247,20 | R\$ 2.382,03 |
| Despesas variáveis | R\$ 70.000,00 | R\$ 74.200,00 | R\$ 78.662,00 | R\$ 83.371,12 |
| Aquisição de equipamentos | R\$ 5.000,00 | R\$ 5.300,00 | R\$ 5.618,00 | R\$ 5.955,08 |
| TOTAL DO PROGRAMA | R\$ 212.000,00 | R\$ 224.720,00 | R\$ 238.203,20 | R\$ 301.034,43 |




PROGRAMAS DE GOVERNO

Diagnóstico: Os serviços de proteção social especial de alta complexidade são aqueles que garantem proteção integral provisória – moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para famílias e indivíduos que se encontram sem referência e, ou, em situação de ameaça, necessitando ser retirados de seu núcleo familiar e, ou, comunitário. O município de Timbó possui convênios com instituições de atendimento a crianças e adolescentes e idosos. Atualmente a equipe que faz o acompanhamento das famílias da alta complexidade é a equipe da Média Complexidade.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | | | |
|---|--|--|------------|-----------|------------|-----------|------------|-----------|------------|
| 326 | SERVIÇO DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE | R\$ | 601.000,00 | R\$ | 614.600,00 | R\$ | 688.536,00 | R\$ | 809.848,16 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | | | | | | |
| | | Data | | Índice | | | | | |
| Atendimento Integral Institucional | Criança/adolescente | 02/06/2017 | | 10 | | | | | |
| Atendimento Integral Institucional | Idoso | 02/06/2017 | | 1 | | | | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | |
| 2646 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ALTA COMPLEXIDADE | R\$ | 546.000,00 | R\$ | 557.300,00 | R\$ | 602.918,00 | R\$ | 719.093,08 |
| 2647 | MODERNIZAÇÃO DA ALTA COMPLEXIDADE | R\$ | 55.000,00 | R\$ | 57.300,00 | R\$ | 85.618,00 | R\$ | 90.755,08 |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| Regionalização | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | |
| | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | 80.000,00 |
| | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | - |
| | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 | 5.955,08 |
| | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 | 23.820,32 |
| | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | R\$ | - | - |
| | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 52.000,00 | R\$ | 55.120,00 | R\$ | 58.427,20 | 58.427,20 |
| | R\$ | 10.000,00 | R\$ | 10.600,00 | R\$ | 11.236,00 | R\$ | 11.910,16 | 11.910,16 |
| | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.180,00 | R\$ | 3.370,80 | R\$ | 3.573,05 | 3.573,05 |
| | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.180,00 | R\$ | 3.370,80 | R\$ | 3.573,05 | 3.573,05 |
| Regionalização | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | |
| | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 | 5.955,08 |
| | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.180,00 | R\$ | 3.370,80 | R\$ | 3.573,05 | 3.573,05 |
| Regionalização | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | | |
| | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.180,00 | R\$ | 3.370,80 | R\$ | 3.573,05 | 3.573,05 |
| | R\$ | 3.000,00 | R\$ | 3.180,00 | R\$ | 3.370,80 | R\$ | 3.573,05 | 3.573,05 |

| | | | | | | | | | |
|---|--|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|------------|-------------------|
| Aquisição de um veículo | | R\$ | 50.000,00 | R\$ | 52.000,00 | R\$ | 80.000,00 | R\$ | 84.800,00 |
| Despesas variáveis para o programa | | R\$ | 120.000,00 | R\$ | 122.000,00 | R\$ | 129.320,00 | R\$ | 137.079,20 |
| Manutenção da frota de veículos | | R\$ | 6.000,00 | R\$ | 6.360,00 | R\$ | 6.741,60 | R\$ | 7.146,10 |
| Locação de veículos | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 |
| Firmar convênios /contratos com consórcio para a equipe de referência do abrigo Institucional | | R\$ | 321.000,00 | R\$ | 325.000,00 | R\$ | 356.680,00 | R\$ | 378.080,80 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ | 601.000,00 | R\$ | 614.600,00 | R\$ | 688.536,00 | R\$ | 809.848,16 |



Prefeitura

de Timbó

PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMATICOS O ESPORTE E A CIDADE

O Município de Timbó está localizado na região catarinense conhecida com Vale do Itajaí, possui cerca de 36.774 habitantes (censo2010 IBGE) com área de 127,405km2 constituindo-se como pólo de uma micro região de outros municípios tais como Rio dos Cedros, Benedito Novo, Dr. Pedrinho e Rodeio.

Trata-se de município de colonização italiana e alemã com forte vocação esportiva, uma vez que através de sua Fundação Municipal de Esportes(FME Timbó) participa de vários eventos promovidos pela Fesporte – Federação Catarinense do Desporto – órgão do governo estadual responsável pelo esporte em Santa Catarina. Tais como : Olesc-Jogos da Juventude Catarinense(até 16anos) , Joguinhos Abertos de SC (até 18 anos), Jesc 12-14 anos e 15-17 anos – Jogos Estudantis de SC e Jogos Abertos de SC(adulto).

Dentro dessa perspectiva, em Timbó são desenvolvidas inúmeras modalidades esportivas, mais especificamente sob a coordenação da FME Timbó são cerca de 44 modalidades distribuídas em ações de rendimento, educacionais e de inclusão onde são atendidos cerca de 1.500 indivíduos crianças, jovens, adultos e idosos de forma sistemática nas modalidades.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--------------------------|----------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 341 | O Esporte e a Cidade | R\$ 1.241.500,00 | R\$ 1.316.170,00 | R\$ 1.395.060,20 | R\$ 1.479.363,81 |

1.2. Indicadores vinculados ao Programa

| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | Índice |
|--------------------------------------|-------------------|------------|--|--------|
| | | Data | | |
| Realização de Eventos Esportivos | Unid | 2017 | | 50 |
| Participação em Eventos Esportivos | Unid | 2017 | | 120 |
| Beneficiários Bolsa Técnico e Atleta | Unid | 2017 | | 90 |
| Escolas Atendidas Esporte Escolar | % | 2017 | | 80 |
| Associações Aux. Financeiro | Unid | 2017 | | 10 |

1.3. Objetivos do Programa:

OBJETIVO 1:

| Código das Ações | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|------------------|---------------------------|----------------|----------------|----------------|----------------|
| 2662 | Concessão de Bolsa Atleta | R\$ 347.000,00 | R\$ 368.000,00 | R\$ 390.000,00 | R\$ 414.000,00 |

1.3.1 Orgão e Unidade responsável pelo objetivo:

| Código | Descrição |
|--------|---|
| 1900 | FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ |

1.3.2 Metas (2018 a 2021):


Aumentar em 50% o numero de atletas incentivados no programa.

1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021)

| Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
|----------------|---|------|------|------|
| | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |

| | | | | | | | | | | |
|---|---|-------------------------------|--|------------|------------|------------|------------|------------|------------|------------|
| Concessão de Bolsas de auxílio financeiro a atletas destaque para seu custeio afim de representar o Município em competições regionais, estaduais e nacionais. | | | R\$ | 347.000,00 | R\$ | 368.000,00 | R\$ | 390.000,00 | R\$ | 414.000,00 |
| OBJETIVO 2: | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | | |
| 2664 | Concessão de Bolsa técnico | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| | | R\$ | 424.000,00 | R\$ | 449.440,00 | R\$ | 476.406,40 | R\$ | 504.990,78 | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | | |
| 1900 | FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | | |
| Aumentar em 50% o numero de técnicos incentivados no programa | | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| Concessão de Bolsas de auxílio financeiro a técnicos esportivos para o desenvolvimento de sua modalidade afim de representar o município ou associação esportiva. | | R\$ | 414.000,00 | R\$ | 438.840,00 | R\$ | 465.170,40 | R\$ | 493.080,62 | |
| Projeto Saúde nas Praças | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 | |
| Projeto Esporte Escolar | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | R\$ | 5.955,08 | |
| OBJETIVO 3: Esporte Comunitário e Escolar | | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| 2666 | Manutenção de Eventos esportivos no município. Realização e apoio a eventos esportivos e recreativos realizados no município para incentivo ao lazer ativo. | R\$ | 285.500,00 | R\$ | 302.630,00 | R\$ | 320.787,80 | R\$ | 340.035,07 | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | | |
| 1900 | FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | | |
| Qualificar e ampliar quantidade de eventos promovidos pela FME Timbó | | | | | | | | | | |
| Apoiar comunidades e associações esportivas na realização de seus eventos | | | | | | | | | | |
| Capacitar profissionais | | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| Torneios e Campeonatos Comunitários, Arbitragem, premiação etc. ... | | R\$ | 94.250,00 | R\$ | 99.905,00 | R\$ | 105.899,30 | R\$ | 112.253,26 | |
| Calendário de Esporte Escolar | | R\$ | 38.250,00 | R\$ | 40.545,00 | R\$ | 42.977,70 | R\$ | 45.556,36 | |
| Eventos de Lazer ativo, corridas, recreação, seminários | | R\$ | 25.500,00 | R\$ | 27.030,00 | R\$ | 28.651,80 | R\$ | 30.370,91 | |
| Campeonatos Municipais e Regionais Arbitragem, premiação , etc. ... | | R\$ | 127.500,00 | R\$ | 135.150,00 | R\$ | 143.259,00 | R\$ | 151.854,54 | |

| OBJETIVO 4: Participação em eventos esportivos | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
|--|---|--|------------------|------------------|------------------|
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2668 | Participação em eventos esportivos fora do município e manutenção de modalidades.
Participação das equipes do município em eventos esportivos regionais, estaduais e | R\$ 185.000,00 | R\$ 196.100,00 | R\$ 207.866,00 | R\$ 220.337,96 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| 1900 | FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES DE TIMBÓ | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Participação em competições do calendário Fesporte | | | | | |
| Participação em competições das federações estaduais e nacionais | | | | | |
| Participação em competições Regionais | | | | | |
| Taxas de federações esportivas | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | Regionalização | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| Jasc, Olesc, Joguinhos, Parajasc, Jasti | | R\$ 92.500,00 | R\$ 98.050,00 | R\$ 103.933,00 | R\$ 110.168,98 |
| Campeonato Estadual e Nacional | | R\$ 46.250,00 | R\$ 49.025,00 | R\$ 51.966,50 | R\$ 55.084,49 |
| Campeonatos Regionais | | R\$ 46.250,00 | R\$ 49.025,00 | R\$ 51.966,50 | R\$ 55.084,49 |
| TOTAL DOS PROGRAMAS | | R\$ 1.241.500,00 | R\$ 1.316.170,00 | R\$ 1.395.060,20 | R\$ 1.479.363,81 |



PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS FIA- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA

DIAGNOSTICO/METAS/OBJETIVOS:

O Município possui o Fundo da Infância e Adolescência - FIA que financia projetos, campanhas de divulgação, formação de pessoal, na área da Criança e do Adolescente, os quais são deliberados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente visando a garantia dos direitos.

1. Descrição do Programa

Código

Título

FIA- FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA

350

2018

2019

2020

2021

R\$ 80.000,00

R\$ 89.900,00

R\$ 105.800,00

R\$ 115.800,00

1.1 Valor do Programa 2018 a 2021

1.2. Indicadores vinculados ao Programa

Descrição

Unidade de Medida

Referência

Data

Índice

Programas e projetos

Projeto

2016

1

Formação de pessoal

Capacitação

2016

1

Incentivo a guarda e adoção

Campanha

2017

0

Divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente

Campanha

2017

0

1.3. Objetivos do Programa:

OBJETIVO 1:

Código

Descrição

2670

MANUTENÇÃO DE PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO FIA

2018

2019

2020

2021

R\$ 80.000,00

R\$ 89.900,00

R\$ 105.800,00

R\$ 115.800,00

1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo:

Código

Descrição

20

FUNDO MUNICIPAL DA INFANCIA E DA ADOLESCENCIA

1.3.2 Metas (2018 a 2021):

Programas e projetos

Formação de pessoal

Divulgação dos Direitos da Criança e do Adolescente

Estudos e diagnósticos

1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021)

Regionalização

Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário)

Município

R\$ 12.000,00

R\$ 12.720,00

R\$ 13.400,00

R\$ 14.600,00

Município

R\$ 6.000,00

R\$ 6.360,00

R\$ 6.800,00

R\$ 7.500,00

Município

R\$ 62.000,00

R\$ 70.820,00

R\$ 85.600,00

R\$ 93.700,00

R\$ 80.000,00

R\$ 89.900,00

R\$ 105.800,00


R\$ 115.800,00

Aquisição de material didático, sócioeducativo e divulgação.

Capacitação permanente

Programas e projetos

TOTAL DO PROGRAMA



Prefeitura

de Timbó

PROGRAMA DE GOVERNO


PROGRAMAS TEMÁTICOS DE APOIO E INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE

Diagnóstico:

A Fundação Cultural de Timbó administra diversos espaços (Biblioteca Pública, Arquivo Público, Museu do Imigrante, Museu da Música – Salão Hammermeister e o Patrimônio Histórico Arquitetônico tombado pela Federação, Estado e Município, mais atividades (Escola de Música, Oficinas de Artes Manuais, oficinas de Desenho e Pintura, Escola de Teatro, Escola de Dança, Projeto de Dança nos Bairros, Festival de Dança de Timbó, Cultura Rock, Festival de Bandas, Páscoa no Parque, FESCATI – Festival da Canção de Timbó, Miss Timbó, Noite dos Candelabros, Festa do Imigrante, Natal Mais Encantado, Talentos da Cidade, Cultura em todos os lugares, Exposições de Arte, Feiras de Rua – Artesanais e Literárias, Recitais Musicais e Literários, Multi-ações Culturais Diversas e Outros) e segmentos. (Banda Municipal "Professor João Mueller", Grupo Folclórico "Os Cinquentões", Orquestra de Câmara Municipal de Timbó, Corais Adulto e Infante da Sociedade Recreativa e Cultural Timbó, Grupo Vocal Syahamba da FCT, Coral da Fundação Cultural de Timbó, Grupo de Dança Andréia Mendes da FCT, Grupo Folclórico "Alta Mareia, Grupos de dança de Rua, Grupos Adulto e Infante Juvenil "Volkstanzgruppe Blauer Berg" com intenção de preservar o legado de nossos ancestrais para nossos descendentes.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--|---|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 361 | APOIO E INCENTIVO A MEMÓRIA, HISTÓRIA, CULTURA E ARTE. | R\$ 1.190.000,00 | R\$ 1.261.400,00 | R\$ 1.337.084,00 | R\$ 1.417.309,04 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | | |
| | | Data | Índice | | |
| Aulas da Escola de Música | alunos | 2017 | 113 | | |
| Aulas de Artes Manuais | alunos | 2017 | 125 | | |
| Preservação do Patrimônio arquitetônico | nº de tombos | 2017 | 18 | | |
| Eventos/exposições culturais | unidade | 2017 | 35 | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: Apoiar e Promover Projetos e Atividades Relacionadas com a Formação Artística, Cultural e Histórica de Timbó | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código das Ações | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2692 | Manutenção das Atividades e Eventos Artísticos, Culturais e Históricos de Timbó | R\$ 1.150.000,00 | R\$ 1.219.000,00 | R\$ 1.292.140,00 | R\$ 1.369.668,40 |
| 2694 | Manutenção dos Cursos de Formação Artística, Cultural e Histórica de Timbó | R\$ 20.000,00 | R\$ 21.200,00 | R\$ 22.472,00 | R\$ 23.820,32 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição: | | | | |
| 22 | Fundação Cultural de Timbó | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Aumentar a quantidade de vagas na Escola de Música. | | | | | |
| Aumentar a quantidade de vagas no curso de Artes Manuais. | | | | | |
| Promover a realização de eventos e exposições nos museus da cidade. | | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|--|---|--|--|--|--------------|------|--------------|------|--------------|------|--------------|
| Investir na reestruturação e melhoria dos eventos, consolidados realizados pela Fundação Cultural, com o objetivo de atrair maior público. | | | | | | | | | | | |
| Otimizar a utilização dos espaços públicos culturais já existentes. | | | | | | | | | | | |
| Intensificar as ações que cultuem o hábito da leitura pela comunidade. | | | | | | | | | | | |
| Apoiar e promover projetos e atividades relacionadas com formação artística, cultural e histórica de Timbó; | | | | | | | | | | | |
| Incentivar o acesso ao Arquivo público, ampliando os programas de pesquisa oral e de palestras. | | | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | | | | | | | |
| | | | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| | | | | R\$ | 1.150.000,00 | R\$ | 1.219.000,00 | R\$ | 1.292.140,00 | R\$ | 1.369.668,40 |
| | | | | R\$ | 20.000,00 | R\$ | 21.200,00 | R\$ | 22.472,00 | R\$ | 23.820,32 |
| OBJETIVO 2: Preservação Do Patrimônio Histórico E Arquitetônico | | | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| 2696 | Manutenção da Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico | | | R\$ | 5.000,00 | R\$ | 5.300,00 | R\$ | 5.618,00 | | |
| 1695 | Restauração e Preservação do Patrimônio Histórico e Arquitetônico | | | R\$ | 15.000,00 | R\$ | 15.900,00 | R\$ | 16.854,00 | | |
| 1.3.4 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | | | |
| Fundação Cultural de Timbó | | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | | | |
| 22 | | | | | | | | | | | |
| 1.3.5 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | | | |
| Priorizar as ações de cunho urbanístico, cultural, de fomento agrícola, turístico e social; | | | | | | | | | | | |
| Estabelecer legislação urbanística específica, por meio da adequação do Plano Diretor e da criação de Planos de Preservação, para as áreas selecionadas pelo projeto; | | | | | | | | | | | |
| Formalizar roteiros de visitação no Interior do Município ; | | | | | | | | | | | |
| Complementar e atualizar o Invetário de Bens Culturais do Município; | | | | | | | | | | | |
| 1.3.6 Iniciativas (2018 a 2021) | | | | | | | | | | | |
| | | | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | | | 2018 | | 2019 | | 2020 | | 2021 | |
| | | | | R\$ | 1.000,00 | R\$ | 1.060,00 | R\$ | 1.123,60 | R\$ | 1.191,02 |
| | | | | R\$ | 2.000,00 | R\$ | 2.120,00 | R\$ | 2.247,20 | R\$ | 2.382,03 |
| Promover e Realizar ações que auxiliem na implantação dos Roteiros Nacionais de Imigração; | | | | | | | | | | | |
| Estabelecer um regime de cooperação entre o Governo do Estado de Santa Catarina e a Federação, através do IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no âmbito de suas respectivas competências , no sentido da implementação dos Roteiros Nacionais de Imigração, por meio da execução de uma política de preservação do patrimônio cultural do imigrante e de desenvolvimento sustentável para o município. | | | | | | | | | | | |
| Realizar, em parceria com as demais instituições culturais signatárias desse termo, o Inventário do Patrimônio Imaterial do Município. | | | | | | | | | | | |
| Estabelecer uma Política Municipal de Concessão de Incentivos de Preservação aos Proprietários de Bens Históricos e Arquitetônicos. | | | | | | | | | | | |
| TOTAL DOS PROGRAMAS | | | | R\$ | 1.190.000,00 | R\$ | 1.261.400,00 | R\$ | 1.337.084,00 | | |
| | | | | R\$ | | R\$ | | R\$ | 1.417.309,04 | | |

| | | | | | |
|--|---|---|--|---------------|---------------|
|  | | PROGRAMA DE GOVERNO | | | |
| PROGRAMAS TEMÁTICOS: CIDADE CONSCIENTE E PROATIVA | | | | | |
| Diagnóstico | | | | | |
| <p>O Departamento Municipal de Trânsito - Denutran de Timbó, assim como a Assessoria de Meio Ambiente são órgãos subordinados à Secretaria Municipal de Planejamento, Trânsito, Meio Ambiente, Indústria, Comércio e Serviços. O Departamento de trânsito tem como objetivo implementar e executar as políticas públicas referente ao trânsito, fiscalizar, controlar e avaliar o transporte coletivo e individual de passageiros, serviços funebres, etc., independentemente de outorga, autorização, concessão ou permissão para outros órgãos ou entidades, públicas ou privadas; entre outros. Além disso, sozinho ou em parceria com os demais organismos de segurança pública do Estado, atua na fiscalização da circulação de veículos motorizados. Implementa programas de segurança no trânsito, assim como de conscientização, a exemplo do "maio amarelo". A Assessoria de Meio Ambiente é responsável pela gestão ambiental do município no que se refere à fiscalização e licenciamento de atividades de impacto local. Além disso, o órgão tem as funções de formular, analisar e propor alterações e normas quanto a Estudos de Impacto Ambiental; analisar relatórios de impactos ambientais e Estudos de Impacto de Vizinhança; e estabelecer os termos de referência dos aspectos ambientais para os planos, programas e projetos de outras áreas da administração municipal e do setor privado. O departamento ainda viabiliza a participação do município em projetos de educação ambiental nas esferas municipal, estadual e federal, como acontece com o Proetor Ambiental. Ambos os Departamentos, visam trabalhar programas que visem a conscientização de crianças e adultos, em relação ao Trânsito e Meio Ambiente.</p> | | | | | |
| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 381 | Cidade Consciente e Proativa | R\$ 24.000,00 | R\$ 25.440,00 | R\$ 26.966,40 | R\$ 28.584,38 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Data | Referência | Índice | |
| Programas de conscientização na área de Trânsito e Meio Ambiente são mensuráveis (Critério subjetivo). | | | | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: | | | | | |
| OBJETIVO 1: | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2712 | Promoção da Educação no Trânsito - Promover a humanização e segurança no trânsito, conscientizando crianças e adultos sobre a importância de obedecer a sinalização e a postura necessária para seguir com segurança. | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.720,00 | R\$ 13.483,20 | R\$ 14.292,19 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | |
| Código | Descrição | Fundo Municipal de Trânsito de Timbó | | | |
| 2400 | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| Manutenção do Programa Aluno Guia | | | | | |
| Criação de programas, projetos, ações como Maio Amarelo, palestras, seminários e cursos. | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalizaçã
o | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |

| | | | | | | | | | | |
|---|--|----------------|--|---------------|---------------|---------------|-----|----------|-----|----------|
| Programa Aluno Guia | | Município | R\$ | 6.000,00 | R\$ | 6.360,00 | R\$ | 6.741,60 | R\$ | 7.146,10 |
| Cursos, palestras, seminários, Panfletagens, Programas. Educação nas escolas, empresas, Sipat, entidades em geral. | | Município | R\$ | 6.000,00 | R\$ | 6.360,00 | R\$ | 6.741,60 | R\$ | 7.146,10 |
| OBJETIVO 2: | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | | |
| 2604 | Promoção da Educação Ambiental - Promover a conscientização ambiental através de programas, projetos e ações que estimulem crianças e adultos, evidenciando a necessidade da preservação do meio ambiente, envolvendo a população em ações concretas para esta finalidade. | R\$ 12.000,00 | R\$ 12.720,00 | R\$ 13.483,20 | R\$ 14.292,19 | | | | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | | |
| 1300 | Fundo Municipal do Meio Ambiente de Timbó | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | | |
| Manutenção do Programa Protetor Ambiental | | | | | | | | | | |
| Criação de programas, projetos, ações, palestras, seminários e cursos que visem a proteção e preservação ambiental. | | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | |
| Programa Protetor Ambiental | | Município | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 | | | | |
| Cursos, palestras, seminários, Panfletagens, Programas. Educação nas escolas, empresas, Sipat, entidades em geral. | | Município | R\$ 6.000,00 | R\$ 6.360,00 | R\$ 6.741,60 | R\$ 7.146,10 | | | | |
| TOTAL DOS PROGRAMAS | | | R\$ 24.000,00 | R\$ 25.440,00 | R\$ 26.966,40 | R\$ 28.584,38 | | | | |

PROGRAMA DE GOVERNO



PROGRAMAS TEMÁTICOS: AGUA POTAVEL PARA TODOS

DIAGNOSTICO/METAS/INDICADORES

A água consumida pelos timboenses é captada no Rio Benedito. Antes de chegar ao consumidor final, a água captada passa pela Estação de Tratamento de Água (ETA), onde é submetida a um processo de tratamento para posterior distribuição aos usuários. A autarquia vem aprimorando a cada ano a qualidade da água colocada à disposição dos usuários. Para cumprimento das exigências legais e da satisfação do consumidor, faz-se necessário investimentos na área, priorizando a qualidade do atendimento ao usuário e conscientizando-o que a água é essencial para a vida, devendo ser usada com consciência e responsabilidade. Da mesma forma, o SAMAE precisa planejar investimentos, através de estudo de diretrizes com perspectiva mínima de 30 anos para o município, mantendo com qualidade o abastecimento das áreas já atendidas e desenvolvendo projetos para priorizar o atendimento de 100% da área urbana do município e a expansão da rede de distribuição e ligações para atendimento aos municípios residentes na zona rural.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|---|-------------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 391 | AGUA POTAVEL PARA TODOS | R\$ 6.625.000,00 | R\$ 6.810.000,00 | R\$ 8.285.000,00 | R\$ 9.580.000,00 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | | |
| | | Data | | | Índice |
| AUMENTO DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO | litros/segundo | 2018-2021 | | | 4 l/s |
| AUMENTO DA CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO | M³ | 2018-2021 | | | 1.300 M³ |
| REDES NOVAS | metros | 2018-2021 | | | 11.738 mts |
| SUBSTITUIÇÃO DE REDES | metros | 2018-2021 | | | 5.486 mts |
| LIGAÇÕES NOVAS | UNIDADES | 2018-2021 | | | 772 unidades |
| SUBSTITUIÇÃO DE HIDROMETROS | UNIDADES | 2018-2021 | | | 7.487 unidades |

1.3. Objetivos do Programa: IMPLEMENTAR MEDIDAS ESTRUTURAIS E ESTRUTURANTES QUE ASSEGUREM A MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA.

OBJETIVO 1: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSILIOS

| Descrição | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | |
|--|---|-------------------------------|----------------|----------------|
| Código | | 2018 | 2019 | 2021 |
| 1721 | ADQUIRIR MOVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE | R\$ 160.000,00 | R\$ 440.000,00 | R\$ 520.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | |
| Código | | Descrição | | |
| xxxx | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | |


| | | | | | | |
|---|---|---|--|----------------|----------------|----------------|
| MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MÓVEIS | | | | | | |
| AUTOMAÇÃO DE TODO O SISTEMA DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | | | | | |
| SUBSTITUIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO SISTEMA DE BOMBAMENTO E EQUIPAMENTOS SOBRESSALENTES | | | | | | |
| MODERNIZAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES DA ETA, PARA MELHORIAS NO SISTEMA DE CONTROLE DA QUALIDADE DA ÁGUA | | | | | | |
| MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA CONTROLE DE PERDAS, MEDIÇÃO E SETORIZAÇÃO | | | | | | |
| | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E BENS MÓVEIS PARA FINS DE AMPLIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO CONFORME DEPRECIAÇÃO | | ADMINISTRATIVO E ETA | R\$ 10.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 80.000,00 | R\$ 100.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE TELEMETRIA, SOFTWARES, MACROMEDIDORES, GEOFONES E EQUIPAMENTOS DE MEDIÇÃO. | | REDE DE ABASTECIMENTO, ELEVATÓRIAS, BOOSTER, ETA, ADMINISTRATIVO E CAPTAÇÃO | R\$ 40.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 250.000,00 | R\$ 300.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE BOMBAS E EQUIPAMENTOS DESTINADOS AO SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | CAPTAÇÃO, ETA, ELEVATÓRIAS E BOOSTERS. | R\$ 50.000,00 | R\$ 80.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 100.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE ANÁLISES E CONTROLE DO TRATAMENTO DE ÁGUA. | | ETA | R\$ 20.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 100.000,00 |
| IMPLANTAÇÃO DE UM SETOR DE CONTROLE DE PERDAS COM AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E INSUMOS. | | ADMINISTRATIVO | R\$ 40.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 80.000,00 | R\$ 150.000,00 |
| OBJETIVO 2: ADQUIRIR E RENOVAR A FROTA DE MAQUINAS E VEÍCULOS | | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1723 | AQUISIÇÃO DE NOVAS MÁQUINAS E VEÍCULOS E RENOVACÃO DA FROTA PARA SUBSTITUIÇÃO DA EXISTENTE DEVIDO A DEPRECIAÇÃO | | R\$ 707.000,00 | R\$ 57.000,00 | R\$ 550.000,00 | R\$ 545.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| xxxx | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| RENOVAÇÃO DA FROTA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DEVIDO A DEPRECIAÇÃO, REDUZINDO CUSTOS DE MANUTENÇÃO | | | | | | |
| AMPLIAÇÃO DA FROTA PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA | | | | | | |
| ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DEVIDO A CRIAÇÃO DE NOVAS EQUIPES DE TRABALHO | | | | | | |

| ATUALIZAÇÃO DEVIDO AO SURGIMENTO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS | | | | | | |
|---|---|---|--|------------------|------------------|------------------|
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS TIPO PICK-UP PARA SUBSTITUIÇÃO DA FROTA DAS EQUIPES DE MANUTENÇÃO | | EQUIPE DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 |
| AQUISIÇÃO PARA SUBSTITUIÇÃO DE MÁQUINAS E CAMINHÕES COM EQUIPAMENTOS ACOPLADOS | | EQUIPE DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA | R\$ 150.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 250.000,00 | R\$ 0,00 |
| AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS PARA COLETA DE ÁGUA PARA ANÁLISE EM VÁRIOS PONTOS DA CIDADE | | ETA | R\$ 50.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A EQUIPE DE CONTROLE DE PERDAS | | ADMINISTRATIVO | R\$ 50.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 50.000,00 |
| AQUISIÇÃO PARA AMPLIAÇÃO DA FROTA DE MAQUINAS E CAMINHÕES COM EQUIPAMENTOS ACOPLADOS | | EQUIPE DE MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ÁGUA | R\$ 350.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 250.000,00 | R\$ 395.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE MOTOCICLETAS PARA ATENDIMENTO DO SETOR DE FISCALIZAÇÃO | | FISCALIZAÇÃO | R\$ 7.000,00 | R\$ 7.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO | | ADMINISTRATIVO | R\$ 50.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 50.000,00 |
| OBJETIVO 3: AMPLIAR E RENOVAR AS INSTALAÇÕES DO SISTEMA DE ABASTECIMENTO | | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1725 | AMPLIAR E RENOVAR AS INSTALAÇÕES E AS CAPACIDADES DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO, ARMAZENAMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA | | R\$ 2.300.000,00 | R\$ 2.650.000,00 | R\$ 3.270.000,00 | R\$ 4.100.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| xxxx | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| MELHORIAS NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO RIO BENEDITO | | | | | | |
| AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE RESERVAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA | | | | | | |
| ESTUDOS E PROJETOS PARA CAPTAÇÃO E TRATAMENTO | | | | | | |
| EXPANSÃO DA REDE DE ABASTECIMENTO PARA AS ÁREAS RURAIS | | | | | | |
| AMPLIAÇÃO DA REDE DE DISTRIBUIÇÃO | | | | | | |
| SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE FERRO DEGRADADAS POR REDES DE PVC OU SIMILARES | | | | | | |
| MELHORIAS NAS INSTALACOES PREDIAIS E ESPAÇOS AFINS | | | | | | |

| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
|---|---|--|----------------|------------------|------------------|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| REALIZAR OBRAS DE INTERVENÇÃO NA CAPTAÇÃO DE ÁGUA BRUTA DO RIO BENEDITO PARA ADEQUAÇÃO E REGULARIZAÇÃO DO SISTEMA | CAPTAÇÃO | R\$ 50.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 70.000,00 | R\$ 150.000,00 |
| CONSTRUÇÃO DE NOVOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA TRATADA PARA ATENDIMENTO DO CRESCIMENTO DA DEMANDA | ESTADOS, ARAPONGUINHAS, NAÇÕES E CAPITAIS | R\$ 1.500.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 1.400.000,00 |
| AMPLIAÇÃO E REFORMA DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA (ETA) DEVIDO A DEPRECIACÃO E AUMENTO DE CONSUMO | ETA | R\$ 150.000,00 | R\$ 600.000,00 | R\$ 300.000,00 | R\$ 400.000,00 |
| CONTRATAÇÃO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA ANÁLISE E EXECUÇÃO DE SISTEMAS PARA CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ÁGUA | | R\$ 50.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 150.000,00 |
| IMPLANTAÇÃO DE NOVAS REDES PARA FORNECIMENTO DE ÁGUA NAS ÁREAS RURAIS | BAIRROS MULDE, TIROLESES, CAPITAIS, SÃO ROQUE, DONA CLARA E NAÇÕES | R\$ 150.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 150.000,00 |
| AMPLIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DE REDES DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA CONFORME CRONOGRAMA DE PAVIMENTAÇÕES DO MUNICÍPIO | DIVERSOS BAIRROS | R\$ 200.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 1.000.000,00 | R\$ 1.000.000,00 |
| AMPLIAÇÃO DAS REDES EXISTENTES POR DIÂMETROS MAIORES QUE ATENDAM A NECESSIDADE DE ABASTECIMENTO | DIVERSOS BAIRROS | R\$ 150.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 700.000,00 |
| REFORMA E AMPLIAÇÕES DAS INSTALAÇÕES E PÁTIOS UTILIZADOS PARA OS SERVIÇOS DE ÁGUA | | R\$ 50.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 150.000,00 |
| OBJETIVO 4: ADQUIRIR IMÓVEIS PARA O SISTEMA DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1727 | ADQUIRIR IMÓVEIS PARA A CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE CAPTAÇÃO, TRATAMENTO E RESERVAÇÃO DE ÁGUA | R\$ 100.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 145.000,00 | R\$ 150.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| xxx | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| IMPLANTAÇÃO DE NOVOS RESERVATÓRIOS DE ÁGUA TRATADA | | | | | |
| AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO DE ÁGUA | | | | | |
| | | | | | |
| | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |

www.diariomunicipal.sc.gov.br


| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
|---|----------------|--|-------------------------|-------------------------|-------------------------|
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES | | R\$ 537.500,00 | R\$ 573.000,00 | R\$ 620.000,00 | R\$ 667.000,00 |
| CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (CONCERTOS/RECUPERAÇÃO CALÇADAS, VIAS PÚBLICAS, HORAS MÁQUINAS, ETC), AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E OUTROS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DISTRIBUIÇÃO DE ÁGUA, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES | | R\$ 1.410.500,00 | R\$ 1.490.000,00 | R\$ 1.580.000,00 | R\$ 1.673.000,00 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | R\$ 6.625.000,00 | R\$ 6.810.000,00 | R\$ 8.285.000,00 | R\$ 9.580.000,00 |

| | | | | | |
|---|---|-----------------------------------|-------------------|---------------------|-------------------|
|  | | ANEXO IV-B | | PROGRAMA DE GOVERNO | |
| PROGRAMAS TEMÁTICOS: ESGOTAMENTO SANITÁRIO | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/INDICADORES | | | | | |
| UMA DAS ATRIBUIÇÕES DO SAMAE INSTITUÍDA PELA LC 212 É O TRATAMENTO DO ESGOTO SANITÁRIO NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ. ESTE PROCESSO GERA BENEFÍCIOS COMO A MELHORIA DAS CONDIÇÕES SANITÁRIAS LOCAIS, CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS, ELIMINAÇÃO DE FOCOS DE POLUIÇÃO E CONTAMINAÇÃO, ELIMINAÇÃO DE PROBLEMAS ESTÉTICOS DESAGRÁVEIS, REDUÇÃO DAS DOENÇAS OCASIONADAS PELA ÁGUA CONTAMINADA POR DEJETOS, REDUÇÃO DOS RECURSOS APLICADOS NO TRATAMENTO DE DOENÇAS, UMA VEZ QUE GRANDE PARTE DELAS ESTÁ RELACIONADA COM A FALTA DE UMA SOLUÇÃO ADEQUADA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO, ALÉM DA DIMINUIÇÃO DOS CUSTOS NO TRATAMENTO DE ÁGUA PARA ABASTECIMENTO QUE SERIAM OCASIONADOS PELA POLUIÇÃO DOS MANANCIAIS. ATUALMENTE O SAMAE POSSUI CONCLUÍDO UM PROJETO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO, PORÉM SENDO REVISADO E ATUALIZADO CONSTANTEMENTE DEVIDO AO SURGIMENTO DE NOVAS TECNOLOGIAS APLICÁVEIS AO SETOR. A REVISÃO E ATUALIZAÇÃO DESTE PROJETO PERMITE A HABILITAÇÃO DO SAMAE PARA A BUSCA DE RECURSOS FINANCEIROS JUNTO AOS ÓRGÃOS COMPETENTES. | | | | | |
| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 392 | ESGOTAMENTO SANITÁRIO | R\$ 13.555.000,00 | R\$ 13.810.000,00 | R\$ 14.460.000,00 | R\$ 14.650.000,00 |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | |
| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | Índice | |
| IMPLANTAÇÃO DE REDES COLETORAS | metros | Data | | 53.735 mts | |
| LIGAÇÕES NOVAS | unidades | 2018-2021 | | 6921 unidades | |
| AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRATAMENTO | litros/segundo | 2018-2021 | | 65 l/s | |
| 1.3. Objetivos do Programa: IMPLEMENTAR MEDIDAS ESTRUTURAIS E ESTRUTURANTES QUE ASSEGUREM A MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO. | | | | | |
| OBJETIVO 1: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSÍLIOS | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1729 | ADQUIRIR MOVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE | R\$ 0,00 | R\$ 80.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 210.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| xxxx | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| IMPLANTAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MÓVEIS | | | | | |
| IMPLANTAÇÃO E AUTOMAÇÃO DE TODO O SISTEMA DE CAPTAÇÃO E TRATAMENTO DE ESGOTO | | | | | |
| IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE BOMBAMENTO E EQUIPAMENTOS SOBRESSALENTES | | | | | |
| IMPLANTAÇÃO DO LABORATÓRIO DE ANÁLISES DA ETE, PARA CONTROLE DA QUALIDADE DO TRATAMENTO DE ESGOTO | | | | | |

www.diariomunicipal.sc.gov.br

| REPAVIMENTAÇÕES DE VIAS DANIFICADAS PELA IMPLANTAÇÃO DA REDE COLETORA | | | | | | |
|---|---|--|-------------------|-------------------|-------------------|--|
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO E EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE IMPLANTAÇÃO | | R\$ 13.450.000,00 | R\$ 13.440.000,00 | R\$ 13.800.000,00 | R\$ 14.000.000,00 | |
| CONTRATAÇÃO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA ANÁLISE E EXECUÇÃO DE SISTEMAS PARA COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO | | R\$ 50.000,00 | R\$ 60.000,00 | R\$ 70.000,00 | R\$ 80.000,00 | |
| OBJETIVO 4: ADQUIRIR IMOVEIS PARA O SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 1735 | ADQUIRIR IMÓVEIS PARA A IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE COLETA E TRATAMENTO DE ESGOTO | R\$ 55.000,00 | R\$ 70.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 70.000,00 | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| xxxx | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| AQUISIÇÃO DE IMOVEIS | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | |
| ADQUIRIR TERRENOS A SEREM UTILIZADOS PARA IMPLANTAÇÃO DE ELEVATORIAS DE ESGOTO | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| | | R\$ 5.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 20.000,00 | |
| ADQUIRIR IMÓVEL APTO PARA A CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO | | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | |
| OBJETIVO 5: MANTER AS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO DA ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ESGOTO | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | |
| 2726 | MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS | R\$ 0,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 70.000,00 | R\$ 95.000,00 | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| xxxx | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| | | | | | | |
| MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DA ESTAÇAO DE TRATAMENTO | | | | | | |

| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
|---|--|----------------|--|----------------------|----------------------|----------------------|
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES LOTADOS NA ETE | | ETE | R\$ | R\$ 10.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 25.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E OUTROS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE TRATAMENTO, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (ANÁLISE DE ÁGUA, ELÉTRICA, TELEMETRIA, PREDIAL ETC) | | ETE | R\$ | R\$ 20.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 70.000,00 |
| OBJETIVO 6: REALIZAR A MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA REDE COLETORA | | | | | | |
| Código | Descrição | Regionalização | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 2728 | MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS OPERACIONAIS, MATERIAIS E INSUMOS | | R\$ 0,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 70.000,00 | R\$ 95.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | |
| xxx | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | |
| MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS DA REDE COLETORA DE ESGOTO | | | | | | |
| | | | | | | |
| | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO DOS SERVIDORES, CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES | | ETE | R\$ | R\$ 10.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 25.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE E OUTROS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE COLETA DE ESGOTO CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS (CONCERTOS/RECUPERAÇÃO CALÇADAS, VIAS PÚBLICAS, HORAS MÁQUINAS, ETC) | | ETE | R\$ | R\$ 20.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 70.000,00 |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | 13.555.000,00 | 13.810.000,00 | 14.460.000,00 | 14.650.000,00 |



PROGRAMA DE GOVERNO

PROGRAMAS TEMÁTICOS: PROJETO CIDADE LIMPA

DIAGNÓSTICO/METAS/INDICADORES

O SAMAE É RESPONSÁVEL PELA REALIZAÇÃO DA COLETA DE RESÍDUOS SÓLIDOS (ORGÂNICOS E SELETIVA) NO MUNICÍPIO DE TIMBÓ. OS RESÍDUOS SÓLIDOS ORGÂNICOS SÃO DEPOSITADOS NO ATERRO SANITÁRIO PARA TRATAMENTO E DISPOSIÇÃO FINAL, MEDIANTE CONVENIO FIRMADO COM O CONSORCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI. JÁ O MATERIAL DA COLETA SELETIVA É SEPARADO E DEPOIS VENDIDO ATRAVÉS DE LEILÃO. A FIM DE APRIMORARMOS AINDA MAIS ESTE PROGRAMA, O SAMAE ATRAVÉS DO NÚCLEO DE EDUCAÇÃO AMBIENTAL, VEM INVESTINDO EM CAMPANHAS DE CONSCIENTIZAÇÃO DA POPULAÇÃO NO QUE REFERE-SE A SEPARAÇÃO DO LIXO RECICLÁVEL, VISANDO RESPEITO AO MEIO AMBIENTE, QUALIDADE DE VIDA E MAIOR VIDA ÚTIL DO ATERRO SANITÁRIO.

| 1. Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | |
|--------------------------|----------------------|-----------------------------------|------------------|------------------|------------------|
| Código | Título | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 393 | PROJETO CIDADE LIMPA | R\$ 3.438.350,00 | R\$ 3.692.500,00 | R\$ 4.225.000,00 | R\$ 4.454.150,00 |

1.2. Indicadores vinculados ao Programa

| Descrição | Unidade de Medida | Referência | | |
|---|-------------------|------------|--------|--|
| | | Data | Índice | |
| COLETA DE RESÍDUOS DOMICILIARES | toneladas | 2018-2021 | 7.300 | |
| DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS DOMICILIARES | toneladas | 2018-2021 | 7.890 | |
| VALORIZAÇÃO DE RESÍDUOS DA COLETA SELETIVA (RECICLAGEM) | toneladas | 2018-2021 | 1.980 | |

1.3. Objetivos do Programa: IMPLEMENTAR MEDIDAS ESTRUTURAIS E ESTRUTURANTES QUE ASSEGUREM A MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE COLETA E DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS.

OBJETIVO 1: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOVEIS E UTENSÍLIOS

| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--------|---|---------------|----------------|----------------|----------------|
| 1737 | ADQUIRIR MÓVEIS E EQUIPAMENTOS DIVERSOS PARA MODERNIZAR E MELHORAR A GESTÃO E A PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS À COMUNIDADE | R\$ 15.000,00 | R\$ 130.000,00 | R\$ 195.000,00 | R\$ 190.000,00 |

1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE

| Código | Descrição |
|--------|-----------|
| xxxx | |

1.3.2 Metas (2018 a 2021):

MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS E MÓVEIS


REESTRUTURAÇÃO DO SISTEMA DE TRIAGEM E SELEÇÃO DE RECICLÁVEIS

PADRONIZAÇÃO DE ACONDICIONADORES DE RESÍDUOS SÓLIDOS

| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) |
|---------------------------------|----------------|---|
|---------------------------------|----------------|---|

| | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
|--|--|---|----------------|----------------|----------------|
| AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA E BENS MÓVEIS PARA FINS DE AMPLIAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO CONFORME DEPRECIAÇÃO | SETOR DE RESÍDUOS | 5.000,00 | R\$ 10.000,00 | R\$ 15.000,00 | R\$ 20.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE PRENSA PARA O MATERIAL RECICLADO | SETOR DE RESÍDUOS | R\$ | R\$ 50.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| AQUISIÇÃO DE ESTEIRA PARA SEPARAÇÃO DOS MATERIAIS RECICLÁVEIS | SETOR DE RESÍDUOS | R\$ | R\$ 50.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| AQUISIÇÃO DE NOVOS EQUIPAMENTOS DE ARMAZENAMENTO INTERNO DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | SETOR DE RESÍDUOS | R\$ 5.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 20.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE ACONDICIONADORES PARA IMPLANTAÇÃO DE PROJETO DE ARMAZENAMENTO COLETIVO EM PONTOS DISTRIBUÍDOS NO MUNICÍPIO | | R\$ 5.000,00 | R\$ 20.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 150.000,00 |
| OBJETIVO 2: ADQUIRIR E RENOVAR A FROTA DE MÁQUINAS E VEÍCULOS | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1739 | AQUISIÇÃO DE NOVAS MÁQUINAS E VEÍCULOS E RENOVACÃO DA FROTA PARA SUBSTITUIÇÃO EXISTENTE DEVIDO A DEPRECIAÇÃO | R\$ 450.000,00 | R\$ 370.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |
| xxxx | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | |
| RENOVAÇÃO DA FROTA ADMINISTRATIVA E OPERACIONAL DEVIDO A DEPRECIAÇÃO, REDUZINDO CUSTOS DE MANUTENÇÃO | | | | | |
| AMPLIAÇÃO DA FROTA PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA | | | | | |
| ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DEVIDO A CRIAÇÃO DE NOVAS EQUIPES DE TRABALHO | | | | | |
| ATUALIZAÇÃO DEVIDO AO SURGIMENTO DE NOVOS EQUIPAMENTOS E TECNOLOGIAS | | | | | |
| | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | |
| | Regionalização | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| AQUISIÇÃO PARA AMPLIAÇÃO E RENOVACÃO DA FROTA DE MÁQUINAS E CAMINHÕES PARA COLETA DE RESÍDUOS COM EQUIPAMENTOS ACOPLADOS | SETOR DE RESÍDUOS | R\$ 400.000,00 | R\$ 370.000,00 | R\$ 500.000,00 | R\$ 500.000,00 |
| AQUISIÇÃO DE VEÍCULO TIPO PASSEIO PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO SETOR ADMINISTRATIVO | SETOR DE RESÍDUOS | R\$ 50.000,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 | R\$ 0,00 |
| OBJETIVO 3: REALIZAR OBRAS E INSTALAÇÕES | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 |
| 1741 | AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE COLETA E TRIAGEM | R\$ 50.000,00 | R\$ 70.000,00 | R\$ 120.000,00 | R\$ 150.000,00 |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | |
| Código | Descrição | | | | |

| | | | | | | | | | | | |
|---|---|--|--|------------------|------------------|----------------|--|--|--|--|--|
| xxxx | | | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE COLETA ALTERNATIVO | | | | | | | | | |
| | | AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE DE TRIAGEM | | | | | | | | | |
| | | Valor das iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | | |
| CONSTRUÇÃO DE LOCAL PARA DEPOSITO DE MATERIAIS DE LOGISTICA REVERSA E COLETA DE MATERIAS RECICLÁVEIS ALTERNATIVO | | | R\$ 30.000,00 | R\$ 40.000,00 | R\$ 70.000,00 | R\$ 100.000,00 | | | | | |
| CONTRATAÇÃO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA ANALISE E EXECUÇÃO DE SISTEMAS PARA COLETA E DESTINAÇÃO DE RESÍDUOS | | | R\$ 20.000,00 | R\$ 30.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | | | | | |
| OBJETIVO 4: ADQUIRIR IMÓVEIS PARA O SISTEMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | | | |
| 1743 | ADQUIRIR IMÓVEIS PARA MELHORIAS NO SISTEMA DE COLETA E TRIAGEM DE MATERIAIS RECICLÁVEIS | R\$ 0,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 80.000,00 | | | | | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | | | |
| xxxx | | | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | IMPLANTAÇÃO DE PONTOS DE COLETA ALTERNATIVO | | | | | | | | | |
| | | | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | | |
| AQUISIÇÃO DE TERRENOS PARA A CONSTRUÇÃO DE PONTOS DE TRIAGEM E COLETA ALTERNATIVA DE RESÍDUOS SÓLIDOS | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | | |
| | | R\$ | | R\$ 50.000,00 | R\$ 100.000,00 | R\$ 80.000,00 | | | | | |
| OBJETIVO 5: MANTER AS ATIVIDADES DE OPERAÇÃO DE TRIAGEM E DESTINAÇÃO FINAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | | | | | |
| 2730 | MANUTENÇÃO DA FOLHA DE PAGAMENTO, SERVIÇOS DE OPERAÇÃO, MATERIAIS E INSUMOS | R\$ 1.146.000,00 | R\$ 1.182.500,00 | R\$ 1.300.000,00 | R\$ 1.400.000,00 | | | | | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | | | |
| xxxx | | | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | MANUTENCAO DAS ATIVIDADES DOS SERVICOS DE TRIAGEM E DESTINACAO FINAL DE RESIDUOS SOLIDOS | | | | | | | | | |

| | | | | | | | | | |
|---|--|-----------------------|--|--|----------------|----------------|----------------|--|--|
|  <p align="center">PROGRAMA DE GOVERNO</p> | | | | | | | | | |
| PROGRAMAS TEMÁTICOS: DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS | | | | | | | | | |
| DIAGNOSTICO/METAS/INDICADORES | | | | | | | | | |
| O MUNICÍPIO DE TIMBÓ NA SUA ÁREA URBANA ESTÁ PROVIDO DE UM SISTEMA DE DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS. ESTE SISTEMA É RESULTANTE DE OBRAS REALIZADAS AO LONGO DA URBANIZAÇÃO DO MUNICÍPIO, CUJOS CRITÉRIOS DE EXECUÇÃO MUITAS VEZES, NÃO FORAM OBSERVADOS DE FORMA COERENTE COM PADRÕES TÉCNICOS PARA DIMENSIONAMENTO COM BASE EM NORMAS E ESTUDOS APLICÁVEIS. O RESULTADO DESTA PRÁTICA NÃO DIFERENTE DO QUE OCORREU NA MAIORIA DAS CIDADES BRASILEIRAS, CONFERE A FALTA DE INFORMAÇÕES, CADASTRO E ELEMENTOS PARA AVALIAÇÃO DAS ESTRUTURAS EXISTENTES. ATUALMENTE ESTÃO SENDO ELABORADOS ESTUDOS E PROJETOS DIVERSOS NESTA ÁREA A FIM DE MELHORAR A EFICIÊNCIA DESSE SISTEMA NO NOSSO MUNICÍPIO. | | | | | | | | | |
| 1. | | Descrição do Programa | | 1.1 Valor do Programa 2018 a 2021 | | | | | |
| Código | Título | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| 394 | DRENAGEM E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS | | | R\$ 65.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 345.000,00 | R\$ 430.000,00 | | |
| 1.2. Indicadores vinculados ao Programa | | | | | | | | | |
| Descrição | | Unidade de Medida | | Referência | | Índice | | | |
| IMPLANTAÇÃO DE REDE DE MICRO DRENAGEM | | metros | | Data
2018-2021 | | 3.902 mts | | | |
| 1.3. Objetivos do Programa: IMPLEMENTAR MEDIDAS ESTRUTURAIS E ESTRUTURANTES QUE ASSEGUREM A MELHORIA DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DE DRENAGEM. | | | | | | | | | |
| OBJETIVO 1: REALIZAR OBRAS E INSTALAÇÕES | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| 1745 | REALIZAÇÃO DE OBRAS E MELHORIAS DA INFRA-ESTRUTURA DA DRENAGEM DE ÁGUAS PLUVIAIS | | | R\$ 50.000,00 | R\$ 150.000,00 | R\$ 245.000,00 | R\$ 280.000,00 | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | |
| | xxxx | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | |
| EFETIVAR MELHORIAS NAS REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS | | | | | | | | | |
| IMPLANTAR NOVAS REDES COLETORAS DE ÁGUAS PLUVIAIS | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | Regionalização | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021
(Quantidade x Valor Unitário) | | | | | |
| | | | | 2018 | 2019 | 2020 | 2021 | | |
| CONTRATAÇÃO E ELABORAÇÃO DE ESTUDOS E PROJETOS PARA ANÁLISE E EXECUÇÃO DE SISTEMAS PARA COLETA E MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS | | | | R\$ 10.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 80.000,00 | | |

| | | | | | | | | | | |
|--|--|--|---|----------------|----------------|------------|----------------|------------|-----|------------|
| IMPLANTAÇÃO DE NOVAS TUBULAÇÕES E SUBSTITUIÇÕES DAS REDES QUE ESTÃO COMPROMETIDAS | | | R\$ | 40.000,00 | R\$ | 100.000,00 | R\$ | 195.000,00 | R\$ | 200.000,00 |
| OBJETIVO 2: MANTER AS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE DRENAGEM | | | Valor do Objetivo 2018 a 2021 | | | | | | | |
| Código | Descrição | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| 2734 | MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS RELACIONADOS A DRENAGEM E MANEJO DE AGUAS PLUVIAIS | | R\$ 15.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 100.000,00 | | R\$ 150.000,00 | | | |
| 1.3.1 Órgão e Unidade responsável pelo objetivo: SAMAE | | | | | | | | | | |
| Código | Descrição | | | | | | | | | |
| xxxx | | | | | | | | | | |
| 1.3.2 Metas (2018 a 2021): | | | | | | | | | | |
| MANTER AS ATIVIDADES DE DRENAGEM E MANEJO DE AGUAS PLUVIAIS AFIM DE QUE POSSAM SER ENCAMINHADAS DE FORMA CORRETA AO SEUS CORPOS RECEPTORES | | | | | | | | | | |
| 1.3.3 Iniciativas (2018 a 2021) | | | Valor das Iniciativas 2018 a 2021 (Quantidade x Valor Unitário) | | | | | | | |
| Regionalização | | | 2018 | 2019 | | 2020 | | 2021 | | |
| AQUISIÇÃO DE MATERIAIS E OUTROS INSUMOS NECESSÁRIOS PARA A MANUTENÇÃO DO SISTEMA DE DRENAGEM E MANEJO DAS AGUAS PLUVIAIS | | | R\$ 15.000,00 | R\$ 50.000,00 | R\$ 100.000,00 | | R\$ 150.000,00 | | | |
| TOTAL DO PROGRAMA | | | R\$ 65.000,00 | R\$ 200.000,00 | R\$ 345.000,00 | | R\$ 430.000,00 | | | |

Três Barras

PREFEITURA

LEI Nº. 3.300 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº. 3.300 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR CONVÊNIO COM A FUNDAÇÃO HOSPITALAR DE TRÊS BARRAS, PARA REPASSE DE RECURSOS DESTINADOS AO PAGAMENTO DE DESPESAS DE CUSTEIO E MANUTENÇÃO.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º.- Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a firmar convênio com a Fundação Hospitalar de Três Barras, tendo por objeto o repasse de recursos, para pagamento de despesas de custeio e manutenção da entidade, até o valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), no exercício de 2017.

Art. 2º.- A Fundação Hospitalar de Três Barras prestará contas dos recursos recebidos, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da realização da respectiva despesa.

Art. 3º.- As despesas decorrentes da presente Lei, correrão por conta de recursos de dotação orçamentária específica do orçamento vigente, a qual poderá ser suplementada por decreto do Poder Executivo, se necessário.

Art. 4º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LEI Nº. 3.301 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº. 3.301 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL DE TRÊS BARRAS, ESTADO DE SANTA CATARINA, A ADQUIRIR UM VEÍCULO COM RECURSOS DO CONVÊNIO DE TRÂNSITO PARA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º.- Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a realizar a aquisição de um veículo 0 Km através de recursos oriundos do convênio de trânsito para Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Parágrafo Único – O veículo constante no caput deste artigo destina-se para atuar como uma viatura a serviço do policiamento ostensivo e preventivo motorizado, no Município de Três Barras, através do 3º. Batalhão de Polícia Militar do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º.- A autorização prevista nesta Lei não afasta a obrigatoriedade dos procedimentos exigidos pela Lei Federal nº. 8.666, de 21 de Junho de 1993 e alterações posteriores, sendo que a aquisição autorizada por esta Lei será precedida de Procedimento Licitatório.

Art. 3º.- As ações decorrentes da execução do objeto da presente Lei não resultarão em ônus para o Município, tendo em vista que será utilizado recursos provenientes do Convênio de Trânsito.

Art. 4º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LEI Nº. 3.302 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº. 3.302 DE 16 DE AGOSTO DE 2017

CONCEDE DESCONTO PARA O PAGAMENTO DA DÍVIDA ATIVA E AUTORIZA PARCELAMENTO ATÉ 30 DE NOVEMBRO DE 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º.- Fica autorizado o Executivo Municipal a conceder desconto da dívida ativa municipal a devedores inscritos até 30 de Dezembro de 2016, observadas as seguintes condições:

I – dedução de 100% (cem por cento) dos juros e multas para pagamento em até 05 (cinco) parcelas;

II – dedução de 80% (oitenta por cento) dos juros e multas para pagamento em 08 (oito) parcelas;

III – dedução de 70% (setenta por cento) dos juros e multas para pagamento em 12 (doze) parcelas.

Parágrafo Único – A obtenção do desconto da dívida ativa fica condicionada:

a) Ao adimplemento do IPTU – Imposto Predial e Territorial Urbano relativo ao exercício de 2017;

b) Inexistência de obtenção do benefício de desconto e parcelamento em período anterior a 24 (vinte e quatro) meses.

Art. 2º.- O contribuinte que optar pelo pagamento parcelado da dívida de acordo com o previsto nos incisos do artigo anterior e deixar de efetuar o pagamento no prazo previsto terá suspenso o parcelamento e a dívida retornará ao valor original.

Art. 3º.- Poderá o contribuinte ou responsável parcelar, sem qualquer desconto, em até 36 (trinta e seis) meses, o débito inscrito em dívida ativa, observadas as condições desta Lei.

§ 1º.- O parcelamento somente será deferido mediante adimplemento dos tributos relativos ao exercício de 2017;

§ 2º.- Para efeito do parcelamento de que trata o caput, o valor do tributo atualizado pela variação da UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal, será acrescido da multa prevista na legislação aplicável, e de juros de mora de 6% (seis por cento) ao ano;

-fls 02 LEI Nº. 3.302/2017-

§ 3º.- O crédito tributário parcelado na forma do parágrafo anterior será pago em prestações mensais e sucessivas, vencíveis no último dia de cada mês, sendo o valor de cada parcela não inferior a 10 UFRM – Unidade Fiscal de Referência Municipal.

§ 4º.- O débito parcelado na forma do § 2º. deste artigo será convertido em UFRM e o saldo devedor será crescido de juros de 6% (seis por cento) ao ano, deduzindo-se mensalmente as parcelas efetivamente pagas.

§ 5º.- As parcelas pagas com atraso serão acrescidas de multa de 10% (dez por cento) do seu valor e corrigidas pela variação da UFRM;

§ 6º.- A interrupção do pagamento do parcelamento por mais de 3 (três) meses consecutivos, implicará exigibilidade imediata da totalidade do crédito confessado e ainda não pago, com automática execução da garantia prestada, restabelecendo-se, em relação ao montante não pago, os acréscimos legais na forma da legislação aplicável à época da ocorrência dos respectivos fatos geradores, bem como, se for o caso, no prosseguimento da ação de execução fiscal.

Art. 4º.- O disposto nesta Lei aplica-se aos tributos lançados ou denunciados espontaneamente, inclusive os inscritos em Dívida Ativa, qualquer que seja a fase da cobrança.

Parágrafo Único – Quando se tratar da Dívida Ativa ajuizada, formalizado o acordo de parcelamento, será o mesmo oficiado ao Juízo de Direito da Segunda Vara Cível e dos Feitos da Fazenda, da Comarca de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, para extinção do processo, mediante a comprovação, pelo devedor, do pagamento dos honorários e demais custas processuais.

Art. 5º.- É facultado a qualquer pessoal, física ou jurídica, assumir créditos tributários de terceiros, mediante autorização expressa do contribuinte ou responsável e anuência da autoridade fiscal, para os efeitos desta Lei, sub-rogando os deveres deste último.

Art. 6º.- A opção pelo parcelamento instituído por esta Lei, implica ao devedor a confissão irrevogável e irretratável dos débitos consolidados.

Art. 7º.- O prazo para o contribuinte fazer seu pedido de parcelamento ou pagamento em parcela única com desconto referente a dívida ativa municipal encerra-se no dia 30 de Novembro de 2017.

Art. 8º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 16 de Agosto de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LEI Nº. 3.303 DE 17 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº. 3.303 DE 17 DE AGOSTO DE 2017

ALTERAR A REDAÇÃO DO INCISO I DO ART. 1º. DA LEI Nº. 2.753, DE 26/05/2008 – “IDENTIFICA E DENOMINA AS ÁREAS INDUSTRIAIS DO MUNICÍPIO DE TRÊS BARRAS”.

LUIZ DIVONSIDR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que a Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º.- Fica alterada a redação do inciso I do art. 1º. da Lei nº. 2.753, de 26 de Maio de 2008, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“I – Área Industrial I – compreendida a área de 3.384.725,00 m² (três milhões e trezentos e oitenta e quatro mil e setecentos e vinte e cinco metros quadrados) propriedade da Empresa Rigesa Celulose, Papel e Embalagens Ltda, e a área de 336.406,24 m² (trezentos e trinta e seis mil e quatrocentos e seis metros e vinte e quatro centímetros quadrados), localizada as margens da Rodovia SC 303 – lugar denominado Barra Grande – Km 6”.

Art. 2º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de Agosto de 2017.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

LEI Nº. 3.304 DE 17 DE AGOSTO DE 2017

LEI Nº. 3.304 DE 17 DE AGOSTO DE 2017

AUTORIZA O EXECUTIVO MUNICIPAL CONCEDER REPASSE FINANCEIRO NO VALOR DE R\$ 10.000,00 – AO FUMREBOM – CORPO DE BOMBEIROS DE TRÊS BARRAS – SC.

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, Estado de Santa Catarina.

Faço saber que Câmara Municipal decretou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art. 1º.- Fica autorizado o Executivo Municipal a proceder um repasse de auxílio financeiro na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), ao FUMREBOM- Corpo de Bombeiros de nosso município, destinados a manutenção de veículo pertencente a esta guarnição.

Art. 2º.- As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão a conta de dotação específica do orçamento vigente.

Parágrafo Único – a entidade beneficiada tem o prazo de 60 (sessenta) dias para apresentar a prestação de contas ao setor de contabilidade da Secretaria Municipal de Finanças do valor recebido.

Art. 3º.- Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 17 de Agosto de 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

PORTARIA Nº. 184 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº. 184 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal nº. 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 332.

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer o direito a progressão funcional por aperfeiçoamento ao servidor EVALDO CICERO MAÇANEIRO, matrícula 53953-1, ocupante do cargo de Condutor de Máquinas e Veículos – lotado na Secretaria de Viação e Obras, que em função da conclusão de curso de aperfeiçoamento, terá avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº. 139/2009, com efeitos a contar de 1º. de Julho de 2017.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 185 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº. 185 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto nos artigos 29 e 30 da Lei Complementar Municipal nº. 140/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 503/2017.

RESOLVE:

Art. 1º. Reconhecer o direito a progressão funcional por aperfeiçoamento ao servidor VIVIANE ADUR WOGGINAKI ZIMMERMANN, matrícula 2348-7, ocupante do cargo de Professor – lotado na Secretaria de Educação, Cultura e Esporte, que em função da conclusão de curso de pós-graduação, terá avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida nos artigos 29 e 30 Lei Complementar nº. 140/2009, com efeitos a contar de 1º. de Fevereiro de 2017.

Art. 2º. Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 186 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº. 186 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal n]. 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 291/2016,

RESOLVE:

Art. 1º.- Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento a servidora EVA APARECIDA BRONOSKI DA SILVA MAÇANEIRO – matrícula nº. 115533-2, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais, que, em função da conclusão de curso de graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº. 139/2009, com efeitos a contar de 01 de Abril de 2017.

Art. 2º.- Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 187 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº. 187 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal n]. 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 140/2017,

RESOLVE:

Art. 1º.- Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento ao servidor GERSON LUIS LESCOVITZ – matrícula nº. 4820-11, ocupante do cargo de Condutor de Máquinas e Veículos, que, em função da conclusão de curso de graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº. 139/2009, com efeitos a contar de 01 de Março de 2017.

Art. 2º.- Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 188 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº. 188 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal n]. 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento sem registro;

RESOLVE:

Art. 1º.- Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento a servidora DANIELA EVERS WEINFURTER – matrícula nº. 108510-1, ocupante do cargo de Farmacêutico, que, em função da conclusão de curso de graduação, terá o avanço de 03 (três) níveis, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº. 139/2009, com efeitos a contar de 01 de Março de 2017.

Art. 2º.- Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 189 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº. 189 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal n]. 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 1289/2016;

RESOLVE:

Art. 1º.- Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento a servidora VALDOLINA DE JESUS S. F. DA SILVA – matrícula nº. 84417-2, ocupante do cargo de Assistente Social, que, em função da conclusão de curso de aperfeiçoamento, terá o avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº. 139/2009, com efeitos a contar de 01 de Janeiro de 2017.

Art. 2º.- Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

PORTARIA Nº. 190 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

PORTARIA Nº. 190 DE 07 DE AGOSTO DE 2017

LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI, Prefeito Municipal de Três Barras, SC, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo art. 65, inciso VII da Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO, o disposto no art. 10 da Lei Complementar Municipal n]. 139/2009;

CONSIDERANDO, o parecer jurídico reconhecendo o direito postulado, exarado junto ao Requerimento nº. 327/2016;

RESOLVE:

Art. 1º.- Reconhecer o direito à progressão funcional por aperfeiçoamento a servidora JUREMA COLLI GUIMARÃES – matrícula nº. 3280-6, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, que, em função da conclusão de curso de aperfeiçoamento, terá o avanço de 01 (um) nível, na forma estabelecida na Tabela do Anexo IV da Lei Complementar nº. 139/2009, com efeitos a contar de 01 de Abril de 2017.

Art. 2º.- Proceda o Setor Pessoal as alterações necessárias.

Art. 3º.- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Três Barras (SC), em 07 de Agosto de 2017.
LUIZ DIVONSIR SHIMOGUIRI
Prefeito Municipal

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios.

ANDERSON STOCLOSKI
Advogado

Treze Tílias

PREFEITURA

DECRETO 2312

DECRETO Nº 2.312/2017 de 23 DE AGOSTO DE 2017

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 58.518,74 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MAURO DRESCH, Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e na conformidade da lei,

DECRETA:

Artigo 1º. Fica aberto um crédito suplementar de R\$ 58.518,74 (cinquenta e oito mil, quinhentos e dezoito reais e setenta e quatro centavos) a fim de reforçar as seguintes dotações orçamentárias:

03- SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS

03- SERVIÇO DE SEGURANÇA PÚBLICA

2006 – Manutenção da Segurança e Trânsito

(142) 3.3.90.00.00.00.00.00.03.0054 R\$ 58.518,74

Art. 2º. Para fazer frente ao crédito constante no artigo anterior, são utilizados recursos do superávit financeiro de recursos do convênio trânsito com a Polícia Militar, do exercício anterior.

Artigo 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,

23 de agosto de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

LEI ORDINARIA 1937

LEI MUNICIPAL Nº 1.937/2017

De 24 de agosto de 2017

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA O GRUPO DE ESCOTEIROS ÁGUIAS DO TIROL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TREZE TÍLIAS Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica Declarada de Utilidade Pública o GRUPO DE ESCOTEIROS ÁGUIAS DO TIROL, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº 25.255.636/0001-05, com Sede na Rua Franz Pointl – Parque do Imigrante, Bairro Imigrantes, Município de Treze Tílias/SC.

Art. 2º. As despesas decorrentes com a execução desta Lei se darão por conta de dotações orçamentárias próprias do Orçamento Municipal, vigente em cada exercício financeiro.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias/SC,

24 de agosto de 2017.

MAURO DRESCH

Prefeito

Registrada e publicada a presente Lei Municipal no Diário Oficial dos Municípios – D.O.M.

IVO PAULO HARTMANN

Secretário de Administração e Finanças

Trombudo Central

PREFEITURA

DECRETO 086/17

DECRETO 086/17 DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.06.182.0003.2.006-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

03 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01 – SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

03.01.06.182.0003.2.006-3.1.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 15.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 087/17

DECRETO 087/17 DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR – NÃO ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 70.000,00 (setenta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.13 – Departamento de Esportes

04.03.27.812.0004.2.018-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 20.000,00

06 – SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

06.01 – Departamento de Fomento a Agricultura

06.01.20.601.0007.2.034-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações

diretas R\$ 50.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

Superávit Financeiro R\$ 70.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 088/17

DECRETO 088/17 DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.90.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 30.000,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

07 – FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE

07.01 – DEPARTAMENTO DE ATENÇÃO BÁSICA

07.01.10.301.0005.2.027-3.3.93.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 30.000,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 089/17

DECRETO 089/17 DE 16 DE AGOSTO DE 2017.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR –ORIGINÁRIO DO ORÇAMENTO GERAL NO ORÇAMENTO PROGRAMA DE 2017.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do município de Trombudo Central e autorização contida na Lei Municipal nº 1929 de 20 de novembro de 2016.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto no corrente exercício crédito no valor de R\$ 394.500,00 (trezentos e noventa e quatro mil e quinhentos reais), para as seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.04 –Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 100.000,00

04.06 –Centro de Educação Básica Eginolf Bell

04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 60.000,00

04.05 –Centro de Educação Básica Arthur Bruno Jandt

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 80.000,00

04.02 –Departamento de Atenção Básica

04.02.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 150.000,00

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.04 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO

08.04.08.244.0012.2.044-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 4.500,00

Art. 2º - Para atendimento da Suplementação que trata o artigo anterior, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial e/ou total das seguintes dotações orçamentárias:

04 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO E DO ESPORTE

04.05 –Centro de Educação Básica Arthur Bruno Jandt

04.05.12.361.0004.2.008-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 80.000,00

04.06 –Centro de Educação Básica Eginolf Bell

04.06.12.361.0004.2.009-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 60.000,00

04.04 –Centro de Educação Básica Erica Hasse

04.04.12.361.0004.2.007-3.1.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 100.000,00

04.02 –Departamento de Atenção Básica

04.02.12.361.0004.2.019-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 150.000,00

08 – SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO

08.04 – DEPARTAMENTO DE GESTÃO

08.04.08.244.0012.2.044-3.3.90.00.00.00.00.00 – aplicações diretas R\$ 4.500,00

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 16 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

DECRETO 090/17

DECRETO 090/17 DE 22 DE AGOSTO DE 2017.

RETIFICA O DECRETO 085/17 DE 16 DE AGOSTO DE 2017, QUE NOMEIA O CONSELHO MUNICIPAL DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE SOCIAL DO FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO – CACS (FUNDEB).

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas e com base na Lei 1497 de 09 de abril de 2007.

DECRETA:

Art. 1º - Retifica o Decreto 090/17, que nomeia o Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – CACS (FUNDEB), no cumprimento do mandato até o mês de agosto de 2019, conforme nominata abaixo descrita:

1) Representantes da Secretaria Municipal de Administração e Finanças.

Titular: Zulnei Luchtenberg

Suplente: Ronaldo Krüger

2) Representantes da Secretaria Municipal da Educação e do Esporte.

Titular: Verlani Correa

Suplente: Doraci Adriana Jeremias Kolm

3) Representantes dos Professores das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Bianca Schultz Kantovick

Suplente: Elqui Grahl Sasse

4) Representantes dos Diretores das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Regiane Maria Senes Franz

Suplente: Marcia Gisele Salvador

5) Representantes dos Servidores Técnico-administrativos das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Sonia da Veiga Correa - PRESIDENTE

Suplente: Rosalina Brandl

6) Representantes dos Pais e Alunos das Escolas Públicas Municipais.

Titular: Gislaine Schwambach

Suplente: Morgana Tamara Wloch Fabris

Titular: Marcos Kolm

Suplente: Adriano ventura

7) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública.

Titular: Dalton Strey

Suplente: Daniele Caroline Deitos

8) Representantes dos Estudantes da Educação Básica Pública Secundária.

Titular: Cintia da Silva

Suplente: Lais Zoraide Naihaus

9) Representantes do Conselho Municipal de Educação.

Titular: Fabiana da Croce

Suplente: Gizaine Maria da Silva

10) Representantes do Conselho Tutelar.

Titular: Adriano Henrique da Mota

Suplente: Rafaela Almeida

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 22 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Este Decreto foi publicado e registrado no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

LEI 1965

LEI 1965 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

APROVA O PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO DO MUNICÍPIO DE TROMBUDO CENTRAL E, DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

FAZ SABER a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e Eu sanciono e promulgo a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica aprovado o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo do Município de Trombudo Central, anexo a presente Lei, com abrangência até o ano de 2024, com o objetivo de garantir o atendimento aos adolescentes envolvidos em ato infracional e suas respectivas famílias, promovendo conteúdo pedagógico - educacional; orientação protetiva, com absoluta prioridade na efetivação dos direitos humanos e garantias fundamentais.

Artigo 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Lei foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

GEZIEL BALCKER

Secretário de Administração e Finanças

PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Trombudo Central/SC

GESTÃO ATUAL

| | |
|--|---------------------------------|
| Prefeita | Geovana Gessner |
| Vice-prefeito | Erico Barchfeld |
| Secretária de Assistência Social e de Habitação | Tania Bini Azevedo Waltrick |
| Secretário de Saúde | Tânia Bini Azevedo Waltrick |
| Secretária de Educação e do Esporte | Cátia Regina Marangoni Geremias |
| Secretário da Cultura e do Turismo | Cátia Regina Marangoni Geremias |
| Secretária de Administração e Finanças | Geziel Balcker |
| Secretário dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos | Gilmar Maciel dos Santos |
| Secretário de Planejamento Urbano | Geziel Balcker |
| Secretário de Agricultura e Meio Ambiente | Leirson Vicente |

COMISSÃO INTERSETORIAL MUNICIPAL

| | |
|---|---------------------------------|
| Secretaria de Assistência Social e de Habitação | Elizete Righes |
| Secretaria de Assistência Social e de Habitação | Eduardo Lemos Scanagata |
| Secretaria de Saúde | Jerusa Palte |
| Secretaria de Educação e do Esporte | Cátia Regina Marangoni Geremias |
| Secretaria de Educação e do Esporte | Rodrigo Rafael Rodrigues |
| Secretaria da Cultura e do Turismo | Elimeri Ap. Venâncio Schlatter |

COMISSÃO INTERSETORIAL DE APOIO PEDAGÓGICO

Centro de Educação Básica Erica Hasse Márcia Salvador

Escola de Educação Básica Doutor Hermann Blumenau Adriana Ramos

COLABORADORES

Polícia Civil

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO

Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

| | |
|-----------------------|---------------------------------|
| Período de elaboração | Maio de 2014 a Dezembro de 2014 |
| Vigência | 2014 – 2024 |

Prefeitura Municipal

| | |
|-----------------------------|-----------------------|
| Município | Trombudo Central / SC |
| Gestor Municipal - Prefeito | Geovana Gesnner |

| | |
|--------------------|--|
| Porte do Município | Pequeno Porte I |
| Endereço | 1. Praça Arthur Siewerdt, nº 01 – Centro
2. CEP 89160-000 |
| Telefone | (47) 3544-0271 |
| Email | prefeitura@trombudocentral.sc.gov.br |
| Site | www.trombudocentral.sc.gov.br |

Órgão responsável pela Gestão do Plano Municipal de Medidas Socioeducativa

| | |
|-------------------------------|--|
| Órgão Gestor | Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação |
| Gestor Municipal - Secretária | Tania Bini Azevedo Waltrick |
| Endereço | Praça Arthur Siwerdt nº 01
CEP 89176 000 |
| Telefone | (47) 3544-1155 |
| Email | assistenciasocial@trombudocentral.sc.gov.br |

Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA

| | |
|--------------------|----------------------|
| Nome do Presidente | Rivelino dos Santos |
| Telefone | 47-3544-1155 |
| Email | cmdca-tc@hotmail.com |

Conselho Tutelar

| | |
|--------------|---|
| Conselheiros | Adriano Henrique da Mota
Taise Joelma da Rosa
Schalane Costa
Mara Regina Aguiar de Oliveira
Marcia Aparecida Naihaus
Rafaela Almeida |
| Endereço | Rua Jorge Lacerda, nº 272 |
| Telefone | (47) 3544-0663 |
| Email | conselhootutelar_tc@hotmail.com |

ELABORAÇÃO

Serviço de Proteção Social aos Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

| | |
|-------------------|-------------------------|
| Assistente Social | Elizete Righes |
| Psicólogo | Eduardo Lemos Scanagata |

2. INTRODUÇÃO

Na Legislação Brasileira, o sistema que institui a responsabilização do adolescente que cometeu ato infracional é previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente. Também foi instituída a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012 - SINASE, que regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas aos adolescentes que pratiquem ato infracional.

O Sistema Nacional de Atendimento da Medida Socioeducativa – SINASE, é definido como uma reordenação de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de Medidas Socioeducativas - MSE, incluindo as esferas federais, distritais, estaduais e municipais na execução de políticas públicas e ações para cumprimento da medida. Neste âmbito, o sistema municipal de atendimento das medidas socioeducativas deve implantar o plano de atendimento em conformidade com as normativas que preconizam as Leis nº 8.069 - ECA e Lei nº 12.594 - SINASE.

É através da medida socioeducativa que ações devem ser promovidas para possibilitar que o adolescente reflita acerca da prática infracional, bem como os motivos que o levaram a cometer o ato infracional, e a partir disso desenvolver outras possibilidades de se relacionar menos prejudiciais a si mesmo, as outras pessoas, e aos bens públicos e privados. Ramidoff (2011) cita que a medida socioeducativa deve possuir

conteúdo pedagógico - educacional; orientação protetiva, quanto aos direitos humanos; e especial, sendo sua absoluta prioridade na efetivação dos direitos e garantias fundamentais.

No ECA, a adolescência compreende as idades de 12 a 18 anos, e considerando como pessoas que se encontram em fase de desenvolvimento, e que à eles, são assegurados direitos e garantias fundamentais. Ramidoff (2011), citando Santos (2004), salienta que os adolescentes podem praticar ações conflitantes com a lei, denominadas de ato infracional, porém, o tratamento é diferenciado e previsto no ECA. Ramidoff (2011) ressalta que o adolescente que cometeu ato infracional deve ser compreendido em sua totalidade, levando em consideração riscos pessoais, familiares, educacionais, sociais e culturais, e ameaças e vulnerabilidades do contexto em que está inserido, não somente comportamentais e do ato tido como infracional.

Conforme a Lei nº 8.069 – ECA, o adolescente não é responsabilizado penalmente pelo ato infracional cometido, e sim, sujeitos a aplicação das medidas legais, no caso do ato infracional, submetido à prescrição das medidas socioeducativas. Dessa forma, a medida socioeducativa é instituída como uma intervenção do Estado, da sociedade e das políticas públicas, para que o adolescente responsabilize-se pelo ato infracional cometido, bem como da oportunização do atendimento pelas políticas públicas setoriais.

Volpi e orgs (2011) comentam que os técnicos envolvidos na operacionalização das medidas socioeducativas devem ter como missão a proteção do adolescente, no sentido de garantir o conjunto de direitos e educar oportunizando a inserção do adolescente na vida social. Esse processo se dá a partir de um conjunto de ações que propiciem a educação formal, profissionalização, saúde, lazer e demais projetos assegurados pela legislação brasileira. Também, ressalta-se que a família, sociedade, poder público e jurídico são responsáveis pelos adolescentes brasileiros.

Ressaltamos a importância da intersetorialidade nas políticas públicas e a atuação das redes setoriais e intersetoriais, bem como atuação dos Conselhos de Direito, Conselho Tutelar, e poder judiciário, para a execução das medidas socioeducativas, para auxiliar na prevenção e no atendimento dos adolescentes e suas famílias. Salientamos a importância da participação da família e da sociedade na reflexão para prevenção do ato infracional.

No município de Trombudo Central/SC, a partir da aprovação do Plano Municipal pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente –CMDCA, o plano decenal de atendimento da medida socioeducativa será implantado, e preconizará ações intersetoriais para execução e acompanhamento das medidas socioeducativas. O plano de atendimento da medida socioeducativa tem como finalidade o acompanhamento sistemático e execução da medida aplicada ao adolescente em conflito com a lei. No plano elaborado constam ações, metas e prazos para execução das medidas socioeducativas e das políticas públicas que contribuem para o atendimento da medida socioeducativa. O plano decenal de atendimento socioeducativo prevê que ações e metas deverão ser cumpridas ao longo dos anos, e a adequação das políticas públicas municipais para atendimento e acompanhamento efetivo dos adolescentes que cometeram ato infracional, observando os resultados da MSE aplicada e avaliação das políticas públicas que atenderão a demanda e necessidades do adolescente.

3. METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Com a criação e os princípios do SINASE, o município de Trombudo Central/SC publicou no dia 09 de junho de 2014 o Decreto 070/14, que dispõe sobre os membros da Comissão Intersetorial, responsáveis pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Posteriormente, o Decreto 070/14 foi alterado pelo Decreto 125/14, de 22 de setembro de 2014, após retificação do decreto 070/2014, para decreto 062/17 de 16 de junho de 2017 que alterou os membros da Comissão Intersetorial responsáveis pela elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo e realizamos revisão dos anos de coletas de informações de adolescentes em cumprimentos de medidas sócio educativas.

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo prevê ações articuladas nas áreas de educação, saúde, assistência social, cultura, esporte e capacitação para trabalho e emprego, no atendimento dos adolescentes envolvidos com ato infracional, em conformidade com os princípios elencados na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e Adolescente (BRASIL, 1990). As ações do Plano Municipal foram elaboradas para os 10 anos seguintes, e ao final de sua construção, o Plano Municipal foi submetido para aprovação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, do município de Trombudo Central.

Nos dias 07 e 08 de maio de 2014, a equipe técnica responsável pela elaboração do Plano Municipal, participou da Oficina de Elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, organizado pela Federação Catarinense de Municípios – FECAM, e Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM, realizado em Rio do Sul/SC.

A primeira reunião da Comissão Intersetorial, aconteceu no dia 18 de junho de 2014. Todos os membros da comissão estavam presentes, e nesta oportunidade, deram início à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Ainda, foi exposto como está sendo realizado o atendimento das medidas socioeducativas no município, bem como, a organização quanto ao cronograma para construção do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Também foi apresentada a Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE.

A segunda reunião aconteceu no dia 01 julho de 2014, estiveram presentes a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Educação e Esporte e Secretaria de Cultura e Turismo, sendo que o representante da Secretaria Municipal de Saúde não esteve presente. Pela Comissão Intersetorial não estar completa, a reunião não teve nenhuma deliberação e foi encerrada.

No dia 08 de julho de 2014, foi realizada a terceira reunião. Todos os membros da comissão estavam presentes. Nesta data, foi deliberado pela Comissão Intersetorial os itens para elaboração do plano, e a definição do diagnóstico e dos dados que seriam coletados para compor o diagnóstico. Os serviços que estariam recebendo relatório simplificado seriam: Delegacia de Polícia Civil, Poder Judiciário e a Secretaria de Assistência Social, pelo Serviço de Média Complexidade. Os dados elencados para compor diagnóstico foram: sexo, idade, escolaridade, reincidência, localidade e/ou residência, tipo do ato infracional e a medida aplicada, sendo que as técnicas do serviço de Média Complexidade realizariam a coleta de dados. Nesta oportunidade, os representantes das secretarias municipais que estavam presentes, colocaram em pauta os projetos e ações que estão sendo ofertados no município para a demanda da medida socioeducativa. Os projetos que estão sendo ofertados no município são: Fabricando Arte, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV, Telecentro, Programa Saúde na Escola, Palestras sobre DST'S e AIDS, Cursos Profissionalizantes através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC, Educação de Jovens e Adultos - EJA e aulas de música e artesanato. Ao final, ficou deliberado que os representantes das respectivas secretarias apresentassem ações para serem implementadas no Plano de Atendimento às Medidas Socioeducativas.

Dia 22 de julho de 2014, agendado a quarta reunião, porém, nesta data, somente um membro compareceu, um membro justificou a falta e os demais membros da Comissão Intersetorial não compareceram e nem justificaram. Foi cancelada por falta de quórum.

No dia 05 de agosto de 2014, os membros da Comissão Intersetorial participaram do VI Seminário Municipal de Atendimento Socioeducativo, com o tema: "Consolidando o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo", realizado na cidade de Rio do Sul/SC.

No dia 03 de dezembro 2014, foi agendado reunião para propor ações nas áreas setoriais e intersetoriais, porém, os membros da Comissão Intersectorial não compareceram e foi cancelada por falta de quórum. Houve tentativas de reagendar nova data para reunião, porém a Comissão Intersectorial não conseguiu definir datas para que todos os membros estivessem presentes. Dessa forma, no dia 05 de dezembro, a equipe que elaborou o plano, reuniu-se separadamente com membro da comissão intersectorial da Secretaria de Saúde, onde definiu-se ações setoriais e intersectoriais na área da saúde. No dia 09 de dezembro de 2014, a equipe que elaborou o plano, reuniu-se separadamente com membro da comissão intersectorial da Secretaria de Cultura e Turismo, foram definidas ações setoriais para promover o acesso dos adolescentes nas atividades culturais que o município oferece.

No dia 10 de dezembro, foi enviado via e-mail, através do membro da Comissão Intersectorial da Secretaria de Educação, propostas de ações setoriais na área da educação. No dia 11 de dezembro de 2014, membro da Comissão Intersectorial da Secretaria de Educação, responsável pelo departamento de esporte, reuniu-se com as técnicas que elaboraram o plano, definindo propostas para a área dos esportes. As propostas de ações intersectoriais partiram da demanda que as técnicas do Serviço de Média Complexidade observaram sobre o diagnóstico das medidas socioeducativas.

No dia 16 de dezembro de 2014, durante a reunião do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescente – CMDCA ocorreu à apresentação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo. Estiveram presentes, os representantes do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, os Conselheiros Tutelares e as técnicas da Secretaria de Assistência Social, que elaboraram o Plano Municipal, sendo que nenhum outro membro da Comissão Intersectorial esteve presente.

Após algumas considerações e a realização de debate, foram explanados acréscimos que serão realizados no corpo teórico-descritivo, bem como, de revisão de algumas ações propostas, e após, o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo foi aprovado pelos presentes e pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, com unanimidade.

4.

5. DIAGNÓSTICO E ANÁLISE SITUACIONAL

O diagnóstico situacional compreendeu os anos de 2012 à 2016, sendo os dados e as informações coletadas junto a Delegacia de Polícia Civil e o Serviço de Média Complexidade.

Tabela 1: Total de adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas entre os anos 2012-2016.

| Ano | Feminino | Masculino | Subtotal |
|-------|----------|-----------|----------|
| 2012 | 5 | 6 | 11 |
| 2013 | - | 6 | 6 |
| 2014 | 1 | 4 | 5 |
| 2015 | - | 1 | 1 |
| 2016 | 1 | 6 | 7 |
| Total | 07 | 23 | 30 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 2: Idades dos adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas

| Idades | 12 - 14 anos | 15 - 17 anos | 18 - 21 anos | Não informado |
|-----------|--------------|--------------|--------------|---------------|
| Feminino | 2 | 4 | - | 1 |
| Masculino | - | 14 | 8 | 2 |
| Total | 2 | 18 | 8 | 3 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 3: Total de adolescentes com Plano Individual de Atendimento Socioeducativo

| | Feminino | Masculino |
|-------|----------|-----------|
| 2012 | - | - |
| 2013 | - | - |
| 2014 | - | 2 |
| 2015 | - | 1 |
| 2016 | 1 | 8 |
| Total | 1 | 11 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 4: Origem dos encaminhamentos

| | Ministério Público | Poder Judiciário |
|-------|--------------------|------------------|
| 2012 | - | 11 |
| 2013 | 02 | 04 |
| 2014 | 02 | 3 |
| 2015 | 01 | - |
| 2016 | 01 | 06 |
| Total | 06 | 24 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 5: Total de adolescentes por bairro

| Bairro | Total |
|-----------------|-------|
| Lorenal | 3 |
| Jalisco | 2 |
| Cidade Alta | 3 |
| Botafogo | - |
| Centro | 4 |
| Liberdade | 1 |
| Vila Nova | 6 |
| Estação Satão | - |
| Almeida | - |
| Bracatinga I | 9 |
| Bracatinga II | 3 |
| Fruteira | 1 |
| Pouso da Caixa | - |
| Vila Teodoro | - |
| Km 05 | 4 |
| Baash | - |
| Km 10 | - |
| Ribeirão Kindel | - |
| Palhocinha | 1 |
| Ribeirão Café | - |
| Sabugueiro | 1 |
| Valada Prada | 1 |
| Não informado | 8 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 6: Reincidência

| | Sim | Não |
|-----------|-----|-----|
| Feminino | 1 | 5 |
| Masculino | 7 | 17 |
| Total | 8 | 22 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 6.1: Total de adolescentes com primeiro ato infracional no cumprimento de medidas socioeducativas

| Ano | Feminino | Masculino |
|------|----------|-----------|
| 2012 | 4 | 3 |
| 2013 | - | 4 |

| | | |
|-------|---|----|
| 2014 | 1 | 3 |
| 2015 | - | 1 |
| 2016 | 1 | 7 |
| Total | 6 | 18 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 6.2: Total de adolescentes com segundo ato infracional no cumprimento de medidas socioeducativas (anterior a 2012)

| Ano | Feminino | Masculino |
|-------|----------|-----------|
| 2012 | 1 | 3 |
| 2013 | - | 2 |
| 2014 | - | 1 |
| 2015 | - | - |
| 2016 | - | 1 |
| Total | 1 | 7 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social.

Tabela 7: Tipo de infração cometida

| Sexo | Tráfico de drogas | Dirigir sem habilitação | Lesão corporal | Estupro de vulnerável | Furto | Infração não informada |
|-----------|-------------------|-------------------------|----------------|-----------------------|-------|------------------------|
| Feminino | - | - | 4 | - | - | 3 |
| Masculino | 2 | 6 | 1 | 1 | 3 | 10 |
| Total | 2 | 6 | 5 | 1 | 3 | 13 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 7.1: Infração - Tráfico de drogas

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos |
|-------|------------|------------|------------|
| 2012 | - | - | - |
| 2013 | - | - | - |
| 2014 | - | - | 1 |
| 2015 | - | - | - |
| 2016 | - | 1 | - |
| Total | - | 1 | 1 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 7.2: Infração - Dirigir sem habilitação

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos | Desconhece |
|-------|------------|------------|------------|------------|
| 2012 | - | - | 1 | 1 |
| 2013 | - | 3 | - | - |
| 2014 | - | - | - | - |
| 2015 | - | - | - | 1 |
| 2016 | - | 1 | - | - |
| Total | - | 4 | 1 | 1 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 7.3: Infração – Estupro de vulnerável

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos |
|-------|------------|------------|------------|
| 2012 | - | - | - |
| 2013 | - | - | - |
| 2014 | - | 1 | - |
| 2015 | - | - | - |
| 2016 | - | 1 | - |
| Total | - | 1 | - |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 7.4: Infração - Lesão corporal

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos |
|------|------------|------------|------------|
| 2012 | 1 | 1 | - |
| 2013 | - | - | - |
| 2014 | 1 | 1 | - |

| | | | |
|-------|---|---|---|
| 2015 | - | | - |
| 2016 | - | 1 | - |
| Total | 2 | 3 | - |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 7.5: Infração – Furto

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos |
|-------|------------|------------|------------|
| 2012 | - | - | - |
| 2013 | - | - | - |
| 2014 | - | - | 1 |
| 2015 | - | 2 | - |
| 2016 | - | 1 | - |
| Total | - | 2 | 1 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 7.6: Infração Não informada

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos | Desconhece |
|-------|------------|------------|------------|------------|
| 2012 | - | 4 | 2 | 1 |
| 2013 | - | - | 2 | 1 |
| 2014 | - | - | - | - |
| 2015 | - | - | - | - |
| 2016 | - | 3 | - | 3 |
| Total | - | 7 | 4 | 5 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 8: Medida Socioeducativa aplicada

| | PSC | LA | PSC+LA | Semiliberdade | PSC+LA + reparo de dano | Internação |
|-----------|-----|----|--------|---------------|-------------------------|------------|
| Feminino | 7 | - | - | - | - | - |
| Masculino | 11 | 7 | 3 | 1 | 1 | - |
| Total | 18 | 7 | 3 | 1 | 1 | - |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 8.1 Faixa etária dos adolescentes que cumpriram PSC

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos | Desconhece |
|-------|------------|------------|------------|------------|
| 2012 | 1 | 3 | 2 | 2 |
| 2013 | - | 3 | 1 | - |
| 2014 | 1 | 1 | - | - |
| 2015 | - | 1 | - | - |
| 2016 | - | 4 | - | - |
| Total | 2 | 12 | 3 | 2 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 8.2 Faixa etária dos adolescentes que cumpriram LA

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos | Desconhece idade |
|-------|------------|------------|------------|------------------|
| 2012 | - | 1 | - | - |
| 2013 | - | - | - | 1 |
| 2014 | - | 1 | - | - |
| 2015 | - | - | - | - |
| 2016 | - | 4 | - | - |
| Total | - | 6 | - | 1 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 8.3 Faixa etária dos adolescentes que cumpriram PSC+LA

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos | Desconhece idade |
|------|------------|------------|------------|------------------|
| 2012 | - | 1 | 1 | - |
| 2013 | - | - | 1 | - |
| 2014 | - | - | - | - |
| 2015 | - | - | - | - |

| | | | | |
|-------|---|---|---|---|
| 2016 | - | - | - | - |
| Total | - | - | 2 | - |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 8.4 Faixa etária dos adolescentes que cumpriram Semiliberdade

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos | Desconhece |
|-------|------------|------------|------------|------------|
| 2012 | - | - | - | - |
| 2013 | - | - | - | - |
| 2014 | - | - | 1 | - |
| 2015 | - | - | - | - |
| 2016 | - | - | - | - |
| Total | - | - | 1 | - |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 8.5 Faixa etária dos adolescentes que cumpriram PSC+LA+reparar dano

| Ano | 12-14 anos | 15-17 anos | 18-21 anos | Desconhece |
|-------|------------|------------|------------|------------|
| 2012 | - | - | - | - |
| 2013 | - | - | - | - |
| 2014 | - | - | 1 | - |
| 2015 | - | - | - | - |
| 2016 | - | - | - | - |
| Total | - | - | 1 | - |

Fonte: Secretaria de Assistência Social

Tabela 9: Adolescentes que cumpriram medida socioeducativa

| | Sim | Não | Iniciou e desistiu | Está cumprindo |
|-----------|-----|-----|--------------------|----------------|
| Feminino | 7 | - | - | - |
| Masculino | 10 | 2 | 3 | 8 |
| Total | 17 | 2 | 3 | 8 |

Fonte: Secretaria de Assistência Social.

Desde o ano de 2012 a dezembro de 2016, 30 adolescentes cometeram ato infracional, destes, 07 são do sexo feminino e 23 do sexo masculino, e somente 12 adolescentes possuem Plano Individual de Atendimento -PIA

Dos adolescentes, 07 do sexo masculino e 01 do sexo feminino possuem reincidência. Dos 30 adolescentes, 22 adolescentes possuem primeiro ato infracional e 08 possuem segundo ato infracional durante os anos acima mencionados.

Com relação ao tipo do ato infracional cometido, a maioria não foi informada, seguido de dirigir sem habilitação, lesão corporal, furto, tráfico de drogas e estupro de vulnerável.

A incidência de idade dos adolescentes que cometeram ato infracional foi de 15 a 17 anos, seguido de 18 a 21 anos. A maioria das medidas socioeducativas aplicadas são PSC, seguido de LA e por fim PSC+LA.

Informações como escolaridade e situação empregatícia e de trabalho não foram diagnosticadas por não haver informações suficientes de todos os adolescentes.

Entre os atos infracionais, destaca-se infração não informada, a infração cometida não foi informada nos autos encaminhados pelo Ministério Público ou Poder Judiciário, seguido de, dirigir sem habilitação, lesão corporal, furto, tráfico de drogas e estupro de vulnerável.

Destes, somente 17 adolescentes cumpriram a medida socioeducativa aplicada, 2 adolescentes não compareceram ao Serviço de Média Complexidade para iniciar medida, 3 adolescentes iniciaram a medida socioeducativa e desistiram e ou faltaram durante o cumprimento sem prévia justificativa ou informação ao serviço, e 8 adolescentes estão cumprindo a medida socioeducativa no momento.

As medidas aplicadas aos atos infracionais cometidos foram: Prestação de Serviço à Comunidade, Liberdade Assistida, Prestação de Serviço à Comunidade e Liberdade Assistida, Semiliberdade, e Prestação de Serviço à Comunidade + Liberdade Assistida + reparação de dano.

As informações prestadas pela Delegacia de Polícia Civil incluem 48 adolescentes, 34 do sexo masculino e 14 do sexo feminino, entre os anos de 2012 e 2016.

Envolvem as seguintes infrações: furto (5), lesão corporal dolosa (4), ameaça (4), perturbação da tranquilidade (2), furto qualificado (1), sequestro e cárcere privado (1) e estelionato (1) difamação (01) trafico de drogas (01) estupro de vulnerável (01) desacato (02) dirigir sem habilitação (01) posse de entorpecentes (01) dano qualificado (1)

6. MARCOS LEGAIS

Na Constituição da República Federativa do Brasil - CF (1988), encontramos marcos que regulamentam a proteção das crianças e adolescentes, e as tornam prioridades, embasados nos art. 227, versa que "é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão". Também, o art. 228 versa que "são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos as normas da legislação específicas", ou seja, que os adolescentes não são penalizados como os adultos.

Segundo a Lei 8.069/90, Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (1990) dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente,

conforme art. 2º considera-se criança, a pessoa até 12 anos de idade incompleto, e adolescente aquele entre 12 anos e 18 anos de idade. Parágrafo único: nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente este estatuto às pessoas entre 18 e 21 anos de idade.

O ECA, no art. 86, salienta que a política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. O Art. 98 ressalta que as medidas de proteção à criança e ao adolescente são aplicáveis sempre que os direitos reconhecidos nesta lei foram ameaçados ou violados: no caso do ato infracional, item III: em razão de sua conduta.

O art. 103 considera ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal. O art. 104, assim como o art. 228 da CF (1988) salienta que são penalmente inimputáveis os menores de 18 anos, sujeitos as medidas previstas nesta lei; parágrafo único: para os efeitos desta lei, deve ser considerada a idade do adolescente à data do fato.

O art. 112 compreende as medidas socioeducativas, sendo a advertência; obrigação de reparar o dano; prestação de serviço à comunidade; liberdade assistida; inserção em regime de semi-liberdade; internação em estabelecimento educacional; e qualquer uma das medidas descritas no art. 101 - I a VI.

Conforme art. 116, a autoridade poderá determinar que o adolescente que comete ato infracional com reflexos patrimoniais, restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima. Já o art. 117, versa que a prestação de serviços comunitários- PSC, consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, que não ultrapasse 6 meses, realizada junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos, bem como programas comunitários ou governamentais. As tarefas são atribuídas conforme as aptidões do adolescente, com jornada máxima de 8 horas semanais, de modo que não prejudique a frequência à escola ou a jornada normal de trabalho.

Art. 118, sobre a medida de liberdade assistida, será adotada com fins de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente, mediante técnicos ou programas de atendimento ao adolescente que comete ato infracional, deve ser fixada pelo prazo mínimo de 6 meses. Tem por objetivo a realização de: promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo orientação e inserindo-os em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social; supervisionar a frequência escolar e promover sua matrícula; encaminhar para profissionalização e inserção no mercado de trabalho e; apresentar relatórios dos casos.

Conforme o art. 120, o regime de semi-liberdade pode ser determinado como forma de transição para o meio aberto, possibilitando a realização de atividades externas; obrigatório encaminhamento a escolarização e a profissionalização, utilizando recursos existentes na comunidade, e; esta medida não comporta prazos determinados.

A resolução do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA, n.º 119, de 11 de dezembro de 2006, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, resolve: Art. 1º aprovar o Sistema de Atendimento Socioeducativo; já o Art. 2º ressalta que o SINASE constitui-se de uma política pública destinada à inclusão do adolescente em conflito com a lei que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais; e o Art. 3º versa que é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, político, pedagógico, financeiro e administrativo, que envolve desde o processo de apuração de ato infracional até a execução de medidas socioeducativas.

A compreensão da Lei 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), que regulamenta a execução das medidas socioeducativas que atende adolescente que cometeu um ato infracional, apresenta-se como política de execução das medidas socioeducativas.

Em fevereiro de 2004, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos - SEDH, por meio da Subsecretaria de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente - SPDC, em conjunto com o CONANDA e com o apoio do Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF, sistematizaram e organizaram a proposta do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo.

Em novembro de 2004 o SINASE foi construído, e se constitui em um guia na implementação das medidas sócio educativas, sendo que a implantação do SINASE objetiva primordialmente o desenvolvimento de uma ação socioeducativa sustentada nos princípios dos direitos humanos, defende a idéia dos alinhamentos conceitual, estratégico e operacional, estruturada e em bases éticas e pedagógicas.

O SINASE é um conjunto ordenado de princípios, regras e critérios, de caráter jurídico, pedagógico, financeiro e administrativo que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução de medidas socioeducativas. Este sistema nacional inclui o sistema estadual, distrital e municipal, bem como todas as políticas, planos, e programas específicos de atenção a esse público.

Dessa forma, o SINASE constitui-se de uma política pública destinada a inclusão do adolescente em conflito com a lei, que se correlaciona e demanda iniciativas dos diferentes campos das políticas públicas e sociais. Essa política tem interfaces com diferentes sistemas e políticas e exige a atuação diferenciada que coadune responsabilização e satisfação de direitos.

A responsabilização pela concretização dos direitos básico e sociais é da pasta responsável pela política setorial, conforme distribuição de competências e atribuições de cada um dos entes federativos e de seus órgãos. É indispensável à articulação das várias áreas para maior efetividade das ações, inclusive com a participação da sociedade civil.

7. MARCOS CONCEITUAIS

7.1 O Adolescente e o Ato Infracional

Adolescente compreende a faixa etária dos 12 aos 18 anos de idade. Para Ramidoff (2011), a Constituição Federal de 1988 consignou a idade de maioridade penal em 18 anos, alinhando-se à diretriz internacional dos Direitos Humanos.

Volpi e orgs. (2011) salientam que criança e o adolescente são concebidos como pessoas em desenvolvimento, sujeitos de direitos e possuem a garantia do Estado da proteção integral. Para Costa (2010), citado por Liberati (2012) a afirmação que criança e adolescente em condição peculiar de desenvolvimento não pode ser definido apenas a partir do que a criança não sabe, não tem condições e não é capaz. Cada fase do desenvolvimento deve ser reconhecida como revestida de singularidade e de completude relativa, ou seja, as crianças e adolescentes não são seres inacabados, a caminho de uma plenitude a ser consumada na idade adulta, enquanto portadora de responsabilidades pessoais, cívicas e produtivas plenas. Cada etapa tem uma maneira de apresentar-se, e que deve ser compreendida e acatada pelo mundo adulto, ou seja, pela família, Estado e sociedade.

Ramidoff (2011) citando Santos (2004) salienta que os adolescentes podem praticar ações conflitantes com a lei, denominadas de ato infracional, no entanto, o tratamento será diverso, conforme prevê o ECA. A prática de ato infracional não se constitui em uma conduta delituosa, por inexistir nas ações/omissões infracionais a culpabilidade e a imputabilidade, elementos constitutivos e que representa a capacidade psíquica para regular a prática da conduta dita delituosa.

Ramidoff (2011) também pontua que a análise ou avaliação que se possa fazer sobre o desenvolvimento de um jovem, particularmente, de um adolescente autor de uma ação conflitante com a lei, já não se pode limitar a dimensão comportamental, ou seja, a situação de risco

pessoal e social em que se encontra, por estar inserido em um evento infracional, mas acima de tudo, deve-se perceber o jovem em sua totalidade subjetiva. Dessa forma, o ato infracional enquanto instituto jurídico previsto no ECA, desenvolve uma atividade instrumental e auxiliar à identificação das eventuais situações de risco pessoal e social em que possa se encontrar um adolescente. Isso quer dizer que todo adolescente que se encontra envolvido num evento tido como infracional, na verdade já se encontra vitimizado pelas condições anteriores - risco pessoal - que o levaram a praticar uma conduta (ação ou omissão) conflitante com a lei - risco social.

O Estatuto da Criança e Adolescente (1990) – ECA, pontua no art. 103 que é considerado ato infracional a conduta descrita como crime ou contravenção penal, e a responsabilização pela conduta infracional inicia aos 12 anos de idade. Liberati (2012) escreve que a doutrina considera a contravenção penal como ato ilícito menos importante que o crime, diferenciando-o apenas quanto à aplicação da pena. Assim, se o ato praticado por adolescentes estiver adequado ao tipo penal, então terão praticado ato descrito como crime ou contravenção penal- ou como preferiu o Estatuto, um ato infracional. Aos adolescentes entre 12 e 18 anos não se pode imputar responsabilidade frente a legislação penal comum. Contudo, pode-se lhes atribuir responsabilidade com fundamento nas normas preconizadas pelo ECA, onde poderão responder pelos atos infracionais que praticarem, submetendo-se as medidas socioeducativas previstas no art. 112.

Volpi e orgs. (2011) comentam que o ECA considera o adolescente infrator como uma categoria jurídica, passando a ser sujeito de direitos, estabelecidos na Doutrina de Proteção Integral, inclusive do devido processo legal para responsabilização da infração. A concepção que faz alusão ao ECA (1990), rompe com a conceituação de adolescente infrator do antigo Código de Menores, em que não haviam garantias e que implicam em privação de liberdade, sem a correta medida que implica na natureza do ato infracional e da responsabilização, estava organizado para tratar um delinquente, e não para atender um adolescente que transgrediu uma norma.

Volpi e orgs. (2011) comentam que o tema do adolescente infrator deve ser considerado na relação específica com o sistema de justiça, ou seja, a transgressão da lei é o que define e limita a atuação da justiça. As demais problemáticas que afetam os adolescentes e jovens são objeto da atuação do Estado mediante o conjunto das políticas públicas.

7.2 Medidas Socioeducativas

Ramidoff (2011) escreve que as medidas socioeducativas são destinadas justamente aquelas pessoas humanas que se encontram numa fase peculiar de suas vidas, a adolescência, cuja situação circunstancial é marcada pela temporalidade e pela condição particular de desenvolvimento da personalidade. Nesse sentido, a distinção básica e que orienta a natureza jurídica das medidas socioeducativas previstas no ECA é o seu caráter educativo-pedagógico.

A opção pela não responsabilização penal do adolescente, adotada pela Constituição Federal –CF de 1988, operou-se por uma escolha política pela doutrina da proteção integral. Dessa maneira, toda e qualquer medida que se estabeleça aos jovens, como estabeleceu a CF (1988) e o ECA (1990), deve favorecer a maturidade pessoal (educação), a afetividade (valores humanos) e a própria humanidade (Direitos Humanos: respeito e solidariedade) dessas pessoas que se encontram na condição peculiar de desenvolvimento de suas personalidades (RAMIDOFF, 2011).

Para o autor, a questão central é a da idéia de educação, não apenas do conteúdo, mas de auxiliar o adolescente nas tomadas de decisões importantes em sua vida, quando, auxiliá-lo a realizar-se como pessoa humana. Esse é o propósito de toda medida socioeducativa cuja essência, conteúdo e natureza jurídica - educativo-pedagógico - devem ensejar um projeto de vida responsável, tendo em vista que é necessário um processo de conscientização do próprio jovem acerca de suas capacidades e potencialidades, isto é, sua educação.

A medida socioeducativa, conforme Ramidoff (2011) é uma reação do Estado a adequar-se pedagogicamente às necessidades educacionais e sociais dos adolescentes, que através da prática de ato infracional sinalizaram situação de ameaça ou violência aos seus direitos individuais e ou as suas garantias fundamentais. Dessa forma, a medida socioeducativa, possui conteúdo pedagógico - educacional; orientação protetiva, quanto aos direitos humanos; e especial, sendo sua absoluta prioridade na efetivação dos direitos e garantias fundamentais.

Para Volpi e orgs. (2011) as medidas socioeducativas são aplicadas e operadas de acordo com as características da infração, circunstância sociofamiliar e disponibilidade de programas e serviços em nível municipal, regional e estadual.

De acordo com o Estatuto da Criança e Adolescente (1990), as medidas socioeducativas estão elencadas nos artigos 112 a 125. A seguir, Volpi e orgs. (2011) e Ramidoff (2011) elencam as medidas socioeducativas, que são:

7.2.1 Advertência

De acordo com o ECA, art. 115. A advertência consistirá em admoestação verbal, que será reduzida a termo e assinada.

Volpi e orgs. (2011) escrevem que a advertência constitui medida admoestatória, ou seja, que tem objetivo de aconselhar e repreender, bem como, informativa, formativa e imediata, e é executada pelo Juiz da Vara da Infância e Juventude. A coerção manifesta-se em caráter intimidatório, envolvendo os responsáveis num procedimento e assinada pelas partes.

7.2.2 Obrigação de reparar o dano

De acordo com o ECA, art. 116. Em se tratando de ato infracional com reflexos patrimoniais, a autoridade poderá determinar, se for o caso, que o adolescente restitua a coisa, promova o ressarcimento do dano, ou, por outra forma, compense o prejuízo da vítima.

Parágrafo único. Havendo manifesta impossibilidade, a medida poderá ser substituída por outra adequada.

Para Volpi e orgs. (2011) a reparação do dano se faz a partir da restituição do bem, do ressarcimento ou compensação para a vítima. Caracterizada como medida coercitiva e educativa, que pode levar o adolescente a reconhecer o erro e a repará-lo. O adolescente é responsabilizado para reparar o dano, sendo intransferível e personalíssima. Quando não há a possibilidade de aplicar esta medida, a medida será substituída por outra mais adequada.

7.2.3 Prestação de Serviços à comunidade – PSC

De acordo com o ECA, art. 117. A prestação de serviços comunitários consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral, por período não excedente a seis meses, junto a entidades assistenciais, hospitais, escolas e outros estabelecimentos congêneres, bem como em programas comunitários ou governamentais.

Parágrafo único. As tarefas serão atribuídas conforme as aptidões do adolescente, devendo ser cumpridas durante jornada máxima de oito horas semanais, aos sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, de modo a não prejudicar a frequência à escola ou à jornada normal de trabalho.

Ramidoff (2011) consiste na realização de tarefas gratuitas de interesse geral junto a entidades assistenciais, hospitalares, escolas, bem como, programas comunitários ou governamentais, e não deve ser superior a 6 meses. As tarefas atribuídas ao adolescente devem estar em conformidade com as suas aptidões físicas, morais, intelectuais e sociais.

Volpi e orgs. (2011) constitui medida de apelo comunitário e educativo tanto para o jovem infrator quanto para a comunidade. Esta poderá responsabilizar-se pelo desenvolvimento integral do adolescente. Para o jovem é possível a oportunidade da experiência da vida comunitária, de valores e compromissos sociais.

A aplicação desta medida depende exclusivamente da Justiça da Infância e Juventude, mas a operacionalização recomenda-se o uso de um programa que estabeleça parcerias com órgãos públicos e organizações não-governamentais. O envolvimento da comunidade é importante na operacionalização da medida, por intermédio de órgãos governamentais, clubes de serviços, entidades sociais e outros. Este autor aponta que, ao compreender que a prestação de serviço a comunidade será mais efetiva na medida em que houver o adequado acompanhamento do adolescente pelo órgão executor, apoio da entidade que irá recebê-lo e a utilidade real da dimensão social do trabalho que será realizado (VOLPI e ORGS, 2011).

7.2.4 Liberdade Assistida – LA

De acordo com o ECA, art. 118. A liberdade assistida será adotada sempre que se afigurar a medida mais adequada para o fim de acompanhar, auxiliar e orientar o adolescente.

§ 1º A autoridade designará pessoa capacitada para acompanhar o caso, a qual poderá ser recomendada por entidade ou programa de atendimento.

§ 2º A liberdade assistida será fixada pelo prazo mínimo de seis meses, podendo a qualquer tempo ser prorrogada, revogada ou substituída por outra medida, ouvindo o orientador, o Ministério Público e o defensor.

Art 119. Incumbe ao orientador, com o apoio e a supervisão da autoridade competente, a realização dos seguintes encargos, entre outros:

I - promover socialmente o adolescente e sua família, fornecendo-lhes orientação e inserindo-os, se necessário, em programa oficial ou comunitário de auxílio e assistência social;

II - supervisionar a frequência e o aproveitamento escolar do adolescente, promovendo, inclusive, sua matrícula;

III - diligenciar no sentido da profissionalização do adolescente e de sua inserção no mercado de trabalho;

IV - apresentar relatório do caso.

Liberdade Assistida consiste no acompanhamento, auxílio e orientação do adolescente que praticou ato infracional (RAMIDOFF, 2011). Volpi e orgs. (2011) salientam que é uma medida coercitiva, que se dá quando verificada a necessidade de acompanhamento da vida social do adolescente, e que envolve a escola, família e trabalho. Dá-se nos moldes de intervenção educativa, com acompanhamento personalizado, garantindo os aspectos de: proteção, inserção comunitária, cotidiano, manutenção de vínculos familiares, frequência escolar, inserção no mercado de trabalho e cursos profissionalizantes e formativos.

Volpi e orgs. (2011) apontam que os programas de Liberdade Assistida devem ser estruturados no nível municipal, de preferência no território em que o adolescente está inserido e reside. Deve ser gerenciado e desenvolvido pelo órgão executor no nível municipal em parceria com o judiciário, que acompanha e supervisiona as ações do programa.

Para o programa de Liberdade Assistida, Volpi e orgs. (2011) comentam que exige o trabalho de uma equipe, e tem como referência o acompanhamento personalizado, inserido na realidade da comunidade e território do adolescente e ligado a programas de proteção e ou formativos. Tanto o programa como os membros da equipe passam a constituir referência para o adolescente e sua família.

O programa de LA deve ser desenvolvido por equipe multiprofissional, deve haver capacitação e supervisão constante, deve estar integrado a rede de atendimento ao adolescente e perder o caráter de caridade, passando ao plano de envolver o adolescente como protagonista dos seus direitos e de responsabilizá-lo pelo ato infracional cometido (VOLPI e ORGS, 2011).

7.2.5 Semiliberdade

De acordo com o ECA, art. 120. O regime de semi-liberdade pode ser determinado desde o início, ou como forma de transição para o meio aberto, possibilitada a realização de atividades externas, independente de autorização judicial.

§ 1º São obrigatórias a escolarização e profissionalização, devendo, sempre que possível, ser utilizados os recursos existentes na comunidade.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado aplicando-se, no que couber, as disposições relativas à internação.

Para Volpi e orgs (2011) a semiliberdade contempla os aspectos coercitivos, e, ao restringir sua liberdade, não o priva totalmente do seu direito de ir e vir. Esta medida, assim como na internação, os aspectos educativos devem ser estruturados para oportunizar o acesso a serviços, organização da vida diária, rotina, etc. Os programas de semiliberdade devem manter ampla relação com os serviços e programas sociais e ou formativos no âmbito externo à unidade de moradia.

Volpi e orgs. (2011) comentam que a finalidade da medida de semiliberdade pode ser capaz de substituir em grande parte a medida de internação, podendo atender o adolescente como primeira medida ou como processo de transição entre a internação e o retorno do adolescente à comunidade. Ainda, a falta de critérios por parte do judiciário na aplicação da semiliberdade, e a falta de avaliações das atuais propostas têm impedido a potencialização da abordagem. Esta medida propõe que os programas de semiliberdade sejam divididos em duas abordados, sendo: a) transição da internação para a liberdade e/ou regressão da medida; b) como primeira medida socioeducativa aplicada ao adolescente.

7.2.6 Medida de Internação

De acordo com o ECA, art. 121. A internação constitui medida privativa de liberdade, sujeita aos princípios de brevidade, excepcionalidade e respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

1º Será permitida a realização de atividades externas, a critério da equipe técnica da entidade, salvo expressa determinação judicial em contrário.

§ 2º A medida não comporta prazo determinado, devendo sua manutenção ser reavaliada, mediante decisão fundamentada, no máximo a cada seis meses.

§ 3º Em nenhuma hipótese o período máximo de internação excederá a três anos.

§ 4º Atingido o limite estabelecido no parágrafo anterior, o adolescente deverá ser liberado, colocado em regime de semi-liberdade ou de liberdade assistida.

§ 5º A liberação será compulsória aos vinte e um anos de idade.

§ 6º Em qualquer hipótese a desinternação será precedida de autorização judicial, ouvido o Ministério Público.

§ 7º A determinação judicial mencionada no § 1º poderá ser revista a qualquer tempo pela autoridade judiciária.

Art. 122. A medida de internação só poderá ser aplicada quando:

I - tratar-se de ato infracional cometido mediante grave ameaça ou violência a pessoa;

II - por reiteração no cometimento de outras infrações graves;

III - por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

§ 1º O prazo de internação na hipótese do inciso III deste artigo não poderá ser superior a 3 (três) meses, devendo ser decretada judicialmente após o devido processo legal.

§ 2º. Em nenhuma hipótese será aplicada a internação, havendo outra medida adequada.

Art. 123. A internação deverá ser cumprida em entidade exclusiva para adolescentes, em local distinto daquele destinado ao abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração.

Parágrafo único. Durante o período de internação, inclusive provisória, serão obrigatórias atividades pedagógicas.

Art. 124. São direitos do adolescente privado de liberdade, entre outros, os seguintes:

I - entrevistar-se pessoalmente com o representante do Ministério Público;

II - peticionar diretamente a qualquer autoridade;

III - avistar-se reservadamente com seu defensor;

IV - ser informado de sua situação processual, sempre que solicitada;

V - ser tratado com respeito e dignidade;

VI - permanecer internado na mesma localidade ou naquela mais próxima ao domicílio de seus pais ou responsável;

VII - receber visitas, ao menos, semanalmente;

VIII - corresponder-se com seus familiares e amigos;

IX - ter acesso aos objetos necessários à higiene e asseio pessoal;

X - habitar alojamento em condições adequadas de higiene e salubridade;

XI - receber escolarização e profissionalização;

XII - realizar atividades culturais, esportivas e de lazer;

XIII - ter acesso aos meios de comunicação social;

XIV - receber assistência religiosa, segundo a sua crença, e desde que assim o deseje;

XV - manter a posse de seus objetos pessoais e dispor de local seguro para guardá-los, recebendo comprovante daqueles porventura depositados em poder da entidade;

XVI - receber, quando de sua desinternação, os documentos pessoais indispensáveis à vida em sociedade.

§ 1º Em nenhum caso haverá incomunicabilidade.

§ 2º A autoridade judiciária poderá suspender temporariamente a visita, inclusive de pais ou responsável, se existirem motivos sérios e fundados de sua prejudicialidade aos interesses do adolescente.

Art. 125. É dever do Estado zelar pela integridade física e mental dos internos, cabendo-lhe adotar as medidas adequadas de contenção e segurança.

Volpi e orgs. (2011) salientam que a internação, é a última das medidas da hierarquia que vai da menos grave para a mais grave, somente deve ser aplicada aos adolescentes que cometem atos infracionais graves. O ECA enfatiza aspectos pedagógicos e não os aspectos punitivos ou repressivos, e a medida de internação guarda em si conotações coercitivas e educativas.

Conforme os autores, falar em internação significa referir-se a um programa de privação da liberdade, a qual implica uma contenção do adolescente autor do ato infracional num sistema de segurança. Dessa forma, os adolescentes que foram submetidos à privação de liberdade, só são, porque a contenção não é em si uma medida socioeducativa, e sim, a internação como condição para que a medida socioeducativa seja cumprida. A restrição de liberdade é vista também como apenas limitação do exercício do direito de ir e vir e não de outros direitos constitucionais, condição para sua inclusão quanto ao exercício da cidadania.

Ramidoff (2011) salienta que a medida de internação e regime de semiliberdade não comporta prazo determinado, porém sua manutenção deve ser avaliada a cada 6 meses.

7.2 6.3 O Sistema e o Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo foi elaborado a partir dos princípios do SINASE, o Estatuto da Criança e Adolescente – ECA, e a Lei nº 12.594.

Saraiva (2013) salienta que é resultante do ECA, três sistemas de garantias, sendo: sistema primário: que dá conta das políticas públicas de atendimento a crianças e adolescentes, de caráter universal, visando a toda população infanto-juvenil brasileira, sem quaisquer distinções; sistema secundário: que trata das medidas de proteção dirigidas a crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social, não autores de atos infracionais, de natureza preventiva, ou seja, a crianças e adolescentes enquanto vítimas, enquanto violados em seus direitos fundamentais, as medidas protetivas visam a alcançar crianças e adolescentes enquanto vitimizados; e, sistema terciário: que trata das medidas socioeducativas, aplicáveis a adolescentes em conflito com a lei, autores de atos infracionais, ou seja, quando passam a condição de vitimizadores.

Esse tríptico sistema, de prevenção primária (políticas públicas), prevenção secundária (medidas de proteção) e prevenção terciária (medidas socioeducativas), devem operar de forma harmônica, com acionamento gradual de cada um deles. Quando a criança e o adolescente escapar ao sistema primário de prevenção, aciona-se o sistema secundário, cujo grande operador deve ser o Conselho Tutelar. Estando o adolescente em conflito com a lei, atribui-se a ele a prática de algum ato infracional, o terceiro sistema de prevenção, operador das medidas socioeducativas, será acionado, intervindo aqui o que pode ser chamado de sistema de justiça. O acionamento destes sistemas faz-se integrado, interessando ao sistema terciário de prevenção o adolescente na condição de vitimizador. Enquanto vítima, seja da exclusão social, seja da negligência familiar, faz-se sujeito de medida de proteção - do sistema secundário de prevenção.

Saraiva (2013) salienta que é nestes moldes que o sistema de atendimento à medida socioeducativa deve ocorrer. No município, o atendimento socioeducativo deve articular-se às áreas da assistência social, saúde, educação, cultura e esporte, além da rede intersetorial e envolver a família do adolescente autor de ato infracional. Ramidoff (2011) salienta a importância da elaboração de um projeto socioeducativo não só a partir de políticas públicas, mas também da participação das pessoas envolvidas inter e intrafamiliar, ou seja, da família envolver – se no projeto socioeducativo.

Com relação ao atendimento da medida socioeducativa, ressalta-se a atuação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e Adolescentes – CMDCA, bem como atuação dos órgãos do judiciário, entre eles, o Ministério Público, segurança pública, e das políticas públicas. A atuação

destes setores é fundamental no atendimento ao adolescente autor de ato infracional, bem como, da garantia de direitos, tanto processuais, quanto de atendimento especializado. Em relação aos setores citados, Volpi e orgs. (2011) salientam a atuação do Conselho de Direitos enquanto espaço de elaboração e deliberação sobre a política de direitos, e a atuação e integração dos órgãos do judiciário e das políticas públicas em nível municipal para implementação e efetivação do atendimento ao adolescente que cometeu ato infracional. Dessa forma, para a elaboração do plano e construção de ações setoriais e intersetoriais, foram observados o que preconiza as leis, dentre elas, o ECA, o SINASE e Lei 12.594, bem como, das políticas públicas e do poder judiciário, para implantação do atendimento da medida socioeducativa no município. Ressaltamos a importância da participação do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – CMDCA, e do Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS, para deliberar e avaliar a execução do Plano Municipal.

7.3 6.4 As políticas públicas e o ato infracional

A Constituição Federal - CF (1988) prevê a elaboração e formulação de políticas públicas, e a articulação de ações, nas áreas da assistência social, saúde, educação, entre outros, como também prevê direitos individuais e sociais. Dessa forma, encontramos suporte nas políticas públicas para atendimento aos adolescentes, em especial, com relação às medidas socioeducativas.

O ECA disciplina sobre a proteção integral a criança e ao adolescente, também versa sobre políticas públicas para atendimento dos adolescentes em cumprimento da medida socioeducativa, e prevê que ações sejam efetivadas na esfera federal, distrital, estadual e municipal. O SINASE assegura a efetividade das ações para o atendimento do adolescente que comete ato infracional, e também de sua família, considera o contexto do qual está inserido, suas particularidades e diversidades. Também disciplina sobre as políticas públicas setoriais para atendimento do adolescente.

O atendimento da MSE está previsto nas políticas públicas setoriais e intersetoriais, bem como possui legislação específica (Lei nº 12.594) e que se integram as demais legislações brasileiras (ECA e o SINASE), ou seja, é um sistema instituído com normas e execução própria que se entrelaçam com as demais políticas de direitos humanos.

Dessa forma, as políticas públicas que asseguram o atendimento ao adolescente que cometeu ato infracional são:

Assistência social:

De acordo com a Política nacional de Assistência Social - PNAS (2005), a Constituição Federal (1988) trás uma nova concepção para assistência social brasileira. Como política social pública, inicia seu transito para o campo dos direitos, da universalização dos acessos e da responsabilidade estatal. A PNAS busca incorporar as demandas da sociedade brasileira no que tange à responsabilidade política objetivando tornar claras as suas diretrizes na efetivação da assistência social como direito de cidadania e responsabilidade do estado.

Segundo a PNAS (2005) a constituição da rede de serviços que cabe à assistência social prover, deve conferir eficiência, eficácia e efetividade em sua atuação específica e atuação Intersetorial, e somente assim é possível estabelecer o que deve ser de iniciativa desta política pública e em que se deve colocar como parceira na execução.

A assistência social é uma política da proteção social, e para a efetiva construção da política pública da assistência social precisa levar em conta três vertentes: as pessoas, a sua circunstância e a família. Dessa forma, A MSE está inserida na política nacional de assistência social, e a PNAS objetiva prover serviços programas e projetos para o atendimento dos adolescentes autores de ato infracional, suas famílias e as vulnerabilidades.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, (Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009), o atendimento ao adolescente que comete ato infracional e sua família, é realizado através do Serviço da Proteção Social Especial – Média Complexidade, que garante o Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC). De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, o acompanhamento do adolescente deve ser sistemático e contínuo, com frequência semanal, e que possibilite o desenvolvimento de suas capacidades, reflexão e orientação para que o adolescente supere as dificuldades e não reincidência do ato infracional.

De acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, abaixo descrevesse o serviço:

Nome do Serviço: Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC).

Descrição: O serviço tem por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Deve contribuir para o acesso a direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

Na sua operacionalização é necessário a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) com a participação do adolescente e da família, devendo conter os objetivos e metas a serem alcançados durante o cumprimento da medida, perspectivas de vida futura, dentre outros aspectos a serem acrescidos, de acordo com as necessidades e interesses do adolescente.

O acompanhamento social ao adolescente deve ser realizado de forma sistemática, com frequência mínima semanal que garanta o acompanhamento contínuo e possibilite o desenvolvimento do PIA.

No acompanhamento da medida de Prestação de Serviços à Comunidade o serviço deverá identificar no município os locais para a prestação de serviços, a exemplo de: entidades sociais, programas comunitários, hospitais, escolas e outros serviços governamentais. A prestação dos serviços deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

Usuários: Adolescentes de 12 a 18 anos incompletos, ou jovens de 18 a 21 anos, em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, aplicada pela Justiça da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente e suas famílias.

OBJETIVOS:

- Realizar acompanhamento social a adolescentes durante o cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade e sua inserção em outros serviços e programas socioassistenciais e de políticas públicas setoriais;
- Criar condições para a construção/reconstrução de projetos de vida que visem à ruptura com a prática de ato infracional;
- Estabelecer contratos com o adolescente a partir das possibilidades e limites do trabalho a ser desenvolvido e normas que regulem o

período de cumprimento da medida socioeducativa;

- Contribuir para o estabelecimento da autoconfiança e a capacidade de reflexão sobre as possibilidades de construção de autonomias;
- Possibilitar acessos e oportunidades para a ampliação do universo informacional e cultural e o desenvolvimento de habilidades e competências;
- Fortalecer a convivência familiar e comunitária.

PROVISÕES:

Ambiente físico: Espaços destinados à recepção, sala de atendimento individualizado com privacidade, para o desenvolvimento de atividades coletivas e comunitárias, atividades de convivência e atividades administrativas, com acessibilidade em todos seus ambientes, de acordo com as normas da ABNT.

Recursos materiais: Materiais permanentes e de consumo para o desenvolvimento do serviço, tais como: mobiliário, computadores, linha telefônica, dentre outros.

Materiais socioeducativos: pedagógicos, culturais e esportivos. Banco de Dados de usuários de benefícios e serviços socioassistenciais; Banco de Dados dos serviços socioassistenciais; Cadastro Único dos Programas Sociais; Cadastro de Beneficiários do BPC.

Recursos humanos: De acordo com a NOB-RH/SUAS.

TRABALHO SOCIAL ESSENCIAL AO SERVIÇO: Acolhida; escuta; estudo social; diagnóstico socioeconômico; referência e contrarreferência; trabalho interdisciplinar; articulação interinstitucional com os demais órgãos do sistema de garantia de direitos; produção de orientações técnicas e materiais informativos; monitoramento e avaliação do serviço; proteção social proativa; orientação e encaminhamentos para a rede de serviços locais; construção de plano individual e familiar de atendimento, considerando as especificidades da adolescência; orientação sociofamiliar; acesso a documentação pessoal; informação, comunicação e defesa de direitos; articulação da rede de serviços socioassistenciais; articulação com os serviços de políticas públicas setoriais; estímulo ao convívio familiar, grupal e social; mobilização para o exercício da cidadania; desenvolvimento de projetos sociais; elaboração de relatórios e/ou prontuários.

AQUISIÇÕES DOS USUÁRIOS:

Segurança de Acolhida:

- Ser acolhido em condições de dignidade em ambiente favorecedor da expressão e do diálogo;
- Ser estimulado a expressar necessidades e interesses.

Segurança de convívio ou vivência familiar, comunitária e social:

- Ter acesso a serviços socioassistenciais e das políticas públicas setoriais, conforme necessidades;
- Ter assegurado o convívio familiar, comunitário e social.

Segurança de desenvolvimento de autonomia individual, familiar e social:

- Ter assegurado vivências pautadas pelo respeito a si próprio e aos outros, fundamentadas em princípios éticos de justiça e cidadania.
- Ter acesso a:
- Oportunidades que estimulem e ou fortaleçam a construção/reconstrução de seus projetos de vida;
- Oportunidades de convívio e de desenvolvimento de potencialidades;
- Informações sobre direitos sociais, civis e políticos e condições sobre o seu usufruto;
- Oportunidades de escolha e tomada de decisão;
- Experiências para relacionar-se e conviver em grupo, administrar conflitos por meio do diálogo, compartilhando modos de pensar, agir e atuar coletivamente;
- Experiências que possibilitem lidar de forma construtiva com potencialidades e limites;
- Possibilidade de avaliar as atenções recebidas, expressar opiniões e participar na construção de regras e definição de responsabilidades.

CONDIÇÕES E FORMAS DE ACESSO:

Condições: Adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medidas socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade.

Formas de acesso: Encaminhamento da Vara da Infância e da Juventude ou, na ausência desta, pela Vara Civil correspondente.

Unidade: Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS).

Período de funcionamento: Dias úteis, com possibilidade de operar em feriados e finais de semana. Período mínimo de 5 (cinco) dias por semana, 8 (oito) horas diárias.

Abrangência: Municipal e/ou Regional.

ARTICULAÇÃO EM REDE:

- Serviços socioassistenciais de Proteção Social Básica e Proteção Social Especial;
- Serviços das políticas públicas setoriais;
- Sociedade civil organizada;
- Programas e projetos de preparação para o trabalho e de inclusão produtiva;
- Demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos;
- Serviços, programas e projetos de instituições não governamentais e comunitárias.

IMPACTO SOCIAL ESPERADO:

Contribuir para:

- Vínculos familiares e comunitários fortalecidos;
- Redução da reincidência da prática do ato infracional;
- Redução do ciclo da violência e da prática do ato infracional.

Saúde:

O Estatuto da Criança e Adolescente – ECA (1990), disciplina sobre o direito à vida e à saúde. De acordo com o art. 7º, a criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.

Através da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, estabelece que a saúde é direito fundamental do ser humano, devendo o estado prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício. Também dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde. A política pública de saúde vai desenvolver ações que possibilitem o atendimento do adolescente na atenção básica e especializada, saúde mental, odontológica, através de projetos e programas, com palestras e orientações individuais e familiares. Deve objetivar a prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas, prevenção a gravidez precoce, DST 'S e AIDS.

A atuação da política de saúde inclui ações: de vigilância sanitária e epidemiológica, saúde do trabalhador, assistência integral à saúde e farmacêutica; também na participação na formulação da política e na execução de ações de saneamento básico; vigilância nutricional e orientação alimentar.

Educação:

Com a Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, que tem como diretriz, a erradicação do analfabetismo, universalização do atendimento escolar, superação de dificuldades educacionais com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação, melhoria na qualidade da educação. É realizada através de metas e estratégias, as quais, assinalamos as seguintes: fomentar a expansão das matrículas gratuitas de ensino médio integrado à educação profissional; implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão; e estimular a participação dos adolescentes nos cursos das áreas tecnológicas e científicas.

De acordo com a Lei nº 9.394, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, o art. 1º, salienta que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais. Ressaltamos os aspectos relacionados a educação: prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento; articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; a educação básica (fundamental e médio) tem por finalidades desenvolver o educando, assegurar-lhe a formação comum indispensável para o exercício da cidadania e fornecer-lhe meios para progredir no trabalho e em estudos posteriores.

Também tem como objetivo, proporcionar a educação fundamental e ensino médio, a educação profissional e técnica e preparação para o trabalho, além da educação para jovens e adultos.

Ramidoff (2011) salienta que os sistemas de garantias devem funcionar de forma integrada, em rede, denominada rede de proteção, isso é, de uma determinada organicidade entre instituições públicas e sociais que desenvolvam atividades em prol da efetividade dos direitos fundamentais afetos ao adolescente. Já o sistema de garantias - direitos fundamentais: prevenção, política de atendimento, medidas de proteção, medidas socioeducativas, e garantias fundamentais (processuais) - estabelecidos e articulados, de forma integrada, pelo regime jurídico estatutário, certamente, não podem ser desvinculados, haja vista que muito além de mutuamente implicarem-se, também importam nas diversificadas e adequadas interpretações formatadas para a resolução das questões inerentes à infância e juventude.

Para Ramidoff (2011) as medidas socioeducativas precisam estar articuladas em rede, neste conjunto de serviços, assegurando assim, uma atenção integral aos direitos e ao mesmo tempo, o cumprimento de seu papel específico. O conceito de rede está inserido na própria definição do ECA sobre a política de atendimento como um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais da União, Estado e Município, além da sociedade civil.

Dessa forma, as políticas públicas devem estar articuladas em rede para promover o efetivo atendimento ao adolescente que cometeu ato infracional, e sua família, bem como, as legislações devem assegurar seus direitos fundamentais, para que cessem as vulnerabilidades sociais que o motivaram a cometer o ato infracional.

8. DIRETRIZES

O Plano Municipal de Atendimento de Medida Socioeducativa tem como referência os princípios previstos pela Lei nº 8.069 - Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA, Resolução 119/2006 do CONANDA, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências; e Lei Federal nº 12.594/2012, que institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo - SINASE, e que nortearão as propostas para superar as dificuldades identificadas, na forma de objetivos, metas ou resultados e prazos para a sua execução. Dentre os princípios que norteiam as diretrizes, podem-se destacar os seguintes aspectos:

PRINCÍPIOS

- As crianças e os adolescentes são sujeitos de direitos, e estes direitos, devem ser universalmente reconhecidos;
- A criança e o adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes a pessoa humana, garantido sua proteção integral;
- Deve-se considerar a peculiar condição de pessoas em desenvolvimento, e é dever do Estado, da família e sociedade garantir seu desenvolvimento integral;
- crianças e adolescentes são garantidos por todos os instrumentos necessários para assegurar o desenvolvimento pleno de suas personalidades - físico, mental, moral e espiritual, em condições de liberdade e dignidade.
- Ao adolescente que cumpre medida socioeducativa deve ser dada proteção integral de seus direitos;
- Em consonância com os marcos legais para o setor, o atendimento socioeducativo deve ser territorializado, regionalizado, com participação social e gestão democrática, intersetorialidade e responsabilização, por meio da integração operacional dos órgãos que compõem esse sistema.

DIRETRIZES

- Garantia da qualidade do atendimento socioeducativo de acordo com novos parâmetros do SINASE;
- Focar a socioeducação por meio da construção de novos projetos pactuados com os adolescentes e famílias, através do PIA;
- Incentivar o protagonismo, participação e autonomia de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de suas famílias;
- Criar mecanismos que previnam e mediem situações de conflitos e estabelecer práticas restaurativas de vínculos familiares e comunitários;
- Garantir o direito a sexualidade e saúde reprodutiva, respeitando a identidade de gênero e a orientação sexual;

- Garantir a oferta e acesso à educação de qualidade, à profissionalização, às atividades esportivas, de lazer e de cultura;
- Garantir o direito à educação para os adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas e egressos, considerando sua condição singular como estudantes e reconhecendo a escolarização como elemento estruturante do sistema socioeducativo;
- Garantir o acesso à programas de saúde integral.

PÚBLICO ALVO

É público-alvo, os adolescentes de 12 (doze) a 18 (dezoito) anos incompletos, e excepcionalmente até os vinte e um 21 (vinte e um) anos de idade, do sexo masculino e feminino, que cometeram ato infracional, que possuam residência no município de Trombudo Central, e suas respectivas famílias.

9. OBJETIVOS

9.1 8.1 Objetivo geral

Implantar o sistema de atendimento socioeducativo no município de Trombudo Central para garantir o atendimento dos adolescentes envolvidos em ato infracional e suas famílias.

8.2 Objetivos específicos

- Executar as medidas socioeducativas de forma intersetorial;
- Organizar fluxograma de atendimento pela rede intersetorial e pelo sistema de garantia de direitos;
- Efetivar a elaboração do Plano Individual de Atendimento;
- Assegurar o atendimento de qualidade aos adolescentes envolvidos com ato infracional;
- Envolver a família no processo de cumprimento da medida;
- Garantir o suporte da equipe técnica suficiente para o atendimento socioeducativo;
- Garantir a participação direta do adolescente na avaliação do cumprimento da medida, quando da elaboração dos relatórios técnicos;
- Envolver a participação efetiva do Sistema de Garantia de Direitos, em especial do Conselho Tutelar;
- Capacitar os técnicos que atuam nas medidas socioeducativas e o sistema de garantia de direitos;
- Buscar recursos junto ao FIA e outros para cofinanciar as ações socioeducativas;
- Assegurar o repasse de recursos nos programas do PPA em cada uma das políticas públicas municipais;
- Realizar campanhas preventivas relativas ao ato infracional.

10. RESULTADOS

- Utilizar o sistema de atendimento a medida socioeducativa de forma sistemática e garantir o atendimento do adolescente envolvido em ato infracional.
- Participação da intersetorialidade na execução das medidas socioeducativas;
- A rede possuir organização quanto ao atendimento;
- Ao desenvolver o PIA, objetivar a reflexão do adolescente, evitando a reincidência do ato infracional;
- Capacitação da rede e da equipe técnica de atendimento para ter qualidade no atendimento aos adolescentes;
- Conhecer a dinâmica familiar, suas fragilidades e potencialidades, com a coresponsabilização pelo adolescente e pelo ato infracional que este cometeu;
- Envolvimento do adolescente sobre o cumprimento da medida e avaliação dele quanto aos pontos negativos e positivos;
- Efetivar ações em parceria com o Conselho Tutelar para promoção e prevenção;
- Obter orçamento da administração pública para atendimento das ações da MSE de forma contínua;
- Conscientizar a população, famílias, jovens quanto as consequências do ato infracional, reduzindo o número de adolescentes que cometem ato infracional.

11. FORMAS DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

O monitoramento e a avaliação do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo de Trombudo Central será realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, através da Proteção Social Especial, e contará com a participação fundamental do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS e demais instâncias de controle social. O Sistema de monitoramento e avaliação será realizado num processo sistemático e contínuo em todas as ações, por meio de relatórios que deverão ser confeccionados trimestralmente, onde serão registradas as ações desenvolvidas no período, e que, justificam as ações previstas e não realizadas, que objetiva informar o desenvolvimento gradual e evolutivo das ações em relação aos objetivos propostos, e, difundir os principais resultados obtidos.

O Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, será avaliado semestralmente, por meio de:

- Reuniões intersetoriais entre as políticas públicas envolvidas e membros da Comissão Intersetorial;
- Avaliação do atendimento ao final do cumprimento da medida socioeducativa;
- Avaliação com a família sobre atendimento realizado com adolescente.

Será elaborado pelo serviço de Média Complexidade, à curto prazo, um questionário de avaliação do serviço de atendimento às medidas socioeducativas, que o adolescente infrator irá responder ao final do cumprimento da medida socioeducativa aplicada; e outro questionário de avaliação, que a família do adolescente infrator responderá acerca do cumprimento da medida socioeducativa.

O relatório será elaborado a partir das informações prestadas pelo adolescente e sua família. Outros documentos de sistematização, como por exemplo, fotos e material de divulgação, deverão, sempre que possível, acompanhar o relatório semestral.

12. AÇÕES

12.1 Assistência Social e Habitação

| Ações | Responsáveis | Prazo |
|---|---|-------------|
| Encaminhar os adolescentes de PSC e LA para o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV). | Equipe de Média Complexidade | 2014 a 2024 |
| Inserir os adolescentes e suas famílias no SCFV. | Equipe de Média Complexidade | 2014 a 2024 |
| Inserir os adolescentes de PSC e LA em atividades nas demais políticas públicas. | Equipe de Média Complexidade | 2014 a 2024 |
| Fazer a busca ativa dos adolescentes egressos de medidas socioeducativas – meio aberto e fechado – para inserção no SCFV. | Equipe de Média Complexidade | 2014 a 2024 |
| Efetivar acompanhamento semanal e sistemático do adolescente em cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto e sua família, pelo PAEFI. | Equipe de Média Complexidade | 2014 a 2024 |
| Atender e acompanhar as famílias dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em meio fechado no PAEFI. | Equipe de Média Complexidade | 2014 a 2024 |
| Mapear os equipamentos públicos e entidades da rede socioassistencial para encaminhamento de adolescentes para cumprimento da PSC, e realizar cadastramento dos equipamentos públicos no CMDCA. | Equipe de Média Complexidade; Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação e Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Encaminhar os adolescentes para cursos profissionalizantes e, sempre que possível, ao mercado de trabalho. | Equipe de Média Complexidade, parceria com Secretaria de Educação | 2014 a 2024 |
| Realizar trabalho preventivo sobre a adolescência e atos infracionais. | Equipe de Média Complexidade, parceria com CRAS. | 2014 a 2024 |
| Capacitar os técnicos e a rede assistencial que atuam nas medidas socioeducativas, direta ou indiretamente. | Equipe de Média Complexidade. | 2014 a 2024 |
| Implantar programas e adesão de entidades sociais com planos pedagógicos de atendimento ao adolescente que cumpre MSE | Equipe de Média Complexidade. | 2014 a 2024 |
| Encaminhar a família para realizar Cadastro Único. | Equipe de Média Complexidade. | 2014 a 2024 |

12.2 Saúde

| Ações | Responsáveis | Prazo |
|--|---|-------------|
| Executar ações de prevenção a gravidez precoce – campanhas, palestras, atendimento diário da saúde, ESF | Secretaria de Saúde - Parceria com a Secretaria de Educação | 2014 a 2024 |
| Executar ações de prevenção ao uso de drogas – ESF, Campanhas, Palestras, atendimento diário da saúde | Secretaria de Saúde - Parceria com a Secretaria de Educação | 2014 a 2024 |
| Garantir atendimento odontológico | Secretaria de Saúde | 2014 a 2024 |
| Garantir ações comunitárias sobre saúde bucal | Secretaria de Saúde | 2014 a 2024 |
| Garantir atendimento Geral de Saúde, sempre que necessário | Secretaria de Saúde | 2014 a 2024 |
| Atuação do CAPS Regional nas situações de saúde mental e dependência química – convênio firmado | Secretaria de Saúde e CAPS regional | 2016 a 2024 |
| Criação de protocolos de assistência ao adolescente para direcionamento do atendimento de forma adequada | Secretaria de Saúde | 2014 a 2024 |
| Garantir esquema vacinal completo | Secretaria de Saúde | 2014 a 2024 |
| Notificar casos de violência contra adolescentes diminuindo os agravos decorrentes deste ato | Secretaria de Saúde | 2014 a 2024 |
| Palestras e ações sobre violência (sexual, física, verbal, psicológica) | Secretaria de saúde e Secretaria de educação | 2014 a 2024 |
| Desenvolver ações educativas para prevenção de DST e AIDS | Secretaria de Saúde | 2014 a 2024 |

12.3 Educação e Esporte

| Ações | Responsáveis | Prazo |
|--|------------------------|-------------|
| Garantir a matrícula e frequência para os adolescentes atendidos na PSC e LA no Ensino Fundamental – séries iniciais | Secretaria de Educação | 2014 a 2024 |
| Garantir a matrícula e frequência para os adolescentes atendidos na PSC e LA no Ensino Fundamental | Secretaria de Educação | 2014 a 2024 |
| Inserir os adolescentes de PSC e LA nas atividades do Departamento Municipal de Esportes (futsal, judô) | Secretaria de Educação | 2014 a 2024 |

Com base na Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014, que aprova o Plano Nacional de Educação – PNE, a educação deve articular –se com a família e sociedade, realizar ações para prevenir a evasão escolar, promover a cidadania, erradicar formas de discriminação e preconceito no âmbito escolar. Também deve fomentar a educação profissional e estimular a participação dos adolescentes em atividades escolares, como grêmios, grupo de jovens. Verificamos a importância e necessidade da Secretaria Municipal de Educação verificar ações propostas no Plano Nacional de Educação para incluir nas ações para execução do Plano de Atendimento das Medidas Socioeducativas.

Também verificamos a necessidade da mediação de conflitos escolares, entre os alunos e professores, e ao respeito mútuo com o outro,

campanhas da não-violência no âmbito escolar, prevenção ao uso de drogas, gravidez precoce, DST's e AIDS, racismo, bullying, respeito às diferenças culturais, familiares, de gênero, religiosas, sexualidade, etnia. Realizar oferta do projeto Telecentro, e de aulas de informática. Salientamos que novas propostas de ação na área da educação podem ser implantadas no Plano Municipal a curto prazo.

12.4 Cultura

| Ações | Responsáveis | Prazo |
|---|--|-------------|
| Inserir os adolescentes no grupo de dança "Korpus Stúdio Dance" | Secretaria de Cultura e Turismo e entidade não-governamental | 2014 a 2024 |
| Garantir o acesso dos adolescentes a biblioteca pública, com acompanhamento direcionado | Secretaria de Cultura e Turismo | 2014 a 2024 |
| Promover a inserção dos adolescentes nas aulas de música (violão, teclado e acordeon) | Secretaria de Cultura e Turismo | 2014 a 2024 |
| Participação dos adolescentes nas oficinas de artesanato | Secretaria de Cultura e Turismo | 2014 a 2024 |

12.5 Esporte

| Ações | Responsáveis | Prazo |
|---|--------------------------|-------------|
| Inserir os adolescentes nas atividades desportivas – futsal, judô e futebol de campo (grupos feminino e masculino) | Departamento de Esportes | 2014 a 2024 |
| Grupos de judô em diferentes localidades (Bairros Bracatinga, Km 5 e Liberdade) | Departamento de Esportes | 2014 a 2024 |
| Elaboração de projetos para incentivo ao esporte no município, através da Lei nº 11.438/2006 – Lei de Incentivo ao Esporte | Departamento de Esportes | 2014 a 2024 |
| Fomentar investimentos financeiros e de recursos humanos para execução de ações voltadas para envolver o adolescente à prática de esporte | Departamento de Esportes | 2014 a 2024 |

12.6 Intersetoriais

| Ações | Responsáveis | Prazo |
|--|---|-------------|
| Campanha para reflexão da não-violência | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Campanha de Conscientização no Trânsito em parceria com a Delegacia de Polícia | Comissão Intersetorial e Delegacia de Polícia | 2014 a 2024 |
| Fortalecer o PROERD | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Dialogar com a comunidade e sociedade sobre prevenção ao ato infracional. | Comissão Intersetorial, parceria com Escolas | 2014 a 2024 |
| Identificar e buscar empresas parceiras para inserção no mercado de trabalho | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Parceria com a Universidade para ações de prevenção e para realização de projetos de extensão (áreas de esporte, saúde, educação, humanas) | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Capacitar os técnicos que atuam nas medidas socioeducativas e o sistema de garantia de direitos | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Implantar o Programa Jovem Aprendiz no Município, com prioridades para adolescentes em cumprimento de PSC e LA. | Equipe de Média Complexidade; Gestão da Secretaria Municipal de Assistência Social; Indústria e Comércio; e Secretaria Municipal de Educação. | 2014 a 2024 |
| Realizar trabalho preventivo sobre a adolescência e atos infracionais - parceria com a delegacia de polícia e Ministério Público | Equipe de Média Complexidade; Secretaria Municipal de Educação | 2014 a 2024 |
| Campanha sobre prevenção ao uso de drogas - parceria com a saúde, a delegacia de polícia e Ministério Público | Comissão Intersetorial e Ministério Público | 2014 a 2024 |
| Campanha de conscientização quanto ao preconceito e estigma sobre o adolescente infrator | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Incentivar e implantar atividades desportivas (tênis de mesa, jogos de raciocínio lógico, badminton, bocha) | Departamentos de Esportes e Secretaria de Educação | 2014 a 2024 |
| Contratação de profissionais para desenvolver mais atividades desportivas no município | Departamentos de Esportes e Secretaria de Educação | 2014 a 2024 |
| Criação de protocolos de atendimento ao adolescente em cumprimento de MSE, e fluxo de atendimento. | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Implantar SIPIA/SINASE | Governo Estadual | 2014 a 2024 |
| Propor ações e inclusão de atores e representantes em conjunto com a educação estadual e articulação de propostas para atendimento das MSE | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |
| Propor ações na área de lazer* | Comissão Intersetorial | 2014 a 2024 |

*Salientamos que o conceito de lazer é descrito como fenômeno tipicamente moderno, que se materializa com um tempo e espaço de vivências lúdicas e culturais. Favorecer a abertura de espaços para esporte recreativo. Dessa forma, ações nas áreas de lazer serão propostas pela Comissão Intersetorial no Plano Municipal.

13. FLUXO DE ATENDIMENTO

14. FORMAS DE FINANCIAMENTO

Formas de financiamento e orçamento para o atendimento da medida socioeducativa será implantado no município à curto prazo, realizado pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, e será orçado durante o ano de 2015. O orçamento que será definido será utilizado para capacitação dos técnicos, manutenção de equipamentos, materiais de consumo e execução das ações a serem desenvolvidas com os adolescentes autores de ato infracional e suas famílias.

15. REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição Federal, de 05 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 8.069. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências, de 13 de julho de 1990.

BRASIL. Lei nº 8.080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências, de 19 de setembro de 1990.

BRASIL. Lei nº 9.394. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 11.438. Dispõe sobre incentivos e benefícios para fomentar as atividades de caráter desportivo e dá outras providências, de 29 de dezembro de 2006.

Brasil. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamenta a execução das medidas socioeducativas destinadas a adolescentes que pratique ato infracional; e altera as Leis nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); 7.560, de 19 de dezembro de 1986, 7.998, de 11 de janeiro de 1990, 5.537 de 21 de novembro de 1968, 8.315, de 23 de dezembro de 1991, 8.706, de 14 de setembro de 1993, os Decretos-Leis nos 4.048, de 22 de janeiro de 1942, 8.621, de 10 de janeiro de 1946, e a Consolidação das leis do Trabalho (CLT) aprovada pelo Decreto – Lei nº 5.452, de 10 de maio de 1943.

BRASIL. Lei nº 13.005. Aprova o Plano nacional de educação – PNE e dá outras providências, de 25 de junho de 2014.

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS. Ministério do desenvolvimento social e combate a fome, 2005.

BRASIL. Resolução nº 119. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo e dá outras providências, de 11 de dezembro de 2006.

BRASIL. Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos. CONANDA, 2006.

BRASIL. Tipificação Nacional de Serviços socioassistenciais. Texto da Resolução nº 109, de 11 de novembro de 2009.

Liberati, Wilson Donizeti. Adolescente e ato infracional: medida socioeducativa é pena? 2ª edição: São Paulo: Editora Malheiros, 2013.

Ramidoff, Mário Luiz. Lições de Direito da criança e do Adolescente: ato infracional e medidas socioeducativas. 3ª edição. Curitiba: Juruá, 2011.

Saraiva, João Batista Costa. Adolescente em conflito com a lei: da indiferença à proteção integral: uma abordagem sobre a responsabilidade penal juvenil. 4ª edição. Porto Alegre: Livraria do Advogado Editora, 2013.

Volpi, Mario (org). O adolescente e o ato infracional. 9ª edição. São Paulo: Cortez, 2011.

16. ANEXOS

16.1 15.1 Modelos de Encaminhamento

15.1.1 Modelo de encaminhamento de Referência

Encaminhamento nº ____ /2014

| |
|----------------------------|
| ENCAMINHAMENTO |
| De: |
| Profissional Referência: |
| Para: |
| IDENTIFICAÇÃO DA FAMÍLIA |
| Nome: |
| Endereço: |
| Ponto de Referência: |
| Telefone (fixo e celular): |

RELATO

Assunto:

Relato:

Procedimentos adotados:

Trombudo Central, _____ de _____ de 20__.

Profissional

Profissional

15.1.2 Documento de Encaminhamento de Contra-Referência

Resposta ao encaminhamento nº: _____

Nome:

CONTRA-REFERÊNCIA

De:

Profissional Referência:

Para:

PROCEDIMENTOS

Assunto:

Data da 1º abordagem:

Procedimentos realizados:

Observações:

Trombudo Central, ____ de _____ de 20__.

Profissional

Profissional

15.1.3 Plano Individual de Atendimento – PIA

1. Identificação do adolescente:

Nome:

| | |
|---------------------|--------------|
| Data de nascimento: | |
| Responsáveis: | Pai:
Mãe: |
| Endereço: | |
| Telefone: | |
| Estado Civil: | |
| Naturalidade: | |

2. Sobre o ato infracional:

| | |
|---------------------------------------|--------------------|
| Nº do Processo: | |
| Ato Infracional: | |
| Medida Aplicada: | |
| Outros processos: | () Não
() Sim |
| Assessoramento Jurídico: | () Não
() Sim |
| Equipe de Atendimento Socioeducativo: | |

O que motivou o adolescente a praticar o ato infracional?

Qual a reflexão do adolescente frente às consequências do ato infracional?

3. Documentação:

| Documento: | Nº do documento | Não possui | Orientações e encaminhamento ao órgão oficial e/ou: |
|------------------------------|-----------------|------------|---|
| RG – Registro Geral | | | |
| CPF – Cadastro Pessoa Física | | | |
| Certidão de Nascimento | | | |
| Título de Eleitor | | | |
| Alistamento Militar | | | |
| Carteira Profissional | | | |
| Carteira do SUS | | | |

4. Situação Escolar:

| | |
|-------------------------|--|
| Grau de Escolaridade: | |
| Está estudando: | () Não
Qual o ano que parou de estudar:
Qual a última instituição que frequentou:
() Sim
Qual a instituição: |
| Pretende retornar: | () Não
() Sim |
| Encaminhamentos/Escola: | |
| Meta: | |
| Atestado de Matrícula: | |

5. Composição Familiar

| Nome | Parentesco | Idade | Escolaridade | Profissão e Local de trabalho/Formalidade | Renda mensal |
|------|------------|-------|--------------|---|--------------|
| | | | | | |
| | | | | | |

Obs.:

A família recebe algum benefício do governo? () Não / () Sim

6. Situação Habitacional:

| | |
|----------------------|--|
| Condição da moradia: | |
| Nº de Cômodos: | () Quartos; () Cozinha; () Sala; () Banheiro; () Lavação; () Garagem; () Outros |



7. Profissionalização:

| | |
|--|--|
| Está trabalhando: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Local:
Salário:
Horário: |
| Registro em Carteira | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim |
| Experiências anteriores: | |
| Já participou de cursos profissionalizantes: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Quais:
Quando: |
| Gostaria de participar: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Obs. |

8. Lazer, Cultura e Esportes:

| | |
|---|---|
| Participa de alguma atividade cultural: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Qual: |
| Gostaria de participar: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim |
| Participa de atividade desportiva: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Qual: |
| Gostaria de participar: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Qual: |
| O que faz nas horas livres (lazer): | |

9. Aspectos relacionados a Saúde:

| | |
|--|---|
| Apresenta problema de saúde: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Qual: |
| Já fez ou faz tratamento psicológico/psiquiátrico: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Que tipo de tratamento: |
| Cigarros: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Desde quando:
Frequência:
Quantidade: |
| Bebidas alcoólicas: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim
Desde quando:
Frequência:
Quantidade: |
| Outras drogas: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim |
| Já foi internado para tratamento/desintoxicação: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim |
| Utiliza algum medicamento: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim |
| Doenças na família: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim |

10. Respeito aos horários estabelecidos pela família:

| | |
|-------------------------------|--|
| Chega tarde da noite em casa: | <input type="checkbox"/> Não
<input type="checkbox"/> Sim |
| Compromisso: | |
| Quanto tempo passa na rua: | |

11. Em relação ao adolescente:

| | |
|---|------------------------------|
| Têm planos/projetos para o futuro? | () Não
() Sim
Quais: |
| O que tem feito para alcançar os objetivos? | |
| A família corresponde a este interesse? | () Não
() Sim |
| O adolescente recebe algum tipo de influência negativa? | () Não
() Sim |

| |
|-----------------------|
| 12. Outros Registros: |
| |

| | | | |
|---|--------|---------------|---------|
| 13. Com base nos dados apresentados pelas partes e nos objetivos declarados pelo adolescente, seguem as orientações e atividades de integração e apoio à família, com o plano de ações conjuntas: | | | |
| Demandas: | Ações: | Quem executa: | Prazos: |
| | | | |
| | | | |
| | | | |

Obs.: Constará em anexo a este Plano Individual de Atendimento o Resultado da Avaliação Interdisciplinar da equipe do serviço de Medidas Socioeducativas.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS JUNTO À FAMÍLIA

1. Construir vínculos de confiança entre a equipe de atendimento socioeducativo, a família e o adolescente;
2. Estabelecer com a família uma relação de apoio mútuo em torno das necessidades do adolescente e da família;
3. Informar, orientar e apoiar a família na busca de serviços públicos e/ou privados, que possam suprir suas necessidades, promovendo a autonomia e o resgate de seus direitos;
4. Obter um diagnóstico psicossocial da família, a partir de sua história, para que as intervenções durante o período de cumprimento da medida socioeducativa contribuam positivamente para o desenvolvimento do adolescente e para a dinâmica familiar.

Trombudo Central, ____ de ____ de 20__.

| | |
|------------------------------|-------------|
| Adolescente | Responsável |
| | |
| Equipe de Média Complexidade | |

| |
|--------------------------------|
| 14. Avaliação Interdisciplinar |
| |

Colocamo-nos à disposição para maiores esclarecimentos, atenciosamente,

Equipe de Média Complexidade

Trombudo Central, ____ de ____ de 20__.

15.1.4 Listas de Presença

ATA 01

Aos dezoito dias do mês de junho de dois mil e catorze, às oito horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH reuniram-se para dar início a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – PMAS, Cleuseméri Rahn (SMASH), Elizete Righes (SMASH), Rafael Marian (Secretaria Municipal de Educação e Esporte) e Cátia Regina Marangoni Geremias (Secretaria Municipal de Educação e Esporte), sendo que as representantes Janice da Cunha (Secretaria Municipal de Saúde) e Elimeri Aparecida Venâncio Schlatter (Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo) justificaram a ausência por motivos de doença. Primeiramente o grupo apresentou-se para que todos pudessem se conhecer e expuseram o que conhecem sobre Medidas Socioeducativas, também foi esclarecido o porquê dessa representação para a comissão, que se justifica a partir do Artigo 8º da Lei 12.594, de 18 janeiro de 2012, sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase. Em segundo lugar, a equipe do Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade, Cleuseméri e Elizete expuseram como está acontecendo o atendimento a esta demanda no município atualmente, que se tem em média um adolescente por mês, que são

recebidos, acolhidos, encaminhados e acompanhados pela equipe. No terceiro momento, foi feita a organização do cronograma de horários para o acontecimento das reuniões para a construção do PMAS, que acontecerá as terças-feiras, de forma quinzenal, sendo que a próxima será no dia 01 de julho de 2014. Para finalizar foram feitos os seguintes encaminhamentos: cada representante recebeu um Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, com a Lei 12.594, de 18 janeiro de 2012, sobre o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE, sendo que cada um ficou responsável em fazer a leitura da Lei para ser discutida na próxima reunião e Cleuseméri responsabilizou-se por entregar o ECA para Janice e Elimeri, passar a data da próxima reunião e pedir para que façam a leitura da Lei. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a reunião, cuja ata foi redigida e assinada por mim, Cleusi _____.

ATA 02

No primeiro dia do mês de julho de dois mil e catorze, às oito horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH reuniram-se para dar continuidade à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – PMAS, Cleuseméri Rahn (SMASH), Elizete Righes (SMASH) e Rafael Marian (Secretaria Municipal de Educação e Esporte), sendo que Cátia Regina Marangoni Geremias (Secretaria Municipal de Educação e Esporte) e Elimeri Aparecida Venâncio Schlatter (Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo) justificaram a ausência e Janice da Cunha (Secretaria Municipal de Saúde) não esteve presente. A reunião não foi realizada e o grupo agendou a data para a próxima reunião, que acontecerá no dia oito de julho de dois mil e catorze, às oito horas, nas dependências da SMASH. Cleuseméri ficou responsável em avisar o grupo através de email. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a reunião, cuja ata foi redigida e assinada por mim, Cleusi _____.

ATA 03

Aos oito dias do mês de julho de dois mil e catorze, às oito horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH reuniram-se para dar continuidade à elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo – PMAS, Cleuseméri Rahn (SMASH), Elizete Righes (SMASH), Cátia Regina Marangoni Geremias (Secretaria Municipal de Educação e Esporte), Elimeri Aparecida Venâncio Schlatter (Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo), Janice da Cunha (Secretaria Municipal de Saúde). Durante a reunião foram discutidas as etapas do PMAS, sendo que a prioridade foi o item diagnóstico e as ações que cada Secretaria deverá oferecer aos adolescentes. Sobre o diagnóstico, ficaram estabelecidos os seguintes dados que deverão ser coletados através da Delegacia Civil, Poder Judiciário e Serviço de Média Complexidade: sexo, idade, escolaridade, egresso, localidade, ato infracional e a medida aplicada (LA e PSC), os quais serão recolhidos por Cleuseméri e Elizete. O grupo seguidamente discutiu sobre as ações que cada Secretaria já vem oferecendo a esta demanda e foram apresentadas as seguintes atuações: Fabricando Arte, Telecentro, Programa Saúde na Escola – PSE com palestras sobre DST/AIDS, cursos profissionalizantes através do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC, Educação de Jovens e Adultos – EJA, Bombeiro Mirim, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, aulas de música e artesanato pela SMCT. Como encaminhamentos, cada representante ficou responsável em levantar ações para ser trabalhadas com os adolescentes no decorrer de 10 anos, como preconiza o PMAS, nas suas Secretarias para trazer ao grupo e posteriormente serem discutidas. A próxima reunião acontecerá no dia 22 de julho, às 8h, nas dependências da SMASH. Nada mais havendo a tratar, deu-se encerrada a reunião, cuja ata foi redigida e assinada por mim, Cleusi _____.

ATA 04

Aos vinte e dois dias do mês de julho de dois mil e catorze, às oito horas, nas dependências da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação – SMASH Cleuseméri Rahn (SMASH) esteve presente para a reunião que não pôde acontecer devido à ausência dos representantes da comissão intersetorial para a elaboração do Plano Municipal de Atendimento Socioeducativo, Cátia Regina Marangoni Geremias (Secretaria Municipal de Educação e Esporte), Elimeri Aparecida Venâncio Schlatter (Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo), Janice da Cunha (Secretaria Municipal de Saúde), sendo que Elizete Righes (SMASH) justificou a falta. A próxima reunião será no dia 05 de agosto, às 8h, nas dependências da SMASH, conforme acordado entre os representantes, de que as reuniões aconteceriam em formato quinzenal. Cleuseméri enviará por email a data da próxima reunião para lembrar o grupo. A ata foi redigida e assinada por mim, Cleusi _____.

ATA 05

No dia 03 de dezembro 2014, foi agendado reunião para propor ações nas áreas setoriais e intersetoriais, porém, os membros da Comissão Intersetorial não compareceram e foi cancelada por falta de quórum, estiveram presentes Elizete Righes (SMASH) e Luisa Carina Gessi Rippel (SMASH). Houve tentativas de reagendar nova data para reunião, porém a Comissão Intersetorial não conseguiu definir datas para que todos os membros estivessem presentes. Dessa forma, no dia 05 de dezembro, a equipe que elaborou o plano, reuniu-se separadamente com Janice da Cunha, membro da comissão intersetorial da Secretaria de Saúde, onde definiu-se ações setoriais e intersetoriais na área da saúde. No dia 09 de dezembro de 2014, a equipe que elaborou o plano, reuniu-se separadamente com Elimeri Aparecida Venâncio Schlatter (Secretaria Municipal da Cultura e do Turismo), onde foram definidas ações setoriais para promover o acesso dos adolescentes nas atividades culturais que o município oferece. No dia 10 de dezembro, foi enviado via e-mail, pelo membro Cátia Regina Marangoni Geremias (Secretaria Municipal de Educação e Esporte) propostas de ações setoriais na área da educação. No dia 11 de dezembro de 2014, membro da Comissão Intersetorial Rafael Marian (Secretaria de Educação), responsável pelo departamento de esporte, reuniu-se com as técnicas que elaboraram o plano, definindo propostas para a área dos esportes. As propostas de ações intersetoriais partiram da demanda que as técnicas do Serviço de Média Complexidade observaram sobre o diagnóstico das medidas socioeducativas e das ações em conjunto propostas pela Comissão Intersetorial. A ata foi redigida e assinada por mim, Luisa Carina Gessi Rippel _____.

PORTARIA 379/17

PORTARIA 379/18 DE 18 DE AGOSTO 2017.

ATRIBUI RESPONSABILIDADE REFERENTE À MULTA DE TRÂNSITO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO a Portaria 058/2005 de 09 de fevereiro de 2005.

CONSIDERANDO as recorrentes ocorrências e notificações de multas de trânsito.

RESOLVE:

Art. 1º- Atribuir responsabilidade referente à multa de trânsito, para cobrança com desconto em folha de pagamento a partir do mês de agosto do corrente ano, ao infrator da respectiva infração abaixo especificada:

| MOTORISTA | VEÍCULO | Nº INFRAÇÃO | VALOR |
|-----------------------------|------------|-------------|--------|
| TANIA BINI AZEVEDO WALTRICK | QHD - 9130 | 39043036 | 102,15 |

Art. 2º- A retenção dos valores de que trata o artigo primeiro, será efetuada em folha de pagamento em (02) duas parcelas, a serem descontadas para pagamento da multa.

Art. 3º- Fica aberto o prazo de contestação e ampla defesa ao infrator descrito no artigo primeiro, pelo prazo de 10 (dez) dias, a contar da data de publicação da presente Portaria.

Art. 4º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas demais disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 380/17

PORTARIA 380/17 DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

FIXA DIÁRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

RESOLVE:

Art. 1º - Fixar em R\$ 2.466,00 (dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais), referente a 03 (três) diárias a Brasília – DF, para custeio de estadia e alimentação a Prefeita Sra. GEOVANA GESSNER, que estará em audiências nos Ministérios e Gabinetes dos Senadores e Deputados representantes do Estado de Santa Catarina, tendo como propósito tratar de assuntos pertinentes a diversas áreas do Município, entre os dias 22 a 25 de agosto do corrente ano, na capital Federal do Brasil, Brasília – DF.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 21 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

PORTARIA 381/17

PORTARIA 381/17 DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas com base na Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o atestado médico apresentado junto ao Departamento de Pessoal na data de 11 de agosto de 2017.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor público municipal Sr. EDENIR ZICK, ocupante do cargo de provimento efetivo de Operador de Máquina, licença para tratamento de saúde pelo prazo de 15 (quinze) dias.

Art. 2º - O afastamento de que trata o Artigo Primeiro, a partir do 16º (décimo sexto) dia será custeado pelo Regime Geral da Previdência.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 11 de agosto de 2017, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 382/17

PORTARIA 382/17 DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DO MAGISTÉRIO PÚBLICO MUNICIPAL E, ESTABELECE OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei...

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear a Comissão de Avaliação de Desempenho do Magistério Público Municipal, referente ao mês de agosto de 2017, conforme nominata abaixo descrita:

Representantes do corpo docente da Educação Infantil:

Taina Kuster

Rosalina Brandl

Representantes do corpo docente do Ensino Fundamental:

Claudia Filomena Soares Semmer

Luciane Gambeta Passig

Terezinha Almeida Tholl

Marcia Gisele Salvador

Representantes dos coordenadores Pedagógicos:

Fabiana da Croce

Elisangela Althoff da Silva

Representantes dos gestores em cargo de chefia na Secretaria Municipal de Educação e Esporte:

Cátia Regina Marangoni Geremias

Glaucia Jaqueline Bodemuller Marcelino

Representante do Conselho Municipal de Educação:

Regiane Maria Senes Franz

Representante da Secretaria Municipal de Educação e Esporte:

Daniela Braz Marçal Menegazzi

Representante da Secretaria de Administração e Finanças:

Daiana Becker

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data da sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 383/17

PORTARIA 383/17 DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o art. 86 da Lei Complementar 816 de 31 de Outubro de 1990.

CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 10 de agosto de 2017, apresentado junto ao Departamento de Pessoal.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER a servidora pública municipal Sra. CAMILA VELHO DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento temporário de Merendeira, licença Gestação pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, a partir de 10 de agosto de 2017.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente pelo Regime Geral de Previdência Social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos retroativos à data de 10 de agosto de 2017, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 18 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

PORTARIA 384/17

PORTARIA 384/17 DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

NOMEIA SERVIDOR POR CONCURSO PÚBLICO.

GEOVANA GESSNER, Prefeita do município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas.

CONSIDERANDO o Edital do Concurso Público nº 006/2014;

CONSIDERANDO o Decreto 108/14 de 18 de Agosto de 2014 que homologa a classificação final do Concurso Público 006/2014;

RESOLVE:

Art. 1º - NOMEAR através de concurso público a Sra. FRANCIELE RISSARDI DE VARGAS, para exercer o Cargo de Médico Veterinário do grupo ocupacional I – Atividades de Nível Superior - ANS, Nível 27, do plano de cargos e salários do quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Trombudo Central, com carga horária de 40:00 horas semanais, a desempenhar suas funções junto a Secretaria municipal da Agricultura e Meio Ambiente, a partir da data de 23 de agosto de 2017.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 23 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

LEIRSON VICENTE

Secretário da Agricultura e Meio Ambiente

PORTARIA 385/17

PORTARIA 385/17 DE 24 DE AGOSTO DE 2017.

CONCEDE PRORROGAÇÃO DE LICENÇA GESTAÇÃO

GEOVANA GESSNER, Prefeita do Município de Trombudo Central, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas...

CONSIDERANDO o artigo 86 da lei complementar 816 de 31 de outubro de 1990, alterado pela lei complementar 1765 de 09 de Abril de 2013.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora pública municipal Sra. CAMILA VELHO DOS SANTOS, ocupante do cargo em provimento temporário de Merendeira, prorrogação de licença Gestação pelo prazo de 60 (sessenta) dias, conforme solicitação por requerimento junto ao Departamento Pessoal.

Art. 2º - A Licença de que trata o Artigo Primeiro, será custeado integralmente nos mesmos moldes devidos no período de percepção do salário maternidade pago pelo regime geral de previdência social.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas disposições em contrário.

Trombudo Central, 24 de agosto de 2017.

GEOVANA GESSNER

Prefeita de Trombudo Central

Esta Portaria foi registrada e publicada no Diário Oficial dos Municípios (DOM/SC).

CATIA REGINA MARANGONI GEREMIAS

Secretária da Educação e do Esporte

Tunápolis

PREFEITURA

PORTARIA Nº 4601/2017

PORTARIA Nº 4.601/2017

Em 24 de Agosto de 2017

O Prefeito Municipal de Tunápolis, Estado de Santa Catarina, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear os membros da Comissão de elaboração do Plano Plurianual - 2018/2021, ficando assim composto: Janete Rempel Bieger, Cleverson Inácio Kerkhoff, Clarice Weis Staub, Alcides Luís Hofer e Aquiles Bamberg.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE TUNÁPOLIS SC.

Em 24 de Agosto de 2017.

RENATO PAULATA

Prefeito Municipal

EGON INÁCIO BIEGER

Secretário Municipal de Administração, Planejamento e Finanças

Esta portaria foi publicada na

Presente data

CLEVERSON INÁCIO KERKHOFF

Técnico em Controladoria Interna

Urupema

PREFEITURA

PREGÃO PRESENCIAL 032/2017 - PMU

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA

SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2017

A Prefeitura Municipal de Urupema, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 06/09/2017, às 09h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor preço global, objetivando aquisição de jaquetas para serem utilizadas pelos alunos (as) do serviço de proteção social básica. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou kekopc@gmail.com, das 08h00min as 12h00min e das 13h30min às 17h30min ou pelo site <http://www.cidademaisfriado brasil.com.br/>

Urupema, 25 de Agosto de 2017.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

PREGÃO PRESENCIAL 033/2017 - PMU/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE URUPEMA

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

SETOR DE LICITAÇÕES

PREGÃO PRESENCIAL Nº 33/2017

A Prefeitura Municipal de Urupema/FMS, SC, torna público para conhecimento de quem interessar que fará realizar no dia 06/09/2017, às 14h00min, na sede da Prefeitura Municipal, à Av.: Manoel Pereira de Medeiros, 155, pregão presencial pelo menor preço por item, objetivando a aquisição de equipamentos de informática para serem utilizados no centro de informática da Prefeitura Municipal. Cópia do Edital e/ou maiores informações no endereço acima citado ou pelo fone (49) 3236-3014 ou kekopc@gmail.com, das 08h00min as 12h00min e das 13h30min às 17h30min ou pelo site <http://www.cidademaisfriado brasil.com.br/>

Urupema, 25 de Agosto de 2017.

EVANDRO FRIGO PEREIRA

PREFEITO MUNICIPAL

Urussanga

PREFEITURA

DISPENSA DE LICITAÇÃO N. 03/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
Comissão Permanente de Licitação e Julgamento - CPLJ

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA

Processo licitatório nº. 53/2017
Dispensa de licitação nº 03/2017
Data: 24/08/2017

Conforme Art. 24, IV, da Lei nº 8.666, de 21.06.93.
Objeto: manutenção de veículo escolar MLL-5739, com urgência. Contratado: MECÂNICA SANGALETI LTDA - ME. CNPJ 07.160.911/0001-25.
VALOR GLOBAL: R\$ 12.095,00
LUIS GUSTAVO CANCELLIER – Prefeito Municipal

EDITAL PL 52/2017 PR 42/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE URUSSANGA
AVISO DE EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 42/2017/PMU

Objeto: aquisição parcelado de material de expediente, novos e de boa qualidade. Entrega dos envelopes: até as 08h30min do dia 06/09/2017, na Prefeitura Municipal de Urussanga/SC, sito à Praça da Bandeira, 12 – Setor de Licitações. Abertura dos envelopes: as 08h30min do dia 06/09/2017, no mesmo local da entrega dos envelopes. Edital: o edital estará à disposição dos interessados das 08h às 11h30 e das 13h às 17h, de segunda-feira à sexta-feira, em dias úteis, no Paço Municipal Lydio De Brida, na Praça da Bandeira, nº 12 ou retirado no site oficial desta municipalidade www.urussanga.sc.gov.br, no ícone LICITAÇÕES. Outras informações através do e-mail compras2@urussanga.sc.gov.br.

LEI COMPLEMENTAR Nº 16, DE 15 DE AGOSTO DE 2017 - ALTERA OS ANEXOS 4-A E 4-B DA LEI COMPLEMENTAR Nº 08/2008 - ALTERA PLANO DIRETOR

LEI COMPLEMENTAR Nº 16, de 15 de agosto de 2017

ALTERA OS ANEXOS 4-A E 4-B, DA LEI COMPLEMENTAR Nº 8, DE 1º DE JULHO DE 2008 E ALTERAÇÕES, QUE "DISPÕE SOBRE O ZONEAMENTO DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DO MUNICÍPIO DE URUSSANGA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

Eu, LUIS GUSTAVO CANCELLIER, faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º Fica alterado o Anexo 4-A – Mapa de Zoneamento, da Lei Complementar nº 8, de 1º de julho de 2008, que passa a vigorar conforme o Anexo, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 2º Fica alterado o Anexo 4-B – Mapa de Zoneamento, da Lei Complementar nº 8, de 1º de julho de 2008, que passa a vigorar conforme o Anexo, parte integrante desta Lei Complementar.

Art. 3º. As alterações estabelecidas nos artigos 1º e 2º desta lei,

compreendem as seguintes coordenadas:

| COORDENADAS UTM DA ÁREA PÚBLICA MUNICIPAL | | |
|---|-----------------|-------------------|
| PONTO | COORDENADAS SUL | COORDENADAS LESTE |
| M1 | 6.837.826,72 | 670.033,78 |
| M2 | 6.837.788,82 | 670.066,24 |
| M3 | 6.837.722,53 | 669.980,68 |
| M4 | 6.837.666,51 | 670.040,57 |
| M5 | 6.837.151,06 | 669.479,68 |
| M6 | 6.837.239,87 | 669.396,02 |

*Sistema de referência: Sirgas 2000

Art. 4º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de agosto de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER
Prefeito Municipal

LEI Nº 2.810, DE 1º DE AGOSTO DE 2017 - DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE EQUIPE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL

LEI Nº 2.810, de 01º de agosto de 2017.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DE EQUIPE DE TRANSIÇÃO GOVERNAMENTAL PELO CANDIDATO ELEITO PARA O CARGO DE PREFEITO MUNICIPAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Art. 1º Ao candidato eleito para o cargo de Prefeito do Município de Urussanga é facultado o direito de instituir equipe de transição, observado o disposto nesta lei.

Parágrafo único. São princípios que devem reger o processo de transição democrática de governo, dentre outros:

I – prevalência do interesse público;

II – garantia da continuidade das ações, dos projetos e programas em andamento;

III – garantia de uma passagem de governo sem prejuízo dos serviços essenciais prestados à população;

IV – publicidade e transparência da administração pública, notadamente em relação a todas as informações necessárias para o início do novo governo;

V – transição apartidária, sem interferência de qualquer espécie de disputas políticas;

VI – ampla divulgação para a sociedade de todas as ações da equipe de transição.

Art. 2º A equipe de transição de que trata o art. 1º tem por objetivo inteirar-se do funcionamento dos órgãos e entidades que compõem a administração pública municipal e preparar os atos de iniciativa do novo Prefeito Municipal, a serem editados imediatamente após a posse, assim como propiciar condições para que o candidato eleito para o cargo de Prefeito Municipal possa receber de seu antecessor todos os dados e informações necessários à implementação do programa do novo governo.

§ 1º Os membros da equipe de transição serão indicados pelo candidato eleito e a equipe será supervisionada por um Coordenador, a quem competirá requisitar as informações dos órgãos e entidades

da administração pública municipal.

§ 2º A equipe de transição poderá ser composta, no máximo, por um número de pessoas igual ao número de Secretarias e Autarquias Municipais.

§ 3º A indicação a que se refere este artigo será feita por meio de ofício ao Prefeito Municipal.

§ 4º Caso a indicação de membro da equipe de transição recaia em servidor público municipal, sua requisição poderá ser feita junto ao órgão competente da administração pública.

§ 5º O Prefeito Municipal, por ato próprio, dará efeito ao cumprimento desta lei, comunicando ao conjunto dos órgãos da administração pública, direta e indireta, a ciência dos membros da equipe de transição.

Art. 3º O processo de transição governamental tem início tão logo que seja promulgado o resultado oficial das eleições municipais, encerrando-se na data de posse do novo governo.

Art. 4º A equipe de transição terá acesso às informações relativas às contas públicas, aos programas e aos projetos da administração municipal, bem como à estrutura administrativa e relação de ocupantes de cargos, empregos e funções públicas.

Parágrafo único. Sem prejuízo de outras que se fizerem necessárias, o Prefeito Municipal prestará informações circunstanciadas sobre:

I – o funcionamento dos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Município;

II – dívidas da administração direta, indireta e fundacional do Município de Urussanga, por credor, com datas dos respectivos vencimentos, inclusive a longo prazo, e encargos decorrentes de operações de crédito, esclarecendo sobre a capacidade da administração municipal realizar aportes financeiros de qualquer natureza;

III – medidas e procedimentos a serem adotados para a regularização das contas municipais perante o Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

IV – prestação de contas de convênios celebrados com a União Federal e o Estado de Santa Catarina, bem como de subvenções ou auxílios recebidos e as transferências a serem recebidas da União Federal e do Estado de Santa Catarina por força de mandamento constitucional ou de convênios;

V – a situação dos contratos de obras e serviços em execução ou apenas formalizados, especificando as metas físicas e financeiras atingidas com a programação de seus cumprimentos;

VI – relação de cargos e vagas de provimento efetivo e em comissão, com as respectivas remunerações, e a listagem de nomes, cargos, vencimentos e gratificações dos servidores públicos da administração pública direta, indireta e fundacional do Município de Urussanga;

VII – a situação real do estado de funcionamento das máquinas e veículos da administração pública;

VIII – os programas e projetos do Município de Urussanga, realizados, em execução, que aguardam implementação e os que tenham sido interrompidos;

IX – assuntos que demandarão ação ou decisão da administração no primeiro semestre do novo governo;

X – Plano Plurianual (PPA) vigente, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o exercício seguinte, Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício seguinte, inclusive eventual projeto em tramitação no Poder Legislativo Municipal;

XI – licitações vigentes, particularmente as que findam durante o processo de transição ou durante o primeiro semestre do novo governo.

Art. 5º Os Secretários Municipais, os Diretores, os Chefes de Seção e de Setor e os demais titulares dos órgãos e entidades da administração pública municipal, direta e indireta, ficam obrigados a fornecer as informações solicitadas pelo Coordenador da equipe de transição, bem como a lhe prestar o apoio técnico e administrativo necessários aos seus trabalhos.

§ 1º O Prefeito Municipal poderá indicar um representante de cada Secretaria ou Autarquias Municipais, a quem deverão ser encaminhados os pedidos de acesso às informações.

§ 2º A indicação de que trata este artigo será feita por meio de Decreto, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data de recebimento da indicação da equipe de transição por parte do candidato eleito ao cargo de Prefeito Municipal.

Art. 6º Compete ao Prefeito Municipal em exercício disponibilizar, aos candidatos eleitos para os cargos de Prefeito e Vice-Prefeito do Município e à sua equipe de transição, local, infra-estrutura e apoio administrativo necessários ao desempenho de suas atividades.

Art. 7º A equipe de transição poderá convidar para participar de suas reuniões pessoas que, por seus conhecimentos e experiência profissional, possam contribuir para a discussão das matérias em exame.

Art. 8º O disposto nesta lei não se aplica no caso de reeleição de Prefeito Municipal.

Art. 9º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 01º de agosto de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, ao primeiro dia do mês de agosto de 2017.

MARIANA BONETTI

Assistente Administrativo

LEI Nº 2.811, DE 15 DE AGOSTO DE 2017 - DÁ NOVA REDAÇÃO AO ART. 2º DA LEI Nº 1.863 - CONSELHO MUNICIPAL DE DESENV. RURAL

LEI Nº 2.811, de 15 de agosto de 2017.

DÁ NOVA REDAÇÃO AO ARTIGO 2º, DA LEI N. 1.863, DE 07 DE DEZEMBRO DE 2001.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER, PREFEITO MUNICIPAL DE URUSSANGA. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a presente lei.

Art. 1º. O art. 2º, da Lei nº 1.863, de 7 de dezembro de 2001, passa a ter a seguinte redação:

“Art. 2º. O Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural do Município de Urussanga terá sua composição definida através do seu Regimento Interno.”

Art. 2º. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 3º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Lydio De Brida, em Urussanga, 15 de agosto de 2017.

LUIS GUSTAVO CANCELLIER

Prefeito Municipal

Registrada e publicada na Secretaria de Administração e Finanças, aos quinze dias do mês de agosto de 2017.

MARIANA BONETTI

Assistente Administrativo

Vargem

PREFEITURA

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2017/FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA - FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE DE VARGEM

Processo Licitatório nº 13/2017/FMS - Edital de Pregão Presencial nº 13/2017/FMS

Objeto: Aquisição de tablets para o Fundo Municipal de Saúde.

Data e horário: o recebimento dos envelopes de "proposta comercial" e "documentação de habilitação" será até às 09h00min do dia 11/09/2017, sendo que a abertura e julgamento do processo licitatório será no mesmo dia e horário.

Local: setor de Compras e Licitações, situado na Prefeitura Municipal de Vargem, Rua Benjamin Margotti, 214, Centro, Vargem/SC, CEP 89638-000 mesmo local onde pode ser lido e obtido o Edital na íntegra, das 08h00min às 12h00min e das 13h00min às 17h00min. Maiores informações podem ser obtidas no telefone (049) 3549-0068 ou no endereço citado.

Adriana Correa – Gestora do FMS.

Vargem Bonita

PREFEITURA

PORTARIA N. 128/2017

PORTARIA N. 128/2017

"CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA"

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares aos servidores públicos municipais infra relacionados para serem gozadas no mês de Julho de 2017, como segue:

| Cód. | Nome | Período Aquisitivo | Período de Gozo |
|------|-------------------------------------|---------------------|---------------------|
| 1080 | Ademar dos Santos | 01/08/15 à 31/07/16 | 03/07/17 à 01/08/17 |
| 245 | Débora Luciana Lazaroto | 02/02/06 à 01/02/07 | 01/07/17 à 30/07/17 |
| 1338 | Gilmar Kuster de Camargo | 10/05/16 à 09/05/17 | 01/07/17 à 30/07/17 |
| 1332 | Micheli Cristina de Oliveira Chaves | 02/05/15 à 01/05/16 | 01/07/17 à 30/07/17 |
| 1378 | Valter Zambiazzi | 03/10/15 à 02/10/16 | 01/07/17 à 30/07/17 |

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos de lei a partir de 01 de Julho de 2017.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 129/2017

PORTARIA N. 129/2017

"ALTERA TEOR DE PORTARIA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar teor da Portaria nº 045/2017 de 15 de fevereiro de 2017 que nomeou "EDERSON PAULO CORREA", inscrito no CPF n. 053.982.449-65 para exercer o cargo de "DIRETOR" de SAÚDE, passando para "DIRETOR" da AGÊNCIA dos CORREIOS em Campina da Alegria, nível CC-6, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 130/2017

PORTARIA N. 130/2017

"ALTERA TEOR DE PORTARIA QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Alterar teor da Portaria nº 011/2017 de 03 de janeiro de 2017 que nomeou "ANGELA MARIA RODRIGUES FABRICIO", inscrita no CPF n. 006.961.579-93 para exercer o cargo de "COORDENADOR" da AGÊNCIA dos CORREIOS em Campina da Alegria, passando para "COORDENADOR" de SAÚDE, nível CC-3, anexo I, cargo de provimento em comissão do quadro de pessoal do Poder Executivo.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 03 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 131/2017

PORTARIA N. 131/2017

"CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder a servidora "MARIA INÊS MORAIS DA SILVA", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 16/03/1975, inscrita no CPF n. 068.194.479-06, carteira de identidade n. 11/R 4.879.482, título eleitoral n. 0298 7571 0949, ocupante do cargo efetivo de "AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE(ESF)", nível 85, classe/referência "J", "LICENÇA PRÊMIO" pelo período de 52 (cinquenta e dois) dias consecutivos, a contar de 05 de Julho de 2017 à 25 de Agosto de 2017, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 01 de Agosto de 2011 à 31 de Julho de 2016.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 05 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 132/2017

PORTARIA N. 132/2017

"DETERMINA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a concessão de benefício de PENSÃO POR MORTE do servidor municipal aposentado "IOSMAR RODRIGUES GALVAO" em razão de seu falecimento conforme Certidão de Óbito nº 106252 01 55 2017 4 00005 294 0002588 22, a convivente Sra. "NAIR CALIARI", nascida em 17/09/1959, inscrita no CPF nº 806.711.449-87, carteira de identidade n. 2.870.789, conforme Despacho emitido pela Prefeita Municipal Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini com fundamento nos artigos nº 10, 11 e 12 da Lei nº 138/95 de 03 de março de 1995.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao último pagamento ocorrido.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 12 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 133/2017

PORTARIA N. 133/2017

"DETERMINA A CONCESSÃO DE BENEFÍCIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Determinar a concessão de benefício de PENSÃO POR MORTE do servidor municipal aposentado "IOSMAR RODRIGUES GALVAO" em razão de seu falecimento conforme Certidão de Óbito nº 106252 01 55 2017 4 00005 294 0002588 22, ao filho "JEFERSSON BITTEN-COURT GALVAO", nascido em 26/01/1999, inscrito no CPF nº 109.496.359-36, carteira de identidade n. 7.110.452, conforme Despacho emitido pela Prefeita Municipal Sra. Melânia Aparecida Roman Meneghini com fundamento nos artigos nº 10, 11 e 12 da Lei nº 138/95 de 03 de março de 1995.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos ao último pagamento ocorrido.
Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 12 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 134/2017

PORTARIA N. 134/2017

“INSTAURA SINDICÂNCIA ADMINISTRATIVA PARA APURAÇÃO DE RESPONSABILIDADE”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando a necessidade de apurar a eventual responsabilidade administrativa de servidores envolvidos em acidente de trânsito com veículos de propriedade do Município, conforme boletim de acidente de trânsito nº 00278-2017-0000136 de 26/06/2017;

Considerando que os veículos objetos dos sinistros são bens públicos, configurando um dever da Administração Municipal, zelar pela conservação dos veículos que integram seu patrimônio;

RESOLVE:

Art. 1º - Instaurar Sindicância Administrativa para apurar eventual responsabilidade do servidor “GILSEO FRANCISCO DE BASTIANI” no acidente de trânsito envolvendo o veículo placas MLT 7348, conforme Boletim de Acidente de Trânsito nº 00278-2017-0000136 de 26/06/2017.

Art. 2º - Ficam nomeados os servidores a seguir relacionados para constituírem a Comissão de Sindicância Administrativa, encarregada de apurar acidentes de trânsito envolvendo veículos de propriedade do Município de Vargem Bonita:

- Adilson Araújo,
- Silvana Aparecida Schessohof e
- Vilmar José Giasson.

Art. 3º - O prazo para a conclusão dos trabalhos da comissão é de 30 dias a contar da publicação desta portaria.

Art. 4º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 24 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 135/2017

PORTARIA N. 135/2017

“CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDOR QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder ao servidor “VOLNEI ANTONIO DA SILVA PEREIRA”, brasileiro, casado, residente neste município, nascido em 23/10/1966, inscrito no CPF n. 715.970.939-04, carteira de identidade n. 7.166.934, título eleitoral n. 0209 4129 0930, ocupante do cargo efetivo de “OPERADOR MAQUINAS PESADAS”, nível 16, classe/referência “J”, “LICENÇA PRÊMIO” pelo período de 87 (oitenta e sete) dias consecutivos, a contar de 26 de Julho de 2017 à 20 de Outubro de 2017, conforme facultam os artigos 137 e 139 do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita.

Art. 2º - A Licença Prêmio ora concedida refere-se ao período aquisitivo de 02 de fevereiro de 2008 à 01 de fevereiro de 2013.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 26 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 136/2017

PORTARIA N. 136/2017

“CONCEDE FÉRIAS REGULAMENTARES A SERVIDORES QUE ESPECIFICA”

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder férias regulamentares a servidora pública municipal infra relacionada para ser gozada a partir do mês de Julho de 2017, como segue:

| Cód. | Nome | Período Aquisitivo | Período de Gozo |
|------|--------------------|---------------------|---------------------|
| 1412 | Lilian Pagnoncelli | 01/06/14 à 31/05/15 | 26/07/17 à 24/08/17 |

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 26 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 137/2017

PORTARIA N. 137/2017

“PRORROGA PRAZO DE VALIDADE DE CONTRATO QUE ESPECIFICA”

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

Considerando o requerimento da servidora “LILIAN PAGNONCELLI” solicitando duas férias consecutivas,

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar o prazo de validade do contrato da servidora “ELISABETE PAULA DALLA CORT”, inscrita no CPF n. 042.292.339-73, contratada em caráter temporário através da portaria n. 066/2017 de 06 de março de 2017, para exercer o cargo de “FARMACEUTICO” e prorrogado pela portaria 097/2017 de 19 de maio de 2017,

Art. 2º - O prazo de prorrogação passa a ser de 26 de julho de 2017 até 23 de setembro de 2017.

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 26 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEZHINI
Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 138/2017

PORTARIA N. 138/2017

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "DEISE DEZZANETTI", brasileira, convivente, residente no município de Concórdia-SC, nascida em 28/03/1988, inscrita no CPF n. 053.747.709-85, carteira de identidade n. 5.237.814, título eleitoral n. 0497 7046 0922, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "ASSISTENTE SOCIAL", nível 28, classe/referência "A", através da portaria n. 113/2017 de 13 de Junho de 2017 e alterada pela portaria n. 122/2017 de 29 de Junho de 2017, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 28 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 139/2017

PORTARIA N. 139/2017

"EXONERA SERVIDOR CONTRATADO EM CARÁTER TEMPORÁRIO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar "MARINÊS ALBIERO CHINATO", brasileira, casada, residente neste município, nascida em 14/10/1974, inscrita no CPF n. 001.039.069-32, carteira de identidade n. 3.347.146, título eleitoral n. 0312 4368 0914, contratada em caráter temporário para exercer o cargo de "AGENTE DE SERVIÇOS GERAIS", nível 01, classe/referência "A", através da portaria n. 487/2016 de 14 de Março de 2016 e prorrogada através das portarias n. 643/2016 de 16 de Dezembro de 2016 e n. 062/2017 de 01 de Março de 2017, as quais ficam sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 28 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

PORTARIA N. 140/2017

PORTARIA N. 140/2017

"RESCINDE CONTRATO DE TRABALHO DE SERVIDOR OCUPANTE DE CARGO EFETIVO QUE ESPECIFICA"

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de conformidade com o artigo 103, VIII da Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir o Contrato de Trabalho do servidor "ADALBERTO ANGELO GALVAN", brasileiro, casado, residente neste Município, inscrito no CPF n. 423.416.719-34, carteira de identidade n. 11/R 1.072.799, título eleitoral n. 0078 6139 0973, ocupante do cargo efetivo de "OPERADOR MÁQUINAS PESADAS", nível 16, classe/referência "J", conforme Art. 53, III do Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Vargem Bonita, nomeado através da portaria n. 529/96 de 02 de Fevereiro de 1996, a qual fica sem efeito a partir desta data.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita de Vargem Bonita-SC, 31 de Julho de 2017.

Registre-se e Publique-se.

MELANIA APARECIDA ROMAN MENEHINI

Prefeita Municipal

SUELEN FAVRETTO

Secretária Municipal de Administração e Finanças

Vidal Ramos

PREFEITURA

PREGÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº. 81/2017

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS

Setor de Compras

PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS Nº. 81/2017

OBJETO: Constitui objeto do presente certame Eventual Aquisição de Troféus e Medalhas para premiação do campeonato de futebol de campo e OLEVI promovidos pela Secretaria de Desporto e Lazer durante o ano de 2017.

REGIMENTO: A PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDAL RAMOS, doravante denominada ENTIDADE DE LICITAÇÃO, designada pelo PORTARIA Nº. 031 de 18 de fevereiro de 2016, torna público aos interessados, que estará reunida no dia, hora e local abaixo discriminado, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇOS nº. 81/2017, do tipo MENOR PREÇO POR LOTE, tudo de conformidade com as regras estipuladas na Lei nº. 10.520, de 17/07/2002, Decreto nº. 3.555, de 08/08/2000, Decreto nº. 3.693 de 20/12/2000, Decreto nº. 3.784 de 06/04/01, Lei nº. 6.474, de 06/08/2002, Decreto nº. 0199, de 09/06/2003 e legislação correlata aplicando-se, subsidiariamente, a Lei 8.666, de 21/06/93 e Lei complementar 123/06,

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Às 09h00min do dia 08 de setembro de 2017.

CREDENCIAMENTO DE REPRESENTANTES e a SESSÃO DE LANCES: Às 09h00min do dia 08 de setembro de 2017, na Av. Jorge Lacerda, nº. 1180 - Centro, no Gabinete do Prefeito.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, Avenida Jorge Lacerda nº. 1180, centro, Setor de Compras nos seguintes horários, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00 HRS, telefone (47) 3356-2300, email: compras@prefeituravidalramos.com.br.

Vidal Ramos (SC), 24 de agosto de 2017.

LAERCIO DA CRUZ

Prefeito Municipal

Videira

PREFEITURA

DECRETO Nº 14.149/17

DECRETO Nº 14.149/17, DE 18 DE AGOSTO DE 2017.

Nomeia Assessor Administrativo da Rodoviária

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei nº 2.100/09 e alterações;

RESOLVE

Art. 1º Nomear, MARCELO KUMM, para exercer o cargo comissionado de Assessor Administrativo da Rodoviária, símbolo DAS-6, criado pela Lei nº 2.100/09 e alterações, com carga horária de 40 horas semanais e remuneração de Lei, para ter exercício na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 16 de agosto de 2017.

Videira, 18 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 18 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.151/17

DECRETO Nº 14.151/17, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

Aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XXIV da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as disposições legais vigentes,

Considerando o que consta do Processo Administrativo nº 10890/16, tendo por objeto pedido de desmembramento de áreas, formulado pela Agropecuária Silvana LTDA;

Considerando que o pedido do requerente, segundo informa o referido processo administrativo, preenche as exigências legais,

Considerando que o Desmembramento aprovado pelo Decreto nº 13.064/2016, resultou em sua caducidade, ou seja, a sua invalidade;

Considerando a Comunicação Interna nº 087/17, da Secretaria Municipal de Planejamento, solicitando a renovação do respectivo desmembramento, conforme Processo Administrativo nº 4036/2017.
DECRETA

Art. 1º Fica aprovado o desmembramento de 06 (seis) áreas distintas, sendo o lote nº 01 com 307,04 m² (trezentos e sete metros e quatro decímetros quadrados), o lote nº 02 com 304,50 m²

(trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), o lote nº 03 com 304,50 m² (trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), lote nº 04 com 304,50 m² (trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), o lote nº 05 com 304,50 m² (trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), o lote nº 06 com 304,50 m² (trezentos e quatro metros e cinquenta decímetros quadrados), de propriedade da Agropecuária Silvana LTDA, constante da matrícula 26.693, registrado no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Videira, e remanescente na referida matrícula a área de 37.918,59 m² (trinta e sete mil, novecentos e dezoito metros e cinquenta e nove decímetros quadrados), conforme projeto geométrico e memorial descritivo constante do Processo nº 10890/16.

DA ÁREA PÚBLICA

Art. 2º O proprietário do imóvel fica obrigado a doar ao Poder Público 10% (dez por cento) da área do lote a ser desmembrado, ou seja, 182,95 m² (cento e oitenta e dois metros e noventa e cinco decímetros quadrados), porém esta área deve ser de no mínimo 300,00 m², uma vez que a área urbana constante da matrícula RG 26.693, a ser desmembrada, é superior a área de 5.000,00m² (cinco mil metros quadrados), conforme disciplina o art. 19 da Lei Complementar Municipal nº 62/08 e alterações, a vista do que consta no Memorial Descritivo do Processo Administrativo nº 10890/16.

Parágrafo único – O proprietário do imóvel, através do Processo Administrativo nº 10890/16, se compromete a doar ao Município, a área de 301,37 m² (trezentos e um metros e trinta e sete decímetros quadrados) que deverá ser averbada na matrícula da área remanescente para doação ao Município de Videira em um parcelamento futuro.

Art. 3º A presente aprovação tem a validade de 180 (cento e oitenta) dias, contados da publicação do respectivo ato, sob pena de caducidade, ao teor do art. 18, caput, da Lei 6.766/79.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 14.106/17.

Videira, 21 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORG

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.152/17

DECRETO Nº 14.152/17, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

Revoga o Decreto nº 14.113/17, que aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL, no uso de suas atribuições legais, e à vista do que consta no Memorando nº 105/2017, da Secretaria Municipal de Planejamento,

DECRETA

Art. 1º Fica revogado o Decreto nº 14.113/17, que aprova Desmembramento de Áreas que especifica e, dá outras providências.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, em especial o Decreto nº 13.848/17.

Videira, 21 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

DECRETO Nº 14.153/17

DECRETO Nº 14.153/17, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.
Exonera, a pedido, servidora pública.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 72, XIII, da Lei Orgânica do Município e, à vista do que consta do Processo Administrativo nº 25179/2017,

RESOLVE

Art. 1º Exonerar, a pedido, EDNA MARIA DOS SANTOS DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Contadora, nomeada pela Portaria nº 1359/12.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 16 de agosto de 2017.

Videira, 23 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria no INPREVID aos 23 dias do mês de agosto de 2017.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

DECRETO Nº 14.154/17

DECRETO Nº 14.154/17, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.
Prorroga prazo de validade do Concurso Público – Edital 001/2015 - INPREVID

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Ofício nº 197/2017, do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira,

Considerando que o resultado final do Concurso Público – Edital nº 001/2015 - INPREVID, foi homologado por meio do Decreto nº 12.374/15, de 16 de setembro de 2015, o qual foi publicado no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina, na Edição nº 1829, de 17 de setembro de 2015;

Considerando que o Item 1, subitem 1.7, do Edital nº 001/2015 - INPREVID dispõe que Concurso Público terá validade por 2 (dois) anos, contados da publicação do ato de homologação do resultado final do concurso, prorrogável uma vez, por igual período, a critério da Administração do INPREVID;

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 02 (dois) anos, o prazo de validade do Concurso Público – Edital nº 001/2015 - INPREVID, a contar de 17 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 17 de setembro de 2017.

Videira, 23 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no INPREVID aos 23 dias do mês de agosto de 2017.

VILSO VANZ
Presidente do INPREVID

DECRETO Nº 14.155/17

DECRETO Nº 14.155/17, DE 23 DE AGOSTO DE 2017.

Prorroga prazo de validade do Processo Seletivo – Edital 002/2015

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais, com base no Processo Administrativo nº 25006/2017,

Considerando que o resultado final do Processo Seletivo – Edital nº 002/2015, foi homologado por meio do Decreto nº 12.362/15, de 04 de setembro de 2015;

Considerando que o Item 9, subitem 9.4, do Edital nº 002/2015 dispõe que Concurso Público terá validade por 2 (dois) anos, podendo ser prorrogado apenas uma vez, por igual período.

RESOLVE

Art. 1º Prorrogar, por 02 (dois) anos, o prazo de validade do Processo Seletivo – Edital nº 002/2015, a contar de 04 de setembro de 2017.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário, produzindo seus efeitos a partir de 04 de setembro de 2017.

Videira, 23 de agosto de 2017.
DORIVAL CARLOS BORG
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE
Secretário de Administração Interino

INEXIGIBILIDADE Nº 01/2017 - FIA

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017- FIA

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 01/2017 - FIA

HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2017.

OBJETO: APRESENTAÇÃO DE QUATRO SESSÕES DA PEÇA TEATRAL "MEMÓRIAS DE NINA", QUE OCORRERÁ NO DIA 29 DE SETEMBRO DE 2017, NO GINÁSIO MUNICIPAL PADRE BRUNO POKOLM, EM ATENÇÃO AO DIA ESTADUAL DE COMBATE À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL, QUE SERÁ MINISTRADA PARA A POPULAÇÃO VIDEIRENSE.

FORNECEDOR: DUETO PRODUÇÕES CULTURAIS E ARTÍSTICAS LTDA – ME.

VIGÊNCIA: 24/08/2017 até 31/12/2017.

VALOR DA DESPESA: R\$ 4.700,00 (quatro mil e setecentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput", atentando também com o Art. 26, ambos da Lei n. 8.666/93.

Videira - SC, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

INEXIGIBILIDADE Nº 05/2017 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE VIDEIRA

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017- FMAS

O Município de Videira comunica a homologação dos seguintes atos:

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 05/2017 - FMAS

HOMOLOGAÇÃO: 24/08/2017.

OBJETO: APRESENTAÇÃO DE TRÊS SESSÕES DA PEÇA TEATRAL "O MOLEQUE", PARA OS USUÁRIOS DOS PROGRAMAS SOCIAIS DO MUNICÍPIO, NO MÊS DE NOVEMBRO DO CORRENTE ANO, EM DATAS E LOCAIS A SEREM DEFINIDOS PELO DEPARTAMENTO.

FORNECEDOR: ODARLAN MAPELLI 01385938099

VIGÊNCIA: 24/08/2017 até 31/12/2017.

VALOR DA DESPESA: R\$ 3.500,00 (três mil e quinhentos reais)

FUNDAMENTO: Art. 25 "caput", atentando também com o Art. 26, ambos da Lei n. 8.666/93.

Videira - SC, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGA

Prefeito Municipal

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRA REFERENTE AO PR 89/2017 - PMV

LAUDO DE ACEITABILIDADE DE AMOSTRAS

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 89/2017 -PMV

Pelo presente instrumento, declaramos que a empresa PIATÃ COMÉRCIO DE PEÇAS EIRELI - ME, inscrita sob CNPJ nº 08.932.456/0001-00 apresentou amostra do produto referente ao item 1, conforme previsto no edital, nas marcas abaixo discriminadas:

| Item | Especificação | Marca | OBSERVAÇÃO |
|------|--|-------|------------|
| 1 | CALÇADO OCUPACIONAL DE USO PROFISSIONAL, TIPO BOTINA, MODELO BLATT, FECHAMENTO EM ELÁSTICO, CONFECCIONADO EM COURO VAQUETA HIDROFUGADO, RESISTENTE A 5 HORAS A ÁGUA, PALMILHA DE MONTAGEM EM MATERIAL RECICLÁVEL MONTADA PELO SISTEMA STORBEL, COM BICO DE CONFORMAÇÃO (COMPOSIT), SOLADO DE POLIURETANO BIDENSIDADE INJETADO DIRETO NO CABEDAL RESISTENTE AO ÓLEO COMBUSTÍVEL, - ELÁSTICO NA LATERAL, COM 04 COSTURAS. DEVERÁ POSSUIR CA - CERTIFICADO DE APROVAÇÃO DO MINISTÉRIO DO TRABALHO. OS TAMANHOS SERÃO DEFINIDOS PELO ÓRGÃO REQUISITANTE NO MOMENTO DA AUTORIZAÇÃO DE FORNECIMENTO. | IDOL | APROVADA |

Desta forma, após conferência, APROVAMOS a amostra apresentada pela empresa acima citada.

Videira, 24 de Agosto de 2017.

| | |
|--|---|
| Altivir Denardi | Maynara Guill |
| Membro da Comissão de avaliação
Secretaria de Infraestrutura | Membro da Comissão de avaliação
Departamento de Compras/Licitações |
| Bruno Seara Polidoro | |
| Membro da Comissão de avaliação
Corpo de Bombeiros Militar de Videira | |

LEI Nº 3.468/17

LEI Nº 3.468/17, DE 21 DE AGOSTO DE 2017.

ALTERA A LEI Nº 931, DE 18 DE OUTUBRO DE 2001, QUE CRIA ÁREAS DE ESTACIONAMENTO ROTATIVO PAGO DE VEÍCULOS EM VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, Estado de Santa Catarina.

Faço saber a todos os Municípios que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O art. 6º da Lei nº 931, de 18 de Outubro de 2001, passa a vigorar acrescido dos incisos VIII e IX e dos parágrafos 2º e 3º:

Art. 6º Não estão sujeitos ao pagamento de preços públicos:

(...)

VIII – idosos, que possuam faixa etária superior a 60 (sessenta) anos;

IX – deficientes físicos e portadores de mobilidade reduzida.

(...)

§2º - As isenções de que tratam os incisos VIII e IX deste artigo incidirão somente nas vagas reservadas e demarcadas pelo Órgão Executivo de Trânsito do Município, na forma, padrões e critérios estabelecidos na legislação vigente, destinadas aos idosos e deficientes físicos.

§3º - Vetado

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data da sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogando-se as disposições em contrário.

Videira, 21 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria de Administração aos 21 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PORTARIA Nº 0738/17

PORTARIA nº 0738/17

Concede Licença Prêmio

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 221 da Lei Complementar nº 130/12 e à vista do que consta no Processo Administrativo nº 14278/2017,

RESOLVE

Art. 1º Conceder Licença Prêmio de 03 (três) meses à servidora MARCIA COLDEBELLA, Professora, a partir de 18 de setembro de 2017 até 18 de dezembro de 2017, referente ao quinquênio de 6 de maio de 2008 até 5 de maio de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, produzindo seus efeitos a partir de 18 de setembro de 2017.

Videira, 23 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 23 dias do mês de agosto de 2017.

GENTIL GAEDKE

Secretário de Administração Interino

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017 - PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 98/2017 – PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 98/2017 - PMV. 1. OBJETO: AQUISIÇÃO DE CAFETEIRA INDUSTRIAL PARA UTILIZAÇÃO NA COZINHA DO PAÇO MUNICIPAL. 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 14:00:00h do dia 13/09/2017. Abertura da sessão no mesmo dia às 14:00:00h. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Por meio dos telefones (49) 3566-9026/3566-9034.

Videira/SC, 24 de agosto de 2017.

DORIVAL CARLOS BORGIA

Prefeito Municipal

Vitor Meireles

PREFEITURA

DECRETO Nº 054/2017

DECRETO DE N.º 054/2017

FIXA PONTO FACULTATIVO

BENTO FRANCISCO SILVY, Prefeito Municipal de Vitor Meireles, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas na Lei Orgânica Municipal de Vitor Meireles,

DECRETA:

Art. 1º - Fica decretado Ponto Facultativo para repartições públicas municipais no dia 08 de setembro de 2017.

Parágrafo único. O Ponto Facultativo é decorrente do Feriado Nacional da Proclamação da Independência.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 0659/09 e do Decreto nº 055/11, revogando-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Vitor Meireles (SC), 24 de agosto de 2017.

BENTO FRANCISCO SILVY

Prefeito Municipal

REGISTRADO E PUBLICADO NA DATA

VITOR MEIRELES/SC, ____/____/____.

PUBLICADO DE ACORDO COM O DECRETO Nº 055/11.

LEI Nº 0980

LEI Nº 0980, DE 24 DE AGOSTO DE 2017

DISPÕE SOBRE AS VIAGENS OFICIAIS E A CONCESSÃO DE DIÁRIAS AOS VEREADORES E SERVIDORES DO PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A Mesa da Câmara Municipal de Vitor Meireles, no uso das prerrogativas conferidas pela Lei Orgânica Municipal e os procedimentos regimentais, FAZ SABER a todos os habitantes do Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e remete ao Chefe do Poder Executivo Municipal a seguinte Lei para sanção:

CAPITULO I

Da Instituição das Diárias e da Motivação

Art. 1º. Fica instituída na Câmara Municipal de Vitor Meireles/SC, a concessão de diárias a vereadores e servidores, para o custeio de despesas de viagens para fora do município, nos seguintes casos:

I – Para reuniões, previamente marcadas com autoridades do Executivo, Legislativo ou Judiciário, estadual ou federal para tratar de assuntos de interesse do Legislativo, autorizado por Decreto Legislativo;

II – Para a participação em encontros, seminários, cursos, congressos que venham a dar-lhe melhor conhecimento para o perfeito desempenho de seu mandato parlamentar ou no caso de servidor, para aprimoramento profissional e melhor desempenho de suas funções, autorizada por Decreto Legislativo

III – Para representar a Câmara Municipal de Vitor Meireles/SC, em eventos, por delegação outorgada por Decreto Legislativo;

IV – Prestar serviços em nome da Câmara Municipal;

V – Para comparecer ao Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, empresas e institutos de consultoria, Câmaras Municipais de outros Municípios, dentre outros órgãos, a fim de obter subsídios

referentes a matérias em tramitação na Câmara Municipal de Vitor Meireles.

CAPÍTULO II

Da Concessão das Diárias

Art. 2º. Os Vereadores e Servidores do Poder Legislativo Municipal que se deslocarem da sede da Câmara Municipal de Vitor Meireles, nos casos previstos no artigo 1º desta Lei, farão jus a percepção de diárias de viagem para fazer face as despesas com alimentação e estadia.

Art. 3º. Os Vereadores e Servidores do Poder Legislativo de Vitor Meireles, farão jus a indenização de transporte quando utilizarem meio próprio de locomoção para execução de serviços por força das atribuições do cargo, reuniões, previamente marcadas com autoridades do Executivo, Legislativo ou Judiciário, estadual ou federal, encontros, seminários, cursos, congressos, no valor de 25% (vinte e cinco por cento) do preço do litro de gasolina comum por quilômetro rodado.

Art. 4º. A concessão de diárias fica condicionada a existência de disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 5º. A competência para autorizar a concessão de diárias, prevista no inciso IV e V, do Art. 1º é exclusiva do Presidente da Mesa Diretora.

Parágrafo único. Nos casos que o Presidente da Mesa Diretora for beneficiado com diárias, caberá ao Vice-Presidente da Mesa Diretora a competência prevista no caput deste artigo.

CAPÍTULO III

Do Valor das Diárias

Art. 6º. Os valores fixados para as diárias de viagem serão pagos de acordo com o Anexo I – Tabela de Diárias, parte Integrante desta Lei.

Parágrafo único. Os valores das diárias fixadas nesta lei serão corrigidos monetariamente, através de decreto legislativo, em valor não superior ao Índice Geral de Preços Médios (IGPM) acumulado dos últimos 12 (doze) meses.

Art. 7º. Ao Servidor ou Vereador que dispuser de alimentação ou pousada oficial gratuita ou já incluída em evento para o qual esteja inscrito, será devida a parcela correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral.

Parágrafo único. Para efeito desta Lei, entende-se por alimentação: café da manhã, almoço, lanche e jantar.

CAPÍTULO IV

Da Solicitação das Diárias

Art. 8º. A solicitação de diária deverá ser feita em até 48 (quarenta e oito) horas antes da data da saída para a viagem, por meio da utilização de formulário próprio constante do Anexo II, a ser disponibilizado pela Secretaria da Câmara Municipal de Vitor Meireles.

§1º. Só poderá ser concedida diária, se requerida previamente, devidamente justificada e empenhada, através de Decreto Legislativo, nos casos do inciso I, II, III do Art. 1º ou com autorização expressa do Presidente da Mesa Diretora, nos casos do inciso IV e

V, do Art. 1º, que poderá indeferir a solicitação se entender que a viagem não é de interesse público relevante ou se verificar a falta de disponibilidade orçamentária e financeira.

§2º. Os beneficiários deverão anexar junto ao relatório circunstanciado de viagem, comprovantes que atestem a representação em eventos, palestras, seminários ou visitas a autoridades, tais como: ficha de inscrição, certificado, atestado de visita ou qualquer outro documento que venha comprovar o interesse público da viagem.

CAPÍTULO V

Do Uso das Diárias

Art. 9º. A diária é devida a cada período de 24 (vinte e quatro) horas de afastamento da Sede do Município, tomando-se com termo inicial e final a contagem dos dias, com base na hora da partida e da chegada.

§1º. Para efeito desta Lei, o termo inicial e final para contagem da diária será considerado, respectivamente, o horário de embarque e desembarque constantes da passagem, ou a saída e chegada efetiva do agente do município.

§2º. As despesas com passagens aéreas, deverão ser previamente autorizadas pelo Presidente da Mesa Diretora.

Art. 10. A diária não é devida, nas hipóteses abaixo relacionadas:
I – no deslocamento de vereador ou servidor com duração inferior a 6 (seis) horas;

II – quando o deslocamento se der para localidade onde resida o servidor;

III – cumulativamente com outra retribuição de caráter indenizatório de despesas com alimentação e hospedagem.

Art. 11. Constitui infração disciplinar grave, punível na forma da lei, conceder ou receber diária indevidamente.

CAPÍTULO VI

Do Pagamento das Diárias

Art. 12. O pagamento das diárias será efetuado antes do início da viagem, de uma só vez, salvo situações excepcionais, previstas na legislação própria do ente.

Art. 13. A autorização para deslocamento e a concessão de diária ocorrerão após a formalização do pedido que conterá, no mínimo:

I - matrícula, nome, cargo, emprego ou função do servidor;

II - justificativa do deslocamento;

III - indicação do período do deslocamento e do destino.

CAPÍTULO VII

Da Prestação de Contas

Art. 14. Em todos os casos de deslocamento para viagem previsto nesta Lei, o beneficiário das diárias é obrigado a apresentar relatório circunstanciado de viagem, no prazo de 5 (cinco) dias úteis subsequentes ao retorno a Sede, devendo para isso, utilizar o formulário constante no Anexo III.

§ 1º. Os períodos de deslocamentos iniciados em sextas-feiras e em dias não úteis serão expressamente justificados e autorizados pelo Presidente da Mesa Diretora.

§ 2º. O pagamento das diárias correspondentes aos deslocamentos que se estenderem por tempo superior ao previsto deve estar acompanhado da autorização da prorrogação concedida pela autoridade competente.

§ 3º. As despesas com pousada, alimentação e locomoção de

agente que permanecer no local de destino após o término do período autorizado, serão por ele custeadas.

Art. 15. Serão restituídas, pelo servidor, em 3 (três) dias, contados da data do retorno à sede de serviço, o valores de diárias recebidas em excesso.

Art. 16. A responsabilidade pelo controle das viagens e da prestação de contas será do solicitante, e caberá ao Presidente da Mesa Diretora a fiscalização e o pagamento.

Parágrafo único. A autoridade que conceder ou arbitrar diárias em desacordo com essa Lei responderá, solidariamente com o beneficiado, pela reposição da importância indevidamente paga, além das sanções previstas em Lei.

CAPÍTULO VIII

Disposições Finais

Art. 17. As despesas decorrentes com a execução da presente Lei, correrão por conta de verbas próprias consignadas no orçamento vigente, criadas se inexistentes e suplementadas se necessário.

Art. 18. O Presidente da Câmara Municipal tomará todas as demais providências administrativas, jurídicas, orçamentárias, financeiras, contábeis e fiscais, para o fiel cumprimento da presente Lei.

Art. 19. Os casos omissos nesta Lei serão regulamentados por Decreto Legislativo expedido pela Mesa Diretora.

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, condicionada sua validade à publicação no Mural, nos termos do Decreto Legislativo de nº 001/2014, de 10 de março de 2014.

Art. 21. Revoga-se a Lei 601/2006, de 9 de outubro de 2006 e a Lei nº 0734, de 25 de junho de 2010.

Vitor Meireles (SC) 14 de agosto de 2017.

| | |
|---------------------------------|--------------------------------------|
| AIRTON ARI ZONTA
PRESIDENTE | VILMAR CLAUDINO
VICE-PRESIDENTE |
| TARCISIO BOING
1º SECRETÁRIO | CELIO MELO DE JESUS
2º SECRETÁRIO |

ANEXO I

TABELA DE DIÁRIAS

LEI Nº 0980/2017

| DESTINO DA VIAGEM | VALOR DA DIÁRIA |
|-----------------------------------|-----------------|
| Região do Alto Vale do Itajaí | R\$ 200,00 |
| Outros Regiões do Estado | R\$ 340,00 |
| Outros Estados e Distrito Federal | R\$ 590,00 |

ANEXO II

LEI Nº 0980/2017

| | | |
|--|--|------------|
| | FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE VIAGEM Nº | Exercício: |
|--|--|------------|

| | |
|----------------------------|-------------------------------------|
| Nome do Requirente: | |
| Cargo/Função: | |
| CPF: | |
| Data e horário p/ saída: | ____ / ____ / ____ - ____ : ____ hs |
| Data e horário p/ retorno: | ____ / ____ / ____ - ____ : ____ hs |

| | |
|-----------------------------|--|
| Quant. Diárias solicitadas: | |
| Meio de Transporte: | |
| Destino: | |
| Objetivo/Motivo da Viagem: | |

Declaro sob as penas da lei, que não irei utilizar desta viagem para os fins particulares, e declaro que não resido na localidade de destino.

Data: ____/____/____
Assinatura _____ do _____ Requisitante

| |
|---|
| APROVAÇÃO DA AUTORIDADE CONCEDENTE |
| Autorizo a concessão das diárias de viagem acima solicitadas. |
| Vitor Meireles, SC, ____ de _____ de _____ |
| Presidente (ou Vice-Presidente) da Mesa Diretora |

ANEXO III
LEI Nº 0980/2017

| | | |
|--|--|-------------------|
| | RELATÓRIO CIRCUNSTANCIADO DE VIAGEM | Exercício: |
|--|--|-------------------|

| | |
|--|--------------------------------|
| Nome do Requisitante: | |
| Cargo/Função: | |
| CPF: | |
| Banco que possui conta: | |
| Nº da Agência: | |
| Nº da Conta: | |
| Tipo: | () Corrente () Poupança |
| Data e horário p/saída: | ____/____/____ - ____ : ____hs |
| Data e horário p/retorno: | ____/____/____ - ____ : ____hs |
| Meio de Transporte: | |
| Destino: | |
| Valor da(s) Diária(s): | |
| Despesas com transporte: | |
| Total a restituir: | |
| Descrever os comprovantes que estão sendo anexos a este relatório: | |

Declaro sob as penas da lei, que não utilizar desta viagem para finalidade diversa das previstas no Art. 1º desta Lei Municipal.

Data: ____/____/____
Assinatura _____ do _____ Requisitante

| |
|---|
| APROVAÇÃO DA AUTORIDADE CONCEDENTE |
| Aprovo a(s) diária (s) e reembolso concedidos ao(s) requisitantes acima identificado. |
| Vitor Meireles, SC, ____ de _____ de _____ |
| Presidente (ou Vice-Presidente) da Mesa Diretora |

Xanxerê

PREFEITURA

PORTARIA Nº RH-AM 387/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA Nº RH-AM 387/2017
CONCEDE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê, SC.,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Artigo 69 inciso VI e VIII e Lei nº HW 1.776/91, Lei Complementar nº AM 2907/06, Decreto AM 096/08 e Lei BLB 3112/09.

RESOLVE

CONCEDER a pedido, Licença Prêmio por assiduidade por um período de 10 (dez) dias a partir de 23.08.2017 a 01.09.2017 a Servidora Pública Municipal, a Sra. JOSIANE ELZA CAVAGNOLI MACHADO, brasileira, casada, residente e domiciliada nesta cidade de Xanxerê - Santa Catarina, portadora do RG n.º 3.289.815-0 e CPF n.º 944.405.069-68, nomeada conforme Decreto n.º BLB 166/2011, no cargo de PROFESSOR MAGISTÉRIO, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

O deferimento atende ao requerimento protocolado sob o n.º 0003565/2017 datado de 22.08.2017.

A licença prêmio concedida refere-se ao período de:
01.07.2014 a 30.06.2017 – 10 dias.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Retroagindo seus efeitos administrativos e financeiros ao dia 23.08.2017. Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 22 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

PORTARIA Nº RH-AM 389/2017

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ

PORTARIA RH-AM 389/2017
EXONERAR SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL, APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO - INSS.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal de Xanxerê Santa Catarina,

No uso de suas atribuições legais estabelecidas pela Lei Orgânica Municipal Art. 69 incisos VI e Lei HW 1.775/91.

RESOLVE

EXONERAR a partir de 24.08.2017, o Servidor Público Municipal o Sr. ARCELINO NARCISO, brasileiro, casado, residente e domiciliado nesta cidade de Xanxerê – SC, portadora do RG nº 1.696.058 e CPF nº 526.277.309-59, nomeado conforme Decreto nº JB 265/95, no cargo de AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, vinculado a Secretaria Municipal da Agricultura. Aposentadoria por Tempo de Contribuição - INSS, conforme benefício nº 176.688.484-6 Espécie 42.

Esta portaria entra em vigor nesta data. Revogam-se as disposições em contrario, principalmente o Decreto nº JB 265/95.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE XANXERÊ, SC.

Em 24 de Agosto de 2017.

AVELINO MENEGOLLA

Prefeito Municipal

Xavantina

PREFEITURA

DECRETO 108/2017

DECRETO Nº 108/2017

DISPÕE SOBRE A EXONERAÇÃO DE SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) OCUPANTE DE CARGO COMISSIONADO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal Interino de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerada a Srta. JANAÍNA RAVADELLI, ocupante do cargo de provimento em comissão de Assessor(a) de Direção, gerando efeitos a contar desta data.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, 23 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

DECRETO 109/2017

DECRETO Nº 109/2017

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE SERVIDOR PARA OCUPAR CARGO EM COMISSÃO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ENOIR FAZOLO, Prefeito Municipal de Xavantina, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere o art. 101, inciso VIII da Lei Orgânica Municipal, e, Lei Complementar nº 020/2004, atualizada;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Sra. IRACEMA FRANA CHIOSSI, portadora do CPF nº 649.371.869-49 e RG nº 2321201, para exercer o cargo de provimento em comissão de Assessor(a) de Direção, com dedicação exclusiva, percebendo a remuneração no Quadro de Vagas dos Cargos em Comissão, da Lei Complementar nº 020, de 25 de março de 2004, atualizada, gerando efeitos a contar de 28 de Agosto de 2017.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Xavantina/SC, em 23 de Agosto de 2017.

ENOIR FAZOLO

Prefeito

Registrada e publicada no D.O.M (Diário Oficial dos Municípios).

JAQUELINE RIBEIROS

Assessora de Planejamento e Gestão Administrativa

Xaxim

PREFEITURA

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N. 026/2017

Estado de Santa Catarina

MUNICIPIO DE XAXIM

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO

Contrato nº 0026/2017

Contratante: Fundo Municipal de Assistência Social

Contratado: NARCIZO SOUZA DE MORAES

Objeto: Constitui o objeto do presente instrumento contratual a locação de uma casa localizada na Rua Nereu Ramos, nº 1722, no Bairro Guarany, na cidade de Xaxim, Estado de Santa Catarina, Matrícula nº 18.059, do Ofício de Registro de Imóveis da Comarca de Xaxim/SC.

A locação do imóvel em questão será destinada ao beneficiário: LUIZ CASTOLDI, inscrito no CPF/MF sob nº 471.228.549-49 e portador de cédula de identidade nº 1.496.417.

Aditivo: Primeiro Termo Aditivo de prazo, justificando-se pela fundamentação legal no artigo 57, inciso II e §2 da Lei 8.666/93, bem como a cláusula segunda do contrato que compõem o Edital de Licitação e ainda no respectivo contrato, e também Prejulgado nº 1758 do Egrégio Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Valor: R\$ 1.050,00 (hum mil e cinquenta reais)

Vigência: 23 de Agosto de 2017 até o dia 23 de Novembro de 2017.

Dotações: 3.3.90.36.15.00.00.00 (02/2017)

Xaxim/SC, 23 de Agosto de 2017. LÍRIO DAGORT. Prefeito Municipal

Associações

AMMVI

CONTRATO Nº 15/2017 - GÊNEROS ALIMENTÍCIOS

CONTRATO – COMPRAS E CONTRATAÇÕES nº 15/2017

As partes, de um lado a ASSOCIAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ – AMMVI, com sede na Rua Alberto Stein, 466, bairro Velha, em Blumenau (SC), inscrita no CNPJ sob o nº 83.779.413/0001-43, neste ato representada pelo seu Secretário Executivo - Sr. José Rafael Correa, doravante denominada CONTRATANTE, e de outro a empresa SCHULZ COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.719.136/0001-68, com endereço à Rua Marechal Floriano Peixoto, nº 6417, Bairro Estrada das Areias, CEP. 89130-000, cidade de Indaial/SC, neste ato representado pela sua administradora Sr. Eduardo Schulz - CPF nº 045.923.819-12, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, convencionam e contratam o adiante discriminado:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do objeto:

O presente contrato tem por objeto o fornecimento de gêneros alimentícios e materiais para coffee break em reposição do estoque do almoxarifado da sede da CONTRATANTE, conforme proposta da CONTRATADA, incluindo:

| Item | Especificação/Descrição (Especificação Técnica) | Unid. | Quant. | Valor (R\$) | |
|-------|---|-------|--------|-------------|--------------|
| | | | | Unit. | Total |
| 1 | Leite | lt | 288 | R\$ 2,98 | R\$ 858,24 |
| 2 | Adoçante 100ml | unid. | 6 | R\$ 3,49 | R\$ 20,94 |
| 3 | Café tradicional 500gr | unid. | 180 | R\$ 8,35 | R\$ 1.503,00 |
| 4 | Açúcar 5kg | unid. | 6 | R\$ 13,49 | R\$ 80,94 |
| 5 | Palito cx 200 unidades | unid. | 2 | R\$ 1,99 | R\$ 3,98 |
| 6 | Filtro de papel 103 | cx | 5 | R\$ 3,49 | R\$ 17,45 |
| 7 | Pó para bebida 25g (sabores laranja, abacaxi, pêssego, maracujá, morango, limão, guaraná) | unid. | 360 | R\$ 1,01 | R\$ 363,60 |
| 8 | Suco de caixinha 500 ml(sabores laranja, uva, abacaxi, pêssego, manga) | unid. | 150 | R\$ 7,69 | R\$ 1.153,50 |
| 9 | Biscoito doce 250g(tipo cassadinho, amanteigado, caseiro, com goiabada) | pct | 180 | R\$ 13,29 | R\$ 2.392,20 |
| 10 | Biscoito recheada 160g | pct | 240 | R\$ 2,29 | R\$ 549,60 |
| 11 | Biscoito salgado tipo água e sal 400g | unid. | 50 | R\$ 4,67 | R\$ 233,50 |
| 12 | Mexedor para café médio pacote com 500 | pct | 5 | R\$ 8,99 | R\$ 44,95 |
| TOTAL | | | | | R\$ 7.221,90 |

Este contrato vincula-se ao resultado da autorização para compras e serviços – Processo nº 15/2017, para todos os fins de direito.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do prazo e regime de execução:

O início do fornecimento dar-se-á imediatamente após a assinatura do contrato, de acordo com as ordens de fornecimento emitidas pela CONTRATANTE, devendo se concluir durante o exercício financeiro.

O CONTRATADO também se responsabilizará pela troca do produto se dentro de 08 (oito) dias úteis da compra/contratação, for constatado defeito/vício de fabricação.

Ocorrendo defeito ou vício nos produtos, constatado ou reclamado após os primeiros 08 (oito) dias úteis da entrega, e até o final da garantia, o mesmo deverá ser substituído pelo CONTRATADO em até 30 (trinta) dias, não sendo o vício/defeito sanado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, pode o CONTRATANTE exigir, alternativamente a substituição do produto por outro da mesma espécie, em perfeitas condições de uso ou a restituição imediata da quantia paga.

Os quantitativos previstos no objeto deste Contrato são estimativos para o exercício, sendo que o fornecimento se dará em parcelas, em conformidade com as necessidades da CONTRATANTE, sem garantia de execução integral.

CLÁUSULA TERCEIRA – Da garantia dos produtos

O prazo de garantia dos produtos será de, no mínimo, três meses, contados do seu recebimento.

Caso a garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta condição, a CONTRATADA deverá complementar a garantia do

produto ofertado pelo tempo restante.

CLÁUSULA QUARTA – Do Preço e das Condições de Pagamento:

O valor total deste Contrato, para efeitos financeiros, fiscais, civis e administrativos, será de R\$ 7.221,90 (sete mil, duzentos e vinte e um reais e noventa centavos), de conformidade com a proposta da CONTRATADA e da previsão de despesa previamente autorizada.

O pagamento será efetuado em conformidade com o fornecimento do objeto, pagáveis em faturamento de 28 (vinte e oito) dias direto, após emissão de Nota Fiscal e regular liquidação da despesa, mediante boleto bancário.

Incidirá sobre o valor total da(s) nota(s) fiscal(is) emitida(s), os tributos decorrentes de expressa disposição legal, com as retenções na fonte, se for o caso.

CLÁUSULA QUINTA – Dos Recursos para Atender as Despesas:

As despesas decorrentes deste instrumento têm previsão de custeio no Plano Anual de Aplicação da CONTRATANTE, aprovado por sua Assembleia Geral para o exercício de 2017, com recursos ordinários.

CLÁUSULA SEXTA – Do Direito de Fiscalização:

A CONTRATANTE exercerá amplo e total direito de fiscalização sobre o objeto ora contratado, sendo que em nenhuma hipótese estará a CONTRATADA eximida das responsabilidades civis, administrativas, trabalhistas, fiscais ou penais.

Fica delegado atribuição a empregada da CONTRATANTE, Sra. BEATRIZ PADILHA – Auxiliar Administrativo - para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato, inclusive procedendo ao controle de qualidade dos produtos/materiais fornecidos e no atendimento de todas as condições contratuais.

CLÁUSULA SÉTIMA – Do Fundamento Legal:

A presente contratação funda-se no Código Civil, CDC e nos artigos 6º e 11 da Resolução AMMVI nº 12/16, e alterações posteriores, e demais dispositivos legais aplicáveis.

CLÁUSULA OITAVA – Da Responsabilidade da CONTRATADA:

Sem prejuízo das demais responsabilidades previstas e/ou decorrentes deste contrato, a CONTRATADA também se responsabiliza:

I - A repor, a suas expensas, todo e qualquer quantidade de produto entregue em desconformidade com este contrato, bem como pela cobertura de garantia durante o prazo estabelecido;

II – A cumprir com as exigências legais para transporte e fornecimento do produto, responsabilizando-se por todos os encargos correspondentes, inclusive fiscais, trabalhistas, fretes, licenciamento, etc.;

III – Exclusivamente, pelas despesas resultantes de quaisquer ações, demandas decorrentes de danos, por culpa sua ou de qualquer de seus empregados e prepostos, obrigando-se outrossim por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais de terceiros que lhe venham a ser exigidas por força de Lei, ligadas ao cumprimento deste contrato.

CLAUSULA NONA – Da Rescisão e das Penalidades:

O presente Instrumento de Contrato será rescindido, a critério da CONTRATANTE, independente de Interpelação Judicial ou Notificação Judicial/Extrajudicial, em qualquer fase de execução, sem que a CONTRATADA tenha direito à indenização de qualquer espécie quando:

a) Ocorrer descumprimento das obrigações contratuais pela CONTRATADA, salvo se a CONTRATANTE optar pela aplicação de multa prevista neste instrumento;

b) A CONTRATADA transferir a terceiros no todo ou em parte, a execução dos fornecimentos objeto do presente Instrumento, sem prévio consentimento por escrito da CONTRATANTE;

c) Ocorrer a dissolução ou liquidação ou ter sido decretado à falência da CONTRATADA, uma vez consumada a impossibilidade de recuperação judicial.

Reserva-se, ainda, à CONTRATANTE, o direito de rescindir o presente Instrumento de Contrato, no todo ou em parte, mediante aviso prévio por escrito com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, sem que lhe seja imposta quaisquer multas e/ou indenização.

Convindo às Partes, poderá o presente Instrumento de Contrato ser rescindido por mútuo acordo, desde que esta rescisão não traga prejuízo à CONTRATANTE.

Quaisquer que sejam as hipóteses de rescisão do presente Instrumento de Contrato fica a CONTRATADA responsável pelo cumprimento das obrigações trabalhistas, tributárias e previdenciárias/sociais dela decorrentes.

Havendo pendências, as Partes definirão, mediante Termo de Encerramento do Contrato, as responsabilidades de cada uma das Partes pelo cumprimento do objeto do presente Instrumento de Contrato.

A parte que infringir quaisquer das cláusulas ou condições deste contrato ficará sujeita à multa de 10% (dez por cento) do valor total do contrato, bem como perdas e danos e correção monetária com base no INPC ou outro índice que venha a substituí-lo.

CLÁUSULA DÉCIMA – Do Foro:

As partes contratantes elegem o foro da Comarca de Blumenau/SC a fim de dirimir qualquer ação oriunda do presente contrato.

Por ser vontade das partes e prova de assim haverem contratado, fazem este instrumento particular, impresso em duas vias de igual teor e forma, assinado pelas partes contratantes e pelas duas testemunhas abaixo, a tudo presente.

Blumenau/SC, 05 de julho de 2.017.

CONTRATANTE CONTRATADA

Testemunhas:

| | |
|-----------------------|-------------------------------------|
| Nome: Beatriz Padilha | Nome: Nair Teodoro Machado de Mello |
| CPF: 003.577.259-05 | CPF: 025.518.749-12 |

Consórcios

CIGA

PORTARIA N.º 22/2017, DE 23 DE AGOSTO DE 2017

Portaria nº 22, de 23 de agosto de 2017

Cria e nomeia os membros da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, com o escopo de avaliar as condições técnico-econômicas de imóveis destinados à expansão da sede administrativa do CIGA, nos termos do Processo Administrativo nº 19/2017 do CIGA.

O Diretor Executivo do Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal (CIGA) no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a decisão tomada na 16ª Reunião Ordinária do CIGA, realizada em 30 de maio de 2017, acerca da continuidade do processo de expansão do CIGA, o que inclui a análise para aquisição das salas localizadas no 1º Pavimento do Centro Executivo Imperatriz,

RESOLVE:

Art. 1º Fica criada a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis, com o fito de avaliar as condições técnico-econômicas de imóveis de interesse do CIGA, destinados à expansão da sede administrativa do CIGA, nos termos do Processo Administrativo nº 19/2017 do CIGA.

Parágrafo Único - Para cumprir os objetivos fixados no caput deste artigo, a Comissão Especial de Avaliação de Imóveis levará em consideração os seguintes critérios e fontes:

I - o preço praticado pelo mercado imobiliário e as condições técnico-econômicas dos imóveis, por meio de consultas em imobiliárias, avaliadores e demais profissionais idôneos;

II - as normas técnicas de avaliação previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;

III - a localização do imóvel e o estado de conservação de suas edificações e benfeitorias;

IV - a finalidade e respectiva dimensão da atividade a ser desempenhada no local.

Art. 2º A comissão será composta por 04 (quatro) membros, sendo o Sr. Marcus Vinicius da Silveira, Técnico em T.I., o Presidente e os demais membros o Sr. Guilherme da Rocha Koehler, Sr. Renato Furtado Goudel, ambos Técnicos em T.I., e o Sr. Marcello André Previdi, Analista de Sistemas do CIGA.

Art. 3º É atribuição da Comissão Especial de Avaliação de Imóveis:

I - obter laudo de avaliação, detalhado e conclusivo do imóvel, objetivando respaldar o Presidente do CIGA de dados suficientes e inequívocos acerca do real valor do bem.

Parágrafo Único - No laudo de avaliação, além do valor, constarão detalhadamente as condições técnico-econômicas e as características do imóvel.

Art. 4º A Comissão Especial de Avaliação de Imóveis instruirá este Processo Administrativo com pesquisas, laudos e pareceres técnicos ou jurídicos que julgar pertinentes, devendo anexar, necessariamente, laudos de avaliação técnica e econômica dos imóveis considerados; minuta de ocupação, uso e manutenção do condomínio, se for o caso; memoriais descritivos, fotos e informações pertinentes, benfeitorias a serem realizadas, por fim, informações aptas a dotar a decisão administrativa de elementos suficientes à sua motivação.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Florianópolis, 23 de agosto de 2017.

GILSONI LUNARDI ALBINO

Diretor Executivo do CIGA

CIMCATARINA**ERRATA TERMO ADITIVO AC17CIM0016**

ERRATA DE PUBLICAÇÃO REFERENTE AO SÉTIMO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

Publicada no DOM/SC - Edição nº 2308, pág. 1095, datada de 31/07/2017

O Diretor Executivo do Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIM-CATARINA, no uso de suas atribuições, resolve expedir a errata referente sétimo termo aditivo ao contrato de prestação de serviço nº AC17CIM0016, publicado em 31 de julho de 2017, na edição nº 2308, na página 1095, passando a vigorar a seguinte redação: Onde se lê: "PAL 0021/2017, PREGÃO 005/2017"; leia-se: "PAL 0021/2014, PREGÃO 0005/2014".

Florianópolis, 24 de agosto de 2017.
ELÓI RÖNNAU
Diretor Executivo do CIMCATARINA

TERMO ADITIVO 0022_2017 - TELEFÔNICA BRASIL SA

TERMO ADITIVO Nº 0022/2017/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | |
|---------------------|---|
| CONSÓRCIO: | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA |
| FORNECEDOR: | TELEFÔNICA BRASIL S/A |
| CONTRATO | CONTRATO 0021/2015 |
| OBJETO: | REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP) |
| VALIDADE: | 03.08.2015 a 02.08.2017 |
| DATA: | 03.08.2015 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0007/2014 |
| REGISTRO DE PREÇOS: | 0029/2014 |

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam a prorrogação contratual prevista na cláusula oitava passando a vigorar até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 02 de agosto de 2017.

| | |
|---|--|
| CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA | TELEFÔNICA BRASIL S/A
Luís Augusto Sander |
| Elói Rönnau | Contratado |
| Diretor Executivo | |
| CONTRATANTE | |

TELEFÔNICA BRASIL S/A
Alex Sandro Martins de Lima
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

TERMO ADITIVO 0023_2017 - TELEFÔNICA BRASIL SA

TERMO ADITIVO Nº 0023/2017/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | |
|---------------------|---|
| CONSÓRCIO: | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA |
| FORNECEDOR: | TELEFÔNICA BRASIL S/A |
| CONTRATO | CONTRATO 0022/2015 |
| OBJETO: | REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP) |
| VALIDADE: | 05.08.2015 a 04.08.2017 |
| DATA: | 05.08.2015 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0007/2014 |
| REGISTRO DE PREÇOS: | 0029/2014 |

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam a prorrogação contratual prevista na cláusula oitava passando a vigorar até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 04 de agosto de 2017.

| | |
|---|--|
| CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA | TELEFÔNICA BRASIL S/A
Luís Augusto Sander |
| Elói Rönnau | Contratado |
| Diretor Executivo | |
| CONTRATANTE | |

TELEFÔNICA BRASIL S/A
Alex Sandro Martins de Lima
Contratado

Testemunhas:

1ª -
2ª -

TERMO ADITIVO 0024_2017 - CLARO SA

TERMO ADITIVO Nº 0024/2017/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | |
|---------------------|---|
| CONSÓRCIO: | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA |
| FORNECEDOR: | CLARO S/A |
| CONTRATO | CONTRATO 0023/2015 |
| OBJETO: | REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP) |
| VALIDADE: | 18.08.2015 a 17.08.2017 |
| DATA: | 18.08.2015 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0027/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0006A/2014 |
| REGISTRO DE PREÇOS: | 0023/2014 |

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam a prorrogação contratual prevista na cláusula oitava passando a vigorar até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 17 de agosto de 2017.

| | |
|---|-----------------|
| CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA | CLARO S.A |
| Elói Rönna | Adilson Sanches |
| Diretor Executivo | Contratado |
| CONTRATANTE | |

| |
|--------------|
| CLARO S.A |
| Sergei Morel |
| Contratado |

Testemunhas:

| |
|------|
| 1ª - |
| 2ª - |

TERMO ADITIVO 0025_2017 - TELEFÔNICA BRASIL SA

TERMO ADITIVO Nº 0025/2017/CIMCATARINA

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | |
|---------------------|---|
| CONSÓRCIO: | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE – CIMCATARINA |
| FORNECEDOR: | TELEFÔNICA BRASIL S/A |
| CONTRATO | CONTRATO 0024/2015 |
| OBJETO: | REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação com fornecimento parcelado de serviços continuados de Telefonia Móvel (Serviço Móvel Pessoal - SMP) |
| VALIDADE: | 24.08.2015 a 23.08.2017 |
| DATA: | 24.08.2015 |
| LICITAÇÃO: | PAL nº 0033/2014 – CIMCATARINA/ Pregão Presencial nº 0007/2014 |
| REGISTRO DE PREÇOS: | 0029/2014 |

Art. 1º - As partes constantes do contrato em epígrafe, em conformidade com as disposições legais e Contratuais, ajustam e contratam a prorrogação contratual prevista na cláusula oitava passando a vigorar até 31 de dezembro de 2017.

Art. 2º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Florianópolis (SC), 23 de agosto de 2017.

| | |
|---|-----------------------|
| CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA | TELEFÔNICA BRASIL S/A |
| Elói Rõnnau | Luís Augusto Sander |
| Diretor Executivo | Contratado |
| CONTRATANTE | |

| |
|-----------------------------|
| TELEFÔNICA BRASIL S/A |
| Alex Sandro Martins de Lima |
| Contratado |

Testemunhas:

| |
|------|
| 1ª - |
| 2ª - |

TERMO ADITIVO 0026_2017 - REVOLUCION

TERMO ADITIVO AC17CIM0026

OITAVO TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

| | |
|---------------------|--|
| CONTRATANTE: | CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIMCATARINA |
| CONTRATADO: | REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA - ME |
| OBJETO: | CONTRATAÇÃO DE SOFTWARE DE CONTROLE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO LICITATÓRIO. |
| PROCESSO: | PAL 0021/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 0005/2014 |
| CONTRATO/ ADITIVOS: | 0010/2014/CIMCATARINA - ADITIVOS 0023/2014, 0004/2015, 0007/2015, 0017/2015, 0008/2016, 0007/2017 E AC-17CIM0016 |
| DATA: | 01.09.2014 |
| VIGÊNCIA: | 01.09.2014 a 31.08.2017 |

Art. 1º - Fica alterada a vigência do contrato em epigrafe, presente na clausula sétima, passando a vigorar até 31/08/2018

Art. 2º - O aditivo esta sendo formalizado para atendimento de 27 Municípios integrantes do CIMCATARINA conforme tabela abaixo.

Dos índices de utilização

| ORDEM | CÓDIGO | MUNICÍPIO | ÍNDICE | % |
|-------|--------|----------------|--------|---------|
| 1 | 1 | Abdon Batista | 0,75 | 0,2644% |
| 2 | 5 | Água Doce | 0,75 | 0,2644% |
| 3 | 21 | Arroio Trinta | 0,6 | 0,2115% |
| 4 | 49 | Brunópolis | 0,6 | 0,2115% |
| 5 | 51 | Caçador | 2,05 | 0,7227% |
| 6 | 53 | Calmon | 0,6 | 0,2115% |
| 7 | 80 | Curitibanos | 1,55 | 0,5464% |
| 8 | 93 | Fraiburgo | 1,45 | 0,5112% |
| 9 | 94 | Frei Rogério | 0,6 | 0,2115% |
| 10 | 108 | Ibiam | 0,6 | 0,2115% |
| 11 | 109 | Ibicaré | 0,6 | 0,2115% |
| 12 | 117 | Iomerê | 0,6 | 0,2115% |
| 13 | 123 | Irani | 0,75 | 0,2644% |
| 14 | 126 | Itá | 0,85 | 0,2997% |
| 15 | 148 | Lebon Régis | 0,85 | 0,2997% |
| 16 | 153 | Luzerna | 0,60 | 0,2115% |
| 17 | 154 | Macieira | 0,6 | 0,2115% |
| 18 | 162 | Matos Costa | 0,6 | 0,2115% |
| 19 | 167 | Monte Carlo | 0,75 | 0,2644% |
| 20 | 198 | Pinheiro Preto | 0,6 | 0,2115% |
| 21 | 204 | Ponte Serrada | 0,85 | 0,2997% |
| 22 | 215 | Rio das Antas | 0,75 | 0,2644% |
| 23 | 228 | Salto Veloso | 0,75 | 0,2644% |
| 24 | 267 | Tangará | 0,75 | 0,2644% |
| 25 | 272 | Timbó Grande | 0,6 | 0,2115% |
| 26 | 286 | Vargem | 0,6 | 0,2115% |

| | | | | |
|-------|-----|---------|-------|---------|
| 27 | 289 | Videira | 1,75 | 0,6170% |
| Total | | | 22,40 | 7,8967 |

Art. 3º - Fica reajustado o valor contratado com base no índice IGP-M conforme item 3.7 do contrato, reajustando em -1,67509 a partir do mês 09/2017, sendo:

| ITEM | QTDE | UNID. | DESCRIÇÃO | VALOR MÊS REAJUSTADO | VALOR TOTAL REAJUSTADO |
|------|------|-----------|---|----------------------|------------------------|
| 1 | 12 | Serv./Mês | a) Licença de uso de software de Controle de Processo Administrativo Licitatório, não exclusivo, para uso de forma temporária, não transferível, oneroso, sem limitação quanto ao número de usuários simultâneos, composta por: Cadastros, Controle de Execução de Processos e Relatórios.
b) Atualização legal, corretiva, evolutiva e suporte técnico.
c) Hospedagem do Software. | R\$ 6.969,99 | R\$ 83.639,88 |

Art. 4º - O valor total do presente termo aditivo é de R\$ 83.639,88 (oitenta e três mil seiscentos e trinta e nove reais e oitenta e oito centavos)

Art. 5º - Ficam mantidas todas as demais cláusulas e condições contratuais.

Por estarem assim contratadas as partes, firmam o presente Termo Aditivo em 02 (duas) vias de igual teor e forma, juntamente com as testemunhas abaixo identificadas.

Fraiburgo (SC), 24 de agosto de 2017

| | |
|---|--|
| CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE- CIMCATARINA | REVOLUCION SERVIÇOS DE INFORMATICA LTDA – ME |
| Elói Rönna | Roberto Pires da Silva |
| Diretor Executivo | Contratado |
| CONTRATANTE | |

Testemunhas:

| |
|------|
| 1ª - |
| 2ª - |

CIMVI

CONTRATO Nº 2017/026 - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS PARA EXECUÇÃO DE AÇÕES PARA A ESTRUTURAÇÃO TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE BOTUVERÁ

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO VALE DO ITAJAÍ - CIMVI
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS Nº 2017/026

CONTRATANTE: Consórcio Intermunicipal do Médio Vale do Itajaí - CIMVI

CONTRATADA: Raízes do Brasil Consultoria Ltda ME

OBJETO: Prestação de serviços especializados para execução de ações para a estruturação turística do Município de Botuverá, compreendendo o levantamento de atrativos turísticos potenciais e reais, sua respectiva classificação e hierarquização por meio de metodologia já aplicada nos demais municípios consorciados.

VALOR: R\$ 12.000,00 (doze mil reais).

PRAZO: até 31/12/2017.

Integra em www.cimvi.sc.gov.br/publicações/contratos

Timbó, 24 de Agosto de 2017.

PAULO ROBERTO WEISS

Presidente

CIS NORDESTE**DÉCIMO ADITIVO - CONTRATO Nº 005/2012**

Extrato do Décimo Termo Aditivo ao Contrato nº 005/2012

Data: 01/08/2017

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Médica Devienne & Werner SS Ltda - CNPJ nº. 02.678.149/0001-50

Objeto: Readequação de valores para procedimento em oftalmologia: Iridotomia a Laser passa a ser pago R\$ 297,46 (duzentos e noventa e sete reais e quarenta e seis centavos).

Clézio José Fortunato– Presidente do CISNORDESTE/SC

Clínica Médica Devienne & Werner SS Ltda - Adhemar Devienne Júnior

PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO Nº 08/2017

Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 08/2017

Data: 22/08/2017

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Centro Cirúrgico Oftalmológico RGA Ltda – ME - CNPJ nº. 26.919.784/0001-40

Objeto: No código 04.05.04.013-0 – Injeção Intra-ocular (inclusa a medicação), leia-se: Código 04.05.04.013-0 – Injeção Intra-Ocular (inclusa a medicação) – Avastin – Monocular

Clézio José Fortunato– Presidente do CISNORDESTE/SC

Roberto Pereira de Pinho Schunemann - Centro Cirúrgico Oftalmológico RGA Ltda – ME

PRIMEIRO ADITIVO - CONTRATO Nº 10/2017

Extrato do Primeiro Aditivo ao Contrato nº 10/2017

Data: 23/08/2017

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: MDI – Multi Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda - EPP - CNPJ nº. 04.759.639/0001-06

Objeto: Inclusão contratual de exames (Ressonância Magnética de Mamas) e, exclusão contratual de exames de radiodiagnóstico sem contraste.

Valor Global Estimado/ano deste termo: R\$ 80.398,20 (oitenta mil, trezentos e noventa e oito reais e vinte centavos).

Base legal: Inexigibilidade de licitação

Clézio José Fortunato– Presidente do CISNORDESTE/SC - Alessandro Borinelli Lenzi e Leandro Paulo Bazzaneze – MDI – Multi Imagem Diagnóstico por Imagem Ltda - EPP

SEGUNDO ADITIVO - CONTRATO Nº 08/2016

Extrato do Segundo Termo Aditivo ao Contrato nº 08/2016

Data: 26/07/2017

Contratante: CISNORDESTE/SC – Consórcio Intermunicipal do Nordeste de Santa Catarina

Contratada: Clínica Diagnosis Ltda (CEDUS – Centro de Diagnóstico - CNPJ nº. 01.247.829/0001-56)

Objeto: Exclusão contratual de exame de biópsia: Biópsia de Tireóide ou Paratireóide

Clézio José Fortunato – Presidente do CISNORDESTE/SC

Carlos Takashi Kakunaka - Clínica Diagnosis Ltda (CEDUS – Centro de Diagnóstico)

CISAM**RESPOSTA QUESTIONAMENTO 04 PREGÃO PRESENCIAL CISAM - MO Nº 01/2017 - AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS**

Capinzal/SC, 24 de agosto de 2017

Edital do Pregão Presencial nº 01/2017 – Esclarecimento 04

Prezados participantes,

Em atenção à consulta formulada por empresa(s) interessada(s) no referido processo, seguem esclarecimentos da comissão de licitação:

Questionamento 01:

"No item 3: "(...) O hidrômetro a ser fornecido para o comprador deverá se comportar como Classe B em todas as posições." Esta especificação leva a entender que o medidor deverá operar na classe B em toda e qualquer posição de instalação, o que para um medidor velocimétrico é impossível, visto sua concepção. Para que seja exigido que um medidor de água opera na classe B em toda e qualquer posição, o mesmo deveria ser ultrassônico e portanto de valor muito superior ao padrão especificado neste edital.

Solicitamos portanto que seja alterada esta especificação, passando a constar o seguinte texto: "(...) O hidrômetro a ser fornecido para o comprador deverá se comportar como Classe B quando instalado na posição horizontal.""

Resposta Questionamento 01:

Conforme norma técnica, os hidrômetros classe B não podem ser instalados em qualquer posição, eles devem ser instalados na horizontal para não perder a classe metrológica. O questionamento está correto e o Termo de Referência do Edital corrigido através da Errata nº 03/2017 – CPL/CISAM-MO.

Questionamento 02:

"Na letra C do item 3 solicita: "Carcaça em bronze fundido de alta liga com teor de cobre não inferior a 60 % (norma da ABNT NBR NM 212), testada e numerada sequencialmente na fábrica."

Todavia, ao fazer menção ao termo "bronze" a autarquia acaba por limitar a participação de diversos fornecedores, que por sua vez

produzem seus produtos com carcaças à base de liga de latão, cujo elemento base principal da liga também é o cobre, porém difere da liga de bronze principalmente pela proporção do elemento chumbo, que na liga de latão é bem menor.

Diante disso, solicitamos que amplie a participação, não restringindo a licitação apenas aos fornecedores que trabalham com liga de bronze.”

Resposta Questionamento 02:

O termo “bronze” é mantido na especificação técnica uma vez que é um material mais nobre que o latão, com grande resistência a abrasão e é amplamente utilizado na fabricação de hidrômetros e válvulas.

Questionamentos 03:

“Ainda no item 3 do mesmo item, na letra h, especifica-se que a base de fechamento da relojoaria seja fabricada em liga de bronze ou plástico. Observa-se também neste item uma limitação desnecessária na especificação do material da base da relojoaria.

Sugerimos portanto, que está especificação seja substituída por: “(...) caixa fabricada a partir de liga de cobre ou em policarbonato transparente de alta resistência (...)”.

Resposta Questionamento 03:

Na mesma linha de raciocínio do questionamento anterior, optou-se pela liga de bronze. A alteração proposta pela empresa, no caso do “policarbonato”, seria mais restritiva, caso acatada. Salienta-se que o termo plástico é bastante genérico, já o policarbonato é um tipo de plástico (conforme citado, bastante resistente e geralmente utilizado em hidrômetros, caixas de proteção de hidrômetros). Assim, conclui-se que os “policarbonatos” estão inclusos no grupo “plásticos”.

Leomar Eggers

Pregoeiro/Precidente CPL

TERCEIRA ERRATA PREGÃO PRESENCIAL CISAM - MO Nº 01/2017 - AQUISIÇÃO DE HIDRÔMETROS

Capinzal/SC, 24 de agosto de 2017

ERRATA nº 03/2017 – CPL/CISAM-MO

O Presidente da Comissão Permanente de Licitação - CPL do Consórcio Intermunicipal de Saneamento Ambiental – CISAM-MO, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a publicação do Aviso de Licitação no Diário Oficial dos Municípios (DOM), no dia 14 de agosto de 2017, referente ao Edital de Licitação – Pregão Presencial nº 01/2017 – que tem como objeto a Aquisição Compartilhada de HIDRÔMETROS aos consorciados do CISAM-MO, com entrega na sede das respectivas autarquias dos entes consorciados, COMUNICA aos interessados, a retificação do referido certame da seguinte forma:

Retificação 5) Anexo I – Termo de Referência; ITEM 2) HIDRÔMETRO VELOCIMÉTRICO CLASSE B; 3. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS HIDRÔMETROS; Características Gerais:

Onde lê-se:

“O hidrômetro a ser fornecido para o comprador deverá se comportar como Classe B em todas as posições.”

Leia-se:

“Conforme norma técnica, o hidrômetro a ser fornecido para o comprador deverá se comportar como Classe B quando instalado na posição horizontal.”

As demais disposições permanecem inalteradas.

Leomar Eggers

Pregoeiro/Presidente CPL

CVC**CONTRATO ADM 014-2017 - PROGRAMA Nº 001-2017 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CVC - SERRA ALTA**

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 014/2017

Contrato de Programa Nº 001/2017

Pelo Presente instrumento de contrato de programa que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no Município de Coronel Freitas, estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva, Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro, II, nº 830, centro, no Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu prefeito municipal Sr. DARCI CERIZOLLI, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF nº 430.332.889-87, e portador do RG nº 1.233.665, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 303, centro, no Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, com fundamento no artigo 13 da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005 e no artigo 8º da Primeira alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE PROGRAMA DO CONSÓRCIO VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO: Este contrato de programa tem por objetivo a gestão Financeira e Patrimonial do CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC) compreendendo:

I - representação e fortalecimento, em conjunto, em assuntos de interesse comum perante entes, entidades e órgãos públicos e organizações privadas, nacionais ou internacionais;

II - promoção da integração para a prestação de cooperação mútua nas áreas técnicas e administrativas;

III - instalação e operação de sede(s) adequada(s) para o desenvolvimento de todas as suas atividades institucionais do CONTRATADO;

III - prestação de assistência técnica e assessoria administrativa, contábil e jurídica no desenvolvimento das atividades do CONTRATADO, tais como:

a) implantação de processos contábeis, administrativos, gerenciais e operacionais;

b) administração, operação, manutenção;

c) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

d) intercâmbio com entidades afins, participação em cursos, seminários e eventos correlatos;

e) assistência jurídica judicial e/ou extrajudicial, inclusive com a realização de cursos, palestras, simpósios e congêneres;

VI - prestação de serviços, na execução de obras e no fornecimento de bens à contratante;

VII - realização de licitações compartilhadas das quais decorram contratos os CONTRATANTES;

VIII - repasse financeiro do CONTRATANTE à CONTRATADA para execução de todos os objetos anteriormente citados, bem como para manutenção de todas as despesas da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA – DAS METAS PARA CUMPRIMENTO DO OBJETO: Para atingir os objetivos previstos na cláusula primeira, fica estabelecido que o CONTRATANTE, repassará ao CONTRATADO os valores necessários para a sua realização:

Parágrafo único. Em decorrência do disposto no caput, fica estabelecido que o modo, forma e condições e valores dos repasses serão

definidos nos contratos de rateio, com vigência anual.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA TRANSPARÊNCIA: No intuito de garantir a transparência da gestão administrativa, econômica e financeira dos objetivos e metas previstos neste contrato, serão estritamente observadas as disposições constantes no Contrato de Consórcio Público, sendo que o CONTRATADO deverá, especialmente:

a) elaborar e encaminhar ao CONTRATANTE relatórios anuais quanto aos serviços executados bem como os bens adquiridos, fazendo neles constar um resumo geral das atividades e valores;

b) disponibilizar ao CONTRATANTE suas informações contábeis e demonstrações financeiras, exigidas segundo a legislação pertinente, relativos ao desenvolvimento e ao cumprimento das metas.

c) publicar na rede mundial de computadores os dados constantes nas alíneas “a” e “b” deste inciso;

d) permitir o livre acesso dos representantes da contratante às obras, equipamentos, instalações, serviços e projetos contratados;

e) fornecer informações e certidões solicitadas por cidadãos, organizações da sociedade civil do CONTRATANTE.

CLÁUSULA QUARTA – DA TRANSFERÊNCIA DE PESSOAL E BENS: Fica estabelecido que poderá haver, até disposição expressa em contrário, transferência de pessoal e bens entre contratante e contratado.

Parágrafo único. Caso no desenvolvimento dos serviços prestados pelo CONTRATADO à CONTRATANTE seja necessário pessoal e bens do primeiro, estes serão disponibilizados tão somente pelo tempo necessário à prestação dos serviços, não havendo qualquer tipo de transferência.

CLÁUSULA QUINTA – DA RESPONSABILIZAÇÃO: O Presidente do Consórcio e/ou seu Diretor Executivo não respondem, pessoalmente, pelo descumprimento das obrigações decorrentes deste contrato de programa.

Parágrafo único. O disposto nesta cláusula não se aplica aos atos praticados em desconformidade com a lei, com o Contrato de Consórcio Público e Estatuto do Consórcio.

CLÁUSULA SEXTA – DO ADITAMENTO: Este contrato de programa poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA RESCISÃO: O presente contrato programa poderá ser rescindido por:

I – descumprimento de qualquer das metas para consecução do objeto;

II – superveniência de norma legal ou fato administrativo que o torne, formal ou materialmente, inexecutável;

III – ato unilateral com comprovada motivação jurídica e/ou legal, mediante aviso prévio da parte que dele se desinteressar, com antecedência mínima de 180 dias, respeitando as metas em curso constante em contrato de rateio.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: Em caso de descumprimento das obrigações ajustadas pelas partes no contrato de rateio, a parte que der causa ao descumprimento ficará obrigada a pagar, a outra, o percentual de 2% (dois por cento) incidente sobre a parcela ou sobre o total da obrigação descumprida, sem prejuízo das demais medidas legais, em sendo o caso.

Parágrafo único. As penalidades serão aplicadas pela Assembléia Geral do consórcio, na forma estabelecido no Protocolo de Intenções do CVC.

CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato terá

vigência enquanto o Consórcio estiver em funcionamento, ou enquanto este existir.

CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA APROVAÇÃO DO CONTRATO: Fica definido que deverá, a Assembléia Geral, aprovar a celebração do presente contrato de programa no prazo máximo de 120 dias contados de sua assinatura.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 24 de agosto de 2017.

CONSÓCIO - CVC MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Sra Silvana Fátima Vidi Zanella Sr. Darci Cerizolli
Diretora Executiva Prefeito Municipal

CONTRATO ADM 015-2017 - RATEIO Nº 014-2017 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO CVC - SERRA ALTA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 015/2017

Contrato de Rateio Nº 014/2017

Pelo Presente instrumento de contrato de rateio que celebram entre si, de um lado o CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - CVC, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa à Av. Santa Catarina, nº 1022 – Centro – no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ sob o nº 14.688.861/0001-19, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella, de ora em diante denominado simplesmente de CONTRATADO, e de outro o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro, II, nº 830, centro, no Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu prefeito municipal Sr. DARCI CERIZOLLI, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF nº 430.332.889-87, e portador do RG nº 1.233.665, residente e domiciliado na Rua Duque de Caxias, nº 303, centro, no Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, com fundamento no artigo 8º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, no artigo 9º da Primeira Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio CVC e no CONTRATO DE PROGRAMA Nº 001/2017, resolvem, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE RATEIO DO PROGRAMA DE GESTÃO ADMINISTRATIVO E PATRIMONIAL DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), nos termos a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS: Aplicam-se ao presente contrato de rateio as disposições da Lei Federal nº 11.107/05, da Lei Municipal nº 1.084, de 11/08/2017, bem como as cláusulas do Contrato de Programa do CVC nº 001/2017.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA DISPENSA DE LICITAÇÃO: É dispensada a realização de licitação para a celebração deste contrato de rateio, com fundamento no artigo 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO OBJETO: Este contrato tem por objeto disciplinar a entrega de recursos pelo CONTRATANTE ao CONTRATADO para atendimento do objeto disciplinado no Contrato de

Programa nº 006/2012.

CLÁUSULA QUARTA – DO RATEIO: Para a execução do objeto deste contrato, o CONTRATANTE repassará mensalmente ao CONTRATADO a importância de R\$ 1.676,02 (um mil e seiscentos e setenta e seis reais e dois centavos), para pagamento das despesas com pessoal e R\$ 273,98 (duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos), para pagamento de outras despesas relacionadas ao Contrato de Programa, totalizando o valor mensal de R\$ 1.950,00 (um mil novecentos e cinquenta reais), para efeitos deste contrato o valor total é de R\$ 7.800,00 (sete mil e oitocentos reais).

Parágrafo único. A despesa total informada no caput, deverá ser alocada nas dotações orçamentárias abaixo discriminada na seguinte razão:

Despesas correntes:

85,95% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.1.71.41, correspondente a R\$ 1.676,02 (um mil e seiscentos e setenta e seis reais e dois centavos);

14,05% da despesa correrá sob a dotação orçamentária nº 3.3.71.41, correspondente a R\$ 273,98 (duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos).

CLÁUSULA QUINTA – DO DÉBITO: Fica o Consórcio CVC autorizado através do Banco do Brasil, a debitar no dia 20 de cada mês da conta ICMS do Município o valor mensal estabelecido na Cláusula Quarta deste contrato.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXCLUSÃO: Poderá ser excluído do Consórcio Público, após prévia suspensão, o ente consorciado que não consignar, em sua lei orçamentária ou em créditos adicionais, as dotações suficientes para suportar as despesas assumidas por meio de contrato de rateio.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS: Com o objetivo de permitir o atendimento dos dispositivos da Lei Complementar nº 101/00, o Consórcio Público deve fornecer as informações necessárias para que sejam consolidadas, nas contas do Município, todas as despesas realizadas com os recursos entregues por conta do presente Contrato de Rateio, de forma que possam ser contabilizadas na conformidade dos elementos econômicos e das atividades ou projetos atendidos.

CLÁUSULA OITAVA – DAS PENALIDADES: O consorciado inadimplente com o CVC será notificado formalmente sobre sua inadimplência, para que regularize sua situação.

CLÁUSULA NONA – Uma vez notificado da inadimplência, serão suspensos os serviços do consórcio ao respectivo consorciado até a regularização da dívida.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA INADIMPLÊNCIA: Não sendo regularizada a inadimplência no prazo de seis meses, o ente consorciado poderá ser excluído do consórcio, mediante deliberação do Conselho de Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA VIGÊNCIA: O presente contrato de rateio entra em vigor na data de sua assinatura, e vigorará até 31 de dezembro de 2017.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO ADITAMENTO: Este contrato de rateio poderá ser alterado por decisão das partes, por meio de assinatura de termo aditivo, sendo vedado, em qualquer hipótese, a modificação de seu objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO: Fica eleito, para dirimir quaisquer controvérsias oriundas deste contrato, o Foro da Comarca de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina.

Parágrafo único. Preferencialmente à intervenção do Poder Judiciário para dirimir controvérsias contratuais, será preferida a composição amigável, operacionalizada por meio de propostas e contra-propostas encaminhadas pelas partes à Assembléia Geral do contratado.

E por estarem de pleno acordo, firmam o presente contrato de programa em três vias de igual teor e forma.

Coronel Freitas, SC, 24 de agosto de 2017.

CONSÓCIO - CVC
Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella
Diretora Executiva

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Sr. Darci Cerizolli
Prefeito Municipal

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO - SERRA ALTA

01

CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO

Com fundamento no artigo 5º da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005, o MUNICÍPIO DE SERRA ALTA, pessoa jurídica de direito público interno, com sede administrativa na Avenida Dom Pedro, II, nº 830, centro, no Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, inscrito no CNPJ/MF sob nº 80.622.319/0001-98, neste ato representado por seu prefeito municipal Sr. DARCI CERIZOLLI, brasileiro, casado, administrador, inscrito no CPF nº 430.332.889-87, e portador do RG nº 1.233.665, residente e domiciliado na Rua

Duque de Caxias, nº 303, centro, no Município de Serra Alta, Estado de Santa Catarina, de ora em diante denominados simplesmente de CONTRATANTE, resolve, de comum acordo, celebrar o presente CONTRATO DE CONSÓRCIO PÚBLICO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL VELHO CORONEL - (CVC), inscrito no CNPJ sob nº 14.688.861/0001-19, com sede na Av. Santa Catarina, nº 1022, CEP 89.840-000 - Centro, no Município de Coronel Freitas, Estado de Santa Catarina, neste ato representado por sua Diretora Executiva Sra. Silvana Fátima Vidi Zanella, conforme as seguintes cláusulas:

Cláusula Primeira. O presente Contrato de Consórcio Público rege-se pelas disposições do Protocolo de Intenções em anexo, ratificado por lei do ente federativo acima mencionado, fazendo parte integrante deste contrato.

Cláusula Segunda. Os demais entes subscritores do Protocolo de Intenções, após a publicação da lei municipal de ratificação dos termos do Protocolo de Intenções em anexo, considerar-se-ão automaticamente integrantes deste Contrato de Consórcio Público.

E por estarem de comum acordo, firma-se o presente Contrato de Consórcio Público, em duas vias de igual teor.

Coronel Freitas, SC, 24 de agosto de 2017.

CONSÓRCIO CVC
Sra. Silvana F. V. Zanella
Diretora Executiva

MUNICÍPIO DE SERRA ALTA
Sr. Darci Cerizolli
Prefeito Municipal

CONSAD

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE DIRETORIA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA REUNIÃO DE DIRETORIA

MARCO AURÉLIO ZANDONÁ, Prefeito Municipal de Barracão - PR e Presidente do CONSÓRCIO INTERESTADUAL INTERMUNICIPAL DE MUNICÍPIOS DE SANTA CATARINA, PARANÁ E RIO GRANDE DO SUL DE SEGURANÇA ALIMENTAR, ATENÇÃO À SANIDADE AGROPECUÁRIA E DESENVOLVIMENTO LOCAL -CONSAD, no uso de suas atribuições Estatutárias, convoca os Senhores Prefeitos membros da Diretoria Executiva do Consórcio, para a Reunião de Diretoria a ser realizada no dia 25 de Agosto de 2017, as 13:30 horas nas dependências do consórcio, cito a Rua Almirante Tamandaré, 221 - Centro, São Miguel do Oeste - SC, para tratar da seguinte ordem do dia:

- 1º - Deliberação sobre o orçamento do consórcio para o exercício de 2018;
- 2º - Assuntos Gerais.

São Miguel do Oeste -SC, 17 de agosto de 2017.
Marco Aurélio Zandoná
Presidente do Consórcio

CIRSURES**EDITAL 003/2017 DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CIRSURES**

CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS – CIRSURES

(COCAL DO SUL, LAURO MÜLLER, MORRO DA FUMAÇA, ORLEANS, SIDERÓPOLIS, TREVISÓ E URUSSANGA)

ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE CONVOCAÇÃO PARA 3ª ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

O Presidente do Cirsures e Prefeito de Siderópolis, no uso de suas atribuições e poderes, com base nos termos do estatuto, faz convocação ordinária de todos os prefeitos consorciados, para o DIA 28 DE SETEMBRO DE 2017, ÀS 14:00 HORAS, NO AUDITÓRIO DO ATERRO SANITÁRIO DO CONSÓRCIO CIRSURES, LOCALIZADA NA RODOVIA MUNICIPAL UR 06, BAIRRO RIO CARVÃO URUSSANGA - SC, para deliberar sobre os seguintes temas:

- I - Situação financeira atual;
- II - Apresentação da minuta do novo estatuto do Cirsures;
- III - Aprovação do orçamento para o ano de 2018;
- IV - Assuntos Gerais.

Urussanga (SC), 23 de agosto de 2017.

Hélio Roberto Cesa

Prefeito de Siderópolis

Presidente do Cirsures